



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1639

Terça-feira - 16 de Dezembro de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Alto Bela Vista.....	3
Antônio Carlos	8
Ascurra.....	13
Balneário Rincão	14
Barra Velha.....	27
Bela Vista do Toldo.....	32
Biguaçu	32
Blumenau	56
Bom Retiro	67
Braço do Trombudo.....	67
Brusque.....	77
Caçador.....	102
Camboriú.....	104
Campo Alegre	105
Campos Novos.....	124
Canoinhas.....	125
Capinzal	125
Caxambu do Sul.....	148
Chapadão do Lageado	149
Cocal do Sul.....	183
Concórdia	184
Cordilheira Alta	187
Coronel Freitas.....	187
Coronel Martins.....	188
Correia Pinto.....	189
Corupá	197
Curitibanos	200
Dionísio Cerqueira	206
Ermo	211
Erval Velho	212
Forquilha.....	215
Fraiburgo.....	216
Garopaba.....	236
Garuva	240
Gaspar	244
Governador Celso Ramos	252
Guaramirim.....	276
Herval d'Oeste	285
Imarui	291
Imbituba	292
Indaial.....	306
Iomerê	306
Ipumirim	308
Irineópolis	310
Itá	313
Itapoá.....	319
Ituporanga	322
Joaçaba.....	323
Lages	343
Lauro Muller	344
Lebon Régis.....	345
Leoberto Leal.....	346
Lindóia do Sul	352
Luzerna	354
Mafra	356
Maracajá	389
Maravilha.....	398
Marema.....	401
Massaranduba.....	401
Meleiro	403
Modelo	405
Navegantes.....	406
Nova Trento	408
Orleans	409
Ouro Verde.....	409
Palhoça	411
Passos Maia	454
Penha.....	455
Peritiba.....	463
Pinheiro Preto	464
Pomerode.....	470
Ponte Serrada	475
Porto Belo.....	476
Porto União.....	477
Presidente Castello Branco.....	480
Rio do Sul.....	480
Santa Terezinha do Progresso	510
São Bento do Sul.....	510
São Carlos	513
São Domingos.....	540
São João do Sul	636
São Joaquim	636
São José.....	642
São José do Cedro.....	645
São Lourenço do Oeste.....	645
São Pedro de Alcântara.....	662
Schroeder	683
Serra Alta	687
Timbó	691
Tunápolis.....	770
Urussanga	770
Vargem Bonita	771
Vidal Ramos.....	771
Videira.....	772
Xavantina	783
Xaxim.....	784

Associações

AMESC	785
AMMVI	785

Consórcios

AGIR	792
CIMVI.....	793

Editais de Notificação

Biguaçu	795
Brusque.....	864
Caibi	918
Pomerode.....	1008

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinícius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



16 DE DEZEMBRO

Parabéns, Descanso,
por seus 58 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 1941 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

“NOMEIA COMISSÃO COORDENADORA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME) DE ALTO BELA VISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CATIA TESSMANN REICHERT Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei:

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeada a Comissão Coordenadora, com a finalidade de elaborar o Plano Municipal de Educação (PME) do município de Alto Bela Vista/SC, que será composta pelas seguintes representações:

- 1) Representante da Gerência de Educação do Município - MIRIAN SCHNEIDER
- 2) Representantes das Escolas Municipais -CARLINE FÜNCKLER/ FERNANDA KARTABIL/ VANDA GASTMANN
- 3) Representante do Conselho Municipal da Alimentação Esc. - TÂNIA CATARINA NILSON
- 4) Representante do Conselho Municipal de Educação - JUSSARA R. REKSHAUSE
- 5) Representante do Cons. Mun. dos Dir.da Criança e Adoles. (CMDCA) - IVONI KAPLAN
- 6) Representante da Câmara dos Vereadores - ROSICLER BENINCÁ
- 7) Representante da Creche Municipal - GREI SIMARA SCHWINGEL
- 8) Representante de Entidades Cívicas - RONEI EDSON MALTAURO
- 9) Representante da Gerência Municipal da Saúde - ADEMAR AMANT
- 10) Representante da Coordenadoria Mun. de Assistência Social - CLEIDE BOURCKHARDT
- 11) Representante Gerên. Mun. de Cultura, Tur. e Des. Econômico - GÜNTHER PÖTTKER
- 12) Representante do Conselho Municipal do FUNDEB -LOURDES ROVER KOLLER
- 13) Representante da escola Estadual do Município - ROSANGELA F. SCHWINGEL
- 14) Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rur. do Mun. -WALDIR FISCHER
- 15) Representante da APAE - DANIELA BENELLI

Art. 2º - Compete à Comissão de Elaboração do Plano Municipal de Educação:

- I - elaborar o Plano Municipal de Educação em consonância com os Planos Nacional e Estadual de Educação, observando, entre outros, a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento ao ensino obrigatório; a melhoria da qualidade de ensino, a formação humanística, científica e tecnológica; a progressiva ampliação do tempo de permanência na escola, do aluno de ensino fundamental;
- II - propor e realizar debates junto a Sociedade, objetivando elaborar trabalho representativo dos anseios sociais;
- III - apresentar o plano Municipal de Educação, na forma de projeto de lei, para que seja assinado pelo Chefe do Poder Executivo e, por ele, submetido à Câmara Municipal.

Art. 3º - O trabalho da Comissão constitui serviço público relevante,

não implicando remuneração para qualquer de seus membros.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista, 10 de dezembro de 2014.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 1942 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

“REGULAMENTA O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ALTO BELA VISTA - GERAINVEST, REVOGA DECRETO 1891/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Cátia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Alto Bela Vista e tendo em vista o disposto na Lei complementar nº 064 de 10 de Outubro de 2014,

DECRETA:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÃO INICIAL

Art. 1º. O Fundo Municipal de Desenvolvimento de Alto Bela Vista, instituído pela Lei Complementar nº 064 de 10 de Outubro de 2014, reger-se-á pelo presente regulamento e pelas demais normas aplicáveis,

CAPÍTULO II DAS FINALIDADES DO FUNDO

Art. 2º. São finalidades do Fundo, gerar emprego, ampliar a renda e promover o desenvolvimento econômico e social do seu povo, apoiar á programas, projetos e atividades mediante incentivos às empresas (independente do porte), prestadores de serviços e outras atividades econômicas devidamente formalizadas.

CAPÍTULO III DOS CRITÉRIOS PARA HABILITAÇÃO DO CRÉDITO

SESSÃO I PARA INVESTIMENTO

Art. 3º. As empresas, com o propósito de investimentos, para sua habilitação ao Crédito, deverão apresentar:

I - cópia do ato ou contrato de constituição da empresa e suas alterações, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado;

II - prova dos registros ou inscrições no cadastro fiscal do Ministério da Fazenda, Secretaria da Fazenda Estadual e do Município de sua sede;

III - prova de regularidade, em se tratando de empresa já em atividade, quanto a:
a) tributos e contribuições federais;
b) tributos estaduais;
c) tributos do Município de sua sede;

- d) contribuições previdenciárias;
- e) FGTS;
- f) INSS.

IV - projeto circunstanciado do investimento que pretende realizar, compreendendo a construção do prédio e seu cronograma, instalações, produção estimada, projeção do faturamento mínimo, estimativa do ICMS a ser gerado, projeção do número de empregos diretos e indiretos a serem gerados, prazo para o início de funcionamento das atividades da empresa e, estudo da viabilidade econômica do empreendimento;

V - projeto de preservação do meio ambiente e compromisso formal de recuperação dos danos que vierem a ser causados pela empresa, bem como compatibilidade com as diretrizes do Plano Diretor do Município quando for o caso;

VI - certidão negativa judicial e de protesto de títulos da Comarca a que pertence o Município em que a empresa interessada tiver a sua sede, em caso de filial, e de seus sócios/proprietários.

Parágrafo Único. O requerimento de que trata o caput deverá ser acompanhado, ainda, de memorial contendo os seguintes elementos:

- a) valor inicial de investimento;
- b) área necessária para sua instalação;
- c) absorção inicial de mão-de-obra e sua projeção futura;
- d) efetivo aproveitamento de matéria-prima existente no Município;
- e) viabilidade de funcionamento regular;
- f) produção inicial estimada;
- g) objetivos;
- h) atestados de idoneidade financeira, fornecidos por instituições bancárias;
- i) outros informes que venham a ser solicitados pela Administração Municipal.

SESSÃO II CAPITAL DE GIRO

Art. 4º. As empresas, que objetivam o empréstimo para Capital de Giro, para sua habilitação ao crédito, deverão apresentar os documentos elencados nos incisos I, II, III do art. 3º deste decreto.

SESSÃO III DAS GARANTIAS

Art. 5º. Para ter acesso aos incentivos e benefícios desta lei, a Empresa Contraente deverá apresentar garantias bancárias ou patrimoniais do pagamento ou indenização para o Município do valor investido, em uma das seguintes modalidades:

- a) 02 (dois) avalistas.

§ 1º. Os avalistas, quando casados, deverão apresentar a documentação do cônjuge.

§ 2º. O GERAINVEST reserva-se o direito de aprovar ou não os avalistas apresentados. Caso os avalistas sejam negados, terá a empresa, após a comunicação, o direito de, em 03 dias, apresentar nova nominata de avalistas.

b) Alienação do imóvel onde o bem será edificado em caso de empréstimo para construção ou ampliação de imóvel ou aquisição de máquinas para indústrias, com registro em cartório de registro de imóveis.

CAPÍTULO IV DA APROVAÇÃO

Art. 6º. O GERAINVEST reserva-se o direito de conceder o empréstimo em parte ou no todo, conforme avaliação do projeto e orçamento apresentados, avaliados pela comissão, levando-se em consideração os critérios adotados pela Lei Complementar Nº064/2014.

Parágrafo único: Após o protocolo do pedido, O Conselho de Desenvolvimento Econômico terá o prazo de até 15 dias para seu parecer.

CAPÍTULO V DOS VALORES

Art. 7º. As empresas interessadas terão direito a empréstimo no valor máximo de até 03 (três) vezes o faturamento médio mensal ou a projeção de faturamento desde que apresentado em projeto formal elaborado por contador ou instituição especializada como SEBRAE e outras do gênero.

§ 1º. Para empréstimos de Capital de giro de no máximo R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

§ 2º. Os micro empreendedores individuais (MEI) terão direito aos valores máximos de 3.000,00 (três mil reais) no total, podendo optar por capital de giro ou investimentos.

Art. 8º. Os valores máximos a que as empresas têm direito conforme estabelecido no art. 7º deste decreto, deverão respeitar ainda:

I - O valor do empréstimo terá como limite máximo 40% (quarenta por cento) do faturamento bruto da empresa no ano anterior devidamente comprovado no balanço da empresa, exceto para o disposto no caput do art. 7º.

II - O número mínimo de novos empregos que a empresa criará com registro em carteira.

III - Para valores acima de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) apresentar plano de negócios detalhado com projeção de faturamento, pesquisa ou indicadores de mercado, faturamento médio bruto, ponto de equilíbrio ou outros dados que comprovem a viabilidade do negócio.

CAPÍTULO VI DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 9. Uma vez preenchidos os requisitos dos artigos 3º, 4º, 5º e 6º, o GERAINVEST fará o devido pagamento através de depósito bancário na conta do requerente.

§ 1º. O GERAINVEST reserva-se 15 (Quinze) dias para liberação dos recursos, após assinatura de contrato das partes e avalistas. No caso do parágrafo 2º deste artigo, somente após a apresentação do contrato do(s) novo(s) funcionário(s).

§ 2º. Para os empréstimos concedidos com a finalidade de geração de novos empregos, terá o beneficiário que, em 60 (sessenta), dias apresentar o contrato do(s) novo(s) funcionário(s).

§ 3º No caso de veículos utilitários, a liberação máxima concedida será de 80% sobre o valor.

Art. 10. Para cada empréstimo concedido com a finalidade da geração de novos empregos, às referidas vagas terão que ser mantidas até a quitação do empréstimo sob pena de devolução do recurso imediatamente.

§ 1º. O quadro funcional anteriormente mantido na empresa, deverá permanecer igualmente inalterado.

§ 2º. O descumprimento do disposto neste artigo ensejará na devolução total do recurso com multa de 10% (dez por cento) do valor auferido.

Art. 11. Após a liberação dos recursos, terá o beneficiário, obrigatoriamente, 60 (sessenta) dias, para apresentar cópia fiel da nota de compra dos investimentos para a comissão de administração do GERAINVEST, sob pena do estabelecido no § 2º do artigo anterior.

Parágrafo único: Caso não efetuados, administrativamente a restituição dos valores, e que o GERAINVEST tenha que acionar judicialmente para a cobrança, arcará o beneficiário com as despesas processuais e honorários advocatícios.

CAPÍTULO VII DOS JUROS

Art. 12. Estabelecem as partes que o adquirente pagará pelo empréstimo, 3% (Três por cento) de juro ao ano.

§ 1º. Em caso de mora, o juro será de 1% (um por cento) ao mês e 2% (dois por cento) a título de multa.

Art. 13. A metodologia de aplicação dos juros será a forma denominada "Juros Simples" sendo que a taxa de juro será aplicada sobre o prazo total do empréstimo (carência + amortização), na seguinte fórmula para o cálculo da parcela:

Valor = Valor do financiamento

Taxa = Taxa total de juros pelo período da operação.

Prazo = Prazo de Carência + prazo de amortização em meses;

Parcela = Valor da Parcela.

Calculo da parcela = Valor X Taxa / Prazo

CAPÍTULO VIII DA CARENÇA E DOS PRAZOS PARA RESTITUIÇÃO DOS VALORES

Art. 14. A empresa que se credenciar e tiver direito ao recebimento dos valores do financiamento terá os seguintes prazos de carência e pagamento integral do empréstimo com a devida correção:

Valor até	Objetivo do Empréstimo	Prazo de Carência	Prazo para amortização
5.000,00	Capital de Giro	03 Meses	12 Meses
5.000,00	Investimento (máquinas instalações e equipamentos)	12 Meses	12 Meses
10.000,00	Capital de Giro	04 Meses	24 Meses
10.000,00	Investimento (máquinas instalações, veículos utilitários e equipamentos)	12 Meses	24 Meses
20.000,00	Capital de Giro	04 Meses	24 Meses
20.000,00	Investimento (máquinas instalações, veículos utilitários e equipamentos)	12 Meses	36 Meses
30.000,00	Investimento (máquinas instalações, veículos utilitários e equipamentos)	12 Meses	42 Meses

40.000,00	Investimento (máquinas instalações, veículos utilitários e equipamentos)	12 Meses	48 Meses
50.000,00	Investimento (máquinas instalações, veículos utilitários e equipamentos)	12 Meses	54 Meses
Acima de R\$ 50.000,00	Investimento (máquinas instalações, veículos utilitários e equipamentos)	12 Meses	60 Meses

Art. 15. Em caso de não pagamento de 3 (três) parcelas, considerar-se-á vencido todo o débito, não podendo ser parcelado.

Art. 16. O beneficiário deste empréstimo, somente poderá se valer de um novo, quando houver quitado no mínimo 70% (setenta por cento) do anterior e ainda deverá ter aprovação do conselho de desenvolvimento Econômico.

CAPÍTULO IX LOCAL E FORMA DE PAGAMENTO

Art.17. O Município no momento da liberação dos recursos para o Beneficiário emitirá o carnê com os boletos para pagamento bancário de todas as parcelas do empréstimo.

CAPÍTULO X DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 18. A prestação de contas da Gestão financeira do Fundo cabe ao Prefeito Municipal e ao coordenador do fundo, sendo feita em cada exercício: à Câmara Municipal de Vereadores, ao Tribunal de Contas do Estado, ou quando for o caso, ao Tribunal de Contas da União, por meio de balancetes e/ou meio magnético, demonstrativos e balanços e será encaminhada através da contabilidade geral do Município.

Parágrafo único: A prestação de contas de que trata este artigo atenderá as normas de legislação Estadual ou Federal, pertinentes e do Tribunal de Contas do Estado.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 19. O Prefeito Municipal fica autorizado a baixar normas complementares necessárias ao fiel cumprimento e execução do presente regulamento.

Art. 20. Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o decreto 1.891 de 08 de Agosto de 2014.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 10 de Dezembro de 2014.

Cátia Tessmann Reichert

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO TP Nº007/2014

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2014

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para coordenação e execução de concurso, conforme termo de referência.

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado final do julgamento do recurso administrativo da fase de proposta de preços da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a licitante FERNANDO DA SILVA TEIXEIRA ME, ASSCON-PP ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA e GMC ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA ME restaram desclassificadas por preço inexequível. A licitante NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA ficou na primeira colocação com o valor global de R\$ 19.750,00 (Dezenove mil setecentos e cinquenta reais), a qual foi declarada licitante vencedora do certame, por apresentar proposta que observa os parâmetros utilizados no presente julgamento. A licitante OBJETIVA CONCURSOS LTDA, ficou na segunda colocação com o valor global de R\$ 19.900,00 (dezenove mil e novecentos reais), a licitante CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS, ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS LTDA ficou na terceira colocação no valor global de R\$ 24.350,00 (vinte e quatro mil trezentos e cinquenta reais) e a licitante ICAP INSTITUTO DE CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA, ficou na quarta colocação com o valor global de R\$ 28.500,00 (vinte oito mil e quinhentos reais). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas franqueada ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sintam prejudicada, para interposição de recursos.

Alto Bela Vista, SC, 15 de dezembro de 2014.
CATIA TESSTMANN REICHERT
Prefeita Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 658 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E DESCENTRALIZADA, DO MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA, PARA O EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber aos habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento Geral do Município, para o exercício de 2015, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 16.584.976,05 (dezesseis milhões quinhentos e oitenta e quatro mil, novecentos e setenta e seis reais e cinco centavos).

§ 1º O Orçamento da fiscal do Município, fixa a despesa em R\$ 12.842.118,19 (doze milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, cento e dezoito reais e dezenove centavos).

§ 2º O Orçamento da Prefeitura Municipal, compreendendo a Administração Direta e descentralizada, esta constituída em unidades orçamentárias da primeira, exceto o Fundo Municipal de Saúde

- FMS e o Fundo Municipal de Assistência Médica - FAM.

§ 3º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde - FMS, fixa a despesa em R\$ 2.953.157,86 (dois milhões, novecentos e cinquenta e três mil, cento e cinquenta e sete reais e oitenta e seis centavos).

§ 4º O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Médica - FAM, fixa a receita em R\$ 114.700,00 (cento e quatorze mil e setecentos reais).

§ 5º O Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores, fixa a despesa em R\$ 675.000,00 (seiscentos e setenta e cinco mil reais).

§ 6º A Administração Direta descentralizada, constituída em unidades orçamentárias, nos termos do § 3º deste artigo, compreende o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência - FIA, O Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUNDEAGRO e o Fundo Municipal de Habitação - FMH.

Art. 2º A receita estimada será realizada mediante a arrecadação dos tributos, das transferências constitucionais, das transferências voluntárias e das demais receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente, detalhada nos quadros anexos desta Lei.

Art. 3º A despesa será realizada segundo a discriminação dos Anexos que integram esta Lei, apresentando sua composição por órgãos, unidades, funções, subfunções, programas e ações, sendo estas divididas em projetos e atividades, bem como por categorias econômicas, natureza e modalidade de aplicação, nas suas respectivas unidades orçamentárias, observadas as disposições da Portaria MOP nº 42, de 14 de abril de 1999 e das normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, distribuída segundo os Anexos específicos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as disposições pertinentes previstas na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2015.

Parágrafo único. Na execução das despesas fixadas, além da obediência às disposições do caput deste artigo, obedecer-se-á as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015.

Art. 4º O Governo Municipal manterá no decorrer da execução orçamentária, em todo o exercício, o equilíbrio entre a receita arrecada e a despesa autorizada, em obediência aos princípios básicos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que coadunam com as disposições do art. 169, da Constituição Federal.

Art. 5º Verificando-se, bimestralmente, frustração entre as metas bimestrais de arrecadação e a arrecadação efetivamente auferida, o Poder Executivo promoverá a correspondente limitação de empenhos, nos termos regrados na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício de 2015, em obediência à disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

Parágrafo único. Ocorrendo frustração no atingimento das metas bimestrais de arrecadação, haverá correspondente redução na transferência do duodécimo à Câmara Municipal de Vereadores, na mesma proporção da frustração, nos períodos subsequentes à sua apuração.

Art. 6º Os recursos alocados na reserva de contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes e outros riscos e imprevistos fiscais.

Art. 7º O Poder Executivo, está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a abrir crédito suplementar, utilizando como fontes de recursos, desde que não

comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício e apurado na forma prevista no art. 43, §§ 3º e 4º, da Lei Federal nº 4.320/64, segundo sua vinculação, observada a respectiva vinculação;

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias:

a) cujo objeto já tenha sido executado;

b) que apresentam tendência de sobras até o término da execução orçamentária; e

c) pela utilização de recursos de saldo orçamentário de elementos de despesas da mesma ação, seja ela classificada como atividade ou como projeto, nos termos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015.

III - o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, segundo a vinculação dos recursos financeiros.

§ 1º Exclui-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no decorrer do exercício.

§ 2º A utilização de recursos provenientes do superávit financeiro de exercícios anteriores, nos termos do inciso III deste artigo, far-se-á, observada a vinculação, com a substituição do grupo de fontes e destinação de recursos, de "1 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente" para "3 - Recursos do Tesouro - Exercícios Anteriores".

§ 3º A abertura de créditos adicionais suplementares, pela utilização do excesso de arrecadação, observará, estritamente a respectiva vinculação.

§ 4º Excepcionalmente, na abertura de créditos adicionais suplementares, quando destinados à dotações da saúde, função 10, ou educação, função 12, subfunções 361 e 365, poderão ser utilizados recursos ordinários do orçamento municipal, não originalmente vinculados à manutenção e desenvolvimento da educação básica ou às ações e serviços públicos de saúde, observadas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015.

§ 5º A abertura de créditos adicionais nos termos deste artigo, far-se-á através de Decreto, que receberá ampla publicidade e será editado mediante justificativa e com a fundamentação necessária.

Art. 8º As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito, alienações de ativos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 9º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou no seu excesso, poderão ser utilizados, por ato do Prefeito Municipal como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou de operações especiais.

Parágrafo único. A disposição do caput deste artigo se aplica exclusivamente, se o crédito adicional suplementar que se destinar à ação prevista no orçamento da despesa.

Art. 10. As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração de excesso de arrecadação, observada a respectiva vinculação.

Art. 11. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a celebrar convênios com o Governo da União e suas entidades e com o Governo do Estado e suas entidades, para a operacionalização e execução da programação orçamentária, dando conhecimento dos mesmos à Câmara Municipal de Vereadores no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua publicação.

Art. 12. No decorrer do exercício de 2015, o Poder Executivo Municipal poderá realizar operações de crédito para o financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 13. Toda a execução orçamentária e a decorrente realização das despesas obedecerão, além de outras normas e técnicas, as disposições da lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput deste artigo às despesas totais com pessoal, inclusive às decorrentes de novas admissões através de concurso público ou não e à criação de novos cargos ou alteração no número de vagas dos cargos existentes.

Art. 14. Esta Lei vigorará a partir de 1º de janeiro de 2015, até o final do mesmo exercício.

Art. 13. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 12 de Dezembro de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

Antônio Carlos

PREFEITURA

AVISO DE ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2014

AVISO DE ERRATA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2014 (REGISTRO DE PREÇO)

A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos torna pública a errata, comunicando que, no edital de licitação nº. 098/2014; modalidade Pregão Presencial nº. 067/2014, no anexo I, item 06:

Onde se lê:

NEOCATE LCP

Leia-se:

NEOCATE LCP ou similares

Antônio Carlos, 15 de dezembro de 2014.

Eliane Nunes de Oliveira Folganes

Presidente da Comissão de Licitação

DECRETO N 136/2014

DECRETO Nº 000136/14 de 12 de Dezembro de 2014

Abre Crédito Adicional Suplementar -Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 28.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 -ENCARGOS GERAIS

09.01 -ENCARGOS GERAIS

09.01.28.845.0010.0.004-3.3.20.00.00.00.00.00 -Transferencias a Uniao 28.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total

da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 28.000,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 12 de Dezembro de 2014

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

DECRETO N 137/2014

DECRETO Nº 000137/14 de 12 de Dezembro de 2014

Abre Crédito Adicional Suplementar -Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a

Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº

001451/13 de 17 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 28.715,61 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0004.2.007-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas 28.715,61

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total

da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair Superávit Financeiro de Outras Fonte 28.715,61

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 12 de Dezembro de 2014

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

DECRETO N 138/2014

DECRETO Nº 138/2014

Abre Crédito Adicional Suplementar -Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 12.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0004.2.005-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 12.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 12.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 15 de dezembro de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

DECRETO N 139/2014

DECRETO Nº 000139/14 de 15 de Dezembro de 2014
Auxílios e convênios no Orçamento programa de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 39.216,49 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):
06 -SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 -SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS
06.01.15.451.0006.1.008-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 39.216,49

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair convênio 39.216,49

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 15 de Dezembro de 2014
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

PORTARIA N 576/2014

PORTARIA Nº 576/2014.
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, servidores da Educação, do INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR - ACTs, a partir de 19 de dezembro de 2014, pelo término de seu Contrato temporário, conforme abaixo discriminado:

ADILSON ARRUDA COELHO - MATRICULA 1430
ADILSON ARRUDA COELHO - MATRICULA 1466
RONIE CARLO SETUBAL - MATRICULA 1431
CARLOS ALBERTO DE JESUS NOGUEIRA - MATRICULA 1451
CARLOS ALBERTO DE JESUS NOGUEIRA - MATRICULA 1465

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 15 de dezembro de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 16 de dezembro de 2014.

PORTARIA N 577/2014

PORTARIA Nº 577/2014.
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, servidores da Educação, do FUNC. E MANUT. PRE-ESCOLAR PROFESSOR EFETIVO - ACTs, a partir de 19 de dezembro de 2014, pelo término de seu Contrato temporário, conforme abaixo discriminado:

ANA MARGARETE PEPPLER BESEN - MATRICULA 1483
CAMILA RICHARTZ KOERICH - MATRICULA 1389
CAMILA RICHARTZ KOERICH - MATRICULA 1496
DANIELA DE OLIVEIRA SEVERINO - MATRICULA 1490
ELEDIA MARIA GUILHERME CONRAT - MATRICULA 1467
ELEDIA MARIA GUILHERME CONRAT - MATRICULA 1420
GABRIELA GUESSER DECKER - MATRICULA 1390
GABRIELA GUESSER DECKER - MATRICULA 1453
GLAUCIA MULLER - MATRICULA 1386
GRAZIELA MULLE - MATRICULA 1484
LUZIA FELTES KAMPF - MATRICULA 1481
MADELAINE GUERRA KOCH - MATRICULA 1497
MADELAINE GUERRA KOCH - MATRICULA 1469
MIRELLE CRISTINA DOS SANTOS PAULI - MATRICULA 1387
MONIQUE KREMER MANNES - MATRICULA 1456
SAMARA PAULI - MATRICULA 1482
VERONIKA PAUZER - MATRICULA 1391

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 15 de dezembro de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 16 de dezembro de 2014.

PORTARIA N 578/2014

PORTARIA Nº 578/2014.
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, servidores da Educação, do FUNC. E MANUT. PROFESSOR EFETIVO - ACTs, a partir de 19 de dezembro de 2014, pelo término de seu Contrato temporário, conforme abaixo discriminado:

ADRIANA PETRI - MATRICULA 1422
ADRIANA PETRI - MATRICULA 1423
ALESSANDRA BASEI - MATRICULA 1411
ANA MARGARETE PEPPLER BESEN - MATRICULA 1445
BERENICE TEREZINHA MULLER RICHARTZ - MATRICULA 1412
CINTIA SCHMITT - MATRICULA 1415
GLAUCIA MULLER - MATRICULA 1495
LEILA SIMONES GUESSER - MATRICULA 1419
LUANA KREMER - MATRICULA 1416

MARISTANE DE OLIVEIRA - MATRICULA 1444
MONIQUE KREMER MANNES - MATRICULA 1418
NATTARYANNA MARIA BERNES BAUNGARTEN - MATRICULA 1486
NATTARYANNA MARIA BERNES BAUNGARTEN - MATRICULA 1409
SANDRA SCHMITT NUNES - MATRICULA 1493
SEZIANE TURATTO - MATRICULA 1413
TEREZINHA ANA SCHMITT KREMER - MATRICULA 1450
THAYSE GUESSER MANNES - MATRICULA 1417
VERA LUCIA SCHMITT JUNKES - MATRICULA 1488
VERONIKA PAUZER - MATRICULA 1454
WANESSA BRESSAN - MATRICULA 1410

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 15 de dezembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 16 de dezembro de 2014.

PORTARIA N 579/2014

PORTARIA Nº 579/2014.
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, servidores da Educação, do FUNC. E MANUT. DO TRANSPORTE ESCOLAR - ACTs, a partir de 19 de dezembro de 2014, pelo término de seu Contrato temporário do cargo de MOTORISTA, conforme abaixo discriminado:

ADEMIR GILBERTO FILIEIRO - MATRICULA 384
ANDREA CHRISTINA NUNES DE SOUZA - MATRICULA 1425
ERNESTO PEREIRA DA SILVA - MATRICULA 1232
EXPEDITO GUESSER - MATRICULA 1429
FABRICIO RODRIGUES - MATRICULA 1426
VILSON BESEN - MATRICULA 1459

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 15 de dezembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 16 de dezembro de 2014.

PORTARIA N 580/2014

PORTARIA Nº 580/2014.
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, servidores da Educação, do FUNC. E MANUT. DO TRANSPORTE ESCOLAR - ACTs, a partir de 19 de dezembro de 2014, pelo término de seu Contrato temporário do cargo de MONITOR TRANSPORTE ESCOLAR, conforme abaixo discriminado:

ALESSANDRA SILVA DOS SANTOS - MATRICULA 1439
ANDRE LOPES - MATRICULA 1438
CLAUDIA SCHMITT HACK - MATRICULA 1436
DAIANA CRISTINA VEBER - MATRICULA 1433
GISELI GELSLEICHTER - MATRICULA 1460
JAQUELINE SOUZA DE CASTRO - MATRICULA 1434
LORECI DA FONSECA - MATRICULA 1462
MARISTELA DE OLIVEIRA DE SOUZA - MATRICULA 1457
MAURINA LEITE SCHMITT - MATRICULA 1455
PRISCILLA DALLIGNA - MATRICULA 1435

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 15 de dezembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 16 de dezembro de 2014.

PORTARIA N 581/2014

PORTARIA Nº 581/2014.
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, servidores da Educação, do FUNC. E MANUT. DO ENSINO REGULAR - ACTs, a partir de 19 de dezembro de 2014, pelo término de seu Contrato temporário do cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 20H, conforme abaixo discriminado:

APARECIDA MARIA KONS PETRY - MATRICULA 1400
ESTERIA KOCH DECKER - MATRICULA 1393
FERNANDA A. PEPPLER SIMONES - MATRICULA 1440
HELENA GELSLEICHER KOERICH - MATRICULA 1398
JANICE A. VOLTOLINI KREFF - MATRICULA 1395
JULIANA HOFFMANN - MATRICULA 1397
LETICIA SCHMITT PETRY - MATRICULA 1408
LURDETE BACK SCHMITT - MATRICULA 1392
LUZIA L. GUESSER SCHERER - MATRICULA 1394
TAINARA I. GUESSER KUHN - MATRICULA 1396

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 15 de dezembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 16 de dezembro de 2014.

PORTARIA N 582/2014

PORTARIA Nº 582/2014.

Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, servidores da Educação, do FUNC. E MANUT. PRE-ESCOLAR - ACTs, a partir de 19 de dezembro de 2014, pelo término de seu Contrato temporário, do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - 20H, conforme abaixo discriminado:

ALZIRA CARELO - MATRICULA 1461
JOILCE APARECIDA SILVEIRA PEREIRA - MATRICULA 1407
MARIA DE FATIMA ROSA PETRY - MATRICULA 1441
PATRICIA CONCEIÇÃO PEREIRA RENO - MATRICULA 1443
RANILDA HAMMES - MATRICULA 1403
VIVIANE MARTINS - MATRICULA 1404
VIVIANE OLIVOTO - MATRICULA 1405

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 15 de dezembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 16 de dezembro de 2014.

PORTARIA N 583/2014

PORTARIA Nº 583/2014.

Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora AURINEIDE BESEN, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II, a partir de 02 de janeiro de 2015, relativo ao período aquisitivo de 01/07/2013 a 30/06/2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 15 de dezembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 16 de dezembro de 2014.

PORTARIA N 584/2014

PORTARIA Nº 584/2014.

Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, ao servidor RAFAEL GUESSER, ocupante do cargo efetivo de INSEMINADOR, a partir de 05 de janeiro de 2015, relativo ao período aquisitivo de 15/04/2011 a 14/04/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 15 de dezembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 16 de dezembro de 2014.

PORTARIA N 585/2014

PORTARIA Nº 585/2014.

Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, ao servidor AUGUSTO ENIZ NEUHAUS, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, a partir de 05 de janeiro de 2015, relativo ao período aquisitivo de 04/10/2010 a 03/10/2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 15 de dezembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 16 de dezembro de 2014.

PORTARIA N 586/2014

PORTARIA Nº 586/2014.

Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, ao servidor MARCIO FURTAK, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 02 de janeiro de 2015, relativo ao período aquisitivo de 02/01/2014 a 01/01/2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 15 de dezembro de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 16 de dezembro de 2014.

PORTARIA N 587/2014

PORTARIA Nº 587/2014.
Concede Férias a servidores ACTs.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidores ACTs, do Funcionamento e Manutenção de Professores Efetivos e Pre-Escolar - ACTs, a partir de 02 de janeiro de 2015, conforme relacionado abaixo:

NOME	MATRICULA	CARGO	PERIODO AQUISITIVO
ALEXANDRA GUESSER KOCH	1449	PROFESSOR COM LICENCIATURA PLENA – 20H	11/02/2014 a 10/02/2015
ALEXANDRA GUESSER KOCH	1414	PROFESSOR COM LICENCIATURA PLENA – 20H	06/02/2014 a 05/02/2015
ANTONINA R. SAMPAIO DOS SANTOS	1401	AGENTE SERVIÇOS GERAIS – 20H	06/02/2014 a 05/02/2015
FABRICIA A. AMORIM HOFFMANN	1421	PROFESSOR COM LICENCIATURA PLENA – 20H	06/02/2014 a 05/02/2015
FABRICIA A. AMORIM HOFFMANN	1485	PROFESSOR COM LICENCIATURA PLENA – 30H	18/08/2014 a 17/08/2015

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 15 de dezembro de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 16 de dezembro de 2014.

PORTARIA N 588/2014

PORTARIA Nº 588/2014.
Concede Licença p/Tratamento de Saude a servidor ACTs.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA P/TRATAMENTO DE SAUDE, a servidor ACT ROSETE CONRAT, ocupante do cargo temporário de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - 20H, a contar de 01 de dezembro de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 15 de dezembro de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 16 de dezembro de 2014.

PORTARIA N 589/2014

PORTARIA Nº 589/2014.
Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a servidor efetivo, MARIZE TEREZINHA PRIM MULLER, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - 20H, a contar de 02 de dezembro de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 15 de dezembro de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 16 de dezembro de 2014.

PORTARIA N 590/2014

PORTARIA Nº 590/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/25014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, LUCIANY JOSE GONÇALVES, para o cargo efetivo de MOTORISTA, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, passando a fazer parte do quadro de Pessoal da Prefeitura, a partir de 17 de dezembro de 2014,

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 16 de dezembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 16 de dezembro de 2014.

Ascurra**PREFEITURA****DECRETO Nº 2676, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014 - CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS**

DECRETO Nº 2676, de 05 de dezembro de 2014.

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Declara Ponto Facultativo os dias 24; 26; 29; 30 e 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º - Serão concedidos 10 (dez) dias de férias coletivas aos servidores do Gabinete do Prefeito; Procuradoria, Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, Secretaria de Transportes e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo e Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social incluindo os servidores do Programa da Saúde da Família (ESF/ Estação; PACS e NASF), no período de 02/01/2015 a 11/01/2015. § 1º: Reconhece como feriados nacionais os dias 25/12/2014 (Natal) e 01/01/2015 (dia da confraternização universal).

Art. 3º - Serão excluídos do período de férias previsto no art. 1º, os Servidores da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social abaixo relacionado:

I - A equipe do SAMU sendo: 01 (um) motorista socorrista e 01 (um) técnico de enfermagem, com plantão 24 (vinte e quatro) horas;

II - Farmácia Básica e Sala da Vacina, plantão das 8:00 horas as 14:00 horas, Equipe do ESF Dr. Armando Zonta, formada por 01(um) médico, 01(um) enfermeiro, 02 (dois) técnicos de enfermagem e 01 (um) motorista de plantão e sobreaviso;

III - Vigilância em Saúde das 8:00 horas as 14:00 horas com 01 (um) agente de combate de endemias; 01 (um) agente de vigilância sanitária; 01 (uma) enfermeira e sobreaviso após este horário no celular (47) 84143383.

Art. 4º - Serão concedidos 10 (dez) dias de férias coletivas aos servidores da Secretaria Municipal de Educação no período de 02/01/2015 a 11/01/2015:

I - Lotados na área administrativa: Arão João da Silva, Gisele Razi-ni, Valquíria F. M. Lange, Karoline T. Mathiuz, Cátia Vanilde Darolt, Sandra M. P. Vansuita e Marcos Alexandre de Liz;

II - Motoristas: Gilberto Manoel da Silva e Luiz Antonio Borges;

III - Auxiliar de serviços gerais, agente operacional e oficial de manutenção e conservação: Vilmar Alves, Osni Correia, Barbara A. R. C. Lorenzi, Francisco G. F. da Costa e Lorinês Fátima Osório;

IV - Coordenadoras de creches, Atendentes de educação infantil, Crecheiras e Auxiliares de serviços gerais dos Centros de Educação Infantil: Onorata Zonta Dalfovo e Dona Julia Bonelli;

§1º - Serão concedidos 20 (vinte) dias de férias coletivas aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, no período de 02/01/2015 a 21/01/2015, qual sejam:

- Auxiliar de serviços gerais das escolas municipais: Laureci Edinha e Janaína Cunha.

§2º - Serão concedidos 30 (trinta) dias de férias coletivas aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, no período de 02/01/2015 a 31/01/2015:

- Lotados na área administrativa: Luciane Moser, Sislaine Olga Dalfovo Bagatolli (Fonoaudióloga), Indianara Dolzan (Psicóloga),

Aristeu Jorge dos Santos (Motorista), Anderson Muller, Luiza Felippi, Brian W. Schmoegel (Estagiários) e Janete Maria Sevegnani (Auxiliar de serviços gerais);

§3º - Serão concedidos 15 (quinze) dias de recesso, no período de 15/12/2014 à 31/12/2014; e 30 (trinta) dias de férias coletivas aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, no período de 02/01/2015 a 31/01/2015:

- Professores da Rede Municipal de Educação.

Art. 5º - Ficam excluídos das férias coletivas mencionadas no art. 1.º os serviços de:

I - Coleta de Lixo (Flavio Degracia, Jucemar Candido, Irion Grankow e Otávio Avelino da Rocha);

II - Caminhão Pipa (Juliano Wendt e José Izair Hermann); e

III - Vigilância Noturna (Edwin Klabunde e Francisco Valdecir Demarch).

Art. 6º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 05 de dezembro de 2014.

MOACIR POLIDORO

Prefeito em Municipal

Publicado o presente Decreto em, 05 de dezembro de 2014.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

Balneário Rincão

PREFEITURA

DECRETO 208/2014

DECRETO Nº 208/2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DO EXERCÍCIO DE 2.014 POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES NAS FONTES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso IV do Artigo 72 da Lei Orgânica Municipal em especial a Lei nº 174/2014:

DECRETA

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado suplementar por conta de transposição orçamentária, o Projeto/Atividade abaixo identificado, destinados ao empenhamento de despesas correntes, no valor total de R\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil reais):

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade 01: MANUTENÇÃO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Atividade 2.006: Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0.1.00(20) - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Órgão 07: SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade 02: DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E DESENV. ECONÔMICO

Projeto 1.024: Pavimentação de Vias, Rodovias, Logradouros e Passeios

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.1.00(164) - Aplicações Diretas R\$ 360.000,00

TOTAL
..... R\$ 460.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura dos créditos suplementares de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial dos seguintes créditos orçamentários:

Órgão 04: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade 02: DIRETORIA DE ENSINO BÁSICO

Projeto 1.006: Aquisição de Área, Constr. Ampl. Reforma Rede Física Fundamental

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00. 0.1.01(27) - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

Projeto 1.007: Aquisição de Ônibus/Micro-ônibus, Veículos Utilitários e Equipamento

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00. 0.1.01(33) - Aplicações Direta R\$ 40.000,00

Atividade 2.011: Manutenção do Transporte Escolar

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00. 0.1.01(53) Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

Projeto 1.009: Aquisição de Equipamento para Creches e Pré-Ecolares

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00. 0.1.01(60) - Aplicações

Diretas R\$ 175.000,00

Órgão 07: SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade 02: DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Projeto 1.028: Construção Reforma e Manutenção das Calçadas, Jardins e Praças Públicas

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00. 0.1.00(177) - Aplicações
Diretas R\$ 50.000,00

Projeto 1.030: Aquisição de Área e Construção de Espaços Comunitários/Multi-Usos

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00. 0.1.00(181) - Aplicações
Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL
..... R\$ 460.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 10 de Dezembro de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 10 de Dezembro de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI 173/2014

LEI Nº 173/2014

CRIA OS COMPONENTES DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR - SISAN, DEFINE OS PARÂMETROS PARA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, Décio Gomes Góes, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA, do Município de Balneário Rincão, com caráter consultivo, constituindo-se em espaço de articulação entre o governo municipal e a sociedade civil para a formulação de diretrizes para políticas e ações na área da segurança alimentar e nutricional.

Art. 2º - Esta Lei cria os componentes municipais do SISAN, bem como define parâmetros para elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, com os Decretos Federais nº 6.272, de 2007, nº 6.273, de 2007, e nº 7.272, de 2010, com o propósito de garantir o Direito Humano à Alimentação adequada.

Art. 3º - A alimentação adequada é direito básico do ser humano, indispensável à realização dos seus direitos consagrados na Constituição Federal e Estadual, cabendo ao poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para respeitar,

proteger, promover e prover o Direito humano à alimentação adequada e segurança alimentar e nutricional de toda a população.

§ 1º - A adoção dessas políticas e ações deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais do Município, com prioridade para as regiões e populações mais vulneráveis.

§ 2º - É dever do poder público, além das previstas no caput do artigo, avaliar, fiscalizar e monitorar a realização do Direito humano à alimentação adequada, bem como criar e fortalecer os mecanismos para sua exigibilidade.

Art. 4º - A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Parágrafo único: A segurança alimentar e nutricional inclui a realização do direito de todas as pessoas terem acesso à orientação que contribua para o enfrentamento ao sobrepeso, a obesidade, contaminação de alimentos e mais doenças consequentes da alimentação inadequada.

Art. 5º - A segurança alimentar e nutricional abrange:

I - a ampliação das condições de oferta acessível de alimentos, por meio do incremento de produção, em especial na agricultura tradicional e familiar, no processamento, na industrialização, na comercialização, no abastecimento e na distribuição, nos recursos de água, alcançando também a geração de emprego e a redistribuição da renda, como fatores de ascensão social;

II - a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais;

III - a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;

IV - a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos consumidos pela população, bem como seu aproveitamento, promovendo a sintonia entre instituições com responsabilidades afins para que estimulem práticas e ações alimentares e estilos de vida saudáveis;

V - a produção de conhecimentos e informações úteis à saúde alimentar, promovendo seu amplo acesso e eficaz disseminação para toda a população;

VI - a implementação de políticas públicas, de estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características territoriais e etno-culturais do Estado;

VII - a adoção de urgentes correções quanto aos controles públicos sobre qualidade nutricional dos alimentos, quanto à tolerância com maus hábitos alimentares, quanto à desinformação sobre saúde alimentar vigente na sociedade em geral e nos ambientes sob gestão direta e indireta do Estado, quanto à falta de sintonia entre as ações das diversas áreas com responsabilidades afins, como educação, saúde, publicidade, pesquisa estimulada e ou apoiada por entes públicos, produção estimulada de alimentos mediante critérios fundamentados, dentre outros;

Art. 6º - A consecução do Direito humano à alimentação adequada

e da segurança alimentar e nutricional, requer o respeito à soberania do Estado sobre a produção e o consumo de alimentos.

Art. 7º - O Município de Balneário Rincão deve empenhar-se na promoção de cooperação técnica com o Governo Estadual e Federal, bem como com os demais Municípios do Estado, contribuindo assim, para a realização do Direito humano à alimentação adequada.

CAPÍTULO II DOS COMPONENTES MUNICIPAIS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Art. 8º - A consecução do Direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional da população far-se-á por meio do SISAN, integrado, no Município de Balneário Rincão, por um conjunto de órgãos e entidades afetas à segurança alimentar e nutricional.

Parágrafo único: A Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN Municipal e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA-Municipal, serão regulamentados por Decreto do Poder Executivo, respeitada a legislação aplicável.

Art. 9º - O SISAN reger-se pelos seguintes princípios e diretrizes dispostos na Lei Federal nº 11.346 de setembro de 2006.

Art. 10º - São componentes municipais do SISAN:

I - a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, instância responsável pela indicação ao CONSEA Municipal das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como pela avaliação do SISAN no âmbito do município;

II - o CONSEA Municipal, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Educação;

III - a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN Municipal - integrada por Secretários Municipais responsáveis pelas pastas afetas à consecução da Segurança Alimentar e Nutricional, com as seguintes atribuições, dentre outras:

a) elaborar, considerando as especificidades locais, o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, observando os requisitos, as dimensões, as diretrizes e os conteúdos expostos no Decreto Federal nº 7272/2010, bem como os demais dispositivos do marco legal vigente, as diretrizes emanadas da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e do CONSEA Municipal, indicando diretrizes, metas, fontes de recursos e os instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;

b) monitorar e avaliar a execução da Política e do Plano;

Parágrafo único: A Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, CAISAN Municipal, será presidida pelo titular da Secretaria de Educação, e seus procedimentos operacionais serão coordenados no âmbito da Secretaria-Executiva da CAISAN Municipal.

IV - os órgãos e entidades de Segurança Alimentar e Nutricional, instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN, nos termos regulamentado pela Câmara Intermunicipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN;

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 11 - O Prefeito Municipal editará norma regulamentando a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão (SC), 09 de Dezembro de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 09 de Dezembro de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário de Administração e Finanças

LEI 174/2014

LEI Nº 174/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DO EXERCÍCIO DE 2.014 POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES NAS FONTES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão; faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado suplementar por conta de transposição orçamentária, o Projeto/Atividade abaixo identificado, destinados ao empenhamento de despesas correntes, no valor total de R\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil reais):

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade 01: MANUTENÇÃO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Atividade 2.006: Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0.1.00(20) - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Órgão 07: SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade 02: DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E DESENV. ECONÔMICO

Projeto 1.024: Pavimentação de Vias, Rodovias, Logradouros e Passeios

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.1.00(164) - Aplicações Diretas R\$ 360.000,00

TOTAL
..... R\$ 460.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura dos créditos suplementares de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial dos seguintes créditos orçamentários:

Órgão 04: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade 02: DIRETORIA DE ENSINO BÁSICO

Projeto 1.006: Aquisição de Área, Constr. Ampl. Reforma Rede Física Fundamental

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00. 0.1.01(27) - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

Projeto 1.007: Aquisição de Ônibus/Micro-ônibus, Veículos Utilitários e Equipamento

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00. 0.1.01(33) - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Atividade 2.011: Manutenção do Transporte Escolar

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00. 0.1.01(53) - Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

Projeto 1.009: Aquisição de Equipamento para Creches e Pré-Escolares

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00. 0.1.01(60) - Aplicações Diretas R\$ 175.000,00

Órgão 07: SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade 02: DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Projeto 1.028: Construção, Reforma e Manutenção das Calçadas, Jardins e Praças Públicas

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00. 0.1.00(177) - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Projeto 1.030: Aquisição de Área e Construção de Espaços Comunitários/Multi-Use

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00. 0.1.00(181) - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL
..... R\$ 460.000,00

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 09 de Dezembro de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 09 de Dezembro de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário de Administração e Finanças

LEI 175/2014

LEI Nº 175/2014

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faz saber a todos os habitantes do Município de Balneário Rincão - SC, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no art. 165, inciso II, da Constituição Federal e em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2015, serão elaboradas e executadas observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I - as metas fiscais, incluindo as disposições sobre as metas de Resultado Primário, Resultado Nominal e demais Relatórios de Gestão e metas estabelecidas pela LRF;

II - as prioridades e metas da administração municipal para o exercício de 2015 extraídas do Plano Plurianual para 2014/2017;
III - a estrutura dos orçamentos da Prefeitura, da Autarquia e do Fundo Municipal;
IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
V - as disposições sobre dívida pública municipal;
VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária e relativa à arrecadação;
VIII - as disposições gerais.

I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2015, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 são os identificados no ANEXO I desta Lei, e que contera ainda os seguintes demonstrativos:

I - Anexo I.1 - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
II - Anexo I.2 - Demonstrativo de Metas Fiscais Atuais Comparadas com a Fixada no Exercício Posterior;
III - Anexo I.3 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Receita;
IV - Anexo I.3.1 - Memória e Metodologia de Cálculo das Principais Fontes de Receita;
V - Anexo I.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesa;
VI - Anexo I.4.1 - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2015;
VII - Anexo I.5 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais do Resultado Primário;
VIII - Anexo I.6 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais do Resultado Nominal;
IX - Anexo I.7 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais do Montante da Dívida;
X - Anexo I.8 - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido e Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos;
XI - Anexo I.9 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social;
XII - Anexo I.10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social;
XIII - Anexo I.11 - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
XIV - Anexo I.12 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
XV - Anexo II. 1 a II.12 - Planilhas das Prioridades e Metas;
XVI - Anexo III - Demonstrativo dos Riscos Fiscais;
XVII - Anexo IV - Demonstrativo da Priorização de Recursos para Obras em Andamento e Conservação do Patrimônio Público;
XVIII - Anexo V - Relatório dos Projetos em Execução e Obras com necessidade de Conservação;
XIX - Anexo VI - Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas.

Parágrafo Único: Os incisos XI e XII (Anexos I.10 e I.11) não se aplicam, uma vez que o Município está vinculado ao Regime Geral da Previdência Social.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2015
Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS II e VI de que trata o artigo 2º desta Lei.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo II, a fim de

compatibilizar a despesa orçada com a receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária: aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física: a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária: o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscrito;

XI - receita não financeira: receita total do exercício, excluídas aquelas provenientes de operações de crédito, de alienação de ativos, de aplicações no mercado financeiro e de amortização de empréstimos;

XII - despesa não financeira: despesa total do exercício, excluídas as provenientes de juros e amortização da dívida, concessão de empréstimos e aquisição de títulos de capital já integralizado.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 303/2005.

§ 2º - A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seu Fundo Municipal e Autarquia, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seu Fundo, Autarquia e aos Orçamentos Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de

natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº. 163/2001, STN nº 303/2005 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº. 8/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 8/85);

V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 08/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF);

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF);

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2015. (Art. 5º, III);

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2015. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2015. (Art. 8º e 50 I da LRF).

§ 1º - O Orçamento Geral do Município poderá ser apresentado por modalidade de aplicação, evidenciando as Fontes de Recursos, na forma prevista nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 2º - Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central a Prefeitura Municipal e como Unidade Gestora cada Fundo Municipal e Autarquia com orçamento e contabilidade próprios.

§ 3º - O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, de que trata o

item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada Órgão ou Secretaria Municipal.

§ 4º - Os orçamentos da Autarquia e do Fundo Municipal descentralizado por força legal, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 5º - Os Fundos Municipais cujo funcionamento orçamentário e financeiro de menor volume não exigidos sua descentralização, a critério de seus Gestores e do Chefe do Poder Executivo Municipal, poderão integrar ao orçamento geral da Prefeitura, apresentado em destaque as respectivas receitas e despesas a eles vinculadas.

Art. 8º - A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá as informações básicas sobre a forma utilizada para as estimativas das receitas e as fixações das despesas.

Art. 9º - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10 - Os Orçamentos para o exercício de 2015 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, sua Autarquia e seu Fundo. (Art. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 11 - O Fundo Municipal e a Autarquia terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 7º, X desta Lei (QDD).

§ 1º - O Fundo Municipal será gerenciado pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, ser delegado a servidor municipal.

§ 2º - A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundo Municipal e da Autarquia deverá ser demonstrada também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 12 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2015 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo Único: O Poder Executivo Municipal colocará à disposição os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 13 - Se a receita estimada para 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o

mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (Art. 9º da LRF).

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e
IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único: Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15 - A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo I.12 observados o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 16 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO III desta Lei. (Art. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º - Os riscos fiscais, casos se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver do excesso de arrecadação e do superávit financeiro de exercício anterior.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 17 - Os orçamentos para o exercício de 2015 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não superiores a 5% (cinco por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (Art. 5º, III da LRF)

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº. 42/99, art. 5º, Portaria STN nº. 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no ANEXO III. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem ao final de cada mês, poderão, excepcionalmente, ser utilizados na proporção de 1/12 do saldo, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 18 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 19 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a

programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 20 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2015 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, § único e 50 I da LRF).

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50 I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº. 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50 I da LRF).

Art. 21 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2015, constantes do ANEXO III do artigo 2º desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Art. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF).

Art. 22 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica. (Art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único: As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade ou até 20 de dezembro do exercício em que se der o repasse, o que ocorrer primeiro. (Art. 70, Parágrafo único da CF).

Art. 23 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 fazem parte do processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único: Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2015, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF)

Art. 24 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF)

Parágrafo Único: As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - ANEXO V, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº. 02/2001, estão demonstrados no ANEXO

IV desta Lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 25 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei orçamentária. (Art. 62 da LRF)

Art. 26 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.

Art. 27 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº. 163/2001 e alterações posteriores.

Parágrafo Único: A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos orçamentários de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF).

Art. 28 - Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2015 e constantes desta Lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 29 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Parágrafo Único: Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 30 - Os programas priorizados por esta Lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - ANEXO VI, e contemplados na Lei Orçamentária para 2015, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública até o final dos meses de maio (RGF do 1º quadrimestre), setembro (RGF do 2º quadrimestre) e fevereiro (RGF do 3º quadrimestre do exercício anterior), de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigirem desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 31 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 32 - A Lei Orçamentária de 2015 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês

imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 33 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 34 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 32 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta Lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 35 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão em 2015, criar cargos e funções, alterar a estrutura administrativa ou de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF).

Parágrafo Único: Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de orçamento para 2015 ou em créditos adicionais.

Art. 36 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, § único, V da LRF).

Parágrafo Único: Excetuam-se dos limites deste artigo os serviços de transporte escolar e transporte de enfermos.

Art. 37 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 19 e 20 da LRF)

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 38 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Balneário Rincão, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único: Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não os "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39 - O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida

ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes. (Art. 14 da LRF)

Art. 40 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, § 3º da LRF)

Art. 41 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção também no prazo da Lei Orgânica e que não poderá passar do exercício de 2014.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º - Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o final do exercício financeiro de 2014, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 43 - O Poder Executivo Municipal, autorizado em Lei própria, poderá conceder incentivos e benefícios econômico-fiscais a empresas para a instalação de novas indústrias, desde que sejam comprovadas vantagens sociais entre outras, a geração de emprego e renda, bem como, de incremento de aumento de retorno de tributos federais, estaduais e municipais ao próprio Município.

Art. 44 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, e de situações provenientes de atos considerados involuntários ao ordenador primário das despesas municipais.

Art. 45 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios e/ou similares com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para execução de obras ou aquisição de equipamentos, materiais ou serviços de interesse do Município ou não, durante o exercício de 2015.

Art. 46 - Por Ato próprio do Chefe do Poder Executivo, as Destinações de Recursos poderão ser alteradas, bem como inseridas novas fontes de recurso e despesa orçamentária correspondente, desde que a modalidade esteja prevista no Projeto/Atividade, em especial quando originárias de intervenções do Tribunal de Contas e da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 47 - Ficam autorizados os ajustes necessários nos Anexos do Plano Plurianual 2014/2017, que se fizerem necessárias em função dos valores constantes dos Anexos da presente Lei.

Parágrafo Único: Os valores do Plano Plurianual 2014/2017 para o exercício de 2015 em diante, bem como as metas físicas, passam a vigorar com a redação dos Anexos da presente Lei, no que couber.

Art. 48 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação,

produzindo os seus efeitos durante o exercício de 2015.

Balneário Rincão, 09 de Dezembro de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 09 de Dezembro de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK
Secretário de Administração e Finanças

LEI 176/2014

LEI Nº 176/2014

ESTIMA A RECEITA E FIXA AS DESPESAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faz saber a todos os habitantes do Município de Balneário Rincão - SC, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Balneário Rincão para o exercício de 2015 estima a Receita e fixa as Despesas em R\$ 46.000.000,00 (Quarenta e Seis Milhões de Reais), da seguinte forma:

I - Orçamento Fiscal: R\$ 26.550.000,00 (Vinte e Seis Milhões, Quinhentos e Cinquenta Mil Reais);

II - Orçamento da Seguridade Social: R\$ 19.450.000,00 (Dezenove Milhões, Quatrocentos e Cinquenta Mil Reais).

DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA DO PODER EXECUTIVO

Art. 2º - O Orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 32.420.000,00 (Trinta e Dois Milhões, Quatrocentos e Vinte Mil Reais) e fixa a Despesa para a Prefeitura Municipal - Poder Executivo em R\$ 28.215.000,00 (Vinte e Oito Milhões, Duzentos e Quinze Mil Reais) e em R\$ 5.470.000,00 (Cinco Milhões, Quatrocentos e Setenta Mil Reais) as Transferências Financeiras Concedidas para o Fundo Municipal de Saúde e para a Câmara Municipal de Vereadores.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

1	RECEITAS CORRENTES	32.866.000,00
1.1	RECEITA TRIBUTÁRIA	8.550.000,00
1.2	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.500.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	460.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.481.000,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.895.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	4.420.000,00
2.1	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.050.000,00

2.2	ALIENAÇÃO DE BENS	70.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	3.300.000,00
9	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(3.046.000,00)
9.1	Deduções da Receita Tributária	(40.000,00)
9.7	Deduções da Receita para Formação do FUNDEB	(3.006.000,00)
	SOMA:	34.260.000,00
	TOTAL:	34.260.000,00

§ 2º - As Despesas da Prefeitura serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

02	GABINETE DO PREFEITO	1.090.000,00
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	2.410.000,00
04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	9.255.000,00
05	SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTES E LAZER	1.530.000,00
06	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.390.000,00
07	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	11.650.000,00
08	SECRETARIA DA PESCA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL	840.000,00
00	ENCARGOS GERAIS	40.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
	SOMA:	28.215.000,00
	TRANSF. FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/ o F.M.Saúde	4.725.000,00
	TRANSF. FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/a CÂMARA VEREADORES	1.320.000,00
	SOMA:	5.470.000,00
	TOTAL:	34.260.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

04	Administração	3.500.000,00
06	Segurança Pública	515.000,00
08	Assistência Social	1.380.000,00
12	Educação	8.970.000,00
13	Cultura	330.000,00
15	Urbanismo	2.800.000,00
16	Habitação	220.000,00
18	Gestão Ambiental	380.000,00
20	Agricultura	500.000,00
22	Indústria	50.000,00
26	Transporte	8.335.000,00
27	Desporto e Lazer	320.000,00
28	Encargos Especiais	40.000,00
99	Reserva de Contingência	10.000,00
	SOMA:	28.215.000,00
	TRANSF. FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/ o F.M.Saúde	4.725.000,00
	TRANSF. FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/a CÂMARA VEREADORES	1.320.000,00

SOMA:	6.045.000,00
TOTAL:	34.260.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

000	Encargos Gerais	40.000,00
002	Gestão Administrativa Superior	1.090.000,00
003	Administração e Finanças	2.410.000,00
004	Gestão da Educação Pública	9.300.000,00
005	Gestão do Turismo, Esporte e Lazer	1.400.000,00
006	Proteção Social	1.600.000,00
007	Gestão da Infraestrutura e Serviços Públicos	10.620.000,00
008	Desenvolvimento Integrado da Pesca, Agricultura e Meio Ambiente	880.000,00
099	Reserva de Contingência	10.000,00
SOMA:		28.215.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/ o F.M.Saúde		4.725.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/a CÂMARA VEREADORES		1.320.000,00
SOMA:		6.045.000,00
TOTAL:		34.260.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	16.410.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.393.000,00
3.1.71.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	8.000,00
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	7.385.000,00
3.2.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.000,00
3.2.90.00.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.007.000,00
3.3.50.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	110.000,00
3.3.71.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	10.000,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	8.887.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	10.530.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	10.500.000,00
4.4.71.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	2.000,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	10.498.000,00
4.6.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	30.000,00
4.6.90.00.00.00	Aplicações Diretas	30.000,00
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
9.9.99.99.00.00	Reserva de Contingência	10.000,00

SOMA:	28.215.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/ o F.M.Saúde	4.725.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/a CÂMARA VEREADORES	1.320.000,00
SOMA:	6.045.000,00
TOTAL:	34.260.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 3º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BALNEÁRIO RINCÃO para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 3.700.000,00 (Três Milhões e Setecentos Mil Reais) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 4.190.000,00 (Quatro Milhões, Cento e Noventa Mil Reais), e fixa as Despesas em R\$ 8.915.000,00 (Oito Milhões e Novecentos e Quinze Mil Reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, com os seguintes desdobramentos:

1	RECEITAS CORRENTES	3.645.000,00
1.1	RECEITA TRIBUTÁRIA	40.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	70.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.515.000,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	20.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	545.000,00
2.2	ALIENAÇÃO DE BENS	25.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	520.000,00
SOMA:		4.190.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - Extra-Orçamentário		4.725.000,00
TOTAL:		8.915.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BALNEÁRIO RINCÃO, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

09	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	8.915.000,00
SOMA:		8.915.000,00
TOTAL:		8.915.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10	SAÚDE	8.915.000,00
SOMA:		8.915.000,00
TOTAL:		8.915.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

009	GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA	8.915.000,00
SOMA:		8.915.000,00
TOTAL:		8.915.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	7.550.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.870.000,00
3.1.71.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	40.000,00
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	4.830.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.680.000,00
3.3.50.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	180.000,00
3.3.71.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	180.000,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	2.320.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	1.365.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.365.000,00
4.4.71.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	5.000,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	1.360.000,00
SOMA:		8.915.000,00
TOTAL:		8.915.000,00

DO ORÇAMENTO DO SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEÁRIO RINCÃO

Art. 4º - O Orçamento da Seguridade Social do SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEÁRIO RINCÃO, para o exercício financeiro de 2015, Estima a Receita em R\$ 10.000.000,00 (Dez Milhões de Reais) e fixa a Despesa em R\$ 10.000.000,00 (Dez Milhões de Reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

1	RECEITAS CORRENTES	7.000.000,00
1.1	RECEITA PATRIMONIAL	50.000,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	6.410.000,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	540.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	550.000,00
2.2	ALIENAÇÃO DE BENS	50.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	500.000,00
SOMA:		7.550.000,00
TOTAL:		7.550.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade SAMAE-Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

10	SAMAE-Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão	7.550.000,00
	SOMA:	7.550.000,00
	TOTAL:	7.550.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

17	SANEAMENTO	7.550.000,00
	SOMA:	7.550.000,00
	TOTAL:	7.550.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

010	SAMAE	7.550.000,00
	SOMA:	7.550.000,00
	TOTAL:	7.550.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	7.000.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	1.400.000,00
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	1.400.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	5.600.000,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	5.600.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	550.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	550.000,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	550.000,00
	SOMA:	7.550.000,00
	TOTAL:	7.550.000,00

DO ORÇAMENTO DO PODER LEGISLATIVO DE BALNEÁRIO RINCÃO

Art. 5º - O Orçamento do órgão CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BALNEÁRIO RINCÃO para o exercício de 2015 estima a Transferência Financeira Recebida do Tesouro Municipal em R\$ 1.320.000,00 (Hum Milhão, Trezentos e Vinte Mil Reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.320.000,00 (Hum Milhão, Trezentos e Vinte Mil Reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, conforme abaixo especificado:

TRANSF. FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Recebida da PREFEITURA	1.320.000,00
SOMA:	1.320.000,00
TOTAL:	1.320.000,00

§ 2º - A Despesa do órgão CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BALNEÁRIO RINCÃO será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01	CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO	1.320.000,00
SOMA:		1.320.000,00
TOTAL:		1.320.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01	LEGISLATIVO	1.320.000,00
SOMA:		1.320.000,00
TOTAL:		1.320.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

001	PROCESSO LEGISLATIVO	1.320.000,00
	SOMA:	1.320.000,00
	TOTAL:	1.320.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	1.126.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.100.000,00
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	1.100.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	126.000,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	126.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	194.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	194.000,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	194.000,00
SOMA:		1.320.000,00
TOTAL:		1.320.000,00

Art. 6º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal

99	Reserva de Contingência	10.000,00
	TOTAL:	10.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º - Para efeito desta Lei entende-se por "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º.

§ 4º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem ao final de cada mês, poderão, excepcionalmente, ser utilizados na proporção de 1/12 do saldo, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 7º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado por ato próprio, a efetuar transposições de valores de dotações orçamentárias entre elementos de despesas correntes e de capital/modalidades de aplicações, alocados dentro do mesmo Projeto ou Atividade, até o limite de seu saldo.

Art. 8º - O Chefe do Poder Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, por ato próprio, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - O superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único: Excluem-se deste limite os créditos adicionais suplementares, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 9º - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 10 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 11 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 12 - Durante o Exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, na forma da legislação vigente.

Art. 13 - Comprovado o interesse público e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 14 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio e/ou similares com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para execução de obras ou aquisição de equipamentos, materiais ou serviços de interesse do Município.

Art. 15 - As Destinações de Recursos poderão ser alteradas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 16 - Faz parte integrante desta Lei os ANEXOS extraídos da Lei Federal nº 4.320/64 e os ANEXOS I à XV vinculados ao Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17 - Ficam autorizados os ajustes nos Anexos do Plano Plurianual 2014/2017, da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2015 e da Lei Orçamentárias/2015, que se fizerem necessários em função dos valores constantes dos Anexos da presente Lei.

Art. 18 - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º de janeiro.

Balneário Rincão, 09 de Dezembro de 2014.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 09 de Dezembro de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK
Secretário de Administração e Finanças

LEI 177/2014

LEI Nº177 / 2014.

DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO MUNICIPAL, CONFRONTANTE COM RUA PARANÁ E A RUA SÃO PAULO COM O NOME DE RUA JORGE GUSTAVO FERNANDES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Passa a denominar-se RUA JORGE GUSTAVO FERNANDES, a Rua Transversal, confrontante entre Rua São Paulo e a Rua Paraná, no Centro do Balneário Rincão.

Art. 20. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 09 de Dezembro de 2014.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 09 de Dezembro de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK
Secretário de Administração e Finanças

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

CARTA CONVITE Nº 039/SAMAE/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: CONVITE Nº. 039/SAMAE/2014.
Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.
Data e horário da sessão de abertura: 23/12/2014 às 17h00min.
Local: Samae de Balneario Rincão/SC, situado na Rua Paraná, 389, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.
Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de material permanente para atender das demandas do Samae de Balneário Rincão/SC. Fone/Fax: (48) 3468-1987/ e-mail:licitacao.samaebr@gmail.com

Balneário Rincão, 15 de Dezembro de 2014.
Pregoeiro
Renata Daros Torres

RETIFICAÇÃO DE EDITAL 035/SAMAE/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL 035/SAMAE/2014
O edital que tem por objeto como objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para contratação banheiros químicos para atender das demandas do Samae de Balneário Rincão, onde "se lê"... 23/12/2014 as 9h00min "leia-se" 23/12/2014, às 11h00min, ficando o mesmo retificado para os fins legais, ficam todos interessados notificados.

Balneário Rincão, 15 de Dezembro de 2014.
Pregoeira
Renata Darós Torres

RETIFICAÇÃO DE EDITAL 038/SAMAE/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL 038/SAMAE/2014
Na publicação do Pregão Presencial Nº. 038/SAMAE/2014, que tem como objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para contratação serviços de manutenção mecânicas para o exercício de 2015, para ser usados pelo Samae do Município de Balneário Rincão,onde "se lê"... 28/12/2014 "leia-se" 26/12/2014, às 10h00min, ficando o mesmo retificado para os fins legais, ficam todos interessados notificados.

Balneário Rincão, 15 de Dezembro de 2014.
Pregoeira
Renata Daros Torres

Barra Velha

PREFEITURA

DECRETO Nº 1003, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014 (REPUBLICAÇÃO)

DECRETO Nº 1003, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014 (republicação) ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PARA ATENDER DOTAÇÕES CONSTANTES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal nº 1419, de 10 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art.1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.679.916,95 (Um milhão seiscentos e setenta e nove mil novecentos e dezesseis reais e noventa e cinco centavos), destinados a reforçar a seguinte dotação orçamentária:

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF
Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Administração
Funcional: 0004.0122.0006
Atividade: 2.010 - Manutenção do Departamento de Administração
Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
Elemento: 3.1.91.00.00.00.00.00/314 Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
..... R\$ 10.000,00
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/154 - Aplicações Diretas
..... R\$ 2.000,00
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/155 - Aplicações Diretas
..... R\$ 8.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF
Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Administração
Funcional: 0028.0846.0006
Ação: 11 - Contribuição ao PASEP - PMBV
Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/258 - Aplicações Diretas
..... R\$ 80.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF
Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Finanças
Funcional: 0004.0123.0006
Atividade: 2.018 - Manutenção do Departamento de Finanças
Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/157 - Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
Funcional: 0012.0361.0210
Ação: 1.014 - Aquisição de Ônibus para o Transporte de Alunos da Rede Municipal de Ensino
Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/348 - Aplicações Diretas

..... R\$ 211.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
Funcional: 0012.0361.0008
Atividade: 2.026 - Manutenção das Atividades do FUNDEB 60% - Ensino Fundamental
Fonte de Recursos: 0.1.1800.0 - Transferências do FUNDEB
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/199 - Aplicações Diretas
..... R\$ 51.500,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
Funcional: 0012.0361.0008
Ação: 2.023 - Manutenção das Atividades de Ensino Fundamental
Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
Elemento: 3.1.91.00.00.00.00.00/315 - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
..... R\$ 210.000,00
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/194 - Aplicações Diretas
..... R\$ 327.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
Funcional: 0012.0365.0008
Ação: 2.024 - Manutenção das Atividades de Ensino Infantil
Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/197 - Aplicações Diretas
..... R\$ 327.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
Funcional: 0012.0361.0008
Ação: 2.035 - Manutenção das Atividades do Salário Educacao - Ensino Fundaental
Fonte de Recursos: 0.1.5800.0 - Transferencia do Salario Educacao
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/218 - Aplicações Diretas
..... R\$ 91.416,95

Entidade: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra Velha - IPREVE
Órgão: 14 - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra Velha - IPREVE
Unidade Orçamentária: 01 - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra Velha - IPREVE
Funcional: 0009.0272.0014
Ação: 2.051 - Pagamento de Benefícios Previdenciários - IPREVE
Fonte de Recursos: 0.1.0300 - Contribuição para o Regime próprio de Previdência Social (Patronal, servidores e compensação financeira)
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/14 - Aplicações Diretas
..... R\$ 130.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha
Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Funcional: 0010.0301.0021
Atividade: 2.077 - Piso da Atenção Básica Variável - PSF
Fonte de Recursos: 0.1.02000 - Recursos de Impostos e

Transferências de Impostos - Saúde
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/95 - Aplicações Diretas
 R\$ 177.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha
 Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Funcional: 0010.0301.0021
 Atividade: 2.079 - Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
 Fonte de Recursos: 0.1.02000 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde
 Elemento: 3.1.91.00.00.00.00/298 - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
 R\$ 15.000,00
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/102 - Aplicações Diretas
 R\$ 25.000,00

Art.2º Os recursos necessários para atendimento dos presentes créditos suplementares correrão por conta:

I - da anulação parcial/total das dotações abaixo:

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Administração
 Funcional: 0006.0451.0006
 Atividade: 2.095 - Modernização da Sinalização de Trânsito
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/371 - Aplicações Diretas
 R\$ 30.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/372 - Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
 Funcional: 0012.0365.0210
 Ação: 1.015 - Construção de CEI's
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/350 - Aplicações Diretas
 R\$ 865.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
 Funcional: 0012.0365.0008
 Ação: 2.022 - Aquisição de Merenda Escolar - Ensino Infantil
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/190 - Aplicações Diretas
 R\$ 100.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
 Funcional: 0012.0365.0008
 Ação: 2.027 - Manutenção das Atividades do FUNDEB 60% - Ensino Infantil
 Fonte de Recursos: 0.1.1800.0 - Transferências do FUNDEB
 Elemento: 3.1.91.00.00.00.00/318 - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
 R\$ 10.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
 Funcional: 0012.0365.0008
 Ação: 2.024 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/196 - Aplicações Diretas
 R\$ 30.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
 Funcional: 0012.0361.0008
 Ação: 2.028 - Manutenção das Atividades do FUNDEB 40% - Ensino Fundamental
 Fonte de Recursos: 0.1.1900.0 - Transferências do FUNDEB
 Elemento: 3.1.91.00.00.00.00/319 - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
 R\$ 35.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
 Funcional: 0012.0365.0008
 Ação: 2.029 - Manutenção das Atividades do FUNDEB 40% - Ensino Infantil
 Fonte de Recursos: 0.1.1900.0 - Transferências do FUNDEB
 Elemento: 3.1.91.00.00.00.00/320 - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
 R\$ 6.500,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca - SEMAP
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Agricultura
 Funcional: 0020.0601.0213
 Ação: 1.025 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/363 - Aplicações Diretas
 R\$ 8.000,00

Entidade: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra Velha - IPREVE
 Órgão: 14 - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra Velha - IPREVE
 Unidade Orçamentária: 01 - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra Velha - IPREVE
 Funcional: 0004.0272.0014
 Ação: 2.050 - Manutenção das Atividades Administrativas do IPREVE
 Fonte de Recursos: 0.1.03000 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/10 - Aplicações Diretas
 R\$ 30.000,00
 Elemento: 3.1.91.00.00.00.00/11 - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
 R\$ 30.000,00
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/12 - Aplicações Diretas
 R\$ 70.000,00

Entidade: Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - FUMTEC
 Órgão: 17 - Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Turismo - FUMTEC

Funcional: 0028.0846.0017

Ação: 1.008 - Construção de Calçada as Margens da Lagoa

Fonte de Recursos: 0.1.0000 - Recursos Ordinários

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/281 - Aplicações Diretas
..... R\$ 120.000,00

Entidade: Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - FU-MTEC

Órgão: 17 - Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura

Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Turismo - FUMTEC

Funcional: 0023.0695.0017

Ação: 2.093 - Promoção e Eventos do Turismo

Fonte de Recursos: 0.1.0000 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/313 - Aplicações Diretas
..... R\$ 194.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha

Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional: 0010.0301.0021

Atividade: 2.079 - Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Fonte de Recursos: 0.1.02000 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/297 - Aplicações Diretas
..... R\$ 50.000,00

II - Provável excesso de arrecadação a se verificar no corrente exercício, oriundo dos repasses efetuados pelo Governo Federal, como segue:

a) FNDE - Salário-Educação
..... R\$ 91.416,95

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra Velha/SC, 10 de dezembro de 2014.

Claudemir Matias Francisco

Prefeito

LEI Nº 1419, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014 (REPUBLIÇÃO)

LEI Nº 1419, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014 (republicação)

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PARA ATENDER DOTAÇÕES CONSTANTES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte lei:

Art.1º Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.679.916,95 (Um milhão seiscientos e setenta e nove mil novecentos e dezesseis reais e noventa e cinco centavos), destinados a reforçar a seguinte dotação orçamentária:

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF

Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Administração

Funcional: 0004.0122.0006

Atividade: 2.010 - Manutenção do Departamento de Administração

Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.1.91.00.00.00.00.00/314 Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
..... R\$ 10.000,00

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/154 - Aplicações Diretas
..... R\$ 2.000,00

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/155 - Aplicações Diretas
..... R\$ 8.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF

Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Administração

Funcional: 0028.0846.0006

Ação: 11 - Contribuição ao PASEP - PMBV

Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/258 - Aplicações Diretas
..... R\$ 80.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF

Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Finanças

Funcional: 0004.0123.0006

Atividade: 2.018 - Manutenção do Departamento de Finanças

Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/157 - Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC

Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação

Funcional: 0012.0361.0210

Ação: 1.014 - Aquisição de Ônibus para o Transporte de Alunos da Rede Municipal de Ensino

Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/348 - Aplicações Diretas
..... R\$ 211.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC

Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação

Funcional: 0012.0361.0008

Atividade: 2.026 - Manutenção das Atividades do FUNDEB 60% - Ensino Fundamental

Fonte de Recursos: 0.1.1800.0 - Transferências do FUNDEB

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/199 - Aplicações Diretas
..... R\$ 51.500,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC

Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação

Funcional: 0012.0361.0008

Ação: 2.023 - Manutenção das Atividades de Ensino Fundamental

Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação

Elemento: 3.1.91.00.00.00.00.00/315 - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
..... R\$ 210.000,00

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/194 - Aplicações Diretas
..... R\$ 327.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC

Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação

Funcional: 0012.0365.0008

Ação: 2.024 - Manutenção das Atividades de Ensino Infantil

Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de

Transferência de Impostos - Educação
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/197 - Aplicações Diretas
 R\$ 327.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
 Funcional: 0012.0361.0008
 Ação: 2.035 - Manutenção das Atividades do Salario Educacao - Ensino Fundaental
 Fonte de Recursos: 0.1.5800.0 - Transferencia do Salario Educacao
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/218 - Aplicações Diretas
 R\$ 91.416,95

Entidade: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra Velha - IPREVE
 Órgão: 14 - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra Velha - IPREVE
 Unidade Orçamentária: 01 - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra Velha - IPREVE
 Funcional: 0009.0272.0014
 Ação: 2.051 - Pagamento de Benefícios Previdenciários - IPREVE
 Fonte de Recursos: 0.1.0300 - Contribuição para o Regime próprio de Previdência Social (patronal, servidores e compensações financeiras)
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/14 - Aplicações Diretas
 R\$ 130.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha
 Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Funcional: 0010.0301.0021
 Atividade: 2.077 - Piso da Atenção Básica Variável - PSF
 Fonte de Recursos: 0.1.02000 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/95 - Aplicações Diretas
 R\$ 177.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha
 Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Funcional: 0010.0301.0021
 Atividade: 2.079 - Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
 Fonte de Recursos: 0.1.02000 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde
 Elemento: 3.1.91.00.00.00.00/298 - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
 R\$ 15.000,00
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/102 - Aplicações Diretas
 R\$ 25.000,00

Art.2º Os recursos necessários para atendimento dos presentes créditos suplementares correrão por conta:

I - da anulação parcial/total das dotações abaixo:

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Administração
 Funcional: 0006.0451.0006
 Atividade: 2.095 - Modernização da Sinalização de Trânsito
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/371 - Aplicações Diretas
 R\$ 30.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/372 - Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
 Funcional: 0012.0365.0210
 Ação: 1.015 - Construção de CEI's
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/350 - Aplicações Diretas
 R\$ 865.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
 Funcional: 0012.0365.0008
 Ação: 2.022 - Aquisição de Merenda Escolar - Ensino Infantil
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/190 - Aplicações Diretas
 R\$ 100.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
 Funcional: 0012.0365.0008
 Acao: 2.027 - Manutenção das Atividades do FUNDEB 60% - Ensino Infantil
 Fonte de Recursos: 0.1.1800.0 - Transferências do FUNDEB
 Elemento: 3.1.91.00.00.00.00/318 - Aplicações Diretas Decorrentes de Oeracoes entre Orgaos
 R\$ 10.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
 Funcional: 0012.0365.0008
 Acao: 2.024 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/196 - Aplicações Diretas
 R\$ 30.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
 Funcional: 0012.0361.0008
 Acao: 2.028 - Manutenção das Atividades do FUNDEB 40% - Ensino Fundamental
 Fonte de Recursos: 0.1.1900.0 - Transferências do FUNDEB
 Elemento: 3.1.91.00.00.00.00/319 - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Orgaos
 R\$ 35.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
 Funcional: 0012.0365.0008
 Acao: 2.029 - Manutenção das Atividades do FUNDEB 40% - Ensino Infantil
 Fonte de Recursos: 0.1.1900.0 - Transferências do FUNDEB
 Elemento: 3.1.91.00.00.00.00/320 - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Orgaos
 R\$ 6.500,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca
 - SEMAP
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Agricultura
 Funcional: 0020.0601.0213
 Ação: 1.025 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/363 - Aplicações Diretas
 R\$ 8.000,00

Entidade: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos
 do Município de Barra Velha - IPREVE
 Órgão: 14 - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos
 do Município de Barra Velha - IPREVE
 Unidade Orçamentária: 01 - Instituto de Previdência Social dos
 Servidores Públicos do Município de Barra Velha - IPREVE
 Funcional: 0004.0272.0014
 Ação: 2.050 - Manutenção das Atividades Administrativas do IPRE-
 VE
 Fonte de Recursos: 0.1.03000 - Contribuição para o Regime Pró-
 prio de Previdência Social - RPPS (patronal, servidores e compen-
 sação financeira)
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/10 - Aplicações Diretas
 R\$ 30.000,00
 Elemento: 3.1.91.00.00.00.00.00/11 - Aplicações Diretas Decor-
 rentes de Operações entre Órgãos
 R\$ 30.000,00
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/12 - Aplicações Diretas
 R\$ 70.000,00

Entidade: Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - FU-
 MTEC
 Órgão: 17 - Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Turismo - FUMTEC
 Funcional: 0028.0846.0017
 Ação: 1.008 - Construção de Calçada as Margens da Lagoa
 Fonte de Recursos: 0.1.0000 - Recursos Ordinários
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/281 - Aplicações Diretas
 R\$ 120.000,00

Entidade: Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - FU-
 MTEC
 Órgão: 17 - Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Turismo - FUMTEC
 Funcional: 0023.0695.0017
 Ação: 2.093 - Promoção e Eventos do Turismo
 Fonte de Recursos: 0.1.0000 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/313 - Aplicações Diretas
 R\$ 194.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha
 Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Funcional: 0010.0301.0021
 Atividade: 2.079 - Manutenção das Ações e Serviços Públicos de
 Saúde
 Fonte de Recursos: 0.1.02000 - Recursos de Impostos e Transfe-
 rências de Impostos - Saúde
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/297 - Aplicações Diretas
 R\$ 50.000,00

II - Provável excesso de arrecadação a se verificar no corrente
 exercício, oriundo dos repasses efetuados pelo Governo Federal,
 como segue:

a) FNDE - Salário-Educação
 R\$ 91.416,95

Art.3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revo-
 gadas as disposições em contrário.

Barra Velha/SC, 10 de dezembro de 2014.
 Claudemir Matias Francisco
 Prefeito

PP 029/2014 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
 Processo Administrativo nº 036/2014 - FMS - Pregão Presencial nº
 029/2014-FMS

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Ad-
 ministração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002
 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna
 público para conhecimento dos interessados que fará realizar Li-
 citação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por
 Item, para aquisição de materiais e equipamentos para otimizar o
 atendimento nos postos de saúde - PMAQ, conforme especifica-
 ções constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento
 dos Envelopes até: 30/12/2014 às 08:30 horas. Data da Sessão
 Pública: 30/12/2014 às 08:45 horas, na Secretaria da Adminis-
 tração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro,
 Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves.
 O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na
 Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no en-
 dereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às
 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 15 de dezembro de 2014.
 CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
 Prefeito

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

AVISO PREGÃO 16-2014 - TE

Aviso de Licitações

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 040/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2014

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial - do tipo menor preço por item. O objeto é a Aquisição parcela de combustível Gasolina Comum, Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S-10 e Aditivo Arla 32, direto na bomba de combustível da proponente para atender a frota da Prefeitura Municipal, do Fundo Municipal de Assistência Social, do Fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural.

ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 09h00min do dia 08/01/2015.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 08/01/2015 às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br. Informações poderão ser solicitadas pelo email compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 16 de Dezembro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

DESPACHO - AVISO DE SESSÃO DE LICITAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA Nº. 52/2014 - FMS

DESPACHO

SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO - abertura dos envelopes de habilitação e qualificação técnica, oferta de serviços e propostas de valores

Chamada Pública nº. 52/2014

Objeto do Pregão: contratação de empresa especializada na realização de exames de diagnóstico por imagem e cardiológicos para atende a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu.

Motivo do despacho: convocação para realização de sessão de licitação - 17/12/2014 - 17h00min.

A empresa CLÍNICA TOP IMAGE DIAGNÓSTICOS MÉDICOS EPP LTDA apresentou os envelopes de habilitação e qualificação técnica, oferta de serviços e propostas de valores.

Desta forma, em atenção ao disposto no aviso de licitação: "Para cada documentação percebida, será designada sessão pública de licitação, sendo esta previamente designada e publicado seu despacho no Diário Oficial dos Municípios", DESIGNO sessão pública de licitação para abertura dos envelopes apresentados em 17/12/2014, às 17:00, na Diretoria de Compras, Licitações e Contratos, localizada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu.

Publica-se tal despacho no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Saúde de Biguaçu

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU PARA EXERCÍCIO DE 2015. LEI Nº 3530/2014

LEI Nº 3530/2014 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Biguaçu para o Exercício de 2015.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu,

Considerando a emenda aprovada pela Câmara, que transferiu os recursos orçamentários da ação de Governo 1013 - Restauração do Casarão Wollinger para a ação de Governo 1029 - Implantação da Casa do Agricultor, no valor de R\$ 412.000,00, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

1. DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento do Município de Biguaçu para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 193.435.000,00 (cento e noventa e três milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 193.435.000,00 (cento e noventa e três mil e quatrocentos e trinta e cinco mil reais), sendo R\$ 149.396.000,00 do Orçamento Fiscal e R\$ 44.039.000,00 do Orçamento da Seguridade

Social, conforme discriminação nos anexos e quadros exigidos no artigo 7º da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015.

§ 1º A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos a esta lei, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	152.029.000,00
1.1. Receita Tributária	24.908.000,00
1.2. Receita de Contribuições	6.510.000,00
1.3. Receita Patrimonial	5.812.000,00
1.4. Receita de Serviços	408.000,00
1.5. Transferências Correntes	111.249.000,00
1.6. Outras Receitas Correntes	3.142.000,00
2. RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	5.480.000,00
2.1. Receita Intra-Orçamentária	5.480.000,00
3. RECEITAS DE CAPITAL	51.685.000,00
3.1. Operações de Crédito	17.100.000,00
3.2. Alienação de Bens	60.000,00
3.3. Transferências de Capital	34.525.000,00
4. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-15.759.000,00
SOMA (I)	193.435.000,00
4.1. Receita Intra-Orçamentária (II)	5.480.000,00
TOTAL DA RECEITA EFETIVA (III = I – II)	187.955.000,00

§ 2º A Despesa do Município será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL DA DESPESA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. CÂMARA MUNICIPAL	6.200.000,00
02. GABINETE DO PREFEITO	3.392.000,00
03. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	4.861.000,00
04. SECRETARIA DE FAZENDA	3.958.000,00
05. SECRETARIA MUNICIPAL DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	4.088.000,00
06. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	1.786.000,00
07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	36.063.000,00
08. SECRETARIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA	54.615.000,00
09. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTE	1.899.000,00
10. SECRETARIA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL	873.000,00
11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	6.665.000,00
12. SECRETARIA DE. DESENV. ECONÔMICO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	736.000,00
13. SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER	4.079.000,00
14. SECRETARIA DE PESCA E MARICULTURA	248.000,00

15. SECRETARIA DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E AQUIC.	2.820.000,00
16. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS DA PM	4.401.000,00
17. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	907.000,00
18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	35.644.000,00
19. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	9.018.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.112.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	10.070.000,00
SOMA (I)	193.435.000,00
Despesa Intra-Orçamentária (II)	5.480.000,00
TOTAL DA DESPESA EFETIVA (III = I – II)	187.955.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	6.200.000,00
04. ADMINISTRAÇÃO	15.623.000,00
06. SEGURANÇA PÚBLICA	18.082.000,00
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.465.000,00
09. PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.930.000,00
10. SAÚDE	36.644.000,00
11. TRABALHO	100.000,00
12. EDUCAÇÃO	35.541.000,00
13. CULTURA	1.230.000,00
14. DIREITOS DA CIDADANIA	69.000,00
15. URBANISMO	38.944.000,00
16. HABITAÇÃO	2.200.000,00
17. SANEAMENTO	19.000,00
18. GESTÃO AMBIENTAL	907.000,00
20. AGRICULTURA	3.068.000,00
22. INDÚSTRIA	693.000,00
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	246.000,00
26. TRANSPORTE	3.065.000,00
27. DESPORTO E LAZER	3.128.000,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	9.099.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.112.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	10.070.000,00
SOMA (I)	194.435.000,00
Despesa Intra-Orçamentária (II)	5.480.000,00
TOTAL DA DESPESA EFETIVA (III = I – II)	187.955.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	8.460.000,00
0002. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	13.363.000,00
0003. O FUTURO SE FAZ COM EDUCAÇÃO	36.063.000,00

0004. SAÚDE, BEM ESTAR DE TODOS	35.663.000,00
0005. DESCOBRINDO TALENTOS COM LAZER	3.538.000,00
0006. SERVIÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS	7.035.000,00
0007. BIGUAÇU, O MELHOR LUGAR PARA O SEU NEGÓCIO	7.195.000,00
0008. CUIDANDO DO NOSSO MEIO AMBIENTE	907.000,00
0009. REVITALIZANDO A CIDADE DE BIGUAÇU	57.000.000,00
0000. ENCARGOS GERAIS	13.029.000,00
9999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.112.000,00
9999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	10.070.000,00
SOMA (I)	193.435.000,00
Despesa Intra-Orçamentária (II)	5.480.000,00
TOTAL DA DESPESA EFETIVA (III = I – II)	187.955.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	116.278.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	64.783.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	60.053.000,00
3.1.91.00	Aplicação Direta Intra-Orçamentária	4.730.000,00
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida	1.345.000,00
3.2.90.00	Aplicações Diretas	1.345.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	50.150.000,00
3.3.20.00	Transferências à União	25.000,00
3.3.30.00	Transferência a Estados e ao Distrito Federal	25.000,00
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1.599.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	47.738.000,00
3.3.91.00	Aplicações Diretas Intra Orçamentária	750.000,00
3.3.93.00	AD Operação Órgãos Integrantes do OFSS c/ Consórcio Público Ente Participa	13.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	65.975.000,00
4.4.00.00	Investimentos	59.860.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	59.860.000,00
4.6.00.00	Amortização da Dívida	6.115.000,00
4.6.90.00	Aplicações Diretas	6.115.000,00
9.9.99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.112.000,00
9.9.99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	10.070.000,00
	SOMA (I)	193.435.000,00
	Despesa Intra-Orçamentária (II)	5.480.000,00
	TOTAL DA DESPESA EFETIVA (III = I – II)	187.955.000,00

2. DO ORÇAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS

2.1. DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA: CÂMARA MUNICIPAL

Art. 2º O Orçamento da Unidade Gestora Câmara Municipal de Biguaçu para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 6.200.000,00 (seis milhões e duzentos mil reais) e fixa a Despesa no mesmo valor.

§ 1º A Receita da Câmara Municipal de Biguaçu será realizada mediante o recebimento de Transferências Financeiras repassadas pelo Tesouro Municipal em cotas mensais estabelecidas na Programação Financeira e no cronograma de execução mensal de desembolso de que trata o artigo 8º da Lei complementar nº 101/2000.

§ 2º A Despesa da Câmara Municipal de Biguaçu será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL DA DESPESA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. CÂMARA MUNICIPAL	6.200.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	6.200.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	6.200.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	6.098.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	5.300.000,00
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida	20.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	778.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	102.000,00
4.4.00.00	Investimentos	72.000,00
4.6.90.00	Amortização da Dívida	30.000,00
	SOMA (I)	6.200.000,00

2.2. DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 3º O Orçamento da Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Biguaçu para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 164.463.000,00 (cento e sessenta e quatro milhões e quatrocentos e sessenta e três mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 136.213.000,00 (cento e trinta e seis milhões e duzentos e treze

mil reais) e em R\$ 28.250.000,00 (vinte e oito milhões e duzentos e cinquenta mil reais) o valor das Transferências Financeiras a Conceder às demais Unidades Gestoras.

§ 1º A Receita da Unidade Gestora Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	130.097.000,00
1.1. Receita Tributária	24.602.000,00
1.2. Receita de Contribuições	3.874.000,00
1.3. Receita Patrimonial	636.000,00
1.4. Receita de Serviços	408.000,00
1.5. Transferências Correntes	97.713.000,00
1.6. Outras Receitas Correntes	2.864.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	50.125.000,00
2.1. Operações de Crédito	17.100.000,00
2.3. Alienação de Bens	40.000,00
2.2. Transferências de Capital	32.985.000,00
3. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-15.759.000,00
SOMA	164.463.000,00

§ 2º A Despesa da Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Biguaçu será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
02. GABINETE DO PREFEITO	3.392.000,00
03. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	4.861.000,00
04. SECRETARIA DA FAZENDA	3.958.000,00
05. SECRETARIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	4.088.000,00
06. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	1.786.000,00
07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	36.063.000,00
08. SECRETARIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA	54.615.000,00
09. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTE	1.899.000,00
10. SECRETARIA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL	873.000,00
11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	6.665.000,00
12. SECRETARIA DE DESENV. ECONÔMICO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	736.000,00
13. SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER	4.079.000,00
14. SECRETARIA DA PESCA E MARICULTURA	248.000,00
15. SECRETARIA DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E AQUIC.	2.820.000,00

19. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	9.018.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.112.000,00
SOMA	136.213.000,00
Transferências Financeiras a Conceder ao BiguaçuPrev	1.180.000,00
Transferências Financeiras a Conceder ao Fundo Municipal de Saúde	20.181.000,00
Transferências Financeiras a Conceder à Fundação Municipal Meio Ambiente	689.000,00
Transferências Financeiras a Conceder à Câmara Municipal de Biguaçu	6.200.000,00
SOMA	28.250.000,00
TOTAL	164.463.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. ADMINISTRAÇÃO	15.233.000,00
06. SEGURANÇA PÚBLICA	18.082.000,00
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.465.000,00
11. TRABALHO	100.000,00
12. EDUCAÇÃO	35.541.000,00
13. CULTURA	1.230.000,00
14. DIREITOS DA CIDADANIA	69.000,00
15. URBANISMO	38.944.000,00
16. HABITAÇÃO	2.200.000,00
17. SANEAMENTO	19.000,00
20. AGRICULTURA	3.068.000,00
22. INDÚSTRIA	693.000,00
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	246.000,00
26. TRANSPORTE	3.065.000,00
27. DESPORTO E LAZER	3.128.000,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	9.018.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.112.000,00
SOMA	136.213.000,00
Transferências Financeiras a Conceder ao Biguaçu Prev	1.180.000,00
Transferências Financeiras a Conceder ao Fundo Municipal de Saúde	20.181.000,00
Transferências Financeiras a Conceder à Fundação Municipal Meio Ambiente	689.000,00
Transferências Financeiras a Conceder à Câmara Municipal de Biguaçu	6.200.000,00
SOMA	28.250.000,00
TOTAL	164.463.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	1.870.000,00
0002. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	13.363.000,00

0003. O FUTURO SE FAZ COM EDUCAÇÃO	36.063.000,00
0004. SAÚDE, BEM ESTAR DE TODOS	19.000,00
0005. DESCOBRINDO TALENTOS COM LAZER	3.538.000,00
0006. SERVIÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS	7.035.000,00
0007. BIGUAÇU, O MELHOR LUGAR PARA O SEU NEGÓCIO	7.195.000,00
0009. REVITALIZANDO A CIDADE DE BIGUAÇU	57.000.000,00
0000. ENCARGOS GERAIS	9.018.000,00
9999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.112.000,00
SOMA	136.213.000,00
Transferências Financeiras a Conceder ao Biguaçu Prev	1.180.000,00
Transferências Financeiras a Conceder ao Fundo Municipal de Saúde	20.181.000,00
Transferências Financeiras a Conceder à Fundação Municipal Meio Ambiente	689.000,00
Transferências Financeiras a Conceder à Câmara Municipal de Biguaçu	6.200.000,00
SOMA	28.250.000,00
TOTAL	164.463.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	71.251.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	41.532.000,00
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida	1.325.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	28.394.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	63.850.000,00
4.4.00.00	Investimentos	57.765.000,00
4.6.00.00	Amortização da Dívida	6.085.000,00
9.9.99.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.112.000,00
	SOMA	136.213.000,00
	Transferências Financeiras a Conceder ao Biguaçu Prev	1.180.000,00
	Transferências Financeiras a Conceder ao Fundo Municipal Saúde	20.181.000,00
	Transferências Financeiras a Conceder à Fundação Municipal Meio Ambiente	689.000,00
	Transferências Financeiras a Conceder à Câmara Municipal Biguaçu	6.200.000,00
	SOMA	28.250.000,00
	TOTAL	164.463.000,00

2.3. DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA: BIGUAÇUPREVI

Art. 4º O Orçamento da Unidade Gestora Biguaçu Previ para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 14.471.000,00 (quatorze milhões e quatrocentos e setenta e um mil reais) e fixa a Despesa no mesmo valor, sendo R\$ 10.070.000,00 (dez milhões e setenta mil reais) a título de Reserva de contingência do Regime Próprio da Previdência social.

§ 1º A Receita da Unidade Gestora Biguaçu Previ será realizada mediante a arrecadação de rendas, Receitas Correntes e Transferências Financeiras da Unidade Gestora Prefeitura, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	7.811.000,00
1.1. Receita de Contribuições	2.636.000,00
1.2. Receita Patrimonial	5.075.000,00
1.3. Outras Receitas Correntes	100.000,00
2. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.480.000,00
2.1. Receitas de Contribuições	5.480.000,00
3. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A RECEBER	1.180.000,00
SOMA	14.471.000,00

§ 2º A Despesa da Unidade Gestora Biguaçu Previ será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
16. BIGUAÇUPREVI	4.401.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.070.000,00
TOTAL	14.471.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. ADMINISTRAÇÃO	390.000,00
09. PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.930.000,00
28. ENCARGOS GERAIS	81.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.070.000,00
TOTAL	14.471.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	390.000,00
0000. ENCARGOS GERAIS	4.011.000,00
9999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	10.070.000,00
SOMA	14.471.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	4.381.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	4.083.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	298.000,00

4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00
4.4.00.00	Investimentos	20.000,00
9.9.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.070.000,00
	TOTAL	14.471.000,00

2.4. DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 5º O Orçamento da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 35.644.000,00 (trinta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil reais) e fixa a Despesa no mesmo valor.

§ 1º A Receita da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, outras Receitas Correntes e de Capital e Transferências Financeiras da Unidade Gestora Prefeitura, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	13.903.000,00
1.1. Receita Tributária	220.000,00
1.2. Receita Patrimonial	97.000,00
1.3. Transferências Correntes	13.536.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	1.560.000,00
2.1. Transferências de Capital	1.560.000,00
3. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A RECEBER	20.181.000,00
SOMA	35.644.000,00

§ 2º A Despesa da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
21. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	35.644.000,00
TOTAL	35.644.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10. SAÚDE	35.644.000,00
TOTAL	35.644.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0004. SAÚDE, BEM ESTAR DE TODOS	35.644.000,00
TOTAL	35.644.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	33.685.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	13.280.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	20.405.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.959.000,00
4.4.00.00	Investimentos	1.959.000,00
	TOTAL	35.644.000,00

2.5 DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 6º O Orçamento da Unidade Gestora Fundação Municipal do Meio Ambiente para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 907.000,00 (novecentos e sete mil reais) e fixa a Despesa no mesmo valor.

§ 1º A Receita da Unidade Gestora Fundação Municipal do Meio Ambiente será realizada mediante a arrecadação de Tributos, rendas, outras Receitas Correntes e de Capital e Transferências Financeiras da Unidade Gestora Prefeitura, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	218.000,00
1.1. Receita Tributária	86.000,00
1.2. Receita Patrimonial	4.000,00
1.3. Outras Receitas Correntes	128.000,00
2. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A RECEBER	689.000,00
TOTAL	907.000,00

§ 2º A Despesa da Unidade Gestora Fundação Municipal do Meio Ambiente será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
19. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	907.000,00
TOTAL	907.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
18. GESTÃO AMBIENTAL	907.000,00
TOTAL	907.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0008. CUIDANDO DO NOSSO MEIO AMBIENTE	907.000,00
TOTAL	907.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	863.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	588.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	275.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	44.000,00
4.4.00.00	Investimentos	44.000,00
	TOTAL	907.000,00

Art. 7º A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação da despesa no respectivo elemento de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores, no momento do empenho da despesa.

Art. 8º Os recursos da Reserva de Contingência constante do Orçamento da Unidade Gestora Prefeitura, exceção ao valor fixado para "Dotações não Orçadas ou Orçadas a menor" serão destinados ao atendimento de riscos fiscais, conforme Anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015, admitida a sua utilização para outra finalidade por ato do Chefe do Poder Executivo, no final do respectivo exercício, justificadamente, desde que atendidos os passivos contingentes confirmados e não houver resíduos a pagar a título de riscos ou eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários reservados no anexo de riscos fiscais no evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" constitui fonte de recursos para abertura de créditos adicionais durante a execução orçamentária, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 9º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar recursos orçamentários de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, assim como, incluir na ação de Governo, novo Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para atender aos objetivos e metas nela estabelecidas.

Art. 10 O Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado também a remanejar recursos orçamentários de uma ação de governo para outra, por decreto, quando as ações envolvidas forem integrantes do programa relacionado às ações e serviços públicos de saúde ou quando forem integrantes do programa relacionado à manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme previsto no artigo 167, inciso VI da Constituição Federal de 1988.

Art. 11 O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 12 Os recursos oriundos de convênios e operações de crédito não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal

como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais sem comprometer o limite previsto no artigo 32, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015.

Art. 13 Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 14 A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Lei nº 3530/2014, de 15/12/2014
Promulgada em 11/12/2014
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

EXTRATO CONTRATO Nº 10.117/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 66/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.117/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 66/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE GRADES PARA A SECRETARIA DE SAÚDE E VIGILÂNCIA AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Fornecedor: PEDRO ABÍLIO COMÉRCIO DE ESQUADRIAS METÁLICAS, ARTIGOS ESPORTIVOS, MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA - ME

Valor: R\$ 10.005,00 (dez mil e cinco reais).

Vigência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.118/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 67/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.118/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 67/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE BIGUAÇU PARA O ANO DE 2015.

Fornecedor: DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Valor: R\$ 11.160,00 (onze mil cento e sessenta reais).

Vigência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.119/2014 - PROCESSO:
PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 67/2014 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.119/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 67/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE BIGUAÇU PARA O ANO DE 2015.

Fornecedor: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.

Valor: R\$ 2.958,94 (dois mil novecentos e cinquenta e oito reais e noventa e quatro centavos).

Vigência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.120/2014 - PROCESSO:
PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 67/2014 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.120/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 67/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE BIGUAÇU PARA O ANO DE 2015.

Fornecedor: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Valor: R\$ 3.405,00 (três mil quatrocentos e cinco reais).

Vigência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.121/2014 - PROCESSO:
PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 67/2014 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.121/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 67/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE BIGUAÇU PARA O ANO DE 2015.

Fornecedor: CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Valor: R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais).

Vigência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.122/2014 - PROCESSO:
PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 67/2014 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.122/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 67/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE BIGUAÇU PARA O ANO DE 2015.

Fornecedor: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

Valor: R\$ 58.270,00 (cinquenta e oito mil duzentos e setenta reais).

Vigência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.124/2014 - PROCESSO:
PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 72/2014 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.124/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 72/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA USO NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE SAÚDE, POLICLINICA, CEO, VIGILÂNCIA AMBIENTAL, VIGILÂNCIA SANITÁRIA, VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E UPA 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU PARA O ANO DE 2015.

Fornecedor: AMA COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Valor: R\$ 292.997,50 (duzentos e noventa e dois mil novecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos).

Vigência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.126/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 73/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.126/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 73/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE, VIGILÂNCIA SANITÁRIA, VIGILÂNCIA AMBIENTAL, VIGILÂNCIA EPI-DEMIOLÓGICA, UPA 24 HORAS E CEO COM VIGÊNCIA PARA O ANO DE 2015.

Fornecedor: ESTÂNCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CÁSSIA LTDA.

Valor: R\$ 3.832,00 (três mil oitocentos e trinta e dois reais).

Vigência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.128/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 60/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.128/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 60/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: CETEC COMERCIO EM GERAL E TREINAMENTOS LTDA- ME

Valor: R\$ 5.593,00 (cinco mil quinhentos e noventa e três reais)

Vigência: 12/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.130/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 60/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.130/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 60/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor:PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA EPP

Valor: R\$ 43.434,00 (quarenta e três mil quatrocentos e trinta e quatro reais).

Vigência: 12/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.131/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 60/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.131/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 60/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: BMI PROSPER EIRELLI ME

Valor: R\$ 32.787,00 (trinta e dois mil setecentos e oitenta e sete reais).

Vigência: 12/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.132/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 60/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.132/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 60/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor:PEREIRA COMÉRCIO DE ARTIGOS DESCARTÁVEIS LTDA ME

Valor: R\$ 2.778,10 (dois mil setecentos e setenta e oito reais e dez centavos).

Vigência: 12/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

PORTARIA Nº 2764/2014

PORTARIA Nº 2764, de 12 de dezembro de 2014.

Instaura Tomada de Contas Especial para reparação de possível dano causado ao erário pela UNAPMIF - União Nacional das Associações de Proteção a Maternidade, Infância, Família e Entidades Sociais Afins, decorrente da entrega parcial do objeto do convênio.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o estabelecido na IN nº TC 13/2012 e nas normas de controle interno aprovada pelo Decreto Municipal n. 91/2010,

Considerando, a proposição feita pela Diretoria de Controle Interno do Município, através da Comunicação Interna nº38, de 28 de novembro de 2014,

RESOLVE:

1. INSTAURAR O PRESENTE PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL NÚMERO 01/2014, nos termos do artigo 10, da Lei Complementar (estadual) nº 202/2000, c/c a IN TC nº 13/2012, Decreto (Municipal) nº 91/2010 e alterações posteriores para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação de possível dano causado ao erário em razão da entrega parcial do objeto do Convênio firmado com a UNAPMIF - União Nacional das Associações de Proteção a Maternidade, Infância, Família e Entidades Sociais Afins, CNPJ nº 00.481.752/0001-11.

2. Este processo de tomada de contas especial deverá ser concluído e encaminhado ao Tribunal de Contas para julgamento no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Portaria.

3. Nomear os servidores: Viviane Cristina Fontanella, ocupante do cargo efetivo de Escriurário; Luiz José Martins Júnior, ocupante do cargo efetivo de Escriurário; e Adriana Lúcia Santana, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro II, para, sob a presidência do primeiro, conduzir o processo de Tomada de Contas Especial instaurado por esta Portaria.

4. Fica revogada a Portaria nº 2701 de 28 de novembro de 2014.

5. Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Ramon Wollinger
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 2767/2014

PORTARIA Nº 2767/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SONIA MARIA VICENTE, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10712/2014 em anexo no período de 28/11/2014 a 12/12/2014.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2768/2014

PORTARIA Nº 2768/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), NAYME RODRIGUES DE ABREU, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10773/2014 em anexo no período de 01/12/2014 a 15/12/2014.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2769/2014

PORTARIA Nº 2769/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), NINA ROSA ALBINO RODRIGUES, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10711/2014 em anexo no período de 28/11/2014 a 11/12/2014.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2770/2014

PORTARIA Nº 2770/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), REINOLDO LIMA BORGES, ocupante do Cargo temporário de PINTOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10867/2014 em anexo no período de 02/12/2014 a 11/12/2014.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2771/2014

PORTARIA Nº 2771/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA DE LOURDES DE BORBA DOS SANTOS, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10683/2014 em anexo no período de 26/11/2014 a 10/12/2014.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2772/2014

PORTARIA Nº 2772/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), TANIA CRISTINA DE SOUZA, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10742/2014 em anexo no período de 01/12/2014 a 05/12/2014.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2773/2014

PORTARIA Nº 2773/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), AMANDA SAGAS SOARES BERNARDES, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10656/2014 em anexo no período de 27/11/2014 a 30/11/2014.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2774/2014

PORTARIA Nº 2774/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), NEUZY DELORME DE SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10726/2014 em anexo no período de 26/11/2014 a 31/12/2014.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2775/2014

PORTARIA Nº 2775/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), NATALI RAMOS DEPIERI, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10908/2014 em anexo no período de 02/12/2014 a 11/12/2014.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2776/2014

PORTARIA Nº 2776/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), OSVALDO SILVA, ocupante do Cargo efetivo de MOTORISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10652/2014 em anexo no período de 19/11/2014 a 23/12/2014.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2777/2014

PORTARIA Nº 2777/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), BERNADETE CARDOUZO, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10737/2014 em anexo no período de 28/11/2014 a 12/12/2014.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2778/2014

PORTARIA Nº 2778/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), GERSON DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de MOTORISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10736/2014 em anexo no período de 01/12/2014 a 01/12/2014.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2779/2014

PORTARIA Nº 2779/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JOSE ANTONIO TEODOSIO, ocupante do Cargo efetivo de OPERÁRIO BRAÇAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10608/2014 em anexo no período de 18/11/2014 a 31/12/2014.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2780/2014

PORTARIA Nº 2780/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), PAULO EDUARDO RODRIGUES, ocupante do Cargo comissionado de ASSISTENTE TÉCNICO - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, o

afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10819/2014 em anexo no período de 28/11/2014 a 11/12/2014.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2786/2014

PORTARIA Nº 2786 de 15 de dezembro DE 2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

GERAR VACÂNCIA, do cargo temporário de PEDREIRO, na Secretaria Municipal de Educação, ocupado pelo(a) servidor(a) ATANÁSIO PEREIRA, em virtude de seu óbito, com data de 12/12/2014, de acordo com a certidão de óbito em anexo.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2787/2014

PORTARIA Nº 2787 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MICHELE RODRIGUES TUMELERO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MICHELE RODRIGUES TUMELERO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III (HISTÓRIA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 25/09/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2788/2014

PORTARIA nº 2788 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KAMILA BITTENCOURT, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KAMILA BITTENCOURT, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 20 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 19/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 2789/2014**

PORTARIA nº 2789 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANDRESSA AMARAL MACHADO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANDRESSA AMARAL MACHADO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 20 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 02/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 2790/2014**

PORTARIA nº 2790 de 15 de dezembro de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) CHARLENE MARIA LINO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CHARLENE MARIA LINO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 29/11/2014 a 19/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/11/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 2791/2014**

PORTARIA nº 2791 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), OSNILDA KUHN HASKEL e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), OSNILDA KUHN HASKEL, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 16/11/2014 a 08/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/11/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2792/2014

PORTARIA nº 2792 de 15 de dezembro DE 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GABRIELLA DALWITT e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GABRIELLA DALWITT, para desempenhar as funções do cargo não provido de ESCRITURÁRIO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 2793/2014**

PORTARIA nº 2793 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUIS AUGUSTO WOLKAN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUIS AUGUSTO WOLKAN, para desempenhar as funções do cargo não provido de CARPINTEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 2794/2014**

PORTARIA nº 2794 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ALAN RIBEIRO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ALAN RIBEIRO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PEDREIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 2795/2014**

PORTARIA nº 2795 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SAMUEL FLORES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SAMUEL FLORES, para desempenhar as funções do cargo não provido de PINTOR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 19/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2796/2014

PORTARIA nº 2796 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOÃO OLÍVIO MARCELINO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOÃO OLÍVIO MARCELINO, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA III, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 19/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2797/2014

PORTARIA nº 2797 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DIEGO ROBERTO PEDROSO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DIEGO ROBERTO PEDROSO, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA III, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 19/12/2014 a 01/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 19/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2798/2014

PORTARIA nº 2798 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ADILIO MONGUILHOT SILVA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ADILIO MONGUILHOT SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA III, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 01/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2799/2014

PORTARIA nº 2799 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSÉ CARLOS ROSINI, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSÉ CARLOS ROSINI, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA III, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 01/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2800/2014

PORTARIA nº 2800 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JORGE JOÃO GORGES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JORGE JOÃO GORGES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA III, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 19/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2801/2014

PORTARIA nº 2801 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), EDSON FARIA DE ANDRADE, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), EDSON FARIA DE ANDRADE, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA III, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 19/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2802/2014

PORTARIA nº 2802 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VALMIR PEDROSO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VALMIR PEDROSO, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA III, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 01/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2803/2014

PORTARIA nº 2803 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIA LUZINETE DO NASCIMENTO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIA LUZINETE DO NASCIMENTO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 30/11/2014 a 01/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/11/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2804/2014

PORTARIA nº 2804 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CATARINA JULIA LEITE, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CATARINA JULIA LEITE, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 01/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2805/2014

PORTARIA nº 2805 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANDREIA SELMA DE SOUZA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANDREIA SELMA DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 01/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2806/2014

PORTARIA nº 2806 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSELI FATIMA CARDOSO DE OLIVEIRA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSELI FATIMA CARDOSO DE OLIVEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 01/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2807/2014

PORTARIA nº 2807 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FATIMA REGINA WERLICH, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FATIMA REGINA WERLICH, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 01/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2808/2014

PORTARIA nº 2808 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GLORIA SANTINA ROCHA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GLORIA SANTINA ROCHA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 01/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2809/2014

PORTARIA nº 2809 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUCIA MARIA FLORES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUCIA MARIA FLORES, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 01/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2810/2014

PORTARIA nº 2801 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), EDSON FARIA DE ANDRADE, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), EDSON FARIA DE ANDRADE, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA III, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 19/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2811/2014

PORTARIA nº 2811 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARCIELENA CUSTODIO ALVES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARCIELENA CUSTODIO ALVES, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 01/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2812/2014

PORTARIA nº 2812 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TATIANY MARIA PEREIRA FELIPE, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TATIANY MARIA PEREIRA FELIPE, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 01/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2813/2014

PORTARIA nº 2813 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), IOLANDA BARBOSA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), IOLANDA BARBOSA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 01/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2814/2014

PORTARIA nº 2814 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JUDITH RAMOS KOCHE, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JUDITH RAMOS KOCHE, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 01/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2815/2014

PORTARIA nº 2815 de 15 de dezembro DE 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RITA DE CASSIA JACINTO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RITA DE CASSIA JACINTO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 01/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2816/2014

PORTARIA nº 2816 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JUÇARA MARTINS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JUÇARA MARTINS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 01/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2817/2014

PORTARIA nº 2817 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUCIANE CRISTINA CAMUZZATO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUCIANE CRISTINA CAMUZZATO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 01/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2818/2014

PORTARIA nº 2818 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JANETE LUIZ, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JANETE LUIZ, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 01/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2819/2014

PORTARIA nº 2819 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSANA DE LOURDES MACHADO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSANA DE LOURDES MACHADO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 01/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2820/2014

PORTARIA nº 2820 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSA MARIA PEREIRA DA SILVA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSA MARIA PEREIRA DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 01/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2821/2014

PORTARIA nº 2821 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DALVA MARIA DE OLIVEIRA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DALVA MARIA DE OLIVEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 01/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2823/2014

PORTARIA nº 2823 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARLI DE JESUS FERNANDES DO ROSÁRIA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARLI DE JESUS FERNANDES DO ROSÁRIA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 01/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2824/2014

PORTARIA nº 2824 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JUCILENE DOS SANTOS TEODORO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JUCILENE DOS SANTOS TEODORO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 01/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2825/2014

PORTARIA nº 2825 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), REGINA LEITE, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), REGINA LEITE, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 01/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2826/2014

PORTARIA nº 2826 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SILVANA HERONDINA DE JESUS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SILVANA HERONDINA DE JESUS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 01/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2827/2014

PORTARIA nº 2827 de 15 de dezembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JULIA KARYNE TELLECHEA DE MELLO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JULIA KARYNE TELLECHEA DE MELLO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/12/2014 a 01/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2828/2014

PORTARIA nº 2828 de 15 de dezembro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ELIANE ZULMA CARDOSO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELIANE ZULMA CARDOSO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 25/11/2014 a 01/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/11/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2829/2014

PORTARIA nº 2829 de 15 de dezembro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) PAMELA CAROLINE CARDOSO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) PAMELA CAROLINE CARDOSO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 26/11/2014 a 01/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 26/11/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2830/2014

PORTARIA nº 2830 de 15 de dezembro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ÂNGELA MARTINHA DE SOUSA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ÂNGELA MARTINHA DE SOUSA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/11/2014 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/11/2014.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PP 255/2014 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 255/2014 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA O USO DA CASA LAR MUNICIPAL DE BIGUAÇU

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 7 janeiro, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 7 janeiro, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante

a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 16 de dezembro de 2014.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

PP 257/2014 PMB E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 257/2014 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO FCK 20 PARA USO NA PAVIMENTAÇÃO DE RUAS NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 8 janeiro, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 8 janeiro, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 16 de dezembro de 2014.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 259/2015 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS REALIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 8 janeiro, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 8 janeiro, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 16 de dezembro de 2014.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 273/2014 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA DISTRIBUIR AS CRIANÇAS CARENTES DO MUNICÍPIO NO EVENTO DE NATAL 2014.

EMPRESA CONTRATADA: SANTOS & SANTOS COM. ATACADISTA LTDA

VALOR: R\$ 5.529,00 (cinco mil quinhentos e vinte e nove reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2014
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 13.01
PROJETO/ATIVIDADE: 2.075
ELEMENTO DA DESPESA: 33.90.30.14.00.00.00
JUSTIFICATIVA: Devido a necessidade da aquisição de brinquedos para distribuir para as crianças carentes do Município no evento de Natal 2014, optou-se por Dispensa de Licitação, tendo em vista que os valores totais previstos para a aquisição desse objeto para o ano de 2014 não ultrapassarão o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), possibilitando assim a realização de Processo de Dispensa de Licitação de acordo com o art.24, II da Lei 8.666/93.
II- para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).
O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer apresentou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 10 de dezembro 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

REPUBLICAÇÃO PP 235/2014 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
REPUBLICAÇÃO DO PP 235/2014 PMB
Devido à falta de empresas interessadas no PP 235/2014 PMB, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL PARA CARGA EM CILINDROS, PELAS GUARNIÇÕES DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR DO QUARTEL DE BOMBEIRO DE BIGUAÇU", fica republicada a mesma para a seguinte data:
RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS: dia 09/01/2015, até 13:45 horas.
ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: dia 09/01/2015, às 14:00 horas.
Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 16 de dezembro de 2014.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 85/2014-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 85/2014-FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONserto de MÁQUINA DE LAVAR DA POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, COM FULCRO NO ARTIGO 24, INCISO II DA LEI 8.666/93.

EMPRESA CONTRATADA: W&Z - COMÉRCIO E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA - EPP.

VALOR: R\$ 690,00 (seiscentos e noventa reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93. É dispensável a licitação:

(...)II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

JUSTIFICATIVA: Considerando a importância do perfeito desempenho da máquina de lavar da Policlínica Municipal, eis que o não funcionamento prejudica o atendimento dos pacientes, haja a vista que a Policlínica fica impedida de lavar a roupa necessária para atender a população; Considerando que o valor total desta aquisição não ultrapassará o valor mencionado no inciso supracitado, opta-se pela dispensa de licitação.

Biguaçu, 09 de dezembro de 2014.
Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

Blumenau**PREFEITURA****DECRETO Nº 10.486/2014**

DECRETO Nº 10.486, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 7.941, de 16 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 732.253,85 (setecentos e trinta e dois mil, duzentos e cinquenta e três reais e oitenta e cinco centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1102 - Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.15.451.0006.1071 - Prolongamento Rua Humberto de Campos Prog. Mob. Sust. Blumenau

Modalidade 4.4.90 (658) Aplicações Diretas R\$ 290.995,47

Fonte de Recursos 0686.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1105 - Sup. Proj. Ter. Dren. Pav. Lig. Rua Chile com a Rep. Argentina - Prog. Mob. Sust. Blumenau

Modalidade 4.4.90 (667) Aplicações Diretas R\$ 94.111,20

Fonte de Recursos 0686.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1143 - Prog. Mobilidade Sust. de Blumenau

Modalidade 4.4.90 (626) Aplicações Diretas R\$ 176.350,57

Fonte de Recursos 0686.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1161 - Sup. Proj. Mel. Amp. Corredor Est. Norte - Prog. Mob. Sust. Blumenau

Modalidade 4.4.90 (668) Aplicações Diretas R\$ 114.080,85

Fonte de Recursos 0686.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1162 - Sup. Proj. Imp. Pav. Corredor Est. Oeste - Prog. Mob. Sust. Blumenau

Modalidade 4.4.90 (661) Aplicações Diretas R\$ 56.715,76

Fonte de Recursos 0686.00000

Fonte de Recursos 0686.00000

Fonte de Recursos 0686.00000

Fonte de Recursos 0686.00000

Fonte de Recursos 0686.00000

Fonte de Recursos 0686.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,

em 19 de novembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.505/2014

DECRETO Nº 10.505, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, § 1º, I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 7.941, de 16 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

29 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2901 - Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade 29.01.08.244.0010.2152 - Man. Imp. de Ações de Proteção Básica

Modalidade 3.3.50 (36) Aplicações Diretas R\$ 77.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

29 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2901 - Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade 29.01.08.244.0010.2152 - Man. Imp. de Ações de Proteção Básica

Modalidade 3.3.90 (38) Aplicações Diretas R\$ 77.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,

em 09 de dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.511/2014

DECRETO Nº 10.511, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

PRORROGA O MANDATO DOS ATUAIS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS (BIÊNIO 2012/2014).

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 59, VII, e 75, I, "o", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29.03.1990, e de acordo com o Ofício CMAS n. 128, de 03.12.2014, subscrito pela Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e com o Memorando SEMUDES/GAB n. 107, de 09.12.2014, subscrito pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, e

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social tomada na reunião extraordinária ocorrida em 03.12.2014, no sentido de prorrogar o mandato dos atuais conselheiros do CMAS, possibilitando a realização de eleição para o próximo mandato de acordo com o que recentemente disciplinado pela Lei Complementar nº. 947, de 11 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado o mandato dos atuais membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS (biênio 2012/2014), em caráter excepcional, até 10 de junho de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 10 de dezembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.512/2014

DECRETO Nº 10.512, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
REVOGA O ESTÍMULO FISCAL CONCEDIDO
À EMPRESA "KLEIN AUTOMAÇÃO LTDA.", POR MEIO DO DECRETO
Nº 9.458, DE 19 DE AGOSTO DE 2011.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, I, "f" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 13, da Lei Complementar nº 179, de 20 de agosto de 1998, e de conformidade com o Memorando SEDEC nº 005/2014, de 05/12/14:

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado, a contar do exercício de 2014, o estímulo fiscal concedido à empresa "KLEIN AUTOMAÇÃO LTDA.", por meio do Decreto nº 9.458, de 19 de agosto de 2011, pelo descumprimento das metas assumidas por ocasião da concessão, conforme deliberação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico Social - CMDES, na reunião realizada em 30 de outubro de 2014, constante da Ata nº 007/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 11 de dezembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.513/2014

DECRETO Nº 10.513, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
REVOGA O ESTÍMULO FISCAL CONCEDIDO
À EMPRESA "LOZEMAR CONFECÇÕES LTDA.", POR MEIO DO DE-
CRETO Nº 9.438, DE 13 DE JULHO DE 2011.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, I, "f" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 13, da Lei Complementar nº 179, de 20 de agosto de 1998, e de conformidade com o Memorando SEDEC nº 006/2014, de 05/12/14:

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado, a contar do exercício de 2014, o estímulo fiscal concedido à empresa "LOZEMAR CONFECÇÕES LTDA.", por meio do Decreto nº 9.438, de 13 de julho de 2011, pelo descumprimento das metas assumidas por ocasião da concessão, conforme deliberação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico Social - CMDES, na reunião realizada em 30 de outubro de 2014, constante da Ata nº 007/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 11 de dezembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.514/2014

DECRETO Nº 10.514, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
REVOGA O ESTÍMULO FISCAL E O INCENTIVO ECONÔMICO CON-
CEDIDO À EMPRESA "PANIN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.",
POR MEIO DO DECRETO Nº 9.596, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, I, "f" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 13, da Lei Complementar nº 179, de 20 de agosto de 1998, e de conformidade com o Memorando SEDEC nº 007/2014, de 05/12/14:

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado, a contar do exercício de 2014, o estímulo fiscal e o incentivo econômico, concedidos à empresa "PANIN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.", por meio do Decreto nº 9.596, de 28 de dezembro de 2011, pelo descumprimento das metas assumidas por ocasião da concessão, conforme deliberação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico Social - CMDES, na reunião realizada em 30 de outubro de 2014, constante da Ata nº 07/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de dezembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.515/2014

DECRETO Nº 10.515, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
REVOGA O ESTÍMULO FISCAL CONCEDIDO
À EMPRESA "MARP INDÚSTRIA TEXTIL LTDA.", POR MEIO DO DE-
CRETO Nº 9.169, DE 03 DE MAIO DE 2010.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, I, "f" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 13, da Lei Complementar nº 179, de 20 de agosto de 1998, e de conformidade com o Memorando SEDEC nº 008/2014, de 05/12/14:

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado, a contar do exercício de 2014, o estímulo fiscal concedido à empresa "MARP INDÚSTRIA TEXTIL LTDA.", por meio do Decreto nº 9.169, de 03 de maio de 2010, pelo descumprimento das metas assumidas por ocasião da concessão, conforme deliberação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico Social - CMDES, na reunião realizada em 04 de dezembro de 2014, constante da Ata nº 08/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de dezembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.516/2014

DECRETO Nº 10.516, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

SUSPENDE OS PRAZOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS FINANCEIROS CONCEDIDOS A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÕES, AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES ÀS INSTITUIÇÕES E ENTIDADES DE CARÁTER PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 59, combinado com a alínea "o" do inciso I do art. 75, ambos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensos do dia 22 de dezembro de 2014 a 02 de janeiro de 2015, período de férias coletivas previsto na Lei nº 8.041, de 23 de outubro de 2014, os prazos de prestação de contas de recursos financeiros concedidos a título de contribuições, auxílios e subvenções às instituições e entidades de caráter privado sem fins lucrativos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 11 de dezembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.297/2014

PORTARIA Nº 18.297, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

CONCEDE EXONERAÇÃO A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS OCUPANTES DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO aos servidores públicos municipais:

ANA CAROLINA SARTI, do cargo de provimento efetivo de Cirurgia Dentista - 15 horas, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 03 de dezembro de 2014, conforme Processo Administrativo nº 9182/12/2014;

RODRIGO STACHOVIK PALERMO, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Procuradoria-Geral do Município, a contar de 02 de dezembro de 2014, conforme Processo Administrativo nº 9218/12/2014;

VANESSA ELUIZA LEBICH FERRARI, do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a contar de 28 de novembro de 2014, conforme Processo Administrativo nº 9186/12/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 10 de dezembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.298/2014

PORTARIA Nº 18.298, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPENSA GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA, LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 102 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, regulamentado pelo Decreto nº 8.616, de 1º de fevereiro de 2008, e conforme Memorando nº 951/2014, de 05/12/2014, resolve:

DISPENSAR, a contar de 31 de outubro de 2014, a gratificação de condução calculada sobre o valor do padrão de vencimento "A", da faixa de vencimento "I", da categoria 7, carga horária de 40 horas semanais, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, previsto na Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, dos servidores públicos municipais:

DARCI DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, GC de 30% (trinta por cento), concedida pela Portaria nº 13.689/10;

EDSON FAGUNDES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, GC de 30% (trinta por cento), concedida pela Portaria nº 12.230/08;

JOSÉ MACARIE RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, GC de 10% (dez por cento), concedida pela Portaria nº 18.171/14;

SÉRGIO LUIZ ROMUALDO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, GC de 10% (dez por cento), concedida pela Portaria nº 18.171/14.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 11 de dezembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.299/2014

PORTARIA Nº 18.299, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALTERA O PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS OCUPANTES DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE MOTORISTA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 102 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e alterações posteriores, regulamentado pelo Decreto nº 8.616, de 1º de fevereiro de 2008, e de acordo com o Memorando SEDEAD nº 953/2014, de 08/12/2014, resolve:

ALTERAR, a contar de 31 de outubro de 2014, o percentual de gratificação de condução dos seguintes servidores públicos municipais:

DILSON GARCIA DE OLIVEIRA FILHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, concedida pela Portaria nº

18.122/2014, para GC de 30% (trinta por cento);

LUIS CARLOS DEGGAN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, concedida pela Portaria nº 18.122/2014, para GC de 30% (trinta por cento);

MARCELO CARDOSO DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, concedida pela Portaria nº 18.053/2014, para GC de 30% (trinta por cento).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 11 de dezembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.301/2014

PORTARIA Nº 18.301, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
DESIGNA JOÃO JORGE MACIERA DOS SANTOS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DESIGNAR

o servidor público municipal JOÃO JORGE MACIERA DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor de Controle de Ponto, FGC-30%, a contar de 01 de dezembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 11 de dezembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.302/2014

PORTARIA Nº 18.302, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
DISPENSA ADAIR MARTINS DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DISPENSAR

o servidor público municipal ADAIR MARTINS, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, da função gratificada de confiança de Coordenador do Arquivo

Municipal de Blumenau, FGC-60%, concedido pela Portaria nº 16.869, de 12/04/2013, no dia 09 de dezembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 11 de dezembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.303/2014

PORTARIA Nº 18.303, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
DESIGNA CELIA VICENTE MAÇANEIRO PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DESIGNAR

a servidora pública municipal CELIA VICENTE MAÇANEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, lotada na Secretaria Municipal de Administração, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador do Arquivo Municipal de Blumenau, FGC-60%, a contar de 10 de dezembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 11 de dezembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.304/2014

PORTARIA Nº 18.304, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS - COMEN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 18, da Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012 e Memorando GAC nº 036/2014, de 08/12/2014, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012, os cidadãos abaixo relacionados, para comporem, juntamente com os demais, o Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas - COMEN:

IVONE KUHLMANN e ELCIDO SCHLÜTER, representantes titular e suplente, respectivamente, do Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, em substituição a FELIPE SIMÕES DA MATTA e CRISTIANE LUIZA NIKEL TRIBESS, nomeados pela Portaria nº 16.108, de 21 de agosto de 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 11 de dezembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.305/2014

PORTARIA Nº 18.305, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando

nº 204/2014, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo concurso público nº 002/2011, a contar de 17 de dezembro de 2014:

ELIANE SCHNAIDER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ROSELI APARECIDA VENTURI ESSIG, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ALESSANDRA DE SOUZA FONTANELLI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SABRINA ZEN RAMOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ADÃO PEDRO CARVALHO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Ciências, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

EDER ALEXANDRE MARTINS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de História, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

GISELE BUCHER JUNKES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Inglês, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARCIONEI AVI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Matemática, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

EDEVALDO BOELTER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Matemática, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE,

jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

TATIANA WITTHOFT, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Matemática, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARCOS JORGE BATISTA DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Matemática, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

TAMARA REIS LEAL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Português, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 12 de dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.306/2014

PORTARIA Nº 18.306, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando

nº 204/2014, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo concurso público nº 002/2014, a contar de 17 de dezembro de 2014:

GILVÂNIO ERTAL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Alemão, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ROSIMELI ZECH MATIAS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Alemão, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

BARBARA GABRIELA HANNIBAL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Alemão, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LUCIANA LISBOA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Alemão, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

VIVIANE REGINA LEMKE ROTHERMEL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Alemão, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SUELI RUCKERT, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Artes, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ELISABETH HARTMANN LINK, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Artes, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ELIANA RADWANSKI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Artes, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MAYRA FRANCIELLE HEDLER VIRTUOSO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Artes, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SONIA REGINA FREITAS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Artes, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LUCIAN JANUARIO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Artes, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ANA PAULA STOEBERL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Artes, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ROBSON RICARDO BRANDT, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Artes, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 12 de dezembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.307/2014

PORTARIA Nº 18.307, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 204/2014, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo concurso público nº 002/2014, a contar de 17 de dezembro de 2014:

ANA PAULA FARIAS MENDES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Artes, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LEOMAR PERUZZO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Artes, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARISTELA MARIA ROCHA PACHECO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Artes, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

RONAN CAIXETA DA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Artes, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ROSANA GAITOLINI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Artes, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CAMILA RAQUEL SCHVANZ, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Artes, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ROSANA STUEHLER GARCIA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Artes, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LUCAS SPECK MATEUS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Religioso, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

NANDRIA VALGAS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Religioso, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo

Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SHIRLEY ADELAIDE JENSEN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Religioso, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ELDRITA HAUSMANN DE PAULA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Religioso, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARIA APARECIDA DOS SANTOS PACHECO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Religioso, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARCIA ELI NAATZ HERINGER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Religioso, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 12 de dezembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.308/2014

PORTARIA Nº 18.308, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 204/2014, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo concurso público nº 002/2014, a contar de 17 de dezembro de 2014:

SANDRA ANDREIA MULLER SCHROEDER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Religioso, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

WIEGAND LINK, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Religioso, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LUIZA GOLINSKI DE SOUZA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Religioso, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ELISANGELA BORGONHA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Religioso, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CIBELE DA SILVA MAIA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Religioso, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ROLF OSCAR HOELTGEBAUM, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Religioso, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ISMERIA DESCHAMPS DE BORBA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Religioso, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CARLOS ALBERTO MANDU DA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Religioso, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

EMELLY APARECIDA ROCHA BORGES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Religioso, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 12 de dezembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 28.872/2014 - SEDEAD

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 8.615, de 01 de fevereiro de 2008, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, com base nos termos do artigo 137, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo indicados:

Cadastro	Nome	Lotação	Processo	Período	
				Início	Fim
216232	CINTIA CRISTINE KIENOLT	PROGEM	2014/4409	23/06/2014	04/07/2014
148440	CLAUDIA CRISTINA CRISTELLI	SEDEAD	2014/5412	04/07/2014	02/08/2014
229807	FERNADN-DO MAS-CHIO	SEMUDES	2014/4345	12/06/2014	10/08/2014

Cadastro	Nome	Lotação	Processo	Período	
195561	HELENA MARIA DA ROSA HOSTIN	SEMED	2014/5742	19/08/2014	02/09/2014
212598	JANE ROSE-MARIS BIZ	SEMED	2014/4388	25/06/2014	09/07/2014
228938	JANE SCHEILA MOTTER	SEMUS	2014/5739	20/08/2014	03/09/2014
186872	MARCILENE RODRIGUES	SEMED	2014/4964	18/07/2014	16/08/2014
229106	SANDRA REGINA DE LIMA MAR-CHETTI	SEMUS	2014/4134	09/06/2014	23/06/2014
206490	SUELI DUARTE OVIDIO	SEMED	2013/1153	07/01/2013	04/05/2013
206490	SUELI DUARTE OVIDIO	SEMED	2013/3962	27/05/2013	20/04/2014

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 28.873/2014 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 28.873, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014. AUTORIZA O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANELIZE MEIRE SCHULZ DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA ATUAR COMO ÁRBITRA OFICIAL DA FEDERAÇÃO CATARINENSE DE FUTEBOL DE SALÃO NOS JOGOS ABERTOS DE SANTA CATARINA - JASC.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

AUTORIZAR

O afastamento da servidora pública municipal ANELIZE MEIRE SCHULZ, ocupante do cargo efetivo de Educador Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, com remuneração, para atuar como Árbitra Oficial da Federação Catarinense de Futebol nos Jogos Abertos de Santa Catarina - JASC, com início em 17 de novembro de 2014 e término previsto para 24 de novembro de 2014, em jornada integral de trabalho, totalizando 06 dias consecutivos, conforme Processo Administrativo nº 2014/11/008651.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 28.874/2014 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 28.874, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014. AUTORIZA O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CAMILA LUIZE SCHLOG DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA PARTICIPAR DOS JOGOS ABERTOS DE SANTA CATARINA - JASC.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

AUTORIZAR

O afastamento da servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, com remuneração, para participar dos Jogos Abertos de Santa Catarina - JASC, com início em 17 de novembro de 2014 e término previsto para 20 de novembro de 2014, em jornada integral de trabalho, totalizando 04 dias consecutivos, conforme Processo Administrativo nº 2014/11/008337.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 28.875/2014 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 28.875, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014. AUTORIZA O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DIANA SUELI VASSELAI SIMÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO PELA UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

AUTORIZAR

O afastamento da servidora pública municipal DIANA SUELI VASSELAI SIMÃO, ocupante do cargo efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, com remuneração, para realizar Curso de Mestrado em Educação pela Universidade Regional de Blumenau - FURB, com início em 05 de janeiro de 2015 e término previsto para 31 de dezembro de 2015, em jornada integral de trabalho, totalizando 256 dias consecutivos, conforme Processo Administrativo nº 2014/11/008870.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 28.876/2014 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 28.876, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014. AUTORIZA O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PAULA EYNG RATTIN DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ORTODONTIA PELO INSTITUTO CABRERA/HERRERO.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

AUTORIZAR

O afastamento da servidora pública municipal PAULA EYNG RATTIN, ocupante do cargo efetivo de Cirurgião Dentista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, com remuneração, para realizar Curso de Especialização em Ortodontia, pelo Instituto Cabrera/Herrero, com início em 07 de janeiro de 2015 e término previsto para 08 de agosto de 2015, em jornada integral de trabalho, totalizando 24 dias alternados, conforme Processo Administrativo nº 2014/11/008871.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 28.877/2014 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 28.877, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.
AUTORIZA O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSEMARY FORMENTO BONICKOSKI DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO PELA UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

AUTORIZAR

O afastamento da servidora pública municipal ROSEMARY FORMENTO BONICKOSKI, ocupante do cargo efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, com remuneração, para realizar Curso de Mestrado em Educação pela Universidade Regional de Blumenau - FURB, com início em 05 de janeiro de 2015 e término previsto para 31 de dezembro de 2015, em jornada integral de trabalho, totalizando 256 dias consecutivos, conforme Processo Administrativo nº 2014/11/008872.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 28.878/2014 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 28.878, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.
AUTORIZA O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JOANA CECILIA BISS SILVA DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO PELA UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

AUTORIZAR

O afastamento da servidora pública municipal JOANA CECILIA BISS SILVA, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, com remuneração, para realizar Curso de Mestrado em Educação pela Universidade Regional de Blumenau - FURB, com início em 05 de março de 2015 e término previsto para 27 de novembro de 2015, em jornada integral de trabalho, totalizando 75 dias alternados, conforme Processo Administrativo nº 2014/12/009199.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 28.879/2014 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 28.879, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.
AUTORIZA O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL RAFAELA BENDINI LOPES DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ORTODONTIA.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

AUTORIZAR

O afastamento da servidora pública municipal RAFAELA BENDINI LOPES, ocupante do cargo efetivo de Cirurgião Dentista, lotada na

Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, com remuneração, para realizar Curso de Especialização em Ortodontia pela Associação Catarinense de Pós-Graduação e Pós Graduandos em Ortodontia, com início em 29 de janeiro de 2015 e término previsto para 20 de dezembro de 2015, em jornada integral de trabalho, totalizando 24 dias alternados, conforme Processo Administrativo nº 2014/11/008899.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 28.880/2014 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 28.880, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.
AUTORIZA O AFASTAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DANIEL CAVASIN DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIRURGIA TRAUMATOLOGIA BUCO MAXILO FACIAIS PELA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

AUTORIZAR

O afastamento do servidor público municipal DANIEL CAVASIN, ocupante do cargo efetivo de Cirurgião Dentista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, com remuneração, para realizar Curso de Especialização em Cirurgia Traumatologia Buco Maxilo Faciais, pela Associação Brasileira de Odontologia, com início em 22 de fevereiro de 2015 e término previsto para 22 de fevereiro de 2015, em jornada integral de trabalho, totalizando 31 dias alternados, conforme Processo Administrativo nº 2014/11/008873.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 28.881/2014 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 28.881, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.
CEDE O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GILSON ADRIANO PAIM DA SILVA À 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E VARA REGIONAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO FÓRUM UNIVERSITÁRIO DE BLUMENAU/SC.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, resolve:

CEDER

com ônus para o Município, o servidor público municipal GILSON ADRIANO PAIM DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, à 2ª Vara da Fazenda Pública e Vara Regional de Execução Fiscal, do Fórum Universitário de Blumenau/SC, a contar de 06 de novembro de 2014, de acordo com o Processo Administrativo nº 2014/11/008896.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 28.883/2014 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 28.883, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
DETERMINA O ARQUIVAMENTO DA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA - SAD Nº. 001/2014, QUE TRAMITOU PERANTE A 1ª CPASD.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.964, de 29/04/2013, e de acordo com o Julgamento prolatado nos autos da SAD nº 001/2014, resolve:

DETERMINAR

o arquivamento da Sindicância Administrativa - SAD nº. 001/2014, instaurada para apurar fato relacionado no Processo Administrativo nº. 2013/3457, no que se refere a vistoria realizada na edificação do Condomínio Vila Germânia, localizado na Rua Carlos Rieschbieter, nº. 1882, bairro Boa Vista, que tramitou perante a 1ª Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, em consonância com o Relatório Final que concluiu pelo seu arquivamento.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 434**

RESOLUÇÃO Nº 434

ALTERA AS REDAÇÕES DOS ARTIGOS 15 E 19, DA RESOLUÇÃO Nº 407, DE 3 DE MARÇO DE 2011.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º O artigo 15, da Resolução n 407, de 3 de março de 2011, que "Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores da Câmara Municipal de Blumenau - SC, estabelece perspectivas de desenvolvimento funcional, normas gerais de enquadramento e dá outras providências", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15. Os interstícios para a obtenção do direito à promoção serão a cada período de 3 (três) anos de exercício de servidor efetivo, considerado o período de estágio probatório.

§ 1º O período do interstício trienal, de que trata o caput, integra a média das avaliações anuais de desempenho para efeito de promoção.

§ 2º A aprovação no estágio probatório constitui requisito obrigatório para efeito de concessão da primeira promoção." (NR)

Art. 2º O caput do artigo 19, da Resolução nº 407/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19. Os cursos de que trata o artigo 16 deverão ter relação estreita com a área de atuação do servidor no cargo ou função, devendo ser previamente apreciados pela Comissão de Avaliação Funcional e pela chefia imediata do servidor e aprovados pelo Presidente da Câmara Municipal. (NR)

...."

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

Vanderlei Paulo de Oliveira
Presidente

Roberto Tribess
Vice-Presidente

Marcos da Rosa
1º Secretário

Jens Juergen Mantau
2º Secretário

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

Reunião Extraordinária do dia 11 de dezembro de 2014.
Quinta-Feira - 10:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	-Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Célio Dias	Cezar João Cim
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

ORDEM DO DIA

Aprovada, em 2ª discussão e votação, a Emenda nº 08 ao Projeto de Lei nº 6.689. Destino: incorporada ao projeto.

Rejeitadas, em 2ª discussão e votação, as Emendas nºs 06, 07 e 09 ao Projeto de Lei nº 6.689; e a Subemenda nº 01 à Emenda nº 06 ao Projeto de Lei nº 6.689. Destino: ao arquivo.

Aprovado, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei nº 6.689. Destino: à Comissão de Redação Final.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

Reunião Extraordinária do dia 11 de dezembro de 2014.
Quinta-Feira - 11:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	-Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Célio Dias	Cezar João Cim
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

ORDEM DO DIA

Aprovada, em única discussão e votação, a Redação Final do Projeto de Lei nº 6.689. Destino: à sanção do Executivo.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

Reunião Extraordinária do dia 11 de dezembro de 2014.
Quinta-Feira - 20:45 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	-Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Célio Dias	Cezar João Cim
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as seguintes Redações Finais: Projeto de Resolução nº 477, ficando promulgada a Resolução nº 434. Destino: comunique-se e publique-se. Projetos de Lei Complementar nºs 1.398, 1.400, 1405 e 1407. Projetos de Lei nºs 6.704, 6.711, 6.720, 6.735, 6.737, 6.746, 6.747, 6.752 e 6.753. Destino: à sanção do Executivo.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

Reunião Ordinária do dia 11 de dezembro de 2014.
Quinta-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	-Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Célio Dias	Cezar João Cim
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

ORDEM DO DIA

Retirados da Ordem do Dia, para vistas, os vetos totais aos Projetos de Lei nºs 6.597 e 6.713; e o Projeto de Lei nº 6.658.

Rejeitada, em 2ª discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 6.720. Destino: ao arquivo.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Resolução

nº 477; os Projetos de Lei Complementar nºs 1.398, 1.400, 1405 e 1407; os Projetos de Lei nºs 6.704, 6.711, 6.720, 6.735, 6.737, 6.746, 6.747, 6.752 e 6.753. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além 1601, 1602 e 1604/2014; e das Moções nºs 189, 190, 191, 192, 193, 194 e 195/2014. Destino: à Secretaria para providências.

Ofício GAPREF Nº 1029/2014 - solicitando a convocação de reuniões extraordinárias para apreciação de projetos de lei constantes das Mensagens nºs 84, 92, 93, 95, 96, 98, 104, 105, 106, 109 e 110/2014.

Promulgada a Portaria nº 01/2014. Destino: comunique-se e publique-se.

Bom Retiro**PREFEITURA****MUNUTA EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA 01/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº35/2014

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2014

A Prefeitura Municipal de Bom Retiro, torna público nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93, alterações introduzidas pela Lei n.º 8.883, de 8 de junho de 1994 e Lei n.º 2249/2014, de 09 de outubro de 2014, que fará realizar Licitação na modalidade "CONCORRÊNCIA PÚBLICA", no dia 20 de janeiro de 2015 às 14h30min, nesta Prefeitura, à Av. Major Generoso, 19, Centro, quando serão feitas as aberturas e análise dos envelopes de "HABILITAÇÃO" e logo em seguida a abertura dos envelopes de "PROPOSTAS DE PREÇOS". A presente licitação se destina à Concessão de 3 (três) pontos privados de táxi para exploração de serviços de transporte de passageiros no Município de Bom Retiro. Edital completo está disponível no Setor de Licitações e no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 16 de dezembro de 2014.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo**PREFEITURA****Decreto 0149/2014**

DECRETO Nº 0149/2014.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0771/2013 de 03.12.2013, etc...

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada no Orçamento Anual do Fundo Municipal de Saúde, relativo ao exercício de dois mil e quatorze, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), conforme segue:

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 - Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde

(14) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.0.0002.000000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

Art. 2º Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), como segue:

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 - Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde

(12) - 3.1.90.00.00.00.00.00 0.0.0002.000000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo (SC), 15 de dezembro de 2014.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

Decreto 0150/2014

DECRETO Nº 0150/2014.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0771/2013 de 03.12.2013, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento Anual do Fundo Municipal de Saúde, relativo ao exercício de dois mil e quatorze, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), conforme segue:

10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.100 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
(6) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.0.0000.000000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 3.000,00

Art. 2º Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), como segue:

10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.100 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
(4) - 3.1.90.00.00.00.00.00 0.0.0000.000000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 3.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo (SC), 15 de Dezembro de 2014.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Decreto 0151/2014

DECRETO Nº 0151/2014.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0771/2013 de 03.12.2013, etc...

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
07 - APOIO AO ENSINO SUPERIOR
2.041 - Apoio ao Ensino Superior
(133) - 3.3.90.00.00.00.00.00 1.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 2.500,00

TOTAL
..... R\$ 2.500,00

Art. 2º Utilizar-se-á como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação do exercício de 2014 do recurso 1.0000 - Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo (SC), 15 de dezembro de 2014.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO N 22 2014

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 22/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Expresso Apoio a Gestão Pública Ltda - ME
CNPJ nº 13.346.252/0001-19, sito com sede a Rua Mirador , 141
Cidade de Presidente Getúlio - SC

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NAS ÁREAS ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL; ABERTURA E ENCERRAMENTO DOS BALANÇOS ANUAIS; PLURIANUAL, DIRETRIZES E ORÇAMENTOS, DIAGNÓSTICOS PARA INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS BETHA, NA SEDE DO MUNICÍPIO, PELO MENOS DOIS DIAS POR SEMANA "IN LOCO" EM DIA ÚTIL, COM DISPONIBILIDADE PARA ATENDIMENTO DIÁRIO ATRAVÉS DE E-MAIL, CANAL DE CHAT, FAX E TELEFONE CONFORME EXPEDIENTE NORMAL DA PREFEITURA.

Vigência: 31.12.2015

Data da assinatura: 10.12.2014
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO N 45 2014

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 45/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: GENTE SEGURADORA S/A,
CNPJ nº 90.180.605/0001-02
Sito a Avenida Carlos Gomes, 350
Cidade de Porto Alegre - RS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DE PROVAS, BEM COMO DE ASSESSORIA À COMISSÃO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGUROS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE BRAÇO DO TROMBUDO, CONFORME ESPECIFICADO NO ANEXO I E II DO RESPECTIVO EDITAL.

Vigência: 30.06.2015

Data da assinatura: 04.12.2014
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO N 64 2014

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 64/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: SS1 SERVIÇOS E ASSESSORIA TI
CNPJ nº 06.113.878/0001-10, Rua Fernandes Viera, 470 Sala 101, Bairro Bom Fim
Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Su

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DE PROVAS, BEM COMO DE ASSESSORIA À COMISSÃO ORGANIZADORA PARA O DESENVOLVIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO DESTINADO AO PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS CONSTANTES DO QUADRO DE PESSOAL DE PROVIMENTO EFETIVO E DO QUADRO DE EMPREGOS PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO.

Vigência: 30.04.2015

Data da assinatura: 04.12.2014
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO N 03 2014

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 03/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Betha Sistemas Ltda
CNPJ nº 00.456.865/0001-67
Sito a Rua João Pessoa, Nº 134, 10 Andar
Cidade de Criciúma - Santa Catarina

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE INFORMÁTICA, PARA LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA INTEGRADOS.

Vigência: 31.12.2015

Data da assinatura: 04.12.2014
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO N 03 2014 FMS

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 03/2014 FMS

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: ADELAR JOSÉ TOLFO
CNPJ nº 17.362.821/0001-70
Sito a Rua Alfredo Kummrow
Cidade de Ibirama, Estado de Santa Catarina

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA ADMINISTRATIVA, AOS DIVERSOS PROGRAMAS DE SAÚDE, UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO.

Vigência: 31.12.2015

Data da assinatura: 04.12.2014
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO N 05 2014 FMS

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 05/2014 FMS

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A, CNPJ nº 61.074.175/0001-38
Sito a Rua Nações Unidas, 11.711
Cidade de Brooklin, Estado de São Paulo

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGUROS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRAÇO DO TROMBUDO, CONFORME ESPECIFICADO NO ANEXO I E II DO RESPECTIVO EDITAL.

Vigência: 30.06.2015

Data da assinatura: 04.12.2014
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO N 09 2014

EXTRATO 2º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 11/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: LIGA DESPORTIVA DA MICRORREGIÃO DA CEBOLA
CNPJ nº 08.801.620/0001-31,
sito a Rua Governador Celso Ramos, 148
Cidade de Ituporanga - SC

Objeto: SERVIÇOS DE CONTRATAÇÃO DE ÁRBITROS PARA OS CAMPEONATOS MUNICIPAIS NO ANO DE 2014 (ADULTO FUTSAL, ADULTO SUÍÇO, VETERANO, JUVENIL E FEMININO), NO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO.

Valor: R\$ 500,00 (quinhentos reais)

Data da assinatura: 10.12.2014
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 35 2014

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 35/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Agromaqui Agropecuária e Máquinas Ltda EPP
CNPJ nº 78.265.261/0001-20
Sito a Rua XV de Novembro, 851 - Bairro Centro, Município de Rio do Sul - SC

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM TRATOR DE PNEUS PARA O MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO/SC.

Vigência: 31.12.2015

Data da assinatura: 04.12.2014
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 44 2014

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 44/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A, CNPJ nº 61.074.175/0001-38
Sito a Rua Nações Unidas, 11.711
Cidade de Brooklin, Estado de São Paulo

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGUROS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DA SECRETARIA DE OBRAS DE BRAÇO DO TROMBUDO, CONFORME ESPECIFICADO NO ANEXO I E II DO RESPECTIVO EDITAL.

Vigência: 30.06.2015

Data da assinatura: 03.12.2014
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 46 2014

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 46/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: GENTE SEGURADORA S/A,
CNPJ nº 90.180.605/0001-02
Sito a Avenida Carlos Gomes, 350
Cidade de Porto Alegre - RS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGUROS PARA VEÍCULO DA ETA (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA) DE BRAÇO DO TROMBUDO, CONFORME ESPECIFICADO NO ANEXO I E II DO RESPECTIVO EDITAL.

Vigência: 30.06.2015

Data da assinatura: 04.12.2014
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 47 2014

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 47/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: GENTE SEGURADORA S/A,
CNPJ nº 90.180.605/0001-02
Sito a Avenida Carlos Gomes, 350
Cidade de Porto Alegre - RS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGUROS PARA A FROTA MUNICIPAL DA SECRETARIA DE OBRAS (APÓLICE DE SEGURO CONTRA TERCEIROS EXCLUSIVO RCF E APÓLICE DE SEGURO CONTRA TERCEIROS DE MÁQUINAS) DE BRAÇO DO TROMBUDO, CONFORME ESPECIFICADO NO ANEXO I E II DO RESPECTIVO EDITAL.

Vigência: 30.06.2015

Data da assinatura: 04.12.2014
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 48 2014

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 48/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: GENTE SEGURADORA S/A,
CNPJ nº 90.180.605/0001-02
Sito a Avenida Carlos Gomes, 350
Cidade de Porto Alegre - RS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGUROS PARA A FROTA MUNICIPAL DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA (APÓLICE DE SEGURO TOTAL E APÓLICE DE SEGURO CONTRA TERCEIROS DE MÁQUINAS) DE BRAÇO DO TROMBUDO, CONFORME ESPECIFICADO NO ANEXO I E II DO RESPECTIVO EDITAL.

Vigência: 30.06.2015

Data da assinatura: 04.12.2014
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 49 2014

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 49/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: GENTE SEGURADORA S/A,
CNPJ nº 90.180.605/0001-02
Sito a Avenida Carlos Gomes, 350
Cidade de Porto Alegre - RS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGUROS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DA SECRETARIA DE CULTURA TURISMO E LAZER DE BRAÇO DO TROMBUDO, CONFORME ESPECIFICADO NO ANEXO I E II DO RESPECTIVO EDITAL.

Vigência: 30.06.2015

Data da assinatura: 04.12.2014
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 50 2014

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 50/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: GENTE SEGURADORA S/A,
CNPJ nº 90.180.605/0001-02
Sito a Avenida Carlos Gomes, 350
Cidade de Porto Alegre - RS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGUROS PARA VEÍCULO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES DE BRAÇO DO TROMBUDO, CONFORME ESPECIFICADO NO ANEXO I E II DO RESPECTIVO EDITAL.

Vigência: 30.06.2015

Data da assinatura: 04.12.2014
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 58 2014

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 58/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: CONSTRUTORA F & F LTDA - EPP
CNPJ nº 12.595.052/0001-37
Sito a Rua Marquês do Herval, 638, sala 02, Centro
Município de Ibirama - SC

Objeto: CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA,

PARA AMPLIAÇÃO DA ESCOLA ADRIANO MOSIMANN, COM ÁREA TOTAL DE 136,67M2, CONTENDO 2 SALAS DE AULA E UMA CIRCULAÇÃO, COM O FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À COMPLETA E PERFEITA IMPLANTAÇÃO DE TODOS OS ELEMENTOS DEFINIDOS NO PROJETO DE ENGENHARIA.

Vigência: 30.01.2015

Data da assinatura: 03.12.2014
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 61 2014

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 61/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: CONSTRUTORA F & F LTDA - EPP
CNPJ nº 12.595.052/0001-37
Sito a Rua Marquês do Herval, 638, sala 02, Centro
Município de Ibirama - SC

Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DA ETAPA 02 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO E CAMARA DE VEREADORES, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO EM ANEXO.

Vigência: 15.09.2015

Data da assinatura: 03.12.2014
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

EXTRATO 2º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 04 2014

EXTRATO 2º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 04/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Quark Engenharia Ltda ME
CNPJ nº 12.496.490/0001-48
sito a Rua Gothard, 732
Cidade de Joinville - SC

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO CONTRATANTE, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS.

Vigência: 31.12.2015

Data da assinatura: 11.12.2014
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

EXTRATO 2º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 112014**EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 09/2014**

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Regiane Marchese ME
CNPJ nº 17.743.290/0001-66,
sito a Rua Nereu Ramos
Cidade de Trombudo Central - SC

Objeto: SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, TIPO DO VEÍCULO VAN (MÍNIMO DE 15 PASSAGEIROS) ÓTIMO ESTADO DE CONSERVAÇÃO COMPROVADO POR LAUDO DE INSPEÇÃO DE SEGURANÇA VEICULAR EXPEDIDO POR ORGÃO COMPETENTE.

Valor: R\$ 1.747,10 (hum mil, setecentos e quarenta e sete reais e dez centavos)

Data da assinatura: 11.12.2014
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

EXTRATO 2º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 36 2014**EXTRATO 2º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 36/2014**

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: LZK Construtora LTDA
CNPJ nº 07.455.659/0001-81
Sito a BR 470, Km 191
Cidade de Pouso Redondo - SC

Objeto: EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS EM PAVER E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA CLARA STUVE, NO CENTRO DE BRAÇO DO TROMBUDO/SC.

Vigência: 28.02.2015

Data da assinatura: 03.12.2014
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

EXTRATO 2º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 43 2014**EXTRATO 2º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 43/2014**

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A, CNPJ nº 61.074.175/0001-38
Sito a Rua Nações Unidas, 11.711
Cidade de Brooklin, Estado de São Paulo

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE

SERVIÇO DE SEGUROS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DE BRAÇO DO TROMBUDO, CONFORME ESPECIFICADO NO ANEXO I E II DO RESPECTIVO EDITAL.

Vigência: 30.06.2015

Data da assinatura: 03.12.2014
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

EXTRATO 4º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 04 2011 FMS**EXTRATO 4º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 04/2011 FMS**

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: LABORATÓRIO DE ANÁLISES FEY LTDA
CNPJ nº 06.991.893/0002-85
Sito a Rua Tiradentes, 20 sala 2
Cidade de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina

Objeto: SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS .

Vigência: 31.12.2015

Data da assinatura: 08.12.2014
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

EXTRATO 4º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 50 2013**EXTRATO 4º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 50/2013**

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: A.R.G Industrial Ltda EPP
CNPJ nº 04.415.095/0001-65
Sito a Rodovia SC-302
Cidade de Taio - SC

Objeto: CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESPORTIVA ESCOLAR, MODELO, FNDE.

Vigência: 31.03.2015

Data da assinatura: 04.12.2014
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

EXTRATO 5º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 27 2012

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 27/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E CONSULTORIA LTDA
CNPJ nº 05.982.200/0001-00, sito com sede a Avenida Brasil, 922 Cidade de Pato Branco - PR

Objeto: FORNECIMENTO DA LICENÇA DE USO DE SOFTWARE PARA GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL.

Vigência: 31.12.2015

Data da assinatura: 04.12.2014
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

EXTRATO 6º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 29 2013

EXTRATO 6º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 29/2013

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Construtora Civil MG Ltda
CNPJ nº 06.145.928/0001-40
Sito a Rua Anita Garibaldi, 373
Cidade de Ibirama - SC

Objeto: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS EM PAVER E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA PREFEITO ERVINO VERMOEHLN COM 167,33 M.

Vigência: 31.03.2015

Data da assinatura: 03.12.2014
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 001/2013

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 001/2013, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO E O HOSPITAL DE TROMBUDO CENTRAL FORMA ABAIXO:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO inscrita no CNPJ sob nº. 95.952.230/0001-67, com sede na Praça da Independência, na qualidade de Concedente, representada pelo Sr. Charles Rafael Schwambach, prefeito municipal e o Hospital de Trombudo Central, com sede a Rua Paulo Skowasch, Município de Trombudo Central - SC, registrado no CNPJ sob nº 86.404.597/0001-55, neste ato representada por seu representante legal, Senhor Hary Spiess, na qualidade de Conveniente, resolvem, de comum acordo, aditar o Convênio nº 001/2013 em epígrafe, pelo que passam a dispor:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA

Fica prorrogado até 31.03.2015 o prazo do Convênio nº 001/2013, contados a partir de 01.01.2015.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do convênio. Este aditivo incorpora-se ao contrato original.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

Braço do Trombudo, 15 de dezembro de 2014.

Concedente	Conveniente
Pref. Mun. de Braço do Trombudo	Hospital de Trombudo Central

Charles Rafael Schwambach	Hary Spiess
Prefeito Municipal	Presidente do Hospital

Testemunhas

Denise Schussler Werter
CPF - 022.538.329-28

Marina Solange Georg Erbs
CPF - 920.667.049-20

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45 2013PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 45/2013

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 45/2013		Data do Registro: 11/12/2013		Válido até: 11/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de implementos agrícolas para efetuar melhorias no Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo e melhor atender seus agricultores.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Carreta agrícola hidráulica 4.000 Kg. rodado tandem com carroceria de madeira 3,20x1,85x0,60+0,40 com sobre caixa e freio pneus novos 650x16,8 lonas. (12458)	UND	VANDERLEI DE FREITAS EPP (9212)	MetalFreitas	0	7.900,0000	1
			MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	TADEU	0	7.950,0000	2
			Fatima Representações Comerciais Ltda (9162)	TADEU	0	9.990,0000	3
2	Arado fixo 3 x 28" modelo AFL (12459)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	BALDAN	0	5.630,0000	1
			Fatima Representações Comerciais Ltda (9162)	KOHLER	0	5.640,0000	2
3	Grade niveladora modelo SP 28 disco 20" recortados mancais rolamento espaçamento 200 mm. (12460)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	BALDAN	0	8.900,0000	1
			Fatima Representações Comerciais Ltda (9162)	CERVO	0	8.930,0000	2
4	Distribuidor de calcário e semeadeira modelo Sembra 400 de polietileno capacidade 600 Kg. (12461)	UND	Fatima Representações Comerciais Ltda (9162)	TRITON	0	2.279,0000	1
			MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	INCOMAGRI	0	2.400,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 45/2013

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 45/2013		Data do Registro: 11/12/2013		Válido até: 11/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de Implementos agrícolas para efetuar melhorias no Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo e melhor atender seus agricultores.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			VANDERLEI DE FREITAS EPP (9212)	Cremasco	0	2.540.0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 45/2013

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 45/2013		Data do Registro: 11/12/2013		Válido até: 11/12/2014	
Objeto da Compra: Aquisição de Implementos agrícolas para efetuar melhorias no Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo e melhor atender seus agricultores.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2013
PROCESSO Nº 84/2013

- (7379) - MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS
- (9162) - Fatima Representações Comerciais Ltda
- (9212) - VANDERLEI DE FREITAS EPP

Braço do Trombudo, 11 de Dezembro de 2013.

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 2809/2014

PORTARIA Nº 2809/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. GRAZIELA ORELIA PANINI LOEWEN, matrícula nº 87663.1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, por 60 (sessenta) dias, a contar de 20/12/2014.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 20/12/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de dezembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2163/2014

PORTARIA Nº 2163/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Monitor Escolar II 40 a Sra. SOLANGE PEDRINI ORLANDI, matrícula nº 682128, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 03/10/2014.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6067377091.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de outubro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2246/2014

PORTARIA Nº 2246/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. CINARA DEBATIN REIS, matrícula nº 102889.8, exercendo as funções de Monitor Escolar II 40, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 60 (sessenta) dias, a contar de 15/10/2014.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de outubro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2310/2014

PORTARIA Nº 2310/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. MARIA ELISABETH CARDOSO DIEGOLI, matrícula nº 4116682, ocupante do cargo de provimento efetivo Educador Social, lotada na Secretaria de Assistência Social e Habitação, em decorrência do atestado do dia 23/10/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 07/11/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 23/10/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de outubro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2365/2014

PORTARIA Nº 2365/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. MARISTELA GILLI, matrícula nº 47236.0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 03/11/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 18/11/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2366/2014

PORTARIA Nº 2366/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. JOSE GERMANO MONTIBELLER, matrícula nº 448.0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente de Administração, lotado no Instituto Brusquense de Planejamento, em decorrência do atestado do dia 03/11/2014 de 60 (sessenta) dias, sendo seu afastamento no dia 18/11/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2368/2014

PORTARIA Nº 2368/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. SAIONARA DE OLIVEIRA, matrícula nº 444847, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 02/11/2014.

Parágrafo Único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 03/11/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de outubro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2370/2014

PORTARIA Nº 2370/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. JANINE ORTHMANN PULZATO SILVA, matrícula nº 444111, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 03/11/2014.

Parágrafo Único - A licença supracitada será custeada pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência com fulcro no art. 41 da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2372/2014

PORTARIA Nº 2372/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Agente Serviços Especiais o Sr. JOÃO CARVALHO FERREIRA, matrícula nº 801224, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a contar de 04/11/2014.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6078064910.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2434/2014

PORTARIA Nº 2434/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. MARIA LUIZ BRITO, matrícula nº 948969, exercendo as funções de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência dos atestados do dia 12/11/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 27/11/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2539/2014

PORTARIA Nº 2539/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. JOÃO BATISTA FRANCO, matrícula nº 411973, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência do atestado do dia 26/11/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 11/12/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2551/2014

PORTARIA Nº 2551/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. SILVANA MARIA FURTADO, matrícula nº 17469, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 27/11/2014.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2565/2014

PORTARIA Nº 2565/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. CONCEIÇÃO APARECIDA CAMPOS BASILIO, matrícula nº 940801, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado do dia 28/11/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 13/12/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de novembro de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2731/2014

PORTARIA Nº 2731/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório a servidora Sra. FLORA ELIANE WILLRICH FERREIRA, matrícula nº 458767, ocupante do cargo de provimento efetivo de farmacêutico Bioquímico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 29/11/2014 de 15 (quinze) dias, ficando suspenso a contar de 14/12/2014.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 14/12/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de dezembro de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2288/2014

PORTARIA nº 2288/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. MARIANA FERRAZ DE OLIVEIRA, exercendo as funções de Monitor Escolar II 40, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 60 (sessenta) dias, a contar de 21/10/2014.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de outubro de 2014.
Arnaldo Francisco da SILVA
Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2205/2014

PORTARIA Nº 2205/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar, em parte, a Portaria nº 2204/2014 que prorrogou a Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. CARLA WILLEMANN KRUEL GOULART, matrícula nº 781967, ocupante do cargo de provimento em comissão de Médico Especialista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 60 (sessenta) dias, a contar de 09/10/2014.

ONDE SE LÊ: "... ocupante do cargo de provimento em comissão de Médico Especialista..."

LEIA-SE: "... ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Especialista..."

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de outubro de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2364/2014

PORTARIA Nº 2364/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. MARILANE VIEIRA MACHADO PINOTTI, matrícula nº 10812, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado do dia 02/11/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 17/11/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02/11/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2580/2014

PORTARIA Nº 2580/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório a servidora Sra. JUSSARA DE OLIVEIRA MALDANER, matrícula nº 4129393, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Consultório Odontológico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência dos atestados do dia 14/11/2014 de 05 (cinco) dias, do dia 19/11/2014 de 10 (dez) dias e do dia 25/11/2014 de 45 (quarenta e cinco), ficando suspenso a contar de 29/11/2014.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 29/11/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de dezembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2655/2014

PORTARIA Nº 2655/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio, para o servidor CLOVIS JOSÉ LOOF, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria de Obras, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no período compreendido entre 08/12/2014 a 07/03/2015, referente ao período aquisitivo de 06/05/2008 a 05/05/2013.

Parágrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 08 de dezembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário de Orçamento e Gestão

Registre-se e publica-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2703/2014

PORTARIA Nº 2703/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio, para o servidor ADEMIR PEREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria de Obras, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, no período compreendido entre 11/12/2014 a 08/02/2015, referente ao período aquisitivo de 21/03/2005 a 20/03/2010.

Parágrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de dezembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário de Orçamento e Gestão

Registre-se e publica-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2810/2014

PORTARIA Nº 2810/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio, para o servidor MILENE PUGLIESI ZAPALA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Veterinário, lotado na Fundação Ecológica e Zoobotânico de Brusque, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, no período compreendido entre 22/12/2014 a 19/02/2015, referente ao período aquisitivo de 02/07/2007 a 01/07/2012.

Paragrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 19 de dezembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário de Orçamento e Gestão

Registre-se e publica-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2812/2014

PORTARIA Nº 2812/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio, para o servidor MARIA LOURDES ADAMI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Educação, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no período compreendido entre 19/01/2015 a 18/04/2015, referente ao período aquisitivo de 02/03/2003 a 01/03/2008.

Paragrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 19 de dezembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário de Orçamento e Gestão

Registre-se e publica-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2813/2014

PORTARIA Nº 2813/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio, para o servidor ANA PAULA SCHMIDT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Educação, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no período compreendido entre 19/01/2015 a 18/04/2015, referente ao período aquisitivo de 28/03/2007 a 27/03/2012.

Paragrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 19 de dezembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário de Orçamento e Gestão

Registre-se e publica-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2814/2014

PORTARIA Nº 2814/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio, para o servidor FLORENTINA ROSSWEILER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Educação, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, no período compreendido entre 19/01/2015 a 19/03/2015, referente ao período aquisitivo de 28/03/2007 a 04/03/2012.

Paragrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 19 de dezembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário de Orçamento e Gestão

Registre-se e publica-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2815/2014

PORTARIA Nº 2815/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio, para o servidor GILMAR DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Obras, Postura, lotado no IBPLAN, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no período compreendido entre 12/01/2015 a 11/04/2015, referente ao período aquisitivo de 15/02/1999 a 14/02/2004.

Paragrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 19 de dezembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário de Orçamento e Gestão

Registre-se e publica-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2816/2014

PORTARIA Nº 2816/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio, para o servidor GILMAR DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Obras, Postura, lotado no IBPLAN, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no período compreendido entre 12/04/2015 a 10/07/2015, referente ao período aquisitivo de 15/02/2004 a 14/02/2009.

Paragrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 19 de dezembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário de Orçamento e Gestão

Registre-se e publica-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2817/2014

PORTARIA Nº 2817/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio, para o servidor GILMAR DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Obras, Postura, lotado no IBPLAN, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no período compreendido entre 11/07/2015 a 08/10/2015, referente ao período aquisitivo de 15/02/2009 a 14/02/2014.

Paragrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 19 de dezembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário de Orçamento e Gestão

Registre-se e publica-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2818/2014

PORTARIA Nº 2818/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio, para o servidor ARI CESAR ZIMERMANN ZANON, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, lotado na Secretaria da Fazenda, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no período compreendido entre 31/12/2014 a 29/03/2015, referente ao período aquisitivo de 01/01/2001 a 31/12/2005.

Paragrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 19 de dezembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário de Orçamento e Gestão

Registre-se e publica-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2317/2014

PORTARIA Nº 2317/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. ALAIDES SIDIANE PEREIRA HALAIKO, matrícula nº 89277.7, exercendo as funções de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência dos atestados do dia 27/10/2014 de 14 (quatorze) dias e do dia 10/11/2014 de 01 (hum) dia, sendo seu afastamento no dia 11/11/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de outubro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2469/2014

PORTARIA Nº 2469/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. PATRICIA SOARES VENZON, matrícula nº 44374.3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, atualmente exercendo as funções do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola, lotada na Secretaria de Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 17/11/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 02/12/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2472/2014

PORTARIA Nº 2472/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. ROBERTA ALEXANDRE, matrícula nº 1000000040, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 17/11/2014.

Parágrafo Único - A licença supracitada será custeada pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência com fulcro no art. 41 da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2585/2014

PORTARIA Nº 2585/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Agente Serviços Especiais a Sra. ROSENEIDE CANDIDO DO NASCIMENTO, matrícula nº 872423, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 01/12/2014.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6083446566.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de dezembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2700/2014

PORTARIA Nº 2700/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório o servidor Sr. JOÃO BATISTA FRANCO, matrícula nº 411973, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 26/11/2014 de 15 (quinze) dias, ficando suspenso a contar de 11/12/2014.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de dezembro de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2445/2014

PORTARIA Nº 2445/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Agente Comunitário de Saúde a Sra. MARLEI SALETE FIAMETTI, matrícula nº 1011960, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 13/11/2014.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6074240470.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de novembro de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2464/2014

PORTARIA Nº 2464/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. DAIANE FUCKNER MORITZ, matrícula nº 855324, exercendo as funções de Educador Social, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 17/11/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 02/12/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de novembro de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2298/2014

PORTARIA Nº 2298/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. CHARLENE ZEN, matrícula nº 1003100, exercendo as funções de Monitor Escolar II 40, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência dos atestados do dia 22/10/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 06/11/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de outubro de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2309/2014

PORTARIA Nº 2309/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Acidente de Trabalho - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. ANDREZA FUZÃO, matrícula nº 678430, exercendo as funções de Educador Social, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência dos atestados do dia 23/10/2014 de 10 (dez) dias e do dia 01/11/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 07/11/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 23/10/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de outubro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2389/2014

PORTARIA Nº 2389/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. CLAUDIA SOARES NASCIMENTO DA SILVA, matrícula nº 1010972, ocupante do cargo de provimento efetivo Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 05/11/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 20/11/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2581/2014

PORTARIA Nº 2581/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. ROSIANE ORTMANN, matrícula nº 948721, exercendo as funções de Monitor Escolar II 40, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 01/12/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de dezembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2584/2014

PORTARIA Nº 2584/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. MARILEIDI SIMONI FARIAS DA SILVA, matrícula nº 903515, exercendo as funções de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 01/12/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 16/12/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de dezembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2587/2014

PORTARIA Nº 2587/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. FLORA ELIANE WILLRICH FERREIRA, matrícula nº 458767, ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmacêutico Bioquímico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado do dia 29/11/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 14/12/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 29/11/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de dezembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2745/2014

PORTARIA Nº 2745/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório a servidora Sra. FABIANA DEMETRIO, matrícula nº 944181, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria de Assistência Social e Habitação, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 01/12/2014 de 15 (quinze) dias, ficando suspenso a contar de 16/12/2014.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de dezembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2209/2014

PORTARIA Nº 2209/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. ROSANGELA RISTOW PRIM, matrícula nº 34398.6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria de Municipal de Educação, por 60 (sessenta) dias, a contar de 09/10/2014.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de outubro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2732/2014

PORTARIA nº 2732/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. CLEIDE CERCAL, matrícula nº 72303.7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 60 (sessenta) dias, a contar de 15/12/2014.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de dezembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2409/2014

PORTARIA Nº 2409/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório a servidora Sra. MARIA ELISABETH CARDOSO DIEGOLI, matrícula nº 4116682, ocupante do cargo de provimento efetivo Educador Social, lotada na Secretaria de Assistência Social e Habitação, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 23/10/2014 de 15 (quinze) dias, ficando suspenso a contar de

07/11/2014.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2586/2014

PORTARIA Nº 2586/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. FABIANA DEMETRIO, matrícula nº 944181, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria de Assistência Social e Habitação, em decorrência do atestado do dia 01/12/2014 de 19 (dezenove) dias, sendo seu afastamento no dia 16/12/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de dezembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2416/2014

PORTARIA Nº 2416/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. ILDO GROSS, matrícula nº 793175, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado na Secretaria de Trânsito e Mobilidade, em decorrência do atestado do dia 10/11/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 25/11/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2417/2014

PORTARIA Nº 2417/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. TANIA REGINA RAINERT, matrícula nº 408174, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 08/11/2014.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 08/11/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2462/2014

PORTARIA Nº 2462/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. CARLA RUBIA DE SOUZA PEREIRA, matrícula nº 4128192, exercendo as funções de Professor, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 60 (sessenta) dias, a contar de 16/11/2014.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 16/11/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2496/2014

PORTARIA Nº 2496/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. CLAUDIA SOARES DO NASCIMENTO DA SILVA, matrícula nº 1010972, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Especiais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 20/11/2014.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da denegação do benefício previdenciário, na modalidade de auxílio-doença, pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2505/2014

PORTARIA Nº 2505/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Professor a Sra. TERESINHA APARECIDA RUDOLFO, matrícula nº 473251, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 21/11/2014.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6074225366.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2807/2014

PORTARIA Nº 2807/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. HELENA ALVES DA SILVA BURIGO DA COSTA, matrícula nº 1078690, exercendo as funções de Professor, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 60 (sessenta) dias, a contar de 20/12/2014.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 20/12/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de dezembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

EDITAL Nº 053/2014 HOMOLOGAÇÃO PROCESSO SELETIVO

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO N. 053/2014

1. O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 7.055/2013, considerando a relação final de classificados do Edital do Processo Seletivo n. 053/2014, publicado no diário oficial dos municípios, site e mural da Prefeitura Municipal de Brusque, torna público aos interessados:

2. A Homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 053/2014 da Prefeitura Municipal de Brusque, com a relação dos candidatos classificados publicados na data de 16 de Dezembro de 2014, no site da Prefeitura Municipal de Brusque.

3. As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Processo Seletivo, serão preenchidos, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

4. HOMOLOGO o Resultado Final do Processo Seletivo n. 053/2014, da Prefeitura Municipal de Brusque.

Brusque, 16 de Dezembro de 2014.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2474/2014

PORTARIA Nº 2474/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. GISELE E SOUZA DOERNER, matrícula nº 1067184, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor II 40, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 15/11/2014.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da denegação do benefício previdenciário, na modalidade de auxílio-doença, pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15/11/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2327/2014

PORTARIA Nº 2327/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. LAUDELINO DOMINGOS STUMPF, matrícula nº 11223, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência do atestado do dia 28/10/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 12/11/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de outubro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2369/2014

PORTARIA Nº 2369/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. JANINE ORTHMANN PULZATO SILVA, matrícula nº 444111, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 03/11/2014.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2470/2014

PORTARIA Nº 2470/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Acidente de Trabalho - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. WANDERSON JOSE CUNHA DOS SANTOS, matrícula nº 4116704, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência do atestado do dia 15/11/2014 de 21 (vinte e um) dias, sendo seu afastamento no dia 30/11/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 15/11/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2582/2014

PORTARIA Nº 2582/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo o servidor Sr. ADENIR CASTORINO FRANCISCO, matrícula nº 12220, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado na Fundação Ecológica e Zoobotânico de Brusque, a contar de 30/11/2014.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 30/11/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de dezembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2299/2014

PORTARIA Nº 2299/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. LARISSA FUCKNER HEIL RAISER, matrícula nº 409340, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência dos atestados do dia 22/10/2014 de 10 (dez) dias, do dia 01/11/2014 de 05 (cinco), sendo seu afastamento no dia 06/11/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de outubro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2308/2014

PORTARIA Nº 2308/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. JULIANA DOS SANTOS, matrícula nº 103713.7, exercendo as funções de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 24/10/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 08/11/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de outubro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2355/2014

PORTARIA Nº 2355/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. GISELE DE SOUZA DOERNER, matrícula nº 1067184, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar II 40, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 31/10/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 15/11/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de outubro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2387/2014

PORTARIA Nº 2387/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o servidor Sr. MURILO ROSO DA SILVA, matrícula nº 1059432, exercendo as funções de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado do dia 05/11/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 20/11/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2388/2014

PORTARIA Nº 2388/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. NADIA MERIZIO PADILHA, matrícula nº 82679.0, exercendo as funções de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência dos atestados do dia 05/11/2014 de 10 (dez) dias, do dia 17/11/2014 de 04 (quatro) dias e do dia 26/11/2014 de 31 (trinta e um) dias, sendo seu afastamento no dia 27/11/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2414/2014

PORTARIA Nº 2414/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. CARLA MARILENE HUBER ZUCCO, matrícula nº 681334, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 08/11/2014.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 08/11/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2458/2014

PORTARIA Nº 2458/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. JUSSARA DE OLIVEIRA MALDANER, matrícula nº 4129393, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Consultório Odontológico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência dos atestados do dia 14/11/2014 de 05 (cinco) dias, do dia 19/11/2014 de 10 (dez) dias, do dia 25/11/2014 de 45 (quarenta e cinco), sendo seu afastamento no dia 29/11/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2517/2014

PORTARIA Nº 2517/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, o servidor Sr. HUGO SCHLEBINGER CANAVESSE JUNIOR, matrícula nº 1002619, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 22/11/2014.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 22/11/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2519/2014

PORTARIA Nº 2519/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Servente Serviços Gerais a Sra. CLEOCIANE BATISTA DE OLIVEIRA, matrícula nº 1009800, lotada na Secretaria de Orçamento e Gestão, a contar de 22/11/2014.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da denegação do benefício em auxílio-doença pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6076759902 e início da licença-maternidade.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 22/11/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2520/2014

PORTARIA Nº 2520/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. MONICA DA SILVA MAFRA, matrícula nº 6025, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 23/11/2014.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 24/11/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2534/2014

PORTARIA Nº 2534/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. POLYANA GONZAGA KATZWINKEL, matrícula nº 666564, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 25/11/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 10/12/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2583/2014

PORTARIA Nº 2583/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Monitor Escolar II 40 a Sra. CHARLENE ZEN, matrícula nº 1003100, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01/12/2014.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6085104298.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de dezembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2610/2014

PORTARIA Nº 2610/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Agente Comunitário de Saúde o Sr. ROBERTO HODECKER, matrícula nº 508802, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 03/12/2014.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6073490031.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de dezembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2701/2014

PORTARIA Nº 2701/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. ELAINE PEREIRA DOS SANTOS ROELA, matrícula nº 81872.0, exercendo as funções de Monitor Escolar II 40, em caráter temporário,

lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 60 (sessenta) dias, a contar de 11/12/2014.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de dezembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2746/2014

PORTARIA Nº 2746/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. SUSANA DA SILVA OLIVEIRA, matrícula nº 106492.4, exercendo as funções de Professor, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 60 (sessenta) dias, a contar de 16/12/2014.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de dezembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2806/2014

PORTARIA Nº 2806/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Coordenador o Sr. EDU GEVAERD NETO, matrícula nº 36872.5, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 20/12/2014.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6083895328.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 20/12/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de dezembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

DECRETO Nº. 7.554, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 7.554, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.676 de 19.12.13, a Lei nº 3.644 de 30.08.13, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 418.779,21 (Quatrocentos e dezoito mil, setecentos e setenta e nove reais e vinte e um centavos), para atender a programação abaixo especificada:

09.00 Secretaria Municipal de Educação
 09.001 Secretaria Municipal de Educação
 0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magistério
 3.1.90.00Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.19.00 Transferência do Fundeb (aplic. outras)
 VALOR R\$ 5.000,00
 0012.0365.0020.2020 Manutenção da Educação Infantil
 3.1.90.00Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.18.00 Transferência do Fundeb (aplic. Profis.)
 VALOR R\$ 413.000,00
 11.00 Secretaria de Desenvolv. Econômico Trabalho e Renda
 11.002 Depto. Da Agricultura e Abastecimento
 0020.0606.0155.2028 Manut. Depto. De Agricultura e Apoio à Agricultura Familiar
 3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 100,00
 22.00 Fundação Municipal de Esportes
 22.001 Fundação Municipal de Esportes
 0027.0812.0070.2065 Manutenção Atividades da Fundação Municipal de Esportes
 3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 0.3.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 679,21

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

09.00 Secretaria Municipal de Educação
 09.001 Secretaria Municipal de Educação
 0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magistério
 3.1.91.00 Aplic. Direta Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.19.00 Transferência do Fundeb (aplic. outras)
 VALOR R\$ 5.000,00
 11.00 Secretaria de Desenvolv. Econômico Trabalho e Renda
 11.002 Depto. Da Agricultura e Abastecimento
 0020.0606.0155.2028 Manut. Depto. De Agricultura e Apoio à Agricultura Familiar
 3.1.90.00Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 100,00

II - Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.18.00	Transferências do Fundeb (Aplic. Profis.)
Valor Orçado	R\$ 30.600.00,00
0.1.19.00	Transferências do Fundeb (Aplic. Outros)
Valor Orçado	R\$ 5.127.025,20
Total Orçado: 01.18.00/0.1.19.00	35.727.025,20
Valor arrecadado até a data de 10/12/2014.	R\$ 33.292.721,18
Previsão Arrecadação até a data de 31/12/2014	37.100.000,00
Provável Excesso de arrecadação até a data de 31/12/2014.	R\$ 1.372.974,80
Valor Utilizado Decreto nº 7547/2014	R\$ 200.000,00
Saldo a Utilizar	R\$ 1.172.974,80

III - superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2013
180-4	C.E.F. Fundação de Esportes c/c 180-4	0.3.00.00 0.1.00.00	2.994,10 99.513,82
TOTAL GERAL			102.507,92
Valores Comprometidos	Fonte de Recursos		Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00		0,00
DDO à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00		11.965,94
Restos à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00		87.547,88
TOTAL	0.1.00.00/0.3.00.00		99.513,82
Saldo	Fonte de Recursos		Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.00.00		2.994,10
Saldo Utilizado pelo Decreto Nº 7.553	0.3.00.00		330,00
Saldo a Utilizar	0.3.00.00		2.664,10

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 12/12/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de dezembro de 2014.
 PAULO ROBERTO ECCEL ELTON ROGRIGO RIFFEL
 Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
 Secretário de Orçamento e Gestão

CEDENIR ALBERTO SIMON
 Chefe Gabinete do Prefeito

EDITAL Nº 053/2014 RESULTADO FINALPROCESSO SELETIVO

RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO N. 053/2014

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA RESULTADO FINAL do Processo Seletivo para o cargo de AGENTE DE OBRAS E OPERADOR DE MÁQUINAS, conforme segue:

CARGO: AGENTE DE OBRAS

CLASS.	CANDIDATO	NOTA
01	ADEMIR BUSCHIROLLI	9
02	VENDELINO PEDRINI	9
03	ARLEI DE ANDRADE	8
04	WILMAR DOS SANTOS	7,5
05	WILMAR KREISCH DE PINHO	7,5
06	FRANCISCO KREUSCH	7
07	RUBENS ALVES	6,8
08	JOSIAS BRAS DE GODOI	6
-	AILTON PIRES DE MORAES	Não compareceu
-	ALTAIR BREHM	Não compareceu
-	ANTONIO FERNANDES DE BRITO	Não compareceu
-	CELSO DOMINGUES DO NASCIMENTO	Não compareceu
-	COSME DE SOUZA FERREIRA	Não compareceu
-	FABRICIO JOSE GOMES	Não compareceu
-	JOSE OLAIR MEDINA	Não compareceu
-	KLEVERTON MATOS DA SILVA	Não compareceu

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS

CLASS.	CANDIDATO	NOTA
1	BASILIO CARLOS HUÇALO	9
2	EDVINO BERNARDO VARGAS	8

Brusque, 16 de dezembro de 2014.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

LEI COMPLEMENTAR Nº 226, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI COMPLEMENTAR nº 226, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Estabelece o Calendário Fiscal para arrecadação dos tributos municipais, relativos ao exercício de 2015, reajustes e descontos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estabelecido o Calendário Fiscal para arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, referente exercício de 2015, como segue:

1ª Parcela ou Cota Única - 10/03/15

2ª Parcela - 10/04/15

3ª Parcela - 10/05/15

4ª Parcela - 10/06/15

5ª Parcela - 10/07/15

6ª Parcela - 10/08/15

7ª Parcela - 10/09/15

8ª Parcela - 10/10/15

9ª Parcela - 10/11/15

10ª Parcela - 10/12/15

§ 1º O contribuinte que efetuar o pagamento do I.P.T.U. em Cota Única no vencimento, terá desconto de 20% (vinte por cento) no valor devido.

§ 2º O contribuinte que efetuar o pagamento do I.P.T.U. em 3 (três) parcelas, vencíveis 10 de março, 10 de abril e 10 de maio de 2015, terá desconto de 10% no valor devido.

§ 3º O contribuinte poderá fazer o pagamento do I.P.T.U. em 10 (dez) parcelas mensais, conforme o calendário fiscal descrito no caput, sem qualquer acréscimo no valor devido.

§ 4º Fica estabelecido um desconto de 5% (cinco por cento) sobre o valor do I.P.T.U., referente exercício de 2015, do contribuinte que estiver em dia com o I.P.T.U. de 2014 e anos anteriores, até 19 de dezembro de 2014.

§ 5º O valor mínimo das parcelas do I.P.T.U. é de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Art. 2º O Imposto de Serviço de Qualquer Natureza- ISSQN fixo, referente exercício de 2015, deverá ser pago respeitadas as seguintes datas:

1º parcela ou Cota única - 31/01/2015

2ª parcela - 28/02/2015

3ª parcela - 31/03/2015

4ª parcela - 30/04/2015

5ª parcela - 31/05/2015

6ª parcela - 30/06/2015

Parágrafo único. O valor mínimo das parcelas do ISSQN é de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Art. 3º O vencimento, em cota única da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento - T.L.L.F., referente exercício de 2015, será em 31/01/2015.

Art. 4º Os valores dos tributos municipais serão reajustados em 6,59% (I.N.P.C. de outubro/2013 a setembro/2014).

Art. 5º Fica revogada a Lei Complementar nº 105/03, surtindo seus efeitos a partir de 01/01/2015.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de dezembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.820, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI nº 3.820, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA PEDRO GROH, a Rua Sem Denominação Oficial, transversal da Rua Theodoro Albrescht, bairro São Pedro, localizada a 400,00 metros, sentido bairro/centro, antes do cruzamento das Ruas São Pedro e Theodoro Albrescht.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 400,00 metros, tendo a pista largura de 6,00 metros e passeios de 1,50 metros para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de dezembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.821, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI nº 3.821, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA PAULO BURIGO, a via identificada como Rua Sem Denominação Oficial, transversal da Rua Alberto Muller, bairro Santa Terezinha, localizada a 10,00 metros da Rodovia Antônio Heil.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 89,00 metros, tendo a pista largura de 4,00 metros e passeios de 1,00 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de dezembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.822, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI nº 3.822, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA SEBASTIÃO DE OLIVEIRA, a via identificada como Rua SL-022, transversal da identificada SL-025, bairro Santa Luzia, localizada a 50,00 metros, sentido bairro/centro antes da Rua identificada como SL-023.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 85,00 metros, tendo a pista largura de 5,50 metros e passeios de 1,00 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de dezembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.823, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI nº 3.823, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA ALVARI PIRES DA SILVA, a via identificada como Rua SL-025, transversal da Rua identificada como Rua SI-026, bairro Santa Luzia, localizada a 115,00 metros da Rua Hermínio Pavesi (estrada geral do Beco Pavesi).

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 200,00 metros, tendo a pista largura de 6,00 metros e passeios de 1,00 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de dezembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios-DOM/
SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.824, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI nº 3.824, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio de gestão compartilhada com o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Polícia Militar, com intervenção da Secretaria da Fazenda e da Associação Empresarial de Brusque - Acibr, objetivando a cooperação de esforços na preservação da ordem pública no Município de Brusque e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio de gestão compartilhada com o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Polícia Militar, para cooperação de esforços na preservação da ordem pública no âmbito do Município de Brusque.

Parágrafo único. A Secretaria da Fazenda do Município e a Associação Empresarial de Brusque - ACIBr participarão do convênio na condição de intervenientes.

Art. 2º O convênio de gestão compartilhada que trata o artigo 1º tem por objetivo a fiscalização do cumprimento das disposições da legislação municipal relativas aos estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços, eventuais e o comércio de ambulantes no Município de Brusque, com a finalidade de preservar a ordem pública, nos termos do convênio anexo.

Art. 3º O convênio poderá prever o rateio dos valores arrecadados com cobrança de alvarás e licenças emitidas pela Secretaria da Fazenda do Município (TLLF), observado o percentual máximo de repasse à PMSC de:

I - até 30% (trinta por cento) sobre a arrecadação efetiva da referida taxa, nos meses de março a dezembro de cada exercício, e 5% (cinco por cento) nos meses de janeiro e fevereiro;

II - até 80% (oitenta por cento) sobre a arrecadação efetiva das multas e autuações realizadas por meio da Polícia Militar.

Parágrafo único. Os valores de que trata este artigo deverão ser aplicados exclusivamente no Município de Brusque, em despesas destinadas à preservação da ordem pública, tais como equipamentos, veículos, serviços, cursos ou atividades.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de dezembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/
SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 2424/2014

PORTARIA Nº 2424/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. KATIA GRACIOSA, matrícula nº 76589.9, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Especialista, lotada na Secretaria de Municipal de Saúde, por 60 (sessenta) dias, a contar de 11/11/2014.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de novembro de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2269/2014

PORTARIA Nº 2269/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. TEREZINHA SALETE MELO, matrícula nº 94629.0, exercendo as funções de Agente Serviços Especiais, lotada na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência dos atestados do dia 20/10/2014 de 11 (onze) dias e do dia 28/10/2014 de 90 (noventa) dias, sendo seu afastamento no dia 04/11/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de outubro de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2415/2014

PORTARIA Nº 2415/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. CARLA MARILENE HUBER ZUCCO, matrícula nº 681334, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 08/11/2014.

Parágrafo Único - A licença supracitada será custeada pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência com fulcro no art. 41 da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 08/11/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de novembro de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2463/2014

PORTARIA Nº 2463/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. SOLANGE PEDRINI ORLANDI, matrícula nº 682128, exercendo as funções de Monitor Escolar II 40, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 17/11/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de novembro de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2475/2014

PORTARIA Nº 2475/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Servente Serviços Gerais a Sra. NEUSA MARIA MOREIRA LEMES, matrícula nº 903388, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 18/11/2014.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6081796756.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de novembro de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2476/2014

PORTARIA Nº 2476/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. FATIMA ZIANE OLIVEIRA MACHADO, matrícula nº 801070, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência dos atestados do dia 18/11/2014 de 13 (treze) dias, do dia 01/12/2014 de 02 (dois), do dia 03/12/2014 de 02 (dois) dias, sendo seu afastamento no dia 03/12/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de novembro de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2507/2014

PORTARIA Nº 2507/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Agente de Obras o Sr. OSMAR PEREIRA, matrícula nº 946893, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a contar de 21/11/2014.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6081421116.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2518/2014

PORTARIA Nº 2518/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. CLECIANE BATISTA DE OLIVEIRA, matrícula nº 1009800, exercendo as funções de Agente Serviços Especiais, em caráter temporário, lotada na Secretaria de Orçamento e Gestão, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 22/11/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 22/11/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2595/2014

PORTARIA Nº 2595/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Professor a Sra. PALOMA SOSSMEIER, matrícula nº 1041746, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 02/12/2014.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6083902111.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de dezembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2730/2014

PORTARIA Nº 2730/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório a servidora Sra. CONCEIÇÃO APARECIDA CAMPOS BASILIO, matrícula nº 940801, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 28/11/2014 de 15 (quinze) dias, ficando suspenso a contar de 13/12/2014.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 13/12/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de dezembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 52, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
LEGISLATIVO

Portaria Nº 52, de 10 de dezembro de 2014.
Nomeia Comissão.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º Nomear os Senhores Guilherme Murinelli Francisco (Advogado) e Cristiano de Oliveira Goulart (Assistente Legislativo) para prestarem serviços jurídicos e burocráticos, respectivamente, na Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada pela Resolução Administrativa nº 06/2014.

Art. 2º Aos Servidores nomeados conforme o art. 1º, aplica-se o disposto no art. 95 c/c art. 83, Parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009, a partir de 1º de dezembro de 2014 até o término dos trabalhos da CPI.

Art. 3º As despesas decorrentes correrão à conta de dotações do Orçamento da Câmara Municipal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 10 de dezembro de 2014.

Guilherme Marchewsky

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Rogério Gamba
Diretor Geral

RESOLUÇÃO Nº 10 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014

RESOLUÇÃO Nº 10 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014

Torna público a aprovação da prestação de contas de cofinanciamento oriundo do Fundo Nacional de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS de Brusque-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal n.º 56 de 08 de janeiro de 1997,

Resolve:

Art. 1.º Aprovar por unanimidade o demonstrativo físico-financeiro do IGD PBF referente ao ano de 2013.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 11 de dezembro de 2014.
HELENA DIAS
Presidente do Conselho Municipal
de Assistência Social - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 11 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014

RESOLUÇÃO Nº 11 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014

Torna público a aprovação da prestação de contas de cofinanciamento oriundo do Fundo Nacional de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS de Brusque-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal n.º 56 de 08 de janeiro de 1997,

Resolve:

Art. 1.º Aprovar por unanimidade o demonstrativo físico-financeiro do IGD SUAS referente ao ano de 2013.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 11 de dezembro de 2014.
HELENA DIAS
Presidente do Conselho Municipal
de Assistência Social - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 12 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014

RESOLUÇÃO Nº 12 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014

Torna público a aprovação da prestação de contas de cofinanciamento oriundo do Fundo Nacional de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS de Brusque-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal n.º 56 de 08 de janeiro de 1997,

Resolve:

Art. 1.º Aprovar por unanimidade o demonstrativo físico-financeiro de serviços/programas do Sistema Único da Assistência Social referente ao ano de 2013.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 11 de dezembro de 2014.
HELENA DIAS
Presidente do Conselho Municipal
de Assistência Social - CMAS

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001/2014 FUNREBOM

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001/2014, PARTÍCIPES: O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e o Município de BRUSQUE - SC. OBJETO: Cessão do veículo marca SCANIA, modelo P-360 B6x4, tipo CAMINHÃO ESPECIAL, combustível DIESEL, ano/mo-
delo 2013/2014, cor vermelha, chassi Nº 9BSP6X400E384270, placa MKU-4796. VIGÊNCIA: 10 (dez) anos a contar da data de assinatura. DATA: Brusque, 24 de novembro de 2014. SIGNATÁRIOS: Marcos de Oliveira, pelo CBMSC e Paulo Roberto Eccel, pelo Município.

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 021/2014 FUNREBOM

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 021/2014, PARTÍCIPES: O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e o Município de BRUSQUE - SC. OBJETO: Cessão do veículo marca GM, modelo S10 TORNADO 4x4, tipo CAMIONETA, combustível DIESEL, ano/mo-
delo 2009/2009, cor vermelha, chassi Nº 9BG138TJ09C443833, placa MHF-5694. VIGÊNCIA: 05 (CINCO) anos a contar da data de assinatura. DATA: Brusque, 24 de novembro de 2014. SIGNATÁRIOS: Marcos de Oliveira, pelo CBMSC e Paulo Roberto Eccel, pelo Município.

Caçador**PREFEITURA****DECRETO Nº 6.250/2014**

DECRETO nº 6.250, de 11 de dezembro de 2014.

Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 730,90m² (setecentos e trinta metros e noventa décimos quadrados), objeto do Registro nº 25.643, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado na Rua Natal, nesta cidade, de propriedade de Reinaldo Carlos da Silva, ficando após o desmembramento constituído de 02 Lotes, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - Lote 47-A com 365,45m² (trezentos e sessenta e cinco metros e quarenta e cinco décimos quadrados), iniciando-se no marco "1"; deste segue confrontando com a Rua Natal com o azimuth 114°23'25" e a distância de 12,27 metros até o marco "2"; deste segue confrontando com o Lote 47-B do desmembramento com o azimuth 206°37'34" e a distância de 31,49 metros até o marco "5"; deste segue confrontando com Luiz Prazeres Padilha, José Oliveira Nunes, Claudete Oliveira Neves (área de posse da transcrição - 10.083 - Livro 3G - fls. 105) com o azimuth 256°24'31" e a distância de 1,12 metros até o marco '6'; deste segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 22.032 de propriedade de Helena Hecker com o azimuth 293°54'32" e a distância de 9,60 metros até o marco '7'; deste segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 14014 de propriedade de Joracil da Luz de Lima com o azimuth 23°22'58" e a distância de 32,24 metros até o marco '1'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 365,45m².

II - Lote 47-B com 365,45m² (trezentos e sessenta e cinco metros e quarenta e cinco décimos quadrados), iniciando-se no marco "2"; deste segue confrontando com a Rua Natal com o azimuth 114°23'25" e a distância de 13,28 metros até o marco "3"; deste segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 1646, de propriedade de Sarita Cleunice de Moraes Ely e Julita Clarice de Moraes de Schineider com o azimuth 201°20'50" e a distância de 19,37 metros até o marco '4'; deste segue confrontando com Luiz Prazeres Padilha, José Oliveira Nunes, Claudete Oliveira Neves (área de posse da transcrição - 10.083 - Livro 3G - fls. 105) com o azimuth 256°24'31" e a distância de 19,71 metros até o marco '5'; deste segue confrontando com o Lote 47-A do desmembramento com o azimuth 26°37'34" e a distância de 31,49 metros até o marco '2'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 365,45m².

Parágrafo único - A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 2º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.251/2014

DECRETO Nº 6.251, de 12 de dezembro de 2014.
Revoga Decreto nº 6.249, de 10 de dezembro de 2014, que suplementa dotação orçamentária, por conta de remanejamento entre despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 6.249, de 10 de dezembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

IPASC

PORTARIA N.º 772 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA n.º 772 de 11 de dezembro de 2014.
Cessa o pagamento de quota individual e redistribui quotas de pensão por morte, dando nova redação às Portarias de nº 204, de 16/05/08 e nº 473 de 18/03/2012.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo ART. 8º, I, III da Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, mais o previsto em seu Artigo 40, § 3º § 4º.

RESOLVEM:

Art. 1.º - Cessar o pagamento de quota individual de pensão por morte concedida a RAFAEL ALVES, matrícula nº 3147 na condição de dependente do servidor falecido Alzemiro Alves, por ter completado a maioria em 02 de dezembro de 2014.

Art. 2º - Reverte a quota a dependente, OTILIA DE ALMEIDA ALVES, matrícula nº 3144, na condição de cônjuge do servidor, passando a receber o benefício no percentual de 100% da pensão por morte do servidor ALZEMIRO ALVES, correspondendo ao valor de R\$ 1.519,20 (um mil quinhentos e dezenove reais e vinte centavos), a serem pagos pelo IPASC a contar de 03 de dezembro de 2014.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 11 de dezembro de 2014.
Alcedir Ferlin
DIRETOR PRESIDENTE.

Eliete Catarina D'Agostini
DIRETORA ADMINISTRATIVA.

PORTARIA N.º 773, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA n.º 773, de 11 de dezembro de 2014.
Aposenta Servidora SONIA MARIA VON SCHARTEN RIBEIRO.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, em conformidade à Constituição Federal/1988, com o previsto nos incisos I, II e III e Parágrafo Único do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005, mais o previsto no art. 7º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/20013, e ainda, nos incisos I, II e III e Parágrafo Único, do art. 49, da Lei Complementar nº 93/2006,

RESOLVEM:

Art. 1º. Conceder aposentadoria à Servidora SONIA MARIA VON SCHARTEN RIBEIRO, a contar de 03 de dezembro de 2014, Matrícula 495 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Servente I, Referência 1.5F, carga horária de 44 hs, lotada na Secretaria da Educação, passando à Matrícula nº 3345, no IPASC.

Art. 2º. Autorizar o pagamento do benefício de aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais, correspondentes a 100% (cem por cento) de sua remuneração de contribuição do mês de novembro de 2014, na espécie com paridade, compreendendo o valor dos vencimentos básicos de R\$ 964,05 (novecentos e sessenta e quatro reais e cinco centavos), adicional de triênio de R\$ 289,22 (duzentos e oitenta e nove reais e vinte e dois centavos) e adicional 25 anos 6ª parte de R\$ 208,92 (duzentos e oito reais e noventa e dois centavos), totalizando o benefício de aposentadoria em R\$ 1.462,19 (hum mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e dezenove centavos), a serem pagos pelo IPASC, a contar de 03 de dezembro de 2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 11 de dezembro de 2014.
Alcedir Ferlin
DIRETOR PRESIDENTE.

Eliete Catarina D'Agostini
DIRETORA ADMINISTRATIVA.

PORTARIA N.º 774 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA n.º 774 de 12 de dezembro de 2014.

Cessa o pagamento de quota individual e redistribui quotas de pensão por morte, dando nova redação à Portaria de nº 095, de 24/04/06.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, mais o previsto em seu Artigo 40, § 3º § 4º.

RESOLVEM:

Art. 1.º - Cessar o pagamento de quota individual de pensão por morte concedida a SABRINA APARECIDA BOENO DE ALMEIDA, matrícula nº 3064 na condição de dependente do servidor falecido LUIS OSCAR DE ALMEIDA, por completar a "idade limite" em 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º - Reverter e redistribuir as quotas as dependentes, CARMEN BOENO DE ALMEIDA, matrícula nº 3063, na condição de cônjuge do servidor, a KARINA DE FÁTIMA BOENO DE ALMEIDA, matrícula nº 3065, a JANAÍNA APARECIDA BOENO DE ALMEIDA, matrícula nº 3066, a JAINE DE FÁTIMA BUENO DE ALMEIDA, matrícula nº 3067, a SORIANE DE FÁTIMA BUENO DE ALMEIDA, matrícula nº 3068, a RAFAELA APARECIDA BOENO DE ALMEIDA, matrícula nº 3069, na condição de filhas dependentes do Servidor Público Municipal LUIS OSCAR DE ALMEIDA, falecido em 17/03/2006, com proventos integrais atualizados correspondentes a quantia de R\$ 3.010,05 (três mil e dez reais e cinco centavos), redistribuídos à proporção de 1/6 (um sexto), para cada cota de pensão, importando no valor de R\$ 501,67 (quinhentos e um reais e sessenta e sete centavos) para cada dependente, a serem pagos pelo IPASC a contar de 20 de dezembro de 2014.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 12 de dezembro de 2014.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

Eliete Catarina D'Agostini

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

Camboriú**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PR 97/14 - PMC**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 097/2014 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 057/2014 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DESTINADO A FIM DE PROMOVER RECREAÇÃO E LAZER, PROPORCIONANDO UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA, PARA SER INSTALADO EM PRAÇAS, ESCOLAS, CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ. PARA FORNECIMENTO, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 15/12/2015

1ª Publicação.

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA PREGÃO 121/2014

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 121/2014)

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292 reuniram-se em sessão pública, Irineu Woitskovski Júnior, Pregoeiro Municipal e Lilian Terezinha Bartsch, membro da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 121/2014, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de 50.000 litros de óleo diesel S10 e 230.000 litros de óleo diesel S500, para manutenção da frota municipal, no exercício 2015. Inicialmente o Pregoeiro declarou aberta a sessão, nominando os presentes, recebendo os envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: Rudipel Rudnick Petróleo Ltda (CNPJ 75.415.075/0002-13). A empresa licitante não apresentou documento que comprova o enquadramento da empresa como micro empresa ou empresa de pequeno porte para valer-se da Lei Complementar 123/2006. A licitante apresentou a Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação. Passou-se ao credenciamento do licitante, sendo Sr. Hans Hartwig Gehrmann, representante da empresa Rudipel Rudnick Petróleo Ltda. Procedeu-se a abertura do envelope da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO GLOBAL, com fixação de valor máximo unitário. A empresa licitante apresentou proposta inicial com o valor global de R\$ 703.200,00, passando aos lances verbais a licitante concedeu desconto, fechando a proposta em R\$ 698.370,00, conforme valores unitários apresentados abaixo:

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO FIXADO	VALOR INICIAL	VALOR APÓS LANCES
01	50.000	LITRO	Óleo diesel S10	2,61	2,61	2,587
02	230.000	LITRO	Óleo diesel S500	2,49	2,49	2,474

Em seguida foi aberto o envelope nº 02 "documentos", da empresa primeira classificada. Estando de acordo com o exigido no Edital, o Pregoeiro declara a empresa Rudipel Rudnick Petróleo Ltda vencedora do Processo Licitatório em epígrafe. Não houve manifestação de intenção de recurso. Nada mais a tratar, encerrou-se a sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

ATA PREGÃO 123/2014

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 123/2014)

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292 reuniram-se em sessão pública, Irineu Woitskovski Júnior, Pregoeiro Municipal e Lilian Terezinha Bartsch, membro da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 123/2014, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de gasolina comum, óleo diesel, óleo 2 T e óleo motor. Materiais que serão utilizados para manutenção da frota municipal, veículos da Polícia Militar (Convênio Radiopatrulha) e roçadeiras de grama (para manutenção de praças e jardins) no exercício 2015. Inicialmente o Pregoeiro declarou aberta a sessão, nominando os presentes, recebendo os envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: AUTO POSTO JK LTDA (CNPJ: 76.856.822/0001-30). A empresa licitante não apresentou documento que comprova o enquadramento da empresa como micro empresa ou empresa de pequeno porte para valer-se da Lei Complementar 123/2006. A licitante apresentou a Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação. Passou-se ao credenciamento do licitante, sendo Sr. João Alaor Neneve Cordeiro, representante da empresa. Procedeu-se a abertura do envelope da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM, com fixação de valor máximo unitário. A empresa não concedeu desconto, conforme valores unitários apresentados abaixo:

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO FIXADO	VALOR INICIAL	VALOR APÓS LANCES
01	45.000	LITRO	Gasolina comum	3,06	3,06	3,06
02	6.536	LITRO	Óleo diesel S500	2,61	2,61	2,61
03	40	FRASCO	Óleo 2 T 1:50. Frasco com 500 ml.	20,00	20,00	20,00
04	50	LITRO	Óleo motor 5W 30	25,00	25,00	25,00
05	60	LITRO	Óleo motor 10W 40	30,00	30,00	30,00

Em seguida foi aberto o envelope nº 02 "documentos", da licitante classificada nos itens. Estando de acordo com o exigido no Edital, o Pregoeiro declara a empresa AUTO POSTO JK LTDA vencedora do Processo Licitatório em epígrafe. Não houve manifestação de intenção de recurso. Nada mais a tratar, encerrou-se a sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

DECISÃO RECURSO - PREGÃO 118/2014**DECISÃO EM RECURSO**

(Processo Licitatório n.º 118/2014)

RECORRENTE: COLÉGIO ALTO VALE EIRELI

RECORRIDO: Decisão do Pregoeiro Municipal

Ilustríssima Secretária Municipal,

No dia 08/12/2014, este Pregoeiro proferiu o julgamento acerca das propostas apresentadas no certame acima epigrafado, tendo na oportunidade a licitante COLÉGIO ALTO VALE EIRELI, ora recorrente, manifestado em ata sua intenção de recorrer da decisão referida, quanto a sua inabilitação e posteriormente, protocolizou recurso que requer que seja reconsiderada a habilitação da recorrente.

Não houve contrarrazões.

O processo foi encaminhado à assessoria jurídica para análise do recurso e contrarrazões, que foi analisado, conforme abaixo transcrito:

"PARECER JURÍDICO Nº 024/2014

EMENTA: CONSULTA FORMULADA PELO SETOR DE COMPRAS DA PREFEITURA DE CAMPO ALEGRE/SC QUANTO A RECURSO INTERPOSTO POR EMPRESA INABILITADA.

RELATÓRIO

O Município de Campo Alegre/SC promoveu a abertura de certame licitatório visando a contratação de empresa para a realização de concurso público, conforme objeto do Edital do Processo Licitatório nº 118/2014 (Pregão Presencial) ora analisado.

Na sessão, a empresa "Colégio Alto Vale" foi inabilitada por não cumprir o item 8.3 do Edital, tendo o Pregoeiro desclassificado a referida empresa por não possuir a qualificação econômica/financeira ora exigida.

Não obstante, ante a desqualificação da empresa, não restou nenhuma outra empresa vencedora do certame.

Irresignada com a decisão, a empresa interpôs tempestivamente recurso administrativo, objetivando a habilitação da empresa, sob a alegação de não ter sido beneficiada pela LC 123/2006 no referido certame.

Desta feita, visando o regular andamento do procedimento licitatório, o Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, encaminhou consulta a esta Assessoria Jurídica acerca do Recursos interpostos, o que se faz nos seguintes termos.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A análise da solicitação se dará em observância as Leis Federais nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 e a nº 10.520 de 17 de julho de 2.002, bem como a legislação, doutrina e jurisprudência que se fizer pertinente.

ANÁLISE DA SOLICITAÇÃO

A Lei Federal nº 8.666/93, que rege os contratos e as licitações da Administração Pública, estabelece, em seu artigo 2º, a necessidade do processo licitatório antes de se contratar com terceiros e explicita, ainda, em seu artigo 3º, caput, que: "A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos."

Não obstante, o direito pátrio traz à tona a aplicação de outros inúmeros princípios norteadores das licitações, como o da vinculação

ao instrumento convocatório e o do julgamento objetivo, além é claro, de ser regulado em regra, pela Lei Federal nº 8.666/93.

Desta feita, passa-se a análise específica dos pontos recursais das empresas licitantes.

1. Não aplicação da LC 123/2006 na qualificação econômica/financeira.

A empresa recorrente interpôs o presente recurso sob o fundamento de que não teria sido beneficiada pelo tratamento diferenciado que a Lei das Micro e Pequenas Empresas fornece nos processos licitatórios, então descritas no Capítulo V da referida lei, que "in verbis", dispõe:

"Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

Art. 43. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1º Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 3º No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

Art. 46. A microempresa e a empresa de pequeno porte titular

de direitos creditórios decorrentes de empenhos liquidados por órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Município não pagos em até 30 (trinta) dias contados da data de liquidação poderão emitir cédula de crédito microempresarial.

Parágrafo único. A cédula de crédito microempresarial é título de crédito regido, subsidiariamente, pela legislação prevista para as cédulas de crédito comercial, tendo como lastro o empenho do poder público, cabendo ao Poder Executivo sua regulamentação no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação desta Lei Complementar.

Art. 47. Nas contratações públicas da União, dos Estados e dos Municípios, poderá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, desde que previsto e regulamentado na legislação do respectivo ente.

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública poderá realizar processo licitatório:

I - destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

II - em que seja exigida dos licitantes a subcontratação de micro-empresa ou de empresa de pequeno porte, desde que o percentual máximo do objeto a ser subcontratado não exceda a 30% (trinta por cento) do total licitado;

III - em que se estabeleça cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, em certames para a aquisição de bens e serviços de natureza divisível.

§ 1º O valor licitado por meio do disposto neste artigo não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do total licitado em cada ano civil.

§ 2º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

I - os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não forem expressamente previstos no instrumento convocatório;

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993."

Conforme verifica-se na leitura do texto normativo, NÃO EXISTE a referida diferenciação de tratamento na qualificação econômico financeira, já que a LC 123/2006 traz em seu texto outras formas de tratamento benéfico para as empresas, mas não da forma discurrida pela empresa recorrente.

Aliás, dentre as indagações confeccionadas pela empresa recorrente, esta aduz que deveria ser aplicado ao certame o art. 31, §3º, da Lei Federal nº 8.666/93, entendendo que este seria o "benefício" a ser aplicado para as empresas então enquadradas pela LC 123/2006.

Contudo, em leitura da Lei Geral de Licitações, vislumbra-se que o referido dispositivo não se compreende na exigência do balanço patrimonial, ora prevista no edital, pois neste caso, estaria se falando de garantia, o que não é a intenção da Administração Pública deste município, pois o que se busca é a verificação da boa conduta das empresas que participariam da licitação, nos termos

do §5º, do art. 31 da Lei Federal nº 8.666/93.

Nesse diapasão, denota-se que a fórmula utilizada neste certame é usual dentre os certames de nosso País, identificando apenas o bom andamento contábil das empresas. Não obstante, importante ressaltar que a empresa recorrente não impugnou o item editalício em momento próprio, não podendo o fazer após a abertura do certame.

Ainda em tempo, cabe a ressalva que "é vedada a exigência de garantia de proposta", motivo pelo qual sequer poderia o Município de Campo Alegre substituir a exigência ora impugnada por uma caução, como intenta a empresa recorrente.

Em suma, o que se verifica é a intenção da empresa recorrente em descaracterizar uma exigência legal, da qual não conseguiu comprovar o seu cumprimento.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e em verificação a matéria jurídica analisada, esta Assessoria Jurídica OPINA pela manutenção da inabilitação da empresa COLÉGIO ALTO VALE EIRELI, ante o não atendimento do item 8.3 do Edital, em consonância com o art. 31, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93.

Ademais, os argumentos trazidos pela empresa recorrente não foram suficientes para evidenciar qualquer irregularidade na decisão do pregoeiro durante o certame, devendo o processo licitatório nº 118/2014 ser encerrado, sem a adjudicação de seu objeto, posto que nenhuma empresa atendeu ao referido Edital.

Este é o Parecer, s.m.j.."

Este Pregoeiro, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei n.º 10.520/2002, por todo o exposto decide MANTER a decisão prolatada no presente certame, por ocasião da sessão de julgamento de propostas e habilitação do presente Processo Licitatório n.º 118/2014, que considerou inabilitada a empresa COLÉGIO ALTO VALE EIRELI.

Vale lembrar que a licitação em análise foi "fracassada", tendo em vista que apenas duas empresas participaram, sendo uma desclassificada e outra inabilitada.

Estando devidamente prestadas as informações, subam os autos à apreciação e julgamento pela autoridade superior, em homenagem ao §4º do Artigo 109 da Lei n.º 8.666/93, para que o recurso interposto seja conhecido e, no mérito, desprovido.

Campo Alegre/SC, 15 de dezembro de 2014.

Irineu Woitskovski Júnior
Pregoeiro Municipal

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO
(Processo Licitatório n.º 103/2013)

Trata-se de recurso interposto pela licitante COLÉGIO ALTO VALE EIRELI, quanto ao julgamento do Pregoeiro deste Município que inabilitou a sua empresa.

A recorrente requer que seja reconsiderado o julgamento pela sua habilitação.

Considerando o Parecer Jurídico nº 024/2014, e considerando ainda as informações prestadas pelo Pregoeiro em sua Decisão em Recurso;

DECIDO:

Conhecer do recurso interposto e negar-lhe provimento.

Intime-se e publique-se.

Campo Alegre/SC, 15 de dezembro de 2014.
Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

DECRETO 8.721 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.721 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

DETERMINA HORÁRIO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e Considerando o período de Férias Coletivas dos Servidores Públicos Municipais; Decreta:

Art.1º) Nos dias 24, 26, 29, 30 e 31 de dezembro de 2014 e nos dias 02 à 07 de janeiro de 2015, as repartições públicas municipais da Administração Direta e Indireta não terão atendimento ao público.

§1º As determinações previstas no caput deste artigo, ressalvadas as necessidades de serviços de cada Secretaria Municipal, Departamento e suas respectivas Divisões.

§2º Os serviços essenciais de urgência e emergência em saúde, serão realizados através de Convênio firmado entre o Município e o Hospital São Luiz "Instituto Santé", em sua Unidade Hospitalar, durante as 24 horas do dia.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 8.704 de 08 de Dezembro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
12 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10/1952 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1952

DECRETO Nº 10-1952

CONCEDER EXONERAÇÃO A ESTELA NENEVÊ DO CARGO DE PROFESSOR MUNICIPAL, PADRÃO D, DO QUADRO ÚNICO DO MUNICÍPIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de Fevereiro de 1952.

CARLOS BRANDES

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 28 de Fevereiro de 1952.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 11/1952 DE 29 DE FEVEREIRO DE 1952

DECRETO Nº 11-1952

CONCEDER EXONERAÇÃO MARIA FARIAS DA CRUZ, DO CARGO DE PROFESSOR MUNICIPAL NÃO TITULADO PADRÃO D DO QUADRO ÚNICO DO MUNICÍPIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de Fevereiro de 1952.

CARLOS BRANDES

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 29 de Fevereiro de 1952.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 12/1952 DE 29 DE MARÇO DE 1952

DECRETO Nº 12-1952

NOMEAR OLINDA LOPES PARA EXERCER INTERINAMENTE O CARGO DE PROFESSOR MUNICIPAL NÃO TITULADO PADRÃO D, PARA TER EXERCÍCIO NA ESCOLA MUNICIPAL DE CUBATÃO NESTE MUNICÍPIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de Março de 1952.

CARLOS BRANDES

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 29 de Março de 1952.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 13/1952 DE 31 DE MARÇO DE 1952

DECRETO Nº 13-1952

NOMEAR ANTONIO GOMES DA ROCHA PARA EXERCER INTERINAMENTE O CARGO DE PROFESSOR MUNICIPAL PADRÃO D, PARA TER EXERCÍCIO NA ESCOLA MUNICIPAL DE CUBATÃO NESTE MUNICÍPIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de Março de 1952.

CARLOS BRANDES

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 31 de Março de 1952.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

LEI Nº 24/1952 DE 07 DE FEVEREIRO DE 1952

LEI Nº 24-1952

DECLARAÇÃO DE TERRA PARA ISENÇÃO DE MULTAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 07 de Fevereiro de 1952.

CARLOS BRANDES

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 07 de Fevereiro de 1952.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

PORTARIA Nº 11.442 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.442 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Comunitário de Saúde, ANA LUIZA DE LIMA, Matrícula funcional nº 000652, Registro no Sistema sob nº 955098, referente aos períodos aquisitivos: 01 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013 = 05 (zero cinco) dias; 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014 = 25 (vinte e cinco) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 a 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.443 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.443 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 16 (dezesesseis) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Comunitário de Saúde, BEATRIS KUIASKI, Matrícula funcional nº 000671, Registro no Sistema sob nº 955102, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 = 01 (zero um) dia, 01 de janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014 = 15 (quinze) dias pagamento de um terço de férias referente ao período.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 a 14 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.444 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.444 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 16 (dezesesseis) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Comunitário de Saúde, BEATRIS KUIASKI, Matrícula funcional nº 000671, Registro no Sistema sob nº 955102, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 = 01 (zero um) dia, 01 de janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014 = 15 (quinze) dias pagamento de um terço de férias referente ao período.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 a 14 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.445 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.445 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Comunitário de Saúde, DAIANE THAIS ROCHA, Matrícula funcional nº 000676, Registro no Sistema sob nº 955107, referente ao período aquisitivo: 01 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 a 07 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

15 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.446 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.446 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Comunitário de Saúde, ELISABETE PERPÉTUA DOS SANTOS, Matrícula funcional nº 000532, Registro no Sistema sob nº 954635, referente ao período aquisitivo: 01 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 a 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.447 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.447 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Comunitário de Saúde, INÊS MICKUS CANDIDO, Matrícula funcional nº 000668, Registro no Sistema sob nº 955100, referente ao período aquisitivo: 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 a 07 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.448 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.448 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA O PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Comunitário de Saúde, JAQUELINE DOS SANTOS, Matrícula funcional nº 000534, Registro no Sistema sob nº 954637, referente aos períodos aquisitivos: 01 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013 = 10 (dez) dias; 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.449 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.449 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA O PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Comunitário de Saúde, LAURO STAROWSKI, Matrícula funcional nº 000554, Registro no Sistema sob nº 954668, referente ao período aquisitivo: 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 17 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.450 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.450 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Comunitário de Saúde, MARIA ISABEL BUENO DOS SANTOS, Matrícula funcional nº 000531, Registro no Sistema sob nº 954634, referente ao período aquisitivo: 01 de Janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 07 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.451 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.451 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Comunitário de Saúde, MÔNICA BERTA BORGES, Matrícula funcional nº 000699, Registro no Sistema sob nº 955143, referente ao período aquisitivo: 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014 e pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.452 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.452 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Comunitário de Saúde, NILDA VIEIRA DE LIMA, Matrícula funcional nº 000605, Registro no Sistema sob nº 954847, referente ao período aquisitivo: 01 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013 e pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 a 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.453 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.453 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Comunitário de Saúde, SILMARA APARECIDA DA CRUZ KERSCHER, Matrícula funcional nº 000611, Registro no Sistema sob nº 954916, referente ao período aquisitivo: 01 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 a 17 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.454 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.454 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Comunitário de Saúde, SIRLEI APARECIDA DERENIEVICZ MACHADO, Matrícula funcional nº 000530, Registro no Sistema sob nº 954633, referente aos períodos aquisitivos: 01 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013 = 05 (zero cinco) dias; 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014 = 15 (quinze) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 a 17 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.455 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.455 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Comunitário de Saúde, TERESINHA BAECHTOLD, Matrícula funcional nº 000555, Registro no Sistema sob nº 954669, referente aos períodos aquisitivos: 01 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013 = 05 (zero cinco) dias; 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 17 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

15 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.456 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.456 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Assistente Social, ELIZETE TERESINHA FOLETTO FLORENCIO, Matrícula funcional nº 000738, Registro no Sistema sob nº 955265, referente ao período aquisitivo: 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 07 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.457 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.457 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Assistente Social, MÁRCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH, Matrícula funcional nº 000773, Registro no Sistema sob nº 955391, referente ao período aquisitivo: 10 de Julho de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 07 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.458 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.458 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Terapeuta Ocupacional, MÁRIO CÉSAR DEUNÍSIO, Matrícula funcional nº 000457, Registro no Sistema sob nº 954493, referente ao período aquisitivo: 01 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 07 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.459 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.457 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Assistente Social, ZÉLIA INEZ LAVAL, Matrícula funcional nº 000734, Registro no Sistema sob nº 955251, referente ao período aquisitivo: 02 de maio de 2013 a 31 de dezembro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 07 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.460 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.460 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Assistente Social, WANDERLÉIA FURTADO BARABACH, Matrícula funcional nº 000759, Registro no Sistema sob nº 955362, referente ao período aquisitivo: 27 de Fevereiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 07 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.461 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.461 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Administrativo II, AIRTON MARTINS, Matrícula funcional nº 000771, Registro no Sistema sob nº 955388, referente ao período aquisitivo: 11 de Junho de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 07 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida

junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.462 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.462 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Administrativo II, ANA CLAUDIA VIEIRA DE LIMA, Matrícula funcional nº 000726, Registro no Sistema sob nº 954229, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 07 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.463 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.463 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO A SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 19 (dezenove) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Auxiliar de Enfermagem, exercendo a função gratificada de Chefe do Serviço de Apoio Administrativo a Saúde, ANA MARIA DOS SANTOS HERBST, Matrícula Funcional nº 330, Registro no Sistema sob nº 129040, referente ao período aquisitivo 11 de Novembro de 2013 á 10 de Novembro de 2014, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 16 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.464 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.464 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Técnico em Nível Médio, exercendo a função de Técnica em Enfermagem, ANGELA SOFIA PIEKARSKI DE FRANÇA, Matrícula Funcional nº 330, Registro no Sistema sob nº 954447, referente ao período aquisitivo 10 de Maio de 2013 á 09 de Maio de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 07 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.465 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.464 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Técnico em Nível Médio, exercendo a função de Técnica em Enfermagem, ANGELA SOFIA PIEKARSKI DE FRANÇA, Matrícula Funcional nº 330, Registro no Sistema sob nº 954447, referente ao período aquisitivo 10 de Maio de 2013 à 09 de Maio de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 07 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.466 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.466 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Motorista, exercendo a função de Motorista da Saúde, AUGUSTINHO JOSÉ DE JESUS MACHADO CUBAS, Matrícula Funcional nº 000122, Registro no Sistema sob nº 297180, referente ao período aquisitivo 15 de Abril de 2013 à 14 de Abril de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 23 de Dezembro de 2014 à 11 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.467 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.467 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo IV da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias a Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, CAROLINA DA COSTA TELMA, Registro no Sistema sob nº 955161, referente ao período aquisitivo: 01 de Janeiro de 2014 à 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A Secretária gozará férias no período de 29 de dezembro de 2014 à 09 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.468 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.468 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Auxiliar de Odontologia, CILENE APARECIDA GOMES DOS SANTOS KNOEPKE, Matrícula funcional nº 000422, Registro no Sistema sob nº 954276, referente aos períodos aquisitivos: 22 de Maio de 2012 a 21 de Maio de 2013 = 20 (vinte) dias; 22 de Maio de 2013 a 21 de Maio de 2014 = 10 (dez) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 22 de Maio de 2013 a 21 de Maio de 2014.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.469 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.469 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Farmacêutico, CLAYTON FRANCISCO VALENTIM, Matrícula funcional nº 000763, Registro no Sistema sob nº 955370, referente ao período aquisitivo 01 de Abril de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 07 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.470 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.470 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Enfermeira, CRISTIANE PEREIRA DE SOUZA TREML, Matrícula funcional nº 000729, Registro no Sistema sob nº 955243, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 07 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.471 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.471 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Auxiliar de Odontologia, DAISI ISABEL BUCHMANN SCHROEDER, Matrícula funcional nº 000448, Registro no Sistema sob nº 954393, referente ao período aquisitivo 14 de Setembro de 2012 a 13 de Setembro de 2013.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 17 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.472 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.472 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA O PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Administrativo II, ELENA GORNIACK, Matrícula funcional nº 000751, Registro no Sistema sob nº 955337, referente ao período aquisitivo 13 de Fevereiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 07 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.473 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.473 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA O PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Administrativo II, ELIZIANE SMENCOSKI, Matrícula funcional nº 000728, Registro no Sistema sob nº 955242, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 07 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.474 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.474 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Médico Clínico Geral, HAROLD RAETSCH, Matrícula funcional nº 370, Registro no Sistema sob nº 315500, referente aos períodos aquisitivos: 19 de Abril de 2012 a 18 de Abril de 2013 = 10 (dez) dias; 19 de Abril de 2013 a 18 de Abril de 2014 = 20 (vinte) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo de 19 de Abril de 2013 à 18 de Abril de 2014.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 29 de Dezembro

de 2014 á 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.475 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.475 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA O PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, JAQUELINE FUCKNER KERSCHER, Matrícula funcional nº 000566, Registro no Sistema sob nº 954705, referente ao período aquisitivo: 13 de Outubro de 2013 a 12 de Outubro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 09 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.476 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.476 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA O PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 19 (dezenove) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Odontóloga, JESSICA FISCHER, Matrícula funcional nº 000443, Registro no Sistema sob nº 954381, referente aos períodos aquisitivos: 06 de Junho de 2012 a 05 de Junho de 2013 = 04 (zero quatro) dias; 06 de Junho de 2013 a 05 de Junho de 2014 = 15 (quinze) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 16 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.477 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.477 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 23 (vinte e três) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Técnico em Nível Médio, exercendo a função de Técnico em Enfermagem, JOSÉ ADEMIR RIBEIRO, Matrícula funcional nº 000689, Registro no Sistema sob nº 955128, referente ao período aquisitivo: 01 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 20 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.478 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.478 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA O PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Enfermeiro, KARINA MAGALHÃES CASTRO SAMPAIO, Matrícula Funcional nº 000764, Registro no Sistema sob nº 955371, referente ao período aquisitivo: 17 de Abril de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 09 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.479 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.479 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Farmaceutico, LÉRCIO PÉRICLES VIRMOND, Matrícula funcional nº 0208, Registro no Sistema sob nº 308800, referente ao período aquisitivo 02 de Agosto de 2013 a 01 de Agosto de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 07 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.480 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.480 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA O PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE AUDITORIA, CONTROLE E AVALIAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Administrativo II, exercendo a função Gratificada de Chefe do Serviço de Auditoria, Controle e Avaliação, LUCIELLE KAROLYNE CUBAS, Matrícula funcional nº 000500, Registro no Sistema sob nº 954556, referente ao período aquisitivo: 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 201.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 07 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.481 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.481 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Médico II, exercendo a função de Médico Pediátrico, MARCELO DOS SANTOS TEIXEIRA, Matrícula funcional nº 000665, Registro no Sistema sob nº 955092, referente aos períodos aquisitivos: 01 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013 = 10 (dez) dias; 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014 = 02 (zero dois) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2014 à 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 09 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

15 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.482 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.482 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA O PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, na função Auxiliar de Serviços Gerais, MARCIANE LOPES DOS SANTOS PASDA, Matrícula funcional nº 000392, Registro no Sistema sob nº 887730, referente ao período aquisitivo: 05 de Março de 2013 a 04 de Março de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 17 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.483 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.483 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA O PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, na função Auxiliar de Serviços Gerais, MARIA APARECIDA PEREIRA DA SILVA, Matrícula funcional nº 356, Registro no Sistema sob nº 376720, referente ao período aquisitivo: 08 de Junho de 2013 a 07 de Junho de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.484 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.484 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Auxiliar de Enfermagem, MARIA DE LURDES CÂNDIDO DA ROSA, Matrícula Funcional nº 000252, Registro no Sistema sob nº 788900, referente ao período aquisitivo 01 de Agosto de 2013 a 31 de Julho de 2014.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 07 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.485 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.485 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Auxiliar de Enfermagem, MARILENA PISKE, Matrícula Funcional nº 000051, Registro no Sistema sob nº 29370, referente ao período aquisitivo 01 de Fevereiro de 2014 a 31 de Janeiro de 2015, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 07 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.486 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.486 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Enfermeira, MARILENE DE FÁTIMA BENANCIO PAUL, Matrícula funcional nº 000683, Registro no Sistema sob nº 955122, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 07 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.487 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.487 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Técnico em Nível Médio, exercendo a função de Técnico em Enfermagem, MARISTELI KUSS, Matrícula funcional nº 000783, Registro no Sistema sob nº 955407, referente ao período aquisitivo 15 de Setembro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 07 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.488 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.488 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e na função de Odontólogo, RICARDO RAFAEL KOCH, Matrícula funcional nº 000615, Registro no Sistema sob nº 954954, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 07 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.489 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.489 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Técnico em Nível Médio, na função de Técnico em Enfermagem, ROSECLÉIA BRÜSKE JUNG, Matrícula funcional nº 000424, Registro no Sistema sob nº 954282, referente aos períodos aquisitivos: 01 de Julho de 2012 a 30 de Junho de 2013 = 10 (dez) dias; 01 de Julho de 2013 a 30 de Junho de 2014 = 20 (vinte) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período 01 de Julho de 2013 a 30 de Junho de 2014.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.490 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.490 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Fiscal, exercendo a função de Fiscal de Vigilância Sanitária, SANDRO BUENO FRANCO, Matrícula funcional nº 274, Registro no Sistema sob nº 125720, referente ao período aquisitivo: 01 de Agosto de 2012 a 31 de Julho de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 17 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 16/1952 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1952

PORTARIA Nº 16-1952
DESIGNAR PAULO HORNICK PARA ENCARGADO DA FISCALIZAÇÃO, LANÇAMENTO, ARRECADAÇÃO DOS IMPOSTOS MUNICIPAIS.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 28 de Fevereiro de 1952.
CARLOS BRANDES
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 28 de Fevereiro de 1952.
HERCÍLIO BUENO FRANCO
Secretário

PORTARIA Nº 17/1952 DE 29 DE MARÇO DE 1952

PORTARIA Nº 17-1952
PRORROGAR ATÉ O DIA 10 DE ABRIL PRÓXIMO A COBRANÇA SEM MULTA DOS IMPOSTOS DEVIDOS NO MÊS DE MARÇO CORRENTE.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 29 de Março de 1952.
CARLOS BRANDES
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 29 de Março de 1952.
HERCÍLIO BUENO FRANCO
Secretário

PORTARIA Nº 18/1952 DE 07 DE ABRIL DE 1952

PORTARIA Nº 18-1952
DISPENSAR JOÃO PERES FILHO DO CARGO DE CARCEREIRO PADRÃO A¹ COM EXERCÍCIO NA DELEGACIA DE POLÍCIA DESTA CIDADE, O QUAL VINHA EXERCENDO INTERINAMENTE.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 18 de Abril de 1952.
CARLOS BRANDES
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 18 de Abril de 1952.
HERCÍLIO BUENO FRANCO
Secretário

Campos Novos

SAMAE - CAMPOS NOVOS

PORTARIA 078/2014

PORTARIA SAMAE CNO 078/2014, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

O Diretor do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos - SC, de acordo com o art. 25 da Lei Complementar nº 12/2011, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Conceder adicional por titulação, em nível de pós - graduação, a partir desta data, a servidora Nadia Thomé Filippi, Operadora de ETA/ETE, Padrão 7.1 por concluir o Curso de Especialização em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO COMUNICADO RESPOSTA IMPUGNAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 132/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMUNICADO RESPOSTA IMPUGNAÇÃO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO, protocolado pela empresa GR SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA contra cláusulas do edital.

Impugnação acolhida e negado provimento.

Protocolo n.º 7047 de 12/12/2014.

Processo de licitação n.º PMC 195/2014 na modalidade de Pregão Presencial n.º PMC 132/2014.

O teor da resposta do Pregoeiro está disposição dos interessados no site www.pmc.sc.gov.br na pasta do referido processo.

PAULO CESAR SAFANELLI

Pregoeiro

TERMO DO CONVÊNIO Nº 22/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 22/2014 PARTÍCIPES: A Prefeitura do Município de Canoinhas e a Associação Empresarial de Canoinhas - ACIC . OBJETIVO: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros, viabilizando condições de funcionamento do Centro de Atendimento SEBRAE ao Empreendedor, que tem por objetivo fomentar o empreendedorismo da micro e pequena empresa e futuros empreendedores de Canoinhas/SC nos seus aspectos tecnológicos, gerenciais, mercadológicos e de recursos humanos: Até o valor de 40.000,00 (quarenta mil reais), correspondentes à totalidade do repasse anual, a ser pago em parcela única ou ainda divididos em parcelas. VIGÊNCIA: De 01 ano a partir desta Publicação. SIGNATÁRIOS: Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria , pela Prefeitura do Município de Canoinhas e Srº Alfredo Lang Scultetus pela Associação Empresarial de Canoinhas – ACIC.

TERMO DO CONVÊNIO Nº 25/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 25/2014 PARTÍCIPES: A Prefeitura do Município de Canoinhas e a Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense - AMPLANORTE. OBJETO: O presente Convênio tem por objeto implantar o Trem do Contestado, projeto turístico ferroviário como chave principal do eixo turístico e suas divisões, como o turismo rural e agricultura familiar, entre outros compostos pelos municípios de Três Barras/SC e Canoinhas/SC. VALOR DO CONVÊNIO: Até o valor de R\$ 4.925,00 (Quatro mil, novecentos e vinte e cinco reais), correspondentes à totalidade do repasse anual, a ser pago em parcela única ou ainda divididos em parcelas. VIGÊNCIA: De 01 ano a partir desta Publicação. SIGNATÁRIOS: Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria , pela Prefeitura do Município de Canoinhas e Srº Aldomir Roskamp, pela Associação dos M. Planalto Norte Catarinense – AMPLANORTE.

Capinzal

PREFEITURA

ATO 007 AO EDITAL 029/2014

GABARITO PRELIMINAR

ATO 007/iobv/029/14

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Processo Seletivo 029/2014 - 14/12/2014

OBS.: Os cadernos de questões constam divulgados na área do candidato www.iobv.org.br

(Concursos e seletivos, área do candidato, digite seu CPF e confirme seus dados cadastrados no momento da inscrição).

X - Anulada de Ofício, conforme ata de sala.

Alfabetizado

Agente de Serviços Gerais (Infraestrutura - Demais Secretarias)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	C	D	B	A	D	X	A	C	B	C	D	A	D	B	C	B	A	C

Carpinteiro

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	C	D	B	A	D	X	A	C	B	D	A	C	A	D	C	B	C	B

Pedreiro

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	C	D	B	A	D	X	A	C	B	C	B	C	D	A	D	A	C	B

Fundamental

Motorista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	B	A	D	C	A	D	A	B	A	C	B	D	B	C	D	A	B	C

Operador de Máquina Leve e Pesada

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	B	A	D	C	A	D	A	B	A	D	C	B	D	C	C	A	B	D

Médio

Auxiliar de Professor

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	A	C	B	C	D	A	B	D	C	D	A	C	D	A	D	B
21	22	23	24	25															
B	A	C	B	D															

Monitores de Atividade Física e Desportiva - Dança - Recreação - Artes - Artes Cênicas - Tricô e Crochê

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	A	C	B	C	D	A	B	C	C	D	A	B	A	C	A	D
21	22	23	24	25															
B	C	B	A	D															

Monitor de Informática

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	A	C	B	C	D	A	B	C	C	D	A	B	A	C	D	B
21	22	23	24	25															
C	B	A	C	D															

Professor de Música

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	A	C	B	C	D	A	B	C	C	D	A	B	A	C	D	C
21	22	23	24	25															
B	A	D	B	C															

Professor de Educação Infantil (Magistério)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	A	C	B	C	D	A	B	C	C	D	A	B	A	C	B	D
21	22	23	24	25															
A	D	C	B	C															

Professor de Séries Iniciais (Magistério)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	A	C	B	C	D	A	B	C	C	D	A	B	A	C	D	C
21	22	23	24	25															
A	B	C	D	B															

Técnico em Enfermagem

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	A	C	B	C	D	A	B	D	C	D	A	C	B	D	C	B
21	22	23	24	25															
A	D	C	B	A															

Técnico em Saúde Bucal

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	A	C	B	C	D	A	B	D	C	D	A	B	A	C	B	D
21	22	23	24	25															
C	A	B	D	C															

Superior
Assistente Social

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	C	B	A	C	D	A	B	C	A	D	B	C	D	A	B	D
21	22	23	24	25															
C	A	B	C	D															

Enfermeiro

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	C	B	A	C	D	A	B	C	A	C	B	D	B	A	C	D
21	22	23	24	25															
A	B	D	B	D															

Médico

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	C	B	A	C	D	A	B	C	A	C	B	D	B	D	A	C
21	22	23	24	25															
B	D	A	D	C															

Odontólogo

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	C	B	A	C	D	A	B	C	A	C	B	C	A	D	B	B
21	22	23	24	25															
D	A	C	D	D															

Orientador Social

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	C	B	A	C	D	A	B	C	A	C	B	C	D	B	D	A
21	22	23	24	25															
C	B	D	D	A															

Professor de Artes

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	C	B	A	C	D	A	B	C	D	B	D	C	B	A	B	C
21	22	23	24	25															
D	A	D	C	A															

Professor de Ciências

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	C	B	A	C	D	A	B	C	D	B	D	C	B	C	D	A
21	22	23	24	25															
B	A	B	C	A															

Professor de Geografia

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	C	B	A	C	D	A	B	C	D	B	D	C	B	C	A	D
21	22	23	24	25															
A	D	B	C	A															

Professor de História

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	C	B	A	C	D	A	B	C	D	B	D	C	B	D	A	D
21	22	23	24	25															
A	D	C	A	B															

Professor de Informática

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	C	B	A	C	D	A	B	C	D	B	D	C	B	C	A	B
21	22	23	24	25															
A	D	A	D	C															

Professor de Língua Inglesa

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	C	B	A	C	D	A	B	C	D	B	D	C	B	A	C	B
21	22	23	24	25															
A	D	A	B	D															

Professor de Língua Portuguesa

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	C	B	A	C	D	A	B	C	D	B	D	C	B	A	D	C
21	22	23	24	25															
A	D	C	D	A															

Professor de Matemática

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	C	B	A	C	D	A	B	C	D	B	D	C	B	C	A	C
21	22	23	24	25															
A	D	B	A	D															

Professor de Educação Física

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	C	B	A	C	D	A	B	C	D	B	D	C	B	A	A	C
21	22	23	24	25															
A	B	C	D	D															

Professor de Educação Infantil

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	C	B	A	C	D	A	B	C	D	B	D	C	B	A	C	B
21	22	23	24	25															
A	C	A	D	B															

Professor de Séries Iniciais

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	C	B	A	C	D	A	B	C	D	B	D	C	B	C	A	B
21	22	23	24	25															
A	B	D	A	D															

Técnico Desportivo

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	C	B	A	C	D	A	B	C	D	B	D	C	B	C	B	A
21	22	23	24	25															
D	A	B	D	A															

Jacinto Machado, 15 de Dezembro de 2014.

Decreto 192/2014

DECRETO No 192, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ R\$ 16.550,00 (dezesesseis mil, quinhentos e cinquenta reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.100, de 13 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Capinzal - FUNREBOM, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 16.550,00 (dezesesseis mil, quinhentos e cinquenta reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

1101.06.182.0190.2121	MANUTENÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-014	Material de consumo	0300	00	R\$	5.000,00
33903900-015	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	0300	00	R\$	11.550,00
	Total	0300	00	R\$	16.550,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2013, do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Capinzal - FUNREBOM, na fonte 0300 "Recursos Ordinários", no valor de R\$ 16.550,00 (dezesesseis mil, quinhentos e cinquenta reais), conforme quadro a seguir e demonstrativo em anexo.

Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro – Recursos Ordinários	0300	00	R\$	16.550,00
Total	0300	00	R\$	16.550,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 11 de dezembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Lei 3.157/2014

LEI No 3.157, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Capinzal para o exercício financeiro de 2015.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

CAPITULO I**DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO**

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Capinzal para o exercício de 2015 estima a Receita e Fixa a Despesa em R\$ 79.980.000,00 (setenta e nove milhões, novecentos e oitenta mil reais).

§ 1º Constituem anexos e fazem parte desta Lei:

I - Demonstrativo da receita e da despesa do Município para o exercício a que se refere a proposta e os dois seguintes, a receita realizada dos três últimos exercícios encerrados e a prevista para o ano corrente;

II - Metodologia e premissa de cálculos realizados, nos termos do que dispõe o art. 12 da Lei Complementar no 101, de 2000 (LRF);
III - anexos orçamentários nos 1, 2, 6, 7, 8 e 9 da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964;

IV - demonstrativo da receita por fonte e respectiva legislação (inciso III do § 1º do art. 2º da Lei no 4.320, de 1964);

V - demonstrativo da receita corrente líquida projetada para 2015 (§ 3º do art. 12 da LC 101, de 2000, LRF);

VI - demonstrativo da receita e da despesa por destinação e fonte de recursos;

VII - quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais (inciso I do § 2º do art. 2º da Lei no 4.320, de 1964);

VIII - demonstrativo da estimativa da compensação e renúncia da receita (LC no 101, de 2000, art. 5º, II);

IX - demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado (LC no 101, de 2000, art. 5º, II);

X - demonstrativo da receita de impostos e das despesas com saúde;

XI - demonstrativo das aplicações na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);

XII - demonstrativo de compatibilidade do orçamento com o anexo de metas fiscais da LDO, (LC 101, de 2000, art. 5º, I), contendo:

a) compatibilidade com resultado primário;

b) compatibilidade com o resultado nominal;

XIII - demonstrativo da despesa com pessoal do Executivo, do Legislativo e consolidado do Município; e

XIV - demonstrativo dos limites do Poder Legislativo:

a) gastos totais (art. 29-A da CF);

b) folha de pagamento (§ 1º do art. 29-A da CF);

c) limite individual dos subsídios conforme subsídios dos deputados estaduais (inciso VI do art. 29-A da CF);

d) limite de 5% (cinco por cento) da receita com remuneração dos vereadores (inciso VII do art. 20 da CF);

XV - descrição sucinta das unidades administrativas e de suas principais finalidades com indicação da respectiva legislação (parágrafo único do art. 22 da Lei 4.320, de 1964); e

XVI - relação de convênios e contratos firmados em execução e com abrangência para 2015, com os respectivos créditos orçamentários;

§ 2º A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos a presente Lei, com os seguintes desdobramentos:

I - DEMONSTRATIVO DA RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS**ECONÔMICAS - CONSOLIDADO:**

I.	CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECON	R\$	0,00
1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	77.283.365,00
1.1	Receitas Tributárias	R\$	7.214.610,14
1.2	Receita de Contribuições	R\$	991.920,00
1.3	Receita Patrimonial	R\$	742.789,11
1.4	Receita Agropecuária	R\$	191.077,43
1.5	Receita Industrial	R\$	682,82
1.6	Receita de Serviços	R\$	5.600.169,76
1.7	Transferências Correntes	R\$	58.685.099,29
1.8	Outras Receitas Correntes	R\$	3.857.016,45
2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	2.696.635,00
2.1	Operações de Crédito	R\$	1.500.000,00
2.2	Alienação de Bens	R\$	134.235,00
2.3	Transferências de Capital	R\$	1.062.400,00
	TOTAL	R\$	79.980.000,00

§ 3º A Despesa do Município será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, na forma dos quadros a seguir:

I - DEMONSTRATIVO DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS POR NATUREZA - CONSOLIDADO:

I	CLASSIF. POR CATEGORIA ECON E NATUR	R\$	0,00
300000	DESPESAS CORRENTES	R\$	61.507.362,17
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	33.263.364,73
317100	Transferências a consórcios públicos	R\$	186.262,19
319000	Aplicações diretas	R\$	33.077.102,54
320000	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$	310.000,00
329000	Aplicações diretas	R\$	310.000,00
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	27.933.997,44
334100	Contribuições	R\$	12.000,00
335000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrat	R\$	1.380.150,00
337100	Transferências a Consórcios públicos	R\$	97.751,70
339000	Aplicações diretas	R\$	26.444.095,74
400000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	18.447.637,83
440000	INVESTIMENTOS	R\$	17.137.637,83
445000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrat	R\$	67.384,00
447100	Transferências a Consórcios públicos	R\$	37.665,90
449000	Aplicações diretas	R\$	17.032.587,93
460000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$	1.310.000,00
469000	Aplicações diretas	R\$	1.310.000,00
900000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	25.000,00
	TOTAL	R\$	79.980.000,00

II - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO - CONSOLIDADO:

II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		0,00
01	Legislativa	R\$	2.805.000,00
04	Administração	R\$	10.882.741,25
06	Segurança Pública	R\$	839.895,00
08	Assistência Social	R\$	1.707.543,18
10	Saúde	R\$	13.910.229,66
12	Educação	R\$	18.963.797,04
13	Cultura	R\$	974.656,00
15	Urbanismo	R\$	15.649.659,05
16	Habitação	R\$	623.015,00
17	Saneamento	R\$	5.816.582,50
18	Gestão Ambiental	R\$	89.520,00
20	Agricultura	R\$	1.153.664,00
23	Comércio e Serviços	R\$	1.094.500,00
24	Comunicações	R\$	50.000,00
26	Transporte	R\$	1.322.300,00
27	Desporto e Lazer	R\$	689.993,00
28	Encargos Especiais	R\$	3.381.904,32
99	Reserva de Contingência	R\$	25.000,00
	Soma	R\$	79.980.000,00
	Transferências financeiras	R\$	0,00
	Total	R\$	79.980.000,00

III - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO DE GOVERNO - CONSOLIDADO:

III.	CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		0,00
01	Câmara de Vereadores	R\$	2.805.000,00
00	Soma – I	R\$	2.805.000,00
02	Governo Municipal Gabinete do Prefeito	R\$	1.249.000,00
03	Secretaria de Administração e Finanças	R\$	7.726.634,98
04	Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente.	R\$	1.956.664,00
05	Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	R\$	22.556.149,04
06	Secretaria da InfraEstrutura	R\$	17.395.159,05
07	Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social	R\$	3.147.398,64
08	Secretaria de Planejamento	R\$	207.022,00
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	R\$	1.478.700,00
99	Reserva de Contingência	R\$	25.000,00
00	Soma – II	R\$	55.741.727,71
00	Transferências Financeiras	R\$	0,00
00	Sub-Total (I + II)	R\$	58.546.727,71
10	Fundo Municipal de Saúde	R\$	13.076.213,66
11	Fundo Municipal de Habitação	R\$	623.015,00
12	Fundo Municipal do Meio Ambiente	R\$	89.520,00
13	Fundo Munic. Dos Dir. da Criança e do Adolescente	R\$	99.712,00
14	Fundo Municipal de Assistência Social	R\$	1.284.471,18
15	Fundo Munic. de Reeq. Do Corpo de Bombeiros	R\$	413.695,00
16	Fundação Municipal de Esportes	R\$	466.513,00
17	Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto	R\$	5.380.132,45
00	Soma (III)	R\$	21.433.272,29
	Total Geral (I+II+III)	R\$	79.980.000,00

IV - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMA DE GOVERNO - CONSOLIDADO:

IV.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		0,00
0000	Encargos Gerais, Dív. Pub. Previdência a Inat e Penc	R\$	3.328.103,00
0001	Processo Legislativo	R\$	2.805.000,00
0005	Coordenação Superior	R\$	929.000,00
0010	Planejamento e Controle	R\$	207.022,00
0015	Administração Geral e Financeira	R\$	3.407.531,98
0020	Controle Interno	R\$	54.800,00
0025	Edificações Públicas	R\$	50.000,00
0030	Administração Informatizada	R\$	210.000,00
0035	Fortalecimento do Municipalismo	R\$	200.000,00
0040	Comunicação Social	R\$	50.000,00
0045	Ação Rural – PAR	R\$	1.956.664,00
0050	Proteção do Meio Ambiente	R\$	89.520,00
0055	Desenvolvimento Econômico	R\$	1.478.700,00
0060	Educação Infantil	R\$	3.036.131,94
0065	Educação Fundamental	R\$	17.381.305,10
0070	Ensino Médio	R\$	59.200,00
0075	Ensino Superior	R\$	46.400,00
0080	Analfabetismo Zero	R\$	20.000,00
0085	Educação Especial	R\$	108.960,00
0090	Alimentação Escolar	R\$	706.016,00
0095	Raízes Culturais	R\$	974.656,00
0100	Esporte em Ação	R\$	689.993,00
0110	Desenvolvimento Comunitário	R\$	555.000,00
0115	Parques de Lazer	R\$	318.640,00
0120	Desenvolvimento Urbano	R\$	11.172.463,05
0125	Trânsito Seguro	R\$	249.000,00
0130	Serviços de Utilidade Pública	R\$	2.218.840,00
0135	Transportes Urbanos e Terminais Rodoviários	R\$	1.611.216,00
0140	Habitação Popular	R\$	623.015,00
0145	Estradas Vicinais	R\$	1.270.000,00
0150	Vida e Saúde	R\$	12.468.663,66
0155	Estratégia Saúde da Família – ESF	R\$	1.411.630,00
0160	Infância Saudável	R\$	13.920,00
0165	Água Potável e Saneamento	R\$	7.386.171,09
0170	Valorização da Terceira Idade	R\$	51.500,00
0175	Rede de Proteção a Criança e ao Adolescente	R\$	951.312,00
0180	Prevenção e Combate ao Uso de Drogas	R\$	28.352,00
0185	Assistência Comunitária, Gestão Política Soc	R\$	391.000,00

0190	Segurança do Cidadão	R\$	839.895,00
0195	Atenção Integral à Família – PROTEÇÃO	R\$	605.379,18
9999	Reserva de Contingência	R\$	25.000,00
	Soma	R\$	79.980.000,00
	Transferências Financeiras	R\$	0,00
	Total	R\$	79.980.000,00

Seção I
Do Orçamento do Legislativo
Subseção Única
Do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores

Art. 2º O Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 2.805.000,00 (dois milhões, oitocentos e cinco mil reais) e fixa a Despesa no valor de R\$ 2.805.000,00 (dois milhões, oitocentos e cinco mil reais).

§ 1º A Receita da Câmara Municipal de Vereadores será realizada mediante a transferência de recursos financeiros do Tesouro Municipal, conforme discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

I.	RECEITAS CORRENTES	R\$	0,00
1.1	Receita Tributária	R\$	0,00
1.2	Receita Patrimonial	R\$	0,00
1.3	Receita de Serviços	R\$	0,00
1.4	Transferências Correntes	R\$	0,00
1.5	Outras Receitas Correntes	R\$	0,00
2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	0,00
2.1	Alienação de Bens	R\$	0,00
3.	Transferências Financeiras	R\$	2.805.000,00
4.	Total	R\$	2.805.000,00

§ 2º A Despesa da Câmara Municipal de Vereadores será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		
300000	DESPESAS CORRENTES	R\$	1.990.400,00
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	1.353.000,00
319000	Aplicações diretas	R\$	1.353.000,00
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	637.400,00
335000	Transferências a instituições privadas sem fins lucrat	R\$	10.000,00
337100	Transferências a consórcios públicos	R\$	5.400,00
339000	Aplicações diretas	R\$	622.000,00
400000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	814.600,00
440000	INVESTIMENTOS	R\$	814.600,00
449000	Aplicações diretas	R\$	814.600,00
	TOTAL	R\$	2.805.000,00

II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
01	Legislativa	R\$	2.805.000,00
	Total	R\$	2.805.000,00

III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		
0001	Processo Legislativo	R\$	2.805.000,00
	Total	R\$	2.805.000,00

Seção II
Do Orçamento da Administração Direta

Subseção Única
Do Orçamento da Prefeitura

Art. 3o O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2015 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 69.877.364,34 (sessenta e nove milhões, oitocentos e setenta e sete mil, trezentos e sessenta e quatro reais e trinta e quatro centavos).

§ 1o A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	68.247.364,34
1.1	Receitas Tributárias	R\$	7.045.107,94
1.2	Receita de Contribuições	R\$	991.920,00
1.3	Receita Patrimonial	R\$	381.835,45
1.4	Receita Agropecuária	R\$	191.077,43
1.5	Receita Industrial	R\$	682,82
1.6	Receita de Serviços	R\$	688.481,35
1.7	Transferências Correntes	R\$	55.736.899,60
1.8	Outras Receitas Correntes	R\$	3.211.359,75
2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	1.630.000,00
2.1	Operações de Crédito	R\$	1.500.000,00
2.2	Alienação de Bens	R\$	130.000,00
	TOTAL	R\$	69.877.364,34

§ 2o A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		
300000	DESPESAS CORRENTES	R\$	41.848.764,08
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	24.493.772,66
317100	Transferências a consórcios públicos	R\$	5.000,00
319000	Aplicações diretas	R\$	24.488.772,66
320000	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$	310.000,00
329000	Aplicações diretas	R\$	310.000,00
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	17.044.991,42

335000	Transferências a instituições privadas sem fins lucrat.	R\$	1.276.400,00
337100	Transferências a consórcios públicos	R\$	4.000,00
339000	Aplicações diretas	R\$	15.764.591,42
400000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	13.867.963,63
440000	INVESTIMENTOS	R\$	12.557.963,63
445000	Transferências a instituições privadas sem fins lucrat.	R\$	67.384,00
447100	Transferências a consórcios públicos	R\$	3.000,00
449000	Aplicações diretas	R\$	12.487.579,63
460000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$	1.310.000,00
469000	Aplicações diretas	R\$	1.310.000,00
900000	Reserva de Contingência	R\$	25.000,00
	SOMA	R\$	55.741.727,71
	Transferências Financeiras	R\$	14.135.636,63
	TOTAL	R\$	69.877.364,34

II.	CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL – ÓRGÃO		
02	Governo Municipal Gabinete do Prefeito	R\$	1.249.000,00
03	Secretaria de Administração e Finanças	R\$	7.726.634,98
04	Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	R\$	1.956.664,00
05	Secretaria da Educação Cultura e Esportes	R\$	22.556.149,04
06	Secretaria de Infraestrutura	R\$	17.395.159,05
07	Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social	R\$	3.147.398,64
08	Secretaria de Planejamento	R\$	207.022,00
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	R\$	1.478.700,00
99	Reserva de Contingência	R\$	25.000,00
	Soma	R\$	55.741.727,71
	Transferências Financeiras	R\$	14.135.636,63
	Total	R\$	69.877.364,34

III.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
04	Administração	R\$	9.366.953,98
06	Segurança Pública	R\$	426.200,00
08	Assistência Social	R\$	323.360,00
10	Saúde	R\$	834.016,00
12	Educação	R\$	18.963.797,04
13	Cultura	R\$	974.656,00
15	Urbanismo	R\$	15.649.659,05
17	Saneamento	R\$	2.006.038,64
20	Agricultura	R\$	1.153.664,00
23	Comércio e Serviços	R\$	1.094.500,00
24	Comunicações	R\$	50.000,00
26	Transporte	R\$	1.322.300,00

27	Desporto e Lazer	R\$	223.480,00
28	Encargos Especiais	R\$	3.328.103,00
99	Reserva de Contingência	R\$	25.000,00
	Soma	R\$	55.741.727,71
	Transferências financeiras	R\$	14.135.636,63
	Total	R\$	69.877.364,34

IV.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		
0000	Encargos Gerais do Município	R\$	3.328.103,00
0005	Coordenação Superior	R\$	929.000,00
0010	Planejamento e Controle	R\$	207.022,00
0015	Administração Geral e Financeira	R\$	3.407.531,98
0020	Controle Interno	R\$	54.800,00
0025	Edificações Públicas	R\$	50.000,00
0030	Administração Informatizada	R\$	210.000,00
0035	Fortalecimento do Municipalismo	R\$	200.000,00
0040	Comunicação Social	R\$	50.000,00
0045	Ação Rural – PAR	R\$	1.956.664,00
0055	Desenvolvimento Econômico	R\$	1.478.700,00
0060	Educação Infantil	R\$	3.036.131,94
0065	Ensino Fundamental	R\$	17.381.305,10
0070	Ensino Médio	R\$	59.200,00
0075	Ensino Superior	R\$	46.400,00
0080	Analfabetismo Zero	R\$	20.000,00
0085	Educação Especial	R\$	108.960,00
0090	Alimentação Escolar	R\$	706.016,00
0095	Raízes Culturais	R\$	974.656,00
0100	Esporte em Ação	R\$	223.480,00
0110	Desenvolvimento Comunitário	R\$	555.000,00
0115	Parques de Lazer	R\$	318.640,00
0120	Desenvolvimento Urbano	R\$	11.172.463,05
0125	Trânsito Seguro	R\$	249.000,00
0130	Serviços de Utilidade Pública	R\$	2.218.840,00
0135	Transportes Urbanos e Terminais Rodoviários	R\$	1.611.216,00
0145	Estradas Vicinais	R\$	1.270.000,00
0150	Vida e Saúde	R\$	818.000,00
0165	Água Potável e Saneamento	R\$	2.006.038,64
0175	Rede de Proteção a Criança e ao Adolescente	R\$	303.360,00
0180	Prevenção e Combate ao Uso de Drogas	R\$	20.000,00
0185	Assistência Comunitária – Gestão Polít. Munic Assist S.	R\$	320.000,00
0190	Segurança do Cidadão	R\$	426.200,00
9999	Reserva de Contingência	R\$	25.000,00
	Soma	R\$	55.741.727,71
	Transferências Financeiras	R\$	14.135.636,63
	Total	R\$	69.877.364,34

Seção III

Do Orçamento dos Fundos, Fundações e Autarquias Municipais

Subseção I

Do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde - FMS

Art. 4º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 13.076.213,66 (treze milhões, setenta e seis mil, duzentos e treze reais e sessenta e seis centavos), sendo que deste valor R\$ 3.607.906,53 (três milhões, seiscentos e sete mil, novecentos e seis reais e cinquenta e três centavos), referem-se à receita própria e R\$ 9.468.307,13 (nove milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, trezentos e sete reais e treze centavos), referem-se a Transferências Financeiras do Tesouro do Município e Fixa a Despesa no valor de R\$ 13.076.213,66 (treze milhões, setenta e seis mil, duzentos e treze reais e sessenta e seis centavos).

§ 1º A Receita do FMS será realizada mediante a transferência do Tesouro Municipal, a arrecadação de rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

I.	RECEITAS CORRENTES	R\$	2.545.506,53
1.1	Receita Tributária	R\$	124.472,80
1.2	Receita Patrimonial	R\$	105.208,22
1.3	Receita de Serviços	R\$	0,00
1.4	Transferências Correntes	R\$	2.315.825,51
1.5	Outras Receitas Correntes	R\$	0,00
2.	Transferências Financeiras	R\$	9.468.307,13
II	RECEITAS DE CAPITAL		1.062.400,00
1.1	Transferências de Capital	R\$	1.062.400,00
	Total	R\$	13.076.213,66

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		
	DESPESAS CORRENTES	R\$	11.279.705,28
3100000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	4.807.706,40
3190000	Aplicações Diretas	R\$	4.807.706,40
3300000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	6.471.998,88
3341000	Contribuições	R\$	12.000,00
3350000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrat.	R\$	48.000,00
3390000	Aplicações Diretas	R\$	6.411.998,88
	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	1.796.508,38
4400000	Investimentos	R\$	1.796.508,38
	TOTAL	R\$	13.076.213,66

II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
10	Saúde	R\$	13.076.213,66
	Total	R\$	13.076.213,66

III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		0,00
0150	Vida e saúde	R\$	11.650.663,66
0155	Estratégia Saúde da Família – ESF	R\$	1.411.630,00
0160	Infância Saudável	R\$	13.920,00
	Total	R\$	13.076.213,66

Subseção II

Do Orçamento do Fundo Municipal de Habitação

Art. 5o O Orçamento do Fundo Municipal de Habitação para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 623.015,00 (seiscientos e vinte e três mil e quinze reais), sendo que deste valor R\$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscientos reais) são de receitas próprias e R\$ 604.415,00 (seiscientos e quatro mil e quatrocentos e quinze reais) referem-se a Transferências Financeiras do Tesouro do Município e fixa a Despesa no valor de R\$ 623.015,00 (seiscientos e vinte e três mil e quinze reais).

§ 1o A Receita do FMH será realizada mediante a transferência do Tesouro Municipal, a arrecadação de rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	18.600,00
1.1	Receita Patrimonial	R\$	6.000,00
1.2	Transferências Correntes	R\$	0,00
1.3	Outras Receitas Correntes	R\$	12.600,00
	Soma	R\$	18.600,00
2.	Transferências Financeiras	R\$	604.415,00
	Total	R\$	623.015,00

§ 2o A Despesa do Fundo Municipal de Habitação será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		
300000	DESPESAS CORRENTES	R\$	165.015,00
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	165.015,00
339000	Aplicações diretas	R\$	165.015,00
400000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	458.000,00
440000	INVESTIMENTOS	R\$	458.000,00
449000	Aplicações diretas	R\$	458.000,00
	TOTAL	R\$	623.015,00

II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
-----	--------------------------	--	--

16	Habitação	R\$	623.015,00
	Total	R\$	623.015,00

III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		
0140	Habitação Popular	R\$	623.015,00
	Total	R\$	623.015,00

Subseção III

Do Orçamento do Fundo Municipal do Meio Ambiente

Art. 6o O Orçamento do Fundo Municipal do Meio Ambiente para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 89.520,00 (oitenta e nove mil, quinhentos e vinte reais) sendo que deste valor, R\$ 1.000,00 (um mil reais) são de receitas próprias e R\$ 88.520,00 (oitenta e oito mil, quinhentos e vinte reais) referem-se a Transferências Financeiras do Tesouro do Município e fixa a Despesa no valor de R\$ 89.520,00 (oitenta e nove mil, quinhentos e vinte reais).

§ 1o A Receita do FUNDEMA será realizada mediante a transferência do Tesouro Municipal, a arrecadação de rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	1.000,00
1.1	Receita Tributária	R\$	500,00
1.2	Outras Receitas Correntes	R\$	500,00
	Soma	R\$	1.000,00
2.	Transferências Financeiras	R\$	88.520,00
	Total	R\$	89.520,00

§ 2o A Despesa do Fundo Municipal do Meio Ambiente será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		
300000	DESPESAS CORRENTES	R\$	52.904,00
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	52.904,00
339000	Aplicações diretas	R\$	52.904,00
400000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	36.616,00
440000	INVESTIMENTOS	R\$	36.616,00
449000	Aplicações diretas	R\$	36.616,00
	TOTAL	R\$	89.520,00

II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
18	Gestão Ambiental	R\$	89.520,00
	Total	R\$	89.520,00

III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		
0050	Proteção do Meio Ambiente	R\$	89.520,00
	Total	R\$	89.520,00

Subseção IV

Do Orçamento do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FIA

Art. 7º O Orçamento do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 99.712,00 (noventa e nove mil, setecentos e doze reais), sendo que deste valor, R\$ 33.617,50 (trinta e três mil, seiscentos e dezessete reais e cinquenta centavos) são de receitas próprias e R\$ 66.094,50 (sessenta e seis mil, noventa e quatro reais e cinquenta centavos) referem-se a Transferências Financeiras do Tesouro do Município e fixa a Despesa no valor de R\$ 99.712,00 (noventa e nove mil, setecentos e doze reais).

§ 1º A Receita do FIA será realizada mediante a transferência do Tesouro Municipal, a arrecadação de rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	33.617,50
1.1	Receita Patrimonial	R\$	5.512,50
1.2	Transferências Correntes	R\$	24.565,00
1.3	Outras Receitas Correntes	R\$	3.540,00
	Soma	R\$	33.617,50
2.	Transferências Financeiras	R\$	66.094,50
	Total	R\$	99.712,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		
300000	DESPESAS CORRENTES	R\$	89.032,00
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	89.032,00
339000	Aplicações diretas	R\$	89.032,00
400000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	10.680,00
440000	INVESTIMENTOS	R\$	10.680,00
449000	Aplicações diretas	R\$	10.680,00
	TOTAL	R\$	99.712,00

II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
08	Assistência Social	R\$	99.712,00
	Total	R\$	99.712,00

III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		
0175	Rede de Proteção a Criança e ao Adolescente, S.C.F.V	R\$	91.360,00
0180	Prevenção e Combate ao Uso de Drogas	R\$	8.352,00
	Total	R\$	99.712,00

Subseção V

Do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Art. 8º O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 1.284.471,18 (um milhão, duzentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e um reais e dezoito centavos) sendo que deste valor R\$ 631.171,18 (seiscentos e trinta e um mil, cento e setenta e um reais e dezoito centavos) referem-se a receitas próprias e R\$ 653.300,00 (seiscentos e cinquenta e três mil e trezentos reais), referem-se a Transferências Financeiras do Tesouro do Município e fixa a Despesa no valor de R\$ 1.284.471,18 (um milhão, duzentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e um mil e dezoito centavos). § 1º A Receita do FMAS será realizada mediante a Transferência do Tesouro Municipal, a arrecadação de rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	631.171,18
1.1	Receita Patrimonial	R\$	23.362,00
1.2	Transferências Correntes	R\$	607.809,18
	Soma	R\$	631.171,18
2.	Transferências Financeiras	R\$	653.300,00
	Total	R\$	1.284.471,18

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Assistência Social será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		
	DESPESAS CORRENTES	R\$	1.084.371,18
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	372.900,00
317100	Transferências a consórcios públicos	R\$	173.000,00
319000	Aplicações diretas	R\$	199.900,00

330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	711.471,18
335000	Transferências a instituições privadas sem fins lucrat	R\$	22.500,00
337100	Transferências a consórcios públicos	R\$	81.500,00
339000	Aplicações diretas	R\$	607.471,18
400000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	200.100,00
440000	INVESTIMENTOS	R\$	200.100,00
447100	Transferências a consórcios públicos	R\$	31.000,00
449000	Aplicações diretas	R\$	169.100,00
	TOTAL	R\$	1.284.471,18

II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
08	Assistência Social	R\$	1.284.471,18
	Total	R\$	1.284.471,18

III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		0,00
0170	Valorização da Terceira Idade	R\$	51.500,00
0175	Rede de Proteção da Criança e do Adolescente	R\$	556.592,00
0185	Assistência Comunitária, Gestão da Polít Munic. As. S.	R\$	71.000,00
0195	Atenção Integral à Família – PAIF	R\$	605.379,18
	Total	R\$	1.284.471,18

Subseção VI

Do Orçamento do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros - FUMREBOM

Art. 9º O Orçamento do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Capinzal para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 413.695,00 (quatrocentos treze mil, seiscentos e noventa e cinco reais) e fixa a Despesa no valor de R\$ 413.695,00 (quatrocentos treze mil, seiscentos e noventa e cinco reais).

§ 1º A Receita do FUMREBOM será realizada mediante a arrecadação de rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos a esta Lei, com os seguintes desdobramentos:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	410.460,00
1.1	Receita Patrimonial	R\$	20.000,00

1.2	Receita de Serviços	R\$	72.460,00
1.3	Outras Receitas Correntes	R\$	318.000,00
2.	RECEITA DE CAPITAL	R\$	3.235,00
2.1	Alienação de Bens	R\$	3.235,00
	Total	R\$	413.695,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		
300000	DESPESAS CORRENTES	R\$	205.660,00
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	205.660,00
339000	Aplicações diretas	R\$	205.660,00
400000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	208.035,00
440000	INVESTIMENTOS	R\$	208.035,00
449000	Aplicações diretas	R\$	208.035,00
	TOTAL	R\$	413.695,00

II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
06	Segurança Pública	R\$	413.695,00
	Total	R\$	413.695,00

III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		
0190	Segurança do Cidadão	R\$	413.695,00
	Total	R\$	413.695,00

Subseção VII

Do Orçamento da Fundação Municipal de Esportes - FME

Art. 10. O Orçamento da Fundação Municipal de Esportes para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 466.513,00 (quatrocentos e sessenta e seis mil, quinhentos e treze reais), sendo que deste valor, R\$ 16.513,00 (dezesseis mil, quinhentos e treze reais) referem-se a receitas próprias e R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil) referem-se a Transferências Financeiras do Tesouro do Município e fixa a Despesa no valor de R\$ 466.513,00 (quatrocentos e sessenta e seis mil, quinhentos e treze reais).

§ 1º A Receita da FME será realizada mediante a transferência do Tesouro Municipal, a arrecadação de rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos desta Lei, com os seguintes desdobramentos:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	16.513,00
1.1	Receita Tributária	R\$	1.625,00
1.2	Receita Patrimonial	R\$	6.989,00
1.3	Outras Receitas Correntes	R\$	7.899,00
	Soma	R\$	16.513,00
2.	Transferências Financeiras	R\$	450.000,00
	Total	R\$	466.513,00

§ 2o A Despesa da Fundação Municipal de Esportes será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		
300000	DESPESAS CORRENTES	R\$	461.513,00
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	198.263,00
319000	Aplicações diretas	R\$	198.263,00
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	263.250,00
335000	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	R\$	23.250,00
339000	Aplicações diretas	R\$	240.000,00
400000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	5.000,00
440000	INVESTIMENTOS	R\$	5.000,00
449000	Aplicações diretas	R\$	5.000,00
	TOTAL	R\$	466.513,00

II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
27	Esporte e Lazer	R\$	466.513,00
	Total	R\$	466.513,00

III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		
0100	Esporte Amador	R\$	466.513,00
	Total	R\$	466.513,00

Subseção VIII

Do Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro - SIMAE

Art. 11. O Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro - SIMAE para o exercício de 2015 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 5.380.132,45 (cinco milhões, trezentos e oitenta mil, cento e trinta e dois reais e quarenta e cinco centavos).

§ 1o A Receita do SIMAE será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos desta Lei, com os seguintes desdobramentos:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	5.379.132,45
1.1	Receita Tributária	R\$	42.904,40
1.2	Receita Patrimonial	R\$	193.881,94
1.3	Receita de Serviços	R\$	4.839.228,41
1.4	Outras Receitas Correntes	R\$	303.117,70
2.	RECEITA DE CAPITAL	R\$	1.000,00
2.1	Alienação de Bens	R\$	1.000,00
	Total	R\$	5.380.132,45

§ 2o A Despesa do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro - SIMAE será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		
300000	DESPESAS CORRENTES	R\$	4.329.997,63
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	2.037.722,67
317100	Transferências a consórcios públicos	R\$	8.262,19
319000	Aplicações diretas	R\$	2.029.460,48
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	2.292.274,96
337100	Transferências a consórcios públicos	R\$	6.851,70
339000	Aplicações diretas	R\$	2.285.423,26
400000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	1.050.134,82
440000	INVESTIMENTOS	R\$	1.050.134,82
447100	Transferências a consórcios públicos	R\$	3.665,90
449000	Aplicações diretas	R\$	1.046.468,92
	TOTAL	R\$	5.380.132,45

II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
04	Administração	R\$	1.515.787,27
17	Saneamento	R\$	3.810.543,86
28	Encargos Especiais	R\$	53.801,32
	Total	R\$	5.380.132,45

III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		
0165	Água Potável e Saneamento	R\$	5.380.132,45
	Total	R\$	5.380.132,45

CAPITULO II DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção Única Da Reserva de Contingência

Art. 12. Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo único. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CAPITULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a tomar, durante a execução orçamentária, as medidas necessárias para ajustar a programação das despesas autorizadas ao efetivo ingresso das receitas, dentro dos limites constitucionais e legais.

Art. 14. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar, por decreto, dotações de um grupo de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320, de 1964, por ato próprio, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para cada orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 16. Considerar-se-á créditos adicionais especiais, para efeitos desta Lei, e em conformidade com a Portaria nº 163, de 2001, art. 6º, da Secretaria do Tesouro Nacional o crédito orçamentário criado em nível de modalidade de aplicação.

§ 1º Faz parte integrante do orçamento o Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD), até o nível de elementos e desdobramentos (§ 3º, art. 10, da Lei nº 3.142, de 29 de agosto de 2014).

§ 2º Cada Poder, no âmbito de sua ação administrativa, poderá, por ato próprio, em relação à sua execução orçamentária criar,

excluir e alterar valores e as destinações e as fontes de recursos, em relação aos elementos e desdobramentos do QDD, desde que preservados os valores aprovados em nível de modalidade de aplicação (§§ 1º e 2º, art. 10, da Lei nº 3.142, de 29 de agosto de 2014).

Art. 17. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 18. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou seu excesso poderão ser utilizados, por ato do Chefe do Poder Executivo, como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 19. Durante o exercício de 2015, o Poder Executivo poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 20. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Poder Executivo poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 21. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2015.

Capinzal, SC, em 15 de dezembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

BALANCETES FINANCEIROS REF. MÊS DE NOVEMBRO DE 2014
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	5.384.684,69	Despesa Orçamentária	5.109.278,87
RECEITA TRIBUTÁRIA	317.143,11	Despesas exceto Intra-orçamentárias	5.109.278,87
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	163.537,57	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.365.215,56
RECEITA PATRIMONIAL	61.542,81	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	17.078,66
RECEITA AGROPECUÁRIA	12.159,65	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.827.190,33
RECEITA DE SERVIÇOS	490.229,32	INVESTIMENTOS	801.310,21
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.289.491,94	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	98.484,11
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	645.336,89		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-594.756,60		
Receita Extra - Orçamentária	6.631.489,19	Despesa Extra - Orçamentária	6.212.028,47
DEPÓSITOS	510.247,09	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	17.970,53
CONSIGNAÇÕES	392.431,28	CRÉDITOS A RECEBER	17.970,53
PREVIDÊNCIA SOCIAL	195.726,98	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	17.970,53
PENSAO ALIMENTÍCIA	360,25	DEPÓSITOS	513.931,51
PENSAO ALIMENTÍCIA	4.125,04	CONSIGNAÇÕES	392.513,80
TESOURO NACIONAL	3.636,14	PREVIDÊNCIA SOCIAL	195.976,32
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	73.271,86	PENSAO ALIMENTÍCIA	4.125,04
PLANOS DE SEGUROS	1.954,26	TESOURO NACIONAL	3.579,23
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	108.382,33	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	73.099,58
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	4.974,42	PLANOS DE SEGUROS	2.016,63
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	117.815,81	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	108.382,33
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	117.815,81	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	4.974,42
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	5.628.347,10	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	121.417,71
OBRIGAÇÕES A PAGAR	5.504.359,41	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	121.417,71
FORNECEDORES	2.899.217,61	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	5.180.631,43
PESSOAL A PAGAR	1.995.099,11	OBRIGAÇÕES A PAGAR	5.056.643,74
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	435.299,71	FORNECEDORES	2.468.889,01
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	55.334,92	PESSOAL A PAGAR	1.954.897,11
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	48.000,00	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	410.114,64
DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	71.408,06	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	55.334,92
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	123.987,69	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	96.000,00
ENTIDADES CREDORAS	8.424,92	DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	71.408,06
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	115.562,77	CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	123.987,69
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	492.895,00	ENTIDADES CREDORAS	8.424,92
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	492.895,00	OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	115.562,77
REPASSE RECEBIDO	492.895,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	499.495,00
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDA	499.495,00
		REPASSE CONCEDIDO	499.495,00
Saldos anteriores	9.570.064,50	Saldos atuais	10.291.018,20
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	4.279.050,85	BANCO C/ MOVIMENTO	5.331.258,06
BANCOS C/ VINCULADAS	3.230.784,09	BANCOS C/ VINCULADAS	2.799.543,03
CAIXA	0,00	CAIXA	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	2.060.229,56	POUPANÇA	2.160.217,11
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	21.024.104,65	Total	21.024.104,65

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor

Capinzal, 15/12/2014

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	56.117,12	Despesa Orçamentária	122.317,01
RECEITA PATRIMONIAL	2.626,96	Despesas exceto Intra-orçamentárias	122.317,01
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	53.490,16	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.702,43
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	102.567,78
		INVESTIMENTOS	8.046,80
Receita Extra - Orçamentária	127.249,21	Despesa Extra - Orçamentária	128.274,13
DEPÓSITOS	3.932,20	DEPÓSITOS	3.930,40
CONSIGNAÇÕES	3.932,20	CONSIGNAÇÕES	3.930,40
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.816,65	PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.816,65
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	79,95	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	78,15
PLANOS DE SEGUROS	11,88	PLANOS DE SEGUROS	11,88
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	23,72	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	23,72
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	122.317,01	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	124.343,73
OBRIGAÇÕES A PAGAR	122.317,01	OBRIGAÇÕES A PAGAR	124.343,73
FORNECEDORES	110.614,58	FORNECEDORES	112.641,30
PESSOAL A PAGAR	9.205,30	PESSOAL A PAGAR	9.205,30
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	2.497,13	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	2.497,13
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	1.000,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1.000,00		
REPASSE RECEBIDO	1.000,00		
Saldos anteriores	553.877,37	Saldos atuais	486.652,56
BANCO C/ MOVIMENTO	74,32	BANCO C/ MOVIMENTO	350,80
BANCOS C/ VINCULADAS	553.803,05	BANCOS C/ VINCULADAS	486.301,76
CAIXA	0,00	CAIXA	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	737.243,70	Total	737.243,70

Capinzal, 15/12/2014

MARLISA APARECIDA PADILHA
 CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

KELVIS BORGES
 GESTOR F.M. ASSIST. SOCIAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESC. DE CAPINZAL

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.233,92	Despesa Orçamentária	359,70
RECEITA PATRIMONIAL	1.233,92	Despesas exceto Intra-orçamentárias	359,70
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	359,70
Receita Extra - Orçamentária	366,89	Despesa Extra - Orçamentária	359,70
DEPÓSITOS	7,19	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	359,70
CONSIGNAÇÕES	7,19	OBRIGAÇÕES A PAGAR	359,70
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	7,19	FORNECEDORES	359,70
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	359,70		
OBRIGAÇÕES A PAGAR	359,70		
FORNECEDORES	359,70		
Saldos anteriores	238.923,40	Saldos atuais	239.804,81
BANCO C/ MOVIMENTO	238.923,40	BANCO C/ MOVIMENTO	239.804,81
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	240.524,21	Total	240.524,21

Capinzal, 15/12/2014

MARLISA APARECIDA PADILHA
 CONTADORA CRC SC 017849/O-8

ORLANDO TROLL
 ORDENADOR DA DESPESA



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	46.454,62
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	46.454,62
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.960,15
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.494,47
Receita Extra - Orçamentária	80.672,49	Despesa Extra - Orçamentária	47.977,49
DEPÓSITOS	1.422,87	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	94,66
CONSIGNAÇÕES	1.422,87	CRÉDITOS A RECEBER	94,66
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.350,40	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	94,66
TESOURO NACIONAL	56,91	DEPÓSITOS	1.350,40
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	15,56	CONSIGNAÇÕES	1.350,40
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	46.454,62	PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.350,40
OBRIGAÇÕES A PAGAR	46.454,62	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	46.532,43
FORNECEDORES	20.494,47	OBRIGAÇÕES A PAGAR	46.532,43
PESSOAL A PAGAR	21.913,37	FORNECEDORES	20.572,28
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	4.046,78	PESSOAL A PAGAR	21.913,37
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	32.795,00	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	4.046,78
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	32.795,00		
REPASSE RECEBIDO	32.795,00		
Saldos anteriores	32.713,12	Saldos atuais	18.953,50
BANCO C/ MOVIMENTO	32.713,12	BANCO C/ MOVIMENTO	18.953,50
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	113.385,61	Total	113.385,61

Capinzal, 15/12/2014

MARLISA APARECIDA PADILHA
 CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

CICERO ANTONIO SOUZA SILVA
 ORDENADOR DA DESPESA

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUNICIPAL HABITACAO CAPINZAL

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	35,05		
RECEITA PATRIMONIAL	35,05		
Saldos anteriores	13.488,61	Saldos atuais	13.523,66
BANCO C/ MOVIMENTO	6.706,78	BANCO C/ MOVIMENTO	6.706,78
BANCOS C/ VINCULADAS	6.781,83	BANCOS C/ VINCULADAS	6.816,88
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	13.523,66	Total	13.523,66

Capinzal, 15/12/2014

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA CRC SC 017849-O-8RAFAEL TONIAL
SECRETÁRIO MUNICIPAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL MEIO AMBIENTE CAPINZAL

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	60,00
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	60,00
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	60,00
Receita Extra - Orçamentária	60,00		
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	60,00		
OBRIGAÇÕES A PAGAR	60,00		
FORNECEDORES	60,00		
Saldos anteriores	191,88	Saldos atuais	191,88
BANCO C/ MOVIMENTO	191,88	BANCO C/ MOVIMENTO	191,88
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	251,88	Total	251,88

Capinzal, 15/12/2014

MARLISA APARECIDA PADILHA
 CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

RENATO MARCELO MARKUS
 SECRETÁRIO MUNICIPAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	188.995,49	Despesa Orçamentária	1.034.913,56
RECEITA PATRIMONIAL	7.317,20	Despesas exceto Intra-orçamentárias	1.034.913,56
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	181.678,29	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	474.108,65
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	532.104,00
		INVESTIMENTOS	28.700,91
Receita Extra - Orçamentária	1.561.618,26	Despesa Extra - Orçamentária	814.126,93
DEPÓSITOS	67.604,70	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	5.203,44
CONSIGNAÇÕES	67.604,70	CRÉDITOS A RECEBER	5.203,44
PREVIDÊNCIA SOCIAL	25.405,33	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	5.203,44
PENSÃO ALIMENTÍCIA	1.349,02	DEPÓSITOS	63.013,98
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	24.075,50	CONSIGNAÇÕES	63.013,98
PLANOS DE SEGUROS	270,27	PREVIDÊNCIA SOCIAL	20.740,31
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	15.056,49	PENSÃO ALIMENTÍCIA	1.349,02
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	1.448,09	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	24.084,46
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.034.913,56	PLANOS DE SEGUROS	335,61
OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.034.913,56	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	15.056,49
FORNECEDORES	560.804,91	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	1.448,09
PESSOAL A PAGAR	393.089,75	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	745.909,51
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	81.018,90	OBRIGAÇÕES A PAGAR	745.909,51
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	459.100,00	FORNECEDORES	290.904,83
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	459.100,00	PESSOAL A PAGAR	393.089,75
REPASSE RECEBIDO	459.100,00	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	61.914,93
Saldos anteriores	1.197.698,22	Saldos atuais	1.099.271,48
BANCO C/ MOVIMENTO	10.295,07	BANCO C/ MOVIMENTO	12.291,92
BANCOS C/ VINCULADAS	1.187.403,15	BANCOS C/ VINCULADAS	1.086.979,56
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	2.948.311,97	Total	2.948.311,97

Capinzal, 15/12/2014

MARLISA APARECIDA PADILHA
 CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

KELVIS BORGES
 ORDENADOR DE DESPESAS



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	39.837,85	Despesa Orçamentária	31.063,13
RECEITA PATRIMONIAL	2.867,42	Despesas exceto Intra-orçamentárias	31.063,13
RECEITA DE SERVIÇOS	10.376,64	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.639,13
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	26.593,79	INVESTIMENTOS	424,00
Receita Extra - Orçamentária	31.070,32	Despesa Extra - Orçamentária	31.063,13
DEPÓSITOS	7,19	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	31.063,13
CONSIGNAÇÕES	7,19	OBRIGAÇÕES A PAGAR	31.063,13
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	7,19	FORNECEDORES	31.063,13
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	31.063,13		
OBRIGAÇÕES A PAGAR	31.063,13		
FORNECEDORES	31.063,13		
Saldos anteriores	404.142,07	Saldos atuais	412.923,98
BANCO C/ MOVIMENTO	404.142,07	BANCO C/ MOVIMENTO	412.923,98
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	475.050,24	Total	475.050,24

Capinzal, 15/12/2014

MARLISA APARECIDA PADILHA
 CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

ANDEVIR ISGANZELLA
 ORDENADOR DA DESPESA



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	4.620.160,19	Despesa Orçamentária	3.274.862,23
RECEITA TRIBUTÁRIA	312.425,49	Despesas exceto Intra-orçamentárias	3.274.862,23
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	163.537,57	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.629.743,98
RECEITA PATRIMONIAL	30.807,37	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	17.078,66
RECEITA AGROPECUÁRIA	12.159,65	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	913.294,03
RECEITA DE SERVIÇOS	54.271,42	INVESTIMENTOS	616.261,45
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.054.323,49	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	98.484,11
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	587.391,80		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-594.756,60		
Receita Extra - Orçamentária	3.555.546,25	Despesa Extra - Orçamentária	3.863.147,00
DEPÓSITOS	280.015,88	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	12.672,43
CONSIGNAÇÕES	280.015,88	CRÉDITOS A RECEBER	12.672,43
PREVIDÊNCIA SOCIAL	138.919,41	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	12.672,43
PENSÃO ALIMENTÍCIA	2.415,77	DEPÓSITOS	284.205,35
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	47.273,66	CONSIGNAÇÕES	284.205,35
PLANOS DE SEGUROS	1.672,11	PREVIDÊNCIA SOCIAL	143.111,85
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	86.232,32	PENSÃO ALIMENTÍCIA	2.415,77
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	3.502,61	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	47.273,66
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	3.275.530,37	PLANOS DE SEGUROS	1.669,14
OBRIGAÇÕES A PAGAR	3.159.967,60	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	86.232,32
FORNECEDORES	1.483.723,20	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	3.502,61
PESSOAL A PAGAR	1.288.800,92	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	3.066.774,22
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	282.635,76	OBRIGAÇÕES A PAGAR	2.951.211,45
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	46.500,42	FORNECEDORES	1.321.250,15
DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	58.307,30	PESSOAL A PAGAR	1.248.598,92
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	115.562,77	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	276.554,66
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	115.562,77	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	46.500,42
		DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	58.307,30
		CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	115.562,77
		OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	115.562,77
		INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	499.495,00
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDA	499.495,00
		REPASSE CONCEDIDO	499.495,00
Saldos anteriores	3.822.642,73	Saldos atuais	4.860.339,94
BANCO C/ MOVIMENTO	1.369.290,47	BANCO C/ MOVIMENTO	2.426.834,17
BANCOS C/ VINCULADAS	1.482.796,06	BANCOS C/ VINCULADAS	1.219.444,83
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	970.556,20	POUPANÇA	1.214.060,94
Total	11.998.349,17	Total	11.998.349,17

Capinzal, 03/12/2014

MARLISA APARECIDA PADILHA
 CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

ANDEVIR ISGANZELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

SIMAE**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/39/2014**

Aviso de Licitação

Pregão Presencial Nº CAO/39/2014

Processo Licitatório Nº CAO/0377/2014

OBJETO DA LICITAÇÃO: Confecção e instalação de prateleiras com estrutura metálica para estocagem de materiais diversos, adaptadas às dimensões existentes no local de instalação, compreendendo a prestação dos serviços e o fornecimento dos materiais.

TIPO: Menor Preço Global

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 09:00 horas, do dia 30 de dezembro de 2014.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail material@simaecao.sc.gov.br, francieli@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 16 de dezembro de 2014.

Francieli Ap. da Rosa

Pregoeira

Caxambu do Sul**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO 56/2014**

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 56/2014
Edital: Convite Nº.: 43/2014
Tipo: Menor Preço/Por Lote.
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS A SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2015.
Entrega dos Envelopes: 08h55min do dia 29de Dezembro de 2014.
Abertura dos Envelopes: 09h00min do dia 29de Dezembro de 2014.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h00min às 13h00min pelo fone (49) 3326-0101, e pelo site www.caxambudosul.sc.gov.br .
CAXAMBU DO SUL, 15 DE DEZEMBRO DE 2014.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

DECRETO Nº 132 DE 15.12.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 132/2014

Homologa Resolução nº 003/2014 do Conselho Municipal da Educação do Município de Chapadão do Lageado - SC.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 70, inciso I da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art.1º Fica homologada a Resolução nº 003/2014 do Conselho Municipal de Educação do Município de Chapadão do Lageado, que implanta a Disciplina de ARTES, nas turmas de Educação Infantil, em todas as escolas da Rede Municipal de Ensino de Chapadão do Lageado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 15 de dezembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

RESOLUÇÃO Nº 003/2014

Autoriza a implantação da Disciplina de Artes, em todas as turmas de Educação Infantil, da rede municipal de Chapadão do Lageado/SC.

O Conselho Municipal de Educação do Município de Chapadão do Lageado, no uso de suas atribuições previstas na Lei nº 0055 de 08/04/1999, que institui o Sistema Municipal de Educação, no art. 3º da Lei nº 0080 de 14/04/1999, conforme disposições regimentais e nos termos da deliberação ocorrida na sessão no dia 12 de dezembro de 2014, registrada na Ata de nº 078/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Implantar a Disciplina de ARTES, nas turmas de Educação Infantil, em todas as escolas da Rede Municipal de Ensino de Chapadão do Lageado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e sua eficácia ficará subordinada a sua homologação do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Chapadão do Lageado, 15 de dezembro de 2014.

MARLISE NEUHAUS

Presidente do Conselho Municipal de Educação

DECRETO Nº 133 DE 15.12.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 133/2014

Homologa Resolução nº 004/2014 do Conselho Municipal da Educação do Município de Chapadão do Lageado - SC.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 70, inciso I da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art.1º Fica homologada a Resolução nº 004/2014 do Conselho Municipal de Educação do Município de Chapadão do Lageado, que implanta a Disciplina de Educação Física, nas turmas de Educação Infantil (Creche), da Unidade de Educação Infantil, Maria Fuck Kreusch.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 15 de dezembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

RESOLUÇÃO Nº 004/2014

Autoriza a Implantação da Disciplina de Educação Física, nas turmas de Educação Infantil (CRECHE), da Unidade de Educação Infantil Maria Fuck Kreusch.

O Conselho Municipal de Educação do Município de Chapadão do Lageado, no uso de suas atribuições previstas na Lei nº 0055 de 08/04/1999, que institui o Sistema Municipal de Educação, no art. 3º da Lei nº 0080 de 14/04/1999, conforme disposições regimentais e nos termos da deliberação ocorrida na sessão no dia 12 de dezembro de 2014, registrada na Ata de nº 078/2014, RESOLVE:

Art. 1º Implantar a Disciplina de Educação Física, nas turmas de Educação Infantil (Creche), da Unidade de Educação Infantil Maria Fuck Kreusch.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e sua eficácia ficará subordinada a sua homologação do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Chapadão do Lageado, 15 de dezembro de 2014.

MARLISE NEUHAUS

Presidente do Conselho Municipal de Educação

DECRETO Nº 134 DE 15.12.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 134/2014

Homologa Resolução nº 005/2014 do Conselho Municipal da Educação do Município de Chapadão do Lageado - SC.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 70, inciso I da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art.1º Fica homologada a Resolução nº 005/2014 do Conselho Municipal de Educação do Município de Chapadão do Lageado, que implanta a Disciplina de Inglês, nas turmas de Primeiro, Segundo e Terceiro ano, do Ensino Fundamental, em todas as escolas da Rede Municipal de Ensino de Chapadão do Lageado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 15 de dezembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

RESOLUÇÃO Nº 005/2014

Autoriza a Implantação da Disciplina de Língua Estrangeira (Inglês), nas turmas de 1º, 2º e 3º ano das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, em todas as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, do município de Chapadão do Lageado/SC.

O Conselho Municipal de Educação do Município de Chapadão do Lageado, no uso de suas atribuições previstas na Lei nº 0055 de 08/04/1999, que institui o Sistema Municipal de Educação, no art. 3º da Lei nº 0080 de 14/04/1999, conforme disposições regimentais e nos termos da deliberação ocorrida na sessão no dia 12 de dezembro de 2014, registrada na Ata de nº 078/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Implantar a Disciplina de INGLÊS, nas turmas de Primeiro, Segundo e Terceiro (1º, 2º e 3º) ano, do Ensino Fundamental, em todas as escolas da Rede Municipal de Ensino de Chapadão do Lageado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e sua eficácia ficará subordinada a sua homologação do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Chapadão do Lageado, 15 de dezembro de 2014.

MARLISE NEUHAUS

Presidente do Conselho Municipal de Educação

LEI N.º 0624 DE 16.12.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI N.º 0624 DE 16.12.2014

Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária para 2015 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPITULO I**DAS DIRETRIZES GERAIS**

Art.1º Esta Lei estabelece as diretrizes orçamentárias do Município de Chapadão do Lageado para o exercício de 2015, em cumprimento ao disposto no art.165, § 2º, da Constituição Federal, às normas estabelecidas pela Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, ao disposto no Estatuto das Cidades e à Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado, promulgada em 15 de dezembro de 1997, compreendendo:

- I- as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II- estrutura e organização do Orçamento Anual;
- III - as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município;
- IV- as disposições relativas às despesas do município com pessoal, encargos sociais e serviços com terceiros;
- V- as diretrizes para execução e limitação dos orçamentos do Município;
- VI- as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VII- o Anexo de Metas Fiscais;
- VIII- o Anexo de Riscos Fiscais; e
- IX- as disposições gerais.

CAPITULO II**DAS PRIORIDADES E****METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

Art.2º O Município de Chapadão do Lageado executará, no exercício de 2015, em conformidade com as diretrizes gerais do Plano Plurianual (PPA), para o quadriênio 2014 a 2017, as ações constantes no Anexo de Metas e Prioridades especificadas nos anexos I a XI, que passa a fazer parte integrante desta Lei, tendo como prioridades:

I - a valorização do ser humano e a melhoria da qualidade de vida, por meio da inclusão social, implementação de políticas públicas de forma eficiente eficaz e com efetividade em todas as áreas e setores;

II - a participação da sociedade na administração e gestão pública com transparência e controle social, por meio de diálogo permanente com servidores, servidoras, cidadãos e cidadãs em fóruns, conselhos e conferências setoriais, sindicatos, associações, entidades e organizações não-governamentais

Parágrafo único. A Lei Orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no Plano Plurianual ou em Lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art.3º A elaboração e aprovação do Projeto da Lei do Orçamento Anual - LOA, exercício de 2015, e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais, em conformidade com o que dispõem os §§ 1º, 2º e 3º do

Art. 4º da LC 101/2000.

§1º A elaboração e a execução da LOA 2015 deverão levar em conta as metas de resultado primário e nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais que integra esta Lei.

§2º As prioridades e as metas especificadas no Anexo I terão precedência na alocação de recursos no orçamento do exercício de 2015, não se constituindo em limite a programação das despesas.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art.4º Para efeito desta Lei entende-se por:

I - Programa de Trabalho, o instrumento de organização da ação governamental, visando concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação Especial, despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§1º Cada programa de trabalho identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os valores, as metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§2º As atividades e projetos serão dispostos de modo a especificar a localização física integral ou parcial dos programas de governo.

§3º Cada atividade, projeto e operação especial identificarão função, subfunção e programas aos quais se vinculam.

§4º As categorias de programação de que trata esta Lei será incluída no orçamento através de programas de trabalho, sendo identificados através da classificação funcional programática (função, subfunção, programa, projeto/atividade) e das categorias econômicas.

Art.5º O orçamento fiscal, incluindo fundos com contabilidade descentralizada, discriminará a despesa em conformidade com a Lei Federal nº 4.320/64, a Portaria nº 42/1999, a Portaria Conjunta nº 3/2008, do Ministério do Orçamento e Gestão, as Portarias Interministeriais nº 163/2001, nº 325/2001, nº 519/2001, nº 688/2005 e nº 338/2006, Portaria Conjunta SOF/STN nº 01, de 30/06/2009, Portaria Conjunta SOF/STN nº 01, de 18/06/2010, Portaria Conjunta SOF/STN nº 02, de 19/08/2010, e Instruções do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, pertinentes à matéria, obedecendo à seguinte estrutura:

I - Classificação Institucional, cuja finalidade principal é evidenciar as unidades administrativas responsáveis pela execução da despesa, controles e avaliações de acordo com a programação orçamentária, observada o seguinte:

a) a classificação institucional deverá obedecer a legislação que norteia a organização administrativa, bem como as legislações que instituírem fundos especiais;

b) as alterações na estrutura administrativa, procedidas após a aprovação da lei orçamentária poderão ser efetivadas a partir do exercício seguinte, conforme a conveniência da administração municipal, adequando o orçamento em execução às finalidades da nova estrutura organizacional.

II - Classificação Funcional, que compreenderá as seguintes categorias:

a) Função, correspondendo ao nível máximo de agregação das ações desenvolvidas pelo Município;

b) Subfunção, representando uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

c) Programas, compreendendo as partes do conjunto de ações e recursos da subfunção a que estejam vinculados, necessárias ao atingimento de produtos finais.

III - Classificação da Natureza da Despesa, com os seguintes desdobramentos:

CATEGORIAS ECONÔMICAS GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA MODALIDADES DE APLICAÇÃO

§1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos e atividades, especificando os valores, as metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§2º Cada projeto ou atividade estará vinculado a uma função, a uma subfunção e a um programa.

Art.6º A lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

- I - à concessão de subvenções, auxílios e contribuições;
- II - ao pagamento de precatórios judiciais;
- III - à amortização, aos juros e à correção da dívida fundada.

Art.7º O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhara à Câmara Municipal, será constituído de mensagem circunstanciada, projeto de lei, tabelas e especificação de programas especiais de trabalho, definidos no art. 22 da Lei Federal nº 4.320/64, além dos quadros constantes em seu art. 2º, e, ainda, do seguinte:

- I - previsão das receitas, observada para sua estimativa a metodologia definida no art.9º desta Lei;
- II - demonstrativo das despesas entre órgãos, unidades e funções de governo;
- III - demonstrativo comprovando gastos na educação, na saúde e com pessoal.

Art.8º As ações de governo, tanto as de natureza de manutenção quanto as de investimentos, serão apresentadas na forma de categoria de programação, por unidade orçamentária, projeto/atividade, evitando-se créditos com finalidade imprecisa.

Art.9º As estimativas de receitas serão feitas com a observância estrita das normas técnicas e legais e considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação dos índices de preços, do panorama econômico ou de qualquer outro fator relevante.

§1º O Demonstrativo I do Anexo de Metas Fiscais apresentará, em valores correntes, a previsão da receita total da administração direta e dos fundos especiais.

§2º Os valores estimados no Demonstrativo I servirão como base para a projeção das receitas e despesas na elaboração da lei orçamentária anual.

CAPITULO IV

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO

Art.10 A elaboração do projeto de lei e a aprovação da Lei Orçamentária de 2015 e de créditos adicionais atenderão os preceitos dos §§ 5º, 6º, 7º e 8º do art. 165 da Constituição Federal e do art. 87, incisos I, II e III, §2º, da Lei Orgânica do Município, e serão realizados de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levarão em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei.

Art.11 O orçamento municipal compreenderá as receitas e despesas da administração direta e de seus fundos, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, obedecidos, na sua elaboração, os princípios da anualidade, unidade, equilíbrio, exclusividade, especificação, universalidade, programação e clareza.

Parágrafo único. Para a elaboração do orçamento, o Município seguirá as normas da Secretaria do Tesouro Nacional e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art.12 Os relatórios que consolidam a Proposta Orçamentária dos Órgãos, Entidades e Fundos do Poder Executivo e Legislativo deverão ser encaminhados e protocolados na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, devidamente validados por seu titular, até 15 de outubro de 2014.

Parágrafo único. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento) do somatório da efetiva arrecadação tributária e de transferências constitucionais apuradas no exercício anterior (art. 29-A, I, da Constituição Federal).

Art.13 O orçamento municipal contemplará dotações para a execução de investimentos e para a manutenção e a conservação do patrimônio público.

Parágrafo único. Os investimentos em andamento e a manutenção e conservação do patrimônio público terão prioridade na aplicação dos recursos, atendendo ao disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art.14 O Executivo Municipal, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 7º com recursos previstos no §1º do art.43, ambos da Lei Federal nº 4.320, de 1964, fica autorizado a realizar abertura de créditos adicionais suplementares, no orçamento da administração direta e de fundos especiais, independentemente, até o limite de dez por cento do valor total atualizado do orçamento.

§1º A anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais de que trata o inciso III, §1º do art.43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, dependerá de autorização legislativa específica.

§2º Excluem-se do limite de que tratam o caput deste artigo os créditos adicionais suplementares e especiais que decorrerem de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

§3º A LOA 2015 conterá autorização para abertura de créditos adicionais suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.

Art.15 A Administração poderá adequar a proposta orçamentária no decorrer do exercício mediante a alocação de recursos por transferência, transposição ou remanejamento.

Parágrafo único. Entende-se por:

I - transferência, a realocação de recursos que ocorre dentro do mesmo órgão, num mesmo programa de trabalho, entre as categorias econômicas de despesa, mantendo-se o programa em funcionamento;

II - transposição, a realocação de recursos que ocorre entre programas de trabalho, dentro do mesmo órgão ou de um órgão para outro, ampliando, desta forma, um programa previsto na lei orçamentária com recursos de outro também nela previsto, autorizada em lei;

III - remanejamento, a realocação de recursos em sede intra-organizacional, ou seja, de um órgão/entidade para outro nos casos de reformas administrativas de que resulte a criação, extinção, fusão ou cisão.

Art.16 Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido para o projeto de Lei Orçamentária Anual.

CAPÍTULO V

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 17 A execução dos orçamentos obedecerá:

I - o equilíbrio entre receitas e despesas;

II - as normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos orçamentários;

III - as condições e exigências para transferências de recursos a instituições públicas e privadas;

IV - a forma de utilização e montante da reserva de contingência;

V - as condições e exigências para o custeio de despesas de outros entes da Federação;

VI - as normas do Tribunal de Contas do Estado e da Secretaria do Tesouro Nacional quanto à aplicação das fontes de recurso, fontes de financiamento, modalidades de aplicação, indicadores de uso e grupos de arrecadação.

§1º O montante da despesa a ser empenhada em 2015 não ultrapassará a realização da receita orçamentária no mesmo período.

§2º Se verificado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, o Executivo promoverá a limitação de empenhos e movimentação financeira, conforme os seguintes critérios:

I - redução dos investimentos realizados com recursos próprios;

II - redução dos serviços extras (horas-extras) executados pelos servidores públicos;

III - redução do número de estagiários contratados;

IV - redução dos cargos comissionados e funções gratificadas;

V - redução dos custos de manutenção das instalações públicas e da frota;

VI - redução do custo com atividades administrativas;

VII - redução de contratos temporários, exceto aqueles para atender educação e serviços de saúde.

§3º A limitação dos empenhos de que trata o parágrafo anterior poderá ser feita de forma proporcional sobre todos os itens ou

somente sobre um item, conforme conveniência da administração.

§4º O Executivo expedirá ato determinando índice de redução de empenhos sobre os itens definidos no §2º deste artigo.

§5º Não serão objeto de limitação de empenhos as obrigações constitucionais e legais e as relativas ao pagamento da dívida fundada interna.

§6º Os custos e resultados das ações governamentais de que trata o inciso II do caput deste artigo serão apurados e/ou controlados através de contabilidade pública.

§7º A transferência de recursos a instituições privadas para atendimento de despesas correntes ou de capital, compreendidas as subvenções, deverão ser autorizadas por lei específica e estar previstas no orçamento ou em créditos especiais, e atender às disposições do parágrafo único do art. 16, dos arts. 17,18,19 e 21, todos da Lei Federal nº 4.320/64 e da Instrução Normativa Nº 14/2012, do Tribunal de Contas do Estado.

§8º O montante da reserva de contingência para o exercício financeiro de 2015 será de até 2% (dois por cento) da receita corrente líquida RCL, apurada no RREO do 4º bimestre de 2014, que será destinada a atender aos passivos contingentes e outros riscos, eventos fiscais imprevistos, conforme inciso III, do art. 5º da LC nº 101, de 2000.

§9º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a atender passivos contingentes e outros riscos, caso estes não se concretizem até 90 (noventa) dias antes do encerramento do exercício, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para reforço de dotações que se tenham tornado insuficientes.

§10 O Município poderá contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, desde que cumpridas as condições dos incisos I e II do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§11 A alteração das fontes de recurso, fontes de financiamento, modalidades de aplicação, indicadores de uso e grupos de arrecadação no orçamento fiscal poderá ser realizada através de decreto municipal para atender as necessidades de execução.

Art.18 Até trinta dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo:

I - estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso; e
II - disporá em metas mensais de arrecadação, a receita anual do Município.

§1º Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos disponíveis.

§2º O Cronograma de Execução Mensal de Desembolso incluirá obrigatoriamente na programação de pagamento eventuais Restos a Pagar apurados nas Contas relativas ao exercícios anteriores.

Art.19 A execução orçamentária deve obedecer aos preceitos do art. 90 da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado.

Art.20 A destinação de recursos para atender despesas com ações e serviços públicos de saúde obedecerá ao princípio da descentralização.

Art.21 O Poder Executivo publicará no Órgão Oficial de Divulgação do Município (Diário Oficial Municipal e Mural Publico) e/ou pela internet:

- a) A Lei Orçamentária de 2015 e seus anexos;
- b) Os atos de alteração do orçamento através de créditos adicionais suplementares ou especiais;
- c) Os atos de transposição, remanejamento ou transferências de dotações orçamentárias;
- d) A execução orçamentária e financeira;
- e) O montante de restos a pagar e da dívida fundada.

Art.22 A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que venha a ser acrescida à execução orçamentária de 2015, a qualquer tempo, deverá atender ao disposto nos incisos I e II do artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, excetuando-se o que trata o § 3º do referido artigo.

Art.23 Entende-se como despesas irrelevantes, as despesas cujo valor não ultrapasse os limites estabelecidos para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado (artigo 16, § 3º da LRF).

Art.24 São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade orçamentária.

Art.25 Nenhuma despesa poderá ser criada ou ampliada sem a necessária e objetiva indicação de recursos para a sua execução.

Art.26 A geração e o processamento da despesa pública obedecerão aos seguintes requisitos:

- a) adequação orçamentária;
- b) obediência ao Cronograma de Execução Mensal de Desembolso;
- c) imputação a sua correta classificação orçamentária.

§1º Considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

§2º No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública, consideram-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art.27 Os serviços de consultoria serão contratados para execução de atividades que comprovadamente suplemem as atividades desempenhadas por servidores ou empregados da Administração Pública Municipal, no âmbito do respectivo órgão ou entidade, publicando-se no Diário Oficial do Município e no Mural Publico o extrato do contrato.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art.28 As alterações na legislação tributária municipal poderão incluir:

- I - revisão das taxas pelo poder de polícia e prestação de serviços;
- II - adaptação e ajustamento da legislação tributária municipal;
- III - revisão, simplificação e modernização da legislação tributária municipal;
- IV - aperfeiçoamento dos instrumentos de proteção dos créditos tributários;
- V - aperfeiçoamento no sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos;
- VI - instituição e regulamentação de todos os tributos de competência do Município.

§1º Os recursos decorrentes de eventuais alterações dentre as previstas neste artigo, ou a base de cálculo das transferências constitucionais, serão incorporados aos respectivos orçamentos mediante a abertura de créditos adicionais, no decorrer do exercício subsequente, se aprovadas às alterações após o encaminhamento da Proposta Orçamentária.

§2º A Câmara Municipal apreciará as matérias que lhe sejam encaminhadas até o encerramento do segundo período Legislativo, a fim de permitir a sua vigência no exercício subsequente, em obediência ao princípio da anterioridade.

§3º A mensagem que encaminhar o projeto de lei de alteração da legislação tributária discriminará e quantificará os recursos esperados em decorrência da alteração proposta.

Art.29 O Poder Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita, dimensionando o impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (artigo 14 da LRF).

Parágrafo único. As leis de alteração na legislação tributária, referentes a descontos para pagamento à vista e/ou para parcelamento de créditos tributários, deverão também ter seus efeitos considerados na projeção da receita para o exercício de 2015.

Art.30 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário bem como os considerados inexequíveis judicialmente, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14 da LRF (artigo 14, § 3º da LRF).

Art.31 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente (artigo 14, § 2º da LRF).

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES PARA DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art.32 O Poder Executivo e Legislativo terão como limite na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento do mês de setembro de 2014, projetada para o exercício de 2015, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive o disposto nos parágrafos deste artigo, ou outro limite que vier a ser estabelecido por legislação superveniente.

§1º Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, fica autorizado, mediante lei, a criação de cargos e funções, alterações de estrutura de carreiras, admissões ou contratações de pessoal efetivo ou em caráter temporário, corrigir ou aumentar vencimento ou salário, conceder vantagens, até o montante das quantidades e limites orçamentários e financeiros.

§2º Os acréscimos a que se refere o caput só poderão ser autorizados por Lei que prevê aumento de despesa, com a discriminação da disponibilidade orçamentária para atendimento do

correspondente.

§3º Fica autorizada, nos termos do art.37, inciso X, da CF, a revisão geral do vencimento, salário, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo, sem distinção de índice, a ser definido em lei específica de iniciativa do Poder Executivo.

§4º O reajuste do subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, durante o transcurso do mandato, depende de lei de iniciativa da Câmara Municipal, nos termos dos arts. 29, inciso V, da Constituição Federal e 111, inciso VI, da Constituição Estadual, e desde que consignado no orçamento disponibilidade orçamentária para atendimento do correspondente.

Art.33 O disposto no §1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000, aplica-se, exclusivamente, para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

§1º Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos para efeito do caput deste artigo, os contratos de serviços de terceiros relativos às atividades que, simultaneamente:

- I - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou seja, relativas a cargo ou categoria extinta, total ou parcialmente;
- II - não caracterizem relação direta de emprego.

§2º Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituições de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

§3º O orçamento consignará de forma discriminada em categorias de programação específicas, as dotações destinadas ao atendimento de despesas com admissão de pessoal sob regime especial de contratação, nos termos do inciso IX do art.37, da Constituição Federal.

Art.34 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos nos artigos 19 e 20 da LRF.

- I - redução e/ou eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - redução e/ou eliminação das despesas com horas extras e funções gratificadas;
- III - redução de, pelo menos, vinte por cento das despesas com cargos em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.35. A execução da Lei Orçamentária de 2015 e dos créditos adicionais obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na Administração Pública.

Parágrafo único. A contabilidade registrará todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentário, patrimonial e financeira.

Art.36 O recebimento de recursos relativos às receitas realizadas por fundos e o produto da arrecadação de receitas que tenham origem nas atividades de fornecimento de bens ou serviços

facultativos e na exploração econômica do patrimônio próprio, deverá ser informado a Secretaria de Fazenda

Art.37 As dívidas da administração pública municipal, independentemente de sua natureza, quando inadimplidas, serão monetariamente atualizadas, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias.

Art.38 O Poder Executivo adotará registro e divulgação, inclusive por meio eletrônico, das compras feitas pela administração (art.16 da Lei nº 8666/93), das informações relativas à contratação de terceiros, a convênios ou instrumentos congêneres, contendo, no mínimo, o nome ou CNPJ do fornecedor, do beneficiário, sua natureza e valores pagos.

Art.39 Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazo para encaminhamento à Câmara Municipal a data, improrrogável, de 08 de dezembro de 2015, ressalvado o disposto no artigo 167, § 3º, da Constituição Federal.

Art.40 O detalhamento da despesa, bem como o remanejamento de créditos adicionais relativo ao Poder Legislativo, respeitado o total de cada categoria de programação e dos respectivos valores fixados em cada nível de classificação indicado na Lei Orçamentária Anual, será autorizado, no seu âmbito, mediante ato do Presidente da Mesa.

Art.41 Para fins de realização da audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, até 3 (três) dias antes da audiência ou até o último dia dos meses de maio, setembro e fevereiro, o que ocorrer primeiro, relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, com as justificativas de eventuais desvios e indicação das medidas corretivas adotadas.

Art.42 O projeto de Lei Orçamentária Anual para 2015 será encaminhado à Câmara Municipal até 30 de outubro de 2014, devendo o Legislativo discuti-lo, votá-lo e devolvê-lo para sanção até o final da sessão legislativa do presente exercício.

§1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§2º Caso o projeto a que se refere o caput do artigo não seja votado até 31 de dezembro de 2014, a programação da Lei orçamentária anual proposta poderá ser executada a partir de 02 de janeiro de 2015, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação em cada mês, até que o projeto seja votado pela Câmara.

Art.43 Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses no exercício poderão ser reabertos nos limites dos seus saldos, e serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente, por ato do Prefeito Municipal.

Art.44 Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com o Estado, União, empresas públicas e sociedades de economia mista ou mediante consórcio com outros municípios, para realizar obras e serviços de interesse comum dispensado a autorização em lei específica.

Parágrafo único. Nos Convênios em que for parte interessada o Fundo Municipal de Saúde atuará naqueles instrumentos como parte interveniente

Art.45 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 16 de dezembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

A N E X O S LEI Nº 0624/2014

I - Demonstrativo I - Metas Anuais;

II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III - Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV - Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;

V - Anexo 1.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas;

VI- Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

VII - Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

VIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2015;

IX - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público;

X - Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações e;

XI - Anexo de Riscos Fiscais.

ANEXOS DA LEI 0624/2014

Natureza Jurídica não encontrada
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo I - Metas Anuais
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/1

2015				2016			2017		
Especificação	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	9.535.506,75	9.535.506,75	---	9.663.654,36	9.663.654,36	---	9.670.277,88	9.670.277,88	---
Receitas Primárias (I)	9.519.744,75	9.519.744,75	---	9.650.391,36	9.650.391,36	---	9.657.014,88	9.657.014,88	---
Despesa Total	9.535.506,75	9.535.506,75	---	9.663.654,36	9.663.654,36	---	9.670.277,88	9.670.277,88	---
Despesas Primárias (II)	9.450.506,75	9.450.506,75	---	9.663.652,36	9.663.652,36	---	9.670.275,88	9.670.275,88	---
Resultado Primário III = (I-II)	69.238,00	69.238,00	---	(13.261,00)	(13.261,00)	---	(13.261,00)	(13.261,00)	---
Resultado Nominal	(55.000,00)	(55.000,00)	---	10.000,00	10.000,00	---	(35.000,00)	(35.000,00)	---
Dívida Pública Consolidada	200.000,00	200.000,00	---	200.000,00	200.000,00	---	150.000,00	150.000,00	---
Dívida Consolidada Líquida	(365.000,00)	(365.000,00)	---	(355.000,00)	(355.000,00)	---	(390.000,00)	(390.000,00)	---

R\$ 1,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/1

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS**Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C); Realização da despesa por: Empenho

LRF, art 4º, § 2º, inciso I

R\$ 1,00

Especificação	Metas Previstas em 2013 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2013 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	8.274.741,42	----	1.089.408,48	----	(7.185.332,94)	(86,835)
Receitas Primárias (I)	8.213.918,92	----	1.008.133,60	----	(7.205.785,32)	(87,727)
Despesa Total	8.274.741,42	----	10.198.846,24	----	1.924.104,82	23,253
Despesas Primárias (II)	8.274.741,42	----	10.198.846,24	----	1.924.104,82	23,253
Resultado Primário (III) = (I-II)	(60.822,50)	----	(9.190.712,64)	----	(9.129.890,14)	15.010,712
Resultado Nominal	(130.000,00)	----	0,00	0,000	130.000,00	(100,000)
Dívida Pública Consolidada	240.000,00	----	0,00	0,000	(240.000,00)	(100,000)
Dívida Consolidada Líquida	(325.000,00)	----	0,00	0,000	325.000,00	(100,000)

Natureza Jurídica não encontrada
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/1

Especificação	Valores a Preços Correntes											R\$ 1,00
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	
Receita Total	8.188.437,35	8.274.741,42	1,050	9.670.552,73	16,870	9.535.506,75	(1,400)	9.663.654,36	1,340	9.670.277,88	0,070	
Receitas Primárias (I)	8.072.937,35	8.213.918,92	1,750	9.652.290,73	17,510	9.519.744,75	(1,370)	9.650.391,36	1,370	9.657.014,88	0,070	
Despesa Total	8.188.437,35	8.274.741,42	1,050	9.850.754,71	19,050	9.535.506,75	(3,200)	9.663.654,36	1,340	9.670.277,88	0,070	
Despesas Primárias (II)	8.023.437,35	8.274.741,42	3,130	9.695.754,71	17,170	9.450.506,75	(2,530)	9.663.652,36	2,260	9.670.275,88	0,070	
Resultado Primário III = (I-II)	49.500,00	(60.822,50)	(222,870)	(43.463,98)	(28,540)	69.238,00	(259,300)	(13.261,00)	(119,150)	(13.261,00)	0,000	
Resultado Nominal	(180.000,00)	(130.000,00)	(27,780)	15.000,00	(111,540)	(55.000,00)	(466,670)	10.000,00	(118,180)	(35.000,00)	(450,000)	
Dívida Pública Consolidada	370.000,00	240.000,00	(35,140)	250.000,00	4,170	200.000,00	(20,000)	200.000,00	0,000	150.000,00	(25,000)	
Dívida Consolidada Líquida	(195.000,00)	(325.000,00)	66,670	(310.000,00)	(4,620)	(365.000,00)	17,740	(355.000,00)	(2,740)	(390.000,00)	9,860	

Especificação	Valores a Preços Constantes										
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
Receita Total	8.188.437,35	8.274.741,42	1,050	9.670.552,73	16,870	9.535.506,75	(1,400)	9.663.654,36	1,340	9.670.277,88	0,070
Receitas Primárias (I)	8.072.937,35	8.213.918,92	1,750	9.652.290,73	17,510	9.519.744,75	(1,370)	9.650.391,36	1,370	9.657.014,88	0,070
Despesa Total	8.188.437,35	8.274.741,42	1,050	9.850.754,71	19,050	9.535.506,75	(3,200)	9.663.654,36	1,340	9.670.277,88	0,070
Despesas Primárias (II)	8.023.437,35	8.274.741,42	1,050	9.695.754,71	17,170	9.450.506,75	(2,530)	9.663.652,36	2,260	9.670.275,88	0,070
Resultado Primário III = (I-II)	49.500,00	(60.822,50)	(222,870)	(43.463,98)	(28,540)	69.238,00	(259,300)	(13.261,00)	(119,150)	(13.261,00)	0,000
Resultado Nominal	(180.000,00)	(130.000,00)	(27,780)	15.000,00	(111,540)	(55.000,00)	(466,670)	10.000,00	(118,180)	(35.000,00)	(450,000)
Dívida Pública Consolidada	370.000,00	240.000,00	(35,140)	250.000,00	4,170	200.000,00	(20,000)	200.000,00	0,000	150.000,00	(25,000)
Dívida Consolidada Líquida	(195.000,00)	(325.000,00)	66,670	(310.000,00)	(4,620)	(365.000,00)	17,740	(355.000,00)	(2,740)	(390.000,00)	9,860

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO			
1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	9.011.572,10	9.156.861,67	9.156.861,70
1.1.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA TRIBUTÁRIA	223.500,77	223.500,77	223.500,69
1.1.1.0.00.00.00.00.00 IMPOSTOS	177.000,00	177.000,00	177.000,00
1.1.1.2.00.00.00.00.00 Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	117.000,00	117.000,00	117.000,00
1.1.1.2.02.00.00.00.00 Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	25.000,00	25.000,00	25.000,00
1.1.1.2.04.00.00.00.00 Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	80.000,00	80.000,00	80.000,00
1.1.1.2.08.00.00.00.00 Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imóveis e Dir	12.000,00	12.000,00	12.000,00
1.1.1.3.00.00.00.00.00 Impostos sobre a Produção e a Circulação	60.000,00	60.000,00	60.000,00
1.1.1.3.05.00.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	60.000,00	60.000,00	60.000,00
1.1.2.0.00.00.00.00.00 TAXAS	46.500,77	46.500,77	46.500,69
1.1.2.1.00.00.00.00.00 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	9.500,77	9.500,77	9.500,69
1.1.2.1.22.00.00.00.00 Taxa de Serviços Administrativos	3.000,77	3.000,77	3.000,69
1.1.2.1.25.00.00.00.00 Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	3.000,00	3.000,00	3.000,00
1.1.2.1.29.00.00.00.00 Taxa de Licença para Execução de Obras	3.500,00	3.500,00	3.500,00
1.1.2.2.00.00.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços	37.000,00	37.000,00	37.000,00
1.1.2.2.90.00.00.00.00 Taxa de Limpeza Pública	17.000,00	17.000,00	17.000,00
1.1.2.2.99.00.00.00.00 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	20.000,00	20.000,00	20.000,00
1.2.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	30.001,00	30.001,00	30.001,00
1.2.3.0.00.00.00.00.00 CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚ	30.001,00	30.001,00	30.001,00
1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	30.501,00	30.501,00	30.501,00
1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	10.501,00	10.501,00	10.501,00
1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	10.501,00	10.501,00	10.501,00
1.3.2.5.01.00.00.00.00 Remuneração de depósito de recursos vinculados	6.501,00	6.501,00	6.501,00
1.3.2.5.01.02.00.00.00 REC REMUN DEP BANC VINC - FUNDEB	2.500,00	2.500,00	2.500,00
1.3.2.5.01.05.00.00.00 Rec. de Remuneração de Depósito Banc.Rec. Vinc - IV	1.001,00	1.001,00	1.001,00
1.3.2.5.01.10.00.00.00 Rec. Rem de Dep Bancario Rec Vinc - FNAS	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.3.2.5.01.99.00.00.00 REC REMUN OUTROS DEP BANC REC VINC	2.000,00	2.000,00	2.000,00
1.3.2.5.02.00.00.00.00 Remuneração de Depósito de Recursos Não Vinculados	4.000,00	4.000,00	4.000,00
1.3.2.5.02.99.00.00.00 Remuneração de Outros Dep. de Recursos não vincula	4.000,00	4.000,00	4.000,00
1.3.9.0.00.00.00.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	20.000,00	20.000,00	20.000,00
1.7.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.030.769,33	8.176.058,90	8.176.059,01
1.7.2.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.030.769,33	8.176.058,90	8.176.059,01
1.7.2.1.00.00.00.00.00 Transferências da União	4.536.317,67	4.488.992,00	4.488.992,00
1.7.2.1.01.00.00.00.00 Participação na Receita da União	4.093.586,67	4.050.260,00	4.050.260,00
1.7.2.1.01.02.00.00.00 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.057.086,67	4.013.760,00	4.013.760,00
1.7.2.1.01.05.00.00.00 Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1.500,00	1.500,00	1.500,00
1.7.2.1.01.12.00.00.00 Cota-Parte do IPI - Estados Export. Prod. Industr.	35.000,00	35.000,00	35.000,00
1.7.2.1.22.00.00.00.00 Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	95.000,00	95.000,00	95.000,00
1.7.2.1.22.70.00.00.00 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	85.000,00	85.000,00	85.000,00
1.7.2.1.22.90.00.00.00 Outras Transf. Decorrentes de Compens. Finan.	10.000,00	10.000,00	10.000,00
1.7.2.1.34.00.00.00.00 Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	92.607,00	92.607,00	92.607,00
1.7.2.1.35.00.00.00.00 Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	166.001,00	163.002,00	163.002,00
1.7.2.1.35.01.00.00.00 Transferências do Salário-Educação	91.001,00	88.002,00	88.002,00
1.7.2.1.35.03.00.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	40.000,00	40.000,00	40.000,00
1.7.2.1.35.04.00.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	35.000,00	35.000,00	35.000,00
1.7.2.1.36.00.00.00.00 Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	13.000,00	13.000,00	13.000,00
1.7.2.1.99.00.00.00.00 Outras Transferências da União	76.123,00	75.123,00	75.123,00
1.7.2.2.00.00.00.00.00 Transferências dos Estados	2.610.050,66	2.802.665,90	2.802.666,01
1.7.2.2.01.00.00.00.00 Participação na Receita dos Estados	2.503.043,66	2.695.658,90	2.695.659,01
1.7.2.2.01.01.00.00.00 Cota-Parte do ICMS	1.818.043,66	2.000.658,90	2.000.659,01
1.7.2.2.01.02.00.00.00 Cota-Parte do IPVA	80.000,00	80.000,00	80.000,00
1.7.2.2.01.13.00.00.00 Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	15.000,00	15.000,00	15.000,00
1.7.2.2.01.99.00.00.00 Outras Participações na Receita dos Estados	590.000,00	600.000,00	600.000,00
1.7.2.2.99.00.00.00.00 Outras Transferências dos Estados	107.007,00	107.007,00	107.007,00
1.7.2.2.99.01.00.00.00 RECURSOS TRANSPORTE ESCOLAR	105.000,00	105.000,00	105.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 2/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO			
1.7.2.2.99.07.00.00.00 TRANSFERENCIA DE CONVENIOS COM O ESTADO	2.007,00	2.007,00	2.007,00
1.7.2.4.00.00.00.00.00 Transferências Multigovernamentais	884.401,00	884.401,00	884.401,00
1.7.2.4.01.00.00.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB	884.401,00	884.401,00	884.401,00
1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	696.800,00	696.800,00	696.800,00
1.9.1.0.00.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora	1.500,00	1.500,00	1.500,00
1.9.1.1.00.00.00.00.00 Multas/Juros de Mora dos Tributos	600,00	600,00	600,00
1.9.1.1.38.00.00.00.00 Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	150,00	150,00	150,00
1.9.1.1.39.00.00.00.00 Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	150,00	150,00	150,00
1.9.1.1.40.00.00.00.00 Multas/Juros de Mora s/ o ISS	150,00	150,00	150,00
1.9.1.1.99.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	150,00	150,00	150,00
1.9.1.1.99.01.00.00.00 Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	150,00	150,00	150,00
1.9.1.3.00.00.00.00.00 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	200,00	200,00	200,00
1.9.1.3.11.00.00.00.00 Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	50,00	50,00	50,00
1.9.1.3.12.00.00.00.00 Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI	50,00	50,00	50,00
1.9.1.3.13.00.00.00.00 Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	50,00	50,00	50,00
1.9.1.3.99.00.00.00.00 Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	50,00	50,00	50,00
1.9.1.9.00.00.00.00.00 Multas de Outras Origens	700,00	700,00	700,00
1.9.1.9.15.00.00.00.00 Multas Previstas na Legislação de Trânsito	700,00	700,00	700,00
1.9.2.0.00.00.00.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.000,00	10.000,00	10.000,00
1.9.3.0.00.00.00.00.00 RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	2.300,00	2.300,00	2.300,00
1.9.3.1.00.00.00.00.00 Receita da Dívida Ativa Tributária	2.300,00	2.300,00	2.300,00
1.9.3.1.11.00.00.00.00 Rec. Div. Ativ. do IPTU	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.9.3.1.12.00.00.00.00 Rec. Div. Ativ. do ITBI	800,00	800,00	800,00
1.9.3.1.13.00.00.00.00 Rec. Div. Ativ. do ISS	450,00	450,00	450,00
1.9.3.1.99.00.00.00.00 Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	50,00	50,00	50,00
1.9.3.1.99.01.00.00.00 Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	50,00	50,00	50,00
1.9.9.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DIVERSAS	683.000,00	683.000,00	683.000,00
1.9.9.0.99.00.00.00.00 Outras Receitas	683.000,00	683.000,00	683.000,00
2.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	14.757,00	12.258,00	12.258,00
2.1.0.0.00.00.00.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.003,00	1.003,00	1.003,00
2.1.1.0.00.00.00.00.00 Operações de Crédito Internas	1.003,00	1.003,00	1.003,00
2.1.1.4.00.00.00.00.00 Operações de Crédito Internas - Contratuais	1.003,00	1.003,00	1.003,00
2.1.1.4.01.00.00.00.00 Operações de Crédito Interna p/ Programa Educação	1,00	1,00	1,00
2.1.1.4.99.00.00.00.00 Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	1.002,00	1.002,00	1.002,00
2.2.0.0.00.00.00.00.00 ALIENAÇÃO DE BENS	3.754,00	1.255,00	1.255,00
2.2.1.0.00.00.00.00.00 Alienação de Bens Móveis	3.754,00	1.255,00	1.255,00
2.2.1.9.00.00.00.00.00 Alienação de Outros Bens Móveis	3.754,00	1.255,00	1.255,00
2.4.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.000,00	10.000,00	10.000,00
2.4.7.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	10.000,00	10.000,00	10.000,00
2.4.7.1.00.00.00.00.00 Transf. Convênios da União e de suas Entidades	10.000,00	10.000,00	10.000,00
2.4.7.1.02.00.00.00.00 Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	10.000,00	10.000,00	10.000,00
9.0.0.0.00.00.00.00.00 DEDUÇÕES DA RECEITA	(175.900,00)	(175.900,00)	(175.900,00)
9.1.0.0.00.00.00.00.00 DEDUÇÕES DA RECEITA	(175.900,00)	(175.900,00)	(175.900,00)
9.1.7.0.00.00.00.00.00 DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(175.900,00)	(175.900,00)	(175.900,00)
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências	(175.900,00)	(175.900,00)	(175.900,00)
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	(109.900,00)	(109.900,00)	(109.900,00)
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	(107.300,00)	(107.300,00)	(107.300,00)
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00 Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	(100.000,00)	(100.000,00)	(100.000,00)
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00 Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	(300,00)	(300,00)	(300,00)
9.1.7.2.1.01.12.00.00.00 DEDUCAO RECEITA P/ FORMACAO FUNDEB - IPI EX	(7.000,00)	(7.000,00)	(7.000,00)
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00 Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	(2.600,00)	(2.600,00)	(2.600,00)
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(66.000,00)	(66.000,00)	(66.000,00)
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(66.000,00)	(66.000,00)	(66.000,00)
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00 Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	(50.000,00)	(50.000,00)	(50.000,00)

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 3/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO			
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00 Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPV/	(16.000,00)	(16.000,00)	(16.000,00)
Total entidade:	8.850.429,10	8.993.219,67	8.993.219,70
3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO			
1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	685.073,65	670.430,69	677.054,18
1.1.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA TRIBUTÁRIA	2.000,00	2.000,00	2.000,00
1.1.2.0.00.00.00.00.00 TAXAS	2.000,00	2.000,00	2.000,00
1.1.2.1.00.00.00.00.00 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	2.000,00	2.000,00	2.000,00
1.1.2.1.17.00.00.00.00 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	2.000,00	2.000,00	2.000,00
1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	500,00	500,00	500,00
1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	500,00	500,00	500,00
1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	500,00	500,00	500,00
1.3.2.5.01.00.00.00.00 Remuneração de Dep Banc de Rec Vinculados	500,00	500,00	500,00
1.3.2.5.01.03.00.00.00 Rec de Remun de Dep Banc de Rec Vinc - Fundo Saúç	500,00	500,00	500,00
1.7.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	682.072,65	667.429,69	674.053,18
1.7.2.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	682.072,65	667.429,69	674.053,18
1.7.2.1.00.00.00.00.00 Transferências da União	434.603,00	436.603,00	440.603,00
1.7.2.1.33.00.00.00.00 Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	334.603,00	336.603,00	340.603,00
1.7.2.1.33.01.00.00.00 RECURSOS DO PSF	84.600,00	84.600,00	84.600,00
1.7.2.1.33.02.00.00.00 RECURSOS DA FARMACIA BASICA	57.001,00	59.001,00	63.001,00
1.7.2.1.33.03.00.00.00 RECURSOS DO PAB	70.000,00	70.000,00	70.000,00
1.7.2.1.33.04.00.00.00 RECURSOS DA EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE I	9.001,00	9.001,00	9.001,00
1.7.2.1.33.05.00.00.00 RECURSOS VIGILANCIA SANITARIA	9.000,00	9.000,00	9.000,00
1.7.2.1.33.06.00.00.00 RECURSOS DO PACS	60.000,00	60.000,00	60.000,00
1.7.2.1.33.07.00.00.00 RECURSOS SAUDE BUCAL	25.001,00	25.001,00	25.001,00
1.7.2.1.33.99.00.00.00 Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	20.000,00	20.000,00	20.000,00
1.7.2.1.99.00.00.00.00 Outras Transferências da União	100.000,00	100.000,00	100.000,00
1.7.2.2.00.00.00.00.00 Transferências dos Estados	247.469,65	230.826,69	233.450,18
1.7.2.2.01.00.00.00.00 Participação na Receita dos Estados	147.453,09	130.005,82	133.658,59
1.7.2.2.01.99.00.00.00 Outras Participações na Receita dos Estados	147.453,09	130.005,82	133.658,59
1.7.2.2.99.00.00.00.00 Outras Transferências dos Estados	100.016,56	100.820,87	99.791,59
1.7.2.2.99.10.00.00.00 Transferências do Fundo Estadual de Saúde	100.016,56	100.820,87	99.791,59
1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	501,00	501,00	501,00
1.9.1.0.00.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora	451,00	451,00	451,00
1.9.1.1.00.00.00.00.00 Multas/Juros de Mora dos Tributos	401,00	401,00	401,00
1.9.1.1.35.00.00.00.00 Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	401,00	401,00	401,00
1.9.1.3.00.00.00.00.00 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	50,00	50,00	50,00
1.9.1.3.35.00.00.00.00 Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. San.	50,00	50,00	50,00
1.9.3.0.00.00.00.00.00 RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	50,00	50,00	50,00
1.9.3.1.00.00.00.00.00 Receita da Dívida Ativa Tributária	50,00	50,00	50,00
1.9.3.1.35.00.00.00.00 Rec. Div. Ativ. Tx de Fiscaliz. e Vigil. Sanitária	50,00	50,00	50,00
2.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	4,00	4,00	4,00
2.1.0.0.00.00.00.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3,00	3,00	3,00
2.1.1.0.00.00.00.00.00 Operações de Crédito Internas	3,00	3,00	3,00
2.1.1.4.00.00.00.00.00 Operações de Crédito Internas - Contratuais	3,00	3,00	3,00
2.1.1.4.02.00.00.00.00 Operações de Crédito Interna Programas de Saúde	3,00	3,00	3,00
2.2.0.0.00.00.00.00.00 ALIENAÇÃO DE BENS	1,00	1,00	1,00
2.2.1.0.00.00.00.00.00 Alienação de Bens Móveis	1,00	1,00	1,00
2.2.1.9.00.00.00.00.00 Alienação de Outros Bens Móveis	1,00	1,00	1,00
Total entidade:	685.077,65	670.434,69	677.058,18
Total geral:	9.535.506,75	9.663.654,36	9.670.277,88

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Anexo 1.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Programa	R\$ 1,00		
	2015	2016	2017
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO			
2 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	881.004,00	798.506,00	798.506,00
3 GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	451.526,97	345.000,00	345.000,00
4 SEGURANÇA PÚBLICA	25.000,00	25.000,00	25.000,00
5 ADMINISTRAÇÃO GERAL	757.506,00	737.104,11	737.104,05
6 EDUCAÇÃO PARA TODOS	2.543.695,58	2.573.019,72	2.573.019,80
7 RESGATE DA CULTURA	77.001,00	77.001,00	77.001,00
8 ESPORTE É VIDA	113.001,00	113.001,00	113.001,00
10 DESENVOLVIMENTO SOCIAL	380.213,00	340.214,00	340.214,06
11 GESTÃO AMBIENTAL	200.004,00	190.004,00	190.004,00
12 ESTRADAS VICINAIS	312.501,00	362.501,00	362.500,94
13 URBANISMO	828.258,00	1.055.757,00	1.057.757,00
14 AGRICULTURA SUSTENTAVEL	462.007,00	462.007,00	462.007,00
15 PAMEC	149.002,00	149.002,00	149.002,00
16 GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	22.000,00	22.000,00	22.000,00
99 RESERVA DE CONTINGENCIA	60.000,00	60.000,00	60.000,00
Total da entidade:	7.262.719,55	7.310.116,83	7.312.116,85
2 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO			
1 PROCESSO LEGISLATIVO	660.000,00	734.500,00	732.500,00
Total da entidade:	660.000,00	734.500,00	732.500,00
3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO			
9 SAÚDE PARA TODOS	1.596.786,60	1.602.036,93	1.607.660,43
17 PROGRAMA MAIS MEDICOS	16.000,60	17.000,60	18.000,60
Total da entidade:	1.612.787,20	1.619.037,53	1.625.661,03
Total geral:	9.535.506,75	9.663.654,36	9.670.277,88

Natureza Jurídica não encontrada
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/1

Especificação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
RECEITAS CORRENTES (I)	8.100.687,35	8.272.667,92	9.662.791,73	9.520.745,75	9.651.392,36	9.658.015,88
Receita Tributária	219.500,00	507.200,00	208.502,77	225.500,77	225.500,77	225.500,69
Receita de Contribuição	20.000,00	21.000,00	26.001,00	30.001,00	30.001,00	30.001,00
Receita Patrimonial	106.541,50	197.512,50	30.501,00	31.001,00	31.001,00	31.001,00
Aplicações Financeiras (II)	27.750,00	58.750,00	10.501,00	11.001,00	11.001,00	11.001,00
Outras Receitas Patrimoniais	78.791,50	138.762,50	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
Transferências Correntes	7.650.350,85	7.284.925,94	8.682.985,96	8.536.941,98	8.687.588,59	8.674.212,19
Demais Receitas Correntes	104.295,00	262.029,48	714.801,00	697.301,00	697.301,00	697.301,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I-II)	8.072.937,35	8.213.917,92	9.652.290,73	9.509.744,75	9.640.391,36	9.647.014,88
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	87.750,00	2.073,50	7.761,00	14.761,00	12.262,00	12.262,00
Operações de Crédito (V)	75.000,00	10,00	1.006,00	1.006,00	1.006,00	1.006,00
Amortização de Empréstimo (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	12.750,00	2.062,50	6.755,00	3.755,00	1.256,00	1.256,00
Transferência de Capital	0,00	1,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII)	0,00	1,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX)=(III+VIII)	8.072.937,35	8.213.918,92	9.652.290,73	9.519.744,75	9.650.391,36	9.657.014,88
DESPESAS CORRENTES (X)	6.738.098,01	8.274.741,42	8.881.615,71	8.876.115,75	9.125.259,36	9.133.882,54
Pessoal e Encargos Sociais	2.951.661,63	0,00	3.315.875,97	4.488.134,97	4.625.706,11	4.624.703,86
Juros e Encargos da Dívida (XI)	45.000,00	0,00	25.000,00	15.000,00	1,00	1,00
Outras Despesas Correntes	3.741.436,38	7.371.834,56	5.458.231,74	4.372.980,78	4.499.552,25	4.509.177,68
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)	6.693.098,01	8.274.741,42	8.856.615,71	8.861.115,75	9.125.258,36	9.133.881,54
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	1.390.339,34	0,00	909.139,00	599.391,00	478.395,00	476.395,34
Investimentos	1.270.339,34	0,00	779.139,00	529.391,00	478.394,00	476.394,34
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	120.000,00	0,00	130.000,00	70.000,00	1,00	1,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII-XIV)	1.270.339,34	0,00	779.139,00	529.391,00	478.394,00	476.394,34
RESERVA LEGAL RPPS (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVIII)=(XII+XV+XVI+XVII)	8.023.437,35	8.334.741,42	9.695.754,71	9.450.506,75	9.663.652,36	9.670.275,88
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVIII)	49.500,00	(120.822,50)	(43.463,98)	69.238,00	(13.261,00)	(13.261,00)

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/1

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

Especificação	2012 (b)	2013 (c)	2014 (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	370.000,00	240.000,00	250.000,00	200.000,00	200.000,00	150.000,00
Operações de crédito	370.000,00	240.000,00	250.000,00	200.000,00	200.000,00	150.000,00
DEDUÇÕES (II)	565.000,00	565.000,00	560.000,00	565.000,00	555.000,00	540.000,00
Ativo disponível	600.000,00	600.000,00	610.000,00	600.000,00	600.000,00	590.000,00
(-) Restos a pagar processados	35.000,00	35.000,00	50.000,00	35.000,00	45.000,00	50.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	(195.000,00)	(325.000,00)	(310.000,00)	(365.000,00)	(355.000,00)	(390.000,00)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	(195.000,00)	(325.000,00)	(310.000,00)	(365.000,00)	(355.000,00)	(390.000,00)
Resultado Nominal	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
	(180.000,00)	(130.000,00)	15.000,00	(55.000,00)	10.000,00	(35.000,00)

* : Refere-se ao resultados_nominais_valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto no exercício 2012 no resultados_nominais_valor de R\$ (15.000,00).

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2015

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

ORIGEM			DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Valor	Programa	Valor
1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Imposto s/ Propriedade Pr	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	15.000,00	1 - PROCESSO LEGISLATIVO	660.000,00
1.1.1.2.04.00.00.00.00 - Imposto s/ Renda e Prove	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	48.000,00	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	285.503,00
1.1.1.2.08.00.00.00.00 - Imposto s/Transm Inter Viv	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	7.200,00	11 - GESTÃO AMBIENTAL	199.000,00
1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Imposto sobre Serviços de	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	36.000,00	12 - ESTRADAS VICINAIS	307.500,00
1.1.2.1.22.00.00.00.00 - Taxa de Serviços Adminis	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	2.999,77	13 - URBANISMO	762.002,00
1.1.2.1.25.00.00.00.00 - Tx de Funcionamento Est	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	3.000,00	14 - AGRICULTURA SUSTENTAVEL	429.500,00
1.1.2.1.29.00.00.00.00 - Taxa de Licença para Exe	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	3.500,00	15 - PAMEC	149.001,00
1.1.2.2.90.00.00.00.00 - Taxa de Limpeza Pública	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	17.000,00	16 - GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	22.000,00
1.1.2.2.99.00.00.00.00 - Outras Taxas pela Prestaç	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	20.000,00	2 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	881.001,00
1.3.2.5.02.99.00.00.00 - Remuneração de Outros C	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	4.000,00	3 - GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	450.026,97
1.3.9.0.00.00.00.00.00 - Outras Receitas Patrimoni	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	20.000,00	4 - SEGURANÇA PÚBLICA	25.000,00
1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de P	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	2.434.252,00	5 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	756.501,00
1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Cota-Parte do Imp. s/ a Pr	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	900,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	2,00
1.7.2.1.01.12.00.00.00 - Cota-Parte do IPI - Estado	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	21.000,00	7 - RESGATE DA CULTURA	77.000,00
1.7.2.1.22.70.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo Esp	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	85.000,00	8 - ESPORTE É VIDA	111.001,00
1.7.2.1.22.90.00.00.00 - Outras Transf. Decorrente	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	10.000,00	99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	60.000,00
1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Transf. Financ. ICMS - De:	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	7.800,00		
1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	1.090.826,20	Subtotal:	5.175.037,97
1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	48.000,00		
1.7.2.2.01.13.00.00.00 - Cota-Parte da Contrib.Inte	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	15.000,00		
1.7.2.2.01.99.00.00.00 - Outras Participações na R	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	590.000,00		
1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s/ o	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	90,00		
1.9.1.1.39.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s/ o	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	90,00		
1.9.1.1.40.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s/ o	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	90,00		
1.9.1.1.99.01.00.00.00 - Multas e Juros de Mora de	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	90,00		
1.9.1.3.11.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora Div.	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	30,00		
1.9.1.3.12.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora Div.	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	30,00		
1.9.1.3.13.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora Div.	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	30,00		
1.9.1.3.99.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora Div.	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	30,00		
1.9.1.9.15.00.00.00.00 - Multas Previstas na Legisl	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	700,00		
1.9.2.0.00.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTI	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	10.000,00		
1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do IPTU	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	600,00		
1.9.3.1.12.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do ITBI	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	480,00		
1.9.3.1.13.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do ISS	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	270,00		
1.9.3.1.99.01.00.00.00 - Receita da Dívida Ativa de	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	30,00		
1.9.9.0.99.00.00.00.00 - Outras Receitas	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex	683.000,00		
Subtotal:		5.175.037,97		
1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Imposto s/ Propriedade Pr	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf	6.250,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	1.371.282,58
1.1.1.2.04.00.00.00.00 - Imposto s/ Renda e Prove	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf	20.000,00		
1.1.1.2.08.00.00.00.00 - Imposto s/Transm Inter Viv	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf	3.000,00	Subtotal:	1.371.282,58
1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Imposto sobre Serviços de	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf	15.000,00		
1.3.2.5.01.05.00.00.00 - Rec. de Remuneração de	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf	1.000,00		
1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de P	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf	1.014.271,67		
1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Cota-Parte do Imp. s/ a Pr	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf	375,00		
1.7.2.1.01.12.00.00.00 - Cota-Parte do IPI - Estado	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf	8.750,00		
1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Transf. Financ. ICMS - De:	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf	3.250,00		
1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf	454.510,91		
1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf	20.000,00		
1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s/ o	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf	37,50		
1.9.1.1.39.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s/ o	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf	37,50		
1.9.1.1.40.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s/ o	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf	37,50		
1.9.1.1.99.01.00.00.00 - Multas e Juros de Mora de	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf	37,50		
1.9.1.3.11.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora Div.	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf	12,50		
1.9.1.3.12.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora Div.	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf	12,50		
1.9.1.3.13.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora Div.	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf	12,50		
1.9.1.3.99.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora Div.	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf	12,50		
1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do IPTU	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf	250,00		
1.9.3.1.12.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do ITBI	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf	200,00		
1.9.3.1.13.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do ISS	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf	112,50		
1.9.3.1.99.01.00.00.00 - Receita da Dívida Ativa de	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf	12,50		
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Dedução Cota-Parte do	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf	-100.000,00		
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Dedução de Receita p/ f	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf	-300,00		
9.1.7.2.1.01.12.00.00.00 - DEDUCAO RECEITA P/	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf	-7.000,00		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Ded Rec p/ Form do FUI	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf	-2.600,00		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Dedução do ICMS para l	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf	-50.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Dedução de Receita par	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf	-16.000,00		
Subtotal:		1.371.282,58		

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 2/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2015

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

ORIGEM			DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Valor	Programa	Valor
1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Imposto s/ Propriedade Pr	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf	3.750,00	17 - PROGRAMA MAIS MEDICOS	16.000,60
1.1.1.2.04.00.00.00.00 - Imposto s/ Renda e Prove	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf	12.000,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	1.241.437,64
1.1.1.2.08.00.00.00.00 - Imposto s/Transm Inter Viv	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf	1.800,00		
1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Imposto sobre Serviços de	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf	9.000,00	Subtotal:	1.257.438,24
1.1.2.1.17.00.00.00.00 - Taxa de Fiscalização de V	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf	2.000,00		
1.3.2.5.01.03.00.00.00 - Rec de Remun de Dep Ba	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf	500,00		
1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de P	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf	608.563,00		
1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Cota-Parte do Imp. s/ a Pr	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf	225,00		
1.7.2.1.01.12.00.00.00 - Cota-Parte do IPI - Estado	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf	5.250,00		
1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Transf. Financ. ICMS - De:	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf	1.950,00		
1.7.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências da I	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf	91.497,00		
1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf	272.706,55		
1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf	12.000,00		
1.7.2.2.01.99.00.00.00 - Outras Participações na R	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf	147.453,09		
1.7.2.2.99.10.00.00.00 - Transferências do Fundo f	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf	87.778,00		
1.9.1.1.35.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora da T	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf	400,60		
1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s/ o	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf	22,50		
1.9.1.1.39.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s/ o	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf	22,50		
1.9.1.1.40.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s/ o	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf	22,50		
1.9.1.1.99.01.00.00.00 - Multas e Juros de Mora de	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf	22,50		
1.9.1.1.31.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora Div.	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf	7,50		
1.9.1.1.32.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora Div.	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf	7,50		
1.9.1.1.33.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora Div.	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf	7,50		
1.9.1.1.35.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora Div.	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf	50,00		
1.9.1.1.39.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora Div.	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf	7,50		
1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do IPTU	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf	150,00		
1.9.3.1.12.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do ITBI	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf	120,00		
1.9.3.1.13.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do ISS	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf	67,50		
1.9.3.1.35.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. Tx de Fiscal	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf	50,00		
1.9.3.1.99.01.00.00.00 - Receita da Dívida Ativa de	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf	7,50		
Subtotal:		1.257.438,24		
1.2.3.0.00.00.00.00.00 - CONTRIB P/CUSTEIO DC	00.01.0017 - Contribuição para o Custeio dos f	30.000,00	13 - URBANISMO	30.000,00
Subtotal:		30.000,00	Subtotal:	30.000,00
1.3.2.5.01.02.00.00.00 - REC REMUN DEP BANC	00.01.0018 - Transferências do FUNDEB/FUNF	1.500,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	563.210,00
1.7.2.4.01.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do FL	00.01.0018 - Transferências do FUNDEB/FUNF	561.710,00		
Subtotal:		563.210,00	Subtotal:	563.210,00
1.3.2.5.01.02.00.00.00 - REC REMUN DEP BANC	00.01.0019 - Transferências do FUNDEB/FUNF	1.000,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	323.690,00
1.7.2.4.01.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do FL	00.01.0019 - Transferências do FUNDEB/FUNF	322.690,00		
Subtotal:		323.690,00	Subtotal:	323.690,00
1.7.2.2.99.01.00.00.00 - RECURSOS TRANSPOR	00.01.0022 - Transferências de Convênios - Ec	105.000,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	117.006,82
1.7.2.2.99.07.00.00.00 - TRANSFERENCIA DE CO	00.01.0022 - Transferências de Convênios - Ec	2.006,82		
2.4.7.1.02.00.00.00.00 - Transf. Convênios da Uniã	00.01.0022 - Transferências de Convênios - Ec	10.000,00	Subtotal:	117.006,82
Subtotal:		117.006,82		
1.7.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências da I	00.01.0023 - Transferências de Convênios - Se	3.502,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	3.502,00
Subtotal:		3.502,00	Subtotal:	3.502,00
1.3.2.5.01.99.00.00.00 - REC REMUN OUTROS DI	00.01.0024 - Transferências de Convênios - Oi	2.000,00	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1.102,00
1.7.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências da I	00.01.0024 - Transferências de Convênios - Oi	76.122,00	11 - GESTÃO AMBIENTAL	1.003,00
Subtotal:		78.122,00	12 - ESTRADAS VICINAIS	3.002,00
			13 - URBANISMO	36.254,00
			14 - AGRICULTURA SUSTENTAVEL	32.506,00
			15 - PAMEC	1,00
			2 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1,00
			3 - GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	1.250,00
			5 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.002,00
			7 - RESGATE DA CULTURA	1,00
			8 - ESPORTE É VIDA	2.000,00
			Subtotal:	78.122,00
1.7.2.1.34.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do Fu	00.01.0048 - Programa de Atenção à Criança -	3.001,00	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	3.001,00
Subtotal:		3.001,00	Subtotal:	3.001,00
1.7.2.1.34.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do Fu	00.01.0050 - Peti - Erradicaçao do Trabalho inf	12.000,00	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	12.000,00
Subtotal:		12.000,00	Subtotal:	12.000,00
1.3.2.5.01.10.00.00.00 - Rec. Rem de Dep Bancari	00.01.0052 - Outras Transferências de Recurs	1.000,00	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	78.605,00
1.7.2.1.34.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do Fu	00.01.0052 - Outras Transferências de Recurs	77.605,00		
Subtotal:		78.605,00	Subtotal:	78.605,00
1.7.2.1.35.01.00.00.00 - Transferências do Salário-	00.01.0058 - Salário Educação - Tesouro-Ex.Ci	91.000,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	91.000,00
Subtotal:		91.000,00	Subtotal:	91.000,00
1.7.2.1.35.03.00.00.00 - Transferências Diretas do	00.01.0060 - Programa Nacional de Alimentaç	40.000,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	40.000,00
Subtotal:		40.000,00	Subtotal:	40.000,00
1.7.2.1.35.04.00.00.00 - Transferências Diretas do	00.01.0061 - Programa Nacional de Apoio ao T	35.000,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	35.000,00
Subtotal:		35.000,00	Subtotal:	35.000,00
1.7.2.1.33.01.00.00.00 - RECURSOS DO PSF	00.01.0064 - Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor.	84.600,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	254.600,00
1.7.2.1.33.03.00.00.00 - RECURSOS DO PAB	00.01.0064 - Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor.	70.000,00		
1.7.2.1.33.06.00.00.00 - RECURSOS DO PACS	00.01.0064 - Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor.	60.000,00	Subtotal:	254.600,00
1.7.2.1.33.07.00.00.00 - RECURSOS SAUDE BUC	00.01.0064 - Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor.	25.001,00		
1.7.2.1.33.99.00.00.00 - Outros Programas Financ	00.01.0064 - Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor.	14.999,00		
Subtotal:		254.600,00		
1.7.2.1.33.99.00.00.00 - Outros Programas Financ	00.01.0065 - Atenção de Média e Alta Complex	5.000,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	5.000,00
Subtotal:		5.000,00	Subtotal:	5.000,00
1.7.2.1.33.04.00.00.00 - RECURSOS DA EPIDEMI	00.01.0066 - Vigilância em Saúde - Tesouro-Ex	9.000,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	18.000,00
1.7.2.1.33.05.00.00.00 - RECURSOS VIGILANCIA	00.01.0066 - Vigilância em Saúde - Tesouro-Ex	9.000,00		
Subtotal:		18.000,00	Subtotal:	18.000,00
1.7.2.1.33.02.00.00.00 - RECURSOS DA FARMAC	00.01.0067 - Assistência Farmacêutica Básica	57.000,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	57.000,00
Subtotal:		57.000,00	Subtotal:	57.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 3/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2015

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

ORIGEM			DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Valor	Programa	Valor
1.7.2.2.99.10.00.00.00 - Transferências do Fundo F	00.01.0068 - Assistência Farmacêutica Estratég	12.238,56	9 - SAÚDE PARA TODOS	12.238,56
	Subtotal:	12.238,56		12.238,56
1.7.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências da I	00.01.0071 - Outros Recursos do Fundo Nacio	5.000,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	5.000,00
	Subtotal:	5.000,00		5.000,00
2.1.1.4.01.00.00.00.00 - Operações de Crédito Inte	00.01.0081 - Operações de Crédito Internas pe	1,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00		1,00
2.1.1.4.02.00.00.00.00 - Operações de Crédito Inte	00.01.0082 - Operações de Crédito Internas pe	3,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	3,00
	Subtotal:	3,00		3,00
2.1.1.4.99.00.00.00.00 - Outras Operações de Crêr	00.01.0083 - Operações de Credito Internas - (1.002,00	12 - ESTRADAS VICINAIS	999,00
	Subtotal:	1.002,00	13 - URBANISMO	1,00
			5 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2,00
			Subtotal:	1.002,00
2.2.1.9.00.00.00.00.00 - Alienação de Outros Bens	00.01.0087 - Alienacao de Bens Educacao - Te	2.500,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	2.500,00
	Subtotal:	2.500,00		2.500,00
2.2.1.9.00.00.00.00.00 - Alienação de Outros Bens	00.01.0088 - Alienações de Bens destinados a	1,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00		1,00
2.2.1.9.00.00.00.00.00 - Alienação de Outros Bens	00.01.0089 - Alienações de Bens destinados a	1.254,00	11 - GESTÃO AMBIENTAL	1,00
	Subtotal:	1.254,00	12 - ESTRADAS VICINAIS	1.000,00
			14 - AGRICULTURA SUSTENTAVEL	1,00
			2 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1,00
			3 - GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	250,00
			5 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1,00
			Subtotal:	1.254,00
1.1.2.1.22.00.00.00.00 - Taxa de Serviços Adminis	00.03.0000 - Recursos Ordinarios - Ex.Ant.	1,00	2 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1,00
	Subtotal:	1,00		1,00
1.3.2.5.01.05.00.00.00 - Rec. de Remuneração de	00.03.0001 - Recursos Educacao - Superavit F	1,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00		1,00
1.9.1.1.35.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora da T	00.03.0002 - Recursos Saude - Superavit Final	0,40	9 - SAÚDE PARA TODOS	0,40
	Subtotal:	0,40		0,40
1.2.3.0.00.00.00.00.00 - CONTRIB P/CUSTEIO DC	00.03.0017 - Contribuicao p custeio iluminacao	1,00	13 - URBANISMO	1,00
	Subtotal:	1,00		1,00
1.7.2.4.01.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do FL	00.03.0018 - Recursos Fundeb - Superavit Fini	1,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00		1,00
1.7.2.2.99.07.00.00.00 - TRANSFERENCIA DE CO	00.03.0022 - Recurso Convenio Educacao - Si	0,18	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	0,18
	Subtotal:	0,18		0,18
1.7.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências da I	00.03.0023 - Recurso Convenio Saude - Super	1,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00		1,00
1.7.2.1.34.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do Fu	00.03.0052 - Recurso FNAS - Superavit Financ	1,00	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1,00
	Subtotal:	1,00		1,00
1.7.2.1.35.01.00.00.00 - Transferências do Salário-	00.03.0058 - Recurso Salario Educacao - Supe	1,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00		1,00
1.7.2.1.33.99.00.00.00 - Outros Programas Financ	00.03.0064 - Recurso Atencao Basica - Supera	1,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00		1,00
1.7.2.1.33.04.00.00.00 - RECURSOS DA EPIDEMI	00.03.0066 - Recurso Vigilancia em Saude - Si	1,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00		1,00
1.7.2.1.33.02.00.00.00 - RECURSOS DA FARMAC	00.03.0067 - Recurso Farmacia Basica - Super	1,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00		1,00
1.7.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências da I	00.03.0077 - CONVENIO FIA IR SUPERAVIT	1,00	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1,00
	Subtotal:	1,00		1,00
Total geral:		9.535.506,75		9.535.506,75

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Relatório sobre Projetos em Exercício e Despesas com Conservação do Patrimônio Público no Exercício de 2015 (Art. 45 da LRF)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C); Realização da despesa por: Empenho

Identificação dos Projetos	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	Saldo Atualizado PPA
		Realizado até 2014	Orçamento em 2014			
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO	1.761.850,94	0,00	731.026,00	1.030.824,94	0,00	1.030.824,94
Órgão: 03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	88.023,96	0,00	22.006,00	66.017,96	0,00	66.017,96
Unidade: 03.03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	88.023,96	0,00	22.006,00	66.017,96	0,00	66.017,96
5 - ADMINISTRAÇÃO GERAL						
1.007 - CONSTRUÇÃO REFORMA E AMPLIACAO	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO (m²)					
Meta física	600,00	0,00	500,00	100,00	0,00	100,00
Meta financeira	8.004,00	0,00	2.001,00	6.003,00	0,00	6.003,00
1.009 - AQUISICAO E DESAPROPRIACAO DE IMOVEIS ADM E PLANEJ.	IMOVEIS (UN)					
Meta física	4,00	0,00	1,00	3,00	0,00	3,00
Meta financeira	12,00	0,00	3,00	9,00	0,00	9,00
1.010 - AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADM E PLANEJ	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	40,00	0,00	0,00	40,00	0,00	40,00
Meta financeira	80.007,96	0,00	20.002,00	60.005,96	0,00	60.005,96
Órgão: 04.00 SECRETARIA DA FAZENDA	115.008,00	0,00	20.002,00	95.006,00	0,00	95.006,00
Unidade: 04.04 SECRETARIA DA FAZENDA	115.008,00	0,00	20.002,00	95.006,00	0,00	95.006,00
2 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA						
1.011 - AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS SECRET. FAZEND	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	32,00	0,00	8,00	24,00	0,00	24,00
Meta financeira	115.008,00	0,00	20.002,00	95.006,00	0,00	95.006,00
Órgão: 05.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	437.538,04	0,00	113.508,00	324.030,04	0,00	324.030,04
Unidade: 05.01 DIVISÃO DE ENSINO	329.538,04	0,00	86.508,00	243.030,04	0,00	243.030,04
6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS						
1.012 - AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS EDUC. CULTUR	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	40,00	0,00	0,00	40,00	0,00	40,00
Meta financeira	169.014,04	0,00	43.503,00	125.511,04	0,00	125.511,04
1.017 - AQUISICAO E DESAPROPRIACAO DE IMOVEIS.	IMOVEIS (UN)					
Meta física	4,00	0,00	1,00	3,00	0,00	3,00
Meta financeira	4,00	0,00	1,00	3,00	0,00	3,00
1.030 - CONSTRUCAO REFORMA E AMPLIACAO DE ESCOLAS, GINASIOS E QL	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO (UN)					
Meta física	16,00	0,00	0,00	16,00	0,00	16,00
Meta financeira	136.008,00	0,00	34.002,00	102.006,00	0,00	102.006,00
1.047 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DOS PARQUES INFANTIS	REFORMA E AMPLIACAO (UN)					
Meta física	12,00	0,00	0,00	12,00	0,00	12,00
Meta financeira	24.512,00	0,00	9.002,00	15.510,00	0,00	15.510,00
Unidade: 05.03 DIVISÃO DE ESPORTES	108.000,00	0,00	27.000,00	81.000,00	0,00	81.000,00
8 - ESPORTE É VIDA						
1.022 - CONSTRUCAO REFORMA E AMPLIACAO DE GINASIOS, QUADRAS ESP	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO (UN)					
Meta física	8,00	0,00	2,00	6,00	0,00	6,00
Meta financeira	108.000,00	0,00	27.000,00	81.000,00	0,00	81.000,00
Órgão: 07.00 SECRETARIA DA AGRICULTURA	130.004,00	0,00	22.501,00	107.503,00	0,00	107.503,00
Unidade: 07.01 DIVISÃO DE AGRICULTURA	130.004,00	0,00	22.501,00	107.503,00	0,00	107.503,00
14 - AGRICULTURA SUSTENTAVEL						
1.008 - AQUISICAO DE MAQ. EQUIP. E IMPLM. AGRICOLAS SECR. AGRICULT	AQUISIÇÃO (UN)					
Meta física	20,00	0,00	5,00	15,00	0,00	15,00
Meta financeira	130.004,00	0,00	22.501,00	107.503,00	0,00	107.503,00
Órgão: 08.00 SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS	504.014,94	0,00	267.253,00	236.761,94	0,00	236.761,94
Unidade: 08.03 DIVISÃO DE OBRAS	504.014,94	0,00	267.253,00	236.761,94	0,00	236.761,94
12 - ESTRADAS VICINAIS						
1.091 - AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS, IMPLEMENTOS AGRICOL	AQUISIÇÃO (UN)					
Meta física	28,00	0,00	7,00	21,00	0,00	21,00
Meta financeira	29.996,94	0,00	7.500,00	22.496,94	0,00	22.496,94
13 - URBANISMO						
1.031 - CONSTRUCAO DE PONTES, BUEIROS E TUBULACOES	PONTE (Mês)					
Meta física	2,00	0,00	1,00	1,00	0,00	1,00
Meta financeira	38.000,00	0,00	7.250,00	30.750,00	0,00	30.750,00
1.038 - PAVIMENTAÇÃO	PAVIMENTAÇÃO (m²)					
Meta física	28.000,00	0,00	7.000,00	21.000,00	0,00	21.000,00
Meta financeira	210.000,00	0,00	45.000,00	165.000,00	0,00	165.000,00
1.043 - CONSTRUCAO DE PRACAS E JARDINS	PRACAS/JARDINS (UN)					
Meta física	8,00	0,00	2,00	6,00	0,00	6,00
Meta financeira	85.006,00	0,00	77.500,00	7.506,00	0,00	7.506,00
1.058 - CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL	CONSTRUCAO (UN)					
Meta física	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00
Meta financeira	7,94	0,00	2,00	5,94	0,00	5,94



Natureza Jurídica não encontrada

Página: 2/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Relatório sobre Projetos em Exercício e Despesas com Conservação do Patrimônio Público no Exercício de 2015 (Art. 45 da LRF)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C); Realização da despesa por: Empenho

Identificação dos Projetos	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	Saldo Atualizado PPA
		Realizado até 2014	Orçamento em 2014			
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO	1.761.850,94	0,00	731.026,00	1.030.824,94	0,00	1.030.824,94
Órgão: 08.00 SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS	504.014,94	0,00	267.253,00	236.761,94	0,00	236.761,94
Unidade: 08.03 DIVISAO DE OBRAS	504.014,94	0,00	267.253,00	236.761,94	0,00	236.761,94
13 - URBANISMO						
1.059 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS	CONSTRUCAO (M2)					
Meta física	2,00	0,00	1,00	1,00	0,00	1,00
Meta financeira	141.004,06	0,00	130.001,00	11.003,06	0,00	11.003,06
Órgão: 09.00 Fundo de Assistencia Social	200.004,00	0,00	140.004,00	60.000,00	0,00	60.000,00
Unidade: 09.01 DIVISÃO DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	70.000,00	0,00	10.000,00	60.000,00	0,00	60.000,00
10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL						
1.006 - AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	24,00	0,00	6,00	18,00	0,00	18,00
Meta financeira	70.000,00	0,00	10.000,00	60.000,00	0,00	60.000,00
Unidade: 09.03 DIVISÃO DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA	130.004,00	0,00	130.004,00	0,00	0,00	0,00
10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL						
1.033 - SÓ SE FAZ EDUCAÇÃO SE JUNTOS TRABALHARMOS POR ELA	ESCOLA (ES)					
Meta física	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00
Meta financeira	130.004,00	0,00	130.004,00	0,00	0,00	0,00
Órgão: 10.00 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO	137.258,00	0,00	44.752,00	92.506,00	0,00	92.506,00
Unidade: 10.01 DIVISAO DO MEIO AMBIENTE	60.008,00	0,00	15.002,00	45.006,00	0,00	45.006,00
11 - GESTÃO AMBIENTAL						
1.013 - AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS SECRETARIA M	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	20,00	0,00	5,00	15,00	0,00	15,00
Meta financeira	60.008,00	0,00	15.002,00	45.006,00	0,00	45.006,00
Unidade: 10.02 DIVISÃO DE TURISMO	77.250,00	0,00	29.750,00	47.500,00	0,00	47.500,00
11 - GESTÃO AMBIENTAL						
1.032 - INCENTIVO A EMPREENDIMENTOS TURISTICOS	INCENTIVO (UN)					
Meta física	16,00	0,00	4,00	12,00	0,00	12,00
Meta financeira	28.000,00	0,00	7.000,00	21.000,00	0,00	21.000,00
1.039 - CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA TURISTICA	CONSTRUCAO (UN)					
Meta física	8,00	0,00	2,00	6,00	0,00	6,00
Meta financeira	49.250,00	0,00	22.750,00	26.500,00	0,00	26.500,00
Órgão: 12.00 GABINETE DO PREFEITO E VICE	150.000,00	0,00	101.000,00	49.000,00	0,00	49.000,00
Unidade: 12.02 GABINETE DO PREFEITO E VICE	150.000,00	0,00	101.000,00	49.000,00	0,00	49.000,00
3 - GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR						
1.014 - AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS GABINETE PRE	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	20,00	0,00	0,00	20,00	0,00	20,00
Meta financeira	150.000,00	0,00	101.000,00	49.000,00	0,00	49.000,00
Entidade: 2 CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO	100.000,00	0,00	20.000,00	80.000,00	0,00	80.000,00
Órgão: 01.00 CAMARA DE VEREADORES	100.000,00	0,00	20.000,00	80.000,00	0,00	80.000,00
Unidade: 01.01 CAMARA DE VEREADORES	100.000,00	0,00	20.000,00	80.000,00	0,00	80.000,00
1 - PROCESSO LEGISLATIVO						
1.001 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E MOBILIARIO EM G	EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	16,00	0,00	0,00	16,00	0,00	16,00
Meta financeira	65.000,00	0,00	12.000,00	53.000,00	0,00	53.000,00
1.003 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE	CONSTRUCAO (m²)					
Meta física	2,00	0,00	0,00	2,00	0,00	2,00
Meta financeira	35.000,00	0,00	8.000,00	27.000,00	0,00	27.000,00
Entidade: 3 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO	184.032,00	0,00	46.008,00	138.024,00	0,00	138.024,00
Órgão: 06.00 Fundo Municipal de Saude	184.032,00	0,00	46.008,00	138.024,00	0,00	138.024,00
Unidade: 06.01 DIVISÃO DO FUNDO DE SAÚDE	184.032,00	0,00	46.008,00	138.024,00	0,00	138.024,00
9 - SAÚDE PARA TODOS						
1.005 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO (m²)					
Meta física	400,00	0,00	0,00	400,00	0,00	400,00
Meta financeira	20.012,00	0,00	5.003,00	15.009,00	0,00	15.009,00
1.015 - AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS SECRE. SAUD	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	48,00	0,00	0,00	48,00	0,00	48,00
Meta financeira	164.008,00	0,00	41.002,00	123.006,00	0,00	123.006,00
1.098 - AQUISIÇÃO/DESAPROPRIAÇÃO DE IMOVEIS	AQUISIÇÃO/DESAPROPRIAÇÃO (UN)					
Meta física	4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	4,00
Meta financeira	12,00	0,00	3,00	9,00	0,00	9,00
Total geral:	2.045.882,94	0,00	797.034,00	1.248.848,94	0,00	1.248.848,94

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
Anexo IV - Demonstrativo das Metas Fisicas e Fiscais por Ações
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 1/12

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO									
Órgão: 03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO									
Unidade: 03.03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO									
0004	SEGURANÇA PÚBLICA								
2.096	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA								
	Meta física		48.000	0,000	12.000	36.000	12.000	0,000	36.000
	Meta financeira		100.000,00	0,00	25.000,00	75.000,00	25.000,00	0,00	75.000,00
0005	ADMINISTRAÇÃO GERAL								
1.007	CONSTRUÇÃO REFORMA E AMPLIACAO								
	Meta física		600.000	0,000	500.000	100.000	40.000	0,000	100.000
	Meta financeira		8.004,00	0,00	2.001,00	6.003,00	2.001,00	0,00	6.003,00
1.009	AQUISICAO E DESAPROPRIACAO DE IMOVEIS ADM E PLANEJ. IMOVEIS (UN)								
	Meta física		4.000	0,000	1.000	3.000	1.000	0,000	3.000
	Meta financeira		12,00	0,00	3,00	9,00	3,00	0,00	9,00
1.010	AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADM E PLANEJ								
	Meta física		40.000	0,000	0,000	40.000	10.000	0,000	40.000
	Meta financeira		80.007,96	0,00	20.002,00	60.005,96	20.002,00	0,00	60.005,96
2.003	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO								
	Meta física		48.000	0,000	12.000	36.000	12.000	0,000	36.000
	Meta financeira		2.724.866,17	0,00	657.169,97	2.067.696,20	725.500,00	0,00	2.067.696,20
2.070	SUBVENÇÃO, AUXILIO E CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÕES/ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS DO MUNICIPIO.								
	Meta física		16.000	0,000	4.000	12.000	4.000	0,000	12.000
	Meta financeira		40.000,00	0,00	40.000,00	0,000	40.000,00	0,00	0,000

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 2/12

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO									
Órgão:	04.00	SECRETARIA DA FAZENDA	3.364.020,00	0,00	7.603.257,05	21.816.953,23	7.262.719,55	0,00	21.816.953,23
Unidade:	04.04	SECRETARIA DA FAZENDA	3.364.020,00	0,00	886.004,00	2.478.016,00	881.004,00	0,00	2.478.016,00
0002 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA									
1.011	AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS SECRET. FAZENDA	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)	32.000	0,000	8,000	24,000	8,000	0,000	24,000
				0,00	20.002,00	95.006,00	55.002,00	0,00	95.006,00
2.005	MANUTENCAO/PESSOAL SECRETARIA DA FAZENDA	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA (Mês)	48.000	0,000	12,000	36,000	12,000	0,000	36,000
				0,00	710.002,00	1.825.010,00	640.002,00	0,00	1.825.010,00
2.006	PROCESSAMENTO DE DIVIDAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	PROCESSAMENTO (Mês)	48.000	0,000	12,000	36,000	12,000	0,000	36,000
				0,00	6.000,00	18.000,00	6.000,00	0,00	18.000,00
2.007	CONTRIBUICAO A ENTIDADES MUNICIPALISTAS	CONTRIBUICAO (Mês)	48.000	0,000	12,000	36,000	12,000	0,000	36,000
				0,00	70.000,00	240.000,00	80.000,00	0,00	240.000,00
2.008	CONTRIBUICAO AO PASEP	CONTRIBUICAO (Mês)	48.000	0,000	12,000	36,000	12,000	0,000	36,000
				0,00	80.000,00	300.000,00	100.000,00	0,00	300.000,00
Órgão:	05.00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	11.008.081,18	0,00	2.748.340,08	8.259.741,10	2.733.697,58	0,00	8.259.741,10
Unidade:	05.01	DIVISÃO DE ENSINO	10.263.073,18	0,00	2.573.338,08	7.689.735,10	2.543.695,58	0,00	7.689.735,10
0006 EDUCAÇÃO PARA TODOS									
1.012	AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS EDUC. CULTURA E ESPORTES	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)	40.000	0,000	0,000	40,000	10,000	0,000	40,000
				0,00	43.503,00	125.511,04	43.503,00	0,00	125.511,04
1.017	AQUISICAO E DESAPROPRIACAO DE IMOVEIS.	IMOVEIS (UN)	4.000	0,000	1,000	3,000	1,000	0,000	3,000
				0,00	1,00	3,00	1,00	0,00	3,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 3/12

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO									
Órgão: 05.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES									
Unidade: 05.01 DIVISÃO DE ENSINO									
0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS								
1.030	CONSTRUCAO REFORMA E AMPLIACAO DE ESCOLAS, GINASIOS E QUADRAS ESPORTIVAS.	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO (UN)							
	Meta física		16.000	0,000	0,000	16.000	4.000	0,000	16.000
	Meta financeira		136.008,00	0,00	34.002,00	102.006,00	34.002,00	0,00	102.006,00
1.047	REFORMA E AMPLIAÇÃO DOS PARQUES INFANTIS	REFORMA E AMPLIACAO (UN)							
	Meta física		12.000	0,000	0,000	12.000	3.000	0,000	12.000
	Meta financeira		24.512,00	0,00	9.002,00	15.510,00	11.502,00	0,00	15.510,00
2.010	DISTRIBUICAO DE MATERIAL DIDATICO, PEDAGOGICO E ESCOLAR PARA ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL	MATERIAL (DIS)							
	Meta física		80.000	0,000	0,000	80.000	20.000	0,000	80.000
	Meta financeira		120.004,00	0,00	30.004,00	90.000,00	30.004,00	0,00	90.000,00
2.014	MANUTENCAO DO PROGRAMA DA MERENDA ESCOLAR	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48.000	0,000	12.000	36.000	12.000	0,000	36.000
	Meta financeira		480.000,00	0,00	120.000,00	360.000,00	120.000,00	0,00	360.000,00
2.015	MANUTENCAO DO PROGRAMA DO TRANSPORTE ESCOLAR	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48.000	0,000	0,000	48.000	12.000	0,000	48.000
	Meta financeira		1.360.004,00	0,00	340.001,00	1.020.003,00	340.001,00	0,00	1.020.003,00
2.016	MANUTENCAO/ PESSOAL DO ENSINO FUNDAMENTAL	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48.000	0,000	0,000	48.000	12.000	0,000	48.000
	Meta financeira		4.633.707,28	0,00	1.167.497,05	3.466.210,23	1.133.808,55	0,00	3.466.210,23
2.017	MANUTENCAO/ PESSOAL DO ENSINO INFANTIL	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48.000	0,000	0,000	48.000	12.000	0,000	48.000
	Meta financeira		3.114.606,86	0,00	779.330,03	2.335.276,83	772.473,03	0,00	2.335.276,83
2.049	DISTRIBUIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES	DISTRIBUICAO (UN)							
	Meta física		8.000	0,000	0,000	8.000	2.000	0,000	8.000
	Meta financeira		200.004,00	0,00	50.001,00	150.003,00	50.001,00	0,00	150.003,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 4/12

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO									
Órgão: 05.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES									
Unidade: 05.01 DIVISÃO DE ENSINO									
0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS								
2.099	MANUTENCAO/ PESSOAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL								
	Meta física		36.000	0,000	0,000	36.000	12.000	0,000	36.000
	Meta financeira		25.209,00	0,00	0,00	25.209,00	8.403,00	0,00	25.209,00
Unidade: 05.02 DIVISÃO DE CULTURA									
			303.004,00	0,00	72.001,00	231.003,00	77.001,00	0,00	231.003,00
0007	RESGATE DA CULTURA								
2.011	MANUTENCAO PESSOAL CULTURA E ESPORTE								
	Meta física		48.000	0,000	12.000	36.000	12.000	0,000	36.000
	Meta financeira		63.000,00	0,00	12.000,00	51.000,00	17.000,00	0,00	51.000,00
2.018	REALIZACAO DE EVENTOS/MUNICIPIO								
	Meta física		20.000	0,000	5.000	15.000	5.000	0,000	15.000
	Meta financeira		240.004,00	0,00	60.001,00	180.003,00	60.001,00	0,00	180.003,00
Unidade: 05.03 DIVISÃO DE ESPORTES									
			442.004,00	0,00	103.001,00	339.003,00	113.001,00	0,00	339.003,00
0008	ESPORTE É VIDA								
1.022	CONSTRUCAO REFORMA E AMPLIACAO DE GINASIOS, QUADRAS ESPORTIVAS E ESTADIO MUNICIPAL.								
	Meta física		8.000	0,000	2.000	6.000	2.000	0,000	6.000
	Meta financeira		108.000,00	0,00	27.000,00	81.000,00	27.000,00	0,00	81.000,00
2.019	MANUTENCAO / PESSOAL								
	Meta física		48.000	0,000	12.000	36.000	12.000	0,000	36.000
	Meta financeira		334.004,00	0,00	76.001,00	258.003,00	86.001,00	0,00	258.003,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 5/12

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO									
Órgão:	07.00 SECRETARIA DA AGRICULTURA		29.420.210,28	0,00	7.603.257,05	21.816.953,23	7.262.719,55	0,00	21.816.953,23
Unidade:	07.01 DIVISÃO DE AGRICULTURA		2.509.536,00	0,00	610.509,00	1.899.027,00	633.009,00	0,00	1.899.027,00
			2.509.536,00	0,00	610.509,00	1.899.027,00	633.009,00	0,00	1.899.027,00
0014 AGRICULTURA SUSTENTAVEL									
1.008	AQUISICAO DE MAQ. EQUIP. E IMPLM. AGRICOLAS SECR. AGRICULTURA	AQUISIÇÃO (UN)							
	Meta física		20.000	0,000	5.000	15.000	5.000	0,000	15.000
	Meta financeira		130.004,00	0,00	22.501,00	107.503,00	42.501,00	0,00	107.503,00
2.041	CELEBRACAO DE CONVENIOS	CONVENIOS (Mês)							
	Meta física		48.000	0,000	12.000	36.000	12.000	0,000	36.000
	Meta financeira		75.004,00	0,00	15.001,00	60.003,00	20.001,00	0,00	60.003,00
2.060	REALIZAÇÃO DA FESTA DO COLONO/MUNICIPIO	EVENTOS (UN)							
	Meta física		8.000	0,000	2.000	6.000	2.000	0,000	6.000
	Meta financeira		100.004,00	0,00	25.001,00	75.003,00	25.001,00	0,00	75.003,00
2.063	MANUTENÇÃO/PESSOAL DA SECRETARIA, COM VEÍCULOS PARA ASSISTENCIA TECNICA	MANUTENÇÃO/PESSOAL/EQUIPAMENTOS (Mês)							
	Meta física		48.000	0,000	12.000	36.000	12.000	0,000	36.000
	Meta financeira		1.278.000,00	0,00	322.000,00	956.000,00	312.000,00	0,00	956.000,00
2.074	MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, IMPLIMENTOS AGRICOLAS E VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE CARGA	MANUT/CONSERVACAO (Mês)							
	Meta física		48.000	0,000	12.000	36.000	12.000	0,000	36.000
	Meta financeira		1.607.500,00	0,00	397.500,00	1.210.000,00	410.500,00	0,00	1.210.000,00
2.085	FOMENTO A DIVERSIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS	FOMENTO (Mês)							
	Meta física		48.000	0,000	12.000	36.000	12.000	0,000	36.000
	Meta financeira		80.008,00	0,00	20.002,00	60.006,00	20.002,00	0,00	60.006,00
0015 PAMEC									
2.075	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS MÁQ., EQUIP., IMPLIMENTOS AGRICOLAS E VEÍCULOS DE TRANSPORTE	CONTRATAÇÃO (Hr)							
	Meta física		3.200.000	0,000	800.000	2.400.000	800.000	0,000	2.400.000
	Meta financeira		597.008,00	0,00	150.002,00	447.006,00	149.002,00	0,00	447.006,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 6/12

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO									
Órgão: 07.00 SECRETARIA DA AGRICULTURA									
Unidade: 07.01 DIVISÃO DE AGRICULTURA									
0016 GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA									
2.067		INCENTIVO A INSTALAÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS E AOS JÁ EXISTENTES - EMPREGO E RENDA		INCENTIVO (UN)					
		Meta física		20.000					
		Meta financeira		87.000,00		15.000	5.000	0,00	15.000
						66.000,00	22.000,00	0,00	66.000,00
Órgão: 08.00		SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS		5.437.532,94		3.979.274,94	1.140.759,00	0,00	3.979.274,94
Unidade: 08.03		DIVISAO DE OBRAS		5.437.532,94		3.979.274,94	1.140.759,00	0,00	3.979.274,94
0012 ESTRADAS VICINAIS									
1.091		AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS, IMPLEMENTOS AGRICOLAS E VEICULOS DE TRANSPORTE DE CARGA		AQUISIÇÃO (UN)					
		Meta física		28.000					
		Meta financeira		29.996,94		21.000	7.000	0,00	21.000
						22.496,94	7.499,00	0,00	22.496,94
2.071		MANUTENCAO DE MAQ. EQUIP., IMPLEMENTOS AGRICOLAS OBRAS E SERV.		MANUT/CONSERVACAO (Mês)					
		Meta física		48.000		36.000	12.000	0,00	36.000
		Meta financeira		1.320.008,00		1.015.006,00	305.002,00	0,00	1.015.006,00
0013 URBANISMO									
1.031		CONSTRUCAO DE PONTES, BUEIROS E TUBULACOES		PONTE (Mês)					
		Meta física		2.000		1.000	1.000	0,00	1.000
		Meta financeira		38.000,00		30.750,00	10.250,00	0,00	30.750,00
1.038		PAVIMENTAÇÃO		PAVIMENTAÇÃO (m²)					
		Meta física		28.000,000		21.000,000	7.000,000	0,00	21.000,000
		Meta financeira		210.000,00		165.000,00	35.000,00	0,00	165.000,00
1.043		CONSTRUCAO DE PRACAS E JARDINS		PRACAS/JARDINS (UN)					
		Meta física		8.000		6.000	2.000	0,00	6.000
		Meta financeira		85.006,00		7.506,00	2.502,00	0,00	7.506,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 7/12

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO									
Órgão: 08.00 SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS									
Unidade: 08.03 DIVISAO DE OBRAS									
0013 URBANISMO									
1.058	CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO PUBLICO MUNICIPAL	CONSTRUCAO (UN)	1,000 7,94	0,000	0,000	1,000	1,000	0,000	1,000
				0,00	2,00	5,94	2,00	0,00	5,94
1.059	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS	CONSTRUCAO (M2)	2,000 141.004,06	0,000	1,000	1,000	1,000	0,000	1,000
				0,00	130.001,00	11.003,06	11.001,00	0,00	11.003,06
2.044 MANUTENCAO E AMPLIAÇÃO DOS SERVICOS DE ILUMINACAO MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO (Mês)									
2.092	MANUTENÇÃO/PESSOAL DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	MANUT/PESSOAL (Mês)	48.000 116.004,00	0,000	12,000	36,000	12,000	0,000	36,000
				0,00	26.001,00	90.003,00	30.001,00	0,00	90.003,00
Órgão:	09.00 Fundo de Assistencia Social	48.000	3.497.506,00	0,000	12,000	36,000	12,000	0,000	36,000
				0,00	860.002,00	2.637.504,00	739.502,00	0,00	2.637.504,00
Unidade: 09.01 DIVISÃO DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL									
0010	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)	24.000 70.000,00	0,000	6,000	18,000	6,000	0,000	18,000
				0,00	10.000,00	60.000,00	20.000,00	0,00	60.000,00
2.022	BENEFICIOS EVENTUAIS DESENV. SOCIAL	AUXILIOS (UN)	200.000 80.004,00	0,000	0,000	200,000	50,000	0,000	200,000
				0,00	20.001,00	60.003,00	20.001,00	0,00	60.003,00
2.028	MANUTENCAO/PESSOAL DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)	48.000 834.300,00	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
				0,00	200.700,00	633.600,00	211.200,00	0,00	633.600,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 8/12

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO									
Órgão: 09.00 Fundo de Assistência Social									
Unidade: 09.01 DIVISÃO DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL									
0010	DESENVOLVIMENTO SOCIAL								
2.029	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DO CRAS	FUNIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física	48.000	0,00	0,000	48.000	12.000	0,000	48.000	
	Meta financeira	280.010,99	0,00	52.001,00	228.009,99	76.003,00	0,00	228.009,99	
Unidade: 09.02 DIVISÃO DO FUNDO HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL									
0010	DESENVOLVIMENTO SOCIAL								
2.052	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS HABITACIONAIS	MANUT/PESSOAL (UN)							
	Meta física	300.000	0,000	0,000	300.000	75.000	0,000	300.000	
	Meta financeira	35.020,00	0,00	20.005,00	15.015,00	5.005,00	0,00	15.015,00	
Unidade: 09.03 DIVISÃO DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA									
0010	DESENVOLVIMENTO SOCIAL								
1.033	SÓ SE FAZ EDUCAÇÃO SE JUNTOS TRABALHARMOS POR ELA	ESCOLA (ES)	1.000	0,000	1.000	0,000	0,000	1.000	
	Meta física			0,000					
	Meta financeira	130.004,00	0,00	130.004,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Unidade: 09.03 DIVISÃO DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA									
0010	DESENVOLVIMENTO SOCIAL								
2.012	MANUTENCAO PESSOAL DESENV. SOCIAL	FUNIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física	48.000	0,000	0,000	48.000	12.000	0,000	48.000	
	Meta financeira	124.018,07	0,00	60.005,00	64.013,07	48.004,00	0,00	64.013,07	
Órgão: 10.00 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO									
Unidade: 10.01 DIVISAO DO MEIO AMBIENTE									
0011	GESTÃO AMBIENTAL								
1.013	AQUISIÇÃO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS SECRETARIA MEIO AMBIENTE	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)							
	Meta física	20.000	0,000	5.000	15.000	5.000	0,000	15.000	
	Meta financeira	60.008,00	0,00	15.002,00	45.006,00	15.002,00	0,00	45.006,00	

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 9/12

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO									
Órgão: 10.00 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO									
Unidade: 10.01 DIVISAO DO MEIO AMBIENTE									
0011	GESTÃO AMBIENTAL								
2.066	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE SANEAMENTO BASICO E PROTECAO AMBIENTAL		IMPLANTACAO (Mês)						
	Meta física	48.000	0,000	12.000	36.000	0,000	0,000	0,000	36.000
	Meta financeira	10.002,00	0,00	10.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.076	MANUTENÇÃO/PESSOAL DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO		MANUT/PESSOAL (Mês)						
	Meta física	48.000	0,000	12.000	36.000	12.000			36.000
	Meta financeira	570.500,00	0,00	143.000,00	427.500,00	142.500,00	0,00		427.500,00
Unidade: 10.02 DIVISÃO DE TURISMO									
0011	GESTÃO AMBIENTAL								
1.032	INCENTIVO A EMPREENDIMENTOS TURISTICOS		INCENTIVO (UN)						
	Meta física	16.000	0,000	4.000	12.000	4.000	0,000		12.000
	Meta financeira	28.000,00	0,00	7.000,00	21.000,00	7.000,00	0,00		21.000,00
1.039	CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA TURISTICA		CONSTRUCAO (UN)						
	Meta física	8.000	0,000	2.000	6.000	2.000	0,000		6.000
	Meta financeira	49.250,00	0,00	22.750,00	26.500,00	15.500,00	0,00		26.500,00
Unidade: 10.03 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO									
		60.006,00	0,00	0,00	60.006,00	20.002,00	0,00		60.006,00
0011	GESTÃO AMBIENTAL								
2.050	MANUTENÇÃO / PESSOAL		MANUT/PESSOAL (Mês)						
	Meta física	36.000	0,000	0,000	36.000	12.000	0,000		36.000
	Meta financeira	60.006,00	0,00	0,00	60.006,00	20.002,00	0,00		60.006,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 10/12

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO									
Órgão:	12.00	GABINETE DO PREFEITO E VICE	29.420.210,28	0,00	7.603.257,05	21.816.953,23	7.262.719,55	0,00	21.816.953,23
Unidade:	12.02	GABINETE DO PREFEITO E VICE	1.577.026,97	0,00	435.500,00	1.141.526,97	451.526,97	0,00	1.141.526,97
			1.569.026,97	0,00	433.500,00	1.135.526,97	449.526,97	0,00	1.135.526,97
0003 GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR									
1.014 AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS									
GABINETE PREFEITO									
Meta física									
			20.000	0,000		20.000	5.000	0,000	20.000
Meta financeira									
			150.000,00	0,00	101.000,00	49.000,00	33.000,00	0,00	49.000,00
2.002 MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO E VICE									
Meta física									
			48.000	0,000		36.000	12.000	0,000	36.000
Meta financeira									
			1.419.026,97	0,00	332.500,00	1.086.526,97	416.526,97	0,00	1.086.526,97
Unidade:	12.03	COMDEC	8.000,00	0,00	2.000,00	6.000,00	2.000,00	0,00	6.000,00
0003 GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR									
2.098 DEFESA CIVIL									
Meta física									
			48.000	0,000		36.000	12.000	0,000	36.000
Meta financeira									
			8.000,00	0,00	2.000,00	6.000,00	2.000,00	0,00	6.000,00
Órgão:	90.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	240.000,00	0,00	60.000,00	180.000,00	60.000,00	0,00	180.000,00
Unidade:	90.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	240.000,00	0,00	60.000,00	180.000,00	60.000,00	0,00	180.000,00
0099 RESERVA DE CONTINGENCIA									
2.097 RESERVA DE CONTINGENCIA									
Meta física									
			48.000	0,000		36.000	12.000	0,000	36.000
Meta financeira									
			240.000,00	0,00	60.000,00	180.000,00	60.000,00	0,00	180.000,00
Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO									
Órgão:	01.00	CAMARA DE VEREADORES	2.810.000,00	0,00	615.000,00	2.195.000,00	660.000,00	0,00	2.195.000,00
Unidade:	01.01	CAMARA DE VEREADORES	2.810.000,00	0,00	615.000,00	2.195.000,00	660.000,00	0,00	2.195.000,00
			2.810.000,00	0,00	615.000,00	2.195.000,00	660.000,00	0,00	2.195.000,00
0001 PROCESSO LEGISLATIVO									
1.001 AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E									
MOBILIARIO EM GERAL									
Meta física									
			16.000	0,000		12.000	4.000	0,000	12.000
Meta financeira									
			65.000,00	0,00	12.000,00	53.000,00	5.000,00	0,00	53.000,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 11/12

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO									
Órgão: 01.00 CAMARA DE VEREADORES									
Unidade: 01.01 CAMARA DE VEREADORES									
0001	PROCESSO LEGISLATIVO								
1.003	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE								
	Meta física		2.000	0,000	1.000	1.000	1.000	0,000	1.000
	Meta financeira		35.000,00	0,00	8.000,00	27.000,00	20.000,00	0,00	27.000,00
2.001	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA CAMARA DE VEREADORES								
	Meta física		48.000	0,000	12.000	36.000	12.000	0,000	36.000
	Meta financeira		2.710.000,00	0,00	595.000,00	2.115.000,00	635.000,00	0,00	2.115.000,00
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO									
Órgão: 06.00 Fundo Municipal de Saude									
Unidade: 06.01 DIVISÃO DO FUNDO DE SAÚDE									
0009	SAÚDE PARA TODOS								
1.005	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO								
	Meta física		400.000	0,000	0,000	400.000	100.000	0,000	400.000
	Meta financeira		20.012,00	0,00	5.003,00	15.009,00	5.003,00	0,00	15.009,00
1.015	AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS SECREC. SAUDE								
	Meta física		48.000	0,000	0,000	48.000	12.000	0,000	48.000
	Meta financeira		164.008,00	0,00	41.002,00	123.006,00	41.002,00	0,00	123.006,00
1.098	AQUISIÇÃO/DESAPROPRIAÇÃO DE IMOVEIS								
	Meta física		4.000	0,000	0,000	4.000	1.000	0,000	4.000
	Meta financeira		12,00	0,00	3,00	9,00	3,00	0,00	9,00
2.021	MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE								
	Meta física		48.000	0,000	0,000	48.000	12.000	0,000	48.000
	Meta financeira		4.183.930,62	0,00	1.026.279,66	3.157.650,96	1.047.175,60	0,00	3.157.650,96
2.024	MANUTENCAO/PESSOAL DO SISTEMA DE VIGILANCIA SANITARIA.								
	Meta física		48.000	0,000	0,000	48.000	12.000	0,000	48.000
	Meta financeira		161.004,00	0,00	11.001,00	150.003,00	50.001,00	0,00	150.003,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 12/12

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO									
Órgão: 06.00 Fundo Municipal de Saude									
Unidade: 06.01 DIVISÃO DO FUNDO DE SAÚDE									
0009	SAÚDE PARA TODOS								
2.025	MANUTENCAO/ PESSOAL DO SISTEMA DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA.								
	Meta física		48.000	0,000	0,000	48.000	12.000	0,000	48.000
	Meta financeira		44.008,00	0,00	11.002,00	33.006,00	11.002,00	0,00	33.006,00
2.026	MANUTENCAO/PESSOAL DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA								
	Meta física		48.000	0,000	0,000	48.000	12.000	0,000	48.000
	Meta financeira		1.710.400,00	0,00	427.600,00	1.282.800,00	427.600,00	0,00	1.282.800,00
2.027	BENEFICIOS EVENTUAIS								
	Meta física		80.000	0,000	0,000	80.000	20.000	0,000	80.000
	Meta financeira		60.000,00	0,00	15.000,00	45.000,00	15.000,00	0,00	45.000,00
0017	PROGRAMA MAIS MEDICOS								
2.094	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS								
	Meta física		46.000	0,000	10,000	36.000	12.000	0,000	36.000
	Meta financeira		66.001,80	0,00	0,00	66.001,80	16.000,60	0,00	66.001,80
Total geral:			38.639.586,70	0,00	9.755.147,71	28.884.438,99	9.535.506,75	0,00	28.884.438,99

NATUREZA JURÍDICA NÃO ENCONTRADA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências - Portaria 637/2012

LRF, art 4º, § 3º

R\$ 1,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Caso ocorra no Município de Chapadão do Lageado, no exercício de 2013, algum fato que gere decretação de situação de emergência ou calamidade pública por interperies da natureza, não sendo possível sua previsão.	60.000,00	Os recursos previstos serão utilizados para pagamento de despesas referente aos eventos citados, não passíveis de previsão antecipada.	60.000,00
SUBTOTAL	60.000,00	SUBTOTAL	60.000,00
TOTAL	60.000,00	TOTAL	60.000,00

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N.º023/2014 DE 15/12/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº023/2014 de 15/12/2014.

ALCIDES FRANCISCO MONTIBELLER, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base no que se apresenta o Decreto Nº103/2014 do Poder Executivo,

Considerando a necessidade de planejamento das atividades para o exercício de 2015;

Considerando as comemorações natalinas e de final de ano próximo vindouro;

RESOLVE:

- 1.º Fica estabelecido expediente interno nos dias 18, 19, 22, 23, 24, 26, 29 e 30 de dezembro de 2014.
- 2.º Será facultativo o "ponto" no dia 31 de dezembro de 2014.
- 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado,
15 de dezembro de 2014.

ALCIDES FRANCISCO MONTIBELLER

Presidente da Câmara

Cocal do Sul**PREFEITURA****AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/PMCS/2014 (REGISTRO DE PREÇOS)**

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/PMCS/2014 (REGISTRO DE PREÇOS) - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 124/PMCS/2014 - AVISO. Torno público que, nesta data foi baixado o Edital de Pregão presencial nº. 62/PMCS/2014 (registro de preços), que objetiva o registro de preços de artefatos de cimento, para uso no Município de Cocal do Sul. A abertura do Pregão será às 09h00min do dia 07 de janeiro de 2015. Cópia do Edital e maiores informações poderão ser obtidas através do site www.cocaldosul.sc.gov.br, ou na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, sito à Av. Dr. Polidoro Santiago, 519, de segunda à sexta-feira, das 07h30min às 13h00min.

Cocal do Sul, 15 de dezembro de 2014.

Ademir Magagnin

Prefeito Municipal

SAMAE**EXTRATO DE CONTRATO 34/2014**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
ADMINISTRADO PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 34/2014 - 1º ADITIVO AO CONTRATO 04/2014

DATA: 01/DEZEMBRO/2014

CONTRATADO: DE NONI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA
OBJETO: FORNECIMENTO DE 6.904 LITROS DE ÓLEO DIESEL COMUM, PARA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DESTA AUTARQUIA.

VALOR: O PREÇO DO LITRO DO ÓLEO DIESEL COMUM, ESTABELECIDO NA CLÁUSULA SEGUNDA DO CONTRATO ADITADO, A PARTIR DE 01/12/2014 TEM UM REAJUSTE DE 4,50% E PASSA A SER DE R\$ 2,57 (DOIS REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS) AO LITRO.

PRAZO DO CONTRATO: ATÉ 05 DE FEVEREIRO DE 2015

DATA: 11/DEZEMBRO/2014

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO 35/2014

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
ADMINISTRADO PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 35/2014

DATA: 08/DEZEMBRO/2014

CONTRATADO: LASKE & FEYH S/S DE ADVOCACIA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADVOCACIA EM JUIZO
E DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA CONTÍNUA NA
PRÁTICA ADMINISTRATIVA, ESPECIALIZADA NA ÁREA DE SANE-
AMENTO BÁSICO.

VALOR: R\$ R\$ 620,94 (SEISCENTOS E VINTE REAIS E NOVENTA
E QUATRO CENTAVOS) MENSAIS.

PRAZO DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES.

DATA: 11/DEZEMBRO/2014

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO 36/2014

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
ADMINISTRADO PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 36/2014 - 1º ADITIVO AO CONTRATO 20/2014

DATA: 08/DEZEMBRO/2014

CONTRATADO: TERRAPLANAGEM JULIMAR LTDA - ME

OBJETO: ADITIVO DE 125 M3 DE AREÃO À GRANEL DE PRIMEIRA
CATEGORIA, CARREGADO EM CAMINHÃO BASCULANTE E ENTRE-
GUE EM LOCAIS DIVERSOS NA CIDADE DE COCAL DO SUL, PARA
TÉRMINO DOS SERVIÇOS DE REPARO EM REDES E RAMAIS DE
ÁGUA E ESGOTO ONDE ESTA AUTARQUIA REALIZA A IMPLANTA-
ÇÃO E CONserto DE REDES DE ÁGUA E ESGOTO.

VALOR: R\$ 2.125,00 (DOIS MIL, CENTO E VINTE E CINCO REAIS).

PRAZO DO CONTRATO: ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2014

DATA: 11/DEZEMBRO/2014

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO 37/2014

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
ADMINISTRADO PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 37/2014 - 1º ADITIVO AO CONTRATO 21/2014

DATA: 08/DEZEMBRO/2014

CONTRATADO: TERRAPLANAGEM JULIMAR LTDA - ME

OBJETO: ADITIVO DE 50 HORAS DE MÁQUINA RETROESCAVA-
DEIRA, 4X4, PARA CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTEN-
ÇÃO E INSTALAÇÃO DE NOVAS REDES E ADUTORAS DE ÁGUA E
ESGOTO.

VALOR: R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS),

PRAZO DO CONTRATO: ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2014

DATA: 11/DEZEMBRO/2014

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

Concórdia

PREFEITURA

**AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO
PRESENCIAL Nº 139/2014 – PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2014- PMC

Objeto: Contratação de empresa visando o fornecimento de con-
sultas médicas aos idosos participantes dos Grupos de Convivên-
cia sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Social,
Cidadania e Habitação, praticantes de atividades físicas nos locais
de encontro, durante o Exercício de 2015, conforme especifica-
ções constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 09/01/2015.

Abertura: dia 12/01/2015, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à
disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas
na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia,
situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª
feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min,
ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 10 de dezembro de 2014.

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Ha-
bitação

**RESOLUÇÃO 89 2014 - COMISSÃO DE PROJETOS
EDITAL 02 DE 2014**

RESOLUÇÃO Nº 89/2014 DE 15 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre a constituição da Comissão de análise e seleção de
projetos credenciados no Edital nº2/2014 - FIA

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do
Adolescente no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei nº
8.069/90, Lei Complementar Municipal nº 593, de 21 de setembro
de 2011 e deliberação na reunião ordinária realizada em 28 de
novembro de 2014 e considerando:

Ofício SEDES 222/2014, indicando representante da política de
assistência social.

Ofício SEMAD 326/2014, indicando representante técnico do Poder
Executivo.

Ofício Conselho Tutelar 314/2014, indicando representante do
Conselho Tutelar.

Deliberação de representantes do CMDCA, na reunião ordinária
realizada em 28 de novembro de 2014.

Resolve:

Art. 1º - Constituir comissão para análise e seleção dos projetos
credenciados no Edital nº1/2013, ficando assim composta:

I - Silvana Casagrande, representante da política de assistência
social;

II - Neusa Aparecida Dahmer, representante técnico do Poder Exe-
cutivo;

III - Marinez Oliveira dos Santos, representante do Conselho Tu-
telar;

IV - Adriana Camara, representante não governamental do

CMDCA;
V - Letícia Farina Puntel, representante governamental do CMDCA.

Art 2º - A comissão analisará os projetos, e emitirá parecer e encaminhará à plenária do CMDCA para apreciação e aprovação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor nesta data

LETICIA FARINA PUNTEL
Presidente do CMDCA - Em Exercício

BALANÇO FINANCEIRO NOVEMBRO DE 2014-IPRECON
**IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

 AN TC-05 Balanço Financeiro
Período de Referência: Novembro / 2014

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIAS	2.002.083,51	21.814.436,91	ORÇAMENTÁRIA	502.228,50	6.556.940,21
Receitas Orçamentárias	2.002.083,51	21.814.436,91	Despesas Correntes	502.228,50	6.531.905,21
Receitas Correntes	1.245.237,12	14.738.647,31	Pessoal e Encargos Sociais	27.385,08	276.767,04
Receita Tributária	0,00	0,00	Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Receita de Contribuições	325.287,76	3.485.082,47	Outras Despesas Correntes	474.843,42	6.197.938,17
Receita Patrimonial	872.013,74	10.559.338,90	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	57.200,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	Despesas de Capital	0,00	25.035,00
Receita Industrial	0,00	0,00	Investimentos	0,00	25.035,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	Inversões Financeiras	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	47.935,62	694.225,94	Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00	0,00
(-)Deduções das Receitas Correntes	0,00	0,00			
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	756.846,39	7.075.789,60			
(-) Dedução das Receitas Intraorçamentárias Corrente	0,00	0,00			
Receitas de Capital	0,00	0,00			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	0,00			
Amortização de Empréstimo	0,00	0,00			
Transferências de Capital	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-) Deduções das Receitas de Capital	0,00	0,00			
Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
(-) Ded. das Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	0,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
EXTRA ORÇAMENTÁRIAS	58.781,44	1.268.374,50	EXTRAORÇAMENTÁRIA	94.801,22	1.133.664,17
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
Créditos em Circulação	0,00	0,00	Créditos em Circulação	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	94.801,22	1.115.267,50	Depósitos	94.801,22	1.115.267,50
Consignações	11.600,92	148.734,47	Consignações	11.600,92	148.734,47
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	83.200,30	966.533,03	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	83.200,30	966.533,03
Restos a Pagar	(36.019,78)	151.519,09	Restos a Pagar	0,00	18.396,67
Obrigações a Pagar	(36.019,78)	151.519,09	Obrigações a Pagar	0,00	18.396,67
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	1.587,91	Decréscimos Patrimoniais	0,00	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	77.530.084,07	63.601.712,27	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	78.993.919,30	78.993.919,30
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	2.275,90	19.603,60	Bancos Conta Movimento	6.328,56	6.328,56
Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	0,00
Investimentos do RPPS	81.578.700,92	70.069.609,09	Investimentos do RPPS	83.006.514,94	83.006.514,94
(-) Provisão para perdas de Investimentos do RPPS	(4.050.892,75)	(6.487.500,42)	(-) Provisão para perdas de Investimentos do RPPS	(4.018.924,20)	(4.018.924,20)
TOTAL	79.590.949,02	86.684.523,68	TOTAL	79.590.949,02	86.684.523,68

Notas:

 ONEIDE BERTOLINI
Contadora

 LUCILENE L. LAZZAROTTI
Diretora-Presidente

Cordilheira Alta**PREFEITURA****DECRETO N. 608/2014**

DECRETO Nº 608/2014, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica demitida, a partir do dia 31 de dezembro de 2014, a Sra. CLEIDE CAETANO, na função de Assistente Social, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Coronel Freitas**PREFEITURA****PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS Nº 92 E 93**

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 92/2014

Contratado: TRANSPORTES SÃO MARCOS LTDA ME

Objeto Contratação empresa para execução através de empreitada global (material e mão de obra) para pavimentação com pedra basalto irregular nas ruas Nelson Moretti e Romildo José Crema, totalizando 3.410,00 m²

Valor: R\$ 184.651,50 (Cento e oitenta e quatro mil seiscentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos)

Vigência: 31/12/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 93/2014

Contratado: TRANSPORTES SÃO MARCOS LTDA ME

Objeto: Contratação empresa para execução através de empreitada global (material e mão de obra) para pavimentação com pedra basalto irregular nas Ruas Isidoro Piaia trecho entre Rua São Paulo e Angelo Petroli, num total de 1.586,20 m²

Valor: R\$ 89.937,54 (Oitenta e nove mil novecentos e trinta e sete reais e cinquenta e quatro centavos)

Vigência: 31/12/2014

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº. 290 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 290 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

EXONERAR A PEDIDO:

Art. 1º O Servidor Público Municipal Bruno Lunardi, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 11 de dezembro de 2014, conforme requerimento protocolado sob nº 820 do dia 11/12/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 12 de dezembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 209 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 209 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 à 77 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 05/01/2015 à 03/02/2015.

Nome Cargo Referência

Aldinha C. Servegnini Técnica em Contabilidade 01/03/2013 à 28/02/2014

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 05 de dezembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 210 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 210 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 à 77 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 05/01/2015 à 03/02/2015.

Nome Cargo Referência

Lidia de Barba Técnica em Enfermagem 01/08/2012 à 31/07/2013

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 05 de dezembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

Correia Pinto

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO 16/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 1/8
Processo Nº.: 16/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 7/2014

No dia 9 do mês de Dezembro do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.741.096/0001-53, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) Prefeito Municipal, o Sr(a). Vânio Forster, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 16/2014, Processo Licitatório nº. 16/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO PARA OS GRUPOS EDUCATIVOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PARA O ANO DE 2015. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
835	VILMA MORAES DE SOUZA	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
VILMA MORAES DE SOUZA	07.493.633/0001-28	VILMA MORAES DE SOUZA	348.075.199-72

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO PARA OS GRUPOS EDUCATIVOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PARA O ANO DE 2015.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 835 - VILMA MORAES DE SOUZA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	BARQUETE DE LENTILHA COM SALPICAO - CENTO	UN		25,000	62,0000	1.550,00
2	BISCOITO DE SOJA - CENTO	UN		25,000	42,0000	1.050,00
3	BOLINHA DE CALABRESA - CENTO	UN		25,000	30,0000	750,00
4	BOLINHA DE QUEIJO - CENTO	UN		25,000	30,0000	750,00
5	BOLINHO DE CARNE DE SOJA - CENTO	UN		25,000	35,5000	887,50
6	BOLO DE CENOURA - FORMA GRANDE	UN		25,000	35,0000	875,00
7	BOLO CARAMELADO DE BANANA - FORMA GRANDE	UN		200,000	41,0000	8.200,00
8	BOLO DE BETERRABA - FORMA GRANDE	UN		200,000	30,0000	6.000,00
9	BOLO DE BETERRABA COM COBERTURA DE CHOCOLATE - FORMA GR	UN		200,000	33,0000	6.600,00
10	BOLO DE LIMAO - FORMA GRANDE	UN		200,000	35,0000	7.000,00
11	BOLO INTEGRAL CASTANHA DO PARA - FORMA GRANDE	UN		200,000	33,0000	6.600,00
12	BOLO INTEGRAL DE LIMAO E CASTANHA - FORMA GRANDE	UN		200,000	30,0000	6.000,00
13	BRIOCHE FRANGO QUEIJO E PRESUNTO - CENTO	UN		35,000	40,0000	1.400,00
14	CAROLINA DOCE - CENTO	UN		35,000	30,0000	1.050,00
15	COXINHA - CENTO	UN		35,000	30,0000	1.050,00
16	CREME KIMI E AVEIA E FRANGO - TRAVESSA	UN		100,000	35,0000	3.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 2/8

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Processo Nº: 16/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2014**Fornecedor: 835 - VILMA MORAES DE SOUZA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
17	CROISSANT - CENTO	UN		35,000	47,5000	1.662,50
18	CROQUETE - CENTO	UN		35,000	30,0000	1.050,00
19	CUCA DE AVEIA COM BABANA - FORMA GR	UN		200,000	35,0000	7.000,00
20	EMPADAO - FRANGO COM REQUEIJAO- FORMA GR	UN		150,000	48,5000	7.275,00
21	EMPADAO DE BROCOLIS E PALMITO - FORMA GR	UN		100,000	58,0000	5.800,00
22	EMPADINHA - CENTO	UN		30,000	46,0000	1.380,00
23	ESFIRRA DE CARNE - CENTO	UN		30,000	28,0000	840,00
24	ESFIRRA DE CARNE OU FRANGO - CENTO	UN		30,000	28,0000	840,00
25	ESFIRRA DE SARDINHA - CENTO	UN		30,000	39,5000	1.185,00
26	ESFIRRA DE PROTEINA DE SOJA - CENTO	UN		30,000	46,5000	1.395,00
27	FORMA DE BERINJELA COM AVEIA - FORMA GR	UN		100,000	40,0000	4.000,00
28	GELATINA BICOLOR COM AVEIA - TRAVESSA	UN		100,000	42,0000	4.200,00
29	GLATINA BICOLOR COM AVEIA - TRAVESSA	UN		100,000	42,0000	4.200,00
30	IOGURTE COM AVEIA E FLOCOS - TRAVESSA	UN		200,000	35,0000	7.000,00
31	IOGURTE COM MORANGO - TRAVESSA	UN		100,000	38,0000	3.800,00
32	JOELINHO - CENTO	UN		35,000	28,0000	980,00
33	MINI X - CENTO	UN		40,000	47,0000	1.880,00
34	MINI FOLHEADO - CENTO	UN		40,000	47,5000	1.900,00
35	MINI HOT DOG - CENTO	UN		40,000	42,0000	1.680,00
36	MINI PIZZA - CENTO	UN		40,000	45,0000	1.800,00
37	MINI X DE PROTEINA - CENTO	UN		25,000	45,0000	1.125,00
38	MUESLI CASEIRO DE KIVI - TRAVESSA	UN		100,000	45,0000	4.500,00
39	OMELETE ASSADO DE VEGETAIS - FORMA	UN		100,000	35,0000	3.500,00
40	PAO COM SETE GRAOS - CENTO	UN		35,000	55,0000	1.925,00
42	PAO DE LIQUIDIFICADOR COM FARINHA INTEGRAL E AVEIA - CENTO	UN		35,000	35,0000	1.225,00
43	PASTEL - CENTO	UN		35,000	30,0000	1.050,00
44	PASTEL ASSADO DE NATA - CENTO	UN		35,000	44,0000	1.540,00
45	QUICHE DE ATUM E FARELO E SOJA - FORMA GRANDE	UN		100,000	45,5000	4.550,00
46	QUICHE DE VEGETAIS - FORMA GR	UN		100,000	32,0000	3.200,00
47	QUICHE DE LEGUMES COM MASSA PODRE DE IOGURTE - FORMA GR	UN		100,000	46,5000	4.650,00
48	QUICHE INTEGRAL - FORMA GR	UN		100,000	40,0000	4.000,00
49	RISOLIS - CENTO	UN		35,000	30,0000	1.050,00
50	ROCAMBOLE DE BERINJELA - FORMA GR	UN		100,000	45,0000	4.500,00
51	ROCAMBOLE DE ESPINAFRE COM FRANGO - FORMA GR	UN		100,000	35,0000	3.500,00
52	SALADA DE FRUTAS COM GRANOLA - TRAVESSA	UN		200,000	45,0000	9.000,00
53	SALSICHA ENROLADA - CENTO	UN		35,000	30,0000	1.050,00
54	SANDUICHE DE PEITO DE PERU - CENTO	UN		35,000	46,5000	1.627,50
55	SANDUICHE DE RUCULA COM TOMATE SECO	UN		35,000	40,0000	1.400,00
56	STRUDEL DOCE - CENTO	UN		35,000	52,0000	1.820,00
57	SUCO DE ABACAXI COM HORTELÃO - 5 LITROS	UN		100,000	25,0000	2.500,00
58	SUCO DE ACEROLA - 5 LITROS	UN		100,000	25,0000	2.500,00
59	SUCO DE BETERRABA COM LARANJA - 5 LITROS	UN		100,000	25,0000	2.500,00
60	SUCO DE CAJU - 5 LITROS	UN		100,000	25,0000	2.500,00
61	SUCO DE CENOURA COM LARANHA - 5 LITROS	UN		100,000	25,0000	2.500,00
62	SUCO DE COUVE COM LIMAO - 5 LITROS	UN		100,000	25,0000	2.500,00
63	SUCO DE LARANJA - 5 LITROS	UN		100,000	25,0000	2.500,00
64	SUCO DE MARACUJA - 5 LITROS	UN		100,000	25,0000	2.500,00
65	SUCO DE MELANCIA - 5 LITROS	UN		100,000	25,0000	2.500,00
66	SUCO DE MELAO - 5 LITROS	UN		100,000	25,0000	2.500,00
67	SUCO DE MORANGO - 5 LITROS	UN		100,000	25,0000	2.500,00
68	TORRADA COM MOLHO DE SARDINHA - CENTO	UN		20,000	42,0000	840,00
69	TORTA DE AVEIA E FRANGO - FORMA GR	UN		150,000	45,0000	6.750,00
70	TORTA DE BANANA AMASSADA - FORMA GR	UN		150,000	35,0000	5.250,00
71	TORTA DE BOLACHA - KG	KG		150,000	22,0000	3.300,00
72	TORTA DE LIMAO - KG	KG		150,000	21,5000	3.225,00
73	TORTA DE MACÃ COM ACUCAR MASCAVO - FORMA GR	UN		150,000	45,0000	6.750,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 3/8

Processo Nº.: 16/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2014**Fornecedor: 835 - VILMA MORAES DE SOUZA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
74	TORTA DE MACÃ E CANELA - FORMA GR	UN		150,000	45,0000	6.750,00
75	TORTA DE VEGETAIS COM GRGILIN - FORMA GR	UN		100,000	35,0000	3.500,00
76	TORTA FRIA - CENTO	UN		150,000	20,0000	3.000,00
77	TORTINHA DE ABOBORA COM FRANGO - CENTO	UN		30,000	40,0000	1.200,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 4/8

Processo Nº.: 16/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2014**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO**

Página: 5/8

Processo Nº.: 16/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2014**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 6/8
Processo Nº.: 16/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2014

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 7/8

Processo Nº: 16/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2014**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 8/8
Processo Nº: 16/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2014

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 9 de Dezembro de 2014.

Vânio Forster
Prefeito Municipal

Empresas Participantes:

VILMA MORAES DE SOUZA

CNPJ: 07.493.633/0001-28 _____

Corupá

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/14

AVISO DE SUSPENSÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 162/14

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 077/14

Este edital tem por objeto a Contratação de empresa para fornecimento, montagem e prestação de serviços em Granito e mármore, para o PSF 01 - Bairro Seminário, Conforme Especificações Termo De Referência Anexo I, que acompanha este edital.

A Pregoeira Municipal, nomeada pela Portaria 3083/14, de 21 de Novembro de 2.014, vem através da presente, comunicar a suspensão da Abertura do Pregão Presencial 077/14, que ocorreria em 15/12/2014 às 10h00min em virtude de que neste dia estará ocorrendo a Manutenção do servidor de acesso a internet, impossibilitando assim a verificação de documentos dos licitantes participantes.

A nova data de abertura será no dia 19/12/2014 às 09h30min

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal de Corupá no horário das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs, ou pelo telefone (47) 3375-6500.

JESSICA TAMARA PEZZATTO

Pregoeira

ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/14

I - ERRATA DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 164/14

A Pregoeira no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados Errata referente ao Edital de Pregão Presencial nº 079/14, ficando assim determinado:

Onde se lê:

15 DO REAJUSTE

15.1 O objeto licitado não poderá sofrer reajuste, salvo estipulados em legislação.

Leia-se:

15 DO REAJUSTE

15.1 O objeto licitado poderá sofrer reajustes estipulados em legislação.

EXCLUSÃO DO ITEM 18.8 - A contratação fica condicionada a aprovação da operação de crédito pelo BNDES, Caixa Econômica Federal e Secretaria do Tesouro Nacional.

Onde se lê:

TERMO DE REFERÊNCIA

13) - LOCAL DE ENTREGA

13.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 8h às 12hs e das 14h às 16hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS", EM ATÉ 10(DEZ) DIAS.

Leia-se:

TERMO DE REFERÊNCIA

13) - LOCAL DE ENTREGA

13.1 As entregas dos materiais e ou serviços fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 8h às 12hs e das 14h às 16hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

Onde se lê:

ANEXO I - ORÇAMENTO ESTIMADOS DOS ITENS DA LICITAÇÃO

1. Licenciamento de uso dos aplicativos: Prefeitura

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	CUSTO UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
01	48	Mês	Contabilidade Pública	05	1.345,50		
02	48	Mês	Planejamento	01	155,25		
03	48	Mês	Compras e Licitações	03	517,50		
04	48	Mês	Patrimônio	01	103,50		
05	48	Mês	Folha de Pagamento	01	258,75		
06	48	Mês	Tributação Pública	03	924,60		
07	48	Mês	Escrituração Eletrônica do ISS via internet	Ilimitado	828,10		
08	48	Mês	Atendimento ao Cidadão via internet	Ilimitado	333,50		
09	48	Mês	Emissão de Notas Fiscais Eletrônicas via internet	Ilimitado	1.495,30		
10	48	Mês	Tesouraria	01	207,10		
11	48	Mês	Recursos Humanos	01	258,75		
12	48	Mês	Protocolo via internet	04	155,25		
13	48	Mês	Gestão de Frotas	01	103,50		
14	48	Mês	Portal da Transparência	Ilimitado	258,75		
15	48	Mês	Procuradoria	01	345,50		
VALOR TOTAL R\$				XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX			

2. Licenciamento de uso dos aplicativos: Águas de Corupá

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	CUSTO UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
1.	48	Mês	Contabilidade Pública	01	218,50		
2.	48	Mês	Planejamento	01	218,50		
3.	48	Mês	Folha de Pagamento	01	310,50		
VALOR TOTAL R\$				XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX			

Leia-se:

ANEXO I - ORÇAMENTO ESTIMADOS DOS ITENS DA LICITAÇÃO

1. Licenciamento de uso dos aplicativos: Prefeitura

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	CUSTO UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
01	12	Mês	Contabilidade Pública	05	1.345,50		
02	12	Mês	Planejamento	01	155,25		
03	12	Mês	Compras e Licitações	03	517,50		
04	12	Mês	Patrimônio	01	103,50		
05	12	Mês	Folha de Pagamento	01	258,75		
06	12	Mês	Tributação Pública	03	924,60		

07	12	Mês	Escrituração Eletrônica do ISS via internet	Ilimitado	828,10		
08	12	Mês	Atendimento ao Cidadão via internet	Ilimitado	333,50		
09	12	Mês	Emissão de Notas Fiscais Eletrônicas via internet	Ilimitado	1.495,30		
10	12	Mês	Tesouraria	01	207,10		
11	12	Mês	Recursos Humanos	01	258,75		
12	12	Mês	Protocolo via internet	04	155,25		
13	12	Mês	Gestão de Frotas	01	103,50		
14	12	Mês	Portal da Transparência	Ilimitado	258,75		
15	12	Mês	Procuradoria	01	345,50		
VALOR TOTAL R\$				XX			

2. Licenciamento de uso dos aplicativos: Águas de Corupá

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	CUSTO UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
1.	12	Mês	Contabilidade Pública	01	218,50		
2.	12	Mês	Planejamento	01	218,50		
3.	12	Mês	Folha de Pagamento	01	310,50		
VALOR TOTAL R\$				XX			

Onde se lê:

ANEXO VII - Minuta do Contrato

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. a) Quando contratados, conforme valores disposto no Anexo I, converter dados para uso pelos aplicativos, instalar os aplicativos objeto deste contrato, treinar os servidores indicados na sua utilização, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço, bem como, prestar suporte apenas aos servidores devidamente treinados pela CONTRATADA no uso dos aplicativos e que tenham observado, em sua solicitação, a regra disposta na cláusula 6ª alínea "J" do presente contrato.

Leia-se:

ANEXO VII - Minuta do Contrato

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. a) Quando contratados, conforme valores disposto no Anexo I, converter dados para uso pelos aplicativos, instalar os aplicativos objeto deste contrato, treinar os servidores indicados na sua utilização, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço, bem como, prestar suporte apenas aos servidores devidamente treinados pela CONTRATADA no uso dos aplicativos e que tenham observado, em sua solicitação, a regra disposta na cláusula 6ª alínea "J" do presente contrato.

Onde se lê:

ANEXO VII - Minuta do Contrato

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DAS PENALIDADES

5. Sem prejuízo das penalidades de multa, ficam as licitantes que não cumprirem as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

a. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

Leia-se:

ANEXO VII - Minuta do Contrato

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DAS PENALIDADES

5. Sem prejuízo das penalidades de multa, ficam as licitantes que não cumprirem as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

a. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a cinco anos.

Corupá, 15 de Dezembro de 2014.

JÉSSICA TAMARA PEZZATTO

Pregoeira

Curitibanos

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 262/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 262/2014

Aos quinze dias do mês de Dezembro de 2014, no MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitibanos SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. José Antônio Guidi, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 262/2014, registrar os preços do participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata é aquisição de materiais de expediente para manutenção das secretarias: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLICIA CIVIL, POLICIA MILITAR, POLICIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Parágrafo único - Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do

Certame.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;

II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;

III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;

IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.

VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.

b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

II. Por iniciativa do fornecedor:

a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitibanos, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitibanos, 15 de Dezembro de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Representante Empresa detentora dos preços registrados

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 285 ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 1/3
Data: 15/12/2014
Processo: 285/2014

Edital de Pregão Presencial Nº 285
Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial

ATA Nº 1 - 2014

Reuniram-se no dia 11/12/2014, as 14:52:48, na PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, designados pelo(a) Portaria 271/2014 com o objetivo de JULGAMENTO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO EM PREGÕES tratando do Edital de Pregão Presencial Nº 285 destinado a AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO E CAÇAMBA BASCULANE, PARA USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, CONFORME CONTRATO DE REPASSE N. 808976/2014/MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/CAIXA PROCESSO N. 2622.1020278-89/2014 E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL...

Abaixo segue os licitantes classificados e que participaram da licitação:

337536BREITKOPF CAMINHOES LTDA

CNPJ: 82.713.843/0005-23

336470CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA

CNPJ: 02.952.689/0001-80

337537FREEWIL IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA - ME

CNPJ: 03.558.220/0001-23

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 2/3
Data: 15/12/2014
Processo: 285/2014

Edital de Pregão Presencial Nº 285
Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial

ATA Nº 1 - 2014

ITEM 1 - CAMINHÃO NOVO TRAÇÃO 6 X 4, COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS A SEGUIR: MOTOR: DIESEL, DE NO MÍNIMO 06 CILINDROS TURBO ALIMENTADO; POTÊNCIA: DE NO MÍNIMO 270 MB; DIREÇÃO: ACIONAMENTO HIDRÁULICO; SISTEMA DE TRANSMISSÃO: SINCRONIZADO, COM NO MÍNIMO 09 MARCHAS A FRENTE E 01 A RÉ; EMBREAGEM: MONO DISCO À SECO; FREIOS: ACIONAMENTO PNEUMÁTICO; CABINA: AVANÇADA, COM AR CONDICIONAMENTO, VIDROS ELÉTRICOS, RÁDIO AM/FM, BANCO DO MOTORISTA COM SUSPENSÃO A AR; DISTÂNCIA ENTRE - EIXOS: MÍNIMO DE 4.400 MM; PNEUS/ RODAS: PNEUS 10.00 - 20 PR - 16 E RODAS 7,50 X 20"; SISTEMA ELÉTRICO: 24V COM DUAS BATERIAS 12 V DE NO MÍNIMO 100 AH CADA; PBT - MÍNIMO DE 23.000 KG; TANQUE DE COMBUSTÍVEL: CAPACIDADE MÍNIMA DE 250 L.

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
337536	BREITKOPF CAMINHOES LTDA	Sim	245.000,0000
336470	CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA	Sim	244.700,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	BREITKOPF CAMINHOES LTDA	0,0000	244.600,0000	
1	CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA	0,0000	244.000,0000	
2	BREITKOPF CAMINHOES LTDA	0,0000	243.900,0000	
2	CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA	0,0000	243.000,0000	
3	BREITKOPF CAMINHOES LTDA	0,0000	242.900,0000	
3	CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA	0,0000	242.000,0000	
4	BREITKOPF CAMINHOES LTDA	0,0000	241.900,0000	
4	CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA	0,0000	241.000,0000	
5	BREITKOPF CAMINHOES LTDA	0,0000	240.900,0000	
5	CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA	0,0000	240.000,0000	
6	BREITKOPF CAMINHOES LTDA	0,0000	239.900,0000	
6	CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA	0,0000	239.000,0000	
7	BREITKOPF CAMINHOES LTDA	0,0000	238.900,0000	
7	CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA	0,0000	238.000,0000	
8	BREITKOPF CAMINHOES LTDA	0,0000	237.900,0000	
8	CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA	0,0000	237.000,0000	
9	BREITKOPF CAMINHOES LTDA	0,0000	236.900,0000	
9	CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA	0,0000	236.000,0000	
10	BREITKOPF CAMINHOES LTDA	0,0000	235.900,0000	
10	CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA	0,0000	235.000,0000	
11	BREITKOPF CAMINHOES LTDA	0,0000	234.900,0000	
11	CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA	0,0000	234.000,0000	
12	BREITKOPF CAMINHOES LTDA	0,0000	233.900,0000	
12	CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA	0,0000	233.000,0000	
13	BREITKOPF CAMINHOES LTDA	0,0000	232.900,0000	
13	CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA	0,0000	232.000,0000	
14	BREITKOPF CAMINHOES LTDA	0,0000	231.900,0000	
14	CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA	0,0000	231.000,0000	
15	BREITKOPF CAMINHOES LTDA	0,0000	230.900,0000	
15	CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA	0,0000	230.000,0000	
16	BREITKOPF CAMINHOES LTDA	0,0000	229.900,0000	
16	CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA	0,0000	229.000,0000	
17	BREITKOPF CAMINHOES LTDA	0,0000	228.900,0000	
17	CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA	0,0000	228.000,0000	
18	BREITKOPF CAMINHOES LTDA	0,0000	227.900,0000	
18	CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA	0,0000	227.000,0000	
19	BREITKOPF CAMINHOES LTDA	0,0000	226.900,0000	
19	CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA	0,0000	226.500,0000	
20	BREITKOPF CAMINHOES LTDA	0,0000	226.400,0000	
20	CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA	0,0000	226.000,0000	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 3/3
Data: 15/12/2014
Processo: 285/2014

Edital de Pregão Presencial Nº 285
Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial
ATA Nº 1 - 2014

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
21	BREITKOPF CAMINHOES LTDA	Desistiu	Desistiu	226.400,0000

O licitante CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 1 deste Pregão Presencial o fornecedor CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA pelo valor de R\$ 226.000,0000 (duzentos e vinte e seis mil reais).

Observação: TENDO EM VISTA A INDAGAÇÃO DO CONCORRENTE BREITKOPF CAMINHÕES LTDA, REFERENTE A DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DA EMPRESA CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA, VERIFICOU-SE QUE O MODELO COTADO ESTÁ CONFORME CATALOGO APRESENTADO EM ANEXO, FICA ASSIM CIENTE A EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME DE QUE DEVERÁ ENTREGAR O ITEM CONFORME EXIGÊNCIA DO EDITAL, SOB PENALIDADE DE ADVERTENCIA, MULTA E SUSPENSÃO DO DIREITO DE LICITAR CONFORME LEI 8.666/93.

ITEM 2 - CAÇAMBA BASCULANTE 12 M³ NA CHAPA, EM CHASSI ESTRUTURAL LN 36, EM VIGIA U, NO MÍNIMO 08 COSTELAS DE 120 MM (OU EQUIVALENTE), DISPOSTAS NA CAIXA DE CARGA COM NO MÍNIMO 07 CARTOLAS DE REFORÇO AO FUNDO, CAIXA DE CARGA COM FUNDO E LATERAL EM CHAPA DE 3/16", TAMPA TRASEIRA BASCULANTE E PORTÃO EM CHAPA DE 6,35 MM, SISTEMA DE BASCULAMENTO POR 01 CILINDRO HIDRÁULICO TELESCÓPICO FRONTAL, GRAMPOS DE FIXAÇÃO NA CAIXA DE CARGA, GANCHOS DA ABERTURA DA TAMPA COM MOLA, TOMADA DE FORÇA PARA VEÍCULO ACOPLADO, PARA-CHOQUE MÓVEL COM REGULAGEM DE ALTURA, SUPORTE DE ESTEPE FRONTAL COM CABO DE ELEVAÇÃO, CAIXA DE FERRAMENTAS, BARRICA D'ÁGUA, ESCADA LATERAL, PARA-LAMAS E LAMEIRAS, PROTETOR DE CICLISTA, FAIXAS REFLETIVAS DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO.

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
337537	FREEWIL IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA - ME	Sim	30.300,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	FREEWIL IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA - ME	0,0000	30.000,0000	

O licitante FREEWIL IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA - ME declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 2 deste Pregão Presencial o fornecedor FREEWIL IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA - ME pelo valor de R\$ 30.000,0000 (trinta mil reais).

Sobre a documentação dos licitantes: AS EMPRESAS VENCEDORAS DO CERTAME: CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA, FREEWIL IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA - ME; APRESENTARAM A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL, SENDO CONSIDERADAS HABILITADAS.

Após verificada a regularidade da documentação dos licitantes melhores classificados, os mesmos foram declarados vencedores dos respectivos itens, tendo sido, então, concedida a palavra aos participantes do certame para manifestação da intenção de recurso, e em seguida foi divulgado o resultado da licitação conforme indicado no quadro Resultado da Sessão Pública. Nada mais havendo a declarar foi encerrada a sessão às 15:00 horas do dia 11 de Dezembro de 2014, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio.

Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.

DIEGO SEBEM WORDELL

-Pregoeiro

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 285/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 285/2014 - PR	
	Processo Administrativo:	285/2014
	Processo de Licitação:	285/2014
	Data do Processo:	20/11/2014
Folha: 1/1		

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, JOSÉ ANTONIO GUIDI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 285/2014
b) Licitação Nr.: 285/2014-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 15/12/2014
e) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO E CAÇAMBA BASCULANE, PARA USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, CONFORME CONTRATO DE REPASSE N. 808976/2014/MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/CAIXA PROCESSO N. 2622.1020278-89/2014 E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	(em Reais R\$)		
	Qtde de Itens	Média Desccto (%)	Total dos Itens
- 336470 - CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA	1	0,0000	226.000,00
- 337537 - FREEWIL IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA - ME	1	0,0000	30.000,00
	2		256.000,00

Curitiba, 15 de Dezembro de 2014.

JOSÉ ANTONIO GUIDI
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 285/2014

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS</p> <p>CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 285/2014 - PR</p> <p>Processo Administrativo: 285/2014 Processo de Licitação: 285/2014 Data do Processo: 20/11/2014</p>
	Folha: 1/1

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Pregoeiro(a) Municipal, Sr(a) DIEGO SEBEM WORDELL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, após analisado o resultado do Pregão acima especificado, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 285/2014
b) Licitação Nr.: 285/2014-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data da Adjudicação: 15/12/2014 Sequência: 0
e) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO E CAÇAMBA BASCULANE, PARA USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, CONFORME CONTRATO DE REPASSE N. 808976/2014/MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/CAIXA PROCESSO N. 2622.1020278-89/2014 E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

f) Fornecedores e Itens Adjudicados:	Qtde de Itens	Média Descto (%)	(em Reais R\$) Total dos Itens
- 336470- CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA	1	0,0000	226.000,00
- 337537- FREEWIL IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA - ME	1	0,0000	30.000,00
	2		256.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.030.4.4.90.00.00.00.00.00 (53), 1.030.4.4.90.00.00.00.00.00 (107)

Curitiba, 15 de Dezembro de 2014.

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATOS 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO: 095/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira.

Contratado: SBA Abastecedora de fretes Rodoviários Ltda.

Objeto: Aquisição de combustíveis para recuperação de estradas do Município -convenio nº 2014 TR 003123(085/SDC/2014). Secretaria de Estado Defesa Civil.. Origem: Processo 110/2014 Modalidade: Pregão 110/2014 - Valor referente o reajuste de valores R\$ 4.266,44 Vigência: 12/12/2014 até 30/04/2014. Dionísio Cerqueira 12/12/2014

Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

NOVAÇÃO DE CONTRATO: 100/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal

Contratado: Caixa Econômica Federal

Objeto: Novação de contrato de serviços com a Caixa Econômica Federal para pagamento mensal dos créditos decorrentes da folha de pagamento dos Servidores públicos Municipais da Administração Direta e Indireta, ativos e inativos, pensionistas e agentes políticos Municipais do poder executivo e autarquias, Hospital Dr Luiz Carlos Barreiro, sem qualquer ônus para o Município de Dionísio Cerqueira. Origem: Dispensa de Licitação 126/2014 PMDC - Dos valores: R\$ 474.500,00 - sendo R\$ 78.752,78 correspondente a renegociação, Desembolso líquido parcela única R\$ 371.247,24, Patrocínio carnê IPTU pagamento em 05 parcelas anuais R\$ 24.500,00 - Valor Total do contrato R\$ 474.500,00 -- Vigência: 60 meses. - Dionísio Cerqueira 15/12/2014.

Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO: 002/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira.

Contratado: Celesc S/A

Objeto: Tarifa de consumo de energia elétrica. Origem: Processo 002/2014 Modalidade: DL 002/2014 - Valor referente o acréscimo da estimativa anual de consumo R\$ 200,00 Vigência: 12/12/2014 até 31/12/2014. Dionísio Cerqueira 12/12/2014

Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

PRIMEIRO APOSTILAMENTO CONTRATO: 062/2013.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira.

Contratado: Telefonica Brasil S/A

Objeto: Tarifa de consumo de Telefonia Móvel. Origem: Processo 067/2013 Modalidade: Pregão 067/2013 - Valor referente o acréscimo da estimativa anual de consumo R\$ 1.700,00 Vigência: 12/12/2014 até 31/12/2014. Dionísio Cerqueira 12/12/2014

Altair Rittes - Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO CONCURSO

CONVOCAÇÃO

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira (SC), em exercício, no uso de suas atribuições, e nos termos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e da Lei Complementar 4.254/2013 e Lei 4.300/2013, em conformidade com a classificação e homologação do resultado do Teste Seletivo Edital de 01/2014 convoca os candidatos abaixo relacionados para ocupar os cargos, no prazo de 30 (trinta) dias, para sua devida contratação.

FARMACAEUTICA

Daniela Marques da Silva

Dionísio Cerqueira -SC, 01 de dezembro de 2014.

ALTAIR CARDOSO RITTES

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO CONCURSO

CONVOCAÇÃO

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira (SC), em exercício, no uso de suas atribuições, e nos termos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e da Lei Complementar 4.254/2013 e Lei 4.300/2013, em conformidade com a classificação e homologação do resultado do Teste Seletivo Edital de 01/2014 convoca os candidatos abaixo relacionados para ocupar os cargos, no prazo de 30 (trinta) dias, para sua devida contratação.

FARMACAEUTICA

Aline Stela Schverz

Dionísio Cerqueira -SC, 08 de dezembro de 2014.

ALTAIR CARDOSO RITTES

PREFEITO MUNICIPAL

RESULTADO DE LICITAÇÕES 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Retificação de publicação.

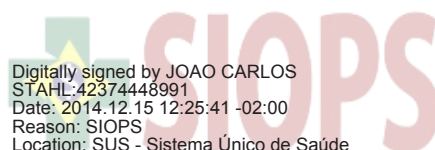
A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação Dispensa de Licitação nº 126/2014, conforme preconiza a Lei Nº. 8.666, DE 21 de junho de 1993.Art. 24. É dispensável a licitação:[...] VIII Objeto: Novação de contrato de serviços com a Caixa Econômica Federal para pagamento mensal dos créditos decorrentes da folha de pagamento dos Servidores públicos Municipais da Administração Direta e Indireta, ativos e inativos, pensionistas e agentes políticos Municipais do poder executivo e autarquias, Hospital Dr Luiz Carlos Barreiro, sem qualquer ônus para o Município de Dionísio Cerqueira. Vencedor: Caixa Econômica Federal -. Dos valores: R\$ 474.500,00 - sendo R\$ 78.752,78 correspondente a renegociação, Desembolso líquido parcela única R\$ 371.247,24, Patrocínio carnê IPTU pagamento em 05 parcelas anuais R\$ 24.500,00 - Valor Total 474.500,00 -

Dionísio Cerqueira SC 10/12/2014

Altair Rittes

Prefeito Municipal

RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

 Digitally signed by JOAO CARLOS
STAHN:42374448991
Date: 2014.12.15 12:25:41 -02:00
Reason: SIOPS
Location: SUS - Sistema Único de Saúde

UF: Santa Catarina

Município: Dionísio Cerqueira

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
5º Bimestre Setembro e Outubro de 2014

RREO - ANEXO 12 (LC141/2012, art.35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b / a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.850.271,50	4.294.280,10	2.769.128,94	64,48
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	585.496,80	1.177.561,50	467.287,87	39,68
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	430.540,00	430.540,00	592.418,31	137,59
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.479.664,00	1.479.664,00	1.046.856,52	70,74
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	354.570,70	354.570,70	505.613,56	142,59
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	0,00	6.798,00	7.450,47	109,59
Dívida Ativa dos Impostos	0,00	805.490,90	101.725,67	12,63
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	0,00	39.655,00	47.776,54	12,63
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	17.144.609,00	17.958.050,00	13.773.385,66	76,69
Cota-Parte FPM	10.009.000,00	10.609.000,00	7.703.120,72	72,60
Cota-Parte ITR	23.609,00	23.690,00	17.644,68	74,48
Cota-Parte IPVA	980.000,00	1.009.400,00	925.168,62	91,65
Cota-Parte ICMS	6.000.000,00	6.180.000,00	5.047.539,91	81,67
Cota-Parte IPI-Exportação	99.000,00	101.970,00	62.316,05	61,11
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	33.000,00	33.990,00	17.595,68	51,76
Desoneração ICMS (LC 87/96)	33.000,00	33.990,00	17.595,68	51,76
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	19.994.880,50	22.252.330,10	16.542.514,60	74,34

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d / c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.470.600,00	4.281.230,00	6.802.563,15	158,89
Provenientes da União	2.420.600,00	2.275.450,00	4.797.299,76	210,82

Provenientes dos Estados	0,00	1.738.300,00	1.236.196,39	71,12
Provenientes de Outros Municípios	0,00	151.480,00	33.637,00	22,20
Outras Receitas do SUS	50.000,00	116.000,00	735.430,00	633,99
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	25.000,00	31.455,00	125,82
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.470.600,00	4.306.230,00	6.834.018,15	158,70

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f / e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g / e) x 100
DESPESAS CORRENTES	6.863.318,44	12.801.322,00	9.935.758,55	77,61	9.336.508,69	72,93
Pessoal e Encargos Sociais	6.863.318,44	9.010.196,00	6.682.651,00	74,16	6.682.651,00	74,16
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	3.791.126,00	3.253.107,55	85,80	2.653.857,69	70,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	4.177.218,80	2.299.526,14	55,04	1.484.708,03	35,54
Investimentos	0,00	4.177.218,80	2.299.526,14	55,04	1.484.708,03	35,54
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	6.863.318,44	16.978.540,80	12.235.284,69	72,06	10.821.216,72	63,73

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h / IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A	N/A	123.213,60	1,01	123.213,60	1,14
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	N/A	N/A	6.960.813,12	56,89	5.877.139,37	54,31
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	N/A	N/A	6.960.813,12	56,89	5.877.139,37	54,31
Recursos de Operações de Crédito	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	N/A		7.084.026,72	57,90	6.000.352,97	55,45

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	N/A	16.978.540,80	5.151.257,97	42,10	4.820.863,75	44,55
---	-----	---------------	--------------	-------	--------------	-------

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ⁴ e 5	29,14
---	-------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VI - (15*IIIb)/100)] ⁶	2.339.486,56
--	--------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2014	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	N/A	N/A	N/A
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DE VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 e 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l)x 100	Até o Bimestre (m)	%(m/total m)x 100
Atenção Básica	5.650.218,44	9.248.151,00	7.201.868,08	58,86	6.594.297,48	60,94
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	6.449.966,80	4.063.094,97	33,21	3.347.046,21	30,93

Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	109.500,00	76.089,00	70.006,35	0,57	68.616,35	0,63
Vigilância Epidemiológica	216.900,00	23.650,00	9.338,00	0,08	9.338,00	0,09
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	886.700,00	1.180.684,00	890.977,29	7,28	801.918,68	7,41
TOTAL	6.863.318,44	16.978.540,80	12.235.284,69	100,00	10.821.216,72	100,00

FONTE: SIOPS, Dionísio Cerqueira / SC

1 - Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 - O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 - O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 - Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012

5 - Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012

6 - No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$.

Justificativa:

Ermo**PREFEITURA****RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2014

Objeto: Aquisição de medicamentos para o atendimento dos programas de saúde deste município durante o exercício de 2015.

Vencedor: Elosul Medicamentos e Materiais Hospitalares Ltda

Valor: R\$ 66.401,00

Vencedor: La Dalla Porta Junior - EPP

Valor: R\$ 32.813,60

Vencedor: Extra Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares

Valor: R\$ 11.946,00

Ivan De Lavechia de Vargas

Pregoeiro

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2014

Objeto: Aquisição de medicamentos especiais não previsto na listagem da farmácia básica do município para distribuição gratuita à população, durante o exercício de 2015.

Vencedor: Farmácia Tramontin - ME

Valor: R\$ 104.739,78

Vencedor: De Nez Recco Drogaria Ltda - ME

Valor: R\$ 99.171,90

Ivan De Lavechia de Vargas

Pregoeiro

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2014

Objeto: Fornecimento de materiais de consumo para manutenção do atendimento médico e odontológico do Posto de Saúde do Município de Ermo, durante o exercício de 2015..

Vencedor: LA Dalla Porta Junior - EPP

Valor: R\$ 8.359,90

Vencedor: Hospclin - Com Atc de Mat Hosp - EIRELI - ME

Valor: R\$ 57.535,75

Ivan De Lavechia de Vargas

Pregoeiro

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2014

Objeto: Aquisição de Combustíveis para consumo dos veículos e máquinas da frota municipal, durante o exercício de 2015.

Vencedor: Auto Posto Daminelli Ltda

Valor: R\$ 483.045,00

Ivan De Lavechia de Vargas

Pregoeiro

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2014

Objeto: Aquisição de Gêneros alimentícios para serem utilizados no preparo d merenda escolar dos alunos do ensino infantil, fundamental e educação de jovens e adultos (EJA), durante o exercício de 2015.

Vencedor: Super Líder Alimentos Ltda

Valor: R\$ 72.738,45

Vencedor: Copol Distribuidora Alimentos Ltda

Valor: R\$ 17.354,10

Ivan De Lavechia de Vargas

Pregoeiro

Erval Velho

PREFEITURA

DECRETO 1917/2014

DECRETO 1917, de 01 de dezembro de 2014.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com a Lei Municipal n. 1352, de 25 de novembro de 2014, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município - FMS, no valor de R\$ 4.500,00 para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 09 - FUNDO MUNICIPAL SAÚDE DE ERVAL VELHO
UNIDADE - 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ERVAL VELHO
PROJ/ATIV. 2.038 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Modalidade 18 - 3.3.90.00.00.00.00.00 0066 - Aplicações diretas
..... R\$ 4.500,00

Art. 2º- Os recursos orçamentários para fazer face à presente abertura de crédito suplementar, correrão à conta de anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 09 - FUNDO MUNICIPAL SAÚDE DE ERVAL VELHO
UNIDADE - 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ERVAL VELHO
PROJ/ATIV. 2.038 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Modalidade 19 - 4.4.90.00.00.00.00.00 0066 - Aplicações diretas
..... R\$ 4.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 01 de dezembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO 1918/2014

DECRETO 1918, de 10 de dezembro de 2014.

Institui Horário Especial de Expediente Durante as Festas de Final de Ano nas Repartições Públicas Municipais, Decreta Ponto Facultativo e dá outras providências.

Walter kleber kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que lhe confere o inciso XXVI, do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. A partir do dia 22 de dezembro de 2014 a 30 de dezembro de 2014 o Serviço Público Municipal de Erval Velho terá turno único (das 7h às 12h).

Parágrafo único - O Fundo Municipal de Saúde manterá expediente normal nos dias (22/12, 23/12 e 29/12/2014) das (7h30min às 11h30min e das 13h às 17h), sendo que nos dias 24/12 e 30/12/2014 terá expediente único (das 7h às 12h).

Art. 2º. Fica decretado Ponto Facultativo em todas as Repartições Públicas Municipais, inclusive no Fundo Municipal de Saúde nos dias 26/12/2014, 31/12/2014 e 02/01/2015.

Parágrafo único - Os serviços de saúde serão mantidos através de plantão e nos casos de urgência e emergência serão encaminhados a UPA - Unidade de Pronto Atendimento, na cidade de Herval d' Oeste e ao Hospital Universitário Santa Terezinha, na Cidade de Joaçaba - SC.

Art. 3º. A partir de 05 de janeiro de 2015 o horário retornará das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 10 de dezembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 10 de dezembro de 2014.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 1919/2014

DECRETO 1919, de 10 de dezembro de 2014.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal n. 1352, de 18 de dezembro de 2013 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 1.800,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE 01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROJ/ATIV - 2.017 - APOIO AO ENSINO MÉDIO
178 - 3.3.50.00.00.00.00.03.0300 - Aplicações Diretas
..... R\$ 1.800,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2013 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 10 de dezembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I - DECRETO N.º 1919/2014, de 10 de dezembro DE 2014
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO
Exercício de 2013

Fonte de Recurso 0000 - Recursos Ordinário

Ativo Financeiro	1.917.555,44
(-) Passivo Financeiro	(437.669,53)
Superávit Financeiro	1.479.885,91
Deduções	
Decreto n.º 1837/2014	100.000,00
Decreto n.º 1846//2014	45.000,00
Decreto n.º 1847/2014	50.000,00
Decreto n.º 1851/2014	120.000,00
Decreto n.º 1853/2014	12.000,00
Decreto n.º 1856/2014	20.000,00
Decreto n.º 1862/2014	200.000,00
Decreto n.º 1868/2014	25.000,00
Decreto n.º 1872/2014	17.500,00
Decreto n.º 1875/2014	265.000,00
Decreto n.º 1877/2014	204.000,00
Decreto n.º 1879/2014	50.000,00
Decreto n.º 1880/2014	45.000,00
Decreto n.º 1893/2014	5.700,00
Decreto n.º 1896/2014	22.200,00
Decreto n.º 1902/2014	148.100,00
Decreto n.º 1914/2014	16.500,00
Decreto n.º 1919/2014	1.800,00
Total Decretos	1.347.800,00
Saldo	132.085,91

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2013- Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE
Técnico Contábil

DECRETO 1920/2014

DECRETO 1920, de 10 de dezembro de 2014.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal n. 1352, de 18 de dezembro de 2013 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 10.000,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV - 2.037 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.1..90.00.00.00.03.0364.00 - PACS - Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2013 (Anexo).PACS

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 10 de dezembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I - DECRETO N.º 1920 /2014, de 10 de dezembro DE 2014
DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT FINANCEIRO
Exercício de 2013

Fonte de Recurso 0064- Recursos PACS

Ativo Financeiro	26.188,05
(-) Passivo Financeiro	(0,00)
Superávit Financeiro	26.188,05
Deduções	
Decreto n.º 1920/2014	10.000,00
Total Decretos	10.000,00
Saldo	16.188,05

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2013- Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE
Técnico Contábil

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 008/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO
Processo Licitatório nº 014/2014
Edital de Pregão nº 008/2014

Objeto: Aquisição de combustíveis para o Fundo Municipal de Saúde.

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 10:00h00min do dia 05/01/2015. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Silvano Rodrigo Pratto
Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 028/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 056/2014
Edital de Pregão Presencial nº 028/2014
Objeto: Aquisição de equipamentos agrícolas.
Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 06/01/2015.
Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 029/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO
Processo Licitatório nº 057/2014
Edital de Pregão Presencial nº 029/2014

Objeto: Aquisição de combustíveis e óleos lubrificantes para a Prefeitura Municipal.

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 05/01/2015.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal.

LEI COMPLEMENTAR 055/2014

Lei Complementar nº 055, de 09 de dezembro de 2014.
"PRORROGA OS EFEITOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 052, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014 QUE INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1º - O artigo 6º da LC 052, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 6º - O prazo para adesão ao REFIS / Erval Velho 2014 encerra-se em 10 de abril de 2015".

Artigo 2º- Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 09 de dezembro de 2014.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 09 de dezembro de 2014.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Forquilha

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 101/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 101/2014
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 175/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA

DO OBJETO - O presente contrato tem por objetivo a contratação de uma empresa especializada para execução da readequação do padrão de entrada de energia elétrica nas escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino, para atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Forquilha/SC, compreendendo material e mão-de-obra, de acordo com a proposta da contratada que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento contratual.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato 175/PMF/2014 de 13/11/2014 para 12/01/2015 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 12/04/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 10 de novembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 110/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 110/2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 200/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA EPP.

DO OBJETO - Contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de mobiliário e equipamentos diversos, através de empresas do ramo pertinente, para utilização nas diversas Secretarias do Município de Forquilha/SC, de acordo com a proposta da contratada.

DO VALOR - Fica acrescido no objeto do contrato nº. 200/PMF/2014 o valor de R\$ 1.168,00 (um mil cento e sessenta e oito reais) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, relativo ao seguinte item:

ITEM	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	01	Aparelho de ar condicionado Split 9.000 BTUs	Elgin	R\$ 1.168,00	R\$ 1.168,00

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 05 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 113/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 113/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 228/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - COONAFOR - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE FORQUILHINHA

DO OBJETO - Aquisição de gêneros alimentícios, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino, de FORQUILHINHA/SC;

DO VALOR - Fica acrescido no objeto do contrato nº. 228/PMF/2014 o valor de R\$ 744,00 (setecentos e quarenta e quatro reais) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, relativo aos seguintes itens:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
18	200	dúzia	Ovos de galinha - vermelho tipo grande	3,72	R\$ 744,00

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 09 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2014 - FMA - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 03/2014

SECRETARIA DE AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Agricultura, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 13/2014 - FMA - Ata do Sistema de Registro de Preços 03/2014 - FMA - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO DE VÁRIOS DIÂMETROS, com as resistências mínimas especificadas nas normas da NBR, para uso junto a Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 16/06/2015.
3ª Publicação.

Fraiburgo

PREFEITURA

ADITIVO.689.2014

TERMO ADITIVO Nº 689, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 672/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 14/11/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/06/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 03 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

DANIELE DA SILVA XAVIER
Contratado

ADITIVO.690.2014

TERMO ADITIVO Nº 690, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 280/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 03/02/2014 a 12/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 04/12/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 05 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

THAIS MAIRA DE MORAES
Contratado

ADITIVO.691.2014

TERMO ADITIVO Nº 691, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 503/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 11/04/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/06/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 05 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

VIVIANE VAZ COSTA ALVES
Contratado

ADITIVO.692.2014

TERMO ADITIVO Nº 692, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2015
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 426/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/03/2014 a 15/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 04/12/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 05 de dezembro de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ROSELI DOS ANJOS RODRIGUES
Contratado

ADITIVO.693.2014

TERMO ADITIVO Nº 693, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 427/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/03/2014 a 15/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 04/12/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 05 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MARLI CARDOSO PADILHA
Contratado

ADITIVO.694.2014

TERMO ADITIVO Nº 694, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 247/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 03/02/2014 a 19/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 05 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

LAURA BOTTCHER PORTELA
Contratado

ADITIVO.695.2014

TERMO ADITIVO Nº 695, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 593/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 06/08/2014 a 19/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 03/08/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 05 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

JOSEANE DE LARA
Contratado

ADITIVO.696.2014

TERMO ADITIVO Nº 696, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 654/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/09/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANA PAULA PALHANO DE ALMEIDA
Contratado

ADITIVO.697.2014

TERMO ADITIVO Nº 697, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 395/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 05/03/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANA PAULA SBARDELLA
Contratado

ADITIVO.698.2014

TERMO ADITIVO Nº 698, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 172/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/02/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANGELA MARIA RIBEIRO DE SOUZA
Contratado

ADITIVO.699.2014

TERMO ADITIVO Nº 699, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 520/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 05/05/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANGELICA ANA DA SILVA
Contratado

ADITIVO.700.2014

TERMO ADITIVO Nº 700, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 653/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/09/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANGELITA LOURDES CAMPAGNARO PEREIRA
Contratado

ADITIVO.701.2014

TERMO ADITIVO Nº 701, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 556/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 16/06/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

CAMILA RODRIGUES NATALIO
Contratado

ADITIVO.702.2014

TERMO ADITIVO Nº 702, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 390/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 13/02/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

CAMILA SUELEN TIBOLA DO AMARAL
Contratado

ADITIVO.703.2014

TERMO ADITIVO Nº 703, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 162/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/02/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

CARINA CRISTINA ALEXANDRE DA SILVA
Contratado

ADITIVO.704.2014

TERMO ADITIVO Nº 704, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 180/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/02/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

CATIA ALVES VIEIRA
Contratado

ADITIVO.705.2014

TERMO ADITIVO Nº 705, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 428/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 11/03/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

CHIRLE SOUZA DOS ANJOS DA SILVA
Contratado

ADITIVO.706.2014

TERMO ADITIVO Nº 706, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 584/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/08/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

CINTIA RAMOS
Contratado

ADITIVO.707.2014

TERMO ADITIVO Nº 707, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
SEXTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 358/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 07/02/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

CLARICE MARIA ANGOLERI
Contratado

ADITIVO.708.2014

TERMO ADITIVO Nº 708, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 671/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 13/11/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

CLEONICE FRANCIONE
Contratado

ADITIVO.709.2014

TERMO ADITIVO Nº 709, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 629/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/10/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

CRISTIANE DUARTE MANFIOLETTI
Contratado

ADITIVO.710.2014

TERMO ADITIVO Nº 710, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 320/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 06/02/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

DENISE CARDOSO FREDERICK
Contratado

ADITIVO.711.2014

TERMO ADITIVO Nº 711, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 183/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/02/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

EDENILCE DALAGNOL
Contratado

ADITIVO.712.2014

TERMO ADITIVO Nº 712, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 153/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/02/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ELI CORDEIRO DE MELO DOS SANTOS
Contratado

ADITIVO.713.2014

TERMO ADITIVO Nº 713, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 532/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/06/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ENAILE PALHANO
Contratado

ADITIVO.714.2014

TERMO ADITIVO Nº 714, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 182/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/02/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

EUNICE PEDROZO MASSAROLI
Contratado

ADITIVO.715.2014

TERMO ADITIVO Nº 715, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 161/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/02/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

HELENA CORREA MASSAROLI
Contratado

ADITIVO.716.2014

TERMO ADITIVO Nº 716, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 159/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/02/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

IARA DE FATIMA BIANEX MARQUES
Contratado

ADITIVO.717.2014

TERMO ADITIVO Nº 717, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
SÉTIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 545/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 11/04/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

IRMA MORAES
Contratado

ADITIVO.718.2014

TERMO ADITIVO Nº 718, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 498/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 09/04/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

JANDIRA APARECIDA MARQUES DA SILVA
Contratado

ADITIVO.719.2014

TERMO ADITIVO Nº 719, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 582/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/08/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

JESSICA FERRAZ DE OLIVEIRA
Contratado

ADITIVO.720.2014

TERMO ADITIVO Nº 720, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 595/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 06/08/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

JOELMA VICENTINA DOS SANTOS
Contratado

ADITIVO.721.2014

TERMO ADITIVO Nº 721, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 607/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 16/05/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

LILIAN OLIVEIRA DE ALMEIDA
Contratado

ADITIVO.722.2014

TERMO ADITIVO Nº 722, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 429/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 11/03/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

KAREN DE CARVALHO PIRES
Contratado

ADITIVO.723.2014

TERMO ADITIVO Nº 723, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 164/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/02/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

LENI DA SILVA COELHO
Contratado

ADITIVO.724.2014

TERMO ADITIVO Nº 724, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 178/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/02/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

LENIR APARECIDA BLASIUS
Contratado

ADITIVO.725.2014

TERMO ADITIVO Nº 725, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 168/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/02/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

LEONILDA ANTUNES PEREIRA
Contratado

ADITIVO.726.2014

TERMO ADITIVO Nº 726, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 443/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 13/03/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

LETICIA APARECIDA FERREIRA
Contratado

ADITIVO.727.2014

TERMO ADITIVO Nº 727, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 396/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 05/03/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

LUCIANE APARECIDA KEHRWALDT
Contratado

ADITIVO.728.2014

TERMO ADITIVO Nº 728, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 186/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/02/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

LUZIANE DE OLIVEIRA
Contratado

ADITIVO.729.2014

TERMO ADITIVO Nº 729, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 170/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/02/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA MOREIRA DE MELLO
Contratado

ADITIVO.730.2014

TERMO ADITIVO Nº 730, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 163/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/02/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MARIA HELENA DOS SANTOS
Contratado

ADITIVO.731.2014

TERMO ADITIVO Nº 731, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 151/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/02/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MARIANGELA BEONI AMARAL DE ALMEIDA
Contratado

ADITIVO.732.2014

TERMO ADITIVO Nº 732, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 150/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/02/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MARIZA APARECIDA DE SOUZA CARVALHO
Contratado

ADITIVO.733.2014

TERMO ADITIVO Nº 733, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 181/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/02/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MARLENE DOMINGUES DA SILVA PEREIRA
Contratado

ADITIVO.734.2014

TERMO ADITIVO Nº 734, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
SÉTIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 555/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 15/04/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MARLI APARECIDA DOS SANTOS
Contratado

ADITIVO.735.2014

TERMO ADITIVO Nº 735, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 583/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/08/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MARLI SCHABERLE BILIK
Contratado

ADITIVO.736.2014

TERMO ADITIVO Nº 736, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
SEXTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 156/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/02/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MARTA RIBEIRO STAGE DE SOUZA
Contratado

ADITIVO.737.2014

TERMO ADITIVO Nº 737, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 364/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 08/02/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MISCHELI FAGUNDES DE SOUZA
Contratado

ADITIVO.738.2014

TERMO ADITIVO Nº 738, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 623/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 16/09/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

NORACI DE MAIA VANZ
Contratado

ADITIVO.739.2014

TERMO ADITIVO Nº 739, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 661/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 03/11/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

PRISCILA LUCIANO FRANÇA
Contratado

ADITIVO.740.2014

TERMO ADITIVO Nº 740, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 664/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 03/11/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ROSANGELA APARECIDA SILVANO
Contratado

ADITIVO.741.2014

TERMO ADITIVO Nº 741, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 171/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/02/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ROSEMILDA APARECIDA STANIASKI MACIEL DA SILVA
Contratado

ADITIVO.742.2014

TERMO ADITIVO Nº 742, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 158/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/02/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ROSILENE SCHEFFMACHER FERNANDES
Contratado

ADITIVO.743.2014

TERMO ADITIVO Nº 743, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 547/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/06/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

SOLANGE GRANEMANN PRESTES
Contratado

ADITIVO.744.2014

TERMO ADITIVO Nº 744, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 542/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 08/04/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

SOLANGE LAZZARETTI VACARIO
Contratado

ADITIVO.745.2014

TERMO ADITIVO Nº 745, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 432/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 11/03/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 27/02/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

SUZANE NOIA FERREIRA
Contratado

ADITIVO.746.2014

TERMO ADITIVO Nº 746, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 321/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 06/02/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

SUZI ABIGAIL RONNAU
Contratado

ADITIVO.747.2014

TERMO ADITIVO Nº 747, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 457/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 05/03/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 04/03/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

BERENICE CONRADI DOS SANTOS
Contratado

ADITIVO.748.2014

TERMO ADITIVO Nº 748, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 238/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 03/02/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

CLENIR GONZAGA
Contratado

ADITIVO.749.2014

TERMO ADITIVO Nº 749, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 452/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 17/03/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

JEQUECELE OLIVEIRA DOS SANTOS
Contratado

ADITIVO.750.2014

TERMO ADITIVO Nº 750, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 662/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 03/11/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

LUCIANA SILVEIRA PALHANO
Contratado

ADITIVO.751.2014

TERMO ADITIVO Nº 751, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 682/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 15/10/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 15/10/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MARIA JOSE DO AMARAL DE OLIVEIRA
Contratado

ADITIVO.752.2014

TERMO ADITIVO Nº 752, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 624/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/08/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/08/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MARIA ROSELI DE GOEIS KUHN
Contratado

ADITIVO.753.2014

TERMO ADITIVO Nº 753, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 507/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 15/04/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MARTA DA APARECIDA DOS SANTOS
Contratado

ADITIVO.754.2014

TERMO ADITIVO Nº 754, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 578/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/05/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 02/05/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

SIMONE FERREIRA DA CRUZ RICHTER
Contratado

ADITIVO.755.2014

TERMO ADITIVO Nº 755, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 549/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 11/06/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

JANAINA APARECIDA MATOS FERREIRA GALVAO
Contratado

ADITIVO.756.2014

TERMO ADITIVO Nº 756, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 531/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 26/05/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

JADETE DALLAGNOL
Contratado

ADITIVO.757.2014

TERMO ADITIVO Nº 757, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
SEXTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 517/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/05/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

LUCIANA CORREA BECKER
Contratado

ADITIVO.758.2014

TERMO ADITIVO Nº 758, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 557/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 17/06/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MARILDE ANTUNES MOREIRA
Contratado

ADITIVO.759.2014

TERMO ADITIVO Nº 759, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 468/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 06/03/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

CAROLINE ISRAEL
Contratado

ADITIVO.760.2014

TERMO ADITIVO Nº 760, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 548/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 11/06/2014 a 19/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/03/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 11 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

TATIANE DOMINGUES DOS SANTOS
Contratado

ADITIVO.761.2014

TERMO ADITIVO Nº 761, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 425/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/03/2014 a 20/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/03/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 11 de dezembro de 2014.p
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ESTEFANI GOETEN
Contratado

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0157_2014-RP 0080 PMF

Aviso de Retificação do Pregão Presencial nº 0157/2014 - PMF
REGISTRO DE PREÇOS nº 0080/2014
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de materiais de higiene, de limpeza, de copa e cozinha, e outros, para uso nos Centros Municipais de Educação e na Secretaria Municipal de Educação, com entregas parceladas durante o período de dezembro de 2014 a junho de 2015. Retificação: Fica complementada a descrição do item 2.8.2 do Edital, concedendo às licitantes interessadas o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das referidas amostras. Desta forma, como tal alteração não afetará a formulação das propostas, permanece o prazo inicialmente estabelecido. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 15 de dezembro de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL 0032_2014-SF

Aviso do Pregão Presencial nº 0032/2014 - SF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO- SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Prestação de serviços de segurança eletrônica monitorada junto a captação de água do Rio Mansinho localizado no Distrito Industrial Liberata, P07 Poço Tieppo e P10 Poço Aparício localizados no bairro São Miguel, P14 Poço Portal localizado no bairro Portal II, situados nesta cidade de Fraiburgo-SC. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 14:15 horas do dia 07.01.2015. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 15 de dezembro de 2014.
Eloi Regalin
Presidente da SANEFRAI

DECRETO Nº 0341/2014

DECRETO Nº. 0341, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.
DIVULGA O RESULTADO DA PROVA PRÁTICA E A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0044, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgado o resultado da prova prática e a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0044, de 22 de outubro de 2014, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 15 DE DEZEMBRO DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 0342/2014

DECRETO Nº. 0342, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.
HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CÓDIGO 8, DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0040, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do código 8 do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0040 de 22 de outubro de 2014, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 15 DE DEZEMBRO DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

EXTRATO DE CONTRATO Nº CT14PMF174_DOM

Extrato do Contrato nº CT14PMF174

Município de Fraiburgo - SC

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: M.W.W. COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA. Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo ônibus com mobiliário para instalação de biblioteca itinerante, completa, equipada. Valor total do contrato: R\$ 273.400,00 (duzentos e setenta e três mil e quatrocentos reais). Data do Contrato: 12.12.2014. Prazo de Vigência do Contrato: 12.12.2014 a 30.04.2015. Prazo de Entrega: 90 (noventa) dias após a Autorização. Pagamento: em até 15 dias após a entrega. Processo Administrativo Licitatório: nº 0222/2014 - PMF. Modalidade: Pregão Presencial nº 0150A/2014. Recursos: 9315 (Convênio do Estado de SC TR 1473 Processo SDR 09 1416/2014), e Recursos Ordinários da Secretaria de Educação (Exercício 2015).

Fraiburgo (SC), 15 de dezembro de 2014.

Ivo Biazolo - Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº CT14PMF175_DOM

Extrato do Contrato nº CT14PMF175

Município de Fraiburgo - SC

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: M.W.W. COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA. Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo ônibus equipado com baias para cadeirantes e demais dispositivos para transporte de alunos especiais do município de Fraiburgo. Valor total do contrato: R\$ 253.500,00 (duzentos e cinquenta e três mil e quinhentos reais). Data do Contrato: 12.12.2014. Prazo de Vigência do Contrato: 12.12.2014 a 30.04.2015. Prazo de Entrega: 90 (noventa) dias após a Autorização. Pagamento: em até 15 dias após a entrega. Processo Administrativo Licitatório: nº 0224/2014 - PMF. Modalidade: Pregão Presencial nº 0152/2014. Recursos: 9315 (Convênio do Estado de SC TR 1474 Processo SDR 09 1415/2014), e Recursos Ordinários da Secretaria de Educação (Exercício 2015).

Fraiburgo (SC), 15 de dezembro de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito

PORTARIA Nº 5123/2014

PORTARIA Nº 5.123, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a servidora JULIANE DE FÁTIMA ROSA CORREA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 047.019.749-86, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5124/2014

PORTARIA Nº 5.124, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a servidora ADRIANA TOMAS SOARES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 066.476.299-98, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5125/2014

PORTARIA Nº 5.125, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0015 de 05 de fevereiro de 2014; e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0199/2014 da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSIANE MOREIRA DOS SANTOS SCHIRMER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 026.264.499-11, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 30 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5126/2014

PORTARIA N.º 5.126, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0021 de 14 de março de 2014; e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0200/2014 da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOCIMAR NUNES DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 065.656.239-02, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 30 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5127/2014

PORTARIA N.º 5.127, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013; e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 117/2014 da Secretaria de Administração e Planejamento;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DORACY CAMPOLIM DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 021.252.259-05, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2014 até 12 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5128/2014

PORTARIA N.º 5.128, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0033 de 24 de julho de 2013; e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 118/2014 da Secretaria de Administração e Planejamento;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IVONE MOREIRA DE SOUZA SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 015.931.559-05, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2014 até 03 de novembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5129/2014

PORTARIA N.º 5.129, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0006 de 08 de janeiro de 2013; e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 119/2014 da Secretaria de Administração e Planejamento;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de FRANCIELY MORAES PEREGO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 045.330.749-36, contratada em caráter temporário na função de ENGENHEIRO CIVIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5130/2014

PORTARIA N.º 5.130, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de LUCIANE ALVES DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 058.668.059-44, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 15 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5131/2014

PORTARIA N.º 5.131, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0010 de 16 de janeiro de 2013; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de VILMAR DE LIMA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 482.054.789-53, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE TRATOR DE PNEU, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 28 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5132/2014

PORTARIA N.º 5.132, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0010 de 16 de janeiro de 2013; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CIDINEI MARCONDES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 813.980.349-91, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE TRATOR DE PNEU, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 28 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

REC.FEDERAIS 15.12.2014**NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS**

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
15.12.2014	FNAS	PTMC	1.735,16
01.12.2014	FNS	VGS	1.380,55
01.12.2014	FNS	VGS	1.380,55
01.12.2014	FNS	VGS	400,35
01.12.2014	FNS	VGS	400,35
03.12.2014	FNS	VGS	1.380,55

Secretaria de Finanças

ANEXO DECRETO Nº 0341-2014 - CLASSIFICAÇÃO - INDEFERIDOS



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0044 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato

Cargo: Instrutor de Trabalhos Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 1 Área de Atuação: Geral

Disciplina: Instrutor de Trabalhos Manuais

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
1	TEREZINHA RIBEIRO DE SOUZA		Não compareceu na prova prática
11	SOLUIR CAMPINA		Não compareceu na prova prática
5	CAROLINI FRIGOTTO ANTUNES		Não compareceu na prova prática
3	MARLI TERESINHA SOUSA		Não compareceu na prova prática
9	NEREZIN ALVES DA ROSA		Não compareceu na prova prática
13	IVONE RIBEIRO ALVES		Não compareceu na prova prática

ANEXO DECRETO Nº 0341-2014 - CLASSIFICAÇÃO PROVA PRÁTICA



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0044 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Instrutor de Trabalhos Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 1 Área de Atuação: Geral

Disciplina: Instrutor de Trabalhos Manuais

Critérios de Desempate

1º	2º	3º	4º	5º
----	----	----	----	----

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	2	VANESSA APARECIDA DE FRANÇA GARCIA	25	6,11
2	12	IVONEIDE INÁCIO	24	9,75
3	10	SANTINA LOURENÇO	22	8,5
4	14	JOYCE CRISTINE DE CASTILHO FRANÇA	17	6,68

Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
10	0	1	NÃO	02/03/1989
10	0	0	NÃO	23/02/1982
10	0	0	NÃO	01/11/1976
10	0	2	NÃO	26/08/1992

ANEXO DECRETO Nº 0342-2014 - CLASSIFICAÇÃO HOMOLOGADA COD 8



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0040 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Psicólogo** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **8** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Psicólogo**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	44	KARINE CAMPAGNARO	28	10	10	0	NÃO	29/04/1987
2	26	GLAUCIA APARECIDA LOURENÇO	25	10	10	0	NÃO	24/09/1985
3	98	ELISANGELA APARECIDA JAEGER	24	10	10	0	NÃO	22/06/1976
4	77	DIANA TAVARES DA ROSA	23	10	4	1	NÃO	29/12/1984
5	71	IVETE CORREA FRAGOSO SAVIAN	22	10	10	0	NÃO	24/05/1966
6	99	JAMILA KARINE BUSNELLO	21	10	10	0	NÃO	22/09/1990
7	118	HEIDI APARECIDA DE BARROS KOGICOVSCY	15	10	4	0	NÃO	04/03/1987

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 12/2014**

PORTARIA Nº 12/2014

DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO PODER LEGISLATIVO E A JORNADA DE TRABALHO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL, NO PERÍODO DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014 A 02 DE JANEIRO DE 2015, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

JOSÉ DARCY SOARES FRANÇA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em especial o artigo 34, inciso II, do Regimento Interno, determina:

Art. 1º. Fica fixado o horário de funcionamento da Câmara Municipal de Fraiburgo, tanto para o expediente interno como o externo, no período de recesso compreendido entre 22 de dezembro de 2014 a 02 de janeiro de 2015, decretado pelo Chefe do Poder Executivo, através do Decreto nº 332/2014, publicado no DOM/SC no dia 12/12/2014.

Art. 2º. Excepcionalmente, funcionarão os serviços de recepção da Câmara Municipal no horário das 13h30min às 17h30min, nos dias 22, 23, 26, 29 e 30 de dezembro de 2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 15 de dezembro de 2014.

JOSÉ DARCY SOARES FRANÇA
Presidente da Câmara Municipal

ADILSON JOSÉ DIAS
Gestor Público Legislativo

PORTARIA Nº 13/2014

PORTARIA Nº 13/2014

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO PAULO ROBERTO PIRES FERREIRA, DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE CONSULTOR JURÍDICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

JOSÉ DARCY SOARES FRANÇA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 32 inciso II, da Lei Orgânica do Município de Fraiburgo, c/c artigo 34, incisos II, XI, XXV do Regimento Interno da Câmara Municipal de Fraiburgo;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar do cargo de provimento em Comissão de Consultor Jurídico, o Servidor PAULO ROBERTO PIRES FERREIRA, brasileiro, casado, Bacharel em Direito, inscrito na OAB sob nº 6481, portador da Carteira de Identidade nº 5.270.167 e inscrito no CPF sob o nº 505.015.420-00, a partir do dia 31 de Dezembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 08/2013 e demais disposições em contrário.

Art. 3º. Registre-se e publique-se.

Gabinete da Presidência, 15 de dezembro de 2014.

JOSÉ DARCY SOARES FRANÇA
Presidente da Câmara Municipal

ADILSON JOSÉ DIAS
Gestor Público Legislativo

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com INCISO III do artigo 25 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 194/2014; IL nº. 16/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: MISTERIO PRODUÇÕES DE EVENTOS; CNPJ nº: 10.259.995/0001-63; Objeto: Contratação de artistas para as festividades de Natal e Aniversário do Município, no período de 19 à 21 de dezembro de 2014.; Data da Assinatura: 15/12/2014.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 190/2014

DECRETO N.º 190, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 30.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.000,00
26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	10.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	20.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	20.000,00
3.3.90.0.2.14.000073 - Aplicações Diretas	20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de dezembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 16/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 087/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 87/2014
PMG

Ata nº. 87/2014; Processo nº.166/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: MERCADO OSÓRIO LTDA-ME; Objeto: Registro de preço pretendendo a aquisição de gêneros alimentícios para eventos realizados pelas secretarias de Educação e Desenvolvimento Social da prefeitura municipal de Garopaba. Valor: R\$ 115.253,50; Data da Assinatura: 12/12/2014.

PORTARIA N.º 1032, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA N.º 1032, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) CÁTIA DE LOURDES FERREIRA MARCON.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), conforme ata em anexo da terceira reunião do ano de 2014, de APROVAR o(a) servidor(a) CÁTIA DE LOURDES FERREIRA MARCON, matrícula funcional n.º 4301, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de dezembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 16/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1033, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA N.º 1033, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) CRISTINA DA SILVA ALEXANDRINA DE OLIVEIRA.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), conforme ata em anexo da terceira reunião do ano de 2014, de APROVAR o (a) servidor (a) CRISTINA DA SILVA ALEXANDRINA DE OLIVEIRA, matrícula funcional n.º 3589, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de dezembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 16/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1034, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA N.º 1034, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) ITAMAR CARVALHO FARACO.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), conforme ata em anexo da terceira reunião do ano de 2014, de APROVAR o (a) servidor (a) ITAMAR CARVALHO FARACO, matrícula funcional n.º 3700, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de dezembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 16/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1035, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA N.º 1035, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) JEAN NASCIMENTO PACHECO.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio

Probatório (CAEP), conforme ata em anexo da terceira reunião do ano de 2014, de APROVAR o (a) servidor (a) JEAN NASCIMENTO PACHECO, matrícula funcional n.º 4238, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de dezembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 16/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1036, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA N.º 1036, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) JOÃO MANOEL DO NASCIMENTO.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), conforme ata em anexo da terceira reunião do ano de 2014, de APROVAR o (a) servidor (a) JOÃO MANOEL DO NASCIMENTO, matrícula funcional n.º 3718, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de dezembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 16/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1037, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA N.º 1037, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) JULIANO MATTANA.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), conforme ata em anexo da terceira reunião do ano de 2014, de APROVAR o (a) servidor (a) JULIANO MATTANA,

matrícula funcional n.º 3712, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de dezembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 16/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1038, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA N.º 1038, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) KAREN LLOYD ALVES MOREIRA.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), conforme ata em anexo da terceira reunião do ano de 2014, de APROVAR o (a) servidor (a) KAREN LLOYD ALVES MOREIRA, matrícula funcional n.º 3772, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de dezembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 16/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1039, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA N.º 1039, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) LAURO BELLINA DE BITENCOURT JUNIOR.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), conforme ata em anexo da terceira reunião do ano de 2014, de APROVAR o (a) servidor (a) LAURO BELLINA DE BITENCOURT JUNIOR, matrícula funcional n.º 3553, no estágio

probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de dezembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 16/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1042, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA N.º 1042, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) LISIELE DE ARAÚJO PIRES GABRIEL.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), conforme ata em anexo da terceira reunião do ano de 2014, de APROVAR o (a) servidor (a) LISIELE DE ARAÚJO PIRES GABRIEL, matrícula funcional n.º 4054, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de dezembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 16/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1043, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA N.º 1043, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) LORENA BERNARDO DE ABREU.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), conforme ata em anexo da terceira reunião do ano de 2014, de APROVAR o (a) servidor (a) LORENA BERNARDO DE ABREU, matrícula funcional n.º 4277, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de dezembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 16/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1044, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA N.º 1044, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) MARCELO ABREU DOS SANTOS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), conforme ata em anexo da terceira reunião do ano de 2014, de APROVAR o (a) servidor (a) MARCELO ABREU DOS SANTOS, matrícula funcional n.º 4201, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de dezembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 16/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1045, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA N.º 1045, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) MARCELO ABREU DOS SANTOS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), conforme ata em anexo da terceira reunião do ano de 2014, de APROVAR o (a) servidor (a) MARCELO ABREU DOS SANTOS, matrícula funcional n.º 4201, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de dezembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 16/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1046, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA N.º 1046, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) SIDINEI MARQUES.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), conforme ata em anexo da terceira reunião do ano de 2014, de APROVAR o (a) servidor (a) SIDINEI MARQUES, matrícula funcional n.º 3704, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de dezembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 16/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1047, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA N.º 1047, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) SIMONE VERA WOLFF.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), conforme ata em anexo da terceira reunião do ano de 2014, de APROVAR o (a) servidor (a) SIMONE VERA WOLFF, matrícula funcional n.º 4248, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de dezembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 16/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1048, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA N.º 1048, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO N.º 021/2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Constituir COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, formada pelos servidores municipais: MARIA EUGÊNIA ALVES, mat. 3274, CLEIDE DE SOUZA, mat. 0740 e CLAUDIO PEREIRA, mat. 0005 para, sob a presidência da primeira, efetuarem o processo de avaliação referente ao Edital de Contratação de Profissionais em Caráter Temporário n.º 021/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de dezembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 16/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

QUADRO DE VAGAS EDITAL 14/2014

PREFEITURA DE GARUVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

QUADRO DE VAGAS - PROFESSOR ACT/2015

EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHE E PRÉ ESCOLAR)

NOME DA ESCOLA	CH	TURNO	TURMA	TIPO DE VAGA	ASSINATURA
PRÉ- ESCOLAR DENTE DE LEITE	20	MAT.	MAT.III	EXCEDENTE(ATÉ 30/04)	
CRECHE MUNICIPAL MARIA CORREA SAAD	40	INT.	MAT.I	EXCEDENTE(ATÉ 30/04)	
CRECHE MUNICIPAL MARIA CORREA SAAD	40	INT.	MAT.I	EXCEDENTE(ATÉ 30/04)	
CRECHE MUNICIPAL MARIA CORREA SAAD	40	INT.	MAT.II	EXCEDENTE(ATÉ 30/04)	
CRECHE MUNICIPAL FREI JOSÉ BERTOLDI	40	INT.	MAT.II	EXCEDENTE(ATÉ 30/04)	
CRECHE MUNICIPAL FREI JOSÉ BERTOLDI	40	INT.	MAT.II	VINCULADA MARLENE (AEE - CRECHE)	
CRECHE MUNICIPAL JOÃO DE DEUS	40	INT.	MAT.I	EXCEDENTE(ATÉ 30/04)	
CRECHE MUNICIPAL JOÃO DE DEUS	40	INT.	MAT.II	EXCEDENTE(ATÉ 30/04)	

PREFEITURA DE GARUVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

QUADRO DE VAGAS - PROFESSOR ACT/2015

ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS E NIVELAMENTO (EMEJA)

NOME DA ESCOLA	CH	TURNO	TURMA	TIPO DE VAGA	ASSINATURA
E.M.TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	20	VESP.	2º ANO	EXCEDENTE (30/04)	
E.M. TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	40	MAT. VESP.	3º ANO	EXCEDENTE (30/04)	
E.M. TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	40	MAT. VESP.	4º ANO	EXCEDENTE (30/04)	
E.M. GUILHERME R.E.P. BENKENDORF	40	MAT. VESP.	2º ANO	EXCEDENTE (30/04)	
E.M. VICENTE VIEIRA	40	MAT. VESP.	1º ANO	EXCEDENTE (30/04)	
E.M.VICENTE VIEIRA	20	VESP.	4º ANO	EXCEDENTE (30/04)	
E.M.VICENTE VIEIRA	20	VESP.	5º ANO	EXCEDENTE (30/04)	

E.M.VICENTE VIEIRA	40	MAT. VESP.	2º ANO 3º ANO	VINCULADA MIRZA (AEE/ LIBRAS - GUILHERME)	
E.M.MARIA MARTINS BUDAL	20	VESP.	1º ANO	EXCEDENTE (30/04)	
E.M. MARIA MARTINS BUDAL	20	VESP.	5º ANO	EXCEDENTE (30/04)	
E.M. ERNESTO A. HATTENHAUER	20	VESP.	4º ANO	EXCEDENTE (30/04)	
E.M.IÇA MIRIM	40	INTEGRAL	1º e 2º ANO	EXCEDENTE (30/04)	
E.M. IÇA MIRIM	40	INTEGRAL	4º ANO	EXCEDENTE (30/04)	
E.M.DUQUE DE CAXIAS	40	INTEGRAL	1º, 2º e 3º ANO	EXCEDENTE (30/04)	
E.M. DUQUE DE CAXIAS	40	INTEGRAL	4º e 5º ANO	EXCEDENTE (30/04)	
EMEJA	20	NOTURNO	NIVELAMENTO I	EXCEDENTE (30/04)	
EMEJA	20	NOTURNO	NIVELAMENTO II	EXCEDENTE (30/04)	

PREFEITURA DE GARUVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
QUADRO DE VAGAS - PROFESSOR ACT/2015

ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS E EMEJA (DISCIPLINAS)

DISCIPLINA	ESCOLA	CH	TURNO	TIPO DE VAGA	ASSINATURA
HISTÓRIA	E.M. VICENTE VIEIRA (30 aulas) EMEJA (08 aula)	40	MAT./ VESP./ NOT.	EXCEDENTE (30/04)	

LÍNGUA PORTUGUESA	ESCOLA	CH	TURNO	TIPO DE VAGA	ASSINATURA
	E.M. VICENTE VIEIRA (12 aulas) EMEJA (16 aulas)	30	MAT./ VESP./ NOT.	EXCEDENTE (30/04)	

CIÊNCIAS	ESCOLA	CH	TURNO	TIPO DE VAGA	ASSINATURA
	EMEJA (8 aulas)	10	NOT.	EXCEDENTE (30/04)	

INGLÊS	ESCOLA	CH	TURNO	TIPO DE VAGA	ASSINATURA
	EMEJA (8 aulas)	10	NOT.	EXCEDENTE (30/04)	

	ESCOLA	CH	TURNO	TIPO DE VAGA	ASSINATURA
ARTES	E.M.VICENTE VIEIRA (16 aulas MAT + 18 aulas VESP) = 34 aulas	40	MAT.VESP.	EXCEDENTE (30/04)	
	E.M.VICENTE VIEIRA (8 aulas MAT + 6 aulas VESP) = 14 aulas E.M. DUQUE DE CAXIAS (4 aulas MAT) = 4 aulas	20	MAT.VESP. MAT.	EXCEDENTE (30/04)	
	E.M.TANCREDO DE A. NEVES (16 aulas MAT + 18 aulas VESP) = 34 aulas	40	MAT./ VESP.	EXCEDENTE (30/04)	
	E.M.TANCREDO DE A. NEVES (10 aulas MAT + 8 aulas VESP) = 18 aulas E.M.IÇA MIRIM (8 aulas MAT) = 8 aulas EMEJA (8 aulas NOT) = 8 aulas	40	MAT./ VESP./ NOT.	EXCEDENTE (30/04)	
	E.M. ERNESTO A. HATTENHAUER (6 aulas MAT + 4 aulas VESP) = 10 aulas E.M. MARIA MARTINS BUDAL (4 aulas MAT + 6 aulas VESP) = 10 aulas E.M. GUILHERME R.E.P. BENKENDORF (8 aulas MAT + 6 aulas VESP) = 14 aulas	40	MAT./ VESP.	EXCEDENTE (30/04)	

PREFEITURA DE GARUVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
QUADRO DE VAGAS - PROFESSOR ACT/2015

EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL: ANOS INICIAIS,
ANOS FINAIS E EMEJA (DISCIPLINAS)

	ESCOLA	CH	TURNO	TIPO DE VAGA	ASSINATURA
EDUCAÇÃO FÍSICA	E.M. VICENTE VIEIRA (14 aulas MAT PRÉ) = 14 aulas (14 aulas VESP PRÉ + 6 aulas VESP AI) = 20 aulas	40	MAT./VESP.	EXCEDENTE (30/04)	
	E.M. VICENTE VIEIRA (6 aulas MAT AI + 6 aulas MAT AF) = 12 aulas (14 aulas VESP PRÉ) = 14 aulas E.M. GUILHERME R.E.P. BENKENDORF (7 aulas MAT PRÉ) = 7 aulas	40	MAT./VESP.	EXCEDENTE (30/04)	
	E.M. MARIA MARTINS BUDAL (7 aulas MAT PRÉ) = 7 aulas E.M. ERNESTO A. HATTENHAUER (5 aulas VESP PRÉ) = 5 aulas EMEJA (8 aulas NOT) = 8 aulas	20	MAT./VESP.	EXCEDENTE (30/04)	

PREFEITURA DE GARUVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
QUADRO DE VAGAS - PROFESSOR ACT/2015
EDUCAÇÃO ESPECIAL - 2º PROFESSOR

	ESCOLA	CH	TURNO	TIPO DE VAGA	ASSINATURA
EDUCAÇÃO ESPECIAL 2º PROFESSOR	E.M. TANCREDO DE A. NEVES E.M. ERNESTO A. HATTENHAUER	40	MAT. VESP.	EXCEDENTE	
	E.M. VICENTE VIEIRA	40	MAT./VESP.	EXCEDENTE	
	E.M. VICENTE VIEIRA	40	MAT./VESP.	EXCEDENTE	
	E.M. VICENTE VIEIRA	40	MAT./VESP.	EXCEDENTE	
	E.M. VICENTE VIEIRA	40	MAT./VESP.	EXCEDENTE	
	E.M. VICENTE VIEIRA	40	MAT./VESP.	EXCEDENTE	
	E.M. VICENTE VIEIRA	20	VESP.	EXCEDENTE	

EDUCAÇÃO ESPECIAL - LIBRAS

	ESCOLA	CH	TURNO	TIPO DE VAGA	ASSINATURA
LIBRAS	E.M. VICENTE VIEIRA	20	VESPERTINO	EXCEDENTE	

Garuva, 13 de dezembro de 2014
Adriane Beatriz Moecke Galando
Presidente da Comissão

QUADRO DE VAGAS RETIFICAÇÃO 04 EDITAL 14/2014

PREFEITURA DE GARUVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
QUADRO DE VAGAS - PROFESSOR ACT/2015

Edital 014/2014
RETIFICAÇÃO 04

Teste Seletivo Simplificado

A Comissão Organizadora designada pela Portaria nº 437/2014 de 13/10/2014, no uso de suas atribuições torna público e estabelece a retificação do Edital 014/2014 que trata "TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO", passa a vigorar com a seguinte alteração:

EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHE E PRÉ ESCOLAR)

NOME DA ESCOLA	CH	TURNO	TURMA	TIPO DE VAGA	ASSINATURA
PRÉ- ESCOLAR DENTE DE LEITE	20	MAT.	MAT.III	EXCEDENTE(ATÉ 30/04)	
CRECHE MUNICIPAL MARIA CORREA SAAD	40	INT.	MAT.I	EXCEDENTE(ATÉ 30/04)	
CRECHE MUNICIPAL MARIA CORREA SAAD	40	INT.	MAT.I	EXCEDENTE(ATÉ 30/04)	
CRECHE MUNICIPAL MARIA CORREA SAAD	40	INT.	MAT.II	EXCEDENTE(ATÉ 30/04)	
CRECHE MUNICIPAL FREI JOSÉ BERTOLDI	40	INT.	MAT.II	EXCEDENTE(ATÉ 30/04)	
CRECHE MUNICIPAL JOÃO DE DEUS	40	INT.	MAT.I	EXCEDENTE(ATÉ 30/04)	
CRECHE MUNICIPAL JOÃO DE DEUS	40	INT.	MAT.II	EXCEDENTE(ATÉ 30/04)	

PREFEITURA DE GARUVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
QUADRO DE VAGAS - PROFESSOR ACT/2015

ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS E NIVELAMENTO (EMEJA)

NOME DA ESCOLA	CH	TURNO	TURMA	TIPO DE VAGA	ASSINATURA
E.M.TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	20	VESP.	2º ANO	EXCEDENTE (30/04)	
E.M. TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	40	MAT. VESP.	3º ANO 3º ANO	EXCEDENTE (30/04)	
E.M. TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	40	MAT. VESP.	4º ANO 5º ANO	EXCEDENTE (30/04)	
E.M. GUILHERME R.E.P. BENKENDORF	40	MAT. VESP.	2º ANO 3º ANO	EXCEDENTE (30/04)	
E.M. VICENTE VIEIRA	40	MAT. VESP.	1º ANO 1º ANO	EXCEDENTE (30/04)	
E.M.VICENTE VIEIRA	20	VESP.	4º ANO	EXCEDENTE (30/04)	
E.M.VICENTE VIEIRA	20	VESP.	5º ANO	EXCEDENTE (30/04)	

E.M.VICENTE VIEIRA	40	MAT. VESP.	2º ANO 3º ANO	VINCULA- DA MIRZA (AEE/ LIBRAS – GUILHER- ME)	
E.M.MARIA MARTINS BUDAL	20	VESP.	1º ANO	EXCE- DENTE (30/04)
E.M. MARIA MARTINS BUDAL	20	VESP.	5º ANO	EXCEDEN- TE (30/04)	
E.M. ERNESTO A. HAT- TENHAUER	20	VESP.	4º ANO	EXCEDEN- TE (30/04)	
E.M.IÇA MIRIM	40	INTE- GRAL	1º e 2º ANO	EXCEDEN- TE (30/04)	
E.M. IÇA MIRIM	40	INTE- GRAL	4º ANO	EXCEDEN- TE (30/04)	
E.M.DUQUE DE CAXIAS	40	INTE- GRAL	1º ,2º e 3º ANO	EXCEDEN- TE(30/04)	
E.M. DUQUE DE CAXIAS	40	INTE- GRAL	4º e 5º ANO	EXCE- DENTE (30/04)
EMEJA	20	NOTUR- NO	NIVE- LAMEN- TO I	EXCE- DENTE (30/04)
EMEJA	20	NOTUR- NO	NIVELA- MENTO II	EXCE- DENTE (30/04)

PREFEITURA DE GARUVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
QUADRO DE VAGAS - PROFESSOR ACT/2015

ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS E EMEJA (DISCIPLINAS)

DISCIPLI- NA	ESCOLA	CH	TURNO	TIPO DE VAGA	ASSINATU- RA
HISTÓRIA	E.M. VICENTE VIEIRA (30 aulas) EMEJA (08 aula	40	MAT./ VESP./ NOT.	EXCEDEN- TE (30/04)	

LÍNGUA PORTU- GUESA	ESCOLA	CH	TURNO	TIPO DE VAGA	ASSINATU- RA
	E.M. VICENTE VIEIRA (12 aulas) EMEJA (16 aulas)	30	MAT./ VESP./ NOT.	EXCEDEN- TE (30/04)	

CIÊNCIAS	ESCOLA	CH	TURNO	TIPO DE VAGA	ASSINATU- RA
	EMEJA (8 aulas)	10	NOT.	EXCEDEN- TE (30/04)	

INGLÊS	ESCOLA	CH	TURNO	TIPO DE VAGA	ASSINATU- RA
	EMEJA (8 aulas)	10	NOT.	EXCEDEN- TE (30/04)	

	ESCOLA	CH	TURNO	TIPO DE VAGA	ASSI- NATU- RA
ARTES	E.M.VICENTE VIEIRA (16 aulas MAT + 18 aulas VESP) = 34 aulas	40	MAT.VESP.	EXCEDENTE (30/04)	
	E.M.VICENTE VIEIRA (8 aulas MAT + 6 au- las VESP) = 14 aulas E.M. DUQUE DE CAXIAS (4 aulas MAT) = 4 aulas	20	MAT.VESP. MAT.	EXCEDENTE (30/04)	
	E.M.TANCREDO DE A. NEVES (16 aulas MAT + 18 aulas VESP) = 34 aulas	40	MAT./ VESP.	EXCEDENTE (30/04)	
	E.M.TANCREDO DE A. NEVES (10 aulas MAT + 8 au- las VESP) = 18 aulas E.M.IÇA MIRIM (8 aulas MAT) = 8 aulas EMEJA (8 aulas NOT) = 8 aulas	40	MAT./ VESP./ NOT.	EXCEDENTE (30/04)	
	E.M. ERNESTO A. HATTENHAUER (6 aulas MAT + 4 au- las VESP) = 10 aulas E.M. MARIA MARTINS BUDAL (4 aulas MAT + 6 au- las VESP) = 10 aulas E.M. GUILHERME R.E.P. BENKENDORF (8 aulas MAT + 6 au- las VESP) = 14 aulas	40	MAT./ VESP.	EXCEDENTE (30/04)	

PREFEITURA DE GARUVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
QUADRO DE VAGAS - PROFESSOR ACT/2015

EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL: ANOS INICIAIS,
ANOS FINAIS E EMEJA (DISCIPLINAS)

	ESCOLA	CH	TURNO	TIPO DE VAGA	ASSINATURA
EDUCAÇÃO FÍSICA	E.M. VICENTE VIEIRA (14 aulas MAT PRÉ) = 14 aulas (14 aulas VESP PRÉ + 6 aulas VESP AI) = 20 aulas	40	MAT./VESP.	EXCEDENTE (30/04)	
	E.M. VICENTE VIEIRA (6 aulas MAT AI + 6 aulas MAT AF) = 12 aulas (14 aulas VESP PRÉ) = 14 aulas E.M. GUILHERME R.E.P. BENKENDORF (7 aulas MAT PRÉ) = 7 aulas	40	MAT./VESP.	EXCEDENTE (30/04)	
	E.M. MARIA MARTINS BUDAL (7 aulas MAT PRÉ) = 7 aulas E.M. ERNESTO A. HATTENHAUER (5 aulas VESP PRÉ) = 5 aulas EMEJA (8 aulas NOT) = 8 aulas	20	MAT./VESP.	EXCEDENTE (30/04)	

PREFEITURA DE GARUVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
QUADRO DE VAGAS - PROFESSOR ACT/2015
EDUCAÇÃO ESPECIAL - 2º PROFESSOR

	ESCOLA	CH	TURNO	TIPO DE VAGA	ASSINATURA
EDUCAÇÃO ESPECIAL 2º PROFESSOR	E.M. TANCREDO DE A. NEVES E.M. ERNESTO A. HATTENHAUER	40	MAT. VESP.	EXCEDENTE	
	E.M. VICENTE VIEIRA	40	MAT./VESP.	EXCEDENTE	
	E.M. VICENTE VIEIRA	40	MAT./VESP.	EXCEDENTE	
	E.M. VICENTE VIEIRA	40	MAT./VESP.	EXCEDENTE	
	E.M. VICENTE VIEIRA	40	MAT./VESP.	EXCEDENTE	
	E.M. VICENTE VIEIRA	40	MAT./VESP.	EXCEDENTE	
	E.M. VICENTE VIEIRA	20	VESP.	EXCEDENTE	

EDUCAÇÃO ESPECIAL - LIBRAS

	ESCOLA	CH	TURNO	TIPO DE VAGA	ASSINATURA
LIBRAS	E.M. VICENTE VIEIRA	20	VESPERTINO	EXCEDENTE	

Garuva, 15 de dezembro de 2014
Adriane Beatriz Moecke Galando
Presidente da Comissão

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.152, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 6.152, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

CONCEDE GRATUITAMENTE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA EM FAVOR DA EMPRESA Max Química Tintas e solventes LTDA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, considerando ainda o disposto na Lei nº 2.944, de 03 de dezembro de 2007 e de conformidade com a Deliberação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido à empresa Max Química Tintas e Solventes LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ nº 11.182.555/0001-18, o incentivo previsto no inciso III, do artigo 2º da Lei nº 2.944, de 03 de dezembro de 2007, caracterizado pela concessão de direito real de uso de uma área pública com 6.975,66 m² (seis mil novecentos e setenta e cinco metros e sessenta e seis centímetros quadrados), localizado no distrito industrial, Av. Santa Terezinha, no Município de Gaspar, matriculado no Registro de Imóveis de Gaspar sob nº 8.285.

Art. 2º A empresa beneficiada com a concessão prevista no artigo anterior deverá utilizar o imóvel segundo a finalidade prevista no respectivo projeto aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE.

Art. 3º O prazo de concessão será de até 10 (dez) anos, com possibilidade de prorrogação, mediante decreto específico.

Art. 4º São obrigações da concessionária, além daquelas previstas na Lei nº 2.944/2007, e das que vierem a ser estabelecidas pelo Município, por ocasião da lavratura do instrumento de concessão:

I - zelar pela manutenção, higiene, segurança e conservação das áreas;

II - realizar as benfeitorias necessárias;

III - pagar as taxas, tarifas e preços públicos;

IV - pagar os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da utilização do objeto da presente concessão;

V - cumprir as cláusulas contratuais;

VI - comunicar ao Poder Público Municipal quaisquer ocorrências relacionadas às áreas cedidas;

VII - responsabilizar-se pelos danos causados a terceiros;

VIII - responsabilizar-se pela guarda das áreas;

IX - apresentar o projeto da edificação e a efetiva construção das novas instalações no prazo de 6 (seis) meses;

X - dar início às atividades empresariais no imóvel concedido, no prazo de 1 (um) ano da respectiva outorga.

Parágrafo único. É vedada a realização de qualquer obra ou serviço que altere a qualidade do objeto da concessão, sem o prévio consentimento da Administração Pública.

Art. 5º A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral da Administração Pública, pelo decurso de seu prazo ou por acordo entre as partes, além das demais hipóteses previstas na Lei nº. 2.944/2007.

§ 1º Constituem motivos de rescisão unilateral do Termo de Concessão:

I - o descumprimento das condições estatuídas neste Decreto ou nas cláusulas que constarem do instrumento de concessão;

II - a transferência ou cessão, total ou parcial, do contrato a terceiros;

III - o desatendimento das determinações legais;

IV - a dissolução da sociedade;

V - razões de interesse público devidamente justificado, mediante processo administrativo;

VI - a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada;

VII - o desvio da finalidade.

§ 2º A rescisão unilateral da concessão implica na retomada imediata das áreas, sem direito à indenização ou retenção.

Art. 6º As benfeitorias realizadas nas áreas incorporar-se-ão ao patrimônio público municipal, sem direito à indenização.

Art. 7º A conservação, zelo e segurança da área constitui obrigação indeclinável e permanente da concessionária, respondendo civil e penalmente pelas perdas e danos que causar em decorrência da concessão, sendo os dirigentes solidariamente responsáveis.

Art. 8º Será firmado Termo de Concessão de Direito Real de Uso subsidiário a este Decreto, disciplinando e detalhando os direitos e obrigações dos signatários.

Art. 9º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento do Município de Gaspar.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de dezembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

EXTRATO DO ADITIVO 1 DO CONTRATO Nº SAF-142/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO ADITIVO 1 DO CONTRATO Nº SAF-142/2013
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENCTO.: 31/12/2015. Credenciamento nº.: 3/2013. OBJETO: prorrogação do prazo de prestação de serviços de arrecadação de tributos municipais. CONTRATA: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (00.360.305/1073-32).

Gaspar/SC, 10 de dezembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

EXTRATO DO ADITIVO 1 DO CONTRATO Nº SAF-143/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO ADITIVO 1 DO CONTRATO Nº SAF-143/2013
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENCTO.: 31/12/2015. Credenciamento nº.: 3/2013. OBJETO: prorrogação do prazo de prestação de serviços de arrecadação de tributos municipais. CONTRATO: BANCO BRADESCO S/A (60.746.948/0349-55).

Gaspar/SC, 10 de dezembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

EXTRATO DO ADITIVO 1 DO CONTRATO Nº SAF-2/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO ADITIVO 1 DO CONTRATO Nº SAF-2/2014
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENCTO.: 31/12/2015. Credenciamento nº.: 3/2013. OBJETO: prorrogação do prazo de prestação de serviços de arrecadação de tributos municipais. CONTRATA: COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO - CECRED (05.463.212/0001-29).

Gaspar/SC, 10 de dezembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

EXTRATO DO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO Nº SAF-11/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO Nº SAF-11/2014
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENCTO.: 31/12/2015. Credenciamento nº.: 3/2013. OBJETO: prorrogação do prazo de prestação de serviços de arrecadação de tributos municipais. CONTRATO: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A (92.702.067/0566-555).

Gaspar/SC, 12 de dezembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

EXTRATO DO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO Nº SAF-15/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO Nº SAF-15/2014
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENCTO.: 31/12/2015. Credenciamento nº.: 3/2013. OBJETO: prorrogação do prazo de prestação de serviços de arrecadação de tributos municipais. CONTRATO: ITAÚ UNIBANCO S/A (60.701.190/0001-04).

Gaspar/SC, 10 de dezembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

EXTRATO DO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO Nº SAF-3/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO Nº SAF-3/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENCTO.: 31/12/2015. Credenciamento nº.: 3/2013. OBJETO: prorrogação do prazo de prestação de serviços de arrecadação de tributos municipais. CONTRATADA: COOPERATIVA CRÉDITO LIVRE ADMISSÃO ASSOC VALES ITAJAÍ E ITAPOCÚ LITORAL NORTE SC (03.960.819/0001-99).

Gaspar/SC, 10 de dezembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

EXTRATO DO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO Nº SAF-6/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO Nº SAF-6/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENCTO.: 31/12/2015. Credenciamento nº.: 3/2013. OBJETO: prorrogação do prazo de prestação de serviços de arrecadação de tributos municipais. CONTRATADO: BANCO DO BRASIL S/A (00.000.000/0996-27).

Gaspar/SC, 10 de dezembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMAS 3003/2013

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMAS 3003/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENCTO.: 31/12/2015. Inexigibilidade nº.: 18/2013. OBJETO: Manutenção e Atualização do Programa de Registro dos Atendimentos dos Serviços Socioassistenciais da Secretaria de Desenvolvimento Social. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: HGL TECNOLOGIA LTDA - ME (10.471.338/0001-85). VALOR TOTAL: R\$ 3.452,28 (três mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e vinte e oito centavos).

Gaspar/SC, 9 de dezembro de 2014.

MARISTELA CIZESKI

Secretária Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMAS 3039/2014

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMAS 3039/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENCTO.: 31/12/2015. Inexigibilidade nº.: 99/2014. OBJETO: Credenciamento de estabelecimentos comerciais de Gêneros Alimentícios em geral, em vista a manutenção dos programas sócioassistenciais da Secretaria de Desenvolvimento Social no ano de 2015, para serem distribuídos às pessoas em situação de "vulnerabilidade" Risco Social. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: AZU COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS. (00.374.407/0001-89). VALOR TOTAL: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Gaspar/SC, 9 de dezembro de 2014.

MARISTELA CIZESKI

Secretária Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMAS-3044/2014

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMAS-3044/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENCTO.: 30/04/2015. Dispensa: 108/2014. OBJETO: Locação de Imóvel para Instalação do CRAS - Centro de Referência em Assistência Social, Sítio na Rua Anfilóquio Nunes Pires, Nº 3626 - Bela Vista, Gaspar/SC. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: JAMIL JOSÉ CUNHA (309.360.639-04). VALOR TOTAL: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Gaspar/SC, 5 de dezembro de 2014.

MARISTELA CIZESKI

Secretária Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMAS-3083/2014

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMAS-3083/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENCTO.: 31/12/2015. Inexigibilidade: 146/2014. OBJETO: Credenciamento de Estabelecimentos Comerciais para Fornecimento de Gêneros Alimentícios em Atendimento ao Serviço de Atenção à Família em Situação de Risco Social Através do "Auxílio Cidadão". CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GASPAR (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: SUPERMERCADO STANKE LTDA - EPP. (00.186.057/0001-27) VALOR TOTAL: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Gaspar/SC, 8 de dezembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMAS-3084/2014

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMAS-3084/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENCTO.: 31/12/2015. Inexigibilidade: 146/2014. OBJETO: Credenciamento de Estabelecimentos Comerciais para Fornecimento de Gêneros Alimentícios em Atendimento ao Serviço de Atenção à Família em Situação de Risco Social Através do "Auxílio Cidadão". CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GASPAR (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: MERCADO E AÇOUGUE TUDO DE BOM LTDA - EPP (06.220.464/0001-90). VALOR TOTAL: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Gaspar/SC, 5 de dezembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF--134/2013

MUNICÍPIO DE GASPAR

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF--134/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENCTO.: 01/01/2016. Dispensa nº 261/2013. OBJETO: Locação de bem imóvel destinado às instalações da CDI Natália Andrade Dos Santos. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GASPAR (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: JUVÊNCIO RAISER (181.612.609-82). VALOR TOTAL: R\$ 18.224,28 (Dezoito mil, duzentos e vinte e quatro reais e vinte e oito centavos).

Gaspar/SC, 4 de dezembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF--138/2013

MUNICÍPIO DE GASPAR

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF--138/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENCTO.: 01/01/2016. Dispensa nº 260/2013. OBJETO: Locação de bem imóvel destinado às instalações do SEFOPPE. CONTRATANTE: Município de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: JOSÉ BERNARDO WIESER (008.278.869-34) VALOR TOTAL: R\$ 20.525,76 (vinte mil, quinhentos e vinte e cinco reais e setenta e seis centavos).

Gaspar/SC, 4 de dezembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-128/2013

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-128/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENCTO.: 01/01/2016. Dispensa: 251/2013. OBJETO: Locação de bem imóvel, situado na Rua Coronel Aristiliano Ramos, 579, Bairro Centro, Gaspar/SC, objetivando a disponibilização de três vagas de estacionamento para ônibus escolares do Município de Gaspar. CONTRATANTE: Município de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: ROSE MARY DA SILVEIRA - ME (10.643.748/0001-66). VALOR TOTAL: R\$10. 807,56 (Dez mil, oitocentos e sete reais e cinquenta e seis centavos).

Gaspar/SC, 8 de dezembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-91/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-91/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 07/12/2014. VENCTO.: 31/03/2015. Dispensa nº 183/2014. OBJETO: Renovação da contratação de prestação de serviços de consultoria técnica, com o objetivo de promover a organização administrativa da área de gestão de pessoas, proporcionando o desenvolvimento de seus recursos humanos. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO

MUNICIPAL- IBAM (33.645.482/0001-96).

Gaspar/SC, 1 de dezembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-48/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-48/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENCTO.: 01/01/2016. Dispensa nº.: 87/2011. OBJETO: prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA (83.052.191/0038-54). VALOR TOTAL: R\$ 31.410,84 (trinta e um mil, quatrocentos e dez reais e oitenta e quatro centavos).

Gaspar/SC, 3 de Dezembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeitura Municipal de Gaspar

EXTRATO DO QUINTO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF- 10/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO QUINTO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF- 10/2010

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENCTO.: 01/01/2016. Licitação nº.: 20/2010. OBJETO: serviços técnicos especializados e suporte em hardware e software para solução de telefonia do Paço Municipal. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: DIGITRO TECNOLOGIA LTDA (83.472.803/0001-76). VALOR TOTAL: R\$ 10.889,76 (dez mil, oitocentos e oitenta e nove reais e setenta e seis centavos).

Gaspar/SC, 28 de Novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

EXTRATO DO QUINTO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-9/2012

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO QUINTO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-9/2012

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENCTO.: 31/12/2015. Concorrência nº.: 58/2011. OBJETO: contratação de serviços de Agência Publicitária, compreendendo o planejamento, a criação, a distribuição, a veiculação e o controle de campanhas publicitárias e demais serviços descritos no § 1º do art. 2º. da Lei 12.232/10, objetivando promover a divulgação da Prefeitura Municipal de Gaspar na atividade Institucional . CONTRATANTE: Município de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: SINGULAR COMUNICAÇÃO LTDA (06.977.356/0001-66). VALOR TOTAL: R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais).

Gaspar/SC, 3 de dezembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMAS-3012/2012

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMAS-3012/2012

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENCTO.: 31/12/2015. Dispensa nº.: 13/2012. OBJETO: Locação de bem imóvel tipo sala comercial com 279,79m² de área e 1 (uma) vaga de garagem localizado na Avenida das Comunidades, nº 133, Centro, Gaspar/SC destinado às instalações da Secretaria Municipal de Assistência Social. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: GASPAR ADMINISTRADORA DE BENS LTDA (06.024.900/0001-55). VALOR TOTAL: R\$ 39.201,12 (trinta e nove mil duzentos e um reais e doze centavos).

Gaspar/SC, 5 de dezembro de 2014.

MARISTELA CIZESKI
Secretária Municipal**EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMAS-3038/2014**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMAS-3038/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENCTO.: 31/12/2015. Inexigibilidade: 98/2014. OBJETO: Credenciamento de Estabelecimentos Comerciais para Fornecimento de Gêneros Alimentícios em Atendimento ao Serviço de Atenção à Família em Situação de Risco Social Através do "Auxílio Cidadão". CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: MERCADO CORRADI LTDA (02.166.182/0001-09). VALOR TOTAL: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Gaspar/SC, 5 de dezembro de 2014.

MARISTELA CIZESKI
Secretária Municipal**EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMAS-3010/2012**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMAS-3010/2012

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENCTO.: 30/04/2015. Dispensa nº.: 9/2012. OBJETO: Locação de bem imóvel com 150 m² de área privativa e comum, localizado na Rua Rodolfo Vieira Pamplona, esquina com Alessandro Amorim da Silva, nº566, no Bairro Santa Terezinha, Gaspar/SC, destinado às instalações do CRAS-Centro de Referência em Assistência Social. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: LAUDELINO PEREIRA DOS SANTOS (098.782.469-49). VALOR TOTAL: R\$ 6.941,76 (seis mil novecentos e quarenta e um reais e setenta e seis centavos).

Gaspar/SC, 5 de dezembro de 2014.

MARISTELA CIZESKI
Secretária Municipal**EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMAS 3001/2013**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMAS 3001/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENCTO.: 31/12/2015. Dispensa nº.: 1/2013. OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de administração de estágio para estudantes de nível médio e nível superior, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA-CIEE (04.310.564/0001-81). VALOR TOTAL: R\$ 1.684,20 (mil e seiscentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos).

Gaspar/SC, 9 de dezembro de 2014.

MARISTELA CIZESKI
Secretária Municipal**EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-4/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-4/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENCTO.: 01/01/2016. Dispensa nº 3/2013. OBJETO: Serviços de acompanhamento, busca, leitura e divulgação de notas de expediente publicadas nos diários eletrônicos disponíveis da Justiça do Trabalho (TRT12), Justiça Estadual, Justiça Federal e Tribunais Superiores (TRF, STJ, TST, STF), onde o Município de Gaspar, Prefeitura Municipal de Gaspar, Prefeito de Gaspar, Ato do Prefeito Municipal de Gaspar, Vice Prefeito de Gaspar e SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar estejam citados. CONTRATANTE: Município de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: SIJ SERVIÇO DE INFORMAÇÕES JUDICIÁRIAS LTDA (87.956.561/0001-47). VALOR TOTAL: R\$ 1.176,00 (um mil, cento e setenta e seis reais).

Gaspar/SC, 1 de Dezembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito**EXTRATO DO SEXTO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-16/2011**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO SEXTO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-16/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENCTO.: 01/01/2016. Licitação nº.: 3/2011. OBJETO: prestação de serviços de limpeza, manutenção e conservação de vias, praças e jardins públicos; conforme ATA de Registro de Preços nº 8/2011. CONTRATANTE: Município de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: ECOSYSTEM SERVIÇOS URBANOS LTDA (03.682.232/0001-65). VALOR TOTAL: R\$ 1.095.240,00 (um milhão, noventa e cinco mil e duzentos e quarenta reais).

Gaspar/SC, 3 de dezembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

EXTRATO DO SEXTO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-28/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO SEXTO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-28/2011
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENCTO.: 01/01/2016. Pregão nº.: 30/2011. OBJETO: serviços de vigilância patrimonial com monitoramento eletrônico de imagens para segurança predial. CONTRATANTE: Município de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA (83.719.963/0001-77). VALOR TOTAL: R\$ 444.234,24 (quatrocentos e quarenta e quatro mil, duzentos e trinta e quatro reais e vinte e e quatro centavos).

Gaspar/SC, 28 de Novembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

EXTRATO DO SÉTIMO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-47/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO SÉTIMO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-47/2012
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENCTO.: 01/01/2016. Inexigibilidade nº 102/2012. OBJETO: Renovação da contratação de prestação de serviços para atualização de Software de Administração de Pessoal e implantação do módulo de Controle de Ponto utilizados no Departamento de Pessoal. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: SENIOR SISTEMAS LTDA (80.680.093/0001-81). VALOR TOTAL: R\$ 23.997,84 (vinte e três mil, novecentos e noventa e sete reais e oitenta e quatro centavos).

Gaspar/SC, 1 de dezembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMAS-3002/2012

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DO CONTRATO
Nº FMAS-3002/2012

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENCTO.: 01/01/2016. Dispensa nº.: 2/2012. OBJETO: Locação de bem imóvel tipo sala comercial com 248,52m² e 2 vagas de garagem coberta, situado no Edifício Alfredo Crescêncio Schneider, 1º andar, para instalação do Conselho Tutelar e do SINE. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: GASPAR ADMINISTRADORA DE BENS LTDA. (06.024.900/0001-55). VALOR TOTAL: R\$ 25.228,20 (vinte e cinco mil, duzentos e vinte e oito reais e vinte centavos).

Gaspar/SC, 5 de dezembro de 2014.
MARISTELA CIZESKI
Secretária Municipal

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMAS-3202/2012

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DO CONTRATO
Nº FMAS-3202/2012

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENCTO.: 31/12/2015. Concorrência nº.: 58/2011. OBJETO: Contratação de serviços de Agência Publicitária, compreendendo o planejamento, a criação, a distribuição, a veiculação e o controle de campanhas publicitárias e demais serviços descritos no § 1º do art. 2º. da Lei 12.232/10, objetivando promover a divulgação da Prefeitura Municipal de Gaspar na atividade Institucional. CONTRATANTE: Município de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: SINGULAR COMUNICAÇÃO LTDA (06.977.356/0001-66). VALOR TOTAL: 10.000,00 (dez mil reais).

Gaspar/SC, 9 de dezembro de 2014.
MARISTELA CIZESKI
Secretária Municipal

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-11/2012

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-11/2012
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENCTO.: 01/01/2016. Pregão nº.: 6/2012. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de telefonia móvel. CONTRATANTE: Município de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: TELEFÔNICA BRASIL S.A. (02.558.157/0001-62). VALOR TOTAL: R\$ 262.087,68 (duzentos e sessenta e dois mil, oitenta e sete reais e sessenta e oito centavos).

Gaspar/SC, 2 de dezembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

PORTARIA RH 90/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 90/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) JUCELI MARGARETE ADAMI, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 19/02/2009 a 16/04/2014, devendo folgar a partir de 22/12/2014 a 21/03/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de dezembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 91/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 91/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) MILENE CRISTINE FIGUEIREDO, ocupante do cargo efetivo de Educador Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo de 11/02/2009 a 29/02/2014, devendo folgar a partir de 22/12/2014 a 21/03/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de dezembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 92/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 92/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio com 1/3 em pecúnia, a(o) servidor(a) MARISTER DA CUNHA, ocupante do cargo efetivo de Merendeira/Servente, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo de 10/07/2008 a 31/05/2014, devendo folgar 02 meses a partir de 02/01/2015 a 02/03/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de dezembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 93/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 93/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) DANIELLI RUBIA PROVEZI DEMETRI, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal

de Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo de 04/08/2008 a 12/10/2013, devendo folgar a partir de 13/01/2015 a 12/04/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de dezembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 94/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 94/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) MARCOS JOSE SCHMITZ, ocupante do cargo efetivo de Motorista Automóvel, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 04/05/2002 a 03/05/2007, devendo folgar a partir de 23/01/2015 a 22/04/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de dezembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 95/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 95/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) NICOLE DIAS, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo de 20/07/2009 a 10/08/2014, devendo folgar a partir de 02/02/2015 a 02/05/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de dezembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 96/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA RH 96/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) JOICEMARA MULLER PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de Educador Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo de 01/07/2008 a 12/08/2013, devendo folgar a partir de 02/02/2015 a 02/05/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de dezembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO = Nº CM-010/2014.

CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CM-010/2014.

Objeto: fornecimento de veículo automóvel novo, Zero Km (quilômetro), para a Câmara de Vereadores de Gaspar, observados os termos do Anexo I - Termo de Referência do Edital de Licitação nº 003/2014, Pregão Presencial nº 003/2014.

Origem: Presidência da Câmara de Vereadores de Gaspar.

Procedimento: Processo de Licitação nº 003/2014, Pregão 003/2014.

Fundamentação: O objeto a ser contratado será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, conforme prevê o disposto no art. 10, inciso II, alínea "a" da Lei Federal nº 8.666/1993.

Contratante: Câmara de Vereadores de Gaspar, CNPJ nº 83.543.546/0001-16.

Contratada: SANTA CLARA COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.029.587/0001-99.

Valor Total do Contrato: R\$ 65.500,00 (sessenta e cinco mil e quinhentos reais).

Dotação: Órgão: 01 - Câmara Municipal de Gaspar; Unidade: 01 - Câmara Municipal de Gaspar; Programa: 001 - Manutenção do Legislativo, Ação: 1.10001 - Aquisição de Materiais Permanentes, Modalidade: 3.4.4.9.0.00 - Aplicações Diretas.

Gestor do Contrato: Presidente da Câmara Municipal de Gaspar.

Data de Assinatura: 15 de dezembro de 2014.

Gaspar-SC, 15 de dezembro de 2014.

Marcelo de Souza Brick

Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar

SAMAE - GASPAR

EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 3/2012 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
- CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2014

=====

Número do contrato: 3/2012 - Número do Aditivo: 3 (Aditivo de Prorrogação)

Data vigência: 01/01/2015

Data vencimento: 31/12/2015

Número da Licitação: 58/2011 - Modalidade: Concorrência

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: SINGULAR COMUNICAÇÃO LTDA. - CNPJ do contratado: 06.977.356/0001-66.

Objeto: Contratação de serviços de Agência Publicitária, compreendendo o planejamento, a criação, a distribuição, a veiculação e o controle de campanhas publicitárias e demais serviços descritos no § 1º do art. 2º. da Lei 12.232/10, objetivando promover a divulgação do SAMAE de Gaspar na atividade Institucional.

Valor acrescido: R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais).

Gaspar (SC), em 15 de dezembro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

LEI Nº 1004 DE 26 DE NOVEMBRO 2014 - ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

LEI Nº 1004 de 26 de NOVEMBRO 2014

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Governador Celso Ramos para o Exercício de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

1. DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento do Município de Governador Celso Ramos para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 61.086.000,00 (sessenta e um milhões e oitenta e seis mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 61.086.000,00 (sessenta e um milhões e oitenta e seis mil reais), sendo R\$ 51.010.000,00 do Orçamento Fiscal e R\$ 10.076.000,00 do Orçamento da Seguridade Social, conforme discriminação nos anexos e quadros exigidos no artigo 7º da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015.

§ 1º A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos a esta lei, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	45.762.000,00
1.1. Receita Tributária	13.923.000,00
1.2. Receita de Contribuições	1.040.000,00
1.3. Receita Patrimonial	757.000,00
1.4. Receita Agropecuária	1.000,00
1.5. Receita de Serviços	2.846.000,00
1.6. Transferências Correntes	25.102.000,00
1.7. Outras Receitas Correntes	2.093.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	19.176.000,00
2.1. Operações de Crédito	3.800.000,00
2.2. Transferências de Capital	15.000.000,00
3. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-3.852.000,00
TOTAL DA RECEITA EFETIVA	61.086.000,00

§ 2º A Despesa do Município será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL DA DESPESA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. CÂMARA MUNICIPAL	1.540.000,00
02. GABINETE DO PREFEITO	1.673.000,00
03. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	2.111.000,00
04. SECRETARIA DE FAZENDA	3.870.000,00
05. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE	2.308.000,00

06. SECRETARIA DE COMUNICAÇÕES	164.000,00
07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	14.015.000,00
08. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.588.000,00
09. SECRETARIA DA PESCA, MARICULTURA E AGRICULTURA	5.929.000,00
10. SECRETARIA DE DESENV. ECONÔMICO, TURISMO, CULT., ESPORTE E LAZER	1.239.000,00
11. SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	1.052.000,00
12. SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	13.143.000,00
13. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	998.000,00
14. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	8.534.000,00
15. SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	2.847.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	75.000,00
TOTAL DA DESPESA EFETIVA	61.086.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	1.540.000,00
04. ADMINISTRAÇÃO	8.504.000,00
06. SEGURANÇA PÚBLICA	1.169.000,00
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.542.000,00
10. SAÚDE	8.534.000,00
11. TRABALHO	1.510.000,00
12. EDUCAÇÃO	14.015.000,00
14. DIREITOS DA CIDADANIA	1.110.000,00
15. URBANISMO	12.028.000,00
16. HABITAÇÃO	46.000,00
17. SANEAMENTO	2.847.000,00
20. AGRICULTURA	919.000,00
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	5.933.000,00
27. DESPORTO E LAZER	316.000,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	998.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	75.000,00
TOTAL DA DESPESA EFETIVA	61.086.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	3.096.000,00
0002. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	6.150.000,00
0003. ENSINO DE QUALIDADE	14.015.000,00
0004. SAÚDE PARA TODOS	11.381.000,00
0005. DESCOBRINDO TALENTOS COM LAZER	316.000,00
0006. CUIDANDO DAS PESSOAS	1.705.000,00
0007. GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	8.362.000,00
0008. REVITALIZANDO A CIDADE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS	14.988.000,00
0000. ENCARGOS GERAIS	998.000,00
9999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	75.000,00
TOTAL DA DESPESA EFETIVA	61.086.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	36.903.000,00

3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	21.704.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	21.704.000,00
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida	101.000,00
3.2.90.00	Aplicações Diretas	101.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	15.098.000,00
3.3.20.00	Transferências da União	1.000,00
3.3.30.00	Transferência a Estados e ao Distrito Federal	1.000,00
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	233.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	14.812.000,00
3.3.93.00	Aplicações Diretas	21.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	24.108.000,00
4.4.00.00	Investimentos	23.779.000,00
4.4.30.00	Transferência a Estados e ao Distrito Federal	1.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	23.778.000,00
4.6.00.00	Amortização da Dívida	329.000,00
4.6.90.00	Aplicações Diretas	329.000,00
9.9.99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	75.000,00
	TOTAL DA DESPESA EFETIVA	61.086.000,00

2. DO ORÇAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS

2.1. DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA: CÂMARA MUNICIPAL

Art. 2º O Orçamento da Unidade Gestora Câmara Municipal de Governador Celso Ramos para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 1.540.000,00 (um milhão e quinhentos e quarenta mil reais) e fixa a Despesa no mesmo valor.

§ 1º A Receita da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos será realizada mediante o recebimento de Transferências Financeiras repassadas pelo Tesouro Municipal em cotas mensais estabelecidas na Programação Financeira e no cronograma de execução mensal de desembolso de que trata o artigo 8º da Lei complementar nº 101/2000.

§ 2º A Despesa da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional, programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL DA DESPESA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. CÂMARA MUNICIPAL	1.540.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	1.540.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	1.540.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.491.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	1.166.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	325.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	49.000,00
4.4.00.00	Investimentos	49.000,00
	SOMA (I)	1.540.000,00

2.2. DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 3º O Orçamento da Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 55.313.000,00 (cinquenta e cinco milhões, trezentos e treze mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 48.150.000,00 (quarenta oito milhões e cento e cinquenta mil reais) e em R\$ 7.163.000,00 (sete milhões, cento e sessenta e três mil reais) o valor das Transferências Financeiras a Conceder às demais Unidades Gestoras.

§ 1º A Receita da Unidade Gestora Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	40.365.000,00
1.1. Receita Tributária	13.804.000,00
1.2. Receita de Contribuições	1.040.000,00
1.3. Receita Patrimonial	696.000,00
1.4. Receita de Serviços	140.000,00
1.5. Transferências Correntes	22.774.000,00
1.6. Outras Receitas Correntes	1.910.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	18.800.000,00
2.1. Operações de Crédito	3.800.000,00
2.2. Transferências de Capital	15.000.000,00
3. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-3.852.000,00
SOMA	55.313.000,00

§ 2º A Despesa da Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional, programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
02. GABINETE DO PREFEITO	1.673.000,00
03. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	2.111.000,00
04. SECRETARIA DE FAZENDA	3.870.000,00
05. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE	2.308.000,00
06. SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO	164.000,00
07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	14.015.000,00
08. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.588.000,00
09. SECRETARIA DA PESCA, MARICULTURA E AGRICULTURA	5.929.000,00
10. SECRETARIA DE DESENV.ECONÔMICO, TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	1.239.000,00

11. SECRETARIA SEGURANÇA PÚBLICA	1.052.000,00
12. SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	13.143.000,00
13. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	998.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00
SOMA	48.150.000,00
Transferências Financeiras a Conceder ao Fundo Municipal de Saúde	5.623.000,00
Transferências Financeiras a Conceder á Câmara Municipal de Governador Celso Ramos	1.540.000,00
SOMA	7.163.000,00
TOTAL	55.313.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. ADMINISTRAÇÃO	8.504.000,00
06. SEGURANÇA PÚBLICA	1.169.000,00
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.542.000,00
11. TRABALHO	1.510.000,00
12. EDUCAÇÃO	14.015.000,00
14. DIREITOS DA CIDADANIA	1.110.000,00
15. URBANISMO	12.028.000,00
16. HABITAÇÃO	46.000,00
20. AGRICULTURA	919.000,00
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	5.933.000,00
27. DESPORTO E LAZER	316.000,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	998.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00
SOMA	48.150.000,00
Transferências Financeiras a Conceder ao Fundo Municipal de Saúde	5.623.000,00
Transferências Financeiras a Conceder á Câmara Municipal de Governador Celso Ramos	1.540.000,00
SOMA	7.163.000,00
TOTAL	55.313.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	1.556.000,00
0002. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	6.150.000,00
0003. ENSINO DE QUALIDADE	14.015.000,00
0005. DESCOBRINDO TALENTOS COM LAZER	316.000,00
0006. CUIDANDO DAS PESSOAS	1.705.000,00
0007. GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	8.362.000,00
0008. REVITALIZANDO A CIDADE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS	14.988.000,00
0000. ENCARGOS GERAIS	998.000,00
9999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00
SOMA	48.150.000,00
Transferências Financeiras a Conceder ao Fundo Municipal de Saúde	5.623.000,00
Transferências Financeiras a Conceder á Câmara Municipal de Governador Celso Ramos	1.540.000,00

SOMA	7.163.000,00
TOTAL	55.313.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	25.700.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	14.081.000,00
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida	101.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	11.518.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	22.390.000,00
4.4.00.00	Investimentos	22.061.000,00
4.6.00.00	Amortização da Dívida	329.000,00
9.9.99.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00
	SOMA	48.150.000,00
	Transferências Financeiras a Conceder ao Fundo Municipal Saúde	5.623.000,00
	Transferências Financeiras a Conceder á Câmara Munic Governador Celso Ramos	1.540.000,00
	SOMA	7.163.000,00
	TOTAL	55.313.000,00

2.3 DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 4º O Orçamento da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 8.534.000,00 (Oito milhões quinhentos e trinta e quatro mil reais) e fixa a Despesa no mesmo valor.

§ 1º A Receita da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, outras Receitas Correntes e de Capital e Transferências Financeiras da Unidade Gestora Prefeitura, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	2.535.000,00
1.1. Receita Tributária	119.000,00
1.2. Receita Patrimonial	46.000,00
1.3. Transferências Correntes	2.328.000,00
1.4. Outras Receitas Correntes	42.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	376.000,00
2.1. Transferências de Capital	376.000,00
3. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A RECEBER	5.623.000,00
SOMA	8.534.000,00

§ 2º A Despesa da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo á classificação institucional, funcional, programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
14. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	8.534.000,00
TOTAL	8.534.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10. SAÚDE	8.534.000,00
TOTAL	8.534.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0004. SAÚDE PARA TODOS	8.534.000,00
TOTAL	8.534.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	7.089.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	5.272.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	1.817.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.445.000,00
4.4.00.00	Investimentos	1.445.000,00
	TOTAL	8.534.000,00

2.4. DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA: SAMAE

Art. 5º O Orçamento da Unidade Gestora SAMAE para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 2.862.000,00 (dois milhões e oitocentos e sessenta e dois mil reais) e fixa a Despesa no mesmo valor.

§ 1º A Receita da Unidade Gestora SAMAE será realizada mediante a arrecadação de rendas e outras Receitas Correntes na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	2.862.000,00
1.1. Receita Patrimonial	15.000,00
1.2. Receita de Serviços	2.706.000,00
1.3. Outras Receitas Correntes	141.000,00
SOMA	2.862.000,00

§ 2º A Despesa da Unidade Gestora SAMAE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
15. SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS	2.862.000,00
TOTAL	2.862.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
17. SANEAMENTO	2.862.000,00
TOTAL	2.862.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0004. SAÚDE PARA TODOS	2.862.000,00
TOTAL	2.862.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.623.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	1.185.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	1.438.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	224.000,00
4.4.00.00	Investimentos	224.000,00
9.9.99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00
	TOTAL	2.862.000,00

Art. 6º A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação da despesa no respectivo elemento de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores, no momento do empenho da despesa.

Art. 7º Os recursos da Reserva de Contingência constante do Orçamento serão destinados ao atendimento de riscos fiscais, conforme Anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015, admitida a sua utilização para outra finalidade por ato do Chefe do Poder Executivo no final do respectivo exercício, justificadamente, desde que atendidos os passivos contingentes confirmados e não houver resíduos a pagar a título de riscos ou eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários reservados no anexo de riscos fiscais no evento: "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor", constitui fonte de recursos para abertura de créditos adicionais durante a execução orçamentária por ato do Chefe do Poder Executivo, em atendimento ao princípio da flexibilidade do planejamento.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a re-manear recursos orçamentários de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, assim como, incluir na ação de Governo, novo Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para atender aos objetivos e metas nela estabelecidas.

Art. 9º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 10 Os recursos oriundos de convênios e operações de crédito não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais sem comprometer o limite previsto no artigo 32, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015.

Art. 11 Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 12 A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Governador Celso Ramos, 26 de novembro de 2014.
Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

LEI Nº 983 DE 11 DE JULHO DE 2014 - AUTORIZA O MUNICÍPIO A REALIZAR DESPESAS COM AUXÍLIO MORADIA PARA PESSOA CARENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 983 DE 11 DE JULHO DE 2014

Autoriza o Município a realizar despesas com auxílio moradia para pessoa carente e dá outras providências.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas com auxílio moradia para pessoa carente no Município de Governador Celso Ramos.

Art. 2º O benefício do artigo 1º desta lei será oferecido a contribuinte MICHELE DE ALMEIDA SANTOS mediante parecer formulado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.

§1º - O benefício a que se refere esta Lei é denominado Auxílio Moradia I (aluguel social);

§2º - De acordo com o parecer formulado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, o valor máximo a ser concedido para a contribuinte é de R\$480,00 (quatrocentos e oitenta reais), por dois (02) meses.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta dos recursos alocados na Lei Orçamentária Anual de 2014 com a seguinte classificação:

0801.08.244.0006.2042 - Funcionamento e Manutenção do FMAS
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes
0.1.00.000000 - Recursos Ordinários

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos, 11 de julho de 2014.
Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

LEI Nº 984 DE 11 DE JULHO DE 2014 - AUTORIZA O MUNICÍPIO A REALIZAR DESPESAS COM AUXÍLIO MORADIA PARA PESSOA CARENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 984 DE 11 DE JULHO DE 2014

Autoriza o Município a realizar despesas com auxílio moradia para pessoa carente e dá outras providências.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas com auxílio moradia para pessoa carente no Município de Governador Celso Ramos.

Art. 2º O benefício do artigo 1º desta lei será oferecido a contribuinte TANIA NICACIA ELIAS SANTANA mediante parecer formulado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.

§1º - O benefício a que se refere esta Lei é denominado Auxílio Moradia I (aluguel social);

§2º - De acordo com o parecer formulado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, o valor máximo a ser concedido para a contribuinte é de R\$350,00 (Trezentos e cinquenta reais), por dois (02) meses; e com possibilidade de renovação para mais dois (02) meses.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta dos recursos alocados na Lei Orçamentária Anual de 2014 com a seguinte classificação:

0801.08.244.0006.2042 - Funcionamento e Manutenção do FMAS
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes
0.1.00.000000 - Recursos Ordinários

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos, 11 de julho de 2014.
Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

LEI Nº 985 DE 11 DE JULHO DE 2014 - AUTORIZA O MUNICÍPIO A REALIZAR DESPESAS COM AUXÍLIO MORADIA PARA PESSOA CARENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 985 DE 11 DE JULHO DE 2014

Autoriza o Município a realizar despesas com auxílio moradia para pessoa carente e dá outras providências.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas com auxílio moradia, e de natalidade para pessoa carente no Município de Governador Celso Ramos.

Art. 2º O benefício do artigo 1º desta lei será oferecido a contribuinte JANETE APARECIDA DE MORAES mediante parecer formulado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.

§1º - O benefício a que se refere esta Lei é denominado Auxílio Moradia I (aluguel social) e o Auxílio Natalidade;

§2º - De acordo com o parecer formulado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, o valor máximo a ser concedido para a contribuinte é de R\$450,00 (Quatrocentos e cinquenta reais), por três (03) meses; e com possibilidade de renovação para mais três (03) meses;

§3º - Do processo de concessão da ajuda financeira deverá constar requerimento do beneficiário, cópia da Ficha de Gestante, cadastro sócio econômico e parecer da Assistente Social do Município.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta dos recursos alocados na Lei Orçamentária Anual de 2014 com a seguinte classificação:

0801.08.244.0006.2042 - Funcionamento e Manutenção do FMAS
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes
0.1.00.000000 - Recursos Ordinários

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos, 11 de julho de 2014.
Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

LEI Nº 986 DE 18 DE JULHO DE 2014 - ALTERA O ART. 46, DA LEI Nº 019 DE 1983, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 986 DE 18 DE JULHO DE 2014

Altera o art. 46, da Lei nº 019 de 1983, e dá outras providências.

JULIANO DUARTE CAMPOS Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no exercício de suas atribuições legais e nos termos do que dispõe a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Art. 46 da Lei nº 019/1983, passando a adotar a seguinte redação:

Parágrafo Único. A demolição será precedida de vistoria por uma comissão composta por 1 (um) engenheiro e ou, 1 (um) arquiteto e 1 (um) fiscal de obras, designados pela Prefeitura, pertencentes ou não ao seu quadro funcional.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 18 de julho de 2014.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

LEI Nº 987 DE 18 DE JULHO DE 2014 - CONCEDE AUXÍLIO À AÇÃO SOCIAL PAROQUIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 987 DE 18 DE JULHO DE 2014

Concede auxílio à Ação Social Paroquial, e dá outras providências.

JULIANO DUARTE CAMPOS Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no exercício de suas atribuições legais e nos termos do que dispõe a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à Ação Social Paroquial de Governador Celso Ramos, inscrita sob o CNPJ 79.831.350/0001-50, Avenida Ganchos, 818, Sede Social, no Valor R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais).

Art. 2º. O repasse financeiro no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) será destinado para auxiliar o pagamento das despesas com a Festa do Divino Espírito Santo, que se realiza anualmente e faz parte do calendário de festividades tradicionais de Governador Celso Ramos.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 18 de julho de 2014.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

LEI Nº 988 DE 31 DE JULHO DE 2014 - AUTORIZA A CONCESSÃO DE AJUDA FINANCEIRA À PESSOA FÍSICA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 988 DE 31 DE JULHO DE 2014

Autoriza a concessão de ajuda financeira à pessoa física que menciona e dá outras providências.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder uma ajuda financeira de até R\$ 724,00 (Setecentos e vinte e quatro reais) a Senhora FILOMENA IZOLINA ESTANISLAU, CPF 950.643.039-04, RG 3.981.741, residente e domiciliada na Rua Rosendo Joaquim Sagás, s/n, Bairro Palmas, neste Município, para aquisição de auxílio financeiro.

Art. 2º Do processo de concessão da ajuda financeira deverá constar requerimento do beneficiário, cadastro sócio econômico e parecer da Assistente Social do Município.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de recursos alocados na Lei Orçamentária Anual de 2014 com a seguinte classificação:

0801.08.244.0006.2042 - Funcionamento e Manutenção do FMAS
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos, 31 de julho de 2014.
Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

LEI Nº 1003 DE 26 DE NOVEMBRO 2014 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014.

LEI Nº 1003 DE 26 DE NOVEMBRO 2014

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2014.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

ANULAÇÕES:		
CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0004.1006	Reforma e/ou Ampliação de UBS	90.000,00
4.4.00.00	Investimentos	90.000,00
(1)4.4.90.00	Aplicações Diretas	90.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	90.000,00
SUPLEMENTAÇÕES:		
10.301.0004.2019	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	90.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	90.000,00

(7)3.1.90.00	Aplicações Diretas	90.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	90.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, em 26 de novembro de 2014.

Juliano Duarte Campos

Prefeito Municipal

LEI Nº993 DE 23 DE SETEMBRO DE 2014 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014.

LEI Nº993 de 23 de setembro de 2014

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2014.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$ 592.691,37 (Quinhentos e noventa e dois mil seiscentos e noventa e um reais e trinta e sete centavos) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

ANULAÇÕES:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0004.1006	Reforma e/ou Ampliação de UBS	90.900,93
4.4.00.00	Investimentos	90.900,93
4.4.90.00	Aplicações Diretas	90.900,93
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	90.900,93
10.301.0004.1008	Implantação e Manutenção de Polos de Academia	10.000,00
4.4.00.00	Investimentos	10.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	10.000,00
10.301.0004.2019	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	19.514,44
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	1.000,00
3.1.71.00	Transferências a Consórcios Públicos	1.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	1.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	1.000,00
3.3.71.00	Transferências a Consórcios Públicos	1.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	1.000,00
4.4.00.00	Investimentos	1.000,00
4.4.71.00	Transferências a Consórcios Públicos	1.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	1.000,00
4.4.00.00	Investimentos	16.514,44

4.4.90.00	Aplicações Diretas	16.514,44
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	11.514,44
0.3.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	5.000,00
10.301.0004.2020	Ações de Atenção Básica - PABF	2.276,00
4.4.00.00	Investimentos	2.276,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	2.276,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	2.276,00
10.301.0004.2021	Ações de Saúde da Família – PABV/PSF	1.000,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	1.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	1.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	1.000,00
10.301.0004.2023	Ações Voltadas para a Saúde da Família/Saúde Bucal	25.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
4.4.00.00	Investimentos	5.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	5.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	25.000,00
10.301.0004.2024	Núcleos de Apoio à Saúde da Família – PABV/NASF	10.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	10.000,00
10.301.0004.2025	Ações de Atenção Básica - Pmaq	186.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	181.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	181.000,00
4.4.00.00	Investimentos	5.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	5.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	186.000,00
10.301.0004.2026	Manut.das Ações de Média e Alta Complexidade	238.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	170.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	170.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	170.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	65.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	65.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	65.000,00
4.4.00.00	Investimentos	3.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	3.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	3.000,00
10.304.0004.2029	Ações da Vigilância Sanitária	5.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	5.000,00

3.3.90.00	Aplicações Diretas	5.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	5.000,00
10.305.0004.2030	Vig. Epidem. e Ambiental de Saúde – DST/HIV/AIDS	5.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	4.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	4.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	4.000,00
4.4.00.00	Investimentos	1.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	1.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	1.000,00
	TOTAL	592.691,37
	SUPLEMENTAÇÕES:	
1401	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0004.2021	Ações de Saúde da Família – PABV/PSF	100.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	100.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	100.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	100.000,00
10.301.0004.2023	Ações Voltadas para a Saúde da Família/Saúde Bucal	25.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	25.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	25.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	25.000,00
10.305.0004.2030	Vig.Epidem. e Ambiental de Saúde – DST/HIV/AIDS	15.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	15.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	15.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	15.000,00
10.301.0004.2019	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	452.691,37
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	452.691,37
3.1.90.00	Aplicações Diretas	452.691,37
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	452.691,37
	TOTAL	592.691,37

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 23de setembro de 2014.
Augusto Aristo da Silva
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 1000 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014 - DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 1000 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para 2015 e dá outras providências.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Lei Orçamentária do Município de Governador Celso Ramos para o exercício de 2015 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as metas fiscais de receita, despesa, resultado primário e nominal e montante da dívida;
- II - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2017;
- III - a estrutura dos orçamentos das diversas unidades gestoras;
- IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V - as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI - as disposições sobre as despesas com pessoal e seus encargos;
- VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária; e
- VIII - as disposições gerais.

I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são a aquelas identificadas no ANEXO I desta lei com os seguintes anexos complementares:

I - Anexo I.1 - Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais de Receita;

II - Anexo I.2 - Demonstrativo das Prioridades e Metas Físicas para 2015 e Metas Financeiras para 2015, 2016 e 2017;

III - Anexo I.2.1 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas por Programa de Governo;

IV - Anexo I.2.2 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas por Grupo de Natureza de Despesa

V - Anexo I.2.3 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;

VI - Anexo I.2.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;

VII - Anexo I.2.5 - Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais do Montante da Dívida;

VIII - Anexo I.3 - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2013;

IX - Anexo I.4 - Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas para os três Exercícios Anteriores;

X - Anexo I.5 - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;

XI - Anexo I.6 - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

XIV - Anexo I.7 - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

XV - Anexo I.8 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

XVI - Anexo II - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

XVII - Anexo III - Demonstrativo dos Projetos previstos para Execução em 2014;

XVIII - Anexo IV - Demonstrativo das obras que passarão para 2015 em andamento e que deverão estar incluídas como prioridade nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XIX - Anexo V - Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas priorizadas nesta Lei de Diretrizes Orçamentária com aquelas estabelecidas no Plano Plurianual;

X - Anexo VI - Demonstrativo da Compatibilização entre a Origem e o Destino dos Recursos;

XI - Anexo VII - Demonstrativo da Origem e Destino dos Recursos Vinculados à Saúde; e

XII - Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destino dos Recursos Vinculados ao Ensino.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2015

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS I, I.1, I.2, I.2.1 a I.2.5 e V de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas nos Anexos I.2 e V a fim de compatibilizar a despesa à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa durante a execução orçamentária.

III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa - instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, denominado projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitado no tempo, do qual resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial - despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, da qual não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária - menor nível da classificação institucional da despesa, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional da despesa;

VII - receita ordinária - aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja, pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional ou legal;

VIII - execução física - realização da obra, fornecimento do bem ou serviço pelo contratado;

IX - execução orçamentária - arrecadação da receita, empenho e liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira - efetiva utilização dos recursos financeiros mediante pagamento das despesas, inclusive dos restos a pagar já inscrito.

XI - categoria de programação, de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal - nível de classificação da despesa por programa de governo, ou nível de classificação da despesa por projetos, atividades e operações especiais.

Parágrafo Único - Cada programa identificará as ações de governo necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Grupo de Natureza de Despesa, Diagnóstico situacional do Programa ou ação, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e Financeiras e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2012 e alterações posteriores.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias, Fundações e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração da Estrutura Organizacional vigente no Município.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras do Município: Prefeitura, Câmara, Fundo Municipal de Saúde e Serviço Municipal de Água e Esgoto e identificará os códigos das fontes e das destinações dos recursos, especificará os recursos dos Orçamentos Fiscais (OF) e da Seguridade Social (SS) e classificará as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e Portaria Conjunta nº 2/2012 (Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público) e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V - Programa de Trabalho de Governo (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções de Governo (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN

Nº 08/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD com identificação da Classificação Institucional, Funcional, Programática, Grupo de Natureza da Despesa, Modalidade de Aplicação, Diagnóstico situacional do Programa ou Ação de Governo, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fonte de Recursos, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF)

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. (Art. 5º, II da LRF)

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF)

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF)

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2014. (Art. 5º, III da LRF)

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF)

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2015. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)

XX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2015. (Art. 8º, 50, I da LRF e Portaria STN nº 245/2007)

§ 1º O Orçamento das Unidades Gestoras: Prefeitura, Câmara Municipal, Serviço de Água e Esgoto e Fundo Municipal de Saúde que acompanham o Orçamento Geral do Município evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria: Câmara Municipal, Fundo Municipal de Saúde e Serviço Municipal de Água e Esgoto.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD de que trata o item X deste artigo fixará a despesa para a respectiva ação de governo, classificada por Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores, admitido, dentro de cada ação, ou de cada programa de governo, o remanejamento de dotação de um Grupo de Natureza de Despesa para outro ou de uma ação de governo para outra quando integrante dos programas relacionados à saúde e educação, por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme previsto no artigo 167, inciso VI da Constituição Federal de 1988.

§ 4º Quando necessário, para atender aos objetivos e metas estabelecidas na ação de governo e por não caracterizar crédito adicional especial, é admitido a inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/64, conterà, no mínimo:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II - Quadro Demonstrativo dos Tributos e outros créditos lançados e não arrecadados até 2013, identificando o estoque da Dívida Ativa;

III - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa ao Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa realizada nos exercícios

de 2012 e 2013 e despesa fixada para 2014 e 2015;

IV - Quadro Demonstrativo da Despesa Fixada por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

V - Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2012 a 2015;

VI - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico;

VII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Ações e Serviços Públicos de Saúde;

VIII - Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/10/2014;

IX - Quadro Demonstrativo da evolução do Saldo da Dívida Fundada de 2011 a 31/10/2014.

Art. 9º A Reserva de Contingência para as diversas Unidades Gestoras será constituída de até 1,5% (um vírgula cinco por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para 2015.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10 A execução da Lei Orçamentária Anual de 2015 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos.

Art. 11 A Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual de 2015 poderão tratar os Fundos Municipais como Unidades Orçamentárias dos Órgãos de vinculação.

§ 1º Os Fundos Municipais tratados como Unidades Orçamentárias terão suas receitas especificadas no orçamento das Unidades Gestoras correspondentes, e estas receitas, por sua vez, deverão estar vinculadas as despesas relacionadas aos objetivos para o qual o fundo foi instituído.

§ 2º Em cada caso, o titular do Órgão em que o fundo estiver vinculado, será o gestor do fundo.

§ 3º Não se inclui na autorização constante do caput deste artigo o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 12 Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2015 deverá observar os efeitos da alteração da legislação tributária, o aparelhamento da máquina arrecadadora, os incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a evolução da receita arrecadada nos últimos três exercícios.

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 13 Se a receita estimada para 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Poder Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14 Na execução do orçamento, verificado ao final de cada bimestre que o comportamento da receita poderá comprometer o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes: Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenho e da movimentação financeira nos montantes necessários para preservar o equilíbrio de caixa em cada fonte de recursos e o cumprimento das metas de resultado primário, nominal e montante da dívida.

§1º Quando a meta de arrecadação não alcançada se referir as fontes 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários, 0.1.01.000000 - Recursos de Impostos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e 0.1.02.000000 - Recursos de Impostos para Ações e Serviços Públicos de Saúde, a limitação de empenho e movimentação financeira recairá sobre dotações financiadas por estas fontes e relacionadas a:

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidas;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotações destinadas à manutenção da frota rodoviária municipal e serviços em geral; e

IV - Dotações que não comprometam a execução de serviços considerados essenciais.

§2º A limitação de empenho e movimentação financeira será determinada por Decreto do Poder correspondente nos trinta dias subsequentes ao encerramento do bimestre por indicação do Setor de Contabilidade.

Art. 15 A geração de despesas obrigatórias de caráter continuado em 2015, demonstrada no Anexo I.8 desta lei será compensada, nos termos do artigo 17, §2º, da LC n. 101/2000, com os recursos do aumento permanente da receita também demonstrado no referido anexo.

Art. 16 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO II desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência a eles vinculados e também, se houver, com recursos do excesso de arrecadação e do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do de 2014.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal promoverá a abertura de crédito adicional extraordinário ou encaminhará Projeto de Lei a Câmara propondo abertura de créditos adicionais por conta da anulação parcial ou total de dotações alocadas para projetos, atividades ou operações especiais, desde que ainda não comprometidas.

§ 3º Não se efetivando até o dia 10/12/2015 os riscos fiscais constantes do Anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais especiais mediante autorização legislativa específica, ou ainda, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se apresentarem insuficientes, desde que atendidos os passivos contingentes confirmados e não houver resíduo a pagar a título de riscos ou eventos fiscais imprevistos e o ato não implicar em encerrar o exercício de 2015 com insuficiência de caixa.

§4º O Anexo de riscos fiscais poderá contemplar também recursos destinados exclusivamente à abertura de créditos adicionais suplementares ao longo do exercício por ato do Chefe do Poder Executivo para atender despesas orçadas a menor.

Art. 17 O orçamento para o exercício de 2015, reservará recursos de até 1,5% (um vírgula cinco por cento) da Receita Corrente Líquida para passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos de que trata o artigo 4º, § 3º e 5º, III da LC 101/2000, conforme ANEXO II desta Lei, não considerado aqui os recursos destinados a atender despesas não orçadas ou orçadas a menor

de que trata o §4º do artigo 16 desta lei.

Art. 18 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 19 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista para 2015 em metas bimestrais de arrecadação por fonte de recursos, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o equilíbrio de caixa.

Art. 20 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2015 com dotações financiadas com recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos extraordinários, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver assegurado o ingresso desses recursos no fluxo de caixa através da assinatura do respectivo convênio, contrato de repasse, carta de intenção contrato de financiamento ou qualquer outro documento de compromisso de liberação.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação e do superávit financeiro de que trata o artigo 43, da Lei 4.320/64 será realizada em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme disposto nos artigos 8º, parágrafo único e 50, inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal e orientação constante da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2012 e alterações posteriores.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual a codificação das contas de Receita e de Despesa será acrescida do código indicado na Tabela de Destinação de Recursos que acompanha o Orçamento da Receita, construída a partir das orientações constantes da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2012 e alterações posteriores, de forma que o resultado financeiro possa ser evidenciado em cada fonte de recursos.

§3º O controle da disponibilidade de caixa em cada fonte de recursos, de que trata o artigo 50, inciso I, da Lei Complementar (federal) nº 101/2000, será realizado no grupo "Execução da Administração Financeira" do novo Plano de Contas e será indicada pelo saldo da conta "Disponibilidade por Destinação de Recursos a Utilizar" mediante o registro do ingresso da receita na caixa e registro da liquidação da despesa.

Art. 21 A renúncia e os descontos de receita estimado para o exercício financeiro de 2015, constantes do ANEXO I.8, integrará também o Orçamento da Receita em contas redutoras e apresentadas no ANEXO I.1, conforme orientação da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2012 e alterações posteriores, dispensando assim a compensação exigida no artigo 14, II da LRF.

Art. 22 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas sem fins lucrativos beneficiará somente aquelas de caráter educativo, promoção da saúde, assistência social, recreativo, cultural, esportivo, desenvolvimento econômico e de co-operação técnica voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá sempre de autorização em lei específica para cada entidade.

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão requerer o benefício, acompanhado de plano de aplicação, atender as normas estabelecidas para habilitação à obtenção do recurso e prestar contas no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma

estabelecida pelas normas de controle interno.

Art. 23 O procedimento administrativo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar (federal) nº 101/2000 deverá ser anexado no processo que abriga os autos da licitação, quando for o caso, antes da publicação do edital, ou ao processo do ato que implicar na geração de despesa.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante em cada exercício financeiro, não exceda em duas vezes o valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24, da Lei 8.666/93.

Art. 24 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Parágrafo único. As obras em andamento e os gastos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - ANEXO III, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no ANEXO IV desta lei.

Art. 25 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal de Governador Celso Ramos quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e com a devida previsão de recursos na lei orçamentária.

Art. 26 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços projetados para 2015.

Art. 27 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação das despesas no mínimo por elemento de despesa que trata a Portaria STN nº 163/2001 no momento do empenho da despesa.

Art. 28 Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por lei específica, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que estes se enquadrem nas prioridades para o exercício de 2015 e constantes desta lei.

Art. 29 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos, por exemplo: dos programas, das ações de governo, do m2 da construção, do m2 da pavimentação, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo Único. Os gastos dos serviços e das obras realizadas serão apurados a partir das metas físicas e financeiras realizadas através das operações orçamentárias e relatórios de produção fornecidos pelos titulares das Secretarias, Autarquias, Fundações e Fundos.

Art. 30 As ações de governo, priorizadas por esta lei e extraídas do Plano Plurianual, conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - ANEXO IX e contempladas na Lei

Orçamentária para 2015, serão desdobrados em metas quadri-mestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 31 Na execução da Lei Orçamentária de 2015, o Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares por ato próprio, até o limite de 30% (trinta por cento) da Receita Prevista, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada fonte de recursos, observada a tendência do exercício;

II - o superávit financeiro do exercício anterior em cada fonte de recursos; e

III - o produto de operações de crédito autorizadas.

Art. 32 Na execução da Lei Orçamentária de 2015 fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares nos projetos, atividades e operações especiais integrantes do mesmo programa de governo, utilizando como fonte de recursos a anulação de até 20% de cada dotação fixada para estes mesmos projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º. Os créditos adicionais suplementares se caracterizam pela elevação da dotação fixada para o projeto, atividade ou operação especial, ainda que decorrente da inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa.

§ 2º. Eventuais alterações das fontes de financiamentos de cada projeto, atividade ou operações especiais para adequação das disponibilidades de caixa poderão ser efetuadas por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 33 Os gastos mínimos de 25% das receitas de impostos com manutenção e desenvolvimento do ensino básico, 60% dos recursos do Fundeb com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, 15% dos recursos de impostos com ações e serviços públicos de saúde e 95% dos recursos do Fundeb serão apurados ao final de cada bimestre para avaliação do seu cumprimento, na forma dos demonstrativos indicados nos incisos VI e VII, do artigo 8º desta lei.

§1º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com manutenção e desenvolvimento do ensino básico - MDEB será considerado a soma das contribuições ao FUNDEB mais a soma das despesas empenhadas na fonte de recursos 0.1.01.000000 - Recursos de Impostos para MDEB, comparadas com a soma das receitas resultantes de impostos arrecadadas até o período de referência.

§2º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício será considerada a soma das despesas empenhadas na fonte de recursos 0.1.12.000000 - Remuneração dos Profissionais do Magistério em efetivo Exercício e na fonte de recursos 0.1.81.000001 - Receita de Remuneração de Depósitos Bancários - Fundeb, comparadas com a soma das receitas arrecadadas a título de Transferências do Fundeb e seus rendimentos de aplicação até o período de referência.

§3º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com ações e serviços públicos de saúde - ASPS será considerada a soma das despesas empenhadas na fonte de recursos 0.1.02.000000 - Recursos de Impostos para ASPS, comparadas com a soma das receitas resultantes de impostos arrecadadas até o período de referência.

§4º Para efeito de apuração do gasto mínimo dos recursos do Fundeb será considerada a soma das despesas empenhadas nas fontes de recursos 0.1.12.000000 - Transferência de Recursos do Fundeb - Parte 60%; 0.1.13.000000 - Transferência de Recursos do Fundeb - Parte 40%; e 0.1.81.000001 - Receita de Remuneração de Depósitos Bancários - Fundeb, comparada com a soma das receitas arrecadadas a título de Transferências do Fundeb e seus rendimentos de aplicação até o período de referência.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 34 A Lei Orçamentária de 2015 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento de Despesas de Capital, observado os limites de endividamento fixado nas Resoluções do Senado n. 40/2001 e 43/2002.

Art. 35 Ultrapassando o limite global de endividamento definido no Artigo 34 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei.

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei ou ato próprio quando cabível, poderão em 2015, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou contratar pessoal para atender necessidade temporária de excepcional interesse público na forma da lei municipal que regula a matéria, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei orçamentária para 2015 ou em créditos adicionais.

Art. 37 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores mesmo quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 38 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

- I - eliminação de vantagens e gratificações concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras.
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39 Para efeito desta lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Governador Celso Ramos, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em elementos de despesa diverso do "34 - Outras Despesas de Pessoal

decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 41 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei específica, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 42 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária de 2015 à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2012.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o primeiro dia útil do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações fixadas para despesas operacionais e constantes da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 43 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos motivado por insuficiência momentânea de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44 Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos pelos seus saldos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45 O Executivo Municipal está autorizado em 2015 a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não e confessar e parcelar eventuais dívidas constituídas junto a Receita Federal do Brasil.

Art. 46 Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos, 05 de novembro de 2014.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 1001 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2014.

LEI Nº 1001 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária do exercício de 2014.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, abaixo especificado:

SUPLEMENTAÇÃO:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0301	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	200.000,00
04.122.002.2.005	Func. Manutenção da Secretaria de Administração	200.000,00
3.1.00.00.00	Outras despesas de Pessoal	200.000,00
(19)3.1.90.00.00	Aplicações diretas	200.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	200.000,00
0901	SECRETARIA DE PESCA, MARICULTURA E AGRICULTURA	10.000,00
20.608.0007.2.051	Func. e Manutenção da Secretaria da Pesca, Maricultura e / agricultura	10.000,00
3.1.00.00.00	Outras despesas de Pessoal	10.000,00
(143)3.1.90.00.00	Aplicações diretas	10.000,00
0.1.00.00.00	Recursos Ordinários	10.000,00
0801	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	20.000,00
08.244.0006.2.042	Func. e Manut. do FMAS	20.000,00
3.1.00.00.00	Outras despesas de Pessoal	20.000,00
(166) 3.1.90.00.00	Aplicações diretas	20.000,00
	Recursos Ordinários	20.000,00
TOTAL		230.000,00

ANULAÇÃO:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0601	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	230.000,00
12.392.0003.2.018	Manutenção do Ensino Infantil	230.000,00
3.1.00.00.00	Outras Despesas de Pessoal	230.000,00
(70)3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	230.000,00
0.1.01.0000	Recursos de Impostos para MDEB	230.000,00
TOTAL		230.000,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, em 26 de novembro de 2014.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 1002 DE 26 DE NOVEMBRO 2014 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2014.

LEI Nº 1002 DE 26 DE NOVEMBRO 2014

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária do exercício de 2014.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$63.600,00(Sessenta e três mil e seiscentos reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

SUPLEMENTAÇÃO:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1201	SECRETARIA DE INFRA- ESTRUTURA E SERV. PÚBLICO	63.600,00
14.451.0008.2.058	Manutenção da Secretaria de Infra- Estrutura e Serv. Público	63.600,00
3.3.00.00.00	Outras despesas correntes	63.600,00
(112)3.3.90.00.00	Aplicações diretas	63.600,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	63.600,00
TOTAL		63.600,00

ANULAÇÃO:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0601	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	17.000,00
12.392.0003.2.018	Manutenção da Biblioteca	17.000,00
4.4.00.00.00	Investimentos	17.000,00
(57)4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	17.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	17.000,00
0801	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	35.000,00
08.241.0006.2.035	Atendimento aos Grupos de Mães e Idosos	10.000,00
4.4.00.00.00	Investimentos	10.000,00
(150)4.4.90.00.00	Aplicações diretas	10.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	10.000,00
08.243.0006.2.036	Func. Manut. do FIA	10.000,00
3.3.00.00.00	Outras despesas correntes	10.000,00
(151)3.3.90.00.00	Aplicações diretas	10.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	10.000,00
08.243.0006.2.038	Proteção Especial de Alta Complexidade	7.000,00
3.3.00.00.00	Outras despesas correntes	7.000,00
(158)3.3.90.00.00	Aplicações diretas	7.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	7.000,00
08.243.0006.2.039	Serv. De Convivência e Fortalecimento de Vínculo	1.000,00
4.4.00.00.00	Investimentos	1.000,00
(162)4.4.90.00.00	Aplicações diretas	1.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	1.000,00
08.243.0006.2.040	Proteção Especial de Média Complexidade	7.000,00
3.3.00.00.00	Outras despesas correntes	7.000,00

(164)3.3.90.00.00	Aplicações diretas	7.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	7.000,00
11.01	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	1.600,00
06.181.0008.2.055	Func. Manut. da Secretaria de Segurança Pública	1.600,00
4.4.00.00.00	Outros Investimentos	1.600,00
(186)4.4.30.00.00	Aplicações Diretas	1.600,00
12.01	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERV. PÚBLICO	10.000,00
15.452.0008.1.027	Aquisição de Veículos e Equipamentos Rodoviários	10.000,00
4.4.00.00.00	Investimentos	10.000,00
(96)4.4.90.00.00.00	Aplicações diretas	10.000,00
TOTAL		63.600,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, em 26 de novembro de 2014.
Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 1005 DE 09 DE DEZEMBRO 2014 - ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DO SAMAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 1005 de 09 de dezembro 2014

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DO SAMAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular, no limite de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) as dotações abaixo especificadas:

15	SAMAE DE GOV CELSO RAMOS	
15.01.17	SANEAMENTO	
17.512.0004.1.010	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE AGUA	
4.4.90.00.00.00.00.0236	Aplicações Diretas	63.000,00

15	SAMAE DE GOV CELSO RAMOS	
15.01.17	SANEAMENTO	
17.512.0004.1.011	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA REDE DE ESGOTO	
4.4.90.00.00.00.00.0236	Aplicações Diretas	12.000,00

15	SAMAE DE GOV CELSO RAMOS	
15.01.17	SANEAMENTO	
17.512.0004.2.031	ADMINISTRAÇÃO SAMAE	
4.4.90.00.00.00.00.0236	Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 2º - Ficam suplementados, no valor total, por conta do Art. 1º desta Lei, as dotações abaixo especificadas:

15	SAMAE DE GOV CELSO RAMOS		
15.01.17	SANEAMENTO		
17.512.0004.2.032	CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE AGUA		
3.1.90.00.00.00.00.0236	Aplicações Diretas	15.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.0236	Aplicações Diretas	70.000,00	

Governador Celso Ramos/SC, 09 de Dezembro de 2014.
Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

LEI Nº 1006 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014 - ALTERA O VENCIMENTO DO CARGO DE MÉDICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 1006 de 09 de dezembro de 2014

ALTERA O VENCIMENTO DO CARGO DE MÉDICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sancionou a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterado o vencimento do cargo de MÉDICO:

§1º - Médico 20 horas: do valor de R\$ 3.400,00 (Três Mil e Quatrocentos Reais) para o valor de R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais), em cumprimento a Lei Municipal nº 240/89;

§2º - Médico 40 horas: do valor de R\$ 6.500,00 (Seis Mil e Quinhentos Reais) para o valor de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), em cumprimento a Lei Municipal nº 240/89;

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei ocorrerão por conta da dotação prevista no Orçamento do Município.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, 09 de dezembro de 2014.
Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

LEI Nº 1007 DE 09 DE DEZEMBRO 2014 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014.

LEI Nº 1007 de 09 de dezembro 2014

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2014.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$251.987,00 (Duzentos e cinquenta e um mil, novecentos e oitenta e sete reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

SUPLEMENTAÇÃO:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0401	SECRETARIA DA FAZENDA	51.120,00
04.123.0002.2.007	Revitalização da Máquina arrecadadora	51.120,00
4.4.00.00.00	Outros Investimentos	51.120,00
(27) 4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	51.120,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	51.120,00
1301	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	200.867,00
28.843.000.0.001	Amortização das Dívidas	177.867,00
3.2.00.00.00	Outras despesas correntes	11.500,00
(174)3.2.90.00.00	Aplicações Diretas	11.500,00
4.6.00.00.00	Outras despesas correntes	166.367,00
(175)4.6.90.00.00	Aplicações Diretas	166.367,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	177.867,00
28.845.0000.0.003	Contribuição Pasep	23.000,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	23.000,00
(179)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	23.000,00
Total		251.987,00

ANULAÇÃO:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0301	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.002.2.005	Func. Manutenção da Secretaria de Administração	205.120,00
3.1.00.00.00	Outras Despesas de Pessoal	154.000,00
(19)3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	154.000,00
3.3.00.00.00	Outras despesas correntes	51.120,00
(21)3.3.90.00.00	Aplicações diretas	51.120,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	51.120,00
1201	SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E SERV PÚBLICOS	46.867,00
14.451.0008.2.058	Manutenção da Secretaria de Infra Estrutura e Serv Públicos	46.867,00
3.3.00.00.00	Outras Receitas Correntes	46.867,00
(112)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	46.867,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	46.867,00
Total		251.987,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 09 de dezembro de 2014.
Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 1008 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014 - ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI Nº 598/2008, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 1008 de 09 de dezembro de 2014

ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI Nº 598/2008, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterada a jornada de trabalho do cargo efetivo de Contador da Câmara Municipal de Vereadores para 30 (trinta) horas semanais, habilitação de nível superior específico e com registro no CRC/SC, com vencimentos igual aquele praticado no Poder Executivo correspondente ao nível salarial ANS-3 no valor atual de R\$: 1.149,00 (Um mil cento e quarenta e nove reais).

Art. 2º - As despesas desta lei correrão por conta do orçamento vigente

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, 09 de novembro 2014.

Juliano Duarte Campos

Prefeito Municipal

LEI Nº 980 DE 02 DE JULHO DE 2014. ALTERA O ART. 1º, DA LEI 441, DE 30 DE JUNHO DE 2005, QUE ALTEROU O NOME DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 980 DE 02 DE JULHO DE 2014.

Altera o art. 1º, da Lei 441, de 30 de junho de 2005, que alterou o nome da Escola de Educação Especial de Governador Celso Ramos, e dá outras providências.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais FAZ SABER aos habitantes do Município que a Câmara Municipal APROVOU e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Fica alterada a redação do art. 1º, da Lei 441, de 30 de junho de 2005, que alterou o art. 1º da Lei 383, de 01 de junho de 2004, que denomina o nome para Escola de Educação Especial, de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. O artigo 1º, da Lei 441/2005 passa a valer com a seguinte redação:

“

Fica alterado para ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL MARIA VERÍSSIMO DA SILVA, o Centro Técnico de Atendimento ao Portador de Deficiência Maria Veríssimo da Silva, fixado pela Lei 441/2005, de 30 de junho de 2005, localizada na Rodovia Estadual Francisco Wollinger (SC-410), Km13, Calheiros, neste Município.

”.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, 02 de julho de 2014.

Juliano Duarte Campos

Prefeito Municipal

LEI Nº 981 DE 11 DE JULHO DE 2014 - FICA MODIFICADO A CARGA HORÁRIA DOS CARGOS DE EDUCADOR INFANTIL, SEGUNDO PROFESSOR, PROFESSOR DE 1ª A 4ª SÉRIE E PROFESSOR DE 5ª A 8ª SÉRIE

LEI Nº 981 DE 11 DE JULHO DE 2014

FICA MODIFICADO A CARGA HORÁRIA DOS CARGOS DE EDUCADOR INFANTIL, SEGUNDO PROFESSOR, PROFESSOR DE 1ª A 4ª SÉRIE E PROFESSOR DE 5ª A 8ª SÉRIE

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador

Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes deste município, que a câmara municipal de vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Os cargos de Educador Infantil, Segundo Professor, Professor de 1ª a 4ª série e Professor de 5ª a 8ª série poderão ser contratados com carga horária de 10(dez), 20 (vinte), 30 (trinta) e 40 (quarenta), podendo ser alterada esta carga horária de acordo com a necessidade estabelecida pela Secretaria de Educação.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 11 de julho de 2014.

Juliano Duarte Campos

Prefeito Municipal

LEI Nº 982, DE 11 DE JULHO DE 2014. INSTITUI PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – PROFIS2, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 982, DE 11 DE JULHO DE 2014.

INSTITUI PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - PROFIS2, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal APROVOU e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal - PROFIS e estabelecidas normas para cobrança extrajudicial com a finalidade de implementar a arrecadação, bem como efetivar a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos dos contribuintes (pessoas física e jurídica), relativos a tributos municipais, constituídos em dívida ativa, parcelados, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

Art. 2º O ingresso para a regularização de débitos municipais dar-se-á por opção do contribuinte, de 02/07/2014 a 01/11/2014, que fará jus a regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais referidos no artigo anterior.

Parágrafo Único O ingresso para regularização de débitos municipais implica na inclusão da totalidade dos débitos referidos no artigo 1º, referente ao cadastro requerido pelo contribuinte, inclusive os não constituídos, que serão incluídos na Fazenda Pública mediante confissão.

Art. 3º A opção para regularização de débitos municipais contidos nesta Lei poderá ser formalizada mediante solicitação junto ao Setor de Tributos da Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.

Art. 4º Os créditos tributários de que trata o artigo 1º, que fizerem a opção para regularização de débitos municipais contidos nesta Lei, devidamente confessados, poderão ser fracionados em até 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas mediante formalização perante o setor de Tributos.

§ 1º Os débitos existentes em referência ao cadastro do optante, serão consolidados tendo por base a formalização do pedido de ingresso para regularização de débitos municipais contidos nesta Lei.

§ 2º A consolidação abrangerá todos os débitos existentes em referência ao cadastro do contribuinte (pessoa física ou jurídica), inclusive os acréscimos legais, multa de mora ou de ofício, juros moratórios e atualização monetária, determinados nos termos da legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§ 3º O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 10 (dez) dias após a formalização da opção para regularização de débitos municipais, caracterizando a efetivação do ingresso nas normas contidas nesta Lei, sendo que as demais na mesma data dos meses subsequentes.

§ 4º O pedido de parcelamento implica:

I - Confissão irrevogável e irretratável dos débitos tributários; e
II - Expressa renúncia a qualquer parcelamento anterior, defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais no pedido por opção do contribuinte.

Art. 5º Será excluído da regularização de débitos municipais contidos nesta Lei:

I- O inadimplente que atrasar a parcela por 03 (três) meses consecutivos ou 04 (quatro) alternados, ficando impedida a inclusão dos referidos crédito em um novo ingresso nas normas vigentes nesta Lei;

II- O inadimplente de tributos municipais relativos a fatos geradores ocorridos após a data da formalização do acordo ou inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

III- O contribuinte em estado de falência ou extinção, pela liquidação da pessoa jurídica;

IV - O contribuinte que praticar qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a diminuir ou a subtrair receita de débitos tributários próprios ou de outro contribuinte optante;

Parágrafo Único - A exclusão do optante para regularização de débitos municipais contidos nesta Lei, implicará na exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado ainda não pago, com os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, prosseguindo-se as eventuais execuções fiscais ou imediata inscrição em dívida ativa do débito ainda não ajuizado e conseqüente cobrança judicial.

Art. 6º O contribuinte deverá optar por uma das formas abaixo, para saldar seus débitos, e conseqüentemente, gozar dos seguintes benefícios:

I - Parcela única - Redução de 75% (setenta e cinco por cento) da multa e juros.

II - Redução de 50% (cinquenta por cento) da multa e juros, para pagamento em até 03 (três) parcelas;

III - Redução de 45% (quarenta e cinco por cento) da multa e juros, para pagamentos em até 04 (quatro) parcelas;

IV - Redução de 40% (quarenta por cento) da multa e juros, para pagamentos em até 06 (seis) parcelas;

V - Redução de 35% (trinta e cinco por cento) da multa e juros, para pagamentos em até 08 (oito) parcelas;

VI - Redução de 30% (trinta por cento) da multa e juros, para pagamentos em até 10 (dez) parcelas;

VII - Redução de 25% (vinte e cinco por cento) da multa e juros, para pagamentos em até 12 (doze) parcelas;

§ 1º O não pagamento da parcela até o dia do vencimento, não impedirá o seu recebimento, respeitando o previsto no inciso I do art. 5º, e acarretará multa de:

I- 2% (dois por cento) sobre o valor do tributo, quando o pagamento for efetuado até 30 dias após o vencimento;

II- 5% (cinco por cento) sobre o valor do tributo quando o pagamento for efetuado até 60 dias após o vencimento;

III- 10% (dez por cento) sobre o valor do tributo quando o pagamento for efetuado por mais de 60 dias do vencimento;

IV- Os juros de mora à razão de 1% ao mês, devidos a partir do mês imediato ao seu vencimento, considerando-se mês, qualquer fração.

§ 2º O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de importâncias recolhidas.

Art. 7º A inclusão no programa de recuperação fiscal - PROFIS2 fica condicionada à desistência expressa e irrevogável de parcelamentos anteriores, das respectivas ações judiciais e das defesas e recursos administrativos, a ser formulada pelo contribuinte, bem como da renúncia do direito, sobre os mesmos débitos, em que se funda a ação judicial ou o pleito administrativo, mediante a utilização do termo de desistência expressa e revogável, conforme modelo a ser fornecido pelo Departamento Municipal de Fazenda.

Parágrafo único - Na desistência de ação judicial deverá o contribuinte suportar as custas judiciais.

Art. 8º O contribuinte que transferir o imóvel no curso do

parcelamento previsto nesta Lei deverá saldar integralmente o saldo devedor do imóvel.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos (SC), 11 de julho de 2014.

Juliano Duarte Campos

Prefeito Municipal

LEI Nº 989 DE 14 DE AGOSTO DE 2014 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2014.

LEI Nº 989 de 14 de agosto de 2014

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária do exercício de 2014.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

SUPLEMENTAÇÃO:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
12.01	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	234.000,00
14.451.0008.2.058	Manutenção da Secretaria de Infra- Estrutura e serv. Públicos	234.000,00
3.3.00.00.00	Outros Despesas Correntes	234.000,00
(112)3.3.90.00.00	Aplicações Direta	234.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	234.000,00
08.01	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	106.000,00
08.244.0006.2.042	Func. Manutenção do FMAS	106.000,00
3.3.00.00.00	Outros Despesas Correntes	106.000,00
(170) 3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	106.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	106.000,00
TOTAL		340.000,00

ANULAÇÃO:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
02.02	GABINETE DO PREFEITO	9.000,00
04.122.0001.2.003	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	9.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	9.000,00
(10)4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	9.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	9.000,00
05.61	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	100.000,00
11.334.0007.1.032	Inclusão Digital	100.000,00
4.4.00.00.00	Investimentos	100.000,00
(136)4.4.90.00.00	Aplicações diretas	100.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	100.000,00
06.01	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO	4.000,00
04.131.0002.2.064	Manutenção da Secretaria de Comunicação	4.000,00

4.4.00.00.00	Investimentos	4.000,00
(34)4.4.90.00.00	Aplicações diretas	4.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	4.000,00
08.01	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	106.000,00
08.241.0006.2.035	Atendimento aos Grupos de mães e Idosos	50.000,00
4.4.00.00.00	Investimentos	50.000,00
(150)4.4.90.00.00	Aplicações diretas	50.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	50.000,00
08.482.0006.2.050	Apoio e Melhoria de Casas Populares	46.000,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	46.000,00
(173)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	46.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	46.000,00
08.243.0006.2.040	Proteção Especial de Média Complexidade	10.000,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
(164)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	10.000,00
12.01	SEC. DE INFRA ESTRUTURA E SERV PÚBLICO	121.000,00
15.452.0008.1.027	Aquisição de Veículos e Equip. Rodoviários	50.000,00
4.4.00.00.00	Investimentos	50.000,00
(96)4.4.90.00.00	Aplicações diretas	50.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	50.000,00
15.452.0008.1.029	Construção e Remodelagem de Praças e Jardins	21.000,00
4.4.00.00.00	Investimentos	21.000,00
(99)4.4.90.00.00	Aplicações diretas	21.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	21.000,00
15.453.0008.1.030	Construção de Abrigos de Passageiros	50.000,00
4.4.00.00.00	Investimentos	50.000,00
(106)4.4.90.00.00	Aplicações diretas	50.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	50.000,00
TOTAL		340.000,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos, 14 de agosto de 2014.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 990/2014, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2014.

LEI Nº 990/2014, de 03 de setembro de 2014

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária do exercício de 2014.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$ 158.000,00 (Cento e cinquenta e oito mil reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

SUPLEMENTAÇÃO:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
0401.10.301.0004.2019	Manutenção do FMS	158.000,00
3.1.90.00 (7)	Pessoal e Encargos Sociais	158.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	158.000,00

ANULAÇÃO:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0601	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO	
0601.04.131.0002.2064	Manutenção da Secretaria de Comunicação Social	158.000,00
3.3.90.00 (33)	Outras Despesas Correntes	158.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	158.000,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos, 03 de setembro de 2014.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 991 DE 09 DE SETEMBRO DE 2014 - ESTABELECE OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS CONFORME ART.22 § 2º DA LEI FEDERAL Nº. 8.742 – LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – LOAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

LEI nº 991 de 09 de setembro de 2014

Estabelece os Benefícios Eventuais conforme art.22 § 2º da Lei Federal nº. 8.742 - Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS no âmbito do Município de Governador Celso Ramos/SC.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar os Benefícios Eventuais conforme a legislação pátria vigente, no âmbito do Município de Governador Celso Ramos/SC.

Art. 2º - Para efeitos desta Lei, Benefício Eventual é uma modalidade de provisão de Proteção Social de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos,

Art. 3º - O Benefício Eventual destina-se as famílias e pessoas com renda de um salário mínimo ou renda per capita até 1/2 (meio)

salário mínimo, que residam no município de Governador Celso Ramos a no mínimo (01) ano completo e com impossibilidades de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, que provoquem riscos e fragilizam a manutenção da unidade familiar, a sobrevivência de seus membros ou a manutenção da pessoa,

§ 1º - Os benefícios eventuais serão concedidos mediante a comprovação das necessidades para a concessão do benefício eventual e será assegurada por profissional técnico de Serviço Social lotado na Secretaria responsável pelo Comando Único da Política de Assistência Social do município e que integre uma das equipes de referência da Proteção Social, respeitando a dignidade do cidadão, a sua autonomia e o direito aos benefícios e serviços de qualidade, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

§ 2º - Deve ser assegurado o acompanhamento da família ou indivíduo em situação de vulnerabilidade social conforme o estabelecido no SUAS, em serviço constante da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e indicada outras provisões que auxiliem as famílias no enfrentamento das situações de vulnerabilidade.

§3º - A família ou indivíduo beneficiada deverá estar cadastrada no Programa Cadastro Único para Programas Sociais - CADÚNICO. Art.4º - Os Benefícios Eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública.

Parágrafo Único: As situações relacionadas a programas, projetos e serviços da Saúde (medicamentos, próteses, órteses, cadeira de roda, fraldas geriátricas, transporte ou outro), Educação (material escolar, transporte escolar, passe escolar ou outro), Habitação (auxílio moradia emergencial, locação social), Esporte (material esportivo, uniforme e etc.) e demais políticas setoriais, não são situações de concessão de benefícios eventuais da política de Assistência Social.

Art. 5º - Nas situações de vulnerabilidade temporária será dada prioridade a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública.

Parágrafo Único: No caso de situação de emergência ou calamidade pública decretada pelo município por intempéries ou desastre, poder-se-á atender as famílias com benefícios eventuais independente dos critérios estabelecidos nesta lei, desde que encaminhadas pela Defesa Civil do município. A calamidade pública deve ser reconhecida pelo poder público, mediante decreto, explicitando a situação anormal, identificando os danos causados às famílias e pessoas afetadas, inclusive à incolumidade e à vida de seus integrantes, com as medidas a serem adotadas, independente dos benefícios eventuais.

Art. 6º - A Secretaria de Assistência Social deve elaborar anualmente seu Plano de Concessão de Benefícios Eventuais, especificando o acompanhamento e monitoramento das famílias beneficiadas e apresentar ao Conselho Municipal de Assistência Social para aprovação,

Parágrafo Único - O Plano de Concessão de Benefícios Eventuais tem por objetivo assegurar a vinculação dos benefícios com os serviços, programas e projetos sócio assistenciais, com a rede de serviços das outras políticas públicas e com o sistema de garantia de direitos.

Art. 7º - Serão considerados Benefícios Eventuais:

a) Documentação civil, para obtenção da segunda via de documento que exigem o pagamento de taxa de emissão, depois de verificada a inexistência de gratuidade para este fim;

b) Fotografia, para emissão de documentação civil;

c) Auxílio Alimentação, para complementar a alimentação fornecida para as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade temporária, compreendendo os itens da cesta básica. O alcance do benefício a cesta básica, é destinado à família beneficiária e terá preferencialmente os seguintes critérios:

I - insegurança alimentar causada pela falta de condições

socioeconômicas para manter uma alimentação digna, saudável com qualidade e qualidade;

II - deficiência nutricional causada pela falta de uma alimentação balanceada e nutritiva;

III - necessidade de uma alimentação específica voltada a doenças crônicas;

IV - desemprego, morte/ou abandono pelo membro que sustenta o grupo familiar ;

V - nos casos de emergência e calamidade pública;

VI - grupos vulneráveis e comunidades tradicionais.

d) Auxílio Locomoção I, passagens intermunicipais e interestaduais para pessoas em situação de rua que pretendem regressar a sua cidade de origem ou cidade com familiares. Incluem-se, após justificativa técnica fundamentada, as famílias ou pessoas residentes no município que desejam retornar a sua cidade de origem ou cidade com referências familiares ou com vistas atender outras situações imprescindíveis à superação das adversidades enfrentadas;

e) Auxílio Locomoção II, passagens municipais para atender situações emergenciais e pontuais necessárias à superação da adversidade enfrentada momentaneamente;

f) Auxílio Moradia I, como ajuda de custo para pagamento de aluguel de imóvel, sendo meio facilitador dentro do Plano de Atendimento à Família ou ao indivíduo, destinado as situações de desabrigo das unidades de acolhimento institucional da Assistência Social ou para evitar o abrigamento nessas unidades.

g) Auxílio Moradia II, como ajuda de custo para pagamento de aluguel de imóvel, sendo meio facilitador dentro do Plano de Atendimento à Família ou ao indivíduo nas situações de mulheres impossibilitadas de garantir moradia a seus filhos em razão de terem sido vítimas de situações de violência física ou sexual, necessitando do afastamento temporário da moradia.

h) Auxílio Moradia III, para as famílias sem moradia em razão de situação de emergência ou calamidade pública conforme o disposto no artigo 5º.

Parágrafo Único: O valor máximo repassado para os auxílios moradias I, II e III terá o valor de no máximo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) devendo ser utilizado para pagamento de

aluguel de imóvel com apresentação de documento comprobatório desta utilização, através de recibo de pagamento.

i) Auxílio moradia IV, para as famílias e indivíduo que após laudo técnico realizado por profissional habilitado da Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SPDUMA comprovar risco eminente de desabamento, danos estruturais na residência que possam trazer prejuízos e comprometimento a integridade física.

j) Auxílio Desabrigo, enxoval incluindo itens básicos cama, banho e material de higiene destinado às situações de desabrigo dos indivíduos ou famílias que permaneceram abrigados em acolhimento institucional da Secretaria de Assistência Social, auxiliando o processo de reconstrução de suas vidas.

k) Auxílio Funeral , parcela única, não contributiva, de assistência social, sob a forma de prestação de serviços para reduzir a vulnerabilidade e risco provocados por morte de membro da família.

§ 1º o valor do benefício eventual na modalidade auxílio funeral será de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para cada morte;

§ 2º em caso ressarcimento das despesas previstas no § 1º, a família poderá requerer o benefício em até 30 (trinta) dias após o funeral.

l) Auxílio Natalidade parcela única, não contributiva, de assistência social, em pecúnia (recursos financeiros) ou bens de consumo para reduzir situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social, provocadas por nascimento de membro da família ;

§ 1º o valor do benefício eventual na modalidade auxílio natalidade será de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para cada nascimento;

§ 2º os bens de consumo consiste no enxoval do recém-nascido, incluindo itens de vestuário, utensílios para alimentação e de higiene, observada a qualidade que garanta a dignidade e o respeito

à família beneficiária;

§ 3º deve ser realizado até 30 (dias) após o nascimento, em formulário próprio, a ser solicitado junto ao departamento de Assistência Social, para avaliação social e concessão em no máximo 30 (trinta) dias após o pedido.

Art. 8º - Os Benefícios Eventuais, conforme descrito no art. 7º da presente Lei serão oferecidos em:

a) Bens de consumo: cesta básica, material de higiene, fotos, e passagens;

b) Na forma de pecúnia: auxílio moradia, funeral e natalidade mediante adoção de procedimentos comprobatórios de gastos.

§ 1º - Para acesso aos benefícios eventuais é necessária a apresentação dos seguintes documentos:

- Registro Civil - RG,

- Cadastro de Pessoa Física - CPF,

- Comprovante de residência ou declaração (talão de água, luz, telefone e/ou outros),

- Comprovação de renda familiar de todos que residam na casa (folha de pagamento, aposentadoria, auxílio doença, pensão alimentícia, seguro desemprego, outros),

- Certidão de nascimento em caso de auxílio natalidade,

- Carteira pré-natal em caso de auxílio natalidade,

- Certidão de óbito em caso de auxílio funeral;

- Nota fiscal original da funerária em caso de auxílio funeral.

§ 2º - Para os auxílios de moradia IV também deverão ser apresentados documentos de posse, escritura do imóvel e registro no imóvel no cadastro da Prefeitura (IPTU).

Art.9º - Os Benefícios Eventuais, por constituir-se em uma prestação temporária, poderão ser concedidos:

a) Uma única vez por pessoa, dentro de um período mínimo de 12 meses, para os benefícios eventuais de documentação civil, e fotografias;

d) Uma única vez, quando do desligamento de usuários dos serviços de acolhimento institucional, para o benefício eventual de auxílio desabrigo;

e) Até doze meses por família, dentro do período mínimo de 18 meses, para o benefício eventual de gênero alimentício - cesta básica;

f) Até 03 meses, prorrogada por até 04 vezes, perfazendo o total de 12 meses, após avaliação e justificativa técnica para o benefício eventual de auxílio moradia I, II, III, IV.

g) Uma única parcela, até 30 dias após o nascimento/falecimento, após avaliação e justificativa para o benefício eventual de auxílio natalidade/funeral.

Parágrafo Único: Os benefícios natalidade e funeral serão devidos à família em número igual ao das ocorrências desses eventos.

h) Conforme critério técnico, não podendo se configurar como concessão contínua para o benefício eventual de auxílio locomoção.

Parágrafo Único: nos projetos específicos de qualificação profissional e frequência nos programas e projetos proposto pela Política de Assistência Social para grupos previamente definidos, com comprovação de frequência pelo profissional que está acompanhando o indivíduo ou família;

Art.10 - Nas situações de calamidade pública quando o número de beneficiados for superior à média dos benefícios concedidos nos últimos 06 meses, no auxílio moradia, deverá o item de despesa ser suplementado, pelo valor e período previsto de forma a não prejudicar o direito das demais famílias e indivíduos conforme a presente Lei.

Art. 11 - A Secretaria de Assistência Social compete:

a) A coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

b) Expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais;

c) Manter atualizado os dados sobre os benefícios concedidos, incluindo-se obrigatoriamente nome do beneficiado, Registro do

CADÚNICO, benefício concedido, valor, quantidades e período de concessão;

d) Apresentar anualmente estudo da demanda, revisão do tipo de benefício e revisão dos valores e quantidades;

e) Articular as políticas sociais e de defesa de direitos no município para o atendimento integral da família beneficiada de forma a ampliar o enfrentamento de contingências sociais que provoquem riscos e fragilizam a manutenção da unidade familiar, a sobrevivência de seus membros ou a manutenção da pessoa,

f) Promover ações permanentes de ampla divulgação dos benefícios eventuais e seus critérios de concessão.

Art. 12 - O Conselho Municipal de Assistência Social compete:

a) Acompanhar e avaliar a concessão dos benefícios eventuais;

b) Acompanhar, avaliar e fiscalizar a utilização dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para este fim,

c) Apreçar os estudos de demanda, revisão dos tipos de benefícios eventuais concedidos, revisão de valores e reformular sua regulamentação com base nos dados e ou propostas da Secretaria de Assistência Social ou em razão de regulamentação federal ou estadual.

Art. 13 - A Secretaria de Assistência Social apresentará anualmente até o final do mês de novembro, o Plano de Concessão de Benefícios Eventuais para o próximo ano, acompanhado das instruções, formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

Art. 14 - Os casos omissos serão tratados pelo profissional de Serviço Social da Secretaria de Assistência Social do município.

Art. 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos/SC, 09 de setembro de 2014.

Juliano Duarte Campos

Prefeito Municipal

LEI Nº 992 DE 23 DE SETEMBRO DE 2014 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2014.

LEI Nº 992 de 23 de setembro de 2014

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária do exercício de 2014.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$1.121.600,00 (Um milhão cento e vinte e um mil e seiscentos reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

SUPLEMENTAÇÃO:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0201	GABINETE DO PREFEITO	184.000,00
04.122.0001.2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	184.000,00
3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal	184.000,00
(5) 3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	184.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	184.000,00
0401	SECRETARIA DA FAZENDA	160.000,00
04.123.0002.2.006	Func. Manutenção da Secretaria da Fazenda	160.000,00

3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal	160.000,00
(24)3.1.90.00.00	Aplicações diretas	160.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	160.000,00
0301	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	142.000,00
04.122.0002.2.005	Func. Manutenção da Secretaria	142.000,00
3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal	142.000,00
(19)3.1.90.00.00	Aplicações diretas	142.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	142.000,00
0701	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	138.000,00
04.306.0003.2.008	Oferta da Merenda Escolar – Ensino Fundamental	90.000,00
3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal	90.000,00
(41)3.1.90.00.00	Aplicações diretas	90.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	90.000,00
12.306.003.2.009	Oferta de Merenda Escolar- Ensino Infantil	48.000,00
3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal	48.000,00
(200) 3.1.90.00.00	Aplicações diretas	48.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	48.000,00
0801	SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	110.000,00
08.243.0006.2.037	Manutenção do CRAS	60.000,00
3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal	60.000,00
(155)3.1.90.00.00	Aplicações diretas	60.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	60.000,00
08.243.0006.2.042	Funcionamento e Manutenção do FMAS	50.000,00
3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal	50.000,00
(166)3.1.90.00.00	Aplicações diretas	50.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	50.000,00
1001	SECRETARIA DES. ECON. TURISMO, CULT, ESPORTE E LASER	156.000,00
23.695.0007.2.052	Manut. da Secretaria des. Econ. Turismo, Cult, Esporte e Laser	156.000,00
3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal	156.000,00
(133)3.1.90.00.00	Aplicações diretas	156.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	156.000,00
1201	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERV. PÚBLICO	231.600,00
14.451.0008.2.058	Manutenção da Secretaria de Infra- Estrutura e Serv. Público	31.600,00
3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal	31.600,00
(111)3.1.00.00.00	Aplicações diretas	31.600,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	31.600,00
15.452.0005.2.060	Melhoria e Manut. dos Serv. De Coleta de Lixo	200.000,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	200.000,00
(115)3.3.90.00.00	Aplicações diretas	200.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	200.000,00
TOTAL		1.121.600,00

ANULAÇÃO:

0801	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	110.000,00
08.241.0006.2.035	Atendimento aos Grupos de Mães e Idosos	42.000,00
4.4.00.00.00	Investimentos	42.000,00
(150)4.4.90.00.00	Aplicações diretas	42.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	42.000,00
08.243.0006.2.036	Func. Manut. do FIA	25.000,00
3.3.00.00.00	Outras despesas correntes	25.000,00
(151)3.3.90.00.00	Aplicações diretas	25.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	25.000,00
08.243.0006.2.038	Proteção Especial de Alta Complexidade	20.000,00
3.3.00.00.00	Outras despesas correntes	20.000,00
(158)3.3.90.00.00	Aplicações diretas	20.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	20.000,00
08.243.0006.2.039	Serv. De Convivência e Fortalecimento de Vínculo	13.000,00
3.3.00.00.00	Outras despesas correntes	13.000,00
(161)3.3.90.00.00	Aplicações diretas	13.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	13.000,00
08.243.0006.2.040	Proteção Especial de Média Complexidade	10.000,00
3.3.00.00.00	Outras despesas correntes	10.000,00
(164)3.3.90.00.00	Aplicações diretas	10.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	10.000,00
10.01	SEC DESENV. ECONÔMICO, TURISMO, CULT, ESPORTE E LAZER	356.000,00
23.695.0007.1.018	Sinalização Turística	100.000,00
3.3.00.00.00	Outras despesas correntes	100.000,00
(138)3.3.90.00.00	Aplicações diretas	100.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	100.000,00
27.812.0005.1.012	Construção de Equipamentos Esportivos	100.000,00
4.4.00.00.00	Investimentos	100.000,00
(129)4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	100.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	100.000,00
27.812.0005.1.013	Reforma de Equipamentos Esportivo	100.000,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	100.000,00
(131)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	100.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	100.000,00
27.812.0005.2.033	Apoio ao Esporte Amador	56.000,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	56.000,00
(132)3.3.90.00.00	Aplicações /dretas	56.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	56.000,00
11.01	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	261.000,00
06.181.0008.2.055	Func. Manut. da Secretaria de Segurança Pública	166.000,00
3.1.00.00.11	Despesas com Pessoal	140.000,00
(81)3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	140.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas correntes	26.000,00
(82) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	26.000,00

06.181.0008.2.056	Implantação e Manutenção da Guarda Municipal	95.000,00
3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal	55.000,00
(84)3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	55.000,00
3.3 00.00.00	Outras Despesas correntes	40.000,00
(85)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	40.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	261.000,00
11.02	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	73.000,00
06.182.0008.1.021	Recuperação de Danos causados por Intempéries	28.000,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas correntes	25.000,00
(89)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	25.000,00
4.4.00.00.00	Investimentos	3.000,00
(90) 4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	3.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	28.000,00
06.182.0008.1.022	Identificação e Recuperação de Área de risco	15.000,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas correntes	5.000,00
(91)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00
4.4.00.00.00	Investimentos	10.000,00
(92)4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00
06.182.0008.2.057	Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil	30.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas correntes	30.000,00
(87)3.3.90.00	Aplicações Diretas	30.000,00
		30.000,00
12.01	SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E SERV. PÚBLICO	231.600,00
15.452.0008.1.023	Pavimentação de ruas	2.500,00
4.4.00.00.00	Investimentos	2.500,00
(100)4.4.90.00.00	Aplicações diretas	2.500,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	2.500,00
15.452.0008.1.026	Aquisição de Coletor de Lixo	3.400,00
4.4.00.00.00	Investimentos	3.400,00
(07)4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	3.400,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	3.400,00
15.452.0008.1.028	Construção de Pontes	5.000,00
4.4.00.00.00	Investimentos	5.000,00
(94)4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	5.000,00
15.452.0008.1.029	Construção e Remodelação de Praças e Jardins	70.000,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	70.000,00
(98) 3.3.90.00.00	Aplicação Diretas	70.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	70.000,00
15.452.0008.2.063	Ações Relacionadas a região metropolitana de Fpolis	50.000,00
3.1.00.00.00	Outras despesas correntes	20.000,00
(126) 3.1.71.00.00	Aplicações Diretas	20.000,00
3.3.00.00.00	Outras despesas correntes	20.000,00
(127)3.3.71.00.00	Aplicações diretas	20.000,00
4.4.00.00.00	Outras despesas correntes	10.000,00
(128)4.4.71.00.00	Aplicações diretas	10.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	50.000,00

15.453.008.1.030	Construção de abrigos de passageiros	56.900,00
4.4.00.00.00	Investimentos	56.900,00
(106) 4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	56.900,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	56.900,00
15.453.0008.2.059	Ampliação e Manutenção do Cemitério	43.800,00
3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal	33.800,00
(108) 3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	33.800,00
3.3.00.00.00	Outras despesas correntes	10.000,00
(109) 3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	43.800,00
13.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	90.000,00
28.843.000.0.001	Amortização de Dívidas	80.000,00
4.6.00.00.00	Outras despesas	80.000,00
(175) 4.6.90.00.00	Aplicação Diretas	80.000,00
28.845.000.0.004	Contribuição a Entidades Municipais	10.000,00
3.3.00.00.00	Outras despesas	10.000,00
(180) 3.3.50.00.00.00	Aplicação Diretas	10.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	90.000,00
TOTAL		1.121.600,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos-SC, 23 de setembro de 2014.

Augusto Aristo da Silva
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 994 DE 23 DE SETEMBRO DE 2014 - AUTORIZA FINANCIAMENTO DO PAC2 PARA TERCEIRA (3ª) ETAPA DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA LUIZ ALEXANDRINO DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 994 de 23 de setembro de 2014

AUTORIZA FINANCIAMENTO DO PAC2 PARA TERCEIRA (3ª) ETAPA DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA LUIZ ALEXANDRINO DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o financiamento do PAC2 para terceira (3ª) etapa da pavimentação asfáltica da Rua Luiz Alexandrino da Silva, Armação da Piedade.

Parágrafo Único -A Rua Luiz Alexandrino da Silva faz a ligação entre os bairros da Fazenda da Armação e Armação da Piedade, passando pela localidade da Camboa, localizadas na parte SUL do Município de Governador Celso Ramos-SC.

Art. 2º O financiamento do PAC2 referente a terceira (3ª) etapa da pavimentação asfáltica da Rua Luiz Alexandrino da Silva, Armação da Piedade, é no valor de R\$1.650.000,00 (Hum milhão seiscentos e cinquenta mil reais).

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos-SC, 23 de setembro de 2014.

Augusto Aristo da Silva

Prefeito Municipal

LEI Nº 995 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014 - ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 936, DE 26 DE MARÇO DE 2014, E AUTORIZA A DESAFETAÇÃO E A PERMUTA ENTRE BENS IMÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 995 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 936, DE 26 DE MARÇO DE 2014, E AUTORIZA A DESAFETAÇÃO E A PERMUTA ENTRE BENS IMÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, consubstanciado no Art. 20, I, b, da Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a desafetação e a permuta entre imóvel pertencente à municipalidade situado no Bairro de Palmas, neste município, denominado ÁREA INSTITUCIONAL 04, com área total de 7.140,25m² (sete mil cento e quarenta metros quadrados e vinte e cinco centésimas de metros quadrados). Tem as seguintes medidas e confrontações: NORTE: 31,20m (trinta e um metros e vinte centímetros), confrontando com a Rua Rosendo Joaquim Sagás; SUL: 40,70m (quarenta metros e setenta centímetros), confrontando com a Rua Rosendo Joaquim Sagás; LESTE: 183m (cento e oitenta e três metros), confrontando com a Avenida Governador Celso Ramos; OESTE: 102,30 (cento e dois metros e trinta centímetros), confrontando com a Rua Rosendo Joaquim Sagás; com um terreno pertencente a Jackson Garcia e Jean Carlos Garcia, situado na Avenida Ganchos, Bairro de Ganchos de Fora, neste Município, com área total de 13.914,38² (treze mil metros quadrados e trinta e oito centésimas de metros quadrados), perfazendo um perímetro de 578,55m (quinhentos e setenta e oito metros e cinquenta e cinco centímetros). Tem as seguintes medidas e confrontações: NORTE: com Três lances, sendo o primeiro com distância de 18,24m (dezoito metros e vinte e quatro centímetros); o segundo com distância de 23,55m (vinte e três metros e cinquenta e cinco centímetros), ambos confrontando com Marcio Valter Quintino; o terceiro com distância de 28,07m (vinte e oito metros e sete centímetros), confrontando com Manoel João Nazário; LESTE: com Seis lances, sendo o primeiro com distância de 88,25m (oitenta e oito metros e vinte e cinco centímetros); o segundo com distância de 4,42m (quatro metros e quarenta e dois centímetros), ambos confrontando com a Servidão Zilto Manoel Maia; o terceiro com distância de 28,27m (vinte e oito metros e sete centímetros), confrontando com Odi Antonio Marques; o quarto com distância de 13,59m (treze metros e cinquenta e nove centímetros), confrontando com João Luiz Vicente; o quinto com distância de 27,05m (vinte e sete metros e cinco centímetros), confrontando com Paulo José Quadro; o sexto com distância de 38,11m (trinta e oito metros e onze centímetros), confrontando com Rua Julio Luiz de Azevedo); SUL: com Dois lances, sendo o primeiro com distância de 8,16m (oito metros e dezesseis centímetros), o segundo com distância de 76,31m (setenta e seis metros e trinta e um centímetros), ambos confrontando com a Avenida Patrocínio Manoel dos Santos; OESTE: com Sete lances, sendo o primeiro com distância de 35,86m (trinta e cinco metros e oitenta e seis centímetros), confrontando com Rodrigo Miranda de Carvalho, o segundo com de 42,77m (quarenta e dois metros e setenta e sete centímetros), confrontando com Pedro Paulo de Souza; o terceiro com distância de 9,44m (nove metros e quarenta e quatro centímetros), confrontando com a Avenida Ganchos; o quarto com distância de 18,24m (dezoito metros e vinte quatro

centímetros); o quinto com distância de 72,34m (setenta e dois metros e trinta e quatro centímetros); e o sexto com distância de 21,51m (vinte e um metros e cinquenta e um centímetros), ambos confrontando com Biguaçu Transporte Coletivo; o sétimo com distância de 24,38m (vinte e quatro metros e trinta e oito centímetros), confrontando com Avenida Ganchos.

Art. 2º - A referida desafetação e permuta se justifica por atender um pedido da comunidade. As benfeitorias que incluem: uma (01) escola para séries iniciais; uma (01) praça com poliesportiva e ajardinada; uma (01) Estação de Tratamento de Efluentes (ETE).

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei ocorrerão por conta do Orçamento Vigente.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se disposições em contrário, alterando a Lei 936, de 26 de fevereiro de 2014.

Governador Celso Ramos/SC, 24 de outubro de 2014.

Juliano Duarte Campos

Prefeito Municipal

LEI Nº 997 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014 - DEFINE AS OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR, REGULAMENTA A DISPENSABILIDADE DOS PRECATÓRIOS PARA O PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL.

LEI Nº 997 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

DEFINE AS OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR, REGULAMENTA A DISPENSABILIDADE DOS PRECATÓRIOS PARA O PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei ordinária:

Art. 1º Considera-se de pequeno valor, para fins de dispensa de precatório no âmbito da Fazenda Pública Municipal, os débitos inferiores ou iguais ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social.

Art. 2º Fica estipulado o prazo de 60 (sessenta dias) para a liquidação do débito após o ciente.

Art. 3º Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no artigo 1º, o pagamento far-se-á, sempre, por meio de precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, da forma prevista no art. 100 § 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos-SC, 30 de outubro de 2014.

Juliano Duarte Campos

Prefeito Municipal

LEI Nº 998 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014. ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DO SAMAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 998 DE 31 DE JULHO DE 2014

Autoriza a concessão de ajuda financeira à pessoa física que menciona e dá outras providências.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os

habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder uma ajuda financeira de até R\$ 724,00 (Setecentos e vinte e quatro reais) a Senhora FILOMENA IZOLINA ESTANISLAU, CPF 950.643.039-04, RG 3.981.741, residente e domiciliada na Rua Rosendo Joaquim Sagás, s/n, Bairro Palmas, neste Município, para aquisição de auxílio financeiro.

Art. 2º Do processo de concessão da ajuda financeira deverá constar requerimento do beneficiário, cadastro sócio econômico e parecer da Assistente Social do Município.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de recursos alocados na Lei Orçamentária Anual de 2014 com a seguinte classificação:

0801.08.244.0006.2042 - Funcionamento e Manutenção do FMAS
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 31 de julho de 2014.

Juliano Duarte Campos

Prefeito Municipal

LEI Nº 999 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014 - DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE INSCRIÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E CÂMARA MUNICIPAL AO DOADOR REGULAR DE SANGUE NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

LEI Nº 999 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE INSCRIÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E CÂMARA MUNICIPAL AO DOADOR REGULAR DE SANGUE NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

O Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o doador de sangue residente no município isento do pagamento de taxas de inscrição a concursos públicos realizados pela administração pública municipal direta, indireta e pela Câmara Municipal de Governador Celso Ramos.

Parágrafo único: Considera-se doador de sangue, para efeitos desta Lei, a pessoa que integre a Associação de Doadores e que contribua, comprovadamente, para estimular de forma direta e indireta a doação.

Art. 2º - Considera-se para enquadramento ao benefício previsto por esta Lei somente a doação de sangue promovida por órgão oficial ou por entidade credenciada pela União, pelo Estado ou pelo Município.

Art. 3º - Os órgãos municipais que irão realizar concurso deverão isentar em seus editais o benefício da isenção e as regras para sua obtenção.

Art. 4º - A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora, que deverá ser juntado ao ato de inscrição.

§ 1º - O documento previsto por este artigo deverá discriminar o

número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a três vezes nos últimos 12 (doze) meses.

§ 2º - A comprovação da hipótese prevista pelo parágrafo único do art. 1º será efetuada mediante documento específico firmado por entidade coletora oficial ou credenciada, que deverá relacionar minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo interessado, declarando que se enquadra como beneficiário desta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 04 de novembro de 2014.

Juliano Duarte Campos

Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 42/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - 42/2014
Tipo : Menor Preço - por itens
Objeto : AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ADAPTADO PARA TRANSPORTE DE PACIENTES CADEIRANTES
Entrega dos Envelopes: 30/12/2014 as 09:00 horas.
Abertura dos Envelopes: 30/12/2014 as 09:00 horas.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 14:00h, fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: www.guaramirim.sc.gov.br .
GUARAMIRIM(SC), 15/12/2014
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

COMUNICADO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PROCESSO 123/2014

COMUNICADO

Pelo presente, vimos comunicar que, foi interposto recurso pela Empresa CEPENGE ENGENHARIA LTDA., na data do dia 10.12.2014, contra a decisão da Comissão Permanente de Licitação que a inabilitou no Processo Licitatório n.º 123/2014 que tem por objeto a Contratação de empresa de engenharia elétrica para prestação de serviços, com fornecimento de materiais, visando a ampliação da rede. O recurso acima referido foi apresentado tempestivamente, tendo assim efeito suspensivo até o seu julgamento, conforme trata o artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666/93. O processo Licitatório n.º 123/2014 encontra-se devidamente instruído e a disposição dos licitantes, e querendo poderá impugnar ou alegar, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de sua publicação deste comunicado, o que for de interesse, conforme trata o artigo 109, § 3º da Lei n.º 8.666/93.

Guaramirim/SC, 15 de dezembro de 2014.

Paola Vieira Carriço Finatti

Presidente da Comissão Permanente

367/2014

ERRATA EDITAL 127/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM

EDITAL CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 127/2014

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM RUAS NO PERÍMETRO URBANO DE GUARAMIRIM, COM FORNECIMENTO DE

MATERIAIS, ATRAVÉS DE RECURSOS DO PROGRAMA BADESC CIDADES JURO ZERO.

COMUNICADO DE ALTERAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Guaramirim, através de seu Prefeito Municipal Lauro Frohlich, torna público para o conhecimento dos interessados na licitação Concorrência nº 127/2014, que está promovendo alterações no Edital, nos seguintes aspectos: Anexo VIII- Planilha Orçamentária e item 11.1.4 "b" do Edital. A nova planilha já encontra-se disponível para retirada na Secretaria Municipal de Planejamento. Sendo assim, e por força do § 4º do art. 21 da Lei Federal 8.666/93, tendo em vista as alterações modificarem as características do objeto e conseqüentemente a formulação das propostas, esta administração publica comunica que altera a data para entrega e abertura dos envelopes, conforme segue: DATA, HORA e LOCAL: até às 09h 00 min do dia 19 de fevereiro de 2015, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Guaramirim. O Edital versão II e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta, das 08:00h às 14:00h, fone (47) 3373-0247, ou via internet no endereço www.guaramirim.sc.gov.br.

GUARAMIRIM (SC), 15/12/2014
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 46/2011

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATO 46/2011-PMG

Processo de Licitação: 17/2011.
Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia.
Tipo: Menor Preço Global.
Objeto da Licitação: Contratação de empresa para execução da obra de pavimentação intertravada (paver) da rua Romão Getnerski com extensão de 412,00 metros.
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.
Contratada: Pavilan Pavimentação Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida na estabelecida na Rua Anélio Nicocelli, n.º 1720, Bairro Figueirinha, no município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.
Resumo do aditivo: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato até 31/12/2014, para pagamentos e devido encerramento da obra. Fica alterada a cláusula décima oitava do contrato n.º 46/2011, prorrogando o termo final de vigência do contrato para 31/12/2014.

Data da Assinatura: 13/06/2014 Vigência 31/12/2014.

GUARAMIRIM (SC), 13/06/2014
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 040/2012 – PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 040/2012 - PMG

Processo de licitação: 79/2012 - PMG
Modalidade: Tomada de Preços

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE NO BAIRRO AMIZADE, NO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, EM PARCERIA COM O CONVÊNIO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA., CNPJ nº 05.279.711/0001-60, com sede Rod. BR-280, nº 4.517, Boa Vista, Canoinhas, SC.
Objeto do Aditivo: Prorrogar o prazo de vigência da execução da obra até 31/12/2014 e o prazo do contrato até 14/02/2015.

GUARAMIRIM (SC), 10/09/2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 75.2014 - PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO 040/2012 - PMG
Processo de licitação: 132/2014 - PMG
Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LINK ADSL PARA O DEMUTRAN UTILIZAR JUNTO AOS ÓRGÃOS ESTADUAIS E FEDERAIS.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: TPA Telecomunicações Ltda., CNPJ nº 02.255.187/0001-08, com sede na Rua general Osório, nº 311, sala 604, Centro, timbó, SC.
Vigência: 05/12/2014 a 05/12/2015.

GUARAMIRIM (SC), 15/12/2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2014/PMG/FCG

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL 001/2014/PMG/FCG

O município de Guaramirim, por intermédio da Fundação Cultural de Guaramirim, torna público que fará realizar Processo Seletivo Simplificado para a contratação de Professor de Música com especialização em trompete e trompa, Professor de Música com especialização em Tuba, Eufonio e Trombone de Vara, Professor

de Dança com habilitação em Balé ,admitidos em caráter temporário, conforme dispõe o art. 37 inciso IX da Constituição Federal de 1988, artigo 2º , V, IX, X, XI, da Lei Complementar nº 49, 20 de dezembro de 2013, e suas alterações.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A seleção para contratação temporária será realizada pela Comissão Organizadora do presente processo seletivo, designada por Portaria Específica, sob a coordenação da Fundação Cultural de Guaramirim, obedecidos os critérios de habilitação específica, experiência na função e demais requisitos estabelecidos no presente edital.

1.2 O Processo Seletivo será realizado sob a responsabilidade da Fundação Cultural de Guaramirim, obedecidas às normas do presente Edital.

1.3 O inteiro teor do Edital estará disponível no "site" www.guaramirim.sc.gov.br, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento. O Edital também estará disponível para leitura na Fundação Cultural , na Rua Ernesto Pizeta, nº 384, Centro, Guaramirim-SC.

2. DOS CARGOS E DAS VAGAS

2.1 O Processo Seletivo destina-se ao provimento das vagas, referentes aos cargos dispostos nos Anexos I sempre que houver necessidade de contratação temporária, atendendo o art. 2º, incisos V, IX, X, XI, da Lei Complementar nº 49 de 20 de dezembro de 2013.

2.2 O Processo Seletivo Simplificado terá validade de 01 (um) ano, a contar da data do ato de homologação do resultado para cada cargo - função/especialidade, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Prefeitura Municipal e da Fundação Cultural.

2.3 Os cargos objeto deste Processo Seletivo, as respectivas funções, carga horária e remuneração estão indicados no Anexo I.

2.4 A escolaridade, os demais requisitos e as atividades que competirão aos ocupantes dos cargos objeto deste Processo Seletivo são as indicadas no Anexo II do presente Edital.

2.5 O candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado e que vier a ser convocado/admitido para o cargo público a que concorreu, será lotado, a critério da Administração, em qualquer das unidades ou órgãos da Prefeitura Municipal de Guaramirim, respeitada em qualquer caso a opção ao ente apontado no formulário de inscrição.

2.6 O prazo de contratação será de no máximo 12 meses.

2.6.1 O pessoal contratado nos termos da Lei Complementar nº 49/2013, conforme artigo 8º, não poderá:

I - Receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - Ser nomeado ou designado, ainda que o título precário ou em substituição, para o exercício de emprego em comissão ou função de confiança.

III - ser novamente contratado, com fundamento nesta Lei Complementar, antes de decorridos 12 (doze) meses do encerramento de seu contrato anterior, salvo nas hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 2º desde que justificada a nova contratação por meio de exposição de motivos aprovada pelo Chefe do Poder Executivo, pelo Secretário de Administração e Finanças e pelo Secretário de Assuntos de Gestão Estratégica.

2.7 Os candidatos aprovados e classificados poderão ser convocados para o preenchimento das vagas que vierem a surgir, dentro do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

3. DO REGIME JURÍDICO

3.1 Os candidatos habilitados e classificados no processo seletivo serão admitidos sob regime Administrativo Especial, conforme Lei Complementar nº 49 de 20 de dezembro de 2013, e suas alterações, e à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

4. DOS REQUISITOS INDISPENSÁVEIS PARA A INSCRIÇÃO

4.1 Os candidatos não poderão se inscrever neste processo seletivo para vaga temporária quando tiverem sido dispensados em contrato anterior, resultante de processo disciplinar.

4.2 São requisitos para a participação e contratação no serviço público do município de Guaramirim:

4.3 Na inscrição o candidato declarará, sob as penas da Lei:

- a) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- b) Ter nacionalidade brasileira;
- c) Estar em dia com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar em dia também, com as obrigações do serviço militar;
- d) Gozar de boa saúde, condição comprovada, quando do processo de admissão através de atestado médico (médico do trabalho ou clínico geral) confirmando a capacidade física e mental para o exercício do cargo;
- e) Não ter sido dispensado em Processo Seletivo anterior por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar;
- f) Não estar sofrendo processo administrativo;
- g) Não ter antecedentes criminais, achando-se em pleno exercício de seus direitos civil e político, a ser comprovado no ato de admissão através de certidão de antecedentes criminais, dos últimos 05 (cinco) anos, a ser expedida pelo Fórum ou pelo site: <http://www.tjsc.jus.br>
- h) Possuir a escolaridade exigida na forma deste Edital e estar legalmente habilitado para o exercício do cargo.

4.4 É vedada a celebração de contrato com a administração pública sem o preenchimento dos requisitos do item 4.3, observando, ainda, a vedação de cumulação de cargos públicos, o período de interrupção do contrato de trabalho de 12 meses e a inexistência de aplicação de penalidade de demissão ou perda de cargo público.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1 As inscrições são gratuitas e serão recebidas no horário de funcionamento da Fundação Cultural de Guaramirim, localizada à Rua Ernesto Pizeta, 384, Centro, Guaramirim/SC, do dia 21 de janeiro a 31 de janeiro de 2015, no horário de expediente da mesma, das 8 às 14h, salvo finais de semana, pontos facultativos e feriados.

5.2 Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração quanto ao cargo e/ou função/especialidade escolhidas.

5.3 O candidato deverá obrigatoriamente entregar no local de inscrição, a Ficha de Inscrição constante no Anexo III, impressa em duas vias, devidamente assinada, segundo orientações deste Edital, juntamente com a documentação abaixo.

5.3.1 Apresentar originais e cópia:

- a) Carteira de Identidade e CPF;
- b) Certificado de Bacharel em música para os cargos de Professor de Música com habilitação em trompete e trompa e Professor de

Música com habilitação em Tuba, Eufonio e Trombone de Vara.
c) Certificado de Formação Técnica em Dança com especialização em Balé para o cargo de Professor de Dança com habilitação em Balé

5.5 É de total responsabilidade do candidato as informações prestadas no item 5.6.

5.6 O candidato que não comparecer no dia e horário determinado no item 5.1 deste Edital, munido dos documentos originais e/ou cópias, terá sua pré-inscrição cancelada.

5.7 Inscrição por Procuração: A inscrição poderá também ser efetuada por intermédio de um procurador habilitado, mediante apresentação de documentos que ficarão retidos:

- a) De instrumento particular com firma reconhecida, ou instrumento público de procuração, passado pelo interessado, contendo poderes expressos para esse fim.
- b) Dos documentos relacionados no subitem 5.4.1 deste Edital, devidamente autenticados.
- c) Cópia do documento e original da identidade do procurador.

5.8 A lista dos candidatos deferidos e indeferidos, com horário da prova, conforme informações do item 6. será publicada no mural de publicações oficiais do Município e no - site- www.guaramirim.sc.gov.br no - link- Concursos e Processos Seletivos, no dia 07 de dezembro de 2014, às 14 horas.

6. DO LOCAL E HORÁRIO DE PROVAS

6.1 A prova será realizada no dia 06 de fevereiro de 2015, nas dependências da Casa da Cultura Paulino João de Bem localizada à Ernesto Pizeta nº 384, Centro, município de Guaramirim/SC, sendo no período:

6.1.1 Matutino, das 9h às 12h, para todos os cargos.

7. DAS PROVAS

7.1 O Processo seletivo, objeto deste Edital, constará da seguinte etapa:

- a) Prova escrita, com questões de conhecimentos gerais e de conhecimentos específicos, ambas de caráter eliminatório e classificatório;

7.1.1 Prova escrita

7.1.1.1 O Processo Seletivo será efetuado mediante aplicação de prova objetiva em que serão avaliados os conhecimentos e/ou habilidades dos candidatos sobre as matérias relacionadas a cada cargo e função, cuja composição e respectivos programas fazem parte do Anexo IV deste Edital;

7.1.1.2 Os candidatos deverão comparecer aos locais de prova munido do comprovante de inscrição, documento de identificação original com foto e caneta esferográfica de tinta azul ou preta, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos antes do horário fixado para seu início. Será vedada a admissão em sala de provas ao candidato que se apresentar após o início das mesmas;

7.1.1.3 O candidato deverá ingressar na sala antes do horário estipulado para o início da prova, sendo considerado eliminado o candidato que deixar de comparecer ou atrasar-se.

7.1.1.4 Somente será admitido para realizar a prova, o candidato que estiver munido de documento original de identidade.

7.1.1.5 Serão considerados documentos de identidade as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores ou por Ordens e Conselhos de Classe e Carteira Nacional de Habilitação (com foto).

7.1.1.6 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização das provas, documento original de identidade por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar o registro original de Boletim de Ocorrência expedido por Órgão Policial no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

7.1.1.7 Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins, Boletim de Ocorrência expedido a mais de 30 (trinta) dias, Protocolos, Certidão de Nascimento, Título Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação (sem foto), Carteira de Estudante, Crachás, Identidade Funcional de natureza pública ou privada e/ou qualquer outro documento não especificado no item 6.4.

7.1.1.8 Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

7.1.1.9 A prova objetiva terá duração de 3 (três) horas e será constituída de 30 questões, com 4 (quatro) alternativas de resposta cada uma, sendo apenas 1 (uma) a correta.

7.1.1.10 As questões da prova objetiva deverão ser respondidas em cartão de respostas, específico, personalizado para cada candidato e, para tanto, os candidatos devem dispor de caneta esferográfica preta ou azul.

7.1.1.11 Será atribuída nota 0 (zero):

- a) à(s) questão(ões) da prova objetiva que contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);
- b) à(s) questão(ões) da prova objetiva que contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada;
- c) à(s) questão(ões) da prova objetiva que não estiver(em) assinalada(s) no cartão de respostas;
- d) à(s) questão(ões) da prova objetiva ou à(s) prova(s) objetiva(s) cujo cartão de respostas for preenchido fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova, ou seja, preenchidas com canetas não esferográficas ou com canetas esferográficas de cor diferente de azul ou preta, ou ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão.

7.1.1.12 Durante as provas não serão permitidas consultas bibliográficas de qualquer espécie, nem a utilização ou porte de calculadora, relógio, pager, telefone celular ou qualquer outro equipamento eletroeletrônico, sob pena de eliminação do candidato do Processo Seletivo Simplificado.

7.1.1.13 O preenchimento do Cartão de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções especificadas. Em nenhuma hipótese, haverá substituição do Caderno de Prova ou Cartão de Resposta por erro do candidato.

7.1.1.14 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão de Resposta. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem desacordo com este Edital e com as instruções contidas no Caderno de Prova, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não preenchido integralmente.

7.1.1.15 Os telefones celulares e demais equipamentos devem ser desligados e entregues aos fiscais da sala do Processo Seletivo.

7.1.1.16 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova escrita (objetiva), nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

7.1.1.17 O candidato, ao encerrar sua prova, entregará ao fiscal de sua sala, o cartão resposta da prova objetiva devidamente assinado, sem qualquer identificação e o caderno de provas, podendo reter para si, apenas, um folheto com a numeração das questões para que possa anotar suas respostas da prova objetiva para posterior conferência.

7.1.1.18 Os candidatos somente poderão se retirar do local das provas objetivas, após 45 minutos do início das mesmas.

7.1.1.19 Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala da prova objetiva somente poderão entregar as respectivas provas e retirar-se do local, simultaneamente.

7.1.1.20 A prova escrita é de caráter eliminatório e classificatório. Todos os candidatos inscritos deverão realizar a prova abordando conhecimentos específicos e gerais.

7.1.1.21 A pontuação final na prova escrita será obtida pela soma dos pontos obtidos nas respostas corretas. A prova será avaliada na escala de zero (0) a dez (10), tendo todas as questões o mesmo peso, ou seja, 0,5 (meio) ponto para cada questão correta.

7.1.1.22 Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que obter nota inferior a 5,0 na prova.

7.1.1.23 Uma cópia dos cadernos de prova será disponibilizada nos 2 dias úteis subsequentes ao da aplicação das mesmas, para retirada pelos candidatos na Fundação Cultural à Rua Ernesto Pizeta, nº 384, bairro Centro, Guaramirim-SC no horário de expediente da Secretaria.

7.1.1.24 Os cadernos de prova não serão disponibilizados via Internet. O gabarito preliminar da prova será divulgado no - site- www.guaramirim.sc.gov.br no "link" Concursos e Processos Seletivos, no dia 13 de fevereiro de 2015, às 08h.

7.1.1.25 Na hipótese de anulação de questão da prova, ela será considerada como respondida corretamente por todos os candidatos. O gabarito oficial da prova, se houver alteração, será divulgado no - site- www.guaramirim.sc.gov.br no "link" Concursos e Processos Seletivos, no dia 13 de fevereiro de 2015, às 8 horas.

8. DA CLASSIFICAÇÃO

8.1 Os candidatos serão classificados em ordem decrescente pela somatória dos pontos obtidos na prova de escrita:

8.2 Prova escrita com média igual ou superior a 5,0.

8.3 Havendo empate entre os candidatos após a classificação, serão aplicados os seguintes critérios:

- Possuir idade superior a 60 (sessenta) anos (art. 27, parágrafo único do estatuto do Idoso - Lei nº 10.741/2003);
- Obtiver o maior número de acertos nas questões de conhecimentos específicos;
- Obtiver o maior número de acertos nas questões de língua portuguesa;
- Possuir idade mais elevada.

9. DO RESULTADO

9.1 A lista classificatória provisória, juntamente com a pontuação individual dos candidatos, será publicada no mural de publicações oficiais do Município e no - site- www.guaramirim.sc.gov.br no

"link" Concursos e Processos Seletivos, no dia 13 de fevereiro de 2015, às 14 horas.

9.2 A lista classificatória final, juntamente com a pontuação individual dos candidatos, será publicada no mural de publicações oficiais do Município e no - site- www.guaramirim.sc.gov.br no "link" Concursos e Processos Seletivos, no dia 13 de fevereiro de 2015, às 14 horas.

10. DOS RECURSOS DO GABARITO E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

10.1 O candidato que desejar interpor recurso quanto as questões da prova deverá fazê-lo, nos moldes do Anexo V em até 2 (dois) dias úteis após a publicação devendo protocolá-lo junto a Fundação Cultural à Rua Ernesto Pizeta, nº 384, Centro, Guaramirim-SC no horário de expediente da mesma, podendo postá-lo via Sedex neste mesmo prazo, com a menção expressa que se relacionam a este Edital.

10.2 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

10.3 Todos os recursos regulares serão analisados e o gabarito oficial definitivo será divulgado no endereço eletrônico <http://www.guaramirim.sc.gov.br> e no mural de publicações oficiais do Município. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

10.4 Não será aceito recurso fora do formulário próprio ou fora do prazo.

10.5 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso de gabarito oficial definitivo.

10.6 Em caso de anulação de questão(ões), os pontos a ela(s) correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos.

10.7 No caso de alteração na indicação da resposta correta de uma questão no gabarito preliminar, o mesmo será alterado para a forma correta no gabarito definitivo.

10.8 Caberá à Comissão do presente edital, anular questões das provas, quando for o caso. A decisão final será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

10.9 O candidato que desejar interpor recurso quanto a ordem de classificação preliminar, deverá fazê-lo, nos moldes do Anexo V nos dias 22 e 23 de janeiro de 2015, devendo protocolá-los junto a Fundação Cultural à Rua Ernesto Pizeta, nº 1255, Centro, Guaramirim-SC no horário de expediente da mesma, podendo postá-lo via Sedex neste mesmo prazo, com a menção expressa que se relacionam a este Edital.

10.10 Para o recurso referente a lista classificatória provisória aplicam-se também os itens 10.2 e 10.4 deste edital.

10.11 Após a publicação da lista classificatória final não será aceito recurso.

11. DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

11.1 Os candidatos aprovados serão admitidos, obedecendo-se a ordem de classificação por cargo - função/especialidade.

11.2 A aprovação e classificação neste Processo Seletivo Simplificado não assegura ao candidato o direito de ingresso automático

no quadro da Prefeitura Municipal de Guaramirim. A admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

11.3 O candidato aprovado e classificado será convocado para admissão através de documento enviado via e-mail e ofício. Não havendo retorno no período de 48 horas, o candidato não localizado ficará no final da lista.

11.4 O candidato deverá comunicar toda e qualquer alteração de seu endereço e contato telefônico e eletrônico via protocolo da prefeitura no Setor de Protocolo. A manutenção do endereço atualizado junto ao Município é responsabilidade do candidato.

11.5 A convocação para a contratação do candidato será feita via e-mail e ofício com ciência do candidato, para a ciência do candidato, que terá o prazo de 48 horas para aceitar ou desistir da vaga e 10 dias para providenciar a documentação necessária, assinar a contratação e entrar em exercício, sendo que se não entrar em exercício neste prazo perderá automaticamente o direito à contratação para o qual foi convocado, autorizado a convocação do candidato seguinte. O candidato que não entrar em exercício será reclassificado para o final da lista dos classificados, podendo ser convocado mais uma vez, em caso de vaga. Para contratação o candidato deverá entregar e apresentar a documentação necessária à sua admissão, conforme opção de cargo, composta por:

- a) Carteira de Trabalho e Previdência Social original;
- b) Cópia e original da Cédula de Identidade;
- c) Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- d) Cópia e original do Título de Eleitor e de Certidão de Regularidade eleitoral;
- e) Cópia e original da certidão de nascimento (se solteiro) ou da certidão de casamento (se casado);
- f) Cópia e original do histórico escolar e certificado de conclusão do curso (para os cargos de nível fundamental e médio);
- g) Certificado de quitação do Serviço Militar (para candidatos do sexo masculino);
- h) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, ou do Estado onde residiu nos últimos 5 (cinco) anos;
- i) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Santa Catarina, para os candidatos que foram Policiais Militares;
- j) Cópia e original da Carteira Nacional de Habilitação, quando o cargo exigir;
- k) Comprovante de residência, quando o cargo exigir;
- l) Declaração de Imposto de Renda completa (dos que declaram);
- m) 1 foto 3x4 colorida e atual;
- n) Cartão PIS/PASEP

11.6 A contratação do candidato classificado dependerá de aprovação prévia em exame admissional.

11.7 O não comparecimento do candidato classificado, implicará na alteração da ordem de classificação, devendo o candidato ser reposicionado no final da classificação.

11.9 A contratação será pelo prazo máximo de 12 (doze) meses, prorrogável.

11.10 O profissional contratado ficará vinculado à Secretaria Municipal de Educação ou outra Secretaria da Prefeitura Municipal de Guaramirim, podendo ocorrer mudança de local de trabalho, sempre que necessário e for de interesse da administração, ou no retorno do titular que estiver sendo substituído.

12. DA RESCISÃO

12.1 O contrato firmado de acordo com a Lei Complementar nº 49, 20 de dezembro de 2013 extinguir-se-á:

- I - pelo término do prazo contratual;
- II - por iniciativa do contratado;
- III - quando o contratado incorrer em infração disciplinar punível de demissão;

IV - por iniciativa do Poder Público e das Autarquias e Fundações Públicas Municipais.

13. DO FORO JUDICIAL

13.1 O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital é o da Comarca de Guaramirim/SC.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 A homologação do resultado deste Processo Seletivo será efetuada por cargo função/especialidade ou por grupos, a critério da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

14.2 O inteiro teor deste Edital, as Portarias de Homologação e o resultado final (Ato de Homologação do Processo Seletivo) serão publicados no Mural Público e no site oficial do Município de Guaramirim, apenas dos candidatos aprovados no Processo Seletivo.

14.3 Será excluído do Processo Seletivo Simplificado, por Ato da Comissão e Avaliação do Processo Seletivo, o candidato que:

- a) tornar-se culpado de incorreções ou descortesias com qualquer membro da equipe encarregada da realização das provas;
- b) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- c) for surpreendido, durante a realização das provas, utilizando ou portando calculadora, relógio, pager, telefone celular ou qualquer outro equipamento eletroeletrônico;
- d) for apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar a prova, ou for responsável por falsa identificação pessoal;
- e) ausentar-se da sala de prova;
- f) recusar-se a assinar o cartão resposta, de folha de respostas da prova discursiva ou de outros documentos.

14.4 É vedada a inscrição neste Processo Seletivo Simplificado de quaisquer membros da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo, tanto da Prefeitura Municipal de Guaramirim e da Fundação Cultural.

14.5 As informações relativas a este edital ou os casos omissos poderão ser esclarecidos pela Comissão Organizadora e Avaliadora deste Processo Seletivo.

14.6 O anexo VI deste edital apresenta um cronograma geral do período de cada etapa.

Guaramirim (SC), 15 de dezembro de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito Municipal

Emerson Flores da Silva
Gestor da Fundação Cultural de Guaramirim

ANEXO I
CARGO, CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO

CARGO	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO (em R\$)	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO (em R\$)
Professor de Música com habilitação em trompete e trompa	20 HORAS SEMANAIS	1.137,99	200,00
Professor de Música com habilitação em Tuba, Eufonio e Trombone de Vara	20 HORAS SEMANAIS	1.137,99	200,00
Professor de Dança com habilitação em Balé	20 HORAS SEMANAIS	1.046,48	200,00

ANEXO II
DESCRIÇÕES DE CARGO E ATIVIDADES TÍPICAS

PARA O CARGO DE Professor de Música com habilitação em trompete e trompa.

Descrição do Cargo:

Docência nas turmas de música (especificamente trompete e trompa) da Casa da Cultura e ainda as seguintes atribuições: Participar na elaboração da proposta pedagógica da Casa da Cultura; elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da entidade; zelar pela aprendizagem dos alunos; ministrar os dias letivos e as horas-aula estabelecidos; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; colaborar com as atividades de articulação com as famílias e a comunidade; cumprir as determinações da Casa da Cultura; atuar na estruturação e manutenção da Banda Municipal escolhendo repertório, organizando ensaios e disponibilizando-a a participar de eventos abertos ao público

Responsabilidades:

Pelo serviço executado;
Pelo material de consumo, equipamentos e material permanente à sua disposição.

Requisitos:

- Bacharel em Trompete ou Trompa, e/ou Licenciatura Plena em Música com habilidade comprovada nos instrumentos de sopro de metal, trompete ou trompa.
- Experiência comprovada com regência de Banda Marcial.
- Experiência na composição de arranjos musicais e softwares de edição de partituras.

Atividades Típicas:

Exercício das atribuições inerentes ao ensino de musicalização e dos instrumentos específicos descritos no cargo.
Executar tarefas de mesma natureza ou nível de dificuldade.
Ministrar aulas de Teoria Musical, trompete e trompa para turmas da Casa da Cultura.
Trabalhar as técnicas instrumentais dos instrumentos, incentivar o estudo específico do instrumento, fazer arranjos musicais e trabalhar diversos repertórios.
Incentivar a formação de grupo, promover eventos e apresentações em benefício do município.

PARA O CARGO DE Professor de Música com habilitação em Tuba, Eufonio e Trombone de Vara.

Descrição do cargo:

Docência nas turmas de música (especificamente Tuba, Eufônio e Trombone de Vara) da Casa da Cultura e ainda as seguintes atribuições:

Participar na elaboração da proposta pedagógica da Casa da Cultura; elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da entidade; zelar pela aprendizagem dos alunos; ministrar os dias letivos e as horas-aula estabelecidos; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; colaborar com as atividades de articulação com as famílias e a comunidade; cumprir as determinações da Casa da Cultura; atuar na estruturação e manutenção da Banda Municipal escolhendo repertório, organizando ensaios e disponibilizando-a a participar de eventos abertos ao público

Responsabilidades:

Pelo serviço executado;
Pelo material de consumo, equipamentos e material permanente à sua disposição.

Requisitos:

- Bacharel em Trombone, Tuba ou Eufônio, e/ou Licenciatura Plena em Música com habilidade comprovada nos instrumentos de sopro de metal, Trombone, Tuba ou Eufônio.
- Experiência comprovada com regência de Banda Marcial.
- Experiência na composição de arranjos musicais e softwares de edição de partituras.

Atividades Típicas:

Exercício das atribuições inerentes ao ensino de musicalização e dos instrumentos específicos descritos no cargo.
Executar tarefas de mesma natureza ou nível de dificuldade.
Ministrar aulas de Teoria Musical, Tuba, Eufônio e Trombone de Vara para turmas da Casa da Cultura.
Trabalhar as técnicas instrumentais dos instrumentos, incentivar o estudo específico do instrumento, fazer arranjos musicais e trabalhar diversos repertórios.
Incentivar a formação de grupo, promover eventos e apresentações em benefício do município

PARA O CARGO DE Professor de Dança com habilitação em Balé

Descrição do cargo:

Docência nas turmas de dança (especificamente Balé e Balé infantil) da Casa da Cultura e ainda as seguintes atribuições: Participar na elaboração da proposta pedagógica da Casa da Cultura; elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da entidade; zelar pela aprendizagem dos alunos; ministrar os dias letivos e as horas-aula estabelecidos; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

Responsabilidades:

Pelo serviço executado;
Pelo material de consumo, equipamentos e material permanente à sua disposição.

Requisitos:

Formação Técnica em Dança com especialização em Balé.

Atividades Típicas:

Exercício das atribuições inerentes ao ensino de dança e das categorias específicas descritas no cargo.

Executar tarefas de mesma natureza ou nível de dificuldade.

Ministrar aulas de Dança, Balé e Balé infantil para turmas da Casa da Cultura.

Colaborar com as atividades de articulação com as famílias e a comunidade; cumprir as determinações da Casa da Cultura; atuar na estruturação e manutenção de um grupo de Balé Infantil recolhendo coreografias, organizando ensaios e disponibilizando-a a participar de eventos abertos ao público em benefício do município.

ANEXO III

FICHA DE INSCRIÇÃO

EDITAL Nº 001/2014 - PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.

CARGO: _____

NOME DO CANDIDATO: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

DATA DE NASCIMENTO: _____

Nº DE FILHOS MENORES DE 18 ANOS: _____

FORMAÇÃO:

() Superior (Bacharel)

() Curso Técnico

() Ensino Médio

() Outra _____

Data: ____/____/____

ASSINATURA DO CANDIDATO

Responsável pelo recebimento da inscrição: _____

Nº DA INSCRIÇÃO: _____ (PREENCHIDO PELA FUNDAÇÃO CULTURAL)

ANEXO IV

PROVAS E PROGRAMAS

PROVAS OBJETIVAS - 20 QUESTÕES

Todos os Cargos de Nível Superior terão a prova objetiva de Conhecimentos Gerais com

10 (dez) questões, a partir do seguinte programa:

CONHECIMENTOS GERAIS - 10 QUESTÕES:

LÍNGUA PORTUGUESA - 3 Questões:

Compreensão e interpretação de texto(s); Coesão e coerência textuais; Ortografia oficial;

Acentuação gráfica; Flexão nominal e verbal; Pronomes: emprego, forma de tratamento e

colocação; Emprego de tempos e modos verbais; Vozes do verbo; Concordância nominal

e verbal; Emprego da crase; Pontuação; Classes gramaticais variáveis: substantivo,

adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo; Termos integrantes da oração: objeto direto e

indireto, agente da passiva e complemento nominal; Redação Oficial: formas de tratamento, tipos de discursos, introdução a assuntos preestabelecidos, correspondência oficial.

MATEMÁTICA - 3 Questões:

Números inteiros: operações e propriedades; Números racionais: representação

fracionária e decimal: operações e propriedades; Razão e proporção; Porcentagem;

Regra de três simples e composta; Juros simples e compostos; Equação de 1º e de 2º

grau; Equação exponencial; Logaritmos; Funções: 1º grau, 2º grau, exponencial,

logarítmica e trigonométrica; Matrizes, determinantes e resolução de sistemas lineares;

Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e capacidade; Relação

entre grandezas: tabelas e gráficos; Raciocínio lógico; Resolução de Situações-Problema;

Geometria; Trigonometria.

TEMAS CONTEMPORÂNEOS - 4 Questões:

Noções gerais sobre a vida econômica, social, política, tecnológica, relações exteriores,

segurança, esportes, educação e ecologia e das diversas áreas correlatas do

conhecimento juntamente com suas vinculações histórico-geográficas em nível nacional e

internacional. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos

impactos na sociedade contemporânea. Desenvolvimento urbano brasileiro. Cultura e

sociedade brasileira: artes, arquitetura, cinema, jornais, revistas, televisão, música e

teatro. Atualidades: principais acontecimentos nacionais e regionais abordados nos

diferentes veículos de comunicação.

Todos os Cargos de Nível Superior terão a prova objetiva de Conhecimentos Específicos

com 10 (dez) questões, a partir dos seguintes programas, conforme cargo a que o

candidato concorrer:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 10 QUESTÕES

Professor de Música com habilitação em Tuba, Eufonio e Trombone de Vara:

Teoria Musical, características técnicas e físicas dos instrumentos, Tuba, Eufônio e Trombone de Vara, técnicas instrumentais, conhecimento em arranjos musicais, Correntes teóricas do ensino musical, Concepção de Conteúdo, Habilidades e Competências.

Professor de Música com habilitação em trompete e trompa:

Teoria Musical, características técnicas e físicas dos instrumentos, em trompete e trompa, técnicas instrumentais, conhecimento em arranjos musicais, Correntes teóricas do ensino musical, Concepção de Conteúdo, Habilidades e Competências.

CARGO DE NÍVEL TÉCNICO - Professor de Dança com habilitação em Balé

CONHECIMENTOS GERAIS - 10 QUESTÕES:

LÍNGUA PORTUGUESA - 5 Questões:

Compreensão e interpretação de texto(s); Coesão e coerência textuais; Ortografia; Acentuação gráfica; Pronomes: emprego, forma de tratamento e colocação; Emprego de tempos e modos

verbais; Vozes do verbo; Concordância nominal e verbal; Emprego da crase; Pontuação; Classes gramaticais variáveis: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo; Termos integrantes da oração: objeto direto e indireto, agente da passiva e complemento nominal.

MATEMÁTICA - 5 Questões:

Números inteiros: operações e propriedades; Números racionais: representação fracionária e decimal: operações e propriedades; Razão e proporção; Porcentagem; Regra de três simples; Juros simples e compostos; Equação de 1º e de 2º grau; Resolução de sistemas de equações de 1º e 2º grau; Equação exponencial; Função do 1º grau, 2º grau e exponencial. Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e capacidade; Relação entre grandezas: tabelas e gráficos; Raciocínio Lógico; Resolução de Situações-Problema; Geometria; Trigonometria.

TEMAS CONTEMPORÂNEOS - 5 Questões:

Noções gerais sobre a vida econômica, social, política, tecnológica, relações exteriores, segurança, esportes, educação e ecologia e das diversas áreas correlatas do conhecimento juntamente com suas vinculações histórico-geográficas em nível nacional e internacional. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea. Desenvolvimento urbano brasileiro. Cultura e sociedade brasileira: artes, arquitetura, cinema, jornais, revistas, televisão, música e teatro. Atualidades: principais acontecimentos nacionais e regionais abordados nos diferentes veículos de comunicação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 10 QUESTÕES

Coordenação, manipulação rítmica e movimentos fundamentais que podem ser realizados por crianças. Movimentos analíticos com movimentos fundamentais associados a padrões técnicos de vários estilos de dança na adolescência. Movimentos básicos que podem ser executados nas idades iniciais (entre 02 e 04 anos). Pedagogia da dança. Estilização dos movimentos no balé clássico. Exercícios de ritmo na dança moderna. Aplicação de programas pouco flexíveis e abertos para improvisação.

ANEXO V

SOLICITAÇÃO DE RECURSO EDITAL 001/2014

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

(Para uso da Fundação Cultural)

	DEFERIDO
	INDEFERIDO

Guaramirim, _____ de _____ de 2014.

ASSINATURA DO CANDIDATO

ANEXO VI

CRONOGRAMA EDITAL 004/2014

Etapa	Período
5.1 As inscrições são gratuitas e serão recebidas no horário de funcionamento da Fundação Cultural de Guaramirim, localizada à Rua Ernesto Pizeta, 384, Centro, Guaramirim/SC, do dia 17 de novembro a 16 de dezembro de 2014, no horário de expediente da mesma, das 8 às 14h, salvo finais de semana, pontos facultativos e feriados.	21 de janeiro a 31 de janeiro de 2015

5.6 O candidato deverá obrigatoriamente entregar no local de inscrição, a Ficha de Inscrição constante no Anexo III, impressa em duas vias, devidamente assinada, segundo orientações deste Edital, juntamente com a documentação constante no item 5.4.1	21 de janeiro a 31 de janeiro de 2015
6.1 A prova será realizada nas dependências da Casa da Cultura Paulino João de Bem localizada à Ernesto Pizeta nº 384, Centro, município de Guaramirim/SC, sendo no período: 6.1.1 Matutino, das 9h às 12h, para todos os cargos.	06 de fevereiro de 2015
7.1.1.24 Os cadernos de prova não serão disponibilizados via Internet. O gabarito preliminar da prova será divulgado no - site- www.guaramirim.sc.gov.br no "link" Concursos e Processos Seletivos.	13 de janeiro de 2015, às 20h
10.1 O candidato que desejar interpor recurso quanto as questões da prova deverá fazê-lo, nos moldes do Anexo V em até 2 (dois) dias úteis após a publicação, devendo protocolá-lo junto a Fundação Cultural no horário de expediente da mesma, podendo postá-lo via Sedex neste mesmo prazo, com a menção expressa que se relacionam a este Edital.	17 de fevereiro de 2015
7.1.1.25 Na hipótese de anulação de questão da prova, ela será considerada como respondida corretamente por todos os candidatos. O gabarito oficial da prova, se houver alteração, será divulgado no - site- www.guaramirim.sc.gov.br no "link" Concursos e Processos Seletivos.	13 de fevereiro de 2015, às 8 horas
9.1 A lista classificatória provisória, juntamente com a pontuação individual dos candidatos, será publicada no mural de publicações oficiais do Município e no - site- www.guaramirim.sc.gov.br no "link" Concursos e Processos Seletivos.	10 de fevereiro de 2015, às 14 horas
10.9 O candidato que desejar interpor recurso quanto a ordem de classificação preliminar, deverá fazê-lo, nos moldes do Anexo V, devendo protocolá-los junto a Fundação Cultural no horário de expediente da mesma, podendo postá-lo via Sedex neste mesmo prazo, com a menção expressa que se relacionam a este Edital.	13 de fevereiro de 2015
9.2 A lista classificatória final, juntamente com a pontuação individual dos candidatos, será publicada no mural de publicações oficiais do Município e no - site- www.guaramirim.sc.gov.br no "link" Concursos e Processos Seletivos.	13 de fevereiro de 2015, às 14 horas.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024A/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024A/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 084/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2014

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 04 de dezembro de 2015, prorrogável, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos quatro dias do mês de dezembro de 2014, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de Material de Construção, para uso das Secretarias e Fundos Municipais, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA inscrita no CNPJ nº 07.355.138/0001-52, em decorrência do Processo Licitatório nº084/2014, modalidade Pregão Presencial nº 037/2014, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafa-do, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
21	SOLVENTE, GALÃO DE 5 LITROS;	TINSUL	GL	216	48,50	10.476,00
24	TINTA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA AMARELA, A BASE DE SOLVENTE, GALÃO COM 18 LITROS CONFORME NBR 11862;	TINSUL	GL	100	499,00	49.900,00
25	TINTA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA BRANCA, GALÃO COM 18 LITROS, CONFORME NBR 11862;	TINSUL	GL	100	499,00	49.900,00

Valor Total: 110.276,00 (cento e dez mil duzentos e setenta e seis reais).

Herval d'Oeste, em 09 de dezembro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Luiz Carlos Ghiggi Sócio Administrador CPF: 294.775.229-53 Pela Empresa
--	--

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia
CPF: 687.857.399-87

Mariana Colusso Fabrin
CPF: 052.051.949-36

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024B/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024B/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 084/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2014

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 04 de dezembro de 2015, prorrogável, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos quatro dias do mês de dezembro de 2014, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de Material de Construção, para uso das Secretarias e Fundos Municipais, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA inscrita no CNPJ nº 05.238.271/0001-01, em decorrência do Processo Licitatório nº084/2014, modalidade Pregão Presencial nº 037/2014, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafa-do, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
1	ARAME RECOZIDO Nº 18	VOTORAÇO	KG	100	5,50	550,00
2	AREIA FINA	HOBİ	M³	100	119,00	11.900,00
3	AREIA GROSSA	HOBİ	M³	100	119,00	11.900,00
4	AREIA MÉDIA	HOBİ	M³	540	119,00	64.260,00
5	BARRA FERRO CA-50 10,0 12 METROS (3/8").	VOTORAÇO	UND	265	23,90	6.333,50
6	BARRA FERRO CA-50 12,5 12 METROS (1/2")	VOTORAÇO	UND	325	35,90	11.667,50
7	BARRA FERRO CA-50 25,0 12 METROS(1")	VOTORAÇO	UND	55	159,00	8.745,00
8	BARRA FERRO CA-50 8,0 (5/16).	VOTORAÇO	UND	90	13,90	1.251,00
9	BARRA FERRO CA-60 4,2 12 METROS (3/16).	VOTORAÇO	UND	215	4,80	1.032,00
10	CAL DE PINTURA 08 KG	CAL CEM	SAC	300	7,85	2.355,00
11	CAL HIDRATADO SACO DE 20KG	CAL CEM	SAC	140	8,65	1.211,00

12	CAL VIRGEM, SACO COM 20 KG.	CAL CEM	UND	300	8,65	2.595,00
13	CIMENTO SACO DE 50 KG.	VOTO-RAN	SAC	1.700	25,50	43.350,00
14	JOELHO DE ESGOTO PVC 100 MM.	TOBO-ZAN	UND	80	2,50	200,00
15	LAJOTA DE CONCRETO PARA PASSEIOS PÚBLICOS CINZA NATURAL MEDINDO 45X45X2,5CM EM CONFORMIDADE COM A NORMA ABNT 9050	ANDRA-DE	M²	3.500	17,50	61.250,00
16	LAJOTA DE CONCRETO PARA PASSEIOS PÚBLICOS VERMELHA MEDINDO 45X45X2,5CM EM CONFORMIDADE COM A NORMA ABNT 9050	ANDRA-DE	M²	1.000	18,50	18.500,00
17	LONA PRETA, COM 6 METROS DE LARGURA	GASP DIST	MT²	2.000	1,10	2.200,00
18	PREGO 18X30	GERDAL	KG	70	7,90	553,00
19	PREGO 19X39	GERDAL	UND	30	7,90	237,00
20	PREGO COM CABEÇA 17X27.	GERDAL	KG.	90	8,20	738,00
22	TIJOLO 06 FUROS, DE 25CM	ANDRA-DE	MT²	19.000	0,49	24.010,00
23	TIJOLO MACIÇO	DALLA MARIA	KG	10.000	0,47	4.700,00
26	TUBO DE ESGOTO DE PVC 100MM - 6M,	TUBO-ZAN	UND	500	32,30	16.150,00
27	TUBO DE ESGOTO PVC 200 MM	TUBO-ZAN	MT	300	29,90	8.970,00
28	TUBO DE ESGOTO PVC 300 MM	TUBO-ZAN	MT	300	55,00	16.500,00
29	TUBO DE ESGOTO PVC 400 MM	TUBO-ZAN	MT	700	230,00	161.000,00
30	TUBO DE PVC ESTRUTURADO 800MM DRENAGEM PLUVIAL	AMANCO	MT	250	570,00	142.500,00
31	TUBO DE PVC SOLDÁVEL 20MM - 6 METROS	TUBO-ZAN	UND	100	7,10	710,00

Valor Total: R\$ 625.368,00 (seiscentos e vinte e cinco mil trezentos e sessenta e oito reais).

Herval d'Oeste, em 09 de dezembro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Simar José Rosa Sócio Administrador CPF: 437.061.009-59 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

DECRETO Nº 3.382/2014.

DECRETO Nº. 3.382/2014.

HOMOLOGA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO DE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA REGULAMENTADO PELO EDITAL Nº. 015/2014/SMECE.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Edital nº. 015/2014/SMECE,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do concurso de ampliação de carga horária regulamentado pelo Edital nº. 015/2014/SMECE, conforme relação constante do Anexo Único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 15 de dezembro de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 3.382/2014.

CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO DE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA - EDITAL 015/2014/SMECE

Cargo: Professor de Educação Física

Nº de Protocolo	Nome do servidor	Turno	Carga Horária	Opções			Ampliação de Carga Horária Unidade Escolar Resultado Final	Critério de desempate
				1ª	2ª	3ª		
01	Marilene de Lurdes Alves	Mat/Vesp	10	CME Pequeno Príncipe	-	-	Indeferido	-
		Vespertino	10	ERM Profº Alcino Fernandes				

Cargo: Professor de Educação Infantil

Nº de Protocolo	Nome do servidor	Turno	Carga Horária	Opções			Ampliação de Carga Horária Unidade Escolar Resultado Final	Critério de desempate
				1ª	2ª	3ª		
02	Leila Cezar	Matutino	20	EBM Cruz e Sousa	-	-	Indeferido	
03	Silvana Trevisol Gab	Matutino	20	EBM Cruz e Sousa	-	-		Menor tempo de serviço
04	Elenari Menezes Fiorin	Matutino	20	EBM Cruz e Sousa	-	-	EBM Cruz e Sousa	Maior Tempo de Serviço

PORTARIA Nº 1340/2014

PORTARIA Nº 1340/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora ADRIANA FERNANDES BERNARDES DA SILVA (Matr. 2808), a partir de 15 de Dezembro de 2014, a qual exerce a função de Terapeuta Ocupacional, Nível - 12/1 - Referência "A", 30 horas semanais, anexo V da LC Nº. 280/2011, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1341/2014

PORTARIA Nº 1341/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora CHARLINE ZARPELON (Matr. 3379), a partir de 15 de Dezembro de 2014, a qual exerce a função de Enfermeira, Nível - 12/1 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº. 280/2011, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1342/2014

PORTARIA Nº 1342/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora LEONIDA MARIA BARETTA (Matr. 3571), a partir de 15 de Dezembro de 2014, a qual exerce a função de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº. 280/2011, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1343/2014

PORTARIA Nº 1343/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora MARIANGELA CASANOVA DE OLIVEIRA (Matr. 2805), a partir de 15 de Dezembro de 2014, a qual exerce a função de Psicóloga, Nível - 12/1 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº. 280/2011, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1344/2014

PORTARIA Nº 1344/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora MARLENE URIO BORTOLI (Matr. 2805), a partir de 15 de Dezembro de 2014, a qual exerce a função de Assistente Social, Nível - 12/1 - Referência "A", 30 horas semanais, anexo V da LC Nº. 280/2011, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1345/2014

PORTARIA Nº 1345/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora LIANA SEVERINO (Matr. 3228), a partir de 15 de Dezembro de 2014, a qual exerce a função de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº. 280/2011, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1346/2014

PORTARIA Nº 1346/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora ANA PAULA BANDELOFF DE MATOS (Matr. 3606), a partir de 15 de Dezembro de 2014, a qual exerce a função de Enfermeira, Nível - 12/1 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº. 280/2011, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1347/2014

PORTARIA Nº 1347/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, o Servidor DOMINGOS TREVISOL (Matr. 3217), a partir de 15 de Dezembro de 2014, o qual exerce a função de Agente Operacional de Manutenção Municipal, Nível - 3 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº. 280/2011, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001, revogada pela Lei Complementar nº 313/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1348/2014

PORTARIA Nº 1348/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, o Servidor LIRIO COMARETTO (Matr. 3218), a partir de 15 de Dezembro de 2014, o qual exerce a função de Agente Operacional de Manutenção Municipal, Nível - 3 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº. 280/2011, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001, revogada pela Lei Complementar nº 313/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1349/2014

PORTARIA Nº 1349/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora KARINA SOARES DE LIMA (Matr. 3767), a partir de 15 de Dezembro de 2014, a qual exerce a função de Monitora Social - ABRIGO, Nível - 6/2 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº. 280/2011,

de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1350/2014

PORTARIA Nº 1350/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

E, EXONERAR a pedido conforme requerimento anexo, e DECLARAR a Vacância do cargo ocupado pela Servidora JANETE MARIA BRECIANI (Matr. 2878), ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, a qual exercia as funções inerentes ao Cargo de Provedor Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "B", Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 15 de Dezembro de 2014, de conformidade com o disposto nos artigos 44 e 45, da LC Nº 281/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 15 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1351/2014

PORTARIA Nº 1351/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora ELISANGELA REGINA PINHO (Matr. 3191), ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "A", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2012 a 18 de agosto de 2013, para serem gozadas a contar de 15 de dezembro de 2014 a 26 de dezembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1352/2014

PORTARIA Nº 1352/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, ao servidor CARLOS NORBERTO PESSOLI (Matr. 540), ocupante do Cargo de Provimeto Efetivo de Motorista, Nível - 7, Referência "H", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2013 a 18 de agosto de 2014, para serem gozadas a contar de 15 de dezembro de 2014 a 26 de dezembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1353/2014

PORTARIA Nº 1353/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, ao servidor IGOR BERNARDES DA SILVA (Matr. 2744), ocupante do Cargo de Provimeto Efetivo de Médico, Nível - 14, Referência "B", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2013 a 18 de agosto de 2014, para serem gozadas a contar de 15 de dezembro de 2014 a 26 de dezembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1354/2014

PORTARIA Nº 1354/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 939/2014, ao Servidor ROBERTO BRANDALISE (Matr. 2770), ocupante do Cargo de Provimeto Efetivo de Motorista, Nível - 7, Referência "B", Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 11 de junho de 2012 e 10 de junho de 2013, para serem gozadas a partir de 15 de dezembro de 2014 a 03 de janeiro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1355/2014

PORTARIA Nº 1355/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, a Senhora TÂNIA MARIA SCHNEIDER (Matr. 4046), a partir de 15 de dezembro de 2014, aprovada e classificada em 1º lugar através do Concurso Público 001/2014, de conformidade com o Decreto Nº 3.322/2014 de 12 de agosto de 2014, para ocupar o Cargo de Provimeto Efetivo de Monitora Social - Assistência Social, Nível - 4/2, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com a Lei Complementar Nº. 292/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1356/2014

PORTARIA Nº 1356/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, a Senhora DÉBORA ZAMBON DURIGON (Matr. 4045), a partir de 15 de dezembro de 2014, aprovada e classificada em

2º lugar através do Concurso Público 001/2014, de conformidade com o Decreto Nº 3.322/2014 de 12 de agosto de 2014, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Monitora Social - Assistência Social, Nível - 4/2, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com a Lei Complementar Nº. 292/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Imarui

PREFEITURA

DECRETO Nº. 147, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 147, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETA reCESSO ADMINISTRATIVO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMARUÍ, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 61, do parágrafo VI da Lei Orgânica do Município, e considerando as festividades natalícias e de final de ano;

Considerando a necessidade de paralisação dos serviços públicos não essenciais nestes dias comemorativos;

Considerando ainda a necessidade de redução no custeio da Administração Pública Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Artigo 1º - Fica decretado recesso administrativo na Prefeitura Municipal de Imaruí, no período de 22 de dezembro de 2014 a 04 de janeiro de 2015.

Art. 2º Artigo 2º - No período em questão, funcionarão em regime de plantão, exclusivamente os serviços considerados de natureza essencial e os serviços administrativos internos que forem considerados necessários para o encerramento do exercício financeiro.

Art. 3º Artigo 3º - Os Secretários Municipais deverão organizar escala de plantão dos serviços públicos previstos pelo art. 2º deste Decreto, durante o período de recesso administrativo.

Art. 4º Artigo 4º - Os ocupantes de cargos comissionados deverão permanecer à disposição em caso de eventual necessidade de serviço.

Art. 5º Artigo 5º - As férias solicitadas durante o período de recesso administrativo serão validadas como férias, bem como as férias requeridas antes ou imediatamente após esse período serão deferidas conforme o interesse da administração.

Art. 6º Artigo 6º - Os processos sindicantes e disciplinares, bem como os pretensos recursos licitatórios ficarão suspensos no prazo mencionado no artigo 1º deste Decreto.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 15 de dezembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

PORTARIA PMI/DGP Nº 535/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 535, de 15 de dezembro de 2014.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor e os Autos do Processo RT nº 0000022-85.2011.5.12.0043;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor MARIOSAN MANDUCA, Agente Administrativo, inscrito no CPF sob o n.º 432.864.459-91, admitido em 15 de abril de 1985, contrato nº 377, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
1985 a 1990 2000 a 2005	01.04.2015 a 30.07.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 15 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

DECRETO PMI Nº 309.2014

DECRETO PMI Nº 309, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.740,00 (dois mil e setecentos e quarenta reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER – SESPORTE		
Manutenção da SESPORTE		
27.812.0010-2.134		
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0163)	Aplicações Diretas	2.740,00
Total		2.740,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da

seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER – SESPORTE		
Manutenção da SESPORTE		
27.812.0010-2.134		
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0164)	Aplicações Diretas	2.740,00
Total		2.740,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 9 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

DECRETO PMI Nº 310.2014

DECRETO PMI Nº 310, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – SEDES		
Manutenção da SEDES		
04.122.0007-2.132		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0149)	Aplicações Diretas	1.000,00
Total		1.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária abaixo, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – SEDES		
Manutenção da SEDES		
04.122.0007-2.132		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0148)	Aplicações Diretas	1.000,00
Total		1.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

DECRETO PMI Nº 311.2014

DECRETO PMI Nº 311, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

Cria Comissão Especial de Licitação e nomeia seus membros titulares junto à Administração Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições e considerando a faculdade que lhe atribui o art. 51 da Lei Federal n.º 8.666/93, com as alterações subseqüentes,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão Especial de Licitação, com a exclusiva finalidade de julgar as propostas do Processo nº 003/2014 - Concorrência nº 002/2014, que tem como objeto: Contratação de uma empresa para a prestação de serviços técnicos especializados em operação, manutenção, gerenciamento e melhorias do sistema de abastecimento de água e esgoto do município de Imbituba/SC.

Art. 2º Ficam nomeados como membros titulares da Comissão Especial de Licitação, a que se refere o artigo anterior, os servidores: Dilson Petrassem Júnior, Michelle Francine Pereira de Oliveira, Ana Maria Espindola, Alexandro Tolentino Pamato e Luciane Martins.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de dezembro de 2014.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

DECRETO PMI Nº 312.2014

DECRETO PMI Nº 312, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Define o valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM, em atendimento ao disposto no Artigo 408 da Lei Complementar nº 3.019 de 28 de dezembro 2006 alterada pela Lei Complementar nº 3.598 de 10 de dezembro de 2009, que trata sobre a atualização monetária dos créditos fiscais de qualquer natureza, inclusive, dos valores da Planta de Valores Genéricos constantes na Lei Complementar nº 3.018 de 28 de dezembro de 2006 alterada pela Lei Complementar nº 4.318 de 20 de dezembro de 2013; ou outras que venham a substituí-las.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Complementar nº 3.019, de 28 de dezembro de 2006,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM em R\$ 2,66 (dois reais e sessenta e seis centavos).
Parágrafo único. O valor fixado no "caput" decorre da atualização em 6,3338%, correspondente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acumulado no período de dezembro/2013 à novembro/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de dezembro de 2014.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

DECRETO PMI Nº 313.2014

DECRETO PMI Nº 313, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a Progressão ou Promoção de servidores de Carreira no Serviço Público Municipal de Imbituba protocolados até o início da vigência da Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 93, III e VII, c/c art. 32, I, a, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a faculdade delegatória atribuída ao Chefe do Poder Executivo pelo art. 10 Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013, que estabeleceu a Estrutura Organizacional Básica do Poder Executivo do Município de Imbituba;

CONSIDERANDO a expressa autorização legislativa insculpida no art. 19 da Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014, que dispôs sobre a Evolução Funcional na Carreira dos Servidores Públicos Municipais de Imbituba;

CONSIDERANDO, ainda, o que preceitua o art. 11 da mencionada Lei Complementar nº 4.492/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada competência à Gerência de Pessoal, Órgão Gestor de Pessoal da Administração Municipal, vinculada à Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, para regulamentar, por meio de Resolução, a forma e procedimentos atinentes à tramitação, análise e concessão de pedidos de Progressão ou Promoção, cujos requerimentos tenham sido protocolados até o início da vigência da Lei Complementar nº 4.492/2014.

§1º Os requerimentos de Progressão ou Promoção protocolados até o início da vigência da Lei Complementar nº 4.492/2014 e pendentes de apreciação serão analisados sob a forma dos preceitos normativos em vigor no dia imediatamente anterior à publicação da referida Lei, ocorrida em 12 de dezembro de 2014.

§2º A regulamentação de que trata o "caput" deverá observar as disposições aplicáveis da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009, que regula o processo Administrativo no âmbito da Administração Pública no Município de Imbituba.

Art. 2º Caberá à Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP, criada pelo Decreto PMI nº 65, de 30 de abril de 2008, a instrução dos processos e ao dirigente do Órgão Gestor de Pessoal da Administração Municipal a decisão devidamente motivada.

§1º Fica acrescentado ao art. 2º do Decreto PMI nº 21, de 13 de fevereiro de 2009, o Inciso V, com a seguinte redação:

"V - instrução dos processos referentes aos pedidos de Progressão ou Promoção protocolados até o início da vigência da Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e pendentes de apreciação, os quais serão analisados sob a forma dos preceitos

normativos em vigor no dia imediatamente anterior à publicação da referida Lei, ocorrida em 12 de dezembro de 2014.”

§2º Fica acrescentado ao art. 2º do Decreto PMI nº 21, de 13 de fevereiro de 2009, o Parágrafo Quarto, com a seguinte redação:

“§ 4º Considera-se como atividade de instrução processual, para fins do disposto no Inciso V do caput:

I - identificar os processos enquadrados nos requisitos normativos vigentes;

II - regularizar a tramitação processual na forma estabelecida pela Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009;

III - prover os dados, informações e demais documentos necessários ao aperfeiçoamento processual;

IV - providenciar audiência de servidores e superiores hierárquicos, quando necessário;

V - efetuar a avaliação de desempenho e aferição de pontuação no âmbito dos pedidos formulados, observados os requisitos normativos pertinentes;

VI - elaborar relatório conclusivo sobre cada processo, para subsidiar a decisão motivada do dirigente do Órgão Gestor de Pessoal da Administração Municipal; e

VII - realizar demais atividades e providências determinadas pela legislação em vigor e/ou pelo dirigente do Órgão Gestor de Pessoal da Administração Municipal.

Art. 3º Após a tramitação regular e decisão motivada favorável à Progressão ou Promoção protocolados até o início da vigência da Lei Complementar nº 4.492/2014, o Órgão Gestor de Pessoal da Administração Municipal formulará calendário de concessão dos benefícios, observada a ordem cronológica do protocolo de cada processo e a disponibilidade orçamentária, em respeito ao art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece os limites para despesa total com pessoal.

Art. 4º Cabe ao dirigente do Órgão Gestor de Pessoal da Administração Municipal submeter à apreciação da Procuradoria Geral do Município eventuais dúvidas, lacunas ou omissões decorrentes da aplicação das disposições legais atinentes às suas atribuições e às normas incidentes no âmbito deste ato e sua regulamentação.

Art. 5º Ficam revogados os seguintes atos normativos:

I - Decreto PMI nº 054, de 29 de setembro de 1995;

II - Decreto PMI nº 049, de 27 de dezembro de 1996; e

III - Decreto PMI nº 131, de 28 de novembro de 2012.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 12 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

DECRETO PMI Nº 314.2014

DECRETO PMI Nº 314, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a concessão do Adicional Sexta-Parte (ASP) para os servidores de Carreira no Serviço Público Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 93, III e VII, c/c art. 32, I, a, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a faculdade delegatória atribuída ao Chefe do Poder Executivo pelo art. 10 Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013, que estabeleceu a Estrutura Organizacional Básica do Poder Executivo do Município de Imbituba;

CONSIDERANDO a expressa autorização legislativa insculpida no art. 19 da Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014;

CONSIDERANDO, ainda, o que preceitua o art. 17 da mencionada Lei Complementar nº 4.492/2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica assegurado ao Servidor de Carreira no Serviço Público Municipal de Imbituba o Adicional Sexta-Parte (ASP), após completar 25 (vinte e cinco) anos de serviço público municipal.

§ 1º O Adicional Sexta-Parte (ASP) correspondente à 1/6 (um sexto) da remuneração do servidor.

§ 2º O Adicional Sexta-Parte (ASP) incorporar-se-á à remuneração para todos os efeitos e será pago juntamente com ela.

Art. 2º O Servidor de Carreira no Serviço Público Municipal de Imbituba que completar 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público municipal deverá requerer formalmente a concessão do Adicional Sexta-Parte (ASP).

Art. 3º Fica delegada competência à Gerência de Pessoal, Órgão Gestor de Pessoal da Administração Municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, para regulamentar, por meio de Resolução, a forma e procedimentos atinentes à tramitação, análise e concessão de pedidos do Adicional Sexta-Parte (ASP).

§1º O requerimento do Adicional Sexta-Parte (ASP), devidamente protocolado e instruído, será analisado sob a forma dos preceitos normativos em vigor.

§2º A regulamentação de que trata o “caput” deverá observar as disposições aplicáveis da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009, que regula o processo Administrativo no âmbito da Administração Pública no Município de Imbituba.

Art. 4º Caberá ao Órgão Gestor de Pessoal da Administração Municipal a instrução dos processos e ao seu dirigente a decisão devidamente motivada sobre a concessão.

Art. 5º Após a tramitação regular e decisão motivada favorável à concessão do Adicional Sexta-Parte (ASP), o Órgão Gestor de Pessoal da Administração Municipal formulará calendário de concessão dos benefícios, observada a ordem cronológica do protocolo de cada processo e a disponibilidade orçamentária, em respeito ao art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece os limites para despesa total com pessoal.

Parágrafo único. O calendário de concessão do Adicional Sexta-Parte (ASP) elaborado pelo Órgão Gestor de Pessoal da Administração Municipal observará o limite de até 3 (três) concessões mensais, observada a ordem de protocolização dos pedidos e a comprovação de cumprimento dos 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público municipal.

Art. 6º Cabe ao dirigente máximo do Órgão Superior de Administração e Gestão Pública, após a decisão devidamente motivada do dirigente do Órgão Gestor de Pessoal da Administração Municipal, a edição da Portaria de concessão do Adicional Sexta-Parte (ASP).

Art. 7º Cabe ao dirigente do Órgão Gestor de Pessoal da Administração Municipal submeter à apreciação da Procuradoria Geral do Município eventuais dúvidas, lacunas ou omissões decorrentes da aplicação das disposições legais aplicáveis às suas atribuições e às normas aplicáveis no âmbito deste ato e sua regulamentação.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 12 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

DECRETO PMI Nº 315.2014

DECRETO PMI Nº 315, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a fixação de prazo para recolhimento de tributo de competência municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado para o dia 30 de janeiro de 2015, o prazo limite para o recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano para o exercício de 2015, relativo ao pagamento em Cota Única com desconto de 20% (vinte por cento).

Parágrafo único. Para obter o desconto nesta opção, o contribuinte deverá retirar a guia de recolhimento municipal nos seguintes locais:

1. Em qualquer lugar acessando o sítio da Prefeitura Municipal: www.imbituba.sc.gov.br no link "Guia de IPTU / Coleta de Lixo", bastando informar CPF e/ou CNPJ do contribuinte.

2. Nas sedes das Secretarias de Desenvolvimento Regionais:

2.1. Norte, localizada na Rua Marginal da BR 101, s/nº - Alto Arroio;

2.2. Oeste, localizada na Rua João Paulo, s/nº - Nova Brasília;

2.3. Sul, localizada na Rua João Leopoldino Souza, s/nº - Roça Grande.

3. Na Coordenadoria do Serviço Público Funerário de Imbituba, localizada na Rua Santana, nº 937 - Vila Nova.

4. Diretamente em quaisquer dos setores do Departamento de Controle Tributário localizado no Paço Municipal Prefeito Nelson Souza, sito à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro;

5. Ou ainda, poderá requerê-lo em tempo hábil pelos endereços eletrônicos tributos@imbituba.sc.gov.br e/ou fiscalizacao@imbituba.sc.gov.br.

Art. 2º Ao contribuinte que não efetuou o pagamento nos termos do artigo 1º deste Decreto, fica fixado para o dia 10 de março de 2015, o prazo limite para o recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano para o exercício de 2015, relativo ao pagamento em Cota Única com desconto de 10% (dez por cento).

Parágrafo único. Para esta opção, caso não receba o carnê físico que será encaminhado ao respectivo endereço de correspondência constante no banco de dados do Sistema Tributário do Município, o contribuinte poderá retirar a guia de recolhimento municipal pelos canais mencionados no art. 1º desde Decreto.

Art. 3º Nos casos de opção pelo pagamento de forma parcelada, ficam fixadas as datas das parcelas conforme segue:

I - Primeira parcela: 11 de maio de 2015;

II - Segunda parcela: 10 de junho de 2015;

III - Terceira parcela: 10 de julho de 2015;

IV - Quarta parcela: 10 de agosto de 2015;

V - Quinta parcela: 10 de setembro de 2015.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

DECRETO PMI Nº 316.2014

DECRETO PMI Nº 316, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a fixação de prazo para recolhimento de tributo de competência municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado para o dia 30 de janeiro de 2015, o prazo para o recolhimento da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos, para o exercício de 2015, relativo ao pagamento em Cota Única.

Parágrafo único. Para esta opção, o contribuinte deverá retirar a guia de recolhimento municipal nos seguintes locais:

1. Em qualquer lugar acessando o sítio da Prefeitura Municipal: www.imbituba.sc.gov.br no link "Guia de IPTU / Coleta de Lixo", bastando informar CPF e/ou CNPJ do contribuinte.

2. Nas sedes das Secretarias de Desenvolvimento Regionais:

2.1. Norte, localizada na Rua Marginal da BR 101, s/nº - Alto Arroio;

2.2. Oeste, localizada na Rua João Paulo, s/nº - Nova Brasília;

2.3. Sul, localizada na Rua João Leopoldino Souza, s/nº - Roça Grande.

3. Na Coordenadoria do Serviço Público Funerário de Imbituba, localizada na Rua Santana, nº 937 - Vila Nova.

4. Diretamente no Departamento de Controle Tributário localizado no Paço Municipal Prefeito Nelson Souza, sito à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro;

5. Ou ainda, poderá requerê-lo em tempo hábil pelos endereços eletrônicos tributos@imbituba.sc.gov.br e/ou fiscalizacao@imbituba.sc.gov.br.

Art. 2º Nos casos de opção pelo pagamento de forma parcelada, ficam fixadas as datas das parcelas conforme segue:

I - Primeira parcela: 11 de maio de 2015;

II - Segunda parcela: 10 de junho de 2015;

III - Terceira parcela: 10 de julho de 2015;

IV - Quarta parcela: 10 de agosto de 2015;

V - Quinta parcela: 10 de setembro de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

EDITAL PROESPORTE Nº 001.2014

EDITAL PROESPORTE Nº 001/2014

A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Imbituba - SESPORTE, com sede na Praça Olivar Francisco s/n - Centro- Imbituba - SC, através do presente Edital, comunica que se encontram abertas, no período de 16 de dezembro de 2014 a 16 de janeiro de 2015, as inscrições para o EDITAL PROESPORTE, que regulamenta a concessão de incentivo fiscal destinado a atividades esportivas na cidade de Imbituba - SC, de acordo com o Programa Municipal de Incentivo ao Esporte de Imbituba - PROESPORTE, instituído pela Lei Complementar do Município de Imbituba - SC nº 4.286, de 12 de novembro de 2013, segundo as condições estabelecidas no mesmo. O objetivo geral é apoiar iniciativas esportivas no Município de Imbituba que se revistam de interesse esportivo, buscando apoiar a viabilização de projetos esportivos; buscar a ampliação das oportunidades para o desenvolvimento do esporte; e oportunizar a construção de uma cidadania que amplie o acesso e o desenvolvimento das mais variadas modalidades esportivas na sociedade imbitubense.

1) DO OBJETO

1.1) O Programa Municipal de Incentivo ao Esporte de Imbituba - PROESPORTE, tem por objetivo o apoio e a viabilização de Projetos Esportivos, mediante incentivo fiscal, por meio de renúncia fiscal do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS e/ou Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU;

1.2) Constitui objeto do presente Edital a concessão de incentivo fiscal para a execução de Projetos Esportivos durante o ano de 2015, após analisados e aprovados pela SESPORTE, Comissão Municipal de Incentivo ao Esporte - CMIE e Conselho Municipal do Esporte - CME;

1.3) Os recursos decorrentes da renúncia fiscal prevista para o ano de 2015 alcançará o valor de R\$ 209.987,82 (duzentos e nove mil, novecentos e oitenta e sete reais, e oitenta e dois centavos), para incentivar os Projetos Esportivos que contemplem as áreas e atividades descritas a seguir e serão distribuídos conforme tabela abaixo:

Áreas do Esporte	Qtde de Projetos	Recursos por Projeto (R\$)	Total (R\$)
Esportes coletivos: Futebol, Futsal, Futebol Sete (Suíço), Handebol, Basquete, Voleibol, Bocha, Rugby, entre outros.	8	8.076,45	64.611,60
Esportes individuais: Surfe, Windsurfe, Kitesurfe, Atletismo, Tênis de Mesa, Tênis de Quadra, Natação, Remo, Judô, Xadrez, Bocha, Slackline, Standup, Boxe, Vela, MuayThai, Jiu-Jitsu, MMA, Tae kwonDo, Vela, Ciclismo, entre outros.	8	8.076,45	64.611,60
Esportes Motorizados: Jet Ski, Motocross, lancha, Kart, entre outros.	2	8.076,45	16.152,90
Para-atletas	1	8.076,49	8.076,49
Educadores físicos e fisioterapeutas	1	8.076,49	8.076,49
Clubes Esportivos, Associações e entidades congêneres, organizadores de eventos esportivos	5	8.076,45	40.382,25

Outras modalidades/áreas não especificadas	1	8.076,49	8.076,49
TOTAL	26		209.987,82

2) DA PARTICIPAÇÃO

- 2.1) Poderão concorrer ao presente Edital: a) Pessoas Físicas; b) Pessoas jurídicas de direito privado, desde que conste que entre as atividades econômicas primárias ou secundárias, atividades esportivas;
- 2.2) Os proponentes deverão ter residência ou sede comprovada na cidade de Imbituba;
- 2.3) Com desempenho comprovado na área esportiva.

3) DO PRAZO, LOCAL E FORMA DAS INSCRIÇÕES

3.1) Os proponentes deverão apresentar os Projetos Esportivos, juntamente com a documentação prevista nos itens abaixo do presente Edital, em dois envelopes, conforme segue:

a) O primeiro envelope, denominado DOCUMENTAÇÃO, devidamente identificado e lacrado, deverá conter os documentos previstos nos itens 3.2 deste Edital, em papel A4, organizados e rubricados. Para a identificação deste envelope, o proponente deverá colar em sua parte externa a seguinte etiqueta conforme modelo abaixo:

ENVELOPE Nº01	DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE:	
SEGMENTO:	
DESCRIÇÃO:	

b) O segundo envelope, denominado PROJETO ESPORTIVO, devidamente identificado e lacrado, deverá conter o Projeto do Proponente previstos nos itens 3.3 deste Edital, em papel A4, organizado e rubricado, conforme o modelo anexo, que permitam explicar satisfatoriamente o projeto para pleno entendimento e compreensão da equipe avaliadora. Para a identificação deste envelope, o proponente deverá colar em sua parte externa a seguinte etiqueta conforme modelo abaixo:

ENVELOPE Nº02	PROJETO ESPORTIVO
PROPONENTE:	
SEGMENTO:	
DESCRIÇÃO:	

3.2) Somente serão considerados habilitados os proponentes que apresentarem a seguinte documentação:

I - Quando o Proponente for Pessoa Física:

- a) Cópia de documento de identificação, com foto;
- b) Certidão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
- c) Currículo, contendo as atividades esportivas desenvolvidas no ano anterior a solicitação, dentro ou fora do município de Imbituba, devidamente comprovadas;
- d) Comprovante relativo ao domicílio no município de Imbituba;
- e) Declaração acerca da inexistência de dívida com o poder público municipal e de inscrição nos bancos de dados públicos ou privados de proteção ao crédito;

II - quando o Proponente for Pessoa Jurídica:

- a) Cópia do estatuto ou contrato social e respectivas alterações, devidamente registrado, acompanhada da ata ou ato de constituição da direção;
- b) Certidão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, contendo "atividade esportiva" registrada no campo "Código e descrição da atividade econômica principal" ou "Código e descrição da atividade econômica secundária";

- c) Comprovante de estar sediada no município de Imbituba;
- d) Cópia da Ata que elegeu a última diretoria;
- e) Declaração do seu dirigente máximo acerca da inexistência de dívida com o poder público municipal e de inscrição nos bancos de dados públicos ou privados de proteção ao crédito;
- f) Cópia de documento de identificação, com foto, do seu dirigente máximo e do responsável pelo Projeto Esportivo, se não forem os mesmos;
- g) Certidão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF do seu dirigente máximo e do responsável pelo Projeto Esportivo, se não forem os mesmos;
- h) Portfólio contendo as atividades esportivas desenvolvidas pela mesma no ano anterior a solicitação, dentro ou fora do município de Imbituba, devidamente comprovadas.

3.3) Para a apresentação do Projeto Esportivo, seguir-se-ão os seguintes critérios:

- a) Preencher e encaminhar ofício à SESPORTE apresentando o PROJETO ESPORTIVO (Anexo I da Resolução PMI/SESPORTE nº 001/2014),
- b) Preencher e apresentar o formulário do PROJETO ESPORTIVO (Anexo II da Resolução PMI/SESPORTE nº 001/2014),
- c) Preencher e apresentar o PLANO DE APLICAÇÃO detalhado e orçado (Anexo III da Resolução PMI/SESPORTE nº 001/2014), prevendo a realização de todas as ações voltadas à execução do objeto estabelecido neste edital.
- d) Anexar ao Projeto Esportivo as informações necessárias para a compreensão e apresentação do projeto, tais como imagens, vídeos, áudio, protótipos, roteiros, ementas e outros.
- e) Preencher e apresentar o formulário de DADOS DO PROPONENTE, com currículo do dirigente máximo e do responsável pelo Projeto Esportivo, se não forem os mesmos (Anexo IV da Resolução PMI/SESPORTE nº 001/2014).
- f) Preencher e apresentar após aprovação do Projeto o formulário de PRESTAÇÃO DE CONTAS (Anexo V da Resolução PMI/SESPORTE nº 001/2014),
- g) As autorizações para uso de espaços são de responsabilidade do proponente e caso já as possua, poderão estar anexadas ao projeto.

3.5 O período de entrega do Projeto será de 30 (trinta) dias a partir da publicação deste Edital no DOM/SC, estimado entre o dia 16 de dezembro de 2014 a 16 de janeiro de 2015, não sendo aceitas inscrições apresentadas fora deste período.

3.6 O CME poderá solicitar a qualquer tempo qualquer informação que julgue necessária à comprovação de documento apresentado pelo Proponente.

4) DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS

- 4.1) Somente serão considerados habilitados os proponentes que apresentarem todos os documentos exigidos no item 3.1 do presente Edital;
- 4.2) Todos os projetos esportivos dos proponentes habilitados serão analisados pelo CMIE e CME;
- 4.3) Os projetos que não estiverem de acordo com o Edital não serão contemplados;
- 4.4) A CMIE deve adotar, no mínimo, os seguintes critérios objetivos na seleção das propostas:
 - a) avaliação das dimensões esportivas do projeto - gerar saúde, propiciar lazer, congraçamento entre atletas, responsabilidade social, inclusão e ascensão social;
 - b) adequação orçamentária;
 - c) viabilidade de execução; e
 - d) capacidade técnico-operacional do proponente;

4.5) O PROPONENTE deverá PROTOCOLAR o projeto no setor de

Protocolo da Prefeitura Municipal de Imbituba, endereçado à Secretária Municipal de Esportes e Lazer, que encaminhará ao CME e este, por sua vez enviará a CMIE para avaliação do projeto;

4.6) A comissão do CMIE usará ata como documento oficial de registro legal para a abertura dos envelopes. Após este procedimento os projetos selecionados serão encaminhados para aprovação do CME, que remeterá à SESPORTE;

4.7) A comissão do CME terá um prazo de 30 dias para análise e entrega dos projetos selecionados para a SESPORTE, que fará a publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, site: www.diariomunicipal.sc.gov.br, da lista dos projetos selecionados e dos não selecionados;

4.8) Os recursos destinados a uma área ESPORTIVA beneficiada pelo EDITAL PROESPORTE, eventualmente não utilizados por falta de projetos propostos ou qualificados, poderão ser destinados a outras áreas, por aprovação em assembleia realizada pelo CME.

5) DA CAPTAÇÃO DO INCENTIVO FISCAL:

5.1) A SESPORTE emitirá uma Declaração de Incentivo para a SEFAZ (Secretaria da Fazenda) descrevendo a classificação dos projetos contemplados;

5.2) A SEFAZ emitirá os Certificados de Incentivo a Projeto Esportivo - CIPE, nominal e intransferível, equivalentes a 10 UFM's (Unidade Fiscal do Município), em quantidade suficiente para compor o valor da Declaração de Incentivo no prazo de 30 dias;

5.3) O CIPE terá prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da sua expedição;

5.4) O CIPE assegura ao Incentivador Esportivo, após a comprovação da transferência de recursos financeiros para a realização de Projeto Incentivado, a utilização dos mesmos para o pagamento de impostos municipais no percentual correspondente a 20% (vinte por cento) do valor devido a cada incidência dos tributos.

5.5) Os contribuintes que pagarem os impostos parceladamente também poderão patrocinar Projetos Incentivados, cabendo à SEFAZ definir, com a SESPORTE, a sua operacionalização;

5.6) Os contemplados deverão comparecer a sede da Secretaria de Esportes e Lazer de Imbituba, após a publicação no Diário Oficial dos Municípios, no prazo de 45 dias úteis para firmar o respectivo instrumento, sujeitando-se as normas expressas no presente Edital. O não comparecimento no prazo fixado para assinatura do convênio será considerado como desistência;

5.7) Em todos os recursos de mídia e divulgação, na realização dos projetos beneficiados, deverá ser inserida a logomarca do PROESPORTE, e do Governo Municipal de Imbituba, que serão disponibilizados pela SESPORTE;

5.8) Todos os materiais impressos relacionados ao projeto beneficiado deverão ser submetidos à análise da Secretaria Especial de Comunicação - SECOM do Governo de Imbituba, antes da confecção dos mesmos;

5.9) No caso de o Incentivado não cumprir o prazo de produção ou não utilizar a totalidade dos recursos captados, deverá devolver o montante recebido ou não utilizado à Prefeitura Municipal de Imbituba, corrigido monetariamente.

6) DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1) O relatório e respectiva prestação de contas do projeto

beneficiário deverão ser encaminhados à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Imbituba, segundo os formulários constantes no Anexo IV da Resolução PMI/SESPORTE nº 001/2014, devidamente preenchidos, assinados e acompanhados da documentação comprobatória das despesas realizadas pelo projeto, no prazo de até 30 (trinta) dias após a conclusão do projeto;

6.2) Prazo máximo de um ano para a execução do projeto;

6.3) Será encaminhada uma cópia da prestação de Contas ao Órgão Competente para análise contábil e outra ao CME / CMIE para análise de cumprimento do projeto;

6.4) Na prestação de contas só serão aceitos os comprovantes de despesas efetuadas a partir da data de liberação e entrega dos CIPE;

6.5) Junto à prestação de contas deverá ser anexado o relatório final do projeto.

7) DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1) A inscrição do Proponente implica na integral concordância das normas deste Edital;

7.2) A Prefeitura Municipal de Imbituba, em todas as suas instâncias e programas, poderá fazer uso das imagens e sons dos projetos aprovados, por tempo ilimitado, sem quaisquer ônus adicionais, para divulgação do EDITAL PROESPORTE e demais convicções institucionais, entre outras ações governamentais;

7.3) Os projetos que não forem aprovados estarão à disposição dos proponentes na SESPORTE;

7.4) Rejeitada a prestação de contas em razão da existência de dolo, fraude, simulação, conluio, desvio dos objetivos ou dos recursos, o proponente estará sujeito à multa de 2 (duas) vezes o valor que deveria ter sido efetivamente aplicado no projeto, sem prejuízo de outras sanções civis, penais ou tributárias, bem como a exclusão de qualquer possibilidade de benefício do PROESPORTE, por um período de 8 (oito) anos após o cumprimento dessas obrigações.

Imbituba - SC, 11 de dezembro de 2014.
OMAR PACHECO
Secretário Municipal de Esportes e Lazer

EDITAL SEAGP Nº 140/2014

EDITAL SEAGP Nº 140/2014
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2013, divulgado através do Edital nº 001/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2013, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 16 de Dezembro a 15 de Janeiro de

2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 16 de Dezembro de 2014.
Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 140/2014
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Instrutor (a) de Manicure / Pedicure - Social
Juçara de Oliveira Borges Pacheco

EXTRATO: DEMUTRAN 2014/02-A/01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: DEMUTRAN 2014/02-A/01
Contratada: GP INDÚSTRIA E COMERCIO DE PLACAS LTDA EPP.
C.N.P.J: 09.3144.355/0001-20
Objeto: ACRESCIMO DE 24,53 (VINTE E QUATRO INTEIROS E CINQUENTA TRES CENTESIMOS PERCENTUAIS) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.
Valor: R\$ 2.943,60
Fundamento: Processo nº. 04/2014 Pregão 04/2014

Imbituba, 02 de dezembro de 2014.
Jose Afonso De Carvalho
Secretario Municipal De Infraestrutura
Contratante

GP Industria E Comércio De Placas Ltda epp
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2014/252 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2014/252 A00

Contratada: MECANINCA LITORAL SUL LTDA ME

C.N.P.J: 11.211.010/0001-92

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS COM SERVIÇOS DE MONTAGEM, GEOMETRIA E BALANCEAMENTO, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC.

Valor: R\$ 128.943,00 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 46/2014 Pregão 38/2014

Imbituba, 09 de dezembro de 2014.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Mecanica Litoral Sul Ltda Me

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEINFRA 2014/249 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2014/249 A00

Contratada: CONSTRUVILA LTDA

C.N.P.J: 01.855.390/0001-14

Objeto: IMPLANTAÇÃO DA DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM PEÇAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO - PCC DA RUA NASCER DO SOL, SITUADA EM VILA NOVA ALVORADA.

Valor: R\$ 33.407,70 Prazo: 180 dias

Fundamento: Processo nº. 163/2014 Carta Convite 12/2014

Imbituba, 03 de dezembro de 2014.

José Afonso de Carvalho

Secretária Municipal da Seinfra

Contratante

Construvila Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEINFRA 2014/250 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2014/250 A00

Contratada: JL CONSTRUTORA LTDA ME

C.N.P.J: 12.587.530/0001-67

Objeto: IMPLANTAÇÃO DOS CANTEIROS CENTRAL DAS RUAS ERNANI COTRIN E IRINEU BORNHAUSEN NO CENTRO DA CIDADE, COM PEÇAS PRÉ-MOLDADAS E CONCRETO - PCC.

Valor: R\$ 103.762,78 Prazo: 180 dias

Fundamento: Processo nº. 164/2014 Carta Convite 13/2014

Imbituba, 04 de dezembro de 2014.

José Afonso de Carvalho

Secretária Municipal da Seinfra

Contratante

JL Construtora Ltda Me

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEINFRA 2014/251 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2014/251 A00

Contratada: IMBIMOLDE PRÉ-MOLDADOS & CONSTRUÇÕES LTDA EPP

C.N.P.J: 10.975.264/0001-14

Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA REFORMA DO TERMINAL URBANO LIRIS LAUDELINO SENNA.

Valor: R\$ 66.512,83 Prazo: 180 dias

Fundamento: Processo nº. 22/2014 Carta Convite 02/2014

Imbituba, 04 de dezembro de 2014.

José Afonso de Carvalho

Secretária Municipal da Seinfra

Contratante

Imbimolde Pre-Moldados & Construções Ltda Epp

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEASH 2014/19 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEASH 2014/19 A00

Contratada: JO ARTES LTDA ME

C.N.P.J: 15.349.725/0001-67

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ORNAMENTAÇÃO DO NATAL 2014 DO CRAS, CREAS, SCFV DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 23.788,00 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 14/2014 Pregão 09/2014

Imbituba, 04 de dezembro de 2014.

Selma Elias Whestphal

Secretária Municipal da Seash

Contratante

Jo Artes Ltda Me

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEASH 2014/20 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEASH 2014/20 A00

Contratada: VALMORZINHO MOTOS LTDA

C.N.P.J: 07.324.219/0001-95

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETA ZERO KM COM CAIXA ACOPLADA PARA ENTREGA DIÁRIA DE FRALDAS JUNTO AO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS.

Valor: R\$ 5.750,00 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 15/2014 Pregão 10/2014

Imbituba, 04 de dezembro de 2014.

Selma Elias Whestphal

Secretária Municipal da Seash

Contratante

Valmorzinho Motos Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEASH 2014/21 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEASH 2014/21 A00

Contratada: ELO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME

C.N.P.J: 14.990.321/0001-02

Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORME DA DANÇA, CLIENTELA DO SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, PARA O ANO DE 2014.

Valor: R\$ 20.856,90 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 16/2014 Pregão 11/2014

Imbituba, 04 de dezembro de 2014.

Selma Elias Whestphal

Secretária Municipal da Seash

Contratante

Elo Comercio e Serviços Ltda Me

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEMUSA 2014/31 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEMUSA 2014/31 A00

Contratada: CENTRO MÉDICO DE DIAGNOSTICO ANATOMOPATOLOGICO E CITOPATOLOGICO GONÇALVES LTDA.

C.N.P.J: 95.780.466/0001-63

Objeto: CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES PRIVADAS, FILANTROPICAS E SEM FINS LUCRATIVOS, PRESTADORES DE SERVIÇOS DE ASSISTENCIA À SAÚDE, NA ÁREA AMBULATORIAL, PARA O CONJUNTO TOTAL DE PROCEDIMENTOS DE DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO SENDO GRUPO-02 E SUB-GRUPO 02, DA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS DO SUS.

Valor: tabela de valores do SUS Prazo: 01 mês

Fundamento: Processo nº. 40/2014 Inexigibilidade 05/2014

Imbituba, 01 de dezembro de 2014.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

Centro Médico de Diagnostico Anatomopatologico e Citopatologico Gonçalves Ltda.

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEMUSA 2014/32 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEMUSA 2014/32 A00

Contratada: LABORATORIO DE ANÁLISE BERTONCINI LTDA

C.N.P.J: 83.479.964/00014-91

Objeto: CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES PRIVADAS, FILANTROPICAS E SEM FINS LUCRATIVOS, PRESTADORES DE ASERVIÇOS DE ASSISTENCIA À SAÚDE, NA ÁREA AMBULATORIAL, PARA O CONJUNTO TOTAL DE PROCEDIMENTOS DE DIAGNÓSTICOS EM LABORATÓRIO CLÍNICO, SENDO GRUPO-02 E SUB-GRUPO 02, NA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS DO SUS.

Valor: tabela de valores do SUS Prazo: 01 mês

Fundamento: Processo nº. 40/2014 Inexigibilidade 05/2014

Imbituba, 01 de dezembro de 2014.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

Laboratório De Análise Bertoncini

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEMUSA 2014/33 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEMUSA 2014/33 A00

Contratada: LABORATORIO CENTRAL DE IMBITUBA LTDA

C.N.P.J: 75.483.495/0001-56

Objeto: CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES PRIVADAS, FILANTROPICAS E SEM FINS LUCRATIVOS, PRESTADORES DE ASERVIÇOS DE ASSISTENCIA À SAÚDE, NA ÁREA AMBULATORIAL, PARA O CONJUNTO TOTAL DE PROCEDIMENTOS DE DIAGNÓSTICOS EM LABORATÓRIO CLÍNICO, SENDO GRUPO-02 E SUB-GRUPO 02, NA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS DO SUS.

Valor: tabela de valores do SUS Prazo: 01 mês

Fundamento: Processo nº. 40/2014 Inexigibilidade 05/2014

Imbituba, 01 de dezembro de 2014.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

Laboratório Central de Imbituba Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEMUSA 2014/34 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEMUSA 2014/34 A00

Contratada: CARVALHO SERVIÇOS DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA

C.N.P.J: 17.031.296/0001-00

Objeto: CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES PRIVADAS, FILANTROPICAS E SEM FINS LUCRATIVOS, PRESTADORES DE ASERVIÇOS DE ASSISTENCIA À SAÚDE, NA ÁREA AMBULATORIAL, PARA O CONJUNTO TOTAL DE PROCEDIMENTOS EM DIAGNOSTICO POR RADIOLOGIA DO GRUPO-02 E SUB-GRUPO 04, DA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS DO SUS.

Valor: tabela de valores do SUS Prazo: 01 mês

Fundamento: Processo nº. 42/2014 Inexigibilidade 06/2014

Imbituba, 01 de dezembro de 2014.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

Carvalho Seviços De Diagnostico Por Imagem Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEMUSA 2014/35 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEMUSA 2014/35 A00

Contratada: CENTRO DE FISIOTERAPIA SAÚDE E BELEZA LTDA

C.N.P.J: 11.310.107/0001-52

Objeto: CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES PRIVADAS, FILANTROPICAS E SEM FINS LUCRATIVOS, PRESTADORES DE ASERVIÇOS DE ASSISTENCIA À SAÚDE, NA ÁREA AMBULATORIAL, PARA O CONJUNTO TOTAL DE PROCEDIMENTOS DE FISIOTERAPIA,GRUPO-03 E SUB-GRUPO 02, DA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS DO SUS.

Valor: tabela de valores do SUS Prazo: 01 mês

Fundamento: Processo nº. 42/2014 Inexigibilidade 06/2014

Imbituba, 01 de dezembro de 2014.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

Centro de Fisioterapia Saúde E Beleza Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEMUSA 2014/36 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEMUSA 2014/36 A00

Contratada: ESPAÇO VITALITTA CLINICA INTREGADA LTDA

C.N.P.J: 11.278.867/0001-20,

Objeto: CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES PRIVADAS, FILANTROPICAS E SEM FINS LUCRATIVOS, PRESTADORES DE ASERVIÇOS DE ASSISTENCIA À SAÚDE, NA ÁREA AMBULATORIAL, PARA O CONJUNTO TOTAL DE PROCEDIMENTOS DE FISIOTERAPIA,GRUPO-03 E SUB-GRUPO 02, DA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS DO SUS.

Valor: tabela de valores do SUS Prazo: 01 mês

Fundamento: Processo nº. 42/2014 Inexigibilidade 06/2014

Imbituba, 01 de dezembro de 2014.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

Espaço Vitalitta Clinica Integrada Ltda

Representante Legal

Contratada

PORTARIA PMI/DGP Nº 533/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 533, de 12 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre a Demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por Término de Contrato, a abaixo relacionada, admitida em 06 de fevereiro de 2014, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 08/2013, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Elaine Dias da Rosa	Professora II – 40h	050.632.599-79	12/12/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 12 de dezembro de 2014.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/DGP Nº 534/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 534, de 15 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre a Demissão de Agente Comunitário de Saúde - PACS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida em 15 de maio de 2014, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 06/2014 e PORTARIA PMI/DGP Nº 210, de 21 de maio de 2014, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Sabrina Borges dos Reis	Agente Comunitário de Saúde – 40h	089.437.789-29	17/12/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 15 de dezembro de 2014.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/DGP Nº 536/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 536, de 15 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor EDINEI DE OLIVEIRA, Auxiliar de Enfermagem, inscrito no CPF sob o n.º 289.094.709-25, admitido em 15 de maio de 1998, contrato nº 124, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	02.01.2015 a 01.04.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 15 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/DGP Nº 537/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 537, de 15 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre a exoneração do cargo de Assessor IV, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, do cargo/função de Assessor IV, o Sr. THIAGO BERNARDINO MIGUEL, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 010.693.899-19, nomeado através da PORTARIA PMI/DGP Nº 190, de 05 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 15 de dezembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 15 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL 106/2014(PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 178/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2014

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 13:15 horas do dia 30 de dezembro de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo maior lance, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para autorização de empresa de organização de eventos para gerenciar e explorar comercial e publicitariamente espaços na área onde será realizado o 16º Festival Nacional do Camarão, de 16 a 18 de janeiro de 2015.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 16 de dezembro de 2014.

Adilson Jorge Silvestre

Secretário de Turismo

RESOLUÇÃO PMI SESPORTES Nº 002.2014

RESOLUÇÃO PMI/SESORTES Nº 002, de 15 de dezembro de 2014.

Regulamenta a inscrição de Projetos Esportivos no Programa Municipal de Incentivo ao Esporte - PROESPORTE e dá outras providências.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES:

No uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 32 da Lei Complementar do Município de Imbituba - SC nº 4.286 de 12 de novembro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º - A apresentação de Projeto Incentivado, no âmbito do Programa Municipal de Incentivo ao Esporte de Imbituba - PROESPORTE observará o formulário de inscrição específico, conforme os anexos desta Resolução, previstos no Edital, o qual deverá ser preenchido corretamente pelo Proponente Esportivo. Parágrafo único. Juntamente com os formulários, deverão ser anexados os seguintes documentos comprobatórios:

I - Quando o Proponente for Pessoa Física:

- Cópia de documento de identificação, com foto;
- Certidão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
- Currículo, contendo as atividades esportivas desenvolvidas no ano anterior a solicitação, dentro ou fora do município de Imbituba, devidamente comprovadas;
- Comprovante relativo ao domicílio no município de Imbituba;
- Declaração acerca da inexistência de dívida com o poder público municipal e de inscrição nos bancos de dados públicos ou privados de proteção ao crédito;

II - quando o Proponente for Pessoa Jurídica:

- Cópia do estatuto ou contrato social e respectivas alterações, devidamente registrado, acompanhada da ata ou ato de constituição da direção;
- Certidão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, contendo "atividade esportiva" registrada no campo "Código e descrição da atividade econômica principal" ou "Código e descrição da atividade econômica secundária";
- Comprovante de estar sediada no município de Imbituba;
- Cópia da Ata de eleição que constituiu a última diretoria;

e) Declaração do seu dirigente máximo acerca da inexistência de dívida com o poder público municipal e de inscrição nos bancos de dados públicos ou privados de proteção ao crédito;

f) Cópia de documento de identificação, com foto, do seu dirigente máximo e do responsável pelo Projeto Esportivo, se não forem os mesmos;

g) Certidão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF do seu dirigente máximo e do responsável pelo Projeto Esportivo, se não forem os mesmos;

h) Portfólio contendo as atividades esportivas desenvolvidas pela mesma no ano anterior a solicitação, dentro ou fora do município de Imbituba, devidamente comprovadas.

Art. 2º - A apresentação de Projeto Esportivo deverá seguir os critérios descritos em Edital específico.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Eletrônico Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Imbituba, 11 de dezembro de 2014.
OMAR NASCIMENTO PACHECO
Secretário Municipal de Esportes e Lazer
SESPORTE

Registre-se e publique-se.
Registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANEXO I

Ofício nº ____/20__ Imbituba/SC, __ de _____ de 20__

Senhor Secretário,

Cumprimentando-o cordialmente, com base no Edital nº ____/20__, vimos pelo presente apresentar-lhe o Projeto Esportivo no valor de R\$ _____ (_____), em benefício de _____ (entidade ou pessoa física), com a finalidade de custear o projeto " _____ ".

Solicitamos ainda que o mesmo seja encaminhado ao CMIE - Conselho Municipal de Incentivo ao Esporte e posteriormente ao CME - Conselho Municipal de Esporte para as devidas análises, aprovação e possível liberação.

Respeitosamente,

Nome do Proponente

Ilustríssimo Senhor
OMAR NASCIMENTO PACHECO
Secretário Municipal de Esportes e Lazer - SESPORTE
IMBITUBA - SC

ANEXO II

RESOLUÇÃO PMI/SESPORTE Nº 01, de 11 de dezembro de 2014.

PROJETO ESPORTIVO	
IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	
01 - TÍTULO DO PROJETO:	02 - NÚMERO DO EDITAL:
03 - CATEGORIA A QUE CONCORRE : () PESSOA FÍSICA () PESSOA JURÍDICA	

04 - AREA ESPORTIVA:

ÁREA GEOGRÁFICA DE ABRANGÊNCIA DO PROJETO

05 - () MUNICIPAL	06 - () REGIONAL
07 - () ESTADUAL	08 - () NACIONAL
09 - () INTERNACIONAL	

DESCRIÇÃO DO PROJETO

10 - DESCRIÇÃO:

JUSTIFICATIVA DO PROJETO

11 - JUSTIFICATIVA:

OBJETIVO DO PROJETO

12 - OBJETIVO:

PERÍODO DE REALIZAÇÃO DO PROJETO

13 - DURAÇÃO (MESES):	14 - INÍCIO:	15 - FINAL:
-----------------------	--------------	-------------

OBSERVAÇÕES

16 - OBSERVAÇÕES:

DECLARAÇÃO

17 - Declaro que a inscrição efetuada implica na plena aceitação de todas as condições estabelecidas na Lei Municipal nº 4.286 de 12/11/2013, e do Edital PROESPORTE nº 001/2014 da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Imbituba - SESPORTE. E também que as informações prestadas são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade.

18 - Data:	19 - Assinatura do Proponente Esportivo:
------------	--

CONFORMIDADE - CMIE

(não preencher - uso interno do CMIE)

20 - Presidente:	21 - CPF:
------------------	-----------

22 - Aferição:

23 - Data:

24 - Assinatura:

PARECER - CME

(não preencher - uso interno do CMIE)

25 - Presidente:	26 - CPF:
------------------	-----------

27 - Aferição:

28 - Data:

29 - Assinatura:

ANEXO III

RESOLUÇÃO PMI/SESPORTE Nº 01, de 11 de dezembro de 2014.

	PLANO DE APLICAÇÃO	
--	--------------------	--

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

01 - TÍTULO DO PROJETO:

02 - NÚMERO DO EDITAL:

03 - CATEGORIA A QUE CONCORRE : () PESSOA FÍSICA
() PESSOA JURÍDICA

04 - ÁREA ESPORTIVA:

INVESTIMENTOS

Nº	05 - TIPO DE DESPESA	06 - VALOR/R\$	%
01			
02			
03			
03			
03			
03			
03			
04			
05			
06			
07			
07 - TOTAL DE INVESTIMENTOS			

OUTRAS FONTES DE ARRECADAÇÕES

08 - Nº	09 - VALOR/R\$

OBSERVAÇÕES

10 - OBSERVAÇÕES:

DECLARAÇÃO

11 - Declaro que a inscrição efetuada implica na plena aceitação de todas as condições estabelecidas na Lei Municipal nº 4.286 de 12/11/2013, e do Edital PROESPORTE nº 001/2014 da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Imbituba - SESPORTE. E também que as informações prestadas são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade.

12 - Data:

13 - Assinatura do Proponente Esportivo:

CONFORMIDADE - CMIE

(não preencher – uso interno do CMIE)

14 - Presidente:

15 - CPF:

16 - Aferição:

17 - Data:

18 - Assinatura:

PARECER - CME

(não preencher – uso interno do CMIE)

19 - Presidente:

20 - CPF:

43. Aferição:

21 - Data:

22 - Assinatura:

ANEXO IV

RESOLUÇÃO PMI/SESPORTE Nº 01, de 11 de dezembro de 2014.

	DADOS DO PROPONENTE	
--	---------------------	--

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

01 - TÍTULO DO PROJETO:

02 - NÚMERO DO EDITAL:

03 - CATEGORIA A QUE CONCORRE :
() PESSOA FÍSICA () PESSOA JURÍDICA

04 - ÁREA ESPORTIVA:

DADOS DO PROPONENTE

05 - NOME OU RAZÃO SOCIAL:

06 - ATIVIDADE PREPONDERANTE

07 - DATA da FUNDAÇÃO OU de NASCIMENTO

08 - CNPJ OU CPF:

09 - RG/ Órgão emissor/UF:

10 - END: (logradouro, número, complemento)

Indaial**PREFEITURA****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 271/2014**

MUNICIPIO DE INDAIAL

Fundação Indaialense de Cultura Prefeitura Victor Petters

Licitação nº 271/2014.

Inexigibilidade nº 022/2014-28983

Objeto: Contratação de apresentação artística musical do Grupo Irmãos Fiebes.

Entrega dos envelopes: 12/12/2014

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

SIEGRID WANSER RIBEIRO

Diretora Executiva da FIC

Iomerê**PREFEITURA****DECRETO 1586/2014**

DECRETO Nº. 1586 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 755/2013 de 25 de novembro de 2013, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 755/2013 de 25 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 7.562,35 (sete mil quinhentos e sessenta e dois reais trinta e cinco centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

2033 Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública

33900000 Aplicações Diretas

117.00 Contribuição para o Custeio dos Serv. De Iluminação Pública - COSIP

R\$ 6.762,35

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

2033 Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública

33900000 Aplicações Diretas

100.00 Recursos Ordinários

R\$ 800,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação de 2014 e pela anulação das seguintes dotações orçamentárias:

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

2033 Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública

31710000 Transferências a Consórcios Públicos

100.00 Recursos Ordinários

R\$ 800,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 12 de dezembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2493/2014

PORTARIA Nº 2493 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora SIBELE ORSATTO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/03/2013 a 28/02/2014 a contar de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 15 de dezembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2494/2014

PORTARIA Nº 2494 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora DIRCE MODENA, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 03/01/2013 a 02/01/2014 a contar de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 15 de dezembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2495/2014

PORTARIA Nº 2495 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor IRIBERTO ANTONIO VOLPATO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/11/2013 a 31/10/2014 a contar de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 15 de dezembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2496/2014

PORTARIA Nº 2496 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor EDUARDO PAULO RIDTMANN DA SILVA, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/11/2013 a 31/10/2014 a contar de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 15 de dezembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

DECRETO N. 2.121 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2.014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO VALOR DE R\$ 71.128,08.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I e III do § 4º do artigo do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.729 de 12 de dezembro de 2.013, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.014 - LOA,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

Código reduzido 23, Projeto 0.004 - Contribuição para a Formação do PASEP, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 2 - Departamento Municipal de Planejamento e Finanças, no valor de R\$ 20.000,00.

Código reduzido 33, Projeto 2.061 - Gestão das Políticas e Ações do Transporte Rodoviário Municipal, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 10.000,00.

Código reduzido 89, Projeto 2.096 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 10.000,00.

Código reduzido 107, Projeto 2.064 - Gestão das Ações de Limpeza Urbana, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 16.128,08.

Código reduzido 24, Projeto 2.029 - Gestão das Ações de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 15.000,00.

TOTAL GERALR\$ 71.128,08

Art. 2º Os créditos suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta das seguintes fontes de recursos:

I - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0000, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 56.128,08.

II - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0002, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 15.000,00.

TOTAL GERALR\$ 71.128,08

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 12 de dezembro de 2.014.

Ipumirim-SC, 12 de dezembro de 2.014
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº.025/2014 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, torna público a retificação do Edital SMECE nº 024/2014 de remoção à pedido de professores municipais efetivos, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina no dia 12 de dezembro de 2014 que passa a ter a redação a seguir especificada, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido Edital.

Onde se lê:

Art. 2º - Os professores efetivos municipais interessados a ocuparem as vagas nas unidades escolares especificadas no Art. 1º, pelo presente edital, deverão requerer a remoção até dia 09 de janeiro de 2014, juntando os seguintes documentos:

1. Requerimento de pedido de remoção, constando: Unidade de Ensino, Área, Carga Horária e Nº de vagas, da remoção pretendida.
2. Diploma de Habilitação Específica na área de atuação.
3. Certidão de tempo de serviço no magistério Público Municipal, até a data de 30 de outubro de 2014.
4. Certidão de nascimento ou Casamento.

Leia-se:

Art. 2º - Os professores efetivos municipais interessados a ocuparem as vagas nas unidades escolares especificadas no Art. 1º, pelo presente edital, deverão requerer a remoção até dia 09 de janeiro de 2015, juntando os seguintes documentos:

5. Requerimento de pedido de remoção, constando: Unidade de Ensino, Área, Carga Horária, Nº de vagas e turno, da remoção pretendida.
6. Diploma de Habilitação Específica na área de atuação.
7. Certidão de tempo de serviço no magistério Público Municipal, até a data de 30 de outubro de 2014.

Os demais itens permanecem inalterados.

Ipumirim, 15 de dezembro de 2014.

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito em Exercício

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 17/2014, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2014/FMS

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 17/2014

JACIR LIRIO BONISSONI - GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é: contratação de empresa para prestação de serviço de Inspeção do Laboratório de Análises Clínica da Unidade Básica de Saúde, para Controle de Qualidade externo e interno de exames laboratoriais, para o exercício de 2015. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 15/12/2014

JACIR LIRIO BONISSONI

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 17, DL 7-2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 7/2014 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 17/2014 Data do Processo: 15/12/2014
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Gestor Do Fundo Municipal De Saude, JACIR LIRIO BONISSONI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 17/2014
b) Licitação Nr.: 7/2014-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 15/12/2014
e) Objeto da Licitação contratação de empresa para prestação de serviço de Inspeção do Laboratório de Análises Clínica da Unidade Básica de Saúde , para Controle de Qualidade externo e interno de exames laboratoriais, para o exercício de 2015.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

PROGRAMA NACIONAL CONTROLE DE QUALIDADE LTDA (7069)

1	Controle de Qualidade Externo em Análises Clínicas nas áreas de: Bioquímica I, Bioquímica II, Imunologia, Hematologia, Urinálise, Educação Continuada, Espectrofotometria, Parasitologia, Microbiologia do Programa Básico obrigatório e Soro Liofilizado para controle interno de Bioquímica do Programa Básico.	SER	12,00	0,0000	316,78	3.801,36
---	---	-----	-------	--------	--------	----------

Total do Fornecedor: 3.801,36

Total Geral: 3.801,36

Ipumirim, 15 de Dezembro de 2014.

JACIR LIRIO BONISSONI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Irineópolis

PREFEITURA

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 06/2014

Processo Licitatório nº. 83/2014

Inexigibilidade de Licitação nº. 06/2014

Comissão Permanente de Licitações

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, através do presidente da Comissão Permanente de Licitações, declara que o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, nos termos do artigo 25, caput da Lei nº. 8.666/93, conforme consta do Processo de Licitação nº. 68/2014, declarou a inexigibilidade de licitação, para a contratação da empresa Michael Kobilanski Neves - ME conforme documentação constante dos autos, com o objetivo de prestar serviços de hora máquina, especialmente para locação de máquinas, equipamentos e veículos, para prestarem serviços no Município, principalmente destinados ao atendimento de programas municipais, em conformidade com o Decreto nº 2690/2014. A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo. Nos termos do art. 109, da Lei nº. 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, representação ou impugnação.

Irineópolis (SC), 12 de dezembro de 2014.

PATRICIA FABIANE FRONCZAK

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

DECRETO Nº 2729/2014

Decreto nº 2.729/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art.10,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada no montante de R\$ 273.300,00 (Duzentos e setenta e três mil e trezentos reais).

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.011 – Manutenção do Ensino Infantil		
3.3.90.00.00.00.00.00.00.0257 (67)	Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.0257 (70)	Aplicações Diretas	R\$ 173.300,00
T O T A L R\$ 273.300,00		

Art. 2º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, fica anulada a dotação a seguir especificada:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.011 – Manutenção do Ensino Infantil		
3.1.90.00.00.00.00.00.00.0257 (66)	Aplicações Diretas	R\$ 273.300,00
T O T A L R\$ 273.300,00		

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 15 de dezembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DESPACHO PREFEITO MUNICIPAL - INEXIGIBILIDADE Nº 06/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATORIO Nº 83/2014

Processo de Inexigibilidade de Licitação n.º 06/2014

Objeto: Contratação da empresa Michael Kobilanski Neves - ME, conforme documentação constante dos autos, com o objetivo de prestar serviços de hora máquina, especialmente para locação de máquinas, equipamentos e veículos, para prestarem serviços no Município, principalmente destinados ao atendimento de programas municipais. Aprovo a justificativa da Comissão Permanente de Licitações, constante do procedimento administrativo em epígrafe, nos termos do art. 25, caput, da Lei 8.666/93, declarando a inexigibilidade de licitação para a contratação da empresa Michael Kobilanski Neves - ME.

O preço se apresenta compatível com o mercado.

Cumpra-se.

Irineópolis (SC), 12 de dezembro de 2014.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2014 - DL - 02/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2014

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Caracterização da Situação e objeto do contrato: O Município de Irineópolis necessita locar o seguinte imóvel:

- Um imóvel de propriedade do Senhor Antonio Michahouski, inscrito no CPF sob o n.º 437.439.949-68 e portador da Cédula de Identidade n.º 23ªR-1.450.340-SESP-SC, com a área de 210 m2 (duzentos e dez metros quadrados), sito à Avenida 22 de julho, n.º 1.454, em Irineópolis, Estado de Santa Catarina, matriculado sob o n.º 11.469, no Ofício do Registro de Imóveis de Porto União - SC.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre o imóvel de propriedade do Senhor Antonio Michahouski, considerando vários fatores favoráveis como: um local amplo, centralizado, de fácil acesso, arejado e que oferece certo nível de conforto e segurança, leva-nos a escolher este local como o mais apropriado para o desenvolvimento

das atividades da Secretaria Municipal da Educação, e apresentar valores compatíveis com os praticados no mercado.

Do preço e sua justificativa: O preço a ser pago pelo objeto da presente dispensa são da ordem mensal de R\$ 724,00 (Setecentos e vinte e quatro reais) e no total dos 12 (doze) meses de contrato de R\$ 8.688,00 (Oito mil, seiscentos e oitenta e oito reais), conforme indicado no Ofício nº 404/2014/SME.

Sendo que após consulta, constatou-se que referidos valores estão dentro dos parâmetros praticados pelo mercado, conforme avaliações imobiliárias, anexos ao processo.

Do fundamento Legal: A contratação encontra respaldo legal nos termos do art. 24, inciso X - "para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94)".

Dotação orçamentária: Projeto Atividade 2006

- Manutenção do Ensino Fundamental - 3.3.90.00.00.00.00.0194 (40) - Aplicações Diretas;

- Manutenção do Ensino Fundamental - 3.3.90.00.00.00.00.0257 (44) - Aplicações Diretas;

do Orçamento vigente para o Exercício de 2014.

É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

Irineópolis, 15 de dezembro de 2014.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2014 - DL - 02/2014

Processo Licitatório nº 84/2014

Procedimento Administrativo de Dispensa de Licitação n.º 02/2014

Prefeitura Municipal de Irineópolis - SC

Comissão Permanente de Licitações

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, através da Comissão Permanente de Licitações, declara que o Ex.mo Sr. Prefeito Municipal, nos termos do art. 24, incisos X, da Lei n.º 8.666/93, consolidada "para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94)", com o objeto de locação de imóvel para funcionamento da Secretaria Municipal da Educação, declarou a dispensa de licitação, para a celebração de contrato com o Senhor ANTONIO MICHAHOUSKI, com o objeto de locar o imóvel:

- Um imóvel de propriedade do Sr. Antonio Michahouski, com área aproximada de 210m², sito à Avenida 22 de Julho, nº 1.454, andar térreo, em Irineópolis, Estado de Santa Catarina, conforme Matrícula 11.469 do Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Porto União, com mensal de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais).

A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo, sendo que em relação aos preços, os mesmos se apresentam compatíveis com os praticados no mercado.

Nos termos do art. 109, da Lei n.º 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso ou representação.

Irineópolis (SC), 15 de dezembro de 2014.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2014 - DL - 02/2014

DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2014

Processo Administrativo de Dispensa de Licitação n.º 02/2014.

Objeto: Locação de Imóvel para funcionamento da Secretaria Municipal da Educação.

- Um imóvel de propriedade do Sr. Antonio Michahouski, com área aproximada de 210m², sito à Avenida 22 de Julho, nº 1.454, andar térreo, em Irineópolis, Estado de Santa Catarina, conforme Matrícula 11.469 do Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Porto União, com mensal de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais).

Aprovo a justificativa da Comissão Permanente de Licitações, constante do procedimento administrativo em epígrafe, para nos termos do art. 24, X da Lei n.º 8.666/93, declarar a dispensa de licitação para a celebração do Contrato com o Senhor Antonio Michahouski, no valor total de R\$ 8.688,00 (Oito mil, seiscentos e oitenta e oito reais), conforme discriminados:

- Um imóvel de propriedade do Sr. Antonio Michahouski, com área aproximada de 210m², sito à Avenida 22 de Julho, nº 1.454, andar térreo, em Irineópolis, Estado de Santa Catarina, conforme Matrícula 11.469 do Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Porto União, com mensal de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), e valor total no período de 01/01/2015 a 31/12/2015 de R\$ 8.688,00 (Oito mil seiscentos e oitenta e oito reais).

Conforme consta dos autos, os preços se apresentam compatíveis com os praticados no mercado, conforme avaliações imobiliárias. Cumpra-se.

Irineópolis (SC), 15 de dezembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE Nº 06/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

PROCESSO LICITATORIO 83/2014

INEXIGIBILIDADE 06/2014

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ref.: Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº. 86/2014

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO: O Município de Irineópolis necessita contratar serviços de hora/máquina especialmente para locação de máquinas, equipamentos e veículos, para prestarem serviços no Município, principalmente destinados ao atendimento de programas municipais, em conformidade com o Decreto nº 2690/2014. A empresa Michael Kobilanski Neves - ME, se compromete para os serviços ao qual se credenciou, incluir operador e/ou motorista, combustível e manutenções dos veículos, máquinas ou equipamentos. Os serviços prestados serão para a recuperação e manutenção das ruas e estradas deste município, onde se fizer necessário, de acordo com solicitação e autorizado pela Secretaria de Infra Estrutura ou Agricultura, e também junto ao Programa "Porteira Adentro", conforme Lei Municipal nº. 1700/2013, aos agricultores cadastrados, conforme artigo 3º:

I - Terraplanagem;

II - Abertura, conservação e revestimentos de estradas de acesso

e dentro das propriedades rurais;
III - Construção e reforma de silos, trincheiras, tanques de peixe e açudes para captação de água;
IV - realização de drenagem;
V - Fornecimento de brita, lascão e cascalho;
VI - Transporte de cascalho e brita;
VII - Transporte de calcário e outros insumos, para fins de programa oficial de correção de solo;
VIII - Valetamento;
IX - Construção de bueiros, abertura de fossas e sumidouros para tratamento de dejetos orgânicos e outros serviços que possam trazer melhorias para as propriedades rurais, dentro das possibilidades da Secretaria Municipal da Infraestrutura e obedecida os limites orçamentários.

RAZÃO DA ESCOLHA: A escolha pelo Processo Licitatório de Inexigibilidade de Licitação possui previsão na Lei Federal 8.666/93, em seu artigo 25, caput, artigo 34, Parágrafo 1º e 2º, artigo 35 e artigo 37. O credenciamento ocorre nas situações em que a Administração não pretende contratar uma empresa/profissional ou um número limitado delas(es), mas todas(os) as(os) que tiverem interesse. Nesse sentido, não há relação de exclusão, o que, por sua vez, inviabiliza a competição. A contratação por inexigibilidade de licitação, mediante sistema de credenciamento, cuja convocação é aberta a todos os profissionais interessados na prestação do serviço, implica a contratação daqueles que tiverem interesse e que satisfaçam as condições exigidas no edital.

FUNDAMENTO LEGAL: Amparado no artigo 25, caput, artigo 34, §§ 1º e 2º, artigo 35 e artigo 37, da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada, justifica-se o presente certame através de inexigibilidade de licitação porquanto resta caracterizada a inviabilidade de competição na medida em que a Administração Pública pretende contratar todos os profissionais e pessoas jurídicas que satisfaçam os requisitos e que expressamente acatem as condições do poder público.

A contratação da empresa Michael Kobilanski Neves - ME, dar-se-á pelo período de 01(um) ano, podendo ser prorrogada, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, se houver interesse das partes, tudo nos termos do que autoriza o art. 57, II da Lei 8666/93.

É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

Irineópolis, 12 de dezembro de 2014.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 23-2014

Portaria Nº 23/2014

A Presidente da Câmara de Vereadores de Irineópolis - SC, no uso de suas atribuições legais, determina o que segue: CONSIDERANDO as festividades e feriados do final do ano

CLEUSA CLARICE DE LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa e de conformidade com o artigo 41, inciso II da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender o Expediente da Câmara Municipal entre os dias 23 de dezembro do corrente ano e 05 de janeiro do 2015, ressalvados os serviços essenciais e/ou inadiáveis, no âmbito da Câmara Municipal de Irineópolis-SC.

Art. 2º - Ficam ressalvados do quanto disposto no art. 1º os serviços essenciais ao funcionamento desta Casa Legislativa, devendo os servidores lotados nas respectivas áreas, obedecerem ao escalonamento previamente estipulado pela Secretaria.

Parágrafo único: A Presidenta da Câmara poderá convocar os servidores para a execução de serviços urgentes ou essenciais e inadiáveis.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 09 de Dezembro de 2014.

Cleusa Clarice de Lima

Presidente da Mesa

Itá

PREFEITURA

EDITAL 002 DO PROCESSO SELETIVO 017/2014



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ
Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100 - Fone (49) 3458-9500.
CEP: 89760-000 – ITÁ – Santa Catarina
E-mail: ita@vupt.com.br - site: www.ita.sc.gov.br

EDITAL 002 DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 017/2014

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 031/2006, que “dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e dá outras providências” **torna público**, para o conhecimento dos interessados, a Homologação das Inscrições do Processo Seletivo 017/2014 de Classificação por Títulos e Tempo de Serviço, objetivando a contratação em caráter temporário para atuação na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Inscrições Homologadas

Inscrição nº	Nome
001	Eunilce Salete Porn Zamboni
002	Alessandra Martini Gusatto
003	Alessandra Martini Gusatto
004	Adiles Celesta Cerutti Dalle Laste
005	Fabiola Paula Lombardi
006	Denise Simon
007	Suélen Cristina dos Santos
008	Salete Maria Martinelli
009	Francisco de Picoli
010	Geci Bortoncelo
011	Maria Dreon Langaro
012	Frida Cecilia Petry
013	Rozani Peruzzo
014	Eliandra Maria Horn Vani
015	Simone Analice Brand
016	Eliz Regina Wollmann
017	Joane Camila Schiavini Nicoden
018	Eliane Salete Schaparini Brand
019	Talita Canei
020	Adelaide Fátima Fedrizzi
021	Ieda Maria Simon
022	Ivone Teresinha Nossal Bevilaqua
023	Cristiane Dutkewicz
024	Cristiane Dutkewic
025	Mateus Fellippe
026	Sonia da Silva
027	Justina Inês Bresiani Taffarel
028	Vanessa Pessoa de Chaves
030	Dionei Teresinha dos Santos Dinnebier

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE ITÁ****Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100 - Fone (49) 3458-9500.****CEP: 89760-000 - ITÁ - Santa Catarina****E-mail: ita@vupt.com.br - site: www.ita.sc.gov.br**

031	Marcia Maria Roy Bavaresco
032	Iane Mara Fontana Simon
033	Elisete Fátima Kusmirczuk Theobald
034	Caciana Cauduro
035	Adriana Martiori
036	Sirlei Maria Stringhi
037	Monica Margnólia Bezerra
038	Tatiane Marcolino de Oliveira Gomes
039	Iassane Gecica Spagnolo
040	Gizielle Battistella
041	Clecir Padilha
042	Diana Brito Oliveira
043	Francine Taís Battistella
044	Elisane Regina Dalle Laste Zotti
045	Susana Maria Pelisson Mutzemberg
046	Sandra Mara dos Santos Taffarel
048	Giane Martello
049	Kátia Karina Weirich
050	Leodecir Vedovatto
051	Leodecir Vedovatto
052	Naira Salete Zachi
053	Luciane Fatima Fantinelli
054	Joice Cristina Marafon
055	Sandra Aparecida Antunes
056	Katia Karina Weirich
057	Ediandra Mascarello de Pra
058	Ediandra Mascarello de Prá
059	Simone Ingrid Bomm Dalle Laste
060	Marinês Vortmann Bender
061	Cecilia Gritti
062	Eliane Teresinha Kolbow Schaedler
063	Betemari Regina Bianchi
064	Rejane Inês Steffen
065	Talita Tartaro
066	Vanusa Maria Neris Perin
067	Ivete Aparecida Gollo
068	Luane Betlinski
069	Delci Teresinha Gehlen Beltrame
070	Silizane Padilha dos Santos
071	Helena Resmini
073	Fátima Caumo Ribeiro dos Santos
074	Araceli Baroni

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE ITÁ****Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100 - Fone (49) 3458-9500.****CEP: 89760-000 - ITÁ - Santa Catarina****E-mail: ita@vupt.com.br - site: www.ita.sc.gov.br**

075	Chaiana Paula fantin
076	Fátima Caumo Ribeiro dos Santos
077	Gisele Maria Scussel
078	Bruna Mariani
079	Mauricio Viott
080	Clarice Koch Covatti
081	Silvana Brand
082	Tania Carla Freyer
083	Tauane Bruna Gritti
085	Aduci Libera Galante Berticelli
086	Roseli Fátima Gollo Dalle Laste
087	Elisa Teresinha Sartoretto
088	Kelin Cristine Artifon
089	Samara Carine Vortmann
090	Luana Kellen Bedin
091	Emanuela Cristina Sartoretto
092	Adilson Luis Spagnol
093	Andrei Fernando Stenzler
094	Rosana dos Santos Canal
095	Natieli Ana Martini
096	Marcia Dinnebier Porn
097	Analice Malvina dos Santos Soares
098	Donisete Fátima Santana Brust
099	Neusa Capellaro Petry
101	Valdenisia Adelina de Moura Souza
102	Elaine Rocha da Silva
103	Mirian Minella
104	Juliane Salete Canal
105	Cleci Tonilo
106	Elis Cristina Danner Gritti
107	Ana Paula Soccol
108	Odete Maria Haboski Resmini
109	Janile de Fátima Simoni de Bona
110	Michele Gonçalves Martini
111	Eluana Fontana
112	Solange Viacelli Dallabetta Biondo
113	Fabiane Bueno
114	Tamara Tonello
116	Naiá Mattiello
117	Jussara Figueiró
118	Juciele Carine Decezare
119	Carla Leida da Rocha Hermes

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE ITÁ****Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100 - Fone (49) 3458-9500.****CEP: 89760-000 - ITÁ - Santa Catarina****E-mail: ita@vupt.com.br - site: www.ita.sc.gov.br**

120	Vanderleia Pellin Tibola
121	Janice Lurdes Valcarengui Gusatto
122	Roseclei Ilha
123	Vanessa Alves Pereira
124	Maria Sueli Toniolo
125	Noimi Lurdes Schonell
126	Noimi Lurdes Schonell
127	Vanessa Alves Pereira
128	Giane Martello
129	Andréia Paravisi
130	Claudia Maria dos Santos
131	Cliciane Inês dos Santos Pereira
132	Regina Miriam Hoch
133	Lurdes Genoefa da Silva Von Frihauf
134	Vaneça Regina Johann
135	Alessandra Martiori
136	Fabiane Palkewich
137	Simone Patricia Salvi Klein
138	Tales Vieira Winke
139	Vanessa Dall Bello
140	Tales Vieira Winke
141	Lucas Alberto Barros
143	Jocilaine Lais Bordignon
144	Vera de Santi
145	Duan Deitos
146	Clarice Drexler
148	Jocilaine Lais Bordignon
149	Thaiane Tramontina
150	Dalila Benetti
151	Luana Fátima dos Santos
152	Luana Fátima dos Santos
153	Elisete Ilha
154	Evandro Carlos Kuhn
155	Diana Carla de Araujo
157	Luan Hochwart
158	Kawana dos Santos Pereira
159	Vaneça Regina Johann
160	Márcia Alves dos Santos
161	Leila Cristina Kochem Grooders
162	Thales Andriago Tumelero
163	Thales Andriago Tumelero
164	Marçal Francisco Canal

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE ITÁ****Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100 - Fone (49) 3458-9500.****CEP: 89760-000 - ITÁ - Santa Catarina****E-mail: ita@vupt.com.br - site: www.ita.sc.gov.br**

165	Analice Barufke
166	Maiara Carla Valmorbida
167	Guiomara Gomes Marcanzoni
168	Daniela Nadia Ferreira
169	Wuilson Luiz Anselmini
170	Diana Jéssica de Oliveira
171	Vanessa Paula Piquetti
172	Victor Lermen
173	Victor Lermen
174	Margô Marizete Rodrigues
175	Janete Martins da Silva Rodrigues
176	Giovane Barpi
177	Ivonete Denis Wollmann Burnier
178	Ana Paula Bergmann
179	Juciane Regina Finger
183	Marili Cristina Minella
184	Cintia Leticia Benelli Sacomori
185	Cintia Leticia Benelli Sacomori
186	Daniel Lauri Schneider
187	Luan Hochwart
188	Fabiana Regina Sperança Capelecho
189	Fabiana Regina Sperança Capelecho
190	Eliane Neves Burin
191	Regina Maria Betiatto Forest
192	Gislaine Seibel Marcanzoni
193	Simone Poganski
194	Lisiane Frozza Hoff
195	Veroni Wehebrink
196	Vera Marta Wehebrink
197	Juliane Maria Gaspodini Ticz
198	Elenita Gehn
199	Julien Aparecida Smaniotto Barbieri
201	Fabiana Saatkamp
202	Silvana Zanco
203	Fabiana Saatkamp
204	Marilete Dallelaste
205	Judite Zagonel

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE ITÁ****Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100 - Fone (49) 3458-9500.****CEP: 89760-000 - ITÁ - Santa Catarina****E-mail: ita@vupt.com.br - site: www.ita.sc.gov.br**

Inscrições Não - Homologadas

Inscrição nº	Nome
029	Sônia da Silva
047	Simoni Maria de Barros
072	Simoni Maria de Barros
084	Gabriela Caon
100	Érica Tamires de Jesus Carvalho
147	Clarice Drexler
156	Luciane Maria Hartmann
182	Ivonete Denis W Burnier
200	Silvane Rita Tochetto Zardo

Em desconformidade com o item:**3.1.2. Professores cursando habilitação:**

a) Documento comprobatório de acadêmico, no mínimo 4ª fase, na área específica;

Inscrição nº	Nome
180	Fabiana Irma de Castro
181	Fabiana Irma de Castro

Em desconformidade com o item:2.1 No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar cópia dos documentos abaixo especificados, **em um envelope com identificação**, acompanhado dos originais para conferência.**2.2 Obrigatórios para as vagas de professor:**

h) 2 fotos 3x4;

3.1.2. Professores cursando habilitação:

a) Documento comprobatório de acadêmico, no mínimo 4ª fase, na área específica;

Inscrição nº	Nome
142	Lucas Alberto Barros

Não apresentou documentação

Itá/SC, 15 de dezembro de 2014.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Itapoá

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2014 PROCESSO Nº 166/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2014
PROCESSO Nº 166/2014

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de dispensa através da fundamentação legal e pelos considerandos que seguem abaixo:

Considerando a necessidade da locação deste imóvel em razão de interesse público, que vem sediar e abrigar os policiais civis que farão parte da operação veraneio.

Considerando o imóvel destacado atende completamente as estas exigências além de oferecer um espaço adequado sem acarretar em despesas com reformas ou ajustes.

Considerando que Itapoá é uma cidade litorânea voltada para o turismo, sendo assim tem nessa época um aumento significativo de pessoas que circulam pelo município desta forma torna-se indispensável também o aumento de policiamento nas ruas.

Considerando que a polícia civil não dispõe de um espaço físico e de estrutura para abrigar aos policiais, os quais solicitam ajuda ao Município, sendo o imóvel citado escolhido e apropriado para tal fim.

Considerando que o valor a ser pago a título de aluguel é compatível com o preço de mercado, conforme 03 (três) avaliações realizadas pelos corretores:

- IVO CEZAROTTO, inscrito sob Creci nº 8854/SC, no valor de R\$ 7.990,00 (sete mil novecentos e noventa reais);
- LUIZ CARLOS FARINA, inscrito sob Creci nº 7275/SC, no valor de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais);
- JUAREZ MACHADO DA SILVA, inscrito sob Creci nº 11912/SC, no valor de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais);

Considerando o Parecer Jurídico nº225/2014 da Diretoria da Jurídica desta Municipalidade.

Autoriza a locação abaixo descrito:

1. Objeto: Locação de um imóvel na forma temporária (em caráter de Dispensa de Licitação), constituído de um imóvel edificado com uma construção em alvenaria contendo área total construída com 160m² distribuídos em dois pavimentos, contendo 2 quartos, 1 suíte, 1 cozinha, 1 sala, 1 garagem, 1 lavanderia, varanda frente e fundos, área do terreno murada em 12x32, localizado a Rua Francisco Quintino Correia nº1166, Balneário São José; para abrigar Policiais Civis na operação veraneio 2015.

2. Fundamento Legal: Artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

3. Valor e condição de pagamento: Valor total de R\$ 7.989,99 (sete mil novecentos e oitenta e nove reais e noventa e nove centavos), será pago em 3 (três) parcelas de R\$ 2.663,33 (dois mil seiscentos e sessenta e três reais e trinta e três centavos) mensais.

4. Dos recursos para atender às despesas:

Des-crição	Códi-go	Ór-gão	Unid.	Fun-ção	Sub-fun-ção	Pro-gra-ma	Proj. ativ	FR	Sub ele-mento
Admi-nistra-ção	225	05	01	04	122	003	2017	15500	339033615

5. Prazo de vigência: Inicia em 16/12/2014 , finalizando-se em 31/03/2015 , podendo ser prorrogado ou renovado a qualquer tempo de acordo com o interesse da administração pública.

6. Contratado: VANDUIR PEREIRA DE ARZAO, inscrito no CNPF/MF nº 811.617.279-49 e portador do CI.RG nº 2.190.318-2 SSP/SC.

Itapoá, 15 de dezembro de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 122/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 122/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratado: VANDUIR PEREIRA DE ARZAO, portador do CNPF/MF nº 811.617.279-49 e do CI.RG nº 2.190.318-2 SSP/SC.

Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2014 - PROCESSO Nº 166/2014;

Objeto: Locação de um imóvel na forma temporária (em caráter de Dispensa de Licitação), constituído de um imóvel edificado com uma construção em alvenaria contendo área total construída com 160m² distribuídos em dois pavimentos, contendo 2 quartos, 1 suíte, 1 cozinha, 1 sala, 1 garagem, 1 lavanderia, varanda frente e fundos, área do terreno murada em 12x32, localizado a Rua Francisco Quintino Correia nº1166, Balneário São José; para abrigar Policiais Civis na operação veraneio 2015.

Valor total: R\$ 7.989,99 (sete mil novecentos e oitenta e nove reais e noventa e nove centavos)

Data da assinatura: 15/11/2014;

Data vigência contratual: O presente contrato terá início em 16/12/2014, finalizando-se em 31/03/2015, podendo ser prorrogado, renovado ou rescindido a qualquer tempo de acordo com o interesse da Administração Pública.

Itapoá, 15 de dezembro de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO EDITAL PREGÃO Nº75/14

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2014
REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2014
PROCESSO Nº 140/2014

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min estará recebendo o protocolo

dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min, do dia 06 de janeiro de 2015, na sala do Departamento de Licitações e Contratos, Rua Mariana Michels Borges (960), n.º 201, a Pregoeira Oficial do Município, Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a AQUISIÇÃO DE TONNERS ORIGINAIS PARA A DEMANDA DE IMPRESSÕES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, CONFORME ANEXO V DO EDITAL. O Edital em partes poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/ Departamento de Licitações e Contratos. O horário disponível para retirada é das 8h:30min às 14h:00min.

Itapoá, 15 de dezembro de 2014.
Sérgio Ferreira de Aguiar
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO Nº85/14

TERMO ADITIVO N.º85/2014 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO E RURAL E CONCESSÃO PARA CONSTRUÇÃO DE TERMINAL RODOVIÁRIO DE ITAPOÁ/SC. (8º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede na Rua Mariana Michels Borges, 187, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato, pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e, de outro a Empresa TRANSITA TRANSPORTE ITAPOÁ TURISMO E ALUGUEL LTDA, com sede na Rua Falcão, 452, na cidade de Caraguatatuba/SP, inscrita n.º CNPJ/MF sob n.º 04.632.523/0001-01, com filial a Avenida José Pacheco da Silva, s/nº, Itapema do Norte, município de Itapoá/SC, neste ato representada por seu sócio-gerente GILVAN FERREIRA DA SILVA, portador do CNPF / MF sob n.º 103.259.588-40 e RGº sob n.º 20765936, doravante denominado CONTRATADO (A), ajustam a Concessão para exploração do serviço de Transporte Coletivo Urbano e Rural e Concessão para Construção de Terminal Rodoviário de Itapoá/SC, em conformidade com o processo Concorrência nº 01/1999, de acordo com a Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, e Lei nº 8.987/1995 em cumprimento as normas contidas no código de posturas, e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente termo visa prorrogar a vigência do contrato administrativo de concessão pública para exploração do serviço de Transporte Coletivo Urbano e Rural e Concessão para Construção de Terminal Rodoviário de Itapoá/SC, em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 31/12/2014, ou até encerramento do novo processo licitatório com assinatura do novo contrato administrativo de concessão pública, que será lançado, conforme disposições da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato administrativo de concessão pública para exploração do serviço de Transporte Coletivo Urbano e Rural e Concessão para Construção de Terminal Rodoviário de Itapoá/SC, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Prorrogação.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente

Termo de Prorrogação ao Instrumento de contrato administrativo de concessão pública para exploração do serviço de Transporte Coletivo Urbano e Rural e Concessão para Construção de Terminal Rodoviário de Itapoá/SC, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 15 de dezembro de 2014.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADO TRANSITA TRANSPORTE ITAPOÁ TURISMO E ALUGUEL LTDA GILVAN FERREIRA DA SILVA
CONTRANTE LUIZ CARLOS ZAGONEL CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO	
Testemunhas:	
Nome: CNPJ/MF:	Nome : CPF/MF:

TERMO ADITIVO Nº86/14

TERMO ADITIVO Nº86/2014 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 61/2014. (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 960, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Turismo, Meio Ambiente e Cultura, o Sr. CONRADO SCHNEIDER JÚNIOR, portador do CI.RG. nº 4.250.140-7/SC, e do CNPF/MF: 802.858.999.53, e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e, de outro lado a Empresa EMPAV TERRAPLANAGEM LTDA, com sede à Rua Alberto Torres, nº 2001 - sala nº 02, Bairro: Centenário, na cidade de São Bento do Sul/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.391.386/0001-63 e Inscrição Estadual nº 255.711.239, representada neste ato pelo sócio administrador Sr. FERNANDO CESAR VILLAIN, portador do CNPF/MF nº 065.588.199-96 e do CI.RG nº 428155-6-SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar a Contratação de empresa de construção civil com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para execução 4647,33m2 de pavimentação tipo lajota sextavada, e Urbanização com área total de 1771,39 m2 na Rua Bento Francisco da Silva, localizada no Balneário Itapema do norte, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO N.º 10/2014 - PROCESSO Nº 86/2014, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 61/2014, em 60 (sessenta) dias corridos contados a partir do dia 26/12/2014, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 61/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 61/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 15 de dezembro de 2014.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA EMPAV TERRAPLANAGEM LTDA FERNANDO CESAR VILLAIN
CONRADO SCHNEIDER JÚNIOR SECRETÁRIO DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA	
Testemunhas:	
NOME: CNPJ/MF:	NOME: CNPJ/MF:

TERMO ADITIVO Nº 83/2014

TERMO ADITIVO Nº 83/2014 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30/2014. (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 960, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Saúde, o Sr. CRISTIAN ANGELO GRASSI, inscrita no CNPJ/MF nº: 758.746.019-53 e portador do CI.RG. nº 289553-07, e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPJ/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e, de outro lado a Empresa MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA-ME, com sede à Av. Paraná, nº 70, Bairro: Barra do Saí, na cidade de Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.263.284/0001-09, e Inscrição Estadual: Isento, representada neste ato por proprietário o Sr. OSMAR MEYER RIBEIRO, portador do CNPJ/MF nº 384.576.529-15, e do CI.RG nº 8/R. 883.158-SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar a Contratação de empresa de construção civil com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para a construção da Unidade Básica de Saúde, na localidade do Balneário Paese, compreendendo 366,56m², conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 03/2014 - PROCESSO Nº 42/2014, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 30/2014, em 5 (cinco) meses contados a partir do dia 23/12/2014, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 30/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 30/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 15 de dezembro de 2014.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA-ME OSMAR MEYER RIBEIRO
CONTRATANTE CRISTIAN ANGELO GRASSI SECRETÁRIO DE SAÚDE	
Testemunhas:	
Nome: CNPJ/MF:	Nome: CNPJ/MF:

TERMO ADITIVO Nº 84/2014 DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO AO CONTRATO Nº 111/2014. (1º ADITIVO).

TERMO ADITIVO Nº 84/2014 DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO AO CONTRATO Nº 111/2014. (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretaria de Saúde, o Sr. CRISTIAN ANGELO GRASSI, portadora do CNPJ/MF nº: 758.746.019-53 e portador do CI. RG. nº 289553-07, e pelo Prefeito Municipal Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPJ/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, de outro lado a Empresa NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA, com sede à Avenida Renault, nº1300, Bairro: Borda do Campo, CEP: 87.070-900, na cidade de São José dos Pinhais/PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 04.104.177/0001-76 e Inscrição Estadual nº90103000-69, representada neste ato pelo Procurador o Sr. ENDRIGO LEITE GOMES, portadora do CNPJ/MF nº 065.435.129-54, e do CI.RG nº 8.370.238-9 SSP/PR, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo visando retificar e ratificar a Aquisição de 01 (um) veículo tipo utilitário passageiro, para uso da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no Edital, seus Anexos, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal nº 2192/2014, de 09 de maio de 2014 e do edital do Pregão nº 83/2014 em epígrafe, ao Processo nº 154/2014 resolvem retificar o CNPJ abaixo discriminado, pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

1.1. O presente termo visa retificar o CNPJ da empresa do Contrato nº 111/2014, haja vista tratar apenas de erro de digitação, passando a vigorar da seguinte forma:

1.2. Empresa NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA, com sede à Avenida Renault, nº 1300, Bairro: Borda do Campo, CEP: 87.070-900 na cidade de São José dos Pinhais/PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.104.117/0001-76 e Inscrição Estadual nº90103000-69.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato nº 111/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento do Contrato nº 111/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscreita.

Itapoá/SC, 15 de dezembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR MUNICÍPIO DE ITAPOÁ PREFEITO MUNICIPAL	NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA ENDRIGO LEITE GOMES
CRISTIAN ANGELO GRASSI MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SECRETÁRIO DA SAÚDE	
TESTEMUNHAS: NOME: CNPJ/MF:	NOME: CNPJ/MF:

Itaporanga**PREFEITURA****CONVOCA JULIANA HUNTEMANN PARA O TESTE DE APTIDÃO FÍSICA DO EDITAL Nº 001/2014 – ADM**

CONVOCA JULIANA HUNTEMANN PARA O TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

DO EDITAL Nº 001/2014 - ADM

O Prefeito do Município de Itaporanga, no uso de suas atribuições, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, atendendo a determinação dos autos número 0300530-89.204.8.24.0035, tornam público o que segue:

1. Fica convocada para a realização do teste de aptidão física no dia 24 de janeiro de 2015 às 9 (nove) horas e 30 (trinta) minutos, a seguinte candidata:

Inscrição	Candidato	Data	Horário limite de chegada	Local
0443	JULIANA HUNTE-MANN	01/06/2014	9h30min	Centro Educacional Bernardina Farias de Mattos

ENDEREÇO: CENTRO EDUCACIONAL BERNARDINA FARIAS DE MATTOS

RUA PREFEITO VIRGÍLIO SCHELLER

BAIRRO GABIROBA

Conforme Edital:

6.7.2 Serão convocados para o teste de aptidão física unicamente os candidatos aprovados na prova escrita, ou seja todos que obtiveram nota igual ou superior a 5,00 (cinco).

6.7.3. Para participar do teste de aptidão física o candidato convocado deverá apresentar-se com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário previsto para seu início no local e horário determinado:

a) Portando documento de Identidade e laudo médico original com data não superior a 3 (três) meses da data de realização do teste, atestando que goza de boa saúde e que apresenta plenas condições físicas para realização dos testes físicos previstos neste Edital.

b) Devidamente trajados com bermuda ou calção, camiseta ou roupa apropriada para ginástica, tênis e meias, não sendo permitido fazer o teste descalço.

2. O teste de aptidão física seguirá as normas estabelecidas no EDITAL Nº 001/2014 - ADM.

Itaporanga, 15 de dezembro de 2014

Arno Alex Zimmermann Filho

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 339, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 339, de 10 de dezembro de 2014

"Anula Edital do Processo Licitatório nº 80/2014, modalidade de Carta Convite nº 27/2014".

O Prefeito do Município de Itaporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Itaporanga, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CONSIDERANDO, não ter a participação de no mínimo três (03) empresas com proposta aptas conforme prevê a Lei nº 8.666, de

21 de junho de 1993 e decisão TCU nº 1.102/2001;

CONSIDERANDO, que a Administração Pública pode revogar ou anular seus próprios atos para alcançar aspectos de legalidade, e que tenham o dever de obedecer à lei e verificar a presença de pressupostos de validade dos atos que pratica;

DECRETA

Art. 1º - Fica anulado o Edital do Processo Licitatório nº 80/2014, modalidade de Carta Convite 27/2014, para contratação de empresa para construção de serviços e reparos gerais, atendendo necessidades de Saneamento Básico deste município e conseqüentemente todos os atos e efeitos do citado Processo Licitatório.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA, 10 de dezembro de 2014.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

ELMO PISETTA

Secretário da Administração

Joaçaba

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 281 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI COMPLEMENTAR Nº 281 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Fica acrescido no art. 97, da Lei Complementar nº 31/97, o inciso III e parágrafo único, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 97. (...)

III - 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor venal, na data do registro do contrato de promessa de compra e venda ou das transmissões compreendidas no Sistema Municipal de Habitação.

Parágrafo Único - A alíquota de que trata o inciso III será aplicada ao primeiro adquirente do imóvel do Município. Nos demais casos serão aplicadas as alíquotas dos incisos I e II deste artigo.

Art. 2º. O art. 226, da Lei Complementar nº 31/97, passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 226. (...)

I - correção monetária, calculada da data do vencimento do crédito tributário até o efetivo pagamento, com base na variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC do IBGE ou outro índice que vier a substituí-lo. Aos parcelamentos dos débitos inscritos em dívida ativa e com parcelas quitadas no vencimento, fica dispensada, a partir da data do parcelamento, a aplicação da correção monetária mensal prevista no inciso I deste artigo.

II - multa de 2% sobre o valor principal, corrigido, até a data do pagamento dos tributos e contribuições municipais; a multa de que trata este inciso será calculada a partir do

primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o pagamento do tributo ou da contribuição até o dia em que ocorrer o seu pagamento.

III - juros de mora, à razão de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor principal, corrigido.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor em 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 15 de dezembro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 37/2014-CMAS-JBA

RESOLUÇÃO Nº 37/2014-CMAS-JBA

Aprova prestações de contas que especifica:

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba - CMAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o que estabelecem as Portarias 440 e 442 do MDS, além da Resolução 109 de 11/11/2009 - Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar as prestações de contas dos recursos repassados do Fundo Nacional de Assistência Social, ao Fundo Municipal de Assistência Social para execução dos serviços socioassistenciais, relativos ao terceiro trimestre de 2014.

§ 1º. As prestações de contas de que trata o caput deste artigo, estão anexas ao parecer nº37/2014 aprovado em reunião do CMAS em 10/12/2014.

Art.2º Esta Resolução entrará a em vigor na data da sua publicação.

Joaçaba-SC, 11de dezembro de 2014.
Dorvalina Lange
Presidente do CMAS

209/2014 PMJ

EXTRATO CONTRATO Nº 209/2014/PMJ

PL 87/2014/PMJ - PP 60/2014/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: MULTIARTE INDUSTRIA E COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA.

OBJETO: o fornecimento e a montagem, pela CONTRATADA, de equipamentos destinados à instalação de parque infantil no Centro de Educação Infantil Rita Costenaro Petry, neste Município.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 12.090,00 (doze mil e noventa reais)

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias, com início contado a partir da data de recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço Inicial.

FISCAL DO CONTRATO: Gabriela Pratto e Daniela Dalla Lasta.

DATA DE ASSINATURA: 11/12/2014.

José Luiz Junqueira de Carvalho
Secretario de Educação
MUNICÍPIO DE JOAÇABA

DECRETO Nº 4.696 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 4.696 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 15 incisos I e II da Lei Municipal 4.439 de 20/12/13 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar na importância de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, proveniente do provável excesso de arrecadação de recursos próprios do Fundo de Assistência:

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade orçamentária: 1 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.077 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO RPPS - F.M.A.S.

Modalidade Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00.1.000.0 - 42

Valor: R\$ 5.500,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 09 de dezembro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

DECRETO Nº 4.697 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.697 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 16 DA LEI MUNICIPAL 4.439 DE 20/12/13 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais), proveniente do superávit financeiro do exercício anterior oriundo de recursos próprios, destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.061 - Operação e Manutenção do Sistema de Água-Urbano

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000-36

Valor: R\$ 30.000,00

Proj./Atividade: 2.061 - Operação e Manutenção do Sistema de Água-Urbano

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.00.03.0000-40

Valor: R\$ 80.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 09 de Dezembro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

DECRETO Nº4.695 DE 08 DE DEZEMBRO 2014

Decreto Nº4.695 de 08 de Dezembro 2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 15, inciso II da Lei Municipal 4.439 de 20/12/13 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 45.702,24 (quarenta e cinco mil setecentos e dois reais e vinte e quatro centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

ORGÃO 13: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE
UNIDADE 01: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE
Proj./Ativ. 2.002 Manutenção das Atividades Esportivas
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - 13 Aplicações Diretas
Valor: R\$ 3.919,20

ORGÃO 13: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE
UNIDADE 01: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE
Proj./Ativ. 2.002 Manutenção das Atividades Esportivas
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - 9 Aplicações Diretas
Valor: R\$ 41.783,04

Art. 2º - O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com recurso proveniente da anulação das dotações abaixo descritas:

ORGÃO 13: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE
UNIDADE 01: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE
Proj./Ativ. 2.002 Manutenção das Atividades Esportivas
3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - 10 Transf. Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Valor: R\$ 22.302,24

ORGÃO 13: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE
UNIDADE 01: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE
Proj./Ativ. 2.002 Manutenção das Atividades Esportivas
3.3.91.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - 12 Outras Despesas Correntes - Aplicação Direta
Valor: R\$ 23.400,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 08 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

DECRETO Nº 4.698 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.698 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
FIXA PRAZOS PARA O RECOLHIMENTO DE TAXAS DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), usando das atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º O prazo para recolhimento da taxa de renovação anual do Alvará Sanitário referente ao exercício 2015, para todos os estabelecimentos, será até dia 31/03/2015.

Art. 2º As taxas expedidas para processos de Alvará Sanitário inicial, análise de projeto hidrossanitário para construção, alvará para habitação (habite-se) e demais taxas de expediente, terão vencimento em 30 (trinta) dias contados a partir da data do protocolo dos documentos necessários junto à Divisão de Vigilância Sanitária.

Art. 3º No caso de descumprimento dos prazos fixados no presente decreto serão aplicados encargos de acordo com o disposto no art. 226 da Lei Complementar 31/97 e suas alterações.

Parágrafo único - O não pagamento da taxa de Alvará Sanitário fica sujeito à inscrição em Dívida Ativa do Município ao final do exercício financeiro.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 10 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE
Prefeito

DECRETO Nº 4.699 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 4.699 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014

Dispõe sobre alteração do decreto nº 4.426 de 17 de outubro de 2013 que trata do cronograma de ações para implementação e procedimentos contábeis padronizados e consolidados com o plano de contas aplicado ao setor público, baseado no comunicado oficial do TCE SC de 01 de julho de 2013.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

Altera prazos do cronograma:

CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS E ESPECÍFICOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
(PORTARIA STN Nº 828 DE 14 de dezembro de 2011 e Portaria STN Nº 231 de 29 de março de 2012)

Aspecto	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.
---------	--

Ações	Data Inicial	Data Final
- Definir sistema entre os setores de fiscalização e tributos para a identificação do valor do crédito no momento do fato gerador; - Implementar o sistema contábil para que importe a informação do crédito no momento do seu lançamento; - Registrar como provisão na contabilidade, o crédito cujo recebimento é improvável, analisando através do histórico; - Encaminhar para inscrição em dívida ativa os créditos eventualmente não recebidos;	Julho/2012	Dezembro/2015

Aspecto	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.
---------	---

Ações	Data Inicial	Data Final
- Fazer levantamento e registrar obrigações e provisões por competência;	Junho/2012	Dezembro/2015

Aspecto	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.
---------	---

Ações	Data Inicial	Data Final
- Fazer levantamento físico de todos os bens (localização, vida útil); - Conferir com inventário de bens registrado na contabilidade; - Caso necessário, efetuar as devidas baixas através de processo legal;	Julho/2012	Dezembro/2015

Aspecto	Registro dos fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.
---------	--

Ações	Data Inicial	Data Final
-------	--------------	------------

<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar laudo de avaliação para os bens do ativo imobilizado (reavaliação); - Efetuar registro na contabilidade ajustando os valores dos bens reavaliados ou subavaliados; - Elaborar juntamente com a contabilidade tabela de taxas de depreciação, amortização e exaustão, e que estabeleça vida útil e valor residual de cada classe de imobilizado. - Registrar na contabilidade os valores apurados de depreciação, amortização e exaustão; - Caso necessário, efetuar as devidas baixas através de processo legal; 	Julho/2012	Dezembro/2015
	Julho/2012	Dezembro/2015
	Janeiro/2013	Dezembro/2013
	Janeiro/2013	Dezembro/2015
Aspecto	Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	
	Ações	Data Inicial Data Final
Aspecto	Demais aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
	Ações	Data Inicial Data Final
<ul style="list-style-type: none"> - Adaptação do novo plano de contas à estrutura do PCASP Federação, no Sistema Contábil atual. 	-	Dezembro/2014
	<ul style="list-style-type: none"> - Serão realizados à medida que forem surgindo, conforme normas dos órgãos de orientação e controle; 	
Aspecto	Demais aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
	Ações	Data Inicial Data Final
<ul style="list-style-type: none"> - Serão realizados à medida que forem surgindo, conforme normas dos órgãos de orientação e controle; 	Julho/2012	Dezembro/2015

Joaçaba, 11 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE
 Prefeito

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 12/2014 – PMJ

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 12/2014 - PMJ
 CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) -
 CNPJ Nº 82.939.380/0001-99
 CONVENIADO: CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE JOAÇABA
 - CDL - CNPJ Nº 84.590.728/0001-00
 OBJETO: REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA REALIZAÇÃO DO NATAL 2014.
 VALOR R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS).
 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORGÃO 02: GABINETE DO PREFEITO
 UNIDADE 06: ASSESSORIA DE EVENTOS
 PROJ./ATIV. 2.023 MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE EVENTOS
 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000. 000000 TRANSF. A INSTITUIÇÕES PRIV
 O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PRESENTE CONVÊNIO É 120 DIAS.

JOAÇABA-SC, 15 DE DEZEMBRO DE 2014.
RAFAEL LASKE

PABLO AMIN CASSUL DE MENEZES CALLUANS PREFEITO
 PRESIDENTE CDL

HOMOLOG PL 24/2014 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
 AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 24/2014/FMS

A Secretária Em Exercício Paula Giovana Kleber, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 24/2014/FMS - PP 19/2014 FMS, nos seguintes termos:

Objeto: o REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de bilhetes de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais, com linhas e horários diversificados, destinadas aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS que necessitam de tratamento fora do domicílio.

Fiscal: Marcia Maria Zimmermann Magro - Empresas Vencedoras:
 AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA
 VALOR R\$ 12.600,00
 REUNIDAS TURISMO S/A
 VALOR R\$ 11.615,50

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 11 de dezembro de 2014.
 Marcos Weiss
 Secretario- FMS

HOMOLOG PL 86/2014 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA
 AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 86/2014/PMJ
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2014/PMJ

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Rafael Laske, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 86/2014/PMJ,
 - Modalidade: PP 59/2014/PMJ.

Objeto: o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de livros didáticos consumíveis, do pré-escolar ao 6º ano, destinados às escolas da rede municipal de ensino.

VENCEDOR:
 DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A
 VALOR R\$ 823.716,50

Fiscais : Eliane Ferronato e Danusa Brito de Oliveira

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 11 de dezembro de 2014.
 MUNICÍPIO DE JOAÇABA
 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

José Luiz Junqueira de Carvalho
 Secretário

LEI COMPLEMENTAR Nº 280 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI COMPLEMENTAR Nº 280 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.
 "ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 158/2007 - CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica revogado o inciso VII do art. 8º da Lei Complementar nº. 158/2007, que dispõe sobre a organização do Conselho Tutelar do Município de Joaçaba.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 15 de dezembro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

LEI Nº 4.546 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 4.546 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS INFORMAREM SE A GASOLINA COMERCIALIZADA É FORMULADA OU REFINADA.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

Art. 1º Os postos de combustíveis que atuam no âmbito territorial do Município de Joaçaba/SC ficam obrigados a informarem ao consumidor se a gasolina comercializada é formulada ou refinada.

§ 1º Para efeitos desta Lei, considera-se gasolina refinada aquela completamente isenta de substâncias nocivas contidas no petróleo cru, eliminadas pelo processo de refinação.

§ 2º Para efeitos desta Lei, considera-se gasolina formulada aquela composta de resíduos de destilação petroquímicos adicionados de solventes, com qualidade inferior à gasolina refinada.

Art. 2º A informação de que trata o art. 1º desta Lei deverá ser veiculada em cartaz, banner ou outro meio, em local visível a todos os consumidores que adentrarem ao posto, com fonte e tamanho que possibilitem sua identificação.

Art. 3º Os preços de venda deverão ser discriminados separadamente para cada tipo de gasolina.

Art. 4º As infrações às normas desta Lei ficam sujeitas, conforme o caso, às sanções previstas nos artigos 56 a 60 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 5º A fiscalização do disposto nesta Lei será realizada pelos órgãos públicos de defesa do consumidor, os quais serão responsáveis pela aplicação das sanções decorrentes de infrações às normas nela contidas, mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa.

Art. 6º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que se fizer pertinente.

Art. 7º Os postos de combustíveis terão o prazo de 30 (trinta) dias para adequação, contados a partir da publicação desta Lei.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba/SC, 11 de dezembro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

LEI Nº 4.547 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 4.547 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE DESPESAS PARA REALIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO EM OUTRO MUNICÍPIO, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover o pagamento do valor de até R\$ 50,00 diários (Cinquenta reais), até que a prematura obtenha alta médica da unidade hospitalar de Xanxerê, com o objetivo de custear as despesas com a alimentação de Barbara Barancelli, inscrita no CPF sob nº. 079449739-02, RG nº. 11/R4954260, em virtude do nascimento prematuramente, com necessidade de internação em Centro de Tratamento Intensivo CTI Neonatal de sua filha, Alma Elis Barancelli de Almeida, nascida em 17/10/2014 no Hospital Regional São Paulo, naquele Município.

Parágrafo único - O pagamento será feito diretamente à empresa fornecedora da alimentação, mediante emissão de nota fiscal.

Art. 2º As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 15 de dezembro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

LEI Nº 4.548 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 4.548 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 69.855,87 (sessenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e sete centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS:

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Atividade: 2.073 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS/PAIF/IGD PBF/PBV II/SCFV
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 (18)
Valor: R\$ 69.855,87

Art. 2º Os recursos necessários à suplementação das dotações apontadas no artigo 1º, são provenientes das anulações das seguintes dotações:

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Atividade: 1.013 - CONSTRUÇÃO DE ESPACOS P/ AÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 (12)
Valor: R\$ 69.855,87

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 15 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE
Prefeito

LEI Nº 4.549 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 4.549 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

"AUTORIZA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS A ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba (SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a promover o repasse de recursos financeiros a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE JOAÇABA - CDL, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), pagável em parcela única, destinados ao pagamento de despesas com atividades sócio-culturais, de caráter social, decorrentes da realização do Natal 2014, conforme Plano de Trabalho, parte integrante desta Lei.

Parágrafo único - O valor dos recursos financeiros, de que trata o "caput" deste artigo fica vinculado à apresentação de respectiva prestação de contas ao Poder Executivo no prazo de (90) noventa dias, contados da liberação.

Art. 2º As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão por conta do superávit do Orçamento do exercício anterior, na seguinte dotação orçamentária:

ORGÃO 02: GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE 06: ASSESSORIA DE EVENTOS

Proj./Ativ. 2.023 Manutenção da Assessoria de Eventos

3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000. 000000 - 20 Transf. a Instituições Priv

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 15 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE
Prefeito

LEI Nº 4.550 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.550 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

INSTITUI O PROGRAMA DE REPACTUAÇÃO CONTRATUAL COM MUTUÁRIOS DA EXTINTA SOCIEDADE COMUNITÁRIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE JOAÇABA (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara

de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º. Fica instituído o Programa de Repactuação Contratual - PRC, objetivando a regularização e a renegociação contratual de todos os mutuários da extinta Sociedade Comunitária de Habitação Popular de Joaçaba - SCH, que estejam em situação de inadimplência.

§ 1º O PRC compreende os financiamentos para compra de imóveis e financiamentos para aquisição de materiais destinados à ampliação e/ou reformas de habitação de unidade isolada de propriedade do mutuário.

§ 2º Nos financiamentos para aquisição de materiais destinados à ampliação e/ou reforma de unidade isolada de propriedade do mutuário, o atraso da parcela ensejará na inscrição em dívida ativa do Município.

§ 3º O mutuário que possui contrato em curso, mas adimplido, poderá permanecer com o contrato em vigor ou aderir ao programa previsto nesta lei, especialmente aderindo aos novos prazos de pagamento.

Art. 2º. Constituem-se instrumentos do Programa de Repactuação Contratual - PRC:

I - Acordo para quitação antecipada;

II - Regularização da Ocupação do imóvel;

III - Repactuação por Novação; e,

IV - Confissão de Dívida com garantia hipotecária.

§1º. Os mutuários que optarem pelo pagamento antecipado, terão desconto de 10% (dez por cento) sobre o valor da dívida corrigida.

§2º. A regularização da ocupação consiste na venda preferencial, nas condições previstas nesta lei, aos atuais ocupantes de imóveis, originalmente adquiridos por mutuários da extinta Sociedade Comunitária de Habitação Popular, que tenham sido transmitidos aos atuais ocupantes por documentação precária, como contratos particulares, exceto no caso do ocupante ser proprietário de outro imóvel ou já ter adquirido imóvel direta ou indiretamente da SCH.

§3º - Repactuação por novação proporcionará a revisão do contrato com a renegociação do saldo devedor do financiamento corrigido, referente às prestações em atraso, nos prazos definidos no artigo 3º desta lei.

§4º - Para novação e repactuação, nos casos de financiamentos para aquisição de materiais para ampliação e/ou reformas de unidade isolada de propriedade do mutuário, este deverá promover a confissão de dívida com garantia hipotecária.

Art. 3º. Para fins da repactuação por novação e confissão de dívida de que trata esta lei, as dívidas deverão ser consolidadas com incorporação ao saldo devedor de todos os encargos previstos nos respectivos pactos negociais, bem como de todas as prestações vincendas e repactuadas, na seguinte forma:

- Valores até R\$ 1.000,00 - parcelamento máximo em 12 meses

- De R\$ 1.000,01 a R\$4.000,00 - parcelamento máximo em 24 meses

- De R\$ 4.000,01 a R\$ 7.000,00- parcelamento máximo em 36 meses

- De R\$ 7.000,01 a R\$ 10.000,00 - parcelamento máximo em 48 meses

- Valores acima de R\$ 10.000,01 poderão ser parcelados em até 60 meses.

§ 1º - Para efeito de Renegociação dos contratos o valor das parcelas não poderá ser inferior a R\$ 80,00 (oitenta reais).

§2º- Caso comprovado por estudo sócio-econômico que o valor da parcela comprometa mais que 30% (trinta por cento) da renda familiar do mutuário, poderá ocorrer o aumento do número de parcelas previstas no caput, a fim de que tal patamar de comprometimento seja respeitado.

§3º- O saldo devedor confessado e repactuado no valor corrigido pelos encargos previstos nos pactos originais, após firmada a novação, terá reajuste anual, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC após o decurso de cada 12 (doze) meses, pelo índice do período.

§4º- No caso de inadimplemento de 03 (três) parcelas consecutivas ou 05 (cinco) intercaladas, ocorrerá o vencimento antecipado da dívida, tomando-se as medidas judiciais cabíveis para cobrança da dívida e retomada do imóvel, se for o caso, independentemente de qualquer aviso ou notificação. No caso de retomada do imóvel serão devolvidas as parcelas pagas, corrigidas pelo INPC.

5º- A falta de pagamento de parcelas nas datas dos respectivos vencimentos importará na cobrança em conjunto dos seguintes acréscimos:

I - correção monetária mensal, mediante a aplicação do INPC-IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou outro índice que venha a substituí-lo;

II - multa de 2% sobre o valor principal corrigido.

III - juros de mora, a razão de 1% ao mês sobre o valor principal corrigido.

Art. 4º - Aos mutuários que estejam adimplentes com suas obrigações contratuais fica assegurado o direito de optar pela quitação antecipada do contrato pelo pagamento à vista do valor correspondente ao produto entre o valor da prestação atual e o número de prestações faltantes para quitação do contrato.

Art. 5º - O Poder executivo fica autorizado, a promover a repactuação contratual na forma de que trata esta Lei, mediante anuência dos mutuários e de duas testemunhas firmatárias.

Art. 6º - Quitado o contrato de compra e venda de imóvel, desde que pagas pelo mutuário as despesas cartorárias e o Imposto de Transmissão Inter Vivos, o Município terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para outorgar a escritura pública.

Parágrafo único. O Imposto de Transmissão Inter Vivos (ITBI) de que trata o caput deste artigo será calculado na forma estabelecida na legislação vigente na data da transmissão do imóvel.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), 15 de dezembro de 2014.

RAFAEL LASKE
Prefeito

RESOLUÇÃO Nº: 034/2014/CMAS-JBA.

Resolução nº: 034/2014/CMAS-JBA.

Aprova projeto que especifica:

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba - CMAS, no uso de suas atribuições, conferidas Instrução Normativa do TC-14/2012 do TCE/SC, a resolução 109 de 11/11/2009 - Tipificação Nacional de Assistência Social e a Resolução nº 16 de maio de 2010 do Ministério de Desenvolvimento Social - MDS que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Projeto: Iniciativa da APAE Joaçaba em fortalecer vínculos entre família e escola apresentado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Joaçaba - APAE, solicitando liberação de subvenção social, pelo Fundo Municipal de Assistência Social, para o exercício de 2015.

Art. 2º - Faz parte integrante da presente resolução o parecer número 34/2014.

Art. 3º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua

publicação.

Joaçaba (SC), 11 de dezembro de 2014.

Dorvalina Lange

Presidente CMAS - Joaçaba/SC

RESOLUÇÃO Nº: 035/2014/CMAS-JBA.

Resolução nº: 035/2014/CMAS-JBA.

Aprova projeto que especifica:

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba - CMAS, no uso de suas atribuições, conferidas Instrução Normativa do TC-14/2012 do TCE/SC, a resolução 109 de 11/11/2009 - Tipificação Nacional de Assistência Social e a Resolução nº 16 de maio de 2010 do Ministério de Desenvolvimento Social - MDS que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Projeto: A importância da família na construção da aprendizagem e a socialização do surdo apresentado pela Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Joaçaba - APAS e o Centro de Educação e Reabilitação da APAS - CER-APAS, solicitando liberação de subvenção social, pelo Fundo Municipal de Assistência Social, para o exercício de 2015.

Art. 2º - Faz parte integrante da presente resolução o parecer número 35/2014.

Art. 3º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

.

Joaçaba (SC), 11 de dezembro de 2014.

Dorvalina Lange

Presidente CMAS - Joaçaba/SC

RESOLUÇÃO Nº: 036/2014/CMAS-JBA.

Resolução nº: 036/2014/CMAS-JBA.

Aprova projeto que especifica:

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba - CMAS, no uso de suas atribuições, conferidas Instrução Normativa do TC-14/2012 do TCE/SC, a resolução 109 de 11/11/2009 - Tipificação Nacional de Assistência Social e a Resolução nº 16 de maio de 2010 do Ministério de Desenvolvimento Social - MDS que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Projeto: Integrando os Idosos na Família e na Comunidade apresentado pela União Municipal da Melhor Idade, solicitando liberação de subvenção social, pelo Fundo Municipal de Assistência Social, para o exercício de 2015.

Art. 2º - Faz parte integrante da presente resolução o parecer número 36/2014.

Art. 3º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 11 de dezembro de 2014.

Dorvalina Lange

Presidente CMAS - Joaçaba/SC

RESULTADO PRELIMINAR - EDITAL Nº 01/2014/SME

RESULTADO PRELIMINAR - EDITAL Nº 01/2014/SME
PROCESSO DE REMOÇÃO DESTINADO AOS PROFESSORES DA
REDE MUNICIPAL DE ENSINO

PREFEITO DE JOAÇABA, Rafael Laske, no uso de suas atribuições legais, torna público o Resultado Preliminar do Processo de Remoção destinado aos professores da Rede Municipal de Ensino:

1 - Consta no ANEXO I a classificação preliminar do Processo de Remoção destinado aos Professores da Rede Municipal de Ensino. Parágrafo único - Nos termos do Item 2.9 do Edital n. 01/2014/SME, Processo de Remoção, podem os interessados interpor recurso, devidamente protocolado, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a publicação.

2 - Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no mural da Prefeitura Municipal, na Imprensa Oficial do Município e no site www.joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 15 de dezembro de 2014.

José Luiz Junqueira de Carvalho

Secretário de Educação

Rafael Laske

Prefeito Municipal

CENTRO EDUCACIONAL ROBERTO TROMPOWSKY

CLASSIFICAÇÃO	NOME
1	JOSANNE MARGIT JENTZSCH KRUG

INFORMÁTICA - 40H

ATA 09/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 9/2014		Data do Registro: 11/12/2014		Válido até: 11/12/2015		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de bilhetes de passagens rodoviárias intermunicipais, com linhas e horários diversificados, destinadas aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS que necessitam de tratamento fora do domicílio.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
1	PASSAGEM JOAÇABA A FLORIANÓPOLIS (IDA E VOLTA)	UN	AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA (6574)		0	199,0400	1			
2	PASSAGEM JOAÇABA A CHAPECÓ (IDA E VOLTA)	UN	REUNIDAS TURISMO SA (7360)		0	82,0000	1			
3	PASSAGEM JOAÇABA A XANXERÊ (IDA E VOLTA)	UN	REUNIDAS TURISMO SA (7360)		0	58,4000	1			
4	PASSAGEM JOAÇABA A CURITIBANOS (IDA E VOLTA)	UN	AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA (6574)		0	78,4700	1			
5	PASSAGEM JOAÇABA A JOINVILLE (IDA E VOLTA)	UN	AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA (6574)		0	210,0000	1			
6	PASSAGEM JOAÇABA A LAGES (IDA E VOLTA)	UN	REUNIDAS TURISMO SA (7360)		0	211,7600	2			
7	PASSAGEM JOAÇABA A BLUMENAU (IDA E VOLTA)	UN	AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA (6574)		0	91,3200	1			
8	PASSAGEM JOAÇABA A CONCÓRDIA (IDA E VOLTA)	UN	AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA (6574)		0	160,5200	1			
9	PASSAGEM JOAÇABA A CAPINZAL (IDA E VOLTA)	UN	REUNIDAS TURISMO SA (7360)		0	37,9000	1			
10	PASSAGEM JOAÇABA A CURITIBA (IDA E VOLTA)	UN	REUNIDAS TURISMO SA (7360)		0	18,2000	1			
11	PASSAGEM JOAÇABA A BALNEÁRIO CAMBORIÚ (IDA E VOLTA)	UN	AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA (6574)		0	146,2600	1			
		UN	AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA (6574)		0	184,3900	1			

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2014

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 9/2014		Data do Registro: 11/12/2014		Válido até: 11/12/2015			
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de bilhetes de passagens rodoviárias intermunicipais, com linhas e horários diversificados, destinadas aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS que necessitam de tratamento fora do domicílio.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	PASSAGEM JOACABA A SÃO PAULO (IDA E VOLTA)	UN	AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA (6574)		0	278,5300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2014

Número do Registro de Preços: 9/2014		Data do Registro: 11/12/2014		Válido até: 11/12/2015			
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de bilhetes de passagens rodoviárias intermunicipais, com linhas e horários diversificados, destinadas aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS que necessitam de tratamento fora do domicílio.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2014
PROCESSO Nº 24/2014

(6574) - AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA
(7360) - REUNIDAS TURISMO SA

Joaçaba, 11 de Dezembro de 2014.

ATA 14/2014 PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2014

Página: 1/7

Número do Registro de Preços: 13/2014		Data do Registro: 12/12/2014		Válido até: 12/12/2015		Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de livros didáticos consumíveis, do pré-escolar ao 6º ano, destinados às escolas da rede municipal de ensino.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
1	PROJETO APIS - EDUCAÇÃO INFANTIL 2 Autores: Luiz Roberto Dante e Noemi Bianchini	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	54,8100	1		
2	PROJETO APIS - EDUCAÇÃO INFANTIL 3 Autores: Luiz Roberto Dante e Noemi Bianchini	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	54,8100	1		
3	ÁPIS PORTUGUÊS 1º ANO Autores: Ana Borgatto, Terezinha Bertin e Vera Marchezi	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	63,8400	1		
4	ÁPIS MATEMÁTICA 1º ANO Autor: Luiz Roberto Dante	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	63,8400	1		
5	ÁPIS HISTÓRIA 1º ANO Autores: Maria Elena Simielli e Ana Maria Charlier	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	59,8500	1		
6	ÁPIS GEOGRAFIA 1º ANO Autor: Maria Elena Simielli	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	59,8500	1		
7	ÁPIS CIÊNCIAS 1º ANO Autores: Rogério Nigro e Maria Cristina Campos	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	59,8500	1		
8	START UP STAGE 1 Autores: Eliete Morino e Rita Faria	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	30,5000	1		
9	ÁPIS PORTUGUÊS 2º ANO Autores: Ana Borgatto, Terezinha Bertin e Vera Marchezi	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	67,2700	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2014

Página: 2/7

Número do Registro de Preços: 13/2014 Data do Registro: 12/12/2014 Válido até: 12/12/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de livros didáticos consumíveis, do pré-escolar ao 6º ano, destinados às escolas da rede municipal de ensino.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
10	ÁPIS MATEMÁTICA 2º ANO Autor: Luiz Roberto Dante	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	67,2700	1		
11	ÁPIS HISTÓRIA 2º ANO Autores: Maria Elena Simielli e Ana Maria Charlier	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	61,5600	1		
12	ÁPIS GEOGRAFIA 2º ANO Autor: Maria Elena Simielli	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	61,5600	1		
13	ÁPIS CIÊNCIAS 2º ANO Autores: Rogério Nigro e Maria Cristina Campos	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	61,5600	1		
14	START UP STAGE 2 Autores: Eliete Morino e Rita Faria	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	32,2100	1		
15	ÁPIS PORTUGUÊS 3º ANO Autores: Ana Borgatto, Terezinha Bertin e Vera Marchezi	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	67,2700	1		
16	ÁPIS MATEMÁTICA 3º ANO Autor: Luiz Roberto Dante	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	67,2700	1		
17	ÁPIS HISTÓRIA 3º ANO Autores: Maria Elena Simielli e Ana Maria Charlier	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	61,5600	1		
18	ÁPIS GEOGRAFIA 3º ANO Autor: Maria Elena Simielli	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	61,5600	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2014

Página: 3/7

Número do Registro de Preços: 13/2014 Data do Registro: 12/12/2014 Válido até: 12/12/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de livros didáticos consumíveis, do pré-escolar ao 6º ano, destinados às escolas da rede municipal de ensino.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
19	ÁPIS CIÊNCIAS 3º ANO Autores: Rogério Nigro e Maria Cristina Campos	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	61,5600	1		
20	START UP STAGE 3 Autores: Eliete Morino e Rita Faria	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	32,2100	1		
21	ÁPIS PORTUGUÊS 4º ANO Autores: Ana Borgatto, Terezinha Bertin e Vera Marchezi	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	70,1100	1		
22	ÁPIS MATEMÁTICA 4º ANO Autor: Luiz Roberto Dante	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	70,1100	1		
23	ÁPIS HISTÓRIA 4º ANO Autores: Maria Elena Simielli e Ana Maria Charlier	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	63,8400	1		
24	ÁPIS GEOGRAFIA 4º ANO Autor: Maria Elena Simielli	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	63,8400	1		
25	ÁPIS CIÊNCIAS 4º ANO Autores: Rogério Nigro e Maria Cristina Campos	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	63,8400	1		
26	START UP STAGE 4 Autores: Eliete Morino e Rita Faria	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	33,5700	1		
27	ÁPIS PORTUGUÊS 5º ANO Autores: Ana Borgatto, Terezinha Bertin e Vera Marchezi	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	70,1100	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2014

Página: 4/7

Número do Registro de Preços: 13/2014 Data do Registro: 12/12/2014 Válido até: 12/12/2015							
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de livros didáticos consumíveis, do pré-escolar ao 6º ano, destinados às escolas da rede municipal de ensino.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
28	ÁPIS MATEMÁTICA 5º ANO Autor: Luiz Roberto Dante	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	70,1100	1
29	ÁPIS HISTÓRIA 5º ANO Autores: Maria Elena Simielli e Ana Maria Charlier	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	63.8400	1
30	ÁPIS GEOGRAFIA 5º ANO Autor: Maria Elena Simielli	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	63.8400	1
31	ÁPIS CIÊNCIAS 5º ANO Autores: Rogério Nigro e Maria Cristina Campos	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	63.8400	1
32	START UP STAGE 5 Autores: Eliete Morino e Rita Faria	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	33.5700	1
33	PROJETO TELÁRIS PORTUGUÊS 6º ANO Autores: Ana Borgatto, Terezinha Bertin e Vera Marchezi	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	73.0200	1
34	JETO TELÁRIS MATEMÁTICA 6º ANO Autor: Luiz Roberto Dante	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	73.0200	1
35	PROJETO TELÁRIS HISTÓRIA 6º ANO Autores: Gislaíne Azevedo e Reinaldo Seriacopi	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	73.0200	1
36	PROJETO TELÁRIS GEOGRAFIA 6º ANO Autores: José Willian Vessentini e Vânia Vlach	LIV	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	73.0200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2014

Página: 5/7

Número do Registro de Preços: 13/2014		Data do Registro: 12/12/2014		Válido até: 12/12/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de livros didáticos consumíveis, do pré-escolar ao 6º ano, destinados às escolas da rede municipal de ensino.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	PROJETO TELÁRIS CIÊNCIAS 6º ANO Autor: Fernando Gewandsnajer	LIV	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	73,0200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2014

Página: 6/7

Número do Registro de Preços: 13/2014		Data do Registro: 12/12/2014		Válido até: 12/12/2015				
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de livros didáticos consumíveis, do pré-escolar ao 6º ano, destinados às escolas da rede municipal de ensino.								
Item	Especificação		Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
38	START UP STAGE 6 Autores: Eliete Morino e Rita Faria		LIV	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (10338)	ATICA	0	34,7400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2014

Página: 77

Número do Registro de Preços: 13/2014		Data do Registro: 12/12/2014		Válido até: 12/12/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de livros didáticos consumíveis, do pré-escolar ao 6º ano, destinados às escolas da rede municipal de ensino.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2014
PROCESSO Nº 86/2014

(10338) - DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A

Joaçaba, 12 de Dezembro de 2014.

IMPRES**PORTARIA 149 2014 - GUILHERME USINGER IMPRES**

PORTARIA 149 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 79, da Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005, e suas alterações, e tendo em vista o que consta do Processo n. 160, de 05 de dezembro de 2014, resolve:

Art. 1º. Conceder aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais, a GUILHERME USINGER, inscrito no CPF sob o nº 221.144.679-53, portador do RG nº 655.883, inscrito no PASEP sob o nº 102.39315.26-7, ocupante do cargo de Eletricista, lotado na Secretaria de Educação, do quadro efetivo da Prefeitura de Joaçaba, matrícula funcional nº 8.261, nos termos do art. 20, da Lei Complementar nº 99/2005 c/c art. 40, § 1º, II da Constituição Federal.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria compulsória, em caráter proporcional, na razão de 41,32% da média aritmética apurada.

Parágrafo 1º. O valor dos proventos será majorado para o valor do piso municipal, a teor do disposto no art. 40, § 9º, da Lei Complementar nº 099/2005.

Parágrafo 2º. Os proventos serão reajustados nos termos do art. 52 da Lei Complementar nº 99/2005.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16 de dezembro de 2014.

Joaçaba-SC, 12 de dezembro de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

SIMAE**PORTARIA JHL 256/2014**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº - 256/2014 DE 15.12.2014

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a (o) Servidor(a) Sr.(a) FRANCIELLI WENDLAND GUARAGNI FIORIN, Auxiliar Administrativo, Licença-Prêmio a que tem direito solicitada através do processo nº 3579/2014 de 10 de dezembro de 2014, referente ao período aquisitivo de 13 de junho de 2011 à 12 de junho de 2012 (12 dias) para serem fruídos no período de 05 de janeiro de 2015 à 16 de janeiro de 2015, de acordo com a Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 15 de Dezembro de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

HOMOLOGAÇÃO PP55/2014 SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 55/2014 - PR Processo Administrativo: 75/2014 Processo de Licitação: 75/2014 Data do Processo: 17/11/2014
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 75/2014
b) Licitação Nr.: 55/2014-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 15/12/2014
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER A FROTA DO SIMAE NO EXERCICIO DE 2015.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

POSTO DA VILA LTDA (6911)

1 GASOLINA COMUM	LT	25.000,00	0,0000	2,69	67.250,00
3 BIODIESEL EVOLUX FÓRMULA S-10	LT	20.000,00	0,0000	2,49	49.800,00
Total do Fornecedor:					117.050,00

POSTO DE COMBUSTÍVEIS MICHELLOS - LTDA (7317)

2 ÓLEO DIESEL - Marca: PETROBRAS	LT	30.000,00	0,0000	2,395	71.850,00
Total do Fornecedor:					71.850,00
Total Geral:					188.900,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Lages

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 214/2014 - FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 214/2014 FMAS

CONTRATADO: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA inscrita no CNPJ n.º 08.208.387/0001-88, com sede a Praça Vidal Ramos Sênior, Nº 86, CEP 88.502-005 - Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 72/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 50/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o ABRIGO da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 2.205,00 (dois mil, duzentos e cinco reais)

Lages, 15 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 215/2014 - FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 215/2014 FMAS

CONTRATADO: CELIA REGINA W SANI - ME, inscrita no CNPJ n.º 04.195.853/0001-87, com sede a Avenida Beira Rio, 730 - Centro CEP: 88450-000 - Alfredo Wagner/SC

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 72/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 50/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o ABRIGO da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 5.460,01 (cinco mil, quatrocentos e sessenta reais e um centavo)

Lages, 15 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 332/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 332/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: PAULO MARCIO CISLAGHI ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 85.145.423/0001-52, com sede a Avenida Belisário Ramos, 5575 - CEP 88511-200 - Bairro Universitário, Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 199/2014, correlato á Convite nº 23/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada em Locação de Caixas de Som Ambiente para Ruas e Praças para o Natal Felicidade de 2014, em conformidade com o Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

02.1 De Início, da data da assinatura do(s) Contrato(s) decorrente(s);

02.2 De Execução, da data da assinatura do contrato até 23/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 38.900,00 (trinta e oito mil e novecentos reais).

Lages, 28 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 68/2014 - SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 068/2014 SEMASA

CONTRATADA: MODELO PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 95.510.682/0001-26, com sede à Rua Marechal Castelo Branco, 56 - CEP 95700-000 - Bento Gonçalves/RS.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 39/2014, correlato ao Pregão nº 26/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Pneus para Veículos e Moto da Secretaria Municipal de Águas e Saneamento-SEMASA, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 5.418,00 (cinco mil, quatrocentos e dezoito reais)

Benjamin Schultz

Secretário SEMASA

PP 93-2014 PML E PE 17-2014 SMS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 93/2014 PML

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis para Consumo nas Unidades Escolares Municipais.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 05/01/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 3.554.516,00

Modalidade: PE 17/2014 SMS
Objeto: Fornecimento de Gás Oxigênio Medicinal
Tipo: Menor Preço Por Item
Abertura: 05/01/2015 às 09:00
Valor Estimado: R\$ 980.980,00

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 15 de dezembro de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO PP 51-2014 FMAS

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2014 FMAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA OS CRAS VII E VIII DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, conforme solicitação da Secretaria Requisitante, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Anexo II - Termo de Referência do Edital em comento:

- Excluir o Lote 07.
 - Em decorrência da exclusão do referido lote, o Pregão passa a ter um valor total estimado de R\$ 109.239,02.
- As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 15 de dezembro de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

Lauro Muller

PREFEITURA

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº128/2014 PMLM 50/2014 FMS 51/2014 HMHL

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº128/2014 PMLM 50/2014 FMS 51/2014 HMHL

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de seguro para veículos da frota oficial do município de Lauro Muller -SC No dia 15 de dezembro dr 2014 o pregoeiro e sua equipe de apoio receberam a impugnação interposta pela empresa GENTE SEGURADORA_ na qual alega a ilegalidade na exigência de escritório no perímetro d 70km. Após análise, decide- se em retificar o edital no sentido de suprimir tal exigência, buscando assim dar maior disputa entre os interessados, proporcionando assim maior vantagem para a ADM. Publica municipal. Desta feita, recebe-se o presente recurso dando provimento parcial. Determina-se a alteração no edital, porém fica mantida a data r horário dr abertura, tendo que vista que a presente alteração não gera efeitos na elaboração da proposta. Nada mais.

Lauro Muller, 15 de Dezembro de 2014
Allan Crocetta

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº128/2014 PMLM 50/2014 FMS 51/2014 HMHL

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº128/2014 PMLM 50/2014 FMS 51/2014 HMHL
PROCESSO Nº128/2014 PMLM 50/2014 FMS 51/2014 HMHL

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que houveram retificações no presente edital sendo subtraído do mesmo o item 7.1.5 referente a DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO do certame que ocorrerá no dia 18 de dezembro de 2014 às 10:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC.

Lauro Muller, 9 de dezembro de 2014.
ALAN CROCETTA
Pregoeiro Municipal

Lebon Régis

PREFEITURA

ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 47/2014

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 47/2014 Concorrência CC1/2014

Contratante: MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS - SC

Contratado: LZK CONSTRUTORA LTDA

Objeto: Presente aditivo, altera a cláusula PRIMEIRA do Contrato n. 47/2014, aditando o VALOR contratual em 78.581,60 (setenta e oito mil e quinhentos e oitenta e um reais e sessenta centavos), justificada pelo art. 57, paragrafo 1º, inciso II, da Lei 8.666/93. Lebon Régis, 12 de Dezembro de 2014. Ludovino Labas - Prefeito municipal

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 47/2014 Concorrência CC1/2014

Contratante: MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS - SC

Contratado: LZK CONSTRUTORA LTDA

Objeto: Presente aditivo, altera a cláusula Terceira do Contrato n. 47/2014, aditando o prazo de vigência do contrato até 31 de Março de 2015, Também justificada pelo art. 57, paragrafo 1º, inciso II, da Lei 8.666/93.

Lebon Régis, 12 de Dezembro de 2014.

Ludovino Labas

Prefeito municipal

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64\2014 - TOMADA DE PREÇOS Nº 03\2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS - SC

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64\2014 - TOMADA DE PREÇOS Nº 03\2014. O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, através do presidente da Comissão de Licitações torna público que o procedimento licitatório na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço por item, sob a forma de execução indireta e empreitada por preço global, visando a contratação de empresa para execução das obras de construção do campo de Futebol Suíço no Bairro Núcleo Rio Doce, localizado no Município de Lebon Régis/SC atendendo ao convênio nº 003221/2014 através da SDR Processo nº SDR1000001120/2014, deu-se por DESERTA no dia 15/12/2014 pela 2ª vez consecutiva. Maiores informações através do e-mail: licitacoes@lebonregis.sc.gov.br ou tel.: (49) 3247-0188.

Lebon Régis, 15 de Dezembro de 2014.

Mairon Leonam Ribeiro

Presidente.

DECRETO Nº 112/2014

DECRETO Nº. 112/2014, de 11 de Dezembro de 2014

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso I do art. 11, da Lei Municipal nº 1459/2013 de 20 de Dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Dotação: 110

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 80 - SECRETARIA SERVICOS MUNICIPAIS

Função: 15 - URBANISMO

SubFunção: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA

Programa: 19 - Serviços Urbanos

Ação: 1.012 - Pavimentação de Ruas

Natureza de Despesa: 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas

Suplementação R\$. 170.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação apurado até esta data, conforme iduso e fonte recurso conforme tabela baixo.

IDUso	Grupo	Especificação TCE	Valor R\$.
0	1	24	170.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis (SC), 11 de dezembro de 2014.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária de Administração e Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO N.º 131/2014

DECRETO Nº 131, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso II da Lei nº 1.005 de 26 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da Câmara Municipal de Vereadores na dotação com a seguinte estrutura e respectivo valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	7.600,00
Unidade Orçamentária	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	7.600,00
Função	01	Legislativa	7.600,00
Sub-função	31	Ação Legislativa	7.600,00
Programa	01	Processo Legislativo	7.600,00
Atividade	2.001	Funcionamento e Manutenção da Câmara de Vereadores	7.600,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	7.600,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	7.600,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	3.600,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes da Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	4.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	7.600,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			7.600,00

Art. 2º Os recursos utilizados para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta da anulação parcial do saldo da dotação com a seguinte estrutura e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	7.600,00
Unidade Orçamentária	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	7.600,00
Função	01	Legislativa	7.600,00
Sub-função	31	Ação Legislativa	7.600,00
Programa	01	Processo Legislativo	7.600,00
Atividade	2.001	Funcionamento e Manutenção da Câmara de Vereadores	7.600,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	7.600,00

Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	7.600,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	7.600,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	7.600,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			7.600,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 15 de dezembro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

LEI N.º 1.108/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.108, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

"ALTERA O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 269, DE 27 DE JUNHO DE 2002 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada para 06 (seis) a quantidade de cargos do Anexo III, "Grupo IV - Serviços Gerais Auxiliares e Operacionais - SGAO, do Plano de Cargos e Salários desta Prefeitura Municipal, Lei Complementar nº 269, de 27 de junho de 2002, pertencente ao "Grupo Ocupacional, Habilitação Profissional, Funções e Nível de Vencimentos Iniciais", cargo público de provimento efetivo de Operador de Trator de Pneu, passando a vigor conforme a redação constante do Anexo I, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o art. 1º da Lei Complementar n.º 1.032, de 23 de janeiro de 2014 e a Lei Municipal nº 269, de 27 de junho de 2002, no que lhe for pertinente.

Leoberto Leal, 16 de dezembro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

ANEXO I

ANEXO III

GRUPOS OCUPACIONAIS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL, FUNÇÕES E NÍVEIS DE VENCIMENTOS INICIAIS

GRUPO IV - SERVIÇOS GERAIS AUXILIARES E OPERACIONAIS - SGAO

QTDE DE CARGOS	CARGO	CARGA HORÁRIA	CÓDIGO	VENCIMENTOS INICIAIS
06	OPERADOR DE TRATOR DE PNEU	40 H	4.4.12	R\$ 682,47

Leoberto Leal, 16 de dezembro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

LEI N.º 1.109/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.109, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
"ALTERA VENCIMENTO DE CARGOS DE DIRETORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o vencimento do cargo de DIRETOR DE ESPORTES, criado pela Lei Complementar n.º 776, de 20 de dezembro de 2010, inserido no Anexo I - Grupo VII e no Anexo IV, da Lei Complementar n.º 269, de 27 de junho de 2002, para o valor de R\$ 1.900,08 (um mil e novecentos reais e oito centavos).

Art. 2º Fica alterado o vencimento do cargo de DIRETOR DE ESCOLA, inserido no Anexo IV, da Lei Complementar n.º 136, de 03 de dezembro de 1.999, para o valor de R\$ 1.900,08 (um mil e novecentos reais e oito centavos).

Art. 3º As despesas desta Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação surtindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial aquelas constantes na Lei Complementar n.º 136, de 03 de dezembro de 1.999, e Lei Complementar n.º 776, de 20 de dezembro de 2.010, no que lhe forem pertinentes.

Leoberto Leal, 16 de dezembro de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

LEI N.º 1.110/2014

LEI Nº 1.110, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE".

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotações do Orçamento Fiscal Vigente, com as seguintes classificações, até o limite de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES	6.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES	6.000,00
Função	12	Educação	6.000,00
Sub-Função	364	Ensino Superior	6.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	6.000,00
Projeto/ Atividade	2.013	Apoio ao Transporte de Alunos Universitários	6.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.000,00

Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	6.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	6.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	6.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			6.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES	6.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES	6.000,00
Função	12	Educação	6.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	6.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	6.000,00
Projeto/ Atividade	2.008	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	6.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	6.000,00
Modalidade de aplicação	90	Pessoal e Encargos Sociais	6.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	6.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			6.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 16 de dezembro de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

LEI N.º 1.111/2014

LEI Nº 1.111, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.
"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER EM DOAÇÃO ÁREA DE TERRA"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta, Inquérito Civil SIG/MP n.º 06.2013.000114946-3, que trata da regularização do loteamento irregular na Rua Hilário Guchert, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizada a receber em doação, incorporada no patrimônio público, as seguintes áreas:

I - Área de terra constante na escritura pública, com matrícula número dezoito mil, e cento e vinte e nove (18.129), de propriedade de Aderbal de Souza Hoffmann, portador do CPF n.º 064.100.499-00, com os seguintes perímetros: Partindo-se de um marco M-1, cravado na extremidade oeste, junto ao projeto de continuação da Rua Hilário Guchert, segue-se por linha seca confrontando com Aderbal de Souza Hoffmann, com a distância de 120,08m e Azimute de 193º 55' 55" até o marco M-2; desse segue por linha

seca confrontando com Roseli Scheidt Lopes, Pedro Lopes e Vilma Scheidt (Projeto de continuação da Rua Hilário Guchert) com distância de 11,06m e Azimute de 97° 45' 24" até o marco M-3; desse segue-se por linha seca, confrontando com Aderbal de Souza Hoffmann, com a distância de 120,98m e o azimute de 13° 55' 55", até o marco M-4 desse segue-se por linha seca, confrontando com Geni Scheidt Doerner (Projeto de continuação da Rua Hilário Guchert) com distância de 11,20m e azimute de 273° 10' 01" até o marco M-1, início desta descrição.

II - Área de terra constante na escritura pública, com matrícula número dezenove mil e cinquenta e seis (19.056), de propriedade de Roseli Scheidt Lopes, portadora do CPF n.º 715.710.009-68, Pedro Lopes, portador do CPF n.º 543.556.139-68 e Vilma Scheidt, portadora do CPF n.º 613.057.159-34, com os seguintes perímetros: Partindo-se de um marco M-2, cravado na extremidade oeste, junto ao projeto de continuação da Rua Hilário Guchert, segue-se por linha seca confrontando com Roseli Scheidt Lopes, Pedro Lopes e Vilma Scheidt, com distância de 147,74m e azimute de 193° 55' 55" até o marco M-5; desse, segue-se por linha seca em curva, confrontando com Roseli Scheidt Lopes, Pedro Lopes e Vilma Scheidt com desenvolvimento de 5,77m (R:3,63m) até o marco M-6; desse segue-se por linha seca confrontando com a Rua Gustavo Marian com distância de 2,00m e Azimute de 194° 53' 22" até o marco M-7; desse segue-se por linha seca em curva, confrontando com a Rua Gustavo Marian, com desenvolvimento de 17,45m (R: 13,00m) até o marco M-8; desse, segue-se por linha seca, confrontando com a Rua Gustavo Marian com distância de 6,68m e azimute de 181° 47' 54" até o marco M-9; desse, segue-se por linha seca, confrontando com a Rua Gustavo Marian com distância de 2,00m e azimute de 91° 47' 58" até o marco M-10; desse, segue-se por linha seca em curva, confrontando com Roseli Scheidt Lopes, Pedro Lopes e Vilma Scheidt com desenvolvimento de 10,67m, (R:50,38m) até o marco M-11; desse, segue-se por linha seca, confrontando com Roseli Scheidt Lopes, Pedro Lopes e Vilma Scheidt com distância de 160,35m e azimute de 13° 55' 55" até o marco M-3; desse, segue-se por linha seca, confrontando com Aderbal de Souza Hoffmann (Projeto de continuação da Rua Hilário Guchert) com distância de 11,06m e azimute de 277° 45' 24" até o marco M-2, início desta descrição.

Parágrafo Único. Reconhece a área doada acima como continuação da Rua Hilário Guchert, conforme mapa em anexo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 16 de dezembro de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

LEI N.º 1.112/2014

LEI Nº 1.112, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL PARA O EXERCÍCIO DE 2015".

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º. O orçamento geral do Município de Leoberto Leal para o exercício de 2015 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 17.427.484,00 (dezesete milhões quatrocentos e vinte e sete mil e oitenta e quatro reais), sendo R\$ 11.424.084,00 (onze milhões quatrocentos e vinte e quatro mil e oitenta e quatro reais) do Orçamento Fiscal e R\$ 6.003.400,00 (seis milhões três mil e quatrocentos reais) do Orçamento da Seguridade Social.

DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º. O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 17.427.484,00 (dezesete milhões quatrocentos e vinte e sete mil e oitenta e quatro reais), fixa as Despesas do Poder Legislativo em R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) e do Poder Executivo, abrangendo os órgãos da administração direta e indireta, em R\$ 16.727.484,00 (dezesesseis milhões setecentos e vinte e sete mil quatrocentos e oitenta e quatro reais).

§ 1º. A Receita da Unidade Gestora, Prefeitura, será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	13.073.284,00
1.1 Receita Tributária	398.300,00
1.2 Receita de Contribuições	56.200,00
1.3 Receita Patrimonial	23.300,00
1.4 Receita Agropecuária	0,00
1.5 Receita de Serviços	4.400,00

1.6 Transferências Correntes	12.559.784,00
1.7 Outras Receitas Correntes	31.300,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	3.584.000,00
2.1 Operações de Crédito	0,00
2.2 Alienação de Bens	0,00
2.3 Transferências de Capital	3.584.000,00
(-) Dedução da Receita para formação do FUNDEB	(2.077.180,00)
(-) Dedução do FUNDEB para pagamento em cota única	(6.000,00)
TOTAL	14.574.104,00

§ 2º. As Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
02. Gabinete do Prefeito	660.000,00
03. Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças	1.272.190,00
04. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	5.235.860,00
05. Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social	769.380,00
05.02 Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA	20.000,00
05.03 Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	749.380,00
06. Secretaria Municipal Transportes, Obras e Serviços Urbanos	2.987.034,00
07. Secretaria Municipal Agropecuária e Meio Ambiente	628.000,00
99. Reserva de Contingência	4.000,00
TOTAL	11.556.464,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. ADMINISTRAÇÃO	1.714.300,00
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	822.380,00
12. EDUCAÇÃO	3.464.860,00
13. CULTURA	77.000,00
15. URBANISMO	585.900,00
17. SANEAMENTO	0,00
20. AGRICULTURA	628.000,00
26. TRANSPORTE	2.401.134,00
27. DESPORTO E LAZER	1.704.000,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	154.890,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.000,00
TOTAL	11.556.464,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0000. ENCARGOS ESPECIAIS	154.890,00
0002. GESTÃO COM EXCELÊNCIA	660.000,00
0003. GESTÃO GERAL E ADMINISTRATIVA	993.300,00
0004. EDUCAÇÃO É TUDO	3.464.860,00
0005. CULTURA, ESPORTE E TURISMO	1.771.000,00
0007. VIVENDO COM AMOR	722.380,00
0008. ASSISTÊNCIA AO MENOR COM RESPONSABILIDADE	47.000,00
0009. REVITALIZAÇÃO DAS ESTRADAS	2.181.134,00
0010. REVITALIZAÇÃO URBANA	805.900,00
0011. REVITALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	628.000,00
0012. FORTALECIMENTO DO MUNICIPALISMO	124.000,00
0099. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.000,00
TOTAL	11.556.464,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	7.432.024,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	4.379.180,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	3.052.844,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	4.120.440,00
4.4.00.00 – Investimentos	3.925.440,00
4.5.00.00 – Inversões Financeiras	0,00
4.6.00.00 – Amortização da Dívida	195.000,00
9.0.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.000,00
9.9.00.00 – Reserva de Contingência	4.000,00
TOTAL	11.556.464,00

DO ORÇAMENTO DO IPRELL

Art. 3º. O Orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Leoberto Leal - IPRELL, para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 2.300.000,00 (dois milhões cento e cinco mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) apresentando superávit de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) alocados a título de Reserva de Contingência.

§ 1º. A receita será realizada mediante arrecadação de rendas e contribuições recebidas, discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

§ 2º. Da receita estimada, R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil) corresponde à transferências financeiras do tesouro municipal, para pagamento dos inativos aposentados antes da instituição do RPPS.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	1.445.000,00
1.1. Receitas de Contribuições	332.000,00
1.2. Receita Patrimonial	1.090.000,00
1.3. Outras Receitas Correntes	23.000,00
2. RECEITAS INTRAGOVERNAMENTAIS CORRENTES	660.000,00
2.1. Receita de Contribuições	660.000,00
3. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	195.000,00
3.1. Transferências Financeiras Recebidas da Prefeitura	195.000,00
TOTAL	2.300.000,00

§ 2º. A Despesa do Instituto de Previdência - IPRELL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10. Instituto de Previdência – IPRELL	800.000,00
09. Reserva de Contingência	1.500.000,00
TOTAL	2.300.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
09. PREVIDÊNCIA SOCIAL	800.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.500.000,00
TOTAL	2.300.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0013. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	800.000,00
0099. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.500.000,00
TOTAL	2.300.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	795.000,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	715.000,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	80.000,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
4.4.00.00 – Investimentos	5.000,00
9.9.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.500.000,00
TOTAL	2.300.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 4º. O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 748.380,00 (setecentos e

quarenta e oito mil trezentos e oitenta reais) e fixa a Despesa em R\$ 2.871.020,00 (dois milhões oitocentos e setenta e um mil e vinte reais).

Parágrafo Único - Para suportar o orçamento da despesa a Prefeitura aportará a título de transferências financeiras, o valor de R\$ 2.122.640,00 (dois milhões cento e vinte e dois mil seiscentos e quarenta reais).

§ 1º. A Receita será realizada mediante arrecadação conforme, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	588.380,00
1.1. Receita Patrimonial	6.300,00
1.2. Transferências Correntes	582.080,00
2. RECEITAS CORRENTES	160.000,00
2.1. Transferências de Capital	160.000,00
3. TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.122.640,00
3.1. Transferências Financeiras	2.122.640,00
TOTAL	2.871.020,00

§ 2º. A Despesa do Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
05.01. Fundo Municipal de Saúde	2.866.020,0
99. Reserva de Contingência	5.000,00
TOTAL	2.871.020,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10 – Saúde	2.866.020,00
99 – Reserva de Contingência	5.000,00
TOTAL	2.871.020,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0006. SAÚDE COM EXCELÊNCIA	2.866.020,00
0099. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5000,00
TOTAL	2.871.020,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	2.686.020,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	1.689.100,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	996.920,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	180.000,00
4.4.00.00 – Investimentos	180.000,00
9.9.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00
TOTAL	2.871.020,00

DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 5º. A Câmara Municipal de Vereadores têm sua despesa fixada para 2015 em R\$ 700.000,00 (seiscentos e setenta e cinco mil reais).

§ 1º. A despesa de que trata o caput será suportada pela transferência financeira mensal de 1/12 do valor, a ser realizada até o dia 20 de cada mês, pelo Poder Executivo:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	700.000,00
1.1. Transferências Financeiras	700.000,00
TOTAL	700.000,00

§ 2º. A Despesa da Câmara Municipal será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Câmara Municipal de Vereadores	700.000,00
TOTAL	700.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	700.000,00
TOTAL	700.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. PROCESSO LEGISLATIVO	700.000,00
TOTAL	700.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	685.000,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	585.000,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	100.000,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	15.000,00
4.4.00.00 – Investimentos	15.000,00
TOTAL	700.000,00

Art. 6º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais previstos no anexo de Riscos Fiscais previstos na Lei Diretrizes Orçamentárias, conforme discriminado abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. Riscos Fiscais	4.000,00
1.1 Passivos contingentes, outros riscos fiscais, como intempéries, frustração da cobrança de dívida ativa e despesas não orçadas ou orçadas a menor.	4.000,00
TOTAL	4.000,00

UNIDADE GESTORA: IPRELL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2. Riscos Fiscais	1.500.000,00
2.1 Reserva financeira do Instituto de Previdência para cobertura e pagamento de benefícios futuros.	1.500.000,00
TOTAL	1.500.000,00

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3. Riscos Fiscais	5.000,00
3.1 Passivos contingentes, outros riscos fiscais, como intempéries, frustração da cobrança de dívida ativa e despesas não orçadas ou orçadas a menor.	5.000,00
TOTAL	5.000,00

§ 1º. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência ocorrerá por ato do chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º. Não se efetivando até o dia 10/12/2015 os riscos fiscais relacionados aos eventos: intempéries climáticas; despesas não orçadas ou orçadas a menor; fatos não previstos em execução de obras; campanha emergencial de saúde e serviços e aposentadorias e pensões precoces, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2016 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

§ 3º. Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 7º. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 8º. O Executivo fica autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita estimada para cada uma das unidades gestoras, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.
- II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias.
- III - o superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único - Fica excluído desse limite os créditos adicionais suplementares decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 9º. Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º. O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

Art. 10º. Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 11º. A presente lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º de janeiro.

Leoberto Leal, 16 de dezembro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

LEI N.º 1.113/2014

LEI Nº 1.113, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a abrir Crédito Adicional Suplementar Orçamento Fiscal Vigente, com a seguinte estrutura e limite de valor:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	35.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	35.000,00
Função	12	Educação	35.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	35.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	35.000,00
Projeto/ Atividade	2.006	Remuneração de Profissionais do Magistério - Ensino Fundamental	35.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	35.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	35.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	29.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	29.000,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	6.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	6.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	35.000,00
------------------------	-----------

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação parcial da dotação com a seguinte estrutura e limite de valor:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	35.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	35.000,00
Função	12	Educação	35.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	35.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	35.000,00
Projeto/ Atividade	2.008	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	35.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	35.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	35.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	35.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	35.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			35.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 16 de dezembro de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO N.º 2.647/2014, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO N.º 2.647/2014, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.262/2014 de 15 de Dezembro de 2014:

DECRETA

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 43 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Especial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.013 - Aplicação dos Recursos do FUNDEB

4.4.90.00.00.00.00.0019 - Aplicações Diretas. R\$ 100.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação na Fonte - FUNDEB:

FONTE: Provável Excesso de Arrecadação na Fonte - FUNDEB
..... R\$ 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,
Em, 15 de Dezembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

LEI ORDINÁRIA N.º 1.261/2014, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI ORDINÁRIA N.º 1.261/2014, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014
RATIFICA A CELEBRAÇÃO DE TERMO DE REGULARIZAÇÃO
E RECAPTUAÇÃO DE INCENTIVOS ECONÔMICOS COM MA-
RICOLI ALIMENTOS LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelos arts. 91, V da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica ratificada e aprovada a regularização e prorrogação de incentivos fiscais com a Empresa Maricoli Alimentos Ltda ME, CNPJ 01.058.310/0001-20, nos termos do Anexo único da presente Lei.

Art. 2º Interpreta-se nas autorizações contidas na Lei n. 527/04 e Lei n. 830/09 a doação do imóvel objeto da matrícula n. 24.865 do 1º Of. do CRI da Comarca de Concórdia, SC, ratificando-se a mesma.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 15 de Dezembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

TERMO DE REGULARIZAÇÃO DE INCENTIVOS
CONTRATO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS ECONÔMICOS Nº
____/ 2014

TERMO DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS ECONÔMICOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL E A EMPRESA MARICOLI ALIMENTOS LTDA ME NA FORMA ABAIXO:

O MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.510.112/0001-80, com sede na Rua Tamandaré, 98, Lindóia do Sul SC, neste ato representada pelo Senhor Prefeito Municipal, Sr. PEDRO ARI PARIZOTTO, portador da Cédula de Identidade RG nº 518.634 e inscrito no CPF/MF sob o nº 295.216.619-68, doravante denominada simplesmente MUNICÍPIO, e a sociedade empresarial Maricoli Alimentos Ltda ME, CNPJ 01.058.310/0001-20, com registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o n. 20142141283, com endereço na Rod SC 488, KM 30, Bairro São Cristovão, Município de Lindóia do Sul, SC, por sua representante legal NELCI TEREZINHA ZATTA MORETTO, CPF 625.305.269-15 E RG Nº 1.876.505 - SSP/SC, ao final assinada, doravante denominado simplesmente BENEFICIADA; e a empresa ZATTA BRUNIERA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 83.569.665/0001-48, na condição de garantidor, perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

Considerando o contido na Lei n. 527/04 e no Termo de Concessão de Incentivos Econômicos firmado entre o Município de Lindóia do Sul e a Beneficiada em 26/07/2004, assim como, o contido na Lei 830/09:

Considerando os pareceres jurídicos exarados nos autos do Processo Administrativo indicando o não cumprimento total das contrapartidas e o descumprimento de outros compromissos assumidos;

Considerando-se a preservação do interesse público primário em

manter a atividade em funcionamento (art. 5º, XXIII e art. 170, III, ambos, da CF, art. 47 da Lei n. 11.101/05 e Lei Municipal n. 1.151/13) e a regularização da situação;

Resolvem:

DO OBJETO

Cláusula 1ª - O presente contrato tem como objeto a regularização e repactuação dos incentivos econômicos objeto da Lei Municipal n. 527/04 e no Termo de Concessão de Incentivos Econômicos firmado entre o Município de Lindóia do Sul e a Beneficiada em 26/07/2004, assim como, a autorização de transferência contida na Lei Municipal 830/09.

Cláusula 2ª - Como condição de eficácia dos incentivos e benefícios concedidos através das normas e atos citados na Cláusula 1ª a Beneficiada cumprirá os seguintes compromissos:

2.1 - Gerar pelo menos 15 (quinze) empregos e faturamento mensal de pelo menos R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ao ano, durante os próximos três anos contados da assinatura deste termo.

2.2 - Prestar garantia hipotecária através do imóvel de propriedade da empresa Zatta Bruniera Ltada ME, até a liberação das construições existentes nos R-5 e R-6 da matrícula n. 3.308 do 1º Of. do CRI da Comarca de Concórdia, SC.

§ 1º Para a hipoteca de que trata a sub-cláusula 2.2 será atribuído ao valor da obrigação o montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e terá a vigência máxima prevista em lei, devendo ser liberada logo que os gravames constantes nos R-5 e R-6 da matrícula n. 3.308 do 1º Of. do CRI da Comarca de Concórdia, SC deixarem de existir.

§ 2º O Interveniente firmará a escritura pública de hipoteca logo que for comunicado.

Cláusula 3ª - O não cumprimento do aqui acordado ou a não liberação dos gravames constantes nos R-5 e R-6 da matrícula n. 3.308 do 1º Of. do CRI da Comarca de Concórdia, SC ensejará a execução da hipoteca de que trata a sub-cláusula 2.2, sem prejuízo da reversão do imóvel doado (objeto da matrícula n. 24.865).

Cláusula 4ª - O presente Termo Contratual complementa e integra os termos de incentivos firmados anteriormente, aplicando-se, no que não for incompatível com este, o disposto nos mesmos e será interpretado de acordo com as diretrizes da Lei Federal nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e suas posteriores alterações, bem como através da legislação pertinente.

Cláusula 5ª - O presente termo de regularização de incentivos só terá eficácia se for homologado pela Câmara Municipal de Vereadores e houver o arquivamento do Procedimento Preparatório n 06.2013.00012263-0 que tramita junto ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Cláusula 6ª - As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Ipumirim, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas porventura emergentes da presente contratação.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Lindóia do Sul, SC, _____

PEDRO ARI PARIZOTTO Prefeito Municipal MUNICÍPIO		BENEFICIADA INTERVENIENTE
--	--	--

Testemunhas:

01. _____

Nome:

CPF:

02. _____

Nome:

CPF:

LEI ORDINÁRIA N.º 1.262/2014, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI ORDINÁRIA N.º 1.262/2014, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 43 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Especial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.013 - Aplicação dos Recursos do FUNDEB

4.4.90.00.00.00.00.0019 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação na Fonte - FUNDEB:

FONTE: Provável Excesso de Arrecadação na Fonte - FUNDEB
..... R\$ 100.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,

Em, 15 de Dezembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Luzerna**PREFEITURA****DECRETO 1958**

DECRETO Nº 1958 de 15 de dezembro de 2014.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR EM FAVOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA"

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art. 22 da Lei nº 1.171 de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em favor do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA, à conta do provável EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, verificado a tendência no exercício, na Fonte 02- Receitas de Impostos e Transferências de Impostos Saúde, na forma do disposto no inciso II, do artigo 43 da Lei nº 4.320/64, atribuída a seguinte classificação orçamentária:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 02 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos-Saúde R\$ 5.000,00

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 15 de dezembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

RECEITAS FEDERAIS DO DIA 12/12/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 12/12/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		42.594,71
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	42.594,71
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	42.594,71
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	25.556,83
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	17.037,88

Luzerna, 15/12/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Mafra

PREFEITURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber;

CNPJ: 08.055.125/0001-20

NEIMANN E SILVA LTDA.

Nota Fiscal nº. 5816 R\$ 3.537,37

Nota Fiscal nº. 5817 R\$ 2.780,14

Nota Fiscal nº. 5888 R\$ 141,07

Nota Fiscal nº. 5819 R\$ 107,83

Nota Fiscal nº. 5930 R\$ 625,30

Nota Fiscal nº. 5886 R\$ 110,14

Nota Fiscal nº. 5670 R\$ 830,84

Nota Fiscal nº. 5669 R\$ 566,48

Nota Fiscal nº. 5889 R\$ 2.757,62

Nota Fiscal nº. 5890 R\$ 119,95

Nota Fiscal nº. 5931 R\$ 1.230,00

Nota Fiscal nº. 6052 R\$ 852,10

Nota Fiscal nº. 6050 R\$ 2.520,00

Valor Total: R\$ 18.821,10

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo fornecimento de combustível as Secretarias do Município, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 16 de dezembro de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS.

De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados nº 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a alteração na Ordem Cronológica de Pagamentos, a saber;

GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS

CNPJ: 00.165.960/0001-01

Nota Fiscal nº 16863 R\$ 569,47

Nota Fiscal nº 15540 R\$ 10.367,68

Nota Fiscal nº 15542 R\$ 10.367,68

Nota Fiscal nº 18538 R\$ 558,07

Nota Fiscal nº 18541 R\$ 8.917,64

Nota Fiscal nº 18827 R\$ 1.455,00

VALOR TOTAL: R\$ 32.235,54

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa

contratada é a responsável pelos softwares gerenciais: folha de pagamento, tesouraria, trâmite de processos, arrecadação municipal, protocolo, entre outros, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra, 16 de dezembro de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1075/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1075/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BPP1718	54972931E	5827/0	28/07/2014	R\$ 127,69	194
MAL8544	54973463E	5193/0	23/08/2014	R\$ 191,53	168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL

AUTORIDADE DE TRANSITO

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1076/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 074 1076/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIP5260	54973165E	6599/2	09/10/2014	230 * V
AIP5260	54973166E	5010/0	09/10/2014	162 * I
AMD8624	55835928E	6599/2	16/09/2014	230 * V
LXT2632	54971644E	5010/0	20/09/2014	162 * I
MBF2687	55836331E	6599/2	08/10/2014	230 * V
MEZ0417	54971339E	6599/2	16/10/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLÍCIA - 9 DRP

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1077/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 074 1077/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAX2571	55837155E	7366/2	08/10/2014	252 * VI
ADB6154	55836057E	5185/1	18/09/2014	167
ADP8341	54972532E	5703/0	15/09/2014	185 * I
AHA9168	55836017E	7366/2	08/10/2014	252 * VI
AHQ2316	55836484E	5185/1	17/09/2014	167
AJF1040	55837251E	5720/0	16/10/2014	186 * I
ANK5468	55835993E	5541/1	17/09/2014	181 * XVII
APN9257	55836581E	6050/1	16/09/2014	208
AUN0963	55836127E	5541/6	08/10/2014	181 * XVII
HHP0831	55836070E	5185/1	22/09/2014	167
HSQ5966	55836120E	5541/5	03/10/2014	181 * XVII
LXV5148	55836629E	7366/2	16/09/2014	252 * VI
LYI7424	55836582E	5185/1	16/09/2014	167
MAN1652	55837151E	7366/2	06/10/2014	252 * VI
MAY1786	55836013E	5185/1	06/10/2014	167
MCN0594	55836285E	5380/0	09/10/2014	181 * I
MCP4362	55835771E	5185/1	13/09/2014	167
MCV9468	55836012E	5185/1	06/10/2014	167
MFB5432	55835927E	7366/2	13/09/2014	252 * VI
MFF6820	55835890E	6122/0	17/09/2014	214 * I
MFF7867	55836644E	5819/1	07/10/2014	193
MHD4089	55836333E	7366/2	09/10/2014	252 * VI
MHJ2317	55836064E	5185/1	22/09/2014	167
MHK9282	55835893E	5185/1	17/09/2014	167
MHL2942	55835996E	7366/2	18/09/2014	252 * VI
MHL2942	55836383E	7366/2	16/09/2014	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHR6287	54972535E	5185/1	16/09/2014	167
MIQ3278	54972545E	5185/1	23/09/2014	167
MLB6892	54972630E	5185/1	17/09/2014	167
MLT5666	54973167E	5452/2	09/10/2014	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL

AUTORIDADE DE TRANSITO

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1078/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1078/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYU5817	54971849E	5045/0	21/08/2014	R\$ 191,53	162 * V
LYU5817	54971850E	6912/0	21/08/2014	R\$ 53,20	232
MCY3661	54971587E	5045/0	13/08/2014	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLICIA - 9 DRP

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1079/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1079/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJZ2894	55835802E	5428/4	27/08/2014	R\$ 191,53	181 * V
BOD3319	54973379E	5185/1	07/08/2014	R\$ 127,69	167
MFA3230	54973304E	5703/0	28/07/2014	R\$ 85,12	185 * I
MKZ2238	54972735E	5185/1	26/08/2014	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL

AUTORIDADE DE TRANSITO

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1080/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 074 1080/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAE4026	55836499E	6599/2	24/09/2014	230 * V
ADL0807	55836106E	6700/0	23/09/2014	230 * XVI
AKT5882	54972211E	6599/2	01/10/2014	230 * V
AKX1709	55836139E	5010/0	21/10/2014	162 * I
AKX1709	55836140E	5061/0	21/10/2014	163 c/c 162 * I
AKX1709	55836141E	5118/0	21/10/2014	164 c/c 162 * I
ANC8989	55836412E	6912/0	08/09/2014	232
ANC8989	55836413E	5010/0	08/09/2014	162 * I
ANC8989	55836414E	5118/0	08/09/2014	164 c/c 162 * I
ANC8989	55836415E	6637/1	08/09/2014	230 * IX
AON6596	55836634E	6700/0	24/09/2014	230 * XVI
BFN7030	54973110E	5282/0	18/10/2014	176 * I
LZO5152	55836108E	6610/2	24/09/2014	230 * VII
MBL5286	54971340E	6599/2	21/10/2014	230 * V
MGE2457	54971341E	6599/2	21/10/2014	230 * V
MHI1809	55836107E	6700/0	24/09/2014	230 * XVI
MKM6477	55836065E	7358/0	22/09/2014	252 * V
MLV6625	55836497E	6599/2	24/09/2014	230 * V
MLV6625	55836498E	5045/0	24/09/2014	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLICIA - 9 DRP

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1081/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 074 1081/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKD5412	54709777E	5460/0	19/10/2014	181 * IX
AOB4070	55836254E	5452/2	26/09/2014	181 * VIII
AOQ2982	55836273E	5703/0	27/09/2014	185 * I
ATJ4768	55837206E	6050/1	15/10/2014	208
AYB9680	55836491E	5452/2	22/09/2014	181 * VIII
AYY0366	55836496E	5185/1	23/09/2014	167
KEK5954	55836492E	5380/0	22/09/2014	181 * I
KEK5954	55836493E	5452/2	22/09/2014	181 * VIII
LXU5027	55836633E	5380/0	23/09/2014	181 * I
MAK3251	55836020E	6041/2	09/10/2014	207
MDF1955	54972646E	5185/1	22/09/2014	167
MDF1955	55836587E	5185/1	17/09/2014	167
MEY5736	55837201E	5185/1	09/10/2014	167
MJU9758	55836068E	7366/2	22/09/2014	252 * VI
MJU9758	55836094E	7366/2	24/09/2014	252 * VI
MLS2133	55837203E	7366/2	14/10/2014	252 * VI
MLV2607	55836632E	5541/5	23/09/2014	181 * XVII
MMK7996	55836251E	5185/1	26/09/2014	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL

AUTORIDADE DE TRANSITO

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1082/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1082/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LBU3355	55836618E	6912/0	07/09/2014	R\$ 53,20	232
MET0323	54971453E	5010/0	07/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MET0323	54971454E	6726/1	07/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MLQ7935	54709605E	6599/2	08/08/2014	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLICIA - 9 DRP

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1083/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1083/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEL0314	54973399E	5185/1	15/08/2014	R\$ 127,69	167
AIZ9865	54973367E	5703/0	06/08/2014	R\$ 85,12	185 * I
BBV0046	55836369E	5185/1	04/09/2014	R\$ 127,69	167
MKH7123	54973077E	5541/5	08/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLT6771	54709608E	5541/5	09/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL

AUTORIDADE DE TRANSITO

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1084/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 074 1084/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAR2800	55836639E	6602/0	30/09/2014	230 * VI
DSS1987	54971344E	6599/2	27/10/2014	230 * V
MAB2657	54464784E	6912/0	02/10/2014	232
MFP7865	54972547E	6599/2	17/10/2014	230 * V
MHC6527	55836316E	6599/2	02/10/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLÍCIA - 9 DRP

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1085/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 074 1085/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGM3519	55835945E	5185/1	24/09/2014	167
ANA2145	54973469E	5460/0	05/10/2014	181 * IX
ARY0623	55836228E	5703/0	27/09/2014	185 * I
BBB2282	55836021E	5185/1	14/10/2014	167
MGV9897	55836215E	5185/1	29/09/2014	167
MHB4504	55836400E	6050/1	09/10/2014	208
MHJ2413	55836312E	5185/1	30/09/2014	167
MJO6139	55836240E	5703/0	27/09/2014	185 * I
MJY6903	55836593E	7366/2	03/10/2014	252 * VI
MKR9970	55836349E	7366/2	22/10/2014	252 * VI
MKV2130	55835800E	7366/2	01/10/2014	252 * VI
MKV9103	55836239E	5703/0	27/09/2014	185 * I
MMH6668	55837158E	7366/2	16/10/2014	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL

AUTORIDADE DE TRÂNSITO

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1086/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1086/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFZ0284	54972397E	6599/2	21/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MKZ4311	54709620E	6599/2	19/08/2014	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLÍCIA - 9 DRP

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1087/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1087/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ISL5568	55836467E	5185/1	10/09/2014	R\$ 127,69	167
MJW3134	55836601E	7366/2	22/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL

AUTORIDADE DE TRANSITO

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1088/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 074 1088/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DDR1647	55836645E	6610/2	08/10/2014	230 * VII
DDR1647	55836646E	7340/0	08/10/2014	252 * IV
DDR1647	55836647E	6637/2	08/10/2014	230 * IX
HPF3306	55837160E	5045/0	31/10/2014	162 * V
INU3740	54971335E	5010/0	04/10/2014	162 * I
MAR2631	54464785E	6637/1	12/10/2014	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLÍCIA - 9 DRP

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1089/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 074 1089/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGZ1286	55837309E	5185/1	01/11/2014	167
AIV4251	55837303E	7366/2	30/10/2014	252 * VI
BEJ0032	55837351E	5215/2	28/10/2014	170
MHZ0248	55836281E	5460/0	04/10/2014	181 * IX
MLG2988	55836018E	5541/5	08/10/2014	181 * XVII
MLX1373	55837154E	7366/2	07/10/2014	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL

AUTORIDADE DE TRANSITO

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1090/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1090/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAR7289	55836418E	6912/0	10/09/2014	R\$ 53,20	232
MDO6225	55836602E	6599/2	24/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHR1871	55836455E	7358/0	28/08/2014	R\$ 85,12	252 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLÍCIA - 9 DRP

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1091/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1091/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACF4448	55836546E	5185/1	15/09/2014	R\$ 127,69	167
AEC6949	55835972E	7366/2	11/09/2014	R\$ 85,12	252 * VI
EBB6866	55835900E	5185/1	17/09/2014	R\$ 127,69	167
MHR1871	55836456E	7030/2	28/08/2014	R\$ 191,53	244 * I
MII0062	54972391E	5703/0	20/08/2014	R\$ 85,12	185 * I
MJE0973	54972395E	5703/0	20/08/2014	R\$ 85,12	185 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL

AUTORIDADE DE TRANSITO

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1092/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 074 1092/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAK3780	54971347E	6599/2	08/11/2014	230 * V
AAK3780	54971348E	5010/0	08/11/2014	162 * I
ACI9453	55837218E	6599/2	08/11/2014	230 * V
AGA7839	54971345E	5010/0	08/11/2014	162 * I
ARL2606	54972772E	5169/1	18/10/2014	165
ARL2606	54972774E	6700/0	18/10/2014	230 * XVI
ARL2606	54972775E	6670/0	18/10/2014	230 * XIII
CIU7603	55836439E	5010/0	05/11/2014	162 * I
CIU7603	55836440E	5118/0	05/11/2014	164 c/c 162 * I
CIU7603	55836445E	6912/0	05/11/2014	232
CIU7603	55836446E	6599/2	05/11/2014	230 * V
CIU7603	55836448E	6637/1	05/11/2014	230 * IX
LYX6748	54973470E	6599/2	18/10/2014	230 * V
LYX6748	54973471E	5010/0	18/10/2014	162 * I
LYX6748	54973472E	5169/1	18/10/2014	165
LYX6748	54973473E	6637/1	18/10/2014	230 * IX
MAV1857	55836348E	6599/2	21/10/2014	230 * V
MDH7001	55836437E	5045/0	03/11/2014	162 * V
MDH7001	55836438E	5142/0	03/11/2014	164 c/c 162 * V
MDY0770	54972771E	5010/0	18/10/2014	162 * I
MHQ8106	55836427E	6912/0	26/10/2014	232
MHQ8106	55836428E	7340/0	26/10/2014	252 * IV

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLICIA - 9 DRP

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1093/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 074 1093/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AWP5501	55836339E	6122/0	09/10/2014	214 * I
CIU7603	55836441E	5835/0	05/11/2014	195
CIU7603	55836442E	5215/1	05/11/2014	170
CIU7603	55836443E	5215/2	05/11/2014	170
CIU7603	55836447E	5185/1	05/11/2014	167
DGX8981	54972212E	7366/2	03/10/2014	252 * VI
LYD3843	55835807E	5380/0	07/11/2014	181 * I
LYD3843	55835808E	5525/0	07/11/2014	181 * XV
MHQ8106	55836425E	5215/2	26/10/2014	170
MHQ8106	55836426E	5835/0	26/10/2014	195
MJY6903	55836136E	5541/1	18/10/2014	181 * XVII
MKX8244	55836343E	5185/1	16/10/2014	167
MKZ2238	55837103E	7366/2	14/10/2014	252 * VI
MMI3434	55836009E	5185/1	03/10/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL
AUTORIDADE DE TRANSITO

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1094/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1094/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGJ0626	55836407E	6599/2	01/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGJ0626	55836409E	6912/0	01/09/2014	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLÍCIA - 9 DRP

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1095/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 074 1095/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMO1306	55836449E	6912/0	13/11/2014	232
AMO1306	55836450E	6408/0	13/11/2014	221
AMV4389	54973321E	5037/1	11/11/2014	162 * III
AMV4389	54973322E	5134/1	11/11/2014	164 c/c 162 * III
MCW8394	54971356E	6599/2	26/10/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLÍCIA - 9 DRP

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1096/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 074 1096/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AOA3552	55837205E	6050/1	15/10/2014	208
AYJ9709	55837217E	5185/1	07/11/2014	167
LZY2329	54971648E	5452/2	27/10/2014	181 * VIII
LZZ2955	55837253E	6858/0	21/10/2014	231 * VII
MAC3289	55836345E	6050/1	17/10/2014	208
MCU5513	55837108E	5541/6	29/10/2014	181 * XVII
MDZ7675	54709779E	5541/5	14/11/2014	181 * XVII
MFY0974	55836025E	5185/1	07/11/2014	167
MHX3781	55836023E	7366/2	30/10/2014	252 * VI
MIB1186	55837209E	6491/0	22/10/2014	227 * II
MJL8986	55837222E	5541/5	19/11/2014	181 * XVII
MMA3662	55836424E	5541/6	13/10/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL
AUTORIDADE DE TRANSITO

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1097/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1097/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACP7013	55835863E	6637/2	07/09/2014	R\$ 127,69	230 * IX
ALI0003	55835902E	6637/2	07/09/2014	R\$ 127,69	230 * IX
DCY6910	55837449E	7340/0	07/09/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MBB5380	54971823E	6599/2	03/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBK6592	54971901E	6610/2	24/04/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MBK6592	54971902E	6726/1	24/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MKJ7615	55835905E	6599/2	07/09/2014	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLÍCIA - 9 DRP

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1098/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1098/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACP5773	54973270E	5185/2	26/07/2014	R\$ 127,69	167
ALI0003	55835953E	5185/1	10/09/2014	R\$ 127,69	167
ATB3686	54971215E	5703/0	04/07/2014	R\$ 85,12	185 * I
KHB8856	55836391E	6050/1	26/09/2014	R\$ 191,53	208
LZA7807	55836121E	5541/2	04/10/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDT4667	54972686E	6122/0	16/07/2014	R\$ 191,53	214 * I
MFC6616	55836264E	5703/0	27/09/2014	R\$ 85,12	185 * I
MFG9344	55835960E	5185/1	10/09/2014	R\$ 127,69	167
MKV8044	55835765E	7366/2	11/09/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLJ1880	55835964E	5185/1	11/09/2014	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL

AUTORIDADE DE TRANSITO

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1099/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 074 1099/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHW7825	54972776E	6670/0	25/10/2014	230 * XIII
MHW7825	54972777E	6653/1	25/10/2014	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLÍCIA - 9 DRP

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1100/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 074 1100/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AOF2550	54972226E	5428/1	20/11/2014	181 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL

AUTORIDADE DE TRANSITO

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1101/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1101/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGF9767	54708592E	6599/2	04/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFN7563	54452528D	6726/1	15/10/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLICIA - 9 DRP

INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1102/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 1102/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACB2989	54465462E	5185/1	16/11/2013	R\$ 127,69	167
ANA5549	54708717E	6122/0	24/11/2013	R\$ 191,53	214 * I
AWA0020	54709134E	5541/6	04/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCO5061	55836283E	5452/2	07/10/2014	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL

AUTORIDADE DE TRANSITO

Maracajá

PREFEITURA

DECRETO 138/2014

DECRETO Nº 138 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETA A NULIDADE DE PROCESSO DE LICITAÇÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Maracajá, e;

Considerando o teor da Ação Cautelar Inominada de autos nº 0905339-69.2014.8.24.0004, que determinou o sobrestamento da licitação pregão presencial nº 049/2014;

Considerando a Ação Civil Pública de autos nº 0905364-82.2014.8.24.0004, cujo objeto da causa de pedir limita-se ao pregão presencial nº 049/2014;

Considerando a prerrogativa da Fazenda Pública em anular seus atos administrativos eivados de vício, conforme súmula STF nº 473;

Considerando o acordo firmado nos autos da Ação Cautelar Inominada de autos nº 0905339-69.2014.8.24.0004 e da Ação Civil Pública de autos nº 0905364-82.2014.8.24.0004 para reconhecer a nulidade da licitação pregão presencial 049/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica Decretada a nulidade do processo de licitação, pregão presencial nº 049/2014, por vício formal relativo ao prazo de abertura e publicação.

Art. 2º Determina a notificação do licitante vencedor do certame.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 12 de Dezembro 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 12 de Dezembro de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

EDITAL PROCESSO SELETIVO - EDUCAÇÃO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 003/2014.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ, através do Departamento de Educação e Cultura comunica que se encontram abertas no período entre 05 de janeiro a 13 de janeiro de 2015 as inscrições do processo seletivo para a formação de cadastro reserva para vagas que surgirem dentro do prazo de validade deste processo seletivo, das categorias funcionais de MOTORISTA DE ÔNIBUS, MONITOR DE ÔNIBUS, MERENDEIRA, SERVENTE DE ESCOLA, do GRUPO DOCENTE DO MAGISTÉRIO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MARACAJÁ, TÉCNICO PEDAGÓGICO e AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, de acordo com a Lei Orgânica do Município pela Lei 549 de 26 de março de 2002, pelo disposto na Lei Complementar nº. 06 de 22 de dezembro de 2003 e pela Lei nº 985 de 12 de junho de 2014 que regerá pelas normas

estabelecidas neste Edital e na legislação vigente.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo destina-se ao provimento de vagas para os cargos de professor, técnico pedagógico, auxiliar de ensino da educação infantil, merendeira, servente de escola, motorista de ônibus e monitor de ônibus admitidos em caráter temporário para as vagas que surgirem durante o ano de 2015.

1.2. As inscrições do processo seletivo serão realizadas sob a responsabilidade do Departamento de Educação e Cultura localizado no seguinte endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº. 530 no Bairro Centro em Maracajá, SC. Telefone (48) 3523 0382. Endereço eletrônico: educacao@maracaja.sc.gov.br.

1.3. Fica designada uma comissão especial de acompanhamento do processo seletivo 003 de 2014, conforme o decreto nº 118 de 06/11/2014 para acompanhamento da realização deste processo seletivo.

1.4. A empresa responsável para a elaboração, aplicação, fiscalização e correção das provas será PERFORMANCE, com CNPJ: 15.076.745/0001-01, conforme contratação de acordo com a Lei Federal nº 8.666.

1.5. Em razão da iminente realização de Concurso Público na Municipalidade de Maracajá, SC, processo licitatório nº 49/2014 em andamento, estando o mesmo suspenso em razão do processo autos de nº 0905339-69.2014.8.24.0004, convém informar a quem possa interessar que, quando da realização efetiva do concurso público, as vagas destinadas no presente Edital de Processo Seletivo, serão preenchidas com as vagas disponíveis de acordo com resultado do certame.

2. DAS VAGAS

2.1 A Comissão de acompanhamento do processo seletivo fará o levantamento das vagas, bem como a realização da chamada para preenchimento das mesmas.

2.2. As vagas serão publicadas e afixadas no Departamento de Educação e Cultura a partir do dia 19/01/2015.

3. DAS VAGAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

3.1. Aos candidatos com deficiência é assegurado o direito de se inscrever neste processo seletivo.

3.2. O candidato com necessidades especiais (pessoa com deficiência), deverá apresentar laudo médico que ateste a espécie e o grau de deficiência e a aptidão do candidato para o cargo do magistério, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID).

3.3. A necessidade de intermediários permanentes ou para auxiliar a pessoa com deficiência no processo seletivo, ou na execução de atribuições da função, constitui obstáculo à sua inscrição no processo seletivo.

3.4. Os candidatos com deficiência, que desejarem concorrer às vagas, deverão assinalar sua condição no item específico no Requerimento de Inscrição.

3.5. Não havendo candidatos inscritos para as vagas de deficientes, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados e classificados.

3.6. As pessoas com deficiência integrarão lista de chamada especial. Será chamado 1 (um) candidato classificado com deficiência a cada 06 (seis) candidatos chamados pela classificação geral.

4. DOS CARGOS/ÁREAS/DISCIPLINAS, ESCOLARIDADE EXIGIDA, JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO.

4.1. O candidato para os Cargos do Grupo Docente, Técnico Pedagógico e auxiliar de Ensino da Educação Infantil poderão se inscrever em 01 (uma) ou 02 (duas) áreas e 1 (uma) ou 2 (duas) disciplinas. Caso o candidato inscreva-se em duas áreas ou duas

disciplinas é necessário realizar o pagamento de duas guias.
 4.2. Considerar-se-á habilitado o professor que possuir na sua área de atuação licenciatura plena ou curso normal superior.
 4.3. Os cargos/áreas/disciplinas e respectivas formações mínimas exigidas, objeto do presente processo seletivo, são os seguintes:

Cód	Disciplina	Habilitação Mínima Exigida
01	EDUCAÇÃO INFANTIL e ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	Habilitado: Licenciatura Plena em Pedagogia com Habilitação em Educação Infantil, Anos/Séries Iniciais ou Normal Superior com Habilitação em Educação Infantil ou Anos/Séries Iniciais. Não Habilitado: Formação no ensino médio em magistério com habilitação em Séries/Anos Iniciais ou em Educação Infantil. Certidão de Frequência a partir da 1ª fase em curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia - Educação Infantil/Séries/Anos Iniciais ou Curso Normal ou Diploma e Histórico do Curso de Magistério.
02	AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	Habilitado: Licenciatura Plena em Pedagogia com Habilitação em Educação Infantil; ou Normal Superior com Habilitação em Educação Infantil. Não Habilitado: Formação no ensino médio em magistério com habilitação em educação infantil, Certidão de Frequência a partir da 1ª fase em curso de Graduação de Licenciatura Plena em Pedagogia/Curso Normal em Educação Infantil ou Nível Médio Normal.
03	PORTUGUÊS	Habilitado: Formação no curso de Licenciatura Plena em Português (Língua Nacional); Licenciatura em Letras, com habilitação em Português (Língua Nacional). Não Habilitado: Certidão de Frequência a partir da 1ª fase em curso de Graduação em Licenciatura Plena em Português (Língua Nacional); Licenciatura em Letras, com habilitação em Português (Língua Nacional).
04	MATEMÁTICA	Habilitado: Formação no curso de Licenciatura Plena em Matemática. Não Habilitado: Certidão de Frequência a partir da 1ª fase em curso de Graduação em Licenciatura em Matemática
05	INGLÊS	Habilitado: Formação no curso de Licenciatura em Inglês (Língua Inglesa); ou Licenciatura em Letras com habilitação em Inglês. (Língua Inglesa). Não Habilitado: Certidão de Frequência a partir da 1ª fase em curso de Graduação em Licenciatura em Inglês (Língua Inglesa); Licenciatura em Letras, com habilitação em Inglês (Língua Inglesa).
06	CIÊNCIAS	Habilitado: Formação no curso de Licenciatura Plena em Ciências; ou Licenciatura Plena em Ciências Biológicas. Não Habilitado: Certidão de Frequência a partir da 1ª fase em curso de Graduação em Licenciatura em Ciências; ou Licenciatura em Ciências Biológicas.
07	EDUCAÇÃO FÍSICA	Habilitado: Formação no curso de Licenciatura Plena em Educação Física. Não Habilitado: Certidão de Frequência a partir da 1ª fase em curso de Graduação em Licenciatura em Educação Física.

08	GEOGRAFIA	Habilitado: Formação no curso de Licenciatura Plena em Geografia. Não Habilitado: Certidão de Frequência a partir da 1ª fase em curso de Graduação de Licenciatura em Geografia.
09	HISTÓRIA	Habilitado: Formação no curso de Licenciatura Plena em História. Não Habilitado: Certidão de Frequência a partir da 1ª fase em curso de Graduação de Licenciatura em História
10	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E AMBIENTAL	Habilitado: Formação no curso de Licenciatura Plena em História ou Geografia Não Habilitado: Certidão de Frequência a partir da 1ª fase em curso de Graduação de Licenciatura em História ou Geografia
11	ARTES	Habilitado: Formação no curso de Licenciatura Plena em Artes. Não Habilitado: Certidão de Frequência a partir da 1ª fase em curso de Graduação de Licenciatura em Artes.
12	ENSINO RELIGIOSO	Habilitado: Formação no curso de Licenciatura Plena em História/Filosofia ou Sociologia Não Habilitado: Certidão de Frequência a partir da 1ª fase em curso de Graduação de Licenciatura em História/Filosofia/Sociologia.
13	APOIO TÉCNICO PEDAGÓGICO	Habilitado: Formação no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional e Supervisão Escolar ou Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em séries/anos iniciais/ educação infantil.
14	MERENDEIRA	Ensino Fundamental Incompleto.
15	SERVENTE DE ESCOLA	Ensino Fundamental Incompleto.
16	MOTORISTA DE ÔNIBUS	Ensino Fundamental concluído.
17	MONITOR DE ÔNIBUS	Alfabetizado.

4.4. A comprovação da formação mínima exigida do candidato na área/disciplina de inscrição constará na apresentação (original e fotocópia) do Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de curso de pós-graduação, do Curso Superior de Licenciatura Plena, do Curso de Nível Médio Magistério e Nível Médio.

4.5. No caso de estudante da 1ª fase em diante do Curso de Graduação em Licenciatura Plena ou cursando o Magistério, será aceito original da certidão da instituição de ensino, mencionando a fase ou semestre letivo em que o aluno esteja regularmente matriculado e frequentando as aulas.

4.6. Aos candidatos do cargo de PROFESSOR das áreas/disciplinas, Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, serão oferecidos as vagas de acordo com a existência das mesmas.

4.7. Aos candidatos do cargo de PROFESSOR das áreas/disciplinas de PORTUGUÊS, MATEMÁTICA, INGLÊS, CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO FÍSICA, GEOGRAFIA, HISTÓRIA, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E AMBIENTAL, ARTES E ENSINO RELIGIOSO, quando da escolha de vagas e na existência das mesmas, pode optar pela jornada de trabalho de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, desde que a carga horária não ultrapasse 40 horas semanais.

4.8. Aos candidatos do cargo de AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, quando da escolha de vagas e na existência das mesmas, a jornada de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais.

4.9. Aos candidatos do cargo de APOIO TÉCNICO PEDAGÓGICO, quando da escolha de vagas e na existência da mesma, a jornada de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais de acordo com

a necessidade da Rede Municipal de Ensino.

4.10 . Aos candidatos dos cargos de MERENDEIRA, SERVENTE DE ESCOLA, MONITOR DE ÔNIBUS e MOTORISTA DE ÔNIBUS quando da escolha das vagas e na existência das mesmas, a jornada de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais de acordo com a necessidade.

5. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO - (Originais e cópias):

- a) Carteira de Identidade;
- b) CPF;
- c) Comprovante de pagamento da inscrição DAM (Documento de Arrecadação Municipal);
- d) Comprovante de Escolaridade;
- d) O candidato com necessidades especiais (pessoa com deficiência), deverá apresentar laudo médico que ateste a espécie e o grau de deficiência e a aptidão do candidato para os cargos, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID).
- e) O candidato deverá, obrigatoriamente, encaminhar cópia do documento de comprovação da habilitação mínima exigida para ter sua inscrição deferida.
- f) Apresentar a ficha de inscrição preenchida (anexo I).

6. DAS INSCRIÇÕES

6.1. A participação no Processo Seletivo iniciar-se-á pelo preenchimento do cadastro de inscrição (ANEXO I), que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste edital.

6.2. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do processo seletivo, tais como se acham estabelecidas neste Edital.

6.3. O candidato deverá retirar a DAM (Documento de Arrecadação Municipal) no Setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Maracajá. Será cobrada uma taxa no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para os cargos de professor, técnico pedagógico e R\$ 30,00 (trinta reais) para os cargos de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil, Merendeira, Servente de Escola, monitor de ônibus e motorista de ônibus.

6.4. No requerimento de inscrição, sob as penas da Lei, o candidato declarará:

- a) Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do § 1º, do artigo 12 da Constituição Federal;
- b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;
- c) Gozar de boa saúde, condição que será comprovada, quando do processo de admissão; através de atestado médico (médico do trabalho ou clínico geral) confirmando a capacidade física e mental para o exercício dos cargos.
- d) Possuir escolaridade exigida na forma deste edital e estar legalmente habilitado para o exercício do cargo;
- e) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos e máxima de 70 (setenta) anos;

6.5. A inscrição somente será efetuada no Departamento de Educação, Cultura e Esportes, localizado no seguinte endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº. 530 no bairro centro em Maracajá, SC, no período compreendido entre os dias 05 de janeiro de 2015 a 13 de janeiro de 2015 entre 13:00 horas e 18:00 horas.

6.6. O preenchimento do Requerimento de Inscrição é de inteira responsabilidade do candidato, não sendo permitida a alteração de informações prestadas, exceto a eventual mudança de endereço que deverá ser comunicada ao Departamento de Educação e Cultura.

6.7. A adulteração de qualquer documento ou a não veracidade de qualquer informação apresentada, verificada a qualquer tempo,

implicará no cancelamento da inscrição do candidato.

6.8. Caso a habilitação em Educação Infantil ou Séries Iniciais não conste no diploma da Pedagogia, o(a) candidato(a) deverá apresentar também o original e a cópia do histórico escolar, que comprove o estágio na referida disciplina.

6.8.1. Para se inscrever em disciplinas do 6º ao 9º ano - Língua Portuguesa/Inglês, Ciências, Geografia, História, Educação Patrimonial, Ensino Religioso, Artes, Educação Física e Matemática:

- Diploma e histórico escolar da disciplina específica de atuação.
- Atestado de frequência atual (2º semestre de 2014) para os(as) que estiverem cursando a partir da 1ª fase, na disciplina específica a que está pleiteando (original e cópia), São considerados os cursos de Licenciatura em:
 - Letras/ Português e Inglês;
 - Ciências;
 - Ciências Biológicas;
 - Matemática;
 - Geografia;
 - História;
 - Educação Física - Licenciatura;
 - Artes;
 - Estudos Sociais.

6.8.2. Para os que estiverem cursando, a partir da 1ª fase, será aceito atestado de frequência atual (2º semestre de 2014) da instituição de ensino, mencionando a fase na qual está matriculado. No caso de aluno que curse disciplinas de diversas fases, será considerada a fase que consta no boleto, o qual deverá ser apresentado junto com o atestado (original e cópia).

6.8.3. Para o cargo de motorista de ônibus será considerado o Diploma ou histórico escolar do nível fundamental.

6.8.4. Para o cargo de monitor de ônibus será considerado o comprovante que considera alfabetizado.

7 - DA SELEÇÃO

O Processo Seletivo Simplificado dar-se-á por prova escrita e formação na área de atuação.

8 - DA PROVA ESCRITA:

A prova escrita será composta de 30 (trinta) questões objetivas no valor de 0,333 pontos cada questão, sendo composta por 05 questões de português e 25 questões de conhecimentos Específicos (CONTEUDOS ANEXO II), totalizando o valor de 10 (dez) pontos a prova escrita;

8.1. A classificação se dará por maior pontuação em ordem decrescente, no somatório da prova escrita e formação na área de atuação.

9 - DAS CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

9.1 - A prova escrita será realizada num único dia, devendo o candidato na mesma oportunidade apresentar documentação referente à inscrição;

10 - DA PROVA ESCRITA:

10.1. A prova escrita para os cargos constante do presente edital, será realizada no dia 17 de janeiro de 2015 na Escola de Educação Básica Manoel Gomes Baltazar, das 08:30 às 11:30 horas, sito a Rua Pedro Rocha, 111 - Centro.

10.2. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas munido de caneta esferográfica azul ou preta, comprovante da inscrição, carteira de identidade ou CNH com foto, com no mínimo 30 minutos de antecedência.

10.3. Não será permitido durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, utilização de anotações, consultas, uso de celulares, ou qualquer outro aparelho eletrônico que permita a comunicação do candidato.

10.4. O não comparecimento do candidato no local da prova escrita até o horário estipulado, automaticamente o mesmo é

eliminado, sendo vedada a devolução da taxa de inscrição adimplida pelo candidato.

10.5. Ao terminar a prova escrita o candidato entregará ao Fiscal da sala o Cartão Resposta devidamente assinado, podendo levar consigo apenas o Gabarito do Candidato (rascunho).

10.6. O candidato só poderá sair da sala após 30 minutos do início da prova.

11 - DA PROVA DE TÍTULOS

11.1. A prova de títulos para todos os cargos do Grupo Docente será avaliada quanto:

a) nível de escolaridade para o grupo docente, técnico pedagógico e auxiliar de ensino da educação infantil.

11.2. A avaliação do nível de escolaridade será feita através dos certificados ou diplomas de cursos de pós-graduação na área da educação, em nível de Especialização, de Mestrado e de Doutorado, na área de formação específica para a qual o candidato se inscreveu ou em Educação, entregues no período de inscrição.

11.3. O valor máximo da avaliação do nível de escolaridade é de 10,0 (dez) pontos.

11.4. Os títulos apresentados receberão pontuação unitária, conforme a seguinte tabela.

ESPECIFICAÇÕES DO TÍTULO	COMPROVANTES EXIGIDOS	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE MÁXIMA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Doutor na área específica de formação para qual se inscreveu ou em Educação.	Diploma devidamente registrado no órgão competente, acompanhado de Histórico Escolar.	10,0	1	10,0
Mestre na área específica de formação para qual se inscreveu ou em Educação	Diploma devidamente registrado no órgão competente, acompanhado de Histórico Escolar.	7,0	1	7,0
Especialista na área específica de formação para qual se inscreveu ou em Educação.	Certificado de Conclusão de Curso de Especialização, em nível pós – graduação, acompanhado de Histórico Escolar.	4,0	1	4,0
Conclusão de curso de Graduação em Licenciatura Plena na disciplina específica do cargo pretendido	Diploma devidamente registrado no órgão competente, acompanhado de Histórico Escolar.	2,0	1	2,0
Conclusão do curso de Graduação em Licenciatura Curta na disciplina específica do cargo pretendido.	Diploma devidamente registrado no órgão competente, acompanhado de Histórico Escolar.	2,0	1	2,0
Conclusão de curso de nível médio Magistério.	Diploma do Curso de Magistério devidamente registrado no órgão competente, acompanhado de Histórico Escolar.	1,5	1	1,5

Certidão de frequência em curso de Licenciatura Plena, no mínimo na 1ª fase.	Certidão de Frequência a partir da 1ª fase em curso de Graduação de Licenciatura.	1,0	1	1,0
Conclusão de curso de Nível Médio.	Diploma do Curso do Nível Médio Normal	0,5	1	0,5

11.5. A nota expressa na tabela de pontos de escolaridade acima será computada, não cumulativamente, por título, valendo apenas os pontos atribuídos ao maior título acadêmico.

11.6. O diploma, ou certificado obtido no exterior só será avaliado se o curso for reconhecido pelo MEC e validado por instituição federal de ensino superior.

11.7. O diploma ou certificado de conclusão de curso expedido em língua estrangeira somente será considerado se traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor oficial.

11.8. A constatação de qualquer irregularidade ou falsidade de documento apresentado na Prova de Títulos implicará na imediata desclassificação do candidato sem prejuízo das sanções legais.

11.9 Para participar da prova de títulos o candidato deverá entregar pessoalmente no Departamento de Educação e Cultura nos dias úteis no período de 05 de janeiro a 13 de janeiro de 2015, das 13 h às 18 h, no seguinte endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº. 530 - Centro - Maracajá, SC. Telefone (48) 35230382, cópia xerográfica dos documentos solicitados nos itens 4 e 5.

12. DA CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO:

12.1. Os candidatos serão classificados na respectiva área/disciplina/habilitação mínima exigida, com o somatório da prova de títulos e prova escrita de acordo com sua inscrição no Processo Seletivo, segundo a ordem decrescente de pontuação final.

12.3. Em caso de empate no total de pontos obtidos, será aplicado o seguinte critério:

o que candidato que for mais idoso.

13 - TABELA DE REMUNERAÇÃO

CARGO	REMUNERAÇÃO	CARGA HORÁRIA
Professor com habilitação em Licenciatura Plena na Área de atuação.	1.760,46	40h
Apoio Técnico Pedagógico	1.760,46	40h
Auxiliar de Ensino da educação Infantil.	724,00	40h
Servente de Escola	820,00	40h
Merendeira	820,00	40h
Monitor de ônibus	742,00	40h
Motorista de ônibus	1.100,00	40h

14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

14.1. A inscrição constará do preenchimento de folha em modelo próprio (ANEXO I), no local da inscrição, a qual deverão ser anexados os documentos exigidos.

14.2. Impressa a ficha, o(a) candidato(a) deverá revisá-la, ficando após a assinatura, inteiramente responsável pelas informações nela contidas.

14.3. O(a) candidato(a), no ato de entrega da ficha de inscrição, receberá um protocolo, o qual deverá ser apresentado por ocasião na realização da prova escrita juntamente com o documento de identidade ou qualquer documento oficial com foto.

14.4. Em hipótese alguma se admitirá inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se no entanto, por procuração

pública, onde conste obrigatoriamente a menção a este edital, que deverá ser apresentada juntamente à documentação.

14.5. O(a) candidato(a) que apresentar documento falso, com rasuras, que caracterize fraude ou simulação, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes.

14.6. O pedido de inscrição do(a) candidato(a) importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas nela contidas.

14.7. Concluída a inscrição, não serão aceitos acréscimos de outros documentos.

14.8. No caso de extravio do Protocolo de Inscrição, o(a) candidato(a) poderá requerer uma 2ª via ao Departamento Municipal de Educação até o dia 16/01/2015.

14.9. As inscrições homologadas serão divulgadas no site da Prefeitura Municipal de Maracajá, no Departamento Municipal de Educação e no Diário Oficial do Município.

14.10. O (a) candidato (a) terá prazo de 01 (um) dia útil, a contar da data da divulgação da homologação, para entrar com pedido de reconsideração da classificação no Departamento Municipal de Educação.

14.11. A classificação preliminar do processo seletivo será divulgada também no site da Prefeitura Municipal, no Departamento Municipal de Educação e no Diário Oficial dos Municípios 26/01/2015.

14.12. O candidato terá o prazo de 01 (um) dia útil, a contar da data de divulgação da classificação preliminar para pedido de reconsideração do resultado final.

14.13. A classificação final do processo seletivo será divulgada no site da Prefeitura Municipal, no Departamento Municipal de Educação e no Diário Oficial dos Municípios no dia.

14.14. A chamada dos(as) candidatos(as) selecionados(as) para a primeira escolha de vagas, será feita obedecendo a ordem de classificação, conforme cronograma abaixo:

- 28/01/2015: a partir das 13:30 horas: Professor Educação Infantil, Professor dos anos iniciais e Auxiliar de Ensino da Educação Infantil;

- 28/01/2015: a partir das 15:30 horas: Motorista de Ônibus, Monitor de Ônibus, Merendeira e Servente de Escola;

- 29/01/2015: a partir das 13:30 horas: professores das disciplinas específicas.

14.15. O(a) candidato(a) que não se apresentar no local, data e horário estabelecidos para a escolha de vagas, irá automaticamente para o último lugar da classificação.

14.16 - As disciplinas específicas dos Anos Iniciais e Educação Infantil (Artes, Inglês e Educação Física) a escolha será realizada no dia 29/01/2015, a partir das 13:30.

14.17. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo(a) próprio(a) candidato(a). Em caso de impedimento, poderá ser realizada por meio de procuração pública.

14.18. O(a) candidato(a) deverá escolher a vaga existente na sua totalidade de carga horária, não podendo a mesma ser dividida.

14.19. O(a) candidato(a) selecionado(a) que no momento da escolha não aceitar a(s) vaga(s) disponível(is), passará automaticamente para o final da listagem em que está classificado(a).

14.20. Depois de efetivada a escolha de vagas, não será permitido ao(à) candidato(a) trocá-la, salvo nos casos de interesse do serviço público.

14.21. Ao(à) candidato(a) que escolher vaga em um determinado período (matutino ou vespertino) não será permitida a troca de período, caso desista da vaga, passará para o final da lista de classificados(as).

14.22. Ao(à) candidato(a) que escolher uma vaga de licença, não será permitida a troca de vaga até que termine sua substituição.

14.23. Após a primeira escolha de vagas, o(a) candidato(a) será chamado conforme as necessidades surgidas no decorrer do ano letivo de 2015, em ordem classificatória, por telefone (até 3 tentativas). Será de responsabilidade do(a) candidato(a) a sua não localização (mudança do número do telefone, não receber recados, não informar o DDD quando diferente de 48, etc.) passando,

então, para o final da listagem.

14.23.1. A não localização do(a) candidato(a) no momento da chamada via telefone (telefone desligado, fora da área), implicará no preenchimento da vaga pelo(a) candidato(a) seguinte que for localizado, ficando assim aguardando uma nova vaga.

14.24. O(a) candidato(a) que escolheu vaga e não assumiu na data determinada pelo Departamento Municipal de Educação será considerado(a) desistente e eliminado(a) do processo seletivo.

14.25. Após assumir a vaga, o(a) candidato(a) terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis para providenciar/entregar a documentação completa no Departamento de Educação e Cultura de Maracajá.

14.26. O(a) candidato(a) contratado que abandonar ao serviço sem justificativa, terá o seu contrato rescindido quando decorridos mais de 3 (três) dias consecutivos de ausência, não podendo ocupar, neste processo seletivo, nenhuma outra vaga.

14.27. O(a) candidato(a) contratado que desistir da vaga, deverá comparecer no Departamento Municipal de Educação para preencher um comunicado de desistência.

14.28. O(a) candidato(a) contratado(a) ficará em permanente avaliação de desempenho e caso seu aproveitamento não seja satisfatório, será rescindido seu contrato.

14.28.1. A avaliação de desempenho, neste caso, será comprovada através de quatro registros em ata: três assinados pela equipe diretiva e um assinado pela Coordenação Pedagógica correspondente ao Departamento Municipal de Educação.

14.28.2 O candidato que tiver seu contrato rescindido em função do ocorrido no item 14.28, não poderá optar por outra vaga durante o ano letivo de 2015.

14.29. A ocorrência dos itens 14.28, 14.28.1, 14.28.2 implicará no indeferimento de inscrição para o ano letivo de 2015.

14.30. Serão admitidos(as) os(as) candidatos(as) inscritos(as) como deficientes, selecionados neste processo seletivo, na proporção de um a cada 06 (seis) vagas, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com a deficiência atestada por laudo profissional e constando a deficiência segundo o Código Internacional de Doenças (CID).

14.31. Os Servidores Públicos Municipais exonerados mediante processo administrativo de cargo de carreira, se não houver prescrito o período legal, não poderão se inscrever nesta seleção.

14.32. O quadro do número de vagas será afixado em lugar acessível durante a escolha de vagas.

14.33. A seleção de que trata este Edital terá validade para as vagas que surgirem durante o ano letivo de 2015.

14.34. Os projetos, programas especiais e convênios do Departamento Municipal de Educação, não fazem parte deste Edital.

14.35. Caberá ao Presidente da Comissão especial do processo Seletivo a coordenação do presente processo seletivo.

14.3. Os casos omissos serão resolvidos pelo Departamento de Educação, Cultura e Esportes.

14.38. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

14.39. Revogam-se as disposições em contrário.

Maracajá/SC, 12 de dezembro de 2014.

Ciente, do conteúdo do edital do processo seletivo Nº 003 de 10/12/2014:

DENNER LUCAS CASAGRANDE

Presidente da Comissão Especial do Processo Seletivo

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

CADASTRO DE INSCRIÇÃO - EDITAL 003/2014 - (anexo I)

NÚMERO DA INSCRIÇÃO:		
NOME:		
RG:	CPF:	TÍTULO ELEITORAL:
ESTADO CIVIL:	SEXO: () M () F	
ENDEREÇO:		
MUNICÍPIO:	ESTADO:	
GRADUAÇÃO:	FASE EM CURSO:	
MAGISTÉRIO:	FASE EM CURSO:	
PESSOA COM DEFICIÊNCIA: () SIM () NÃO		
ÁREA INSCRITA: () EDUCAÇÃO INFANTIL () ANOS INICIAIS () ARTES () TÉCNICO PEDAGÓGICO () EDUCAÇÃO AMBIENTAL () AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO () GEOGRAFIA () SERVENTE ESCOLA () MONITOR DE ÔNIBUS		
() LÍNGUA PORTUGUESA () MATEMÁTICA () ENSINO RELIGIOSO () LÍNGUA INGLESA () CIÊNCIAS () EDUCAÇÃO FÍSICA () HISTÓRIA () MERENDEIRA () MOTORISTA DE ÔNIBUS		
Assinatura do candidato _____ _____ Depto de Educação		
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital nº 003 de abertura deste processo seletivo, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas.		

Anexo III

Cronograma do processo seletivo

Cronograma	Datas
Publicação do Edital de Abertura	17/12/2014
Período de Inscrições	05/01/2015 a 13/01/2015
Divulgação preliminar dos inscritos	14/01/2015
Apresentação dos recursos contra as inscrições	15/01/2015
Análise dos recursos contra as inscrições e homologação dos inscritos	16/01/2015
Realização das provas escritas	17/01/2015
Divulgação do gabarito (a partir das 17 horas)	17/01/2015
Apresentação dos Recursos em relação a prova	19/01/2015
Análise dos recursos em relação a prova	20/01/2015
Divulgação da classificação preliminar	21/01/2015
Apresentação de Recurso em relação a classificação	22/01/2015
Análise dos recursos contra a classificação	23/01/2015
Resultado Final do Processo seletivo	26/01/2015
Primeira Chamada do Processo Seletivo	28/01/2015

Maracajá, 12 de dezembro de 2014.

ANEXO V

Conteúdo Programático

DISCIPLINA	CONTEÚDOS
Língua Portuguesa TODOS CARGOS	- Ortografia, Linguagem Formal, Concordância Nominal e Verbal, Classes Gramaticais.

Apoio técnico pedagógico	Lei 9394 (Lei de Diretrizes e bases da educação nacional); Proposta Curricular de Santa Catarina; Estatuto da Criança e do adolescente; Desenvolvimento infantil. Inclusão. Fundamentos Filosóficos da Orientação Educacional. Fundamentos Filosóficos da Orientação Educacional. A atuação do Orientador Educacional. Atribuições do Orientador Educacional. Princípios éticos na atuação do Orientador Educacional. Visão crítica da Orientação Educacional no Brasil. O espaço da Orientação Educacional na Educação. A orientação e as relações significativas. Projetos de Orientação Educacional. Pedagogia de Projetos. Aspecto Filosófico da Educação – concepções liberais e progressistas da educação; Tendências pedagógicas na prática escolar – as tendências liberais e as tendências progressistas; O pensamento pedagógico em uma visão histórica e dialética; As principais teses, teorias e pontos de vista sobre o fenômeno educativo e sobre a escola. Aspectos Sociológicos da Educação – os estudos sociológicos da educação; Enfoques teóricos em sociologia da educação: o paradigma do consenso e o paradigma do conflito; Os grupos sociais na escola: integração, controle e disciplina; A democratização da escola: autonomia, autogestão.
--------------------------	--

Professor em Áreas Específicas do Currículo do Ensino Fundamental Anos Iniciais

Pedagogia	Leitura, Compreensão e Interpretação de Textos; Alfabetização e letramento; Significação das palavras; Emprego da crase; Ortografia Oficial; Acentuação Gráfica; Flexão Nominal e Flexão verbal; Pronomes: Emprego, colocação dos pronomes oblíquos e átonos. Verbos: Conjugação e vozes, regulares. Irregulares e impessoais. Sintaxe da Oração e do Período; Concordância Nominal e Concordância Verbal; Regência Nominal e Regência verbal; Linguagem Formal e Informal. Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia; conotação denotação; figuras de sintaxe, de pensamento e de linguagem. Funções de linguagem. Morfologia: classes de palavras variáveis e invariáveis: conceito, classificação e emprego; Sintaxe: frase, oração, período simples e composto; termos da oração. Conjuntos Numéricos: Números Naturais, Inteiros, Racionais e Irracionais (Operações, Propriedades e Resolução de Problemas). Potenciação e Radiciação. Propriedades e Aplicações. Múltiplos e Divisores. Máximo Divisor Comum (M.D.C) e Mínimo Múltiplo Comum (M.M.C). Propriedades e Aplicações. Unidades de Medidas: comprimento, superfície, tempo, massa, volume e capacidade. Razão e Proporção. As Regiões Brasileiras - Aspectos físico, econômico e humano: Região Norte; Região Nordeste; Região Sudeste; Região Sul; Região Centro-Oeste. História do Brasil: O descobrimento do Brasil: os primeiros habitantes; Brasil Colônia: as primeiras expedições, as capitânias hereditárias, os governos gerais, as entradas e bandeiras, a Inconfidência Mineira; Brasil Império: Proclamação da Independência, primeiro reinado, período regencial, segundo reinado, abolição da escravidão; Brasil República: Proclamação da República a Constituição, os Símbolos Nacionais. O Ar Atmosférico: composição; camadas da atmosfera; pressão atmosférica; direção e velocidade dos ventos; importância do ar e dos ventos. Água: composição; ciclo da água; estados físicos e mudanças de estado; qualidade da água. O Solo: as camadas da terra; o solo e o subsolo; o solo e o plantio; irrigação e drenagem; composição das rochas. Os Animais: classificação, principais características e exemplos dos grandes grupos de invertebrados; principais características e exemplos dos grandes grupos de vertebrados. Os Vegetais: classificação; principais características e exemplos dos grandes grupos de vegetais. O Corpo Humano: Células: estruturas e funções; Tecidos: classificação e principais características; Órgãos e sistemas: locomoção, digestão, respiração, circulação, excreção, reprodução, coordenação nervosa, órgãos dos sentidos. Meio Ambiente: cadeia alimentar, desequilíbrio ecológico. Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar em uma perspectiva construtiva - práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão - a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino; Direito à Educação, acesso, permanência e sucesso escolar; Educação, direitos humanos e cotidiano escolar; Plano de desenvolvimento da educação: Razões, princípios e programas; Avaliações da Educação Básica: Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANERSC - Provinha Brasil e Prova Brasil). Educação Infantil: Concepções e práticas pedagógicas; Função política e social da Educação Infantil; Desenvolvimento infantil, segundo Piaget, Vygotsky e Wallon; Currículo como expressão de linguagens, práticas sociais e culturais infantis; O brincar como eixo dinamizador do currículo; Avaliação na Educação Infantil e documentação pedagógica; O papel do professor na Educação Infantil; Planejamento na Educação Infantil: espaços interativos de aprendizagem, organização em projetos de linguagens; Organização e financiamento dos sistemas de ensino; Processo de socialização, diversidade sociocultural, inclusão; Sexualidade infantil; A literatura na educação da criança de 0 a 5 anos; Afetividade nas relações professor-criança, criança-criança.
Educação Infantil e Auxiliar de Ensino da Educação Infantil	Lei 9394 (Lei de Diretrizes e bases da educação nacional); Proposta Curricular de Santa Catarina; Estatuto da Criança e do adolescente; Desenvolvimento infantil. Política de Educação Especial de Santa Catarina e Programa Pedagógico da Política de Educação Especial de Santa Catarina. Objetivos gerais da educação infantil. O atendimento em creches e pré-escolas: características gerais. A concepção de criança enquanto sujeito social e histórico. Brincar o significado da brincadeira na formação da criança. Interação social - diversidade e individualidade. A aprendizagem significativa e os conhecimentos prévios – a resolução de problemas. O profissional da Educação Infantil- características fundamentais. A organização do currículo – orientações didáticas, objetivos e conteúdos. A formação pessoal e social – concepção e aprendizagem. A criança de 0 a 03 anos – orientações didáticas quanto aos conteúdos: auto-estima, escolha, faz-de-conta, interação, imagem, cuidados e segurança. A criança de 04 a 06 anos – orientações didáticas quanto aos conteúdos: nome, imagem, independência e autonomia, respeito à diversidade, identidade de gênero, interação, jogos e brincadeiras, cuidados especiais. OBS: Consultar o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL)

Professor de Língua Portuguesa e Redação	<p>1- Conhecimentos Linguísticos: A lingüística, Ciência da linguagem; Funções da linguagem; Características da linguagem oral e escrita; Variação linguística e suas implicações para a prática pedagógica; O texto e o Discurso: sua produção em situação escolar; Compreensão e interpretação de textos; Concepção e tipo de gramática; Norma culta e conceito de "certo e errado"; Exercitar a língua ou ensinar gramática: a questão metodológica; A produção de material didático em Língua Portuguesa.</p> <p>2- Conhecimentos Gramaticais: Noções Gerais de Fonética e Fonologia; Ortografia: Acentuação Gráfica; Crase; Pontuação; Morfossintaxe do verbo, substantivo, adjetivo, pronome; Sintaxe: estrutura do período, Termos da oração e coordenação e subordinação; Semântica: Conotação e Denotação; Sinônimo, Antônimo e Parônimos; papéis semânticos e funções sintáticas; Estilística: linguagem figurada: classificação das figuras no texto.</p> <p>3- Literatura Brasileira: Gêneros Literários: características; Estilos de época: principais autores e obras dos séculos XIX e XX.</p>
Matemática	<p>1- Conjuntos : conceito e representação, relação de pertinência, operações; conjuntos numéricos. Divisibilidade: múltiplos e divisores; critérios de divisibilidade; teorema fundamental da aritmética; máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum; números primos.</p> <p>3- Sistema Métrico Decimal : unidades de medidas de comprimento, superfície, capacidade, volume e massa. 4- Potenciação e Radiciação: definições; relações entre as duas operações; radicais. 5- Razões e Proporções: razão, proporção, médias aritmética, geométrica e ponderada, porcentagem, regra de três simples e composta, juros simples e composto. 6- Álgebra: cálculo algébrico. 7- Funções: domínio e imagem; função injetoras, sobrejetoras, bijetoras, pares e ímpares. 8. Funções polinomiais do 1º e 2º graus: equações e sistemas de 1º e 2º graus. 9- Funções transcendentais: exponencial, logarítmica e trigonométricas. 10- Geometria Plana: ângulos, triângulos e polígonos; círculo e circunferência; relações métricas no triângulo retângulo e no círculo; relações trigonométricas nos triângulos retângulos e qualquer; área e perímetro de figuras planas.</p>
Geografia	<p>1-A evolução do pensamento e suas repercussões no ensino de geografia. 2-A geografia como disciplina escolar: histórico, situação atual e perspectivas. A geografia da natureza: os condicionamentos físicos da vida: A litosfera, composição e dinâmica; A Hidrosfera, a água e sua importância; A Atmosfera e a dinâmica climática. Os seres vivos e o homem no âmbito da evolução geológica da terra. Os grandes domínios biogeográficos da terra. Os grandes domínios morfoclimáticos do território brasileiro e sua situação atual. Os interrelacionamentos entre a dinâmica da natureza e a dinâmica das sociedades humanas. Os principais problemas ambientais da natureza. 4-A geografia no tempo: o alargamento das fronteiras de apropriação do planeta pelas sociedades humanas ao longo da história. 5- A formação geográfica das sociedades contemporâneas: a formação dos estados nacionais modernos; o processo de desenvolvimento – subdesenvolvimentos dos países em regiões no âmbito da evolução do capitalismo; As experiências do "Socialismo Real" e seus desdobramentos. 6 – O novo mapa do Mundo "a partir da década de 80 do século XX"; nacionalismo, grandes blocos econômicos (MERCOSUL, NAFTA, UNIÃO EUROPÉIA e etc) e principais conflitos geopolíticos da atualidade. 7- Os espaços da produção, da circulação e do consumo no mundo e no Brasil: características gerais das atividades primárias, secundárias e terciárias e suas expressões no espaço geográfico; a dimensão simbólica do espaço geográfico: cultura e representações espaciais; a industrialização e seus impactos na organização dos espaços contemporâneos; a modernização da agricultura e suas conseqüências; a urbanização e as transformações na relação cidade – campo, metropolização e problemas urbanos; as redes urbanas e a relação cidade – região; os impactos das novas tecnologias na circulação dos produtos e serviços; a dinâmica populacional. 8- Regionalização no espaço mundial: caracterização geográfica dos principais países/conjuntos geoeconômicos; As propostas atuais de regionalização do espaço mundial e suas limitações; riqueza e pobreza no contexto internacional; os núcleos hegemônicos do capitalismo: EUA, Japão e Europa; América Latina; África; Índia; China; Oriente Médio; Rússia; Europa Oriental. 9– Regionalização do espaço brasileiro: caracterização geral das regiões e estados federados. Divisões regionais do território brasileiro, histórico e situação atual. Amazônia como fronteira econômica. Nordeste: permanências e transformações. As fronteiras geoeconômicas do centro-oeste. O centro-sul como núcleo hegemônico do capitalismo no Brasil.</p>
História	<p>1- Escravidão na antiguidade: Grécia, Roma; As religiões na antiguidade; Feudalismo. 2- A expansão comercial: os contatos com a Ásia, África e Américas. 3- O Brasil e o Sistema Colonial: o sistema econômico, a organização político-administrativa. 4-O fim do Sistema Colonial: Contexto Europeu; As revoluções Americana e Francesa; O fim do Colonialismo na América Espanhola e América Portuguesa. 5-A industrialização: as transformações econômicas, sociais, políticas e culturais. 6- O Imperialismo: América Latina; África; Ásia. 7- A Primeira Guerra Mundial; A Revolução Socialista na URSS; A crise de 1929; As recuperações econômicas; O projeto das democracias liberais; O projeto dos regimes autoritários – Japão, Alemanha e Itália. 8- O Brasil no modo de produção capitalista na Primeira e Segunda Repúblicas. 9- A Descolonização: Ásia; África. 10- O Brasil de 1930 a 1964; O Neocolonialismo; A Globalização e o Neo-liberalismo; Os governos militares. A Nova República.</p>
Educação Física	<p>1- Relações fundamentais: Educação Física e Educação; Educação Física e Motricidade Humana; Educação Física e Esporte; Educação Física e Saúde; Educação Física e Sociedade; Educação Física e Cidadania. 2- Educação Física enquanto componente curricular: possibilidade de experiências corporais: recreação e jogos; iniciação ao desporto; dança. Possibilidades de experiências prático-teóricas, cognitivas, sociais e afetivas: atividades lúdicas; a competição/cooperação/sociabilização; A reflexão/ análise/ compreensão/ síntese da realidade físico corporal.</p>
Inglês	<p>The indefinite articles: a / na; Plural of nouns; Personal and reflexive pronouns; Possessive adjectives and pronouns; Interrogative words; Prepositions; Simple present tense; Present continuous tense; Simple future; Modal verbs; Question tag; Simple past tense; Present perfect tense.</p>
Educação Patrimonial e Ambiental	<p>Redação Oficial. Noções de relações humanas. Conflitos. Comunicação no ambiente de trabalho. Atendimento ao usuário. Ética na prestação de serviços. Ética e trabalho. Documentação empresarial: tipos de correspondências e documentos. Serviço de Protocolo. Organização de arquivos. Noções de secretariado. Sistema operacional e ambiente Windows Vista e Windows 7. Edição de textos, planilhas e apresentações utilizando Microsoft Word, Excel e Power Point (versões 2003 e 2007) no ambiente Windows. Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet. As diferentes correntes de Educação Ambiental. Bases filosóficas e fundamentos da questão ambiental. Política de Educação ambiental na comunidade. Impacto ambiental - análise e relatórios: EIA/RIMA. Trabalho e cidadania. Política Nacional de Meio Ambiente: Lei n.º 6.938/81. Qualidade da água. Qualidade do Ar. Caracterização e recuperação de áreas degradadas. Desenvolvimento sustentável. Qualidade e meio ambiente: saúde, segurança e meio ambiente. Constituição da República: Art. 225.</p>

Artes	Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar em uma perspectiva construtiva - práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão - a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino; Direito à Educação, acesso, permanência e sucesso escolar; Educação, direitos humanos e cotidiano escolar; Plano de desenvolvimento da educação: Razões, princípios e programas; Avaliações da Educação Básica: Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANERSC - Provinha Brasil e Prova Brasil). O ensino de arte na Educação Básica. O significado da Arte na Educação. A Arte como conhecimento. As linguagens artísticas e suas especificidades (Arte Visuais, Música, Teatro e Dança). Arte, Cultura e Sociedade. O Movimento Modernista no Brasil. Artistas e movimentos após a Semana de Artes Moderna. As novas linguagens da arte. A gravura brasileira no século XX. Os grandes gênios das Artes. Os fundamentos teóricos-metodológicos no aprender e ensinar Arte: Componentes curriculares básicos que se inter-relacionam no planejamento (objetivos, conteúdos, métodos de ensino, meios de comunicação, avaliação).
Ensino Religioso	Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar em uma perspectiva construtiva - práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão - a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino; Direito à Educação, acesso, permanência e sucesso escolar; Educação, direitos humanos e cotidiano escolar; Plano de desenvolvimento da educação: Razões, princípios e programas; Avaliações da Educação Básica: Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANERSC - Provinha Brasil e Prova Brasil). A Natureza Transcendente da Pessoa Humana: A sede de infinito; Duas realidades presentes: matéria e espírito; Necessidades materiais da pessoa; necessidades espirituais da pessoa. Elementos constitutivos da dignidade da pessoa humana: A pessoa humana como ser livre: a) O que é liberdade? b) Liberdade e livre arbítrio. c) Liberdade e responsabilidade; A pessoa humana como ser inteligente: a) O potencial da inteligência; b) A função da razão; c) razão e sentimento. A pessoa humana como um ser volitivo: a) O que é vontade. b) Os impulsos instintivos e a vontade; c) Vontade, liberdade e responsabilidade; Valores. As diversas dimensões da pessoa humana: A pessoa humana como ser social; A pessoa humana é um ser político; A pessoa humana como ser cultural; A pessoa humana como um ser afetivo; A pessoa humana como um ser espiritual (religioso); A pessoa humana como um ser biológico. A pessoa humana e seus vários tipos de relações: relação consigo mesmo: verdade, sinceridade, harmonia; Relação com o outro: respeito, justiça; Solidariedade; Relação com a natureza: cuidado, zelo, responsabilidade; Relação com o Transcendente: obediência, contemplação, louvor. A pessoa humana e suas circunstâncias: A experiência do sofrimento; A experiência da crise e da angústia; O sentido da vida: o amor; A busca da felicidade.
Ciências	Solos - formação, fertilidade e conservação; Luz e visão; Ação de microrganismos na produção de alimentos; Disponibilidade e qualidade de água; drogas e sistema nervoso; As características herdadas e as influências do meio; Eletricidade em nossas casas. Critérios de classificação dos seres vivos, e dos tópicos complementares: O ar, suas propriedades e composição; Saúde preventiva; Mudanças na adolescência, Produzindo e percebendo sons e Biotecnologia em debate. Produção de energia elétrica: impactos ambientais e alternativas. Impactos ambientais e extinção de espécies; Reciclagem e preservação ambiental; Técnicas de conservação de solos; Eletricidade em nossas casas e Regulação de Temperatura nos seres vivos.
Merendeira	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Relações humanas no ambiente de trabalho. Noções de microbiologia: contaminação, desinfecção, micróbios. Higiene ambiental instalações/equipamentos e utensílios). Saúde do trabalhador (higiene e saúde de manipuladores). Combate às pragas e vetores urbanos. Higienização de legumes, verduras, frutas, carnes, peixes, aves e ovos. Doenças transmitidas por alimentos. Boas práticas de manipulação e controle na produção de alimentos.
Servente de Escola	CONHECIMENTO ESPECÍFICO: Noções básicas de alimentação. Noções básicas de higiene: corporal, da habitação, dos hábitos. Noções básicas de preservação da natureza. Primeiros socorros. Doenças comuns e contagiosas e sua prevenção. Noções básicas do comportamento como servidor público. Noções básicas de segurança no trabalho. Limpeza em geral em escritórios, laboratórios e outros locais, espanando, varrendo, lavando ou encerando dependências, móveis, utensílios e instalações, para manter as condições de higiene e conservá-los. Varrição e lavagem de calçadas. Recolhimento de lixo, acondicionando de detritos depositando em locais determinados. Abertura e fechamento de prédios, portas e janelas. Ligar e desligar pontos de iluminação. máquinas, aparelhos e equipamentos. Recebimento e entrega de correspondência dentro da repartição. Serviços de copa e cozinha, como: preparo de café, chá, lanches, auxílio no preparo de refeições, bem como, servir os visitantes e servidores. Organização de filas. Limpeza e manutenção de utensílios de cozinha. Lavagem e passagem de roupas simples (toalhas, panos de prato, cortinas, aventais, etc).
Monitor de Ônibus	CONHECIMENTO ESPECÍFICO: Novo código nacional de trânsito. Transporte de alunos. Estatuto da Criança e do adolescente. Noções de segurança no trânsito, proteção ao meio ambiente, primeiros socorros.
Motorista de ônibus	CONHECIMENTO ESPECÍFICO: Novo Código Nacional de Trânsito, abrangendo os seguintes tópicos: administração de trânsito, regras gerais para circulação de veículos, sinalização de trânsito, registro e licenciamento de veículos, condutores de veículos, deveres e proibições, infrações à legislação de trânsito, penalidades e recursos. Noções de manutenção básica preventiva e corretiva. Controle das condições de funcionamento do veículo: troca de pneus, cinto de segurança, óleo, bomba d'água, circuito elétrico. Direção defensiva. Primeiros socorros. Proteção ao meio ambiente.

Maracajá, 12 de dezembro de 2014.

Denner Lucas Casagrande

Presidente da Comissão Especial do Processo Seletivo

Maravilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 162/2014

DECRETO Nº 162, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

Determina a notificação das empresas cessionárias de imóveis públicos do Município de Maravilha - SC e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

Que o Município de Maravilha firmou com empresas privadas termos de concessão de direito real de uso visando o desenvolvimento socioeconômico do Município.

Que referidos termos determinam prazos para o cumprimento das obrigações assumidas por parte das cessionárias.

O exaurimento dos prazos para o cumprimento das obrigações assumidas pelas cessionárias,

DECRETA:

Art. 1º Determina a notificação das empresas cessionárias para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento da notificação, apresentem relatório discriminando o cumprimento de cada uma das obrigações assumidas, anexando os respectivos documentos comprobatórios.

§ 1º Em caso de não cumprimento das obrigações nos prazos estipulados no termo de concessão, a cessionária deverá manifestar-se, no prazo fixado no caput do presente artigo, sobre a intenção de rescindir a concessão ou alterar os termos da concessão no tocante aos prazos, justificando as razões do não cumprimento.

§ 2º Optando a cessionária pela manutenção da concessão com alteração dos prazos de execução das obrigações, deverá apresentar requerimento e declaração (modelos constantes no Anexo I do presente Decreto), bem como projeto atualizado das ações que irá desenvolver.

§ 3º O requerimento e documentos de que trata o § 2º ficarão sujeitos à deliberação do CODEM, que se posicionará pela aprovação ou não.

§ 4º Aprovado o requerimento da cessionária, esta deverá apresentar as certidões negativas exigidas na legislação inerente.

Art. 2º Determina igualmente a retomada dos imóveis para os casos de rescisão da concessão.

Art. 3º Fazem parte do presente Decreto os modelos de requerimento e declaração constantes no Anexo I.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente decreto correção por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 11 de dezembro de 2014.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

ANEXO I

MODELO DE REQUERIMENTO

REQUERIMENTO

Exmo. Senhor(a)

Secretário(a) da Indústria, Comércio e Turismo de Maravilha.

_____, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na _____ nº _____, bairro _____, no Município de Maravilha, Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, telefone _____, representada neste ato por seu sócio(a) administrador(a), o(a) Sr.(a) _____, brasileiro(a), casado(a), de profissão _____, residente e domiciliado(a) na Rua _____, nº _____, no município de Maravilha, SC, inscrito no CPF nº _____, e RG nº _____, vem por meio deste, requerer o que segue:

Nestes termos,

Pede deferimento.

Maravilha, ____ de _____ de _____.

Nome

RG _____ CPF _____

MODELO DE DECLARAÇÃO 1

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ inscrito no CPF/CNPJ sob nº _____, residente na _____, nº _____, Bairro _____, venho por meio deste, declarar o que segue:

- A atividade a ser desenvolvida pela empresa será a de _____.

- O número de empregos a ser gerado será de _____ colaboradores.

- A estimativa de faturamento para o período de 12 (doze) meses, é de aproximadamente R\$ _____ por mês.

Maravilha, ____ de _____ de _____.

Nome

RG _____ CPF _____

MODELO DE DECLARAÇÃO 2

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ inscrito no CPF/CNPJ sob nº _____, residente na _____, nº _____, Bairro _____, venho por meio deste, declarar

que estou em dia com todas as negativas de débitos nas fazendas federal, estadual e municipal, e também com o FGTS e INSS, tanto da empresa como também dos sócios da mesma, documentos estes que serão apresentados, se houver aprovação do pedido de incentivos que estou solicitando.

Maravilha, ____ de ____ de ____.

Nome
RG ____ CPF ____

DECRETO Nº 163/2014

DECRETO Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Seletivo - Edital nº 001/2014, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Seletivo - Edital nº 001/2014, com a finalidade de acompanhar o desenvolvimento do referido certame, a ser realizado pelo Município de Maravilha/SC, a qual será composta pelos membros a seguir:

PRESIDENTE:

- Asta Diva L. Nerling

MEMBROS:

- Raquel Rollwagen
- Marília Dessbesell

Art. 2º Os serviços prestados pelos membros da Comissão são de caráter relevante não onerando os cofres públicos com qualquer despesa.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 12 de dezembro de 2014.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 165/2014

DECRETO Nº 165, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Seletivo - Edital nº 002/2014, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Seletivo - Edital nº 002/2014, com a finalidade de acompanhar o desenvolvimento do referido certame, a ser realizado pelo Município de Maravilha/SC, a qual será composta pelos membros a seguir:

PRESIDENTE:

- Marisete Maihock Perondi

MEMBROS:

- Beatriz Regina M. Beduschi
- Julia Reckers

Art. 2º Os serviços prestados pelos membros da Comissão são de caráter relevante não onerando os cofres públicos com qualquer despesa.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 15 de dezembro de 2014.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 166/2014

DECRETO Nº 166, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

Aprova Baixa de Área de Arruamento e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Aprova a Baixa de Área de Rua do imóvel: Lote "D", Parte do Lote Urbano nº (8) da Quadra nº (12), situado nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área de (337,50 m²), sem edificações, localizado no lado ímpar da Rua Duque de Caxias, de propriedade de Lauri Linke, portador da CI nº 2.230.060, inscrito no CPF sob nº 637.572,069-91, brasileiro, funcionário público municipal, domiciliado e residente na Rua Santa Terezinha, nº 541, na cidade de Iraceminha, Santa Catarina, registrado no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha sob o nº 18.744, conforme mapa, memorial descritivo e RRT assinado pelo Arquiteto e Urbanista Marcos Kretzmann, REG. NAC./CAU A50862-4.

BAIXA DE ÁREA DE RUA: ÁREA DESTINADA AO
ALARGAMENTO DA RUA DUQUE DE CAXIAS

PARTE DO LOTE "D", Parte do Lote Urbano nº (8), da Quadra nº (12), com área de (12,50 m²), sem edificações, confrontando:- ao Norte: com parte do lote "C", parte do lote urbano nº (8), na extensão de 1,00 metro;- ao Sul: com parte do lote "A", parte do lote urbano nº (8), de Lauri Linke, M. 17.235, na extensão de 1,00 metro;- ao Leste: com parte do lote "B", parte dos lotes urbanos nºs (7 e 10) e parte do lote urbano nº (7), de Vilson Luiz Bernardi, M. 18.588, na extensão de 12,50 metros;- ao Oeste: com a Rua Duque de Caxias, na extensão de 12,50 metros.

REMANESCENTE:

PARTE DO LOTE "D", Parte do Lote Urbano nº (8), da Quadra nº (12), com área de (325,00 m²), sem edificações, confrontando:- ao Norte: com parte do lote "C", parte do lote urbano nº (8), de Ademir Celuppi, M. 19.393, na extensão de 26,00 metros;- ao Sul: com parte do lote "A", parte do lote urbano nº (8), de Lauri Linke, M. 17.235, na extensão de 26,00 metros;- ao Leste: com parte do lote "B", parte dos lotes urbanos nºs (7 e 10) e parte do lote urbano nº (7), de Vilson Luiz Bernardi, M. 18.588, na extensão de 12,00 metros;- ao Oeste: com a Rua Duque de Caxias, na

extensão de 12,50 metros.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 15 de dezembro de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Sec. Planej. Adm e Fazenda

EXTR. PROCESSO N. 5.204/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Contrato Administrativo n. 059/2014

Contratada: Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC

Valor Global: 41.850,00

Prazo de execução: 60 dias

Processo n. 5.204/2014

Dispensa por Justificativa n. 5.102/2014

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou Contrato Administrativo para contratação da Universidade do Oeste de Santa Catarina, para aplicação e correção de provas em processo seletivo. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 15 de dezembro de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha.

EXTR. PROCESSO N. 5.211/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Contrato Administrativo n. 059/2014

Contratada: Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC

Valor Global: 41.850,00

Prazo de execução: 60 dias

Processo n. 5.204/2014

Dispensa por Justificativa n. 5.102/2014

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou Contrato Administrativo para contratação da Universidade do Oeste de Santa Catarina, para aplicação e correção de provas em processo seletivo. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 15 de dezembro de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha.

LEI COMPLEMENTAR Nº 69/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 69, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

Estabelece condições para pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU para o Exercício 2015 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Ficam estabelecidas as condições para pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano para o exercício 2015 do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O contribuinte que optar pelo pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU de forma parcelada, poderá fazê-lo em 4 (quatro) parcelas estabelecidas de acordo com o calendário fiscal do Município que será fixado por Decreto do Poder Executivo Municipal.

§ 1º Para o contribuinte que pagar o IPTU em cota única até 16 de março de 2015, o desconto será de 5% (cinco por cento).

§ 2º Fica concedido um desconto adicional de 5% (cinco por cento), além do mencionado no §1º, aos contribuintes em cujo cadastro imobiliário (IPTU) não constar nenhum débito vencido ou a vencer, oriundo de parcelamento de débitos anteriores.

§ 3º As taxas lançadas no Carnê do IPTU serão pagas com vinculação a opção de pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, não sendo aplicado o percentual redutor previsto nos § 1º e 2º, do presente artigo.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei Complementar serão consignadas no orçamento municipal em vigor.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 15 de dezembro de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Marema**PREFEITURA****PROCESSO LICITATÓRIO N. 037/2014**

Município de Marema

A Prefeitura Municipal de Marema - SC FAZ SABER a todos os interessados, para querendo, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 037/2014 - Licitação na Modalidade de Pregão Presencial n. 021/2014, para contratação de serviços contábeis, consistindo na responsabilidade técnica pelos atos e fatos contábeis do município, para substituição de licença de profissional efetivo. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 30/12/2014, às 09h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 30/12/2014 às 09h00min. Maiores informações ou a cópia da íntegra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h30 às 17h30min ainda, pelo telefone (0xx49)33540222.

Marema, 15 de dezembro de 2014

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Massaranduba**PREFEITURA****DECRETO Nº. 3039 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº. 3039 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1644 de 12 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.2039 - Manutenção do Ensino Fundamental

0501 - 4490000 - Aplicações Diretas

0501 - 15801 - Transferências do Salário Educação

..... R\$ 65.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.1037 - Apoio Tecnológico ao Ensino Fundamental

0501 - 4490000 - Aplicações Diretas

0501 - 15801 - Transferências do Salário Educação

..... R\$ 65.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 12 de Dezembro de 2014

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI

Gerente do Procon

DECRETO Nº. 3040 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 3040 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições de acordo com a Lei nº 1645 de 12 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERENCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0190.2095 - Manutenção das atividades da Estratégia da Família

0602 - 3190000 - Aplicações Diretas
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Saúde
..... R\$ 60.000,00

0602.010.301.0190.2101 - Manutenção dos Serviços de Atendimento à População
0602 - 31900000 - Aplicações Diretas
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Saúde
..... R\$ 60.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais), dos seguintes programas e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0601 - GERÊNCIA DE SAÚDE
0601.017.512.0195.1106 - Ampliação da Rede de Água Potável
0601 - 3390000 - Aplicações Diretas
0601 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

0601.017.512.0195.1107 - Melhoria da Drenagem Pluvial
0601 - 44900000 - Aplicações Diretas
0601 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 38.000,00

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0190.1109 - Construção da Secretaria de Saúde e Ambulatório Geral
0602 - 4490000 - Aplicações Diretas
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Saúde
..... R\$ 62.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 12 de Dezembro de 2014
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI
Gerente do Procon

LEI Nº. 1644 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº. 1644 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014
Autoriza a Abertura de Crédito Suplementar

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTES E TURISMO
0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.361.0081.2039 - Manutenção do Ensino Fundamental
0501 - 4490000 - Aplicações Diretas
0501 - 15801 - Transferências do Salário Educação ... R\$ 65.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTES E

TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.361.0081.1037 - Apoio Tecnológico ao Ensino Fundamental
0501 - 4490000 - Aplicações Diretas
0501 - 15801 - Transferências do Salário Educação ... R\$ 65.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 12 de Dezembro de 2014
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI
Gerente do Procon

LEI Nº. 1645 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº. 1645 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014
Autoriza a Abertura de Créditos Suplementares

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERENCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0190.2095 - Manutenção das atividades da Estratégia da Família
0602 - 3190000 - Aplicações Diretas
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Saúde
..... R\$ 60.000,00

0602.010.301.0190.2101 - Manutenção dos Serviços de Atendimento à População
0602 - 31900000 - Aplicações Diretas
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Saúde
..... R\$ 60.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais), dos seguintes programas e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0601 - GERÊNCIA DE SAÚDE
0601.017.512.0195.1106 - Ampliação da Rede de Água Potável
0601 - 3390000 - Aplicações Diretas
0601 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

0601.017.512.0195.1107 - Melhoria da Drenagem Pluvial
0601 - 44900000 - Aplicações Diretas
0601 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 38.000,00

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0190.1109 - Construção da Secretaria de Saúde e Ambulatório Geral
0602 - 4490000 - Aplicações Diretas
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Saúde
..... R\$ 62.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 12 de Dezembro de 2014
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI
Gerente do Procon

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO N.º 089/2014.

DECRETO n.º 089/2014.
ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.611/2013, de 22 de Novembro de 2013.

DECRETA

Art. 1.º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 95.000,00 (Noventa e cinco mil reais), neste termo:

06 – SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO	
060115.451.1015 – Aquisição Área, Construção e Ampliação de Prédios Públicos	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0748.0 – Aplicações Diretas (239)	R\$ 25.000,00
060115.451.1017 – Obras de Artes, Drenagem, Paviment. Ruas e Logradores	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0748.0 – Aplicações Diretas (107)	R\$ 28.000,00
060115.452.2016 – Manutenção da Iluminação Pública	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0114.0 – Aplicações Diretas (131)	R\$ 42.000,00
Total	R\$ 95.000,00

Art. 2.º As suplementações das Dotações Orçamentárias de que trata o artigo 1º, correrá por conta do excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 28 de Novembro de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças.

DECRETO N.º 096/2014

DECRETO n.º 096/2014
DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DA UFM- UNIDADE FISCAL MONETÁRIA PRA O EXERCICIO 2015.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da lei Orgânica do Município, e no Art. 237 da Lei nº 601/93, resolve:

DECRETA

Art. 1º Fica atualizado monetariamente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M/FGV, acumulado nos últimos 12 (doze) meses, em 4,27(quatro inteiros e vinte e sete centésimos por cento) a partir de janeiro de 2015, a Unidade Fiscal Monetária, que passa a vigorar no exercício financeiro de 2015 para atualização

dos valores definidos em lei, de composição das bases de cálculo dos tributos municipais, penalidades assessórias, bem como dos preços públicos municipais, créditos tributários ou não, em favor da municipalidade.

Art. 2º Todas as tabelas de Impostos e taxas municipais que utilizam com parâmetro de referencia a Unidade Fiscal Municipal - UFM terão seu valor em real convertido pelo valor definido neste decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 10 de Dezembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secretário Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 511/2014

PORTARIA n.º 511/2014

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da licença saúde, a servidora ROSANE BRISTOT PIAZZA, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 470/2014.

Meleiro, 15 de Dezembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 513/2014

PORTARIA n.º 513/2014

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º À servidora pública municipal ELINES LAMBERTES

GONÇALVES, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a licença gestante por 120 (cento e vinte) dias, a partir da presente data, conforme atestado médico apresentado.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 10/12/2014.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 299/2014.

Meleiro, 15 de Dezembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 512/2014

PORTARIA nº 512/2014

TRATA DA PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

PRORROGAR

Art. 1.º A Portaria de nº 243/2014, do Senhor JEFERSON MENE-GARO, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 15 de Dezembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 312/2014

DECRETO Nº 312/2014 DE 12.12.2014.

DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO FUNCIONAL DO GRUPO OCUPACIONAL DO MAGISTÉRIO, PELA PROGRESSÃO POR DESEMPENHO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com as disposições contidas na Lei Municipal 1.347/1998, Arts. 36 a 41 da Seção II,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Progressão Funcional do Grupo Operacional do Magistério Público Municipal efetivo, decorrente da promoção pela progressão por desempenho, a que fazem jus, no cumprimento de suas atribuições, levando em consideração os critérios de:

I - Produtividade;

II - Responsabilidade;

III - Experiência e dedicação ao serviço;

IV - Disciplina;

V - Assiduidade;

VI - Habilidades Pessoais e

VII - Conhecimentos específicos e pedagógicos, conforme abaixo especificado:

Nome do Professor	Nível e Referência – atual Quadro - Quadro do Magistério	Nível e Referência – Novo – Progressão concedida na forma deste Decreto - Quadro do Magistério
DULCE HELENA R. STOFFEL -1ª nomeação	5 "E"	5 "F"
DULCE HELENA R. STOFFEL -2ª nomeação	4 "G"	5 "A"
ELIANE HANAUER CHAVES	4 "C"	4 "D"
GELCI VOGEL	5 "B"	5 "C"
GILNEIDE VOGEL BRAUN	4 "E"	4 "F"
HELENA F WERLANG -1ª nomeação	5 "D"	5 "E"
HELENA F WERLANG -2ª nomeação	4 "F"	4 "G"
ILIANA CASAGRANDE	4 "D"	4 "E"
JANETE TOSETO	5 "D"	5 "E"
JOSEFINA SCATOLIN	5 "B"	5 "C"
JUSSANE M. TOSETO FRANDALOSO	4 "B"	4 "C"
KATIA REGINA SCHLOSSER	4 "D"	4 "E"
LORI HELENA MALDANER	4 "C"	4 "D"
LOVANI TERESINHA BARON	6 "B"	6 "C"
LOVANI TERESINHA BARON	6 "B"	6 "C"
LUCIMAR DE F. R. DAL AGNOL -1ª nomeação	5 "A"	5 "B"
LUCIMAR DE F. R. DAL AGNOL -2ª nomeação	4 "D"	4 "E"
ROSANE B. FERRONATTO	4 "D"	4 "E"
SIRLENE ADELIA SOARES	5 "A"	5 "B"

TANIA MARA ROHENKOHL	4 "C"	4 "D"
ZILDA NOELI H. SCHLINTWEIN	5 "D"	5 "E"

Art. 2º - A progressão de que dispõe este Decreto, está de conformidade com o relatório do Departamento Municipal de Educação, fundamentando a presente progressão, conforme dispõe a seção II - Do Progresso por Desempenho - Artigos 36 a 41 da Lei Municipal nº 1.347/1998, com os devidos boletins anexados à pasta funcional.

Art. 3º - Fica autorizado o Departamento de Pessoal, a proceder a devida alteração dos vencimentos conforme progressão estabelecida neste Decreto e de acordo com o Anexo II -Tabela de isonomia salarial do Grupo do Magistério - especialista em assuntos educacionais.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 12 de dezembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

PORTARIA Nº 173/2014

PORTARIA Nº 0173/2014 de 11.12.2014

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com a Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores Públicos Municipais relacionados abaixo, férias a que fazem jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Sirlei Henneberg	20.10.2013 a 19.10.2014	15.12.2014 a 24.12.2014 (10 dias)
Vilson José de Freitas	16.08.2012 a 15.08.2013	12.12.2014 a 31.12.2014 (20 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 11 de dezembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

PORTARIA Nº 174/2014

PORTARIA Nº 0174/2014 de 12.12.2014
CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GELSON LUIZ BORTOLIN, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando o disposto no Art. 213, Seção IV da Lei Municipal nº 1.513/2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Modelo/SC,

Considerando o Termo de Guarda e Responsabilidade apresentado, atestando a guarda/adoção de criança pelo Servidor nominado,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Paternidade ao Servidor GELSON LUIZ BORTOLIN, matrícula nº 1640-3, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas, pelo prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da data da adoção do filho, ocorrido em 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 12 de dezembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

Franieli Pavalicini
Chefe de Setor

Navegantes

PREFEITURA**NOTIFICAÇÃO 37/2014 -- JJ COMERCIO LTDA – ME**

NOTIFICAÇÃO 37/2014 Navegantes, 15 de Dezembro de 2014.

JJ COMERCIO LTDA - ME

CNPJ: 06.935.540/0001-43

Avenida: Joao Sacavem, nº 571 sala 811

Bairro: Cento

Cidade: Navegantes-SC

CEP: 88370-438

Obs: Segundo o retorno do AR, com o primeiro envio da NT 37/2014, a Empresa JJ mudou de endereço.

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Compete a Secretaria de Administração Municipal notificar a empresa supracitada por ter apresentado no pregão presencial 11/2014 FMAS, item 11 saco de lixo 100 litros, com apresentação de código de barras, com o CNPJ de um Fabricante, que por sua vez não reconheceu o produto como sendo seu, tudo de acordo com a informação prestada pela Comissão de Licitação, através da Decisão, publicada sobre a impugnação do Edital do Pregão nº 11/2014 FMAS, Decisão proferida no dia 11 de Agosto de 2014. Devendo para tanto a empresa manifestar resposta no prazo máximo de 5 (cinco) dias uteis, elucidando assim qualquer obscuridade quanto ao fato ocorrido, conforme prevê o princípio do contraditório e da Ampla defesa assegurado pela Constituição Federal em seu artigo 5º, inc. LV “audiatur et altera pars” que significa “ouça-se também a outra parte”, sob pena de culminação das penalidades previstas, no edital e legislação vigente.

Sem mais a requer pelo momento,

ANNA CLAUDIA GAYA COSTA

Encarregada do Processo Administrativo

Secretaria Municipal de Administração e Logística

NAVEGANTESPREV

ATA DE APURAÇÃO DAS ELEIÇÕES PARA CONSELHEIROS NO ÂMBITO DO NAVEGANTESPREV – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES.

ATA DE APURAÇÃO DAS ELEIÇÕES PARA CONSELHEIROS NO ÂMBITO DO NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES.

Às 08:00 (oito horas), do dia 15 (quinze) de dezembro de dois mil e quatorze, no auditório do NavegantesPREV, realizou-se o encerramento do terceiro e último dia do pleito eleitoral na sede do NavegantesPREV. Presentes os membros da Comissão de Eleição, nomeados pela Portaria nº 3021 de 21 de outubro de 2014: Sra. Nádia Braz Bins, Sra. Sonia Vieira da Costa e Sra. Janice Freygang, presentes a candidata Mariza Maria Amorim e o candidato José dos Passos Lemos. A Comissão na presença dos candidatos acima citados e na presença do servidor do NavegantesPrev, Mairon Atílio Arceno, deram início a abertura das urnas eleitorais, iniciando-se ordem cronológica de votação, com o corte dos respectivos lacres, apurando-se por urna. Foi utilizado o quadro para a apuração voto a voto. Foram apurados 696 (seiscentos e noventa e seis) votos, sendo que destes 11 (onze) votos foram nulos e 20 (vinte) brancos, para o Conselho Fiscal e 11 (onze) votos nulos e 08 (oito) brancos, para o Conselho Administrativo, totalizando 22 (vinte e dois) votos nulos e 28 (vinte e oito) votos brancos. Totalizaram 665 (seiscentos e sessenta e cinco) votos validos para o Conselho Fiscal e 677 (seiscentos e setenta e sete) votos validos para o Conselho Administrativo. Após foram apurados os candidatos por ordem de inscrição, iniciando-se pela Candidata ao Conselho Administrativo n.º 001 - LUCIA HELENA DE SOUZA, que somou 104 (cento e quatro) votos validos, em seguida; Candidata ao Conselho Fiscal n.º 002 - Gilça Onélia de Jesus, que somou 298 (duzentos e noventa e oito) votos validos; O Candidato ao Conselho Administrativo n.º 003 - José dos Passos Lemos (Zezinho), que somou 128 (cento e vinte e oito) votos validos; A candidata ao Conselho Administrativo n.º 004 - Ângela Maria Emilio, somou 41 (quarenta e um) votos validos; O Candidato ao Conselho Fiscal n.º 005 - Roberto Miguel Celezinski, somou 103 (cento e três) votos validos; A Candidata ao Conselho Administrativo n.º 006 - Simone Leffer da Silva, que somou 35 (trinta e cinco) votos validos; O Candidato ao Conselho Fiscal n.º 007 - Paulo Tarso de Toledo dos Santos, somou 41 (quarenta e um) votos validos; O candidato ao Conselho Administrativo n.º 008 - Rodrigo Lopes da Silva, somou 17 (dezessete) votos validos; A Candidata ao Conselho Administrativo n.º 009 - Mariza Maria Amorim, somou 139 (cento e trinta e nove) votos validos; A Candidata ao Conselho Administrativo n.º 010 - Darlene Couto, somou 28 (vinte e oito) votos validos; A Candidata ao Conselho Administrativo n.º 011 - Giovana Soares da Cunha, somou 50 (cinquenta) votos validos; O candidato ao Conselho Administrativo n.º 012 - Leonardo Silva Vianna, somou 76 (setenta e seis) votos validos; A candidata ao Conselho Fiscal n.º 013 - Mitie Aoki Lopes, somou 223 (duzentos e vinte e três) votos validos; A candidata ao Conselho Administrativo n.º 014 - Gianini Grazieli Francisco, somou 46 (quarenta e seis) votos validos; A candidata ao Conselho Administrativo n.º 015 - Vanessa Faim, somou 13 (treze) votos validos. Após a apuração, foi divulgada a classificação na seguinte ordem aos candidatos eleitos; Para Conselheiro Fiscal, foram eleitos GILÇA ONÉLIA DE JESUS e MITIE AOKI LOPES, ficando como primeiro suplente ROBERTO MIGUEL CELEZINSKI e segundo suplente PAULO TARSSO DE TOLEDO DOS SANTOS. Para Conselheiro Administrativo, foram eleitos, MARIZA MARIA AMORIM, JOSÉ DOS PASSOS LEMOS e LUCIA HELENA DE SOUZA, ficando como primeiro suplente LEONARDO SILVA VIANNA, segundo suplente GIOVANA SOARES DA CUNHA e terceiro suplente GIANINI GRAZIELI FRANCISCO. Em seguida a Presidente,

informou aos presentes sobre a divulgação do resultado e do prazo de recursos, não constando nenhuma manifestação no pleito. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a apuração e a presente ata, que será assinada pelos presentes.

Nádia Braz Bins Membro	Sonia Vieira da Costa membro
Janice Freygang Membro	

RELAÇÃO PRELIMINAR DOS CANDIDATOS ELEITOS A MEMBROS DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL DO NAVEGANTESPREV CONFORME EDITAL Nº 001/2014

RELAÇÃO PRELIMINAR DOS CANDIDATOS ELEITOS A MEMBROS DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL DO NAVEGANTESPREV CONFORME EDITAL Nº 001/2014

A Comissão Eleitoral, no uso das atribuições que lhe compete a Resolução nº 001/14, aprovada pelo Conselho de Administração do NAVEGANTESPREV, torna público a Relação Preliminar dos Candidatos Eleitos a membros dos Conselhos de Administração e Fiscal do NAVEGANTESPREV, conforme edital nº001/2014.

CONSELHO DE ADMIIISTRAÇÃO

Classificação na votação	Nome do Candidato
1º (139 votos)	Mariza Maria Amorim
2º (128 votos)	José dos Passos Lemos (Zezinho)
3º (104 votos)	Lucia Helena de Souza
1º Suplente (76 votos)	Leonardo Silva Vianna
2º Suplente (50 votos)	Giovana Soares da Cunha
3º Suplente (46 votos)	Gianini Grazieli Francisco

CONSELHO FISCAL

Classificação na votação	Nome do Candidato
1º (298 votos)	Gilça Onélia de Jesus
2º (223 votos)	Mitie Aoki Lopes
1º Suplente (103 votos)	Roberto Miguel Celezinski
2º Suplente (41 votos)	Paulo Tarso de Toledo dos Santos

Navegantes, 15 de dezembro de 2014.

Nádia Braz Bins

Presidente da Comissão Eleitoral

Portaria nº 3021 de 21 de outubro de 2014.

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 252/2014

DECRETO Nº 252, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza a Abertura de Crédito Suplementar, dentro do Orçamento Vigente do SAMAE e dá outras Providências.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso de atribuições que lhe confere o Art. 94, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, inciso I, da Lei Municipal nº 2507/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de 14.000,00 (Quatorze mil reais) para cobertura da dotação orçamentária, conforme identificação abaixo:

15 - Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto - SAMAE
01 - Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto - SAMAE

2.034- Administração do SAMAE

(1) 3.1.90.00.00.00.00.00.02.0036.000000 Aplicações Diretas
..... R\$ 12.000,00
(2) 3.1.91.00.00.00.00.00.02.0036.000000Aplicações Diretas-
Oper.Intra Orç R\$ 2.000,00

Art. 2º - Os recursos previstos no artigo anterior correrão por conta da anulação total, conforme identificação abaixo:

15 - Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto - SAMAE
01 - Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto - SAMAE

2.034 - Administração do SAMAE

(4). 4.4.90.00.00.00.00.00.02.0036.000000 Aplicações Diretas
..... R\$ 12.000,00
(13)3.3.90.00.00.00.00.00.06.0036.000000 Aplicações Diretas
..... R\$ 2.000,00

Nova Trento, 11 de Dezembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado nesta Prefeitura e publicado o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 150/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 150/2013

Origem: Processo Licitatório Nº 132/2013 - Pregão Presencial Nº 086/2013; Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: LTA BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 13.345.510/0001-42, com sede na Alameda Ministro Rocha Azevedo nº38, conjunto 201, Bairro Cerqueira César, na cidade de São Paulo/SP CEP-01410-000; Objeto do Contrato: Primeiro aditamento do Contrato firmado entre as partes em 10/12/2013 nos termos previstos em sua Cláusula Terceira do Contrato n.º 150/2013. Valor do Aditivo: R\$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil reais e quinhentos); Prazo de execução: 12 meses.

Nova Trento, 21 de novembro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito

Orleans**PREFEITURA****PREGÃO PRESENCIAL 23/2014**

SAMAE DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.23/2014

O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Orleans-SC, torna publico que encontra-se aberto o Pregão Presencial n.23/2014 cujo objeto é Aquisição de aquisição de Microorganismos, para elevação da eficiência da estação de tratamento de esgoto e redução de odores e microorganismos para redução de matéria orgânica, ambos serão utilizados na ETE de propriedade do SAMAE, localizada no Município de ORLEANS/SC. A entrega de documentação e propostas até 10hr00min do dia 08 de janeiro de 2015. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações do SAMAE na Rua Edgard Cunha, 322, Bairro Conde D'eu, Orleans, pelo Telefone (48) 34660233 e por e-mail: fatima@samaeorleans.sc.gov.br .

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
SAMAE ORLEANS

PREGÃO PRESENCIAL 24-2014 - SAMAE

SAMAE DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.24/2014

O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Orleans-SC, torna publico que encontra-se aberto o Pregão Presencial n.24/2014 cujo objeto é aquisição de produtos químicos para tratamento de água. A entrega de documentação e propostas até 14hr00min do dia 08 de janeiro de 2015. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações do SAMAE na Rua Edgard Cunha, 322, Bairro Conde D'eu, Orleans, pelo Telefone (48) 34660233, por e-mail: licitação@samaeorleans.sc.gov.br .

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
SAMAE ORLEANS

Ouro Verde**PREFEITURA****EXTRATO ADITIVO**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DE ADITIVO II DE PORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0096/2013
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: MAP SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE SIMPLES LTDA
Objeto: Contratação de Serviços Médicos especializados na área de Pediatria, a ser prestado junto à Unidade Básica de Saúde, 4 (quatro) horas semanais, visando o atendimento de crianças do Município de Ouro Verde - SC. Vigência de 02/01/2015 á 31/12/2015. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 12 de dezembro de 2014. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DE ADITIVO DE II DE PORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0020/2013
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE
CONTRATADO: LABORATIVA MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA
Objeto: Contratação de empresa especializada em medicina e Segurança no Trabalho, visando à elaboração dos programas de saúde do trabalho, exigidos pela legislação trabalhista vigente: PPRA - (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) conforme norma regulamentadora NR9 da secretaria de segurança e saúde do trabalho do ministério do trabalho; PCMSO - (Programa de controle médico de saúde ocupacional), conforme norma regulamentadora NR7 da secretaria de segurança e saúde do trabalho do ministério do trabalho; LTCAT (Laudo técnico das condições do ambiente de trabalho); PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário. Vigência de 02/01/2015 á 31/12/2015. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 12 de dezembro de 2014. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DE ADITIVO DE REAJUSTE E VIGÊNCIA AO CONTRATO Nº. 0106/2013
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE.
CONTRATADO: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA
Objeto: contratação de Empresa para fornecer Licença de Direito de Uso Temporária, não exclusiva de sistemas de gestão pública municipal, que deverá estar desenvolvida em ambiente Windows, sob a arquitetura cliente/servidor ou Web, com acesso simultâneo de usuário, utilizando banco de dados relacional e comunicação TCP/IP, incluindo serviços de instalação, transferência e conversão de dados, parametrização, adequação, treinamento, manutenção legal e corretiva e suporte técnico. Vigência de 02/01/2015 á 31/12/2015. Amparo legal P. L. nº 0056/2013, P.P. nº 0024/2013, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 15 de dezembro de 2014. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DE ADITIVO DE REAJUSTE E VIGÊNCIA AO CONTRATO Nº. 0108/2013
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

Objeto: contratação de Empresa para fornecer Licença de Direito de Uso Temporária, não exclusiva de sistemas de gestão pública municipal, que deverá estar desenvolvida em ambiente Windows, sob a arquitetura cliente/servidor ou Web, com acesso simultâneo de usuário, utilizando banco de dados relacional e comunicação TCP/IP, incluindo serviços de instalação, transferência e conversão de dados, parametrização, adequação, treinamento, manutenção legal e corretiva e suporte técnico. Vigência: 02/ 01/2015 á 31/12/2015. Amparo legal P. L. nº 0056/2013, P.P. nº 0024/2013, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 15 de dezembro de 2014. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE OURO VERDE****EXTRATO DE ADITIVO DE REAJUSTE E VIGÊNCIA AO CONTRATO Nº. 0109/2013**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/ FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADO: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

Objeto: contratação de Empresa para fornecer Licença de Direito de Uso Temporária, não exclusiva de sistemas de gestão pública municipal, que deverá estar desenvolvida em ambiente Windows, sob a arquitetura cliente/servidor ou Web, com acesso simultâneo de usuário, utilizando banco de dados relacional e comunicação TCP/IP, incluindo serviços de instalação, transferência e conversão de dados, parametrização, adequação, treinamento, manutenção legal e corretiva e suporte técnico. Vigência de 02/01/2015 á 31/12/2015. Amparo legal P. L. nº 0056/2013, P.P. nº 0024/2013, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 15 de dezembro de 2014. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE OURO VERDE****EXTRATO DE ADITIVO DE REAJUSTE E VIGÊNCIA AO CONTRATO Nº. 0110/2013**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/ FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

CONTRATADO: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

Objeto: contratação de Empresa para fornecer Licença de Direito de Uso Temporária, não exclusiva de sistemas de gestão pública municipal, que deverá estar desenvolvida em ambiente Windows, sob a arquitetura cliente/servidor ou Web, com acesso simultâneo de usuário, utilizando banco de dados relacional e comunicação TCP/IP, incluindo serviços de instalação, transferência e conversão de dados, parametrização, adequação, treinamento, manutenção legal e corretiva e suporte técnico. Vigência de 02/01/2015 á 31/12/2015. Amparo legal P. L. nº 0056/2013, P.P. nº 0024/2013, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 15 de dezembro de 2014. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE OURO VERDE****EXTRATO DE ADITIVO DE REAJUSTE E VIGÊNCIA AO CONTRATO Nº. 0111/2013**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/ FUNDO HABITACIONAL

CONTRATADO: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

Objeto: contratação de Empresa para fornecer Licença de Direito de Uso Temporária, não exclusiva de sistemas de gestão pública municipal, que deverá estar desenvolvida em ambiente Windows, sob a arquitetura cliente/servidor ou Web, com acesso simultâneo de usuário, utilizando banco de dados relacional e comunicação TCP/IP, incluindo serviços de instalação, transferência e conversão de dados, parametrização, adequação, treinamento, manutenção legal e corretiva e suporte técnico. Vigência de 02/01/2015 á 31/12/2015. Amparo legal P. L. nº 0056/2013, P.P. nº 0024/2013, Lei Federal nº 8.666/93 Ouro Verde, 15 de dezembro de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE OURO VERDE****EXTRATO DE ADITIVO I DE PORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0012/2014**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: CLINICA FÊMINA LTDA-ME

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços com profissional habilitado para realização de consultas e avaliação medica especializada na área de ginecologia e obstetrícia. Exames especializados como: Ultrassom Ginecológico e Obstétrico, Coleta de Material para Exames Preventivo de Colo de Útero, Avaliação de Exames das Mamas, Colposcopia, Exereze Pólipo Uterino, Biopsia Colo Uterino, Cauterização Ginecológica, Avaliação e Acompanhamento de Pré-natal em gestante, cirurgias ginecológicas e obstetras eletivas em Hospital de referencia 4 (quatro) horas semanais para atender pacientes deste município de Ouro Verde- SC.. Vigência de 02/01/2015 á 31/12/2015. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 15 de dezembro de 2014. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE OURO VERDE****EXTRATO DE ADITIVO IV DE PORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0002/2012**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA

Objeto: a) Coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos e compactáveis, com a utilização de veículo (s) equipado (s) com caçamba coletora/compactadora com disposição final de resíduos sólidos urbanos, através de operação e manutenção de aterro sanitário, em imóvel de responsabilidade da empresa contratada, possuidor de todas as licenças ambientais necessárias;
b) Coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos de serviços de saúde, com a utilização de veículo especial de acordo com as normas técnicas atinentes a tal serviço, com disposição final conforme licenças ambientais necessárias... Vigência de 02/01/2015 á 31/12/2015. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 15 de dezembro de 2014. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE OURO VERDE****EXTRATO DE ADITIVO IV DE PORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0003/2012**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA

Objeto: a) Coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos e compactáveis, com a utilização de veículo (s) equipado (s) com caçamba coletora/compactadora com disposição final de resíduos sólidos urbanos, através de operação e manutenção de aterro sanitário, em imóvel de responsabilidade da empresa contratada, possuidor de todas as licenças ambientais necessárias;
b) Coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos de serviços de saúde, com a utilização de veículo especial de acordo com as normas técnicas atinentes a tal serviço, com disposição final conforme licenças ambientais necessárias... Vigência de 02/01/2015 á 31/12/2015. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 15 de dezembro de 2014. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE OURO VERDE****EXTRATO DE ADITIVO II DE PORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0028/2013**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: CERTA DE SISTEMA INFORMATIZADOS LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada na área de informática para locação de sistemas para gestão pública da secretaria de saúde. Vigência de 02/01/2015 á 31/12/2015. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 15 de dezembro de 2014. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO II DE PORROGAÇÃO AO CONVÊNIO Nº. 002/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: Centro de Integração Empresa Escola de Santa Catarina - CIEE/SC.

Objeto: contratação das estagiárias, para melhor adequação dos termos contratuais. Vigência de 02/01/2015 á 31/12/2015. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 12 de dezembro de 2014. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 3306/2014.

PORTARIA Nº. 3306/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 0175 de 25 de fevereiro de 2010, que Relatou a servidora WILMA MARIA DOS SANTOS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao cargo que deveria ser Agente de Serviços Gerais, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

ATO Nº. 664/2014.

ATO Nº. 664/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR EDSON GHIZONI, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor Geral, Nível DAS I, Quadro de Pessoal da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 146, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 02/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

ATO Nº. 695/2014.

ATO Nº. 695/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO PERCI DE FREITAS, do cargo de Provimento em Comissão de Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça - FMP, Nível NC Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de

Palhoça - FMP da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 09/11/2014.

Palhoça, SC, em 11 de novembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 696/2014.

ATO Nº. 696/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR KARIONE FRANÇA DA SILVA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos - SESP da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.699, de 01 de setembro de 2014, com efeitos a contar de 14/10/2014.

Palhoça, SC, em 11 de novembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3307/2014

PORTARIA Nº. 3307/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL - para os servidores abaixo relacionados com fundamento no Artigo 292, 293 e 297 da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Cargo	Nível		A partir de:
			De:	Para	
800908-1	Andrea Pauletti Prezotto	ASG	1-9-1-F-ANF -B-A	1-9-1-F-ANF -B-B	30/01/2014
400146-1	Angelita S. do I. Bavaresco	Engenheira Sanitarista	ANSEAG-1A- D	ANSEAG-2A- E	25/08/2014
401034-2	Camila Mirian da Silva	Farmacêutica	1-118-ANS-2A- -A	1-118-ANS-2B- -B	09/04/2014

200014-1	Jerry de Macedo Knabben	Técnico Contabilidade	1 ANT-V-1-A	ANT-V-2-A	28/01/2014
800358-1	Maria Goreti da Silva	ASG	1-9-1-D-ANF -B-A	1-9-1-D-ANF -B-B	04/09/2014
801746-1	Monique Schutz M. Assis	Psicóloga	1-118-ANS-2A- -A	1-118-ANS-2B- -B	14/08/2014
500454-1	Nilsa F. de Sousa Juvêncio	ASO	1-9-1-C-ANF -B-A	1-9-1-C-ANF -B-B	01/09/2014

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3311/2014.

PORTARIA Nº. 3311/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de setembro de 2014.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
128442-2	Altair Althaides Leal	R\$ 800,00	R\$ 1.000,00
401460-1	Bruna da Silva	R\$ 400,00	R\$ 700,00
500387-2	Edésia da Silva dos Santos	R\$ 400,00	R\$ 700,00
300226-1	Jorge Luiz Wagner	R\$ 400,00	R\$ 700,00
500398-1	Marcelo Pereira	R\$ 400,00	R\$ 700,00
300061-1	Nazareno dos Santos	R\$ 400,00	R\$ 700,00
200022-1	Rita de Cássia da Silva Silveira de Souza	R\$ 400,00	R\$ 700,00
300505-3	Sherem Abreu	R\$ 800,00	R\$ 1.000,00
200304-1	Tamara Pinheiro Martins	R\$ 400,00	R\$ 700,00

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3313/2014.

PORTARIA Nº. 3313/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Período
Bruna Laurentino Naizer	25	30	19/08/2014 a 19/12/2014
Dilmar Evaristo Voges	20	40	23/09/2014 a 04/11/2014
Juliana Natalícia Batista	40	20	06/10/2014 a 19/12/2014
Katia Regina dos Passos Semann	40	20	06/10/2014 a 19/12/2014

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3316/2014.

PORTARIA Nº. 3316/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o art. 24, da Lei nº. 1683, de 08 de maio de 2003, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Ana Paula Pietro Nobre Montoro	16	20	06/10/2014 a 14/12/2014
Mariana Duarte Karasiak	16	20	06/10/2014 a 14/12/2014

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3319/2014.

PORTARIA Nº. 3319/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SUELYN JANSEN MARTINS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013 e Convênio de Cooperação Técnica nº. 043/2013, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 16/10/2014 a 31/12/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3332/2014.

PORTARIA Nº. 3332/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO GABRIELA SALGADO para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Geografia, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Laurita Wagner da Silveira da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 17/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3344/2014.

PORTARIA Nº. 3344/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para NEIVA DE FARIA VIEIRA DA SILVA, matrícula nº. 123169-4, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração

Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 20/04/1999 a 20/04/2004, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/11/2014 à 04/12/2014.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 650/2014.

ATO Nº. 650/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR SILVANA DAMO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, com efeitos a contar de 01/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 651/2014.

ATO Nº. 651/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO VITOR OLIVEIRA, do cargo de Provimento em Comissão de Gerente, Nível DAS-V Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 652/2014.

ATO Nº. 652/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR JOSE INALDO ASSIS DE ARAUJO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 02/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 654/2014.

ATO Nº. 654/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR MARCIO ANTONIO LOPES DE ARAUJO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 167, de 10 de julho de 2014, com efeitos a contar de 07/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 655/2014.

ATO Nº. 655/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR JOSE ADELINO DA SILVA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial II, Nível DAS III, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº.

167, de 10 de julho de 2014, com efeitos a contar de 26/09/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 656/2014.

ATO Nº. 656/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR MOACIR OTAVIO DA SILVA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial II, Nível DAS III, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 167, de 10 de julho de 2014, com efeitos a contar de 01/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 657/2014.

ATO Nº. 657/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR ADAILSON MIGUEL MALAGOTTI, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 167, de 10 de julho de 2014, com efeitos a contar de 01/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 658/2014.

ATO Nº. 658/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ADELINO IDALINO MARTINS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Planejamento e Infraestrutura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Lei nº 172, de 04 de setembro de 2014, com efeitos a contar de 01/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 659/2014.

ATO Nº. 659/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR WILLIAN DA SILVA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor, Nível DAS-VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 660/2014.

ATO Nº. 660/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A BRUNA LUIZA MEDEIROS LIVRAMENTO MACHADO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor, Nível DAS-VI, Quadro de Pessoal da Secretaria Regional do Sul da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 661/2014.

ATO Nº. 661/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO EDSON GHIZONI, do cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Planejamento e Infraestrutura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 661/2014.

ATO Nº. 661/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO EDSON GHIZONI, do cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Planejamento e Infraestrutura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 662/2014.

ATO Nº. 662/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ANA PAULA CORREA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor, Nível DAS-VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 663/2014.

ATO Nº. 663/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MARCOS CARDOSO CANTO, do cargo de Provimento em Comissão de Secretário da Receita, Nível NC, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 666/2014.

ATO Nº. 666/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR WINICIUS MARTINS SCHARF, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Pesca e Agricultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 13/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 667/2014.

ATO Nº. 667/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR SERGIO LUIZ THOLL, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente Nível DAS V, Quadro de Pessoal da

Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.699, de 01 de setembro de 2014, com efeitos a contar de 16/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretor Geral

ATO Nº. 668/2014.

ATO Nº. 668/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR PAULO CEZAR DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial II, Nível DAS III, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 167, de 10 de julho de 2014, com efeitos a contar de 10/09/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 669/2014.

ATO Nº. 669/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR GISELLI CRISTINA DIAS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico Jurídico Nível DAS III, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.699, de 01 de setembro de 2014, com efeitos a contar de 20/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 670/2014.

ATO Nº. 670/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR CAROLINA GUIMARÃES MACHADO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Pesca e Agricultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 02/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 671/2014.

ATO Nº. 671/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO VALTER ROSA DA CRUZ, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos - SESP da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 06/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 672/2014.

ATO Nº. 672/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MAYARA KAROLINE DA SILVA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça - FMP da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 20/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 673/2014.

ATO Nº. 673/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO TATIANA FERNANDA COSTA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, com efeitos a contar de 01/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 676/2014.

ATO Nº. 675/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR PAMELA CRISTINA DEUSCHER, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA INÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 677/2014.

ATO Nº. 677/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

DESIGNAR NILSON JOÃO ESPÍNDOLA, para responder pelo cargo de Provimento em Comissão de Secretário da Receita, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, a contar de 04/11/2014.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração em Exercício

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 679/2014.

ATO Nº. 679/2014.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO KATTI MADAGA AZEVEDO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor, Nível DAS-VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 03/11/2014.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2014.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração em Exercício

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 680/2014.

ATO Nº. 680/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

DESIGNAR CRISTINA SCHWINDEN, para responde pelo cargo de Provimento em Comissão de Secretária de Administração, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, pelo período de 03/11/2014 a 09/11/2014.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 681/2014.

ATO Nº. 681/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ANA PAULA CORREA, do cargo de Provimento em Comissão de Gerente, Nível DAS-V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 03/11/2014.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 682/2014.

ATO Nº. 682/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO CARLOS ANTONIO AMARAL, do cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos - SESP da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2014.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 682/2014.

ATO Nº. 682/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO CARLOS ANTONIO AMARAL, do cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos - SESP da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2014.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 683/2014.

ATO Nº. 683/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR ANA MARIA DA SILVEIRA, do cargo de Provimento em Comissão de Gerente, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 17/11/2014.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 684/2014.

ATO Nº. 684/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

DESIGNAR DANIEL BROERING HARGER, para responde pelo cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, a contar de 10/11/2014.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 685/2014.

ATO Nº. 685/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR MARIA APARECIDA FRANCISCO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor, Nível DAS-VI, Quadro de Pessoal da Secretaria Regional do Sul da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 17/11/2014.

Palhoça, SC, em 11 de novembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 686/2014.

ATO Nº. 686/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR LUCIANO ALEXANDRE, do cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 17/11/2014.

Palhoça, SC, em 11 de novembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 687/2014.

ATO Nº. 687/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR NOAILTON OTAVIO DA SILVA, do cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS-IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 17/11/2014.

Palhoça, SC, em 11 de novembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 688/2014.

ATO Nº. 688/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR JOÃO BATISTA DA SILVEIRA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial II, Nível DAS III, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos - SESP da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 17/11/2014.

Palhoça, SC, em 11 de novembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 697/2014.

ATO Nº. 697/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO EDSON GHIZONI, do cargo de Provimento em Comissão de Diretor Geral, Nível DAS I, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos - SESP da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 03/11/2014.

Palhoça, SC, em 11 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 698/2014.

ATO Nº. 698/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, Nível PRES, Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 10/11/2014.

Palhoça, SC, em 11 de novembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 699/2014.

ATO Nº. 699/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR DELFRIDA KNAUL DE ANDRADE, do cargo de Provisão em Comissão de Assessor, Nível DAS-VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/11/2014.

Palhoça, SC, em 11 de novembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

EDITAL PREGÃO 231-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 231/2014

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 12 de janeiro de 2015 às 14:00hs na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 231/2014, que tem por aquisição de gêneros alimentícios perecíveis, para as unidades escolares através da Secretaria de Educação. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 15 de dezembro de 2014. A PREGOEIRA.

PORTARIA Nº. 3300/2014.

PORTARIA Nº. 3300/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JESSICA KUHNEN, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013 e Convenio de Cooperação Técnica nº. 043/2013, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 01/10/2014 a 31/12/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3301/2014.

PORTARIA Nº. 3301/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MAYARA LISBOA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013 e Convenio de Cooperação Técnica nº. 043/2013, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 01/10/2014 a 31/12/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3302/2014.

PORTARIA Nº. 3302/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 3213 de 01 de outubro de 2013, que Prorrogou Contrato do servidor GUSTAVO BITENCOURT WERNER, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 02/10/2013 a 31/10/2014, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3303/2014.

PORTARIA Nº. 3303/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JOSIANI MARTINS, matrícula nº. 800503-2 titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 30/06/2005 a 30/06/2010, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 16/10/2014 à 16/11/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3304/2014.

PORTARIA Nº. 3304/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para GILCELI DA SILVA, matrícula nº. 800948-1 titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/03/2008 a 21/03/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 19/11/2014 à 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3305/2014.

PORTARIA Nº. 3305/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria 2492 de 14 de julho de 2014, que Retificou Averbação de Tempo de Serviços da servidora LUCIA SILVA DEBIASI, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3309/2014.

PORTARIA Nº. 3309/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora VALDIRENE APARECIDA MEURER, matrícula nº. 800237-1 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 28/07/2014, de acordo com às folhas 24.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3310/2014.

PORTARIA Nº. 3310/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Gratificação de Produtividade da servidora, conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Alterar Gratificação de Produtividade da servidora, conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de outubro de 2014.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	CARGO	DE
401897-6	Silvana da Rosa	Técnico em Enfermagem	20%
401853-3	Zenaide Terezinha de Lara	Técnico em Enfermagem	20%

ANEXO II

MATRICULA	NOME	CARGO	DE	PARA
401105-1	Daiane Malua Putti	Técnico em Enfermagem	20%	10%
401928-1	Fernando Schneider	Enfermeiro	30%	15%

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3312/2014.

PORTARIA Nº. 3312/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 2659 de 05 de agosto de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora RAFAELA MARIA FREITAS, como Professor Colaborador, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente à disciplina que devera ser Educação Especial e Diversidade e Inclusão, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3314/2014.

PORTARIA Nº. 3314/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ANGELA CRISTINA SANTOS, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 06/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3315/2014.

PORTARIA Nº. 3315/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para os servidores abaixo relacionados de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com

efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
401169-1	Andreia Augusta Mendes	Pós Graduação	15%	25/04/2014
401419-1	Alexandra Amin Lineburger	Mestrado	20%	23/07/2014

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3317/2014.

PORTARIA Nº. 3317/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para KATIA WILDNER ATHANAZIO, matrícula nº. 300106-2, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 12/01/2007 a 12/01/2012, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 03/11/2014 à 03/12/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3318/2014.

PORTARIA Nº. 3318/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para KARLA DE SOUZA, matrícula nº. 800372-1, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 23/08/2009 a 23/08/2014, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 16/10/2014 à 16/01/2015.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3320/2014.

PORTARIA Nº. 3320/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, para o servidor MAURICIO SCHMITT, de Encarregado da Secretaria de Assistência Social, Nível FG I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 01/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3321/2014.

PORTARIA Nº. 3321/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 2420 de 04 de julho de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora OFRASIA NIUZA MARQUES, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao cargo que deveria ser ASO, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3322/2014.

PORTARIA Nº. 3322/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) FRIDA MARIA ROSAR THIESEN, matrícula nº. 127868-1, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010, com efeitos a 11/09/2014:

Averbar tempo que trabalhou pelo INSS, totalizando 06 (seis) anos e 07 (sete) meses.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3323/2014.

PORTARIA Nº. 3323/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora MARIA ENI VALENTE DA SILVA, matrícula nº. 801005-2, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a contar de 10/09/2014, de acordo com às folhas 01,03 e 04.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3324/2014.

PORTARIA Nº. 3324/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora CLEUDE ELIZA DETOFOL MARCIO, matrícula nº. 401099-1, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 19/08/2014, de acordo com às folhas 01 e 03.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretária de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3325/2014.
PORTARIA Nº. 3325/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora JANAINA DAMIANI RICARDO ROGERIO, matrícula nº. 800703-1 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 08/08/2014, de acordo com às folhas 33.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3326/2014.
PORTARIA Nº. 3326/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ELIGIANIE LOPES SCKRICOSKI, matrícula nº. 800353-1, ocupante da categoria funcional de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 08/09/2014.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 03 (três) anos, 03 (três) meses e 10 (dez) dias.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3327/2014.
PORTARIA Nº. 3327/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO KAROLINE ESPINDOLA BASTOS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 014/2013, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Frei Damião da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 16/10/2014 a 16/10/2015.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3328/2014.
PORTARIA Nº. 3328/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2704 de 17 de setembro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado o servidor MARCELO HUGO RESENDE CAVALCANTI, titular do cargo de Médico Clínico Geral, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 18/09/2013 a 31/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3329/2014.
PORTARIA Nº. 3329/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 3198 de 01 de outubro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora MARIA CRISTINA PACHECO DA COSTA FORTUNA, como Médico Clínico Geral, do Quadro

de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 02/10/2013 a 31/10/2014, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3330/2014.

PORTARIA Nº. 3330/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 3211 de 01 de outubro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado a servidora PATRICIA MEDEIROS SALLES EIRAS, como Médico Clínico Geral, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 02/10/2013 a 31/10/2014, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3331/2014.

PORTARIA Nº. 3331/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, VANDERLEIA IDIAMES BATTISTI DA ROSA, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3333/2014.

PORTARIA Nº. 3333/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSANA CRISTINA DE SOUZA, matrícula nº. 124489-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 05/06/1999 a 05/06/2004, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 20/10/2014 à 20/12/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3334/2014.

PORTARIA Nº. 3334/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Período
Ana Claudia Campos de Oliveira	40	30	10/10/2014 a 19/12/2014
Marcos João Matos	10	25	16/10/2014 a 19/12/2014

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3335/2014.

PORTARIA Nº. 3335/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARIO CESAR ALVES, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 07/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3336/2014.

PORTARIA Nº. 3336/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3186 de 15 de setembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora MARINETE ROSA MARTINS GUIMARÃES, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 26/10/2014 a 01/11/2014, a servidora esta desempenhando suas funções junto ao CEI Criança Esperança.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3337/2014.

PORTARIA Nº. 3337/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTERIO de SANDRA SEBASTIÃO DE SOUZA MARTINS, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 06/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3338/2014.

PORTARIA Nº. 3338/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR VANDERLEIA IDIAMES BATTISTI DA ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Nível I, na EJA- Educação de Jovens e Adultos no (a) EB Mara Luiza Vieira Liberato, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/10/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3339/2014.

PORTARIA Nº. 3339/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR ROSILENE POSSATO KALESKI, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2014, sendo que a servidora não entrou em efetivo exercício no cargo.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3340/2014.

PORTARIA Nº. 3340/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDNALVA OLIVEIRA TINOCO, matrícula nº. 300016-1, titular do cargo de Agente Administrativo Auxiliar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/05/1995 a 01/05/2000, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 20/10/2014 à 20/11/2014.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3341/2014.

PORTARIA Nº. 3341/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AUTORIZAR os servidores abaixo relacionados, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

MATRICULA	SERVIDOR	CNH
743627455-1	Cristiane Hilleshein	743627455-1

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3342/2014.

PORTARIA Nº. 3342/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL para o servidor JAIR JOAQUIM PEREIRA, matrícula nº. 801818-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 190 e 191 da Lei 097, de 15 de dezembro de 2010, pelo período de 01 (um) ano, com efeitos a contar de 22/09/2014.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3343/2014.

PORTARIA Nº. 3343/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 3203 de 01 de outubro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado o servidor LUIZ OTAVIO NEVES BARBALHO FILHO, como Médico Clínico Geral, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 02/08/2014 a 31/10/2014, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3345/2014.

PORTARIA Nº. 3345/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados para juntos comprem a Conselho de Incentivo Fiscal e Social - CONCIFIS, de acordo com a Lei nº. 123 /2012.

Artigo 2º - O referido conselho será presidido pelo LUCIANO DALLA POZZA.

Membros do Poder Executivo

NOME	CARGO
Estefano Hugo Broering Junior	Fiscal de Tributos
Luciano Dalla Pozza	Procurador do Município
Nilson João Espindola	Secretário da Receita e Regularização Fundiária
Sherem Abreu	Executivo Fiscal

Entidades Indicadas

NOME	CARGO
Fábio Coelho	Vereador
Mariah Terezinha Nascimento Pereira	Representante do Ensino Superior
Raul Roberto Weiss	Representante do CDL
Valdir Tomazzi	Representante da ACIP

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3346/2014.

PORTARIA Nº. 3346/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 1804 de 02 de maio de 2014, que Alterar Carga Horária Definitiva a servidora CRISTIANA LOBATO FORTUNATO, como Professor do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao nome que deveria ser como acima descrito, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3347/2014.

PORTARIA Nº. 3347/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO DAIANE REGINA TAVARES GOMES, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2014.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretária de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3348/2014.

PORTARIA Nº. 3348/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de outubro de 2014.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
401934	Adriana do Nascimento	R\$ 229,00
401287	Clovis Nogueiro Domingues Junior	R\$ 229,00
374520-5	Débora Cristiane e Silva	R\$ 229,00
401016	Diego Wendbausen Passos	R\$ 229,00
402145	Elbio Lopes de Menezes	R\$ 229,00
375189	Ester Ângela Leal	R\$ 229,00
401928	Fernanda Schroeder	R\$ 229,00
374513-4	Guilherme Aguiar Lopes	R\$ 229,00
402051	Leidiane da Silva Duarte	R\$ 229,00
401244	Mariana de Souza Boianovsky	R\$ 229,00
401961	Mariana Mendes Schafhauser	R\$ 229,00
402042	Roberta Elenir da Silveira	R\$ 229,00
374508-8	Rodrigo Espindola Bento	R\$ 229,00
402224	Scheila Schilickmann	R\$ 229,00
402151	Wesley Ribeiro da Silva	R\$ 229,00

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3349/2014.

PORTARIA Nº. 3349/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, LUCIMARA MARIA DA ROSA TASIOR, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 20/10/2014.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3350/2014.

PORTARIA Nº. 3350/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO EVANDRO RODRIGUES FELIPP, titular do cargo de Artífice, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Planejamento e Infraestrutura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2014.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3351/2014.

PORTARIA Nº. 3351/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO DAIANE CRISTIANE MARCELINO SANTOS, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2014.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3352/2014.

PORTARIA Nº. 3352/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARA RUBIA PIERRI, matrícula nº. 801076-1, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 10/05/2004 a 10/05/2009, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 03/11/2014 à 03/12/2014.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3353/2014.

PORTARIA Nº. 3353/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Adriana Campos	Professor	45	26/09/14	I – E 66-1
Adriana Gomes Gonçalves	Professor	180	29/09/14	I –
Amanda Espindola Batista	Professor	15	13/10/14	I – P 92-5
Ana Paula Simiano de Oliveira	ASG	06	25/09/14	I – O 22
Ana Paula Simiano de Oliveira	ASG	15	01/10/14	I – O 22
Ana Paula Vidal	Gerente Geral	182	17/09/14	I –
Anelia Mariano dos Santos	ASG	60	06/10/14	I – M 54-1, II – M 51-0
Ângela Lenir da Silva Farias	Meren-deira	14	13/10/14	I – F 32-0

Ângela Maria da Silva Sell	Meren-deira	30	08/10/14	I – M 75-1
Arlete Apolinaria da Silva Padoin	ASG	60	06/10/14	I – F 53-2
Aureli Aurea de Quadros da Rocha	Assistente Administrativo	15	17/10/14	I – B 35-8, II – L 57
Caroline Andreia Caetano	ACS	03	08/10/14	I – S 90
Catarina Maria Nunes	ASG	30	03/09/14	I – M 76-0
Cintia Cristina Matos	ACS	08	08/10/14	I – S 60-2
Cintia Maria Machado Silveira	ASG	05	07/10/14	I – M 25-5, II – Z 76-3
Claudete Nilda Francisco	ASG	12	26/09/14	I – M 71-3
Cristiane da Silva de Souza	Gerente Geral	30	08/10/14	I – K 21, II – Z 54
Daiane Edina Geib	Assistente Social	15	08/10/14	I – O 70-0
Deise de Lima Souza	Assistente Administrativo	10	01/10/14	I – F 32
Elisabeth Rosane da Silva Teixeira	Técnico em Enfermagem	90	17/10/14	I – Z 76-3,
Fabiana de Souza	Psicóloga	20	08/10/14	I – F 43-0
Francielle Leite Serrapão	Assistente Administrativo	09	09/10/14	I – M 54-5
Glauce Vieira Marques da Silva	ACE	15	08/10/14	I – R 10
Irene Barreto da Silva	ACS	45	02/10/14	I –
Izaltina da Luz da Silva	ASG	30	10/10/14	I – F 32-2
Janaina Aparecida Silva	Meren-deira	15	07/10/14	I – I 10
Jane Terezinha de Lima	Assistente Administrativo	30	10/10/14	I – Z 76-3
Joice Menezes	ASO	08	10/10/14	I –
Jose Silveira da Silva Neto	Professor	21	07/08/14	I – F 10, II – F 32
Jose Silveira da Silva Neto	Professor	23	03/09/14	I – F 10, II – F 32
Jucelia dos Santos Schiessel	Enfermeiro	05	02/10/14	I – Z 76-3
Jucelia dos Santos Schiessel	Enfermeiro	15	07/10/14	I – Z 76-3
Juliano Rodrigo Brasil	ASG	02	29/09/14	I – M 54-4
Juliano Rodrigo Brasil	ASG	03	01/10/14	I – M 54-4
Karini Zuleide Pereira Abromovicz	ACS	04	07/10/14	I – S 93-4
Kátia Regina Linhares Araujo	ACS	45	06/10/14	I – A 12-5
Leila Marques Liotti	Professor	15	06/10/14	I – S 52-5
Lenir Hilt da Silva	Meren-deira	05	06/10/14	I – I M 65-0
Luciana Alice Francisco da Silva	Professora	16	09/10/14	I – M 54-5
Luciane Terezinha Sens	Enfermeiro	30	07/10/14	I – Z 76-3
Magda dos Santos Maria	Meren-deira	30	10/10/14	I – M 76-0
Magda Regina Vieira Nicoleite	ASG	05	06/10/14	I – S 90

Magda Regina Vieira Nicoleite	ASG	04	15/10/14	I – S 90
Marcelo Jose Quadros	Vigia	04	07/10/14	I –
Maria do Carmo Raupp da Rosa	Professor	30	06/10/14	I – F 33-9
Maria Eunice D. dos Santos	Técnico em Enfermagem	21	20/10/14	I – Z 54-0
Maria Gorete Machado	ASO	15	27/09/14	I – A 86, II – A 87
Maria Gorete Machado	ASO	15	13/09/14	I – A 86, II – A 87
Maria Terezinha da Silva Souza	ASG	05	07/10/14	I – Z 76-3
Mariane Cristiane Pfleger	Farmacêutico	15	06/10/14	I – Z 76-3
Marilu Ivete Savedra Barreto	ASG	15	18/09/14	I – M 25-5, II – M 79-6
Nicoli Machado da Silva	Orientador Educacional	60	07/10/14	I – F 32-1
Odete Maria Virgilio	ASG	90	07/10/14	I – M 54-5
Odilon Pedro de Farias	Fiscal de Obras	05	06/10/14	I –
Odilon Pedro de Farias	Fiscal de Obras	05	06/10/14	I –
Rafhael Paulo Cravo	Socorrista	120	06/10/14	I – M 23-5
Rodrigo Slaviero	Assistente Administrativo	15	07/10/14	I – H 81
Rosana Marlene da Silva	ASG	60	06/10/14	I – M 25-5, II – M 65-9
Rosemary Claro Peixoto	ASG	31	02/10/14	I – Z 76-3, II – S 90-0
Rosimeri Ana dos Santos da Silva	Professor	60	29/09/14	I – L 32
Sandra Cruz da Silva	ASG	90	22/09/14	I – K 93
Sandra Lucia Silveira de Souza	Professor	43	04/10/14	I – S 92
Sara Comelli Brock	Fiscal de Vigilância Sanitária	188	09/10/14	I – O 23-4, II – O 11-1,
Sonia Vigarini	Psicóloga	10	04/10/14	I – S 93-4
Sueli Schultz Machado	Professor	90	03/09/14	I –
Suzete Angélica da Silva	Meren-deira	30	06/10/14	I – Z 54-0
Tatiane Maria da Silva	ASG	15	09/09/14	I –
Terezinha Florino de Brito	Agente Administrativo Auxiliar	15	06/10/14	I – F 43-0, II – F 32
Valquíria dos Santos	ASG	05	01/10/14	I – Z 76-3, II – Z 76-3

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3354/2014.

PORTARIA Nº. 3354/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para HILDA MARIA DA SILVA LEMOS, matrícula nº. 100090-1 titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 05/12/2007 a 05/12/2012, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 02/11/2014 à 02/12/2014.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3355/2014.

PORTARIA Nº. 3355/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1232 de 19 de março de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora ORLANDA FERNANDES CIQUEIRA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 17/10/2014 a 19/12/2014, a servidora esta desempenhando suas funções junto ao CEI Padre Réus.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3356/2014.

PORTARIA Nº. 3356/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2382 de 04 de julho de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora JULIANA ADRIANA DE SOUZA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 23/11/2014 a 19/12/2014, a servidora esta desempenhando suas funções junto ao CEI Argemira Farias da Silveira.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3357/2014.

PORTARIA Nº. 3357/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA APARECIDA ROSA SILVA, matrícula nº. 190089-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 29/12/1995 a 29/12/2000, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 03/11/2014 à 03/12/2014.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3358/2014.

PORTARIA Nº. 3358/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANA GABRIELA DA SILVA SCHMITT, matrícula nº. 800450-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 14/02/2005 a 14/02/2010, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 15/11/2014 à 15/12/2014.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3359/2014.

PORTARIA Nº. 3359/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Período
Fabricia Maria Marques	40	20	01/08/2014 a 19/12/2014
Pricila Rosa dos Santos Rocha	40	20	06/10/2014 a 19/12/2014
Rogério Estivalente Tolentino	15	20	01/10/2014 a 19/12/2014
Simone Thome	20	10	16/10/2014 a 19/12/2014

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

TOMADA DE PREÇOS 230-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº230/2014

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Tomada de Preços nº230/2014, no dia 20 de janeiro de 2015, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. A TOMADA DE PREÇOS nº230/2014 tem como objeto a contratação de empresa especializada para reforma parcial do piso térreo da Secretaria de Assistência Social de Palhoça, sito à Avenida Barão do Rio Branco, nº235, Bairro Centro - Palhoça/SC, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: palhoca.atende.net.

Palhoça, 12 de dezembro de 2014. COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

CÂMARA MUNICIPAL**PROJETO DE LEI Nº 439/2014**

PROJETO DE LEI Nº 439/2014.

REVOGA LEI MUNICIPAL. Revoga a Lei Municipal nº 3.992, de 18 de março de 2014.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei Municipal nº 3.992, de 18 de março de 2014, que "Estabelece a documentação necessária para o ingresso de processo administrativo junto à FCAM para ligação de energia elétrica no sul do município de Palhoça, e disciplina outras normas".

Parágrafo único. A Lei ora revogada compõe o anexo I, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

PROJETO DE LEI Nº 444/2014

PROJETO DE LEI Nº 444/2014.

ALTERA A LEI Nº 4.055, DE 27 DE JUNHO DE 2014, QUE PROÍBE A UTILIZAÇÃO DE DESAGREGADORES NA EXTRAÇÃO DE AREIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

"Art. 1º A extração mineral de areia no leito dos rios no âmbito do território do Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina, somente será permitida quando realizada no terço central de rios e canais de modo a preservar as suas margens de possíveis desbarrancamentos (instabilidade de taludes).

§1º Poderá ser realizada a extração de areia apenas da foz do rio até a extensão de 4.000 (quatro mil) metros, restringindo-se a extração de areia ao montante dessa metragem devido a ocorrência de meandros, áreas essas extremamente suscetíveis a desbarrancamentos.

§2º Os estabelecimentos deverão ser notificados da proibição para o fiel cumprimento da presente Lei".

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

PROJETO DE LEI Nº. 361/2014

PROJETO DE LEI Nº. 361/2014.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, PARA O EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Em cumprimento ao disposto no parágrafo 2º, do artigo 165, da Constituição Federal, e da Lei Orgânica do Município, esta Lei Fixa as Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2015, nela compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública municipal, extraídas do Plano Plurianual;
- II - a estrutura dos orçamentos fiscais;
- III - as diretrizes para a elaboração, alteração e execução dos orçamentos fiscais do município;
- IV - as disposições sobre a dívida pública municipal;
- V - as disposições sobre as despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre as alterações na legislação tributária municipal;
- VII - as disposições gerais.

I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2014, são aquelas definidas nos Anexos desta Lei, as quais foram extraídas do Plano Plurianual, para o período de 2014 a 2017, aprovado pela Lei nº. xxxxxx de xxx de xxxx de 2013 e alterações posteriores, outras prioridades apresentadas pelas reivindicações da sociedade e confirmadas pelos órgãos da Prefeitura.

§ 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária para o Exercício de 2015, serão destinados preferencialmente, para as prioridades e metas definidas nos Anexos desta Lei, não se constituindo no entanto, em limites à programação das despesas.

§ 2º O anexo de prioridades e metas conterà, no que couber, o disposto no parágrafo 2º, do artigo 4º, da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/00.

§ 3º Na elaboração e durante a execução do Orçamento do Exercício de 2015 o Poder Executivo Municipal, poderá alterar as metas definidas nesta Lei, aumentando e/ou diminuindo, incluindo e/ou excluindo suas ações e seus quantitativos a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades da sociedade.

Art. 3º A Proposta Orçamentária do Município de Palhoça, relativa ao exercício de 2015, deverá ser elaborada de conformidade com os diversos princípios, além dos contábeis geralmente aceitos, o de igualdade, justiça social e o da transparência social:

I - o princípio de justiça social, implica em assegurar que os programas dispostos na Proposta Orçamentária, contribuam para a redução das desigualdades sociais entre os indivíduos e suas regiões, bem como no combate a qualquer tipo de exclusão social, principalmente aos municípios mais necessitados.

II - o princípio da transparência social, requer a observância da utilização dos diversos meios de comunicações disponíveis, a fim

de garantir o livre acesso e participação dos cidadãos às informações relativas ao orçamento, inclusive na discussão em audiências públicas.

II - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º A Proposta Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, abrangerá os Poderes, Legislativo e Executivo, Fundos, Fundações, Autarquias e será elaborada levando-se em conta a estrutura organizacional do Município, atual e suas possíveis alterações.

Art. 5º A Proposta Orçamentária para o exercício de 2015, evidenciará as Receitas por rubricas e as respectivas Despesas, por modalidade de aplicação, por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operação especial de cada unidade gestora na forma dos anexos parte integrante desta Lei.

- I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;
- Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;
- II - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas, Funções e Sub-Funções de Governo;
- III - Programa de Trabalho de Governo; (Consolidação)
- IV - Demonstrativo da Despesa por Funções e Sub-funções, conforme o vínculo dos Recursos;
- V - Demonstrativo da Despesa Por Órgãos e Funções;
- IV - Demonstrativo da Evolução da Receita; Demonstrativo da Evolução da Despesa;
- VI - Discriminação das Receitas;
- VII - Discriminação das Despesas;
- VIII - Proposta da Receita;
- IX - Proposta da Despesa;
- X - Relatório dos Projetos/ Atividades
- XI - Demonstrativo da Despesa por Órgão Conforme Vínculo e Recursos
- XII - Demonstrativo da Despesa por Órgão Unidade e Categorias Econômicas
- XIII - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional-programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;
- XIV - Demonstrativo da Evolução da Receita, por fontes, conforme disposto no artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/00.

Parágrafo único. As Propostas dos Orçamentos, da Prefeitura, dos Fundos, das Fundações, das Autarquias, integrantes do Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no "caput" deste artigo.

Art. 6º Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
- IV - Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;
- V - Unidade Orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

Parágrafo único. Cada programa, identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, detalhando-os em modalidades de aplicação direta, com seus respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação governamental.

Art. 7º A mensagem que encaminhará o Projeto de Lei do Orçamento conterá:

I - o Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos exercícios de 2012 e 2013, Fixada para 2014 e Projetada para 2015, 2016 e 2017

II - o Quadro Demonstrativo das Estimativas de Renúncia de Receita para o exercício de 2014;

III - o Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa por Função de Governo nos exercícios de 2012 e 2013, Fixada para 2014 e Projetada para 2015; 2016 e 2017

IV - o Quadro Demonstrativo da Despesa e sua evolução nos exercícios de 2012 e 2013, Fixada para 2014 e Projetada para o exercício de 2015;

V - o Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas no exercício

IV - o Quadro Demonstrativo dos Recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

V - o Quadro Demonstrativo dos Recursos destinados à Saúde

VI - o Quadro Demonstrativo da Composição do Ativo e do Passivo

VII - o Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada por Contrato, com identificação 2012, 2013 e 2014, e projeção 2015.

VIII - o Demonstrativo das Medidas de Compensação de Renúncia de Receita e/ou Aumento de Despesas não Obrigatórias de Caráter Continuado.

IX - Quadro Demonstrativo das Despesas Previstas na Lei de Diretrizes Orçamentária

Art. 8º Além da observância das prioridades dispostas nesta Lei, definidas como metas de despesas e receitas constantes dos anexos parte integrante desta Lei, a Proposta Orçamentária para o exercício de 2015, poderá contemplar novos programas, ações projetos, atividades e operações especiais referentes a despesas obrigatórias de duração continuada, se :

I - tiverem sido adequadamente atendidos todos os projetos, atividades e operações especiais que estejam em andamento;

II - tiverem sido contempladas as despesas de conservação do patrimônio da administração pública municipal;

III - tiverem sido adequadamente apropriadas suas fontes de recursos.

Parágrafo único. As prioridades citadas no "caput" deste artigo e as definidas no Anexo I desta Lei, poderão ser alteradas em função de mudanças e prioridades da Administração Pública Municipal.

III - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO, ALTERAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 9º Os estudos para definição da Previsão da Receita para o exercício de 2015, deverão observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico e vegetativo, sua evolução nos últimos três exercícios.

Art. 10 Se a receita estimada para o exercício de 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la ou solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento.

Art. 11 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento

da receita poderá afetar as metas estabelecidas, os Poderes, Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário, para dentre outras, as seguintes despesas abaixo:

I - redução das contratações temporárias

II - Redução dos cargos comissionados

III - racionalização dos gastos com diárias, viagens e equipamentos; horas extras

IV - redução dos gastos com obras e manutenção das entidades da Administração Direta e Indireta

V - contingenciamento das dotações apropriadas para outras despesas de custeio e de capital

Art. 12 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes dos Anexos desta Lei.

Parágrafo único. Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do provável superávit financeiro do exercício anterior a 2015, orçamento corrente, ou de créditos adicionais, abertos por excesso de arrecadação, exceto os itens de recursos vinculados ou de convênios.

Art. 13 O Orçamento para o exercício de 2015, contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida Prevista, destinados a atender os passivos contingentes, os riscos e eventos fiscais previstos nos Anexos desta Lei, dentre outros imprevistos e imprevisíveis, além da necessidade da obtenção de resultado primário positivo, se for o caso.

§ 1º Para efeito desta Lei, entendem-se como eventos e riscos fiscais imprevistos e imprevisíveis, entre outros, os processos e ações de servidores municipais em trâmite, as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura da Administração Municipal, não orçadas ou orçadas a menor, as decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais às necessidades do poder público, inclusive as intempéries.

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência, destinados aos riscos fiscais, caso não se concretizem até o dia 15 de dezembro de 2015, poderão ser utilizados, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações com insuficiência de saldo.

Art. 14 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual,

Parágrafo único. Para os investimentos que ultrapassarem o prazo citado no caput, deverá ser encaminhado Projeto de Lei a Câmara Municipal de Vereadores para adequação do PPA e da LDO.

Art. 15 O Executivo Municipal deverá elaborar até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, inclusive do Poder Legislativo, a Programação Financeira das Receitas e Despesas, o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para as Unidades Gestoras, observando, em relação às despesas constantes deste cronograma, a necessidade de limitação de empenhos e movimentação financeira, para obtenção das metas de resultado e o equilíbrio das contas.

Parágrafo único. Se na programação das despesas, estas, ultrapassarem os limites da arrecadação de receitas, o Executivo, e o Legislativo farão a limitação de empenhos e a movimentação financeira, na proporção necessária, para cada Entidade que

compõe o Orçamento Municipal, respeitando as exclusões dispostas na Lei Complementar nº. 101, de 04/05/00.

Art. 16 Os projetos, atividades e operações especiais com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros recursos vinculados, somente serão executados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa do respectivo órgão.

Art. 17 As renúncias de receitas, estimadas para o exercício financeiro de 2015, são as constantes dos Anexos desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo na previsão da receita.

Art. 18 Para efeito do disposto no parágrafo 3º, do artigo 16, da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/00, serão consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro no exercício não exceda o valor para dispensa de licitação fixado no item I, do artigo 24, da Lei nº. 8.666/93 ou suas alterações, devidamente atualizadas.

Art. 19 Nenhum projeto novo poderá ser incluído e/ou iniciado, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapas de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 20 Despesas de competência de outros Entes da Federação, serão assumidas pela Administração Municipal, quando previstas em lei e/ou firmadas por convênios, acordos ou ajustes e previstas na Lei Orçamentária.

Art. 21 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o exercício de 2014, a preços correntes, acrescidas do índice inflacionário previsto e da expectativa de crescimento vegetativo.

Art. 22 A Lei Orçamentária para o exercício de 2015, contemplará autorizações do Legislativo ao Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais, especiais e suplementares.

Art. 23 Os recursos de convênios ou vinculados não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais especiais, suplementares ou especiais, por ato do Chefe do Executivo Municipal.

Art. 24 Para apuração do excesso de arrecadação, consideram-se apenas os recursos próprios oriundos de itens de receitas próprias, separando-se portanto os de natureza vinculada ou decorrentes de convênios identificado por fonte de recursos vinculados.

Parágrafo único. Para efeito deste artigo consideram-se recursos próprios, os provenientes das receitas tributárias, taxas, as contribuições, as patrimoniais, as transferências constitucionais, as oriundas de outras receitas correntes e as receitas dos recursos diretamente arrecadados.

Art. 25 Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos programas/projetos, atividades ações e operações especiais no Orçamento Fiscal e na LDO e no Plano Plurianual, na forma de créditos adicionais especiais, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes dos Anexos desta Lei e alterações posteriores.

§ 1º A Lei Orçamentária para o exercício de 2015, conterà autorização para o Executivo Municipal remanejar programa, projeto, atividade ações e operação especial, dotações das suas entidades e respectivas modalidades de despesas com aplicação direta.

§ 2º A Lei Orçamentária para o exercício de 2015, conterà

autorização para que o Executivo Municipal crie novas modalidades de despesas quanto a sua natureza, fontes de recursos e seus respectivos valores), afim de ajustar às necessidades dos /programa/projeto/atividade da Administração Municipal direta e indireta.

§ 3º Os saldos das dotações provenientes de créditos adicionais especiais, abertos nos quatro últimos meses do exercício de 2014, poderão ser reabertos por Decreto do Executivo Municipal, para o próximo exercício.

Art. 26 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades, referente a subvenções sociais dependerá de Lei anual específica e beneficiará somente aquelas de caráter assistencial, educacional, cultural, esporte amador, saúde e de cooperação técnica.

Art. 27 Para habilitar-se ao recebimento de recursos públicos, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar, dentre outros documentos, declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2015, por autoridades locais, e comprovante de regularidade de sua diretoria e negativas de situação trabalhistas.

Art. 28 As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 29 A celebração de convênios para a concessão de subvenção social e auxílio, para despesa de capital, é restrita a entidades sem fins lucrativos, que desenvolvam atividades nas áreas social e educacional, esportiva, cultural, ressaltando-se os convênios e contratos firmados com cooperativas ou associações comunitárias ou de produção, para repasse de recurso Federal, Estadual ou Municipal, observadas as exigências da legislação em vigor, e condicionada:

I - ao reconhecimento como de utilidade pública, através de Lei Municipal;

II - a comprovação das prestações de contas referentes aos recursos de que trata este artigo, recebidos anteriormente;

III - a aprovação pelo Tribunal de Contas do Estado da prestação de contas dos recursos de que trata este artigo, recebidos em 2014;

IV - ao atendimento ao disposto nos artigos 61 e 204, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 204 da Constituição Federal.

IV - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 30 Obedecidos os limites estabelecidos nas legislações vigentes, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2015, destinadas a financiar despesas previstas no Orçamento.

Art. 31 As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por lei específica.

Art. 32 A verificação dos limites da dívida pública poderá ser feita ao final de cada semestre.

Parágrafo único. O montante da dívida pública no exercício de 2015, não excederá os limites estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais que integra esta Lei.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 33 O Executivo Municipal e o Poder Legislativo, mediante Lei autorizativa específica, poderão criar secretarias, fundos fundações e autarquias, cargos e funções, alterar a estrutura de

carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/00.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou acrescidos por créditos adicionais.

Art. 34 A despesa total com pessoal dos Poderes, Executivo e Legislativo, para o exercício de 2015, não excederá os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 35 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores.

Art. 36 Os contratos de terceirização de serviços realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão apropriados como "outras despesas com pessoal, decorrentes de contratos de terceirização".

Parágrafo único. Para efeito no disposto deste artigo, entende-se como terceirização de serviços a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades e funções, constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal e que não envolvam a utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 37 O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal em pelo menos até 5% (cinco por cento) das Receitas Correntes Líquidas do exercício:

- I - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- II - eliminação das despesas com pessoal temporário (ACTS)
- III - eliminação de despesas com horas extras;
- IV - demissão de servidores não estáveis;
- V - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- VI - demissão de servidores estáveis.

Art. 38 A verificação dos limites das despesas com pessoal poderá ser feita na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04/05/00.

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39 O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita.

Art. 40 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14, parágrafo 3º da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/00.

§ 1º Nenhum outro benefício fiscal será concedido aos contribuintes em atraso com suas obrigações tributárias.

§ 2º Os beneficiados com o cancelamento dos créditos tributários constaram de um demonstrativo junto aos balancetes e balanço

por ordem nominativa e quantitativa.

Art. 41 Os benefícios fiscais dependentes de concessão por parte do Poder Executivo, que não forem devidamente quantificados na Proposta Orçamentária poderão ser concedidos no exercício de 2013.

Art. 42 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43 A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não aprovar a Proposta Orçamentária, para o exercício de 2015.

§ 1º Se o Projeto de Lei do Orçamento Anual não for devolvido ao Executivo até 31 de dezembro do ano corrente de 2014, fica o Executivo Municipal autorizado a executá-lo na forma original, até a devida sanção da respectiva Lei.

§ 2º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais especiais e suplementares, através de Decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício de 2014, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos e eventos fiscais previstos no anexo desta Lei.

Art. 44 A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar os custos de cada ação governamental.

Art. 45 São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e financeira.

Art. 46 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios, contratos, acordos e ajustes com os Governos, Federal e Estadual, através de seus Órgãos da Administração Direta ou Indireta e a iniciativa privada, para cessão de servidores, realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 47 Os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores ou empregados da Administração Municipal, publicando-se no Diário Oficial, além do extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação, na qual constará, necessariamente, quantitativo médio de consultores, custo total dos serviços, especificação dos serviços e prazo de conclusão.

Art. 48 As despesas oriundas de Processos Licitatórios e/ou Contratos, só poderão ser reconhecidas se as dotações consignadas para este fim, estiverem devidamente bloqueadas no Sistema Orçamentário.

Art. 49 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº24/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº24/2014 - Pregão Presencial 11/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALEXANDRA DOS PASSOS. OBJETO: Aquisição de materiais de expediente, escritório, artesanatos, didático, pedagógico e educativo de consumo e permanente. A aquisição dos materiais será utilizada para reposição dos estoques do Almoarifado Central de Saúde, para utilização nos trabalhos de artesanatos feitos pelos pacientes do CAPS II, nas campanhas feitas pelo CEAP e pela Saúde da Mulher, utilização no NEPS (Núcleo de Educação Permanente em Saúde) e no NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família) e para suprir as necessidades dos demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 06/03/2014 à 05/03/2015.

Item	Quant.	Unid.	Produto	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
18	50	pct	Argila branca para modelagem, pacote com 1 kg	CATARI-NENSE	R\$0,85	R\$42,50
66	120	unid.	CD-RW regravável, capacidade 700MB/80min.	ELGIN	R\$1,70	R\$204,00
102	20	pcte	E.V.A brilho, medindo aprox. 600x400x2mm, sortidos. Pacote com 10 unidades.	LEO&LEO	R\$12,39	R\$247,80
104	20	pcte	E.V.A. estampado, medindo aprox. 600x400x2mm, sortidos. Pacote com 5 unidades.	LEO&LEO	R\$10,78	R\$215,60
105	60	pcte	E.V.A. medindo aprox. 600x400x2mm, sortidos. Pacote com 10 unid.	LEO&LEO	R\$8,26	R\$495,60
114	40	unid.	Estilete pequeno corpo em PVC.	BRW	R\$0,26	R\$14,40
137	50	unid.	Grampeador para grampos 26/6, estrutura totalmente em aço com revestimento plástico, medindo aprox. 19,5x4,5cm, capacidade para 30 folhas.	JOCAR BOSS	R\$12,10	R\$605,00
138	20	caixa	Grampo para grampeador 23/13, cx 1000 unid.	JOCAR	R\$1,95	R\$39,00
162	100	unid	Massa de biscoito ou porcelana fria 400g branca	LICYN	R\$8,96	R\$896,00

173	2500	resma	Papel A4, formato 210x297mm, gramatura 75g/m², resma de 500 folhas.	COPY LASER	R\$9,79	R\$24.475,00
174	10	pcte	Papel cartão fosco amarelo 240g, medindo 50x70cm, pacote 10 unidades.	REIPEL	R\$4,79	R\$47,90
175	10	pcte	Papel cartão fosco azul claro 240g, medindo 50x70cm, pacote 10 unidades.	REIPEL	R\$4,79	R\$47,90
176	10	pcte	Papel cartão fosco branco 240g, medindo 50x70cm, pacote 10 unidades.	REIPEL	R\$4,79	R\$47,90
177	10	pcte	Papel cartão fosco cinza 240g, medindo 50x70cm, pacote 10 unidades.	REIPEL	R\$4,79	R\$47,90
178	10	pcte	Papel cartão fosco lilás 240g, medindo 50x70cm, pacote 10 unidades.	REIPEL	R\$4,79	R\$47,90
179	10	pcte	Papel cartão fosco marrom 240g, medindo 50x70cm, pacote 10 unidades.	REIPEL	R\$4,79	R\$47,90
180	10	pcte	Papel cartão fosco preto 240g, medindo 50x70cm, pacote 10 unidades.	REIPEL	R\$4,79	R\$47,90
181	10	pcte	Papel cartão fosco roxo 240g, medindo 50x70cm, pacote 10 unidades.	REIPEL	R\$4,79	R\$47,90
182	10	pcte	Papel cartão fosco verde 240g, medindo 50x70cm, pacote 10 unidades.	REIPEL	R\$4,79	R\$47,90
183	10	pcte	Papel cartão fosco vermelho 240g, medindo 50x70cm, pacote 10 unidades.	REIPEL	R\$4,79	R\$47,90
188	200	unid.	Pasta plástica em L, transparente, texturização, medindo aproximadamente 230x330mm.	JOCAR	R\$0,33	R\$66,00
190	5	cx	Percevejo latonado, caixa com 100 unidades.	JOCAR	R\$0,90	R\$4,50

192	55	unid.	Perfurador de papel para no mínimo 20 folhas de 75g/m², diâmetro do furo de 6mm, trava de segurança, estrutura interna em metal, distância entre os furos 80mm, dimensões aprox. 5,3x12,1x12,1 cm.	JOCAR	R\$7,46	R\$410,30
242	30	unid.	Quadro magnético medindo 60x40cm, cor branco, com moldura de alumínio.	BELA ART	R\$37,80	R\$1.134,00
244	50	pacote	Refil Cola Quente grossa 1 kg	JOCAR	R\$14,70	R\$735,00
259	30	unid.	Tesoura em aço inox, com aproximadamente 18 cm, com 07 polegadas, com cabo em PVC.	JOCAR	R\$1,95	R\$58,50
						R\$30.122,20

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº25/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº25/2014 - Pregão Presencial 11/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI. OBJETO: Aquisição de materiais de expediente, escritório, artesanatos, didático, pedagógico e educativo de consumo e permanente. A aquisição dos materiais será utilizada para reposição dos estoques do Almoarifado Central de Saúde, para utilização nos trabalhos de artesanatos feitos pelos pacientes do CAPS II, nas campanhas feitas pelo CEAP e pela Saúde da Mulher, utilização no NEPS (Núcleo de Educação Permanente em Saúde) e no NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família) e para suprir as necessidades dos demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 06/03/2014 à 05/03/2015.

Item	Quant.	Unid.	Produto	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
1	10	frasco	Acqua Betume, solúvel em água. Para trabalhos de envelhecimento sobre madeira, gesso, cerâmica, couro e metais, frasco com 100ml.	ACRI-LEX	R\$3,24	R\$32,40
15	20	cx	Alfinete colorido tipo redondo, caixa com 100 unidades	JOCAR	R\$2,59	R\$51,80
59	1	pcte	Cartolina 150g, medindo aprox. 50x66 cm, cor azul, pacote com 100 unidades.	ALL-CART	R\$22,30	R\$22,30

60	1	pcte	Cartolina 150g, medindo aprox. 50x66 cm, cor branca, pacote com 100 unidades.	ALL-CART	R\$22,30	R\$22,30
61	1	pcte	Cartolina 150g, medindo aprox. 50x66 cm, cor canário, pacote com 100 unidades.	ALL-CART	R\$22,30	R\$22,30
62	1	pcte	Cartolina 150g, medindo aprox. 50x66 cm, cor ouro, pacote com 100 unidades.	ALL-CART	R\$22,30	R\$22,30
63	1	pcte	Cartolina 150g, medindo aprox. 50x66 cm, cor rosa, pacote com 100 unidades.	ALL-CART	R\$22,30	R\$22,30
64	1	pcte	Cartolina 150g, medindo aprox. 50x66 cm, cor verde, pacote com 100 unidades.	ALL-CART	R\$22,30	R\$22,30
68	300	unid.	Cola bastão, blister c/ 10 gr.	LEO-NORA	R\$0,35	R\$105,00
84	20	unid	Cola para isopor EVA 90g	ART MAXI	R\$1,60	R\$32,00
103	20	pcte	E.V.A. brilho mix 2, medindo aprox. 600x400x2mm, sortidos, pacote 5 unidades.	LEO LEO	R\$14,25	R\$285,00
136	90	caixa	Giz de cera, tipo estaca, caixa com 6 cores (azul, verde, vermelho, marrom, amarelo e preto)	LEO-NORA	R\$1,00	R\$50,00
152	10	cx	Lápis técnico preto 6b cx com 12 unid.	ECOLE	R\$7,56	R\$75,60
163	12	unid	Massa para modelar; à base de água, carboidratos de cereais, cloreto de sódio, cloreto de cálcio, hidrocarbonetos alifáticos, atóxica, super macia, pode de 500gr, cores vivas e brilhante (amarelo, azul, rosa, verde, vermelho).	ACRI-LEX	R\$6,33	R\$75,96
203	20	unid	Pincel nº 22, cerdas brancas Importadas para tecido e artesanato, formato chato.	CAS-TELO	R\$3,00	R\$60,00
223	20	unid	Pincel nº 10, pelo de orelha de boi, para tela, óleo, acrílica, formato chato.	CAS-TELO	R\$3,48	R\$69,60
224	20	unid	Pincel nº 12, pelo de orelha de boi, para tela, óleo, acrílica, formato chato.	CAS-TELO	R\$4,20	R\$84,00

226	20	unid	Pincel nº 14, pelo sintético para madeira, cerâmica, metal, papel, E.V.A. e plástico, uso em tintas a base d' água, formato duplo língua de gato.	CAS-TELO	R\$10,71	R\$214,20
227	20	unid	Pincel nº 16, pelo de orelha de boi, para tela, óleo, acrílica, formato chato.	CAS-TELO	R\$6,00	R\$120,00
228	20	unid	Pincel nº 18, pelo de orelha de boi, para tela, óleo, acrílica, formato chato.	CAS-TELO	R\$7,29	R\$145,80
229	20	unid	Pincel nº 22, pelo de orelha de boi, para tela, óleo, acrílica, formato chato.	CAS-TELO	R\$11,70	R\$234,00
238	350	unid.	Porta-folhas de parede em acrílico cristal tamanho A4, medindo aprox. 220x300x30mm	ACRI-MET	R\$17,94	R\$6.279,00
						R\$8.048,16

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº26/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº26/2014 - Pregão Presencial 11/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ELFORT IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de expediente, escritório, artesanatos, didático, pedagógico e educativo de consumo e permanente. A aquisição dos materiais será utilizada para reposição dos estoques do Almoxarifado Central de Saúde, para utilização nos trabalhos de artesanatos feitos pelos pacientes do CAPS II, nas campanhas feitas pelo CEAP e pela Saúde da Mulher, utilização no NEPS (Núcleo de Educação Permanente em Saúde) e no NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família) e para suprir as necessidades dos demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 06/03/2014 à 05/03/2015.

Item	Quant.	Unid.	Produto	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
34	21	pç	Banner "os 10 passos para a alimentação saudável para adultos", "os 10 passos para a alimentação saudável para crianças", "Pirâmide alimentar brasileira", "Pirâmide alimentar infantil", "Pirâmide alimentar do índice glicêmico", "Pirâmide alimentar do peso saudável", "Importância da amamentação". Feito em microfibras politizadas, resistente e impermeável e com suporte para ser pendurado e colorido. Dimensões 90cm x 90cm.	NEON BRASIL	R\$110,00	R\$2.310,00
						R\$2.310,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº27/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº27/2014 - Pregão Presencial 11/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HP & E COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de expediente, escritório, artesanatos, didático, pedagógico e educativo de consumo e permanente. A aquisição dos materiais será utilizada para reposição dos estoques do Almoarifado Central de Saúde, para utilização nos trabalhos de artesanatos feitos pelos pacientes do CAPS II, nas campanhas feitas pelo CEAP e pela Saúde da Mulher, utilização no NEPS (Núcleo de Educação Permanente em Saúde) e no NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família) e para suprir as necessidades dos demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 06/03/2014 à 05/03/2015.

Item	Quant.	Unid.	Produto	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
13	3	unid	Álbum fotográfico de porções alimentares. Autor: Rosana Posse Suero Lopes, Raquel Braz Assunção Botelho, editora METHA, ano de Edição 2008, número de Páginas 272, encadernação em espiral, Idioma: Português.	METHA	R\$100,00	R\$300,00
126	300	rolo	Fitilho presente, rolo com 50 metros, diversas cores (branco, vermelho, rosa choque, rosa claro, lilás, verde, amarelo, azul claro e laranja).	NIZURI	R\$1,28	R\$384,00
143	21	jogo	Jogo "Beto e Bia: corrida da boa alimentação e dos hábitos saudáveis"; jogo composto por tabuleiro cartonado, dado e pinos de plásticos para locomoção no tabuleiro; o tabuleiro de corrida que apresenta recomendações sobre a boa alimentação. Idade: a partir de 4 anos. Número de participantes: 2 a 4.	METHA	R\$13,00	R\$273,00

145	21	jogo	Jogo de olho nos alimentos, Composto por um tabuleiro colorido e fichas com 114 imagens de alimentos e preparações, de olho nos alimentos apresenta diferentes formas de se jogar e aprender o nome de todos os alimentos ali apresentando, montar as refeições com os as fichas, ou mesmo juntá-las em grupo de alimentos. Para isto conta com um folheto que contém a lista dos alimentos presentes, divididos em grupos.	NU-TRI-LAND	R\$37,50	R\$787,50
149	3	kit	Kit Réplica de Alimentos da Pirâmide Alimentar, com 24 alimentos em tamanho natural; bombom, manteiga, biscoito, alface, tomate, macarrão, pão francês, pão de forma, milho, arroz, ovo frito, bife, feijão, sobrecoxa de frango assada, queijo, rodela de abacaxi, banana, laranja, maçã, caju, manga, batata, berinjela, abóbora.	VIR-TUA-SAÚDE	R\$700,00	R\$2.100,00
153	50	unid	Lápis técnico preto 9 B	MA-PED	R\$0,80	R\$40,00
193	250	pcte	Pilhas alcalinas AAA, pacote com 04 unidades, voltagem/ amperes: 1,5.	ELGIN	R\$3,22	R\$805,00
194	100	pcte	Pilhas alcalinas média, pacote com 02 unidades.	ELGIN	R\$5,72	R\$572,00
195	100	pcte	Pilhas alcalinas pequena AA, pacote com 04 unidades.	ELGIN	R\$3,22	R\$322,00
196	60	pcte	Pilhas alcalinas tipo AA, cartela(s) com 04 unidades.	ELGIN	R\$3,22	R\$193,20
						R\$5.776,70

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº28/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº28/2014 - Pregão Presencial 11/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa INFOTRIZ COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de expediente, escritório, artesanatos, didático, pedagógico e educativo de consumo e permanente. A aquisição dos materiais será utilizada para reposição dos estoques do Almoxarifado Central de Saúde, para utilização nos trabalhos de artesanatos feitos pelos pacientes do CAPS II, nas campanhas feitas pelo CEAP e pela Saúde da Mulher, utilização no NEPS (Núcleo de Educação Permanente em Saúde) e no NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família) e para suprir as necessidades dos demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 06/03/2014 à 05/03/2015.

Item	Quant.	Unid.	Produto	Marca/Mo- delo	Valor Unitário	Valor Total
16	10	cx	Alfinete de segurança de roupa nº 2 aço niquelado, caixa com 100 unidades.	BACHI	R\$7,00	R\$70,00
35	10	rolo	Barbante 6 fios 100% algodão, rolo com 305 metros	CORBATEX	R\$5,25	R\$52,50
39	250	bobina	Bobina para senha eletrônica, de impressora térmica, medindo 57mmx40mmx5mm.	MAXPRINT	R\$2,41	R\$602,50
40	530	bobina	Bobina térmica para relógio de ponto eletrônico (REP), medindo 57mm de largura e 300 metros de comprimento, em papel térmico com capacidade de preservar a impressão por no mínimo 5 anos, conforme especificado na Portaria 1.510 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).	MAXPRINT	R\$13,45	R\$7.128,50
46	400	unid.	Caderno universitário espiral com 96 folhas, capa flexível.	JANDAIA	R\$1,78	R\$712,00
57	15	pcte	Capa para encadernação PP (polipropileno), cor transparente, formato A-4, tamanho aprox. 21 x 297 mm, pacote com 100 unidades.	USA	R\$18,90	R\$189,00
65	2	unid	Cartolina laminada 150g, medindo aprox. 49x59 cm, cor azul, pacote com 20 unidades.	VMP	R\$11,10	R\$22,20
67	50	unid	Cola adesivo instantâneo, uso geral, 05 gramas	HENKEL	R\$7,00	R\$350,00
69	20	tubo	Cola branca extra adesivo vinílico de alta resistência, ideal para colagens duráveis em papel, caixas, maquetes e outros. Tubo com 1kg.	PIRATININ- GA	R\$3,60	R\$72,00
108	15	cx	Envelope branco, medindo 24x34cm, caixa com 100 unidades.	ROMITEC	R\$11,16	R\$167,40
109	10	pct	Espeto churrasco 4x250mm, pct 100 unidades	TEOTHO	R\$1,90	R\$19,00
113	60	unid.	Estilete grande lamina larga	MASTER	R\$0,52	R\$31,20
115	50	cx	Etiqueta auto adesivas em folhas formato carta para impressora, tamanho 25,4 x 66,7 mm, 30 etiquetas por folha, caixa com 100 folhas.	INFORNS	R\$14,10	R\$705,00
116	10	cx	Etiqueta auto adesivas em folhas formato carta para impressora, tamanho 33,9 x 101,6 mm, 14 etiquetas por folha, caixa com 100 folhas.	INFORNS	R\$14,10	R\$141,00
123	100	unid	Fita adesiva transparente polipropileno 48mmx45m	FLAX	R\$1,46	R\$146,00
124	30	unid	Fita crepe 50x50 cm	EUROCELL	R\$5,25	R\$157,50
128	3	unid	Furador Alavanca Regular Sapo, para furar EVA, com depósito para armazenagem dos recortes, Medidas aproximadas: Altura: 1,3 cm e Largura: 1,3 cm.	TOKE E CRIE	R\$14,00	R\$42,00
129	3	unid	Furador Alavanca Regular Trevo, para furar EVA, com depósito para armazenagem dos recortes, Medidas aproximadas: Altura: 1,5 cm e Largura: 1,5 cm.	TOKE E CRIE	R\$14,00	R\$42,00
130	3	unid	Furador Extra Gigante Urso, para furar EVA, com depósito para armazenagem dos recortes, Medidas aproximadas: Altura - 4,4 cm x Largura - 3,7 cm.	TOKE E CRIE	R\$41,00	R\$123,00
131	3	unid	Furador Jumbo Circulo, para furar EVA, com depósito para armazenagem dos recortes, Medidas aproximadas: Altura - 2,5 cm x Largura - 2,5 cm.	TOKE E CRIE	R\$25,95	R\$77,85
132	3	unid	Furador Mini Circulo 3/8, para furar EVA de 2mm, com depósito para armazenagem dos recortes, medidas do desenho: 1 cm x 1 cm.	TOKE E CRIE	R\$14,00	R\$42,00
133	3	unid	Furador Regular Estrela, para furar EVA, com depósito para armazenagem dos recortes, Medidas aproximadas: Altura: 1,5 cm e Largura: 1,5 cm.	TOKE E CRIE	R\$14,00	R\$42,00
134	3	unid	Furador Regular Flor Hélice, para furar EVA, com depósito para armazenagem dos recortes, Medidas aproximadas: Altura: 1,3 cm e Largura: 1,3 cm.	TOKE E CRIE	R\$14,00	R\$42,00
135	5	caixa	Giz de cera, caixa com 12 cores gizão	PIRATININ- GA	R\$1,25	R\$6,25
151	10	cx	Lápis de cor, com 12 cores variadas, atóxico, ponta max resistente, pigmentos de ótima qualidade, cores mais vivas, Formato triangular ergonômico, produzido com madeira 100% reflorestada.	LABRA	R\$2,90	R\$29,00
184	25	pcte	Papel celofane 70x89 incolor, pacote com 50 unidades.	VMP	R\$19,50	R\$487,50
185	10	resma	Papel Sulfite A3, dimensões 297 x 420 mm, gramatura 75g/m², resma com 500 folhas.	CHAMEX	R\$25,80	R\$258,00
187	15	unid	Pasta catálogo, formato Ofício, com visor, 4 colchetes, 100 envelopes plásticos, dimensões aprox. 243 x 330mm.	DAC	R\$10,20	R\$153,00
191	15	unid.	Perfurador de papel, todo em ferro fundido, inclusive a base, com pintura martelada, com alta capacidade de perfuração.	CAVIA	R\$42,00	R\$630,00

204	100	unid.	Pincel marca texto, cor azul.	JOCAR	R\$0,47	R\$47,00
209	20	unid	Pincel nº 0, pelo sintético para tecido, artesanato, cerâmica, aquarela, acrílica, formato liner.	TIGRE	R\$3,60	R\$72,00
210	20	unid	Pincel nº 00, pelo sintético para tecido, artesanato, cerâmica, aquarela, acrílica, formato liner.	TIGRE	R\$3,60	R\$72,00
211	20	unid	Pincel nº 02, sintético para tecido, formato leque.	TIGRE	R\$13,00	R\$260,00
213	30	unid	Pincel nº 04 – linha óleo/acrílico	TIGRE	R\$1,84	R\$55,20
215	20	unid	Pincel nº 06 sintético para tecido, formato chanfrado.	TIGRE	R\$2,50	R\$50,00
217	20	unid	Pincel nº 08 sintético para tecido, formato chanfrado.	TIGRE	R\$2,50	R\$50,00
218	30	unid	Pincel nº 08 – linha óleo/acrílico	TIGRE	R\$4,00	R\$120,00
220	20	unid	Pincel nº 08, sintético para tecido, formato língua de gato.	TIGRE	R\$2,50	R\$50,00
222	30	unid	Pincel nº 10 – linha óleo/acrílico	TIGRE	R\$7,47	R\$224,10
237	210	unid.	Porta caneta, clips e cartão, em acrílico cristal.	WALEU	R\$4,20	R\$882,00
241	56	unid.	Quadro de cortiça, para recado, medindo aprox. 1,20 x 0,90, com moldura de alumínio.	SOUZA	R\$53,00	R\$2.968,00
251	2.700	rolo	Senha manual com capacidade de 2000 (dois mil) senhas, picotadas, de fácil destaque, rolo com numeração com ordem sequencial, 2 dígitos (00-99) ou 3 dígitos (000-999).	TURN-O MATIC	R\$10,20	R\$27.540,00
258	10	unid	Tesoura de picotar para tecido – 8,5 x23 cm.	MASTER	R\$25,00	R\$250,00
260	50	unid	Tesoura escolar pequena e sem ponta.	LEO E LEO	R\$0,52	R\$26,00
						R\$45.206,70

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº29/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº29/2014 - Pregão Presencial 11/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MARCONI KIRCH. OBJETO: Aquisição de materiais de expediente, escritório, artesanatos, didático, pedagógico e educativo de consumo e permanente. A aquisição dos materiais será utilizada para reposição dos estoques do Almoxarifado Central de Saúde, para utilização nos trabalhos de artesanatos feitos pelos pacientes do CAPS II, nas campanhas feitas pelo CEAP e pela Saúde da Mulher, utilização no NEPS (Núcleo de Educação Permanente em Saúde) e no NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família) e para suprir as necessidades dos demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 06/03/2014 à 05/03/2015.

Item	Quant.	Unid.	Produto	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
4	80	unid.	Agenda telefônica comercial, com espaço para endereço, telefone, celular, local e e-mail	INDEX	R\$9,36	R\$748,80
19	20	pcte	Balão canudo nº 7 amarelo citrico, pacote 50 unidades.	RIBERBALL	R\$4,68	R\$93,60
20	15	pcte	Balão canudo nº 7 azul turqueza, pacote 50 unidades.	RIBERBALL	R\$4,68	R\$70,20
21	30	pcte	Balão canudo nº 7 lilás soft, pacote 50 unidades.	RIBERBALL	R\$4,68	R\$140,40
22	30	pcte	Balão canudo nº 7 rosa choque, pacote 50 unidades.	RIBERBALL	R\$4,68	R\$140,40
23	20	pcte	Balão canudo nº 7 sortido, pct 50 unid.	RIBERBALL	R\$4,68	R\$93,60
24	40	pcte	Balão canudo nº 7 vermelho quente, pacote 50 unidades.	RIBERBALL	R\$4,68	R\$187,20
25	80	pcte	Balão de aniversário nº 7 amarelo citrino, pacote 50 unidades.	RIBERBALL	R\$3,35	R\$268,00
26	80	pcte	Balão de aniversário nº 7 ameixa, pacote 50 unidades.	RIBERBALL	R\$3,35	R\$268,00
27	80	pcte	Balão de aniversário nº 7 azul turqueza, pacote 50 unidades	RIBERBALL	R\$3,35	R\$268,00
28	80	pcte	Balão de aniversário nº 7 lilas soft, pacote 50 unidades.	RIBERBALL	R\$3,35	R\$268,00
29	70	pcte	Balão de aniversário nº 7 liso sortido, pacote 50 unidades	RIBERBALL	R\$3,35	R\$234,50
30	80	pcte	Balão de aniversário nº 7 rosa choque, pacote 50 unidades	RIBERBALL	R\$3,35	R\$268,00
31	20	pcte	Balão de aniversário nº 7 verde folha, pacote 50 unidades.	RIBERBALL	R\$3,35	R\$67,00
32	200	pcte	Balão de aniversário nº 7 vermelho quente, pct 50 unid.	RIBERBALL	R\$3,35	R\$670,00
33	20	pcte	Balão de aniversário nº 9 liso sortido pct 50 unid.	RIBERBALL	R\$7,00	R\$140,00
54	70	unid.	Caixa para correspondência tripla, em acrílico, transparente, com suporte de ferro.	WALEU	R\$29,30	R\$2.051,00
56	5	cx	Caneta para tecido, caixa com 6 cores sortidas.	JOCAR	R\$8,95	R\$44,75
70	20	tubo	Cola branca para porcelana fria, tubo com 1kg	APLICOLA	R\$12,15	R\$243,00
71	50	cx	Cola colorida 23g, não tóxica e lavável, caixa com 6 cores.	PIRATININGA	R\$2,55	R\$127,50

72	50	unid	Cola Glitter Relevo 3D, cor Amarela, 35 ml	ACRILEX	R\$2,25	R\$112,50
73	50	unid	Cola Glitter Relevo 3D, cor Azul, 35 ml	ACRILEX	R\$2,25	R\$112,50
74	50	unid	Cola Glitter Relevo 3D, cor Branca, 35 ml	ACRILEX	R\$2,25	R\$112,50
75	50	unid	Cola Glitter Relevo 3D, cor Cinza, 35 ml	ACRILEX	R\$2,25	R\$112,50
76	50	unid	Cola Glitter Relevo 3D, cor dourado, 35 ml	ACRILEX	R\$2,25	R\$112,50
77	50	unid	Cola Glitter Relevo 3D, cor Lilás, 35 ml	ACRILEX	R\$2,25	R\$112,50
78	50	unid	Cola Glitter Relevo 3D, cor Marrom, 35 ml	ACRILEX	R\$2,25	R\$112,50
79	50	unid	Cola Glitter Relevo 3D, cor Prata, 35 ml	ACRILEX	R\$2,25	R\$112,50
80	50	unid	Cola Glitter Relevo 3D, cor Preta, 35 ml	ACRILEX	R\$2,25	R\$112,50
81	50	unid	Cola Glitter Relevo 3D, cor Roxa, 35 ml	ACRILEX	R\$2,25	R\$112,50
82	50	unid	Cola Glitter Relevo 3D, cor Verde, 35 ml	ACRILEX	R\$2,25	R\$112,50
83	50	unid	Cola Glitter Relevo 3D, cor Vermelha, 35 ml	ACRILEX	R\$2,25	R\$112,50
85	50	unid	Cola Relevo 3D, cor Amarela, 35 ml	ACRILEX	R\$2,00	R\$100,00
86	50	unid	Cola Relevo 3D, cor Azul, 35 ml	ACRILEX	R\$2,00	R\$100,00
87	50	unid	Cola Relevo 3D, cor Branca, 35 ml	ACRILEX	R\$2,00	R\$100,00
88	50	unid	Cola Relevo 3D, cor Cinza, 35 ml	ACRILEX	R\$2,00	R\$100,00
89	50	unid	Cola Relevo 3D, cor dourado, 35 ml	ACRILEX	R\$2,25	R\$112,50
90	50	unid	Cola Relevo 3D, cor Lilás, 35 ml	ACRILEX	R\$2,00	R\$100,00
91	50	unid	Cola Relevo 3D, cor Marrom, 35 ml	ACRILEX	R\$2,00	R\$100,00
92	50	unid	Cola Relevo 3D, cor prata, 35 ml	ACRILEX	R\$2,25	R\$112,50
93	50	unid	Cola Relevo 3D, cor Preta, 35 ml	ACRILEX	R\$2,00	R\$100,00
94	50	unid	Cola Relevo 3D, cor Roxa, 35 ml	ACRILEX	R\$2,00	R\$100,00
95	50	unid	Cola Relevo 3D, cor Verde, 35 ml	ACRILEX	R\$2,00	R\$100,00
96	50	unid	Cola Relevo 3D, cor Vermelha, 35 ml	ACRILEX	R\$2,00	R\$100,00
97	15	pcte	Contra capa para encadernação PP (polipropileno), cor azul royal, formato A-4, tamanho aprox. 21 x 297 mm, pacote com 100 unidades.	USA FOLIEN	R\$16,37	R\$163,70
101	25	unid	DEF 2012 - 2013 Dicionário de Especialidades Farmacêuticas, Editora: EPUC Edição: 41, Acabamento: Brochura, Ano Publicação: 2012, páginas: 940.	EPUB	R\$92,00	R\$2.300,00
107	25	cx	Envelope branco, medindo 17x25cm, caixa com 100 unidades.	IPECOL	R\$7,70	R\$192,50
119	20	m	Feltro 1.40 largura. Cores: vermelho, amarelo, verde, preto, branco, rosa, azul, marrom, laranja, cinza, pele, lilás, vinho, roxo e areia.	SANTA FÉ	R\$11,50	R\$230,00
121	20	unid.	Fichário com base metálica, com tampa em poliestireno, fixada com rebite em aço, dimensões aprox. 234 x 272 x 160.	ACRIMET	R\$67,00	R\$1.340,00
144	21	jogo	Jogo de damas, com as seguintes especificações mínimas: jogo com tabuleiro medindo 24x24x0,4cm, em madeira fibrosintética impressa com Silk Screen, 24 pedras em duas cores, confeccionado em EVA. Acondicionado em embalagem plástica; peso: 0,230Gr; medidas da embalagem: 26x26x2.	JOTT PLAY	R\$12,00	R\$252,00
146	21	jogo	Jogo de xadrez, com as seguintes especificações mínimas: tabuleiro (caixa) em madeira/MDF, peças de plástico (rei 10cm), formato quadrado, com aplicação a laser tabuleiro tipo caixa para acondicionamento das peças.	CARIMBAS	R\$64,80	R\$1.360,80
147	3	kit	Kit alimentação saudável composto por 17 jogos e 4 fantoches avulsos (totalizando 21 itens). Embalagem com tampa, face externa pintada com fundo branco ultravioleta atóxico e serigrafia com ilustrações do kit em policromia ultravioleta atóxico. Caixa de madeira com 2 rodinhas e alça de sisal, medida da caixa: 92x38,5x23 cm. Lacrada com fita de arquear branca. Material Feltro, M.D.F. e E.V.A. Kit composto por 17 jogos e 4 fantoches avulsos (totalizando 21 itens): Alinhavos frutas e legumes, carimbos educação alimentar, carimbos frutas, dominó alimentação saudável, fantoches frutas, fantoches legumes, frações nas frutas, memória frutas, memória frutas e hortaliças, painel cardápio da semana M.D.F., quebra-cabeça alimentos, quebra-cabeça frutas e legumes, quebra-cabeça pirâmide alimentar, quebra-cabeça pirâmide alimentar para crianças, quebra-cabeça silábico frutisílaba, quebra-cabeça hortisílaba, relógio da saúde, fantoches avulsos animais que servem de alimentação: Galo, Peixe, Porco e Vaca.	CARLU BRIN- QUEDOS	R\$980,00	R\$2.940,00

148	21	unid	Kit para Educação em Saúde Bucal (macromodelo de boca, escovão, macromodelo de evolução da cárie), com as seguintes especificações mínimas: Composição (objetos e características): • Macro-arcada: modelo de dentes em escala maior, com dimensões aproximadas de 12,5cmX12,5cmX21cm, confeccionada em resina, com arcada superior, arcada inferior, língua em material emborrachado flexível, gengiva em material emborrachado flexível e articulador de metal flexível duplo e base plástica rígida para sustentação do conjunto, 32 dentes na cor branca/marfim sendo: 16 no arco superior e 16 no arco inferior. Os dentes deverão ser inseridos individualmente na arcada para possibilitar demonstração de uso de fio dental em todos os dentes e regiões da arcada. Os dentes deverão ser inseridos nos pontos de fixação com pressão suficiente para o manuseio sem que se soltem indevidamente. A língua e a gengiva deverão ter variações da tonalidade rosa. Macro-cáries: Conjunto composto por base plástica rígida para perfeito encaixe e sustentação dos modelos de dente e 04 modelos de dentes confeccionados em resina plástica em escala maior com lesões cáries em evolução sendo: dente hígido, dente com cárie inicial de esmalte, dente com cárie de dentina e dente com cárie profunda com exposição pulpar. Cada dente é dividido em duas partes. Dimensões da base 25x8x8cm. Dimensões de cada dente 9x5x4,5cm. Os dentes são encaixados individualmente na base e podem ser retirados e recolocados a qualquer momento para demonstração. • Arcadas dentárias periodontais funcionais confeccionadas em resina plástica. Três arcadas funcionais que demonstrem a gengiva (quando aberta) e os dentes (quando fechada) demonstrando através de Três estágios, a evolução das lesões e avanço da doença periodontal/gengiva sendo: gengiva saudável, gengivite, e doença periodontal com retração gengival e perda óssea. Dimensões em tamanho aproximado de 8 x 5,5 x 4 cm (cada estágio); • Macro-escova dental: modelo em escala maior, medindo 29 cm, e peso inferior a 100 gramas; Cor clara, confeccionada em plástico rígido e cerdas de nylon; • Acondicionados em Caixa plástica dimensões da caixa: 29x17x23 cm.	CIVIAM	R\$350,00	R\$7.350,00
172	300	pcte	Pano branco 100% Algodão, para limpeza, medida aprox. 54 x 16 x 69cm. Pacote com 3 unid.	MARTINS	R\$3,69	R\$1.107,00
189	1200	unid.	Pasta plástica em Polipropileno, texturização transparente com grampo trilho em PVC.	ALAPLAST	R\$0,94	R\$1.128,00
197	20	unid	Pincel nº 04, cerdas brancas Importadas para tecido e artesanato, formato chato.	LEO E LEO	R\$0,54	R\$10,80
198	20	unid	Pincel nº 06, cerdas brancas Importadas para tecido e artesanato, formato chato.	LEO E LEO	R\$0,57	R\$11,40
199	20	unid	Pincel nº 08, cerdas brancas Importadas para tecido e artesanato, formato chato.	LEO E LEO	R\$0,61	R\$12,20
200	20	unid	Pincel nº 10, cerdas brancas Importadas para tecido e artesanato, formato chato.	LEO E LEO	R\$0,66	R\$13,20
201	20	unid	Pincel nº 12, cerdas brancas Importadas para tecido e artesanato, formato chato.	LEO E LEO	R\$0,72	R\$14,40
202	20	unid	Pincel nº 16, cerdas brancas Importadas para tecido e artesanato, formato chato.	LEO E LEO	R\$0,82	R\$16,40
205	2	unid	Pincel marcador permanente atômico 1.100-p, cor azul, caixa com 12 unidades.	JOCAR	R\$8,63	R\$17,26
206	2	unid	Pincel marcador permanente atômico 1.100-p, cor preto, caixa com 12 unidades.	JOCAR	R\$8,63	R\$17,26
207	2	unid	Pincel marcador permanente atômico 1.100-p, cor verde, caixa com 12 unidades.	JOCAR	R\$8,63	R\$17,26
208	2	unid	Pincel marcador permanente atômico 1.100-p, cor vermelho, caixa com 12 unidades.	JOCAR	R\$8,63	R\$17,26
212	20	unid	Pincel nº 04 sintético para tecido, formato redondo.	LEO E LEO	R\$0,54	R\$10,80
214	20	unid	Pincel nº 04, sintética especial para tecido, uso em tintas a base d' água, formato redondo.	LEO E LEO	R\$0,54	R\$10,80
216	20	unid	Pincel nº 06 sintético para tecido, formato chato.	LEO E LEO	R\$0,57	R\$11,40
219	20	unid	Pincel nº 08, sintética especial para tecido, uso em tintas a base d' água, formato redondo.	LEO E LEO	R\$0,60	R\$12,00
221	20	unid	Pincel nº 10 sintético para tecido, formato chato.	LEO E LEO	R\$0,66	R\$13,20
225	20	unid	Pincel nº 14 sintético para tecido, formato chato.	LEO E LEO	R\$0,79	R\$15,80
230	3	kit	Pirâmide nutricional tridimensional de acrílico em tamanho grande, baseada na pirâmide alimentar brasileira, com as seguintes especificações mínimas: dimensões: altura 60 cm, base 50 X 50 cm; com abertura para manuseio dos alimentos; prateleiras removíveis; desmontável, facilitando o transporte.	EMPRIO DA NUTRICAO	R\$660,00	R\$1.980,00

231	30	unid	Pistola para cola quente hot melt k-300 220V	RHAMOS	R\$25,20	R\$756,00
232	30	unid	Pistola para cola quente hot melt k-600 220V	RHAMOS	R\$30,20	R\$906,00
233	30	unid	Pistola para cola quente hot melt k-800 220V	RHAMOS	R\$44,60	R\$1.338,00
234	60	unid	Pistola para cola quente, tamanho Grande, profissional Bivolt (110/220) volts, no mínimo 80 wats.	RHAMOS	R\$42,00	R\$2.520,00
235	10	unid	Placas de isopor 1 x 50cm x 25mm	ISOPLAST	R\$3,25	R\$32,50
243	50	pacote	Refil Cola Quente fina 500 g	JOCAR	R\$7,70	R\$385,00
245	300	pacote	Refil cola quente, bastão semi transparente rendicolla 7,5mm x 30 mm, pacote com 8 unidades.	JOCAR	R\$3,90	R\$1.170,00
250	15	cx	Saco plástico Ofício, super grosso com 4 furos, tamanho 240x330. Caixa com 300 unidades.	DAC	R\$51,00	R\$765,00
252	52	unid	Suporte para senhas impressas em ferro com pintura isolante térmica e antioxidante, com altura de aproximadamente 1500mm para colocação sobre o piso sem fixação. Acoplado dispensador de senha manual com capacidade de no mínimo 2000 (dois mil) senhas e a placa acrílica " Retire sua Senha".	TURN O MATIC	R\$305,00	R\$15.860,00
261	100	cx	Tinta à base de resina P.V.A, fosca, totalmente atóxica. Com 6 potes de cores sortidas, 37 ml cada.	ACRILEX	R\$9,52	R\$952,00
262	300	unid	Tinta à base de resina P.V.A, totalmente atóxica. Embalagem 170 ml cores diversas.	ACRILEX	R\$4,61	R\$1.383,00
263	30	caixa	Tinta a óleo 20ml, caixa com 8 cores.	ACRILEX	R\$19,57	R\$587,10
264	25	tubo	Tinta óleo, para pintura artística sobre telas, madeira, chapas, cartão (diversas cores) 20ml.	ACRILEX	R\$2,70	R\$67,50
266	20	cx	Tintas à base de resina acrílica, não tóxicas e solúveis em água. Prontas para uso. Tubo com 15ml , caixa com 6 cores.	ACRILEX	R\$10,00	R\$200,00
267	950	m	TNT (tecido-não-tecido), gramatura: 40/45g, largura de 1,40 m, diversas cores (preto, branca, azul, azul royal, verde bandeira, vermelho, pink, laranja, lilás e amarelo).	SUL BRASIL	R\$0,67	R\$636,50
268	120	unid	Vernizes em spray brilhante, utilizado em acabamento e proteção às pinturas em telas sobre tintas a óleo ou tintas acrílicas e em trabalhos artesanais. No mínimo 300 ml.	ACRILEX	R\$13,20	R\$1.584,00
269	100	unid	Vernizes em spray fosco, utilizado em acabamento e proteção às pinturas em telas sobre tintas a óleo ou tintas acrílicas e em trabalhos artesanais. No mínimo 300 ml.	ACRILEX	R\$13,20	R\$1.320,00
						R\$59.994,99

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº30/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº30/2014 - Pregão Presencial 11/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TECNOART COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de expediente, escritório, artesanatos, didático, pedagógico e educativo de consumo e permanente. A aquisição dos materiais será utilizada para reposição dos estoques do Almoxarifado Central de Saúde, para utilização nos trabalhos de artesanatos feitos pelos pacientes do CAPS II, nas campanhas feitas pelo CEAP e pela Saúde da Mulher, utilização no NEPS (Núcleo de Educação Permanente em Saúde) e no NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família) e para suprir as necessidades dos demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 06/03/2014 à 05/03/2015.

Item	Quant.	Unid.	Produto	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
14	21	unid	Álbum para educação em saúde DST, com as seguintes especificações mínimas: com figuras/ilustrações coloridas sobre as Doenças Sexualmente Transmissíveis, ilustrando noções técnicas e científicas; capa dura com espiral tipo "wire-o", com 25 folhas, 40 páginas coloridas (frente e verso); apresentando temas sobre o corpo do homem e da mulher, doenças e riscos, sintomas, prevenção, uso de preservativo feminino e masculino; e no verso, detalhamento das doenças: gonorreia, candidíase, aids, tricomoníase, condiloma, herpes, clamídia, sífilis, cancro-mole, linfogranulona, vaginose, donovanose, chato e hepatite B; tamanho: 65 cm x 40 cm; Peso: 2150.	SEMINA EDUCATIVA	R\$499,50	R\$10.489,50
43	5	cx	Botões para forrar nº 22, caixa com 144 unidades.	BOMB	R\$14,00	R\$70,00
44	5	cx	Botões para forrar nº 28, caixa com 144 unidades.	BOMB	R\$23,00	R\$115,00
45	5	cx	Botões para forrar nº 16, caixa com 144 unidades.	BOMB	R\$9,00	R\$45,00

157	130	unid	Linha para crochê 1.000m, 100 % algodão mercerizado, cores: vermelha natal, vinho, azul claro e esc., amarelo ouro, verde claro e escuro, azul turquesa, marinho e royal, marrom claro e escuro, preto, laranja, bordô, rosa pink, rosa bebê, cinza claro e escuro, lilás, roxo .	ROMA	R\$19,50	R\$2.535,00
159	12	unid.	Lousa de vidro temperado com película de projeção, na cor branco fosco, com dimensões aprox. de 1,80 (comprimento) x 1,20 cm (largura) x 6mm (espessura), fixada com espaçadores de alumínio cromado, parafusos em aço inox e acompanha um kit com suporte para apagador, apagador e duas canetas. Instalado e garantia de no mínimo 01 (um) ano do produto e da instalação.	BORDSOLUTIONS	R\$750,00	R\$9.000,00
164	2	unid	Matriz de forrar botão n º 28	BAMB	R\$54,10	R\$108,20
165	2	unid	Matriz de forrar botão n º 16	BAMB	R\$19,90	R\$39,80
166	2	unid	Matriz de forrar botão nº 22	BAMB	R\$31,90	R\$63,80
249	300	unid.	Saco plástico 20x30cm, pacote com 50 unidades.	PHILIBRAS	R\$4,45	R\$1.335,00
253	80	m	Tecido americano cru (médio)	AMERICANO	R\$13,60	R\$1.088,00
254	80	m	Tecido Estampado para Patchwork, em 100% algodão, várias estampas Patchwork	PATCHWORK	R\$29,50	R\$2.360,00
255	80	m	Tecidos tricoline, diversas estampas, 100% algodão.	TRICOLINE	R\$29,30	R\$2.344,00
257	10	unid	Tesoura para costura para tecido – 9 x 21cm.	MUNDIAL	R\$12,00	R\$120,00
						R\$29.713,30

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº31/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº31/2014 - Pregão Presencial 10/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: aquisição de fórmulas infantis para atendimento de lactentes e crianças até 1 ano 11 meses e 29 dias, que se encontram dentro dos critérios do Programa de Fórmulas Lácteas e Especiais da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Portaria 01/2014, bem como, aquisição de leites para atendimento de ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 10/03/2014 à 09/03/2015.

Item	Quant	Unid.	Descrição dos itens	Fabricante/tipo	Preço Unitário	Preço Total
1	600	lata	Fórmula Infantil de Partida adicionada de prébióticos	NAN COMFOR/NESTLE	R\$11,00	R\$6.600,00
2	500	lata	Fórmula Infantil de Partida	NESTOGENO/NESTLE	R\$9,90	R\$4.950,00
3	500	lata	Fórmula Infantil de Sequência adicionada de prebióticos	NAN COMFOR2/NESTLE	R\$10,50	R\$5.250,00
4	900	lata	Fórmula Infantil de Sequência	NESTOGENO2/NESTLE	R\$10,00	R\$9.000,00
5	500	lata	Fórmula Infantil Isenta de Lactose para menores de 1 ano	NAN SEM LACTOSE/NESTLE	R\$20,00	R\$10.000,00
7	700	lata	Fórmula Polimérica Isenta de Lactose e Glúten para menores de 1 ano	NAN SEM LACTOSE/NESTLE	R\$20,00	R\$14.000,00
8	700	lata	Fórmula a Base de Proteína Isolada de Soja, para crianças com idade maior ou igual a 6 meses	NAN SOY/NESTLE	R\$13,20	R\$9.240,00
11	200	lata	Fórmula Infantil para Prematuros e/ou recém nascidos com baixo peso	PRÉ NAN/NESTLE	R\$21,80	R\$4.360,00
						R\$63.400,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº32/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº32/2014 - Pregão Presencial 10/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa NUTRICLIN SAÚDE COMÉRCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA. OBJETO: aquisição de fórmulas infantis para atendimento de lactentes e crianças até 1 ano 11 meses e 29 dias, que se encontram dentro dos critérios do Programa de Fórmulas Lácteas e Especiais da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Portaria 01/2014, bem como, aquisição de leites para atendimento de ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 10/03/2014 à 09/03/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Fabricante/tipo	Preço Unitário	Preço Total
12	100	lata	Leite Nutren senior, lata com 370 gramas	ENSURE-ABBOTT	R\$28,00	R\$2.800,00
						R\$2.800,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº33/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº33/2014 - Pregão Presencial 10/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA. OBJETO: aquisição de fórmulas infantis para atendimento de lactentes e crianças até 1 ano 11 meses e 29 dias, que se encontram dentro dos critérios do Programa de Fórmulas Lácteas e Especiais da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Portaria 01/2014, bem como, aquisição de leites para atendimento de ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 10/03/2014 à 09/03/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Fabricante/tipo	Preço Unitário	Preço global
6	700	lata	Fórmula Infantil Isenta de Lactose para menores de 1 ano com Síndrome de má absorção ou com algum comprometimento intestinal	PREGOMIN PEPTI	R\$72,00	R\$50.400,00
9	800	lata	Fórmula Infantil Extensamente Hidrolisada	PREGOMIN PEPTI	R\$48,70	R\$38.960,00
10	200	lata	Fórmula Infantil Extensamente Hidrolisada, para crianças sem quadro diarreico	APTAMILA PEPTI	R\$40,00	R\$8.000,00
13	200	lata	Leite aptamil HA, lata com 400 gramas	APTAMIL HA	R\$37,00	R\$7.400,00
						R\$104.760,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº72/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº72/2014 - Pregão Presencial 23/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do CENTRI, SAMU e para o programa DST.

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
8	100	cx	Alprazolam 0,25mg c/20cp	UNIAO QUIMICA	R\$2,60	R\$260,00
11	100.000	comp.	Anlodipino 5mg	VITAPAN	R\$0,02	R\$2.000,00
14	1.000	amp	Atropina 01 ml (01-02-0522)	ISOFARMA	R\$0,28	R\$280,00
21	30	cx	Bromazepam 6mg c/30cp	TEUTO	R\$2,10	R\$63,00
31	80.000	cp	Colchicina 0,5mg	MULTILAB	R\$0,17	R\$13.600,00
40	35	cx	Cloridrato de Diltiazem 60mg c/50cp	TEUTO	R\$5,50	R\$192,50
48	180	cx	Cloridrato de Venlafaxina 75mg c/30cp	TORRENT	R\$24,00	R\$4.320,00
69	500	amp	Fenobarbital 100 mg amp c/ 2 ml injetável (01-02-0993)	CRISTALIA	R\$1,79	R\$895,00
80	5.000	amp	Fosfato dissódico de dexametasona 4 mg/ml - amp 2,5 ml (01-02-0679)	FARMACE	R\$1,40	R\$7.000,00
89	1.500	amp	Hidrocortisona 100 mg (01-02-1178)	TEUTO	R\$2,93	R\$4.395,00
98	20	cx	Lamotrigina 25mg c/30cp	TORRENT	R\$6,60	R\$132,00
104	100	cx	Meloxicam 15mg c/10cp	PHARLAB	R\$1,10	R\$110,00
122	60	cx	Risperidona 1mg, caixa com 20 comprimidos	TORRENT	R\$3,60	R\$216,00
						R\$33.463,50

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº73/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº73/2014 - Pregão Presencial 23/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CIRURGICA JAW COMERCIO MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do CENTRI, SAMU e para o programa DST.

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
4	150	cx	Actos 30mg c/15cp	ACTOS 30MG	R\$41,64	R\$6.246,00
52	50	cx	Dicetel 100mg c/20cp	DICETEL 100MG	R\$41,00	R\$2.050,00
54	7.000	amp.	Dimenidrinato 3mg/ml + cloridrato de piridoxina 5mg/ml+glicose 100 mg/ml + frutose 100mg/ml - 10mL EV	DRAMIN B6 DL	R\$1,8495	R\$12.946,56
116	25	frs	Omnaris 50mcg, com 120 doses	OMNARIS 50MCG 120 DO	R\$24,22	R\$605,50
						R\$21.848,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº74/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº74/2014 - Pregão Presencial 23/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do CENTRI, SAMU e para o programa DST.

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
45	4.000	amp.	Cloridrato de tiamina+cloridrato de piridoxina 100 mg	UNIAO QUIMICA	R\$1,29	R\$5.160,00
53	5.000	amp	Diclofenaco sódico 25 mg/ml 3 ml injetável (01-02-1464)	TEUTO	R\$0,65	R\$3.250,00
90	3.000	amp	Hidrocortisona 500 mg (01-02-1179)	BLAU	R\$5,60	R\$16.800,00
101	400.000	comp	Levotiroxina Sódica 100mcg.	MERCK	R\$0,113	R\$45.200,00
						R\$70.410,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº75/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº75/2014 - Pregão Presencial 23/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do CENTRI, SAMU e para o programa DST.

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
5	1.500	amp	Adenosina 3mg/ml Iv 2ml (01-02-1163)	HIPOLABOR	R\$6,40	R\$9.600,00
106	10.000	amp	Metoclopramida 10 mg injetável amp c/ 2 ml (01-02-1306)	ISOFARMA	R\$0,21	R\$2.100,00
120	2.000	amp	Prometazina 2ml injetável (01-02-0430)	SANVAL	R\$0,88	R\$1.760,00
						R\$13.460,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº76/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº76/2014 - Pregão Presencial 23/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACEUTICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do CENTRI, SAMU e para o programa DST.

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
17	500	amp	Biperideno 5 mg, sol injetável 1ml (01-02-0575)	CRISTALIA	R\$1,46	R\$731,50
27	1.500	amp	Cetoprofeno 50mg/mL IM c/2mL	CRISTALIA	R\$1,443	R\$2.164,50
28	2.500	amp	Cetoprofeno 100mg/mL EV	CRISTALIA	R\$3,13	R\$7.825,00
44	50	cx	Cloridrato de paroxetina 30mg, caixa com 30 comp.	CRISTALIA	R\$14,58	R\$729,00
51	600	amp	Decanoato de haloperidol 50 mg/ml frs 1 ml (01-02-0585)	CRISTALIA	R\$5,29	R\$3.174,00
67	500	amp	Enantato de flufenazina 25mg/ml solução injetável 1 ml 01-02-0111)	CRISTALIA	R\$3,336	R\$1.668,00
70	45	tb	Fibrase pomada 10gr	CRISTALIA	R\$12,93	R\$581,85
74	60	cx	Fumarato de Quetiapina 100mg c/30cp	CRISTALIA	R\$95,61	R\$5.736,60
75	1.200	cp	Fluconazol 100mg	CRISTALIA	R\$0,538	R\$645,60
82	30	amp	Flumazenil 0,1mg/mL IV c/5mL CENTRI	CRISTALIA	R\$20,40	R\$612,00
115	1.200	amp	Omeprazol 40mg iv (01-02-1620)	CRISTALIA	R\$4,42	R\$5.304,00
138	15.000	amp	Tenoxicam 20 mg iv/im (com diluente	CRISTALIA	R\$3,97	R\$59.550,00
						R\$88.722,05

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº77/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº77/2014 - Pregão Presencial 23/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa D-HOSP DISTRIBUIDORA HOSPITALAR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do CENTRI, SAMU e para o programa DST.

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
95	50	cx	Insulina Levemir, caixa com 5 refs de 3mL	NOVO NORDISK	R\$204,45	R\$10.222,50
108	20	cx	Mimpara 30mg c/30cp	BERGAMO	R\$439,80	R\$8.796,00
140	25	Cx.	Thioctacid 600mg c/30cp	MERCK	R\$79,80	R\$1.995,00
						R\$21.013,50

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº78/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº78/2014 - Pregão Presencial 23/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DI-MACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do CENTRI, SAMU e para o programa DST.

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
2	300.000	cp	Ácido Fólico 5mg	HIPOLABOR	R\$0,0147	R\$4.410,00
6	4.000	fr	Água destilada 10 ml injetável (01-02-0415)	FARMACE	R\$0,147	R\$588,00
9	500	amp	Aminofilina 10 ml injetável (01-02-0660)	HIPOLABOR	R\$0,546	R\$273,00
10	1200	fr	Anestésico lidocaina 2% sem vaso constritor, frs/amp. 20 ml (CENTRI)	HIPOLABOR	R\$1,24	R\$1.488,00
22	1.500	fr	Brometo de fenoterol, gotas, frasco c/ 20ml (01-02-1635)	HIPOLABOR	R\$1,26	R\$1.890,00
24	2.000	amp	Cloridrato de ondansetrona 2 mg, injetável c/ 2 ml (01-02-1614)	HIPOLABOR	R\$0,735	R\$1.470,00
35	600	amp	Clorpromazina 5 mg/ml c/ 5 ml (01-02-1157)	UNIÃO QUÍMICA	R\$1,199	R\$719,40
36	500	fr	Cloreto de sódio 20% - 10 ml (01-02-0419)	ISOFARMA	R\$0,209	R\$104,50

42	500	fr	Cloridrato de dopamina 5 mg/ml amp c/ 10 ml injetável (01-02-1169)	UNIAO QUIMICA	R\$0,99	R\$495,00
46	4.000	amp	Cloridrato de tramadol 50mg/ml, injetavel 2ml	HIPOLABOR	R\$0,84	R\$3.360,00
55	8.000	amp	Dipirona 500mg/5 ml c/ 2 ml injetavel (01-02-0990)	HIPOLABOR	R\$0,546	R\$4.368,00
60	400	amp	Dobutamina 250mg solução injetável 50mg/ml (01-02-1616)	HIPOLABOR	R\$1,68	R\$672,00
73	15.000	fr	Fosfato sódico de prednisolona 3mg/ml, solução oral, frasco com 60mL	HIPOLABOR	R\$2,27	R\$34.050,00
79	2.000	amp	Furosemida 10 mg/ml amp c/ 2 ml injetável (01-02-0423)	SANTISA	R\$0,63	R\$1.260,00
81	600.000	cp	Furosemida 40mg	HIPOLABOR	R\$0,0315	R\$18.900,00
85	500	fr	Glicose 25% 10 ml (01-02-0424)	ISOFARMA	R\$0,21	R\$105,00
86	500	fr	Glicose 50% 10 ml (01-02-0011)	ISOFARMA	R\$0,2205	R\$110,25
87	500	amp	Gluconato de cálcio 10 ml injetável	ISOFARMA	R\$1,47	R\$735,00
107	600	amp	Midazolam 5mg/ml c/3ml (01-02-1618)	HIPOLABOR	R\$0,81	R\$486,00
111	300	amp	Naloxona 0,4mg/mL IM, SC, IV c/1mL	HIPOLABOR	R\$3,99	R\$1.197,00
134	500	frs	Sulfato de magnésio 10% c/ 10mL	ISOFARMA	R\$0,315	R\$157,50
135	600	amp	Sulfato de terbutalina 0,5mg/ml, amp c/ 1 ml	HIPOLABOR	R\$1,26	R\$756,00
148	2.000	tb	Xylocaina geléia 20mg/g 30g (02-02-1631)	PHARLAB	R\$1,365	R\$2.730,00
						R\$80.324,65

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº79/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº79/2014 - Pregão Presencial 23/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DI-MASTER COMÉRCIO E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do CENTRI, SAMU e para o programa DST.

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
88	1.500.000	cp	Hidroclorotiazida 25mg	PHARLAB	R\$0,019	R\$28.500,00
						R\$28.500,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº80/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº80/2014 - Pregão Presencial 23/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS ANB FARMA LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do CENTRI, SAMU e para o programa DST.

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
19	15	cx	Bufferin Cardio 81mg c/30cp	BUFFERIN/NOVARTIS	R\$6,69	R\$100,35
33	40	cx	Cimicifuga racemosa 20mg, caixa com 30 comprimidos	APLAUSE/MARJAN	R\$37,08	R\$1.483,20
57	40	cx	Diovan amlo fix 320+5mg c/ 28 cp.	DIOVAN AMLO/NOVARTIS	R\$59,16	R\$2.366,40
58	20	cx	Diovan amlo fix 320+10mg c/ 28 cp.	DIOVAN AMLO/NOVARTIS	R\$69,84	R\$1.396,80
59	20	cx	Diovan 80mg c/28cp	DIOVAN/NOVARTIS	R\$56,06	R\$1.121,20
71	60	cx	Foraseq 12/400mcg c/60caps	FORASEQ/NOVARTIS	R\$54,06	R\$3.243,60
83	150	cx	Galvus Met 50/1000mg c/56 cp	GALVUS MET/NOVARTIS	R\$101,29	R\$15.193,50
99	400.000	comp	Levotiroxina Sódica 25mcg. (01-02-1448)	EUTHYROX/MERCK	R\$0,1158	R\$46.320,00
103	12	amp	Lucentis 0,23mL	LUCENTIS/NOVARTIS	R\$2.279,04	R\$27.348,48
123	15	cx	Ritalina LA 20mg c/ 30 cp.	RITALINA LA/NOVARTIS	R\$114,65	R\$1.719,75
124	15	cx	Ritalina LA 40mg c/ 30 cp.	RITALINA LA/NOVARTIS	R\$120,39	R\$1.805,85
130	60	Cx.	Slow K 600mg c/20cp	SLOW-K/NOVARTIS	R\$6,01	R\$360,60
145	25	Cx.	Vecasten c/30cp	VECASTEN/MARJAN	R\$41,10	R\$1.027,50
						R\$103.487,23

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº81/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº81/2014 - Pregão Presencial 23/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HOS-
PFAR INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações
Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos aten-
dimentos do CENTRI, SAMU e para o programa DST.

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
1	2.000	amp	Acetato de Medroxiprogesterona 150mg/ml, susp. injetável - ampola de 1ml (01-02-0089)	PFIZER	R\$10,80	R\$21.600,00
16	25	fr	Bimatoprost, frasco com 3mL	ALLERGAN	R\$60,69	R\$1.517,25
30	200	fr	Colírio anestésico 10ml (01-02-1168)	ALLERGAN	R\$5,79	R\$1.158,00
39	70	cx	Cloridrato de Diltiazem 30mg c/50cp	BOEHRINGER	R\$12,00	R\$840,00
68	400	tb	Epitezan pomada 3,5 grama (01-02-1177)	ALLERGAN	R\$7,88	R\$3.152,00
133	180	frs	Spiriva respimat	BOEHRINGER	R\$163,89	R\$29.500,20
143	400	cx	Vastarel MR 35mg c/30cp	SERVIER	R\$32,20	R\$12.880,00
						R\$70.647,45

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº82/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº82/2014 - Pregão Presencial 23/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PRO-
MEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas
contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do CENTRI,
SAMU e para o programa DST.

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
7	30	fr	Alivium 100 mg/ml, frasco com 20 ml	HYPERMARCAS	R\$12,61	R\$378,30
26	1.500	amp	Ceftriaxona dissódica 1g pó para sol injetável IV	NOVAFARMA	R\$4,85	R\$7.275,00
32	120	cx	Cilostazol 100mg c/ 30 cp.	EUROFARMA	R\$14,57	R\$1.748,40
37	20	fr	Cloridrato de betaxolol 5mg/ml, solução oftal, frasco com 5 ml	LATINOFARMA	R\$14,99	R\$299,80
84	24	cx	Ginkgo Biloba 80mg, caixa com 30 comprimido	CIMED	R\$12,72	R\$305,28
100	400.000	comp	Levotiroxina Sódica 50mcg. (01-02-1449)	MERCK	R\$0,1157	R\$46.280,00
127	15.000	cp	Secnidazol 1.000mg: (básica)	PRATI	R\$0,368	R\$5.520,00
137	50	fr	Tartarato de brimonidina 0,2%, frasco com 5 mL	HYPERMARCAS – NEO Q	R\$7,024	R\$351,20
						R\$62.157,98

EXTRATO DE CONTRATO N.º 070/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO ADITIVO N.º 070/2014, PRIMEIRO TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 023/2014 - Tomada de Preços n.º 038/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa E.S.E CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO: - Fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV do Contrato de Execução de Obras. DATA: 10/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO N.º 071/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO ADITIVO N.º 071/2014, PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 048/2014 - PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A EMPRESA GERLI ADRIANE CORDOVA ME. OBJETO: FICA PRORROGADO ATÉ O 31/12/2015, O PRAZO CONTRATUAL ANUNCIADO NA CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DATA: 15/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO N.º 072/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO ADITIVO N.º 072/2014, PRIMEIRO TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 026/2014 - Tomada de Preços n.º 053/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALINE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA - EPP. OBJETO: - Fica prorrogado por mais 150 (cento e cinquenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV do Contrato de Execução de Obras. DATA: 15/12/2014.

EXTRATO DE DL N.º 049/2014

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 049/2014

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 049/2014 - contratante : MUNICÍPIO DE PALHOÇA - contratada RETIFICA DE MOROTES CONTINENTE LTDA. OBJETO: aquisição de peças e serviços para manutenção preventiva e corretiva de veículos da frota da Secretaria de Saúde. VALOR: R\$ 4.816,00 (quatro mil oitocentos e dezesseis reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 466 -17.001. 2.143.3.3.90.00.00.00. DATA: 11/12/2014.

Passos Maia

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 0002/2014 AO CONTRATO Nº 0057/2013

TERMO ADITIVO nº 0002/2014 AO CONTRATO nº 0057/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC

CONTRATADO: TONER MAIS LTDA ME

OBJETO: O presente contrato tem como objeto a locação de 28 impressoras multifuncionais novas ou com no máximo de 2 (dois) anos de uso, impressora, copiadora, scanner, transformador de voltagem, toner reserva, assistência técnica, componentes eletrônicos e reposição de peças sem onerar a prefeitura.

VIGÊNCIA: Fica prorrogada vigência do contrato administrativo em epígrafe pelo período 12 (doze) meses, sendo assim, vigorará até 31 de dezembro de 2015, o que se faz nos termos do art.57, II da Lei 8.666/93.

Passos Maia - SC, 15 de dezembro de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 0002/2014 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014

TERMO ADITIVO 0002/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0001/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 0023/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n. 0015/2014

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC, à Avenida Padre João Bottero, 485, centro, inscrita no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IVANDRE BOCALON, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob o n. 625.625.769-34 e RG n. 1.510.345, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, denominado para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado à empresa POSTO COPLAVAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 00.107.328/0002-92, com sede na Avenida Padre João Bottero, n. 433, Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. ANTONIO ABILIO MANTOVANI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n. 134.374.109-20 e RG n. 1694200, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem restabelecer o equilíbrio econômico e financeiro, o que se fazem nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REAJUSTE

Os preços previstos na Ata de Registro de Preços n. 0001/2014, ficam reajustado da seguinte forma:

Item 01 - Óleo Diesel b5 S10 - o valor previsto para este item fica reajustado em 4,9084%, passando para R\$ 2,901;

Item 02 - Óleo Diesel b5 500 - o valor previsto para este item fica reajustado em 4,0899%, passando para R\$ 2,666;

Item 03 - Gasolina Comum - o valor previsto para este item fica reajustado em 3,5749%, passando para R\$ 3,283.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas da Ata de Registro de Preços permanecem inalteradas e em pleno vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro de Comarca de Ponte Serrada - Estado de Santa Catarina, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Termo Aditivo.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Passos Maia - SC, 15 de dezembro de 2014.

IVANDRE BOCALON ANTONIO

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

CONTRATADA

ABILIO MANTOVANI

POSTO COPLAVAL

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

EDSON SALVADEGO

CPF n. 067.004.859-32

DOUGLAS AIGNER

CPF n. 009.844.399-27

TERMO ADITIVO Nº 0003/2014 AO CONTRATO Nº 0009/2013

TERMO ADITIVO 0003/2014 AO CONTRATO 0009/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC

CONTRATADO: COMPUMAQ ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA - ME

OBJETO: Contratação de serviços de manutenção corretiva e preventiva em máquinas e equipamentos informatizados das secretarias municipais.

VIGÊNCIA: Fica prorrogada vigência do contrato administrativo em epígrafe pelo período de 12 (doze) meses, sendo assim, vigorará até 31 de dezembro de 2015, o que se faz nos termos do art.57, II da Lei 8.666/93.

Passos Maia - SC, 15 de dezembro de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 0003/2014 AO CONTRATO Nº 0014/2013

TERMO ADITIVO 0003/2014 AO CONTRATO 0017/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC

CONTRATADO: RCST LTDA ME

OBJETO: Contratação de serviços de transporte escolar para alunos do ensino infantil, fundamental e médio da rede municipal e estadual de ensino, no Município de Passos Maia/SC.

VIGÊNCIA: Fica prorrogada vigência do Contrato Administrativo em epígrafe, pelo período de 12 (doze) meses, sendo assim, vigorará até 31 de dezembro de 2015, o que se faz nos termos do art.57, II da Lei 8.666/93.

Passos Maia - SC, 15 de dezembro de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 0004/2014 AO CONTRATO Nº 0014/2013

TERMO ADITIVO 0004/2014 AO CONTRATO 0014/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC

CONTRATADO: JAIR PERTILE ME

OBJETO: Contratação de serviços de transporte escolar para alunos do ensino infantil, fundamental e médio da rede municipal e estadual de ensino, no Município de Passos Maia/SC.

VIGÊNCIA: Fica prorrogada vigência do Contrato Administrativo em epígrafe, pelo período de 12 (doze) meses, sendo assim, vigorará até 31 de dezembro de 2015, o que se faz nos termos do art.57, II da Lei 8.666/93.

Passos Maia - SC, 15 dezembro 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 0004/2014 AO CONTRATO Nº 0016/2013

TERMO ADITIVO nº0004/2014 AO CONTRATO nº0016/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC

CONTRATADO: TRANSPORTES COLETIVOS PASSOS MAIA LTDA ME

OBJETO: Contratação de serviços de transporte escolar para alunos do ensino infantil, fundamental e médio da rede municipal e estadual de ensino, no Município de Passos Maia/SC.

VIGÊNCIA: Fica prorrogada vigência do Contrato Administrativo em epígrafe, pelo período de 12 (doze) meses, sendo assim, vigorará até 31 de dezembro de 2015, o que se faz nos termos do art.57, II da Lei 8.666/93.

Passos Maia - SC, 15 de dezembro de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Penha**PREFEITURA****CONTRATO Nº 109/2014 - PMP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 195/2014 - PMP

CONTRATADO: JULIA CRISTINA MEURER DE SOUZA ME

Licitação: Processo Licitatório nº 109/2014 - PMP, modalidade Pregão Presencial nº 61/2014 - PMP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DA FESTA DE NATAL (NATAL) A SER REALIZADA NO PERÍODO DE 16 A 22 DE DEZEMBRO DE 2014 NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

VALOR TOTAL:R\$ 39.635,00 (trinta e nove mil seiscentos e trinta e cinco reais).

VIGÊNCIA: 31.12.2014

Penha,15 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

PELA PREFEITURA

CONTRATO Nº 196/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 196/2014 - PMP

CONTRATADO: INFINITY ASSESSORIA PEDAGÓGICA LTDA ME.

Licitação: Processo Licitatório nº 107/2014 - PMP, modalidade Carta Convite nº 18/2014 - PMP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PARA PROFESSORES, SERVENTE/MERENDEIRA E ESTAGIÁRIOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PENHA/SC PARA O ANO LETIVO DE 2015.

VALOR TOTAL:R\$ 23.300,00 (vinte e três mil e trezentos reais)

VIGÊNCIA: 31.12.2014

Penha,15 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

PELA PREFEITURA

CONTRATO Nº 23/2014 - FUMTUR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 23/2014 - FUMTUR

LICITAÇÃO: Carta Convite Nº 04/2013 - FUMTUR - Processo Licitatório 06/2014 - FUMTUR

CONTRATADA: BORBA E ZANOTTI PRESENTES LTDA

OBJETO: Aquisição de enfeites de Natal para decoração da Secretaria de Turismo, Prefeitura Municipal, Praça da Igreja Matriz e Praça Vereador Teodoro Sebastião da Costa, conforme estabelecido neste edital e anexo I.

VALOR: R\$ 29.347,70 (vinte e nove mil trezentos e quarenta e sete reais e setenta centavos).

VIGÊNCIA: até 31/12/2014

Penha, 15 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

PELA PREFEITURA

LEI Nº 2734

LEI Nº 2734/2014

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE PENHA PARA O EXERCÍCIO DE 2015"

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Artigo 1º - O Orçamento Geral do Município de Penha para o exercício de 2015, estima a receita e fixa a despesa em R\$-66.242.860,19 (Sessenta e seis milhões, duzentos e quarenta e dois mil, oitocentos e sessenta reais e dezenove centavos), distribuídos entre as seguintes Unidades Gestoras:

Receita Estimada

Prefeitura Municipal de Penha	R\$	61.100.777,16
Fundo Municipal de Saúde	R\$	4.655.645,74
Fundo Municipal de Turismo	R\$	5.783,00
Fundo Municipal da Assistência Social	R\$	428.439,12
Fundo Rotativo Habitacional	R\$	45.810,17
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	R\$	2.730,00
Fundação Municipal de Esportes	R\$	3.675,00
TOTAL	R\$	66.242.860,19

Despesa Fixada

Prefeitura Municipal de Penha	R\$	47.680.532,81
Câmara Municipal de Vereadores de Penha	R\$	3.245.000,00
Fundo Municipal de Saúde	R\$	12.261.322,40
Fundo Municipal de Turismo	R\$	790.050,00
Fundo Municipal da Assistência Social	R\$	1.312.829,98
Fundo Rotativo Habitacional	R\$	209.000,00
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	R\$	178.500,00
Fundação Municipal de Esportes	R\$	565.625,00
TOTAL	R\$	66.242.860,19

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Artigo 2º - O Orçamento do Poder Executivo, para o exercício de 2015 estima a receita em R\$-61.100.777,16 (Sessenta e um milhões, cem mil, setecentos e setenta e sete reais e dezesseis centavos), e fixa a despesa em R\$-47.680.532,81 (Quarenta e sete milhões, seiscentos e oitenta mil, quinhentos e trinta e dois reais e oitenta e um centavos), somando-se as transferências Financeiras do Tesouro Municipal para os fundos, fundação e Câmara Municipal de Vereadores em R\$-13.420.244,35 (Treze milhões, quatrocentos e vinte mil, duzentos e quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos).

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

RECEITAS CORRENTES	R\$	58.560.777,16
Receita Tributária	R\$	15.269.162,14
Receita de Contribuições	R\$	2.931.680,97
Receita Patrimonial	R\$	445.012,79
Receita de Serviços	R\$	2.113.625,00

Transferências Correntes	R\$	34.905.590,50
Outras Receitas Correntes	R\$	2.895.705,76
RECEITAS DE CAPITAL	R\$	2.540.000,00
Operações de Crédito	R\$	2.000.000,00
Alienação de Bens	R\$	10.000,00
Transferências de Capital	R\$	530.000,00
TOTAL	R\$	61.100.777,16

§ 2º - A Despesa do Poder Executivo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I-CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

02-GABINETE DO PREFEITO	R\$	525.000,00
03-GABINETE DO VICE-PREFEITO	R\$	215.000,00
04-PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	R\$	615.300,00
05-SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	R\$	3.259.910,19
06-SECRETARIA DA FAZENDA	R\$	2.366.100,00
07-CONTROLADORIA INTERNA	R\$	199.500,00
08-SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL	R\$	532.112,50
09-SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	986.500,00
10-SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	R\$	24.343.648,60
11-SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	R\$	977.247,00
12-SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	R\$	11.107.269,50
14-SECRETARIA DE TURISMO	R\$	336.000,00
15-SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO	R\$	2.164.445,02
99-RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	52.500,00
TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA	R\$	13.420.244,35
TOTAL	R\$	61.100.777,16

II-CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04-ADMINISTRATIVA	R\$	8.089.069,69
06-SEGURANÇA PÚBLICA	R\$	683.495,02
08-ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	986.500,00
12-EDUCAÇÃO	R\$	24.061.148,60
13-CULTURA	R\$	282.500,00
15-URBANISMO	R\$	6.550.116,35
16-HABITAÇÃO	R\$	52.500,00
17-SANEAMENTO	R\$	789.000,00
20-AGRICULTURA	R\$	283.250,00
23-COMÉRCIO E SERVIÇOS	R\$	762.300,00
25-ENERGIA	R\$	2.931.680,97
26-TRANSPORTE	R\$	950.472,18
28-ENCARGOS ESPECIAIS	R\$	1.206.000,00
99-RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	52.500,00
TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA	R\$	13.420.244,35
TOTAL	R\$	61.100.777,16

IV-CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA DE DESPESA

DESPESAS CORRENTES	R\$	37.838.473,22
3.1.00.00.00.00-PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	22.406.292,62
3.2.00.00.00.00-JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$	36.000,00
3.3.00.00.00.00-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	15.396.180,60
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	9.789.559,59
4.4.00.00.00.00-INVESTIMENTOS	R\$	9.669.559,59
4.6.00.00.00.00-AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$	120.000,00
9.9.99.99.99.99-RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	52.500,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	13.420.244,35
TOTAL	R\$	61.100.777,16

DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PENHA

Artigo 3º - O Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Penha, para o exercício de 2015, fixa a Transferência financeira do Tesouro Municipal em R\$3.245.000,00 (Três milhões, duzentos e quarenta e cinco mil reais) e fixa a despesa em R\$3.245.000,00 (Três milhões, duzentos e quarenta e cinco mil reais).

§ 1º - Os recursos financeiros da Câmara Municipal de Vereadores de Penha, serão oriundos de transferência financeira do Município.

§ 2º - A Despesa da Câmara Municipal de Vereadores de Penha será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - LEGISLATIVA	R\$	3.245.000,00
TOTAL	R\$	3.245.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$	2.945.000,00
3.1.00.00.00.00-PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	2.271.500,00
3.3.00.00.00.00-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	673.500,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	300.000,00
4.4.00.00.00.00-INVESTIMENTOS	R\$	300.000,00
TOTAL	R\$	3.245.000,00

DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Artigo 4º - O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde do Município de Penha, para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$-4.655.645,74 (Quatro milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), as transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$-7.605.676,66 (Sete milhões, seiscentos e cinco mil, seiscentos e setenta e seis reais e sessenta e seis centavos) e fixa a despesa em R\$-12.261.322,40 (Doze milhões, duzentos e sessenta e um mil, trezentos e vinte e dois reais e quarenta centavos).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação e rendas e transferências, discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	R\$	4.634.645,74
Receita Tributária	R\$	407.991,41
Receita Patrimonial	R\$	174.984,51
Transferências Correntes	R\$	4.050.094,82
Outras Receitas Correntes	R\$	1.575,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$	21.000,00
Transferências de Capital	R\$	21.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	7.605.676,66
TOTAL	R\$	12.261.322,40

§ 2º - A Despesa do Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - SAÚDE	R\$	12.261.322,40
TOTAL	R\$	12.261.322,40

II - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0014-PENHA MAIS GESTÃO ADMINISTRATIVA - SAUDE	R\$	11.890.096,72
0305-PENHA MAIS SAUDE	R\$	371.225,68
TOTAL	R\$	12.261.322,40

III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$	10.804.949,88
3.1.00.00.00.00-PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	6.290.675,28
3.3.00.00.00.00-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	4.514.274,60
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	1.456.372,52
4.4.00.00.00.00-INVESTIMENTOS	R\$	1.456.372,52
TOTAL	R\$	12.261.322,40

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Artigo 5º - O Orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$-2.730,00 (Dois mil setecentos e trinta reais), as transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$-175.770,00 (Cento e setenta e cinco mil, setecentos e setenta reais) e fixa a despesa em R\$-178.500,00 (Cento e setenta e oito mil e quinhentos reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas e transferências, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	R\$	2.730,00
Receita Patrimonial	R\$	105,00
Transferências Correntes	R\$	2.100,00
Outras Receitas Correntes	R\$	525,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	175.770,00
TOTAL	R\$	178.500,00

§ 2º - A Despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação

funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	178.500,00
TOTAL	R\$	178.500,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0062-ASSISTÊNCIA AO MENOR	R\$	178.500,00
TOTAL	R\$	178.500,00

III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$	152.250,00
3.3.00.00.00.00-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	152.250,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	26.250,00
4.4.00.00.00.00-INVESTIMENTOS	R\$	26.250,00
TOTAL	R\$	178.500,00

DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Artigo 6º - O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$-428.439,12 (Quatrocentos e vinte e oito mil, quatrocentos e trinta e nove reais e doze centavos), as transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$-884.390,86 (oitocentos e oitenta e oito mil, trezentos e noventa reais e oitenta e seis centavos) e fixa a Despesa em R\$-1.312.829,98 (Um milhão, trezentos e doze mil, oitocentos e vinte e nove reais e noventa e oito centavos).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas e transferências, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	R\$	426.439,12
Receita Patrimonial	R\$	44.313,39
Transferências Correntes	R\$	381.600,73
Outras Receitas Correntes	R\$	525,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$	2.000,00
Transferência de Capital	R\$	2.000,00
TRANSFÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	884.390,86
TOTAL	R\$	1.312.829,98

§ 2º - a Despesa do Fundo Municipal de Assistência Social será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	R\$	1.097.579,98
16 – HABITAÇÃO URBANA	R\$	215.250,00
TOTAL	R\$	1.312.829,98

II - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0008-PENHA MAIS GESTÃO ADMINISTRATIVA – ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	1.307.829,98
0303-PENHA MAIS ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	5.000,00
TOTAL	R\$	1.312.829,98

III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$	1.120.667,72
3.3.00.00.00.00-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	1.120.667,72
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	192.162,26
4.4.00.00.00.00-INVESTIMENTOS	R\$	192.162,26
TOTAL	R\$	1.312.829,98

DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

Artigo 7º - O Orçamento do Fundo Rotativo Habitacional, para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$-45.810,17 (Quarenta e cinco mil, cento e oitenta reais e dezessete centavos), as transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$-163.189,83 (Cento e sessenta e três mil, cento e oitenta e nove reais e oitenta e três centavos) e fixa a Despesa em R\$-209.000,00 (Duzentoe nove mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas e transferências, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	R\$	630,00
Receita Patrimonial	R\$	105,00
Outras Receitas Correntes	R\$	525,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$	45.180,17
Amortização de Empréstimos	R\$	35.180,17
Transferência de Capital	R\$	10.000,00
TRANSFÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	163.189,83
TOTAL	R\$	209.000,00

§ 2º - a Despesa do Fundo Rotativo Habitacional será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

0016-HABITAÇÃO	R\$	30.500,00
0028-ENCARGOS ESPECIAIS	R\$	178.500,00
TOTAL	R\$	209.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0000-OPERAÇÕES ESPECIAIS	R\$	178.500,00
0008-PENHA MAIS GESTÃO ADMINISTRATIVA – ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	30.500,00
TOTAL	R\$	209.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$	63.000,00
3.2.00.00.00.00-JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$	52.500,00
3.3.00.00.00.00-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	10.500,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	146.000,00
4.4.00.00.00.00-INVESTIMENTOS	R\$	20.000,00
4.6.00.00.00.00-AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$	126.000,00
TOTAL	R\$	209.000,00

DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

Artigo 8º - O Orçamento do Fundo Municipal de Turismo, para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$-5.783,00 (Cinco mil, setecentos e oitenta e três reais) as transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$-784.267,00 (setecentos e oitenta e quatro mil, duzentos e sessenta e sete reais), e fixa a Despesa em R\$-790.050,00 (Setecentos e noventa mil e cinquenta reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas, transferências e alienação de bens, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	R\$	3.783,00
Receita Patrimonial	R\$	1.158,00
Transferências Correntes	R\$	2.100,00
Outras Receitas Correntes	R\$	525,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$	2.000,00
Transferência de Capital	R\$	2.000,00
TRANSFÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	784.267,00
TOTAL	R\$	790.050,00

§ 2º - A Despesa do Fundo Municipal de Turismo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

0023-COMÉRCIO E SERVIÇOS	R\$	790.050,00
TOTAL	R\$	790.050,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0015-PENHA MAIS GESTÃO ADMINISTRATIVA - TURISMO	R\$	786.050,00
0301-PENHA MAIS TURISMO	R\$	4.000,00
TOTAL	R\$	790.050,00

III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$	730.300,00
3.1.00.00.00.00-PESSOAL E ENCARGOS	R\$	21.000,00
3.3.00.00.00.00-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	709.300,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	59.750,00
4.4.00.00.00.00-INVESTIMENTOS	R\$	59.750,00
TOTAL	R\$	790.050,00

DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Artigo 9º - O Orçamento da Fundação Municipal de Esportes de Penha, para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$-3.675,00 (Tres mil, seiscentos e setenta e cinco reais) as transferências Financeiras do tesouro Municipal em R\$-561.950,00 (Quinhentos e sessenta e um mil, novecentos e cinquenta reais), e fixa a Despesa em R\$-565.625,00 (Quinhentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e vinte e cinco reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas, transferências e operações de crédito, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	R\$	2.625,00
Receita Patrimonial	R\$	525,00
Transferências Correntes	R\$	1.575,00

Outras Receitas Correntes	R\$	525,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$	1.050,00
Transferência de Capital	R\$	1.050,00
TRANSFÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	561.950,00
TOTAL	R\$	565.625,00

§ 2º - A Despesa da Fundação Municipal de Esportes será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

0023-COMÉRCIO E SERVIÇOS	R\$	786.050,00
0027-TURISMO	R\$	4.000,00
TOTAL	R\$	790.050,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0015-PENHA MAIS GESTÃO ADMINISTRATIVA - TURISMO	R\$	786.050,00
0301-PENHA MAIS TURISMO	R\$	4.000,00
TOTAL	R\$	790.050,00

III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$	730.300,00
3.1.00.00.00.00-PESSOAL E ENCARGOS	R\$	21.000,00
3.3.00.00.00.00-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	709.300,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	59.750,00
4.4.00.00.00.00-INVESTIMENTOS	R\$	59.750,00
TOTAL	R\$	790.050,00

Artigo 10 - Os recursos de Reserva de Contingência são destinados exclusivamente ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, transformando-se em exclusiva reserva do fundo destinado ao atendimento de situações eminentemente emergenciais, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art.5º, Portaria STN nº 163/2001, art.8º.

Artigo 11 - O Executivo está autorizado nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 25% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - superávit financeiro do exercício anterior, apurado no Balanço Patrimonial, por fonte de recurso.

Parágrafo Único: Excluem-se desses limites, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Artigo 12 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de dotação orçamentária de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, inclusive da Prefeitura Municipal de Penha para seus Fundos e Fundação, poderá ser feita por Decreto do Executivo Municipal. (Art. 167, VI da CF).

Artigo 13 - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Artigo 14 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Artigo 15 - Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Artigo 16 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de Convênios, Operações de Crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Artigo 17 - Fica o Executivo Municipal autorizado a transferir recursos a entidades privadas, beneficiando somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, médico, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal.

Artigo 18 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com o Governo Federal, Estadual e com entidades sem fins lucrativos, através de seus órgãos da administração direta ou indireta, durante o exercício de 2015.

Artigo 19 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º de janeiro revogadas as disposições em contrário.

Penha, 10 de dezembro de 2014.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

LEI Nº 2735

LEI Nº 2735/2014

"DÁ DENOMINAÇÃO OFICIAL A RUA NO MUNICÍPIO."

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Poder Executivo autorizado a denominar de RUA HERMES GALDINO FERREIRA, a que parte da Rua Santa Lídia até confrontar-se com o imóvel de propriedade de João B. de Souza, no bairro de santa Lídia, no Município de Penha, medindo 88,00 (oitenta e oito metros) de extensão e 6,30 (seis metros e trinta centímetros) de largura no início, e 7,00 (sete metros) no final.
Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Penha, 12 de dezembro de 2014.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

CÂMARA MUNICIPAL

DESPESAS NOVEMBRO/2014

Santa Catarina

CÂMARA MUNICIPAL DE PENHA

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : CÂMARA MUNICIPAL DE PENHA

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Novembro
Página 1 de 1

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PENHA		2.850.000,00	0,00	200.000,00	2.650.000,00	170.069,75	2.024.819,63
01.01.0	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PENHA		2.850.000,00	0,00	200.000,00	2.650.000,00	170.069,75	2.024.819,63
01.01.01	Legislativa		2.850.000,00	0,00	200.000,00	2.650.000,00	170.069,75	2.024.819,63
01.01.01.031	Ação Legislativa		2.850.000,00	0,00	200.000,00	2.650.000,00	170.069,75	2.024.819,63
01.01.01.031.0001	PENHA MAIS GESTÃO ADMINISTRATIVA - CÂMARA MUNICIPAL		2.850.000,00	0,00	200.000,00	2.650.000,00	170.069,75	2.024.819,63
01.031.0001.1.001	Construção da Sede da Câmara Municipal de Vereadores		200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00
01.031.0001.2.001	Funcionamento e manutenção da Câmara Municipal de vereadores de Penha		2.650.000,00	0,00	0,00	2.650.000,00	170.069,75	2.024.819,63
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	1.900.000,00	0,00	0,00	1.900.000,00	115.069,42	1.513.360,91
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	450.000,00	0,00	0,00	450.000,00	55.000,33	419.605,16
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	91.853,56
Total por Entidade :			2.850.000,00	0,00	200.000,00	2.650.000,00	170.069,75	2.024.819,63
Total Geral :			2.850.000,00	0,00	200.000,00	2.650.000,00	170.069,75	2.024.819,63

JESUEL FRANCISCO CAPELA
PRESIDENTE

DAYSE CRISTIANE DE SOUZA GERMANO
CONTADOR(A) CRC/SC 21092

DESPESAS OUTUBRO/2014

Santa Catarina

CAMARA MUNICIPAL DE PENHA

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Outubro
Página 1 de 1

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE PENHA

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PENHA		2.850.000,00	0,00	0,00	2.850.000,00	119.426,70	1.854.749,88
01.01.0	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PENHA		2.850.000,00	0,00	0,00	2.850.000,00	119.426,70	1.854.749,88
01.01.01	Ação Legislativa		2.850.000,00	0,00	0,00	2.850.000,00	119.426,70	1.854.749,88
01.01.01.031	Ação Legislativa		2.850.000,00	0,00	0,00	2.850.000,00	119.426,70	1.854.749,88
01.01.01.031.0001	PENHA MAIS GESTÃO ADMINISTRATIVA - CAMARA MUNICIPAL		2.850.000,00	0,00	0,00	2.850.000,00	119.426,70	1.854.749,88
01.031.0001.1.001	Construção da Sede da Câmara Municipal de Vereadores		200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
01.031.0001.2.001	Funcionamento e manutenção da Câmara Municipal de vereadores de Penha		2.650.000,00	0,00	0,00	2.650.000,00	119.426,70	1.854.749,88
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	1.900.000,00	0,00	0,00	1.900.000,00	103.890,90	1.398.291,49
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	450.000,00	0,00	0,00	450.000,00	15.535,80	364.604,83
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	91.853,56
Total por Entidade :			2.850.000,00	0,00	0,00	2.850.000,00	119.426,70	1.854.749,88
Total Geral :			2.850.000,00	0,00	0,00	2.850.000,00	119.426,70	1.854.749,88

JESUEL FRANCISCO CAPELA
PRESIDENTE

DAYSE CRISTIANE DE SOUZA GERMANO
CONTADORA CRC/SC 21092

Peritiba

CÂMARA MUNICIPAL

4-2014

PORTARIA 4-2014

EXONERA GUSTAVO DOS SANTOS BIGATON

Mara Regina Hermes Petter, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Peritiba, usando das atribuições previstas no artigo 38, XIII do Regimento Interno desta Casa.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar GUSTAVO DOS SANTOS BIGATON do cargo em comissão de Assessor Jurídico, Nível 4, Referência A, conforme o Anexo II da Lei Municipal Complementar 20/2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 16 de dezembro de 2014.

Mara Regina Hermes Petter

Presidente da Câmara Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 316/2014

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 316/2014

OBJETO: O presente contrato visa acometer à contratada a prestação de serviços técnicos de elaboração, coordenação e realização de concurso público para provimento de cargos de provimento efetivo do quadro de pessoal da Administração Direta do Município de Pinheiro Preto - SC.

LICITAÇÃO: Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 039/2014

EMPRESA CONTRATADA: Instituto Educacional Terra das Aguas Ltda - ME

VALOR: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço global de R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais).

DATA DO CONTRATO: 08 de dezembro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Viecele

DECRETO Nº 4.121, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.121, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.717 de 18 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

08 - Encargos Gerais do Município

08.28 - Encargos Especiais

08.28.846 - Outros Encargos Especiais

08.28.846.2800 - Outros Encargos Especiais

08.28.846.2800.2044 - Amortização da Dívida e Encargos Municipais

4690-0000- Aplicações Diretas

Fonte 0100

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais) conforme abaixo discriminado;

08 - Encargos Gerais do Município

08.28 - Encargos Especiais

08.28.846 - Outros Encargos Especiais

08.28.846.2800 - Outros Encargos Especiais

08.28.846.2800.2044 - Amortização da Dívida e Encargos Municipais

3290-0000- Aplicações Diretas

Fonte 0100

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.122, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.122, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.717 de 18 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

02 - Poder Executivo

0204- Sec. De Administração e Finanças

0204.122 - Administração Geral

0204.122.0402 - Administração Geral

0204.122.0402.2022 - Manutenção Secretaria de Adm. e Finanças

3190-0000- Aplicações Diretas

Fonte 0100

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) conforme abaixo discriminado;

02 - Poder Executivo

0204- Sec. De Administração e Finanças

0204.122 - Administração Geral

0204.122.0402 - Administração Geral

0204.122.0402.2022 - Manutenção Secretaria de Adm. e Finanças

3191-0000- Aplicações Diretas

Fonte 0100

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.123, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.123, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.717 de 18 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 9.000,00 (Nove mil reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

02 - Poder Executivo

0205- Sec. De agricultura e meio ambiente

0205.20 - Agricultura

0205.20.606 - Extensão Rural

0205.20.606.2001 - Assistência ao Produtor Rural

0205.20.606.2001.2040 - Manutenção de Atividades de Apoio a Agricultura
3390-0000- Aplicações Diretas R\$ 3.000,00
Fonte 0100

02 - Poder Executivo
0205- Sec. De agricultura e meio ambiente
0205.20 - Agricultura
0205.20.606 - Extensão Rural
0205.20.606.2001 - Assistência ao Produtor Rural
0205.20.606.2001.2040 - Manutenção de Atividades de Apoio a Agricultura
3190-0000- Aplicações Diretas R\$ 6.000,00
Fonte 0100

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 9.000,00 (Nove mil reais) conforme abaixo discriminado;

02 - Poder Executivo
0205- Sec. De agricultura e meio ambiente
0205.20 - Agricultura
0205.20.606 - Extensão Rural
0205.20.606.2001 - Assistência ao Produtor Rural
0205.20.606.2001.2040 - Manutenção de Atividades de Apoio a Agricultura
3191-0000- Aplicações Diretas R\$ 9.000,00
Fonte 0100

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 09 DE DEZEMBRO DE 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.124, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.124, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.717 de 18 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

02 - Poder Executivo
0206- Sec. De Transp e Obras
0206.26 - Transporte
0206.26.782 - Transporte Rodoviário
0206.26.782.2601 - Estradas Vicinais
0206.26.782.2601.2042 - Manutenção Secretaria Transp e Obras
3190-0000- Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
Fonte 0100

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) conforme abaixo discriminado;

02 - Poder Executivo
0206- Sec. De Transp e Obras
0206.26 - Transporte
0206.26.782 - Transporte Rodoviário

0206.26.782.2601 - Estradas Vicinais
0206.26.782.2601.2042 - Manutenção Secretaria Transp e Obras
3191-0000- Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
Fonte 0100

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 09 DE DEZEMBRO DE 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.126, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.126, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.717 de 18 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 29.000,00 (Vinte e nove mil reais) do Fundo Municipal de Saúde de abaixo discriminado;

03 Fundo Municipal de Saúde
0301 Fundo Municipal de Saúde
0301.10 Saúde
0301.10.301 Atenção Básica
0301.10.301.1001 Saúde com qualidade
0301.10.301.1001.2052 Manutenção Piso At. Básica
Var. União
4490-0000 Aplicações Diretas R\$ 29.000,00
Fonte de Recursos 0164

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 29.000,00 (Vinte e nove mil reais) conforme abaixo discriminado;

03 Fundo Municipal de Saúde
0301 Fundo Municipal de Saúde
0301.10 Saúde
0301.10.301 Atenção Básica
0301.10.301.1001 Saúde com qualidade
0301.10.301.1001.2052 Manutenção Piso At. Básica
Var. União
3190-0000 Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0164

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.127, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.127, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto,

Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.717 de 18 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 12.500,00 (Doze mil e quinhentos reais) do Fundo Municipal de Saúde abaixo discriminado;

03 Fundo Municipal de Saúde
 0301 Fundo Municipal de Saúde
 0301.10 Saúde
 0301.10.301 Atenção Básica
 0301.10.301.1001 Saúde com qualidade
 0301.10.301.1001.2050 Manutenção das atividades da Saúde
 3390-0000 Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 0102

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 12.500,00 (Doze mil e quinhentos reais) conforme abaixo discriminado;

03 Fundo Municipal de Saúde
 0301 Fundo Municipal de Saúde
 0301.10 Saúde
 0301.10.301 Atenção Básica
 0301.10.301.1001 Saúde com qualidade
 0301.10.301.1001.2050 Manutenção das atividades da Saúde
 3190-0000 Aplicações Diretas R\$ 5.500,00
 3191-0000 Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Fonte de Recursos 0102

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
 PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.128, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.128, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.717 de 18 de novembro de 2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal, autorizado a proceder suplementação no valor de R\$ 59.433,42 (Cinquenta e nove mil, quatrocentos e trinta e três reais e quarenta e dois centavos) na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

02 - Poder Executivo
 0203 - Secretaria de Educação e Cultura
 0203.12 - Educação
 0203.12.361 - Ensino Fundamental
 0203.12.361.1201 - Desenvolvimento Educacional
 0203.12.361.1201.2032 - Manutenção das atividades do Ensino Fundamental

3190-0000- Aplicações Diretas
 Fonte 0118 R\$ 26.547,84

02 - Poder Executivo

0203 - Secretaria de Educação e Cultura
 0203.12 - Educação
 0203.12.361 - Ensino Fundamental
 0203.12.361.1201 - Desenvolvimento Educacional
 0203.12.361.1201.2032 - Manutenção das atividades do Ensino Fundamental
 3190-0000- Aplicações Diretas
 Fonte 0119 R\$ 23.973,04

02 - Poder Executivo

0203 - Secretaria de Educação e Cultura
 0203.12 - Educação
 0203.12.361 - Ensino Fundamental
 0203.12.361.1201 - Desenvolvimento Educacional
 0203.12.361.1201.2032 - Manutenção das atividades do Ensino Fundamental
 3191-0000- Aplicações Diretas
 Fonte 0119 R\$ 6.000,00

02 - Poder Executivo

0203 - Secretaria de Educação e Cultura
 0203.12 - Educação
 0203.12.361 - Ensino Fundamental
 0203.12.361.1201 - Desenvolvimento Educacional
 0203.12.361.1201.2032 - Manutenção das atividades do Ensino Fundamental
 3191-0000- Aplicações Diretas
 Fonte 0118 R\$ 2.912,54

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais fica utilizado o Provável Excesso de Arrecadação apurado até 12 de dezembro de 2014 na fonte de recursos FUNDEB.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.129, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.129, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.717 de 18 de novembro de 2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal, autorizado a proceder suplementação no valor de R\$ 73.000,00 (Setenta e três mil reais) na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

02 - Poder Executivo
 0203 - Secretaria de Educação e Cultura
 0203.12 - Educação
 0203.12.361 - Ensino Fundamental
 0203.12.361.1201 - Desenvolvimento Educacional
 0203.12.361.1201.2032 - Manutenção das atividades do Ensino Fundamental

3190-0000- Aplicações Diretas
Fonte 0101 R\$ 41.900,00

02 - Poder Executivo
0203 - Secretaria de Educação e Cultura
0203.12 - Educação
0203.12.361 - Ensino Fundamental
0203.12.361.1201 - Desenvolvimento Educacional
0203.12.361.1201.2032 - Manutenção das atividades do Ensino Fundamental
3191-0000- Aplicações Diretas
Fonte 0101 R\$ 31.100,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais fica utilizado o Provável Excesso de Arrecadação apurado até 12 de dezembro de 2014 na fonte de recursos próprios.(fonte 101)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 359, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 359, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.
HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 040/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 040/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, cujo objeto visa a aquisição de equipamentos, adjudicando o objeto a empresa LIBRELATO SA IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS, inscrita no CNPJ sob o nº 75.274.316/0001-70, consistentes:

I - um coletor compactador de lixo pelo preço de R\$ 64.800,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos reais), com as seguintes características:

- a) Chassi: Longarinas de chassi formato "u" em aço de alta resistência; mão francesas formato "L" em chapa de aço; fixado ao chassi do caminhão por grampos de aço;
- b) Caixa de Carga: Laterais em chapa de aço lisa de 6,35 mm; frontal (painel ejetor) em chapa de aço corrugada 4,76mm; assoalho, teto, painel de içamento e caixa coletora em chapa de aço 4,76mm; quadro traseiro basculável em chapa de aço 4,76mm; plataforma traseira em chapa de aço 3,76mm tipo xadrez; caixa para chorume com capacidade de 150 litros;
- c) Sistema Hidráulico: 02 cilindros hidráulicos para compactar material; 02 cilindros hidráulicos para movimentação de material; 01 cilindro hidráulico para movimentação de painel ejetor; 02 cilindros hidráulicos de elevação do quadro traseiro; comando hidráulico; bomba hidráulica/mangueiras/conexões/ cardans/ junta universal; reservatório de óleo;
- d) Sistema Elétrico: Sinaleiras do próprio caminhão; giroflex rotativo; farol de iluminação do quadro traseiro; sinal de comunicação entre motorista e operadores;
- e) Pintura: Limpeza das chapas com jato a granelha; aplicação de fundo anti corrosivo;
- f) Acompanha: Para lamas traseiros/lameiros de borracha traseiro; faixa zebrada na traseira; escada frontal; faixas refletivas;
- g) Instalação: Instalado em caminhão a definir; entre eixos apropriados;

h) Opcionais: Corote d'Água; caixa de ferramentas; tomada de força.

II - um poli guindaste simples pelo valor de R\$ 41.700,00 (quarenta e um mil e setecentos reais), com as seguintes características:

a) Aplicação: O poli guindaste deve transportar até 02 caixas estacionárias cheias de até 6m³ e 6 caixas vazias, agilizando assim a distribuição e podendo também transportar coletor compactador estacionário;

b) Chassi: Todo fabricado em chapa de aço com 6,35 mm de espessura. Chassi e travessas em perfil "U" e mão francesa em chapa de aço com 4,75 mm de espessura. Sistema de solda contínua pelo processo MIG;

c) Braços de articulação: Fabricados em chapa de aço com 8mm de espessura, com buchas e pinos nas articulações e sistema de casquilho alto lubrificante. Estrutura calculada para trabalhar nos esforços exigidos em qualquer fase de articulação;

d) Sapatas: Construídas em chapa de aço de 6,35 mm de espessura e mancais de alta resistência. Projetadas para estabilizar o equipamento na carga e descarga, evitando desta forma torção ou tombamento;

e) Sistema de carga e descarga: Carga: Através de corrente e sistema de garra com três furos opcionais. Descarga: através de dois ganchos com acionamento pneumático no interior da cabine;

f) Sistema hidráulico: Comando hidráulico com acionamento mecânico através de alavancas, com movimentos das sapatas individuais. Cilindros hidráulicos de dupla ação com proteção nas hastes e capacidade para suportar os serviços exigidos. Mangueiras hidráulicas todas com proteção de desgaste através de mola espiral em nylon;

g) Sistema elétrico de segurança: Iluminação através de sinaleiras traseiras e sistema de alerta tipo estroboscópio, Faixas refletivas em toda a extensão do equipamento, proteção lateral em alumínio conforme normas vigentes. Capacidade; Içamento de carga para caixas estacionárias até 8 ton. Instalação: Em qualquer marca de caminhão;

h) Pintura: Perfeita preparação de limpeza em toda superfície da estrutura, com jateamento em granalha de aço, aplicação de uma demão de primer e duas demãos de tinta em polieuretano.

Parágrafo Único: O valor total montou a quantia de R\$ 106.500,00 (Cento e seis mil e quinhentos reais)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 18 DE NOVEMBRO DE 2014
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 367, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 367, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.
HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 039/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como

parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 039/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, cujo objeto visa a contratação de empresa para elaboração, coordenação e realização de concurso público e adjudica o objeto licitado à empresa Instituto Educacional Terra das Águas Ltda ME, inscrita no CNPJ sob o nº 06.913.205/0001-44, pelo valor total de R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 01 DE DEZEMBRO DE 2014
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 380, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 380, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
REVOGA LICITAÇÃO Nº 044/2014 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO os orçamentos apresentados pelo Município de Tangará (R\$ 4.890,00), da empresa Meta Caçamba Estacionárias (R\$1.850,00 + R\$ 600,00, totalizando R\$ 2.450,00);
CONSIDERANDO que o valor cotado ficou em 100% acima do preço orçado,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a licitação nº 044/2014, modalidade Pregão Presencial, em razão do valor cotado estar acima do preço orçado, devendo ser lançado novo certame.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

RESOLUÇÃO Nº 03 de 10 de dezembro de 2014.
Institui critérios e procedimentos para concessão, cassação e revalidação de registro de entidades e inscrição dos programas, conforme previsto nos artigos 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente e Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - nº 164 de 09 de abril de 2014.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios para subsidiar a análise das entidades governamentais e não governamentais com vistas à concessão de registro, conforme previsto no artigo 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;

CONSIDERANDO que o atendimento institucional à criança e ao adolescente deve seguir os princípios e diretrizes preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

CONSIDERANDO que, conforme o ECA, o desenvolvimento integral da criança e do adolescente deve basear-se nos seus direitos

fundamentais, a saber:

- Direito à Vida e à Saúde
- Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade
- Direito à Convivência Familiar e Comunitária
- Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer
- Direito à Profissionalização e à Proteção ao Trabalho.
- Direito à Assistência Social

CONSIDERANDO que, conforme o ECA, o registro no CMDCA é condição "sine qua non" para o funcionamento das organizações governamentais e não governamentais,

CONSIDERANDO a necessidade de inscrição dos programas governamentais e não governamentais previstos no artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

CONSIDERANDO a necessidade de elaboração de subsídios para a fiscalização pelo Conselho Tutelar, Ministério Público e Poder Judiciário conforme previsto no artigo 95 do Estatuto;

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer critérios e procedimentos para a concessão, a cassação e a revalidação do registro de entidades não governamentais e governamentais e inscrição de todos os programas de atendimento que atuam nos regime de:

- I - orientação e apoio sócio-familiar;
- II - apoio sócio-educativo em meio aberto;
- III - colocação familiar;
- IV - abrigo;
- V - liberdade assistida;
- VI - semiliberdade;
- VII - internação.

I - registrar as entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional, nos termos do caput do art. 91, do Estatuto da Criança e do Adolescente;

II - inscrever os programas de aprendizagem no CMDCA da localidade onde estão sendo desenvolvidos, de acordo com o estabelecido no art. 90 do ECA; e

III - comunicar o registro da entidade e inscrições de programas governamentais e não governamentais ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária.

§ 1º Realizar mapeamento das entidades sem fins lucrativos que ofereçam cursos de profissionalização e aprendizagem.

§ 2º O mapeamento dos cursos deve conter as seguintes informações: carga horária, duração, conteúdo programático, data de matrícula, número de vagas oferecidas para os participantes.

§ 3º As entidades de âmbito nacional e estadual, que executam programas de aprendizagem em Município diverso do seu registro no CMDCA, devem inscrever seus programas nos respectivos CMDCA's das localidades onde atuarão, não sendo necessária a exigência de sede e local. (Resolução do CONANDA, nº164 de 09 de abril de 2014)

Art. 2º - As entidades de atendimento e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão atender ao que segue:

- I- Adotar como princípios de ação, a promoção da ética, da paz, da cidadania, da democracia e de outros valores universais;
- II- Ter em seus quadros pessoas idôneas;
- III- Estar regularmente constituída; (Art. 91)
- IV- Desenvolver Plano de Trabalho compatível com os princípios do ECA; (Art. 91)

Art. 3º - Poderão solicitar registro as Entidades governamentais e não governamentais que realizem quaisquer das atividades abaixo:

- I- Estudos e pesquisas direcionados à criança e ao adolescente.
- II- Programas de assessoria, capacitação e educação profissional, assim como de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 4º - O processo de registro/inscrição das Entidades/Programas no CMDCA de Florianópolis obedecerá aos seguintes procedimentos:

A) Preenchimento pela Entidade, da Ficha de Registro anexando cópia dos seguintes documentos:

- 1. Estatuto devidamente registrado, ata da eleição e do termo de posse da atual diretoria;
- 3. Balancete Financeiro do último ano;
- 4. CNPJ da Entidade ;
- 5. CPF e RG do Presidente ou Coordenador Geral da Entidade;
- 6. Plano ou projeto de trabalho da Entidade;
- 7. Número de crianças atendidas, com faixa etária e gênero.

B) Preenchimento pela Entidade/Secretaria da Ficha de inscrição, anexando cópia do Plano ou projeto de trabalho do Programa.

I- Estudo da Ficha de Registro e/ou inscrição a ser realizado por Membros e colaboradores da Comissão de Normas e Monitoramento a ser realizado por Membros e colaboradores da Comissão de Normas e Monitoramento e Secretaria Executiva do CMDCA.

II- Visita a Entidade/Programa a ser realizado por Membros e colaboradores da Comissão de Normas e Monitoramento e Secretaria Executiva do CMDCA.

III- Análise do estudo efetuado pelos Membros e colaboradores da Comissão de Normas e emissão do Parecer a ser submetido à Plenária.

IV- A concessão ou não de registro/inscrição é competência do CMDCA, o qual deliberará em plenária após apreciação do Parecer da Comissão de Normas e Monitoramento.

V- O CMDCA informará ao Juizado da Infância e da Juventude; ao Conselho Tutelar e ao Ministério Público a concessão do Registro/inscrição à Entidade/Programa.

Art. 5º - Será concedido registro/inscrição provisória, com validade de 06 (seis) meses, às Entidades/Programas que preencherem de forma geral os critérios dos Artigos 2º e 3º, mas que ainda necessitem implementar algumas medidas de adequação.

§ 1º As medidas de adequação deverão ser recomendadas por escrito, após aprovação pela plenária do CMDCA e seu cumprimento deverá ser avaliado no prazo estabelecido.

§ 2º O Certificado de Registro/inscrição Provisório poderá ser prorrogado por igual período, de acordo com a avaliação da plenária do CMDCA.

§ 3º A contagem do prazo será suspensa quando a parte interessada requerer e for deferido pelo CMDCA.

Art. 6º - A validade do certificado de registro/inscrição será de 3 (três) anos, devendo a Entidade/Programa encaminhareem ao CMDCA, no final de cada ano, relatório das atividades desenvolvida, incluso balanço patrimonial das Entidades, para o acompanhamento do mesmo.

§ 1º Obtido registro/inscrição a Entidade/ Programa obriga-se a:

- I- Ter fiel obediência ao Estatuto da Criança e do Adolescente;

II- Ter registro atualizado de suas ações;

III- Possibilitar a comunicação em tempo hábil aos órgãos do Estatuto da Criança e do Adolescente para adoção de providências necessárias à solução de ocorrências urgentes;

IV- Manter cadastro atualizado no CMDCA.

V- Cumprir com presteza as orientações ou recomendações emanadas do Ministério Público, do CMDCA e/ou dos Conselheiros Tutelares;

VI- Manter programa permanente de capacitação de seus recursos humanos.

Art. 7º - A cassação de Registro/inscrição ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I. A não observância dos critérios estabelecidos nesta resolução.

II. Mediante denúncia fundamentada de acordo com artigo 91 parágrafo único do Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 1º - A continuidade do atendimento às crianças e adolescentes deverá ser garantida, através de ação conjunta do CMDCA, PMF e Ministério Público.

§ 2º - Os procedimentos relativos à cassação de registro/inscrição, assim como o estabelecimento dos respectivos prazos, serão deliberados em Plenária do CMDCA.

Art. 8º - A cassação de registro/inscrição será efetivada mediante o seguinte procedimento:

I. Avaliação do fato ou denúncia pela comissão de Normas e Monitoramento conforme seja o caso;

II. Recomendação de adequação;

III. Advertência verbal;

IV. Advertência escrita;

V. Emissão de Parecer pela cassação ou cancelamento a ser submetido à Plenária do CMDCA.

Jurcelei Bertha

Presidente do CMDCA

Pomerode

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 017/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 017/2014

Processo Administrativo n.º 025/2014.
Pregão Presencial n.º 014/2014.
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.
Contratada: INFOPLAN LTDA ME.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E EQUIPAMENTOS MÉDICO, ODONTOLÓGICOS E DE ENFERMAGEM PARA A UNIDADE SANITÁRIA PREFEITO ALWIN KLOTZ, LOCALIZADA NA RUA LUIZ ABRY, N.º 255 - CENTRO, POMERODE/SC, ATRAVÉS DE RECURSOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - PROPOSTA N.º 11436.910000/1130-03, CONFORME DISPOSIÇÕES DO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total contratado: R\$13.380,00 (treze mil e trezentos e oitenta reais).
Prazo de vigência: 30 dias - Término do prazo 10/12/2014.

Pomerode/SC, 07 de Novembro de 2014.
WALTRAUD HINKEDY
Secretária Municipal de Saúde

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 034/2014 PRAZO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 034/2014
PRAZO

Processo Administrativo n.º 057/2014.
Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 017/2014.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratado: PLANOJET CONSTRUÇÕES LTDA EPP.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE VESTIÁRIO, BANHEIROS, GARAGENS E OFICINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, SITUADA NA RUA XV DE NOVEMBRO, N.º 525 - CENTRO, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL.
Prazo adicional - 60 dias - Prazo final - 26/12/2014.
Justificativa: Prorrogação contratual por mais 60 (sessenta) dias, em virtude de divergências no projeto licitado e no projeto efetivamente a ser executado, em conformidade com a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 034/2014 e Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode/SC, 13 de Outubro de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 044/2014 SUPRESSÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 044/2014
SUPRESSÃO

Processo Administrativo n.º 072/2014.
Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 006/2014.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratado: L.C. EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA - ME.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UMA EDIFICAÇÃO EXISTENTE NA RUA 15 DE NOVEMBRO, N.º 10.285, POMERODE/SC, PARA IMPLANTAÇÃO DE UM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA LOCALIDADE DE TESTO CENTRAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.
Valor Supressão - 2,56% - R\$5.861,77 (cinco mil, oitocentos e sessenta e um reais e setenta e sete centavos).
Justificativa: Redução de valores unitários em 2,56%, conforme planilha anexa, em função de diminuição de quantidade de materiais a serem utilizados e serviços não realizados devido aos quantitativos previstos inicialmente estarem acima do encontrado no local da obra, bem como alterações no projeto a ser executado, em conformidade com a Cláusula Nona do Contrato Administrativo n.º 044/2014 e Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode/SC, 10 de Dezembro de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 034/2014 ACRÉSCIMO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 034/2014
ACRÉSCIMO

Processo Administrativo n.º 057/2014.
Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 017/2014.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratado: PLANOJET CONSTRUÇÕES LTDA EPP.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE VESTIÁRIO, BANHEIROS, GARAGENS E OFICINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, SITUADA NA RUA XV DE NOVEMBRO, N.º 525 - CENTRO, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE

COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL.

Valor Aditivo - 13,07% - R\$10.715,54 (dez mil, setecentos e quinze reais e cinquenta e quatro centavos).

Justificativa: Acréscimo de valores unitários em 13,07%, conforme planilha anexa, em função de alterações não previstas no contrato e imprescindíveis na execução e finalização da obra, em conformidade com a Cláusula Nona do Contrato Administrativo n.º 034/2014 e Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode/SC, 10 de Dezembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 044/2014 ACRÉSCIMO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 044/2014
ACRÉSCIMO

Processo Administrativo n.º 072/2014.

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 006/2014.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: L.C. EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA - ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UMA EDIFICAÇÃO EXISTENTE NA RUA 15 DE NOVEMBRO, N.º 10.285, POMERODE/SC, PARA IMPLANTAÇÃO DE UM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA LOCALIDADE DE TESTO CENTRAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Valor Aditivo - 24,98% - R\$57.200,08 (cinquenta e sete mil, duzentos reais e oito centavos).

Justificativa: Acréscimo de valores unitários em 24,98%, conforme planilha anexa, em função de alterações não previstas no contrato e imprescindíveis na execução e finalização da obra, bem como aumento nas quantidades de determinados itens da planilha orçamentária, em conformidade com a Cláusula Nona do Contrato Administrativo n.º 044/2014 e Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode/SC, 10 de Dezembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 010/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 010/2014

Processo Administrativo n.º 124/2014.

Comprador: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Vendedores: IVONE BAHR RAMTHUN e ADEMAR RAMTHUN.

Objeto: AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS NA RUA RICARDO BAHR, CENTRO, POMERODE/SC, MEDIANTE COMPRA OU DESAPROPRIAÇÃO, PARA ATENDER O INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL COM A FINALIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CEI, COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL N.º 2.685 DE 05/12/2014 E DECRETO N.º 2.888 DE 01/12/2014.

Valor total dos imóveis adquiridos: R\$1.060.000,00 (um milhão e sessenta mil reais).

Pomerode/SC, 15 de Dezembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 014/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 014/2014

Processo Administrativo n.º 025/2014.

Pregão Presencial n.º 014/2014.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.

Contratada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E EQUIPAMENTOS MÉDICO, ODONTOLÓGICOS E DE ENFERMAGEM PARA A UNIDADE SANITÁRIA PREFEITO ALWIN KLOTZ, LOCALIZADA NA RUA LUIZ ABRY, N.º 255 - CENTRO, POMERODE/SC, ATRAVÉS DE RECURSOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - PROPOSTA N.º 11436.910000/1130-03, CONFORME DISPOSIÇÕES DO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total contratado: R\$964,50 (novecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos).

Prazo de vigência: 30 dias - Término do prazo 10/12/2014.

Pomerode/SC, 07 de Novembro de 2014.

WALTRAUD HINKEDEY

Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 015/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 015/2014

Processo Administrativo n.º 025/2014.

Pregão Presencial n.º 014/2014.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.

Contratada: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E EQUIPAMENTOS MÉDICO, ODONTOLÓGICOS E DE ENFERMAGEM PARA A UNIDADE SANITÁRIA PREFEITO ALWIN KLOTZ, LOCALIZADA NA RUA LUIZ ABRY, N.º 255 - CENTRO, POMERODE/SC, ATRAVÉS DE RECURSOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - PROPOSTA N.º 11436.910000/1130-03, CONFORME DISPOSIÇÕES DO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total contratado: R\$174,00 (cento e setenta e quatro reais).
Prazo de vigência: 30 dias - Término do prazo 10/12/2014.

Pomerode/SC, 07 de Novembro de 2014.
WALTRAUD HINKEDEY
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 016/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 016/2014

Processo Administrativo n.º 025/2014.
Pregão Presencial n.º 014/2014.
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.
Contratada: PROHOSPITAL SUL COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS EIRELI EPP.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E EQUIPAMENTOS MÉDICO, ODONTOLÓGICOS E DE ENFERMAGEM PARA A UNIDADE SANITÁRIA PREFEITO ALWIN KLOTZ, LOCALIZADA NA RUA LUIZ ABRY, N.º 255 - CENTRO, POMERODE/SC, ATRAVÉS DE RECURSOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - PROPOSTA N.º 11436.910000/1130-03, CONFORME DISPOSIÇÕES DO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total contratado: R\$25.820,00 (vinte e cinco mil e oitocentos e vinte reais).
Prazo de vigência: 30 dias - Término do prazo 10/12/2014.

Pomerode/SC, 07 de Novembro de 2014.
WALTRAUD HINKEDEY
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 018/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 018/2014

Processo Administrativo n.º 025/2014.
Pregão Presencial n.º 014/2014.
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.
Contratada: TODT MÓVEIS LTDA EPP.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E EQUIPAMENTOS MÉDICO, ODONTOLÓGICOS E DE ENFERMAGEM PARA A UNIDADE SANITÁRIA PREFEITO ALWIN KLOTZ, LOCALIZADA NA RUA LUIZ ABRY, N.º 255 - CENTRO, POMERODE/SC, ATRAVÉS DE RECURSOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - PROPOSTA N.º 11436.910000/1130-03, CONFORME DISPOSIÇÕES DO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total contratado: R\$2.686,00 (dois mil e seiscentos e oitenta e seis reais).
Prazo de vigência: 30 dias - Término do prazo 10/12/2014.

Pomerode/SC, 07 de Novembro de 2014.
WALTRAUD HINKEDEY
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 019/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 019/2014

Processo Administrativo n.º 025/2014.
Pregão Presencial n.º 014/2014.
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.
Contratada: TOP CENTER COMERCIAL LTDA ME.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E EQUIPAMENTOS MÉDICO, ODONTOLÓGICOS E DE ENFERMAGEM PARA A UNIDADE SANITÁRIA PREFEITO ALWIN KLOTZ, LOCALIZADA NA RUA LUIZ ABRY, N.º 255 - CENTRO, POMERODE/SC, ATRAVÉS DE RECURSOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - PROPOSTA N.º 11436.910000/1130-03, CONFORME DISPOSIÇÕES DO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total contratado: R\$3.780,00 (três mil e setecentos e oitenta reais).
Prazo de vigência: 30 dias - Término do prazo 10/12/2014.

Pomerode/SC, 07 de Novembro de 2014.
WALTRAUD HINKEDEY
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 020/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 020/2014

Processo Administrativo n.º 025/2014.
Pregão Presencial n.º 014/2014.
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.
Contratada: REI DOS REIS COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E EQUIPAMENTOS MÉDICO, ODONTOLÓGICOS E DE ENFERMAGEM PARA A UNIDADE SANITÁRIA PREFEITO ALWIN KLOTZ, LOCALIZADA NA RUA LUIZ ABRY, N.º 255 - CENTRO, POMERODE/SC, ATRAVÉS DE RECURSOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - PROPOSTA N.º 11436.910000/1130-03, CONFORME DISPOSIÇÕES DO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total contratado: R\$7.235,00 (sete mil e duzentos e trinta e cinco reais).
Prazo de vigência: 30 dias - Término do prazo 10/12/2014.

Pomerode/SC, 07 de Novembro de 2014.
WALTRAUD HINKEDEY
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 021/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 021/2014

Processo Administrativo n.º 025/2014.
Pregão Presencial n.º 014/2014.
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.
Contratada: SUPRIMEDICE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E EQUIPAMENTOS MÉDICO, ODONTOLÓGICOS E DE ENFERMAGEM PARA A UNIDADE SANITÁRIA PREFEITO ALWIN KLOTZ, LOCALIZADA NA RUA LUIZ ABRY, N.º 255 - CENTRO, POMERODE/SC, ATRAVÉS DE RECURSOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - PROPOSTA N.º 11436.910000/1130-03, CONFORME DISPOSIÇÕES DO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total contratado: R\$1.893,00 (um mil e oitocentos e noventa e três reais).
Prazo de vigência: 30 dias - Término do prazo 10/12/2014.

Pomerode/SC, 07 de Novembro de 2014.
WALTRAUD HINKEDEY
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 022/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 022/2014

Processo Administrativo n.º 025/2014.
Pregão Presencial n.º 014/2014.
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.
Contratada: ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E EQUIPAMENTOS MÉDICO, ODONTOLÓGICOS E DE ENFERMAGEM PARA A UNIDADE SANITÁRIA PREFEITO ALWIN KLOTZ, LOCALIZADA NA RUA LUIZ ABRY, N.º 255 - CENTRO, POMERODE/SC, ATRAVÉS DE RECURSOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - PROPOSTA N.º 11436.910000/1130-03, CONFORME DISPOSIÇÕES DO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total contratado: R\$126,00 (cento e vinte e seis reais).
Prazo de vigência: 30 dias - Término do prazo 10/12/2014.

Pomerode/SC, 07 de Novembro de 2014.
WALTRAUD HINKEDEY
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 023/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 023/2014

Processo Administrativo n.º 025/2014.
Pregão Presencial n.º 014/2014.
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.
Contratada: QUALYMEDIC - COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA EPP.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E EQUIPAMENTOS MÉDICO, ODONTOLÓGICOS E DE ENFERMAGEM PARA A UNIDADE SANITÁRIA PREFEITO ALWIN KLOTZ, LOCALIZADA NA RUA LUIZ ABRY, N.º 255 - CENTRO, POMERODE/SC, ATRAVÉS DE RECURSOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - PROPOSTA N.º 11436.910000/1130-03, CONFORME DISPOSIÇÕES DO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total contratado: R\$12.346,00 (doze mil e trezentos e quarenta e seis reais).
Prazo de vigência: 30 dias - Término do prazo 10/12/2014.

Pomerode/SC, 07 de Novembro de 2014.
WALTRAUD HINKEDEY
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 024/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 024/2014

Processo Administrativo n.º 025/2014.
Pregão Presencial n.º 014/2014.
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.
Contratada: CIRÚRGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINÁRIOS LTDA - ME.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E EQUIPAMENTOS MÉDICO, ODONTOLÓGICOS E DE ENFERMAGEM PARA A UNIDADE SANITÁRIA PREFEITO ALWIN KLOTZ, LOCALIZADA NA RUA LUIZ ABRY, N.º 255 - CENTRO, POMERODE/SC, ATRAVÉS DE RECURSOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - PROPOSTA N.º 11436.910000/1130-03, CONFORME DISPOSIÇÕES DO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total contratado: R\$7.279,00 (sete mil e duzentos e setenta e nove reais).
Prazo de vigência: 30 dias - Término do prazo 10/12/2014.

Pomerode/SC, 07 de Novembro de 2014.
WALTRAUD HINKEDEY
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 025/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 025/2014

Processo Administrativo n.º 025/2014.
Pregão Presencial n.º 014/2014.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.
Contratada: R A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E EQUIPAMENTOS MÉDICO, ODONTOLÓGICOS E DE ENFERMAGEM PARA A UNIDADE SANITÁRIA PREFEITO ALWIN KLOTZ, LOCALIZADA NA RUA LUIZ ABRY, N.º 255 - CENTRO, POMERODE/SC, ATRAVÉS DE RECURSOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - PROPOSTA N.º 11436.910000/1130-03, CONFORME DISPOSIÇÕES DO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total contratado: R\$3.156,00 (três mil e cento e cinquenta e seis reais).

Prazo de vigência: 30 dias - Término do prazo 10/12/2014.

Pomerode/SC, 07 de Novembro de 2014.

WALTRAUD HINKEDEY

Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 026/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 026/2014

Processo Administrativo n.º 024/2014.

Pregão Presencial n.º 013/2014.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.

Contratada: I. SILVEIRA & CIA LTDA ME.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A MONTAGEM DE ACADEMIAS AO AR LIVRE EM DIVERSOS BAIRROS DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO PRESENTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

Valor total contratado: R\$39.990,00 (trinta e nove mil e novecentos e noventa reais).

Prazo de vigência: 180 dias - Término do prazo 30/05/2015.

Pomerode/SC, 25 de Novembro de 2014.

WALTRAUD HINKEDEY

Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 063/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 063/2014

Processo Administrativo n.º 102/2014.

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 007/2014.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: L.C. EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA - ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL PROFESSOR VIDAL FERREIRA, LOCALIZADA NA RUA LEOPOLDO BLAESE, N.º 170, BAIRRO POMERODE FUNDOS, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 532,63 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE

COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Valor total contratado: R\$711.948,41 (setecentos e onze mil, novecentos e quarenta e oito reais e quarenta e um centavos).

Prazo de vigência: 180 dias - Término do prazo 30/05/2015.

Pomerode/SC, 27 de Novembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 064/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 064/2014

Processo Administrativo n.º 106/2014.

Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 030/2014.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS LTDA EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM BLOCOS RETANGULARES DE CONCRETO INTERTRAVADOS CARGA PESADA NO PÁTIO DA RODOVIÁRIA MUNICIPAL REIMUNDO VOLKMANN, SITUADA NA RUA DOS ATIRADORES, N.º 100 - CENTRO, POMERODE/SC, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Valor total contratado: R\$145.107,27 (cento e quarenta e cinco mil, cento e sete reais e vinte e sete centavos).

Prazo de vigência: 120 dias - Término do prazo 31/03/2015.

Pomerode/SC, 01 de Dezembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 065/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 065/2014

Processo Administrativo n.º 104/2014.

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 008/2014.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: EXTRABRIT MINERAÇÃO LTDA.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS EM SAIBREIRAS PARA GERAÇÃO DE MACADAME, ABERTURA DE VALAS E PARA IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC.

Valor total contratado: R\$238.600,00 (duzentos e trinta e oito mil e seiscentos reais).

Prazo de vigência: 06 meses - Término do prazo 06/06/2015.

Pomerode/SC, 03 de Dezembro de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 016/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE TURISMO,CULTURA E ESPORTE

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 016/2014

CONVÊNIO nº 016/2014. Conveniente: Prefeitura Municipal de Pomerode Conveniada: GRUPO DE DANÇA CLUBE ALEGRE DE POMERODE. Objeto: ZELAR PELA CULTURA DE POMERODE. Valor:R\$ 3.360,00 (Três mil, trezentos e sessenta reais). Prazo: 31/12/2014.

Pomerode/SC, 15 de dezembro de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 018/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE TURISMO,CULTURA E ESPORTE

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 018/2014

CONVÊNIO nº 018/2014. Conveniente: Prefeitura Municipal de Pomerode Conveniada: GRUPO FOLCLÓRICO ALPINO GERMÂNICO DE POMERODE. Objeto: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GRUPO FOLCLÓRICO ALPINO GERMÂNICO,PARA PODER LEVAR A CULTURA A VÁRIOS LOCAIS. Valor:R\$ 3.360,00 (Três mil, trezentos e sessenta reais). Prazo: 31/12/2014.

Pomerode/SC, 15 de dezembro de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 29/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
GABINETE DO PREFEITO

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 29/2014

CONVÊNIO nº 29/2014. Conveniente: MUNICÍPIO DE POMERODE. Conveniada: Centro de Convivência Pommernheim. Objeto: Assistência aos idosos pomerodenses, promovendo qualidade de vida física e mental. Valor: R\$ 33.764,15 (trinta e três mil setecentos e sessenta e quatro reais e quinze centavos). Prazo: 31/03/2015.

Pomerode/SC, 15 de dezembro de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 664/2014

DECRETO Nº 0664/2014, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.
"DESDOBRAMENTO DE TERRENO URBANO, CONFORME ESPECIFICAÇÃO".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada, combinada com as Leis nº 6.766/79 de 19 de dezembro de 1979 e Lei nº. 6.063/82 de 24 de maio de 1982.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desdobramento de um terreno urbano, com área total de 1.890,00m², matrícula 8.594, CRI de Ponte Serrada, parte da chácara 19, localizado na Rua João Potrich, Loteamento Potrich, desta cidade de Ponte Serrada - SC, de propriedade do senhor DARCI CORONETTI, E MARLI CARDOSO CORONETTI, conforme mapa e memorial anexo.

Art. 2º - Área remanescente, denominado de parte da chácara 19-A com área total de 1361,00m²;

Art. 3º - Área desmembrada, denominado de parte de chácara 19-B com área de total de 360,00,00m²;

Art. 4º - Área destinada à servidão de passagem é de 169,00m².

Art.5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Registrado e publicado em data supra, na forma da lei.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

DECRETO 699/2014

DECRETO Nº 699/2014, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde do Funcionário Público Municipal Sr. VILSO PAULO POMPERMAIER, Matrícula 952, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 75 (setenta e cinco) dias, a contar do dia de 25 de novembro de 2014, sendo que o mesmo foi apresentado no dia 12 de dezembro de 2014, conforme cópia em anexo, sendo que a data da licença para tratamento poderá ser prorrogada ou reduzida conforme decisão da perícia médica a ser realizada pelo INSS no dia 05 de janeiro de 2015.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 698/2014

DECRETO Nº 698/2014, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 10 da Lei Municipal nº. 2.229, de 09 de dezembro de 2014,

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional espécie Suplementar no orçamento do exercício de 2014 no valor de até R\$ 140.000,00 (Cento e Quarenta Mil Reais) destinados a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

03.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
12.368.1201.2.012 - Manutenção da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recursos: 00.01.0001 - 27 - R\$ 140.000.00

Art. 2º. Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

04.122.0402.1.002 - Instalação de Câmaras de Vigilância

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recursos: 00.01.0000 - 12 - R\$ 100.000.00

04.122.0402.2.022 - Apoio ao Desenvolvimento Econômico

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 00.01.0000 - 14 - R\$ 20.000.00

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recursos: 00.01.0000 - 15 - R\$ 20.000.00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Porto Belo

PREFEITURA

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 028/2014 FMEDUCA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Porto Belo

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO - Registro de Preço - 028/2014 FMEDUCA

O município de Porto Belo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.575.812/0001-20, com sede à Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, bairro Centro, cidade de Porto Belo/SC, vem por meio deste RETIFICAR o Edital já mencionado e seu Anexo no que segue:

Objeto: Aquisição de kit's escolares para distribuição aos alunos, professores e monitores da rede municipal de ensino de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital.

Tipo: Menor Valor Global;

Onde se lê:

Anexo VIII

Cláusula Quarta - do local e prazo de entrega

4. Todos os kits para os alunos deverão ser entregues separadamente já nas devidas mochilas/pastas, os kits dos professores deverão ser entregues em embalagens plásticas lacradas, conforme o quantitativo do Anexo I do Edital.

Leia-se:

Anexo VIII

Cláusula Quarta - do local e prazo de entrega

4. Todos os kits para os alunos, professores e monitores deverão ser entregues separadamente já nas devidas embalagens previstas, conforme o quantitativo do Anexo I do Edital.

Permanecem inalteradas e por este Termo ratificadas as demais cláusulas do Edital de licitação PREGÃO - Registro de Preço - 028/2014 FMEDUCA

Maiores informações através do telefone (047) 3369-4111 ou email licitacao@portobelo.sc.gov.br das 13:00 às 19:00 horas de segunda à sexta-feira .

Porto Belo, 15 de dezembro de 2014.

Chirley Laurencio

Secretaria de Administração

**PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 029/2014
FMEDUCA**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 029/2014
FMEDUCA

Tipo de licitação: Menor Valor Global;

Objeto: Aquisição de bolsas e mochilas para atender os alunos da rede municipal de ensino de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital. Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 30/12/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 30/12/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo. O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 15 de dezembro de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Porto União**PREFEITURA****DECRETO Nº 619/2014**

DECRETO Nº 619, de 12 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre a prorrogação do mandato dos Membros do Conselho Tutelar, nomeados para a Gestão 2012 a 2014, através do Decreto nº 827, de 03 de maio de 2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Resolução nº 005, de 27 de novembro de 2014, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Porto União - SC, devidamente combinado com a Lei Federal nº 12.696, de 25 de julho de 2012 e Resolução nº 152, de 09 de agosto de 2012, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA,

DECRETA:

Art. 1º PRORROGA o mandato dos membros do Conselho Tutelar, abaixo relacionados, nomeados para a Gestão 2012 a 2014, através do Decreto nº 827, de 03 de maio de 2012, de 1º de janeiro de 2015 até 09 de janeiro de 2016, de conformidade com a Resolução nº 005, de 27 de novembro de 2014, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA:

I- Juliane Paola Rosa, inscrita no CPF sob nº 021.697.809-20 e portadora da Carteira de Identidade sob nº 7.169.904-8, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná;

II- Erlon Soares Slomp, inscrito no CPF sob nº 023.254.139-69 e portador da Carteira de Identidade sob nº 3.791.966, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública de Santa Catarina;

III- Izabel Cardoso, inscrita no CPF sob nº 872.662.539-34 e portadora da Carteira de Identidade sob nº 3.991.562, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública de Santa Catarina;

IV- Severino Bracaleone, inscrito no CPF sob nº 121.017.539-87 e portador da Carteira de Identidade sob nº 5.064.851, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina;

V- Simone Schroh, inscrita no CPF sob nº 039.142.789-00 e portadora da Carteira de Identidade sob nº 4.662.833, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 12 de dezembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**ERRATA REFERENTE AO EXTRATO DE CONTRATO
182/2014****ERRATA**

REFERENTE EXTRATO DE CONTRATO 182/2014 - PREFEITURA

No extrato de Contrato 182/2014 - PREFEITURA, publicado na Edição 1630 do dia 05/12/2014 do Diário Oficial dos Municípios, onde lê - se "Valor total R\$ 2.880,00 (dois mil oitocentos e oitenta).",

leia - se "Valor total R\$ 2.880,00 (dois mil oitocentos e oitenta reais).",

As demais informações permanecem inalteradas.

Porto União SC, 15 de dezembro de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 057/2014 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 057/2014 - FAS
Partes: Município de Porto União e
LUIS KAMINSKI - ME.
Objeto: Aquisição de Material de Expediente destinado a Instituição de Acolhimento.
Valor Total: R\$ 6.831,10 (seis mil oitocentos e trinta e um reais e dez centavos).
Vigência: será de 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 027/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02..

Porto União SC, 08 de dezembro de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

LUIS KAMINSKI - ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 117/2014 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 117/2014 - EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e
IRINEU COMÉRCIO DE TINTAS LTDA.
Objeto: Execução da Pintura Interna e Externa de Núcleos de Educação.
Valor Total: R\$ 45.420,00 (quarenta e cinco mil quatrocentos e vinte reais).
Vigência: será até 27 de março de 2015.
Base legal: Tomada de Preços 009/2014, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 03 de dezembro de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

IRINEU COMÉRCIO DE TINTAS LTDA.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 192/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 192/2014 - PREFEITURA
Partes: Município de Porto União e
SUPERMERCADO DUKELLI LTDA.
Objeto: Aquisição de Material de Higiene e Limpeza para manutenção do D.M.E.
Valor Total: R\$ 5.862,00 (cinco mil oitocentos e sessenta e dois reais)
Vigência: será de 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 051/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02..

Porto União SC, 05 de dezembro de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

SUPERMERCADO DUKELLI LTDA
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 193/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 193/2014 - PREFEITURA
Partes: Município de Porto União e
JACKIW ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA - EPP.
Objeto: Aquisição de Material de Higiene e Limpeza para manutenção do D.M.E.
Valor Total: R\$ 7.217,80 (sete mil duzentos e dezessete reais e oitenta centavos).
Vigência: será de 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 051/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02..

Porto União SC, 05 de dezembro de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

JACKIW ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA - EPP..
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 185/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 185/2014 - Prefeitura
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 101/2014 - Prefeitura
Partes: Município de Porto União e Fênix Informática e Telefonia LTDA.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL
Adita-se o valor de R\$ 2.556,25 (dois mil quinhentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos) equivalente a 15% (quinze por cento), ao aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 02 de dezembro de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 188/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 188/2014
Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel nº 182/2013
Partes: Município de Porto União e Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos Municipais de Porto União - IMPRESS.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL
Pela locação do referido imóvel, a LOCATÁRIA pagará ao LOCADOR o valor mensal de R\$ 514,75 (quinhentos e quatorze reais e setenta e cinco centavos).

CLÁUSULA SEXTA - CRITÉRIO DE REAJUSTE
Concede-se o reajuste de 2,95 % (dois vírgula noventa e cinco por cento) ao aludido contrato superior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA
Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 04 de dezembro de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 189/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 189/2014
Aditivo ao Contrato de Fornecimento nº 113/2014
Partes: Município de Porto União e Auto Posto Iguaçu LTDA.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL
Altera-se para R\$ 2,78 (dois reais e setenta e oito centavos) o valor do litro do óleo diesel B S10 bomba - posto.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 04 de dezembro de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 040/2014

PORTARIA Nº 040, de 12 de dezembro de 2014.
Prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante, instaurada pela Portaria nº 037, de 1º de dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, da Lei Orgânica do Município,

DETERMINA:

Art. 1º PRORROGA por 30 (trinta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante, instaurada pela Portaria nº 037, de 1º de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 12 de dezembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 027/2014 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 034/2014 - FAS
Pregão Presencial 027/2014
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
LUIS KAMINSKI - ME

Porto União SC, 08 de dezembro de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 051/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 100/2014
Pregão Presencial 051/2014
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
JACKIW ATACADISTA DE ALIMENTOS - EPP
SUPERMERCADO DUKELLI LTDA

Porto União SC, 05 de dezembro de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS 009/2014 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 047/2014 - EDUCAÇÃO
Tomada de Preços 009/2014
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
IRINEU COMERCIO DE TINTAS

Porto União SC, 03 de dezembro de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

TERMO DE REVOGAÇÃO DE CONCORRENCIA 005/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 092/2014-PREFEITURA
Concorrência 005/2014
Termo de Revogação
Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da Lei 8666/1993.

Porto União SC, 24 de novembro de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 026/2014 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 033/2014 - FAS
Pregão Presencial 026/2014
Termo de Revogação
Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da Lei 8666/1993.

Porto União SC, 03 de dezembro de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 241/2014, iniciando-se a prorrogação em 28/06/2014 e encerrando-se em 08/08/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27/06/2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JULIANA JANUARIO ALVES HEINZ
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

3ª TERMO ADITIVO - CINTIA LUSIA BATISTI

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 62/2014, firmado em 10/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CINTIA LUSIA BATISTI, portador(a) do CPF nº 058.324.269-32, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 62/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 62/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014."

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

CINTIA LUSIA BATISTI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

3ª TERMO ADITIVO - JULIANA JANUARIO ALVES HEINZ

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 241/2014, firmado em 28/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA JANUARIO ALVES HEINZ, portador(a) do CPF nº 003.385.739-33, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 241/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 241/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.
E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JULIANA JANUARIO ALVES HEINZ
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

3ª TERMO ADITIVO - JULIANA KURTZ

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 61/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA KURTZ, portador(a) do CPF nº 059.592.239-29, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 61/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 61/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JULIANA KURTZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

3ª TERMO ADITIVO - JULIANA MAZZINI

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 56/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA MAZZINI, portador(a) do CPF nº 065.841.409-70, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 56/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 56/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JULIANA MAZZINI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

3ª TERMO ADITIVO - JULIANA NASARIO SPINDOLA

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 84/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA NASARIO SPINDOLA, portador(a) do CPF nº 007.577.519-03, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 84/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 84/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JULIANA NASARIO SPINDOLA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

3ª TERMO ADITIVO - JUSSIARA HOEGEN

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 51/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JUSSIARA HOEGEN, portador(a) do CPF nº 035.099.009-36, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 51/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 51/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.
E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JUSSIARA HOEGEN
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

3ª TERMO ADITIVO - KATIUSCIA CUSTÓDIO DA CONCEIÇÃO

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 95/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) KATIUSCIA CUSTÓDIO DA CONCEIÇÃO, portador(a) do CPF nº 058.048.079-86, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 95/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 95/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

KATIUSCIA CUSTÓDIO DA CONCEIÇÃO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

3ª TERMO ADITIVO - KELI CARLA RIBEIRO

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 86/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) KELI CARLA RIBEIRO, portador(a) do CPF nº 075.643.779-25, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 86/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 86/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

KELI CARLA RIBEIRO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

3ª TERMO ADITIVO - KELLY DA SILVA GIRARDI

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 100/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de

janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) KELLY DA SILVA GIRARDI, portador(a) do CPF nº 053.831.749-31, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 100/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 100/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

KELLY DA SILVA GIRARDI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

3ª TERMO ADITIVO - LUCIENE BARTH ERRATH

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 49/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIENE BARTH ERRATH, portador(a) do CPF nº 068.815.507-31, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 49/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 49/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

LUCIENE BARTH ERRATH
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

3ª TERMO ADITIVO - VANESSA GUILZ MARCONSINI

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 89/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VANESSA GUILZ MARCONSINI, portador(a) do CPF nº 069.306.689-07, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 89/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 89/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

VANESSA GUILZ MARCONSINI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

4ª TERMO ADITIVO - CHARLINE MELLO LEDRA

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 312/2014, firmado em 13/05/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CHARLINE MELLO LEDRA, portador(a) do CPF nº 074.334.719-60, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 312/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 312/2014, iniciando-se a prorrogação em 24/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

CHARLINE MELLO LEDRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

4ª TERMO ADITIVO - CINEIDE M.M. SCHMIDT

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 22/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CINEIDE MARILEIA MOSER SCHMIDT, portador(a) do CPF nº 041.464.969-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 22/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 22/2014, iniciando-se a prorrogação em 24/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

CINEIDE MARILEIA MOSER SCHMIDT

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

4ª TERMO ADITIVO - CINTIA LUSIA BATISTI

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 62/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CINTIA LUSIA BATISTI, portador(a) do CPF nº 058.324.269-32, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 62/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 62/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO

SILVA

Secretário Municipal de Administração

CINTIA LUSIA BATISTI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

4ª TERMO ADITIVO - JULIANA JANUARIO ALVES HEINZ

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 241/2014, firmado em 28/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA JANUARIO ALVES HEINZ, portador(a) do CPF nº 003.385.739-33, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 241/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 241/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JULIANA JANUARIO ALVES HEINZ
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

4ª TERMO ADITIVO - JULIANA KURTZ

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 61/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA KURTZ, portador(a) do CPF nº 059.592.239-29, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 61/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 61/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JULIANA KURTZ
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

4ª TERMO ADITIVO - JULIANA MAZZINI

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 56/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA MAZZINI, portador(a) do CPF nº 065.841.409-70, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 56/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 56/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	JULIANA MAZZINI Contratado(a)
--	----------------------------------

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

4ª TERMO ADITIVO - JULIANA NASARIO SPINDOLA

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 84/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA NASARIO SPINDOLA, portador(a) do CPF nº 007.577.519-03, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 84/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 84/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	JULIANA NASARIO SPINDOLA Contratado(a)
--	---

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

4ª TERMO ADITIVO - JUSSIARA HOEGEN

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 51/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JUSSIARA HOEGEN, portador(a) do CPF nº 035.099.009-36, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 51/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 51/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	JUSSIARA HOEGEN Contratado(a)
--	----------------------------------

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

4ª TERMO ADITIVO - KATIUSCIA CUSTODIO DA CONCEIÇÃO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 95/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) KATIUSCIA CUSTÓDIO DA CONCEIÇÃO, portador(a) do CPF nº 058.048.079-86, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 95/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 95/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação
 Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	KATIUSCIA CUSTÓDIO DA CONCEIÇÃO Contratado(a)
--	--

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

4ª TERMO ADITIVO - KELI CARLA RIBEIRO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 86/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) KELI CARLA RIBEIRO, portador(a) do CPF nº 075.643.779-25, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 86/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
 Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
 Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 86/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação
 Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	KELI CARLA RIBEIRO Contratado(a)
--	-------------------------------------

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

4ª TERMO ADITIVO - KELLY DA SILVA GIRARDI

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 100/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) KELLY DA SILVA GIRARDI, portador(a) do CPF nº 053.831.749-31, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 100/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
 Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
 Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 100/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação
 Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	KELLY DA SILVA GIRARDI Contratado(a)
--	---

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

4ª TERMO ADITIVO - VANESSA GUILZ MARCONSINI

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 89/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VANESSA GUILZ MARCONSINI, portador(a) do CPF nº 069.306.689-07, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 89/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 89/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

VANESSA GUILZ MARCONSINI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

4ª TERMO ADITIVO - LUCIENE BARTH ERRATH

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 49/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIENE BARTH ERRATH, portador(a) do CPF nº 068.815.507-31, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 49/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 49/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

LUCIENE BARTH ERRATH
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

5ª TERMO ADITIVO - ADRIANA LIGIA DIAS TONON

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 248/2014, firmado em 28/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ADRIANA LIGIA DIAS TONON, portador(a) do CPF nº 003.385.739-33, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 248/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 248/2014, iniciando-se a prorrogação em 24/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ADRIANA LIGIA DIAS TONON

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

5ª TERMO ADITIVO - ALINE HOFFMANN

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 146/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ALINE HOFFMANN, portador(a) do CPF nº 077.985.869-70, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 146/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 146/2014, iniciando-se a prorrogação em 24/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ALINE HOFFMANN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

5ª TERMO ADITIVO - ANA CLAUDIA HILBERT

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 246/2014, firmado em 28/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA CLAUDIA HILBERT, portador(a) do CPF nº 072.345.869-38, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 246/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 246/2014, iniciando-se a prorrogação em 24/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANA CLAUDIA HILBERT

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

5ª TERMO ADITIVO - ANA PAULA DIECKMANN

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 80/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA DIECKMANN, portador(a) do CPF nº 067.012.599-79, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 80/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 80/2014, iniciando-se a prorrogação em 24/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANA PAULA DIECKMANN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

5ª TERMO ADITIVO - ANDREZA DE OLIVEIRA

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 66/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANDREZA DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 018.997.139-80, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 66/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 66/2014, iniciando-se a prorrogação em 24/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANDREZA DE OLIVEIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

5ª TERMO ADITIVO - ANTONIA ARAUJO DE LIMA

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 259/2014, firmado em 11/03/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANTONIA ARAUJO DE LIMA, portador(a) do CPF nº 897.169.906-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 259/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 259/2014, iniciando-se a prorrogação em 24/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANTONIA ARAUJO DE LIMA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

5ª TERMO ADITIVO - APARECIDA BAUNER BOELL

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 251/2014, firmado em 28/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) APARECIDA BAUNER BOELL, portador(a) do CPF nº 792.096.619-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 251/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 251/2014, iniciando-se a prorrogação em 24/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

APARECIDA BAUNER BOELL

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

5ª TERMO ADITIVO - AUCELY MARIA OTTO ROBERTI

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 211/2014, firmado em 07/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) AUCELY MARIA OTTO ROBERTI, portador(a) do CPF nº 518.344.309-25, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 211/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 211/2014, iniciando-se a prorrogação em 24/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

AUCELY MARIA OTTO ROBERTI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

5ª TERMO ADITIVO - AUGUSTO APARECIDA DA SILVA

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 19/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) AUGUSTA APARECIDA DA SILVA CORDOVA GARBIN, portador(a) do CPF nº 948.634.079-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 19/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 19/2014, iniciando-se a prorrogação em 24/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

AUGUSTA APARECIDA DA SILVA CORDOVA GARBIN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

5ª TERMO ADITIVO - BERNADETE CANDIDO NUNES

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 116/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) BERNADETE CANDIDO NUNES, portador(a) do CPF nº 674.365.529-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 116/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 116/2014, iniciando-se a prorrogação em 24/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

BERNADETE CANDIDO NUNES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

5ª TERMO ADITIVO - BIANCA JANINE SCOZ

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 44/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) BIANCA JANINE SCOZ, portador(a) do CPF nº 026.986.829-14, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 44/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 44/2014, iniciando-se a prorrogação em 24/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

BIANCA JANINE SCOZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

5ª TERMO ADITIVO - CARLA FRANCYELE SOUZA

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 81/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CARLA FRANCYELE SOUZA, portador(a) do CPF nº 047.176.549-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 81/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 81/2014, iniciando-se a prorrogação em 24/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

CARLA FRANCYELE SOUZA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

5ª TERMO ADITIVO - CINTIA LUSIA BATISTI

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 62/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CINTIA LUSIA BATISTI, portador(a) do CPF nº 058.324.269-32, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 62/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 62/2014, iniciando-se a prorrogação em 24/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

CINTIA LUSIA BATISTI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

5ª TERMO ADITIVO - JULIANA JANUARIO ALVES HEINZ

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 241/2014, firmado em 28/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA JANUARIO ALVES HEINZ, portador(a) do CPF nº 003.385.739-33, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 241/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 241/2014, iniciando-se a prorrogação em 23/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JULIANA JANUARIO ALVES HEINZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

5ª TERMO ADITIVO - JULIANA KURTZ

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 61/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA KURTZ, portador(a) do CPF nº 059.592.239-29, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 61/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 61/2014, iniciando-se a prorrogação em 23/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JULIANA KURTZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

5ª TERMO ADITIVO - JULIANA MAZZINI

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 56/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA MAZZINI, portador(a) do CPF nº 065.841.409-70, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 56/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 56/2014, iniciando-se a prorrogação em 23/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JULIANA MAZZINI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

5ª TERMO ADITIVO - JULIANA NASARIO SPINDOLA

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 84/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA NASARIO SPINDOLA, portador(a) do CPF nº 007.577.519-03, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 84/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 84/2014, iniciando-se a prorrogação em 23/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JULIANA NASARIO SPINDOLA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

5ª TERMO ADITIVO - JUSSIARA HOEGEN

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 51/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JUSSIARA HOEGEN, portador(a) do CPF nº 035.099.009-36, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 51/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 51/2014, iniciando-se a prorrogação em 23/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JUSSIARA HOEGEN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

5ª TERMO ADITIVO - KATIUSCIA CUSTODIO DA CONCEIÇÃO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 95/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) KATIUSCIA CUSTÓDIO DA CONCEIÇÃO, portador(a) do CPF nº 058.048.079-86, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 95/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 95/2014, iniciando-se a prorrogação em 24/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

KATIUSCIA CUSTÓDIO DA CONCEIÇÃO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

5ª TERMO ADITIVO - KELI CARLA RIBEIRO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 86/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) KELI CARLA RIBEIRO, portador(a) do CPF nº 075.643.779-25, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 86/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 86/2014, iniciando-se a prorrogação em 24/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

KELI CARLA RIBEIRO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

5ª TERMO ADITIVO - KELLY DA SILVA GIRARDI

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 100/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) KELLY DA SILVA GIRARDI, portador(a) do CPF nº 053.831.749-31, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 100/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 100/2014, iniciando-se a prorrogação em 24/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

KELLY DA SILVA GIRARDI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

5ª TERMO ADITIVO - LUCIENE BARTH ERRATH

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 49/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIENE BARTH ERRATH, portador(a) do CPF nº 068.815.507-31, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 49/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 49/2014, iniciando-se a prorrogação em 24/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

LUCIENE BARTH ERRATH

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

5ª TERMO ADITIVO - VANESSA GUILZ MARCONSINI

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 89/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VANESSA GUILZ MARCONSINI, portador(a) do CPF nº 069.306.689-07, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 89/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 89/2014, iniciando-se a prorrogação em 24/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

VANESSA GUILZ MARCONSINI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

6ª TERMO ADITIVO - ALESSANDRA MARQUES DOS SANTOS

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 210/2014, firmado em 07/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ALESSANDRA MARQUES DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 022.470.340-47, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 210/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 210/2014, iniciando-se a prorrogação em 24/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ALESSANDRA MARQUES DOS SANTOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

6ª TERMO ADITIVO - ALINE CRISTINA SCOZ

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 155/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ALINE CRISTINA SCOZ, portador(a) do CPF nº 069.570.069-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 155/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 155/2014, iniciando-se a prorrogação em 24/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ALINE CRISTINA SCOZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

7ª TERMO ADITIVO - ANGELA APARECIDA SILVA

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 174/2014, firmado em 07/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANGELA APARECIDA SILVA, portador(a) do CPF nº 045.639.119-33, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 174/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 174/2014, iniciando-se a prorrogação em 24/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANGELA APARECIDA SILVA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

8ª TERMO ADITIVO - LUCIANA MARA BARBOSA PASSING

8º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 032/2013, firmado em 04/02/2013, com término previsto para 08/07/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIANA MARA BARBOSA PASSING, portador(a) do CPF nº 006.059.039-48, na qualidade de Contratado(a), celebram o 8º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 032/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 032/2013, iniciando-se a prorrogação em 09/07/2014 e encerrando-se em 29/10/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/07/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

LUCIANA MARA BARBOSA PASSING

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

9ª TERMO ADITIVO - LUCIANA MARA BARBOSA PASSING

9º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 032/2013, firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIANA MARA BARBOSA PASSING, portador(a) do CPF nº 006.059.039-48, na qualidade de Contratado(a), celebram o 9º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 032/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 032/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 23/10/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

LUCIANA MARA BARBOSA PASSING

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

PORTARIA 1252/RH

PORTARIA Nº 1252/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 254 e 255, da Lei Complementar Nº 207/2010 e requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 30/12/2014 a 27/02/2015, a servidora municipal ARIANA LEDRA GORGES, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA 1253/RH

PORTARIA Nº 1253/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 254 e 255, da Lei Complementar Nº 207/2010 e requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 30/12/2014 a 27/02/2015, a servidora municipal PAMELA MAYARA MARTINS, ocupante do cargo de provimento efetivo Cirurgião Dentista.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA Nº 1254/2014

PORTARIA Nº 1.254/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor, DIOGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista (20h), para a partir de 15/12/2014, exercer a função comissionada de Procurador Geral do Município, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supra citadas.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Vf

TERMO DE CONVOCAÇÃO - ALEXANDRE LUIS COELHO

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ALEXANDRE LUIS COELHO, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação no cargo de provimento ACT Monitor de Transporte Escolar, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 002/2014.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte,

respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 15 de dezembro de 2014.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 775, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

RESOLUÇÃO Nº 775, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

Autoriza pagamento de uma diária e indenização de transporte a Vereadora.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faça saber que no uso de suas atribuições regimentais, a Câmara Municipal decreta e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de uma diária a vereadora Maria Helena Zimmermann no valor de R\$ 291,16 (duzentos e noventa e um reais e dezesseis centavos) para participar de reuniões agendadas com o Delegado Geral de Polícia, Dr. Aldo Pinheiro D'Ávila, com o Superintendente do Banco do Brasil, com o Secretário de Esportes, Cultura e Lazer de Santa Catarina, Sr. Filipe Mello e ainda com o Superintendente do Denit, Sr. Vissilar Preto, para tratar de assuntos referentes a verbas e projetos para o esporte de Rio do Sul, bem como a respeito da BR-470 e trevo de acesso ao Bairro Valada São Paulo, no dia 17 de dezembro de 2014, na cidade de Florianópolis - SC

Art. 2º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Florianópolis - SC, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 5 de outubro de 2010.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Resolução nº 773 de 8 de dezembro de 2014, uma vez que a viagem autorizada através da referida resolução não foi realizada.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2014.

JAIME SBORZ Presidente da Mesa	CARISO SÁVIO GIACOMINI Vice Presidente da Mesa
JANARA MAFRA 1ª Secretária	ZELI DA SILVA 2ª Secretária

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

CONTRATO Nº. 083 /2014

CONTRATO Nº. 083 /2014, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, E DE OUTRO LADO, O (A) CLINICA GINECO OBSTETRICA E ULTRA SONOGRAFIA EIRELI VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ULTRASSONOGRAFIA CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 32/2013, publicado no DOM/SC nº. 1287, de 24/07/2013, pgs. 285.

O município de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde,

Dr. Luiz Carlos Zanis, com sede nesta cidade, na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, CLINICA GINECO OBSTETRICA E ULTRA SONOGRAFIA EIRELI inscrito (a) no CNPJ sob nº 00.607.669/0001-46, residente / localizado no município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATADO, celebram este TERMO DE CONTRATO, que reger-se-á sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo a execução, pelo CONTRATADO, de serviços médicos em ULTRASSONOGRAFIA, para prestar atendimento ambulatorial aos usuários do SUS, conforme valor unitário e detalhamento abaixo:

Código	Descrição do Procedimento	Valor
	Ultrassonografia	40,00

Parágrafo Único - O serviço do CONTRATADO está referido a uma base populacional conforme Plano de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde/FMS, e será ofertado com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde, mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço técnico referido na Cláusula Primeira será executado pelo (a) profissional médico José Del Carmen Jurado Abril inscrito (a) no CPF sob nº XXX.771.247-XX com registro no conselho CRM-SC sob o nº. 6859 e deverá ser executado nas dependências físicas do CAM (Centro de Atendimento a Mulher) do município de Rio do Sul.

CLÁUSULA TERCEIRA - NORMAS GERAIS

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO não poderá cobrar dos pacientes, seus acompanhantes, seus responsáveis ou seus prepostos, qualquer valor ou complementação do valor pago pelo serviço técnico profissional prestado nos termos deste contrato.

Parágrafo Segundo - O CONTRATADO é responsável por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por pessoa sua empregada ou por seu preposto, pela execução neste paciente do serviço técnico profissional objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS sobre a execução do objeto deste contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde - SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se obriga a oferecer ao paciente todo o recurso técnico profissional necessário ao seu atendimento.

Parágrafo Único - O CONTRATADO se obriga, ainda, a:

- I - Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes;
- II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- III - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação

de serviços;

IV - Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto no contrato;

CLAUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

O CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados aos pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por ele, seus empregados ou seus prepostos, ficando-lhe assegurado o total acesso a todas as formas de defesa.

Parágrafo Primeiro - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS, não inclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por efeitos relativos a prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei nº.8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

A Secretaria Municipal de Saúde/FMS pagará mensalmente ao CONTRATADO, pelo valor total dos serviços efetivamente realizados durante o mês, multiplicando-se ao valor unitário de R\$ 40,00 (quarenta reais) de acordo com a cláusula primeira.

Parágrafo Único - A alteração do limite financeiro poderá ser efetuada, em apenas e tão somente por comum acordo entre as partes, desde que haja demanda que as justifique.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão, no presente exercício, à conta de dotação consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 40 Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.080 - BLMAC - Manutenção da Gestão Plena (MAC)

Parágrafo Primeiro - O Ministério da Saúde, de acordo com as Portarias Ministerial nº. 2.801/98, Portaria/GM nº. 1.286, de 26/10/1993 e Portaria/MS/GM nº. 204, de 29/01/2007, é o órgão responsável pelo envio de recursos ao MUNICÍPIO, para o pagamento dos serviços objeto deste contrato.

Parágrafo Segundo - nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

CLÁUSULA OITAVA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste contrato será pago da seguinte forma:

I - O CONTRATADO encaminhará mensalmente os comprovantes dos atendimentos realizados ao setor competente da Secretaria/Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria até o (25º) dia útil do mês da prestação do serviço. Após a validação dos atendimentos,

realizada pela Divisão de Controle e Avaliação, o CONTRATADO receberá, 100% (cem por cento) do valor total do serviço produzido;

II - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento nas contas, por culpa da SECRETARIA/FMS, esta garantirá o CONTRATADO o pagamento, no prazo avançado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior ao do processamento com problemas, acertando-se as diferenças que eventualmente ocorrerem no pagamento seguinte, mas ficando exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas em favor do CONTRATADO;

III - As contas rejeitadas, quanto ao mérito, serão objeto de análise pelo órgão de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e passíveis de ressarcimento ao cofre público, respeitando-se o total acesso a todas as formas de defesa ao CONTRATADO.

IV - O pagamento será feito mediante a apresentação da Nota Fiscal eletrônica, onde será informado ao Contratado o valor correspondente ao faturamento do mês em conta corrente do contratado.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE DO PREÇO

Os valores estabelecidos na Cláusula Sexta poderão ser reajustados, desde que haja entendimento entre as partes, e independem de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SECRETARIA/FMS a origem e autorização do reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, o CONTRATADO receberá da Secretaria Municipal de Saúde, 100% (cem por cento) do valor total dos serviços/atendimentos realizados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO.

A execução do presente contrato será inicialmente avaliada pela Divisão de Controle e Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

Parágrafo Segundo - A fiscalização exercida pela SECRETARIA/FMS sobre os serviços ora contratados não eximirá o CONTRATADO da sua plena responsabilidade perante a SECRETARIA/FMS ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato.

Parágrafo Terceiro - O CONTRATADO facilitará a SECRETARIA/FMS o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da SECRETARIA/FMS, designados para tal fim.

Parágrafo Quarto - Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO amplo direito de defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Fica o CONTRATADO sujeito a multa de 30 (trinta por cento) sobre

o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas na Legislação referente a licitações e contratos administrativos, assegurado o direito a defesa.

Parágrafo Primeiro - O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela SECRETARIA/FMS ao CONTRATADO.

Parágrafo Segundo - Para obtenção do valor anual do contrato, SECRETARIA/FMS, utilizará a média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, referente aos 12 (doze) últimos meses pagos.

Parágrafo Terceiro - Caso o contrato possua menos de 12 (doze) meses de vigência, o valor anual do contrato será obtido pela média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, desde o início da vigência do contrato multiplicado por 12 (doze).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na Cláusula Décima Segunda.

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO reconhece desde já os direitos da SECRETARIA/FMS em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - Em caso de rescisão do contrato, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, ou de sua rescisão, praticados pela SECRETARIA/FMS, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Primeiro - Da decisão do Secretário Municipal de Saúde em rescindir o presente contrato cabe, inicialmente, pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Segundo - Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do parágrafo primeiro, o Secretário Municipal de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá, ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DURAÇÃO

O prazo de vigência deste contrato é desde a sua assinatura até 31/12/2014, com renovação anual, de comum acordo entre as partes, observando-se o artigo 57 da lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer das alterações do presente contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Nona.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial

dos Municípios do Estado de Santa Catarina/DOM/SC no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio do Sul, 01 de Setembro de 2014.

Dr. Luiz Carlos Zanis

Secretário Municipal de Saúde

Drº José Del Carmen Jurado Abril

Responsável Técnico

Testemunhas:

1) Luciane Araujo Mattana
Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria
CPF XXX.569.600-XX

2) Fabíola kreusch
Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria
CPF XXX.134.899-XX

TERMO ADITIVO Nº 075/2014

TERMO ADITIVO Nº 075/2014 DE PRORROGAÇÃO DE DATA - EDITAL LICITAÇÃO Nº 15/2014 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO BAIRRO PROGRESSO, ESTRADA SÃO BENTO. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

Aos dez (10) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e quatorze (2014), neste cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, com sede na Rua Tuiuti,154, Centro neste ato representada pelo Secretário Municipal de Saúde de Rio do Sul, ora denominado CONTRATANTE, e outro lado a empresa METRO CUBICO ENGENHARIA EIRELI EPP, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 06.973.540/0001-38 denominado de CONTRATADA, entre si celebram o presente Contrato de prorrogação de término prestação de serviço, sob as seguintes cláusulas, condições e obrigações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de serviços e materiais para construção de unidade básica de saúde no bairro Progresso, estrada São Bento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA PRORROGAÇÃO

Prorroga-se a vigência do contrato para prestação de serviço para 90 (noventa) dias até 10 de fevereiro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Rio do Sul, 10 de novembro de 2014.

Luiz Carlos Zanis
Secretário Municipal de Saúde
Contratante

Eduardo Aragão Silva
METRO CÚBICO ENGENHARIA EIRELI EPP
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

TERMO ADITIVO Nº 076/2014

TERMO ADITIVO Nº 076/2014 DE PRORROGAÇÃO DE DATA - EDITAL LICITAÇÃO Nº 16/2014 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO BAIRRO TABOÃO, RUA NILCÉIA REINERT CEOLIN. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

Aos dez (10) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e quatorze (2014), neste cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, com sede na Rua Tuiuti,154, Centro neste ato representada pelo Secretário Municipal de Saúde de Rio do Sul, ora denominado CONTRATANTE, e outro lado a empresa METRO CUBICO ENGENHARIA EIRELI EPP, pessoa juridica, inscrito no CNPJ sob nº 06.973.540/0001-38 denominado de CONTRATADA, entre si celebram o presente Contrato de prorrogação de término prestação de serviço, sob as seguintes cláusulas, condições e obrigações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de serviços e materiais para construção de unidade básica de saúde no bairro Taboão, rua Nilcéia Reinert Ceolin. Fundo municipal de saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA PRORROGAÇÃO

Prorroga- se a vigência do contrato para prestação de serviço para 90 (noventa) dias até 10 de fevereiro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Rio do Sul, 10 de novembro de 2014.

Luiz Carlos Zanis
Secretário Municipal de Saúde
Contratante

Eduardo Aragão Silva
METRO CÚBICO ENGENHARIA EIRELI EPP
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

TERMO ADITIVO Nº 077/2014

TERMO ADITIVO Nº 077/2014 DE PRORROGAÇÃO DE DATA - EDITAL LICITAÇÃO Nº 12/2014 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO BAIRRO BELA ALIANÇA, ESTRADA BLUMENAU. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Aos dez (10) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e quatorze (2014), neste cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, com sede na Rua Tuiuti,154, Centro neste ato representada pelo Secretário Municipal de Saúde de Rio do Sul, ora denominado CONTRATANTE, e outro lado a empresa METRO CUBICO ENGENHARIA EIRELI EPP, pessoa juridica, inscrito no CNPJ sob nº 06.973.540/0001-38 denominado de CONTRATADA, entre si celebram o presente Contrato de prorrogação de término prestação de serviço, sob as seguintes cláusulas, condições e obrigações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de serviços e materiais para construção de unidade básica de saúde no bairro Bela Aliança, estrada Blumenau.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA PRORROGAÇÃO

Prorroga- se a vigência do contrato para prestação de serviço para 90 (noventa) dias até 10 de fevereiro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Rio do Sul, 10 de novembro de 2014.

Luiz Carlos Zanis
Secretário Municipal de Saúde
Contratante

Eduardo Aragão Silva
METRO CÚBICO ENGENHARIA EIRELI EPP
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

TERMO ADITIVO Nº 078/2014

TERMO ADITIVO Nº 078/2014 DE PRORROGAÇÃO DE DATA - EDITAL LICITAÇÃO Nº 13/2014 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO BAIRRO JARDIM ALEXANDRO.

Aos dez (10) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e quatorze (2014), neste cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, com sede na Rua Tuiuti,154, Centro neste ato representada pelo Secretário Municipal de Saúde de Rio do Sul, ora denominado CONTRATANTE, e outro lado a empresa METRO CUBICO ENGENHARIA EIRELI EPP, pessoa juridica,inscrito no CNPJ sob nº 06.973.540/0001-38 denominado de CONTRATADA,entre si celebram o presente Contrato de prorrogação de término prestação de serviço , sob as seguintes cláusulas,condições e obrigações:

CLAÚSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de serviços e materiais para construção de unidade básica de saúde no bairro Jardim Alexandro.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA PRORROGAÇÃO

Prorroga- se a vigência do contrato para prestação de serviço para 90 (noventa) dias até 10 de fevereiro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Rio do Sul, 10 de novembro de 2014.
Luiz Carlos Zanis
Secretário Municipal de Saúde
Contratante

METRO CUBICO ENGENHARIA EIRELI EPP
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

TERMO ADITIVO Nº 079/2014

TERMO ADITIVO Nº 079/2014 DE PRORROGAÇÃO DE DATA - EDITAL LICITAÇÃO Nº 14/2014 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO BAIRRO BUDAG, RUA ARTUR SIEWERDT.

Aos dez (10) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e quatorze (2014), neste cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, com sede na Rua Tuiuti,154, Centro neste ato representada pelo Secretário Municipal de Saúde de Rio do Sul, ora denominado CONTRATANTE, e outro lado a empresa METRO CUBICO ENGENHARIA EIRELI EPP, pessoa juridica,inscrito no CNPJ sob nº 06.973.540/0001-38 denominado de CONTRATADA,entre si celebram o presente Contrato de prorrogação de término prestação de serviço , sob as seguintes cláusulas,condições e obrigações:

CLAÚSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de serviços e materiais para construção de unidade básica de saúde no bairro Budag, rua Artur Siewerdt.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA PRORROGAÇÃO

Prorroga- se a vigência do contrato para prestação de serviço para 90 (noventa) dias até 10 de fevereiro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Rio do Sul, 10 de novembro de 2014.
Luiz Carlos Zanis
Secretário Municipal de Saúde
Contratante

Eduardo Aragão Silva
METRO CÚBICO ENGENHARIA EIRELI EPP
Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

TERMO ADITIVO Nº 082/2014

TERMO ADITIVO Nº 082/2014 - EDITAL LICITAÇÃO Nº 31/2014 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA REUNIÕES DE CAPACITAÇÃO, REALIZADAS EM DIVERSOS SETORES DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Ao terceiro (03) dia do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e quatorze (2014), neste cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, com sede na Rua Tuiuti,154, Centro neste ato representada pelo Secretário Municipal de Saúde de Rio do Sul, ora denominado CONTRATANTE, e outro lado a PANIFICADORA COELHO NETO LTDA, pessoa jurídica de direito privado,inscrito no CNPJ sob nº 95.773.883/0001-89 daqui pra frente denominado de CONTRATADA,entre si celebram o presente Contrato de fornecimento de bens de consumo , sob as seguintes cláusulas,condições e obrigações:

CLAÚSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios para reuniões de capacitação, realizadas em diversos setores da Secretaria de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se na da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO ADITIVAMENTO

Aditva - se o item treze (13) - pastelão acrescentando mais 25% da quantidade total do item.De 50 kg para 62.5kg.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Rio do Sul, 03 de dezembro de 2014.

Luiz Carlos Zanis

Secretário Municipal de Saúde

Contratante

PANIFICADORA COELHO NETO LTDA

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

TERMO ADITIVO Nº 084/2014

TERMO ADITIVO Nº 084/2014 DE PRORROGAÇÃO DE DATA - EDITAL LICITAÇÃO Nº 11/2014 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO BAIRRO RAINHA, RUA WILAND KURTH.

Aos dez (10) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e quatorze (2014), neste cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, com sede na Rua Tuiuti,154, Centro neste ato representada pelo Secretário Municipal de Saúde de Rio do Sul, ora denominado CONTRATANTE, e outro lado a empresa METRO CUBICO ENGENHARIA EIRELI EPP, pessoa jurídica,inscrito no CNPJ sob nº 06.973.540/0001-38 denominado de CONTRATADA,entre si celebram o presente Contrato de prorrogação de término prestação de serviço , sob as seguintes cláusulas,condições e obrigações:

CLAÚSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de serviços e materiais para construção de unidade básica de saúde no bairro Rainha, rua Wiland Kurth.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA PRORROGAÇÃO

Prorroga- se a vigência do contrato para prestação de serviço para 90 (noventa) dias até 10 de fevereiro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Rio do Sul, 10 de novembro de 2014.

Luiz Carlos Zanis

Secretário Municipal de Saúde

Contratante

Eduardo Aragão Silva

METRO CÚBICO ENGENHARIA EIRELI EPP

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 145/2014

PORTARIA Nº 145/2014
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, ao servidor público municipal Sr. Raul de Souza Campos, matrícula nº 808/7, ocupante do cargo de Encanador, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, relativamente ao período aquisitivo 05/03/2009 a 04/03/2010, sendo 10 dias revertidos em pecúnia, a serem gozadas no período de 15 de Dezembro de 2014 a 03 de Janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 15 de Dezembro de 2014.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA
Diretora de Recursos Humanos
Matricula nº 1268/8

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 371/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 371/2014
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 10:00 horas do dia 30 de dezembro de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEICULO, ZERO KM, CAPACIDADE PARA SETE LUGARES PARA A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 15 de dezembro de 2014.
EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS.
Pregoeiro

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração

IPRESBS

PORTARIA IPRESBS Nº 443/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 443/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 20/11/2014 a 31/03/2015, concedido a servidora MARIA LUIZA MICHELS OLIVEIRA ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal da Fazenda, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, através da Portaria IPRESBS nº. 086/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 20/11/2014.

São Bento do Sul, 11/12/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 444/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 444/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 28/11/2014 a 25/12/2014, a servidora JUVITA LUCIA TIBURSKI ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 13/11/2014 a 27/11/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 28/11/2014.

São Bento do Sul, 11/12/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 445/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 445/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 29/11/2014 a 19/12/2014, concedido a servidora ADRIANA DA SILVA FELIPE ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 397/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 29/11/2014.

São Bento do Sul, 11/12/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 446/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 446/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 09/12/2014 a 24/12/2014, ao servidor JONAS RENATO KIESKI ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 24/11/2014 a 08/12/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09/12/2014.

São Bento do Sul, 11/12/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 447/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 447/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 05/12/2014 a 23/01/2015, a servidora LUCIANE DUMS MODESKI ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 18/11/2014 a 30/11/2014 e 03/12/2014 a 04/12/2014 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05/12/2014.

São Bento do Sul, 11/12/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 448/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 448/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 18/12/2014 a 31/12/2014, a servidora LUCIANA REGINA PESATI ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 03/12/2014 a 17/12/2014 compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18/12/2014.

São Bento do Sul, 11/12/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 449/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 449/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 12/12/2014 a 24/02/2015, ao servidor CARLOS GUSTAVO DA SILVA IAGER ocupante do cargo de provimento efetivo de Odontólogo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 27/11/2014 a 11/12/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12/12/2014.

São Bento do Sul, 11/12/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 450/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 450/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/12/2014 a 30/04/2015, concedido ao servidor ANTONIO MARCOS PEREIRA ocupante do cargo de provimento efetivo de Pintor, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, através da Portaria IPRESBS nº. 095/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/12/2014.

São Bento do Sul, 12/12/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 451/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 451/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 25/12/2014 a 05/06/2015, a servidora ELIANE APARECIDA MATOSO AMANCIO ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotado na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 10/12/2014 a 24/12/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 25/12/2014.

São Bento do Sul, 12/12/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

TERMO ADITIVO Nº 015/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 15/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Termo Aditivo Nº 15/2014

Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS

Contratada: BAVÁRIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA

Vigência: Início: 03/12/2014 - Término: 28/02/2015

Contrato Originário Nº 004/2014

Primeiro Termo Aditivo Nº 013/2014

Recursos: Dotação: (8) 19.01.4.062.3.3.90.30.01.00.00.00 - Administração e Funcionamento do IPRESBS.

Valor Total do item Gasolina Comum: R\$ 4.585,50.

OBJETO: O Presente Termo Aditivo tem por objeto incluir o valor de R\$ 79,50 (setenta e nove reais e cinquenta centavos), referente ao acréscimo de 1,775%, apenas no item "Gasolina Comum" no Termo Aditivo Nº 013/2014.

São Bento do Sul, 03 de Dezembro de 2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 97/2014

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 97/2014

Contrato Nº: 97/2014

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA

Vigência: Início: 02/12/2014 - Término: 02/01/2015

Recursos: Dotação:

(16) 3.3.90.39.11.00 - Setor Administrativo - Exercício Vigente.

Objeto: Contratação de licença de uso de solução para gestão pública informatizada.

Valor: R\$ 3.863,31,00 (três mil, oitocentos e sessenta e três reais e trinta e um centavos).

São Bento do Sul, 15 de dezembro de 2014.
OSMAR TELMA
Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

RELATORIO DE COMPRAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS

CNPJ: 11.553.540/0001-19

RUA CONCORDIA N.100

C.E.P.: 89855-000 - São Carlos - SC

Folha: 1/2

RELACÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de Outubro/2014.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SEGURO DPVAT PARA VEICULOS	DETRAN - SC	82.951.294/0007-97	1,00	un	105,25	105,25
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LICENCIAMENTO ANUAL	DETRAN - SC	82.951.294/0007-97	1,00	un	62,12	62,12
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PANFLETOS RELACIONADOS AO PROJETO SAUDE DO HOMEM - NAS MEDIDAS 15 X 21CM	GL EDITORA GRAFICA LTDA	04.137.442/0001-35	2.000,00	un	0,15	300,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CLIMATIZADOR DE AR 12.000 BTUS CICLO QUENTE/ FRIO - INSTALADO, VOLTAGEM 220 V, CLASSIFICAÇÃO INMETRO, COM GARANTIA DE 12 MESES, CONVERSOR TIBBO	ELETROMÓVEIS R & D LTDA - ME (FILIAL 01)	03.738.828/0002-10	1,00	un	1.757,00	1.757,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	TAXA DE RENOVACÃO DE REGISTRO DE VEÍCULO	SAQUETTI COMERCIO E CONSERTO DE RELOGIOS LTDA	79.922.571/0001-33	1,00	un	380,00	380,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LOCACÃO DO SISTEMA COMPRA/SILICITAÇÕES SAUDE REFERENTE AO SISTEMA BETHA, COM 02 USUÁRIOS SIMULTÂNEOS	DETRAN - SC	82.951.294/0007-97	1,00	un	297,95	297,95
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ROLAMENTO	BETHA SISTEMAS LTDA	00.456.865/0001-67	2,51	un	121,58	305,17
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	JOGO DE DISCO DE FREIO	BETHA SISTEMAS LTDA	00.456.865/0001-67	2,51	un	182,37	457,75
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	JOGO DE PASTILHA DE FREIO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	pc	76,00	76,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	JOGO DE VELA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	kg	175,00	175,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FIO PARALELO 2 X 2,50 MM - RL COM 100 MT	LEONIR SESTRON SCHERER - ME c	80.657.802/0001-08	1,00	un	130,00	130,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EM PORTAS	LEONIR SESTRON SCHERER - ME c	04.855.418/0001-98	3,00	m	1,84	4,92
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PORTA METÁLICA, 4 FOLHAS (DUAS FIXAS E DUAS MÓVEIS) 2,83M DE ALTURA X 3,34 DE LARGURA	METALURGICA E ESQUADRIAS SAO CARLOS LTDA - ME	04.655.418/0001-98	1,00	un	6,70	6,70
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE ACESSO UNIDADE DE SAUDE BALENARIO DE PRATAS	METALURGICA E ESQUADRIAS SAO CARLOS LTDA - ME	04.548.013/0001-50	1,00	un	596,14	596,14
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		CPNET COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA	04.548.013/0001-50	2,00	un	695,51	1.391,02
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			06.349.207/0001-52	3,00	un	115,00	345,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS

CNPJ: 11.553.540/0001-19
RUA CONCORDIA N.100
C.E.P.: 89855-000 - São Carlos - SC

Folha: 2/2

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE ACESSO INTERNET-UNIDADE DE SAÚDE -SÃO JOÃO	CPNET COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA	06.349.207/0001-52	3,50	un	115,00	402,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE ACESSO INTERNET UNIDADE DE SAUDE CRISTO REI	CPNET COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA	06.349.207/0001-52	3,20	un	115,00	368,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE ACESSO INTERNET -UNIDADE DE SAUDE-	CPNET COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA	06.349.207/0001-52	3,30	un	115,00	379,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE ACESSO INTERNET - CAPS	CPNET COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA	06.349.207/0001-52	2,50	un	115,00	287,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LAVAGEM DE AMBULANCIA	LAVAGEM E BORRACHARIA COLINA LTDA - ME	13.030.926/0001-71	3,00	un	28,00	84,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PNEU 185/65 R 15	COMERCIAL AUTOMOTIVA LTDA	45.987.005/0142-29	8,00	un	202,00	1.616,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LOCAÇÃO DO SISTEMA CONTABILIDADE PUBLICA SAUDE REFERENTE AO SISTEMA BETHA, COM 02 USUÁRIOS SIMULTÂNEOS	BETHA SISTEMAS LTDA	00.456.865/0001-67	1,00	un	417,50	417,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LOCAÇÃO DO SISTEMA COMPRAS/LICITAÇÕES SAUDE REFERENTE AO SISTEMA BETHA, COM 02 USUÁRIOS SIMULTÂNEOS	BETHA SISTEMAS LTDA	00.456.865/0001-67	1,00	un	278,10	278,10
						Total Geral ---->	10.363,12

RELATORIO DE COMPRAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Demétrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 1/14

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Outubro/2014**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	BATERIA 80 AH	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	420,00	420,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ADESIVO PARA VIATURA 40 X 40 CM	ROTA IMPRESSOS GRÁFICOS LTDA	00.831.721/0001-43	4,00	un	20,00	80,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ADESIVO LOGO 193 - 8 X 8 CM	ROTA IMPRESSOS GRÁFICOS LTDA	00.831.721/0001-43	2.000,00	un	0,32	640,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ADESIVO PARA VIATURA REFLETIVA 30 X 30 CM	XROTA IMPRESSOS GRÁFICOS LTDA	00.831.721/0001-43	2,00	un	20,00	40,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ADESIVO PARA VIATURA 193 40 X 40 CM	ROTA IMPRESSOS GRÁFICOS LTDA	00.831.721/0001-43	3,00	un	25,00	75,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ADESIVO PARA VIATURA 105 X 14 CM	ROTA IMPRESSOS GRÁFICOS LTDA	00.831.721/0001-43	3,00	un	25,00	75,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SENSOR DE VELOCIDADE	IRMAOS SPERANDIO COMERCIO DE VEICULOS LTDA	83.296.954/0001-10	1,00	un	225,00	225,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	IRMAOS SPERANDIO COMERCIO DE VEICULOS LTDA	83.296.954/0001-10	1,00	S	30,00	30,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	DISCO DE TACÓGRAFO 7D - 180 KM - CAIXA COM 10 JOGOS	POSTO DA COLINA LTDA c	77.910.370/0001-90	5,00	cx	35,00	175,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	ARMARIO BRANCO TX EM MDF COM 04 PORTAS - TAM APROX. DE 2,00 DE LARG X 2,00 DE ALT X 0,55 DE PROF. COM 06 DIVISÓRIAS (PRATELEIRAS) E 01 CABIDEIRO.	JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME	13.772.057/0001-50	1,00	un	1.240,00	1.240,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CLIMATIZADOR DE AR 12.000 BTUS CICLO QUENTE/ FRIO - INSTALADO, VOLTAGEM 220 V, CLASSIFICAÇÃO INMETRO. COM GARANTIA DE 12 MESES.	ELETROMÓVEIS R & D LTDA - ME (FILIAL 01)	03.738.828/0002-10	1,00	un	1.757,00	1.757,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL INOX 08 LITROS - COPO MONOBLOCO SEM SOLDAS, SISTEMA DE TRAÇÃO DA HÉLICE EM AÇO INOX. COM ENCAIXE SEXTAVADO DO EIXO. MOTOR DE 1/2 CV MONOFÁSICO. EQUIPAMENTO QUE ATENDA AS NORMAS NR 12.	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	04.303.600/0001-80	1,00	un	671,00	671,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	APARELHO DE TELEFONE SEM FIO COM LED NO FONE PARA SINALIZAÇÃO TECLA MUDO, TECLA FLASCH, 03 OPÇÕES DE VOLUME, FREQUENCIA DE ALCANCE 6.0 GHZ	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	04.303.600/0001-80	1,00	un	155,50	155,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Dométrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 2/14

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNP J / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE COLETA E LIMPEZA DE RESÍDUOS LÍQUIDOS EM FOSSAS (LIMPEZA DE FOSSA SEPTICA DE ORIGEM HUMANA E ANIMAL) COM TRATAMENTO FINAL	E. CASTALDO ME - TRANSMERDA	10.880.900/0001-24	77,551	m3	49,00	3.800,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MONTAGEM DE PNEUMÁQUINAS	NELZIRO WATTE 02148320904	19.085.692/0001-46	2,00	un	22,00	44,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CONSRTO DE PNEU MAQUINAS	NELZIRO WATTE 02148320904	19.085.692/0001-46	1,00	un	28,00	28,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CONSRTO DE PNEU CAMINHÃO	NELZIRO WATTE 02148320904	19.085.692/0001-46	18,00	un	20,00	360,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CONSRTO DE PNEU COM TIP TOP CAMINHÃO	NELZIRO WATTE 02148320904	19.085.692/0001-46	16,00	S	40,00	640,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MONTAGEM DE PNEU/CAMINHÃO	NELZIRO WATTE 02148320904	19.085.692/0001-46	6,00	un	17,00	102,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MONTAGEM DE PNEU/MAQUINAS	NELZIRO WATTE 02148320904	19.085.692/0001-46	7,00	un	22,00	154,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CONSRTO DE PNEU CAMINHÃO	NELZIRO WATTE 02148320904	19.085.692/0001-46	13,00	un	20,00	260,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CONSRTO DE PNEU COM TIP TOP CAMINHÃO	NELZIRO WATTE 02148320904	19.085.692/0001-46	18,00	S	40,00	720,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MONTAGEM DE PNEU/CAMINHÃO	NELZIRO WATTE 02148320904	19.085.692/0001-46	2,00	un	17,00	34,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CONSRTO DE PNEU MAQUINAS	NELZIRO WATTE 02148320904	19.085.692/0001-46	6,00	un	28,00	168,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	LUBRIFICAÇÃO DE ONIBUS	AUTO POSTO CAMPO VERDE LTDA - EPP	04.524.238/0001-77	5,00	un	13,90	69,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	LAVAGEM DE ONIBUS	AUTO POSTO CAMPO VERDE LTDA - EPP	04.524.238/0001-77	5,00	un	39,50	197,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LONGARINAS ESTOFADAS EM TECIDO COM 05 LUGARES, ESPUMA INJETADA, MEDIDAS: ALTURA DO ASSENTO 41, ALTURA DO ENCOSTO 80, PROFUNDIDADE 56 E COMPRIMENTO 2.30 MT	ELETROMÓVEIS R & D LTDA - ME (FILIAL 01)	03.738.828/0002-10	1,00	un	530,00	530,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CADEIRA GIRATÓRIA DIRETOR COM BRAÇO POLIPROPILENO, ASSENTO E ENCOSTO DIRETOR, COM COSTURA, RODÍZIOS, ESPUMA INJETADA, ESPESSURA 70 MM EM TECIDO. MEDIDAS MÍNIMAS: ASSENTO 50 X 49 E ENCOSTO 46 X 50.	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	04.303.600/0001-80	4,00	un	413,00	1.652,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CADEIRA GIRATÓRIA SECRETÁRIA - COR AZUL REVESTIMENTO EM TECIDO - BRAÇO CBR/ SISTEMA BKG - MEDIDAS MÍNIMAS: LARGURA 64 CM/ ALTURA 99 CM/ PROFUNDIDADE 64 CM - COM ESPUMA INJETADA E RODÍZIOS.	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	04.303.600/0001-80	1,00	un	344,00	344,00
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	CAMISA POLO BRANCA - FEM	LAM INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES LTDA - ME	09.125.219/0001-91	6,00	un	38,00	228,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Dométrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 3/14

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE DESLOCAMENTO TÉCNICO	MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	83.675.413/0002-84	1,00	un	90,00	90,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	OLEO MOTOR BALDE 20 LITROS	MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	83.675.413/0002-84	1,00	un	258,00	258,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ELEMENTO FILTRANTE DA TRANSMISSÃO	MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	83.675.413/0002-84	1,00	un	208,00	208,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ELEMENTO FILTRANTE CUMMINS	MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	83.675.413/0002-84	1,00	un	119,00	119,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ELEMENTO FILTRANTE	MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	83.675.413/0002-84	1,00	un	96,20	96,20
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ELEMENTO DO FILTRO COMBUSTÍVEL	MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	83.675.413/0002-84	1,00	un	108,60	108,60
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SERVIÇOS DE SOCORRO	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	S	30,00	30,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	RELÊ	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	pc	30,00	30,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	S	15,00	15,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	INDUZIDO DE PARTIDA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	300,00	300,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORTA ESCOVA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	80,00	80,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS ELETRICOS -INSTALAÇÃO	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	50,00	50,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BUCHA FIXAÇÃO 10 MM	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	3,00	un	6,70	20,10
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	S	80,00	80,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	AUTOMÁTICO PARA PARTIDA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	pc	150,00	150,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	INDUZIDO	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	pc	470,00	470,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LENTE P/ SINALEIRA CRISTAL	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	18,00	18,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FUZIVEL	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	9,00	pc	1,00	9,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LAMPADA PINGO D'ÁGUA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	pc	4,00	4,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LÂMPADA 1034	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	4,00	un	4,00	16,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LANTERNA TRASEIRA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	pc	55,00	55,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS ELÉTRICOS EM VEÍCULOS	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	S	30,00	30,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CABO TOMADA DE FORÇA	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	5,00	pc	5,00	25,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CABO VGA P/ MONITOR	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	1,00	un	25,00	25,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	S	90,00	90,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Dométrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 4/14

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	KIT REPARO REGULAGEM	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	16,00	16,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BUCHA 8MM	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	3,00	un	6,00	18,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORTA ESCOVA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	70,00	70,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	S	90,00	90,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	S	120,00	120,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	40,00	40,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LAMPADA H 4	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	2,00	pc	25,00	50,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ROLAMENTO CUBO	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	25,00	25,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORTA ESCOVA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	150,00	150,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	RELE AUXILIAR PARA CAMINHÃO	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	2,00	un	22,00	44,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SOQUETE	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	8,00	8,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ROLAMENTO	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	pc	20,00	20,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LANTERNA TRASEIRA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	pc	55,00	55,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	RELÉ AUXILIAR	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	pc	20,00	20,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	RELÉ DO PISCA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	20,00	20,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LÂMPADA 1034	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	4,00	un	4,00	16,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LAMPADA 1141	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	2,00	un	4,00	8,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LAMPADA 12 V	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	7,00	un	5,00	35,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LAMPADA 69	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	2,00	un	4,00	8,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	200,00	200,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ABRAÇADEIRA 3/4	AGRO SOLO MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI	18.384.435/0001-42	1,00	un	13,00	13,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	AGRO SOLO MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI	18.384.435/0001-42	1,00	S	120,00	120,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	REPARO DA JUNTA	AGRO SOLO MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI	18.384.435/0001-42	1,00	un	73,40	73,40
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	RETENTOR	AGRO SOLO MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI	18.384.435/0001-42	1,00	pc	38,00	38,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Dométrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 5/14

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNP J / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MANIVELA	AGRO SOLO MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI	18.384.435/0001-42	1,00	un	3,00	3,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	OLEO 90	AGRO SOLO MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI	18.384.435/0001-42	1,00	un	15,50	15,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MANGUEIRA	AGRO SOLO MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI	18.384.435/0001-42	3,70	un	16,50	61,05
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ABRAÇADEIRA 3 POLEGADAS	AGRO SOLO MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI	18.384.435/0001-42	1,00	un	22,00	22,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	AGRO SOLO MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI	18.384.435/0001-42	1,00	S	150,00	150,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	GASOLINA COMUM	AGRO SOLO MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI	18.384.435/0001-42	1,00	I	3,50	3,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ÓLEO DA CAIXA	AGRO SOLO MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI	18.384.435/0001-42	1,00	I	17,00	17,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FLANGE DO DIFERENCIAL	AGRO SOLO MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI	18.384.435/0001-42	1,00	pc	78,00	78,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO COMPLETO	AGRO SOLO MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI	18.384.435/0001-42	1,00	un	35,00	35,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MANGUEIRA DE SUCÇÃO 4"	AGRO SOLO MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI	18.384.435/0001-42	1,00	un	45,00	45,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ANEL ORIGINAL 026	AGRO SOLO MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI	18.384.435/0001-42	6,00	un	15,00	90,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	AGRO SOLO MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI	18.384.435/0001-42	1,00	S	50,00	50,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	COLA BRANCA 1104	AGRO SOLO MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI	18.384.435/0001-42	1,00	un	32,00	32,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	AGRO SOLO MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI	18.384.435/0001-42	1,00	S	90,00	90,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ROLAMENTO 1° LINHA	AGRO SOLO MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI	18.384.435/0001-42	2,00	un	79,00	158,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE DESMONTAGEM E MONTAGEM DE PEÇAS	AGRO SOLO MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI	18.384.435/0001-42	3,50	S	50,00	175,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ANEL ORIGINAL	AGRO SOLO MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI	18.384.435/0001-42	1,00	un	5,00	5,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TUBO QUADRADO FEMEA	AGRO SOLO MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI	18.384.435/0001-42	1,00	un	148,00	148,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FILTRO DE DIESEL GRANDE	AGRO SOLO MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI	18.384.435/0001-42	1,00	un	30,00	30,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ENGRAXADEIRA LUB440	AGRO SOLO MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI	18.384.435/0001-42	1,00	un	264,00	264,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	GRAXA - KG	AGRO SOLO MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI	18.384.435/0001-42	10,00	kg	17,00	170,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	AGRO SOLO MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI	18.384.435/0001-42	1,00	S	180,00	180,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	AGRO SOLO MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI	18.384.435/0001-42	1,00	S	70,00	70,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO COMPLETO 12 MM	AGRO SOLO MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI	18.384.435/0001-42	1,00	un	12,80	12,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Dométrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 6/14

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNP J / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FILTRO DIESEL	AGRO SOLO MAQUINAS E IMPLIMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI	18.384.435/0001-42	1,00	un	32,60	32,60
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FILTRO DO CARTER	AGRO SOLO MAQUINAS E IMPLIMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI	18.384.435/0001-42	1,00	pc	49,70	49,70
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FLORES DA ÉPOCA - CX COM 15 UND	CLAITON SELBACH & CIA LTDA	07.813.588/0001-41	250,00	un	6,80	1.700,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SÃO CARLOS/ PRATAS - SAINDO DE SÃO CARLOS, BAIRRO OLARIA, PELA SC-383 ATÉ ESCOLA DE PRATAS, RETORNANDO PELA MESMA RODOVIA, PASSANDO BAIRRO OLARIA, COLEGIO DO BAIRRO CRISTO REI, ATÉ COLEGIO ARCOVERDE, NO PERÍODO MATUTINO E VESPERTINO. VEICULO ONIBUS, CHEGADA PELA MANHA AS 7:30 HORAS, RETORNANDO AS 11:30 HORAS, A TARDE CHEGADA AS 13:20 HORAS, COM RETORNO AS 17:30 HORAS, PERFAZENDO 68 KM/DIA.	SAN DIEGO TRANSPORTES LTDA - ME	01.240.071/0001-24	1.728,00	km	3,01	5.201,28
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SÃO JOSÉ - SAINDO DE SAO JOSE, POR SÃO PEDRO, ALTO SAO PEDRO, RETORNANDO A SÃO JOSE, SEGUINDO ATÉ A LINHA URUGUAÍ, RETORNANDO ATÉ A ESCOLA DE PRATAS, NO PERÍODO MATUTINO E VESPERTINO. VEICULO MICRO-ONIBUS, CHEGADA PELA MANHA AS 7:00 HORAS, RETORNANDO AS 11:30 HORAS, A TARDE CHEGADA AS 13:00 HORAS, COM RETORNO AS 17:30 HORAS, PERFAZENDO 85 KM/DIA.	TRANSPORTES A.I.R. LTDA - ME	04.252.121/0001-81	1.955,00	km	2,90	5.669,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SÃO JOSÉ - SAINDO DE SAO JOSE A LINHA RAUPP, PASSANDO PELA ENCOSTA DO RIO BARRA GRANDE ATÉ SÃO JOSÉ, NO PERÍODO MATUTINO E VESPERTINO. VEICULO KOMBI, CHEGADA PELA MANHA AS 7:00 HORAS, RETORNANDO AS 11:45 HORAS, A TARDE CHEGADA AS 12:30 HORAS, COM RETORNO AS 18:00 HORAS, PERFAZENDO 80 KM/DIA.	TRANSPORTES A.I.R. LTDA - ME	04.252.121/0001-81	1.840,00	km	2,90	5.336,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Dométrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 7/14

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - VOLTA DO CHAPECÓ - SAINDO DO BAIRRO CRISTO REI, FRIGORÍFICO, VOLTA DO CHAPECÓ, PELO COLEGIO DO BAIRRO CRISTO REI, JARDIM ALVORADA, PASSANDO PELOS CEIS DA CIDADE, ATÉ O COLEGIO ARCOVERDE, NO PERÍODO MATUTINO E VESPERTINO. VEICULO ONIBUS, CHEGADA PELA MANHA AS 7:30 HORAS, RETORNANDO AS 11:30 HORAS. A TARDE CHEGADA AS 13:20 HORAS, COM RETORNO AS 17:30 HORAS, PERFAZENDO 21 KM/DIA.	ARMANDO WATTE - ME	06.247.663/0001-91	462,00	km	2,90	1.339,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS ENSINO FUNDAMENTAL - ESCOLA DE SÃO JOÃO - SAINDO DE ALTO MORAIS, PASSANDO POR LINHA HERMANN, FAZENDO O RETORNO NA PROPRIEDADE DO SENHOR MILTON HERMANN, PASSANDO PELO CENTRO COMUNITARIO DE LINHA MORAIS, ATE ENTRADA DA RESIDENCIA DE EDSON ANSCHAU, RETORNANDO POR MORAES, BAIXO MORAES, SEGUINDO A RODOVIA SC-469 ATÉ A ESCOLA DE SÃO JOAO. NO PERÍODO MATUTINO E VESPERTINO, VEICULO ONIBUS, CHEGADA PELA MANHA AS 7:30 HORAS, RETORNANDO AS 11:30 HORAS, A TARDE CHEGADA AS 13:20 HORAS, COM RETORNO AS 17:30 HORAS, PERFAZENDO 79 KM/DIA.	AUTO MECANICA SAO JOAO LTDA	83.514.760/0001-44	1.738,00	km	2,89	5.022,82
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	MÉDIO - COLÉGIO ARCOVERDE - SAINDO DE BELA VISTA POR SÃO SEBASTIÃO, PELA ESQUINA DA LINHA COATI, ALTO MORAES, MORAES, LINHA MADEIREIRA, ATE O COLEGIO ARCOVERDE, NO PERÍODO NOTURNO, VEICULO MICRO-ONIBUS, CHEGADA AS 18:50 HORAS, RETORNANDO AS 22:35 HORAS, PERFAZENDO 57 KM/DIA.	SAO CARLOS TUR VIAGENS E TURISMO LTDA	86.943.040/0001-92	1.452,00	km	3,01	4.370,52

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Dométrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 8/14

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - BELA VISTA - SAINDO DE BELA VISTA PASSANDO POR LINHA ALVES, LINHA MASSING, CENTRO AGUIHAS, LINHA WEBER, ALTO AGUIHAS ATE BELA VISTA, NO PERIODO MATUTINO E VESPERTINO, VEICULO ONIBUS CHEGADA PELA MANHA AS 7:30 HORAS, RETORNANDO AS 11:30 HORAS, A TARDE CHEGADA AS 13:20 HORAS, COM RETORNO AS 17:30 HORAS. PERFAZENDO 86 KM/DIA.	SAO CARLOS TUR VIAGENS E TURISMO LTDA	86.943.040/0001-92	1.870,00	km	3,01	5.628,70
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - LINHA JACUTINGA - SAINDO DE LINHA JACUTINGA, PASSANDO POR ALTO SAO PEDRO, SAO PEDRO E LINHA THESSING ATE A ESCOLA DE PRATAS, NO PERIODO MATUTINO E VESPERTINO, VEICULO MICRO-ONIBUS CHEGADA PELA MANHA AS 7:30 HORAS, RETORNANDO AS 11:30 HORAS, A TARDE CHEGADA AS 13:20 HORAS, COM RETORNO AS 17:30 HORAS, PERFAZENDO 104,50 KM/DIA.	J.N.A TRANSPORTES EIRELI - ME	05.425.922/0001-64	2.512,00	km	2,90	7.284,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - LINHA MADEIREIRA, MORAES E BAIRRO OLARIA, PASSANDO PELA SC 469, POR LINHA MADEIREIRA, BAIXO MORAES, RETORNANDO PELA MESMA RODOVIA COM PARADA NO JARDIM CRIANÇA FELIZ, NA CASA DA CULTURA (PETI) E COLEGIO ARCOVERDE, RETORNANDO PELO BAIRRO OLARIA, COLÉGIO DO CRISTO REI ATE O COLEGIO ARCOVERDE, NO PERIODO MATUTINO E VESPERTINO, VEICULO MICRO ONIBUS, CHEGADA PELA MANHA AS 7:30 HS, RETORNANDO AS 11:30 HS, A TARDE CHEGADA AS 13:20 HS E COM RETORNO AS 17:30 HS, PERFAZENDO 84 KM/DIA.	JOSÉ HOSS - ME	76.569.987/0001-21	2.433,00	km	2,90	7.055,70

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Dométrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 9/14

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE SÃO JOÃO - SAINDO DO CENTRO COMUNITARIO ATÉ NA ENCRUZILHADA DE LINHA MASSING PRÓXIMO A RESIDENCIA DE JOSÉ KNORST, RETORNANDO PELA LINHA COATI, ALTO MORAIS, ENTRADA PRÓXIMO A RESIDENCIA DA FAMÍLIA KEMMER, ATÉ A ESCOLA DE SÃO JOÃO, NO PERÍODO MATUTINO E VESPERTINO, VEÍCULO MICRO - ONIBUS, CHEGADA PELA MANHÃ AS 7:30 HS, RETORNANDO AS 11:30 HS. A TARDE CHEGADA AS 13:20 HS, COM RETORNO AS 17:30 HS. PERFAZENDO 90 KM/ DIA.	AUTO MECANICA SAO JOAO LTDA	83.514.760/0001-44	2.112,00	km	2,89	6.103,68
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO - COLÉGIO ARCOVERDE - SAINDO DE BELA VISTA POR SÃO SEBASTIÃO, PELA ESQUINA DA LINHA COATI, ALTO MORAES, MORAES, LINHA MADEIREIRA, ATÉ O COLÉGIO ARCOVERDE, NO PERÍODO NOTURNO, VEÍCULO MICRO-ONIBUS, CHEGADA AS 18:50 HORAS, RETORNANDO AS 22:35 HORAS. PERFAZENDO 57 KM/DIA.	ASELI WILLMS SCHEID - ME	06.139.767/0001-82	1.254,00	km	1,89	2.370,06
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL -ESCOLA DE BELA VISTA, SAÍDA EM BELA VISTA, PASSANDO PRÓXIMO A RESIDENCIA DE EL DINOR HEINEN, ENTRA PRÓXIMO AO MOINHO MARSCHALL, PASSANDO PRÓXIMO A RESIDENCIA DE SILVESTRE WEBER, NO CENTRO COMUNITÁRIO DE SÃO SEBASTIÃO, LINHA MULLER A BELA VISTA, NO PERÍODO MATUTINO, E VESPERTINO, VEÍCULO MICRO-ONIBUS, CHEGADA PELA MANHÃ AS 7:30 HORAS, RETORNANDO AS 11:30 HORAS, A TARDE CHEGADA AS 13:20 HORAS, COM RETORNO AS 17:30 HS. PERFAZENDO 73,00 KM/DIA.	ASELI WILLMS SCHEID - ME	06.139.767/0001-82	1.828,00	km	2,00	3.656,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	SERVIÇOS DE ASSISTENCIA TECNICA DE INFORMATICA	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	1,00	S	20,00	20,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	MEMORIA DDR 2 - 02 GB	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	1,00	un	70,00	70,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	FONTE ATX	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	2,00	un	55,00	110,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BATERIA 150 AH	ANTONIO VIEL - ME	14.016.902/0001-20	1,00	un	540,00	540,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Dométrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 10/14

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
PODER EXECUTIVO	SERVIÇOS DE HORA/MAQUINA MOTONIVELADORA PARA SERVIÇOS DIVERSOS. PESO MÍNIMO DE 16 TON, ARTICULADA, COM RIPPER TRASEIRO E POTENCIA MINIMA DO MOTOR DE 140 HP. O PROPONENTE SERÁ RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DAS DESPESAS, COMBUSTIVEL E OPERADOR.	MAQTER TERRAPLENAGEM LTDA - EPP	05.343.673/0001-68	500,00	h	169,00	84.500,00
	PUBLICAÇÃO (EDITAL)	ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A	92.821.701/0002-90	1,00	pc	348,60	348,60
	TARIFA DE TELEFONIA MÓVEL	OI MOVEL S.A.	05.423.963/0001-11	1,00	un	9.741,76	9.741,76
	SERVIÇOS DE ACOMPANHAMENTO REMOTO PARA AJUSTES NO SERVIDOR	INFORSUL SERVIÇOS E TECNOLOGIAS DE INF LTDA	07.120.449/0001-32	1,00	un	600,00	600,00
SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	TROFÉU COM 82 CM DE ALTURA, BASE OCTOGONAL COM 14,6 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, SUPORTE METALIZADO NA COR DOURADA, COPA FECHADA COM FRISOS E TEXTURA METALIZADA NA COR DOURADA COM EFEITO TEXTURIZADO E 31 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. SOBRE ESTA COPA UMA BOLA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL, NA BASE GRAVAÇÃO EM ARTE COLORIDA COM DADOS DO EVENTO. ALÇAS, TAMPAS E DEMAIS COMPONENTES METALIZADOS NA COR DOURADA.	RENIR PAULO MANFRIN - ME	00.249.261/0001-40	4,00	un	259,00	1.036,00
SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	TROFÉU COM 23 CM DE ALTURA, BASE OCTOGONAL COM 12 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM SUPORTE METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA DESTES SUPORTE UMA ESTATUETA DE BOLA DE FUTEBOL NA COR PRATA COM DETALHES NA COR AZUL. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL, NA BASE GRAVAÇÃO EM ARTE COLORIDA COM DADOS DO EVENTO PARA GRAVAÇÃO.	RENIR PAULO MANFRIN - ME	00.249.261/0001-40	10,00	un	76,80	768,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Dométrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 11/14

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	TROFÉU COM 35 CM DE ALTURA, BASE QUADRADA COM 20 CM EM POLÍMERO NA COR VERMELHA OU AZUL BASE TIPO PIRÂMIDE QUADRADA COM 15 CM NA SEGUNDA BASE, ACIMA ANEL DOURADO COM 40 CM DE CIRCUNFERÊNCIA. NAS DUAS PONTAS DA ASTE REDONDA 14 CM DE COMPRIMENTO NA COR AZUL OU VERMELHA E COM 33 CM DE CIRCUNFERÊNCIA QUE SUSTENTA TERCEIRA BASE QUADRADA DE 15 CM E NO CENTRO UM SUPORTE COM ANEL PRATA, ACIMA BOLA DE FUTEBOL DE 16 CM. NA BASE DO TROFÉU GRAVAÇÃO EM VINIL DOURADO COM ARTE COLORIDA E DADOS DO EVENTO.	RENIR PAULO MANFRIN - ME	00.249.261/0001-40	6,00	un	185,70	1.114,20
SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	MEDALHA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAC, TAMANHO 35 MM DE DIÂMETRO E CENTRO LISO, COM BRASÃO ARTE COLORIDA, AO REDOR DA MEDALHA UM RAMO EM ALTO RELEVO. ESPESSURA MÁXIMA DE 2,00 MM. NAS CORES DOURADA, BRONZE OU PRATA. SUPORTE PARA FITA COM 1,50 CM DE LARGURA. A MEDALHA VEM ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM AZUL, NO VERSO DA MEDALHA VINIL COM GRAVAÇÃO DOS DADOS DO EVENTO EM ARTE COLORIDA.	MONUMENTAL INDUSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS LTDA ME	02.313.167/0001-38	120,00	un	3,76	451,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	MEDALHA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAC, TAMANHO 35 MM DE DIÂMETRO E CENTRO LISO, COM BRASÃO ARTE COLORIDA, AO REDOR DA MEDALHA UM RAMO EM ALTO RELEVO. ESPESSURA MÁXIMA DE 2,00 MM. NAS CORES DOURADA, BRONZE OU PRATA. SUPORTE PARA FITA COM 1,50 CM DE LARGURA. A MEDALHA VEM ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM AZUL, NO VERSO DA MEDALHA VINIL COM GRAVAÇÃO DOS DADOS DO EVENTO EM ARTE COLORIDA.	MONUMENTAL INDUSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS LTDA ME	02.313.167/0001-38	156,00	un	3,76	586,56

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Dométrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 12/14

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TROFÉU COM 23 CM DE ALTURA, BASE OCTOGONAL COM 12 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM SUPORTE METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA DESTES SUPORTES UMA ESTATUETA DE BOLA DE FUTEBOL NA COR PRATA COM DETALHES NA COR AZUL. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. NA BASE GRAVAÇÃO EM ARTE COLORIDA COM DADOS DO EVENTO PARA GRAVAÇÃO.	RENIR PAULO MANFRIN - ME	00.249.261/0001-40	3,00	un	76,80	230,40
SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	TROFÉU COM 23 CM DE ALTURA, BASE OCTOGONAL COM 12 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM SUPORTE METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA DESTES SUPORTES UMA ESTATUETA DE BOLA DE FUTEBOL NA COR PRATA COM DETALHES NA COR AZUL. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. NA BASE GRAVAÇÃO EM ARTE COLORIDA COM DADOS DO EVENTO PARA GRAVAÇÃO.	RENIR PAULO MANFRIN - ME	00.249.261/0001-40	5,00	un	76,80	384,00
SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	MEDALHA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAC, TAMANHO DE 4,8 CM DE DIÂMETRO E CENTRO LISO COM 25 MM DE DIÂMETRO COM BRASÃO ARTE COLORIDA. AO REDOR DA MEDALHA UM RAMO EM ALTO RELEVO. ESPESSURA MÁXIMA DE 2,4 MM. METALIZADA NA COR DOURADA. SUPORTE PARA FITA COM 1,5 CM DE LARGURA. A MEDALHA VEM ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM AZUL, NO VERSO DA MEDALHA VINIL COM GRAVAÇÃO DOS DADOS DO EVENTO EM ARTE COLORIDA.	RENIR PAULO MANFRIN - ME	00.249.261/0001-40	165,00	un	5,28	871,20
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO	CENTRAL TELEFÔNICA	CPNET COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA	06.349.207/0001-52	1,00	pc	1.700,00	1.700,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO	PLACA ICIP - 4/10 IMPACTA 140	CPNET COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA	06.349.207/0001-52	1,00	un	3.200,00	3.200,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO	PLACA ICIP - 10/30 IMPACTA 140	CPNET COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA	06.349.207/0001-52	1,00	un	5.300,00	5.300,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	EMULSÃO ASFÁLTICA	CONSÓRCIO INT. DESENVOLV. INFRAEST. RODOV. - CIDIR	11.117.243/0001-20	551,66	kg	1,80	992,99
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MASSA ASFÁLTICA (CBUQ)	CONSÓRCIO INT. DESENVOLV. INFRAEST. RODOV. - CIDIR	11.117.243/0001-20	903,00	t	165,00	148.995,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ESCALADA DE FIBRA 7 X 20 - ABERTA	MAXXIPAR DISTRIBUIDORA DE FERRAMENTAS E PARAFUSOS	19.617.267/0001-50	1,00	un	1.120,00	1.120,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ESCALADA DE ALUMÍNIO EXTENSIVA 3,30 MT	MAXXIPAR DISTRIBUIDORA DE FERRAMENTAS E PARAFUSOS	19.617.267/0001-50	1,00	un	350,00	350,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Dométrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 13/14

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	COMPLEMENTAÇÃO CONFORME TERMO ADITIVO DE PAVILHÃO COMUNITÁRIO - ETAPA 2	CONSTRUTORA CIMEPLAN LTDA - ME	05.162.120/0001-09	1,00	un	58.674,50	58.674,50
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	ÓLEO LUBRIFICANTE	DE MARCO S/A COMERCIO DE VEÍCULOS	83.297.366/0001-00	3,50	l	30,00	105,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	FILTRO ÓLEO	DE MARCO S/A COMERCIO DE VEÍCULOS	83.297.366/0001-00	1,00	pc	17,50	17,50
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	VEDADOR	DE MARCO S/A COMERCIO DE VEÍCULOS	83.297.366/0001-00	1,00	pc	1,50	1,50
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CENOGRAFIA EM BAILE - IMAGEM, ILUMINAÇÃO CENICA, ILUMINAÇÃO PASSARELA, CONTROLE DE AUDIO E VIDEO.	EDUARDO JOSE HEINECK ME	85.380.954/0001-20	1,00	un	3.160,00	3.160,00
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DECORAÇÃO DE AMBIENTE, HALL DE ENTRADA, CENÁRIO, DESFILE, PASSARELA	SCHNE HEI FLORICULTURA E DECORACOES LTDA - EPP	00.399.817/0001-84	1,00	un	6.240,00	6.240,00
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	CONTRATAÇÃO DE BANDA PARA A ESCOLHA DAS SOBERANAS DA EXPAINCO	SIDNEY KLASSEN 44264844053	13.229.823/0001-35	1,00	un	7.900,00	7.900,00
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	DIVULGAÇÃO DAS FESTIVIDADES DO BAILE DAS SOBERANAS. PERÍODO DE 10 DIAS.	RADIO PRODUÇÃO FM LTDA	00.974.497/0001-49	80,00	un	6,25	500,00
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	DIVULGAÇÃO DAS FESTIVIDADES DO BAILE DAS SOBERANAS. PERÍODO DE 10 DIAS.	PORTAL SISTEMA FM DE COMUNICAÇÕES LTDA - ME	02.601.591/0001-88	80,00	un	6,25	500,00
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	DIVULGAÇÃO DAS FESTIVIDADES DO BAILE DAS SOBERANAS. PERÍODO DE 10 DIAS.	RADIO SAO CARLOS LTDA	83.845.735/0001-43	80,00	un	6,25	500,00
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	SERVIÇOS DE FILMAGEM EM EVENTOS	FOTO ESTUDIO VIGNATTI LTDA - ME - c	02.840.206/0004-06	1,00	un	1.340,00	1.340,00
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	LOCAÇÃO DE TAMPÕES, TOALHAS, MATERIAL DIVERSO PARA DECORAÇÃO DO BAILE DE ESCOLHA DAS SOBERANAS	DECOR FLORES E FESTAS EIRELI ME	19.209.455/0001-40	1,00	un	2.500,00	2.500,00
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	FLORES DIVERSAS PARA PREMIAÇÃO E DECORAÇÃO DE EVENTO	CELSE BOITTT - ME	06.100.947/0001-50	1,00	un	1.175,00	1.175,00
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	SERVIÇOS DE FOTOGRAFIAS EM EVENTO	FOTO ESTUDIO VIGNATTI LTDA - ME - c	02.840.206/0004-06	1,00	un	600,00	600,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ATADURA CREPE CYSNE - TAM 10 CM X 1,8 M - PACT COM 12 UND	BALKE PRODUTOS HOSPITALARES	06.103.122/0001-90	20,00	pt	16,80	336,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ATADURA CREPE CYSNE - TAM 15 CM X 1,80 M - PACT COM 12 UND	BALKE PRODUTOS HOSPITALARES	06.103.122/0001-90	20,00	pt	25,1814	503,63
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CAMPO OPERATORIO COMPRESSA - TAM 25 X 23 CM - PACT COM 50 UND	BALKE PRODUTOS HOSPITALARES	06.103.122/0001-90	5,00	pt	55,30	276,50
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS DO INTERESSE DO MUNICÍPIO	REDE DE COMUNICACAO SC LTDA - ME	04.287.014/0001-99	1,00	un	1.000,00	1.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Dométrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 14/14

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNP J / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	VAL TER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,00	S	170,00	170,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA REFORÇO	VAL TER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,00	S	140,00	140,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	VAL TER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,00	S	90,00	90,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	VAL TER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	2,00	S	60,00	120,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CAPA 3/8	VAL TER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,00	un	18,08	18,08
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	NIPEL FG 1 1/16	VAL TER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,00	un	12,58	12,58
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA 3/4	VAL TER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	4,00	un	0,71	2,84
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 12 X 60	VAL TER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	4,00	un	3,00	12,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA 01 MM	VAL TER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,00	un	4,02	4,02
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO SEXTAVADO 10 MM	VAL TER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,00	un	0,88	0,88
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SUPORTE BARRA TENSORA	VAL TER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,00	un	199,87	199,87
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA 12	VAL TER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,00	un	1,50	1,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 12 X 80	VAL TER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,00	un	2,83	2,83
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	UNHA	VAL TER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	2,00	pc	78,00	156,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SUPORTE	VAL TER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,00	un	173,80	173,80
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO DA LAMINA	VAL TER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	2,00	pc	8,59	17,18
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA DE LAMINA 5/8	VAL TER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	2,00	un	4,51	9,02
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	PUBLICAÇÃO DE EDITAIS, AVISOS E ATOS OFICIAIS DA ADMINISTRAÇÃO	ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A	92.821.701/0002-90	1,00	un	816,00	816,00
						Total Geral ---->	431.580,95

RELATORIO DE COMPRAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Demétrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 1/9

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Novembro/2014**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	VIDRO PARA JANELA 74 X 17 CM	METALURGICA DIEI LTDA - ME	81.549.891/0001-31	1,00	un	13,00	13,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	VIDRO PARA JANELA 76 X 23 CM	METALURGICA DIEI LTDA - ME	81.549.891/0001-31	1,00	un	15,00	15,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	VIDRO PARA JANELA 77 X 23 CM	METALURGICA DIEI LTDA - ME	81.549.891/0001-31	1,00	un	15,00	15,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	VIDRO PARA JANELA 81 X 20 CM	METALURGICA DIEI LTDA - ME	81.549.891/0001-31	1,00	un	20,00	20,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SERVIÇOS DE SERIGRAFIA EM CAMISETAS	ADRIANA FABIA HEINRICH MASSMANN 01492439959	11.622.526/0001-20	180,00	un	2,00	360,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MANGUEIRA QUATRO ESPIRAIS 12 - 3/4 4T	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	0,82	m	69,94	57,35
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MOLA DY - 303160008	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,00	un	497,26	497,26
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TERMINAL PRENS UNIV FLANGE 45	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,00	un	86,86	86,86
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TERMINAL PRENS UNIV MACHO 3/8	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,00	un	38,89	38,89
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	GRAXEIRA	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,00	un	1,61	1,61
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CAPA PRENS M03310 11R1 3/4	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	2,00	un	31,67	63,34
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA SEXTAVADA ZINCADA 5/16	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,00	un	0,50	0,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TEC COOL TRUCK	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,00	un	17,05	17,05
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,00	S	100,00	100,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ARRUELA LISA ZINCADA 5/16	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,00	un	0,20	0,20
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CAPA PRENS M03310 11R1 1/4	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	2,00	un	15,514	31,03
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,00	S	90,00	90,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MANGUEIRA DUAS TRAMAS DE AÇO 12	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,70	m	43,50	73,95
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TERMINAL PRENS UNIVERSAL	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	2,00	un	19,96	39,92
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	2,00	S	80,00	160,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Dométrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 2/9

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA DE AÇO 5/8	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	3,00	un	1,95	5,85
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BARRA ROSCADA 3/8"	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	0,30	un	19,83	5,95
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ANEL ORIGINAL	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,00	un	1,60	1,60
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA NO RADIADOR	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,00	un	115,00	115,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	7,00	pc	4,95	34,65
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,00	S	229,00	229,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,00	S	130,00	130,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,00	S	80,00	80,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PERFIL	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	2,00	m	7,48	14,96
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA CUBO	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	4,00	un	4,30	17,20
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PRISIONEIRO	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	4,00	un	6,90	27,60
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PANO	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,00	un	18,94	18,94
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MANGUEIRA ESPECIAL	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	3,80	m	39,31	149,38
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	NIPEL 1/2	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	4,00	un	12,58	50,32
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CAPA PRENS. WOO402	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	4,00	un	19,404	77,62
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ESTOPA DE PANO - DE QUALIDADE	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,00	kg	12,50	12,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MANGUEIRA	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,00	un	25,00	25,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PINO EIXO	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,00	un	22,50	22,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ABRAÇADEIRA SEM FIM 1/2 X 3/4	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	2,00	un	5,41	10,82
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	PUBLICAÇÃO DE EDITAIS, AVISOS E ATOS OFICIAIS DA ADMINISTRAÇÃO	REDE SUL BRASIL DE COMUNICACAO LTDA - ME	05.934.662/0001-52	1,00	un	500,00	500,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	PUBLICAÇÃO DE EDITAIS, AVISOS E ATOS OFICIAIS DA ADMINISTRAÇÃO	FUNDO DE MATERIAIS PUB E IMPRESSOS OFICIAIS	82.951.351/0003-04	1,00	un	649,38	649,38
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FITA PARA IMPRESSORA MX 100	BAVARESCO & CIA LTDA - ME	05.478.033/0001-65	1,00	un	76,00	76,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	S	55,00	55,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TERMINAL DE BATERIA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	16,00	16,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Dométrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 3/9

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	S	345,00	345,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CILINDRO DE FREIO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	160,00	160,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	KIT EMBREAGEM	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	499,00	499,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	JOGO DE CABOS DE VELAS	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	kg	120,00	120,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	S	100,00	100,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	JOGO DE VELA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	85,00	85,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CADEADO 40 MM COM SEGREDO	MEPAR MERCADO DE PARAFUSOS LTDA	79.245.296/0001-60	8,00	un	17,90	143,20
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	LEONIR JOSE SCHWARTZ 46027033991	20.654.911/0001-40	1,00	S	800,00	800,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA EM CHAPEAÇÃO E PINTURA DE PEÇAS	LEONIR JOSE SCHWARTZ 46027033991	20.654.911/0001-40	1,00	un	1.000,00	1.000,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	MICTÓRIO EM AÇO INOX	ELMOR ALOISIIUS TROJACK - ME	83.693.077/0001-11	1,00	un	430,00	430,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO: QUADRO DE CARGOS PARA PROCESSO SELETIVO	IOPLAN - INSTITUTO OESTE DE PLANEJ. E CONSULT.LTDA	82.094.319/0001-98	1,00	un	7.840,00	7.840,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SERVIÇOS GERAIS - Auxiliar de Serviços Gerais (Creche e Escola)						
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	MAGISTÉRIO - Professor Educação Infantil - Creche e Pré-Escola; Professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais 1º ao 5º ano; Português; Matemática; Ciências; Ensino Religioso; Inglês; Artes; Educação Física (Licenciatura); Educação Física (Bacharel); Professor de Informática; Segundo Professor de Turma; Vigia.						
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	TAXA DE ART DE PROJETO E EXECUÇÃO REF A ORNAMENTAÇÃO NATALINA	CREA - SC - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, AORT	82.511.643/0001-64	1,00	un	111,37	111,37
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	TAXA DE ART DE FISCALIZAÇÃO	CREA - SC - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, AORT	82.511.643/0001-64	1,00	un	167,68	167,68

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Dométrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 4/9

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PUBLICAÇÃO DE EDITAIS, AVISOS E ATOS OFICIAIS DA ADMINISTRAÇÃO	ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A	92.821.701/0002-90	1,00	un	340,06	340,06
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PUBLICAÇÃO DE EDITAIS, AVISOS E ATOS OFICIAIS DA ADMINISTRAÇÃO	REDE SUL BRASIL DE COMUNICACAO LTDA - ME	05.934.662/0001-52	1,00	un	30,00	30,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA - CX COM 01 LT	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	16.738.785/0001-34	600,00	cx	2,47	1.482,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	PÃO PARA CACHORRO QUENTE - 80 GR POR UNIDADE, FRESCO, COM DATA DE FABRICAÇÃO NA EMBALAGEM DO PRODUTO	PADARIA LOHMANN LTDA - ME	05.248.376/0001-33	75,00	kg	9,36	702,00
	SACO PLÁSTICO EM BOBINA 5 KG C/ 500 UND - RESISTENTE	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	5,00	rl	21,60	108,00
	SABONETE INFANTIL NEUTRO 90GR	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	50,00	un	2,60	130,00
	SAPONACEO CREMOSO LIQUIDO PERFUMADO - 300 ML	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	120,00	un	4,65	558,00
	CERA LÍQUIDA AUTO BRILHO PERFUMADA, AMARELA E INCOLOR COM 750 ML	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	200,00	fr	6,85	1.370,00
	ÁGUA SANITÁRIA 02 LT - (HIDROCLORITO DE SÓDIO)	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	45,00	gl	4,65	209,25
	TALCO INFANTIL 200 GR	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	20,00	un	8,38	167,60
	VASSOURA DE PLÁSTICO - RESISTENTE	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	8,00	un	12,50	100,00
	VASSOURA DE PALHA - RESISTENTE COM 04 FIOS - APROX 600 GR	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	12,00	un	16,80	201,60
	ALCOOL ETÍLICO HIDRATADO 92,8 % - FR COM 01 LT	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	100,00	fr	4,90	490,00
	COPO DESCARTAVEL 200 ML/100 CX COM 25 PCT	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	6,00	cx	89,40	536,40
	AMACIANTE DE ROUPAS PARA LAVANDERIA - 02 LT	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	30,00	gl	4,86	145,80
	DESINFETANTE LÍQUIDO GERMICIDA 02 LT - PRIMEIRA QUALIDADE	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	100,00	gl	4,15	415,00
	DETERGENTE LÍQUIDO NEUTRO 500 ML	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	200,00	un	1,72	344,00
	GUARDANAPO DE PAPEL 30 X 30 PCT COM 50 FL	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	25,00	pt	1,54	38,50
	PAPEL HIGIENICO BRANCO PICOTADO, 100% DE FIBRAS NATURAIS, ROLO COM 60 MT, PCT COM 04 RL, FARDO COM 16 PCT.	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	8,00	fd	48,40	387,20
	ESFREGÃO DE AÇO - 10 GR	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	20,00	un	1,35	27,00
	LUVAS DE LATEX DESCARTÁVEIS TAM P - CX COM 100 UND	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	15,00	cx	23,95	359,25

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Dométrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 5/9

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NAS RUAS ANITA GARIBALDI, COSTA E SILVA, PADRE JOÃO BERTHIER E SILVENIO PICCOLI, NUM TOTAL DE 3.861 M², CONFORME PROJETO.	L S W SERVIÇOS LTDA - EPP	01.614.299/0001-37	1,00	un	265.939,18	265.939,18
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CONSTRUÇÃO DE PORTAL TURISTICO COM AREA TOTAL DE 28,90 M² CONFORME PROJETO	LEANDRO PAGLIARI - ME	12.421.679/0001-71	1,00	un	254.628,98	254.628,98
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MARMITA	RESTAURANTE GALPÃO LTDA ME	75.528.752/0001-29	91,00	un	15,00	1.365,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CAIXA DE DESCARGA COMPLETA 08 LT - PVC	COOPER (85) INFRA-ESTRUTURA E DES. VALE DO ARAÇA	83.086.603/0009-32	3,00	un	19,00	57,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	SELVINO DE MOURA NECKER - ME	04.657.574/0001-98	1,00	S	80,00	80,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BOMBA ALIMENTADORA	SELVINO DE MOURA NECKER - ME	04.657.574/0001-98	1,00	un	220,00	220,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO MEDIO - COLÉGIO ARCOVERDE - SAINDO DE BELA VISTA POR SÃO SEBASTIÃO, PELA ESQUINA DA LINHA COATI, ALTO MORAES, MORAES, LINHA MADEIREIRA ATE O COLEGIO ARCOVERDE. NO PERIODO NOTURNO, VEICULO MICRO-ONIBUS, CHEGADA AS 18:50 HORAS. RETORNANDO AS 22:35 HORAS. PERFAZENDO 57 KM/DIA.	ASELI WILLMS SCHEID - ME	06.139.767/0001-82	1.140,00	km	1,89	2.154,60
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL -ESCOLA DE BELA VISTA; SAIDA EM BELA VISTA, PASSANDO PROXIMO A RESIDENCIA DE ELIDINOR HEINEN, ENTRA PROXIMO AO MOINHO MARSCHALL, PASSANDO PROXIMO A RESIDENCIA DE SILVESTRE WEBER, NO CENTRO COMUNITARIO DE SÃO SEBASTIÃO, LINHA MULLER A BELA VISTA, NO PERIODO MATUTINO, E VESPERTINO. VEICULO MICRO-ONIBUS. CHEGADA PELA MANHÃ AS 7:30 HORAS, RETORNANDO AS 11:30 HORAS. A TARDE CHEGADA AS 13:20 HORAS, COM RETORNO AS 17:30 HS. PERFAZENDO 73,00 KM/DIA.	ASELI WILLMS SCHEID - ME	06.139.767/0001-82	1.620,00	km	2,00	3.240,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Dométrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 6/9

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SÃO CARLOS/ PRATAS - SAINDO DE SÃO CARLOS, BAIRRO OLARIA, PELA SC-383 ATÉ ESCOLA DE PRATAS, RETORNANDO PELA MESMA RODOVIA, PASSANDO BAIRRO OLARIA, COLEGIO DO BAIRRO CRISTO REI, ATÉ COLEGIO ARCOVERDE, NO PERÍODO MATUTINO E VESPERTINO, VEICULO ONIBUS, CHEGADA PELA MANHA AS 7:30 HORAS, RETORNANDO AS 11:30 HORAS, A TARDE CHEGADA AS 13:20 HORAS, COM RETORNO AS 17:30 HORAS, PERFAZENDO 68 KM/DIA.	SAN DIEGO TRANSPORTES LTDA - ME	01.240.071/0001-24	1.728,00	km	3,01	5.201,28
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SÃO JOSÉ - SAINDO DE SÃO JOSÉ, POR SÃO PEDRO, ALTO SAO PEDRO, RETORNANDO A SÃO JOSE, SEGUINDO ATÉ A LINHA URUGUAÍ, RETORNANDO ATÉ A ESCOLA DE PRATAS, NO PERÍODO MATUTINO E VESPERTINO, VEICULO MICRO-ONIBUS, CHEGADA PELA MANHA AS 7:00 HORAS, RETORNANDO AS 11:30 HORAS, A TARDE CHEGADA AS 13:00 HORAS, COM RETORNO AS 17:30 HORAS, PERFAZENDO 85 KM/DIA.	TRANSPORTES A.I.R. LTDA - ME	04.252.121/0001-81	1.638,00	km	2,90	4.750,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SÃO JOSÉ - SAINDO DE SAO JOSE A LINHA RAUPP, PASSANDO PELA ENCOSTA DO RIO BARRA GRANDE ATÉ SÃO JOSÉ, NO PERÍODO MATUTINO E VESPERTINO, VEICULO KOMBI, CHEGADA PELA MANHA AS 7:00 HORAS, RETORNANDO AS 11:45 HORAS, A TARDE CHEGADA AS 12:30 HORAS, COM RETORNO AS 18:00 HORAS, PERFAZENDO 80 KM/DIA.	TRANSPORTES A.I.R. LTDA - ME	04.252.121/0001-81	1.467,00	km	2,90	4.254,30

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Dométrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 7/9

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - ESCOLA DE SÃO JOÃO - SAINDO DE ALTO MORAIS, PASSANDO POR LINHA HERMANN, FAZENDO O RETORNO NA PROPRIEDADE DO SENHOR MILTON HERMANN, PASSANDO PELO CENTRO COMUNITARIO DE LINHA MORAIS, ATE ENTRADA DA RESIDENCIA DE EDSON ANSCHAU, RETORNANDO POR MORAES, BAIXO MORAES, SEGUINDO A RODOVIA SC-469 ATÉ A ESCOLA DE SÃO JOAO. NO PERÍODO MATUTINO E VESPERTINO. VEICULO ONIBUS. CHEGADA PELA MANHÃ AS 7:30 HORAS, RETORNANDO AS 11:30 HORAS. A TARDE CHEGADA AS 13:20 HORAS, COM RETORNO AS 17:30 HORAS, PERFAZENDO 79 KM/DIA.	AUTO MECANICA SAO JOAO LTDA	83.514.760/0001-44	1.580,00	km	2,89	4.566,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - LINHA MADEIREIRA, MORAES E BAIRRO OLARIA, PASSANDO PELA SC 469, POR LINHA MADEIREIRA, BAIXO MORAES, RETORNANDO PELA MESMA RODOVIA COM PARADA NO JARDIM CRIANÇA FELIZ, NA CASA DA CULTURA (PETI) E COLEGIO ARCOVERDE, RETORNANDO PELO BAIRRO OLARIA, COLEGIO DO CRISTO REI ATÉ O COLEGIO ARCOVERDE. NO PERÍODO MATUTINO E VESPERTINO. VEICULO MICRO ONIBUS. CHEGADA PELA MANHÃ AS 7:30 HS, RETORNANDO AS 11:30 HS. A TARDE CHEGADA AS 13:20 HS E COM RETORNO AS 17:30 HS, PERFAZENDO 84 KM/DIA.	JOSÉ HOSS - ME	76.569.987/0001-21	2.136,00	km	2,90	6.194,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE SÃO JOÃO - SAINDO DO CENTRO COMUNITARIO ATÉ NA ENCRUZILHADA DE LINHA MASSING PRÓXIMO A RESIDENCIA DE JOSE KNORST, RETORNANDO PELA LINHA COATI, ALTO MORAIS, ENTRADA PRÓXIMO A RESIDENCIA DA FAMÍLIA KEMMER, ATE A ESCOLA DE SÃO JOAO, NO PERÍODO MATUTINO E VESPERTINO, VEICULO MICRO - ONIBUS, CHEGADA PELA MANHÃ AS 7:30 HS, RETORNANDO AS 11:30 HS. A TARDE CHEGADA AS 13:20 HS, COM RETORNO AS 17:30 HS, PERFAZENDO 90 KM/ DIA.	AUTO MECANICA SAO JOAO LTDA	83.514.760/0001-44	1.920,00	km	2,89	5.548,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Dométrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 8/9

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - VOLTA DO CHAPECÓ - SAINDO DO BAIRRO CRISTO REI, FRIGORÍFICO, VOLTA DO CHAPECÓ, PELO COLEGIO DO BAIRRO CRISTO REI, JARDIM ALVORADA, PASSANDO PELOS CEIS DA CIDADE, ATÉ O COLEGIO ARCOVERDE, NO PERÍODO MATUTINO E VESPERTINO, VEICULO ONIBUS, CHEGADA PELA MANHA AS 7:30 HORAS, RETORNANDO AS 11:30 HORAS, A TARDE CHEGADA AS 13:20 HORAS, COM RETORNO AS 17:30 HORAS, PERFAZENDO 21 KM/DIA.	ARMANDO WATTE - ME	06.247.663/0001-91	399,00	km	2,90	1.157,10
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - LINHA JACUTINGA - SAINDO DE LINHA JACUTINGA, PASSANDO POR ALTO SAO PEDRO, SAO PEDRO E LINHA THESSING ATE A ESCOLA DE PRATAS, NO PERÍODO MATUTINO E VESPERTINO, VEICULO MICRO-ONIBUS CHEGADA PELA MANHA AS 7:30 HORAS, RETORNANDO AS 11:30 HORAS, A TARDE CHEGADA AS 13:20 HORAS, COM RETORNO AS 17:30 HORAS, PERFAZENDO 104,50 KM/DIA.	J.N.A TRANSPORTES EIRELI - ME	05.425.922/0001-64	2.186,00	km	2,90	6.339,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - BELA VISTA - SAINDO DE BELA VISTA PASSANDO POR LINHA ALVES, LINHA MASSING, CENTRO AGUINHAS, LINHA WEBER, ALTO AGUINHAS ATE BELA VISTA, NO PERÍODO MATUTINO E VESPERTINO, VEICULO ONIBUS CHEGADA PELA MANHA AS 7:30 HORAS, RETORNANDO AS 11:30 HORAS, A TARDE CHEGADA AS 13:20 HORAS, COM RETORNO AS 17:30 HORAS, PERFAZENDO 85 KM/DIA.	SAO CARLOS TUR VIAGENS E TURISMO LTDA	86.943.040/0001-92	1.615,00	km	3,01	4.861,15
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO MEDIO - COLÉGIO ARCOVERDE - SAINDO DE BELA VISTA POR SÃO SEBASTIÃO, PELA ESQUINA DA LINHA COATI, ALTO MORAES, MORAES, LINHA MADEIREIRA ATE O COLEGIO ARCOVERDE, NO PERÍODO NOTURNO, VEICULO MICRO-ONIBUS, CHEGADA AS 18:50 HORAS, RETORNANDO AS 22:35 HORAS, PERFAZENDO 57 KM/DIA.	SAO CARLOS TUR VIAGENS E TURISMO LTDA	86.943.040/0001-92	1.188,00	km	3,01	3.575,88
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TAMPA DE FIBRA PARA RESERVATÓRIO 20 000 L	COOPER (85) INFRA-ESTRUTURA E DES. VALE DO ARAÇA	83.086.603/0009-32	1,00	un	1.150,00	1.150,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CARTUCHO DE TINTA PRETO/COLORIDO	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	4,00	un	35,00	140,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Dométrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 9/9

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CARRINHO DE IMPRESSÃO HP 1000	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	1,00	un	130,00	130,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE CLIMATIZADOR	OESTE ELETRO MOVEIS LTDA ME	76.872.514/0001-07	1,00	un	235,00	235,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	SERVIÇOS DE TROCA DE GÁS DO CLIMATIZADOR	OESTE ELETRO MOVEIS LTDA ME	76.872.514/0001-07	1,00	un	140,00	140,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CORDA TRANÇADA BRANCA 16 MM	CONSTRULAR COM. MAT. CONSTR. LTDA	83.225.599/0001-99	30,00	m	2,50	75,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TELHA ONDULADA TRANSLUCIDA FIBRA 2,44 X 0,50	CONSTRULAR COM. MAT. CONSTR. LTDA	83.225.599/0001-99	12,00	un	25,00	300,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CAVADEIRA DUPLA	CONSTRULAR COM. MAT. CONSTR. LTDA	83.225.599/0001-99	1,00	un	72,00	72,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CARRINHO DE MÃO - RESISTENTE	CONSTRULAR COM. MAT. CONSTR. LTDA	83.225.599/0001-99	1,00	un	95,00	95,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LONA PRETA	CONSTRULAR COM. MAT. CONSTR. LTDA	83.225.599/0001-99	320,00	m2	1,25	400,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MOTOSERRA STHIL MS 260	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	un	1.500,00	1.500,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	1,00	un	45,00	45,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FITA VEDA ROSCA	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	1,00	un	2,50	2,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ASSENTO SANITÁRIO ALMOFADADO C/ TAMPA	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	1,00	un	21,00	21,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TORNEIRA DE INOX ALTA	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	1,00	un	35,00	35,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	GRADE DE FERRO PARA PROTEÇÃO	METALURGICA DIEL LTDA - ME	81.549.891/0001-31	1,00	un	180,00	180,00
						Total Geral ---->	602.603,11

RELATORIO DE COMPRAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS

CNPJ: 11.553.540/0001-19
RUA CONCORDIA N.100
C.E.P.: 89855-000 - São Carlos - SC

Folha: 1/2

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Novembro/2014**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	EXAMES LABORATORIAIS CFME RELATORIO MENSAL EM ANEXO	JUSTINA INES WICKERT ROHR - HEMOLAB ANALISES	09.389.607/0001-80	1,00	un	839,35	839,35
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DIAZEPAN 5 MG - COMPR	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	94.894.169/0001-86	5.000,00	un	0,038	190,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ATENOLOL 50MG - COMPR	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	94.894.169/0001-86	5.000,00	un	0,022	110,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPRIMA COMP.400mg+80mg	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	94.894.169/0001-86	1.000,00	un	0,05	50,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PREDNISONA COMP. 20mg	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	94.894.169/0001-86	1.000,00	un	0,097	97,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ATORVASTATINA 20 MG - COMPR	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	94.894.169/0001-86	5.000,00	un	0,041	205,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LEVONORGESTREL 0,15mg + ETINILESTRADIOL 0,03 MG - COMP	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	94.894.169/0001-86	5.000,00	un	0,0275	137,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BLOQUEADOR SOLAR FATOR 30 - 200 ML	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	94.894.169/0001-86	10,00	un	9,97	99,70
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AMOXICILINA 500 MG - COMP	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	94.894.169/0001-86	2.000,00	un	0,09	180,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CINARIZINA 25 MG - COMP	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	94.894.169/0001-86	2.000,00	un	0,062	124,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AMITRIPTILINA 25 mg - COMPR	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	10.000,00	un	0,048	480,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DEPAKENE 500 MG - COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	02.520.829/0001-40	500,00	un	0,61	305,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CLONAZEPAM 2,50 MG/1 ML - COM 20 ML	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	67.729.178/0004-91	100,00	un	1,44	144,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BETAMETASONA C/ DIPROPIONATO 5 MG + BETAMETASONA C/ FOSFATO DISSOICO 2 MG - AMPOLA	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	67.729.178/0004-91	200,00	un	1,609	321,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DIAZEPAM 10 MG - COMP	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	67.729.178/0004-91	5.000,00	un	0,038	190,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG - COMP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	09.676.256/0001-98	15.000,00	un	0,0175	262,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FLUOXETINA 20 MG - COMPR	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS	94.516.671/0001-53	15.000,00	un	0,0462	693,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ANLODIPINO 5 MG - COMP	S & R DISTRIBUIDORA LTDA	04.889.315/0001-92	5.000,00	un	0,0208	104,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	NORFLOXACINA 400 MG - COMP	S & R DISTRIBUIDORA LTDA	04.889.315/0001-92	2.000,00	un	0,135	270,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS

CNPJ: 11.553.540/0001-19
RUA CONCORDIA N.100
C.E.P.: 89855-000 - São Carlos - SC

Folha: 2/2

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CAPTOPRIL 50mg - COMPR	PROSAUDE DISTRIB DE MEDICAMENTOS LTDA	85.247.385/0001-49	5.000,00	un	0,0265	132,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SULFATO DE GLICOSAMINA + CONJUGITINA 1,5 G + 1,2 G - SACHES COM 100 GR	ANB FARMA LTDA	73.773.129/0001-06	90,00	un	3,41	306,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	GINEANE 2 MG + 1 MG - COMPR	DALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	05.201.539/0001-22	2.500,00	un	0,77	1.925,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FITA PARA ACKU CHECK CX COM 50 FITAS	DALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	05.201.539/0001-22	10,00	cx	86,79	867,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CINARIZINA 75 MG - COMP	DALBEX COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - EPP	15.025.636/0001-65	2.000,00	un	0,082	164,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CAPTOPRIL 25MG - COMPR	DALBEX COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - EPP	15.025.636/0001-65	10.000,00	un	0,0158	158,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PARACETAMOL 750 MG - COMPR	DALBEX COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - EPP	15.025.636/0001-65	15.000,00	un	0,043	645,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PAROXETINA 20mg	ANGEOMED COM DE PROD MEDICO HOSP LTDA	02.607.956/0001-81	1.000,00	un	0,149	149,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CLORIDRATO DE BIPERIDENO 2 MG - COMPR	ANGEOMED COM DE PROD MEDICO HOSP LTDA	02.607.956/0001-81	5.000,00	un	0,169	845,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CLONAZEPAM 2 MG - COMP	ANGEOMED COM DE PROD MEDICO HOSP LTDA	02.607.956/0001-81	2.000,00	un	0,079	158,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LAVAGEM DO MICRO ONIBUS DA SAÚDE	LAVAGEM E LUBRIFICACAO SERINGUEIRA LTDA - ME	02.341.687/0001-54	9,00	un	30,00	270,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LAVAGEM DE VEÍCULOS DA SAÚDE	LAVAGEM E LUBRIFICACAO SERINGUEIRA LTDA - ME	02.341.687/0001-54	19,00	un	12,00	228,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CONCERTO DE PNEUVEÍCULOS DA SAÚDE	LAVAGEM E LUBRIFICACAO SERINGUEIRA LTDA - ME	02.341.687/0001-54	6,00	un	10,00	60,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BLOCO DE NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - CARBONADO EM 2 (DUAS) VIAS COM 50 FOLHAS	GRAFICA E EDITORA VALE DAS AGUAS LTDA	08.986.219/0001-13	2,00	un	55,00	110,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS DO INTERESSE DO MUNICÍPIO	EDITORIA POLO FOZ LTDA ME	81.854.044/0001-80	1,00	un	1.400,00	1.400,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ATORVASTATINA 20 MG - COMPR	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	94.894.169/0001-86	500,00	un	0,41	205,00
						Total Geral ---->	12.427,15

São Domingos

PREFEITURA

ADITIVO DE CONVÊNIO PREFE 020- 02.12.2014

DADOS E TEXTO DE ADITIVO DO CONVÊNIO:

Mês/Ano: Dezembro/2014

Número do Aditivo de Convênio: PREFE 020/2014 de 02 de Dezembro 2014 (Termo Aditivo Ao Contrato de Repasse nº 1020481-86/2014)

Descrição: O presente Instrumento tem por objetivo alterar a Descrição Financeira e Orçamentária do Contrato de Repasse nº 1020481-86/2014 de 14/08/2014, realizado segundo os termos do Programa Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário do MAPA, que passa a ter a seguinte redação: " Descrição Financeira e Orçamentária, Recursos de Contrapartida aportada pelo CONTRATADO: R\$ 351,35 (trezentos e cinquenta e um reais e trinta e cinco centavos)".

Responsável Jurídico: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

Conveniente/Contratado: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Concedente/Contratante: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 00.360.305/0001-04

ADITIVO DE CONVÊNIO PREFE 021- 09.12.2014

DADOS E TEXTO DE ADITIVO DO CONVÊNIO:

Mês/Ano: Dezembro/2014

Número do Aditivo de Convênio: PREFE 021/2014 de 09 de Dezembro 2014 (Termo Aditivo Ao Contrato de Repasse nº 1013892-13/2014)

Descrição: O presente Instrumento tem por objetivo alterar a Descrição Financeira e Orçamentária do Contrato de Repasse nº 1013892-13/2014 de 31/12/2013, realizado segundo os termos do Programa Infraestrutura Turística do MTUR, que passa a ter a seguinte redação: " Descrição Financeira e Orçamentária, Recursos de Contrapartida aportada pelo CONTRATADO: R\$ 19.830,97 (dezenove mil, oitocentos e trinta reais e noventa e sete centavos)". Responsável Jurídico: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

Conveniente/Contratado: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Concedente/Contratante: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 00.360.305/0001-04

ADITIVO DE CONVÊNIO PREFE 022- 09.12.2014

DADOS E TEXTO DE ADITIVO DO CONVÊNIO:

Mês/Ano: Dezembro/2014

Número do Aditivo de Convênio: PREFE 022/2014 de 09 de Dezembro 2014 (Termo Aditivo Ao Contrato de Repasse nº 1013901-26/2013)

Descrição: O presente Instrumento tem por objetivo alterar a Descrição Financeira e Orçamentária do Contrato de Repasse nº 1013901-26/2013 de 31/12/2013, realizado segundo os termos do Programa Infraestrutura Turística do MTUR, que passa a ter a seguinte redação: " Descrição Financeira e Orçamentária, Recursos de Contrapartida aportada pelo CONTRATADO: R\$ 5.024,80 (cinco mil, vinte e quatro reais e oitenta centavos)".

Responsável Jurídico: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

Conveniente/Contratado: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Concedente/Contratante: Caixa Econômica Federal
CNPJ: 00.360.305/0001-04

LEI N. 1738 DE 09 06 14 LDO

LEI Nº 1738, DE 09 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do Município - LDO 2015, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, nos termos da legislação federal e Lei Orgânica Municipal, Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam estabelecidas, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2015, as diretrizes gerais de que tratam esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração municipal;

II - a estrutura e organização do orçamento;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - das metas fiscais;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - das disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º Em consonância com o art. 165 § 2º da Constituição Federal, as Metas e Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício de 2015, não constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS de que trata o artigo 2º desta Lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º Para efeito desta Lei entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - Ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de

governo, das quais não resulta um produto, e não gera contra-prestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma a regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma das Portarias e Manuais de Procedimentos da Receita expedidos pela STN.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O Orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº. 42/1999 Interministerial nº. 163/2001 e demais portarias expedidas pela STN, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº. 08/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 08/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 08/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 08/85);

V - Programa de Trabalho (adendo V da Portaria SOF nº. 08/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF nº. 08/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF nº. 08/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da II da Portaria SOF nº. 08/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF nº. 08/85);

X - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar 101/2000;

XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por

categoria econômica conforme disposto no Art. 22 da Lei 4.320/64; XII - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (Art. 165, § 5º da CF.);

XIII - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Art. 5º, I da LRF).

§ 1º Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender as Portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portarias Interministeriais e Portarias da STN e outras legislações pertinentes.

§ 2º Os Quadros Demonstrativos da Despesa fixarão a mesma ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº. 163/2001, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

§ 3º As fontes de recursos, identificadas na despesa do orçamento fiscal e da seguridade social, deverão estar correlacionadas com as receitas orçamentárias que ingressarem no orçamento do Município.

§ 4º Entende-se por Recursos do Tesouro para efeito de controle orçamentário, financeiro e contábil, aqueles geridos de forma centralizada pelo Tesouro do Município, que detém a responsabilidade e controle sobre as disponibilidades financeiras.

§ 5º Entende-se por Recursos de Outras Fontes para efeito de controle orçamentário, financeiro e contábil, aqueles arrecadados de forma descentralizada, originários do esforço próprio das Unidades Orçamentárias da Administração Indireta, seja por fornecimento de bens, prestação de serviços, exploração econômica do patrimônio próprio ou oriundos de transferências voluntárias de outros entes.

Art. 8º O orçamento do Município compreenderá a programação dos Poderes Legislativo, Executivo e dos Fundos Municipais, abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde;
- Fundo Municipal de Assistência Social;
- Fundo para a Infância e Adolescência;
- Fundo Agropecuário Municipal;
- Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social

Parágrafo Único - a Câmara Municipal de Vereadores, a Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde na forma de entidades, e os demais fundos na forma de unidade orçamentária compreendidas na entidade Prefeitura Municipal.

Art. 9º A mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II - Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados até 2013, identificando o estoque da Dívida Ativa;

III - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa em Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa, dos exercícios de 2011 a 2013 e fixada para 2014;

IV - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

V - Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2011 a 2013;

VI - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

VII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Destinados a Ações Públicas de Saúde;

VIII - Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/12/2013.

Art. 10 A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e será de até 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 11 O Orçamento Fiscal do Município e as suas execuções, obedecerão entre outros o princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos.

Art. 12 Os Fundos Municipais terão suas receitas especificadas no Orçamento de cada uma das Unidades, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas Relacionadas a seus Objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas. Parágrafo Único Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal serem delegados a servidor municipal.

Art. 13 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverão observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anteriores.

Art. 14 Se a receita estimada, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo 13º quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, observado a destinação de recursos, nas seguintes despesas abaixo:

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometido;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - Eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;

V - Eliminação de despesas com horas extras;

VI - Redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções.

§ 1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício anterior, observada a vinculação da destinação de recursos.

§ 2º Para fins de apuração do resultado do cumprimento das metas bimestrais, será considerada ainda a receita efetivamente arrecadada e a despesa liquidada até o período e não somente a meta de arrecadação nos termos do desdobramento aprovado no início do exercício.

Art. 16 A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº. 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles previstos nos anexos desta lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício anterior.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não comprometidos.

Art. 18 O Orçamento poderá contemplar recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 2% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao

atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 30 de novembro, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 20 O chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 21 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária, com dotações vinculadas à destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº. 101/2000.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa, identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 22 A renúncia de receita estimada para o exercício não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 23 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e volta para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

§ 1º As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade do município.

§ 2º Não se aplica o disposto deste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas em que o Município for associado.

Art. 24 Para habilitar-se ao recebimento de contribuições, auxílios financeiros ou subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular, por autoridades locais, e comprovantes de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 25 Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que não acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício de 2015, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do art. 24 da Lei nº. 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 26 Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 27 Despesas de competência de outros entes da Federação, outros Municípios ou Poder Judiciário, só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 28 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2015 a preços correntes.

Art. 29 O Poder Executivo Municipal fica autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial e em cada Fonte de Recurso, através de ato do Prefeito Municipal, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal;

V - abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da despesa do exercício de 2015, através de ato do Prefeito Municipal, utilizando como fontes de recursos o superávit financeiro apurado em balanço de acordo com o art. 7º da Lei 4.320/64;

VI - abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da despesa do exercício de 2015, através de ato do Prefeito Municipal, utilizando como fonte o excesso de arrecadação, de acordo com o art. 7º da Lei 4.320/64.

Art. 30 Durante a execução orçamentária de 2015 o Executivo Municipal autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, na forma de crédito especial.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31 A Lei Orçamentária poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento na forma estabelecida na Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 32 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 33 Ultrapassado o limite de endividamento, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas nesta lei.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 34 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101/2000.

Parágrafo Único Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento para 2015 ou em créditos adicionais.

Art. 35 A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido aos limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 36 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 37 O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101/2000:

I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 38 Para efeito desta lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra

cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes.

Art. 40 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 41 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e devolverá para sanção até o dia 31/12/2014.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2014, o Excesso ou provável Excesso de Arrecadação, a Anulação de Saldos de Dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual, outros Municípios e com o Poder Judiciário através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2015.

Art. 46 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 47 Revogam-se as disposições em contrário.

São Domingos/SC, em 09 de junho de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 143/2014

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 143/2014

CONCORRÊNCIA PÚBLICA PREFE N. 005/2014

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 30 de janeiro de 2015, estará recebendo as propostas de interessados para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TRECHOS DAS RUAS MAURICIO PICOLI, 15 DE DEZEMBRO E ANTONIO PANTANO NO DISTRITO DO MARATÁ E EM TRECHOS DA AVENIDA 3 E DAS RUAS 4, 5, 7 E 9 DO DISTRITO DE VILA MILANI, MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, OBJETO DO CONVÊNIO N. 2014TR003783, POR INTERMÉDIO DO FUNDO DE APOIO AOS MUNICÍPIOS (FUNDAM). TUDO conforme especificado em seu Edital, anexos, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos pelo fone (049) 34430281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 12 de dezembro de 2014.

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal.

01 - ANEXO CONSOLIDAÇÃO LDO 2015**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/1

MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

Data: 10/12/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (conforme Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Receitas	Valor	Despesas	Valor		
RECEITAS CORRENTES	24.527.108,96	DESPESAS CORRENTES	20.298.100,90		
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.770.450,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.874.627,30		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	210.000,00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	37.800,00		
RECEITA PATRIMONIAL	201.025,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.385.673,60		
RECEITA AGROPECUÁRIA	42.000,00				
RECEITA DE SERVIÇOS	15.750,00				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21.762.475,00				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	525.408,96				
DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.926.350,00				
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.926.350,00				
		Superavit	1.302.658,06		
Total	21.600.758,96	Total	21.600.758,96		
Superavit do orçamento corrente	1.302.658,06				
RECEITAS DE CAPITAL	54.729.241,04	DESPESAS DE CAPITAL	56.016.899,10		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.000.000,00	INVESTIMENTOS	55.916.099,10		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	51.729.241,04	Amortização da Dívida	100.800,00		
Deficit	1.287.658,06				
Total	56.016.899,10	Total	56.016.899,10		
Resumo					
RECEITAS CORRENTES	24.527.108,96	32,13 %	DESPESAS CORRENTES	20.298.100,90	26,59 %
RECEITAS DE CAPITAL	54.729.241,04	71,70 %	DESPESAS DE CAPITAL	56.016.899,10	73,39 %
DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.926.350,00	-3,83 %	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	0,02 %
Total	76.330.000,00	100,00 %	Total	76.330.000,00	100,00 %

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/4

Data: 10/12/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			21.829.283,96
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		1.759.950,00	
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS		1.303.750,00	
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	643.750,00		
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	288.750,00		
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	60.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	60.000,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	295.000,00		
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	660.000,00		
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	660.000,00		
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		356.200,00	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	245.700,00		
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	90.300,00		
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	10.500,00		
4.1.1.2.1.32.00.00.00.00	Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	6.300,00		
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	138.600,00		
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	110.500,00		
4.1.1.2.2.29.00.00.00.00	Emolumentos e Custas Extrajudiciais	18.900,00		
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	58.000,00		
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	33.600,00		
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		100.000,00	
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	100.000,00		
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		210.000,00	
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		210.000,00	
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		189.475,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		189.475,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	189.475,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	39.475,00		
4.1.3.2.5.01.01.00.00.00	Rendimento Fundeb 60%	12.000,00		
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rendimento Fundeb 40%	7.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE	3.150,00		
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rec de Remun. Dep. Banc Rec. Vinc. - CIDE	525,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	16.800,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	150.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	150.000,00		
4.1.4.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA		42.000,00	
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias		42.000,00	
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		15.750,00	
4.1.6.0.0.26.00.00.00.00	Serviços de Fornecimento de Água	15.750,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		19.086.700,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		18.616.700,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	7.617.550,00		
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	6.230.700,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	6.216.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	14.700,00		
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	594.300,00		
4.1.7.2.1.22.11.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Hídricos	504.000,00		
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	90.300,00		
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	222.000,00		
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	SUAS - Proteção Social Básica - AB	180.000,00		
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	SUAS - Proteção Social Especializada - MC	8.000,00		
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	SUAS - IGD-PBF	25.000,00		
4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	SUAS - IGD-SUAS	9.000,00		
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	538.000,00		
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	270.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	80.000,00		
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	68.000,00		
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	120.000,00		
4.1.7.2.1.35.99.01.00.00	Apoio Financeiro a Creches	48.000,00		

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 2/4

Data: 10/12/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.1.35.99.02.00.00	Manutenção Educação Infantil Transferência Direta	72.000,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	32.550,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	8.449.150,00		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	8.394.750,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	ICMS - Ordinários	7.350.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	913.500,00		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	105.000,00		
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	26.250,00		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	54.400,00		
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. Estado - Recursos SUAS	54.400,00		
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	Transferências Multigovernamentais	2.550.000,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.550.000,00		
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.		470.000,00	
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	470.000,00		
4.1.7.6.1.02.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Progr. Educação	470.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		525.408,96	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		55.050,00	
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	3.150,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	1.050,00		
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	1.050,00		
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.050,00		
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	18.900,00		
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	7.350,00		
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	1.050,00		
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	10.500,00		
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	33.000,00		
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	33.000,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		22.050,00	
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	1.050,00		
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	1.050,00		
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	21.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	21.000,00		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		48.825,00	
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	48.825,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	21.000,00		
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	1.575,00		
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	26.250,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		399.483,96	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	399.483,96		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			49.539.241,04
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		3.000.000,00	
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas		3.000.000,00	
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	3.000.000,00		
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	3.000.000,00		
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		46.539.241,04	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		46.539.241,04	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	45.602.785,28		
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	7.000.000,00		
4.2.4.7.1.02.01.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	7.000.000,00		
4.2.4.7.1.03.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Saneam	6.500.000,00		
4.2.4.7.1.03.20.00.00.00	Outros Convênios e Transf. da União p/ Saneamento	6.500.000,00		
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	32.102.785,28		
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	936.455,76		
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	936.455,76		
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			-2.926.350,00
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-2.926.350,00	
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências		-2.926.350,00	
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.252.650,00		

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 3/4

Data: 10/12/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.246.140,00		
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-1.243.200,00		
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-2.940,00		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	-6.510,00		
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-1.673.700,00		
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-1.673.700,00		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-1.470.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-182.700,00		
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-21.000,00		
		Total das receitas:		68.442.175,00
		Total por entidade:		68.442.175,00
Entidade: 2 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - FMS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			2.697.825,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		10.500,00	
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		10.500,00	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	10.500,00		
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	10.500,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		11.550,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		11.550,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	11.550,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	11.550,00		
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	6.300,00		
4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - ASPS	5.250,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.675.775,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		2.675.775,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	2.416.675,00		
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	2.416.675,00		
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Piso de Atenção Básica - PAB	231.000,00		
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Saúde Da Família - SF	362.250,00		
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Saúde Bucal - SB	88.200,00		
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Agentes Comunitários De Saúde - ACS	283.500,00		
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Programa De Assistência Farmacêutica Básica	52.500,00		
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Agente de Combate em Indemias	31.500,00		
4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	Ações Estruturantes De Vigilância Sanitária	9.450,00		
4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	Teto Financeiro De Vigilância Em Saúde - Tfvs (Ex-	16.275,00		
4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	Média e Alta Complexidade - MAC	586.000,00		
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Atenção Básica	12.600,00		
4.1.7.2.1.33.15.00.00.00	Nucleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF	151.200,00		
4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	Programa de Melhoria Acesso e de Qualidade - PMAQ	554.400,00		
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00	Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	37.800,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	259.100,00		
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	259.100,00		
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Farmácia Basica	46.200,00		
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	Cofinanciamento Atenção Básica	115.500,00		
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	Nucleo de Atendimento da Saude da Familia - NASF	68.000,00		
4.1.7.2.2.33.06.00.00.00	MAC/Estado	29.400,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			5.190.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		5.190.000,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		5.190.000,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	5.190.000,00		
4.2.4.7.1.01.00.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	5.190.000,00		

Estado de Santa Catarina

Página: 4/4

MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

Data: 10/12/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 2 - MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.2.4.7.1.01.02.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	5.190.000,00		
Total das receitas:				7.887.825,00
Total por entidade:				7.887.825,00
Total geral das transferências:				0,00
Total geral das receitas:				76.330.000,00
Total geral:				76.330.000,00

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/2

Data: 10/12/2014

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			13.261.305,90
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		7.117.627,30	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		7.117.627,30	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		37.800,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		37.800,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		6.105.878,60	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		97.297,50	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		6.000.581,10	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		8.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			50.458.199,10
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		50.357.399,10	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		50.357.399,10	
4.6.00.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida		100.800,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		100.800,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			15.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		15.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		15.000,00	
Total das despesas:				63.734.505,00
Total da entidade:				63.734.505,00
Entidade: 2 - MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			6.247.825,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		3.127.000,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		3.300,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.123.700,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.120.825,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		5.800,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.935.125,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		179.900,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			5.548.200,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		5.548.200,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		5.548.200,00	
Total das despesas:				11.796.025,00
Total da entidade:				11.796.025,00
Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMIGOS				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			788.970,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		630.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		630.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		158.970,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		9.450,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		149.520,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			10.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		10.500,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		10.500,00	

Estado de Santa Catarina

Página: 2/2

MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

Data: 10/12/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMIGOS				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		10.500,00	
Total das despesas:				799.470,00
Total da entidade:				799.470,00
Total geral das transferências:				0,00
Total geral das despesas:				76.330.000,00
Total geral:				76.330.000,00

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Estado de Santa Catarina**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Funções e Subfunções de Governo (conforme Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/1

Data: 10/12/2014

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
3 Essencial à Justiça	122 Administração Geral
4 Administração	122 Administração Geral
5 Defesa Nacional	182 Defesa Civil
6 Segurança Pública	181 Policiamento
8 Assistência Social	241 Assistência ao Idoso
8 Assistência Social	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
8 Assistência Social	244 Assistência Comunitária
10 Saúde	301 Atenção Básica
10 Saúde	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
10 Saúde	304 Vigilância Sanitária
10 Saúde	305 Vigilância Epidemiológica
12 Educação	306 Alimentação e Nutrição
12 Educação	361 Ensino Fundamental
12 Educação	364 Ensino Superior
12 Educação	365 Educação Infantil
12 Educação	368 Educação Básica
13 Cultura	392 Difusão Cultural
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
15 Urbanismo	452 Serviços Urbanos
15 Urbanismo	782 Transporte Rodoviário
16 Habitação	482 Habitação Urbana
17 Saneamento	512 Saneamento Básico Urbano
20 Agricultura	606 Extensão Rural
22 Indústria	661 Promoção Industrial
27 Desporto e Lazer	695 Turismo
27 Desporto e Lazer	812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais	846 Outros Encargos Especiais
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/9
Data: 10/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA					
Órgão: 02.00 GABINETE DO PREFEITO		38.620.041,04	24.576.863,96	522.600,00	63.734.505,00
Unidade: 02.01 GABINETE DO PREFEITO		83.075,90	856.983,96	0,00	940.059,86
		83.075,90	856.983,96	0,00	940.059,86
04	Administração		856.983,96		856.983,96
04.122	Administração Geral		856.983,96		856.983,96
04.122.1002	GABINETE DO PREFEITO		856.983,96		856.983,96
04.122.1002.2.002	Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito		856.983,96		856.983,96
08	Assistência Social	83.075,90			83.075,90
08.244	Assistência Comunitária	83.075,90			83.075,90
08.244.1002	GABINETE DO PREFEITO	83.075,90			83.075,90
08.244.1002.1.037	IMPLANTACAO DA COORDENADORIA POLITICA DAS MULHERES	83.075,90			83.075,90
Órgão: 03.00 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA					
Unidade: 03.01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO		310.000,00	2.245.500,00	0,00	2.555.500,00
		310.000,00	2.245.500,00	0,00	2.555.500,00
03	Essencial à Justiça		500.000,00		500.000,00
03.122	Administração Geral		500.000,00		500.000,00
03.122.1003	ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		500.000,00		500.000,00
03.122.1003.2.035	Realização de Eventos Comemorativos Municipais		500.000,00		500.000,00
04	Administração	310.000,00	1.745.500,00		2.055.500,00
04.122	Administração Geral	310.000,00	1.745.500,00		2.055.500,00
04.122.1003	ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	310.000,00	1.745.500,00		2.055.500,00
04.122.1003.1.034	Implantação de Sistema de Vídeo Monitoramento	310.000,00			310.000,00
04.122.1003.2.003	Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda	310.000,00	1.745.500,00		1.745.500,00
Órgão: 04.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES					
Unidade: 04.01 DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO		8.710.000,00	5.131.900,00	0,00	13.841.900,00
		7.200.000,00	4.913.150,00	0,00	12.113.150,00
12	Educação	200.000,00	4.913.150,00		5.113.150,00
12.306	Alimentação e Nutrição		160.000,00		160.000,00
12.306.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA		160.000,00		160.000,00
12.306.1005.2.054	Manutenção da Alimentação Escolar - Ensino Fundamental		96.000,00		96.000,00
12.306.1005.2.055	Manutenção da Alimentação Escolar - Ensino Infantil		64.000,00		64.000,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 2/9
Data: 10/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA					
Órgão: 04.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES					
Unidade: 04.01 DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO					
12	Educação				
12.361	Ensino Fundamental	38.620.041,04	24.576.863,96	522.600,00	63.734.505,00
12.361.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	8.710.000,00	5.131.900,00	0,00	13.841.900,00
12.361.1005.2.051	Manutenção do Ensino Fundamental	7.200.000,00	4.913.150,00	0,00	12.113.150,00
12.361.1005.2.053	Manutenção do Transporte Escolar				
12.364	Ensino Superior				
12.364.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	200.000,00	4.913.150,00		5.113.150,00
12.364.1005.2.008	Auxílio ao Ensino Superior				
12.365	Educação Infantil				
12.365.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA		25.000,00		3.515.000,00
12.365.1005.2.052	Manutenção do Ensino Infantil		25.000,00		3.515.000,00
12.368	Educação Básica		25.000,00		2.267.000,00
12.368.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	200.000,00	1.213.150,00		1.248.000,00
12.368.1005.1.035	Aquisição de Terrenos para Edificações da Educação Básica	200.000,00	1.213.150,00		25.000,00
27	Desporto e Lazer				
27.812	Desporto Comunitário	200.000,00			25.000,00
27.812.1011	ESPORTE É VIDA	7.000.000,00			1.213.150,00
27.812.1011.1.022	Construção/Ampliação/Reforma da Rede Física da Educação Básica	7.000.000,00			1.213.150,00
Unidade: 04.02 DEPARTAMENTO DE ESPORTES					
27	Desporto e Lazer	1.510.000,00	140.000,00	0,00	1.650.000,00
27.812	Desporto Comunitário	1.510.000,00	140.000,00		1.650.000,00
27.812.1011	ESPORTE É VIDA	1.510.000,00	140.000,00		1.650.000,00
27.812.1011.1.032	Construção de Unidades Desportivas no Município	1.510.000,00			1.510.000,00
27.812.1011.2.010	Manutenção das Atividades Desportivas		140.000,00		140.000,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 3/9
Data: 10/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA					
Órgão: 04.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES					
Unidade: 04.03 DEPARTAMENTO DE CULTURA					
13	Cultura				
13.392	Difusão Cultural		78.750,00		78.750,00
13.392.1012	MAIS CULTURA		78.750,00		78.750,00
13.392.1012.2.025	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Cultura		78.750,00		78.750,00
Órgão: 06.00 SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO					
Unidade: 06.01 DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO					
15	Urbanismo				
15.451	Infra-Estrutura Urbana				
15.451.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA				
15.451.1009.1.005	Construir Portais de Acesso à Cidade				
22	Indústria				
22.661	Promoção Industrial				
22.661.1014	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA				
22.661.1014.1.001	Aquisição de Novos Terrenos para o Desenvolvimento Industrial				
27	Desporto e Lazer				
27.695	Turismo				
27.695.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA				
27.695.1009.2.033	Implantação de Sinalização Turística e Urbana				
27.695.1009.2.034	Manutenção da Sec. de Indústria, Comércio e Turismo				
Órgão: 07.00 SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS					
Unidade: 07.01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS					
06	Segurança Pública				
06.181	Policimento				
06.181.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA				
06.181.1009.2.039	Manutenção das Atividades da Polícia Civil				
06.181.1009.2.040	Manutenção das Atividades da Polícia Militar				
06.181.1009.2.041	Manutenção das Atividades do Corpo de Bombeiros				

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 4/9
Data: 10/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA					
Órgão: 07.00	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS	38.620.041,04	24.576.863,96	522.600,00	63.734.505,00
Unidade: 07.01	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS	25.040.000,00	9.043.605,20	0,00	34.083.605,20
		25.040.000,00	9.043.605,20	0,00	34.083.605,20
15	Urbanismo				23.368.105,20
15.451	Infra-Estrutura Urbana	14.440.000,00	8.928.105,20		14.440.000,00
15.451.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	14.440.000,00			14.440.000,00
15.451.1009.1.014	Pavimentação de Vias Públicas	11.550.000,00			11.550.000,00
15.451.1009.1.016	Construção e Revitalização de Praças Públicas	1.260.000,00			1.260.000,00
15.451.1009.1.019	Construção de Abrigos de Passageiros	80.000,00			80.000,00
15.451.1009.1.023	Modernização Terminal Rodoviários de Passageiros	300.000,00			300.000,00
15.451.1009.1.026	Aquisição de Terreno para Implantação Saneamento Básico	250.000,00			250.000,00
15.451.1009.1.039	Edificação da Garagem para o Parque de Máquinas	1.000.000,00			1.000.000,00
15.452	Serviços Urbanos		3.918.105,20		3.918.105,20
15.452.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		3.918.105,20		3.918.105,20
15.452.1009.2.013	Man. das Atividades da Sec. de Transportes, Obras e Serviços Públicos		3.918.105,20		3.918.105,20
15.782	Transporte Rodoviário		5.010.000,00		5.010.000,00
15.782.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		5.010.000,00		5.010.000,00
15.782.1009.2.050	Construção e Reforma de Pontes e Pontilhões		5.010.000,00		5.010.000,00
17	Saneamento	10.090.000,00			10.090.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	10.090.000,00			10.090.000,00
17.512.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	10.090.000,00			10.090.000,00
17.512.1009.1.003	Saneamento Básico Municipal	9.070.000,00			9.070.000,00
17.512.1009.1.010	Construção, Implantação de Coleta Seletiva de Lixo	1.020.000,00			1.020.000,00
27	Desporto e Lazer	510.000,00			510.000,00
27.812	Desporto Comunitário	510.000,00			510.000,00
27.812.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	510.000,00			510.000,00
27.812.1009.1.010	Construção, Implantação de Coleta Seletiva de Lixo	510.000,00			510.000,00
Órgão: 08.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	0,00	522.600,00	522.600,00
Unidade: 08.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	0,00	522.600,00	522.600,00
28	Encargos Especiais			522.600,00	522.600,00
28.846	Outros Encargos Especiais			522.600,00	522.600,00
28.846.0000	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO			522.600,00	522.600,00
28.846.0000.0.001	Dívida Fundada Interna			138.600,00	138.600,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 5/9
Data: 10/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA					
Órgão: 08.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	38.620.041,04	24.576.863,96	522.600,00	63.734.505,00
Unidade: 08.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	0,00	522.600,00	522.600,00
28	Encargos Especiais			522.600,00	522.600,00
28.846	Outros Encargos Especiais			522.600,00	522.600,00
28.846.0000	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO			522.600,00	522.600,00
28.846.0000.0.002	Aposentados e Pensionistas			115.500,00	115.500,00
28.846.0000.0.003	Precatórios, Acordos e Sentenças Judiciais			90.000,00	90.000,00
28.846.0000.0.004	Obrigações Tributárias e Contributivas			178.500,00	178.500,00
Órgão: 09.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Unidade: 09.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	15.000,00
99	Reserva de Contingência				15.000,00
99.999	Reserva de Contingência				15.000,00
99.999.1013	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				15.000,00
99.999.1013.9.999	Reserva de Contingência				15.000,00
Órgão: 11.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.237.000,00	1.287.024,80	0,00	2.524.024,80
Unidade: 11.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.237.000,00	1.287.024,80	0,00	2.524.024,80
08	Assistência Social	1.237.000,00	1.287.024,80		2.524.024,80
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		75.600,00		75.600,00
08.243.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL		75.600,00		75.600,00
08.243.1007.2.038	Manutenção do Conselho Tutelar		75.600,00		75.600,00
08.244	Assistência Comunitária	1.237.000,00	1.211.424,80		2.448.424,80
08.244.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1.237.000,00	1.211.424,80		2.448.424,80
08.244.1007.1.004	Edificação, Reforma e Equipamentos de Centros Múltiplo Uso	522.000,00			522.000,00
08.244.1007.1.011	Edificação, Reforma de Equipamentos Sociais	715.000,00			715.000,00
08.244.1007.2.015	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social		1.211.424,80		1.211.424,80

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 6/9
Data: 10/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA					
Órgão: 12.00 FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL					
Unidade: 12.01 FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL					
04	Administração				525.000,00
04.122	Administração Geral				525.000,00
04.122.1010	DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL				525.000,00
04.122.1010.1.018	Implantação e Melhoria da Telefonia Rural e Internet				525.000,00
20	Agricultura		3.079.000,00		3.549.000,00
20.606	Extensão Rural		3.079.000,00		3.549.000,00
20.606.1010	DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL		3.079.000,00		3.549.000,00
20.606.1010.1.028	Implantação de Equipamentos Públicos				470.000,00
20.606.1010.2.014	Man. das Atividades da Sec. de Agricultura e Meio Ambiente		3.079.000,00		3.079.000,00
Órgão: 13.00 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL					
Unidade: 13.01 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL					
16	Habitação				2.215.250,00
16.482	Habitação Urbana				2.215.250,00
16.482.1008	HABITAÇÃO DIREITO E DIGNIDADE				2.215.250,00
16.482.1008.2.017	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social		2.065.000,00		2.065.000,00
16.482.1008.2.058	Auxílio na edificação e recuperação de Unidades Habitacionais		150.250,00		150.250,00
Órgão: 14.00 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA					
Unidade: 14.01 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA					
08	Assistência Social				22.100,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente				22.100,00
08.243.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL				22.100,00
08.243.1007.2.016	Manutenção das Atividades do Fundo da Infância e Adolescência		22.100,00		22.100,00

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 7/9
Data: 10/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA					
Órgão: 15.00	COMDEC - COM. MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD	38.620.041,04	24.576.863,96	522.600,00	63.734.505,00
Unidade: 15.01 COMDEC - COM. MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD					
05	Defesa Nacional		82.250,00		82.250,00
05.182	Defesa Civil		82.250,00		82.250,00
05.182.1015	COMDEC - COM. MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		82.250,00		82.250,00
05.182.1015.2.044	Manutenção das Atividades da Defesa Civil		82.250,00		82.250,00
Órgão: 16.00 FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO					
Unidade: 16.01 FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO					
08	Assistência Social	1.005.000,00	115.000,00	0,00	1.120.000,00
08.241	Assistência ao Idoso	1.005.000,00	115.000,00	0,00	1.120.000,00
08.241.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1.005.000,00	115.000,00		1.120.000,00
08.241.1007.1.040	Edificação e Implantação de Aparelhos Públicos aos Idosos	1.005.000,00	115.000,00		1.120.000,00
08.241.1007.2.057	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal do Idoso	1.005.000,00	115.000,00		1.005.000,00
Órgão: 17.00 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA					
Unidade: 17.01 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA					
13	Cultura	0,00	120.000,00	0,00	120.000,00
13.392	Difusão Cultural	0,00	120.000,00		120.000,00
13.392.1012	MAIS CULTURA		120.000,00		120.000,00
13.392.1012.2.056	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Cultura		120.000,00		120.000,00
Entidade: 2 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - FMS					
Órgão: 10.00	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	5.090.000,00	6.706.025,00	0,00	11.796.025,00
Unidade: 10.01 FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE					
10	Saúde	5.090.000,00	6.706.025,00	0,00	11.796.025,00
10.301	Atenção Básica	4.990.000,00	6.046.000,00		11.036.000,00
10.301.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	4.990.000,00	6.046.000,00		11.036.000,00
10.301.1006.1.027	Edificação/Ampliação/Reforma de Equipamentos de Saúde	4.150.000,00			4.150.000,00
10.301.1006.1.038	CONSTRUCAO DE CAPS I	840.000,00			840.000,00
10.301.1006.2.027	Manutenção das Atividades da Saúde Básica Municipal		5.503.800,00		5.503.800,00
10.301.1006.2.031	Aquisição de Veículos, Vans, Equipamentos e Mobiliário em Geral		260.000,00		260.000,00

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 8/9
Data: 10/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 2 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - FMS					
Órgão: 10.00 FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE					
Unidade: 10.01 FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE					
10	Saúde				
10.301	Atenção Básica				
10.301.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA				
10.301.1006.2.045	Manutenção da Assistência Farmacêutica Básica	5.090.000,00	6.706.025,00	0,00	11.796.025,00
10.301.1006.2.046	Manutenção da Atenção Básica - Estado	5.090.000,00	6.706.025,00	0,00	11.796.025,00
10.301.1006.2.048	Manutenção da Assistência Farm. Básica - Estado	5.090.000,00	6.706.025,00	0,00	11.796.025,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
10.302.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	100.000,00	586.000,00		686.000,00
10.302.1006.1.036	Aquisição de Terreno para Edificação de Hospital	100.000,00	586.000,00		686.000,00
10.302.1006.2.043	Manutenção da Média e Alta Complexidade - MAC	100.000,00			100.000,00
10.304	Vigilância Sanitária				
10.304.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	586.000,00	586.000,00		586.000,00
10.304.1006.2.028	Manutenção das Atividades da Vigilância em Saúde	44.625,00	44.625,00		44.625,00
10.305	Vigilância Epidemiológica				
10.305.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	29.400,00	29.400,00		29.400,00
10.305.1006.2.047	Manutenção da Média e Alta complexidade - Estado	29.400,00	29.400,00		29.400,00
Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMIGOS					
Órgão: 01.00 CÂMARA DE VEREADORES					
Unidade: 01.01 CÂMARA DE VEREADORES					
01	Legislativa				
01.031	Ação Legislativa				
01.031.1001	PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL	0,00	799.470,00	0,00	799.470,00
01.031.1001.1.024	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O PODER LEGISLATIVO	0,00	799.470,00	0,00	799.470,00
01.031.1001.2.001	Manutenção das Atividades do Poder Legislativo		788.970,00		788.970,00

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 9/9
Data: 10/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS					
Órgão: 01.00 CÂMARA DE VEREADORES					
Unidade: 01.01 CÂMARA DE VEREADORES					
01	Legislativa	0,00	799.470,00	0,00	799.470,00
01.031	Ação Legislativa	0,00	799.470,00	0,00	799.470,00
01.031.1001	PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL	0,00	799.470,00	0,00	799.470,00
01.031.1001.2.037	MANUTENÇÃO DA CÂMARA JOVEM		10.500,00		10.500,00
Total geral:					76.330.000,00

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Página: 1/3
Data: 10/12/2014

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa		799.470,00		799.470,00
01.031	Ação Legislativa		799.470,00		799.470,00
01.031.1001	PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL		799.470,00		799.470,00
03	Essencial à Justiça		500.000,00		500.000,00
03.122	Administração Geral		500.000,00		500.000,00
03.122.1003	ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		500.000,00		500.000,00
04	Administração	835.000,00	2.602.483,96		3.437.483,96
04.122	Administração Geral	835.000,00	2.602.483,96		3.437.483,96
04.122.1002	GABINETE DO PREFEITO		856.983,96		856.983,96
04.122.1003	ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	310.000,00	1.745.500,00		2.055.500,00
04.122.1010	DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	525.000,00			525.000,00
05	Defesa Nacional		82.250,00		82.250,00
05.182	Defesa Civil		82.250,00		82.250,00
05.182.1015	COMDEC - COM. MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		82.250,00		82.250,00
06	Segurança Pública		115.500,00		115.500,00
06.181	Policimento		115.500,00		115.500,00
06.181.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		115.500,00		115.500,00
08	Assistência Social	2.325.075,90	1.424.124,80		3.749.200,70
08.241	Assistência ao Idoso	1.005.000,00	115.000,00		1.120.000,00
08.241.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1.005.000,00	115.000,00		1.120.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		97.700,00		97.700,00
08.243.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL		97.700,00		97.700,00
08.244	Assistência Comunitária	1.320.075,90	1.211.424,80		2.531.500,70
08.244.1002	GABINETE DO PREFEITO	83.075,90			83.075,90
08.244.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1.237.000,00	1.211.424,80		2.448.424,80
10	Saúde	5.090.000,00	6.706.025,00		11.796.025,00
10.301	Atenção Básica	4.990.000,00	6.046.000,00		11.036.000,00
10.301.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	4.990.000,00	6.046.000,00		11.036.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	100.000,00	586.000,00		686.000,00
10.302.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	100.000,00	586.000,00		686.000,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Página: 2/3
Data: 10/12/2014

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
10	Saúde	5.090.000,00	6.706.025,00		11.796.025,00
10.304	Vigilância Sanitária		44.625,00		44.625,00
10.304.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA		44.625,00		44.625,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		29.400,00		29.400,00
10.305.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA		29.400,00		29.400,00
12	Educação	200.000,00	4.913.150,00		5.113.150,00
12.306	Alimentação e Nutrição		160.000,00		160.000,00
12.306.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA		160.000,00		160.000,00
12.361	Ensino Fundamental		3.515.000,00		3.515.000,00
12.361.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA		3.515.000,00		3.515.000,00
12.364	Ensino Superior		25.000,00		25.000,00
12.364.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA		25.000,00		25.000,00
12.365	Educação Infantil		1.213.150,00		1.213.150,00
12.365.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA		1.213.150,00		1.213.150,00
12.368	Educação Básica	200.000,00			200.000,00
12.368.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	200.000,00			200.000,00
13	Cultura		198.750,00		198.750,00
13.392	Difusão Cultural		198.750,00		198.750,00
13.392.1012	MAIS CULTURA		198.750,00		198.750,00
15	Urbanismo	14.969.965,14	8.928.105,20		23.898.070,34
15.451	Infra-Estrutura Urbana	14.969.965,14			14.969.965,14
15.451.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	14.969.965,14			14.969.965,14
15.452	Serviços Urbanos		3.918.105,20		3.918.105,20
15.452.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		3.918.105,20		3.918.105,20
15.782	Transporte Rodoviário		5.010.000,00		5.010.000,00
15.782.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		5.010.000,00		5.010.000,00
16	Habitação		2.215.250,00		2.215.250,00
16.482	Habitação Urbana		2.215.250,00		2.215.250,00
16.482.1008	HABITAÇÃO DIREITO E DIGNIDADE		2.215.250,00		2.215.250,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/3
Data: 10/12/2014

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
17	Saneamento	10.090.000,00			10.090.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	10.090.000,00			10.090.000,00
17.512.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	10.090.000,00			10.090.000,00
20	Agricultura	470.000,00	3.079.000,00		3.549.000,00
20.606	Extensão Rural	470.000,00	3.079.000,00		3.549.000,00
20.606.1010	DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	470.000,00	3.079.000,00		3.549.000,00
22	Indústria	710.000,00			710.000,00
22.661	Promoção Industrial	710.000,00			710.000,00
22.661.1014	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	710.000,00			710.000,00
27	Desporto e Lazer	9.020.000,00	518.250,00		9.538.250,00
27.695	Turismo		378.250,00		378.250,00
27.695.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		378.250,00		378.250,00
27.812	Desporto Comunitário	9.020.000,00	140.000,00		9.160.000,00
27.812.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	510.000,00			510.000,00
27.812.1011	ESPORTE É VIDA	8.510.000,00	140.000,00		8.650.000,00
28	Encargos Especiais			522.600,00	522.600,00
28.846	Outros Encargos Especiais			522.600,00	522.600,00
28.846.0000	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO			522.600,00	522.600,00
99	Reserva de Contingência			15.000,00	15.000,00
99.999	Reserva de Contingência			15.000,00	15.000,00
99.999.1013	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			15.000,00	15.000,00
Total:		43.710.041,04	32.082.358,96	522.600,00	76.330.000,00
Total geral:		43.710.041,04	32.082.358,96	522.600,00	76.330.000,00

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/3
Data: 10/12/2014

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa		799.470,00	799.470,00
01.031	Ação Legislativa		799.470,00	799.470,00
01.031.1001	PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL		799.470,00	799.470,00
03	Essencial à Justiça		500.000,00	500.000,00
03.122	Administração Geral		500.000,00	500.000,00
03.122.1003	ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		500.000,00	500.000,00
04	Administração		3.437.483,96	3.437.483,96
04.122	Administração Geral		3.437.483,96	3.437.483,96
04.122.1002	GABINETE DO PREFEITO		856.983,96	856.983,96
04.122.1003	ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		2.055.500,00	2.055.500,00
04.122.1010	DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL		525.000,00	525.000,00
05	Defesa Nacional		82.250,00	82.250,00
05.182	Defesa Civil		82.250,00	82.250,00
05.182.1015	COMDEC - COM. MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		82.250,00	82.250,00
06	Segurança Pública		115.500,00	115.500,00
06.181	Policimento		115.500,00	115.500,00
06.181.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		115.500,00	115.500,00
08	Assistência Social		3.749.200,70	3.749.200,70
08.241	Assistência ao Idoso		1.120.000,00	1.120.000,00
08.241.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL		1.120.000,00	1.120.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		97.700,00	97.700,00
08.243.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL		97.700,00	97.700,00
08.244	Assistência Comunitária		2.531.500,70	2.531.500,70
08.244.1002	GABINETE DO PREFEITO		83.075,90	83.075,90
08.244.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL		2.448.424,80	2.448.424,80
10	Saúde			
10.301	Atenção Básica	3.913.450,00	7.882.575,00	11.796.025,00
10.301.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	3.805.050,00	7.230.950,00	11.036.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial			
10.302.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	100.000,00	586.000,00	686.000,00
		100.000,00	586.000,00	686.000,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 2/3

Data: 10/12/2014

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
10	Saúde	3.913.450,00	7.882.575,00	11.796.025,00
10.304	Vigilância Sanitária	8.400,00	36.225,00	44.625,00
10.304.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	8.400,00	36.225,00	44.625,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		29.400,00	29.400,00
10.305.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA		29.400,00	29.400,00
12	Educação	928.000,00	4.185.150,00	5.113.150,00
12.306	Alimentação e Nutrição		160.000,00	160.000,00
12.306.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA		160.000,00	160.000,00
12.361	Ensino Fundamental	430.000,00	3.085.000,00	3.515.000,00
12.361.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	430.000,00	3.085.000,00	3.515.000,00
12.364	Ensino Superior		25.000,00	25.000,00
12.364.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA		25.000,00	25.000,00
12.365	Educação Infantil	298.000,00	915.150,00	1.213.150,00
12.365.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	298.000,00	915.150,00	1.213.150,00
12.368	Educação Básica	200.000,00		200.000,00
12.368.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	200.000,00		200.000,00
13	Cultura		198.750,00	198.750,00
13.392	Difusão Cultural		198.750,00	198.750,00
13.392.1012	MAIS CULTURA		198.750,00	198.750,00
15	Urbanismo		23.898.070,34	23.898.070,34
15.451	Infra-Estrutura Urbana		14.969.965,14	14.969.965,14
15.451.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		14.969.965,14	14.969.965,14
15.452	Serviços Urbanos		3.918.105,20	3.918.105,20
15.452.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		3.918.105,20	3.918.105,20
15.782	Transporte Rodoviário		5.010.000,00	5.010.000,00
15.782.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		5.010.000,00	5.010.000,00
16	Habitação		2.215.250,00	2.215.250,00
16.482	Habitação Urbana		2.215.250,00	2.215.250,00
16.482.1008	HABITAÇÃO DIREITO E DIGNIDADE		2.215.250,00	2.215.250,00
17	Saneamento		10.090.000,00	10.090.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano		10.090.000,00	10.090.000,00
17.512.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		10.090.000,00	10.090.000,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 3/3
Data: 10/12/2014

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
17	Saneamento		10.090.000,00	10.090.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano		10.090.000,00	10.090.000,00
17.512.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		10.090.000,00	10.090.000,00
20	Agricultura		3.549.000,00	3.549.000,00
20.606	Extensão Rural		3.549.000,00	3.549.000,00
20.606.1010	DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL		3.549.000,00	3.549.000,00
22	Indústria		710.000,00	710.000,00
22.661	Promoção Industrial		710.000,00	710.000,00
22.661.1014	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA		710.000,00	710.000,00
27	Desporto e Lazer	500.000,00	9.038.250,00	9.538.250,00
27.695	Turismo		378.250,00	378.250,00
27.695.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		378.250,00	378.250,00
27.812	Desporto Comunitário	500.000,00	8.660.000,00	9.160.000,00
27.812.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		510.000,00	510.000,00
27.812.1011	ESPORTE E VIDA	500.000,00	8.150.000,00	8.650.000,00
28	Encargos Especiais		522.600,00	522.600,00
28.846	Outros Encargos Especiais		522.600,00	522.600,00
28.846.0000	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		522.600,00	522.600,00
99	Reserva de Contingência		15.000,00	15.000,00
99.999	Reserva de Contingência		15.000,00	15.000,00
99.999.1013	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		15.000,00	15.000,00
Total:		5.341.450,00	70.988.550,00	76.330.000,00
Total geral:		5.341.450,00	70.988.550,00	76.330.000,00

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Página: 1/15
Data: 10/12/2014

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	856.983,96	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	500.000,00	2.055.500,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115.500,00
08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL		0,00	0,00	0,00	525.000,00	0,00	0,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - COMDEC - COM. MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		0,00	0,00	0,00	0,00	82.250,00	0,00
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.00 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	500.000,00	3.437.483,96	82.250,00	115.500,00

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 2/15
Data: 10/12/2014

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	83.075,90	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.113.150,00
06.00 - SECRETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	2.524.024,80	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA		0,00	22.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - COMDEC - COM. MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO		0,00	1.120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.00 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	3.749.200,70	0,00	0,00	0,00	5.113.150,00

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 3/15
Data: 10/12/2014

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		78.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO		0,00	0,00	529.965,14	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS		0,00	0,00	23.368.105,20	0,00	10.090.000,00	0,00
08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		0,00	0,00	0,00	2.215.250,00	0,00	0,00
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - COMDEC - COM. MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.00 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA		120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		198.750,00	0,00	23.898.070,34	2.215.250,00	10.090.000,00	0,00

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Página: 4/15
Data: 10/12/2014

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO		0,00	0,00	0,00	710.000,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL		0,00	3.549.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - COMDEC - COM. MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.00 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	3.549.000,00	0,00	710.000,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 5/15
Data: 10/12/2014

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	940.059,86
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.555.500,00
04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	8.650.000,00	0,00	0,00	13.841.900,00
06.00 - SECRETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO		0,00	0,00	378.250,00	0,00	0,00	1.618.215,14
07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS		0,00	0,00	510.000,00	0,00	0,00	34.083.605,20
08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	522.600,00	0,00	522.600,00
09.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.524.024,80
12.00 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.074.000,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.215.250,00
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.100,00
15.00 - COMDEC - COM. MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.250,00
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.120.000,00
17.00 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
Total:		0,00	0,00	9.538.250,00	522.600,00	15.000,00	63.734.505,00

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 6/15
Data: 10/12/2014

Entidade: 2 - MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 7/15
Data: 10/12/2014

Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	11.796.025,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	11.796.025,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 8/15
Data: 10/12/2014

Entidade: 2 - MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 9/15
Data: 10/12/2014

Entidade: 2 - MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 10/15
Data: 10/12/2014

Entidade: 2 - MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.796.025,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.796.025,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 11/15
Data: 10/12/2014

Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - CÂMARA DE VEREADORES		799.470,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		799.470,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 12/15
Data: 10/12/2014

Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - CÂMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 13/15
Data: 10/12/2014

Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - CÂMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 14/15
Data: 10/12/2014

Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - CÂMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 15/15
Data: 10/12/2014

Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
01.00 - CÂMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	799.470,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	799.470,00
	Total geral:						76.330.000,00

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/2
Data: 10/12/2014

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2011	2012	2013			2016	2017
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA								
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS	19.181.395,02	22.826.740,19	0,00	50.633.334,33	71.368.525,00	41.612.651,25	41.140.356,05
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS CORRENTES	16.628.267,79	16.839.725,45	0,00	20.075.333,33	21.829.283,96	22.859.651,25	23.965.355,05
4.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.863.145,03	1.369.419,04	0,00	2.043.000,00	1.759.950,00	1.853.297,50	1.950.112,38
4.1.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0	IMPOSTOS	1.609.572,04	1.115.133,55	0,00	1.407.000,00	1.303.750,00	1.369.187,50	1.437.346,88
4.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0	TAXAS	246.128,76	253.911,52	0,00	336.000,00	356.200,00	374.110,00	392.765,50
4.1.1.3.0.0.0.0.0.0.0.0	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	7.444,23	373,97	0,00	300.000,00	100.000,00	110.000,00	120.000,00
4.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	189.209,95	184.724,52	0,00	185.000,00	210.000,00	220.000,00	230.000,00
4.1.2.3.0.0.0.0.0.0.0.0	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	189.209,95	184.724,52	0,00	185.000,00	210.000,00	220.000,00	230.000,00
4.1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA PATRIMONIAL	211.720,74	96.685,80	0,00	242.833,33	189.475,00	141.398,75	133.573,69
4.1.3.2.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	211.720,74	96.685,80	0,00	242.833,33	189.475,00	141.398,75	133.573,69
4.1.4.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA AGROPECUÁRIA	45.500,45	34.249,68	0,00	40.000,00	42.000,00	44.100,00	46.305,00
4.1.4.9.0.0.0.0.0.0.0.0	Outras Receitas Agropecuárias	45.500,45	34.249,68	0,00	40.000,00	42.000,00	44.100,00	46.305,00
4.1.6.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA DE SERVIÇOS	13.207,48	0,00	0,00	0,00	15.750,00	16.537,50	17.364,38
4.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.140.192,51	14.732.018,52	0,00	17.230.000,00	19.086.700,00	20.031.615,00	21.008.121,87
4.1.7.2.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	13.808.142,97	14.354.114,43	0,00	16.870.000,00	18.616.700,00	19.537.615,00	20.490.121,87
4.1.7.6.0.0.0.0.0.0.0.0	Transf. de Conv.	332.049,54	377.904,09	0,00	360.000,00	470.000,00	494.000,00	518.000,00
4.1.9.0.0.0.0.0.0.0.0.0	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	165.291,63	409.703,06	0,00	319.500,00	525.408,96	552.702,50	579.877,73
4.1.9.1.0.0.0.0.0.0.0.0	Multas e Juros de Mora	79.553,40	84.478,08	0,00	22.000,00	55.050,00	58.152,50	61.310,11
4.1.9.2.0.0.0.0.0.0.0.0	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	976,27	267.230,68	0,00	21.000,00	22.050,00	23.152,50	24.310,12
4.1.9.3.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	59.334,52	50.918,31	0,00	46.500,00	48.825,00	51.266,25	53.829,56
4.1.9.9.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS DIVERSAS	25.427,44	7.075,99	0,00	230.000,00	399.483,96	420.131,25	440.427,94
4.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS DE CAPITAL	2.553.127,23	5.987.014,74	0,00	30.558.001,00	49.539.241,04	18.753.000,00	17.175.001,00
4.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	5.898.000,00	3.000.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00
4.2.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0	Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	5.898.000,00	3.000.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00
4.2.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0	ALIE NAÇÃO DE BENS MÓVEIS	84.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.2.2.0.0.0.0.0.0.0.0	ALIE NAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	50.000,00	646.188,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	7.123,22	8.452,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.0.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.411.704,01	5.332.373,52	0,00	24.860.001,00	46.539.241,04	17.253.000,00	15.675.001,00
4.2.4.7.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.411.704,01	5.332.373,52	0,00	24.860.001,00	46.539.241,04	17.253.000,00	15.675.001,00
9.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.239.367,60	-2.350.711,28	0,00	-2.787.000,00	-2.926.350,00	-3.072.667,50	-3.221.773,10
9.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.239.367,60	-2.350.711,28	0,00	-2.787.000,00	-2.926.350,00	-3.072.667,50	-3.221.773,10
9.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA:	0,00	-148,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA:	-2.239.367,60	-2.350.562,80	0,00	-2.787.000,00	-2.926.350,00	-3.072.667,50	-3.221.773,10
9.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Dedução das Receitas de Transferências	-2.239.367,60	-2.350.562,80	0,00	-2.787.000,00	-2.926.350,00	-3.072.667,50	-3.221.773,10
9.1.7.2.0.0.0.0.0.0.0.0		16.942.027,42	20.476.029,91	0,00	47.846.334,33	68.442.175,00	38.539.983,75	37.918.582,95
Total por entidade:								
Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS								
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS	1.471.161,56	2.186.260,81	0,00	7.519.500,00	7.887.825,00	8.064.016,25	8.250.417,05
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS CORRENTES	1.401.161,56	1.756.860,81	0,00	2.369.500,00	2.697.825,00	2.832.016,25	2.974.317,05
4.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA TRIBUTÁRIA	10.724,01	0,00	0,00	10.000,00	10.500,00	11.025,00	11.576,25
4.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0	TAXAS	10.724,01	0,00	0,00	10.000,00	10.500,00	11.025,00	11.576,25
4.1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA PATRIMONIAL	18.870,50	15.088,50	0,00	11.000,00	11.550,00	12.127,50	12.733,87
4.1.3.2.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	18.870,50	15.088,50	0,00	11.000,00	11.550,00	12.127,50	12.733,87
4.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.371.567,05	1.741.772,31	0,00	2.348.500,00	2.675.775,00	2.808.863,75	2.950.006,93
4.1.7.2.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.371.567,05	1.741.772,31	0,00	2.348.500,00	2.675.775,00	2.808.863,75	2.950.006,93
4.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS DE CAPITAL	70.000,00	429.400,00	0,00	5.150.000,00	5.190.000,00	5.232.000,00	5.276.100,00
4.2.4.0.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	70.000,00	429.400,00	0,00	5.150.000,00	5.190.000,00	5.232.000,00	5.276.100,00
4.2.4.7.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	70.000,00	429.400,00	0,00	5.150.000,00	5.190.000,00	5.232.000,00	5.276.100,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 2/2

Data: 10/12/2014

Código	Especificação	Arrecadado					Estimado	LDO	Projeção	
		2011	2012	2013	2014	2015			2016	2017
Total por entidade:		1.471.161,56	2.186.260,81	0,00	7.519.500,00	7.887.825,00	8.064.016,25	8.250.417,05		
Total geral:		18.413.188,98	22.662.289,72	0,00	55.365.834,33	76.330.000,00	46.694.000,00	46.169.000,00		

Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C); Realização da despesa por: Empenho

Página: 1/2

Data: 10/12/2014

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LDO
		2011	2012	2013		
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA						
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	9.812.755,44	9.795.511,71	0,00	12.087.907,33	13.261.305,90
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.671.919,53	5.264.239,96	0,00	6.429.472,00	7.117.627,30
3.1.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	4.671.919,53	5.264.239,96	0,00	6.426.472,00	7.117.627,30
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	11.484,29	4.125,22	0,00	36.000,00	37.800,00
3.2.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	11.484,29	4.125,22	0,00	36.000,00	37.800,00
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.129.351,62	4.527.146,53	0,00	5.622.435,33	6.105.878,60
3.3.50.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	69.701,20	71.450,18	0,00	95.000,00	97.297,50
3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	5.059.650,42	4.455.696,35	0,00	5.523.435,33	6.000.581,10
3.3.93.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	5.534.370,49	4.693.032,25	0,00	50.599.028,00	50.458.199,10
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	5.291.722,92	4.644.203,53	0,00	50.503.028,00	50.357.399,10
4.4.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	5.291.722,92	4.644.203,53	0,00	50.502.028,00	50.357.399,10
4.5.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	242.647,57	48.828,72	0,00	96.000,00	100.800,00
4.6.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	242.647,57	48.828,72	0,00	96.000,00	100.800,00
9.0.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
9.9.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
9.9.99.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
Total por entidade:		15.347.125,93	14.488.543,96	0,00	62.701.935,33	63.734.505,00
Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS						
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	4.539.497,89	4.983.199,15	0,00	6.892.500,00	6.247.825,00
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.885.604,50	3.140.462,53	0,00	3.694.000,00	3.127.000,00
3.1.71.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	4.800,00	6.000,00	0,00	0,00	3.300,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.880.804,50	3.134.462,53	0,00	3.694.000,00	3.123.700,00
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.653.893,39	1.842.736,62	0,00	3.198.500,00	3.120.825,00
3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	262.229,80	255.435,31	0,00	180.000,00	5.800,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.391.663,59	1.587.301,31	0,00	3.018.500,00	2.935.125,00
3.3.93.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	0,00	0,00	0,00	0,00	179.900,00
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	502.426,68	440.687,65	0,00	5.488.000,00	5.548.200,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	502.426,68	440.687,65	0,00	5.488.000,00	5.548.200,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	502.426,68	440.687,65	0,00	5.488.000,00	5.548.200,00
Total por entidade:		5.041.924,57	5.423.886,80	0,00	12.380.500,00	11.796.025,00

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C); Realização da despesa por: Empenho

Página: 2/2
Data: 10/12/2014

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LDO
		2011	2012	2013		
Entidade: 7 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS						
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS	683.429,12	692.097,41	0,00	0,00	0,00
3.3.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	682.894,12	679.288,41	0,00	0,00	0,00
3.3.10.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	384.911,26	396.397,65	0,00	0,00	0,00
3.3.19.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	384.911,26	396.397,65	0,00	0,00	0,00
3.3.30.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	297.982,86	282.890,76	0,00	0,00	0,00
3.3.35.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	5.400,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00
3.3.39.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	292.582,86	276.890,76	0,00	0,00	0,00
3.4.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	535,00	12.809,00	0,00	0,00	0,00
3.4.40.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	535,00	12.809,00	0,00	0,00	0,00
3.4.49.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	535,00	12.809,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		683.429,12	692.097,41	0,00	0,00	0,00
Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS						
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	751.400,00	788.970,00
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	600.000,00	630.000,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	600.000,00	630.000,00
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	151.400,00	158.970,00
3.3.50.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0,00	0,00	0,00	9.000,00	9.450,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	142.400,00	149.520,00
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.500,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.500,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.500,00
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	761.400,00	799.470,00
Total geral:		21.072.479,62	20.604.528,17	0,00	75.843.835,33	76.330.000,00

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo I - Metas Anuais
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/1
Data: 10/12/2014

LRF art 4º. § 1º

R\$ 1,00

Especificação	2015			2016			2017		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	76.330.000,00	76.330.000,00	---	46.604.000,00	46.604.000,00	---	46.169.000,00	46.169.000,00	---
Receitas Primárias (I)	73.128.975,00	73.128.975,00	---	44.950.473,75	44.950.473,75	---	44.522.692,44	44.522.692,44	---
Despesa Total	76.330.000,00	76.330.000,00	---	46.604.000,00	46.604.000,00	---	46.169.000,00	46.169.000,00	---
Despesas Primárias (II)	76.191.400,00	76.191.400,00	---	46.458.470,00	46.458.470,00	---	46.016.193,50	46.016.193,50	---
Resultado Primário III = (I-II)	(3.062.425,00)	(3.062.425,00)	---	(1.507.996,25)	(1.507.996,25)	---	(1.493.501,06)	(1.493.501,06)	---
Resultado Nominal	(120.000,00)	(120.000,00)	---	(111.000,00)	(111.000,00)	---	89.000,00	89.000,00	---
Dívida Pública Consolidada	980.000,00	980.000,00	---	970.000,00	970.000,00	---	960.000,00	960.000,00	---
Dívida Consolidada Líquida	(1.030.000,00)	(1.030.000,00)	---	(1.141.000,00)	(1.141.000,00)	---	(1.052.000,00)	(1.052.000,00)	---

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS**Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C); Realização da despesa por: Empenho

Página: 1/1

Data: 10/12/2014

LRF, art 4º, § 2º, inciso I

R\$ 1,00

Especificação	Metas Previstas em 2013 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2013 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	47.291.206,45	----	----	----	----	0,000
Receitas Primárias (I)	47.061.285,53	----	0,00	----	(47.061.285,53)	(100,000)
Despesa Total	47.291.206,45	----	0,00	----	(47.291.206,45)	(100,000)
Despesas Primárias (II)	47.219.206,45	----	0,00	----	(47.219.206,45)	(100,000)
Resultado Primário (III) = (I-II)	(157.920,92)	----	0,00	----	157.920,92	(100,000)
Resultado Nominal	(173.402,76)	----	0,00	0,000	173.402,76	(100,000)
Dívida Pública Consolidada	1.098.000,00	----	0,00	0,000	(1.098.000,00)	(100,000)
Dívida Consolidada Líquida	(161.916,09)	----	0,00	0,000	161.916,09	(100,000)

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito MunicipalELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Estado de Santa Catarina**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS**Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/4

Data: 10/12/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITAS	71.368.525,00	41.612.651,25	41.140.356,05
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	21.829.283,96	22.859.651,25	23.965.355,05
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITA TRIBUTÁRIA	1.759.950,00	1.853.297,50	1.950.112,38
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00.00 IMPOSTOS	1.303.750,00	1.369.187,50	1.437.346,88
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00.00 Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	643.750,00	676.187,50	709.346,88
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00.00 Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	288.750,00	303.187,50	318.346,88
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00.00 Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	60.000,00	63.000,00	66.000,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00.00 Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	60.000,00	63.000,00	66.000,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00.00 ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	295.000,00	310.000,00	325.000,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00.00 Impostos sobre a Produção e a Circulação	660.000,00	693.000,00	728.000,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	660.000,00	693.000,00	728.000,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00.00 TAXAS	356.200,00	374.110,00	392.765,50
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00.00 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	245.700,00	257.985,00	270.884,25
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00.00 Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	90.300,00	94.815,00	99.555,75
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00.00 Taxa de Licença para Execução de Obras	10.500,00	11.025,00	11.576,25
4.1.1.2.1.32.00.00.00.00.00 Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	6.300,00	6.615,00	6.945,75
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00.00 Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	138.600,00	145.530,00	152.806,50
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços	110.500,00	116.125,00	121.881,25
4.1.1.2.2.29.00.00.00.00.00 Emolumentos e Custas Extrajudiciais	18.900,00	19.845,00	20.837,25
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00.00 Taxa de Limpeza Pública	58.000,00	61.000,00	64.000,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00.00 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	33.600,00	35.280,00	37.044,00
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00.00 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	100.000,00	110.000,00	120.000,00
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00.00 Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	100.000,00	110.000,00	120.000,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	210.000,00	220.000,00	230.000,00
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00.00 CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	210.000,00	220.000,00	230.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	189.475,00	141.398,75	133.573,69
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	189.475,00	141.398,75	133.573,69
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	189.475,00	141.398,75	133.573,69
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	39.475,00	41.398,75	43.573,69
4.1.3.2.5.01.01.00.00.00.00 Rendimento Fundeb 60%	12.000,00	12.400,00	13.000,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00.00 Rendimento Fundeb 40%	7.000,00	7.500,00	8.000,00
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE	3.150,00	3.307,50	3.472,88
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00.00 Rec de Remun. Dep. Banc Rec. Vinc. - CIDE	525,00	551,25	578,81
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00.00 Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	16.800,00	17.640,00	18.522,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00.00 Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	150.000,00	100.000,00	90.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00.00 Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	150.000,00	100.000,00	90.000,00
4.1.4.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITA AGROPECUÁRIA	42.000,00	44.100,00	46.305,00
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00.00 Outras Receitas Agropecuárias	42.000,00	44.100,00	46.305,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	15.750,00	16.537,50	17.364,38
4.1.6.0.0.26.00.00.00.00.00 Serviços de Fornecimento de Água	15.750,00	16.537,50	17.364,38
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.086.700,00	20.031.615,00	21.008.121,87
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	18.616.700,00	19.537.615,00	20.490.121,87
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00.00 Transferências da União	7.617.550,00	7.998.327,50	8.394.133,50
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00.00 Participação na Receita da União	6.230.700,00	6.542.235,00	6.869.346,75
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00.00 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	6.216.000,00	6.526.800,00	6.853.140,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00.00 Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	14.700,00	15.435,00	16.206,75
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00.00 Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	594.300,00	624.015,00	655.215,75
4.1.7.2.1.22.11.00.00.00.00 Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Hídricos	504.000,00	529.200,00	555.660,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00.00 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	90.300,00	94.815,00	99.555,75
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00.00 Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	222.000,00	232.900,00	243.800,00
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00.00 SUAS - Proteção Social Básica - AB	180.000,00	189.000,00	198.000,00
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00.00 SUAS - Proteção Social Especializada - MC	8.000,00	8.400,00	8.800,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00.00 SUAS - IGD-PBF	25.000,00	26.000,00	27.000,00

Estado de Santa Catarina**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 2/4

Data: 10/12/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA				
4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	SUAS - IGD-SUAS	9.000,00	9.500,00	10.000,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	538.000,00	565.000,00	593.000,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	270.000,00	284.000,00	298.000,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	80.000,00	84.000,00	88.000,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	68.000,00	71.000,00	75.000,00
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	120.000,00	126.000,00	132.000,00
4.1.7.2.1.35.99.01.00.00	Apoio Financeiro a Creches	48.000,00	50.000,00	52.000,00
4.1.7.2.1.35.99.02.00.00	Manutenção Educação Infantil Transferência Direta	72.000,00	76.000,00	80.000,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	32.550,00	34.177,50	32.771,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	8.449.150,00	8.871.287,50	9.295.988,37
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	8.394.750,00	8.814.487,50	9.235.688,37
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	ICMS - Ordinários	7.350.000,00	7.717.500,00	8.103.375,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	913.500,00	959.175,00	1.007.133,75
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	105.000,00	110.250,00	96.239,00
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	26.250,00	27.562,50	28.940,62
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	54.400,00	56.800,00	60.300,00
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. Estado - Recursos SUAS	54.400,00	56.800,00	60.300,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	Transferências Multigovernamentais	2.550.000,00	2.668.000,00	2.800.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.550.000,00	2.668.000,00	2.800.000,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	470.000,00	494.000,00	518.000,00
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	470.000,00	494.000,00	518.000,00
4.1.7.6.1.02.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Progr. Educação	470.000,00	494.000,00	518.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	525.408,96	552.702,50	579.877,73
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	55.050,00	58.152,50	61.310,11
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	3.150,00	3.307,50	3.472,86
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	1.050,00	1.102,50	1.157,62
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	1.050,00	1.102,50	1.157,62
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.050,00	1.102,50	1.157,62
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	18.900,00	19.845,00	20.837,25
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	7.350,00	7.717,50	8.103,38
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	1.050,00	1.102,50	1.157,62
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	10.500,00	11.025,00	11.576,25
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	33.000,00	35.000,00	37.000,00
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	33.000,00	35.000,00	37.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	22.050,00	23.152,50	24.310,12
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	1.050,00	1.102,50	1.157,62
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	1.050,00	1.102,50	1.157,62
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	21.000,00	22.050,00	23.152,50
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	21.000,00	22.050,00	23.152,50
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	48.825,00	51.266,25	53.829,56
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	48.825,00	51.266,25	53.829,56
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	21.000,00	22.050,00	23.152,50
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	1.575,00	1.653,75	1.736,44
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	26.250,00	27.562,50	28.940,62
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	399.483,96	420.131,25	440.427,94
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	399.483,96	420.131,25	440.427,94
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	49.539.241,04	18.753.000,00	17.175.001,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.000.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas	3.000.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	3.000.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	3.000.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	46.539.241,04	17.253.000,00	15.675.001,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	46.539.241,04	17.253.000,00	15.675.001,00

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 3/4

Data: 10/12/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA				
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	45.602.785,28	17.253.000,00	15.675.001,00
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	7.000.000,00	1.850.000,00	1.850.000,00
4.2.4.7.1.02.01.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	7.000.000,00	1.850.000,00	1.850.000,00
4.2.4.7.1.03.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Saneam	6.500.000,00	3.500.000,00	2.500.000,00
4.2.4.7.1.03.20.00.00.00	Outros Convênios e Transf. da União p/ Saneamento	6.500.000,00	3.500.000,00	2.500.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	32.102.785,28	11.903.000,00	11.325.001,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	936.455,76	0,00	0,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	936.455,76	0,00	0,00
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(2.926.350,00)	(3.072.667,50)	(3.221.773,10)
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(2.926.350,00)	(3.072.667,50)	(3.221.773,10)
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(2.926.350,00)	(3.072.667,50)	(3.221.773,10)
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	(2.926.350,00)	(3.072.667,50)	(3.221.773,10)
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	(1.252.650,00)	(1.315.282,50)	(1.380.423,55)
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	(1.246.140,00)	(1.308.447,00)	(1.373.869,35)
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	(1.243.200,00)	(1.305.360,00)	(1.370.628,00)
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	(2.940,00)	(3.087,00)	(3.241,35)
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	(6.510,00)	(6.835,50)	(6.554,20)
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(1.673.700,00)	(1.757.385,00)	(1.841.349,55)
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(1.673.700,00)	(1.757.385,00)	(1.841.349,55)
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	(1.470.000,00)	(1.543.500,00)	(1.620.675,00)
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	(182.700,00)	(191.835,00)	(201.426,75)
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	(21.000,00)	(22.050,00)	(19.247,80)
Total entidade:		68.442.175,00	38.539.983,75	37.918.582,95
2 - MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	7.887.825,00	8.064.016,25	8.250.417,05
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	2.697.825,00	2.832.016,25	2.974.317,05
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	10.500,00	11.025,00	11.576,25
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	10.500,00	11.025,00	11.576,25
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	10.500,00	11.025,00	11.576,25
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	10.500,00	11.025,00	11.576,25
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	11.550,00	12.127,50	12.733,87
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	11.550,00	12.127,50	12.733,87
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	11.550,00	12.127,50	12.733,87
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	11.550,00	12.127,50	12.733,87
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	6.300,00	6.615,00	6.945,75
4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - ASPS	5.250,00	5.512,50	5.788,12
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.675.775,00	2.808.863,75	2.950.006,93
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2.675.775,00	2.808.863,75	2.950.006,93
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	2.416.675,00	2.537.208,75	2.664.319,18
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	2.416.675,00	2.537.208,75	2.664.319,18
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Piso de Atenção Básica - PAB	231.000,00	242.550,00	254.677,50
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Saúde Da Família - SF	362.250,00	380.362,50	399.380,62
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Saúde Bucal - SB	88.200,00	92.610,00	97.240,50
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Agentes Comunitários De Saúde - ACS	283.500,00	297.675,00	312.558,75
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Programa De Assistência Farmacêutica Básica	52.500,00	55.125,00	57.881,25
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Agente de Combate em Endemias	31.500,00	33.075,00	34.728,75
4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	Ações Estruturantes De Vigilância Sanitária	9.450,00	9.922,50	10.418,62
4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	Teto Financeiro De Vigilância Em Saúde - Tívs (Ex-	16.275,00	17.088,75	17.943,19
4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	Média e Alta Complexidade - MAC	586.000,00	615.000,00	646.000,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Atenção Básica	12.600,00	13.230,00	13.891,50
4.1.7.2.1.33.15.00.00.00	Nucleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF	151.200,00	158.760,00	166.698,00

Estado de Santa Catarina**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 4/4

Data: 10/12/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
2 - MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS			
4.1.7.2.1.33.16.00.00.00 Programa de Melhoria Acesso e de Qualidade - PMAQ	554.400,00	582.120,00	611.226,00
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00 Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	37.800,00	39.690,00	41.674,50
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00 Transferências dos Estados	259.100,00	271.655,00	285.687,75
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00 Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	259.100,00	271.655,00	285.687,75
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00 Farmácia Básica	46.200,00	48.510,00	50.935,50
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00 Cofinanciamento Atenção Básica	115.500,00	121.275,00	127.338,75
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00 Nucleo de Atendimento da Saude da Familia - NASF	68.000,00	71.000,00	75.000,00
4.1.7.2.2.33.06.00.00.00 MAC/Estado	29.400,00	30.870,00	32.413,50
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	5.190.000,00	5.232.000,00	5.276.100,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.190.000,00	5.232.000,00	5.276.100,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	5.190.000,00	5.232.000,00	5.276.100,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00 Transf. Convênios da União e de suas Entidades	5.190.000,00	5.232.000,00	5.276.100,00
4.2.4.7.1.01.00.00.00.00 Transf. de Convênio p/ SUS	5.190.000,00	5.232.000,00	5.276.100,00
4.2.4.7.1.01.02.00.00.00 Transf. de Convênio p/ SUS	5.190.000,00	5.232.000,00	5.276.100,00
Total entidade:	7.887.825,00	8.064.016,25	8.250.417,05
Total geral:	76.330.000,00	46.604.000,00	46.169.000,00

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Estado de Santa Catarina**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Anexo 1.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/1

Data: 10/12/2014

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Programa	R\$ 1,00		
	2015	2016	2017
1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA			
0000 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	522.600,00	494.230,00	516.941,50
1002 GABINETE DO PREFEITO	940.059,86	900.756,25	945.583,69
1003 ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	2.555.500,00	2.281.625,00	2.262.456,25
1005 EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	5.113.150,00	5.509.707,50	5.757.472,88
1007 DESENVOLVIMENTO SOCIAL	3.666.124,80	2.539.561,05	2.600.104,09
1008 HABITAÇÃO DIREITO E DIGNIDADE	2.215.250,00	2.185.750,00	2.176.562,50
1009 DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	34.991.820,34	13.747.106,97	12.381.662,82
1010 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	4.074.000,00	2.130.450,00	2.189.472,50
1011 ESPORTE É VIDA	8.650.000,00	1.910.000,00	1.925.001,00
1012 MAIS CULTURA	198.750,00	202.687,50	206.821,88
1013 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	15.000,00
1014 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	710.000,00	725.000,00	710.000,00
1015 COMDEC - COM. MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD	82.250,00	1.102,50	1.157,63
Total da entidade:	63.734.505,00	32.642.976,77	31.688.236,74
2 - MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS			
1006 SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	11.796.025,00	13.121.579,73	13.549.347,58
Total da entidade:	11.796.025,00	13.121.579,73	13.549.347,58
8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMIGOS			
1001 PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL	799.470,00	839.443,50	931.415,68
Total da entidade:	799.470,00	839.443,50	931.415,68
Total geral:	76.330.000,00	46.604.000,00	46.169.000,00

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito MunicipalELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/2

Data: 10/12/2014

Especificação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
RECEITAS CORRENTES (I)	17.610.467,72	18.017.906,45	19.657.833,33	21.600.758,96	22.619.000,00	23.717.899,00
Receta Tributária	1.763.437,50	1.660.609,38	2.053.000,00	1.770.450,00	1.864.322,50	1.961.688,63
Receta de Contribuição	200.000,00	210.000,00	185.000,00	210.000,00	220.000,00	230.000,00
Receta Patrimonial	255.962,81	229.920,92	253.833,33	201.025,00	153.526,25	146.307,56
Aplicações Financeiras (II)	255.962,81	229.920,92	253.833,33	201.025,00	153.526,25	146.307,56
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	14.840.202,50	15.275.588,02	16.791.500,00	18.836.125,00	19.767.811,25	20.736.355,70
Demais Receitas Correntes	550.864,91	641.808,13	374.500,00	583.158,96	613.340,00	643.547,11
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I+II)	17.354.504,91	17.787.985,53	19.404.000,00	21.399.733,96	22.465.473,75	23.571.591,44
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	25.045.000,00	29.273.300,00	35.708.001,00	54.729.241,04	23.985.000,00	22.451.101,00
Operações de Crédito (V)	1.380.000,00	0,00	5.898.000,00	3.000.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00
Amortização de Empréstimo (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	22.965.000,00	29.273.300,00	29.810.001,00	51.729.241,04	22.485.000,00	20.951.101,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV+V+VI+VII)	22.965.000,00	29.273.300,00	29.810.001,00	51.729.241,04	22.485.000,00	20.951.101,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX)=(III+VIII)	40.319.504,91	47.061.285,53	49.214.001,00	73.128.975,00	44.950.473,75	44.522.692,44
DESPESAS CORRENTES (X)	15.979.262,39	16.788.884,65	18.843.806,33	20.298.100,90	22.039.616,25	23.147.744,54
Pessoal e Encargos Sociais	8.642.800,00	8.665.288,25	10.723.472,00	10.874.627,30	12.362.443,67	12.976.325,85
Juros e Encargos da Dívida (XI)	12.000,00	12.000,00	36.000,00	37.800,00	39.690,00	41.674,50
Outras Despesas Correntes	7.324.462,39	8.111.596,40	8.084.334,33	9.385.673,60	9.637.482,58	10.129.744,19
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)	15.967.262,39	16.776.884,65	18.807.806,33	20.260.300,90	21.999.926,25	23.106.070,04
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	26.671.205,33	30.497.321,80	36.507.028,00	56.016.899,10	24.549.383,75	23.006.255,46
Investimentos	26.611.205,33	30.437.321,80	36.411.028,00	55.916.099,10	24.443.543,75	22.895.123,46
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	60.000,00	60.000,00	96.000,00	100.800,00	105.840,00	111.132,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII-XIV)	26.611.205,33	30.437.321,80	36.411.028,00	55.916.099,10	24.443.543,75	22.895.123,46
RESERVA LEGAL RPPS (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)	5.000,00	5.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 2/2
Data: 10/12/2014

Especificação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)	5.000,00	5.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVIII)=(XII+XV+XVI+XVII)	42.583.467,72	47.219.206,45	55.233.834,33	76.191.400,00	46.458.470,00	46.016.193,50
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVIII)	(2.263.962,81)	(157.920,92)	(6.019.833,33)	(3.062.425,00)	(1.507.996,25)	(1.493.501,06)

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

Página: 1/1
 Data: 10/12/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

Especificação	2012 (b)	2013 (c)	2014 (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.365.000,00	1.098.000,00	1.000.000,00	980.000,00	970.000,00	960.000,00
Contratual	1.365.000,00	1.098.000,00	1.000.000,00	980.000,00	970.000,00	960.000,00
DEDUÇÕES (II)	1.353.513,33	1.259.916,09	1.910.000,00	2.010.000,00	2.111.000,00	2.012.000,00
Ativo disponível	1.345.392,04	1.800.000,00	1.900.000,00	2.000.000,00	2.100.000,00	2.000.000,00
Haveres financeiros	8.121,29	90.000,00	10.000,00	10.000,00	11.000,00	12.000,00
(-) Restos a pagar processados	0,00	630.083,91	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	11.486,67	(161.916,09)	(910.000,00)	(1.030.000,00)	(1.141.000,00)	(1.052.000,00)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	11.486,67	(161.916,09)	(910.000,00)	(1.030.000,00)	(1.141.000,00)	(1.052.000,00)
Resultado Nominal	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
	(253.513,33)	(173.402,76)	(748.083,91)	(120.000,00)	(111.000,00)	89.000,00

* : Refere-se ao resultados_nominais_valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto no exercício 2012 no resultados_nominais_valor de R\$ 265.000,00.

ALCIMAR DE OLIVEIRA
 Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
 CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOSPágina: 1/1
Data: 10/12/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida

Especificação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.365.000,00	1.098.000,00	1.000.000,00	980.000,00	970.000,00	960.000,00
Contratual	1.365.000,00	1.098.000,00	1.000.000,00	980.000,00	970.000,00	960.000,00
DEDUÇÕES(II)	1.353.513,33	1.259.916,09	1.910.000,00	2.010.000,00	2.111.000,00	2.012.000,00
Ativo disponível	1.345.392,04	1.800.000,00	1.900.000,00	2.000.000,00	2.100.000,00	2.000.000,00
Haveres financeiros	8.121,29	90.000,00	10.000,00	10.000,00	11.000,00	12.000,00
(-) Restos a pagar processados	0,00	630.083,91	0,00	0,00	0,00	0,00
DCL (III) = (I - II)	11.486,67	(161.916,09)	(910.000,00)	(1.030.000,00)	(1.141.000,00)	(1.052.000,00)

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito MunicipalELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOSPágina: 1/1
Data: 10/12/2014LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências - Portaria 637/2012

LRF, art 4º, § 3º		R\$ 1,00	
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Interperies que venham a atingir o Município (vendavais, enchentes, estiagens, dentre outras)	15.000,00	Utilização dos recursos previstos na reserva de contingência e anulação parcial ou total de dotações não utilizadas.	15.000,00
SUBTOTAL	15.000,00	SUBTOTAL	15.000,00
TOTAL	15.000,00	TOTAL	15.000,00

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito MunicipalELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 1/12
Data: 10/12/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
			Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA								
Órgão:	02.00 GABINETE DO PREFEITO	170.682.652,84	0,00	62.701.935,33	107.980.717,51	63.734.505,00	0,00	107.980.717,51
Unidade:	02.01 GABINETE DO PREFEITO	3.548.176,80	0,00	761.777,00	2.786.399,80	940.059,86	0,00	2.786.399,80
1002 GABINETE DO PREFEITO								
1.037 IMPLANTACAO DA COORDENADORIA POLITICA DAS MULHERES		ANO (ANO)						
	Meta física	1.000	0,00	1.000	0,000	1.000	0,000	0,000
	Meta financeira	188.075,90	0,00	105.000,00	83.075,90	83.075,90	0,00	83.075,90
2.002 Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito		Manutenção (ANO)						
	Meta física	4.000	0,00	4.000	0,000	4.000	0,000	0,000
	Meta financeira	3.360.100,90	0,00	656.777,00	2.703.323,90	856.983,96	0,00	2.703.323,90
Órgão:	03.00 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	10.185.027,25	0,00	3.085.446,00	7.099.581,25	2.555.500,00	0,00	7.099.581,25
Unidade:	03.01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	10.185.027,25	0,00	3.085.446,00	7.099.581,25	2.555.500,00	0,00	7.099.581,25
1003 ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA								
1.034 Implantação de Sistema de Vídeo Monitoramento		ANO (ANO)						
	Meta física	1.000	0,00	1.000	0,000	1.000	0,000	0,000
	Meta financeira	570.000,00	0,00	260.000,00	310.000,00	310.000,00	0,00	310.000,00
2.003 Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda		Manutenção (ANO)						
	Meta física	4.000	0,00	4.000	0,000	4.000	0,000	0,000
	Meta financeira	7.915.027,25	0,00	2.425.446,00	5.489.581,25	1.745.500,00	0,00	5.489.581,25
2.035 Realização de Eventos Comemorativos Municipais		Manutenção (ANO)						
	Meta física	4.000	0,00	4.000	0,000	4.000	0,000	0,000
	Meta financeira	1.700.000,00	0,00	400.000,00	1.300.000,00	500.000,00	0,00	1.300.000,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 2/12

Data: 10/12/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA									
Órgão: 04.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES									
Unidade: 04.01 DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO									
1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA								
1.035	Aquisição de Terrenos para Edificações da Educação Básica	Terreno (Obr)							
	Meta física		4.000						
	Meta financeira		400.000,00	0,000	4.000	0.000	4.000	0,000	0.000
				0,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00	200.000,00
2.008	Auxílio ao Ensino Superior	Manutenção (ANO)							
	Meta física		4.000	0,000	4.000	0.000	4.000	0,000	0.000
	Meta financeira		100.000,00	0,00	25.000,00	75.000,00	25.000,00	0,00	75.000,00
2.009	Manutenção da Alimentação Escolar	Manutenção (ANO)							
	Meta física		4.000	0,000	4.000	0.000	0,000	0,000	0.000
	Meta financeira		114.000,00	0,00	114.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.042	Manutenção das Atividades da Educação Básica	Manutenção (ANO)							
	Meta física		4.000	0,000	4.000	0.000	0,000	0,000	0.000
	Meta financeira		4.086.333,33	0,00	4.086.333,33	0,00	0,00	0,00	0,00
2.051	Manutenção do Ensino Fundamental	Manutenção (ANO)							
	Meta física		3.000	0,000	0,000	3.000	3.000	0,000	3.000
	Meta financeira		7.401.000,00	0,00	0,00	7.401.000,00	2.267.000,00	0,00	7.401.000,00
2.052	Manutenção do Ensino Infantil	Manutenção (ANO)							
	Meta física		3.000	0,000	0,000	3.000	3.000	0,000	3.000
	Meta financeira		4.159.930,38	0,00	0,00	4.159.930,38	1.213.150,00	0,00	4.159.930,38
2.053	Matutenação do Transporte Escolar	Manutenção (ANO)							
	Meta física		3.000	0,000	0,000	3.000	3.000	0,000	3.000
	Meta financeira		4.040.400,00	0,00	0,00	4.040.400,00	1.248.000,00	0,00	4.040.400,00
2.054	Manutenção da Alimentação Escolar - Ensino Fundamental	Manutenção (ANO)							
	Meta física		3.000	0,000	0,000	3.000	3.000	0,000	3.000
	Meta financeira		302.400,00	0,00	0,00	302.400,00	96.000,00	0,00	302.400,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 3/12

Data: 10/12/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA									
Órgão: 04.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES									
Unidade: 04.01 DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO									
1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA								
	2.055	Manutenção da Alimentação Escolar - Ensino Infantil							
		Meta física	3.000		0,000	3.000	3.000	0,000	3.000
		Meta financeira	201.600,00		0,00	201.600,00	64.000,00	0,00	201.600,00
1011	ESPORTE É VIDA								
	1.022	Construção/Ampliação/Reforma da Rede Física da Educação Básica							
		Meta física	1.000		0,000	1.000	1.000	0,000	0,000
		Meta financeira	12.430.000,00		0,00	9.770.000,00	7.000.000,00	0,00	9.770.000,00
Unidade: 04.02	DEPARTAMENTO DE ESPORTES		3.210.002,00		0,00	2.355.001,00	1.650.000,00	0,00	2.355.001,00
1011	ESPORTE É VIDA								
	1.032	Construção de Unidades Desportivas no Município							
		Meta física	4.000		0,000	4.000	4.000	0,000	0,000
		Meta financeira	2.620.001,00		0,00	1.890.001,00	1.510.000,00	0,00	1.890.001,00
2.010	Manutenção das Atividades Desportivas								
		Meta física	4.000		0,000	4.000	4.000	0,000	0,000
		Meta financeira	590.001,00		0,00	465.000,00	140.000,00	0,00	465.000,00
Unidade: 04.03	DEPARTAMENTO DE CULTURA		323.259,38		0,00	248.259,38	78.750,00	0,00	248.259,38
1012	MAIS CULTURA								
	2.025	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Cultura							
		Meta física	4.000		0,000	4.000	4.000	0,000	0,000
		Meta financeira	323.259,38		0,00	248.259,38	78.750,00	0,00	248.259,38

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 4/12
Data: 10/12/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA									
Órgão: 06.00 SECRETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO									
Unidade: 06.01 DEPARTAMENTO DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO									
1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA								
1.005	Construir Portais de Acesso à Cidade	Obras (Obr)	2.000	0,00	2.000	0,000	2.000	0,000	0,000
	Meta física			0,00	525.000,00	484.965,14	529.965,14	0,00	484.965,14
	Meta financeira		1.009.965,14						
2.033	Implantação de Sinalização Turística e Urbana	Manutenção (ANO)	4.000	0,000	4.000	0,000	4.000	0,000	0,000
	Meta física			0,00	1.185.000,00	-255.000,00	310.000,00	0,00	-255.000,00
	Meta financeira		930.000,00						
2.034	Manutenção da Sec. de Indústria, Comércio e Turismo	Manutenção (ANO)	4.000	0,000	4.000	0,000	4.000	0,000	0,000
	Meta física			0,00	68.750,00	235.158,13	68.250,00	0,00	235.158,13
	Meta financeira		303.908,13						
1014	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA								
1.001	Aquisição de Novos Terrenos para o Desenvolvimento Industrial	Terreno (M²)	50.000.000	0,000	50.000.000	0,000	50.000.000	0,000	0.000
	Meta física			0,00	915.000,00	2.145.000,00	710.000,00	0,00	2.145.000,00
	Meta financeira		3.060.000,00						
Órgão: 07.00	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS								
Unidade: 07.01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS									
1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA								
1.003	Saneamento Básico Municipal	Metros (M)	15.000.000	0,000	15.000.000	0,000	15.000.000	0,000	0,000
	Meta física			0,00	12.070.000,00	6.210.000,00	9.070.000,00	0,00	6.210.000,00
	Meta financeira		18.280.000,00						
1.010	Construção, Implantação de Coleta Seletiva de Lixo	Obras (Obr)	11.000	0,000	11.000	0,000	11.000	0,000	0,000
	Meta física			0,00	3.040.000,00	3.090.000,00	1.530.000,00	0,00	3.090.000,00
	Meta financeira		6.130.000,00						

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015****Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 5/12

Data: 10/12/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA									
Órgão: 07.00 SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS									
Unidade: 07.01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS									
1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA								
1.014	Pavimentação de Vias Publicas	Obras (M²)	170.682.652,84	0,00	62.701.935,33	107.980.717,51	63.734.505,00	0,00	107.980.717,51
	Meta física		60.000.000	0,00	60.000.000	0,000	60.000.000	0,000	0,000
	Meta financeira		26.020.000,00	0,00	11.320.000,00	14.700.000,00	11.550.000,00	0,00	14.700.000,00
1.016	Construção e Revitalização de Praças Publicas	Obras (Obr)	5,000	0,000	5,000	0,000	5,000	0,000	0,000
	Meta física		1.940.000,00	0,00	510.000,00	1.430.000,00	1.260.000,00	0,00	1.430.000,00
1.019	Construção de Abrigos de Passageiros	Obras (Obr)	40,000	0,000	40,000	0,000	40,000	0,000	0,000
	Meta física		310.000,00	0,00	210.000,00	100.000,00	80.000,00	0,00	100.000,00
1.023	Modernização Terminal Rodoviários de Passageiros	Unidades (UN)	1,000	0,000	0,000	1,000	1,000	0,000	1,000
	Meta física		600.000,00	0,00	0,00	600.000,00	300.000,00	0,00	600.000,00
1.026	Aquisição de Terreno para Implantação Saneamento Básico	Terreno (UN)	1,000	0,000	1,000	0,000	1,000	0,000	0,000
	Meta física		330.000,00	0,00	80.000,00	250.000,00	250.000,00	0,00	250.000,00
1.039	Edificação da Garagem para o Parque de Máquinas	Obras (Obr)	1,000	0,000	0,000	1,000	1,000	0,000	1,000
	Meta física		3.000.000,00	0,00	0,00	3.000.000,00	1.000.000,00	0,00	3.000.000,00
2.013	Man. das Atividades da Sec. de Transportes, Obras e Serviços Públicos	Manutenção (ANO)							
	Meta física		4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
	Meta financeira		15.287.454,11	0,00	5.269.102,00	10.018.352,11	3.918.105,20	0,00	10.018.352,11
2.039	Manutenção das Atividades da Polícia Civil	Manutenção (ANO)							
	Meta física		4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
	Meta financeira		129.303,75	0,00	30.000,00	99.303,75	31.500,00	0,00	99.303,75

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 6/12

Data: 10/12/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA									
Órgão: 07.00 SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS									
Unidade: 07.01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS									
1009 DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA									
2.040 Manutenção das Atividades da Polícia Militar									
Meta física 4.000									
Meta financeira 129.303,75									
2.041 Manutenção das Atividades do Corpo de Bombeiros									
Meta física 4.000									
Meta financeira 215.506,25									
2.050 Construção e Reforma de Pontes e Pontilhões									
Meta física 1.000									
Meta financeira 7.368.000,00									
Órgão: 08.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO									
Unidade: 08.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO									
0000 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO									
0.001 Dívida Fundada Interna									
Meta física 4.000									
Meta financeira 568.936,50									
0.002 Aposentados e Pensionistas									
Meta física 4.000									
Meta financeira 474.113,75									
0.003 Precatórios, Acordos e Sentenças Judiciais									
Meta física 4.000									
Meta financeira 260.000,00									
0.004 Obrigações Tributárias e Contributivas									
Meta física 4.000									
Meta financeira 732.721,25									

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 7/12
Data: 10/12/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA									
Órgão:	09.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	170.682.652,84	0,00	62.701.935,33	107.980.717,51	63.734.505,00	0,00	107.980.717,51
Unidade:	09.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	0,00	15.000,00	45.000,00	15.000,00	0,00	45.000,00
			60.000,00	0,00	15.000,00	45.000,00	15.000,00	0,00	45.000,00
1013 RESERVA DE CONTINGÊNCIA									
9.999	Reserva de Contingência	ANO (ANO)	4.000	0,000	4.000	0.000	4.000	0,000	0,000
	Meta física		60.000,00	0,00	15.000,00	45.000,00	15.000,00	0,00	45.000,00
	Meta financeira								
Órgão: 11.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL									
Unidade:	11.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	10.784.695,69	0,00	5.386.526,00	5.398.169,69	2.524.024,80	0,00	5.398.169,69
			10.784.695,69	0,00	5.386.526,00	5.398.169,69	2.524.024,80	0,00	5.398.169,69
1007 DESENVOLVIMENTO SOCIAL									
1.004	Edificação, Reforma e Equipamentos de Centros Múltiplo Uso	Edificação (M²)	6.000.000	0,000	6.000.000	0.000	6.000.000	0,000	0,000
	Meta física		2.541.500,00	0,00	1.725.500,00	816.000,00	522.000,00	0,00	816.000,00
	Meta financeira								
1.011	Edificação, Reforma de Equipamentos Sociais	Metros quadrados (M²)	200.000	0,000	200.000	0.000	200.000	0,000	0,000
	Meta física		2.962.500,00	0,00	2.430.000,00	532.500,00	715.000,00	0,00	532.500,00
	Meta financeira								
2.015	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social	Manutenção (ANO)							
	Meta física		4.000	0,000	4.000	0.000	4.000	0,000	0,000
	Meta financeira		4.865.366,69	0,00	1.054.026,00	3.811.340,69	1.211.424,80	0,00	3.811.340,69
2.038	Manutenção do Conselho Tutelar	Manutenção (ANO)							
	Meta física		4.000	0,000	4.000	0.000	4.000	0,000	0,000
	Meta financeira		310.329,00	0,00	72.000,00	238.329,00	75.600,00	0,00	238.329,00
2.049	Auxílio na Edificação e Recuperação de Unidades Habitacionais	Manutenção (ANO)							
	Meta física		4.000	0,000	4.000	0.000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		105.000,00	0,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015****Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 8/12

Data: 10/12/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA									
Órgão: 12.00 FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL									
Unidade: 12.01 FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL									
1010 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL									
1.018	Implantação e Melhoria da Telefonia Rural e Internet	Obras (Obr)							
		Meta física	4.000	0,000	4.000	0,000	4.000	0,000	0,000
		Meta financeira	2.100.000,00	0,00	1.025.000,00	1.075.000,00	525.000,00	0,00	1.075.000,00
1.028	Implantação de Equipamentos Públicos	Obras (Obr)							
		Meta física	1.000	0,000	1.000	0,000	1.000	0,000	0,000
		Meta financeira	2.060.000,00	0,00	2.490.000,00	-430.000,00	470.000,00	0,00	-430.000,00
2.014	Man. das Atividades da Sec. de Agricultura e Meio Ambiente	Manutenção (ANO)							
		Meta física	4.000	0,000	4.000	0,000	4.000	0,000	0,000
		Meta financeira	7.528.922,50	0,00	2.020.000,00	5.508.922,50	3.079.000,00	0,00	5.508.922,50
Órgão: 13.00 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL									
Unidade: 13.01 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL									
1008	HABITAÇÃO DIREITO E DIGNIDADE								
2.017	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	Unidades (UN)							
		Meta física	450.000	0,000	450.000	0,000	450.000	0,000	0,000
		Meta financeira	8.255.000,00	0,00	4.065.000,00	4.190.000,00	2.065.000,00	0,00	4.190.000,00
2.058	Auxílio na edificação e recuperação de Unidades Habitacionais	ANO (ANO)							
		Meta física	3.000	0,000	0,000	3,000	1,000	0,000	3,000
		Meta financeira	387.562,50	0,00	0,00	387.562,50	150.250,00	0,00	387.562,50

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 9/12
Data: 10/12/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA									
Órgão: 14.00 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA			170.682.652,84	0,00	62.701.935,33	107.980.717,51	63.734.505,00	0,00	107.980.717,51
Unidade: 14.01 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA			119.620,25	0,00	22.000,00	97.620,25	22.100,00	0,00	97.620,25
Unidade: 14.01 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA			119.620,25	0,00	22.000,00	97.620,25	22.100,00	0,00	97.620,25
1007 DESENVOLVIMENTO SOCIAL									
2.016 Manutenção das Atividades do Fundo da Infância e Adolescência									
Meta física			4.000	0,000	4.000	0.000	4.000	0,000	0.000
Meta financeira			119.620,25	0,00	22.000,00	97.620,25	22.100,00	0,00	97.620,25
Órgão: 15.00 COMDEC - COM. MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD									
Unidade: 15.01 COMDEC - COM. MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD			85.510,13	0,00	1.000,00	84.510,13	82.250,00	0,00	84.510,13
Unidade: 15.01 COMDEC - COM. MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD			85.510,13	0,00	1.000,00	84.510,13	82.250,00	0,00	84.510,13
1015 COMDEC - COM. MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD									
2.044 Manutenção das Atividades da Defesa Civil									
Meta física			4.000	0,000	4.000	0.000	4.000	0,000	0.000
Meta financeira			85.510,13	0,00	1.000,00	84.510,13	82.250,00	0,00	84.510,13
Órgão: 16.00 FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO									
Unidade: 16.01 FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO			1.360.000,00	0,00	0,00	1.360.000,00	1.120.000,00	0,00	1.360.000,00
Unidade: 16.01 FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO			1.360.000,00	0,00	0,00	1.360.000,00	1.120.000,00	0,00	1.360.000,00
1007 DESENVOLVIMENTO SOCIAL									
1.040 Edificação e Implantação de Aparelhos Públicos aos Idosos									
Meta física			3.000	0,000	0,000	3.000	3.000	0,000	3.000
Meta financeira			1.005.000,00	0,00	0,00	1.005.000,00	1.005.000,00	0,00	1.005.000,00
2.057 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal do Idoso									
Meta física			3.000	0,000	0,000	3.000	3.000	0,000	3.000
Meta financeira			355.000,00	0,00	0,00	355.000,00	115.000,00	0,00	355.000,00

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015****Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 10/12

Data: 10/12/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA									
Órgão: 17.00 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA									
Unidade: 17.01 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA									
1012	MAIS CULTURA								
2.056 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Cultura									
Meta física 3.000									
Meta financeira 360.000,00									
2.056 360.000,00 0,00 0,00 3.000 3.000 0,00 3.000 0,00 360.000,00									
Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS									
Órgão: 10.00 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE									
Unidade: 10.01 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE									
50.454.452,31 0,00 12.380.500,00 38.073.952,31 11.796.025,00 0,00 38.073.952,31 0,00 38.073.952,31									
1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA								
1.027 Edificação/Ampliação/Reforma de Equipamentos de Saúde									
Meta física 250.000									
Meta financeira 16.600.000,00									
1.027 16.600.000,00 0,00 4.150.000,00 12.450.000,00 4.150.000,00 0,00 12.450.000,00									
1.036 Aquisição de Terreno para Edificação de Hospital									
Meta física 1.000									
Meta financeira 400.000,00									
1.036 400.000,00 0,00 1.000 0,00 1.000 0,00 1.000 0,00 300.000,00									
1.038 CONSTRUCAO DE CAPS I									
Meta física 1.000									
Meta financeira 3.472.100,00									
1.038 3.472.100,00 0,00 1.000 0,00 1.000 0,00 1.000 0,00 2.648.100,00									
2.027 Manutenção das Atividades da Saúde Básica Municipal									
Meta física 4.000									
Meta financeira 25.275.223,00									
2.027 25.275.223,00 0,00 4.000 0,00 4.000 0,00 4.000 0,00 19.319.223,00									
2.028 Manutenção das Atividades da Vigilância em Saúde									
Meta física 4.000									
Meta financeira 183.180,31									
2.028 183.180,31 0,00 4.000 0,00 4.000 0,00 4.000 0,00 140.680,31									
2.028 140.680,31 0,00 42.500,00 44.625,00 0,00 140.680,31 0,00 140.680,31									

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 11/12

Data: 10/12/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS									
Órgão: 10.00 FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE									
Unidade: 10.01 FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE									
1006 SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA									
2.031	Aquisição de Veículos, Vans, Equipamentos e Mobiliário em Geral	Unidades (UN)							
		Meta física	50,000	0,00	50,000	0,000	50,000	0,000	0,000
		Meta financeira	1.040.000,00	0,00	260.000,00	780.000,00	260.000,00	0,00	780.000,00
2.043	Manutenção da Média e Alta Complexidade - MAC	Manutenção (ANO)							
		Meta física	4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
		Meta financeira	2.240.000,00	0,00	786.000,00	1.454.000,00	586.000,00	0,00	1.454.000,00
2.045	Manutenção da Assistência Farmacêutica Básica								
		Meta física	4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
		Meta financeira	215.506,25	0,00	50.000,00	165.506,25	52.500,00	0,00	165.506,25
2.046	Manutenção da Atenção Básica - Estado								
		Meta física	4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
		Meta financeira	718.113,75	0,00	140.000,00	578.113,75	183.500,00	0,00	578.113,75
2.047	Manutenção da Média e Alta complexidade - Estado								
		Meta física	4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
		Meta financeira	120.683,50	0,00	28.000,00	92.683,50	29.400,00	0,00	92.683,50
2.048	Manutenção da Assistência Farm. Básica - Estado								
		Meta física	4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
		Meta financeira	189.645,50	0,00	44.000,00	145.645,50	46.200,00	0,00	145.645,50

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 12/12
Data: 10/12/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 8 - CÂMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS									
Órgão: 01.00 CÂMARA DE VEREADORES									
Unidade: 01.01 CÂMARA DE VEREADORES									
1001 PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL									
1.024 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O PODER LEGISLATIVO									
Meta física									
Meta financeira									
2.001 Manutenção das Atividades do Poder Legislativo									
Meta física									
Meta financeira									
2.037 MANUTENÇÃO DA CÂMARA JOVEM									
Meta física									
Meta financeira									
Total geral: 224.468.834,33									
0,00 75.843.835,33 148.624.999,00 76.330.000,00 0,00 148.624.999,00									

ALCIAMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 1/1
Data: 10/12/2014

Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

LRF, art 4º, § 1º

R\$ 1,00

Especificação	Valores a Preços Correntes									
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017
Receita Total	42.655.467,72	47.291.206,45	10,870	55.365.834,33	17,070	76.330.000,00	37,860	46.604.000,00	(38,940)	46.169.000,00
Receitas Primárias (I)	40.319.504,91	47.061.285,53	16,720	49.214.001,00	4,570	73.128.975,00	48,590	44.950.473,75	(38,530)	44.522.692,44
Despesa Total	42.655.467,72	47.291.206,45	10,870	55.365.834,33	17,070	76.330.000,00	37,860	46.604.000,00	(38,940)	46.169.000,00
Despesas Primárias (II)	42.583.467,72	47.219.206,45	10,890	55.233.834,33	16,970	76.191.400,00	37,940	46.458.470,00	(39,020)	46.016.193,50
Resultado Primário III = (I-II)	(2.263.962,81)	(157.920,92)	(93,020)	(6.019.833,33)	3,711,930	(3.062.425,00)	(49,130)	(1.507.996,25)	(50,760)	(1.493.501,06)
Resultado Nominal	(253.513,33)	(173.402,76)	(31,600)	(748.083,91)	331,410	(120.000,00)	(83,960)	(111.000,00)	(7,500)	89.000,00
Dívida Pública Consolidada	1.365.000,00	1.098.000,00	(19,560)	1.000.000,00	(8,930)	980.000,00	(2,000)	970.000,00	(1,020)	960.000,00
Dívida Consolidada Líquida	11.486,67	(161.916,09)	(1.509,600)	(910.000,00)	462,020	(1.030.000,00)	13,190	(1.141.000,00)	10,780	(1.052.000,00)

Especificação	Valores a Preços Constantes									
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017
Receita Total	42.655.467,72	47.291.206,45	10,870	55.365.834,33	17,070	76.330.000,00	37,860	46.604.000,00	(38,940)	46.169.000,00
Receitas Primárias (I)	40.319.504,91	47.061.285,53	16,720	49.214.001,00	4,570	73.128.975,00	48,590	44.950.473,75	(38,530)	44.522.692,44
Despesa Total	42.655.467,72	47.291.206,45	10,870	55.365.834,33	17,070	76.330.000,00	37,860	46.604.000,00	(38,940)	46.169.000,00
Despesas Primárias (II)	42.583.467,72	47.219.206,45	10,700	55.233.834,33	16,970	76.191.400,00	37,940	46.458.470,00	(39,020)	46.016.193,50
Resultado Primário III = (I-II)	(2.263.962,81)	(157.920,92)	(93,020)	(6.019.833,33)	3,711,930	(3.062.425,00)	(49,130)	(1.507.996,25)	(50,760)	(1.493.501,06)
Resultado Nominal	(253.513,33)	(173.402,76)	(31,600)	(748.083,91)	331,410	(120.000,00)	(83,960)	(111.000,00)	(7,500)	89.000,00
Dívida Pública Consolidada	1.365.000,00	1.098.000,00	(19,560)	1.000.000,00	(8,930)	980.000,00	(2,000)	970.000,00	(1,020)	960.000,00
Dívida Consolidada Líquida	11.486,67	(161.916,09)	(1.509,600)	(910.000,00)	462,020	(1.030.000,00)	13,190	(1.141.000,00)	10,780	(1.052.000,00)

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2015

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/6
Data: 10/12/2014

ORIGEM		DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Programa	Valor
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Imposto s/ Propriedade I	0.1.0000 - Ordinários	0000 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	522.600,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00 - Imposto s/ Renda e Prov	0.1.0000 - Ordinários	1001 - PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL	799.470,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 - ITBI e de Direitos Reais	0.1.0000 - Ordinários	1002 - GABINETE DO PREFEITO	856.983,96
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Imposto sobre Serviços I	0.1.0000 - Ordinários	1003 - ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	2.005.500,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00 - Tx de Funcionamento Es	0.1.0000 - Ordinários	1005 - EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	105.000,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00 - Taxa de Licença para Ex	0.1.0000 - Ordinários	1007 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1.089.724,80
4.1.1.2.1.32.00.00.00.00 - Taxa de Aprovação do P	0.1.0000 - Ordinários	1008 - HABITAÇÃO DIREITO E DIGNIDADE	215.250,00
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Taxas pelo Exerc	0.1.0000 - Ordinários	1009 - DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	2.490.080,20
4.1.1.2.2.29.00.00.00.00 - Emolumentos e Custas I	0.1.0000 - Ordinários	1010 - DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	1.114.000,00
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00 - Taxa de Limpeza Pública	0.1.0000 - Ordinários	1011 - ESPORTE E VIDA	150.000,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00 - Outras Taxas pela Presta	0.1.0000 - Ordinários	1012 - MAIS CULTURA	98.750,00
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00 - Contrib p/ Pavimentação	0.1.0000 - Ordinários	1013 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00 - Rec. de Remun.de Outrc	0.1.0000 - Ordinários	1014 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, GERAÇÃO DE EMF	10.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00 - Remun. de Outros Depó	0.1.0000 - Ordinários	1015 - COMDEC - COM. MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD	1.050,00
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00 - Outras Receitas Agropec	0.1.0000 - Ordinários	Subtotal:	9.473.408,96
4.1.6.0.0.26.00.00.00.00 - Serviços de Fomecimeni	0.1.0000 - Ordinários		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	0.1.0000 - Ordinários		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Cota-Parte do Imp. s/ a f	0.1.0000 - Ordinários		
4.1.7.2.1.22.11.00.00.00 - Cota-Parte da Compen. I	0.1.0000 - Ordinários		
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo Es	0.1.0000 - Ordinários		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Transf. Financ. ICMS - D	0.1.0000 - Ordinários		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - ICMS - Ordinários	0.1.0000 - Ordinários		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA	0.1.0000 - Ordinários		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00 - Cota-Parte do IPI sobre I	0.1.0000 - Ordinários		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s/	0.1.0000 - Ordinários		
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s/	0.1.0000 - Ordinários		
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora I	0.1.0000 - Ordinários		
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora Di	0.1.0000 - Ordinários		
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora Di	0.1.0000 - Ordinários		
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora Di	0.1.0000 - Ordinários		
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00 - Multas Previstas na Legi	0.1.0000 - Ordinários		
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Indenizações	0.1.0000 - Ordinários		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00 - Outras Restituições	0.1.0000 - Ordinários		

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2015

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 2/6
Data: 10/12/2014

ORIGEM		DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Valor	Programa
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do IPTU	0.1.0000 - Ordinários	12.600,00	
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do ISS	0.1.0000 - Ordinários	945,00	
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00 - Receita da Dívida Ativa c	0.1.0000 - Ordinários	26.250,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00 - Outras Receitas	0.1.0000 - Ordinários	399.483,96	
Subtotal:		11.348.528,96	
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Imposto s/ Propriedade I	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impc	72.187,50	1005 - EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00 - Imposto s/ Renda e Prov	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impc	15.000,00	1011 - ESPORTE É VIDA
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 - ITBI e de Direitos Reais	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impc	73.750,00	
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Imposto sobre Serviços (0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impc	165.000,00	
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impc	1.554.000,00	
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Cota-Parte do Imp. s/ a f	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impc	3.675,00	
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Transf. Financ. ICMS - D	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impc	8.137,50	
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - ICMS - Ordinários	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impc	1.837.500,00	
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impc	228.375,00	
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00 - Cota-Parte do IPI sobre I	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impc	26.250,00	
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s/	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impc	262,50	
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s/	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impc	262,50	
4.1.9.1.3.13.11.00.00.00 - Multas/Juros de Mora Di	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impc	1.837,50	
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora Di	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impc	262,50	
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do IPTU	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impc	5.250,00	
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do ISS	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impc	393,75	
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Dedução Cota-Parte do I	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impc	-1.243.200,00	
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Dedução de Receita p/ F	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impc	-2.940,00	
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Dedução de Receita p/ F	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impc	-6.510,00	
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Dedução do ICMS para I	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impc	-1.470.000,00	
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Dedução de Receita par	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impc	-182.700,00	
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00 - Ded Cota Parte IPI-Exp	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impc	-21.000,00	
Subtotal:		1.065.793,75	
Subtotal:			1.428.000,00

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2015

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

1009 - DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	525,00		
	26.250,00		
Subtotal:	26.775,00		26.775,00
1009 - DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	210.000,00		210.000,00
Subtotal:	210.000,00		210.000,00
1005 - EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	12.000,00		
	1.785.000,00		
Subtotal:	1.797.000,00		1.797.000,00
1005 - EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	7.000,00		772.000,00
	765.000,00		
Subtotal:	772.000,00		772.000,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2015

Página: 4/6
Data: 10/12/2014

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

ORIGEM			DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Valor	Programa	Valor
4.1.7.6.1.02.00.00.00.00 - Transf. de Conv. da União	0.1.0022 - Transferência de Convênios - Educa	470.000,00	1005 - EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	970.000,00
4.2.4.7.1.02.01.00.00.00 - Transf. Convênios da Un	0.1.0022 - Transferência de Convênios - Educa	7.000.000,00	1011 - ESPORTE É VIDA	6.500.000,00
	Subtotal:	7.470.000,00		7.470.000,00
4.2.4.7.1.01.02.00.00.00 - Transf. de Convênio p/ S	0.1.0023 - Transferência de Convênios - Saúde	5.190.000,00	1006 - SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	5.190.000,00
	Subtotal:	5.190.000,00		5.190.000,00
4.2.4.7.1.03.20.00.00.00 - Outros Convênios e Trar	0.1.0024 - Transferência de Convênios - Outros	6.500.000,00	1002 - GABINETE DO PREFEITO	83.075,90
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências de	0.1.0024 - Transferência de Convênios - Outros	32.102.785,28	1003 - ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	550.000,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00 - Outras Transferências de	0.1.0024 - Transferência de Convênios - Outros	936.455,76	1007 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	2.300.000,00
	Subtotal:	39.539.241,04	1008 - HABITAÇÃO DIREITO E DIGNIDADE	2.000.000,00
			1009 - DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	29.764.985,14
			1010 - DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	2.960.000,00
			1011 - ESPORTE É VIDA	1.500.000,00
			1012 - MAIS CULTURA	100.000,00
			1014 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, GERAÇÃO DE EMP	200.000,00
			1015 - COMDEC - COM. MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD	81.200,00
			Subtotal:	39.539.241,04
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00 - Rec. de Remun. Dep. Bz	0.1.0058 - Salário Educação	3.150,00	1005 - EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	273.150,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00 - Transferências do Salári	0.1.0058 - Salário Educação	270.000,00		273.150,00
	Subtotal:	273.150,00		
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00 - Transferências Diretas d	0.1.0060 - Programa Nacional de Alimentação	80.000,00	1005 - EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	80.000,00
	Subtotal:	80.000,00		80.000,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00 - Transferências Diretas d	0.1.0061 - Programa Nacional de Apoio ao Trar	68.000,00	1005 - EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	68.000,00
	Subtotal:	68.000,00		68.000,00
4.1.7.2.1.35.99.01.00.00 - Apoio Financeiro a Crecit	0.1.0062 - Outras Transferências do FNDE	48.000,00	1005 - EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	120.000,00
4.1.7.2.1.35.99.02.00.00 - Manutenção Educação II	0.1.0062 - Outras Transferências do FNDE	72.000,00		120.000,00
	Subtotal:	120.000,00		

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2015

Página: 5/6
Data: 10/12/2014

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

ORIGEM		DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Programa	Valor
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00 - Rec. de Remun. Dep. B	0.1.0064 - Atenção Básica	1006 - SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	6.300,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00 - Piso de Atenção Básica	0.1.0064 - Atenção Básica		231.000,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00 - Saúde Da Família - SF	0.1.0064 - Atenção Básica		362.250,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00 - Saúde Bucal - SB	0.1.0064 - Atenção Básica		88.200,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00 - Agentes Comunitários D	0.1.0064 - Atenção Básica		283.500,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00 - Agente de Combate em	0.1.0064 - Atenção Básica		31.500,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00 - Atenção Básica	0.1.0064 - Atenção Básica		12.600,00
4.1.7.2.1.33.15.00.00.00 - Nucleo de Atendimento c	0.1.0064 - Atenção Básica		151.200,00
4.1.7.2.1.33.16.00.00.00 - Programa de Melhorior A	0.1.0064 - Atenção Básica		554.400,00
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00 - Outros Programas Finan	0.1.0064 - Atenção Básica		37.800,00
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00 - Cofinanciamento Atença	0.1.0064 - Atenção Básica		115.500,00
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00 - Nucleo de Atendimento c	0.1.0064 - Atenção Básica		68.000,00
	Subtotal:		1.942.250,00
4.1.7.2.1.33.10.00.00.00 - Média e Alta Complexida	0.1.0065 - Atencao a Media e Alta Complexidac	1006 - SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	586.000,00
4.1.7.2.2.33.06.00.00.00 - MAC/Estado	0.1.0065 - Atencao a Media e Alta Complexidac		29.400,00
	Subtotal:		615.400,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00 - Taxa de Fiscalização de	0.1.0066 - Vigilância em Saúde	1006 - SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	10.500,00
4.1.7.2.1.33.08.00.00.00 - Ações Estruturantes De	0.1.0066 - Vigilância em Saúde		9.450,00
4.1.7.2.1.33.09.00.00.00 - Teto Financeiro De Vigilê	0.1.0066 - Vigilância em Saúde		16.275,00
	Subtotal:		36.225,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00 - Programa De Assistêncii	0.1.0067 - Assistência Farmacêutica Básica	1006 - SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	52.500,00
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00 - Farmácia Basica	0.1.0067 - Assistência Farmacêutica Básica		46.200,00
	Subtotal:		98.700,00
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00 - SUAS - Proteção Social	0.1.0070 - SUAS - Proteção Social Básica - AB	1007 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	180.000,00
	Subtotal:		180.000,00
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00 - SUAS - Proteção Social	0.1.0071 - SUAS - Proteção Social Especializa	1007 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	8.000,00
	Subtotal:		8.000,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00 - SUAS - IGD-PBF	0.1.0073 - SUAS - IGD-PBF	1007 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	25.000,00
	Subtotal:		25.000,00
4.1.7.2.1.34.05.00.00.00 - SUAS - IGD-SUAS	0.1.0074 - SUAS - IGD-SUAS	1007 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	9.000,00
	Subtotal:		9.000,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2015

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 6/6
Data: 10/12/2014

ORIGEM			DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Valor	Programa	Valor
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00 - Outras Transf. Estado - F	0.1.0075 - SUAS - Estado	54.400,00	1007 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	54.400,00
		54.400,00		54.400,00
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00 - Outras Operações de Cr	0.1.0083 - Operações de Crédito Internas - Out	3.000.000,00	1009 - DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	2.500.000,00
		3.000.000,00	1014 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, GERAÇÃO DE EMP	500.000,00
			Subtotal:	3.000.000,00
		Total geral:		76.330.000,00

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/11
Data: 10/12/2014

Priori	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2015	Projeção 2016	Projeção 2017
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA											
Órgão: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO											
Unidade: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO											
2	2.002 - Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito		A	2	04.122.1002	3.1.90.00.00.00.00	010000	00.00.00	63.734.505,00	32.642.976,77	31.688.236,74
	Manutenção(ANO)								940.059,86	900.756,25	945.583,69
									940.059,86	900.756,25	945.583,69
									695.000,00	730.000,00	766.000,00
									157.500,00	165.375,00	173.643,75
									4.483,96	5.381,25	5.939,94
90	1.037 - IMPLANTACAO DA COORDENADORIA POLITICA DAS MULHERES		P	4	08.244.1002	3.3.90.00.00.00.00	010024	04.03.00	83.075,90	0,00	0,00
ANO(ANO)											
Órgão: 03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA											
Unidade: 03.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO											
3	2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda		A	3	04.122.1003	3.1.90.00.00.00.00	010000	00.00.00	2.555.500,00	2.281.625,00	2.262.456,25
	Manutenção(ANO)								950.000,00	997.000,00	1.047.000,00
									75.000,00	80.000,00	85.000,00
									682.500,00	716.625,00	752.456,25
									8.000,00	8.000,00	8.000,00
									30.000,00	30.000,00	20.000,00
5	1.034 - Implantação de Sistema de Vídeo Monitoramento		P	1	04.122.1003	4.4.90.00.00.00.00	010000	00.00.00	110.000,00	0,00	0,00
	ANO(ANO)								200.000,00	0,00	0,00
62	2.035 - Realização de Eventos Comemorativos Municipais		A	4	03.122.1003	3.3.90.00.00.00.00	010000	00.00.00	150.000,00	200.000,00	100.000,00
	Manutenção(ANO)								350.000,00	250.000,00	250.000,00
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES											
Unidade: 04.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO											
8	2.008 - Auxílio ao Ensino Superior		A	4	12.364.1005	3.3.50.00.00.00.00	010000	00.00.00	13.841.900,00	7.502.395,00	7.769.295,76
	Manutenção(ANO)								12.113.150,00	6.894.707,50	7.142.472,88
									5.000,00	5.000,00	5.000,00
									20.000,00	20.000,00	20.000,00
63	1.022 - Construção/Ampliação/Reforma da Rede Física da Educação Básica		P	4	27.812.1011	4.4.90.00.00.00.00	010001	00.00.00	500.000,00	35.000,00	35.000,00
	Obras(Obr)										

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 2/11
Data: 10/12/2014

Priori	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2015	Projeção 2016	Projeção 2017
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA										
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES										
Unidade: 04.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO										
64	1.035 - Aquisição de Terrenos para Edificações da Educação Básica	P	1	12.368.1005	4.4.90.00.00.00.00	010001	01.01.00	200.000,00	0,00	0,00
Terreno(Obr)										
95	2.051 - Manutenção do Ensino Fundamental	A	4	12.361.1005	3.1.90.00.00.00.00	010001	01.01.01	200.000,00	210.000,00	220.000,00
Manutenção(ANO)										
					3.1.90.00.00.00.00	010018	01.02.01	1.305.000,00	1.364.000,00	1.431.000,00
					3.1.90.00.00.00.00	010019	01.02.03	50.000,00	52.000,00	55.000,00
					3.3.90.00.00.00.00	010001	01.01.01	100.000,00	219.000,00	240.000,00
					3.3.90.00.00.00.00	010019	01.02.03	102.000,00	114.000,00	122.000,00
					3.3.90.00.00.00.00	010022	01.03.95	200.000,00	200.000,00	200.000,00
					3.3.90.00.00.00.00	010058	01.03.01	180.000,00	179.000,00	178.000,00
					4.4.90.00.00.00.00	010001	01.01.01	10.000,00	52.000,00	55.000,00
					4.4.90.00.00.00.00	010022	01.03.95	100.000,00	100.000,00	100.000,00
					4.4.90.00.00.00.00	010058	01.03.01	20.000,00	21.000,00	22.000,00
96	2.052 - Manutenção do Ensino Infantil	A	4	12.365.1005	3.1.90.00.00.00.00	010001	01.01.02	218.000,00	334.000,00	351.000,00
Manutenção(ANO)										
					3.1.90.00.00.00.00	010018	01.02.02	492.000,00	516.000,00	542.000,00
					3.3.90.00.00.00.00	010001	01.01.02	50.000,00	105.000,00	110.000,00
					3.3.90.00.00.00.00	010019	01.02.04	120.000,00	126.000,00	132.000,00
					3.3.90.00.00.00.00	010058	01.03.01	73.150,00	87.307,50	101.472,88
					3.3.90.00.00.00.00	010062	01.03.98	120.000,00	126.000,00	132.000,00
					4.4.90.00.00.00.00	010001	01.01.02	30.000,00	31.000,00	33.000,00
					4.4.90.00.00.00.00	010019	01.02.04	10.000,00	10.000,00	10.000,00
					4.4.90.00.00.00.00	010022	01.03.98	100.000,00	100.000,00	100.000,00
97	2.053 - Manutenção do Transporte Escolar	A	4	12.361.1005	3.1.90.00.00.00.00	010001	01.01.01	50.000,00	52.500,00	55.000,00
Manutenção(ANO)										
					3.1.90.00.00.00.00	010019	01.01.01	430.000,00	442.900,00	463.000,00
					3.3.90.00.00.00.00	010001	01.01.01	20.000,00	95.000,00	90.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 3/11
Data: 10/12/2014

Priori	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2015	Projeção 2016	Projeção 2017
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA											
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES											
Unidade: 04.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO											
98	2.054 - Manutenção da Alimentação Escolar - Ensino Fundamental		A	4	12.306.1005	3.3.90.00.00.00.00.00	010000	01.01.01	48.000,00	50.400,00	52.800,00
	Manutenção(ANO)					3.3.90.00.00.00.00.00	010060	01.99.01	48.000,00	50.400,00	52.800,00
99	2.055 - Manutenção da Alimentação Escolar - Ensino Infantil		A	4	12.306.1005	3.3.90.00.00.00.00.00	010000	01.01.01	32.000,00	33.600,00	35.200,00
	Manutenção(ANO)					3.3.90.00.00.00.00.00	010060	01.99.04	32.000,00	33.600,00	35.200,00
Unidade: 04.02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES											
10	2.010 - Manutenção das Atividades Desportivas		A	4	27.812.1011	3.1.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	1.650.000,00	525.000,00	540.001,00
	Manutenção(ANO)					3.3.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	70.000,00	75.000,00	80.000,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	65.000,00	75.000,00	80.000,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	5.000,00	5.000,00	10.000,00
83	1.032 - Construção de Unidades Desportivas no Município		P	4	27.812.1011	4.4.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
	Edificação(Obr)					4.4.90.00.00.00.00.00	010024	04.03.00	1.500.000,00	360.000,00	360.001,00
Unidade: 04.03 - DEPARTAMENTO DE CULTURA											
12	2.025 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Cultura		A	4	13.392.1012	3.3.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	78.750,00	82.687,50	86.821,88
	Manutenção(ANO)					4.4.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	73.500,00	77.175,00	81.033,75
						4.4.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	5.250,00	5.512,50	5.788,13

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 4/11
Data: 10/12/2014

Priori	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2015	Projeção 2016	Projeção 2017
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA										
Órgão: 06.00 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO										
Unidade: 06.01 - DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO										
37	1.001 - Aquisição de Novos Terrenos para o Desenvolvimento Industrial	P	4	22.661.1014	4.4.90.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	25.000,00	10.000,00
Terreno(M²)										
44	1.005 - Construir Portais de Acesso à Cidade Obras(Obr)	P	4	15.451.1009	4.4.90.00.00.00.00	010000	00.00.00	40.000,00	2.500,00	2.500,00
59 2.033 - Implantação de Sinalização Turística e Urbana Manutenção(ANO)										
60 2.034 - Manutenção da Sec. de Indústria, Comércio e Turismo Manutenção(ANO)										
Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS										
Unidade: 07.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS										
15	2.013 - Man. das Atividades da Sec. de Transportes, Obras e Serviços Públicos	A	4	15.452.1009	3.1.90.00.00.00.00	010000	00.00.00	945.000,00	992.250,00	1.041.862,50
Manutenção(ANO)										
34.083.605,20										
34.083.605,20										
762.830,20										
26.775,00										
194.250,00										
150.000,00										
73.500,00										
15.750,00										
1.750.000,00										
13.542.944,47										
13.542.944,47										
571.130,72										
28.113,75										
203.462,50										
150.000,00										
81.033,75										
16.537,50										
1.750.000,00										

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 5/11
Data: 10/12/2014

Priori	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2015	Projeção 2016	Projeção 2017
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA											
Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS											
Unidade: 07.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS											
39	1.003 - Saneamento Básico Municipal	Metros(M)	P	4	17.512.1009	4.4.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	70.000,00	70.000,00	70.000,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	010024	04.03.00	9.000.000,00	2.000.000,00	1.000.000,00
42	2.050 - Construção e Reforma de Pontes e Pontilhões	ANO(ANO)	A	1	15.782.1009	4.4.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
46	1.023 - Modernização Terminal Rodoviários de Passageiros	Unidades(UN)	P	1	15.451.1009	4.4.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	50.000,00	50.000,00	0,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	010024	04.03.00	250.000,00	250.000,00	0,00
51	1.014 - Pavimentação de Vias Públicas	Obras(M²)	P	4	15.451.1009	4.4.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	50.000,00	25.000,00	25.000,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	010024	04.03.00	10.000.000,00	3.100.000,00	3.100.000,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	010083	04.03.00	1.500.000,00	0,00	0,00
53	1.016 - Construção e Revitalização de Praças Públicas	Obras(Obr)	P	4	15.451.1009	4.4.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	010024	04.03.00	1.250.000,00	200.000,00	200.000,00
57	1.019 - Construção de Abrigos de Passageiros	Obras(Obr)	P	4	15.451.1009	4.4.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	010024	04.03.00	70.000,00	50.000,00	50.000,00
61	1.010 - Construção, Implantação de Coleta Seletiva de Lixo	Obras(Obr)	P	1	17.512.1009	4.4.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	010024	04.03.00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
65	1.010 - Construção, Implantação de Coleta Seletiva de Lixo	Obras(Obr)	P	1	27.812.1009	4.4.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	010024	04.03.00	500.000,00	500.000,00	500.000,00
70	1.026 - Aquisição de Terreno para Implantação Saneamento Básico	Terreno(UN)	P	4	15.451.1009	4.4.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	250.000,00	0,00	0,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 6/11
Data: 10/12/2014

Priori	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2015	Projeção 2016	Projeção 2017
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA											
Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS											
Unidade: 07.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS											
73	2.039 - Manutenção das Atividades da Polícia Civil	A	4	06.181.1009	3.3.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	00.00.00	21.000,00	22.050,00	23.152,50
	Manutenção(ANO)				4.4.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	00.00.00	10.500,00	11.025,00	11.576,25
74	2.040 - Manutenção das Atividades da Polícia Militar	A	4	06.181.1009	3.3.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	00.00.00	21.000,00	22.050,00	23.152,50
	Manutenção(ANO)				4.4.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	00.00.00	10.500,00	11.025,00	11.576,25
75	2.041 - Manutenção das Atividades do Corpo de Bombeiros	A	4	06.181.1009	3.3.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	00.00.00	42.000,00	44.100,00	46.305,00
	Manutenção(ANO)				4.4.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	00.00.00	10.500,00	11.025,00	11.576,25
103	1.039 - Edificação da Garagem para o Parque de Máquinas	P	4	15.451.1009	4.4.90.00.00.00.00.00	010083	04.02.00	04.02.00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
	Obras(Obr)										
Órgão: 08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO											
Unidade: 08.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO											
31	0.001 - Dívida Fundada Interna	O	3	28.846.0000	3.2.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	00.00.00	522.600,00	494.230,00	516.941,50
	ANO(ANO)				4.6.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	00.00.00	100.800,00	105.840,00	111.132,00
32	0.002 - Aposentados e Pensionistas	O	3	28.846.0000	3.1.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	00.00.00	115.500,00	121.275,00	127.338,75
	ANO(ANO)										
33	0.003 - Precatórios, Acordos e Sentenças Judiciais	O	3	28.846.0000	3.1.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	00.00.00	45.000,00	0,00	0,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	00.00.00	45.000,00	40.000,00	40.000,00
34	0.004 - Obrigações Tributárias e Contributivas	O	3	28.846.0000	3.3.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	00.00.00	178.500,00	187.425,00	196.796,25
Órgão: 09.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA											
Unidade: 09.01 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA											
35	9.999 - Reserva de Contingência	R	3	99.999.1013	9.9.99.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	00.00.00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
	ANO(ANO)								15.000,00	15.000,00	15.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 7/11
Data: 10/12/2014

Priori.	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2015	Projeção 2016	Projeção 2017
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA											
Órgão: 11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL											
Unidade: 11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL											
13	2.015 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social		A	4	08.244.1007	3.1.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	749.727,30	787.213,67	826.574,35
Manutenção(ANO)											
						3.1.90.00.00.00.00.00	010070	---	40.000,00	42.000,00	44.000,00
						3.3.50.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	7.297,50	7.662,38	8.045,49
						3.3.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	168.000,00	176.400,00	185.220,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	010070	---	140.000,00	147.000,00	154.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	010071	---	8.000,00	8.400,00	8.800,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	010073	---	25.000,00	26.000,00	27.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	010074	---	9.000,00	9.500,00	10.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	010075	---	46.000,00	48.000,00	51.000,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	5.000,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	010075	---	8.400,00	8.800,00	9.300,00
43	1.004 - Edificação, Reforma e Equipamentos de Centros Múltiplo		P	1	08.244.1007	4.4.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	22.000,00	22.000,00	22.000,00
Uso											
Edificação(M²)											
47	1.011 - Edificação, Reforma de Equipamentos Sociais		P	4	08.244.1007	4.4.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	15.000,00	10.000,00	7.500,00
Metros quadrados(M²)											
						4.4.90.00.00.00.00.00	010024	04.03.00	500.000,00	500.000,00	500.000,00
72	2.038 - Manutenção do Conselho Tutelar		A	4	08.243.1007	3.1.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	50.400,00	52.920,00	55.566,00
Manutenção(ANO)											
						3.3.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	21.000,00	22.050,00	23.152,50
						4.4.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	4.200,00	4.410,00	4.630,50
Órgão: 12.00 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL											
Unidade: 12.01 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL											
4	1.018 - Implantação e Melhoria da Telefonia Rural e Internet		P	1	04.122.1010	3.3.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Obras(Obr)											
						4.4.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	20.000,00	20.000,00	20.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 8/11
Data: 10/12/2014

Priori	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2015	Projeção 2016	Projeção 2017
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA											
Órgão: 12.00 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL											
Unidade: 12.01 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL											
21	2.014 - Man. das Atividades da Sec. de Agricultura e Meio Ambiente		A	4	20.606.1010	3.1.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	630.000,00	661.500,00	694.575.000,00
Manutenção(ANO)											
						3.350.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
						3.390.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	399.000,00	418.950,00	439.897.500,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	40.000,00	45.000,00	50.000,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	010024	04.03.00	2.000.000,00	300.000,00	300.000,00
78	1.028 - Implantação de Equipamentos Públicos		P	4	20.606.1010	3.3.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Obras(Obr)											
						3.3.90.00.00.00.00.00	010024	04.03.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	010024	04.03.00	450.000,00	150.000,00	150.000,00
Órgão: 13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL											
Unidade: 13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL											
17	2.017 - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	Unidades(UN)	A	4	16.482.1008	3.1.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	2.215.250,00	2.185.750,00	2.176.562.500,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	20.000,00	25.000,00	10.000,000,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	010024	04.03.00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,000,00
102	2.058 - Auxílio na edificação e recuperação de Unidades Habitacionais		A	4	16.482.1008	3.3.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	145.000,00	110.250,00	115.762.500,00
ANO(ANO)											
						4.4.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	5.250,00	5.500,00	5.800,000,00
Órgão: 14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA											
Unidade: 14.01 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA											
14	2.016 - Manutenção das Atividades do Fundo da Infância e Adolescência		A	4	08.243.1007	3.3.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	22.100,00	37.205,00	38.315.250,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	22.100,00	37.205,00	38.315.250,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	20.000,00	35.000,00	36.000.000,000,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	2.100,00	2.205,00	2.315.250,00
Manutenção(ANO)											

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 9/11
Data: 10/12/2014

Priori	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2015	Projeção 2016	Projeção 2017
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA										
Órgão: 15.00 - COMDEC - COM. MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD										
Unidade: 15.01 - COMDEC - COM. MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD										
79	2.044 - Manutenção das Atividades da Defesa Civil	A	4	05.182.1015	3.3.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	1.050,00	1.102,50	1.157,63
Manutenção(ANO)										
Órgão: 16.00 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO										
Unidade: 16.01 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO										
100	2.057 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal do Idoso	A	4	08.241.1007	3.1.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Manutenção(ANO)										
Órgão: 17.00 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA										
Unidade: 17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA										
101	2.056 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Cultura	A	4	13.392.1012	3.1.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Manutenção(ANO)										
Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS										
Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE										
Unidade: 10.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE										
28	2.027 - Manutenção das Atividades da Saúde Básica Municipal	A	4	10.301.1006	3.1.71.00.00.00.00.00	010002	02.01.00	3.300,00	3.400,00	3.500,00
Manutenção(ANO)										

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 10/11
Data: 10/12/2014

Priori.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2015	Projeção 2016	Projeção 2017
Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS										
Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE										
Unidade: 10.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE										
30	2.028 - Manutenção das Atividades da Vigilância em Saúde Manutenção(ANO)	A	4	10.304.1006	3.3.90.00.00.00.00.00	010002	00.00.00	11.796.025,00	13.121.579,73	13.549.347,58
								11.796.025,00	13.121.579,73	13.549.347,58
								11.796.025,00	13.121.579,73	13.549.347,58
								2.500.000,00	3.528.000,00	3.704.400,00
								550.200,00	577.710,00	606.595,50
								5.800,00	5.900,00	6.000,00
								1.055.000,00	1.166.703,48	1.221.527,52
								1.097.250,00	1.151.400,00	1.209.718,11
								179.900,00	189.150,00	198.872,50
								1.050,00	1.102,50	1.157,63
								111.300,00	117.577,50	122.708,26
49	2.031 - Aquisição de Veículos, Vans, Equipamentos e Mobiliário em Geral	A	4	10.301.1006	4.4.90.00.00.00.00.00	010002	00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
								6.300,00	6.615,00	6.945,75
								20.475,00	21.498,75	22.573,68
								2.100,00	2.205,00	2.315,25
71	1.027 - Edificação/Ampliação/Reforma de Equipamentos de Saúde	P	4	10.301.1006	4.4.90.00.00.00.00.00	010002	00.00.00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
								4.100.000,00	4.100.000,00	4.100.000,00
77	2.043 - Manutenção da Média e Alta Complexidade - MAC	A	4	10.302.1006	3.3.90.00.00.00.00.00	010065	02.04.00	586.000,00	615.000,00	646.000,00
								4.100.000,00	4.100.000,00	4.100.000,00
84	2.045 - Manutenção da Assistência Farmacêutica Básica	A	4	10.301.1006	3.3.90.00.00.00.00.00	010067	02.04.00	52.500,00	55.125,00	57.881,25
								73.500,00	77.175,00	81.033,75
85	2.046 - Manutenção da Atenção Básica - Estado	A	4	10.301.1006	3.3.90.00.00.00.00.00	010064	02.04.00	42.000,00	44.100,00	46.305,00
								68.000,00	71.000,00	75.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 11/11
Data: 10/12/2014

Priori	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2015	Projeção 2016	Projeção 2017
Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS											
Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE											
Unidade: 10.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE											
86	2.047 - Manutenção da Média e Alta complexidade - Estado	A	4	10.305.1006	3.3.90.00.00.00.00.00	010065	02.04.00		29.400,00	13.121.579,73	13.549.347,58
									30.870,00		32.413,50
87	2.048 - Manutenção da Assistência Farm. Básica - Estado	A	4	10.301.1006	3.3.90.00.00.00.00.00	010067	02.04.00		46.200,00	13.121.579,73	13.549.347,58
89	1.036 - Aquisição de Terreno para Edificação de Hospital Unidades(UN)	P	4	10.302.1006	4.4.90.00.00.00.00.00	010002	02.01.00		100.000,00	100.000,00	100.000,00
91	1.038 - CONSTRUCAO DE CAPS I Obras(Obr)	P	4	10.301.1006	4.4.90.00.00.00.00.00	010023	04.03.00		840.000,00	882.000,00	926.100,00
Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS											
Órgão: 01.00 - CÂMARA DE VEREADORES											
Unidade: 01.01 - CÂMARA DE VEREADORES											
92	2.037 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA JOVEM ANO(ANO)	A	1	01.031.1001	3.3.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00		10.500,00	11.025,00	11.576,25
93	2.001 - Manutenção das Atividades do Poder Legislativo Manutenção(ANO)	A	1	01.031.1001	3.1.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00		630.000,00	661.500,00	694.575,00
									9.450,00	9.922,50	10.418,63
									139.020,00	145.971,00	153.269,55
									10.500,00	11.025,00	11.576,25
94	1.024 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O PODER LEGISLATIVO Unidades(UN)	P	1	01.031.1001	4.4.90.00.00.00.00.00	010000	00.00.00		0,00	0,00	50.000,00
Total geral:										76.330.000,00	46.169.000,00

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina

Página: 1/1

MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

Data: 10/12/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**Relatório de Despesas por Órgão conforme Vínculo e Recursos**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Órgão	Ordinário	Vinculado	Total
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA	1.428.000,00	62.306.505,00	63.734.505,00
Despesas	1.428.000,00	62.306.505,00	63.734.505,00
02.00 - GABINETE DO PREFEITO	0,00	940.059,86	940.059,86
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	2.555.500,00	2.555.500,00
04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	1.428.000,00	12.413.900,00	13.841.900,00
06.00 - SECRETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO	0,00	1.618.215,14	1.618.215,14
07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS	0,00	34.083.605,20	34.083.605,20
08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	522.600,00	522.600,00
09.00 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0,00	15.000,00	15.000,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	2.524.024,80	2.524.024,80
12.00 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL	0,00	4.074.000,00	4.074.000,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	0,00	2.215.250,00	2.215.250,00
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	0,00	22.100,00	22.100,00
15.00 - COMDEC - COM. MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD	0,00	82.250,00	82.250,00
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	0,00	1.120.000,00	1.120.000,00
17.00 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	0,00	120.000,00	120.000,00
Entidade: 2 - MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS	3.913.450,00	7.882.575,00	11.796.025,00
Despesas	3.913.450,00	7.882.575,00	11.796.025,00
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	3.913.450,00	7.882.575,00	11.796.025,00
Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMIGOS	0,00	799.470,00	799.470,00
Despesas	0,00	799.470,00	799.470,00
01.00 - CÂMARA DE VEREADORES	0,00	799.470,00	799.470,00
Total geral:	5.341.450,00	70.988.550,00	76.330.000,00

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Participação Relativa das Receitas por Espécie

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/2

Data: 10/12/2014

Conta	Especificação	LDO 2015		Projeção 2016	Projeção 2017
		Valor	Participação Relativa (%)		
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA					
Aplicação: - (Aplicação não Informada)		68.442.175,00	100,0000	38.539.983,75	37.918.582,95
4.1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	276.400,00	0,4038	289.700,00	304.100,00
Aplicação: 00.00.00 - Recursos Próprios		12.116.253,96	17,7029	12.670.439,75	13.277.445,44
4.1.1.1.0.00.00.00.00	IMPOSTOS	1.303.750,00	1,9049	1.369.187,50	1.437.346,88
4.1.1.2.0.00.00.00.00	TAXAS	356.200,00	0,5204	374.110,00	392.765,50
4.1.1.3.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	100.000,00	0,1461	110.000,00	120.000,00
4.1.2.3.0.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	210.000,00	0,3068	220.000,00	230.000,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	167.325,00	0,2445	118.191,25	109.100,81
4.1.4.9.0.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias	42.000,00	0,0614	44.100,00	46.305,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	15.750,00	0,0230	16.537,50	17.364,38
4.1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.418.500,00	13,7613	9.889.425,00	10.369.066,77
4.1.9.1.0.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	50.850,00	0,0743	53.742,50	56.679,61
4.1.9.2.0.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	22.050,00	0,0322	23.152,50	24.310,12
4.1.9.3.0.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	39.795,00	0,0581	41.784,75	43.873,98
4.1.9.9.0.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	399.483,96	0,5837	420.131,25	440.427,94
9.1.7.2.0.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	-9.450,00	-0,0138	-9.922,50	-9.795,55
Aplicação: 01.01.00 - MDE		740.643,75	1,0821	777.675,96	815.583,55
4.1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	3.150,00	0,0046	3.307,50	3.472,88
4.1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	3.646.125,00	5,3273	3.828.431,25	4.014.971,94
4.1.9.1.0.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	2.625,00	0,0038	2.756,27	2.894,04
4.1.9.3.0.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	5.643,75	0,0082	5.925,94	6.222,24
9.1.7.2.0.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	-2.916.900,00	-4,2618	-3.062.745,00	-3.211.977,55
Aplicação: 01.02.00 - FUNDEB		2.550.000,00	3,7258	2.668.000,00	2.800.000,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2.550.000,00	3,7258	2.668.000,00	2.800.000,00
Aplicação: 01.02.01 - FUNDEB 60% - Ensino Fundamental		12.000,00	0,0175	12.400,00	13.000,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	12.000,00	0,0175	12.400,00	13.000,00
Aplicação: 01.02.03 - FUNDEB 40% - Ensino Fundamental		7.000,00	0,0102	7.500,00	8.000,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	7.000,00	0,0102	7.500,00	8.000,00
Aplicação: 01.03.01 - Transferências do Salário-Educação		270.000,00	0,3945	284.000,00	298.000,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	270.000,00	0,3945	284.000,00	298.000,00
Aplicação: 01.03.95 - Outras Transf. do FNDE - Ensino Fundamental		148.000,00	0,2162	155.000,00	163.000,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	148.000,00	0,2162	155.000,00	163.000,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
Demonstrativo da Participação Relativa das Receitas por Espécie
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 2/2
Data: 10/12/2014

Conta	Especificação	LDO 2015		Projeção 2016	Projeção 2017
		Valor	Participação Relativa (%)		
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA					
Aplicação: 01.03.98 - Outras Transf. do FNDE - Educação Infantil					
4.1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	68.442.175,00	100,0000	38.539.983,75	37.918.582,95
		120.000,00	0,1753	126.000,00	132.000,00
		120.000,00	0,1753	126.000,00	132.000,00
Aplicação: 01.06.01 - Convênios para Educação - Ensino Fundamental					
4.1.7.6.0.00.00.00.00	Transf. de Conv.	7.470.000,00	10,9143	2.344.000,00	2.368.000,00
		470.000,00	0,6867	494.000,00	518.000,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	7.000.000,00	10,2276	1.850.000,00	1.850.000,00
Aplicação: 02.01.00 - Saúde Receitas Vinculadas (EC 29/00)					
4.1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2.192.636,25	3,2036	2.302.268,04	2.414.452,96
		2.187.675,00	3,1964	2.297.058,75	2.408.983,16
4.1.9.1.0.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	1.575,00	0,0023	1.653,73	1.736,46
4.1.9.3.0.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	3.386,25	0,0049	3.555,56	3.733,34
Aplicação: 04.03.00 - Demais Convênios					
4.2.1.1.0.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas	42.539.241,04	62,1535	16.903.000,00	15.325.001,00
		3.000.000,00	4,3833	1.500.000,00	1.500.000,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	39.539.241,04	57,7703	15.403.000,00	13.825.001,00
Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS					
Aplicação: 02.01.00 - Saúde Receitas Vinculadas (EC 29/00)					
4.1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	7.887.825,00	100,0000	8.064.016,25	8.250.417,05
		5.250,00	0,0666	5.512,50	5.788,12
		5.250,00	0,0666	5.512,50	5.788,12
Aplicação: 02.04.00 - Transferências de Recursos do SUS					
4.1.1.2.0.00.00.00.00	TAXAS	2.692.575,00	34,1358	2.826.503,75	2.968.528,93
		10.500,00	0,1331	11.025,00	11.576,25
4.1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	6.300,00	0,0799	6.615,00	6.945,75
4.1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2.675.775,00	33,9228	2.808.863,75	2.950.006,93
Aplicação: 02.06.00 - Convênios para Saúde					
4.2.4.7.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	5.190.000,00	65,7976	5.232.000,00	5.276.100,00
		5.190.000,00	65,7976	5.232.000,00	5.276.100,00
Total geral:		76.330.000,00	100,0000	46.604.000,00	46.169.000,00

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Participação Relativa das Despesaspor Elemento de Despesa

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/3

Data: 10/12/2014

Conta	Especificação	LDO 2015		Projeção 2016	Projeção 2017
		Previsão	Participação Relativa (%)		
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA					
Aplicação: - (Aplicação não informada)					
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	63.734.505,00	100,0000	32.642.976,77	31.688.236,74
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	276.400,00	0,4337	289.700,00	304.100,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	40.000,00	0,0628	42.000,00	44.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	228.000,00	0,3577	238.900,00	250.800,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	8.400,00	0,0132	8.800,00	9.300,00
Aplicação: 00.00.00 - Recursos Próprios					
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	9.630.713,96	15,1107	8.615.569,27	8.976.662,86
3.2.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	4.332.627,30	6,7979	4.501.258,67	4.725.221,60
3.3.50.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	37.800,00	0,0593	39.690,00	41.674,50
3.3.50.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	97.297,50	0,1527	102.662,38	108.045,49
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.270.155,20	5,1309	3.223.821,97	3.432.988,58
3.3.93.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	8.000,00	0,0126	8.000,00	8.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.769.033,96	2,7756	619.296,25	534.600,69
4.6.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	100.800,00	0,1582	105.840,00	111.132,00
9.9.99.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	0,0235	15.000,00	15.000,00
Aplicação: 01.01.00 - MDE					
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	200.000,00	0,3138	0,00	0,00
		200.000,00	0,3138	0,00	0,00
Aplicação: 01.01.01 - MDE - Ensino Fundamental					
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	940.000,00	1,4749	1.207.400,00	1.266.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	680.000,00	1,0669	705.400,00	738.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	200.000,00	0,3138	398.000,00	418.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	60.000,00	0,0941	104.000,00	110.000,00
Aplicação: 01.01.02 - MDE - Educação Infantil					
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	298.000,00	0,4676	470.000,00	494.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	218.000,00	0,3420	334.000,00	351.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	50.000,00	0,0785	105.000,00	110.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,0471	31.000,00	33.000,00
Aplicação: 01.01.03 - MDE - Ensino Médio					
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	470.000,00	0,7374	494.000,00	518.000,00
		470.000,00	0,7374	494.000,00	518.000,00
Aplicação: 01.02.01 - FUNDEB 60% - Ensino Fundamental					
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.305.000,00	2,0476	1.364.000,00	1.431.000,00
		1.305.000,00	2,0476	1.364.000,00	1.431.000,00
Aplicação: 01.02.02 - FUNDEB 60% - Educação Infantil					
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	492.000,00	0,7720	516.000,00	542.000,00
		492.000,00	0,7720	516.000,00	542.000,00
Aplicação: 01.02.03 - FUNDEB 40% - Ensino Fundamental					
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	212.000,00	0,3326	229.000,00	243.000,00
		50.000,00	0,0785	52.000,00	55.000,00

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Participação Relativa das Despesaspor Elemento de Despesa

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 2/3

Data: 10/12/2014

Conta	Especificação	LDO 2015		Projeção 2016	Projeção 2017
		Previsão	Participação Relativa (%)		
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA					
Aplicação: 01.02.03 - FUNDEB 40% - Ensino Fundamental					
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	63.734.505,00	100,0000	32.642.976,77	31.688.236,74
		212.000,00	0,3326	229.000,00	243.000,00
		162.000,00	0,2542	177.000,00	188.000,00
Aplicação: 01.02.04 - FUNDEB 40% - Educação Infantil					
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	130.000,00	0,2040	136.000,00	142.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	120.000,00	0,1883	126.000,00	132.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,0157	10.000,00	10.000,00
Aplicação: 01.03.01 - Transferências do Salário-Educação					
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	273.150,00	0,4286	287.307,50	301.472,88
		253.150,00	0,3972	266.307,50	279.472,88
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,0314	21.000,00	22.000,00
Aplicação: 01.03.95 - Outras Transf. do FNDE - Ensino Fundamental					
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	468.000,00	0,7343	471.000,00	475.000,00
		268.000,00	0,4205	271.000,00	275.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	200.000,00	0,3138	200.000,00	200.000,00
Aplicação: 01.03.98 - Outras Transf. do FNDE - Educação Infantil					
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	220.000,00	0,3452	226.000,00	232.000,00
		120.000,00	0,1883	126.000,00	132.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	100.000,00	0,1569	100.000,00	100.000,00
Aplicação: 01.99.01 - Outros Recursos para Educação - Ensino Fundamental					
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	48.000,00	0,0753	50.400,00	52.800,00
		48.000,00	0,0753	50.400,00	52.800,00
Aplicação: 01.99.04 - Outros Recursos para Educação - Educação Infantil					
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	32.000,00	0,0502	33.600,00	35.200,00
		32.000,00	0,0502	33.600,00	35.200,00
Aplicação: 01.99.05 - Outros Recursos para Educação - Demais Áreas do Ensino					
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	6.500.000,00	10,1986	1.350.000,00	1.350.000,00
		6.500.000,00	10,1986	1.350.000,00	1.350.000,00
Aplicação: 04.00.00 - Demais Recursos Vinculados					
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	81.200,00	0,1274	0,00	0,00
		81.200,00	0,1274	0,00	0,00
Aplicação: 04.02.00 - Demais Operações de Crédito					
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.000.000,00	1,5690	1.000.000,00	1.000.000,00
		1.000.000,00	1,5690	1.000.000,00	1.000.000,00
Aplicação: 04.03.00 - Demais Convênios					
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	41.158.041,04	64,5773	15.903.000,00	14.325.001,00
		698.075,90	1,0953	515.000,00	515.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	40.459.965,14	63,4820	15.388.000,00	13.810.001,00

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Participação Relativa das Despesaspor Elemento de Despesa

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 3/3

Data: 10/12/2014

Conta	Especificação	LDO 2015		Projeção 2016	Projeção 2017
		Previsão	Participação Relativa (%)		
Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS					
Aplicação: 00.00.00 - Recursos Próprios		11.796.025,00	100,0000	13.121.579,73	13.549.347,58
	Aplicações Diretas	3.630.250,00	30,7752	4.770.525,98	5.002.346,15
3.1.90.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	2.500.000,00	21,1936	3.528.000,00	3.704.400,00
3.3.71.00.00.00.00	Aplicações Diretas	5.800,00	0,0492	5.900,00	6.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.061.300,00	8,9971	1.173.318,48	1.228.473,27
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	63.150,00	0,5353	63.307,50	63.472,88
Aplicação: 02.01.00 - Saúde Receitas Vinculadas (EC 29/00)		283.200,00	2,4008	292.550,00	302.372,50
3.1.71.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	3.300,00	0,0280	3.400,00	3.500,00
3.3.93.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	179.900,00	1,5251	189.150,00	198.872,50
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	100.000,00	0,8477	100.000,00	100.000,00
Aplicação: 02.04.00 - Transferências de Recursos do SUS		2.692.575,00	22,8261	2.826.503,75	2.968.528,93
3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	623.700,00	5,2874	654.885,00	687.629,25
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.873.825,00	15,8852	1.966.503,75	2.065.827,04
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	195.050,00	1,6535	205.115,00	215.072,64
Aplicação: 02.06.00 - Convênios para Saúde		4.350.000,00	36,8768	4.350.000,00	4.350.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	4.350.000,00	36,8768	4.350.000,00	4.350.000,00
Aplicação: 04.03.00 - Demais Convênios		840.000,00	7,1210	882.000,00	926.100,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	840.000,00	7,1210	882.000,00	926.100,00
Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS					
Aplicação: 00.00.00 - Recursos Próprios		799.470,00	100,0000	839.443,50	931.415,68
3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	799.470,00	100,0000	839.443,50	931.415,68
3.3.50.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	630.000,00	78,8022	661.500,00	694.575,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	9.450,00	1,1820	9.922,50	10.418,63
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	149.520,00	18,7024	156.996,00	164.845,80
	Aplicações Diretas	10.500,00	1,3134	11.025,00	61.576,25
Total geral:		76.330.000,00	100,0000	46.604.000,00	46.169.000,00

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito MunicipalELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita - Portaria 637/2012

Página: 1/1

Data: 10/12/2014

R\$ 1,00

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista			Compensação
			2015	2016	2017	
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	Anistia	São Domingos	40.000,00	45.000,00	50.000,00	Anistia concedida por lei municipal.
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	São Domingos	40.000,00	45.000,00	50.000,00	Remissão de tributo concedido por lei municipal.
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	São Domingos	30.000,00	35.000,00	40.000,00	Isenções/anistia/remissões concedidas por lei municipal.
Total			110.000,00	125.000,00	140.000,00	

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

São João do Sul

PREFEITURA

LICITAÇÃO Nº 088/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 088/2014

Modalidade - Pregão Presencial nº 037/2014

Objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FRUIÇÃO DOS DIREITOS E PLENA EXPLORAÇÃO DA CONCESSÃO DO DIREITO DE USO E EXPLORAÇÃO DE SEIXOS ROLADOS PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC. Os envelopes de Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até às 07h 45 min do dia 30/12/2014, com abertura dos envelopes prevista para as 08h do dia 30/12/2014. A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 07:00 às 13:00 , ou pelo e-mail licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br

São João do Sul - SC, em 15 de Dezembro de 2014.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LICITAÇÃO Nº 089/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 089/2014

Modalidade - Pregão Presencial nº 038/2014

Objeto AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS: UMA (01) CAÇAMBA TRASEIRA, UMA COLHEDORA DE FORRAGENS, UMA COLHEDORA DE GRÃOS, UM DISTRIBUIDOR DE FERTILIZANTES, UMA PLANTADEIRA DE GRÃOS (MILHO E FEIJÃO), UMA ROÇADEIRA CENTRAL/LATERAL, PARA ATENDIMENTO AO CONTRATO 804772/2014 PRONAT CEF. Os envelopes de Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até às 10h 45 min do dia 30/12/2014, com abertura dos envelopes prevista para as 11h do dia 30/12/2014. A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 07:00 às 13:00 , ou pelo e-mail licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br

São João do Sul - SC, em 15 de Dezembro de 2014.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 308/2014

DECRET O Nº 308/2014
"QUE AUTORIZA DESMEMBRAMENTO URBANO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento Protocolado sob o nº 591, datado de 28/11/2014; Fica autorizado o DESMEMBRAMENTO URBANO DE TERRAS nos termos em que foi requerido por ESPÓLIO DE AURÉLIO DE ASSIS DE BEM, de um imóvel urbano de terras medindo 1.129,26m², situado na Rua Major Jacinto Goulart/ Marcos Batista - Centro, nesta cidade, conforme especificações que segue:

MEMORIAL DESCRITIVO

Imóvel: Terreno Urbano
Proprietário: Aurélio de Assis de Bem
Endereço: Rua Major Jacinto Goulart/Rua Marcos Batista
Município: São Joaquim SC
Transcrição: Nº 16.844, folha 288, livro3-V
Área: 1.129,26 m²

ÁREA TOTAL
1.129,26 m²

O memorial descritivo desta área esta devidamente descrito na transcrição nº 16.844.

Esta área será desmembrada conforme descrição a seguir:

LOTE 1
AURÉLIO DE ASSIS DE BEM
701,51 m²

- Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, situado no limite com Rua Major Jacinto Goulart com o lote de Milton Jorge Bleyer.

Do vértice 1 segue confrontando com o lote de Milton Jorge Bleyer com azimute 36°28'44" e distância de 41,00 m até o vértice 2.

Do vértice 2 segue confrontando com o lote de Aurélio de Assis de Bem com azimute 126°28'44" e distância de 17,11 m até o vértice 6.

Do vértice 6 segue confrontando com o lote de Laurides Pedro Madeira com azimute 216°28'44" e distância de 4,90 m até o vértice 7.

Do vértice 7 segue confrontando com o lote de Antonio Amorim Neto com azimute 216°28'44" e distância de 36,10 m até o vértice 8.

Do vértice 8 segue confrontando com a Rua Major Jacinto Goulart com azimute 306°28'44" e distância de 17,11 m até o vértice 1, ponto final da descrição deste perímetro.

LOTE 2
AURÉLIO DE ASSIS DE BEM
427,75 m²

- Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 3, situado no limite com O LOTE DE Milton Jorge Bleyer e a Rua Marcos Batista. Do vértice 3 segue confrontando com a Rua Marcos Batista com

azimute 126°28'44" e distância de 17,11 m até o vértice 4.
Do vértice 4 segue confrontando com o lote de Ana Mattos Ribeiro com azimute 216°28'44" e distância de 14,40 m até o vértice 5.
Do vértice 5 segue confrontando com o lote de Laurides Pedro Madeira com azimute 216°28'44" e distância de 10,60 m até o vértice 6.
Do vértice 6 segue confrontando com o lote de Aurélio de Assis de Bem com azimute 306°28'44" e distância de 17,11 m até o vértice 2.
Do vértice 2 segue confrontando com o lote de Milton Jorge Bleyer com azimute 36°28'44" e distância de 25,00 m até o vértice 3, ponto final da descrição deste perímetro.

Art. 2º - Expeça-se cópia dos documentos apresentados especialmente do Memorial Descritivo, quanto às confrontações para as providências que se fizerem necessárias junto ao Cartório do Registro Geral de Imóveis desta Comarca.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 309/2014

DECRETO Nº 309/2014

"QUE NOMEIA FUNCIONÁRIOS, POR FORÇA DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2008"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam NOMEADOS as seguintes pessoas: - CLAUDIA LOURENÇO BUENO, para ocupar o Cargo Efetivo de Orientadora Educacional, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com 40 horas semanais, classificada em 1º lugar no Concurso Público Nº 001/2008, realizado em data de 08/02/08, sob o regime estatutário. - ANDRÉ MORAIS DA ROSA, para ocupar o Cargo Efetivo de Fiscal de Obras, na Secretaria Chefe do Gabinete de Planejamento, com 40 horas semanais, classificado em 3º lugar no Concurso Público Nº 001/2008, realizado em data de 08/02/08, sob o regime estatutário. - MARIA MACEDO DOS SANTOS, para ocupar o Cargo Efetivo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Localidade de Luizinho, com 40 horas semanais, classificada em 50º lugar no Concurso Público Nº 001/2008, realizado em data de 08/02/08, sob o regime estatutário.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 310/2014

DECRETO Nº 310/2014

"QUE NOMEIA TEMPORARIAMENTE NOVO MEMBRO PARA O CONSELHO TUTELAR"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em conformidade com a Lei Municipal Nº 2.783/2007, de 29/06/2007; Fica Nomeada Temporariamente para compor o Conselho Tutelar do Município de São Joaquim - SC., a senhora DANIELA CRISTINA MEDEIROS, para ocupar o Cargo de Conselheira Tutelar, em substituição a conselheira DANIELA MENDES RODRIGUES, que encontra-se em gozo de férias, a contar do dia 05/12/2014 até 03/01/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 311/2014

DECRETO Nº 311/2014

"REGULAMENTA A LEI Nº 4.259/2014, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014, QUE INSTITUI A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Humberto Luiz Brighenti, Prefeito do Município de São Joaquim - SC, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade da administração Tributária Municipal atuar de forma integrada com o compartilhamento de informações que viabiliza maior controle fiscal e de arrecadação do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN).

DECRETA:

Art. 1º - A utilização da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, instituída pela Lei Nº 4.259/2014, de 17 de setembro de 2014, PARA TODOS OS PRESTADORES DE SERVIÇO MENCIONADOS NA LISTA DE SERVIÇOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL LEI Nº 2562/2003, passará a ser obrigatória a partir de 1º de fevereiro de 2015 com as seguintes obrigações:

I - O recolhimento do ISSQN será todo dia 10 (dez) de cada mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, para os serviços prestados.

a) Os responsáveis tributários por retenção são responsáveis pelo pagamento do ISSQN quando tomarem serviços de empresas sediadas ou não neste Município;

b) Os prestadores e tomadores dos serviços sujeitos ao regime de retenção de que trata esse decreto, são responsáveis solidários pelo recolhimento do ISSQN;

c) A opção do prestador do serviço pelo regime do Simples Nacional não dispensa o tomador do serviço de proceder à retenção e o recolhimento do ISSQN e a emissão pelo contribuinte prestador da NFS-e, exceto os contribuintes sujeitos a tributação do ISSQN do Simples Nacional por valores fixos mensais;

d) Casos especiais na obrigatoriedade do uso da NFS-e serão analisados pela Diretoria de Arrecadação, Fiscalização e Tributação.

II - Todos os CONTRIBUINTES PRESTADORES DE SERVIÇOS são obrigados a emissão da NFS-e.

a) A nota Fiscal de Serviço Eletrônica conterá a identificação dos serviços em conformidade com os subitens do anexo I da Lei No.

2562/2003, de 31 de dezembro de 2003;

b) O ISSQN correspondente aos serviços prestados ou tomados, inclusive imposto devido pelo responsável tributário, deverá ser recolhido, por meio da DAM, gerado e impresso através do endereço eletrônico do Município, www.saojoaquim.sc.gov.br;

c) Os documentos fiscais convencionais autorizados pelo fisco e não utilizados deverão ser entregues a Diretoria de Arrecadação, Fiscalização e Tributação para destruição a partir da data da obrigatoriedade do uso da NFS-E.

III - Ficam dispensados da obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica NFSe, os seguintes contribuintes:

- Profissionais autônomos que tenham o recolhimento do ISSQN efetuado através de tributação fixa anual;
- Bancos e instituições financeiras autorizadas pelo BACEN;
- Contribuintes optantes pelo Regime Tributário do Simples Nacional qualificado como Microempreendedor Individual - MEI, exclusivamente quando prestarem serviços para Pessoa Física.

IV - Os tomadores de serviços devem confirmar a autenticidade da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica NFS-E no endereço eletrônico disponibilizado pela Secretaria Municipal da Fazenda, podendo, em caso de falsidade ou inexatidões, serem corresponsáveis pelo crédito tributário nos termos da lei.

- A retenção e recolhimento do ISSQN dos contribuintes pelo Sistema Nacional deve observar a alíquota indicada na Lei complementar Federal 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores;

- As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, quando prestarem serviços e não tiverem seu imposto retido, devem recolher o ISSQN com base na receita bruta, conforme determina a Lei complementar 123/2006 e resoluções do Comitê Gestor do Simples Nacional - CGSN, através do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional Declaratório - PGDDAS-D;

- O Fisco Municipal reserva-se o direito de solicitar estes e outros dados e informações, com prazos diversos dos previstos no caput deste artigo, sempre que entender necessário para verificação de conformidade na homologação do ISSQN;

- Os contribuintes que não cumprirem as obrigações previstas nesse artigo, bem como se as fizerem fora dos prazos estabelecidos, ficarão sujeitos às penalidades previstas na legislação tributária municipal.

V - DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇO (RPS)

Art. 2º - O RPS deverá conter as seguintes informações, conforme modelo em anexo:

I - Identificação do prestador dos serviços, contendo:

- a) Nome ou razão social;
- b) Endereço;
- c) Número do CPF ou CNPJ;
- d) Número do cadastro mobiliário municipal;
- e) Correio eletrônico (e-mail).

II - Identificação do tomador dos serviços, contendo:

- a) Nome ou razão social;
- b) Endereço;
- c) Número do CPF ou CNPJ;
- d) Número do cadastro mobiliário municipal;
- e) Correio eletrônico (e-mail).

III - Numeração sequencial;

IV - Série;

V - A descrição:

- a) Dos serviços prestados;
- b) Preço do serviço;
- c) Enquadramento do serviço executado na lista de serviços anexa na Lei Complementar Municipal nº 2.562/2013;
- d) Alíquota aplicável;
- e) Valor do imposto e se for o caso, da retenção na fonte.

VI - Inserção no corpo do documento, da seguinte mensagem: "A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS (NFS-e) NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE".

Art. 3º- Todas as informações descritas no Art. 2º, deverão constar no RPS à exceção da alínea "e" do inciso II, o qual é facultado.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 312/2014

DECRET O Nº 312/2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Municipal Nº 4.289/2014, de 09/12/2014; Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 - PODER EXECUTIVO

03.14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

(12)3.3.90.00.00.00.00.00.2.020-0063 - Aplicações Diretas 369,68
(18)4.4.90.00.00.00.00.00.2.020-0610 - Aplicações Diretas 2.937,39

(15)3.3.90.00.00.00.00.00.2.020-0616 - Aplicações Diretas 5.837,31

(14)3.3.90.00.00.00.00.00.2.020-0611 - Aplicações Diretas 1.894,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
..... 11.038,38

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial do excesso de arrecadação levantado até esta data.

369,68

2.937,39

5.837,31

1.894,00

TOTAL DA ANULAÇÃO
..... 11.038,38

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 313/2014

DECRETO Nº 313/2014

"QUE NOMEIA FUNCIONÁRIA, POR FORÇA DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2008"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADA a senhora GISLANE DE FATIMA ANDRADE PEREIRA, para ocupar o Cargo Efetivo de Professora - História, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, com 20 horas semanais, classificada em 15º lugar no Concurso Público Nº 001/2008, realizado em data de 08/02/08, sob o regime estatutário.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 04 de Dezembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 314/2014

DECRETO Nº 314/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADA como GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO a Senhora MIRIAN CHIOCA VALTRICK, ocupante do Cargo de Secretária Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único - A Nomeação referida no artigo 1º não terá ônus para o Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.289/2014

LEI Nº 4.278/2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU", e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam abertos no corrente exercício Créditos para as seguintes dotações orçamentárias:

01 - PODER LEGISLATIVO

01.01- CÂMARA DE VEREADORES

(2)3.3.90.00.00.00.00.00.2.001-0160 - Aplicações Diretas 24.000,00

(1)3.1.90.00.00.00.00.00.2.001-0160 - Aplicações Diretas

15.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
..... 39.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

01 - PODER LEGISLATIVO

01.01 - CÂMARA DE VEREADORES

(4)3.1.90.00.00.00.00.00.1.026-0160 - Aplicações Diretas 39.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO
..... 39.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Novembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.289/2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU", e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 - PODER EXECUTIVO

03.14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

(12)3.3.90.00.00.00.00.00.2.020-0063 - Aplicações Diretas 369,68
(18)4.4.90.00.00.00.00.00.2.020-0610 - Aplicações Diretas 2.937,39

(15)3.3.90.00.00.00.00.00.2.020-0616 - Aplicações Diretas 5.837,31

(14)3.3.90.00.00.00.00.00.2.020-0611 - Aplicações Diretas 1.894,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
..... 11.038,38

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial do excesso de arrecadação levantado até esta data.

369,68

2.937,39

5.837,31

1.894,00

TOTAL DA ANULAÇÃO
..... 11.038,38

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 521/2014

PORTARIA Nº 521/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao senhor MAURICIO TOMI KOBAYASHI, ocupante do Cargo de Assessor da Secretaria Assistência Social CC-1, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 01/12/2014 à 30/12/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 522/2014

PORTARIA Nº 522/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido ao senhor UESLEI JOSÉ MACHADO, ocupante da Função de Motorista Socorrista (SAMU), na Secretaria Municipal da Saúde, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 404/2013, de 01/11/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 523/2014

PORTARIA Nº 523/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários:
- CIRO CARLO TRAMONTIN, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo, referente ao exercício de 2008/2009, a contar do dia 04/12/2014 à 02/01/2015. - GENTIL JOAQUIM ANDRADE, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 04/12/2014 à 02/01/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 524/2014

PORTARIA Nº 524/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários:
- DANIELA MENDES RODRIGUES, ocupante do Cargo Eletivo de Conselheira Tutelar, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 05/12/2014 à 03/01/2015. - MAURI DONIZETE GOULART, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe da Fábrica de Tubos, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 05/12/2014 à 02/01/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 525/2014

PORTARIA Nº 525/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários:
- ADEMIR MANOEL DE ALMEIDA JUNIOR, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 08/12/2014 à 06/01/2015. - JUAREZ CAMARGO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 08/12/2014 à 06/01/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 526/2014

PORTARIA Nº 526/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Alterada a Portaria Nº 511/2014, de 01/12/2014, onde se refere à exoneração da senhora MARIA JULIA RUPNIEVSKI, onde se lê Portaria Nº 113/2014, de 18/03/2014, leia-se Portaria Nº 235/2014, de 19/05/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 527/2014

PORTARIA Nº 527/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde,
conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes fun-
cionários: - BRUNA DAMASCENO DA SILVA, ocupante da Função
de Dentista (PSF), por 01 (um) dia, no dia 01/02/2014. - JESSICA
TAVARES MATOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Ge-
rais, por ½ (meio) dia, a contar do dia 01/12/2014. - ALESSAN-
DRA S.S. CAMPOS, ocupante do Cargo de Professora, por 10 (dez)
dias, a contar do dia 02/12/2014. - JESSICA TAVARES MATOS,
ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois)
dias, a contar do dia 02/12/2014. - IVANIA DE FATIMA ROSA,
ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um)
dia, no dia 02/12/2014. - GISLAINE ROCHA ANDRADE, ocupan-
te do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no
dia 02/12/2014. - GISELE PAUL, ocupante do Cargo de Técnico
em Informática, por 02 (dois) dias, a contar do dia 02/12/2014.
- JONILSON BORGES DE JESUS, ocupante do Cargo de Auxiliar
de Operador de Máquinas, por 01 (um) dia, no dia 04/12/2014.
- MARILIA R. PALMA, ocupante da Função de Odontóloga, por
02 (dois) dias, a contar do dia 04/12/2014. - MARIA ROZIANIA
DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora, por 10 (dez) dias, a
contar do dia 04/12/2014. - TATIANE APARECIDA ANDRADE, ocu-
pante da Função de Agente de Saúde, por 02 (dois) dias, a contar
do dia 09/12/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo
1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 528/2014

PORTARIANº 528/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao seguinte funcionário: - MA-
RILDA DOS SANTOS RODRIGUES, ocupante do Cargo de Agente
Administrativo, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do
dia 01/12/2014 à 30/12/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e
os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Dezembro de 2014, ficando
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 529/2014

PORTARIANº 529/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica sem efeito a Portaria Nº 512/2014, de 01/12/2014,
onde se refere a EXONERAÇÃO do funcionário SERGIO MATIAS DA
CUNHA, ocupante da função de Professor Substituto, no Centro
de Música.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e
os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Dezembro de 2014, ficando
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

DECRETO Nº 3535/2014

DECRETO Nº 3535/2014

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 3515/2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 3515 de 08 de dezembro de 2014, que exonerou JOSIANE DA SILVEIRA RIBEIRO do cargo de Diretor de Saúde da Família - CCM - 7 com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de dezembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de dezembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3536/2014

DECRETO Nº 3536/2014

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 3517/2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 3517 de 08 de dezembro de 2014, que nomeou GILMARA VIEIRA BASTOS para o cargo de Diretor de Saúde da Família - CCM - 7 com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de dezembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3537/2014

DECRETO Nº 3537/2014

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora JOSIANE APARECIDA KLOE-PPEL do cargo em comissão de Diretora de Planejamento - CCM7, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de dezembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3538/2014

DECRETO Nº 3538/2014

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada GILMARA VIEIRA BASTOS para o cargo em comissão de Diretora de Planejamento - CCM7, com lotação na Secretaria da Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de dezembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3539/2014

DECRETO Nº 3539/2014

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora NINFA FIDENCIO DA COSTA DA SILVA do cargo em comissão de Assessor VII Administrativo - CCM7, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3540/2014

DECRETO Nº 3540/2014

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora ANA LUCIA BEZERRA do cargo em comissão de Assessor IV Administrativo - CCM3, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3541/2014

DECRETO Nº 3541/2014
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor RICHARD REINALDO do cargo em comissão de Assessor VI Administrativo - CCM6, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3542/2014

DECRETO Nº 3542/2014
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada ANA LÚCIA BEZERRA para o cargo em comissão de Assessor VI Administrativo - CCM6, com lotação na Secretaria da Educação, nos termos da Lei Complementar Nº 059/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3545/2014

DECRETO Nº 3164/2014
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada JENIFFER GERBER SOUZA para exercer o cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 022/2004 e Lei nº 4.285/2005.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

REABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 027/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

REABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 027/2014 - Processo nº 328/2014. Objeto: Aquisição de containers habitacionais "adaptados" para atendimento escolar destinados ao Centro de Educação Infantil Nossa Senhora das Graças, Município de São José/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 16h00min do dia 05 de janeiro de 2014. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 16h30min do dia 05 de janeiro de 2014, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

REABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 029/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

REABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 029/2014 - Processo nº 352/2014. Objeto: Contratação de empresa de engenharia para aquisição de containers habitacionais "adaptados" para atendimento escolar destinados ao Centro de Educação Infantil Vida Nova. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 05 de janeiro de 2014. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 05 de janeiro de 2014, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

CÂMARA MUNICIPAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 052/2014

AVISO DE SUSPENSÃO E REABERTURA DE SESSÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 052/2014
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2014

A licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada em serviço de administração, gerenciamento e fornecimento de vale-alimentação por meio de cartão magnético, para os servidores públicos da Câmara de Vereadores de São José/SC.

Diante da necessidade de realização de diligências pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, a Câmara Municipal de São José torna público aos interessados, em especial, as empresas participantes da licitação na sessão realizada em 15 de dezembro, da SUSPENSÃO do Pregão Presencial Nº. 13/2014.

A sessão será REABERTA no dia 16 de dezembro (terça-feira), às 16h:00m na sede da CMSJ, para dar continuidade ao certame licitatório.

Maiores informações: Diretoria de Administração da Câmara de Vereadores das 13h00min às 19h00min. Fone: (48) 3029-1321.

São José, 15 de dezembro de 2014.

VALMOR JOSÉ HEBERLE
DIRETOR ADMINISTRATIVO

BALANCETE 11/2014**SANTA CATARINA****CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	1.274.045,85
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	1.232.153,86
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	938.974,66
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.779,20
		INVESTIMENTOS	1.400,00
		Despesas Intra-orçamentárias	41.891,99
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	41.891,99
Receita Extra - Orçamentária	3.168.862,28	Despesa Extra - Orçamentária	1.383.628,73
DEPOSITOS	282.117,47	DEPOSITOS	151.610,91
CONSIGNACOES	225.766,76	CONSIGNACOES	141.352,64
PREVIDENCIA SOCIAL	72.733,14	PREVIDENCIA SOCIAL	41.942,81
PENSAO ALIMENTICIA	8.394,78	PENSAO ALIMENTICIA	8.374,92
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	93.936,86	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	53.850,72
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA ME	20.946,05	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA M	10.050,72
PLANOS DE SEGUROS	34,63	PLANOS DE SEGUROS	34,63
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	29.630,37	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	27.007,91
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	90,93	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	90,93
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	56.350,71	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	10.258,27
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	56.350,71	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	10.258,27
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.294.861,98	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.232.017,82
OBRIGACOES A PAGAR	1.294.861,98	OBRIGACOES A PAGAR	1.232.017,82
FORNECEDORES	293.179,20	FORNECEDORES	326.752,48
PESSOAL A PAGAR	799.112,18	PESSOAL A PAGAR	777.321,56
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	159.924,23	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	85.297,41
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	20.816,13	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	20.816,13
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	21.830,24	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	21.830,24
INTERFERENCIAS ATIVAS	1.591.882,83		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.591.882,83		
REPASSE RECEBIDO	1.591.882,83		
Saldos anteriores	6.340.940,93	Saldos atuais	6.852.128,63
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	6.336.782,15	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	6.850.209,93
BANCO C/ MOVIMENTO	4.158,78	BANCO C/ MOVIMENTO	1.918,70
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	9.509.803,21	Total	9.509.803,21

SAO JOSE, 15/12/2014

SANDERSON ALMECI DE JESUS
Presidente

CANISIO VANDERLEI OSAIDA
Contador CRC/SC-019121/O-6

ROBERVAL ROGERIO WAN-DALL
Diretoria Controle Interno

ANA LUCIA TEIXEIRA
Chefia Planejamento Controle e Orçamento

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO CREDENCIAMENTO 03-2014

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº03/2014
INEXIGIBILIDADE Nº29/2014

O Fundo Municipal de Saúde, do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, promove Processo Licitatório nº 29/2014, Edital de Credenciamento Nº03/2014, Objeto: Credenciamento de interessados para realização de diagnóstico por imagem "ressonância magnética", para pacientes residentes em nosso município, para o ano de 2015. A análise da documentação para o referido credenciamento ocorrerá a partir do dia 17 de Dezembro de 2014, as 07:00 horas, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30 e no site, www.prefcedro.sc.gov.br. São José do Cedro. Fernando Julio Will - Portaria 263/2014. Gestor do FMS.

EXTRATO CREDENCIAMENTO 04-2014

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº04/2014
INEXIGIBILIDADE Nº30/2014

O Fundo Municipal de Saúde, do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, promove Processo Licitatório nº 30/2014, Edital de Credenciamento Nº03/2014, Objeto: Credenciamento de interessados para realização de serviços médicos hospitalares para realização de cirurgias eletivas ortopédicas, artroplastias total de quadril e joelho, para pacientes residentes em nosso município, para o ano de 2015. A análise da documentação para o referido credenciamento ocorrerá a partir do dia 17 de Dezembro de 2014, as 08:00 horas, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30 e no site, www.prefcedro.sc.gov.br. São José do Cedro. Fernando Julio Will - Portaria 263/2014. Gestor do FMS.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.009, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 5.009, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a homologação do resultado do Processo Seletivo nº 007/2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 007/2014 e,

CONSIDERANDO a conclusão de todas as fases do Processo Seletivo de nº 007/2014;

CONSIDERANDO o encerramento dos prazos para recursos em fase administrativa;

CONSIDERANDO a formalidade e a regularidade de todos os atos que constituem o Processo Seletivo nº 007/2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado do Processo Seletivo Edital nº 007/2014, de 08 de outubro de 2014, para seleção de professores em caráter temporário e excepcional, para o ano letivo de 2015, na rede municipal de ensino, conforme classificação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º A partir da homologação do resultado, de acordo com a ordem de classificação e após o candidato ter sido julgado apto física e mentalmente para o cargo, mediante exame de médico oficial, o Poder Público preencherá as vagas conforme necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de dezembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Decreto nº 5.009, de 15 de dezembro de 2014)

RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 007/2014

I - APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 007/2014:

HABILITADOS

EDUCAÇÃO INFANTIL

CLASSIF. GERAL	Nº INSC	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
1º	401	ZULMA MARIA DOS SANTOS DAL BOSCO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
2º	142	ROSA BUSIN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
3º	441	NILSA MARTIGNAGO KOLLING	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO

4º	145	JOVANI APARECIDA ROVARIS RIGON	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
5º	35	NEUZA APARECIDA DOS SANTOS CESCA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
6º	147	MARLETE KOSMANN BENINCA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
7º	138	TATIANA MARIA PIONER	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
8º	297	SOLANGE DAL BELLO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
9º	182	ROSELI BERNADETE WOLFART	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
10º	291	DEVINA GARBIN BACKES	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
11º	134	ANDREIA VIVIANE LECHWETZ	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
12º	398	CLAUDETE TERESINHA ALBAN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
13º	407	TATIANE PAULA KLEIN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
14º	213	GICELI BASTEZINI WEIRICH	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
15º	540	IVANIRIA SARTORI BAESSO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
16º	129	JANETE MATTOS BAUER	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
17º	603	LISÂNGELA VARELA MASCARELLO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
18º	606	AIDE PANDINI BATZNER	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
19º	395	DANIELA SCHUH SASSI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
20º	228	SALETE KOSMANN DO NASCIMENTO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
21º	235	RUBIA TEZZA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
22º	175	ELISANGELA RAIMUNDO DOS SANTOS	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
23º	464	CACIANA CANEVER	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
24º	450	ANGELA MARI SERPA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
25º	45	JULIANE CASAGRANDE	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO

26º	190	ROZILEI APARECIDA TRENTATO TARSO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
27º	327	GUERTA SALETE BECK LONGO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
28º	60	MARCIA DE ABREU CAMARGO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
29º	691	ERONITA ESTEVES DA SILVEIRA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
30º	780	ELAINE APARECIDA DE MELO DE BITENCOURT	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
31º	597	CRESTINA BOZAN LORENZI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
32º	431	GISLAINE APARECIDA FLORENCIO DALLEMOLE	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
33º	418	FRANCIELI GONÇALVES DO NASCIMENTO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
34º	159	MAIRA INÊS GARBIN DE OLIVEIRA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
35º	459	ELEIDA DOS SANTOS MILAN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
36º	425	AOEDICA MOSCHEN NERVIS	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
37º	559	CAMILA VIERO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
38º	403	CARICIA ROVARIS	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
39º	499	ERITA INÊS BECK	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
40º	282	SONIA MARA CASAROTTO WINTER	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
41º	312	GRAZIELE SILVEIRA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
42º	356	JANIA RAMOS	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
43º	681	GIZIELI VALGOI GUSTMANN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
44º	97	RAQUEL ROVARIS	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
45º	423	AOERICA MOSCHEN RODRIGUES	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
46º	329	IVETE BERTOTTO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
47º	131	MARIA INÊS ROVARIS	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO

48º	629	DANIELA CIVIDINI MINOZZO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
49º	490	MARLICE CARNEIRO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
50º	505	DIANA TEREZINHA PEGORINI BERTUZZI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
51º	383	ANDREIA LIMA DOS SANTOS WINTER	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
52º	623	JUCELAINE RIQUINHA GOSLER SIQUEIRA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
53º	111	KEITI GOMES SUZIN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
54º	338	DANGLEI MATTEI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
55º	51	ROSANGELA BALBINOT	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
56º	591	MARIZA HELENA RAMBO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
57º	217	ELOISA NOAL	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
58º	110	KÉILI DE FÁTIMA GOMES	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
59º	764	LUANA MURARO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
60º	113	FABIANE GIACOBBO ZATTA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
61º	409	ZELENIR CATIA DE MENEZES	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
62º	733	TEREZINHA IVETE COSTA MADRUGA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
63º	625	MARA REGINA BORGES GHIZZI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
64º	444	MÁRCIA RHODEN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
65º	503	MARIA APARECIDA PINHEIRO BORGES	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
66º	104	TAMIRES SUPPI GOULART	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
67º	642	ROZIMERI APARECIDA BERNARDELLI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
68º	519	ANALICE CARLA AMBROS	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
69º	415	ARLEI REGINA VIEIRA PEROTTONI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
70º	685	CRISTIANE ZUCKI PEREIRA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
71º	710	ANDREIA GOBATO FACIN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
72º	231	NILZA MENESES DE BARROS	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL

NÃO HABILITADOS

EDUCAÇÃO INFANTIL

CLASSIF. GERAL	Nº INSC	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
1º	316	MAIKIELI FRITZEN	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
2º	194	VANESA APARECIDA VIEIRA MECABO	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
3º	378	SIRLENE MEZZOMO CORRÊIA DOS SANTOS	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
4º	784	JUDITE NETTO DE OLIVEIRA	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
5º	638	MONICA LAGO	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
6º	671	TALILA GRACIELI VIEIRA	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
7º	12	ELIGIANI MÔNICA CARDOSO	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
8º	380	ANGELA MARIA LIVI ROSA	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
9º	672	CRISTIANE GOBATO	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
10º	53	ESTELA REGINA KUMER	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
11º	58	MARCIANE MARIA TENUCCI	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
12º	340	SOLANGE NATALINA BOESING CRESTANI	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
13º	474	MADALENA DE OLIVEIRA	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
14º	581	CLADIR CARMEN ARTUSO	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
15º	781	TALITA CÊNICO	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
16º	363	MARIZETE ELY	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
17º	741	KATIA COMIN	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
18º	180	JULIANA DE MELO	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
19º	454	EDELVANI APARECIDA FREZZA DE SOUZA	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
20º	384	ROZELI ALVES DOS SANTOS	CURSANDO 7º PERÍODO DE PEDAGOGIA

21º	467	BÁRBARA GUEDES PIRES	CURSANDO 7º PERÍODO DE PEDAGOGIA
22º	127	DIEGO CASA-GRANDE	CURSANDO 7º PERÍODO DE PEDAGOGIA
23º	261	IVONE FERRA-BOLLI LISSA DAL PRA	CURSANDO 7º PERÍODO DE PEDAGOGIA
24º	260	ELIZETE BOTTIN	CURSANDO 7º PERÍODO DE PEDAGOGIA
25º	486	ONIRA LOCATELLI BARBOSA	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
26º	303	IVONE MARTA TRENTA BORGES	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
27º	471	RUBIELI APARECIDA GARBIN	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
28º	390	MARIANA BEVILACQUA	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
29º	433	IVANILDE FATIMA BERTUZZI BOTH	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
30º	473	CARLA ZAMPOLI LORENA	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
31º	447	TATIANE PARIS	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
32º	515	MARIA APARECIDA ROLDÃO BIAZUS	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
33º	406	JULIANA VIEDA	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
34º	724	PATRICIA BORGES DOS SANTOS	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
35º	206	SILVIA LORENZETTI CAVANHOL	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
36º	487	DONISETE APARECIDA MOSCHEM KUMER	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
37º	8	SAMARA APARECIDA TAVARES	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
38º	777	PÂMELA WAGNER KUHN	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
39º	761	MARISTELA CAMARGO	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
40º	348	OLINDA DA SILVA VAS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
41º	121	BRUNA FRANCIELE ANGELO HEPFNER	CURSANDO 5º PERÍODO DE PEDAGOGIA
42º	21	MARILDE FERNANDES CARNEIRO RAMPINELLI	CURSANDO 5º PERÍODO DE PEDAGOGIA

43º	596	MARIA APARECIDA ROVARES STANG	CURSANDO 5º PERÍODO DE PEDAGOGIA
44º	510	PEDRO ROBERTO EIDELWEIN	CURSANDO 5º PERÍODO DE PEDAGOGIA
45º	105	DELICIA MARIA FREITAS	CURSANDO 5º PERÍODO DE PEDAGOGIA
46º	95	LÉIAMAR SALETE GÓS	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
47º	715	KELLI ANDRESSA DA SILVA	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
48º	556	JANDIRA ROSARIA MOREIRA CAUS	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
49º	438	ADRIANA DE FÁTIMA RIBEIRO BOTEGA	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
50º	516	CARLA MARIOTT	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
51º	535	JUVILDE JOSÉ MARIA FORTUNATO	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
52º	304	INESITA BONETTI	CURSANDO 3º PERÍODO DE PEDAGOGIA
53º	612	ZULEIGA INES SCHMAINSKI	CURSANDO 3º PERÍODO DE PEDAGOGIA
54º	667	PATRICIA ROSANA DE CAMPOS	CURSANDO 3º PERÍODO DE PEDAGOGIA
55º	621	JAQUELINE WELSCH	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
56º	619	FERNANDA DA ROCHA	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
57º	507	ANA CAROLINA BERTUZZI	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
58º	440	JULIANA WERLE GUARDA	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
59º	568	DANILU CAMILA FOSSATTI	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
60º	584	RAQUEL FERNANDA DE COSTA SCHIDT	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
61º	37	CLARICE FATIMA SPADOTTO	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
62º	530	EVA REJANE DE NEZ MORES	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
63º	735	ALINE AMANDA MADRUGA	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
64º	698	GRACIELI APARECIDA DA SILVEIRA	MAGISTÉRIO

65º	799	ODETE MOURA DA SILVA	MAGISTÉRIO
66º	695	MARTA DOS SANTOS	MAGISTÉRIO

HABILITADOS

ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

CLASSIF. GERAL	Nº INSC	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
1º	195	HERMES MARIOTT	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
2º	341	EVA MARIA VILBRANTZ CUNICO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
3º	347	OLINDA DA SILVA VAS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
4º	404	ZULMA MARIA DOS SANTOS DAL BOSCO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
5º	442	NILSA MARTIGNAGO KOLLING	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
6º	187	MARILENE EIDELWEIN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
7º	276	SONIA TEREZINHA COSTA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
8º	666	IVAN CARLOS SANTIN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
9º	604	LEONICE BAMBERG SUTILLI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
10º	400	ADRIANA MARIA AVILA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
11º	130	NEUZA APARECIDA DOS SANTOS CESA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
12º	62	TEREZINHA LAZARIN GALLINA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
13º	610	ANGELA MARIA LIVI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
14º	372	MARLENE TEREZINHA CURIOLETTI MATIAS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
15º	263	CRISTIANE PALOSCHI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
16º	298	SOLANGE DAL BELLO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
17º	497	GENILSE DA SILVA COSTA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
18º	183	ROSELI BERNARDETE WOLFART	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO

19º	637	IVONE BEATRIZ MULHMANN REDIVO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
20º	176	HELENA CARMELITA NARESSI MARCON	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
21º	602	ARLETE TONIAL	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
22º	290	DEVINA GARBIN BACKES	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
23º	357	ANDREIA VIVIANE LECHWETZ	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
24º	542	IVANIRIA SARTORI BAESSO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
25º	580	JANETE MATTOS BAUER	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
26º	268	EVELIZE DE CEZARO VALENTINI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
27º	601	LISÂNGELA VARELA MASCARELLO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
28º	323	IDETE MARIA PADILHA MARTINS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
29º	243	SILMARA WALKER MOTTER	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
30º	396	DANIELA SCHUH SASSI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
31º	245	ALINI CRISTINA CADORIM BONETTI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
32º	91	WALQUIRIA PORN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
33º	102	GISLAINE ALVES BORGES CORREA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
34º	178	ELISANGELA RAIMUNDO DOS SANTOS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
35º	466	CACIANA CANEVAR	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
36º	351	MARIOZETE DE OLIVEIRA SMANIOTTO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
37º	643	IVANETE FERREIRA BOITO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
38º	240	MARIA ODETE GURTAT	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
39º	536	REJANE PRISCILA RAMBO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
40º	188	ROZILEI APARECIDA TRENTOTARSO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO

41º	328	GUERTA SALETE BECK LONGO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
42º	802	UIARA GEOVANA THIBES ZENI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
43º	696	ERONITA ESTEVES DA SILVEIRA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
44º	779	ELAINE APARECIDA DE MELO DE BITENCOURT	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
45º	432	GISLAINE APARECIDA FLORENCIO DALLEMOLE	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
46º	158	MAIRA INÊS GARBIN DE OLIVEIRA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
47º	419	FRANCIELI GONÇALVES DO NASCIMENTO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
48º	561	CAMILA VIERO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
49º	248	CARICIA ROVARIS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
50º	498	ERITA INÊS BECK	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
51º	283	SONIA MARA CASAROTTO WINTER	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
52º	310	GRAZIELE SILVEIRA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
53º	360	JANIA RAMOS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
54º	680	GIZIELI VALGOI GUSTMANN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
55º	96	RAQUEL ROVARIS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
56º	330	IVETE BERTOTTO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
57º	686	JANDIRA PEDROTTI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
58º	491	MARLICE CARNEIRO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
59º	133	MARIA INÊS ROVARIS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
60º	627	DANIELA CIVIDINI MINOZZO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
61º	506	DIANA TEREZINHA PEGORINI BERTUZZI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
62º	80	JUCELIA COLLA SVIDERSKI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO

63º	76	JOCELEI LUDWIG SANTIN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
64º	385	ANDREIA LIMA DOS SANTOS WINTER	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
65º	446	FRANCIELE APARECIDA SAQUETTI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
66º	112	KEITI GOMES SUZIN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
67º	334	MAIARA SCHNEIDER	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
68º	216	ELOISA NOAL	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
69º	109	KÉILI DE FÁTIMA GOMES	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
70º	765	LUANA MURARO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
71º	405	ZELENIR CATIA DE MENEZES	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
72º	569	MARA REGINA BORGES GHIZZI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
73º	413	EUNICE MARIA WOLFART SCHULTZ	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
74º	702	JACIRA TRINDADE DOS SANTOS MARCONDES GAUZE	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
75º	445	MÁRCIA RHODEN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
76º	139	ELIS PAULA BOITO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
77º	359	MARIA APARECIDA PINHEIRO BORGES	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
78º	287	TAMIRES SUPPI GOULART	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
79º	649	ROZIMERI APARECIDA BERNARDELLI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
80º	520	ANALICE CARLA AMBROS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
81º	675	VANICE FABIANA RIBEIRO DOS SANTOS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
82º	688	CRISTIANE ZUCKI PEREIRA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
83º	749	CLAÉRCIA REJANE BECKER ZUCHELLI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
84º	709	ANDREIA GOBATTO FACIN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
85º	232	SALETE TEREZA HOLDEFER	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
86º	234	NILZA MENESES DE BARROS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS

NÃO HABILITADOS

ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

CLASSIF.GERAL	Nº INSC	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
1º	141	TATIANA MARIA PIONER	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA/ESPECIALIZAÇÃO
2º	632	MAIKIELI FRITZEN	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
3º	193	VANESA APARECIDA VIEIRA MECABO	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
4º	379	SIRLENE MEZZOMO CORRÊA DOS SANTOS	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
5º	605	JUDITE NETTO DE OLIVEIRA	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
6º	599	MONICA LAGO	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
7º	670	TALILA GRACIELI VIEIRA	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
8º	11	ELIGIANI MÔNICA CARDOSO	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
9º	311	ANGELA MARIA LIVI ROSA	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
10º	673	CRISTIANE GOBATO	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
11º	342	SOLANGE NATALINA BOESING CRESTANI	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
12º	52	ESTELA REGINA KUMER	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
13º	57	MARCIANE MARIA TENUTTI	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
14º	475	MADALENA DE OLIVEIRA	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
15º	582	CLADIR CARMEN ARTUSO	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
16º	782	TALITA CÊNICO	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
17º	364	MARIZETE ELY	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
18º	742	KATIA COMIN	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
19º	181	JULIANA DE MELO	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
20º	587	ROZELI ALVES DOS SANTOS	CURSANDO 7º PERÍODO DE PEDAGOGIA

21º	468	BÁRBARA GUEDES PIRES	CURSANDO 7º PERÍODO DE PEDAGOGIA
22º	128	DIEGO CASA-GRANDE	CURSANDO 7º PERÍODO DE PEDAGOGIA
23º	262	IVONE FERRABOLLI LISSA DALPRA	CURSANDO 7º PERÍODO DE PEDAGOGIA
24º	257	ELIZETE BOTTIN	CURSANDO 7º PERÍODO DE PEDAGOGIA
25º	215	ONIRA LOCATELLI BARBOSA	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
26º	305	IVONE MARTA TRENTO BORGES	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
27º	156	RUBIELI APARECIDA GARBIN	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
28º	391	MARIANA BEVILACQUA	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
29º	434	IVANILDE FATIMA BERTUZZI BOTH	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
30º	472	CARLA ZAMPOLI LORENA	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
31º	449	TATIANE PARIS	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
32º	517	MARIA APARECIDA ROLDÃO BIAZUS	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
33º	294	JULIANA VIEDA	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
34º	205	SILVIA LORENZETTI CAVANHOL	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
35º	488	DONISETE APARECIDA MOSCHEM KUMER	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
36º	59	PÂMELA WAGNER KUHN	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
37º	101	ROSECLEIA CHAVES BONET	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
38º	124	BRUNA FRANCIELE ANGELO HEPFNER	CURSANDO 5º PERÍODO DE PEDAGOGIA
39º	23	MARILDE FERNANDES CARNEIRO RAMPINELLI	CURSANDO 5º PERÍODO DE PEDAGOGIA
40º	595	MARIA APARECIDA ROVARES STANG	CURSANDO 5º PERÍODO DE PEDAGOGIA
41º	511	PEDRO ROBERTO EIDELWEIN	CURSANDO 5º PERÍODO DE PEDAGOGIA
42º	106	DELICIA MARIA FREITAS	CURSANDO 5º PERÍODO DE PEDAGOGIA

43º	93	LÉIAMAR SALETE GÓS	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
44º	550	CIBELLE KARINA LOPES PEREIRA TENUTTI	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
45º	717	KELLI ANDRESSA DA SILVA	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
46º	554	JANDIRA ROSA-RIA MOREIRA CAUS	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
47º	703	JUVILDE JOSÉ MARIA FORTUNATO	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
48º	778	CARLA MARIOTT	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
49º	306	INESITA BONETTI	CURSANDO 3º PERÍODO DE PEDAGOGIA
50º	614	ZULEIGA INES SCHMAINSKI	CURSANDO 3º PERÍODO DE PEDAGOGIA
51º	493	SANDRA REGINA PEREIRA TOSS	CURSANDO 3º PERÍODO DE PEDAGOGIA
52º	508	ANA CAROLINA BERTUZZI	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
53º	745	JULIANA WERLE GUARDA	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
54º	585	RAQUEL FERNANDA DE COSTA SCHIDT	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
55º	38	CLARICE FATIMA SPADOTTO	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
56º	527	EVA REJANE DE NEZ MORES	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
57º	736	ALINE AMANDA MADRUGA	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
58º	697	GRACIELI APARECIDA DA SILVEIRA	MAGISTÉRIO
59º	797	ODETE MOURA DA SILVA	MAGISTÉRIO
60º	560	ROSA MARIA FONTANA DIAS	MAGISTÉRIO
61º	769	PAULA CAROLINE DE CAMPOS	MAGISTÉRIO

HABILITADOS

REFORÇO ESCOLAR

CLASSIF.	Nº	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
GERAL	INSC		
1º	345	EVA MARIA VILBRANTZ CUNICO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
2º	126	MARIA VILMAIR PEREIRA ALMEIDA	LETRAS PORTUGUÊS/ ESPECIALIZAÇÃO

3º	146	JOVANI APARECIDA ROVARIS RIGON	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
4º	665	IVAN CARLOS SANTIN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
5º	149	MARLETE KOSMANN BENINCA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
6º	63	TEREZINHA LAZARIN GALLINA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
7º	611	ANGELA MARIA LIVI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
8º	639	IVONE BEATRIZ MULHMANN REDIVO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
9º	399	GENILDE LUCIA MACULAN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
10º	225	MIICHEL BONA-DIMAN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
11º	531	NADIESCA APARECIDA GONÇALVES	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
12º	246	ALINI CRISTINA CADORIM BONETTI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
13º	227	SALETE KOSMANN DO NASCIMENTO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
14º	94	WALQUIRIA PORN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
15º	366	MARIOZETE DE OLIVEIRA SMANIOTTO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
16º	644	IVANETE FERREIRA BOITO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
17º	451	ANGELA MARI SERPA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
18º	239	MARIA ODETE GURTAT	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
19º	537	REJANE PRISCILA RAMBO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
20º	529	KELIN KATIA KOLLING	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
21º	61	MARCIA DE ABREU CAMARGO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
22º	424	AOEDICA MOSCHEN NERVIS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
23º	546	ELETICIA DHEIN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO
24º	731	MARILEI CRISTIANE DOS SANTOS BOARETTO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ ESPECIALIZAÇÃO

25º	72	JOCELEI LUDWIG SANTIN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
26º	192	ELIZANGELA FÁTIMA GAVADALPONTE	LETRAS PORTUGUÊS /ESPECIALIZAÇÃO
27º	422	AOERICA MOSCHEN RODRIGUES	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
28º	336	DANGLEI MATTEI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
29º	81	JUCELIA COLLA SVIDERSKI	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
30º	720	FRANCIELE APARECIDA SAQUETI	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
31º	626	MAIARA SCHNEIDER	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO EM ANOS INICIAIS
32º	416	ARLEI REGINA VIEIRA PEROTTONI	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
33º	734	TEREZINHA IVETE COSTA MADRUGA	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
34º	371	EUNICE MARIA WOLFART SCHULTZ	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
35º	313	MÁRCIA DE FÁTIMA PORSCH	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
36º	701	JACIRA TRINDADE DOS SANTOS MARCONDES GAUZE	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
37º	140	ELIS PAULA BOITO	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
38º	750	CLAÉRCIA REJANE BECKER ZUCHELLI	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
39º	766	ANAIR TEREZINHA GAVAMURARO	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA ANOS INICIAIS

HABILITADOS

CORREÇÃO DE FLUXO

CLASSIF.	Nº	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
GERAL	INSC		

1º	277	SONIA TEREZINHA COSTA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
2º	174	HELENA CARMELITA NARESSI MARCON	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
3º	397	GENILDE LUCIA MACULAN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
4º	402	ELETICIA DHEIN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO

HABILITADOS

EDUCAÇÃO ESPECIAL

CLASSIF.	Nº	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
GERAL	INSC		
1º	523	NADIESCA APARECIDA GONÇALVES - DA E DV	EDUCAÇÃO ESPECIAL/ESPECIALIZAÇÃO
2º	47	JULIANE CASAGRANDE - DA	EDUCAÇÃO ESPECIAL/ESPECIALIZAÇÃO
3º	528	KELIN KATIA KOLLING - DA E DV	EDUCAÇÃO ESPECIAL/ESPECIALIZAÇÃO
4º	598	CRESTINA BOZAN LORENZI - DA	EDUCAÇÃO ESPECIAL/ESPECIALIZAÇÃO
5º	460	ELEIDA DOS SANTOS MILAN - DA E DV	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO ESPECIAL/ESPECIALIZAÇÃO
6º	214	GICELI BASTEZINI WEIRICH - DA	EDUCAÇÃO ESPECIAL/ESPECIALIZAÇÃO
7º	226	MICHELI BONADIMAN - DA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
8º	624	JUCELAINE RIQUINHA GOSLER SIQUEIRA - DA E DV	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
9º	302	FABIANE GIACOBBO ZATTA - DV	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO

HABILITADOS

HISTÓRIA

CLASSIF.	Nº	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
GERAL	INSC		
1º	78	VILMA MARIA AIOLFI PADILHA	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ESPECIALIZAÇÃO
2ª	367	ZENAIDE TEREZINHA LISSA DAL PRADO PERON	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ESPECIALIZAÇÃO
3º	594	MARILAINE PIMMEL	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ESPECIALIZAÇÃO

4º	555	ANA CELIA PE- LISSARO	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ ESPECIALIZAÇÃO
5º	172	CLAUDIOMIRO DA SILVA	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ ESPECIALIZAÇÃO
6º	583	RUBIA JULIÉTI CAMBRUZZI SMANIOTTO	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ ESPECIALIZAÇÃO
7º	463	CLAUDIA CELLA	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ ESPECIALIZAÇÃO
8º	299	FRANCIELI CUNI- CO	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ ESPECIALIZAÇÃO
9º	549	SANDRA FÁTIMA GARDA FURLAN	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ ESPECIALIZAÇÃO
10º	633	SILVIA REGINA SAUGO	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ ESPECIALIZAÇÃO
11º	271	SUE ELLEN THI- BES MARTINELO	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ ESPECIALIZAÇÃO
12º	548	VAGNER GUGEL	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ ESPECIALIZAÇÃO
13º	562	MARIA GORETTE COSTA DA CRUZ SCHNEIDER	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ ESPECIALIZAÇÃO
14º	558	ROSA MARIA FONTANA DIAS	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ ESPECIALIZAÇÃO
15º	539	GISELE BADIA MEDEIROS	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ ESPECIALIZAÇÃO
16º	410	EVERLISE DOS SANTOS	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ ESPECIALIZAÇÃO
17º	678	STELIA LUCIEN- NE SOROKA	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
18º	381	NAIHÁ DE LIMA BITEN- COURT DE MELO	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
19º	258	ANA PAULA BRA- SIL VENTURA DE ALMEIDA ZILLI	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
20º	566	LUCIANE FÁTIMA MAEHLER PFEI- FER	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
21º	325	JANETE BOR- SATO	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
22º	485	MARCIA CRISTI- NA BORGES	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
23º	772	VANETE MARIA POLETTI DA SILVA	LICENCIATURA EM HISTÓRIA

NÃO HABILITADOS
HISTÓRIA

CLASSIF.	Nº	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
GERAL	INSC		
1º	704	JONAS ANTUNES RODRIGUES	CURSANDO 6º PERÍ- ODO DE HISTÓRIA

2º	289	LORIANE BELLEBONI	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA
3º	3	MARGARETE DE GIA- COMETTI GERHARDT	CURSANDO 4º PERÍ- ODO DE HISTÓRIA

HABILITADOS
GEOGRAFIA

CLASSIF.	Nº	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
GERAL	INSC		
1º	77	VILMA MARIA AIOLFI PADILHA	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA/ ESPECIALIZAÇÃO
2º	368	ZENAIDE TEREZINHA LISSA DAL PRÁ- PERON	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA/ ESPECIALIZAÇÃO
3º	288	LORIANE BELLE- BONI	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA/ ESPECIALIZAÇÃO
4º	164	MÁRIO LUIZ BALENA	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA/ ESPECIALIZAÇÃO
5º	586	JAQUELINE MASSOLA	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA/ ESPECIALIZAÇÃO
6º	547	DALIANE MENIN NEGRI	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA/ ESPECIALIZAÇÃO
7º	544	VAGNER GUGEL	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA/ ESPECIALIZAÇÃO
8º	354	PAULO ALBERTO VAZATTA	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

NÃO HABILITADOS
GEOGRAFIA

CLASSIF.	Nº	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
GERAL	INSC		
1º	645	SILVIA REGINA SAUGO	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA E GEOGRAFIA
2º	628	LEONARDO MARTINS	CURSANDO 4º PERÍODO DE GEOGRAFIA
3º	740	ANA PAULA PREZZI	CURSANDO 3º PERÍODO DE GEOGRAFIA

HABILITADOS
EDUCAÇÃO FÍSICA

CLASSIF.	Nº	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
GERAL	INSC		
1º	600	MARCIO POSSA- MAI DELLA	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIA- LIZAÇÃO

2º	120	FRANCIELI CRISTINA DO PRADO LOCATELLI	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
3º	92	LIDIMARA CUNICO CENCI	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
4º	119	WILLIAN LOCATELLI	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
5º	534	TATIANE MARA BENCKE	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
6º	723	DIANA MARIA SANTIN	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
7º	677	RENAN LUIZ LORA TOLDO	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
8º	219	VALDIRENE NUNES	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
9º	118	EZEQUIELE FURLANETTO	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
10º	773	MARIANA GOMES	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
11º	204	REGIANE ECHER	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
12º	693	DIOGO RICARDO RIBEIRO	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
13º	679	LUIZ HENRIQUE HANNEL SAMBURGO	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
14º	545	MARCELO NERI GUIDINI	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
15º	744	CRISTIANO PERTILE	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
16º	579	JULIANA MEIRA	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
17º	362	MICHELI CRISTINA NODARI	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
18º	747	JHONATAN COMIN	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
19º	203	ELUANA BATTISTI	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

20º	729	FRANCIELE PAZA RODRIGUES DE ALMEIDA	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
21º	32	GENESI ALESSIO	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
22º	746	LUANE CARLA VIEIRA	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
23º	557	CRISTIANE DA SILVA	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

NÃO HABILITADOS

EDUCAÇÃO FÍSICA

CLASSIF.	Nº	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
GERAL	INSC		
1º	676	CARINE TATIANE COPETTI SAURIN	CURSANDO 8º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
2º	552	ELAINE RIBEIRO DOS SANTOS	CURSANDO 8º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
3º	426	DAVI NERVIS	CURSANDO 6º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
4º	171	VANUSA BRATTI	CURSANDO 6º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
5º	365	CAMILA PORTALUPPI	CURSANDO 6º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
6º	50	JUCIRLEI GOMES	CURSANDO 6º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
7º	29	ANANDA HILLESHEIM	CURSANDO 4º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
8º	230	VERIDIANE APARECIDA BARBOSA	CURSANDO 4º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
9º	743	ARIELI POSSAMAI DELLA	CURSANDO 4º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
10º	69	JULIANA DALACORTE ERDMANN	CURSANDO 4º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
11º	160	TATIANE DE BONA GOBBATO	CURSANDO 4º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
12º	768	PAULA CAROLINE DE CAMPOS	CURSANDO 3º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

13º	617	ANALICE CECCO DA ROSA	CURSANDO 2º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
14º	428	RAFAELA RODRIGUES BOEIRA HERTZ	CURSANDO 2º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
15º	719	RODRIGO MABONI	CURSANDO 2º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
16º	800	PEDRO MARTINS RODRIGUES	CURSANDO 2º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
17º	590	DARLEI PAULO TADIOTTO	CURSANDO 2º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

HABILITADOS
MATEMÁTICA

CLASSIF.	Nº	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
GERAL	INSC		
1º	533	CLERIA WENZEL GRZEBIELUCHAS	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA/ESPECIALIZAÇÃO
2º	573	CELSO BAESSO	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA/ESPECIALIZAÇÃO
3º	620	TARCIANA MARIA BATISTI	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA/ESPECIALIZAÇÃO
4º	776	FABIANA REGINA DA CROCE DA SILVA	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA/ESPECIALIZAÇÃO
5º	39	ADRIANA SAUGO TREVILIN	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA/ESPECIALIZAÇÃO
6º	218	ROSELEINE MARIA DE ALMEIDA	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA/ESPECIALIZAÇÃO
7º	538	CRISTIANE SCHNEIDER	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA/ESPECIALIZAÇÃO
8º	521	KEROLYN MENEQUETTI	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

NÃO HABILITADOS
MATEMÁTICA

CLASSIF.	Nº	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
GERAL	INSC		
1º	661	JULIA BRUNA BASSO	CURSANDO 6º PERÍODO DE MATEMÁTICA

2º	67	SANDRINI ALMEIDA DA SILVA	BACHAREL EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
3º	84	FRANCINE PIRIS DA SILVA PERUZZO	CURSANDO 4º PERÍODO DE MATEMÁTICA
4º	210	DIANE APARECIDA CASAGRANDE	CURSANDO 4º PERÍODO DE MATEMÁTICA
5º	513	LEANDRO CORREIA DOS SANTOS	CURSANDO 4º PERÍODO DE MATEMÁTICA
6º	609	CAMILA SCHUBERT	CURSANDO 2º PERÍODO DE MATEMÁTICA

HABILITADOS
CIÊNCIAS

CLASSIF.	Nº	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
GERAL	INSC		
1º	532	CLERIA WENZEL GRZEBIELUCHAS	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS/ESPECIALIZAÇÃO
2º	19	CLAUDIANA MENEGON	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS/ESPECIALIZAÇÃO
3º	541	FRANCIELI CRISTINA DA CROCE DA SILVA	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS/ESPECIALIZAÇÃO
4º	237	CRISTIANE GOBATO	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS/ESPECIALIZAÇÃO
5º	82	FRANCINE PIRIS DA SILVA PERUZZO	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS/ESPECIALIZAÇÃO
6º	301	JOSE GUILHERME STEINHAUS	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS/ESPECIALIZAÇÃO
7º	572	CELSO BAESSO	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS/ESPECIALIZAÇÃO
8º	622	TARCIANA MARIA BATISTI	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS/ESPECIALIZAÇÃO
9º	307	FABRINA MACHADO	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
10º	100	MARIA ISABEL MIGLIORINI	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

NÃO HABILITADOS
CIÊNCIAS

CLASSIF.	Nº	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
GERAL	INSC		
1º	68	SANDRINI ALMEIDA DA SILVA	BACHAREL EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

2º	737	MARILEI CRISTIANE DOS SANTOS BOARETTO	CURSANDO 4º PERÍODO CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
3º	494	JANIELI VILLANI FRANZOSI	CURSANDO 4º PERÍODO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
4º	2	FABRINA LUANA DA COSTA	CURSANDO 4º PERÍODO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
5º	504	JANES CRISTINA GARDA DOS SANTOS	CURSANDO 2º PERÍODO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
6º	674	VANESSA TIZONI	CURSANDO 2º PERÍODO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

HABILITADOS

INGLÊS

CLASSIF. GERAL	Nº INSC	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
1º	771	SONIA APARECIDA DAL PIVA	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS-INGLÊS/ESPECIALIZAÇÃO
2º	524	ROCHELER CARLA DALAZEN DOS SANTOS	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS-INGLÊS/ESPECIALIZAÇÃO
3º	664	ADRIANE VANIN DE ALMEIDA	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS-INGLÊS/ESPECIALIZAÇÃO
4º	500	SIMONE BREZOLIN	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS-INGLÊS
5º	49	LUCIANI CAPELIN	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS-INGLÊS

NÃO HABILITADOS

INGLÊS

CLASSIF. GERAL	Nº INSC	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
1º	389	KACIANE BACH	CURSANDO 8º PERÍODO DE PORTUGUÊS-INGLÊS
2º	90	TIAGO CARNEIRO DE ALMEIDA	CURSANDO 7º PERÍODO DE PORTUGUÊS-INGLÊS
3º	295	PRICILA KÁTIA FURLAN	CURSANDO 6º PERÍODO DE PORTUGUÊS-INGLÊS

4º	5	SIMONE LIDIA BEBBER	CURSANDO 5º PERÍODO DE INGLÊS
5º	24	ADRIANA REGINA STOCCO	CURSANDO 2º PERÍODO DE INGLÊS
6º	114	ELBA RENATA VITOR DA SILVA	CURSANDO 2º PERÍODO DE PORTUGUÊS-INGLÊS
7º	169	MANOELA CRISTINA GALEAZZI	CURSO DE INGLÊS FISK
8º	801	FABIANA CUNICO	CURSO DE INGLÊS ACADEMIA WASHINGTON
9º	392	MÁRCIA DE FÁTIMA PORSCH	CURSO DE INGLÊS FISK
10º	593	ANDREIA TACCA GRANDO	CURSO DE INGLÊS FISK
11º	350	CAMILA CAROLINI OTOWICZ	CURSO DE INGLÊS ACADEMIA WASHINGTON
12º	588	VANESSA TIZONI	CURSO DE INGLÊS ACADEMIA WASHINGTON

HABILITADOS

PORTUGUÊS

CLASSIF. GERAL	Nº INSC	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
1º	770	SONIA APARECIDA DAL PIVA	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS/ESPECIALIZAÇÃO
2º	167	ROSICLER LAZZAROTTO DE LIMA	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS/ESPECIALIZAÇÃO
3º	125	MARIA VILMAIR PEREIRA ALMEIDA	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS/ESPECIALIZAÇÃO
4º	229	MARLICE VILLANI PERAZOLI	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS/ESPECIALIZAÇÃO
5º	476	SANDRA MARIN	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS/ESPECIALIZAÇÃO
6º	7	SOLANGE FRANZOSI	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS/ESPECIALIZAÇÃO
7º	663	ADRIANE VANIN DE ALMEIDA	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS/ESPECIALIZAÇÃO
8º	479	DILCEIA DAS GRAÇAS ANES MACHADO	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS/ESPECIALIZAÇÃO
9º	191	ELIZANGELA FÁTIMA GAVA DALPONTE	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS/ESPECIALIZAÇÃO
10º	522	KEILA AVILA ELY	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS/ESPECIALIZAÇÃO
11º	48	LUCIANI CAPELIN	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS
12º	153	NEUSA LUCI NASCIMENTO LOUREIRO	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS

NÃO HABILITADOS

PORTUGUÊS

CLASSIF.	Nº	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
GERAL	INSC		
1º	388	KACIANE BACH	CURSANDO 8º PERÍODO DE PORTUGUÊS
2º	791	STELIA LUCIENNE SOROKA	CURSANDO 6º PERÍODO DE PORTUGUÊS
3º	296	PRICILA KÁTIA FURLAN	CURSANDO 6º PERÍODO DE PORTUGUÊS
4º	26	MARISA PASQUALIN MORETTO	CURSANDO 6º PERÍODO DE PORTUGUÊS
5º	108	PÂMELA BONKEVITCH	CURSANDO 5º PERÍODO DE PORTUGUÊS
6º	420	MÁRCIA BAESSO	CURSANDO 5º PERÍODO DE PORTUGUÊS
7º	526	ALICE ALVES DE REZENDE TARSO	CURSANDO 5º PERÍODO DE PORTUGUÊS
8º	382	RAQUEL AVILA	CURSANDO 5º PERÍODO DE PORTUGUÊS
9º	417	FABIANA DE MORAES	CURSANDO 5º PERÍODO DE PORTUGUÊS
10º	170	MANOELA CRISTINA GALEAZZI	CURSANDO 4º PERÍODO DE PORTUGUÊS
11º	563	GENECI MARIA BERGAMASCH	CURSANDO 4º PERÍODO DE PORTUGUÊS
12º	683	ELIZANDRA MACULAN	CURSANDO 4º PERÍODO DE PORTUGUÊS
13º	115	ELBA RENATA VITOR DA SILVA	CURSANDO 2º PERÍODO DE PORTUGUÊS

HABILITADOS

ESPANHOL

CLASSIF.	Nº	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
GERAL	INSC		
1º	6	SOLANGE FRANZOSI	LICENCIATURA EM ESPANHOL/ ESPECIALIZAÇÃO
2º	478	DILCEIA DAS GRAÇAS ANES MACHADO	LICENCIATURA EM ESPANHOL/ ESPECIALIZAÇÃO
3º	74	LUIS HERNAN GONZALEZ MORALES	LICENCIATURA EM ESPANHOL/ ESPECIALIZAÇÃO
4º	155	NEUSA LUCI NASCIMENTO LOUREIRO	LICENCIATURA EM ESPANHOL

NÃO HABILITADOS

ESPANHOL

CLASSIF.	Nº	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
GERAL	INSC		
1º	386	SOLANGE TOCHETTO BUZATTA	CURSO DE ESPANHOL FISK

HABILITADOS

INFORMÁTICA

CLASSIF.	Nº	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
GERAL	INSC		
1º	462	JOSIANE DE SOUZA CONTE	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS
2º	20	CARLA BALZAN PARIZOTTO	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

NÃO HABILITADOS

INFORMÁTICA

CLASSIF.	Nº	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
GERAL	INSC		
1º	40	EVELYN CRISTINA BROCARDI	CURSANDO 8º PERÍODO DE CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
2º	748	FABIANA CUNICO	CURSANDO 8º PERÍODO DE CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
3º	135	LEONARDO SPRICIGO	CURSANDO 8º PERÍODO DE CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
4º	300	JACKSON PERAZOLI	CURSANDO 8º PERÍODO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
5º	376	ALEX RODRIGO DETONI	CURSANDO 8º PERÍODO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
6º	718	CAMILA CAROLINI OTOWICZ	CURSANDO 6º PERÍODO DE ANÁLISE E DESENV. SISTEMAS
7º	28	ROBERTOM DA CAMPO	CURSANDO 6º PERÍODO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
8º	783	DJEISON RESCH	CURSANDO 2º PERÍODO DE INFORMÁTICA

HABILITADOS			
ARTE			

CLASSIF. GERAL	Nº INSC	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
1º	103	ANGELA MARIA GIROTTO	LICENCIATURA EM ARTES/ESPECIALIZAÇÃO
2º	179	ANA PAULA DABOIT	LICENCIATURA EM ARTES/ESPECIALIZAÇÃO
3º	574	CLECÍ MARIA LISSA DAL PRÁ	LICENCIATURA EM ARTES/ESPECIALIZAÇÃO
4º	346	NILCE BATISTA DA SILVA	LICENCIATURA EM ARTES/ESPECIALIZAÇÃO
5º	208	JESSICA PEYROT DOS SANTOS	LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS
6º	265	ALCINEI TADIOTTO	LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS
7º	324	ALINE DONADEL	LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS
8º	684	JANDIRA PEDROTTI	LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS

NÃO HABILITADOS			
ARTE			

CLASSIF. GERAL	Nº INSC	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
1º	412	EVERLISE DOS SANTOS	CURSANDO 2º PERÍODO EM ARTES VISUAIS
2º	512	FRANCIELI BORTOLINI CORRÊIA DOS SANTOS	CURSANDO 2º PERÍODO EM ARTES VISUAIS
3º	275	MARISTELA BEATRIZ SUZIN BRASSO	CURSANDO 2º PERÍODO EM ARTES VISUAIS
4º	575	DENISE RODRIGUES	CURSANDO 2º PERÍODO EM ARTES VISUAIS
5º	786	ROSANGELA PEREIRA DA SILVA	CURSANDO 2º PERÍODO EM ARTES VISUAIS
6º	631	MORGANA DANIEL CONTE EPPING	CURSANDO 2º PERÍODO EM ARTES VISUAIS
7º	496	JOSIANE CASAGRANDE	CURSANDO 2º PERÍODO EM ARTES VISUAIS
8º	635	RAQUEL MACIEL MINOZZO	CURSANDO 2º PERÍODO EM ARTES VISUAIS
9º	477	SANDRA MARIN	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS/ESPECIALIZAÇÃO
10º	408	TATIANE PAULA KLEIN	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
11º	269	EVELIZE DE CEZARO VALENTINI	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
12º	273	SUE ELLEN THIBES MARTINELO	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ESPECIALIZAÇÃO

13º	592	MARIZA HELENA RAMBO	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
-----	-----	---------------------	--

HABILITADOS			
ENSINO RELIGIOSO			

CLASSIF. GERAL	Nº INSC	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
1º	10	FERNANDA ORTOLANI	LICENCIATURA EM ENSINO RELIGIOSO

NÃO HABILITADOS			
ENSINO RELIGIOSO			

CLASSIF. GERAL	Nº INSC	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
1º	173	CLAUDIOMIRO DA SILVA	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR
2	165	MÁRIO LUIZ BALENA	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA/ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA E GEOGRAFIA
3º	551	SANDRA FÁTIMA GARDA FURLAN	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA E GEOGRAFIA
4º	259	ANA PAULA BRASIL VENTURA DE ALMEIDA ZILLI	LICENCIATURA EM HISTÓRIA

II - NÃO APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 007/2014:

ANOS INICIAIS

Nº INSC	PROFESSOR (A)	MOTIVO
242	SANDRA APARECIDA FISCHER BARZAN	FALTA HABILITAÇÃO NA ÁREA
578	VANUSA FRANCIELLI BOELTER MULLER	FALTA HABILITAÇÃO NA ÁREA

EDUCAÇÃO INFANTIL

Nº INSC	PROFESSOR (A)	MOTIVO
241	SANDRA APARECIDA FISCHER BARZAN	FALTA HABILITAÇÃO NA ÁREA

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de dezembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS – 1º A 30/11/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO OESTE**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 01/11/2014 até 30/11/2014

Espécie	Recebido no Período
Receitas Orçamentárias	2.525.455,75
4.1.7.2.1.00.00.00.00 Transferências da União	1.581.100,07
4.1.7.2.1.01.00.00.00 Participação na Receita da União	983.712,04
4.1.7.2.1.01.02.00.00 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	983.465,71
4.1.7.2.1.01.02.01.00 Cota Parte do FPM 60%	590.079,42
4.1.7.2.1.01.02.02.00 Cota Parte do FPM 25%	245.866,43
4.1.7.2.1.01.02.03.00 Cota Parte do FPM 15%	147.519,86
4.1.7.2.1.01.05.00.00 Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	246,33
4.1.7.2.1.01.05.01.00 Cota Parte do ITR 60%	147,80
4.1.7.2.1.01.05.02.00 Cota Parte do ITR 25%	61,58
4.1.7.2.1.01.05.03.00 Cota Parte do ITR 15%	36,95
4.1.7.2.1.22.00.00.00 Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	15.348,32
4.1.7.2.1.22.20.00.00 Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	639,76
4.1.7.2.1.22.70.00.00 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	14.708,56
4.1.7.2.1.33.00.00.00 Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	282.151,80
4.1.7.2.1.33.01.00.00 Programa de Assistência Farmacêutica Básica	9.781,38
4.1.7.2.1.33.02.00.00 Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	17.325,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00 Serviços de Atendimento Móvel as Urgências - SAMU	13.125,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00 PAB FIXO	47.801,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00 Agentes Comunitários de Saúde - ACS	33.462,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00 Saude Bucal - SB	9.670,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00 Saúde da Família - SF	45.390,00
4.1.7.2.1.33.08.00.00 Vigilância em Saúde	22.733,99
4.1.7.2.1.33.10.00.00 MAC - Ambulatorial e Hospitalar	77.863,43
4.1.7.2.1.33.15.00.00 Vigilância Epidemiológica	5.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00 Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	81.013,97
4.1.7.2.1.34.01.00.00 Transf. de Rec. Fund. Nac. As. Social - PBF/CRAS	8.400,00
4.1.7.2.1.34.02.00.00 Transf. de Rec. Fund. Nac. As. Social - IGD-BF	5.349,26
4.1.7.2.1.34.03.00.00 Transf. de Rec. Fund. Nac. As. Social - PPD	2.975,84
4.1.7.2.1.34.05.00.00 Transf. de Rec. Fund. Nac. As. Social - CREAS	13.000,00
4.1.7.2.1.34.07.00.00 Transf. de Rec. Fund. Nac. As. Social - IGD SUAS	2.083,37
4.1.7.2.1.34.08.00.00 Transf. Fundo Estad. Assist. Social - ALTO/CUSTEIO	5.197,50
4.1.7.2.1.34.11.00.00 Transf. Fundo Estad. Assist. Social - FMAS/MÉDIA/C	19.008,00
4.1.7.2.1.34.14.00.00 Transf. de Rec. Fund. Nac. Assit. Social - FMASPAC	25.000,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00 Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	213.491,29
4.1.7.2.1.35.01.00.00 Transferências do Salário-Educação	113.842,50
4.1.7.2.1.35.03.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	89.280,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	10.368,79
4.1.7.2.1.36.00.00.00 Transf. Financeira do ICMS - Desoneração - LC 87/9	5.382,65
4.1.7.2.1.36.01.00.00 L.C.Nº 87/96 - Desoneração ICMS - 60%	3.229,59
4.1.7.2.1.36.02.00.00 L.C.Nº 87/96 - Desoneração ICMS - 25%	1.345,66
4.1.7.2.1.36.03.00.00 L.C.Nº 87/96 - Desoneração ICMS - 15%	807,40
4.1.7.2.4.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.142.174,57
4.1.7.2.4.01.00.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEF	1.142.174,57
4.1.7.2.4.01.01.00.00 FUNDEB - MAGISTÉRIO	685.304,74
4.1.7.2.4.01.02.00.00 FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	456.869,83
9.1.7.2.1.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	-197.818,89
9.1.7.2.1.01.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	-196.742,36
9.1.7.2.1.01.02.00.00 Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-196.693,11
9.1.7.2.1.01.05.00.00 Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-49,25
9.1.7.2.1.36.00.00.00 Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	-1.076,53
9.1.7.2.1.36.01.00.00 Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	-1.076,53

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO OESTE

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 01/11/2014 até 30/11/2014

Espécie	Recebido no Período
---------	---------------------

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 15/12/2014

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

LAURI ALBERTO CENTENARO
SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DECRETO N.º 217/2014

DECRETO n.º 217/2014

DISPÕE SOBRE RECESSO DE FINAL DE ANO NA PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 94/2013.

Considerando os feriados nacionais dos dias 25 de dezembro de 2014(Natal) e 1º de janeiro de 2015(Confraternização Universal); Considerando a necessidade de cumprimento às normas contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal;

Considerando que o recesso mencionado proporciona redução do custeio da Administração Pública Municipal a necessidade de contenção de despesas em todos os órgãos da Administração, tendo em vista a queda na arrecadação de receitas, principalmente no FPM;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o RECESSO DE FINAL DE ANO na Prefeitura de São Pedro de Alcântara, no período de 22/12/2014 a 04/01/2015, exceto servidores da Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde.

Parágrafo Único: O período do recesso será descontado posteriormente quando o servidor gozar férias.

Art. 2º - As atividades referentes aos serviços públicos essenciais não serão paralisadas, sendo organizadas e executadas em conformidade com as atribuições e competências de cada Secretaria Municipal.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

DECRETO N.º 219/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 219/2014

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº. 002/2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 45, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo, objeto do Edital de Processo Seletivo nº. 002/2014, conforme relação de candidatos aprovados em anexo.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

DECRETO Nº204/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº204/2014

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

05.02.08.243.07-2036- Funcionamento e Manutenção da Assistência Social R\$ 1.002,72

Anula:

3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 1.002,72

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 1.002,72

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 26 de novembro de 2014.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

DECRETO Nº205/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº205/2014

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

06.02.23.695.8-2047- Funcionamento e Manutenção da Turismo R\$ 8.000,00

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 26 de novembro de 2014.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

DECRETO Nº206/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº206/2014

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 118.503,39 (dezesesseis mil, cento e doze reais e oitenta e seis centavos) por conta do Excesso de Arrecadação na dotação abaixo identificada:

04.01.12.361.4.2015 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 54.270,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas R\$ 54.270,00

04.01.12.365.4.2016 - Funcionamento e Manutenção do Educação Infantil R\$ 64.233,39

3.1.90.00.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas R\$ 64.233,39

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 26 de novembro de 2014.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

DECRETO Nº207/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº207/2014

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

05.02.08.243.07-2036- Funcionamento e Manutenção da Assistência Social R\$ 123,00

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 123,00

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 123,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 26 de novembro de 2014.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

DECRETO Nº208/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº208/2014

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

03.01.04.122.3-2004- Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Adm. e Finanças R\$ 753,27

Anula:

3.1.91.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 500,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 253,27

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 753,27

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 27 de novembro de 2014.
EDSON JOSE DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

DECRETO Nº209/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº209/2014

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 16.112,86 (dezesesseis mil, cento e doze reais e oitenta e seis centavos) por conta do Excesso de Arrecadação na dotação abaixo identificada:

04.01.12.361.4.2015 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 13.197,27

3.1.90.00.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas R\$ 5.337,32
3.1.91.00.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas R\$ 7.859,95

04.01.12.365.4.2016 - Funcionamento e Manutenção do Educação Infantil R\$ 2.915,59

3.1.90.00.00.00.00.00.0019 - Aplicações Diretas R\$ 1.191,37
3.1.91.00.00.00.00.00.0019 - Aplicações Diretas R\$ 1.724,22

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 28 de novembro de 2014.
EDSON JOSE DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

DECRETO Nº210/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº210/2014
TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.
DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

10.10.20.606.6-2027- Funcionamento e Manutenção da Agricultura R\$ 784,22
Anula:

3.1.9.0.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 664,08
3.1.9.1.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 120,14

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 784,22

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 28 de novembro de 2014.
EDSON JOSE DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

DECRETO Nº211/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº211/2014
TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.
DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

06.01.13.392.8.2044- Funcionamento e Manutenção da Cultura R\$ 3.010,00

Anula:

4.4.9.0.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 3.010,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 3.010,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 05 de dezembro de 2014.
EDSON JOSE DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

DECRETO Nº214/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº214/2014

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal em exercício de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.9-2057- Funcionamento e Manutenção da R\$ 7.700,00

Saúde Bucal

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 7.700,00

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 7.700,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 09 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

DECRETO Nº216/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº216/2014

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de saúde de São Pedro de Alcântara.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 9.900,08 (nove mil, novecentos reais e oito centavos) por conta do Excesso

de Arrecadação na dotação abaixo identificada:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.9.2055 - Funcionamento e Manutenção do PSF R\$ 9.900,08

3.1.90.00.00.00.00.00143 - Aplicações Diretas R\$ 9.900,08

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 10 de dezembro de 2014.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

DECRETO Nº218/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº218/2014

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) por conta do Excesso de Arrecadação na dotação abaixo identificada:

04.01.12.361.4.2015 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 21.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas R\$ 21.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 10 de dezembro de 2014.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

DECRETO Nº. 220/2014 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01 - Fone/Fax: (048) 32770122

CEP: 88125-000 - São Pedro de Alcântara - SC.

DECRETO Nº. 220/2014 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTOS PARA REGULAMENTAÇÃO DOS
BENS PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º. - Este Decreto estabelece normas e procedimentos para o controle eficiente dos bens móveis, imóveis e intangíveis que compõe o patrimônio público do Município de São Pedro de Alcântara que contém as seguintes etapas:

I - RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS BENS MÓVEIS, IMÓVEIS E INTANGÍVEIS;

I.1. Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.

II - REGISTRO DE FENÔMENOS ECONÔMICOS, RESULTANTES OU INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, TAIS COMO DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO.

II.1 - Definição de tabela de taxa de depreciação, amortização e exaustão, e vida útil dos bens móveis;

II.2 - Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos;

II.3 - Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.

Seção I - Dos Conceitos

Art. 2º. Para fins de cumprimento deste Decreto entende-se que:

I - DEPRECIÇÃO é a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

II - AMORTIZAÇÃO é a perda de valor dos bens imateriais em razão do tempo. Enquanto a Depreciação é usada para os bens materiais (tangíveis) a Amortização é usada para os bens imateriais (intangíveis) como marcas e patentes.

III - EXAUSTÃO é o fenômeno patrimonial que caracteriza a perda de valor que sofrem as imobilizações suscetíveis de exploração e que se esgotam no decorrer do tempo, como por exemplo as reservas minerais e vegetais (bosques, florestas, jazidas..etc).

IV - MENSURAÇÃO é o ato de medir, ou seja, consiste na atribuição de valores monetários aos elementos que compõem o patrimônio.

V - VALOR BRUTO CONTÁBIL é o valor do bem registrado na contabilidade, em uma determinada data, sem a dedução da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada.

VI - VALOR DEPRECIÁVEL, AMORTIZÁVEL E EXAURÍVEL é o valor original de um ativo deduzido do seu valor residual, quando possível ou necessária a sua determinação.

VII - VALOR RESIDUAL é o montante líquido que a entidade espera, com razoável segurança, obter por um ativo no fim de sua vida útil econômica, deduzidos os gastos esperados para sua alienação.

VIII - VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL é o valor do bem registrado na contabilidade, em uma determinada data, deduzido da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada.

IX - VIDA ÚTIL ECONÔMICA é o período de tempo definido ou estimado tecnicamente, durante o qual se espera obter fluxos de benefícios futuros de um ativo.

X - VALOR RECUPERÁVEL é o valor de venda de um ativo menos o custo para a sua alienação (preço líquido de venda), ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, estimado com base nos fluxos de caixa futuros trazidos a valor presente por meio de taxa de desconto (valor em uso), o que for maior.

XI - VIDA ÚTIL é o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo ou o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo.

XII - BEM TANGÍVEL - é aquele que pode ser possuído e realizado. São os bens físicos e materiais que podem ser tocados e vistos. Neste grupo temos os bens móveis e imóveis.

XIII - BEM INTANGÍVEL - são Aqueles que não podem ser tocados e vistos, ou seja, são os bens que possuem valor econômico mas carecem de substância física.

XIV - BENS DE USO COMUM também chamados de Bens de Infraestrutura são os bens de uso geral, que podem ser utilizados livremente por todos os indivíduo, como as praças, rios, praias, os parques, as vias públicas, as pontes...etc.

CAPÍTULO II

DO RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO

Art. 3º. - Para atendimento do item I do Artigo 1º serão adotados os seguintes procedimentos:

I - Instituição de Comissão específica, para promoção de levantamento geral dos bens da entidade, confrontando-os com os registros constantes Controle do Patrimônio

II - promover a reavaliação dos mesmos, a preços de mercado, ou a valor recuperável.

III - Adoção de procedimentos específicos, visando ao Controle de Patrimônio, a possibilidade de averiguação periódica de incorporação, baixa e movimentação dos bens.

IV - Elaboração de relatórios específicos, pelo Controle de Patrimônio, encaminhando-os ao Departamento de Contabilidade, para a evidenciação das incorporações, baixas ou movimentação dos bens.

V - Quando se tratar de Bem Imóvel proceder-se-á levantamento junto aos Cartórios de Notas e de Registro de Imóveis, averiguando-se assim a situação jurídica desses imóveis; bem como a averiguação física dos mesmos, com a reavaliação destes, a preço de mercado ou a valor recuperável, promovendo-se destarte o reconhecimento e a mensuração deste ativo.

VI - Com relação aos Bens Intangíveis adotar-se-á os seguintes procedimentos:

VI.1 - Adoção de procedimento específico visando à identificação de possíveis bens intangíveis que componham o patrimônio da entidade.

VI.2 - Reconhecimento dos bens intangíveis somente nos casos em que for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade e

quando o custo deste ativo possa ser mensurado com segurança.

VI.3 - Mensuração dos bens intangíveis com base no valor de aquisição ou de produção, exceto aqueles obtidos a título gratuito, ou daqueles com impossibilidade de valoração, cujas avaliações devem ser objeto de notas explicativas.

VI.4 - Evidenciação somente dos bens intangíveis que possam ser reconhecidos e mensurados com segurança.

Artigo 4º. - As normas aqui estabelecidas são aplicáveis a todas as unidades gestoras que compõe a administração Municipal de São Pedro de Alcântara.

Seção I - Da Responsabilidade

Artigo 5º. - Compete ao servidor que vier a ser designado pelo Prefeito Municipal a supervisão, guarda e controle dos bens patrimoniais com o auxílio direto dos responsáveis dos centros de custos.

Parágrafo Único - Para garantir a responsabilidade pela guarda e preservação dos bens o coordenador do patrimônio deverá:

I - levar ao conhecimento de todos os responsáveis do centro de custo o teor deste regulamento;

II - recolher de cada responsável, a assinatura no "Termo de Responsabilidade" dos bens que estão sob sua guarda e proteção.

III - exigir dos responsáveis a comunicação no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, do conhecimento da ocorrência de extravio, perda, roubo, furto ou qualquer outra anormalidade que venha ocorrer com os bens sob sua responsabilidade.

IV - instituir cronograma de inspeção periódica nos diversos Centros de Custos.

V - instituir penalidade aos responsáveis, quando verificado na inspeção a ausência de bens patrimoniais que não tenha sido objeto de comunicação de acordo com o item III.

Seção II - Do Tombamento

Artigo 6º. - Tombamento é o ato de incorporar um bem ao cadastro patrimonial, com a numeração e a identificação respectiva.

Parágrafo Único - Devem ser incorporadas ao patrimônio, além dos bens imóveis, todos os bens móveis adquiridos por compra, por doação por permuta ou fabricados pela própria municipalidade, e cuja durabilidade seja superior a dois anos.

Artigo 7º. - Para proceder o tombamento de um bem novo que vier a ser adquirido, o coordenador do patrimônio deverá obedecer os seguintes passos:

I - solicitar do setor de almoxarifado ou na ausência deste, do setor de contabilidade a nota de empenho e respectiva nota fiscal.

II - obedecer no cadastramento do bem, a classificação contábil adotada no empenho.

III - afixar a plaqueta de identificação e inserir o bem no sistema de Controle Patrimonial.

IV - imprimir o novo Termo de Responsabilidade e colher a assinatura do responsável do centro de custo onde o bem foi cadastrado.

Artigo 8º. - No caso de bem móvel recebido em doação, deverá

acompanhar no ato do tombamento o Termo de Doação firmado entre as partes e a Lei Autorizativa.

Artigo 9º. - Para tombamento de um bem imóvel deverá o coordenador do Patrimônio estar munido do documento comprobatório que podem ser:

a) no caso de terreno, documento que comprove a sua propriedade (escritura pública).

b) No caso de edificação, termo de recebimento definitivo da obra.

Seção III - Da Movimentação

Artigo 10 - A movimentação de um bem patrimonial consiste no ato de alterar a sua localização, ou seja, passar de um centro de custo para outro.

Artigo 11 - Quando o bem é transferido dentro da mesma unidade gestora será emitido o Termo de Transferência que será assinado pelo responsável do centro de custo de origem e do centro de custo de destino.

Artigo 12 - Quando a transferência ocorrer entre unidades gestoras distintas da Administração será emitido o Termo e Transferência de Bens entre Entidades".

Artigo 13 - No órgão de destino será feita a incorporação do bem cedido, mantendo o número da plaqueta da Entidade de Origem.

Artigo 14 - Quando a Transferência ocorrer entre Unidades Gestoras a formalização do Ato se dará por Decreto do Chefe do Poder.

Seção IV - Das Baixas

Artigo 15 - A baixa de um bem, também chamado de destombamento ou desincorporação consiste na exclusão do bem do cadastro patrimonial de uma unidade administrativa.

§ 1º. - A baixa poderá acontecer em virtude das hipóteses abaixo enumeradas:

- I - Alienação;
- II - Desaparecimento (furto, roubo, perda ou extravio).
- III - Imprestável.

§ 2º. - a alienação de bens móveis ou imóveis, dependerá de autorização legislativa, avaliação e de licitação.

§ 3º. - o laudo de avaliação é o documento utilizado pela comissão técnica constituída para promover a avaliação de bens patrimoniais destinados a alienação, que deverá conter, no mínimo os seguintes itens:

- a) número;
- b) registro patrimonial de bens alienados (identificação, quantidade e especificação);
- c) estado de conservação;
- d) data da avaliação;
- e) valor estimado e;
- f) assinatura dos membros da comissão.

§ 4º. - A comissão de avaliação será composta de no mínimo três pessoas a serem indicadas pelo Prefeito Municipal.

§ 5º. - No caso de bem móvel desaparecido por furto, roubo, perda ou extravio, o responsável pelo setor do patrimônio deverá providenciar o boletim de ocorrência no prazo máximo de 05 (cinco) dias, e se necessário, proceder à abertura da sindicância

administrativa.

§ 6º. - Os bens imprestáveis serão recolhidos ao almoxarifado central, que após a avaliação, será providenciado a sua baixa do cadastro patrimonial.

Seção V - Da Inspeção

Artigo 16 - A inspeção consiste na visita do coordenador do patrimônio aos centros de custos, visando garantir o fiel cumprimento deste regulamento.

Parágrafo Único - A inspeção consiste em:

I - Comparar os bens relacionados no Termo de Responsabilidade emitido no levantamento ou ultima inspeção realizada com os atualmente existentes no centro de custo;

II - Cadastrar possíveis bens novos existentes que não constam no cadastro patrimonial, verificando em especial a sua origem;

III - Verificar o destino do bem existente no cadastro patrimonial mas não localizado no centro de custo por ocasião da inspeção.

IV - Verificar o estado de conservação dos bens e proceder se necessário, a sua respectiva correção ou depreciação.

Artigo 17 - A inspeção tem por objetivo propor a adoção de providências administrativas quando verificado o não cumprimento das normas patrimoniais.

Artigo 18 - Após a inspeção e dos ajustes realizados deverá ser emitido novo Termo de Responsabilidade para assinatura do responsável.

Seção VI - Do Inventário Patrimonial

Artigo 19 - O inventário físico dos bens patrimoniais é o relatório final que conterá o quantitativo, a descrição, a identificação e a localização de todos os bens que compõem o cadastro patrimonial.

Artigo 20 - O inventário patrimonial juntamente com o relatório dos bens por conta e/ou natureza deverá ser emitido ao final de cada exercício financeiro e entregue ao Departamento de Contabilidade para que este proceda os ajustes necessários para fechamento do inventário com os assentos contábeis.

CAPÍTULO III

REGISTRO DE FENÔMENOS ECONÔMICOS, RESULTANTES OU INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, TAIS COMO DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO

Seção I - Da Depreciação

Art. 21 - Para o cálculo da depreciação dos bens que compõem o patrimônio público do município de São Pedro de Alcântara, será adotado a tabela abaixo, que define o período de vida útil de cada conta contábil bem como o seu valor residual:

CONTA	TÍTULO	Vida Útil	Taxa. Mensal	Valor Residual
14212.02.00	AERONAVES	--	-	--
14212.04.00	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	15 anos	0,500%	10%

14212.06.00	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	10 anos	0,667%	20%
14212.08.00	APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MEDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAS E HOSPITAIS.	15 anos	0,445%	20%
14212.10.00	APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E DIVERSOES	10 anos	0,750%	10%
14212.12.00	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMESTICOS	10 anos	0,750%	10%
14212.13.00	ARMAZENS ESTRUTURAIIS - COBERTURAS DE LONA	10 anos	0,750	10%
14212.14.00	ARMAMENTOS	20 anos	0,354	15%
14212.16.00	BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS	--	-	--
14212.18.00	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	10 anos	0,840	0%
14212.19.00	DISCOTECAS E FILMOTECAS	5 anos	1,500	10%
14212.20.00	EMBARCACOES	--	-	--
14212.22.00	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	20 anos	0,375	10%
14212.24.00	EQUIPAMENTOS DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	10 anos	0,750	10%
14212.26.00	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	20 anos	0,375	10%
14212.28.00	MAQUINAS E EQUIP. DE NATUREZA INDUSTRIAL	20 anos	0,375	10%
14212.30.00	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	10 anos	0,750	10%

14212.32.00	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	15 anos	0,500	10%
14212.33.00	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	10 anos	0,750	10%
14212.34.00	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10 anos	0,750	10%
14212.35.00	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	5 anos	1,500	10%
14212.36.00	MAQUINAS, INSTALACOES E UTENSÍLIOS DE ESCRITORIO	10 anos	0,750	10%
14212.38.00	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	10 anos	0,750	10%
14212.39.00	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	10 anos	0,750	10%
14212.40.00	MAQ. EQUIPAMENTOS UTENSILIOS AGRICOLAS, AGROPECUÁRIOS E ROBOVIARIOS	10 anos	0,750	10%
14212.42.00	MOBILIARIO EM GERAL	10 anos	0,750	10%
14212.44.00	OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	- -	-	- -
14212.46.00	SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	10 anos	0,750	10%
14212.48.00	VEICULOS DIVERSOS	15	0,500	10%
14212.49.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL SIGILOSO E RESERVADO	10 anos	0,750	10%
14212.50.00	VEICULOS FERROVIARIOS	30 anos	0,250	10%
14212.51.00	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	10 anos	0,750	10%
14212.52.00	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	15 anos	0,50	10%

14212.53.00	CARROS DE COMBATE	30 anos	0,250	10%
14212.54.00	EQUIP., PECAS E ACESSORIOS AERONAUTICOS	30 anos	0,250	10%
14212.56.00	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACES.DE PROTECAO AO VOO	30 anos	0,250	10%
14212.57.00	ACESSORIOS PARA AUTOMOVEIS	5 anos	1,500	10%
14212.58.00	EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	15 anos	0,500	10%
14212.60.00	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS MARI-TIMOS	15 anos		10%
14212.83.00	EQUIPAMENTOS E SISTEMA DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AMBIENTAL	10 anos	0,750	10%

§ 1º - As contas 14212.02.00 (AERONAVES), 14212.16.00 (BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS) e 14212.20.00 (EMBARCACOES) não possuem valores estipulados porque são bens muito específicos, sendo assim, a definição da vida útil e valor residual ficará a critério dos órgãos que possuem tais bens.

§ 2º - A conta 14.212.44.00 (OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO) não possui valores estipulados porque obras de arte e peças em exposição são bens que não sofrem depreciação.

Art. 22 - A depreciação será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

Art. 23 - O valor depreciado, amortizado ou exaurido, apurado mensalmente, deve ser reconhecido nas contas de resultado do exercício.

Art. 24 - A depreciação, a amortização e a exaustão devem ser reconhecidas até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual.

Seção II - Do Método De Depreciação

Art. 25 - O método de depreciação, amortização e exaustão deve ser compatível com a vida útil econômica do ativo e aplicado uniformemente.

Art. 26 - O método a ser utilizado pelo município de São Pedro de Alcântara para o cálculo da depreciação é o Método Linear também chamado de Método de Quotas Constantes que consiste na aplicação de taxas constantes durante o tempo de vida útil estimado para o bem, ou seja, é a divisão do valor a ser depreciado pelo período de vida útil.

Seção III - Da Amortização

Art. 27 - Amortização é a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos

intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

Parágrafo Único - A amortização é um mecanismo utilizado principalmente para registro da perda de valor de bens intangíveis (marcas e patentes) e para amortizar o custo das construções e benfeitorias em bens locados, arrendados ou cedidos por terceiros.

Art. 28 - A taxa de amortização será fixada tendo em vista o período restante da existência do direito de locação, arrendamento ou cessão.

Parágrafo Único - A taxa de amortização será obtida pelo método linear (ou método das quotas constantes). O custo do intangível amortizável é distribuído, através do seu prazo de duração ou existência, de forma uniforme, de acordo com a seguinte fórmula:

Seção IV - Da Exaustão

Art. 29 - A exaustão consiste em esgotar completamente o valor de um bem. Em termos contábeis, a exaustão se relaciona com a perda de valor dos bens ou direitos do ativo, ao longo do tempo, decorrentes de sua exploração (extração ou aproveitamento) mineral ou florestal.

Parágrafo Único - O método utilizado para o cálculo da exaustão é obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

CAPÍTULO IV

DOS BENS DE INFRAESTRUTURA

Art. 30 - Os bens de uso comum de que trata o inciso XIV, do Artigo 2º, deste Decreto, será regulamentado através de ato específico, dentro do prazo estipulado no Decreto que "Institui o Cronograma de Execução das Atividades a serem Implementadas para o Atendimento Integral dos Dispostos Constantes no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP".

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 31. - Os casos omissos serão objeto de regulamentação adicional por parte da coordenação e controle de patrimônio.

Artigo 32 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 33 - Registre-se e publique-se.

São Pedro de Alcântara, 11 de dezembro de 2014

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e

DECRETO Nº212/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº212/2014

ANULA E SUPLEMENTA VERBAS NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei nº 930/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 65.350,00 (Sessenta e cinco mil

trezentos e cinquenta reais) nas dotações abaixo identificadas :

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.009.2.056 - Func. e Manutenção da Coordenação da Saúde R\$ 54.400,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas

R\$ 43.000,00 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.400,00

11.01.10.301.0009.2.057 - Func. e Manutenção da Saúde Bucal R\$ 8.500,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 8.500,00

11.01.10.301.0009.2.059 - Func. e Manutenção da Vigilância em Saúde R\$ 450,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 450,00

11.01.10.301.0009.2.055 - Funcionamento e Manutenção do PSF R\$ 2.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º deste decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no total de R\$ 65.350,00 (Sessenta e cinco mil trezentos e cinquenta reais) na dotação abaixo identificada:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.1.090 - Aquisição de Veículo

R\$ 2.700,00 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000 .0 - Aplicações Diretas R\$ 2.700,00

11.01.10.301.0009.2.065 - Programa de Qualidade da Água R\$ 62.650,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 12.650,00

Art.3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 09 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e

DECRETO Nº213/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SE GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº213/2014

ANULA E SUPLEMENTA VERBAS NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA .

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade

com a autorização que lhe confere a Lei nº 930/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 79.559,00 (Setenta e nove mil quinhentos e cinquenta e nove reais) nas dotações abaixo identificadas:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.0004.2.015 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 16.100,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.161.0 - Aplicações Diretas R\$ 13.500,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.161.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.600,00

04.01.12.365.0004.2.016 - Func. e Manutenção da Educação Infantil R\$43.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.161.0 - Aplicações Diretas R\$33.400,00 3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.161.0 - Aplicações Diretas R\$ 8.100,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.161.0 - Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

04.01.27.812.0005.2.025 - Func. e Manutenção do Esporte Amador R\$ 1.500,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

05 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.02.8.243.0007.2.036 - Func. e Manutenção da Assistência Social R\$ 3.376,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0- Aplicações Diretas R\$ 3.130,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 246,00

08- ENCARGOS GERAIS

08.01.28.845.0011.2.086- Contribuição ao PASEP R\$ 12.912,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 12.912,00

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01.4.122.0003.2.005- Contribuição a FECAM, CNM E GRANFOLIS R\$ 2.671,00

3.3.50.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 2.671,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º deste decreto fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 79.559,00 (Setenta e nove mil quinhentos e cinquenta e nove reais) nas dotações abaixo identificada:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01.4.122.0003.2.004 - Func. e Manutenção da Secretaria De Administração e Finanças R\$ 40.669,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 39.789,00

3.1.71.00.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 396,00

3.3.71.00.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 440,00

4.4.71.00.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 44,00

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.0010.2.083- Construção de Pontes R\$ 3.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

07.01.6.182.0010.2.076 - Segurança no Trânsito R\$ 1.169,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 1.169,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.0004.1.012 - Ampliação e Reforma da Escola R\$ 7.000,00

4.4.90.00.00.00.00.1.161.0 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

06 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.02.23.695.0008 .2047 - Func. e Manutenção do Turismo R\$ 1.408,00

3.1.90.00.00.00.00.1.000.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 417,00

3.3.90.00.00.00.00.1.000.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 991,00

06.01.13.392.0008.2.044 - Func. e Manutenção da Cultura R\$ 1.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.065 - Programa de Qualidade da Água R\$ 25.313,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 25.313,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 09 de dezembro de 2014.
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL e.e

EDITAL DE AUMENTO PROVISÓRIO DE CARGA HORÁRIA Nº 01/2014

EDITAL DE AUMENTO PROVISÓRIO DE CARGA HORÁRIA Nº 01/2014

O Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, apresenta o presente Edital:

Art. 1º - Fica regulamentado no município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, o processo seletivo para aumento provisório de carga horária para os professores da educação infantil e ensino fundamental, para o ano letivo de 2015.

Art. 2º - Os/as professores (as) os quais tiverem interesse em alteração de carga horária para o ano letivo de 2015 deverão comparecer na hora e local determinado, pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º - Todos os/as professores (as) efetivos na Secretaria Municipal de Educação estão aptos a participarem, desde que estejam dentro dos critérios apresentados neste edital;

§ 2º - Os/as professores (as) que possuem interesse em alterar sua carga horária provisoriamente para o ano letivo de 2015, que não comparecerem no dia e local determinados, não estarão aptos para o aumento de carga horária provisória.

Art. 3º - Fica definido que o processo de aumento provisório de carga horária para o ano letivo de 2015 ocorrerá no dia 17 de Dezembro de 2014 às 17h, na Sala de Reuniões, localizada no Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

Art. 4º - O aumento provisório de carga horária será concedido de acordo com os critérios, determinados pelo Art. 1º da Resolução nº 09/2014, do CME:

I - Tempo de serviço no magistério público do município, conforme data de admissão no concurso realizado; havendo empate

II - Classificação no concurso prestado; havendo empate

III - Havendo empate em todos os critérios acima, será utilizado para desempate a maior idade do candidato.

Art. 5º - Professores (as) II da educação infantil só poderão aumentar provisoriamente a carga horária até o limite de 30h semanais, devido a organização das turmas de educação infantil.

Art. 6º - Professores (as) I - auxiliar de sala da educação infantil, poderão aumentar provisoriamente 10h de sua carga horária para o ano letivo de 2015.

Art. 7º - Será concedido, aos Professores (as) do ensino fundamental - anos iniciais, o aumento de carga horária provisória de 20h semanais.

Art. 8º - O aumento provisório de carga horária para o ano de 2015 será permitido de acordo com a tabela de vagas no anexo I, deste edital.

Art. 9º - Após a concessão do aumento provisório de carga horária para o ano letivo de 2015, o Professor (a), deverá assinar o Anexo II, o qual será deferido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e encaminhado ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal.

São Pedro de Alcântara, 12 de dezembro de 2014.

FLÁVIO MÜNICH

Secretário de Educação, Cultura e Desporto

ANEXO I

Segue abaixo as vagas disponíveis, na Escola Básica Municipal Drº Adalberto Tolentino de Carvalho:

Professor (a) Titular	
	Vespertino
2º Ano	Uma vaga de 20h
4º Ano	Uma vaga de 20h
5º Ano	Uma vaga de 20h

Professor (a) Plantão	
Matutino	Vespertino
Uma vaga de 20h	Uma vaga de 20h

Segue abaixo a tabela de vagas para a Escola Reunida Municipal de Santa Filomena Profº Augusto Schnitzler:

Professor I – Auxiliar de Sala	
	Vespertino
Anos Iniciais	Uma vaga de 10h

Segue abaixo a tabela de vagas para o Centro de Educação Infantil Professora Leonida Vieira Francener:

Professor II	
	Vespertino
Maternal II	Uma vaga de 10h
Pré – escolar I	Uma vaga de 30h

Segue abaixo a tabela de vagas para o Centro de Educação Infantil Frei Ático:

Professor II	
	Vespertino
Maternal I	Uma vaga de 30h
Maternal II	Uma vaga de 30h
Pré – escolar I	Uma vaga de 10h

Professor I – Auxiliar de Sala	
	Vespertino
Berçário	Uma vaga de 30h
Maternal I	Uma vaga de 20h

ANEXO II

REQUERIMENTO

Eu, _____, portador (a) do CPF nº _____ e RG nº _____, servidor (a) efetivo (a) da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para o cargo de _____, solicito aumento de carga horária provisória para o ano letivo de 2015, conforme edital de aumento provisório de carga horária nº 01/2014 de _____ horas para atendimento a turma _____, turno _____ para o ano letivo de 2015, na (o):
 () E.B.M Drº Adalberto Tolentino de Carvalho
 () C.E.I Profª Leonida Vieira Francener
 () C.E.I Frei Ático
 () E.R.M Santa Filomena Profº Augusto Schnitzler

São Pedro de Alcântara, 17 de dezembro de 2014.

Nome:

PORTARIA N.º 459/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
 GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000
 - Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 459/2014

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor JUCÉLIO FREIBERGER BAUNGARTEN, ocupante do cargo de Motorista II, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97 RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor

JUCÉLIO FREIBERGER BAUNGARTEN, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar da data de 16/12/2014, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 460/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000

- Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.

sc.gov.br

PORTARIA n.º 460/2014

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor CELSO PEDRO GOTERRA, ocupante do cargo de Mecânico II, lotado na Secretaria de Transportes e Obras.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º - Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor CELSO PEDRO GOTERRA, pelo período de 20 (vinte) dias, a contar da data de 05/12/2014, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05/12/2014.

Art. 3.º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 461/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 461/2014

Concede Licença Prêmio a servidora MARIA ELIETE DA SILVA ENDER.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 111, da Lei Complementar 05/1997,

RESOLVE:

Art. 1.º - Conceder a servidora MARIA ELIETE DA SILVA ENDER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Licença Prêmio referente ao período aquisitivo 2008 a 2013.

Art. 2.º - A servidora fará gozo da licença pelo período de vinte dias, a partir de 08/12/2014.

Art. 3.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08/12/2014.

Art. 4.º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 462/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 462/2014

Exonera ADRIANA KARLA SCHUTZ DA SILVA do cargo de Professora I Auxiliar de Sala.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º - Exonerar ADRIANA KARLA SCHUTZ DA SILVA do cargo de Professora I Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 016/2014.

Art. 2.º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 463/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 463/2014

Exonera ADRIANA VIEIRA do cargo de Professora II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar ADRIANA VIEIRA do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 050/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de dezembro de 2014.
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 464/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 464/2014

Exonera AILSO EGER do cargo de Motorista II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar AILSO EGER do cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 039/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de dezembro de 2014.
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 465/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 465/2014

Exonera ALINE APARECIDA DOS SANTOS do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar ALINE APARECIDA DOS SANTOS do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, contrato de trabalho nº. 030/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de dezembro de 2014.
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 466/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 466/2014

Exonera AMÉLIA GUETTEN LOHN do cargo de Professora I Auxiliar de Sala.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar AMÉLIA GUETTEN LOHN do cargo de Professora I Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 028/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de dezembro de 2014.
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 467/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 467/2014

Exonera BERNADETE ZENAIDE FERREIRA BERNARDO do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar BERNADETE ZENAIDE FERREIRA BERNARDO do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, contrato de trabalho nº. 065/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de dezembro de 2014.
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 468/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 468/2014
Exonera CRISTIANE HOFFMANN do cargo de Professora II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar CRISTIANE HOFFMANN do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 032/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de dezembro de 2014.
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 469/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 469/2014
Exonera EDUARDA STAHELIN do cargo de Professora I - Auxiliar de Sala.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar EDUARDA STAHELIN do cargo de Professora I - Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 057/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de dezembro de 2014.
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 470/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 470/2014
Exonera ELAINE CRISTINA ALVES do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar ELAINE CRISTINA ALVES do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, contrato de trabalho nº. 008/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de dezembro de 2014.
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 471/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 471/2014
Exonera FABIANA HAMES do cargo de Professora II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar FABIANA HAMES do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 072/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de dezembro de 2014.
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 472/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 472/2014

Exonera FABIANA LOHN do cargo de Professora II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar FABIANA LOHN do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 054/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 473/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 473/2014

Exonera FERNANDA DE SOUZA KIRCHNER do cargo de Professora II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar FERNANDA DE SOUZA KIRCHNER do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 036/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 474/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 474/2014

Exonera FILIPE LOHN do cargo de Professor I - Horista.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar FILIPE LOHN do cargo de Professor I - Horista, contrato de trabalho nº. 045/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 475/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 475/2014

Exonera FRANCIELLE SCHUTZ do cargo de Professor I - Auxiliar de Sala.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar FRANCIELLE SCHUTZ do cargo de Professor I - Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 046/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 476/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 476/2014

Exonera GISELE MATIAS JUNCKES do cargo de Professora I Auxiliar de Sala.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar GISELE MATIAS JUNCKES do cargo de Professora I Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 034/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 477/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 477/2014

Exonera GLAUCEA HENCKEL BAUER do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar GLAUCEA HENCKEL BAUER do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, contrato de trabalho nº. 069/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 478/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 478/2014

Exonera JOSÉ MÁRIO DE CASTRO do cargo de Motorista II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar JOSÉ MÁRIO DE CASTRO do cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 047/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 479/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 479/2014

Exonera LETICIA DOS SANTOS do cargo de Professora I Auxiliar de Sala.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar LETICIA DOS SANTOS do cargo de Professora I Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 071/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 480/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 480/2014

Exonera LUCIA HELENA MARTINS RODRIGUES do cargo de Professora II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar LUCIA HELENA MARTINS RODRIGUES do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 037/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 481/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 481/2014

Exonera LUCIANA MATOS CORDEIRO do cargo de Professora I Auxiliar de Sala.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar LUCIANA MATOS CORDEIRO do cargo de Professora I Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 029/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 482/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 482/2014

Exonera MARLUCIA CORDEIRO do cargo de Professora II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar MARLUCIA CORDEIRO do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 035/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 483/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 483/2014

Exonera ROSALVA STAHELIN KUHN do cargo de Professora II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar ROSALVA STAHELIN KUHN do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 038/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 484/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 484/2014

Exonera TATIANA CORDEIRO DA SILVA do cargo de Professora II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar TATIANA CORDEIRO DA SILVA do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 076/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 485/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 485/2014

Exonera THIAGO RODRIGUES do cargo de Professor II - Horista.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar THIAGO RODRIGUES do cargo de Professor II - Horista, contrato de trabalho nº. 044/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 486/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 486/2014

Exonera VALCIR JOSÉ KRETZER JÚNIOR do cargo de Motorista II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro

de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar VALCIR JOSÉ KRETZER JÚNIOR do cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 025/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 062/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 062/2014, CELEBRANDO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA CAMILA GUIMARÃES DE OLIVEIRA OCUPANTE DO CARGO DE ODONTOLOGA - ESF.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita CAMILA GUIMARÃES DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 009.474.539-03, residente e domiciliada a Rua Pedro André Hermes, nº. 168 - Nossa Senhora do Rosário, São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2013, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 062/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 062/2014 até o dia 30/04/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 12 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 070/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 070/2014, CELEBRANDO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA ANA CLAUDIA DA SILVA GALDINO OCUPANTE DO CARGO DE MEDICA CLINICA GERAL.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita ANA CLAUDIA DA SILVA GALDINO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 076.503.739-40, residente e domiciliada a Rua São Francisco, nº. 170 - Centro - Florianópolis/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2013, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 070/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:
Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 070/2014 até o dia 30/01/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 12 de dezembro de 2014.
MUNICÍPIO CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

RESOLUÇÃO Nº09/2014
RESOLUÇÃO Nº09/2014

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso XI do art. 12, do Regimento Interno deste Conselho, Resolve:

Art. 1º Considerar-se-ão os seguintes critérios para aumento provisório de carga horária, para os membros efetivos do magistério público municipal de São Pedro de Alcântara:

I - Tempo de serviço no magistério público do município conforme data de admissão no concurso realizado; havendo empate

II - Classificação no concurso prestado; havendo empate

§1º Havendo empate em todos os critérios acima, será utilizado para desempate a maior idade do candidato.

Art. 2º O professor escolhendo a sua vaga deverá assinar o requerimento de solicitação de alteração provisória de carga horária para o ano letivo em curso.

São Pedro de Alcântara, 11 de dezembro de 2014.
PAULO HENRIQUE LOHN
Presidente do Conselho Municipal de Educação

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 022/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 022/2014, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA BRUNA DE SOUZA OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA AUXILIAR DE SALA.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora BRUNA DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 090.960.809-12, residente a Rua Geral, s/nº, Santa Filomena - São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2013, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 022/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:
Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 022/2014 até o dia 16/03/2015, data em que termina a estabilidade após o parto.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 12 de dezembro de 2014.
MUNICÍPIO CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 052/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 052/2014, CELEBRANDO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA DAYANA CRISTINA COSTA OCUPANTE DO CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita DAYANA CRISTINA COSTA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 086.024.789-92, residente a Rua Fermino José de Souza, nº. 92, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2013, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 052/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 052/2014 até o dia 30/04/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 12 de dezembro de 2014.
MUNICÍPIO CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 055/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 055/2014, CELEBRANDO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA FABIANE MENDES DE MELO OCUPANTE DO CARGO DE ENFERMEIRA - ESF.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora FABIANE MENDES DE MELO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 047.134.939-96, residente e domiciliada a Rua do Iano, nº. 2621 - Nossa Senhora do Rosário - São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2013, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 055/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 055/2014 até o dia 30/01/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 12 de dezembro de 2014.
MUNICÍPIO CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 023/2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 023/2014, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA ANA RUTE DA SILVA COSTA OLIVEIRA - OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II HORISTA.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora ANA RUTE DA SILVA COSTA OLIVEIRA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob nº. 970.629.019-20, residente e domiciliada a Rua José João Barcelos, nº. 1445 - Bela Vista - Palhoça/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2013, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 023/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 023/2014 até o dia 31/12/2014, data que termina a estabilidade após o parto.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 12 de dezembro de 2014.
MUNICÍPIO CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 063/2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 063/2014, CELEBRANDO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA CLAUDINE CAPISTRANO PEREIRA LIMA DE OLIVEIRA OCUPANTE DO CARGO DE ODONTOLOGA.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita CLAUDINE CAPISTRANO PEREIRA LIMA DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 039.831.689-90, residente e domiciliada a Avenida Desembargador Pedro Silva, nº. 1952 - Coqueiros, Florianópolis/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art.

209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2013, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 063/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 063/2014 até o dia 30/04/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 12 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Schroeder

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.196/2014 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3.196/2014, de 12 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto nos artigos 27 e 28, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, que trata da Progressão por Capacitação Profissional;

Considerando o ofício da avaliação realizada pelo Conselho Municipal de Educação (COMED), em 11 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, do funcionário abaixo relacionado, conforme disposto no art. 27 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Carmen Leonice Felippi Schmitz	C-7-IV	C-7-V
Claudiane de Oliveira Ramos	B-1	B-1-I
Dionata dos Santos Ramos	B-1	B-1-I
Djuli Cristiane Konell	C-7-V	C-7-VI
Leonidia Bauer Weidauer	C-10-IV	C-10-V
Maria Elean Bueno Mera	A-2	A-2-I
Priscila Gravina Cirio Ferrão	C-2-I	C-2-II
Sirlene Ap. de Toledo Pereira	A-1	A-1-I

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 12 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicado por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.197/2014 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3.197/2014 de 12 de dezembro de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.301.3013.2.363 - Ações Estratégicas da Saúde da Família
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0211 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 25.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0211 - Obrigacoes Patronais R\$ 38.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.301.3013.2.363 - Ações Estratégicas da Saúde da Família
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0212 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 50.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0210 - Obrigacoes Patronais R\$ 13.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 12 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.198/2014 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3.198/2014 de 12 de dezembro de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - UNID. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02.08.244.3016.2.359 - Proteção Social Básica (CRAS)
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxilio-Alimentacao R\$ 600,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.02 - UNID. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.02.08.244.3016.2.359 - Proteção Social Básica (CRAS)
 3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 600,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 12 de dezembro de 2014.
 OSVALDO JURCK
 Prefeito Municipal

Publicado por
 TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
 Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.199/2014 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3.199/14 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014
 SUPLEMENTA E ANULA ELEMENTOS ORÇAMENTÁRIOS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Orçamentária nº1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para reforço dos programas abaixo especificados, constante da Lei Orçamentária nº1989/2013 de 18 de novembro de 2013.

01 - CÂMARA MUNICIPAL
 01.01 - CÂMARA DE VEREADORES
 01.01.01.031.3000.2.301 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
 3.3.90.39.00.00.00.00.0000 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R\$ 4.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da(s) anulação(ões) parcial(is) da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

01 - CÂMARA MUNICIPAL
 01.01 - CÂMARA DE VEREADORES
 01.01.01.031.3000.2.301 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
 3.1.90.11.00.00.00.00.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil R\$ 2.000,00
 3.1.90.13.00.00.00.00.0000 - Obrigações Patronais R\$ 1.000,00
 3.3.90.30.00.00.00.00.0000 - Material de Consumo R\$ 1.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 12 de Dezembro de 2014.
 OSVALDO JURCK
 Prefeito Municipal

Publicado por
 TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
 Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 5.805/2014, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.805/2014, de 15 de dezembro de 2014.
 OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Maira Elisiane Stenger, do cargo Comissionado de Assessora de Planejamento, Gestão e Finanças, a partir desta data.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 15 de dezembro de 2014.
 OSVALDO JURCK
 Prefeito Municipal

Publicada por:
 TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
 Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO 03/2014-FIA

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL
 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato nº. 03/2014 - FIA
 Processo de licitação nº. 04/2014-FIA
 Dispensa de Licitação nº. 02/2014-FIA

Pelo presente Termo de Rescisão Contratual de prestação de serviços, sendo de um lado como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, a empresa VILA ENCANTADA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.442.669/0001-85, estabelecida na Rua Hermann Weege nº 204, Centro, na cidade de Pomerode, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.107-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pela Senhora Camila Pedrini Marques Vieira, inscrita no CPF sob o nº. 005.102.099-80, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, ficam ajustados à rescisão contratual amigável de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, artigo 79, II, e conforme a seguir:

CLÁUSULA 1.ª - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

Pelo presente Termo de Rescisão amigável, fica rescindido o Contrato Administrativo nº 03/2014-FIA, celebrado no dia 27 de novembro de 2014, para a aquisição de entrada para o Parque Vila Encantada. Secretaria de Saúde e Assistência Social. Município de Schroeder/SC, conforme solicitação no Ofício nº 191/14-ASO, da Diretoria de Assistência Social.

CLÁUSULA 2.ª - DO FORO:

Fica eleito de acordo como Cláusula Décima terceira do respectivo Contrato, para dirimir questões e dúvidas provenientes deste termo rescisório o Fórum da comarca de Guaramirim/SC.

E por estarem justos e acordados, mandou-se lavrar o presente termo de rescisão em duas (02) vias de igual teor, para que se produzam os efeitos que dele decorram.

Schroeder, 15 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

Daniela Samulescki

CPF N.º 053.350.739-18

Testemunha 01

Ivandra de Souza

CPF N.º 047.563.299-00

Testemunha 02

CANCELAMENTO DISPENSA Nº 2/2014-FIA

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 2/2014 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 4/2014 Data do Processo: 27/11/2014
<u>Objeto:</u> Aquisição de entrada para o Parque Vila Encantada. Secretaria de Saúde e Assistência Social. Município de Schroeder/SC.	
<p style="text-align: center;"><u>NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 2 / 2014</u></p> <p><u>Motivo:</u> De Acordo com Ofício nº 191/14-ASO, no dia 04/12, dia do passeio de encerramento, ao chegar ao parque, foi entregue o contrato ao atendente/recepcionista do parque e solicitado emissão de nota fiscal para que o Município fizesse depósito do pagamento das entradas, contudo foi informado naquele instante que o parque trabalha somente com pagamento a vista, sendo assim, o parque não aceitou em fazer a nota fiscal para posterior pagamento via depósito.</p> <p style="text-align: center;">Schroeder, 15 de Dezembro de 2014</p> <p style="text-align: center;">----- OSVALDO JURCK PREFEITO MUNICIPAL</p>	

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 205/2014

DECRETO Nº 205/2014 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

“Dispõe sobre o Calendário Fiscal para Pagamento de Impostos Municipais e dá outras providências”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao Art. 47 parágrafo 2º do Código Tributário Municipal - Lei Municipal nº 403/98,

DECRETA:

Art. 1º. Fica definido o Calendário Fiscal de Serra Alta, para pagamento de Alvará de Licença para Localização e Permanência - IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), Alvará Sanitário e ISS (Imposto Sobre Serviços), referente ao Exercício de 2015:

ALVARÁ VENCIMENTO

Pagamento em cota única	20/03/2015
-------------------------	------------

IPTU VENCIMENTO

Pagamento à vista/Parcela Única	12/06/2015
1ª Parcela	12/06/2015
2ª Parcela	12/07/2015
3ª Parcela	12/08/2015

ISS VENCIMENTO

1ª Parcela	20/02/2015
2ª Parcela	20/03/2015
3ª Parcela	20/04/2015
4ª Parcela	20/05/2015
5ª Parcela	20/06/2015
6ª Parcela	20/07/2015
7ª Parcela	20/08/2015
8ª Parcela	20/09/2015
9ª Parcela	20/10/2015
10ª Parcela	20/11/2015
11ª Parcela	20/12/2015
12ª Parcela	20/01/2016

ALVARÁ SANITÁRIO VENCIMENTO

Pagamento em cota única	10/04/2015
-------------------------	------------

Art. 2º. Os pagamentos poderão ser efetuados nas agências Bancárias.

Parágrafo Único. Após o vencimento, os impostos sofrerão acréscimo de multa e juros ocorridos no período, na forma do Código Tributário Municipal.

Art. 3º. Ao término do Exercício de 2015, os débitos serão lançados em dívida ativa e os pagamentos somente poderão ser quitados na Tesouraria Municipal.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revoga as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Serra Alta/SC, 12 de dezembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

EXTRATO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 37/2014-FMS

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13-2014 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
EXTRATO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 37/2014 - FMS	
Primeiro Aditivo Ao Contrato Nº.:	037/2014
Contratante	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA ALTA
Contratada	JORGE LUIZ DA SILVA & FILHO LTDA.
Objeto.....	O presente Aditamento Contratual tem por objeto: 1.1.1 Alterar o Item "3.1 da Cláusula Terceira- Do Prazo e Recebimento" relativo ao contrato nº 37/2014, com fundamentação legal no artigo 65, parágrafo 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação: "CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E RECEBIMENTO" 3.1 - A partir da presente data fica aditivado o Termo Específico de Contrato entre as partes, na forma da Lei nº 8.666/93, pelo período de 31/12/2014 a 31/12/2015, podendo ser novamente prorrogado, limitando ao prazo máximo de 60 (sessenta) meses, a critério e conveniência administrativa, conforme disposto no Artigo 57, II da Lei nº 8.666/93 e Consoantes Prejulgados nº 1151 e 1833 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, dada a natureza continuada dos serviços de atendimentos médicos. 3.2 – Os Serviços prestados, no que couber serão recebidos nos termos do ART 73, inciso I da Lei 8.666/93.
SERRA ALTA/SC, 16 de dezembro de 2014.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO 4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 068/2013

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2013	
EXTRATO QUARTO ADITIVO CONTRATUAL	
Quarto Aditivo ao Contrato Nº.:	68/2013
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada:	ADERNANDA PAULA DOS SANTOS
Objeto.....	<p>O presente Aditamento Contratual tem por objeto:</p> <p>1.1.1 Alterar o Item "3.1 da Cláusula Terceira – Da Vigência Contratual" do contrato nº 68/2013, com fundamento no artigo 65, parágrafo 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>"CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA"</p> <p>3.1. O presente contrato terá o prazo de vigência da prestação dos serviços aditivado, tendo o acréscimo de (12 meses) de 31/12/2014 a 31/12/2015, podendo ser prorrogado, por interesse expresso das partes, na forma estabelecida no inciso II do art. 57 da Lei Nº 8.666/93 com suas alterações.</p>
SERRA ALTA/SC, 16 de dezembro de 2014.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO 6º ADITIVO AO CONTRATO 45/2014

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS Nº 48/2012	
EXTRATO TERCEIRO ADITIVO CONTRATUAL	
Sexto Aditivo Contrato Nº.:	45/2012
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada Empresa:	MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LTDA ME.

Objeto.....	<p>Fica alterado o Item "3.1 da Cláusula Terceira – Dos Prazos de Execução e Vigência" do contrato nº 45/2012, com fundamento no artigo 65, parágrafo 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>"CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA"</p> <p>"3.1 - O prazo de execução para a prestação dos serviços fica readitivado ficando com a vigência de 31/12/2014 á 30/06/2015, podendo ser prorrogado, mediante novo termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 20 dias antes do término do contrato, e de conformidade com o estabelecido nas Leis Nº. 8.666/93 e 8.883/94".</p>
	<p>Justificativa:</p> <p>Justifica-se o acréscimo do prazo na execução de serviços de Pavimentação com pedras de basalto irregulares (calçamento), nas seguintes Ruas pertencentes ao Loteamento Vinhedos localizado na Rua Manoel da Nóbrega esquina com a Rua José Cerizolli, Município de Serra Alta: Rua 1, Rua 2, Rua 3, Rua 4, Rua 5, Rua 6, Rua 7 e Rua Dom João VI, compreendendo uma área total de 12.755,20m² a ser pavimentada, em decorrência das condições adversas de tempo e clima (chuvas acima da média que atrapalharam os trabalhos a serem executados) e devido a mudança e adequações do projeto da rede pluvial acarretando o atraso. Neste sentido, ressaltamos que o presente Termo Aditivo manteve a essência do objeto imediato contratado, alterando, entretanto, somente a cláusula que refere-se aos prazos estabelecidos no contrato administrativo 45/2012.</p>
SERRA ALTA, 15 de dezembro de 2014.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO CONTRATUAL Nº 111/2014

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2014	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	111/2014
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Contratada	IRMÃOS SPERANDIO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.
Objeto.....	A CONTRATADA obriga-se a fornecer o CAMINHÃO NOVO, MARCA FORD, MODELO C2623, 6X2, conforme sua proposta comercial e especificações do Anexo "A" e "B" do edital em comento. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão nº 074/2014, juntamente com seus anexos.
Valor.....:	Pelo fornecimento dos bens previstos na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 228.800,00 (Duzentos e vinte e oito mil e oitocentos reais).
Vigência....	O presente Contrato terá vigência até 28/02/2015 contados da data de sua assinatura. As despesas decorrentes do fornecimento de bens, objeto deste edital, correrá(ão) a cargo da(s) dotação(ões): Projeto Atividade: 1.904 – Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos - 44.90.00 - prevista(s) na Lei Orçamentária do Exercício de 2014.
Dotação.....	.
SERRA ALTA/SC, 16 de dezembro de 2014.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO CONTRATUAL Nº 112/2014

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2014	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	112/2014
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada	MECASOL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS ESPECIAIS EIRELI.
Objeto.....	A CONTRATADA obriga-se a fornecer A CARROCERIA METÁLICA BASCULANTE NOVA, MARCA MECASOL, STANDARD conforme sua proposta comercial e especificações do Anexo "A" e "B" do edital em comento. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão nº 074/2014, juntamente com seus anexos.

Valor.....:	Pelo fornecimento dos bens previstos na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 28.249,00 (Vinte e oito mil, duzentos e quarenta e nove reais).
Vigência....	O presente Contrato terá vigência até 28/02/2015 contados da data de sua assinatura. As despesas decorrentes do fornecimento de bens, objeto deste edital, correrá(ão) a cargo da(s) dotação(ões): Projeto Atividade: 1.904 – Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos - 44.90.00 - prevista(s) na Lei Orçamentária do Exercício de 2014.
Dotação.....	.
SERRA ALTA/SC, 16 de dezembro de 2014.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO CONTRATUAL Nº 113/2014

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2014	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	113/2014
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada	AH COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME.
Objeto.....	A CONTRATADA obriga-se a fornecer o TRATOR AGRÍCOLA DE PNEUS NOVO, 4X4, MARCA MAHINDRA 9.200 4WD, conforme sua proposta comercial e especificações do Anexo "A" e "B" do edital. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão nº 073/2014, juntamente com seus anexos.
Valor.....:	Pelo fornecimento dos bens previstos na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 86.900,00 (Oitenta e seis mil e novecentos reais)

Vigência....	O presente Contrato terá vigência até 28/02/2015 contados da data de sua assinatura.
Dotação.....	As despesas decorrentes do fornecimento de bens, objeto deste edital, correrá(ão) a cargo da(s) dotação(ões): Projeto Atividade: 1.904 – Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos - 44.90.00 - prevista(s) na Lei Orçamentária do Exercício de 2014.
SERRA ALTA/SC, 16 de dezembro de 2014.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2014-FMS

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SERRA ALTA	
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13-2014 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
EXTRATO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 38/2014 - FMS	
Primeiro Aditivo ao Contrato Nº.:	038/2014
Contratante	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA ALTA
Contratada	MARIA VERÔNICA ZAKALUK ALVES FONOAUDIOLOGIA ME.
Objeto.....	<p>O presente Aditamento Contratual tem por objeto:</p> <p>1.1.1 Alterar o Item "3.1 da Cláusula Terceira– Do Prazo e Recebimento" relativo ao contrato nº 38/2014, com fundamentação legal no artigo 65, parágrafo 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>"CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E RECEBIMENTO"</p> <p>3.1 - A partir da presente data fica aditivado o Termo Específico de Contrato entre as partes, na forma da Lei nº 8.666/93, pelo período de 31/12/2014 a 31/12/2015, podendo ser novamente prorrogado, limitando ao prazo máximo de 60 (sessenta) meses, a critério e conveniência administrativa, conforme disposto no Artigo 57, II da Lei nº 8.666/93 e Consoantes Prejulgados nº 1151 e 1833 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, dada a natureza continuada dos serviços de atendimentos médicos.</p> <p>3.2 – Os Serviços prestados, no que couber serão recebidos nos termos do ART 73, inciso I da Lei 8.666/93.</p>
SERRA ALTA/SC, 16 de dezembro de 2014.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

PORTARIA Nº 149/2014

PORTARIA Nº 149/2014 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; e alterações posteriores e Lei Municipal 692/2006 de 13/04/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de ELISETE MARIA SPEROTTO BAMPI, CPF 812.145.969-91 e RG 2.651.804 do Cargo de Professora I, nível 61 do Grupo 6- MAG, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, referente à Portaria nº011/2014, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores, vigentes no município de Serra Alta.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 12 de dezembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Timbó

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 164 2014 PMT - ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 164/2014 - PMT

OBJETO: aquisição de eletrodomésticos e equipamentos de informática, visando reequipar e modernizar a Rede Municipal de Ensino de Timbó e a nova sede da SEMED - Secretaria Municipal de Educação. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h00min do dia 19 de janeiro de 2015. ABERTURA: dia 19 de janeiro de 2015 as 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 15/12/2014
SERGIO FREDERICO MENGARDA
Secretário Municipal de Educação

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 34 2014 FMS - MEDICAMENTOS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 34/2014 - FMS

OBJETO: registro de preços para fornecimento de medicamentos, destinados a distribuição aos usuários da Secretaria de Saúde e consumo interno das Unidades Básicas e Policlínica de Referência. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h00min do dia 14 de janeiro de 2015. ABERTURA: dia 14 de janeiro de 2015 as 08h15min. ETAPAS DE LANCES: dia 20 de janeiro de 2015 as 8h00min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

TIMBO (SC), 15/12/2014
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Saúde

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 029 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 029 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 345, de 13 de dezembro de 2007, certificam que:

Está APROVADO o LOTEAMENTO denominado "RESIDENCIAL BORCHARDT", situado no lado ímpar da Rua Tupiniquim, distante pelo lado direito do imóvel, 238,30 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Araponguinhas, nesta Cidade, com a área de 88.472,89m² (Oitenta e oito mil, quatrocentos e setenta e dois metros e oitenta e nove décimos quadrados), processo

L-016/2009 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente HEINZI BORCHARDT, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 5.292, datado de 04 de novembro de 2009 e da aprovação técnica exarada pelo profissional.

O Loteamento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 17.460, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.09.038.0650.001, sendo constituído:

De 91 (noventa e um) lotes, numerados de 01 (um) a 91 (noventa e um), contendo uma área para Área Verde, uma área para Área de Utilidade Pública, uma Área Remanescente, uma área para a Rua Edmund Lindner, uma área para a Rua Tupiniquim, uma área para a Rua Primavera, uma área para a Rua das Hortênsias, uma área para a Rua Professor Valmor Fachini, uma área para a Rua dos Hibiscus, uma área para o passeio público das Agaves, uma área para Área de Preservação Permanente 01, uma área para Área de Preservação Permanente 04, uma área para Área de Preservação Permanente 06 e uma área para Área de Preservação Permanente 08, abaixo transcritos:

Lote 01 (um) - com área de 788,57m² (Setecentos e oitenta e oito metros e cinquenta e sete décimos quadrados), situado no lado ímpar da rua Tupiniquim, distando pelo lado direito do imóvel, 39,65 metros da esquina formada com o lado par da Rua Primavera; estremando na frente em linha curva de 7,21 metros e em 9,07 metros com o lado ímpar da Rua Tupiniquim; lado esquerdo, estrema em 39,09 metros, sendo em 27,37 metros com terras de Avelino Souza Fulgieri e Luciane Francielle dos Santos, matrícula nº 19.037, livro 2 e em 11,72 metros com a Área de Utilidade Pública "I" de propriedade do Município de Timbó, matrícula nº 13.810, livro 2; fundos, estrema em 25,17 metros com o lote 06; e, lado direito, estrema em linha quebrada de 29,88 metros e em 9,94 metros com o lote 02 e em 15,00 metros com o lote 05;

Lote nº 02 (dois) - com área de 456,77m² (Quatrocentos e cinquenta e seis metros e setenta e sete décimos quadrados), situado no lado ímpar da rua Tupiniquim, distando pelo lado direito do imóvel, 24,59 metros da esquina formada com o lado par da Rua Primavera; estremando na frente em 15,06 metros com o lado ímpar da Rua Tupiniquim; lado esquerdo, estrema em 29,88 metros com o lote 01; fundos, estrema em 15,00 metros, sendo em 9,94 metros com o lote 01 e em 5,06 metros com o lote 05; e, lado direito, estrema em 31,00 metros, sendo em 18,93 metros com o lote 03 e em 12,07 metros com o lote 04;

Lote n.º 03 (três) - com área de 476,53m² (Quatrocentos e setenta e seis metros e cinquenta e três décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Tupiniquim, esquina formada com o lado par da Rua Primavera; estremando na frente em 15,84 metros com o lado ímpar da Rua Tupiniquim; lado esquerdo, estrema em 18,93 metros com o lote 02; fundos estrema em 24,77 metros com o lote 04; e, lado direito estrema em 12,39 metros com o lado par da Rua Primavera e em 13,29 metros na curva de transição formada com o lado par da Rua Primavera;

Lote n.º 04 (quatro) - com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), situado no lado par da Rua Primavera, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 21,14 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Tupiniquim; estremando na frente em 12,07 metros com o lado par da Rua Primavera; lado direito estrema em 24,94 metros com o lote 05; fundos estrema em 12,07 metros com o lote 02; e, lado esquerdo estrema em 24,77 metros com o lote 03;

Continuação da Certidão n.º 029/2014, fls. 02.

Lote n.º 05 (cinco) - com área de 453,51m² (quatrocentos e

cinquenta e três metros e cinquenta e um decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Primavera, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 33,21 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Tupiniquim; estremando na frente em linha curva de 15,02 metros com o lado par da Rua Primavera; lado direito estrema em 30,70 metros com o lote 06; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 01; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros, sendo em 24,94 metros com o lote 04 e em 5,06 metros com o lote 02;

Lote n.º 06 (seis) - com área de 853,43m² (oitocentos e cinquenta e três metros e quarenta e três decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Primavera, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 48,23 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Tupiniquim; estremando na frente em 15,15 metros com o lado par da Rua Primavera; lado direito estrema em 58,16 metros com o lote 07; fundos estrema em 15,00 metros com Área de Utilidade Pública I, de propriedade do Município de Timbó, matrícula nº 13.810, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 55,87 metros, sendo em 30,70 metros com o lote 05 e em 25,17 metros com o lote 01;

Lote n.º 07 (sete) - com área de 898,49m² (oitocentos e noventa e oito metros e quarenta e nove decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Primavera, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 63,38 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Tupiniquim; estremando na frente em 15,25 metros com o lado par da Rua Primavera; lado direito estrema em 35,55 metros com o lote 08 e em 25,61 metros com a Área Verde; fundos estrema em 15,28 metros com a Área de Utilidade Pública I, de propriedade do Município de Timbó, matrícula nº 13.810, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 58,16 metros com o lote 06;

Lote n.º 08 (oito) - com área de 554,15m² (quinhentos e cinquenta e quatro metros e quinze decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Primavera, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 78,63 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Tupiniquim; estremando na frente em 15,25 metros com o lado par da Rua Primavera; lado direito estrema em 38,33 metros com o lote 09; fundos estrema em 15,00 metros com a Área Verde; e, lado esquerdo estrema em 35,55 metros com o lote 07;

Lote n.º 09 (nove) - com área de 595,81m² (quinhentos e noventa e cinco metros e oitenta e um decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Primavera, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 93,88 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Tupiniquim; estremando na frente em 15,25 metros com o lado par da Rua Primavera; lado direito estrema em 41,11 metros, sendo em 36,11 metros com o lote 10 e em 5,00 metros com a Área Verde; fundos estrema em 15,00 metros com a Área Verde; e, lado esquerdo estrema em 38,33 metros com o lote 08;

Lote n.º 10 (dez) - com área de 446,64m² (quatrocentos e quarenta e seis metros e sessenta e quatro decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Primavera, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 109,13 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Tupiniquim; estremando na frente em 12,20 metros com o lado par da Rua Primavera; lado direito estrema em 38,33 metros com o lote 11; fundos estrema em 12,00 metros com a Área Verde; e, lado esquerdo estrema em 36,11 metros com o lote 09;

Lote n.º 11 (onze) - com área de 471,19m² (quatrocentos e setenta e um metros e dezenove decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Primavera, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 121,33 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Tupiniquim; estremando na frente em linha curva de 12,12 metros com o lado par da Rua Primavera; lado direito estrema em 40,01 metros com o lote 12; fundos estrema em 12,00 metros com a Área Verde; e, lado esquerdo estrema em 38,33 metros com o lote 10;

Lote n.º 12 (doze) - com área de 484,70m² (quatrocentos e oitenta e quatro metros e setenta decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Primavera, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 133,45 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Tupiniquim; estremando na frente em linha curva de 12,02 metros com o lado par da Rua Primavera; lado direito estrema em 40,59 metros, sendo em 26,96 metros com o lote 13

Continuação da Certidão n.º 029/2014, fls. 03.

e em 13,63 metros com a Área Verde; fundos estrema em 12,00 metros com a Área Verde; e, lado esquerdo estrema em 40,01 metros com o lote 11;

Lote n.º 13 (treze) - com área de 323,54m² (trezentos e vinte e três metros e cinquenta e quatro decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Primavera, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 145,47 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Tupiniquim; estremando na frente em 12,00 metros com o lado par da Rua Primavera; lado direito estrema 26,96 metros, sendo em 25,00 metros com o lote 14 e em 1,96 metros com a Área Verde; fundos estrema em 12,00 metros com a Área Verde; e, lado esquerdo estrema 26,96 metros com o lote 12;

Lote n.º 14 (quatorze) - com área de 300,20m² (trezentos metros e vinte decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Primavera, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 157,47 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Tupiniquim; estremando na frente em 12,01 metros com o lado par da Rua Primavera; lado direito estrema em 25,00 metros com o lote 15; fundos estrema em 12,01 metros com a Área Verde; e, lado esquerdo estrema em 25,00 metros com o lote 13;

Lote n.º 15 (quinze) - com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), situado no lado par da Rua Primavera, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 169,48 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Tupiniquim; estremando na frente em 12,00 metros com o lado par da Rua Primavera; lado direito estrema em 25,00 metros com o lote 16; fundos estrema em 12,00 metros com a Área Verde; e, lado esquerdo estrema em 25,00 metros com o lote 14;

Lote n.º 16 (dezesseis) - com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), situado no lado par da Rua Primavera, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 181,48 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Tupiniquim; estremando na frente em 12,00 metros com o lado par da Rua Primavera; lado direito estrema em 25,00 metros com o lote 17; fundos estrema em 12,00 metros com a Área Verde; e, lado esquerdo estrema em 25,00 metros com o lote 15;

Lote n.º 17 (dezessete) - com área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da Rua Primavera, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 193,48 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Tupiniquim; estremando na frente em 18,00 metros com o lado par da Rua Primavera; lado direito estrema em 25,00 metros com o lote 18; fundos estrema em 18,00 metros com a Área Verde; e, lado esquerdo estrema em 25,00 metros com o lote 16;

Lote n.º 18 (dezoito) - com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), situado no lado par da Rua Primavera, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 211,48 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Tupiniquim; estremando na frente em 12,00 metros com o lado par da Rua Primavera; lado direito estrema em 25,00 metros com o lote 19; fundos estrema em 12,00 metros com a Área Verde; e, lado esquerdo estrema em 25,00 metros com o lote 17;

Lote n.º 19 (dezenove) - com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), situado no lado par da Rua Primavera, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 223,48 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Tupiniquim; estremando na frente em 12,00 metros com o lado par da Rua Primavera; lado direito estrema em 25,00 metros com o lote 20; fundos estrema em 12,00 metros com a Área Verde; e, lado esquerdo estrema em 25,00 metros com o lote 18;

Lote n.º 20 (vinte) - com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), situado no lado par da Rua Primavera, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 235,48 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Tupiniquim; estremando na frente em 12,00 metros com o lado par da Rua Primavera; lado direito estrema em 25,00 metros com o lote 21; fundos estrema em 12,00 metros com a Área Verde; e, lado esquerdo estrema em 25,00 metros com o lote 19;

Continuação da Certidão n.º 029/2014, fls. 04.

Lote n.º 21 (vinte e um) - com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), situado no lado par da Rua Primavera, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 247,48 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Tupiniquim; estremando na frente em 12,00 metros com o lado par da Rua Primavera; lado direito estrema em 25,00 metros com o lote 22; fundos estrema em 12,00 metros com a Área Verde; e, lado esquerdo estrema em 25,00 metros com o lote 20;

Lote n.º 22 (vinte e dois) - com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), situado no lado par da Rua Primavera, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 259,48 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Tupiniquim; estremando na frente em 12,00 metros com o lado par da Rua Primavera; lado direito estrema em 25,00 metros com o lote 23; fundos estrema em 12,00 metros com a Área Verde; e, lado esquerdo estrema em 25,00 metros com o lote 21;

Lote n.º 23 (vinte e três) - com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), situado no lado par da Rua Primavera, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 271,48 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Tupiniquim; estremando na frente em 12,00 metros com o lado par da Rua Primavera; lado direito estrema em 25,00 metros com o lote 24; fundos estrema em 12,00 metros com a Área Verde; e, lado esquerdo estrema em 25,00 metros com o lote 22;

Lote n.º 24 (vinte e quatro) - com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), situado no lado par da Rua Primavera, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 283,48 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Tupiniquim; estremando na frente em 12,00 metros com o lado par da Rua Primavera; lado direito estrema em 25,00 metros com o lote 25; fundos estrema em 12,00 metros com a Área Verde; e, lado esquerdo estrema em 25,00 metros com o lote 23;

Lote n.º 25 (vinte e cinco) - com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), situado no lado par da Rua Primavera, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 295,48 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Tupiniquim; estremando na frente em 12,00 metros com o lado par da Rua Primavera; lado direito estrema em 25,00 metros com o lote 26; fundos estrema em 12,00 metros com a Área Verde; e, lado esquerdo estrema em 25,00 metros com o lote 24;

Lote n.º 26 (vinte e seis) - com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), situado no lado par da Rua Primavera, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 307,48 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Tupiniquim; estremando na frente em 12,00 metros com o lado par da Rua Primavera; lado

direito estrema em 25,00 metros com o lote 27; fundos estrema em 12,00 metros, sendo em 9,13 metros com o lote 28 e em 2,87 metros com a Área Verde; e, lado esquerdo estrema em 25,00 metros com o lote 25;

Lote n.º 27 (vinte e sete) - com área de 458,48m² (quatrocentos e cinquenta e oito metros e quarenta e oito décimos quadrados), situado no lado par da Rua Primavera, esquina formada com o lado ímpar da Rua Edmund Lindner; estremando na frente em 7,61 metros com o lado par da Rua Primavera e em 18,98 metros na curva de transição formada com o lado par da Rua Primavera; lado esquerdo estrema em 25,00 metros com o lote 26; fundos estrema em 19,47 metros com o lote 28; e, lado direito estrema em 12,87 metros com o lado ímpar da Rua Edmund Lindner;

Lote n.º 28 (vinte e oito) - com área de 400,40m² (quatrocentos metros e quarenta décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Edmund Lindner, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 24,87 metros da esquina formada com o lado par da Rua Primavera; estremando na frente em 14,00 metros com o lado ímpar da Rua Edmund Lindner; lado direito estrema em 28,60 metros com a Área Verde; fundos estrema em 14,00 metros com a Área Verde; e, lado esquerdo estrema em 28,60 metros, sendo em 19,47 metros com o lote 27 e em 9,13 metros com o lote 26;

Continuação da Certidão n.º 029/2014, fls. 05.

Lote n.º 29 (vinte e nove) - com área de 450,00m² (Quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da Rua Edmund Lindner, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 128,64 metros da esquina formada com o lado par da Rua Rudolfo Borchardt; estremando na frente em 5,65 metros e em 11,07 metros com o lado par da Rua Edmund Lindner; lado direito estrema em 28,18 metros com o passeio público das Agaves; fundos estrema em 16,79 metros com a área de preservação permanente 04; e, lado esquerdo estrema em 25,64 metros com o lote 91;

Lote n.º 30 (trinta) - com área de 517,36m² (quinhentos e dezessete metros e trinta e seis décimos quadrados), situado no lado par da Rua Edmund Lindner, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 151,37 metros da esquina formada com o lado par da Rua Rudolfo Borchardt; estremando na frente em 2,67 metros e em linha curva de 14,59 metros com o lado par da Rua Edmund Lindner; lado direito estrema em 30,51 metros com o lote 31; fundos estrema em 17,22 metros com a Área de Preservação Permanente 06; e, lado esquerdo estrema em 29,06 metros com o passeio público das Agaves;

Lote n.º 31 (trinta e um) - com área de 405,43m² (quatrocentos e cinco metros e quarenta e três décimos quadrados), situado no lado par da Rua Edmund Lindner, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 168,63 metros da esquina formada com o lado par da Rua Rudolfo Borchardt; estremando na frente em linha curva de 13,74 metros com o lado par da Rua Edmund Lindner; lado direito estrema em 29,41 metros com o lote 32; fundos estrema em 13,56 metros com a Área de Preservação Permanente 06; e, lado esquerdo estrema em 30,51 metros com o lote 30;

Lote n.º 32 (trinta e dois) - com área de 672,47m² (seiscentos e setenta e dois metros e quarenta e sete décimos quadrados), situado no lado par da Rua Edmund Lindner, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 182,37 metros da esquina formada com o lado par da Rua Rudolfo Borchardt; estremando na frente em linha curva de 22,73 metros e em linha curva de 19,04 metros com o lado par da Rua Edmund Lindner; lado direito estrema em 1,56 metros e em 25,72 metros com a Área de Preservação Permanente 06; fundos estrema em 13,26 metros com a Área de Preservação Permanente 06; e, lado esquerdo estrema em 29,41 metros com o lote 31;

Lote n.º 33 (trinta e três) - com área de 471,71m² (quatrocentos e setenta e um metros e setenta e um décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Primavera, esquina formada com o lado ímpar da Rua Edmund Lindner; estremando na frente em 11,00 metros com o lado ímpar da Rua Primavera e em 23,56 metros na curva de transição formada com o lado ímpar da Rua Primavera; lado direito estrema em 20,00 metros com o lote 34; fundos estrema em 26,00 metros com o lote 35; e, lado esquerdo estrema em 5,00 metros com o lado ímpar da Rua Edmund Lindner;

Lote n.º 34 (trinta e quatro) - com área de 586,27m² (quinhentos e oitenta e seis metros e vinte e sete décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Primavera, esquina formada com o lado par da Rua dos Hibiscus; estremando na frente em 22,00 metros com o lado ímpar da Rua Primavera; lado esquerdo estrema em 20,00 metros com o lote 33; fundos estrema em 30,00 metros com o lote 36; lado direito estrema em 12,00 metros com o lado par da Rua dos Hibiscus e em 12,57 metros na curva de transição formada com o lado par da Rua dos Hibiscus. No lado esquerdo deste lote fica reservada uma faixa sanitária "non aedificandi" de 3,00 metros de largura e 20,00 metros de comprimento;

Lote n.º 35 (trinta e cinco) - com área de 390,00m² (trezentos e noventa metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Edmund Lindner, distando pelo lado direito do imóvel, 20,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Edmund Lindner; lado esquerdo estrema em 26,00 metros com o lote 37; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 36; e, lado direito estrema em 26,00 metros com o lote 33;

Continuação da Certidão n.º 029/2014, fls. 06.

Lote n.º 36 (trinta e seis) - com área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da Rua dos Hibiscus, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 20,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua dos Hibiscus; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote 38; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 35; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote 34. Nos fundos deste lote fica reservada uma faixa sanitária "non aedificandi" de 3,00 metros de largura e 15,00 metros de comprimento;

Lote n.º 37 (trinta e sete) - com área de 397,01m² (trezentos e noventa e sete metros e um décimo quadrados), situado no lado ímpar da Rua Edmund Lindner, distando pelo lado direito do imóvel, 35,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em linha curva de 15,07 metros com o lado ímpar da Rua Edmund Lindner; lado esquerdo estrema em 27,28 metros com o lote 39; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 38; e, lado direito estrema em 26,00 metros com o lote 35;

Lote n.º 38 (trinta e oito) - com área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da Rua dos Hibiscus, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 35,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua dos Hibiscus; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote 40; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 37; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote 36. Nos fundos deste lote fica reservada uma faixa sanitária "non aedificandi" de 3,00 metros de largura e 15,00 metros de comprimento;

Lote n.º 39 (trinta e nove) - com área de 432,13m² (quatrocentos e trinta e dois metros e treze décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Edmund Lindner, distando pelo lado direito do imóvel, 50,07 metros da esquina formada com o lado ímpar da

Rua Primavera; estremando na frente em linha curva de 15,40 metros com o lado ímpar da Rua Edmund Lindner; lado esquerdo estrema em 30,71 metros com o lote 41; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 40; e, lado direito estrema em 27,28 metros com o lote 37;

Lote n.º 40 (quarenta) - com área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da Rua dos Hibiscus, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 50,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua dos Hibiscus; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote 42; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 39; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote 38. Nos fundos deste lote fica reservada uma faixa sanitária "non aedificandi" de 3,00 metros de largura e 15,00 metros de comprimento;

Lote n.º 41 (quarenta e um) - com área de 500,83m² (quinhentos metros e oitenta e três décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Edmund Lindner, distando pelo lado direito do imóvel, 65,47 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em linha curva de 16,09 metros com o lado ímpar da Rua Edmund Lindner; lado esquerdo estrema em 36,49 metros com o lote 43; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 42; e, lado direito estrema em 30,71 metros com o lote 39;

Lote n.º 42 (quarenta e dois) - com área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da Rua dos Hibiscus, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 65,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua dos Hibiscus; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote 44; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 41; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote 40. Nos fundos deste lote fica reservada uma faixa sanitária "non aedificandi" de 3,00 metros de largura e 15,00 metros de comprimento;

Lote n.º 43 (quarenta e três) - com área de 893,16m² (oitocentos e noventa e três metros e dezesseis décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Edmund Lindner, distando pelo lado direito do imóvel, 81,56 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em linha curva de 12,89 metros e em linha curva de 4,58 metros com o lado ímpar da Rua Edmund Lindner; lado esquerdo estrema em 36,84 metros com o lote 45; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 44, em 13,00 metros com

Continuação da Certidão n.º 029/2014, fls. 07.

o lote 46, em 17,56 metros, sendo em 13,00 metros com o lote 46 e em 4,56 metros com o lote 47; e, lado direito estrema em 36,49 metros com o lote 41;

Lote n.º 44 (quarenta e quatro) - com área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da Rua dos Hibiscus, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 80,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua dos Hibiscus; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote 46; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 43; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote 42. Nos fundos deste lote fica reservada uma faixa sanitária "non aedificandi" de 3,00 metros de largura e 15,00 metros de comprimento;

Lote n.º 45 (quarenta e cinco) - com área de 1.000,00m² (Hum mil metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Edmund Lindner, distando pelo lado direito do imóvel, 99,03 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em linha curva de 17,95 metros com o lado ímpar da Rua

Edmund Lindner; lado esquerdo estrema em 33,54 metros com a Área de Preservação Permanente 08, em 17,27 metros, sendo em 2,33 metros com o lote 23 de propriedade de Mario Lindner, matrícula nº 12.127, livro 2 e em 14,94 metros com terras de Natalicia Kafka Miliorini, matrícula nº 16.654, livro 2; fundos estrema 22,44 metros, sendo em 15,00 metros com o lote 48 e em 7,44 metros com o lote 47; e, lado direito estrema em 36,84 metros com o lote 43. No lado esquerdo deste lote, entre os pontos 2 e 3, fica reservada uma faixa sanitária "non aedificandi" de 3,00 metros de largura e 17,27 metros de comprimento;

Lote n.º 46 (quarenta e seis), com área de 559,00m² (quinhentos e cinquenta e nove metros quadrados), situado no lado par da Rua dos Hibiscus, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 95,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 13,00 metros com o lado par da Rua dos Hibiscus; lado direito estrema em 43,00 metros com o lote 47; fundos estrema em 13,00 metros com o lote 43; e, lado esquerdo estrema em 43,00 metros, sendo em 30,00 metros com o lote 44 e em 13,00 metros com o lote 43. No lado esquerdo deste lote, partindo para os fundos, cortando o imóvel, fica reservada uma faixa sanitária "non aedificandi" de 3,00 metros de largura e 19,40 metros de comprimento;

Lote n.º 47 (quarenta e sete), com área de 486,00m² (quatrocentos e oitenta e seis metros quadrados), situado no lado par da Rua dos Hibiscus, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 108,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 7,00 metros, em 6,00 metros e em 5,00 metros com o lado par da Rua dos Hibiscus; lado esquerdo estrema em 43,00 metros com o lote 46; fundos estrema em 12,00 metros, sendo em 4,56 metros com o lote 43 e em 7,44 metros com o lote 45; e, lado direito estrema em 37,00 metros com o lote 48. Nos fundos deste lote, fica reservada uma faixa sanitária "non aedificandi" de 3,00 metros de largura e 12,00 metros de comprimento;

Lote n.º 48 (quarenta e oito), com área de 555,00m² (quinhentos e cinquenta e cinco metros quadrados), situado no lado par da Rua dos Hibiscus, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 120,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua dos Hibiscus; lado direito estrema em 37,00 metros, sendo em 5,14 metros com terras Raul Krieser, matrícula n.º 18.342, livro 2, e em 31,86 metros com terras de Natalicia Kafka Miliorini, matrícula nº 16.654, livro 2; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 45; e, lado esquerdo estrema em 37,00 metros com o lote 47. No lado direito deste lote, fica reservada uma faixa sanitária "non aedificandi" de 3,00 metros de largura e 37,00 metros de comprimento. Nos fundos deste lote, fica reservada uma faixa sanitária "non aedificandi" de 3,00 metros de largura e 12,00 metros de comprimento;

Lote n.º 49 (quarenta e nove), com área de 566,27m² (quinhentos e sessenta e seis metros e vinte e sete décímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Primavera, esquina formada com o lado ímpar da Rua dos Hibiscus; estremando na frente em 21,00 metros com o lado ímpar da Rua Primavera; lado direito estrema em 20,00 metros com o lote 50; fundos estrema em 29,00 metros com o lote 51; e, lado esquerdo

Continuação da Certidão n.º 029/2014, fls. 08.

estrema em 12,00 metros com o lado ímpar da Rua dos Hibiscus e em 12,57 metros na curva de transição formada com o lado ímpar da Rua dos Hibiscus;

Lote n.º 50 (cinquenta), com área de 566,27m² (quinhentos e sessenta e seis metros e vinte e sete décímetros quadrados),

situado no lado ímpar da Rua Primavera, esquina formada com o lado par da Rua Professor Valmor Fachini; estremando na frente em 21,00 metros com o lado ímpar da Rua Primavera; lado esquerdo estrema em 20,00 metros com o lote 49; fundos estrema em 29,00 metros com o lote 52; e, lado direito estrema em 12,00 metros com o lado par da Rua Professor Valmor Fachini e em 12,57 metros na curva de transição formada com o lado par da Rua Professor Valmor Fachini;

Lote n.º 51 (cinquenta e um), com área de 435,00m² (quatrocentos e trinta e cinco metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua dos Hibiscus, distando pelo lado direito do imóvel, 20,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua dos Hibiscus; lado esquerdo estrema em 29,00 metros com o lote 53; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 52; e, lado direito estrema em 29,00 metros com o lote 49;

Lote n.º 52 (cinquenta e dois), com área de 435,00m² (quatrocentos e trinta e cinco metros quadrados), situado no lado par da Rua Professor Valmor Fachini, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 20,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Professor Valmor Fachini; lado direito estrema em 29,00 metros com o lote 54; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 51; e, lado esquerdo estrema em 29,00 metros com o lote 50;

Lote n.º 53 (cinquenta e três), com área de 435,00m² (quatrocentos e trinta e cinco metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua dos Hibiscus, distando pelo lado direito do imóvel, 35,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua dos Hibiscus; lado esquerdo estrema em 29,00 metros com o lote 55; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 54; e, lado direito estrema em 29,00 metros com o lote 51;

Lote n.º 54 (cinquenta e quatro), com área de 435,00m² (quatrocentos e trinta e cinco metros quadrados), situado no lado par da Rua Professor Valmor Fachini, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 35,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Professor Valmor Fachini; lado direito estrema em 29,00 metros com o lote 56; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 53; e, lado esquerdo estrema em 29,00 metros com o lote 52;

Lote n.º 55 (cinquenta e cinco), com área de 435,00m² (quatrocentos e trinta e cinco metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua dos Hibiscus, distando pelo lado direito do imóvel, 50,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua dos Hibiscus; lado esquerdo estrema em 29,00 metros com o lote 57; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 56; e, lado direito estrema em 29,00 metros com o lote 53;

Lote n.º 56 (cinquenta e seis), com área de 435,00m² (quatrocentos e trinta e cinco metros quadrados), situado no lado par da Rua Professor Valmor Fachini, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 50,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Professor Valmor Fachini; lado direito estrema em 29,00 metros com o lote 58; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 55; e, lado esquerdo estrema em 29,00 metros com o lote 54;

Lote n.º 57 (cinquenta e sete), com área de 435,00m² (quatrocentos e trinta e cinco metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua dos Hibiscus, distando pelo lado direito do imóvel, 65,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua

dos Hibiscus; lado esquerdo estrema em 29,00 metros com o lote 59; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 58; e, lado direito estrema em 29,00 metros com o lote 55;

Continuação da Certidão n.º 029/2014, fls. 09.

Lote n.º 58 (cinquenta e oito), com área de 435,00m² (quatrocentos e trinta e cinco metros quadrados), situado no lado par da Rua Professor Valmor Fachini, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 65,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Professor Valmor Fachini; lado direito estrema em 29,00 metros com o lote 60; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 57; e, lado esquerdo estrema em 29,00 metros com o lote 56;

Lote n.º 59 (cinquenta e nove), com área de 435,00m² (quatrocentos e trinta e cinco metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua dos Hibiscus, distando pelo lado direito do imóvel, 80,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua dos Hibiscus; lado esquerdo estrema em 29,00 metros com o lote 61; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 60; e, lado direito estrema em 29,00 metros com o lote 57;

Lote n.º 60 (sessenta), com área de 435,00m² (quatrocentos e trinta e cinco metros quadrados), situado no lado par da Rua Professor Valmor Fachini, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 80,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Professor Valmor Fachini; lado direito estrema em 29,00 metros com o lote 62; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 59; e, lado esquerdo estrema em 29,00 metros com o lote 58;

Lote n.º 61 (sessenta e um), com área de 377,00m² (trezentos e setenta e sete metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua dos Hibiscus, distando pelo lado direito do imóvel, 95,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 13,00 metros com o lado ímpar da Rua dos Hibiscus; lado esquerdo estrema em 29,00 metros com o lote 63; fundos estrema em 13,00 metros com o lote 62; e, lado direito estrema em 29,00 metros com o lote 59;

Lote n.º 62 (sessenta e dois), com área de 377,00m² (trezentos e setenta e sete metros quadrados), situado no lado par da Rua Professor Valmor Fachini, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 95,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 13,00 metros com o lado par da Rua Professor Valmor Fachini; lado direito estrema em 29,00 metros com o lote 64; fundos estrema em 13,00 metros com o lote 61; e, lado esquerdo estrema em 29,00 metros com o lote 60;

Lote n.º 63 (sessenta e três), com área de 348,00m² (trezentos e quarenta e oito metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua dos Hibiscus, distando pelo lado direito do imóvel, 108,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 12,00 metros com o lado ímpar da Rua dos Hibiscus; lado esquerdo estrema em 29,00 metros com o lote 65; fundos estrema em 12,00 metros com o lote 64; e, lado direito estrema em 29,00 metros com o lote 61;

Lote n.º 64 (sessenta e quatro), com área de 333,00m² (trezentos e trinta e três metros quadrados), situado no lado par da Rua Professor Valmor Fachini, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 108,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em linha quebrada de 7,00 metros, em 3,00 metros e em 5,00 metros com o lado par da Rua Professor Valmor Fachini; lado direito estrema em 26,00 metros com o lote 66; fundos estrema em 12,00 metros com o lote 63; e, lado esquerdo estrema em 29,00 metros com o lote 62;

Lote n.º 65 (sessenta e cinco), com área de 435,00m² (quatrocentos e trinta e cinco metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua dos Hibiscus, distando pelo lado direito do imóvel, 120,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Professor Valmor Fachini; lado esquerdo estrema em 29,00 metros, sendo em 26,86 metros com terras de Raul Krieser, matrícula n.º 18.342, livro 2 e em 2,14 metros com terras de Reinoldo Wolinger, matrícula n.º 12.308, livro 2; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 66; e, lado direito estrema em 29,00 metros com o lote 63; No lado esquerdo deste lote, fica reservada uma faixa sanitária "non aedificandi" de 3,00 metros de largura e 29,00 metros de comprimento;

Continuação da Certidão n.º 029/2014, fls. 10.

Lote n.º 66 (sessenta e seis), com área de 390,00m² (trezentos e noventa metros quadrados), situado no lado par da Rua Professor Valmor Fachini, distando pelo lado esquerdo do imóvel, em linha reta de 120,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Professor Valmor Fachini; lado direito estrema em 26,00 metros com terras de Reinoldo Wolinger, matrícula n.º 12.308, livro 2; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 65; e, lado esquerdo estrema em 26,00 metros com o lote 64. No lado direito deste lote, fica reservada uma faixa sanitária "non aedificandi" de 3,00 metros de largura e 26,00 metros de comprimento;

Lote n.º 67 (sessenta e sete), com área de 546,27m² (quinhentos e quarenta e seis metros e vinte e sete decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Primavera, esquina formada com o lado ímpar da Rua Professor Valmor Fachini; estremando na frente em 20,00 metros com o lado ímpar da Rua Primavera; lado direito estrema em 20,00 metros com o lote 68; fundos estrema em 28,00 metros com o lote 69; e, lado esquerdo estrema em 12,00 metros com o lado ímpar da Rua Professor Valmor Fachini e em 12,57 metros na curva de transição formada com o lado ímpar da Rua Professor Valmor Fachini;

Lote n.º 68 (sessenta e oito), com área de 546,27m² (quinhentos e quarenta e seis metros e vinte e sete decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Primavera, esquina formada com o lado par da Rua das Hortênsias; estremando na frente em 20,00 metros com o lado ímpar da Rua Primavera; lado esquerdo estrema em 20,00 metros com o lote 67; fundos estrema em 28,00 metros com o lote 70; e, lado direito estrema em 12,00 metros com o lado par da Rua das Hortênsias e em 12,57 metros na curva de transição formada com o lado par da Rua das Hortênsias;

Lote n.º 69 (sessenta e nove), com área de 420,00m² (quatrocentos e vinte metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Professor Valmor Fachini, distando pelo lado direito do imóvel, 20,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Professor Valmor Fachini; lado esquerdo estrema em 28,00 metros com o lote 71; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 70; e, lado direito estrema em 28,00 metros com o lote 67;

Lote n.º 70 (setenta), com área de 420,00m² (quatrocentos e vinte metros quadrados), situado no lado par da Rua das Hortênsias, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 20,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua das Hortênsias; lado direito estrema em 28,00 metros com o lote 72; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 69; e, lado esquerdo estrema em 28,00 metros com o lote 68;

Lote n.º 71 (setenta e um), com área de 420,00m² (quatrocentos e vinte metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Professor Valmor Fachini, distando pelo lado direito do imóvel, 35,00

metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Professor Valmor Fachini; lado esquerdo estrema em 28,00 metros com o lote 73; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 72; e, lado direito estrema em 28,00 metros com o lote 69;

Lote n.º 72 (setenta e dois), com área de 420,00m² (quatrocentos e vinte metros quadrados), situado no lado par da Rua das Hortênsias, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 35,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua das Hortênsias; lado direito estrema em 28,00 metros com o lote 74; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 71; e, lado esquerdo estrema em 28,00 metros com o lote 70;

Lote n.º 73 (setenta e três), com área de 420,00m² (quatrocentos e vinte metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Professor Valmor Fachini, distando pelo lado direito do imóvel, 50,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Professor Valmor Fachini; lado esquerdo estrema em 28,00 metros com o lote 75; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 74; e, lado direito estrema em 28,00 metros com o lote 71; Continuação da Certidão n.º 029/2014, fls. 11.

Lote n.º 74 (setenta e quatro), com área de 420,00m² (quatrocentos e vinte metros quadrados), situado no lado par da Rua das Hortênsias, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 50,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua das Hortênsias; lado direito estrema em 28,00 metros com o lote 76; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 73; e, lado esquerdo estrema em 28,00 metros com o lote 72;

Lote n.º 75 (setenta e cinco), com área de 420,00m² (quatrocentos e vinte metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Professor Valmor Fachini, distando pelo lado direito do imóvel, 65,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Professor Valmor Fachini; lado esquerdo estrema em 28,00 metros com o lote 77; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 76; e, lado direito estrema em 28,00 metros com o lote 73;

Lote n.º 76 (setenta e seis), com área de 420,00m² (quatrocentos e vinte metros quadrados), situado no lado par da Rua das Hortênsias, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 65,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua das Hortênsias; lado direito estrema em 28,00 metros com o lote 78; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 75; e, lado esquerdo estrema em 28,00 metros com o lote 74;

Lote n.º 77 (setenta e cinco), com área de 420,00m² (quatrocentos e vinte metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Professor Valmor Fachini, distando pelo lado direito do imóvel, 80,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Professor Valmor Fachini; lado esquerdo estrema em 28,00 metros com o lote 79; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 78; e, lado direito estrema em 28,00 metros com o lote 75;

Lote n.º 78 (setenta e oito), com área de 420,00m² (quatrocentos e vinte metros quadrados), situado no lado par da Rua das Hortênsias, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 80,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua das Hortênsias; lado direito estrema em 28,00 metros com o lote 80; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 77; e, lado esquerdo estrema em 28,00 metros com o lote 76;

Lote n.º 79 (setenta e nove), com área de 364,00m² (trezentos e sessenta e quatro metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Professor Valmor Fachini, distando pelo lado direito do imóvel, 95,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 13,00 metros com o lado ímpar da Rua Professor Valmor Fachini; lado esquerdo estrema em 28,00 metros com o lote 81; fundos estrema em 13,00 metros com o lote 80; e, lado direito estrema em 28,00 metros com o lote 77;

Lote n.º 80 (oitenta), com área de 364,00m² (trezentos e sessenta e quatro metros quadrados), situado no lado par da Rua das Hortênsias, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 95,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 13,00 metros com o lado par da Rua das Hortênsias; lado direito estrema em 28,00 metros com o lote 82; fundos estrema em 13,00 metros com o lote 79; e, lado esquerdo estrema em 28,00 metros com o lote 78;

Lote n.º 81 (oitenta e um), com área de 321,00m² (trezentos e vinte e um metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Professor Valmor Fachini, distando pelo lado direito do imóvel, 108,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em linha quebrada de 7,00 metros, em 3,00 metros e em 5,00 metros com o lado ímpar da Rua Professor Valmor Fachini; lado esquerdo estrema em 25,00 metros com o lote 83; fundos estrema em 12,00 metros com o lote 82; e, lado direito estrema em 28,00 metros com o lote 79;

Lote n.º 82 (oitenta e dois), com área de 321,00m² (trezentos e vinte e um metros quadrados), situado no lado par da Rua das Hortênsias, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 108,00 metros da esquina formada com o Continuação da Certidão n.º 029/2014, fls. 12.

lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em linha quebrada de 7,00 metros, em 3,00 metros e em 5,00 metros com o lado par da Rua das Hortênsias; lado direito estrema em 25,00 metros com o lote 84; fundos estrema em 12,00 metros com o lote 81; e, lado esquerdo estrema em 28,00 metros com o lote 80;

Lote n.º 83 (oitenta e três), com área de 375,00m² (trezentos e setenta e cinco metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Professor Valmor Fachini, distando pelo lado direito do imóvel, em linha reta de 120,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Professor Valmor Fachini; lado esquerdo estrema em 25,00 metros com terras de Reinoldo Wolinger, matrícula n.º 12.308, livro 2; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 84; e, lado direito estrema em 25,00 metros com o lote 81. No lado esquerdo deste lote, fica reservada uma faixa sanitária "non aedificandi" de 3,00 metros de largura e 25,00 metros de comprimento;

Lote n.º 84 (oitenta e quatro), com área de 375,00m² (trezentos e setenta e cinco metros quadrados), situado no lado par da Rua das Hortênsias, distando pelo lado esquerdo do imóvel, em linha reta de 120,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua das Hortênsias; lado direito estrema em 25,00 metros, sendo em 22,54 metros com terras do Município de Timbó, matrícula n.º 10.772, livro 2 e em 2,46 metros com terras de Reinoldo Wolinger, matrícula n.º 12.308, livro 2; fundos estrema em 15,00 metros com o lote 83; e, lado esquerdo estrema em 25,00 metros com o lote 82. No lado direito deste lote, fica reservada uma faixa sanitária "non aedificandi" de 3,00 metros de largura e 25,00 metros de comprimento;

Lote n.º 85 (oitenta e cinco), com área de 791,37m² (setecentos e noventa e um metros e trinta e sete decímetros quadrados),

situado no lado ímpar da Rua Primavera, esquina formada com o lado ímpar da Rua das Hortênsias; estremando na frente em 32,03 metros com o lado ímpar da Rua Primavera; lado direito estrema em 24,56 metros com a Área Remanescente; fundos estrema em 38,04 metros com o lote 86; e, lado esquerdo estrema em 10,86 metros com o lado ímpar da Rua das Hortênsias e em 11,10 metros na curva de transição formada com o lado ímpar da Rua das Hortênsias;

Lote n.º 86 (oitenta e seis), com área de 537,81m² (quinhentos e trinta e sete metros e oitenta e um decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua das Hortênsias, distando pelo lado direito do imóvel, 17,51 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua das Hortênsias; lado esquerdo estrema em 34,49 metros com o lote 87; fundos estrema em linha curva de 15,47 metros com a Área Remanescente; e, lado direito estrema em 38,04 metros com o lote 85;

Lote n.º 87 (oitenta e sete), com área de 520,00m² (quinhentos e vinte metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua das Hortênsias, distando pelo lado direito do imóvel, 32,51 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua das Hortênsias; lado esquerdo estrema em 35,60 metros com o lote 88; fundos estrema em linha curva de 15,10 metros com a Área Remanescente; e, lado direito estrema em 34,49 metros com o lote 86;

Lote n.º 88 (oitenta e oito), com área de 514,06m² (quinhentos e quatorze metros e seis decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua das Hortênsias, distando pelo lado direito do imóvel, 47,51 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua das Hortênsias; lado esquerdo estrema em 30,55 metros com o lote 89; fundos estrema em linha curva de 4,09 metros e em 12,63 metros com a Área Remanescente; e, lado direito estrema em 35,60 metros com o lote 87;

Lote n.º 89 (oitenta e nove), com área de 512,70m² (quinhentos e doze metros e setenta decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua das Hortênsias, distando pelo lado direito do imóvel, 62,51 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 19,62 metros com o lado ímpar da Rua das Hortênsias; lado esquerdo estrema em 23,99 metros com o lote 90; fundos estrema em 11,84 metros e em 9,30 metros com a Área Remanescente; e, lado direito estrema em 30,55 metros com o lote 88;

Lote n.º 90 (noventa), com área de 527,34m² (quinhentos e vinte e sete metros e trinta e quatro decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua das Hortênsias, distando pelo lado direito do imóvel, 82,13 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Primavera; estremando na frente em 32,93 metros com o lado ímpar da Rua das Hortênsias; lado esquerdo estrema em 8,50 metros, em 10,39 metros e em 8,46 metros com a Área Remanescente; fundos estrema em 23,46 metros com a Área Remanescente; e, lado direito estrema em 23,99 metros com o lote 89;

Lote n.º 91 (noventa e um), de formato triangular, com área de 678,24m² (Seiscentos e setenta e oito metros e vinte e quatro decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Edmund Lindner, distando pelo esquerdo do imóvel, 86,41 metros da esquina formada com o lado par da Rua Rudolfo Borchardt; estremando na frente em 6,66 metros e em 35,57 metros com o lado par da Rua Edmund Lindner; lado direito estrema em 25,64 metros com o lote 29; e, fundos estrema em 11,20 metros, em 10,90 metros, em 2,65 metros, em 2,86 metros, em 8,82 metros, em 3,51 metros

e em 10,08 metros com a Área de Preservação Permanente 04;

Área Remanescente, com área de 11.981,94m² (onze mil, novecentos e oitenta e um metros e noventa e quatro decímetros quadrados), situada no lado ímpar da Rua Tupiniquim, distando pelo lado direito do imóvel, 306,41 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Araponguinhas; estremando na frente em 36,06 e em linha curva de 41,07 metros com o lado ímpar da Rua Tupiniquim; lado esquerdo estrema em 24,65 metros, em linha curva de 27,61 metros, em 26,80 metros com o lado ímpar da Rua Primavera e em 14,02 metros na curva de transição formada com o lado ímpar da Rua Primavera; fundos estrema em 24,56 metros com o lote 85, em linha curva de 34,66 metros, sendo em 15,47 metros com o lote 86, em 15,10 metros com o lote 87 e em 4,09 metros com o lote 88, em 24,47 metros, sendo em 12,63 metros com o lote 88 e em 11,84 metros com o lote 89, em 32,76 metros, sendo em 9,30 metros com o lote 89 e em 23,46 metros com o lote 90, em 8,46 metros, em 10,39 metros, em 8,50 metros com o lote 90, em 1,07 metros, em 3,00 metros e em 20,00 metros com o lado ímpar da Rua das Hortênsias; e, lado direito estrema em linha curva de 38,66 metros, em 5,05 metros e em 11,72 metros e em 33,86 metros com Área de Utilidade Pública, em 76,11 metros com terras do Município de Timbó, matrícula n.º 10.772, livro 2. Neste imóvel fica gravada a área destinada à Área de Preservação Permanente - conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012, com a área de 11.514,22m², constante da faixa de 50,00 metros da nascente e 30,00 metros do ribeirão sem denominação, com a seguinte descrição: estremando na frente em linha curva de 41,07 metros e em 26,65 metros com o lado ímpar da Rua Tupiniquim; fundos estrema em 76,11 metros com terras do Município de Timbó, matrícula n.º 10.772, livro 2; lado direito estrema em linha curva de 38,66 metros, em 5,05 metros e em 11,72 metros e em 33,86 metros com Área de Utilidade Pública; e, lado esquerdo estrema em linha curva de 137,51 metros com terras do proprietário, em linha curva de 34,66 metros, sendo em 15,47 metros com o lote 86, em 15,10 metros com o lote 87 e em 4,09 metros com o lote 88, em 24,47 metros, sendo em 12,63 metros com o lote 88 e em 11,84 metros com o lote 89, em 32,76 metros, sendo em 9,30 metros com o lote 89 e em 23,46 metros com o lote 90, em 8,46 metros, em 10,39 metros, em 8,50 metros com o lote 90, em 1,07 metros, em 3,00 metros e em 20,00 metros com o lado ímpar da Rua das Hortênsias;

Área de Utilidade Pública, com área de 2.827,56m² (dois mil, oitocentos e vinte e sete metros e cinquenta e seis decímetros quadrados), situada no lado ímpar da Rua Tupiniquim, distando pelo lado direito do imóvel, 238,30 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Araponguinhas; estremando na frente em linha curva de 28,72 metros, em linha reta de 35,38 metros e em linha curva de 4,01 metros com o lado ímpar da Rua Tupiniquim; lado esquerdo estrema em linha curva de 38,66 metros com a Área Remanescente; fundos estrema em 5,05 metros, em 11,72 metros e em 33,86 metros com a Área Remanescente; e, lado direito estrema em 59,85 metros com terras do Município de Timbó, matrícula n.º 10.772, livro 2. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó";

Continuação da Certidão n.º 029/2014, fls. 14.

Área Verde, com área de 10.480,80m² (dez mil, quatrocentos e oitenta metros e oitenta decímetros quadrados), situada no lado ímpar da Rua Edmund Lindner, distando pelo lado direito do imóvel, 61,05 metros da esquina formada com o lado par da Rua Rudolfo Borchardt; estremando na frente em 5,46 metros com o lado ímpar da Rua Edmund Lindner; lado direito estrema em 38,93 metros com a Área de Preservação Permanente 01, em 234,35 metros, sendo em 6,00 metros com o lote 153 de propriedade de Luciana Brehmer, matrícula nº 13.834, livro 2, em 15,50 metros com o lote 154 de propriedade de José Ferreira Neto, matrícula nº

13.835, livro 2, em 15,85 metros com o lote 155 de propriedade de Loreni Salete de Oliveira Conte, matrícula nº 13.836, livro 2, em 16,25 metros com o lote 156 de propriedade de Rudibert Borchardt, matrícula nº 13.837, livro 2, em 16,65 metros com o lote 157 de propriedade de Egan Isaias Duwe Giacomelli, matrícula nº 13.838, livro 2, em 17,10 metros com o lote 158 de propriedade de Márcio Brandt, matrícula nº 15.117, livro 2, em 17,55 metros com o lote 159 de propriedade de Hilda Correa, matrícula nº 14.426, livro 2, em 18,10 metros com o lote 160 de propriedade de Elizeu dos Santos, matrícula nº 15.189, livro 2, em 18,65 metros com o lote 161 de propriedade de Janete de Fátima Ribeiro, matrícula nº 14.972, livro 2, em 19,25 metros com o lote 162 de propriedade de Marlindo Sprung, matrícula nº 14.176, livro 2, em 24,87 metros com o lote 163 de propriedade de Celso Elisio Frainer, matrícula nº 14.174, livro 2 e em 48,58 metros com a Área de Utilidade Pública I do Loteamento Alfabetu III-A de propriedade do Município de Timbó, matrícula nº 13.810, livro 2; fundos estrema 25,61 metros com o lote 07; e, lado esquerdo estrema em 28,60 metros e em 14,00 metros com o lote 28, em 152,88 metros, sendo em 2,87 metros com o lote 26, em 12,00 metros com o lote 25, em 12,00 metros com o lote 24, em 12,00 metros com o lote 23, em 12,00 metros com o lote 22, em 12,00 metros com o lote 21, em 12,00 metros com o lote 20, em 12,00 metros com o lote 19, em 12,00 metros com o lote 18, em 18,00 metros com o lote 17, em 12,00 metros com o lote 16, em 12,00 metros com o lote 15 e em 12,01 metros com o lote 14, em 1,96 metros e em 12,00 metros com o lote 13, em 13,63 metros com o lote 12, em 36,00 metros, sendo em 12,00 metros com o lote 12, em 12,00 metros com o lote 11 e em 12,00 metros com o lote 10, em 5,00 metros com o lote 09, em 30,00 metros, sendo em 15,00 metros com o lote 09 e em 15,00 metros com o lote 08. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó";

Uma faixa de terras com área de 240,86m² (duzentos e quarenta metros e oitenta e seis decímetros quadrados), destinada a regularização de alinhamento do logradouro público denominado RUA TUPINIQUIM, situado no lado ímpar da Rua Tupiniquim, distando pelo ponto de interseção entre a frente e os fundos do imóvel, 391,02 metros da esquina formada com o lado ímpar da Araponguinhas; estremando na frente em 9,01 metros e em linha curva de 63,52 metros com o antigo alinhamento da Rua Tupiniquim; lado esquerdo estrema em 2,63 metros com o leito da Rua Tupiniquim; e, fundos estrema em 9,07 metros e em linha curva de 7,21 metros com o lote 01, em 30,90 metros, sendo em 15,06 metros com o lote 02 e em 15,84 metros com o lote 03, em 24,85 metros com a testada da Rua Primavera. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir o respectivo logradouro público";

Uma faixa de terras com área de 3.228,45m² (Três mil, duzentos e vinte e oito metros e quarenta e cinco decímetros quadrados), destinada ao prolongamento do logradouro público denominado RUA EDMUND LINDNER, iniciando no antigo término do próprio logradouro, segue na direção norte até encontrar a própria continuação; estremando na frente em 14,00 metros com a testada do próprio logradouro; lado esquerdo estrema em linha curva de 47,14 metros, sendo em 24,61 metros com a Área de Preservação Permanente 08, em 17,95 metros com o lote 45 e em 4,58 metros com o lote 43, em linha curva de 59,45 metros, sendo em 12,89 metros com o lote 43, em 16,09 metros com o lote 41, em 15,40 metros com o lote 39 e em 15,07 metros com o lote 37, em 20,00 metros, sendo em 15,00 metros com o lote 35 e em 5,00 metros com o lote 33, em 41,14 metros com a testada da Rua Primavera, em 62,80 metros, sendo em 12,87 metros com o lote 27, em 14,00 metros com o lote 28, em 5,46 metros com a Área Verde e em 30,47 metros com a Área de Preservação Permanente 01; fundos estrema em 14,00 metros com a testada do próprio logradouro; lado direito estrema em linha curva de 55,66 metros, sendo em 36,62 metros com a Área de Preservação Permanente 06 e em

19,04 metros com o lote 32, em linha curva de 51,06 metros, sendo em 22,73 metros com o lote 32, em 13,74 metros com o lote 31, e em 14,59 metros com o lote 30, em 19,75 metros, sendo em 2,67 metros com o lote 30, em
Continuação da Certidão n.º 029/2014, fls. 15.

6,01 metros com a testada do passeio público das Agaves e em 11,07 metros com o lote 29, em 41,22 metros, sendo em 5,65 metros com o lote 29 e em 35,57 metros com o lote 91, em 63,07 metros, sendo em 6,66 metros com o lote 91 e em 56,41 metros com a Área de Preservação Permanente 04. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir o respectivo logradouro público";

Uma faixa de terras com área de 4.863,60m² (quatro mil, oitocentos e sessenta e três metros e sessenta decímetros quadrados), destinada ao logradouro público denominado RUA "PROJETADA A" situado no lado ímpar da Rua Tupiniquim, distando pelo lado direito, 383,54 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Araponguinhas; estremando na frente em 7,48 metros e em 24,85 metros com o lado ímpar da Rua Tupiniquim; lado esquerdo estrema em 13,29 metros na curva de transição formada com o lote 03, em 24,46 metros, sendo em 12,39 metros com o lote 03 e em 12,07 metros com o lote 04, em linha curva de 30,17 metros, sendo em 15,02 metros com o lote 05 e em 15,15 metros com o lote 06, em 57,95 metros, sendo em 15,25 metros com o lote 07, em 15,25 metros com o lote 08, em 15,25 metros com o lote 09 e em 12,20 metros com o lote 10, em linha curva de 24,14 metros, sendo em 12,12 metros com o lote 11 e em 12,02 metros com o lote 12, em 181,62 metros, sendo em 12,00 metros com o lote 13, em 12,01 metros com o lote 14, em 12,00 metros com o lote 15, em 12,00 metros com o lote 16, em 18,00 metros com o lote 17, em 12,00 metros com o lote 18, em 12,00 metros com o lote 19, em 12,00 metros com o lote 20, em 12,00 metros com o lote 21, em 12,00 metros com o lote 22, em 12,00 metros com o lote 23, em 12,00 metros com o lote 24, em 12,00 metros com o lote 25, em 12,00 metros com o lote 26 e em 7,61 metros com o lote 27, em 18,98 metros na curva de transição formada com o lote 27; fundos estrema em 41,14 metros com o lado ímpar da Rua Edmund Lindner; e, lado direito estrema em 14,02 metros na curva de transição formada com a área remanescente, em 24,65 metros e em linha curva de 27,61 metros com a área remanescente, em 58,83 metros, sendo em 26,80 metros com a área remanescente e em 32,03 metros com o lote 85, em linha curva de 28,46 metros com a testada da Rua das Hortênsias, em 175,00 metros, sendo em 20,00 metros com o lote 68, em 20,00 metros com o lote 67, em 30,00 metros com a testada da Rua Professor Valmor Fachini, em 21,00 metros com o lote 50, em 21,00 metros com o lote 49, em 30,00 metros com a testada da Rua dos Hibiscus, em 22,00 metros com o lote 34 e em 11,00 metros com o lote 33 e em 23,56 metros na curva de transição formada com o lote 33. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir o respectivo logradouro público denominado de RUA PRIMAVERA, conforme Lei nº 2.746 de 24/11/2014";

Uma faixa de terras com área de 2.041,36m² (dois mil, quarenta e um metros e trinta e seis decímetros quadrados), destinada ao logradouro público denominado RUA "PROJETADA B", situado no lado ímpar da Rua Primavera, distando pelo lado direito, 127,35 metros da intersecção formada com o lado ímpar da Rua Tupiniquim; estremando na frente em linha curva de 28,46 metros com o lado ímpar da Rua Primavera; lado esquerdo estrema em 12,57 metros na curva de transição formada com o lote 68, em 107,00 metros, sendo em 12,00 metros com o lote 68, em 15,00 metros com o lote 70, em 15,00 metros com o lote 72, em 15,00 metros com o lote 74, em 15,00 metros com o lote 76, em 15,00 com o lote 78, em 13,00 metros com o lote 80 e em 7,00 metros com o lote 82, em 3,00 metros com o lote 82, em 20,00 metros, sendo em 5,00 metros com o lote 82 e em 15,00 metros com o lote 84;

fundos estrema em 20,00 metros com terras do Município de Timbó, matrícula nº 10.772, livro 2; e, lado direito estrema em 11,10 metros na curva de transição formada com o lote 85, em 109,48 metros, sendo em 10,86 metros com o lote 85, em 15,00 metros com o lote 86, em 15,00 metros com o lote 87, em 15,00 metros com o lote 88, em 19,62 metros com o lote 89, em 32,93 com o lote 90 e em 1,07 metros com a área remanescente, em 3,00 metros e em 20,00 metros com a área remanescente. Neste imóvel fica gravada a área destinada à Área de Preservação Permanente - conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012, com a área de 235,78m2, constante da faixa 30,00 metros do ribeirão sem denominação, com a seguinte descrição: estremando na frente em 26,87 metros com próprio logradouro público; fundos estrema em 20,00 metros com a área remanescente; lado direito estrema em 1,07 metros e em 3,00 metros com a Área Remanescente; e, lado esquerdo estrema em 20,00 metros com terras do Município de Timbó, matrícula nº 10.772, livro 2. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a

Continuação da Certidão n.º 029/2014, fls. 16.

constituir o respectivo logradouro público denominado de RUA DAS HORTÊNSIAS, conforme Lei nº 2.746 de 24/11/2014";

Uma faixa de terras com área de 2.037,47m2 (dois mil, trinta e sete metros e quarenta e sete decímetros quadrados), destinada ao logradouro público denominado RUA "PROJETADA C", situado no lado ímpar da Rua Primavera, distando pelo lado esquerdo, 128,00 metros até a interseção formada com o lado ímpar da Rua Edmund Lindner; estremando na frente em 30,00 metros com o lado ímpar da Rua Primavera; lado esquerdo estrema em 12,57 metros na curva de transição formada com o lote 50, em 107,00 metros, sendo em 12,00 metros com o lote 50, em 15,00 metros com o lote 52, em 15,00 metros com o lote 54, em 15,00 metros com o lote 56, em 15,00 metros com o lote 58, em 15,00 com o lote 60, em 13,00 metros com o lote 62 e em 7,00 metros com o lote 64, em 3,00 metros com o lote 64, em 20,00 metros, sendo em 5,00 metros com o lote 64 e em 15,00 metros com o lote 66; fundos estrema em 20,00 metros com terras de Reinoldo Wolinger, matrícula nº 12.308, livro 2; e, lado direito estrema em 12,57 metros na curva de transição formada com o lote 67, em 107,00 metros, sendo em 12,00 metros com o lote 67, em 15,00 metros com o lote 69, em 15,00 metros com o lote 71, em 15,00 metros com o lote 73, em 15,00 metros com o lote 75, em 15,00 com o lote 77, em 13,00 metros com o lote 79 e em 7,00 metros com o lote 81, em 3,00 metros com o lote 81, em 20,00 metros, sendo em 5,00 metros com o lote 81 e em 15,00 metros com o lote 83. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir o respectivo logradouro público denominado de RUA PROFESSOR VALMOR FACHINI, conforme Lei nº 2.742 de 14/11/2014";

Uma faixa de terras com área de 2.037,47m2 (dois mil, trinta e sete metros e quarenta e sete decímetros quadrados), destinada ao logradouro público denominado RUA "PROJETADA D", situado no lado ímpar da Rua Primavera, distando pelo lado esquerdo, 56,00 metros até a interseção formada com o lado ímpar da Rua Edmund Lindner; estremando na frente em 30,00 metros com o lado ímpar da Rua Primavera; lado esquerdo estrema em 12,57 metros na curva de transição formada com o lote 34, em 107,00 metros, sendo em 12,00 metros com o lote 34, em 15,00 metros com o lote 36, em 15,00 metros com o lote 38, em 15,00 metros com o lote 40, em 15,00 metros com o lote 42, em 15,00 com o lote 44, em 13,00 metros com o lote 46 e em 7,00 metros com o lote 47, em 6,00 metros com o lote 47, em 20,00 metros, sendo em 5,00 metros com o lote 47 e em 15,00 metros com o lote 48; fundos estrema em 20,00 metros com terras de Raul Krieser, matrícula nº 18.342, livro 2; e, lado direito estrema em 12,57 metros na curva de transição formada com o lote 49, em 127,00 metros,

sendo em 12,00 metros com o lote 49, em 15,00 metros com o lote 51, em 15,00 metros com o lote 53, em 15,00 metros com o lote 55, em 15,00 metros com o lote 57, em 15,00 com o lote 59, em 13,00 metros com o lote 61, em 12,00 metros com o lote 63 e em 15,00 metros com o lote 65. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir o respectivo logradouro público denominado de RUA DOS HIBISCUS, conforme Lei nº 2.746 de 24/11/2014";

Uma faixa de terras com área de 353,00m2 (Trezentos e cinquenta e três metros quadrados), destinada ao PASSEIO PÚBLICO, situado no lado par da Rua Edmund Lindner, distando pelo lado esquerdo, 145,36 metros da esquina formada com o lado par da Rua Rudolfo Borchardt; estremando na frente em 6,01 metros com o lado par da Rua Edmund Lindner; lado direito estrema em 59,27 metros, sendo em 29,06 metros com o lote 30 e em 30,21 metros com a Área de Preservação Permanente 06; fundos estrema em 6,03 metros com a testada da Rua Abílio Lenzi; e, lado esquerdo estrema em 58,39 metros, sendo em 28,18 metros com o lote 29 e em 30,21 metros com a Área de Preservação Permanente 04. Neste imóvel fica gravada a área destinada à Área de Preservação Permanente - conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012, com a área de 181,26m2, constante da faixa de 30,00 metros do ribeirão sem denominação, com a seguinte descrição: estremando na frente em 6,03 metros com o próprio passeio público; fundos estrema em 6,03 metros com a testada da Rua Abilio Lenzi; lado direito estrema em 30,21 metros com a Área de Preservação Permanente 06; e, lado esquerdo estrema em 30,21 metros com a Área de Preservação Permanente 04. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir o respectivo passeio público denominado de PASSEIO PÚBLICO DAS AGAVES, conforme Lei nº 2.746 de 24/11/2014";

Continuação da Certidão n.º 029/2014, fls. 17.

Área de Preservação Permanente - APP 01, de formato triangular, contendo a área de 369,39m2 (trezentos e sessenta e nove metros e trinta e nove decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Edmund Lindner, distando pelo lado direito, pelo ponto PP, 61,05 metros da esquina formada com o lado par da Rua Rudolfo Borchardt; estremando na frente em 30,47 metros com o lado ímpar da Rua Edmund Lindner; lado direito estrema em 24,39 metros, sendo em 15,34 metros com o lote 152, de propriedade de Alfablu Empreendimentos Imobiliários Ltda, matrícula nº 13.833, livro 2 e em 9,05 metros com o lote 153 de propriedade de Luciana Brehmer, matrícula nº 13.834, livro 2; e, fundos estrema em 38,93 metros com a Área Verde. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó";

Área de Preservação Permanente - APP 04, contendo a área de 3.074,91m2 (três mil, setenta e quatro metros e noventa e um decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Edmund Lindner, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 30,00 metros do lado par da Rua Rudolfo Borchardt; estremando na frente em 56,41 metros com o lado par da Rua Edmund Lindner; lado esquerdo estrema em 28,45 metros, sendo em 19,48 metros com o lote 63 de propriedade de Renaldo Giotti, Carmel Giotti, Raul Loes e Hercília Loes, matrícula nº 1.702, livro 2, sendo a divisa feita por um ribeirão e em 8,97 metros com o lote 62 de propriedade de Cacilda Amaral Hoengen, matrícula nº 17.707, livro 2, sendo a divisa feita por um ribeirão, em 6,35 metros, em 3,25 metros, em 2,65 metros e em 4,92 metros com o lote 62 de propriedade de Cacilda Amaral Hoengen, matrícula nº 17.707, livro 2, sendo a divisa feita por um ribeirão, em 3,93 metros, em 8,54 metros e em 3,12 metros com o lote 61 de propriedade de José Valdecir Cordeiro e Valdir Cordeiro, matrícula nº 17.706, livro 2, sendo a divisa feita por um ribeirão, em 6,00 metros, em 5,11 metros e em 10,54 metros com o lote 60 de propriedade de Renaldo Giotti, Carmel Giotti, Raul Loes e Hercília Loes, matrícula nº 1.702, livro 2, sendo a divisa feita por

um ribeirão, em 16,20 metros com o lote 59 de propriedade de Vilmar Bolduan, matrícula nº 19.025, livro 2, sendo a divisa feita por um ribeirão, em 7,90 metros com o lote 58 de propriedade de Erasmo Carlos Cerutti, matrícula nº 12.091, livro 2, sendo a divisa feita por um ribeirão, em 31,26 metros, sendo em 22,96 metros com o lote 58 de propriedade de Erasmo Carlos Cerutti, matrícula 12.091, livro 2, sendo a divisa feita por um ribeirão e em 8,30 metros com a testada da Rua Abílio Lenzi; fundos estrema em 30,21 metros com o passeio público das Agaves; e, lado direito estrema em 11,20 metros, em 10,90 metros, em 2,65 metros, em 2,86 metros, em 8,82 metros e em 3,51 metros com o lote 91, em 26,87 metros, sendo em 10,08 metros com o lote 91 e em 16,79 metros com o lote 29. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó";

Área de Preservação Permanente - APP 06, contendo a área de 2.769,15m² (dois mil, setecentos e sessenta e nove metros e quinze decímetros quadrados), localizado no término da Rua Edmund Lindner; estremando na frente em linha curva de 36,62 metros com o lado par da Rua Edmund Lindner; lado esquerdo estrema em 1,56 metros, em 25,72 metros e em 13,26 metros com o lote 32, em 30,78 metros, sendo em 13,56 metros com o lote 31 e em 17,22 metros com o lote 30; fundos estrema em 30,21 metros com o passeio público das Agaves; e, lado direito estrema em 18,77 metros e em 10,19 metros com terras de Marlene Hiller, Márcio Hiller e Mary Lea Hiller, matrícula nº 12.626, livro 2, sendo a divisa feita por um ribeirão, em 36,63 metros, sendo em 31,56 metros com terras de Marlene Hiller, Márcio Hiller e Mary Lea Hiller, matrícula nº 12.626, livro 2, sendo a divisa feita por um ribeirão, e em 5,07 metros com terras de Harold Hiller, matrícula nº 9.342, livro 2, sendo a divisa feita por um ribeirão, em 21,93 metros e em 28,53 metros com terras de Harold Hiller, matrícula nº 9.342, livro 2, sendo a divisa feita por um ribeirão. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó";

Área de Preservação Permanente - APP 08, de formato triangular, contendo a área de 351,55m² (trezentos e cinquenta e um metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados), situado no lado no lado ímpar da Rua Edmund Lindner, distando pelo ponto PP, 24,61 metros do término da Rua Edmund Lindner; estremando na frente em linha curva de 24,61 metros com o lado ímpar da Rua Edmund Lindner; lado esquerdo estrema em 27,77 metros com o lote 23 de propriedade de Mário Lindner, matrícula nº 12.127, livro 2; e, fundos estrema em 33,54 metros com o lote 45. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó".
Continuação da Certidão n.º 029/2014, fls. 18.

O loteamento residencial destina-se a edificações com área não inferior a 50,00m² e todas devem ser de alvenaria.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar n.º 335/2007 e do Decreto n.º. 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano;

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 15 de dezembro de 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Município de Timbó

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 27 2014 SAMAE - EMBALAGENS DE POLIETILENO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2014 SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
OBJETO: Registro de preços, visando a aquisição de embalagens de polietileno reciclado destinadas a coleta seletiva de resíduos sólidos para o ano de 2015.

EMPRESA FORNECEDORA: Bela Vista Papelaria e Distribuidora Eireli - ME.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 186.917,50 (cento e oitenta e seis mil, novecentos e dezessete reais e cinquenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 14/12/2015

Timbó, 15/12/2014

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente SAMAE

EXTRATO CONTRATO 2014 181 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/181

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: H. G. Alves Advogados Associados

OBJETO: Execução de serviços advocatícios de notória especialização na área de Direito Previdenciário - Regimes Próprios de Previdência, em especial prestar assessoria jurídica e orientação quanto a melhor solução e/ou providências a serem tomadas em razão da Notificação de Irregularidade Atuarial - NIA n. 190/2014 emitida em 30/03/2014 pelo Ministério da Previdência Social, conforme Inexigibilidade nº. 163/2014.

VALOR: R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 12/12/2014.

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA

Procurador Geral do Município

LEI Nº 2748, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014**LEI Nº 2748, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014**

Altera a Lei nº 2654, de 12 de agosto de 2013, que aprovou o Plano Plurianual do Município de Timbó para o quadriênio 2014/2017.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

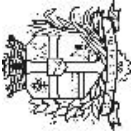
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo I, da Lei nº 2.654, de 12 de agosto de 2013, passa a vigorar com a redação dada pela presente Lei, nos termos dos anexos respectivos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de dezembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
PREFEITO DE TIMBÓ/SC



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 4

Página 1 de 19
Impresso em: 05/dez/2014
As 09:53:19 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:

0007- ENCARGOS DO MUNICÍPIO COM O PASEP

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Compreendem as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços. O município de Timbó contribui mensalmente para a formação do PASEP na proporção de 1% sobre a arrecadação da receita exceto convênios e operações de crédito.

DIRETRIZES:

Manter o cadastro sempre atualizado para que seja possível apresentar informações concretas e resguardar a credibilidade do município em relação a outras esferas governamentais.

OBJETIVOS:

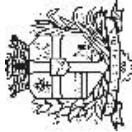
Salidar mensalmente a contribuição com a formação do PASEP.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
5	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FMS.	Parcela Mensal	UN	48,0000	250.000,00	0
8	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FUMTUR.	Parcela Mensal	UN	48,0000	12.000,00	0
9	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FUNTRAM.	Parcela Mensal	UN	48,0000	50.000,00	0
10	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FUMREBOMPOM.	Parcela Mensal	UN	48,0000	13.000,00	0
12	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FCT.	Parcela Mensal	UN	48,0000	90.000,00	0
16	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP - FUMDEC	Parcela Mensal	UN	48,0000	17.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0007					432.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 4

Página 2 de 19
Impresso em: 05/dez/2014
As 09:53:19 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:

0013- DEFESA CIVIL

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Nosso município, devido a sua localização geográfica, ao longo de sua História sofreu com problemas relacionados a enchentes e vendavais. Em especial no mês de novembro de 2008 sofremos, além dos eventos normais, com desmoronamentos na área urbana e rural. O Conselho Municipal de Defesa Civil têm a prerrogativa de decidir e controlar as situações de emergência.

DIRETRIZES:

Manter sempre a disposição a estrutura da Administração Direta e Indireta para atender as solicitações da Defesa Civil. Bem como propiciar conforto as pessoas atingidas por catástrofes e garantir a dignidade dos atingidos.

OBJETIVOS:

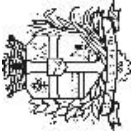
Atender prontamente, com efetividade, qualquer eventualidade que interferir no cotidiano normal do município e que venha a prejudicar a população timboense. Bem como através da defesa civil coordenar serviços de apoio a cidades vizinhas atingidas por eventuais calamidades públicas. Firmar convênios com órgãos Federais e Estaduais para restabelecer a normalidade dos atendimentos.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2110	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE EMERGENCIA DA DEFESA CIVIL - FUMDEC	Unidade Gestora	UN	4,0000	417.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA			0013		417.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Página 3 de 19
Impresso em: 05/dez/2014
As 09:53:19 Horas

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 4

PROGRAMA DE GOVERNO:

0036- TURISMO COM PRODUTOS, ATRATIVOS E DIVULGAÇÃO

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Para o desenvolvimento do turismo é necessário o fomento e a incentivo de parcerias para realizar programas e projetos na área de conscientização e sensibilização, para tornar o setor em desenvolvimento de forma atuante e operante, pois o turismo deixou de ser embrionário na cidade e tornou-se uma expectativa da comunidade. O trade e envolvidos indiretamente necessitam de embasamento teórico através de conceitos, definições e planejamentos do setor. Através do planejamento estratégico do Conselho de Turismo - COMTUR levantou-se a necessidade de criar e manter eventos com o intuito de resgatar, conscientizar e sensibilizar a população sobre o turismo e lazer do timboense.

DIRETRIZES:

Inserir o turismo em projetos de conscientização e sensibilização demonstrando o quão é importante e necessário esse setor para a vida pública e privada, demonstrando que o aumento de renda e a agregação de valores estão nesse setor inclusive fomentando a população o aparecimento de novos empreendimentos e empresários do setor alavancando assim novos empregos no setor, e reunir o maior número de atrativos e recursos turísticos das mais diferentes áreas e modalidades do turismo. Promovendo o desenvolvimento com a geração de empregos e renda aos municípios de Timbó.

OBJETIVOS:

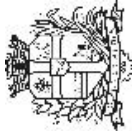
Informar a toda a população sobre turismo, potencialidade turística, atrativos e recursos turísticos, produtos turísticos utilizando ferramentas em diversas faixas etárias, organizações e setores. Consolidar os atrativos e produtos de timbó e utilizar a ferramentas população para ser a maior divulgadora desses produtos, Consolidar setores do lazer e entretenimento a toda população, visitantes e turistas.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1201	REVITALIZAÇÃO DO JARDIM BOTÂNICO	Parques	UN	4,0000	50.000,00	0
1209	MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	Equipamentos	UN	4,0000	25.000,00	0
1211	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ÁREAS DE TURISMO	Unidade Gestora	UN	4,0000	750.000,00	0
2200	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	Unidade Gestora	UN	4,0000	793.000,00	0
2244	FORTELECER A PARCERIA COM O INSTITUTO AMBIENTAL ARACUÁ	Unidade Gestora	UN	4,0000	600.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0036					2.218.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados**

Página 4 de 19
Impresso em: 05/dez/2014
As 09:53:19 Horas

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 4

PROGRAMA DE GOVERNO:**0046- SISTEMA VIÁRIO E MOBILIDADE**

GERENTE DO PROGRAMA:

CARLA MOSER

DIAGNOSTICO:

As condicionantes geográficas, a ocupação urbana e a deficiente malha viária do município, além da evidente prioridade conferida ao transporte individual em detrimento do coletivo são dificuldades a serem vencidas por este programa. Algumas intervenções foram realizadas com o intuito de melhorar a mobilidade da cidade como um todo, as quais ajudaram a trazer segurança viária para o município. O aprimorando e incremento destas, é prioridade no programa de sistema viário e mobilidade, onde é enfatizado os meios de transporte alternativo e a garantia da acessibilidade. Ainda sendo comprovada a eficácia e importância de aparelhos de controladores de velocidade em nosso município. Verificado a necessidade de aquisição de controlador de velocidade mais eficaz e moderno, visando também a praticidade para fácil transporte do equipamento e instalação do mesmo. Necessidade de padronização de identificação dos fiscalizadores de trânsito, tornado-os mais visíveis durante a realização de abordagens para identificação de autômatos. Necessidade de equipar a Polícia Militar com veículos equipados com notebook com acesso a rede mundial de computadores para acesso a consultas de veículos e indivíduos.

DIRETRIZES:

Adequar e estruturar o sistema viário básico - urbano e regional. Melhorar a fluidez de tráfego diminuindo os pontos críticos; Melhorar a fluidez do trânsito, mantendo-se níveis de segurança adequados; Rever, ampliar e otimizar o sistema de transporte coletivo; Estudar meios alternativos de transporte; Qualificar o sistema de mobilidade às pessoas deficientes e com necessidades especiais; Desenvolver o sistema cicloviário; Incentivar o transporte não-motorizado, como forma de reduzir o tráfego, desobstruir as vias de rolamento e mitigar a emissão de gases poluentes; Incrementar o sistema de sinalização viária. Urbanizar os passeios públicos, garantir segurança ao transeunte; Estudar a viabilidade da guarda de trânsito; Implementar programa permanente de educação do trânsito. Orientar os motoristas e pedestres dos cuidados necessários ao transitar, fiscalizar para melhorar a trafegabilidade. Melhorar o espaço físico, a estrutura administrativa da Polícia Militar, dotando-o de plenas condições para gestão do trânsito. Melhorar as condições de atendimento, bem como segurança e conforto dos fiscalizadores.

OBJETIVOS:

Desenvolver macro projeto visando a reestruturação do sistema viário do Município e dar continuidade ao projeto do anel viário; Desviar o tráfego pesado do centro urbano; Desenvolver e implantar programas e ações voltadas para a garantia da acessibilidade; Tornar o transporte coletivo acessível, eficiente, seguro e atrativo, promovendo a agilização do sistema de transporte com a introdução de novos serviços e tecnologias; Implantar e padronizar os abrigos e pontos de parada, visando melhorar a segurança da população que usa o transporte coletivo; Interligar as ruas dos loteamentos para evitar sobrecarga do Transporte Coletivo das vias básicas e facilitar a comunicação entre bairros; Desenvolver e aplicar o programa de pavimentação de vias e passeios públicos; Manter as atividades e capacitar o servidor para disponibilizar serviços de qualidade a população. Assegurar meios de fiscalização e atendimento das ocorrências de trânsito, bem como aplicação de multas e sanções. Melhorar o planejamento

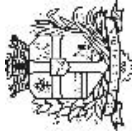
e a infra-estrutura operacional para a fiscalização do trânsito municipal. Implementar todas as ações de trânsito de competência municipal e estadual.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1259	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - DEMUTRAN	Unidade Gestora	UN	4,0000	220.000,00	0
1261	FROTA DE VEÍCULOS - DEMUTRAN	Veículo	UN	4,0000	196.000,00	0
1263	OBRAS E CONSTRUÇÕES - DEMUTRAN	Obra	UN	4,0000	1.580.000,00	0
1265	IMOVEIS E INSTALAÇÕES - DEMUTRAN	Imóvel	M2	30.000,0000	668.000,00	0
1267	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - POL. MILITAR	Unidade Gestora	und	4,0000	155.000,00	0
1269	FROTA DE VEÍCULOS - POL. MILITAR	Veículo	und	3,0000	160.000,00	0
1271		Unidade Gestora	UN	4,0000	150.000,00	0

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 4

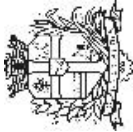
Página 5 de 19
Impresso em: 05/dez/2014
As 09:53:19 Horas

	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - POL. CIVIL					
1273	FROTA DE VEÍCULOS - POL. CIVIL	Veículo	UN	2,0000	50.000,00	0
2260	MANUTENÇÃO DO DEMUTRAN	Unidade Gestora	UN	4,0000	3.500.000,00	0
2262	MANUTENÇÃO DO CONV. POLÍCIA MILITAR	Unidade Gestora	und	4,0000	200.000,00	0
2264	MANUTENÇÃO DO CONV. POLÍCIA CIVIL	Unidade Gestora	UN	4,0000	315.000,00	0
2266	MANUTENÇÃO DO CONVENIO DE TRANSITO	Unidade Gestora	UN	4,0000	2.520.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0046					9.714.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Página 6 de 19
Impresso em: 05/dez/2014
As 09:53:19 Horas

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 4

PROGRAMA DE GOVERNO:

0048- GESTÃO DO FUNREPOM

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar - FUNREPOM, visa manter a corporação com equipamentos modernos e em condições de uso. Para evitar o aumento da criminalidade e prevenção dos acidentes de trânsito a Polícia Militar realiza constante vigilância e cria formas de coibir delitos. Verificou-se a necessidade de criação de vigilância eletrônica para a cidade a qual haverá a necessidade de angariar fundos através de convênios.

DIRETRIZES:

Implementar e manter as ações do Fundo, adaptando os recursos a programação do respectivo Conselho, em conformidade com a Lei Complementar nº 125, de 22/12/1997.

OBJETIVOS:

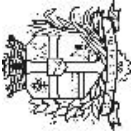
Geir os recursos oriundos da prestação técnica dos serviços da unidade da Polícia Militar da cidade de Timbó. Recursos esses que permitem o investimento em novos equipamentos e serviços, bem como propiciam a manutenção de serviços especializados e manutenção da frota e dos equipamentos. Angariar fundos através de convênios a serem criados com o FUNREPOM, para serem aplicados á comunidade timboense.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1401	EQUIPAMENTOS,MÓVEIS E UTENSILIOS PARA INSTALACAO DE VIGILANCIA ELETRONICA - FUNREPOM	Unidade Gestora	UN	4,0000	100.000,00	0
1403	EQUIPAMENTOS,MÓVEIS E UTENSILIOS - FUNREPOM	Unidade Gestora	UN	4,0000	100.000,00	0
1405	FROTA DE VEICULOS - FUNREPOM	Veículo	UN	3,0000	150.000,00	0
1407	OBRAS E INSTALAÇÕES - FUNREPOM	Área	M2	100,0000	150.000,00	0
2400	MANUTENÇÃO DA POLICIA MILITAR - FUNREPOM	Unidade Gestora	UN	4,0000	210.000,00	0
2402	MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA ELETRONICA	Unidade Gestora	UN	4,0000	150.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0048					860.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Página 7 de 19
Impresso em: 05/dez/2014
As 09:53:19 Horas

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 4

PROGRAMA DE GOVERNO:

0049- MANUTENCAO DO CONVENIO BOMBEIRO MILITAR

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O convênio celebrado entre o Município e o Estado, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, visa o atendimento das missões constitucionais previstas no Art. 108 da C.E. 1989. O atendimento imediato em ocorrências de diversas naturezas como acidentes, incêndios, resgates, dentre outros, constantemente se faz presente em inúmeros eventos, os quais tem sido de suma importância para a segurança da comunidade timboense.

DIRETRIZES:

Equipar o Corpo de Bombeiros com mobiliário e material para a corporação, tipo 15 micros computadores ou laptops e 4 impressoras multifuncionais, 9 equipamentos de ar-condicionado, 4 máquina de fotografia digital, 20 equipamentos de proteção individual, 5 equipamentos de proteção respiratória com 7 cilindros de reserva, 1 bote inflável, 1 canhão monitor de solo, 1 ventilador de pressão positiva, 01 motogerador, 01 desencarcerador com equipamentos, 08 câmeras de vigilância para as instalações físicas do quartel, 1 compressor de alta pressão, 1 gerador de energia, 2 ferramentas de corte e perfuração de concreto, 3 esguichos para combate a incêndios, 2 divisores de linhas de combate, mobiliário completo e eletrodomésticos para refeitório, alojamentos e repartições administrativas, contratação de serviços de arquitetura e engenharia, entre outros.

OBJETIVOS:

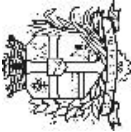
Gerir os recursos oriundos da prestação técnica dos serviços da unidade do Corpo de Bombeiros Militar de Timbó, permitindo ações de custeio e investimento que visem garantir a execução da missão constitucional prevista no Art. 108 da C.E. 1989. Angariar fundos através de convênio para serem aplicados à comunidade timboense.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1289	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - CONVENIO BM	Unidade Gestora	UN	4,0000	400.000,00	0
1291	FROTA DE VEICULOS - CONVENIO BM	Veiculo	UN	2,0000	248.000,00	0
1293	OBRAS E CONSTRUÇÕES - CONVENIO BM	Área	M2	300,0000	300.000,00	0
2298	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - CONVENIO BOMBEIRO MILITAR	Unidade Gestora	UN	4,0000	532.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0049					1.480.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 4

PROGRAMA DE GOVERNO:

0070- GESTÃO DA ATENÇÃO BÁSICA TIMBÓ

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município de Timbó possui dez Unidades de Saúde da Família e uma unidade de Saúde da Família Avançada e doze equipes na estratégia de saúde da família, que ofertam serviços em atenção básica, integrando o Programa de Saúde da Família, promovendo o sistema de saúde local, com demanda expressiva e crescente que desloca-se até estas unidades para atendimento e encaminhamento às referências municipais: Policlínica de referência, CAPS, Tratamento fora de domicílio, Pronto Socorro, Hospital e maternidade OASE, e Serviço Social. O exercício da atividade profissional de Agente Comunitário de Saúde deve observar a Lei nº 10.507/2002, que cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde, o Decreto nº 3.189/1999, que fixa as diretrizes para o exercício da atividade de Agente Comunitário de Saúde, e a Portaria nº 1.886/1997, que aprova as normas e diretrizes do Programa de Agente Comunitário e do Programa Saúde da Família. Através de ações individuais ou coletivas, o agente comunitário de saúde realiza atividade de prevenção de doenças e promoção da saúde sob supervisão do profissional de enfermagem /e ou outro profissional. A Saúde Bucal na estratégia da Saúde da Família representou a criação de um espaço de práticas e relações a serem construídas para a reorientação do processo de trabalho e para a própria atuação da saúde bucal no âmbito dos serviços de saúde. Dessa forma, o cuidado em saúde bucal passa a exigir a conformação de uma equipe de trabalho que se relacione com usuários e que participe da gestão dos serviços para dar resposta às demandas da população e ampliar o acesso às ações e serviços de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal, por meio de medidas de caráter coletivo e mediante o estabelecimento de vínculo territorial.

DIRETRIZES:

Modelar constantemente a Atenção Básica - Estratégia Saúde da Família. Fortalecer os serviços através dos NASF - Núcleos de Apoio à Saúde da Família, conforme portaria nº 54 de 24 de Janeiro de 2008, adesão a programas incentivados pelo Ministério da saúde assim como a Secretaria de Estado da Saúde., Disponibilizar material de consumo e expediente, medicamentos para o desenvolvimento das atividades em saúde, readequar as estruturas acordadas com a necessidade, proporcionar cursos de capacitação aos colaboradores, Manter e aperfeiçoar o sistema de gerenciamento em informação nas Unidades de Saúde, através do Sistema Único de Saúde, serviços próprios, conveniados e/ou contratados. Capacitar todos agentes comunitários de saúde de nosso município, para o aprimoramento e desempenho profissional. Reconhecer uma prática que vem sendo construída no cotidiano, sistematizando-a e teorizando-a, formalizando a legalidade profissional do agente comunitário de saúde na especificidade de seu trabalho. A equipes de saúde bucal são da Modalidade I: composta por Cirurgião-Dentista (CD) e Auxiliar de Consultório Dentário (ACD). Os dentistas e seus assistentes são vistos como profissionais que podem de fato desempenhar um papel decisivo nos bons resultados do Programa Saúde da Família. Implantar mais 03 (três) equipes de Estratégia Saúde da Família, nos bairros : Pomeranos, Padre Martinho e Imigrantes.

OBJETIVOS:

Manter as atividades do departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público e ou processo seletivo, qualificação e atender a demanda do Sistema Único de Saúde em suas necessidades salutar, através de serviços classificados de atenção básica, que abrangem a prevenção, promoção e reabilitação do indivíduo/família, inseridos e participantes de sua comunidade, na busca pela qualidade de vida. Conhecer o perfil epidemiológico e diagnóstico em saúde da população. Fazer convênios, na forma da Lei nº 2.019/98, e ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação aplicável, com os Governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas.Manutenção da Educação Permanente em Saúde, conforme Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007 - Dispõe sobre as diretrizes para implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.

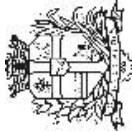
Prestar auxílio a instituições / entidades para manutenção de atividades que auxiliem e/ou complementem a prestação de serviços em saúde pública destinada a resolutividade da situação salutar dos usuários do SUS, na promoção, prevenção e reabilitação dos indivíduos para a sociedade. Adesão a novos programas do Ministério da Saúde (NASF ,Melhor. em casa e outros).

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1151	FROTA DE VEÍCULOS AB	Veículo	UN	4,0000	200.000,00	0
1153	OBRAS E INSTALAÇÕES AB	Área	M2	1.050.0000	2.453.000,00	0

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 4

Página 9 de 19
Impresso em: 05/dez/2014
As 09:53:19 Horas

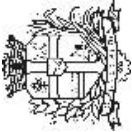
1155	IMÓVEIS AB	Área	M2	1.500.0000	500.000.00	0
2150	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	Unidade Gestora	Unidade	4.0000	26.360.000.00	0
2152	MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS	Unidade Gestora	Unidade	4.0000	4.615.000.00	0
2154	MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL	Unidade Gestora	Unidade	4.0000	8.390.000.00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0070					42.518.000.00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

10

Planejamento



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Página 10 de 19
Impresso em: 05/dez/2014
As 09:53:19 Horas

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 4

PROGRAMA DE GOVERNO:

0072- GESTÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A odontologia ofertara trabalhos em endodontia. O município de Timbó possui 1 (um) Centro Municipal de Referências A Policlínica de Referências -, convênio/credenciamento com uma Unidade Hospitalar, 1 pronto Socorro, 1 (um) Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, 1 clínica de fisioterapia, 2 Laboratórios de análise, Associação Renal Vida, APAE, Rede feminina, credenciados pelo Sistema Único de Saúde. Decorrente desta realidade faz-se necessária a ampliação da estrutura em valores humanos e estrutura física, possibilitando assim, a ampliação dos serviços ofertados, readaptação dos ambientes das unidades, compra de serviços, aquisição de materiais, equipamentos e utensílios. A Policlínica de Referências está inserida no modelo de Atenção Especializada, na qual compõe um aspecto de serviços com diferentes graus de especialização e modalidades de atendimento. A Policlínica também atende os municípios circunvizinhos. Dentro do contexto da assistência hospitalar e ambulatorial, em nosso município inserimos também o SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. O nosso município possui uma unidade hospitalar conveniada ao SUS, o Hospital e Maternidade OASE, no qual é referência para os municípios circunvizinhos.

DIRETRIZES:

Os profissionais da atenção básica são responsáveis pelo primeiro atendimento ao paciente e pelo encaminhamento aos centros especializados em casos mais complexos. Nosso município pretende adequar o espaço físico para a base do SAMU. Ampliar a oferta de serviços, disponibilizar material de consumo, expediente e medicamentos para o desenvolvimento das atividades em saúde, proporcionar cursos de capacitação, oportunizar o acesso ao sistema de gerenciamento de informação em saúde, através do Sistema Único de Saúde, serviços próprios, contratados e/ou conveniados. O Hospital e Maternidade OASE, encontra-se em adaptação conforme as diretrizes da ANVISA.

OBJETIVOS:

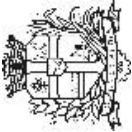
Manter as atividades do departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, serviços próprios, conveniados e/ou contratados públicos e privados com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os trabalhos legislativos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Manter o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos e prestar auxílio a instituições / entidades para manutenção de atividades que auxiliem e/ou complemente a prestação de serviços em saúde pública destinada a resolutividade da situação salutar dos usuários do SUS, que envolvam ações de média e alta complexidade para retorno dos indivíduos para convívio em sociedade, dentre eles hospital OASE.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1157 FROTA DE VEÍCULOS MAC	Veículo	und	4,0000	400.000,00	0
1159 OBRAS E INSTALAÇÕES MAC	Área	M2	2.000.0000	430.000,00	0
2160 PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE	Unidade Gestora	Unidade	4,0000	17.500.000,00	0
2164 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	Unidade Gestora	Unidade	4,0000	21.700.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0072				40.030.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Página 11 de 19
Impresso em: 05/dez/2014
As 09:53:19 Horas

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 4

PROGRAMA DE GOVERNO:

0074 GESTÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Secretaria Municipal de Saúde possui, inserido em seu contexto de trabalho, a divisão responsável pela observação contínua da distribuição e tendências da incidência de doenças mediante a coleta sistemática, consolidação e avaliação de informes de morbidade e mortalidade, assim como, supervisão e controle os programas designados pelo MS (DST/AIDS, TB, Hanseníase, etc); executa ações de educação em saúde; executa ações de monitoramento de endemias e epidemias; investiga doenças de notificação compulsória, e outras atividades afins, sendo sua área de atuação todos os usuários e serviços de saúde do município, independentemente dos graus de complexidade. Atividade de Promoção à Saúde, VIGISUS; Campanhas de Vacinação, Serviço de Assistência Especializada - SAE, Incentivo ao programa DST/AIDS, Combate ao transmissor da dengue. A secretaria Municipal de Saúde do município possui inserida em seu contexto a divisão de vigilância sanitária, que executa um conjunto de ações capazes de diminuir, eliminar ou prevenir riscos e intervir nos problemas sanitários decorrentes da produção e circulação de produtos e serviços e do meio ambiente, objetivando a proteção da saúde da população.

DIRETRIZES:

A vigilância epidemiológica tem por finalidade avaliar, acompanhar e sugerir estratégias para ações voltadas para a proteção e promoção da saúde da comunidade, sendo sua aplicação baseada nas realidades locais e na análise da situação da saúde, levando em consideração o aspecto clínico das doenças e os fatores de risco; Para tanto, prioriza o treinamento dos profissionais, a manutenção dos programas (imunização, Tuberculose, DST/AIDS, etc), a inserção e disponibilização de todos os meios necessários para acesso a diagnóstico e tratamento de doenças de notificação compulsória, infecto-contagiosas e de forma ampliada as crônicas degenerativas e o desenvolvimento de ações conjuntas ou articuladas com outros entes do órgão público ou da sociedade civil organizada, para redução de danos e riscos a saúde individual e coletiva.

Temos como diretriz a implantação do CEREST, TAM - Termo de Ajuste e Metas, PAB VISA - Piso de atenção Básica em Vigilância Sanitária. Sendo que as diretrizes diretrizes básicas, o controle de doenças veiculadas pela água e alimentos; efetuar ações de educação em saúde através de palestras, debates, campanhas, com a comunidade, relacionados ao meio ambiente, reciclagem de lixo, água, saneamento básico, alimentação, etc; investigação de surtos de toxinfecções alimentares; promoção do aperfeiçoamento na área de vigilância sanitária e ambiental, para equipe multiprofissional; execução de ações de combate e controle de zoonoses; desenvolvimento de ações conjuntas com as demais esferas de atuação e segmentos representativos da sociedade.

OBJETIVOS:

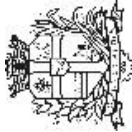
Manter as atividades do departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os atos oficiais e publicidade institucional. Implantar o sistema de avaliação e controle. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Orientação, controle e fiscalização dos bens de consumo e prestação de serviços que se relacionem direta ou indiretamente com a saúde; controle de vetores e roedores; orientação, controle e fiscalização sobre o meio ambiente e atividades afins; ordenamento e articulação das ações relacionadas a política municipal para vigilância sanitária, firmando, contratos, convênios e ajustes com instituições, fundações e ONGs, para a ratificação das atividades em vigilância sanitária.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1161	FROTA DE VEÍCULOS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Veículo	und	2,0000	80.000,00	0
1163	OBRAS E INSTALAÇÕES VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA	Unidade Gestora	Unidade	4,0000	250.000,00	0
1165	FROTA DE VEÍCULOS - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	Veículo	UN	2,0000	80.000,00	0
2166	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Unidade Gestora	Unidade	4,0000	2.500.000,00	0

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 4

Página 12 de 19
Impresso em: 05/dez/2014
As 09:53:19 Horas

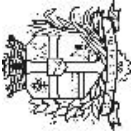
2168	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	Unidade Gestora	und	4,0000	1.460.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA				0074	4.370.000,00	

13

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Página 13 de 19
Impresso em: 05/dez/2014
As 09:53:19 Horas

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 4

PROGRAMA DE GOVERNO:

0076- ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA E SUPORTE PROFILÁTICO

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município de Timbó presta atendimento a usuários do sistema único de saúde em 11 unidades de saúde básicas e 2 unidades de saúde de referência em especialidades médicas e afins, onde possui postos de distribuição de medicamentos que compõe a farmácia básica e uma farmácia central, para a articulação de política de medicamentos especiais e excepcionais, originando uma demanda espontânea e referenciada, que, após o atendimento, necessita receber o suporte profilático e terapêutico para a resolução da situação de sua saúde/doença, fazendo-se necessária a disponibilização de medicamentos que compõe a farmácia básica e outros que a completem a disposição destes para o retorno ao seu trabalho, família e sociedade.

DIRETRIZES:

Manter a política municipal de assistência farmacêutica municipal, articulada com as esferas estaduais e federais: ampliar a oferta de medicamentos para grupos específicos, visando a redução da morbi-mortalidade e aumento da expectativa de vida, além da redução de internações hospitalares por uso de medicamentos que se traduzam em mais eficientes e eficazes.

OBJETIVOS:

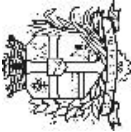
Construção/ adaptação da farmácia básica, junto á Policlínica de Referências.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2170	MANUTENÇÃO DO SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	Unidade Gestora	und	4,0000	2.200.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0076					2.200.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Página 14 de 19
Impresso em: 05/dez/2014
As 09:53:19 Horas

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 4

PROGRAMA DE GOVERNO:

0078- GESTÃO DO SUS

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O sistema de saúde municipal tem a responsabilidade constitucional de acompanhar o desenvolvimento das ações dos serviços de saúde. Está auditoria deve ser física, financeira e qualitativa. Este é um atributo da administração pública previsto no direito administrativo. A não execução destas prerrogativas administrativas o município pode ter suas contas não aprovadas pelos órgãos de auditoria relacionados ao SUS. Ações de auditoria do SUS, bem como de monitoramento e avaliação da gestão do SUS, e tem como missão principal o fortalecimento da gestão e do controle social, objetivando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS. A Gestão do Trabalho em Saúde trata das relações de trabalho a partir de uma concepção na qual a participação do trabalhador é fundamental para a efetividade e eficiência do Sistema Único de Saúde Dessa forma, o trabalhador é percebido como sujeito e agente transformador de seu ambiente e não apenas um mero recurso humano realizador de tarefas previamente estabelecidas pela administração local.

DIRETRIZES:

Ter como apoio técnico de Denasus. - MS.

Os preceitos de financiamento/ orçamento do SUS será cumprido sob as questões legais, tais como: Gastos em saúde (definidos na Constituição Feral e nas Leis nº 8080/90 e nº 8142/90) , Recursos da saúde (baseado na Emenda Constitucional nº29/2000 e investimento de no mínimo 15% da receita), administração dos recursos (administrados através do fundo de saúde) e transparência (Através do Conselho Municipal de Saúde). A política de Gestão de trabalho, refere-se à: peso da folha de pagamento de pessoal, modos de remuneração, valorização do trabalhador com a instituição, do PCCS - SUS que possibilite a perspectiva de carreira, processos burocráticos longos para ingresso de profissionais na rede, tipos de vínculos com a instituição, política geral de previdência e assistência do trabalhador.

OBJETIVOS:

Adotar protocolos clínicos, diretrizes terapêuticas e de regulação de acesso, em consonância com os protocolos e diretrizes nacionais, estaduais e regionais . Cumprir os preceitos do financiamento do SUS. Definir uma Política Municipal de Gestão do Trabalho, conduzidas de forma humanizada e preservando o respeito nas relações de trabalho. Construir dentro dessa perspectiva o PCCS - Plano de Cargo, Carreiras e Salários.

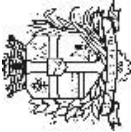
AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1167	FROTA DE VEÍCULOS GESTÃO DO SUS	Veículo	und	1,0000	40.000,00	0
2176	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SUS	Unidade Gestora	und	4,0000	5.300.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0078					5.340.000,00	

15

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Página 15 de 19
Impresso em: 05/dez/2014
As 09:53:19 Horas

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 4

PROGRAMA DE GOVERNO:

0094 INCENTIVO A MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Fundação Cultural de Timbó administra diversos espaços (Biblioteca Pública, Arquivo Público, Museu do Imigrante, Casa do Poeta Lindolf Bell, Museu da Música - Salão Hammermeister e o Patrimônio Histórico Arquitetônico tombado pela Federação, Estado e Município) mais atividades (Escola de Música, Oficinas de Artes Manuais, oficinas de Desenho e Pintura, Escola de Teatro, Escola de Dança, Projeto Teatro nos Bairros, Projeto de Dança nos Bairros, Festival de Dança de Timbó, Cultura Rock, Semana Cultural, Páscoa no Parque, Um Domingo no Morro Azul, Festival Gastronômico, ENTEATI - Encontro de Teatro em Timbó, FESCATI - Festival da Canção de Timbó, Miss Timbó, Noite dos Candelabros, Festa do Imigrante, Natal, Talentos da Cidade, Cultura em todos os lugares, Exposições de Arte, Feiras de Rua - Artesanais e Literárias, Recitais Musicais e Literários, Multi-ações Culturais Diversas e Outros) e segmentos (Banda Municipal "Professor João Müller", Grupo Folclórico "Os Cinquentões", Orquestra de Câmara de Timbó, Orquestra Intermezzo, Corais Adulto e Infante da Sociedade Recreativa e Cultural Timbó, Grupo Vocal Syhamba da FCT, Coral da Fundação Cultural de Timbó, Grupo de Dança Andréia Mendes da FCT, Grupo Folclórico "Alta Marea, Grupos de dança de Rua, Grupos Adulto e Infante Juvenil "Volkstanzgruppe Blauer Berg" com intenção de preservar o legado de nossos ancestrais para nossos descendentes

DIRETRIZES:

Pela importância crescente da Cultura - através de ações de circulação - parte do processo de "Inclusão Social", é necessário viabilizar/facilitar/incentivar o acesso a platéias de diversos segmentos sociais, compostas por representantes de diversas classes sociais e faixas etárias, num processo de "Inclusão Social" cuja importância supera os benefícios para o mercado cultural - passando a tocar em questões como auto-estima e cidadania. A partir disso queremos desenvolver mais o mercado cultural, e isso equivale a falar de uma sociedade que cria, reconhece e cultua seus talentos. Passaremos a ter contato maior com nossa herança e identidade cultural - revisitada pelos expoentes da cultura local - bebendo nas fontes das tradições locais, mas recolocando-as no mundo contemporâneo, dando a cada indivíduo o sentido de pertencimento a uma coletividade, revelando sua identidade, valorizando suas singularidades. Participação do programa Prefeitura nos Bairros.

OBJETIVOS:

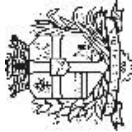
Apoiar projetos e atividades relacionadas com: formação artística e cultural de Timbó; atividades de ensino, desde que representem suplementação profissional em áreas específicas do conhecimento; Promover e apoiar estudos e pesquisas sobre a história, as tradições, a arquitetura, o folclore, a genealogia e outros aspectos de interesse cultural do Município; Promover e incentivar a edição de livros e outras publicações que estudem, divulguem ou incentivem as tradições histórico-culturais do Município; Promover e patrocinar eventos e espetáculos de arte e atividades congêneres; Incentivar difundir e promover a prática e o desenvolvimento da atividade cultural e artística; Criar e apoiar a organização e o desenvolvimento de museus, arquivos históricos, bibliotecas públicas, pinacotecas, discotecas, filmdotecas, bem como outros espaços culturais, permanentes ou não, que sirvam de instrumento de divulgação cultural; Colaborar financeiramente na manutenção e desenvolvimento de coros, orquestras, bandas, grupos folclóricos e outros grupos culturais; Instituir e promover uma política de resgate e preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Cultural e Artístico de Timbó. Firmar convênios, na forma da Lei nº 2.019/98, e ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação aplicável, com os Governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1243	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - FCT	Unidade Gestora	UN	16,0000	200.000,00	0
1245	FROTA DE VEÍCULOS - FCT	Veículo	UN	1,0000	50.000,00	0
1247	OBRAS E CONSTRUÇÕES - FCT	Obra	UN	20,0000	470.000,00	0
2246	TRANSFERENCIA DE RECURSOS	Unidade Gestora	und	4,0000	1.665.000,00	0
2248	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE MÚSICA	Unidade Gestora	und	4,0000	1.500.000,00	0
2250	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO CULTURAL	Unidade Gestora	und	4,0000	2.542.000,00	0
2252	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO HISTÓRICO MUSEOLÓGICA	Unidade Gestora	und	4,0000	2.000.000,00	0
						16

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 4

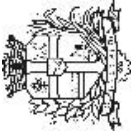
Página 16 de 19
Impresso em: 05/dez/2014
As 09:53:19 Horas

2254	MANUTENÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E POPULARES	Unidade Gestora	und	4,0000	3.000.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0094					11.427.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Página 17 de 19
Impresso em: 05/dez/2014
As 09:53:19 Horas

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 4

PROGRAMA DE GOVERNO:

0096- PRESERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E DILVULGAÇÃO CULTURAL

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Fundação Cultural de Timbó, dentre suas diversas atividades, executa projetos visando uma entidade coletiva, através da captação de recursos por incentivo de Leis de Incentivo à Cultura - numa parceria entre Governo X Empresa Privada, na realização de ações culturais voltadas para a comunidade.

DIRETRIZES:

Buscar a evolução dos relacionamentos entre meio cultural, governo, iniciativa privada e sociedade, trazendo mudanças significativas para essa área, incorporando elementos que trazem a cultura cada vez mais para o centro das discussões, retomando seu devido espaço na sociedade - promovendo transformações individuais e coletivas, gerando empregos e movimentando a economia - garantindo o direito de cada cidadão ao acesso aos patrimônios materiais e imateriais de seu tempo e espaço.

OBJETIVOS:

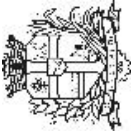
Implementar a parceria Governo x Empresa Privada, num relacionamento entre a Esfera Cultural e o Governo, Iniciativa Privada e Sociedade, provocado principalmente pelas Leis de Incentivo à Cultura, criando um novo cenário em que a Cultura irá conviver com Empresa e Governo, firmando convênios através das respectivas Leis.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1251 EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - CIC	Unidade Gestora	UN	4,0000	1.200.000,00	0
1253 FROTA DE VEÍCULOS - CIC	Veículo	UN	2,0000	50.000,00	0
1255 OBRAS E CONSTRUÇÕES - CIC	Obra	UN	24,0000	6.850.000,00	0
2256 MANUTENÇÃO DO CIC	Unidade Gestora	UN	4,0000	30.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0096				8.130.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Página 18 de 19
Impresso em: 05/dez/2014
As 09:53:19 Horas

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 4

PROGRAMA DE GOVERNO:

0098- PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Fundação Cultural busca garantir a preservação do patrimônio cultural, de natureza material e imaterial, ampliando a parceria entre o poder público municipal, estadual e federal, para os fins a que se destina, buscando tornar conhecido e valorizado o legado histórico dos imigrantes, como integrante do patrimônio cultural do Brasil - sob a chancela de vários dos seus cenários urbanos e rurais como Paisagens Culturais brasileiras - no tombamento conjunto, por parte do IPHAN, do Estado de Santa Catarina e do Município, de uma série de bens representativos do patrimônio de nossos imigrantes, estabelecendo legislações e medidas administrativas destinadas à preservação dos bens tombados, de seus entornos e da paisagem ambiental das regiões selecionadas, em conjunto com a Fundação Catarinense de Cultura e o MinC/IPHAN - numa parceria entre órgãos federais, estaduais e municipais na implementação de políticas de preservação do patrimônio e de desenvolvimento econômico e social, divulgando o patrimônio integrante dos Roteiros Nacionais de Imigração, em âmbito nacional, regional e local, entre outros.

DIRETRIZES:

O Fundo de Preservação se destina, prioritariamente, à conservação dos bens móveis e imóveis, públicos ou privados, que configuram o patrimônio cultural dos imigrantes em Santa Catarina. Seus recursos devem ser usados, prioritariamente, em obras e ações de conservação e restauro; na realização e complementação dos inventários; ao fomento à produção, qualificação e comercialização de produtos tradicionais; à estruturação das rotas culturais e à divulgação dessas ações, entre outros.

OBJETIVOS:

Priorizar as ações de cunho urbanístico, cultural, de fomento agrícola, turístico e social previstas no Termo de Cooperação Técnica celebrado pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional entre órgãos e entidades com o objetivo de promover e realizar ações que auxiliem na implantação dos Roteiros Nacionais de Imigração; colaborar com órgãos federais, seus representantes e o Governo Estadual, na execução das ações; oferecer a contrapartida necessária, sempre que viável, para a consecução das ações planejadas; divulgar a sua condição de integrantes dos Roteiros Nacionais de Imigração; firmar os instrumentos legais necessários, quando for o caso, para a utilização dos recursos previstos para cada ação planejada no Termo; facilitar a interlocução junto às organizações da sociedade civil e à comunidade de Timbó; estabelecer legislação urbanística específica, por meio da adequação do Plano Diretor e da criação de Planos de Preservação, para as áreas selecionadas pelo projeto; formalizar roteiros de visitação no interior do Município; complementar e atualizar o Inventário de Bens Culturais do Município, de acordo com os modelos disponibilizados pelo IPHAN; realizar, em parceria com as demais instituições culturais signatárias desse Termo, o Inventário do Patrimônio Imaterial do Município; responsabilizar-se pelo material de divulgação no âmbito Municipal; executar, no âmbito de sua competência, as ações sob sua responsabilidade previstas no Termo, interagindo com o governo federal, estadual e a comunidade local; participar do acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações implementadas; estabelecer um regime de estreita cooperação entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a Federação, através do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no âmbito de suas respectivas competências, no sentido da implementação dos Roteiros Nacionais de Imigração, por meio da execução de uma política de preservação do patrimônio cultural do imigrante e de desenvolvimento sustentável para o município; tornando conhecido, reconhecido e valorizado o patrimônio dos imigrantes no conjunto do patrimônio cultural brasileiro, formalizando, junto ao projeto dos Roteiros Nacionais da Imigração a representação de uma chancela de valor cultural que incide sobre os conjuntos urbanos e sobre a área rural das regiões que o integram, buscando valorizar o patrimônio cultural identificado e ampliando a qualidade de vida de seus detentores, transformando especificidades culturais em instrumento de desenvolvimento sustentável e geração de trabalho e renda e ainda, elaborando inventário cultural, buscando as evidências da contribuição dos imigrantes no contexto sociocultural da atualidade.

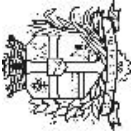
AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2258	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO	Unidade Gestora	UN	4,0000	70.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0098					70.000,00	

19

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Página 19 de 19
Impresso em: 05/dez/2014
Às 09:53:19 Horas

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 4

PROGRAMA DE GOVERNO:

9999- RESERVA DE CONTINGÊNCIA

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Os orçamentos e planos plurianuais encerram as previsões de arrecadação e despesa, estando sujeitos a passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

DIRETRIZES:

Resguardar 0,50% da arrecadação para cobertura de Riscos Fiscais, como calamidade pública, não realização de receitas, entre outros. No Regime Próprio de Previdência FUNPREV, é alocado a Reserva Matemática que configura-se como resultado do Cálculo Atuarial.

OBJETIVOS:

Atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, possibilitando o suplemento de dotações no orçamento programa anual.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	4,0000	10.000,00	0
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	4,0000	20.000,00	0
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	4,0000	10.000,00	0
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	4,0000	10.000,00	0
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	4,0000	10.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 9999					160.000,00	

LEI Nº 2749, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014**LEI Nº 2749, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014**

Altera a Lei nº 2.680, de 28 de outubro de 2013, que aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2014.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

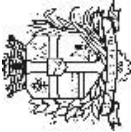
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo III, Demonstrativo L, Demonstrativo de Ações – Produto _ Unidade de Medida – Meta – Valor – Fonte de Recursos, da Lei nº 2.680, de 28 de novembro de 2013, passa a vigorar com a redação dada pela presente Lei, nos termos do anexo respectivo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de dezembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC



MUNICÍPIO DE TIMBÓ
Programas Detalhados
Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 1 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
Às 12:53:13 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:
0005- OPERAÇÕES ESPECIAIS COM DÍVIDA E PRECATÓRIOS

GERENTE DO

PROGRAMA:

Compreendem as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços. O município de Timbó possui parcelamentos de dívidas com o INSS, BNDES (PMAT) e BADESC e tem programação de pagamento de sentenças judiciais através de precatórios ou requisição de pequeno valor - RPV.

DIRETRIZES:

Manter o cadastro sempre atualizado para que seja possível apresentar informações concretas e resguardar o patrimônio do município em relação a reclamações judiciais, entre outras.

OBJETIVOS:

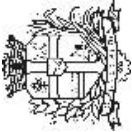
Saldar mensalmente os parcelamentos das dívidas, cumprir com as obrigações dos precatórios/RPV.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2	DÍVIDA FUNDADA INTERNA E ENCARGOS DO PODER EXECUTIVO	Parcela Mensal	Unidade	12,0000	2.411.000,00 800.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
3	SENTENÇAS JUDICIAIS CONTRA O MUNICÍPIO	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	200.000,00 60.897,74 0,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0005					3.471.897,74	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento 2



MUNICÍPIO DE TIMBÓ
Programas Detalhados
Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 2 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
Às 12:53:13 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:

0007- ENCARGOS DO MUNICÍPIO COM O PASEP

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Compreendem as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços. O município de Timbó contribui mensalmente para a formação do PASEP na proporção de 1% sobre a arrecadação da receita exceto convênios e operações de crédito.

DIRETRIZES:

Salidar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP.

OBJETIVOS:

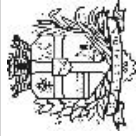
Salidar mensalmente a contribuição com a formação do PASEP.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
4	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP PMT.	Parcela Mensal	Unidade	12,0000	1.050.000,00	Recursos Fiscais
5	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FMS.	Parcela Mensal	UN	12,0000	57.000,00 30.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
6	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FMAS.	Parcela Mensal	UN	12,0000	5.000,00	Recursos Fiscais
7	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FIA.	Parcela Mensal	UN	12,0000	1.000,00	Recursos Fiscais
8	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FUMTUR.	Parcela Mensal	UN	12,0000	3.000,00	Recursos Fiscais
9	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FUNTRAM.	Parcela Mensal	UN	12,0000	5.000,00 10.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
10	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FUMREBOMPOM.	Parcela Mensal	UN	12,0000	2.000,00 2.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
11	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FME.	Parcela Mensal	und	12,0000	15.000,00	Recursos Fiscais
12	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FCT.	Parcela Mensal	UN	12,0000	18.000,00	Recursos Fiscais
14	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FMMA.	Parcela Mensal	UN	12,0000	2.500,00	Recursos Fiscais
15	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FMDDD.	Parcela Mensal	UN	12,0000	1.000,00	Recursos Fiscais
16	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP - FUMDEC	Parcela Mensal	UN	12,0000	4.000,00 6.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0007					1.211.500,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento 3



MUNICÍPIO DE TIMBÓ
Programas Detalhados
Ano LDO: 2014 Versão: 7

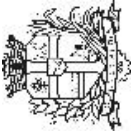
Página 3 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
As 12:53:13 Horas

--

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento 4



MUNICÍPIO DE TIMBÓ
Programas Detalhados
Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 4 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
Às 12:53:13 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:
0010-GESTÃO DA ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Secretaria de Articulação Política e Institucional está estruturada com Assessorias Técnicas, Assessorias Especiais e a Secretaria Executiva do Gabinete, respondendo, ainda, pelas ações de captações de recursos, dentre outras ações congêneres. Além disto, cabe à respectiva Secretaria o assessoramento direto ao Prefeito e Vice-Prefeito. A gestão da articulação das políticas públicas tem como objetivo geral manter o diálogo constante com o Poder Legislativo Municipal, com as demais esferas de Poder da Federação (União e Estado) bem como com a comunidade. Além disto, a Secretaria de Articulação Política e Institucional atua como parceira de instituições de relevante interesse público para a consecução de suas atribuições.

DIRETRIZES:

Elaborar a articulação política e institucional necessária à gestão pública municipal; acompanhar o processo legislativo; publicar os atos da administração, coordenar a execução das políticas públicas diretamente na comunidade; defesa dos interesses do Município e dos cidadãos (agenda comunitária); planejar as ações da administração; promover ações visando à captação de recursos junto aos Governos Estadual e Federal; acompanhar e avaliar os programas de governo; assessorar o Prefeito em todos os temas que dizem respeito à atuação internacional do município; promover as relações públicas do Gabinete.

OBJETIVOS:

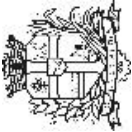
Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2004	MANUTENÇÃO DOS GABINETES E ASSESSORIAS	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	1.109.000,00 0,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0010					1.109.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento 5



Página 5 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
Às 12:53:13 Horas

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2014 Versão: 7

PROGRAMA DE GOVERNO:

0012-GESTÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO MUNICIPAL

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Parte integrante da Secretaria Municipal de Articulação Política e Institucional (Gabinete do Prefeito) está o Departamento de Comunicação Social do Município de Timbó. No setor de imprensa são produzidas todas as informações da administração pública municipal para a imprensa, para o site institucional e redes sociais oficiais do município. Essas informações são produzidas com cunho jornalístico ou publicitário de utilidade pública (no caso de campanhas como trânsito e vacinação). São utilizadas todas as ferramentas da área da comunicação para que essa divulgação seja eficiente (multimídia). Somos parceiros de eventos promocionais da comunidade, ONGs, associações e clubes de serviços; festa de aniversário, reuniões de associações de bairros e festas populares, como em eventos da administração das diversas secretarias: esportes, cultura, lazer, saúde, obras, etc. Produzimos material impresso (jornais e informativos em geral). Temos a responsabilidade de gravação dos "spots" para rádio, gravação e edição de vídeos. Realizamos o "clipping" das informações que se referem à administração (com as referências) e auxiliamos nas respostas necessárias para prefeito, vice-prefeito, secretários e demais servidores municipais à mídia, quando se fizer necessário. Construção e manutenção do site institucional (terceirizado). Atualização do site e manutenção das redes sociais oficiais. Desenvolvimento, correção e execução de protocolo (mestre de cerimônia terceirizado) em todos os eventos, festas, seminários, reuniões promovidas pelas secretarias, fundações e autarquias (área de Relações Públicas). Na área de Publicidade e Propaganda, atuamos na construção de campanhas publicitárias de cunho institucional para divulgar as obras e ações da Prefeitura, fundações e autarquia, através da compra de espaços publicitários em veículos de comunicação (jornal, revista, internet, TV, rádio, etc.). Realizamos a confecção dos materiais e a serem divulgados nesses espaços na própria Assessoria Institucional de Comunicação Social ou terceirizando esse serviço para agências de propaganda/assessorias de comunicação, ficando esta decisão a critério da Administração, tendo como parâmetros a urgência e a complexidade do serviço. Finalmente, na área de comunicação em geral, esta Assessoria é responsável por orientar/aplicar quanto à identidade visual da Prefeitura, fundações e autarquia, incluindo a identidade visual de prédios e espaços públicos, veículos, máquinas e qualquer outro produto ou ferramenta sob a responsabilidade do Município ou da qual o Município é beneficiário.

DIRETRIZES:

Publicar os atos da Administração; coordenar/auxiliar a comunicação entre as secretarias, fundações e autarquia e entre a Administração e a Comunidade/Sociedade timboenses, assim como a comunicação entre a Administração e os demais municípios, estados e União, entidades governamentais e não governamentais, quando se fizer necessário; acompanhar os acontecimentos do Município e projetá-los em âmbito regional, estadual e nacional, quando se fizer necessário. Em nome da boa comunicação, precisamos estar sempre atentos quanto ao direcionamento dado às informações do Município. Para tanto buscamos apoio publicitário e de relacionamento com a imprensa, a fim de atingirmos nossos objetivos de forma eficiente, com foco no melhor entendimento das ações do Município por parte dos diversos públicos envolvidos. Para melhorar a logística no trabalho interno de imprensa, devemos ter como apoio a relação social entre imprensa, público e servidores municipais. Também precisamos adquirir equipamentos que satisfaçam a necessidade do setor, substituir os obsoletos e investir em treinamento de pessoal (servidores do setor e de outros setores do Município, a exemplo de mídia training). Precisamos zelar pela imagem do Município, inclusive visual, para isso padronizando cada vez mais a identidade visual da Prefeitura, fundações e autarquia, reforçando a presença e facilitando a percepção da comunidade quanto ao papel do poder público municipal.

OBJETIVOS:

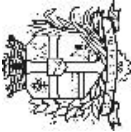
Melhorar e ampliar o alcance dos serviços públicos municipais; praticar o princípio da transparência dos atos da administração; envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Principal objetivo é de bem informar a população sobre os atos da administração pública. Cooperar com a democracia da informação de forma coerente e institucional, dentro dos parâmetros legais. Estarmos sempre bem preparados tecnicamente para dentro de nossa responsabilidade, sermos práticos e resolutivos em nossas ações.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2008	MANUTENÇÃO DOS SETORES DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS.	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	1.276.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0012					1.276.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento 6



MUNICÍPIO DE TIMBÓ
Programas Detalhados
Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 6 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
As 12:53:13 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:

0013- DEFESA CIVIL

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Nosso município, devido a sua localização geográfica, ao longo de sua História sofreu com problemas relacionados a enchentes e vendavais. Em especial no mês de novembro de 2008 sofremos, além dos eventos normais, com desmoronamentos na área urbana e rural. O Conselho Municipal de Defesa Civil têm a prerrogativa de decidir e controlar as situações de emergência.

DIRETRIZES:

Manter sempre a disposição a estrutura da Administração Direta e Indireta para atender as solicitações da Defesa Civil. Bem como propiciar conforto as pessoas atingidas por catástrofes e garantir a dignidade dos atingidos.

OBJETIVOS:

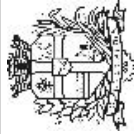
Atender prontamente, com efetividade, qualquer eventualidade que interferir no cotidiano normal do município e que venha a prejudicar a população timboense. Bem como através da defesa civil coordenar serviços de apoio a cidades vizinhas atingidas por eventuais calamidades públicas. Firmar convênios com órgãos Federais e Estaduais para restabelecer a normalidade dos atendimentos.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2110	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE EMERGENCIA DA DEFESA CIVIL - FUMDEC	Unidade Gestora	UN	1,0000	110.000,00 225.768,20 10.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0013					345.768,20	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento 7



Página 7 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
Às 12:53:13 Horas

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2014 Versão: 7

PROGRAMA DE GOVERNO:

0015- ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE MUNICIPAL.

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Timbó. Tem como parâmetro, para exercer suas atividades, os princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A legislação pertinente a execução das atividades públicas se modifica constantemente sendo necessário capacitar os funcionários para que o município possa acompanhar as mudanças sem prejuízo do setor público, hoje em dia, é respeitar o novo código de ética do governo que é a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Os pilares da LRF são planejamento, controle, transparência e responsabilidade. Considerando que Timbó possui, além da Unidade Gestora Central, doze Fundos, três Fundações e uma Autarquia pode-se ressaltar que as atividades de administração e controle são muito complexas, porém fundamentais para o desenvolvimento de todas as políticas públicas do município. A Secretaria da Fazenda e Administração Pública - SEMFA é responsável por toda a equipe que proporciona as informações financeiras do município. Os setores responsáveis são: contabilidade, tesouraria, tributação e fiscalização tributária. O quadro de funcionários da Administração Municipal é composto de funcionários Estatutários, Estáveis, Cargos em Comissão, Empregados Públicos e Contratados por Tempo Determinado. O fluxo relacionado aos procedimentos de gestão de pessoas é complexo e segundo levantamento realizado deficitário. Há necessidade de implantarmos um processo de Gestão visando o alinhamento entre as expectativas do público interno e as estratégias corporativas de gestão de pessoas. O Clima Organizacional bem trabalhado pode trazer alguns benefícios para a organização: retenção de talentos; treinamentos sintonizados com os objetivos da empresa, gerando resultado; melhoria na produtividade; melhoria na comunicação interna da empresa, gerando resultados; aumento no comprometimento dos funcionários com a empresa; credibilidade e integração - união. A implantação de gestão adequada para os processos de informação é uma função da Secretaria da Fazenda e Administração Municipal. Há necessidade de adequar equipamentos, fluxos de atividades, softwares, pessoas e outros processos para que a comunidade seja beneficiada com os resultados. Um dos pontos fracos do setor é a segurança em relação a aspectos externos como vírus, hackers, entre outros.

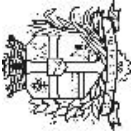
DIRETRIZES:

Manter e melhorar as atividades dos setores de Arrecadação, Suprimentos, Controle, Patrimônio, Recursos Humanos, CPD, Protocolo, Licitações, Empenhos, Ouvidoria, Encargos do Município e dar suporte administrativo e financeiros a toda Administração Direta e Indireta. Adequar o quadro de funcionários para atender as necessidades de serviços da comunidade. Publicar os atos da administração, coordenar as atividades de planejamento, inclusive, as audiências públicas. Atender os princípios constitucionais e os fundamentos da LRF. Adquirir equipamentos que satisfaçam as necessidades dos setores e substituir os obsoletos. Modernizar os departamentos a fim de servir de exemplo em relação a eficiência e eficácia. Realizar, controlar, orientar e fiscalizar os atos da gestão municipal, buscando garantir o equilíbrio das contas públicas, implantar programas de redução de despesas, aumento da arrecadação, controle dos atos públicos, integração das políticas públicas, diminuição de absentismo, entre outros. Ampliar o quadro de funcionários. Descentralizar a Administração Indireta. Publicar os atos da administração, coordenar as atividades de planejamento, inclusive, as audiências públicas. Modernizar os departamentos a fim de servir de exemplo em relação a eficiência e eficácia. Melhorar o atendimento ao público interno da Administração Pública para que o resultado reflita no atendimento com qualidade aos municípios. Investir em tecnologia moderna, técnicas e ferramentas que possam possibilitar a implantação e controle de novos processos na gestão e qualificação de pessoas. Pesquisa de Clima é a percepção dos funcionários em relação às práticas e procedimentos organizacionais e o nível de satisfação existente. Permite a auto-análise da postura adotada na rotina de trabalho e consequentemente os prepara para mudanças de comportamento para que desempenhem suas funções com performance mais elevada. Os resultados apontam os aspectos em que se devem pautar as questões primordiais da empresa, alinhando as expectativas do público interno às diretrizes estratégicas da organização. A Pesquisa de Clima Organizacional visa reunir informações relacionadas ao ambiente organizacional, a percepção dos empregados em relação a esse ambiente, assim como suas reações e comportamentos a esta percepção. A pesquisa mensura a maneira como as pessoas interagem uma com as outras, com os clientes externos/interos/fornecedores e parceiros, bem como a satisfação dos empregados acerca de todo o contexto organizacional que as envolve. Adequar o quadro de funcionários. Adquirir equipamentos que satisfaçam a necessidade do setor e substituir os obsoletos. Modernizar o departamento a fim de servir de exemplo em relação a eficiência e eficácia. Garantir a qualificação dos funcionários para atender novas necessidades. Reestruturação das tecnologias de TI, o que dentre outras atividades compreende: Atualização dos Servidores de banco de dados, dos servidores de aplicação e de arquivos, no que tange a Hardware e software. Aquisição de estações de trabalho atualizadas e respectivos softwares. Interligação dos equipamentos de informática seja por cabeamento certificado ou via comunicação sem fio da mesma forma certificada. Aquisição de softwares de Monitoramento, Antivírus e controle de acesso. Atualização e modernização dos processos de segurança incluindo neste item o backup das informações nos servidores de toda rede. Investimento em Meios de armazenamento das mídias de Backup bem como em prevenção e contingência no Data Center Municipal, atualização de softwares e equipamentos de informática, bem como a interligação entre os diversos setores internos e externos do poder Público Municipal, a implantação dos arquivos digitais, e do uso das tecnologias de comunicação via fibra ótica. Outra tarefa incumbida a este centro é a interligação de todas as unidades externas do poder público, quer sejam elas nas áreas de obras, saúde, educação, autarquias e fundações municipais e outras.

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE TIMBÓ
Programas Detalhados
Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 8 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
Às 12:53:13 Horas

OBJETIVOS:

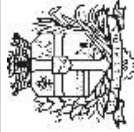
Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais. Envolver a sociedade não governamentais através de audiências públicas. Melhorar e ampliar as ações planejadas com controle dos atos da administração e uma gestão responsável. Dar suporte administrativo, financeiro e operacional a Unidade Central, Fundos, Fundações e Autarquia. Firmar convênios, acordos, contratos e outros instrumentos de parcerias com Entidades, Organizações e o Governo Federal e Estadual. Proporcionar serviços públicos de qualidade como resultado da gestão de pessoas. Identificar os fatores que promovem ou interferem na motivação e qualidade de trabalho dos funcionários; Conhecer os pontos fortes e necessidades de intervenção nas estratégias e políticas adotadas pela empresa; Conhecer as impressões dos funcionários sobre a empresa e seu ambiente de trabalho. Incentivar trabalho em equipe, buscar aprimoramento de suas habilidades bem como seu potencial criativo. Aumentar a eficiência funcional e a eficiência. Identificar as próprias crenças sobre pessoas no trabalho. Definir competências necessárias por Servidor para cada "célula/área" de trabalho. Despertar o gerenciamento itinerante. Proporcionar ao Servidor organização física, mental, emocional, desenvolver trabalho em grupo e alinhamento pessoal com a organização. Melhorar hábitos de trabalho, sistema de trabalho e planejamento, além de implantar ações estratégicas visando o comprometimento de todos para um objetivo comum e consequentemente um bom ambiente de trabalho. Incentivar as ações para o Programa de Educação Fiscal.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1009	FROTA DE VEÍCULOS - SEMFA	Veículo	Unidade	3,7500	20.000,00 50.000,00 35.655,83	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1013	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	80.000,00	Recursos Fiscais
2012	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	6.174.300,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0015					6.359.955,83	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados****Ano LDO: 2014 Versão: 7**

Página 9 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
As 12:53:13 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0020- EDUCAÇÃO INFANTIL DE QUALIDADE**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Educação Infantil é composta pelos Núcleos de Educação Infantil (creches), que atendem as crianças a partir de 04 meses até aos 03 anos e 11 meses de idade, compreendendo atualmente 10 unidades, com 1.471 atendimentos, com o período de permanência de 02 até 12 horas diárias, observando a necessidade das famílias; e pelas unidades Pré-Escolares com atualmente 13 unidades, atendendo 750 crianças na faixa etária de 04 até 05 anos e 11 meses, com a permanência de 04 horas diárias, sendo que na E.M. Tiroleses o atendimento para as crianças nessa faixa etária é integral. O processo educativo necessita de estrutura adequada com a disponibilização de materiais didáticos necessários ao bom desenvolvimento das crianças nessa faixa etária, como boas bibliotecas, profissionais com formação e qualificação para atividade educativa. A manutenção é necessária para evitar custos futuros, e devido a demanda principalmente nos Núcleos de Educação Infantil ocorre a necessidade da ampliação constante da rede. É oferecida alimentação de qualidade para as crianças, com acompanhamento técnico de uma nutricionista, visando garantir um bom desenvolvimento físico e social para todas as crianças.

DIRETRIZES:

Manter, melhorar e ampliar a estrutura existente, conforme a necessidade de novas vagas, disponibilizar equipamentos, material didático, de expediente, informatização, materiais de pesquisa. Oferta de formação permanente com cursos de capacitação e aperfeiçoamento para todos os profissionais que atuam na educação, alimentação de qualidade, transporte escolar, implantação de projetos de caráter social e formação da consciência ecológica.

OBJETIVOS:

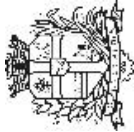
Promover o atendimento de todas as crianças de 04 meses até 03 anos e 11 meses nos Núcleos de Educação Infantil, e a partir de 04 anos até 05 anos e 11 meses nas Unidades Pré-Escolares, oferecendo educação de qualidade, alimentação, higiene, recreação, atividades relacionadas a formação da consciência de cidadania, propiciando assim uma aprendizagem integrada ao desenvolvimento e formação da consciência social, promover ações visando aprofundar a integração família/escola. Implementar, reformar e adaptar a Sede da SEMED. Firmar convênios, contratos ou acordos com os governos Federal, Estadual, Entidades e Fundações, organizações não governamentais e privadas.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1015	MODERNIZAÇÃO DOS NEIS	Equipamentos	Unidade	355,0000	122.000,00 50.000,00 15.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1017	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DOS NEIS	Área	M2	197,5000	10.000,00 120.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1021	MODERNIZAÇÃO DAS UPES	Equipamentos	Unidade	199,0000	32.800,00 50.000,00 15.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1023	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS UPES	Área	M2	87,0000	131.200,00 23.000,00 0,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2042	MANUTENÇÃO DOS NEIS	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	2.385.000,00 5.360.000,00 200.000,00 10.000,00 0,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2014 Versão: 7

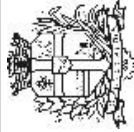
Página 10 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
As 12:53:13 Horas

					650.000,00	Recursos Fiscais
					0,00	Recursos Fiscais
2044	MERENDA ESCOLAR DOS NEIS	Aluno	Unidade	1.192,5000	100.000,00	Recursos Fiscais
					160.000,00	Recursos Fiscais
					202.720,00	Recursos Fiscais
					0,00	Recursos Fiscais
2046	MANUTENÇÃO DAS UPES	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	1.320.000,00	Recursos Fiscais
					2.850.000,00	Recursos Fiscais
					30.000,00	Recursos Fiscais
					10.000,00	Recursos Fiscais
					290.000,00	Recursos Fiscais
2048	MERENDA ESCOLAR DAS UPES	Aluno	Unidade	1.050,0000	50.000,00	Recursos Fiscais
					50.000,00	Recursos Fiscais
					0,00	Recursos Fiscais
					24.521,42	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0020					14.261.241,42	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados****Ano LDO: 2014 Versão: 7**Página 11 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
Às 12:53:13 Horas**PROGRAMA DE GOVERNO:****0022- EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Compreende a etapa Educação Básica que tem duração de nove anos, iniciando no primeiro ano com término no nono ano. A rede municipal é composta de seis Escolas que atendem 2.302 alunos onde são desenvolvidas atividades curriculares no expediente normal e atividades oferecidas no contra-turno. Educação de Jovens e Adultos. Escola em período Integral. oferta de transporte escolar nas Escolas rurais nucleadas, realizado pela municipalidade na sua totalidade, alimentação para todos os alunos, tendo como objetivo garantir o acesso, permanência, sucesso, ampliando o número de vagas, ofertando uma educação de qualidade para todos.

DIRETRIZES:

É necessário investir na qualificação, capacitação, valorização dos profissionais do magistério, manter e ampliar a estrutura das Escolas da rede municipal. Aquisição de material didático, de expediente, atualizar os laboratórios de informática, bibliotecas, com participação em eventos, feiras permitindo a integração entre os alunos da rede municipal, disponibilizar materiais de pesquisa, garantir o transporte escolar nas Escolas rurais nucleadas, escola integrada, desenvolver projetos que promovam a transformação social, redução do lixo escolar, continuar o processo de ampliação da Escola em período Integral, e a democratização do Sistema Escolar.

OBJETIVOS:

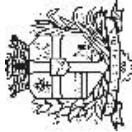
Desenvolver ações que garantam o acesso das crianças em idade escolar, além dos jovens e adultos, ver a Escola como espaço de construção de conhecimento, integração social e afetiva, fortalecendo o elo familiar/escola, fortalecer atividades como o reforço escolar, diminuindo a repetência, firmar convênios com entidades do governo Estadual e Federal, iniciar o processo de discussão da municipalização, sendo que a rede estadual de Timbó possui 7 escolas de educação básica, sendo que 6 oferecem o ensino do 1º ao 9º ano, desenvolver programa Mais Educação e Alfabetização na Idade Certa, além de outros programas oferecidos pelo governo Federal ou Estadual, desenvolver ações voltadas para os alunos com necessidades especiais dentro dos princípios da Escola Inclusiva. Implementar, reformar e adaptar a Sede da SEMED. Dar continuidade ao processo de implantação da Escola Integral, e a democratização do Sistema escolar.

	AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1025	MODERNIZAÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL	Equipamentos	Unidade	321,5000	103.200,00 0,00 150.000,00 30.000,00 51.840,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1027	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL.	Área	M2	550,0000	1.205.000,00 150.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1028	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	Veículo	Unidade	1,0000	365.000,00	Recursos Fiscais
2050	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	4.242.000,00 5.100.000,00 280.000,00 20.000,00 0,00 1.000.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2052	MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	Aluno	Unidade	2.775,0000	150.000,00 120.000,00 17.850,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento 2



MUNICÍPIO DE TIMBÓ
Programas Detalhados
Ano LDO: 2014 Versão: 7

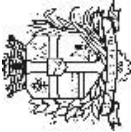
Página 12 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
Às 12:53:13 Horas

2054	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	270.000,00 15.000,00 501,18	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2056	MANUTENÇÃO O ENSINO PARA JOVENS E ADULTOS	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	40.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0022					13.310.391,18	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento 3



MUNICÍPIO DE TIMBÓ
Programas Detalhados
Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 13 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
Às 12:53:13 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:
0025-GESTÃO DA ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município instituiu o Regime Municipal de Previdência Social e Assistência a Saúde dos Servidores em 1993, juntamente com a conversão do Regime Jurídico de Celetista para Estatutário. Este regime próprio abriga os servidores efetivos, inclusive os aposentados e pensionistas. Em 1998, com a Reforma Previdenciária, a administração municipal separou a previdência social dos serviços de assistência à saúde, criando, respectivamente, o Fundo de Previdência Social - FUNPREV e agora Timboprev e o Fundo de Assistência à Saúde - FASS. Atualmente contamos com o fornecimento de serviços da Cooperativa UNIMED para atender o Poder Legislativo e Poder Executivo.

DIRETRIZES:

Manter as atividades do FASS, conforme a Lei Complementar nº 411 de 26/12/2011, e alterações posteriores. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços e saúde. Praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver os funcionários nas decisões administrativas, melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.

OBJETIVOS:

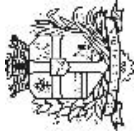
Gerir com eficiência o FASS, resguardar o direito a saúde dos servidores, pesquisar e implantar medidas para oferecermos serviços com qualidade e menor custo.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2120	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FASS.	Funcionário	UN	1.050,0000	1.093.000,00 191.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA			0025		1.284.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento 4

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados****Ano LDO: 2014 Versão: 7**Página 14 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
As 12:53:13 Horas**PROGRAMA DE GOVERNO:****0027- GESTÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - REGIME PRÓPRIO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O Município instituiu o Regime Municipal de Previdência dos Servidores em 1993, para fins de exclusão de seus servidores efetivos do Regime Geral de Previdência Social - RGPS/INSS. Em 1998, com a Reforma Previdenciária, a Administração Municipal separou a Previdência Social dos Serviços de Assistência à Saúde, criando o Fundo de Previdência Social - FUNPREV, antecipando-se as determinações da LF nº 9.717/98 e EC nº 20. Através da Lei Complementar nº 411/2011 foi criado o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ - TIMBOPREV, com início de gestão em 01/01/2012. Atualmente o TIMBOPREV conta com um Conselho de Administração e um Conselho Fiscal; o Conselho de Administração delibera e administra o funcionamento de todos os processos de pensões e aposentadorias dos servidores públicos e os atos de administração em geral do INSTITUTO. Em conjunto com o Comitê de Investimentos faz a administração dos recursos financeiros. Temos em nosso quadro 172 inativos, 49 pensionistas, com tratamento personalizado à esse público. O TIMBOPREV paga atualmente 18 (dezoito) inativos e 05 (cinco) pensionistas de servidores que não contribuíram com o mesmo, o que vem acontecendo desde meados de 1998, gerando hoje uma despesa mensal em torno de R\$62.527,58 (sessenta e dois mil, quinhentos e vinte e sete reais e cinquenta e oito centavos), totalizando aproximadamente 6,8 milhões pagos até a presente data.

DIRETRIZES:

Manter as atividades do TIMBOPREV, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação em cursos, seminários e congressos, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais: Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, consultorias financeira, jurídica e atuarial com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do Instituto. Divulgar os trabalhos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas, melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Aluguel de Sala, aquisição de 01 veículo, software, de equipamentos e mobiliários, para melhor atender as necessidades do Instituto.

OBJETIVOS:

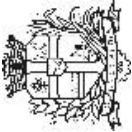
Gerir o TIMBOPREV, recadastrar os segurados, implementar estudos técnicos, cálculo atuarial, controle de concessão de benefícios, etc. Implementar e manter o equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio, possibilitando a manutenção e custeio do Plano de Benefícios. Atender os preceitos legais sobre Previdência Social, além de aplicar as diretrizes estabelecidas pelos órgãos de controle. Efetivar a Compensação Financeira entre os diversos regimes previdenciários. Parceria com o Executivo na contratação de Médico do Trabalho.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2122	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TIMBOPREV	Unidade Gestora	UN	1,0000	600.000,00	Recursos Fiscais
2124	MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS DO TIMBOPREV	Funcionário	UN	824,0000	700.000,00	Recursos Fiscais
2126	MANUTENÇÃO DOS INATIVOS	Aposentado	UN	168,0000	4.500.000,00	Recursos Fiscais
2128	MANUTENÇÃO DOS PENSIONISTAS	Pensionista	UN	48,0000	900.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0027					7.300.000,00	Recursos Fiscais

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento 5



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 15 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
Às 12:53:13 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:

0030- DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Nosso município possui grande potencial no desenvolvimento nos setores da indústria, comércio e prestação de serviços. Uma das principais metas nesta administração está voltada a Ação de Resultados, criando condições para aumentar a quantidade dos postos de emprego na cidade, gerando acréscimo no movimento econômico, através de parcerias junto a entidades privadas, governamentais e não governamentais. Incentivos Fiscais e Econômicos. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico fomenta o desenvolvimento econômico industrial, através de incentivos fiscais, apoia o setor Comercial e Industrial com os serviços de terraplanagem, macadamização, abertura de vala, colocação de tubo, patrolamento do acesso a empresa/pátio e utilização do maquinário e caminhões conforme a realidade da situação, entre outros. Atualmente realizamos a manutenção do Pavilhão de Eventos Henry Paul e de toda as praças, parques, canteiros e ilhas do município, através da limpeza de canteiros, manutenção das flores (a troca das mesmas se dá conforme a época/estação), podas, roçadas e manutenção das lâmpadas das praças e do Pavilhão de eventos Henry Paul. A secretaria necessita de estrutura adequada com a disponibilização de material de expediente, bem como profissionais com a qualificação para as atividades desenvolvidas. A manutenção é necessária, evitando assim, custos futuros, e devido a demanda, ocorre a necessidade da ampliação constantes dos serviços, visando garantir um bom atendimento a Indústria e Comércio. A Secretaria tem na sua frota para a utilização dos mesmos na Indústria e Comércio e na Jardinagem de todo o município: 03 Caminhões (Caçamba), 01 Retro Escavadeira, 01 Escavadeira Hidráulica, 01 Trator de Esteira, 03 veículos e demais equipamentos como 06 roçadeiras costais, 05 máquinas de roçar grama, 01 lava-jato, 01 trator de roçar grama, 01 podadeira.

DIRETRIZES:

Proporcionar apoio através de incentivos as empresas já estabelecidas e as que pretendem se estabelecer no município, tanto na Indústria, comércio e prestadores de serviço. Manter, melhorar e ampliar a estrutura existente conforme a realidade, disponibilizar consertos de equipamentos, e aquisição de equipamentos de informática, mobiliários e outros conforme necessidade. Manutenção do programa com material de expediente e material de limpeza, energia elétrica, telefone, água, aluguel de equipamentos e imóveis entre outros. Desenvolver feiras, seminários e capacitações oportunizando dessa forma novos empregos e melhoria de renda e inserção dos mesmo no mercado de trabalho. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico com o apoio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico fomentarão a economia do município, através de parcerias entre o setor econômico, população e executivo.

OBJETIVOS:

Fomentar o desenvolvimento Industrial, através de incentivos fiscais, apoiar o setor Comercial e de Serviços, ordenando e fortalecendo o crescimento econômico, melhorando desta forma a renda familiar. Necessidade de criar novos pólos industriais. Implementar e revisar a legislação de incentivos fiscais e econômicos destinados as empresas. Firmar parcerias, convênios, contratos, acordos ou ajustes, na forma da legislação aplicável, com o Governo Federal e Estadual, suas entidades e fundações, PPP-Parcerias Públicas Privadas, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas.

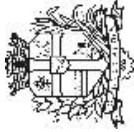
Qualificação profissional com a oferta de mão - de - obra. Capacitar quando possível os novos empreendedores com conhecimentos para desenvolver as atividades para os pequenos e micro empresários. Criar mecanismos para atender com maior qualidade e presteza os empreendedores. Dinamizar a atuação do Conselho de Desenvolvimento Econômico.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1031	MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Equipamentos	Unidade	39,7500	158.694,93	Recursos Fiscais
2062	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	1.410.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0030					1.568.694,93	

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento 6

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados****Ano LDO: 2014 Versão: 7**Página 16 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
Às 12:53:13 Horas**PROGRAMA DE GOVERNO:****0032- PROFISSIONALIZANTE QUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município de Timbó tem como economia principal uma indústria bem diversificada, havendo em alguns segmentos carência de cursos profissionalizantes para atender a demanda de empregos qualificados nos vários ramos de atividades. A Secretaria pretende manter parceria com a 35ª SDR, parceria com o CEDUP - Centro de Educação Profissional, Secretaria Municipal de Educação, AMPE, SEBRAE, SERPRO (EAD), Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT, universidades e entidades de ensino e outros. O Telecentro Comunitário Digital atende de segunda a sexta-feira, no período matutino e vespertino, com horário das 08:00 às 12:00h e das 14:00 às 17:00h, com os cursos de Informática Básica, Informática Avançada, Informática para Melhor Idade, Manutenção de Microcomputadores, Educação Fiscal (parceria com a Secretaria de Educação) podendo os mesmos ser ampliados para o período noturno. A secretaria pretende diversificar os cursos em outras áreas conforme demanda do mercado de trabalho, oferecendo assim mais ofertas de vagas à comunidade.

DIRETRIZES:

Há necessidade de implantar mais cursos profissionalizantes para atender a procura da mão-de-obra especializada no município de Timbó, incentivar a oferta de cursos a nível superior, efetuar parcerias através de convênios/contratos com o CEDUP, AMPE, SEBRAE, SINE/SC, SENAC, SENAI, SERPRO (EAD), Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT, Secretaria Municipal de Educação e demais entidades. OBJETIVOS:

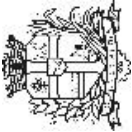
Realizar e ampliar cursos profissionalizantes, portanto qualificar cada vez mais a mão-de-obra timboense, criar cursos no setor têxtil através do Plano Territorial de Qualificação Profissional - PLANTEQ, através da Comissão Estadual de Concertação via Ministério do trabalho. Fimar convênios, contratos, acordos ou ajustes, conforme legislação vigente, com o Governo Federal e Estadual, bem como com entidades não governamentais, entidades privadas, universidades, fundações etc. Apoiar e manter o Tele Centro Comunitário - Programa de Inclusão Digital do Governo Federal, com conexão a Internet, em alta velocidade para ajudar nas pesquisas e realização de cursos profissionalizantes entre outros. A Secretaria pretende implantar o projeto do SERPRO (EAD) onde as pessoas terão acesso ao ensino à distância, desenvolvendo conhecimento em outras áreas, entre outros. Realizar eventos para incentivar empreendedores a se adequar a realidade técnico empresarial. Equipar salas de aulas ou laboratórios com móveis e equipamentos necessários para suas funções. Promover capacitações, seminários, conferências e outros.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1033	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS PARA ENSINO PROFISSIONALIZANTE	Equipamentos	Unidade	20,0000	2.258,90	Recursos Fiscais
2066	MANUTENÇÃO E APOIO AO ENSINO PROFISSIONAL	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	18.740,47	Recursos Fiscais
2068	MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO TELECENTRO E INCLUSÃO DIGITAL EM TIMBÓ	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	10.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0032					30.999,37	

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento 7



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 17 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
Às 12:53:13 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:

0034 APOIO INCENTIVO AO AGRICULTOR

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município de Timbó na agricultura possui destaque na produção de arroz, milho, banana, horticultura, fruticultura, e na produção animal temos: bovinocultura de leite e corte, suinocultura e piscicultura. A agricultura esta vinculada a Secretaria de Desenvolvimento Econômico que é formada pela patrulha mecanizada, para atendimento de aproximadamente 680 famílias de agricultores que possui uma demanda na prestação de serviços, como a distribuição de esterco, silagem, roçadas, arado, rotativa, e plantio (preparação de solo para plantação dos produtos agrícolas), abertura de valas, colocação de tubos e entrega de materiais de incentivo ao agricultor, ainda presta serviços em área de piscicultura, insensinação, atendimento clínico veterinário para animais de produção e serviço de inspeção. Para o incentivo ao agricultor na plantação de mudas e sementes a Secretaria possui o horto florestal que esta em fase de ampliação e melhoramentos. A Secretaria hoje possui 04 Tratores Agrícolas, 03 Veículos além dos Implementos Agrícolas: Rotativa, Arado, Subsolador, Gradiador, Ensiladeira e Plantadeira. Também é oferecido ao Agricultor a manutenção com macadame do acesso a sua propriedade, ao plantio (roça) além do acesso às lagoas é realizado limpeza e abertura das mesmas, utilizando assim, 03 Caminhões (Caçambas), 01 Retro escavadeira, 01 Escavadeira Hidráulica, 01 Patrolinha, 01 Trator de Esteira.

DIRETRIZES:

Apoiar os agricultores em atendimentos técnicos, juntamente com capacitação profissional, com parceria da Epagri, Cidasc, Projeto FURB e Ensino Profissionalizante. Apoiar o associativismo. Organizar a produção com a comercialização. Ampliar a produção em mudas para distribuição e plantio em área de preservação permanente. Melhorar o assessoramento técnico na agroecologia, piscicultura e produção orgânica. Buscar recursos para renovação da frota (maquinários e implementos agrícolas), manutenção de equipamentos e material permanente e fortalecer o Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural.

OBJETIVOS:

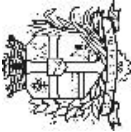
Aumentar o consumo dos produtos da agricultura familiar. Melhorar a qualidade de vida de todos. Aumentar a renda dos agricultores. Dinamizar a assistência técnica ao homem do campo, melhorando as condições de prestação de serviços da secretaria de agricultura, sem prejuízos ao meio ambiente, com consciência e organização ao produtor.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1037	MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORAMENTO DO SETOR DE AGRICULTURA	Equipamentos	Unidade	7,5000	14.177,47	Recursos Fiscais
1039	MELHORAMENTO DA FROTA DA PATRULHA MECANIZADA	Equipamentos	Unidade	14,5000	20.000,00 110.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1041	INCENTIVOS E MODERNIZAÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	Área	M2	1.500,0000	1,00	Recursos Fiscais
2072	MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	1.462.000,00 411.726,89	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0034					2.017.905,36	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento 18



MUNICÍPIO DE TIMBÓ
Programas Detalhados
Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 18 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
Às 12:53:13 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:
0036- TURISMO COM PRODUTOS, ATRATIVOS E DIVULGAÇÃO

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Para o desenvolvimento do turismo é necessário o fomento e a incentivo de parcerias para realizar programas e projetos na área de conscientização e sensibilização, para tornar o setor em desenvolvimento de forma atuante e operante, pois o turismo deixou de ser embrionário na cidade e tornou-se uma expectativa da comunidade. O trade e envolvidos indiretamente necessitam de embasamento teórico através de conceitos, definições e planejamentos do setor. Através do planejamento estratégico do Conselho de Turismo - COMTUR levantou-se a necessidade de criar e manter eventos com o intuito de resgatar, conscientizar e sensibilizar a população sobre o turismo e lazer do timboense.

DIRETRIZES:

Inserir o turismo em projetos de conscientização e sensibilização demonstrando o quão é importante e necessário esse setor para a vida pública e privada, demonstrando que o aumento de renda e a agregação de valores estão nesse setor inclusive fomentando a população o aparecimento de novos empreendimentos e empresários do setor alavancando assim novos empregos no setor, e reunir o maior número de atrativos e recursos turísticos das mais diferentes áreas e modalidades do turismo. Promovendo o desenvolvimento econômico sustentável com a geração de empregos e renda aos municípios de Timbó.

OBJETIVOS:

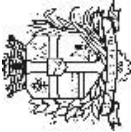
Informar a toda a população sobre turismo, potencialidade turística, atrativos e recursos turísticos, produtos turísticos utilizando ferramentas em diversas faixas etárias, organizações e setores. Consolidar os atrativos e produtos de timbó e utilizar a ferramentas população para ser a maior divulgadora desses produtos, Consolidar setores do lazer e entretenimento a toda população, visitantes e turistas.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2200	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	Unidade Gestora	UN	1,0000	237.500,00	Recursos Fiscais
2244	FORTALECER A PARCERIA COM O INSTITUTO AMBIENTAL ARACUA	Unidade Gestora	UN	1,0000	135.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0036					372.500,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE TIMBÓ
Programas Detalhados
Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 19 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
As 12:53:13 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:
0040- PLANEJAMENTO TERRITORIAL

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Por mais importante que seja a gestão, não se pode abdicar do planejamento. Negar o planejamento é negar a possibilidade de escolher o futuro. Planejar: tentar prever/simular os desdobramentos do crescimento da cidade, com o objetivo de precaver-se contra problemas. Gestão: administrar uma situação dentro dos recursos disponíveis. Problemática: novos estudos referentes a problemas no Município (enchentes/áreas de risco) adequação a realidade do Município. Antecipar a resolução de problemas futuros.

DIRETRIZES:

Acompanhar os mecanismos de encaixe e desencaxe da cidade, através do monitoramento, aprimoramento e implementação do Plano Diretor e seus códigos complementares. Assegurar o crescimento ordenado do município e o desenvolvimento sustentável. Elaborar projetos de equipamentos urbanos e sociais, como escolas, creches, unidades de saúde, praças, etc. Aplicar o Plano Diretor e seus códigos complementares. Integrar os instrumentos de desenvolvimento municipal; Compatibilizar os instrumentos de desenvolvimento municipal com suas políticas; Prevalência do interesse comunitário; Gestão democrática por meio da participação da sociedade civil nos processos de decisão, planejamento e gestão. Continuidade, no tempo e no espaço, das ações básicas de planejamento urbano; Fortalecer o setor público, recuperação e valorização das funções de planejamento, articulação e controle. Articulação entre os vários conselhos e políticas, com vistas à efetivação de processos de planejamento participativo, controle social, monitoramento e avaliação de ações intersetoriais;

OBJETIVOS:

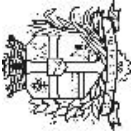
Corrigir distorções administrativas; alterar condições indesejáveis para a comunidade local; assegurar a viabilização de propostas estratégicas. Estudar e disciplinar o uso e a ocupação do solo, projetar o sistema viário (geometria, circulação viária e sinalização), elaborar projetos urbanísticos (reurbanização de vias, parques, praças, mobiliário urbano, patrimônio), requalificar zonas residenciais, comerciais, turísticas e ambientais, procurando preservar as características naturais, históricas, arquitetônicas, paisagísticas, bem como a qualidade de vida da população. Implementar e executar a política municipal de planejamento e urbanismo, e os preceitos do Plano Diretor; realizar estudos e pesquisas para o planejamento estratégico das atividades do governo municipal, e a viabilização de instrumentos de cooperação institucional para funcionamento adequado das atividades estaduais e federais na área de segurança pública, trânsito, meio ambiente e etc.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1049	IMÓVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE TIMBÓ	Terreno	M2	12.500,00000	1.000.000,00	Recursos Fiscais
2082	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	1.651.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0040					2.651.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento 20



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 20 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
As 12:53:13 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:

0044 GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

É sabido que a natureza não mais pode ser considerada fora da sociedade, nem a sociedade fora da natureza. Partindo deste pressuposto, ordenar o crescimento de Timbó de forma sustentável é o desafio do planejamento ambiental. Este planejamento está embasado na estruturação da equipe técnica, já que o setor de meio ambiente municipal não conta com servidores efetivos, acarretando na falta de continuidade dos trabalhos e programas desenvolvidos.

O planejamento ambiental deve retratar a capacidade de enfrentar os desafios de uma cidade que se desenvolve sob novos paradigmas, dentre os quais aquele em que cidades inteligentes criam melhores condições para viver o presente, preservar o passado e se preparar para o futuro. O novo cenário exige trabalho, gestão democrática e articulação permanente entre diferentes atores – governo, universidades, iniciativa privada e sociedade - para responder ao desafio de crescer buscando sustentabilidade, qualidade e harmonia.

DIRETRIZES:

Assegurar a preservação dos recursos naturais; Conscientizar a população da importância da preservação do meio ambiente. Executar convênios com Órgãos de meio ambiente Estadual ou Federal. Efetivar o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade assegurando a preservação, conservação e recuperação ambiental; Desenvolver a cidade aliada a sustentabilidade, valorizando a paisagem existente e amortecendo o impacto produzido pela ação humana. Conservar ecossistemas existentes que possam ser afetados pela ocupação humana; Garantir o equilíbrio ambiental e a salubridade no município, preservando a água potável, evitando de todas as formas a incidência de poluição hídrica e a degradação ambiental que possa prejudicar as reservas naturais. Fomentar a criação de unidades de conservação no sentido de preservar o patrimônio socioambiental existente; Incentivar a criação de Reservas Particulares de Proteção Natural - RPPNs.

OBJETIVOS:

Recuperar a mata ciliar ao longo dos rios e ribeirões do município, através de convênios e parcerias público-privadas.

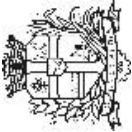
Pactuar as tomadas de decisões com o Conselho de Defesa do Meio Ambiente. Envolver a comunidade nas decisões e incentivar a preservação do meio ambiente; Implementar a legislação ambiental municipal e códigos correlatos; Promover a educação ambiental; Prover o setor de meio ambiente municipal com servidores efetivos. Manter as atividades e capacitar o servidor para disponibilizar serviços de qualidade a população.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1279	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - FMMA	Unidade Gestora	UN	1,0000	54.500,00	Recursos Fiscais
2112	MANUTENÇÃO DO FUNDO DO MEIO AMBIENTE - FMMA	Unidade Gestora	UN	1,0000	252.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0044					509.500,00	Recursos Fiscais

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento 1



Página 21 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
As 12:53:13 Horas

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2014 Versão: 7

PROGRAMA DE GOVERNO:

0046-SISTEMA VIÁRIO E MOBILIDADE

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

As condicionantes geográficas, a ocupação urbana e a deficiente malha viária do município, além da evidente prioridade conferida ao transporte individual em detrimento do coletivo são dificuldades a serem vencidas por este programa. Algumas intervenções foram realizadas com o intuito de melhorar a mobilidade da cidade como um todo, as quais ajudaram a trazer segurança viária para o município. O aprimorando e incremento destas, é prioridade no programa de sistema viário e mobilidade, onde é enfatizado os meios de transporte alternativo e a garantia da acessibilidade. Ainda sendo comprovada a eficácia e importância de aparelhos de controladores de velocidade em nosso município. Verificado a necessidade de aquisição de controlador de velocidade mais eficaz e moderno, visando também a praticidade para fácil transporte do equipamento e instalação do mesmo. Necessidade de padronização de identificação dos fiscalizadores de trânsito, tornado-os mais visíveis durante a realização de abordagens para identificação de automóveis. Necessidade de equipar a Polícia Militar com veículos equipados com notebook com acesso a rede mundial de computadores para acesso a consultas de veículos e indivíduos.

DIRETRIZES:

Adequar e estruturar o sistema viário básico - urbano e regional. Melhorar a fluidez de tráfego diminuindo os pontos críticos; Melhorar a fluidez do trânsito, mantendo-se níveis de segurança adequados; Rever, ampliar e otimizar o sistema de transporte coletivo; Estudar meios alternativos de transporte; Qualificar o sistema de mobilidade às pessoas deficientes e com necessidades especiais; Desenvolver o sistema cicloviário; Incentivar o transporte não-motorizado, como forma de reduzir o tráfego, desobstruir as vias de rolamento e mitigar a emissão de gases poluentes; Incrementar o sistema de sinalização viária. Urbanizar os passeios públicos, garantido segurança ao transeunte; Estudar a viabilidade da guarda de trânsito; Implementar programa permanente de educação do trânsito. Orientar os motoristas e pedestres dos cuidados necessários ao transitar, fiscalizar para melhorar a trafegabilidade. Melhorar o espaço físico, a estrutura administrativa da Polícia Militar, dotando-o de plenas condições para gestão do trânsito. Melhorar as condições de atendimento, bem como segurança e conforto dos fiscalizadores.

OBJETIVOS:

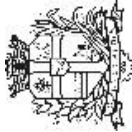
Desenvolver macro projeto visando a reestruturação do sistema viário do Município e dar continuidade ao projeto do anel viário; Desviar o tráfego pesado do centro urbano; Desenvolver e implantar programas e ações voltadas para a garantia da acessibilidade; Tornar o transporte coletivo acessível, eficiente, seguro e atrativo, promovendo a agilização do sistema de transporte com a introdução de novos serviços e tecnologias; Implantar e padronizar os abrigos e pontos de parada, visando melhorar a segurança da população que usa o transporte coletivo; Interligar as ruas dos loteamentos para evitar sobrecarga do Transporte Coletivo das vias básicas e facilitar a comunicação entre bairros; Desenvolver e aplicar o programa de pavimentação de vias e passeios públicos; Manter as atividades e capacitar o servidor para disponibilizar serviços de qualidade a população. Assegurar meios de fiscalização e atendimento das ocorrências de trânsito, bem como aplicação de multas e sanções. Melhorar o planejamento e a infraestrutura operacional para a fiscalização do trânsito municipal. Implementar todas as ações de trânsito de competência municipal e estadual.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1259	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - DEMUTRAN	Unidade Gestora	UN	1,0000	40.000,00	Recursos Fiscais
1261	FROTA DE VEÍCULOS - DEMUTRAN	Veículo	UN	1,0000	5.000,00	Recursos Fiscais
1263	OBRAS E CONSTRUÇÕES - DEMUTRAN	Obra	UN	1,0000	80.000,00	Recursos Fiscais
1265	IMÓVEIS E INSTALAÇÕES - DEMUTRAN	Imóvel	M2	7.500,0000	179.000,00	Recursos Fiscais
1267	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - POL. MILITAR	Unidade Gestora	und	1,0000	16.000,00	Recursos Fiscais
1271	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - POL. CIVIL	Unidade Gestora	UN	1,0000	50.000,00	Recursos Fiscais
2260	MANUTENÇÃO DO DEMUTRAN	Unidade Gestora	UN	1,0000	40.000,00	Recursos Fiscais
					1.098.000,00	Recursos Fiscais

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento 2



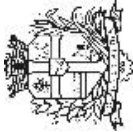
MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 22 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
Às 12:53:13 Horas

					Recursos Fiscais	140.000,00	Recursos Fiscais
					Recursos Fiscais	100.000,00	Recursos Fiscais
					Recursos Fiscais	12.000,00	Recursos Fiscais
2262	MANUTENÇÃO DO CONV. POLÍCIA MILITAR	Unidade Gestora	und	1,0000	Recursos Fiscais	50.000,00	Recursos Fiscais
2264	MANUTENÇÃO DO CONV. POLÍCIA CIVIL	Unidade Gestora	UN	1,0000	Recursos Fiscais	60.000,00	Recursos Fiscais
2266	MANUTENÇÃO DO CONVENIO DE TRANSITO	Unidade Gestora	UN	1,0000	Recursos Fiscais	23.000,00	Recursos Fiscais
					Recursos Fiscais	23.000,00	Recursos Fiscais
					Recursos Fiscais	368.000,00	Recursos Fiscais
					Recursos Fiscais	303.600,00	Recursos Fiscais
					Recursos Fiscais	79.000,00	Recursos Fiscais
					Recursos Fiscais	56.000,00	Recursos Fiscais
					Recursos Fiscais	30.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0046						2.802.600,00	



MUNICÍPIO DE TIMBÓ
Programas Detalhados
Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 23 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
As 12:53:13 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:
0048-GESTÃO DO FUNREPOM

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar - FUNREPOM, visa manter a corporação com equipamentos modernos e em condições de uso. Para evitar o aumento da criminalidade e prevenção dos acidentes de trânsito a Polícia Militar realiza constante vigilância e cria formas de coibir delitos. Verificou-se a necessidade de criação de vigilância eletrônica para a cidade a qual haverá a necessidade de angariar fundos através de convênios.

DIRETRIZES:

Implementar e manter as ações do Fundo, adaptando os recursos a programação do respectivo Conselho, em conformidade com a Lei Complementar nº 439, de 14/11/2013.

OBJETIVOS:

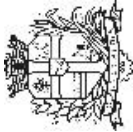
Geirir os recursos oriundos da prestação técnica dos serviços da unidade da Polícia Militar da cidade de Timbó. Recursos esses que permitem o investimento em novos equipamentos e serviços, bem como propiciam a manutenção de serviços especializados e manutenção da frota e dos equipamentos. Angariar fundos através de convênios a serem criados com o FUNREPOM, para serem aplicados á comunidade timboense.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1403	EQUIPAMENTOS,MÓVEIS E UTENSILIOS - FUNREPOM	Unidade Gestora	UN	1,0000	35.000,00	Recursos Fiscais
1405	FROTA DE VEICULOS - FUNREPOM	Veiculo	UN	1,0000	55.000,00	Recursos Fiscais
1407	OBRAS E INSTALAÇÕES - FUNREPOM	Área	M2	0,0000	30.000,00	Recursos Fiscais
2400	MANUTENÇÃO DA POLICIA MILITAR - FUNREPOM	Unidade Gestora	UN	1,0000	35.000,00	Recursos Fiscais
2402	MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA ELETRONICA	Unidade Gestora	UN	1,0000	50.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0048					257.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento 4



MUNICÍPIO DE TIMBÓ
Programas Detalhados
Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 24 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
As 12:53:13 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:
0049- MANUTENCAO DO CONVENIO BOMBEIRO MILITAR

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O convênio celebrado entre o Município e o Estado, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, visa o atendimento das missões constitucionais previstas no Art. 108 da C.E. 1989. O atendimento imediato em ocorrências de diversas naturezas como acidentes, incêndios, resgates, dentre outros, constantemente se faz presente em inúmeros eventos, os quais tem sido de suma importância para a segurança da comunidade timboense.

DIRETRIZES:

Implementar e manter as ações do Convênio, adaptando os recursos às necessidades operacionais do Corpo de Bombeiros Militar de Timbó, em conformidade com o convênio.

OBJETIVOS:

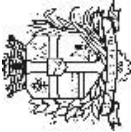
Geirir os recursos oriundos da prestação técnica dos serviços da unidade do Corpo de Bombeiros Militar de Timbó, permitindo ações de custeio e investimento que visem garantir a execução da missão constitucional prevista no Art. 108 da C.E. 1989. Angariar fundos através de convênio para serem aplicados á comunidade timboense.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1289	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - CONVENIO BM	Unidade Gestora	UN	1,0000	110.000,00 50.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1291	FROTA DE VEICULOS - CONVENIO BM	Veiculo	UN	1,0000	100.000,00 50.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2298	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - CONVENIO BOMBEIRO MILITAR	Unidade Gestora	UN	1,0000	139.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0049					449.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento 5



MUNICÍPIO DE TIMBÓ
Programas Detalhados
Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 25 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
As 12:53:13 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:
0050- REESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A situação predial da secretaria está comprometida devido a sua antiguidade, o que brevemente poderá oferecer sérios riscos de segurança. A infra-estrutura depreciada da edificação causa diversos transtornos aos funcionários, no que tange suas rotinas de trabalho. A falta de tais condições muitas vezes impede que a secretaria faça a prestação dos serviços com excelência à população. A Secretaria, diretamente ou sob forma de terceirização, cotidianamente executa serviços de limpeza de rua, roçadas, irrigação, patrulamento, macadamização, aterro, compactação, coleta e transporte de entulhos, como também a conservação dos cemitérios, passeios públicos, ciclovias, praças, espaços públicos, entre outros. Todos estes serviços possuem uma demanda muito grande por parte da população.

DIRETRIZES:

Constituir uma nova sede ou proceder à reforma das instalações atuais, de forma a melhorar o ambiente de trabalho. Renovar, implementar e proceder aos reparos necessários a toda frota de máquinas, veículos e demais equipamentos da secretaria. Contratação de pessoal através de concurso público e, em casos excepcionais mediante contrato administrativo ou terceirização de serviços, entre outras.

OBJETIVOS:

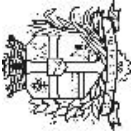
Melhorar as condições de trabalho para os funcionários, proporcionando satisfação no exercício de suas funções. Dar suporte aos projetos do poder executivo, servindo de estímulo a investimentos públicos e privados, na geração de renda, emprego e, principalmente melhorando a qualidade de vida dos seus munícipes nos espaços urbanos, e principalmente executar nossas atividades com qualidade total.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1045	EQUIPAMENTOS PARA SECRETARIA DE OBRAS	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	5.000,00	Recursos Fiscais
2090	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	1.600.000,00	Recursos Fiscais
					200.000,00	Recursos Fiscais
2092	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	5.910.504,79	Recursos Fiscais
					21.000,00	Recursos Fiscais
					100.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0050					7.836.504,79	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento 6



MUNICÍPIO DE TIMBÓ
Programas Detalhados
Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 26 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
As 12:53:13 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:

0052- OBRAS PÚBLICAS

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A malha urbana do município é formada por diversas ruas, sendo que destas, várias possuem urgência na pavimentação e a necessidade da implantação completa de infraestrutura, em função de sua localização em áreas centrais, centro de bairros, áreas industriais, ou ainda ruas importantes, onde o crescimento habitacional e comercial é visível. A maioria das vias que demandam pavimentação também necessitam de drenagem pluvial.

DIRETRIZES:

Pavimentar as vias urbanas, atendendo as solicitações e necessidades da população, bem como prestar serviços de manutenção, conservação e implantação da infra-estrutura, principalmente no que diz respeito a drenagem de águas pluviais. Construir pontes e pontilhões.

OBJETIVOS:

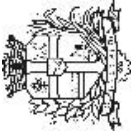
Melhorar a trafegabilidade e diminuir o custo de manutenção das vias públicas municipais, através das pavimentações, eliminando os serviços de irrigação, patrolamento e macadamização. Programar obras de infraestrutura que assegurem a qualidade de vida das pessoas e estimulando o desenvolvimento econômico e social do município.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1065	PAVIMENTAÇÕES, DRENAGENS, CALÇADAS E R	Pavimentação	Mt	6.250,0000	1.000.000,00 7.500.000,00 6.000.000,00 1.802.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1067	PONTES E OBRAS DE ARTE	Obra	Mt	75,0000	560.000,00 3.000.000,00 387.999,87 0,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1071	ESPAÇOS PÚBLICOS	Obra	M2	22.500,0000	1.247.039,02 3.545.000,00 3.000.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0052					28.042.038,89	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento 7



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 27 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
As 12:53:13 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:

0060- GESTÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Procuradoria Geral do Município é o órgão do Poder Executivo responsável pela defesa extrajudicial e judicial do Município, primando pela legalidade dos atos de todos os setores da administração municipal. Exerce funções de consultoria e assessoramento, e tem competência privativa para execução da dívida ativa municipal de natureza tributária (art. 59, da LOM). A Procuradoria é Órgão Superior de Assessoramento do Poder Executivo, conforme lei, sendo composta por um Procurador Geral, um Assessor Institucional, um Diretor do Departamento Jurídico, um Assessor Jurídico, dois Advogados Efetivos, um atendente administrativo e um Auxiliar Administrativo. Está vinculado ainda à Procuradoria Geral do Município a Casa da Cidadania.

DIRETRIZES:

Desempenhar suas funções determinadas em lei, com excelência e respeito aos princípios do Direito Público, aos servidores municipais e aos cidadãos. Buscar a eficiência técnica e aprimoramento constante dos profissionais que compõem seus quadros funcionais, através do treinamento e atualização necessários. Zelar pela ética, responsabilidade e respeito ao ordenamento jurídico vigente.

OBJETIVOS:

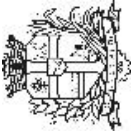
Resguardar e dar efetividade às ações e atos da Administração Municipal, prevenindo ilegalidades, combatendo omissões, promovendo a defesa administrativa ou judicial e assegurando a prevalência e a indisponibilidade do Interesse Público. Prestar serviço com eficácia e qualidade técnica, assegurando a observância dos Princípios Constitucionais, a melhoria do serviço público, o alcance das metas e diretrizes da Administração Municipal e a satisfação dos usuários. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos com os Órgãos ou Entidades Estaduais e/ou Federais, organizações não governamentais e entidades privadas, para implantação, manutenção ou melhoria de serviços públicos e efetividade das suas competências.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2100	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO JURÍDICO	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	618.750,00	Recursos Fiscais
2104	MANUTENÇÃO DA CASA DA CIDADANIA	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	58.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0060					676.750,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento 28



MUNICÍPIO DE TIMBÓ
Programas Detalhados
Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 28 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
As 12:53:13 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:
0061-GESTÃO DO FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A coordenadoria de proteção e defesa do consumidor - PROCON será exercida através de um coordenador geral que contará com uma equipe administrativa de apoio, tendo a disposição do PROCOM pessoal, material e recursos financeiros para o seu necessário funcionamento.

DIRETRIZES:

Desempenhar suas funções determinadas em lei, com excelência e respeito aos princípios do Direito Público, aos servidores municipais e aos cidadãos. Buscar a eficiência técnica e aprimoramento constante dos profissionais que compõem seus quadros funcionais, através do treinamento e atualização necessários. Zelar pela ética, responsabilidade e respeito ao ordenamento jurídico vigente.

OBJETIVOS:

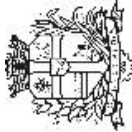
Promover e implementar as ações direcionadas a educação, orientação, proteção e de defesa do consumidor, além de coordenar a política do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor. Resguardar e dar efetividade as ações e atos, prevenindo ilegalidades, combatendo omissões, promovendo a defesa dos direitos do consumidor, assegurando a prevalência e a indisponibilidade do interesse público. Prestar serviço com eficácia e qualidade técnica, assegurando a observância dos Princípios Constitucionais, a melhoria do serviço público, o alcance das metas e diretrizes da Administração Municipal e a satisfação dos usuários. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos com os Órgãos ou Entidades Estaduais e/ou Federais, organizações não governamentais e entidades privadas, para implantação, manutenção ou melhoria de serviços públicos e efetividade das suas competências.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2102	MANUTENÇÃO DO PROCON	Unidade Gestora	UN	1,0000	69.000,00 25.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
		TOTAL DO PROGRAMA 0061			94.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento 9

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados****Ano LDO: 2014 Versão: 7**Página 29 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
Às 12:53:13 Horas**PROGRAMA DE GOVERNO:****0062-ATENÇÃO INTEGRAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município tem em funcionamento o Fundo Municipal da Infância e do Adolescente - (FIA), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e o Conselho Tutelar (CT), além de vários programas de proteção e sócio-educativos. Diante do quadro atual detectado pelos aparelhos sócio assistenciais do município (Secretaria de Assistência Social através do CRAS e CREAS; Conselho Tutelar e Unidades de Saúde) foram credenciados projetos através do CMDCA visando a garantia dos direitos e inclusão social de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social.

DIRETRIZES:

Manter em funcionamento a estrutura, atual, existente e os programas: Apoio Sócio Familiar, Judô, Karatê, Informática, Música, Dança, Capacitação através de cursos profissionalizantes, dentre outros. Elaborar os planos de atendimento, além de atualizar e manter o cadastro de famílias atendidas pelos programas mantidos pelo Fundo da Infância e do Adolescente - FIA. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA delibera sobre a aplicação dos recursos /destinação do FIA para o desenvolvimento de políticas, programas e ações de promoção, proteção e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. A Secretaria de Municipal de Assistência Social é responsável pela administração dos recursos, formalização de convênios e acompanhamento dos projetos aprovados pelo CMDCA. Disponibilizar recursos para a infância e adolescência e para capacitação do conselho tutelar e técnicos dos programas mantidos pelo FIA. Cadastrar e promover programas de atendimento a Criança e ao Adolescente. Buscar parcerias junto à sociedade civil e a órgãos governamentais, visando a arrecadação de recursos para a manutenção dos programas.

OBJETIVOS:

O FIA tem como objetivo captar e aplicar recursos destinados às ações de atendimento à criança e ao adolescente. Os recursos destinados ao FIA podem ser aplicados em projetos de proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes em projetos de combate ao trabalho infantil, além de ser aplicada também no custeio das atividades do Conselho Tutelar bem assim como na formação continuado dos Conselheiros Tutelares. No Art. nº 4º e seus incisos, da Resolução nº 139/10 do CONANDA, é estabelecido as dotações específicas para a implantação, manutenção e funcionamento dos Conselhos Tutelares e custeio de suas atividades, e no Parágrafo 6º deste caput, a resolução deixa claro que, "§ 6º - Fica vedado o uso dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para os fins previstos neste artigo, exceto para a formação e a qualificação dos Conselheiros Tutelares. No parágrafo 1º, alínea "a" do Art. 4º da resolução 139 do CONANDA, esclarece que a Lei orçamentária Municipal se responsabilizar preferencialmente pela formação continuada para os membros do Conselho Tutelar, se referindo às capacitações.

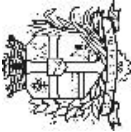
Oportunizar e acompanhar o desenvolvimento bio-psico-social da criança e do adolescente com vistas à inclusão social e ênfase a instituição familiar. Manter a política de defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente, e os órgãos e programas institucionais correlatos. Otimizar e racionalizar os atendimentos nos diversos programas para atingir maior número possível de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Envolver toda a sociedade civil, caracterizada pela família, profissionais envolvidos, Programa Sócio-familiar PSF, nas atividades do FIA, CMDCA e Conselho Tutelar. Firmar convênios, na forma da Lei nº 2.019/98, e ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação aplicável, com os Governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1227	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - FIA	Unidade Gestora	und	1,0000	8.000,00	Recursos Fiscais
2210	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FIA	Entidades	und	0,0000	5.000,00	Recursos Fiscais
2212	MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS E ATIVIDADES DO FIA	Pessoas	und	2.800,0000	70.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0062					128.000,00	Recursos Fiscais

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 30 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
As 12:53:13 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:

0066- HABITAÇÃO POPULAR DE TIMBÓ - FHT

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Em 2005 foi criada a lei nº 2278, que implementou o Programa Carta de Crédito FGTS-Individual-Operações Coletivas-Recursos do FGTS. O município de Timbó até 2006 investiu muito pouco em relação a intermediação para viabilizar a Política de Habitação de Interesse Social. Casa Própria para a população de baixa renda. Conforme os dados que constam no cadastro da Assistência social do Município de Timbó a demanda é crescente e eminente a intervenção da administração pública com o objetivo de fomentar esta área e propiciar a inclusão social. Está sendo elaborado o plano municipal de habitação, de acordo com pesquisa feita em todos os lares do município através da Empresa Logus, que visa diagnosticar o perfil habitacional existente e consequente planejamento para a construção de habitações populares, em parceria com Caixa Econômica Federal e/ou outras entidades, que serão destinadas à população de baixa renda e residente em áreas de risco (famílias com até 3 salários mínimos mensais de renda) e a outros beneficiários (com renda familiar de 03 a 06 salários mínimos).

DIRETRIZES:

Implantar o Fundo de Habitação de Timbó e manter o funcionamento das atividades, ampliarem a oferta de serviços; manter o apoio a entidades que desenvolvam ações na área da Casa Própria. Capacitar os profissionais que atuam junto a programas de inclusão social para instruir as famílias a construírem suas moradias com toda a infra-estrutura necessária. Estruturar ações para conhecimento da realidade vivenciada pelas pessoas de baixa renda e dar sustentabilidade ao sistema financiador das construções. Contratar uma equipe específica para o programa, incluindo engenheiro, assistente social e auxiliar administrativo; realizar parcerias com entidades financiadoras, como a CEF e outras.

OBJETIVOS:

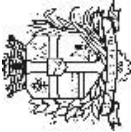
Orientar, ordenar e articular ações relacionadas à política municipal de habitação popular; promover a integração dos mutuários; assegurar o recebimento dos auxílios instituídos pelas Instituições Financeiras. Fimar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação aplicável, com os Governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas, que viabilizem e fortaleça a habitação popular no município de Timbó; realizar pesquisas indicativas das demandas no município e em que área estão localizados os déficits habitacionais. Trabalhar com projetos de inclusão social em espaço específico construído nos terrenos que abrigarão os conjuntos habitacionais.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2108	MANUTENÇÃO DO FHT	Pessoas	Unidade	12,5000	7.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0066					7.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento 1



Página 31 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
Às 12:53:13 Horas

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2014 Versão: 7

PROGRAMA DE GOVERNO:

0070-GESTÃO DA ATENÇÃO BÁSICA TIMBÓ

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município de Timbó possui dez Unidades de Saúde da Família e uma unidade de Saúde da Família Avançada e doze equipes na estratégia de saúde da família, que ofertam serviços em atenção básica, integrando o Programa de Saúde da Família, promovendo o sistema de saúde local, com demanda expressiva e crescente que desloca-se até estas unidades para atendimento e encaminhamento às referências municipais: Policlínica de referência, CAPS, Tratamento fora de domicílio, Pronto Socorro, Hospital e maternidade OASE, e Serviço Social. O exercício da atividade profissional de Agente Comunitário de Saúde deve observar a Lei nº 10.507/2002, que cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde, o Decreto nº 3.189/1999, que fixa as diretrizes para o exercício da atividade de Agente Comunitário de Saúde, e a Portaria nº 1.886/1997, que aprova as normas e diretrizes do Programa de Agente Comunitário e do Programa Saúde da Família. Através de ações individuais ou coletivas, o agente comunitário de saúde realiza atividade de prevenção de doenças e promoção da saúde sob supervisão do profissional de enfermagem /e ou outro profissional. A Saúde Bucal na estratégia da Saúde da Família representou a criação de um espaço de práticas e relações a serem construídas para a reorientação do processo de trabalho e para a própria atuação da saúde bucal no âmbito dos serviços de saúde. Dessa forma, o cuidado em saúde bucal passa a exigir a conformação de uma equipe de trabalho que se relacione com usuários e que participe da gestão dos serviços para dar resposta às demandas da população e ampliar o acesso às ações e serviços de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal, por meio de medidas de caráter coletivo e mediante o estabelecimento de vínculo territorial.

DIRETRIZES:

Modelar constantemente a Atenção Básica - Estratégia Saúde da Família. Fortalecer os serviços através dos NASF - Núcleos de Apoio à Saúde da Família, conforme portaria nº 54 de 24 de Janeiro de 2008, adesão a programas incentivados pelo Ministério da saúde assim como a Secretaria de Estado da Saúde.. Disponibilizar material de consumo e expediente, medicamentos para o desenvolvimento das atividades em saúde, readequar as estruturas acordadas com a necessidade, proporcionar cursos de capacitação aos colaboradores, Manter e aperfeiçoar o sistema de gerenciamento em informação nas Unidades de Saúde, através do Sistema Único de Saúde, serviços próprios, conveniados e/ou contratados. Capacitar todos agentes comunitários de saúde de nosso município, para o aprimoramento e desempenho profissional. Reconhecer uma prática que vem sendo construída no cotidiano, sistematizando-a e teorizando-a, formalizando a legalidade profissional do agente comunitário de saúde na especificidade de seu trabalho. A equipes de saúde bucal são da Modalidade I: composta por Cirurgião-Dentista (CD) e Auxiliar de Consultório Dentário (ACD). Os dentistas e seus assistentes são vistos como profissionais que podem de fato desempenhar um papel decisivo nos bons resultados do Programa Saúde da Família. Implantar mais 03 (três) equipes de Estratégia Saúde da Família, nos bairros : Pomeranos, Padre Martinho e Imigrantes.

OBJETIVOS:

Manter as atividades do departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público e ou processo seletivo, qualificação e atender a demanda do Sistema Único de Saúde em suas necessidades salutar, através de serviços classificados de atenção básica, que abrangem a prevenção, promoção e reabilitação do indivíduo/família, inseridos e participantes de sua comunidade, na busca pela qualidade de vida. Conhecer o perfil epidemiológico e diagnóstico em saúde da população. Fimar convênios, na forma da Lei nº 2.019/98, e ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação aplicável, com os Governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas.Manutenção da Educação Permanente em Saúde, conforme Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007 - Dispõe sobre as diretrizes para implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.

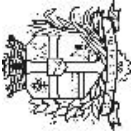
Prestar auxílio a instituições / entidades para manutenção de atividades que auxiliem e/ou complementem a prestação de serviços em saúde pública destinada a resolutividade da situação salutar dos usuários do SUS, na promoção, prevenção e reabilitação dos indivíduos para a sociedade. Adesão a novos programas do Ministério da Saude (NASF ,Melhor. em casa e outros).

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1151	FROTA DE VEICULOS AB	Veículo	UN	3,0000	22.000,00 50.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento 2



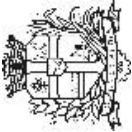
MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 32 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
Às 12:53:13 Horas

1153	OBRAS E INSTALAÇÕES AB	Área		M2	262,5000	50.000,00	Recursos Fiscais
						250.000,00	Recursos Fiscais
						816.000,00	Recursos Fiscais
						241.000,00	Recursos Fiscais
						42.100,00	Recursos Fiscais
						49.115,76	Recursos Fiscais
1155	IMÓVEIS AB	Área		M2	375,0000	300.000,00	Recursos Fiscais
						170.000,00	Recursos Fiscais
2150	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	Unidade Gestora		Unidade	1,0000	4.202.580,00	Recursos Fiscais
						3.837.670,00	Recursos Fiscais
						5.500,00	Recursos Fiscais
						107.000,00	Recursos Fiscais
2152	MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS	Unidade Gestora		Unidade	1,0000	232.600,00	Recursos Fiscais
						809.400,00	Recursos Fiscais
						125.000,00	Recursos Fiscais
2154	MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL	Unidade Gestora		Unidade	1,0000	1.620.160,00	Recursos Fiscais
						540.840,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0070						13.470.965,76	



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 33 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
As 12:53:13 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:

0072-GESTÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A odontologia ofertara trabalhos em endodontia. O município de Timbó possui 1 (um) Centro Municipal de Referências A Policlínica de Referências -, convênio/credenciamento com uma Unidade Hospitalar, 1 pronto Socorro, 1 (um) Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, 1 clínica de fisioterapia, 2 Laboratórios de análise, Associação Renal Vida, APAE, Rede feminina, credenciados pelo Sistema Único de Saúde. Decorrente desta realidade faz-se necessária a ampliação da estrutura em valores humanos e estrutura física, possibilitando assim, a ampliação dos serviços ofertados, readaptação dos ambientes das unidades, compra de serviços, aquisição de materiais, equipamentos e utensílios. A Policlínica de Referências está inserida no modelo de Atenção Especializada, na qual compõe um aspecto de serviços com diferentes graus de especialização e modalidades de atendimento. A Policlínica também atende os municípios circunvizinhos. Dentro do contexto da assistência hospitalar e ambulatorial, em nosso município inserimos também o SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. O nosso município possui uma unidade hospitalar conveniada ao SUS, o Hospital e Maternidade OASE, no qual é referência para os municípios circunvizinhos.

DIRETRIZES:

Os profissionais da atenção básica são responsáveis pelo primeiro atendimento ao paciente e pelo encaminhamento aos centros especializados em casos mais complexos. Nosso município pretende adequar o espaço físico para a base do SAMU. Ampliar a oferta de serviços, disponibilizar material de consumo, expediente e medicamentos para o desenvolvimento das atividades em saúde, proporcionar cursos de capacitação, oportunizar o acesso ao sistema de gerenciamento de informação em saúde, através do Sistema Único de Saúde, serviços próprios, contratados e/ou conveniados. O Hospital e Maternidade OASE, encontra-se em adaptação conforme as diretrizes da ANVISA.

OBJETIVOS:

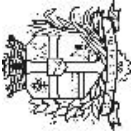
Manter as atividades do departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, serviços próprios, conveniados e/ou contratados públicos e privados com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento. Divulgar os trabalhos legislativos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Manter o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos e prestar auxílio a instituições / entidades para manutenção de atividades que auxiliem e/ou complementem a prestação de serviços em saúde pública destinada a resolutividade da situação salutar dos usuários do SUS, que envolvam ações de média e alta complexidade para retorno dos indivíduos para convívio em sociedade, dentre eles hospital OASE.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1157	FROTA DE VEÍCULOS MAC	Veículo	und	1,0000	25.000,00	Recursos Fiscais
2160	PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	3.650.000,00	Recursos Fiscais
					16.000,00	Recursos Fiscais
					15.500,00	Recursos Fiscais
2164	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	4.563.910,00	Recursos Fiscais
					161.000,00	Recursos Fiscais
					586.090,00	Recursos Fiscais
					196.000,00	Recursos Fiscais
					200.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0072					9.413.500,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento 4



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 34 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
As 12:53:14 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:

0074-GESTÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Secretaria Municipal de Saúde possui, inserido em seu contexto de trabalho, a divisão responsável pela observação contínua da distribuição e tendências da incidência de doenças mediante a coleta sistemática, consolidação e avaliação de informes de morbidade e mortalidade, assim como, supervisão e controle os programas designados pelo MS (DST/AIDS, TB, Hanseníase, etc); executa ações de educação em saúde; executa ações de monitoramento de endemias e epidemias; investiga doenças de notificação compulsória, e outras atividades afins, sendo sua área de atuação todos os usuários e serviços de saúde do município, independentemente dos graus de complexidade. Atividade de Promoção à Saúde, VIGISUS; Campanhas de Vacinação, Serviço de Assistência Especializada - SAE, Incentivo ao programa DST/AIDS, Combate ao transmissor da dengue. A secretaria Municipal de Saúde do município possui inserida em seu contexto a divisão de vigilância sanitária, que executa um conjunto de ações capazes de diminuir, eliminar ou prevenir riscos e intervir nos problemas sanitários decorrentes da produção e circulação de produtos e serviços e do meio ambiente, objetivando a proteção da saúde da população.

DIRETRIZES:

A vigilância epidemiológica tem por finalidade avaliar, acompanhar e sugerir estratégias para ações voltadas para a proteção e promoção da saúde da comunidade, sendo sua aplicação baseada nas realidades locais e na análise da situação da saúde, levando em consideração o aspecto clínico das doenças e os fatores de risco; Para tanto, prioriza o treinamento dos profissionais, a manutenção dos programas (imunização, Tuberculose, DST/AIDS, etc), a inserção e disponibilização de todos os meios necessários para acesso a diagnóstico e tratamento de doenças de notificação compulsória, infecto-contagiosas e de forma ampliada as crônicas degenerativas e o desenvolvimento de ações conjuntas ou articuladas com outros entes do órgão público ou da sociedade civil organizada, para redução de danos e riscos a saúde individual e coletiva. Temos como diretriz a implantação do CEREST, TAM - Termo de Ajuste e Metas, PAB VISA - Piso de atenção Básica em Vigilância Sanitária. Sendo que as diretrizes diretrizes básicas, o controle de doenças veiculadas pela água e alimentos; efetuar ações de educação em saúde através de palestras, debates, campanhas, com a comunidade, relacionados ao meio ambiente, reciclagem de lixo, água, saneamento básico, alimentação, etc; investigação de surtos de toxinfecções alimentares; promoção do aperfeiçoamento na área de vigilância sanitária e ambiental, para equipe multiprofissional; execução de ações de combate e controle de zoonoses; desenvolvimento de ações conjuntas com as demais esferas de atuação e segmentos representativos da sociedade.

OBJETIVOS:

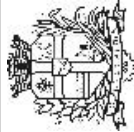
Manter as atividades do departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os atos oficiais e publicidade institucional. Implantar o sistema de avaliação e controle. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Orientação, controle e fiscalização dos bens de consumo e prestação de serviços que se relacionem direta ou indiretamente com a saúde; controle de vetores e roedores; orientação, controle e fiscalização sobre o meio ambiente e atividades afins; ordenamento e articulação das ações relacionadas a política municipal para vigilância sanitária, firmando, contratos, convênios e ajustes com instituições, fundações e ONGs, para a ratificação das atividades em vigilância sanitária.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2166	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	390.600,00 179.400,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2168	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	Unidade Gestora	und	1,0000	380.000,00 20.000,00 108.000,00 2.500,00 23.400,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento 5



MUNICÍPIO DE TIMBÓ
Programas Detalhados
Ano LDO: 2014 Versão: 7

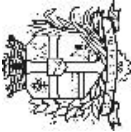
Página 35 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
As 12:53:14 Horas

TOTAL DO PROGRAMA	0074	1.103.900,00
-------------------	------	--------------

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento 6



MUNICÍPIO DE TIMBÓ
Programas Detalhados
Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 36 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
As 12:53:14 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:
0076- ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA E SUPORTE PROFILÁTICO

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município de Timbó presta atendimento a usuários do sistema único de saúde em 11 unidades de saúde básicas e 2 unidades de saúde de referência em especialidades médicas e afins, onde possui postos de distribuição de medicamentos que compõe a farmácia básica e uma farmácia central, para a articulação de política de medicamentos especiais e excepcionais, originando uma demanda espontânea e referenciada, que, após o atendimento, necessita receber o suporte profilático e terapêutico para a resolução da situação de sua saúde/doença, fazendo-se necessária a disponibilização de medicamentos que compõe a farmácia básica e outros que a completem a disposição destes para o retorno ao seu trabalho, família e sociedade.

DIRETRIZES:

Manter a política municipal de assistência farmacêutica municipal, articulada com as esferas estaduais e federais: ampliar a oferta de medicamentos para grupos específicos, visando a redução da morbi-mortalidade e aumento da expectativa de vida, além da redução de internações hospitalares por uso de medicamentos que se traduzam em mais eficientes e eficazes.

OBJETIVOS:

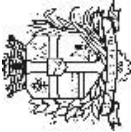
Construção/ adaptação da farmácia básica, junto á Policlínica de Referências.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2170	MANUTENÇÃO DO SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	Unidade Gestbra	und	1,0000	376.400,00 353.600,00 137.600,00 63.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0076					930.600,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento 7



MUNICÍPIO DE TIMBÓ
Programas Detalhados
Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 37 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
As 12:53:14 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:

0078-GESTÃO DO SUS

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O sistema de saúde municipal tem a responsabilidade constitucional de acompanhar o desenvolvimento das ações dos serviços de saúde. Está auditoria deve ser física, financeira e qualitativa. Este é um atributo da administração pública previsto no direito administrativo. A não execução destas prerrogativas administrativas o município pode ter suas contas não aprovadas pelos órgãos de auditoria relacionados ao SUS. Ações de auditoria do SUS, bem como de monitoramento e avaliação da gestão do SUS, e tem como missão principal o fortalecimento da gestão e do controle social, objetivando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS. A Gestão do Trabalho em Saúde trata das relações de trabalho a partir de uma concepção na qual a participação do trabalhador é fundamental para a efetividade e eficiência do Sistema Único de Saúde Dessa forma, o trabalhador é percebido como sujeito e agente transformador de seu ambiente e não apenas um mero recurso humano realizador de tarefas previamente estabelecidas pela administração local.

DIRETRIZES:

Ter como apoio técnico de Denasus. - MS. Os preceitos de financiamento/ orçamento do SUS será cumprido sob as questões legais, tais como: Gastos em saúde (definidos na Constituição Feral e nas Leis nº 8080/90 e nº 8142/90) , Recursos da saúde (baseado na Emenda Constitucional nº29/2000 e investimento de no mínimo 15% da receita), administração dos recursos (administrados através do fundo de saúde) e transparência (Através do Conselho Municipal de Saúde). A política de Gestão de trabalho, refere-se à: peso da folha de pagamento de pessoal, modos de remuneração, valorização do trabalhador com a instituição, do PCCS - SUS que possibilite a perspectiva de carreira, processos burocráticos longos para ingresso de profissionais na rede, tipos de vínculos com a instituição, política geral de previdência e assistência do trabalhador.

OBJETIVOS:

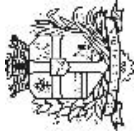
Adotar protocolos clínicos, diretrizes terapêuticas e de regulação de acesso, em consonância com os protocolos e diretrizes nacionais, estaduais e regionais . Cumprir os preceitos do financiamento do SUS. Definir uma Política Municipal de Gestão do Trabalho, conduzidas de forma humanizada e preservando o respeito nas relações de trabalho. Construir dentro dessa perspectiva o PCCS - Plano de Cargo, Carreiras e Salários.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2176	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SUS	Unidade Gestora	und	1,0000	960.000,00	Recursos Fiscais
		TOTAL DO PROGRAMA		0078	960.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento 8

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados****Ano LDO: 2014 Versão: 7**Página 38 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
Às 12:53:14 Horas**PROGRAMA DE GOVERNO:****0086- APRIMORAMENTO DA GESTÃO E MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO E EQUIPAMENTOS SOCIAIS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Política Municipal de Assistência Social de Timbó tem como base o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que é um modelo de gestão descentralizado e participativo que regula e organiza em todo território nacional os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. O SUAS está sendo implementado por meio de uma nova lógica de organização das ações, com a definição de níveis de complexidade dos sistemas: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) de média e alta complexidade, com a referência no território, considerando as especificidades das regiões e portes de municípios e com centralidade na família. É finalmente, uma forma de operacionalização da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que viabiliza o sistema descentralizado e participativo e a sua regulação em todo território nacional. Outro dispositivo a ser observado é a NOB RH/SUAS.

DIRETRIZES:

Manter o funcionamento dos Serviços, Programas, Aparelhos e Benefícios da Política Municipal de Assistência Social. Ampliar a oferta destes serviços, disponibilizando materiais de consumo, de expediente e recursos humanos; Buscar o aperfeiçoamento dos serviços realizados através de capacitação permanente dos agentes sociais (servidores, conselheiros das políticas setoriais, famílias acolhedoras do programa de Acolhimento Familiar); Proporcionar o suporte técnico aos conselhos setoriais (Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CIMDCA, Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, Conselho municipal do Idoso, Conselho Municipal da Mulher, Conselho Municipal de Habitação), através de uma equipe de assessoramento; Gestão administrativa do Conselho Tutelar com a vinculação do mesmo a Secretaria Municipal de Assistência Social, capacitação permanente dos Conselheiros Tutelares. Aperfeiçoar e ampliar os serviços da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial (através da manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, localizado no Bairro dos Estados, bem como através da implantação e manutenção do Centro de Convivência para a Terceira Idade, do Centro Integrado para criança/adolescente, do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e do segundo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS). Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social, realização processo seletivo e de concurso público.

OBJETIVOS:

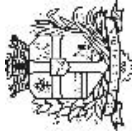
Orientar, ordenar e articular as ações relacionadas à Política Municipal de Assistência Social com base no Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Firmar convênios, na forma da Lei nº 2.019/98, e ajustes, contratos ou acordos na forma da legislação aplicável com os governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas. Instrumentalizar e fortalecer a Secretaria Municipal de Assistência Social criada através LC nº 426 de 26.12.2012 com a estrutura administrativa e organizacional necessária, conforme as orientações do Plano Nacional de Assistência social - PNAS/2004. Fortalecer o serviço de assessoria aos conselhos setoriais, através da disponibilização de uma equipe técnica. Ampliar os serviços da proteção social básica, através de novos investimentos no CRAS existente (Bairro dos estados) visando a construção de sede própria através de convênios com os Governos Estadual e Federal, bem como a implantação de um novo CRAS com abrangência dos bairros Pomeranos, Quintino e Vila Germer. Ampliar os serviços da proteção social especial, através de ampliação de equipe técnica e investimentos no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS visando implantação de sede própria do mesmo.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1277	CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS	Área	M2	50,0000	20.000,00	Recursos Fiscais
2270	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	Unidade Gestora	UN	1,0000	1.043.300,00 0,00 9.000,00 0,00 0,00 0,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento 9



MUNICÍPIO DE TIMBÓ
Programas Detalhados
Ano LDO: 2014 Versão: 7

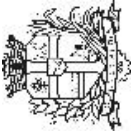
Página 39 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
As 12:53:14 Horas

2272	CAPACITAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS, REALIZAÇÃO DE CONFERÊNCIAS, SEMINÁRIOS, FORUNS E OFICINAS DE DEBATES	Pessoas	UN	625,0000	10.000,00	Recursos Fiscais
2294	MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS VINCULADOS A ASSISTENCIA SOCIAL	Unidade Gestora	UN	1,0000	120.000,00 20.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0086					1.222.300,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 40 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
Às 12:53:14 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:

0087-SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Para a prevenção de situações de risco, o nível de Proteção Social Básica prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. São atendidos cidadãos que vivem em situação de vulnerabilidade social, com privação de renda, que apresentam dificuldades de acesso aos serviços públicos e/ou estão com seus vínculos afetivo, relacionais e sociais fragilizados. Atualmente, no Município, contamos com um Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, para atendimento de até 3.500 famílias no território de abrangência dos bairros Araponguinhas, PE Martinho e Estados, porém o objetivo é instalar novos equipamentos sociais (CRAS) para abranger os outros bairros que também tenham uma concentração maior de vulnerabilidade social.

DIRETRIZES:

Considerar a família como marco referencial do atual modelo da Política de Assistência Social. Aprimorar os Serviços da Proteção Social Básica (programa de atenção integral a família - PAF); serviço de convivência e fortalecimento de vínculos; operacionalizar os benefícios eventuais aprovados pela LO 2634 de 12.04.2013 (auxílio-natalidade; auxílio-funeral; auxílio gás; auxílio foto para documentação civil; auxílio fralda infantil; auxílio passagem; auxílio frete; auxílio aluguel social; vale alimentação), promover a ampliação de equipe técnica baseado na NOB-RH SUAS para o porte do município.

OBJETIVOS:

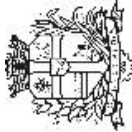
O nível de Proteção Social Básica segundo o Plano Nacional de Assistência Social - PNAS tem como objetivos a prevenção de situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades das famílias, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2274	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA (PAIF)	Pessoas	UN	875,0000	26.150,00 94.150,00 23.200,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2276	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO	Pessoas	UN	1.500,0000	28.000,00 12.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2278	MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	Pessoas	UN	1.800,0000	170.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0087					353.500,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados****Ano LDO: 2014 Versão: 7**Página 41 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
Às 12:53:14 Horas**PROGRAMA DE GOVERNO:****0088-SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Proteção Social Especial na média complexidade é atendida no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, que atualmente possui equipe composta por 01 assistente social, 01 psicóloga, 01 pedagoga, 01 aux administrativo, 01 coordenação, e auxílio jurídico da procuradoria do município. Salientamos que para atendimento do serviço de média complexidade com a finalidade de absorver a demanda total existente e melhorar a qualidade dos serviços já ofertados, faz-se necessário o aumento do quadro de recursos humanos, bem como de aluguel ou a construção de um imóvel para proporcionar um espaço adequado para o desenvolvimento das atividades. O município não dispõe do Serviço de Alta Complexidade, porém mantém convênios com abrigos Institucionais e Casas Lar de outros municípios para a demanda infanto-juvenil e idosos e portadores de deficiência. Em relação aos idosos, o município de Timbó conta com uma instituição não governamental de longa permanência. Com relação a PSE para pessoas com deficiência o município celebra convênio com a APAE - Associação de Pais e Amigos de Excepcionais para atendimento das demandas de permanência sócio educacionais, e as demandas psicossociais são atendidas no CREAS. Percebemos a real necessidade de cada município se organizar e planejar ações que visem atender as demandas sociais específicas dentro de seu limite territorial. Caso seja extremamente necessário a retirada da criança/adolescente ou do idoso da família, é fundamental preservar o direito a convivência familiar e comunitária. Neste sentido é importante que, quando possível, o indivíduo permaneça no seu próprio município e não seja encaminhado a uma instituição conveniada (fora do município), face a esta situação o município efetuará a cessão de imóvel para a instalação de instituição de acolhimento com a celebração de convênio para o acolhimento de crianças e adolescentes dentro de seu território.

DIRETRIZES:

Considerar a família como marco referencial do atual modelo da Política de Assistência Social; aprimorar os Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade fortalecendo os vínculos familiares fragilizados (Serviço de proteção e Atendimento Especializado as Famílias e Indivíduos - PAEFI, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medida Sócio-educativa de LA e PSC; Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; Serviço especializado em abordagem social); seguir as orientações do Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo - SINAE e do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à convivência familiar e comunitária - PNCFC. Implementar os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade resgatando os vínculos rompidos, quando possível (Casa Lar, programa de acolhimento familiar, albergue, abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica. Ampliar o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS com equipamentos e recursos humanos.)

OBJETIVOS:

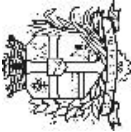
Oferecer atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2284	SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATEND. ESPECIALIZADO AS FAMILIAS E INDIVÍDUOS - PAEFI	Famílias	UN	146,2500	29.350,00 70.850,00 118.400,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2288	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA DEFICIENTES, IDOSOS E SUAS FAMILIAS	Famílias	UN	25,0000	60.000,00	Recursos Fiscais
2292	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE	Pessoas	UN	30,0000	464.200,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0088					742.800,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento 2



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 42 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
As 12:53:14 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:

0090- MANUTENÇÃO DO ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E RENDIMENTO

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Fundação Municipal de Esportes desenvolve ações de esporte e lazer atuando em diversos níveis, com ênfase nas áreas de: Esporte Amador onde promove o incentivo à prática esportiva através da iniciação esportiva e promoção e participação de eventos. Esporte Comunitário: Promovendo Jogos de Integração da comunidade, eventos escolares e campeonatos municipais e regionais. Esporte de Rendimento: Representando o município em competições estaduais e nacionais. A estrutura física é composta por 1 estádio municipal, 1 ginásio de esportes, 1 pista de atletismo, 1 parque central e a sede administrativa.

DIRETRIZES:

Desenvolver ações, baseadas em projetos e programas visando oportunizar a prática esportiva como forma de lazer ativo; Oportunizar a participação em eventos e competições estaduais e nacionais. Melhorar e ampliar a estrutura de equipamentos esportivos do município.

OBJETIVOS:

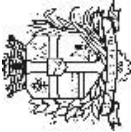
Desenvolver políticas públicas de atendimento às demandas do município de Timbó no campo do lazer, esporte comunitário e escolar. Promover a integração das comunidades, dos clubes e das empresas do município através do esporte. Ampliação da rede de atendimento social. Construir novos espaços para prática esportiva.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1237 EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - FME	Unidade Gestora	und	1,0000	10.000,00	Recursos Fiscais
1241 OBRAS E CONSTRUÇÕES - FME	Unidade Gestora	und	1,0000	116.459,16	Recursos Fiscais
2236 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	Unidade Gestora	und	1,0000	300.000,00	Recursos Fiscais
2238 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ESPORTE COMUNITÁRIO E ESCOLAR	Unidade Gestora	UN	1,0000	506.000,00	Recursos Fiscais
2240 MANUTENÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS	Unidade Gestora	und	1,0000	174.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0090				200.000,00	Recursos Fiscais
				110.000,00	Recursos Fiscais
				1.416.459,16	

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento 3



MUNICÍPIO DE TIMBÓ
Programas Detalhados
Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 43 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
As 12:53:14 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:
0091-APOIO AS ENTIDADES ESPORTIVAS DO MUNICÍPIO

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Fundação Municipal de Esportes atua em parceria com diversas entidades (clubes, associações, sociedades esportivas,ong's, etc.) ligadas ao esporte no município de Timbó, nesse contexto são desenvolvidas ações de esporte e lazer nos espaços cedidos pelas associações, como escolinhas, campeonatos, eventos e outras competições. Essas entidades também mantêm equipes em diversas modalidades esportivas, onde representam Timbó em competições estaduais e nacionais.

DIRETRIZES:

Auxiliar as entidades esportivas do município, através de subsídios financeiros, na manutenção de sua estrutura de atendimento e equipes esportivas. Apoiando nas despesas de custeio, viagens à competições, reformas e ampliações.

OBJETIVOS:

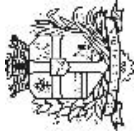
Auxílio na manutenção dos espaços de prática esportiva e lazer. Manter a estrutura de equipes de modalidades diversas.
Reformas e ampliações dos espaços de esporte comunitário.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2242	REPASSES DA FME PARA ENTIDADES, CLUBES E ASSOCIAÇÕES	Unidade Gestora	und	1,0000	731.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA			0091		731.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento 4



Página 44 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
As 12:53:14 Horas

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2014 Versão: 7

PROGRAMA DE GOVERNO:

0094 INCENTIVO A MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Fundação Cultural de Timbó administra diversos espaços (Biblioteca Pública, Arquivo Público, Museu do Imigrante, Casa do Poeta Lindolf Bell, Museu da Música - Salão Hammermeister e o Patrimônio Histórico Arquitetônico tombado pela Federação, Estado e Município) mais atividades (Escola de Música, Oficinas de Artes Manuais, oficinas de Desenho e Pintura, Escola de Teatro, Escola de Dança, Projeto Teatro nos Bairros, Projeto de Dança nos Bairros, Festival de Dança de Timbó, Cultura Rock, Semana Cultural, Páscoa no Parque, Um Domingo no Morro Azul, Festival Gastronômico, ENTEATI - Encontro de Teatro em Timbó, FESCATI - Festival da Canção de Timbó, Miss Timbó, Noite dos Candelabros, Festa do Imigrante, Natal, Talentos da Cidade, Cultura em todos os lugares, Exposições de Arte, Feiras de Rua - Artesanais e Literárias, Recitais Musicais e Literários, Multi-ações Culturais Diversas e Outros) e segmentos (Banda Municipal "Professor João Mueller", Grupo Folclórico "Os Cinquentões", Orquestra de Câmara de Timbó, Orquestra Intermezzo, Corais Adulto e Infante da Sociedade Recreativa e Cultural Timbó, Grupo Vocal Syahamba da FCT, Coral da Fundação Cultural de Timbó, Grupo de Dança Andréia Mendes da FCT, Grupo Folclórico "Alta Marea, Grupos de dança de Rua, Grupos Adulto e Infante Juvenil "Volkstanzgruppe Blauer Berg" com intenção de preservar o legado de nossos ancestrais para nossos descendentes

DIRETRIZES:

Pela importância crescente da Cultura - através de ações de circulação - parte do processo de "Inclusão Social", é necessário viabilizar/facilitar/incentivar o acesso a platéias de diversos segmentos sociais, compostas por representantes de diversas classes sociais e faixas etárias, num processo de "Inclusão Social" cuja importância supera os benefícios para o mercado cultural - passando a tocar em questões como auto-estima e cidadania. A partir disso queremos desenvolver mais o mercado cultural, e isso equivale a falar de uma sociedade que cria, reconhece e cultua seus talentos. Passaremos a ter contato maior com nossa herança e identidade cultural - revisitada pelos expoentes da cultura local - bebendo nas fontes das tradições locais, mas recolocando-as no mundo contemporâneo, dando a cada indivíduo o sentido de pertencimento a uma coletividade, revelando sua identidade, valorizando suas singularidades.

OBJETIVOS:

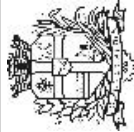
Apoiar projetos e atividades relacionadas com: formação artística e cultural de Timbó; atividades de ensino, desde que representem suplementação profissional em áreas específicas do conhecimento; Promover e apoiar: estudos e pesquisas sobre a história, as tradições, a arquitetura, o folclore, a genealogia e outros aspectos de interesse cultural do Município; Promover e incentivar a edição de livros e outras publicações que estudem, divulguem ou incentivem as tradições histórico-culturais do Município; Promover e patrocinar eventos e espetáculos de arte e atividades congêneres; Incentivar difundir e promover a prática e o desenvolvimento da atividade cultural e artística; Criar e apoiar a organização e o desenvolvimento de museus, arquivos históricos, bibliotecas públicas, pinacotecas, discotecas, filmdotecas, bem como outros espaços culturais, permanentes ou não, que sirvam de instrumento de divulgação cultural; Colaborar financeiramente na manutenção e desenvolvimento de coros, orquestras, bandas, grupos folclóricos e outros grupos culturais; Instituir e promover uma política de resgate e preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Cultural e Artístico de Timbó. Firmar convênios, na forma da Lei nº 2.019/98, e ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação aplicável, com os Governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1243	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - FCT	Unidade Gestora	UN	4,0000	15.000,00 26.500,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2246	TRANSFERENCIA DE RECURSOS	Unidade Gestora	und	1,0000	340.000,00	Recursos Fiscais
2248	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE MÚSICA	Unidade Gestora	und	1,0000	375.000,00	Recursos Fiscais
2250	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO CULTURAL	Unidade Gestora	und	1,0000	790.000,00	Recursos Fiscais
2252	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO HISTÓRICO MUSEOLÓGICA	Unidade Gestora	und	1,0000	450.000,00	Recursos Fiscais
2254	MANUTENÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E POPULARES	Unidade Gestora	und	1,0000	904.000,00	Recursos Fiscais

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento 5



MUNICÍPIO DE TIMBÓ
Programas Detalhados
Ano LDO: 2014 Versão: 7

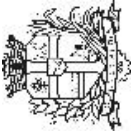
Página 45 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
As 12:53:14 Horas

TOTAL DO PROGRAMA	0094	2.900.500,00
-------------------	------	--------------

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE TIMBÓ
Programas Detalhados
Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 46 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
Às 12:53:14 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:
0096- PRESERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E DILVULGAÇÃO CULTURAL

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Fundação Cultural de Timbó, dentre suas diversas atividades, executa projetos visando uma entidade coletiva, através da captação de recursos por incentivo de Leis de Incentivo à Cultura - numa parceria entre Governo X Empresa Privada, na realização de ações culturais voltadas para a comunidade.

DIRETRIZES:

Buscar a evolução dos relacionamentos entre meio cultural, governo, iniciativa privada e sociedade, trazendo mudanças significativas para essa área, incorporando elementos que trazem a cultura cada vez mais para o centro das discussões, retomando seu devido espaço na sociedade - promovendo transformações individuais e coletivas, gerando empregos e movimentando a economia - garantindo o direito de cada cidadão ao acesso aos patrimônios materiais e imateriais de seu tempo e espaço.

OBJETIVOS:

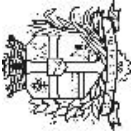
Implementar a parceria Governo x Empresa Privada, num relacionamento entre a Esfera Cultural e o Governo, Iniciativa Privada e Sociedade, provocado principalmente pelas Leis de Incentivo à Cultura, criando um novo cenário em que a Cultura irá conviver com Empresa e Governo, firmando convênios através das respectivas Leis.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1255	OBRAS E CONSTRUÇÕES - CIC	Obra	UN	6,0000	5.000,00 3.500.000,00 150.600,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA			0096		3.655.600,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE TIMBÓ
Programas Detalhados
Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 47 de 47
Impresso em: 05/dez/2014
As 12:53:14 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:
9999- RESERVA DE CONTINGÊNCIA

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Os orçamentos e planos plurianuais encerram as previsões de arrecadação e despesa, estando sujeitos a passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

DIRETRIZES:

Resguardar 0,50% da arrecadação para cobertura de Riscos Fiscais, como calamidade pública, não realização de receitas, entre outros. No Regime Próprio de Previdência o TIMBOPREV, é alocado a Reserva Matemática que configura-se como resultado do Cálculo Atuarial.

OBJETIVOS:

Atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, possibilitando o suplemento de dotações no orçamento programa anual.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	1.000,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	3.000,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	2.500,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	37.000,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	3.000,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	300.000,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	3.000,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	500,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	2.500,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	1.000,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	7.000,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	5.000,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	4.600.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 9999					4.965.500,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento

Tunápolis**PREFEITURA****DECRETO 1660/2014**

DECRETO N.º 1660/2014 de 03 de dezembro de 2014.
DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Legislação vigente e:

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todo o território do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no dia 24 e 31 de dezembro de 2014, no período vespertino das 13h às 17h, no dia 26 de dezembro de 2014 e no dia 02 de janeiro de 2014, no período matutino e vespertino, em virtude das comemorações festivas do natal e final de ano respectivamente.

Art. 2º Todas as repartições públicas municipais estarão fechadas neste dia, exceto os serviços emergências e de urgência, além dos trabalhos de vigia.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste ato correrão à conta dos créditos orçamentários vigentes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
aos 03 de dezembro de 2014.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Este Ato foi publicado
na presente data.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna.

Urussanga**PREFEITURA****EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 253/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Contrato: 253/2013

Data de assinatura: 15/12/2014

Processo de Licitação n.º 85/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA ME

CNPJ/CPF: 18.190.216/0001-22

Objeto: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de videomonitoramento público da Polícia Militar, Urussanga/SC.

Vigência prorrogada até 31/12/2015

Valor Global do Aditivo: R\$ 17.400,00

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO N.098/2014

DECRETO Nº 098/2014 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.
ANULA PROCEDIMENTO QUE ESPECIFICA.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a Recomendação nº 4/2014 da Promotoria de Justiça da Comarca de Catanduvas que recomenda a anulação do Procedimento Licitatório na modalidade de Pregão presencial n. 13/2013, destinado à contratação de serviços de profissional na área de psicologia especializada em acupuntura e yoga, bem como do contrato dele decorrente.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Procedimento Licitatório na modalidade de Pregão presencial n. 13/2013, destinado à contratação de serviços de profissional na área de psicologia especializada em acupuntura e yoga, bem como do contrato dele decorrente, (Contrato nº 28/2014).

Art. 2º Promova-se a divulgação da anulação pelos meios de comunicação do Município.

Art. 3º Deixo de promover recuperação de valores pagos pelo Município por conta do Contrato nº 28/2104 porquanto o serviço foi efetiva e comprovadamente prestado.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 15 de dezembro de 2014.
Melânia Aparecida Roman Meneghini
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios - DOM em 16/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Suélen Favretto
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Vidal Ramos

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO 01/2014 - EDITAL Nº. 96/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS - SC

RETIFICAÇÃO 01/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que estabelece o Artigo 21, § 4 da Lei 8.666/93, torna público para conhecimento dos interessados, a PRESENTE RETIFICAÇÃO:

Alteração Certificações:

Onde se lê:

1- Laudo Técnico de Ergonomia e Biomecânica dos equipamentos, certificado por profissional de educação física e/ou Fisioterapeuta devidamente credenciado em órgão regularizador competente (CREF/CREFITO), devidamente identificado com papel timbrado da empresa fabricante.

2- Certificado de Capacidade Técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a aptidão da licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos como objeto da licitação.

3- Catálogos ilustrativos originais próprios do fabricante, com ilustrações/imagem do equipamento, descriminando as dimensões e peso do equipamento, marca modelo, especificações técnicas e Manual de Instalação.

Leia-se:

1- Laudo Técnico de Ergonomia e Biomecânica dos equipamentos, certificado por profissional de educação física e/ou Fisioterapeuta devidamente credenciado em órgão regularizador competente (CREF/CREFITO), devidamente identificado com papel timbrado da empresa fabricante.

2- Cópia do Diploma de um Professor de Educação Física ou Fisioterapeuta que tenha assinado o Laudo de Ergonomia e Biomecânica dos equipamentos.

3- Certificado de Capacidade Técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a aptidão da licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos como objeto da licitação.

4- Catálogos ilustrativos originais próprios do fabricante, com ilustrações/imagem do equipamento, descriminando as dimensões e peso do equipamento, marca modelo, especificações técnicas e Manual de Instalação.

Alteração item 09:

Onde se lê:

BANCO FRANCES- Fabricados com pés de ferro fundido pintados em preto e réguas de madeira envernizadas.

Leia-se:

Banco Fabricados com pés de ferro fundido pintados em preto e réguas de madeira de eucalipto tratada pintura Osmocolor na cor mogno ou Similar, medindo 1,50 metros de comprimento ideal para 3 pessoas. Acabamento para ficar no tempo.

Demais itens ficam ratificados.

Vidal Ramos, 15 de dezembro de 2014
JUAREZ KUHNEN
Pregoeiro

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.374/14

DECRETO Nº 11.374/14, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

Altera o valor da UFM - Unidade fiscal Municipal para o exercício de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art.72, VI, da lei Orgânica do Município, no art. 191 da lei Municipal nº 69/85 - Código Tributário Municipal e suas alterações, bem como da Comunicação Interna nº 536/14, da Secretaria de Finanças - Departamento de Tributação;

DECRETA

Art. 1º O valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM passa a vigorar com o valor de 2,7487 (dois inteiros, sete mil quatrocentos e oitenta e sete milésimos).

Art. 2º O novo valor corresponde à aplicação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M (FGV) acumulado de novembro de 2013 a novembro de 2014, no percentual de 3,6543% (três inteiros e seis mil e quinhentos e quarenta e três centésimos por cento), sobre o valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM vigente no ano de 2014, nos termos no art. 191 do Código Tributário Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, ficam revogadas as disposições em contrário.

Videira, 09 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.375/14

DECRETO Nº 11.375/14, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/13, de 06 de dezembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

02 – Secretaria Municipal da Assessoria Jurídica	
01 – Assessoria Jurídica	
2.008 – Manutenção da Secretaria de Assessoria Jurídica	

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0395 – Aplicações Diretas	22.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	22.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do excesso de arrecadação do respectivo recurso vinculado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.377/14

DECRETO Nº 11.377/14, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

Revoga o Decreto nº 10.685/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar o Decreto nº 10.685/12, que designou o empregado público JEFERSON RODRIGUES, ocupante do emprego público de Médico - ESF, para responder tecnicamente pelo Programa Saúde Mental.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2015.

Videira, 11 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.378/14

DECRETO Nº 11.378/14, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

Altera o Decreto nº 11.341/14, de 14 de novembro de 2014, que "Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, usando das atribuições que lhe confere o art. 72, incisos IX e XII da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta na solicitação do INPREVID, datada de 12 de dezembro de 2014;

DECRETA

Art. 1º Fica alterado o art. 1º do Decreto nº 11.341/14, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais):

21 – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA – INPREVID	
01 – Instituto de Previdência de Videira - Inprevid	
2.078 – MANUTENÇÃO DO INPREVID	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0200.00000 – Aplicações Diretas	1.500.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	1.500.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo os efeitos a 14 de novembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 076/2014

PROCESSO SELETIVO Nº 007/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para comparecer no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificada no Processo Seletivo nº 007/2012:

CONVOCADA	CARGO
1 – Karine Campagnaro	Psicóloga

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na

Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

Videira, 15 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

LEI Nº 3.186/14

LEI Nº 3.186/14, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a repassar contribuição financeira, através do Fundo Municipal de Saúde - FMS, ao Lar O Bom Samaritano, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a repassar contribuição financeira, através do Fundo Municipal de Saúde - FMS, ao Lar O Bom Samaritano, nos termos da minuta anexa que faz parte da presente Lei.

Art. 2º O objeto da presente lei é a cooperação financeira do Município para aquisição de medicamentos, despesas de exames hospitalares, bem como a manutenção do Lar O Bom Samaritano.

Art. 3º Caberá ao Município o repasse anual de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais) a serem pagos parceladamente, no decorrer do exercício de 2015.

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, constando os documentos previstos na Lei nº 4.320/64, e os documentos constantes no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação específica do Orçamento Municipal de 2015.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Videira, 10 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

**MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
LEI Nº 3.186/14**

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, CNPJ nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.039.842/0002-65, neste ato representado pela sua Gestora e Secretária Municipal de Saúde e Ação Social, Senhora MARIA ENEIDA FURLIN DRESCH, e LAR O BOM SAMARITANO, entidade sem fins lucrativos, filantrópica, com sede na Rua Jaçanã, nº 100, Bairro São Cristovão, na cidade de Videira, SC, CNPJ nº 78.488.202/0001-11, neste ato representado por sua Presidente, visando a colaboração financeira do Município.

Aos dias do mês de de , o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, e LAR O BOM SAMARITANO resolvem, nos termos da Lei nº 3.186/14, celebrar o presente Convênio em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a cooperação dos convenientes para proporcionar, aos idosos, melhoria de qualidade de vida e garantia de respeito aos Direitos Humanos, com a aquisição de medicamentos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

- I - divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;
- II - repassar, mensalmente, até o 15º dia útil do mês subsequente ao da competência, os valores previstos em Lei;
- III - repassar o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) aprovado pela Lei autorizativa do presente convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO LAR O BOM SAMARITANO

- I - Aquisição de medicamentos;
- II - colaborar com o Município na área da saúde, amparando os idosos abandonados;
- III - conscientizar a comunidade do seu papel na proteção dos idosos desamparados do Município;
- IV - promover trabalhos com os internos enriquecendo o lado espiritual, respeitando a crença dos mesmos;
- V - proporcionar aos idosos condições para que tenham:
 - crescimento pessoal com fraternidade cristã;
 - alimentação adequada;
 - controle de doenças e tratamento das mesmas;

- cuidado com medicamentos usados;
- assistência médica e dentária;
- orientação e controle da higiene;
- controle de vacinação;
- recreação e exercícios físicos;
- incentivo aos trabalhos manuais;
- orientação e cultivo da horta;
- participação em encontros da 3ª idade.

VI - Prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, conforme o art. 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor em 1º de janeiro de 2015 e terá validade até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período e, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, de de .

MUNICÍPIO DE VIDEIRA LAR O BOM SAMARITANO

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal Presidente

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

LEI Nº 3.187/14

LEI Nº 3.187/14, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a repassar contribuição financeira, através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, ao Lar O Bom Samaritano, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a repassar contribuição financeira, através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, ao Lar O Bom Samaritano, nos termos da minuta anexa que faz parte da presente Lei.

Art. 2º O objeto da presente lei é a cooperação financeira do Município para a manutenção do Lar O Bom Samaritano.

Art. 3º Caberá ao Município o repasse anual de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a serem pagos parceladamente, no decorrer do exercício de 2015.

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, constando os documentos previstos na Lei nº 4320/64, e os documentos constantes no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação específica do Orçamento Municipal de 2015.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Videira, 10 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO

LEI Nº 3.187/14

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e LAR O BOM SAMARITANO, entidade sem fins lucrativos, filantrópica, com sede na Rua Jaçanã, na cidade de Videira, SC, CNPJ nº 78.488.202/0001-11, neste ato representado por sua Presidente, visando à colaboração financeira do Município.

Aos dias do mês de de , o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, e LAR O BOM SAMARITANO resolvem, nos termos da Lei nº 3.187/14, celebrar o presente Convênio em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a cooperação dos convenientes para proporcionar, aos idosos, melhoria de qualidade de vida e garantia de respeito aos Direitos Humanos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

I - divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;

II - repassar, mensalmente, até o 15º dia útil do mês subsequente ao da competência, os valores previstos em Lei;

III - repassar o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), aprovado pela Lei autorizativa do presente convênio, a serem pagos parceladamente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO LAR O BOM SAMARITANO

I - colaborar com o Município na área social, amparando os idosos abandonados;

II - conscientizar a comunidade do seu papel na proteção dos idosos desamparados do Município;

III - promover trabalhos com os internos enriquecendo o lado espiritual, respeitando a crença dos mesmos;

IV - proporcionar aos idosos condições para que tenham:

- crescimento pessoal com fraternidade cristã;
- alimentação adequada;
- controle de doenças e tratamento das mesmas;
- cuidado com medicamentos usados;
- assistência médica e dentária;
- orientação e controle da higiene;
- controle de vacinação;
- recreação e exercícios físicos;
- incentivo aos trabalhos manuais;
- orientação e cultivo da horta;
- participação em encontros da 3ª idade.

V - Prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, conforme o art. 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor em 1º de janeiro de 2015 e terá validade até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período e, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interposição judicial.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, de de .

MUNICÍPIO DE VIDEIRA LAR O BOM SAMARITANO

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal Presidente

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

LEI Nº 3.188/14

LEI N.º 3.188/14, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a repassar contribuição financeira à Associação Cultural Rondinha Videira - ACROVI, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a repassar contribuição financeira à Associação Cultural Rondinha Videira - ACROVI, nos termos da minuta do convênio de cooperação anexo que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º O objeto da presente lei é a cooperação financeira do Município para a manutenção e a consecução dos objetivos sociais da referida Associação, em especial para a manutenção dos Corais ACROVI e SANTA TERESA.

Art. 3º A participação do Município consistirá no repasse anual de até R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) a serem pagos parceladamente, no decorrer do exercício de 2015.

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, constando os documentos previstos na Lei nº 4320/64, e os documentos constantes no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação específica do Orçamento Municipal de 2015.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Videira, 10 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
LEI Nº 3.188/14

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, CNPJ nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e ASSOCIAÇÃO CULTURAL RONDINHA VIDEIRA - ACROVI, entidade civil, sem fins lucrativos, com sede no Município de Videira, SC, CNPJ nº 83.830.182/0001-55, declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 034/82, neste ato representada por seu Presidente, visando a colaboração financeira do Município.

Aos ... dias do mês de ... de, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA e a ASSOCIAÇÃO CULTURAL RONDINHA VIDEIRA - ACROVI, resolvem, nos termos da Lei nº 3.188/14, celebrar o presente convênio em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a cooperação financeira do Município para a manutenção e a consecução dos objetivos sociais da Associação Cultural Rondinha Videira - ACROVI, em especial para a manutenção dos Corais ACROVI e SANTA TERESA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

I- divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;

II- repassar a subvenção social aprovada pela Lei autorizativa do presente convênio, no valor de até R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) a serem pagos parceladamente, no decorrer do exercício

de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL RONDINHA VIDEIRA - ACROVI

I- Aprimorar o canto e o teatro com recursos próprios e com a colaboração dos órgãos do Poder Público e outras entidades;

II- Abrilantar e promover festividades religiosas, cívicas e comunitárias do município;

III- Participar de encontros de corais em âmbito regional;

IV- Promover atividades culturais como palestras, reuniões e campanhas;

V- Cooperar com a comunidade na conservação dos estabelecimentos em uso pela Associação;

VI- Administrar, de acordo com as normas legais que regem a atuação da Associação Cultural Rondinha Videira, os recursos provenientes de subvenções, doações e arrecadações da entidade;

VII- Prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, conforme o art. 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor em 1º de janeiro de 2015 e terá validade até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, de de .

MUNICÍPIO DE VIDEIRA ASSOC. CULTURAL RONDINHA VIDEIRA
Prefeito Municipal Presidente

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

LEI Nº 3.189/14

LEI N.º 3.189/14, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a repassar contribuição financeira à Associação de Moradores da Rondinha, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a repassar contribuição financeira à Associação de Moradores da Rondinha, nos termos da minuta do convênio de cooperação anexo que faz

parte integrante da presente Lei.

Art. 2º O objeto da presente lei é a cooperação financeira do Município para a manutenção e a consecução dos objetivos sociais da referida Associação, em especial para realização da XXII Festa da Vindima.

Art. 3º A participação do Município consistirá no repasse anual de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) a serem pagos, no decorrer do exercício de 2015.

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, constando os documentos previstos na Lei nº 4320/64, e os documentos constantes no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação específica do Orçamento Municipal de 2015.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Videira, 10 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
LEI Nº 3.189/14

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, CNPJ nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA RONDINHA, entidade civil, sem fins lucrativos, com sede no Município de Videira, SC, CNPJ nº 13.083.386/0001-94, declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 2.604/11, neste ato representada por seu Presidente, visando a colaboração financeira do Município.

Aos ... dias do mês de ... de, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA RONDINHA, resolvem, nos termos da Lei nº 3.189/14, celebrar o presente convênio em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a cooperação financeira do Município para a manutenção e a consecução dos objetivos sociais da Associação de Moradores da Rondinha, em especial para realização da XXII Festa da Vindima.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

I- divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;
II- repassar a subvenção social aprovada pela Lei autorizativa do

presente convênio, no valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) a serem pagos parceladamente, no decorrer do exercício de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA RONDINHA

I- Organizar e realizar a XXII Festa da Vindima;
II- Abrilhantar e promover festividades religiosas, cívicas e comunitárias do município;
III- Promover atividades culturais como palestras, reuniões e campanhas;
IV- Cooperar com a comunidade na conservação dos estabelecimentos em uso pela Associação;
V- Prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, conforme o art. 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor em 1º de janeiro de 2015 e terá validade até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, de de .

MUNICÍPIO DE VIDEIRA
Prefeito Municipal

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA
RONDINHA
Presidente

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

LEI Nº 3.190/14

LEI N.º 3.190/14, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal proceder a Concessão de Direito Real de Uso de imóvel público que especifica, à empresa GR INDÚSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA - EPP, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Munícipes que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a fazer a concessão gratuita de direito real de uso, a empresa GR INDÚSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 20.596.100/0001-30, situada a Rodovia SC-355, s/nº, Bairro

Dois Pinheiros, nesta cidade Videira-SC, do Lote 11, da Quadra "B", do Loteamento "Condomínio Industrial Campina Bela", com área total do lote de 1.200,00m² (mil e duzentos metros quadrados), respectivamente, localizado na Estrada Municipal do Bairro Campina Bela, perímetro urbano desta cidade e Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, com matrícula nº. 32.235, conforme planta arquivada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira - SC.

§ 1º A finalidade da concessão de direito real de uso é a instalação da empresa para a fabricação de etiquetas e rótulos em bobinas (papel e plástico) para alimentos; dentre outros, conforme consta do Processo Administrativo nº 15419/2014.

§ 2º A empresa beneficiada por esta Lei ficará obrigada a iniciar a obra num prazo máximo de 06 (seis) meses a partir da publicação da lei, e a concluí-la dentro de 12 (doze) meses no máximo.

§ 3º Na impossibilidade de cumprimento dos prazos estabelecidos no parágrafo anterior, a empresa beneficiada terá a prerrogativa de requerer dilação de prazo devidamente justificada, a qual será apreciada pela comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, pelo prazo máximo de 12 (doze) meses.

§ 4º Em não havendo o início da execução e implantação da empresa nos prazos acima estabelecidos, será realizada a reversão da concessão, através da respectiva autorização legislativa, e ficará automaticamente revogada a concessão e revertido o imóvel ao patrimônio público municipal, mediante simples requerimento da comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e com a anuência do Chefe do Poder Executivo Municipal, acompanhado de documentos comprobatórios do não cumprimento do projeto ao Cartório de Imóveis.

§ 5º No caso de reversão imediata do bem para o Poder Público este ocorrerá com a prévia notificação do beneficiário, reservada a ampla defesa e o contraditório, nos termos da Lei.

§ 6º Não havendo cumprimento do projeto e sendo o imóvel revertido nos termos do parágrafo anterior, fica autorizada a imediata reintegração no Município, inclusive sem indenização.

Art. 2º À empresa beneficiada com incentivos econômicos e estímulos fiscais, vedar-se-á:

I - alienar o imóvel dentro do período previsto para a reversão, a fim de desviar a finalidade originária, sem que a requerente observe as condições previstas na presente Lei, e sempre com expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal, após análise e parecer da comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais;

II - gravar com ônus real de garantia, exceto a empresa que já esteja em atividade, desde que comprove previamente sua liquidez patrimonial por meio de Balanço Patrimonial Projetado, devidamente assinado por profissional habilitado e apresentado perante a comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e com a expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal;

III - dar destinação diversa da prevista no plano de negócio original, às áreas de terra obtidas por meio de doação ou concessão de direito real de uso do Município de Videira;

IV- É vedada a permuta ou qualquer outra forma de transferência de áreas de terra cedidas, seja a título de doação ou de concessão

de direito real de uso, pelo Município entre empresas, salvo as operações deliberadas favoravelmente pela comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

V - É proibido, em qualquer hipótese, o fracionamento do imóvel.

VI - Fica proibida a construção de benfeitorias em madeira.

VII - É vedada a implantação de empreendimentos que acarretem riscos ambientais externos, nos loteamentos e condomínios industriais.

Parágrafo único - Na hipótese do inciso II, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca de 2º grau em favor do doador, como determina o § 5º do art. 17 da lei nº 8.666/93.

Art. 3º Após a inscrição da concessão, a concessionária fluirá plenamente do terreno para os fins estabelecidos nesta lei e responderá por todos os encargos, civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas, bem como manter limpo, em condições de higiene sanitária e demais normas pertinentes à utilização do imóvel.

Art. 4º O interesse público resta demonstrado uma vez que a indústria a ser instalada no imóvel concedido, estimulará o crescimento deste município, gerando empregos diretos, acréscimo de renda para os beneficiários e para cidade, bem como geração de tributos e demais emolumentos para o município de Videira.

Art. 5º A concessionária deverá manter na área objeto da concessão, uma placa indicando que o imóvel foi concedido pelo município de Videira, constando o número da Lei autorizativa e outras exigências necessárias e legais que o Poder Público entender devidas.

Art. 6º Decorridos 10 (dez) anos de funcionamento ininterrupto do empreendimento e cumpridas a sua função social, evolução da atividade e as obrigações estabelecidas na transmissão, a área, poderá ser transferida em definitivo à empresa beneficiada mediante autorização do Município.

Art. 7º O concedente no exercício regular do poder de polícia, poderá fazer a qualquer tempo levantamento, consulta, supervisão no imóvel, quando achar necessário, visando o seu estado de conservação e utilização.

Art. 8º A concessionária arcará com quaisquer ônus existentes sobre esta concessão, inclusive a necessária inclusão no Cartório de Registro de Imóveis, não tendo o Poder Público quaisquer despesas sobre a mesma.

Art. 9º À empresa beneficiada com incentivos econômicos e estímulos fiscais, deverá cumprir integralmente as disposições desta Lei e da Lei Municipal nº 3.073/14, de 09 de abril de 2014.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Administração em Exercício

LEI Nº 3.191/14

LEI N.º 3.191/14, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal proceder a Concessão de Direito Real de Uso de imóvel público que especifica, à empresa DYEGO LOPES ME, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,
Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a fazer a concessão gratuita de direito real de uso, a empresa DYEGO LOPES ME, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 18.893.927/0001-63, situada na Rua Albino Formigueri, nº 517, Bairro Água Verde, nesta cidade Videira-SC, do Lote 03, da Quadra "B", do Loteamento "Condomínio Industrial Campina Bela", com área total do lote de 1.200,00m² (mil e duzentos metros quadrados), respectivamente, localizado na Estrada Municipal do Bairro Campina Bela, perímetro urbano desta cidade e Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, com matrícula nº. 32.227, conforme planta arquivada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira - SC.

§ 1º A finalidade da concessão de direito real de uso é a instalação da empresa para a fabricação de estruturas e pré moldados, postes, palanques e vigas de cimento; dentre outros, conforme consta do Processo Administrativo nº 3908/2014.

§ 2º A empresa beneficiada por esta Lei ficará obrigada a iniciar a obra num prazo máximo de 06 (seis) meses a partir da publicação da lei, e a concluí-la dentro de 12 (doze) meses no máximo.

§ 3º Na impossibilidade de cumprimento dos prazos estabelecidos no parágrafo anterior, a empresa beneficiada terá a prerrogativa de requerer dilação de prazo devidamente justificada, a qual será apreciada pela comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, pelo prazo máximo de 12 (doze) meses.

§ 4º Em não havendo o início da execução e implantação da empresa nos prazos acima estabelecidos, será realizada a reversão da concessão, através da respectiva autorização legislativa, e ficará automaticamente revogada a concessão e revertido o imóvel ao patrimônio público municipal, mediante simples requerimento da comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e com a anuência do Chefe do Poder Executivo Municipal, acompanhado de documentos comprobatórios do não cumprimento do projeto ao Cartório de Imóveis.

§ 5º No caso de reversão imediata do bem para o Poder Público este ocorrerá com a prévia notificação do beneficiário, reservada a ampla defesa e o contraditório, nos termos da Lei.

§ 6º Não havendo cumprimento do projeto e sendo o imóvel revertido nos termos do parágrafo anterior, fica autorizada a imediata reintegração no Município, inclusive sem indenização.

Art. 2º À empresa beneficiada com incentivos econômicos e estímulos fiscais, vedar-se-á:

I - alienar o imóvel dentro do período previsto para a reversão, a fim de desviar a finalidade originária, sem que a requerente observe as condições previstas na presente Lei, e sempre com expressa

autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal, após análise e parecer da comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais;

II - gravar com ônus real de garantia, exceto a empresa que já esteja em atividade, desde que comprove previamente sua liquidez patrimonial por meio de Balanço Patrimonial Projetado, devidamente assinado por profissional habilitado e apresentado perante a comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e com a expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal;

III - dar destinação diversa da prevista no plano de negócio original, às áreas de terra obtidas por meio de doação ou concessão de direito real de uso do Município de Videira;

IV - É vedada a permuta ou qualquer outra forma de transferência de áreas de terra cedidas, seja a título de doação ou de concessão de direito real de uso, pelo Município entre empresas, salvo as operações deliberadas favoravelmente pela comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

V - É proibido, em qualquer hipótese, o fracionamento do imóvel.

VI - Fica proibida a construção de benfeitorias em madeira.

VII - É vedada a implantação de empreendimentos que acarretem riscos ambientais externos, nos loteamentos e condomínios industriais.

Parágrafo único - Na hipótese do inciso II, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca de 2º grau em favor do doador, como determina o § 5º do art. 17 da lei nº 8.666/93.

Art. 3º Após a inscrição da concessão, a concessionária fluirá plenamente do terreno para os fins estabelecidos nesta lei e responderá por todos os encargos, civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas, bem como manter limpo, em condições de higiene sanitária e demais normas pertinentes à utilização do imóvel.

Art. 4º O interesse público resta demonstrado uma vez que a indústria a ser instalada no imóvel concedido, estimulará o crescimento deste município, gerando empregos diretos, acréscimo de renda para os beneficiários e para cidade, bem como geração de tributos e demais emolumentos para o município de Videira.

Art. 5º A concessionária deverá manter na área objeto da concessão, uma placa indicando que o imóvel foi concedido pelo município de Videira, constando o número da Lei autorizativa e outras exigências necessárias e legais que o Poder Público entender devidas.

Art. 6º Decorridos 10 (dez) anos de funcionamento ininterrupto do empreendimento e cumpridas a sua função social, evolução da atividade e as obrigações estabelecidas na transmissão, a área, poderá ser transferida em definitivo à empresa beneficiada mediante autorização do Município.

Art. 7º O concedente no exercício regular do poder de polícia, poderá fazer a qualquer tempo levantamento, consulta, supervisão no imóvel, quando achar necessário, visando o seu estado de conservação e utilização.

Art. 8º A concessionária arcará com quaisquer ônus existentes sobre esta concessão, inclusive a necessária inclusão no Cartório

de Registro de Imóveis, não tendo o Poder Público quaisquer despesas sobre a mesma.

Art. 9º À empresa beneficiada com incentivos econômicos e estímulos fiscais, deverá cumprir integralmente as disposições desta Lei e da Lei Municipal nº 3.073/14, de 09 de abril de 2014.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

LEI Nº 3.192/14

LEI Nº 3.192/14, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a proceder ao pagamento de despesas médicas relativas a ressarcimento de danos que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder ao pagamento de despesas médicas, relativas ao ressarcimento de dano decorrente de lesão sofrida nos Jogos Abertos de Santa Catarina - JASC, pela atleta de handebol da Associação Recreativa Cultural de Handebol Videirense, que estava representando a Fundação Municipal de Esporte e o Município de Videira, Kathleen Bonetti Dutra, inscrita no CPF sob o nº 058.789.379-64, no valor total de R\$ 8.306,00 (oito mil, trezentos e seis reais), conforme Processo Administrativo de Pedido de Ressarcimento de Danos nº 12.498/2013.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da seguinte dotação do orçamento vigente:

18 - Fundação Municipal de Esportes - FMEV
01 - Fundação Municipal de Esportes
2.076 - Manutenção da Fundação de Esportes
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0378.0 Aplicações Diretas

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 10 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

LEI Nº 3.193/14

LEI Nº 3.193/14, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a reconhecer, contabilizar, empenhar e efetuar o pagamento, a título de restituição, à Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Videira - ACIAV, de despesas relativas ao Sistema Nacional de Emprego - SINE/SC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer, contabilizar, empenhar e efetuar o pagamento, a título de restituição, à Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Videira - ACIAV, de despesas relativas ao Sistema Nacional de Emprego - SINE/SC, do período compreendido entre os meses de janeiro a junho do corrente ano, no valor total de R\$ 26.045,39 (vinte e seis mil e quarenta e cinco reais e trinta e nove centavos), conforme Processo Administrativo de Pedido de Ressarcimento nº 20.159/2014.

Art. 2º Para atender as despesas decorrentes da presente Lei, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar, até o montante de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), à conta do excesso de arrecadação do exercício corrente, a seguinte dotação orçamentária:

01 – Gabinete do Prefeito Municipal
01 – Assessoria de Gabinete
2.002 – Manutenção da Chefia de Gabinete
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 10 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

PORTARIA Nº 1505/14

PORTARIA nº 1.505/14

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE

Art. 1º Designar NADIR BIZZOTTO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 061.067.029-85, Engenheiro Civil, matrícula nº 125896-8, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT233/2014, Processo Administrativo Licitatório nº 160/2014,

Tomada de Preços nº 13/2014, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA COM ÁREA DE 462,00 M² PARA O QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, ATRAVÉS DO CONVÊNIO TR Nº 1314 FIRMADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA POR MEIO DA SDR - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE VIDEIRA E MUNICÍPIO DE VIDEIRA PROCESSO SDR 09 1474/2014, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, nesta cidade de Videira, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 09 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Administração em Exercício

PORTARIA Nº 1506/14

PORTARIA nº 1.506/14
Revoga a Portaria nº 1.457/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, e a vista do que consta no memorando do Departamento Pessoal, datado de 10 de dezembro de 2014;

RESOLVE

Revogar a Portaria nº 1.457/14, que interrompeu, pelo período de 1º de dezembro de 2014 até 30 de dezembro de 2014, o gozo de férias da servidora IRACI PAZZ MAURICIO, referente ao período aquisitivo de 03 de outubro de 2013 até 02 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando seus efeitos a 1º de dezembro de 2014.

Videira, 11 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Administração em Exercício

PORTARIA Nº 1507/14

PORTARIA nº 1507/14
Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 216 da Lei Complementar nº 129/12, a vista do que consta no Memorando nº 80/14 do Departamento De Pessoal;

RESOLVE

Conceder Licença Maternidade, de 120 (cento e vinte) dias, à servidora MARIZETE DEBORTOLI ZINNI, Assistente Social, a partir do dia 10 de dezembro de 2014 até 08 de abril de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 10 de dezembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Administração em Exercício

PORTARIA Nº 1508/14

PORTARIA nº 1508/14
Nomeia Comissão de Coordenação e Fiscalização para a Realização do Processo Seletivo nº 001/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE

Art. 1º Designar ANA PAULA RODRIGUES ALVES PALMEIRA, DIONISIO ROBASKEWICZ NETO, LETÍCIA FUMAGALLI DA SILVA BÉZ, MIRIAN PASTORE VIECELLI, SANDRA BALDO e VIVIANE DE FÁTIMA SPORR, para comporem a Comissão de Coordenação e Fiscalização de todos os atos inerentes ao Processo Seletivo nº 001/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 11 de janeiro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de janeiro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Administração em Exercício

PORTARIA Nº 1509/14

PORTARIA nº 1509/14

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 19779/2014,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor IVANOR RIBEIRO, Operador de Retroescavadeira, Escavadeira Hidráulica e Pá-Carregadeira, 02 de março de 2015 até 02 de junho de 2015, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2009 até 30 de junho de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de março de 2015.

Videira, 12 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

PORTARIA Nº 1510/14

PORTARIA nº 1510/14

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 19996/2014,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor ADEMIR DE OLIVEIRA, Trabalhador Braçal, 05 de janeiro de 2015 até 05 de abril de 2015, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2009 até 30 de junho de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015.

Videira, 12 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

PORTARIA Nº 1512/14

PORTARIA nº 1512/14

Autoriza o Uso de Bens Municipais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 20725/14,

RESOLVE

Autorizar o uso do Espaço do Largo da Estação Ferroviária, pela Spigha Indústria e Comércio de Alimentos e Bebidas Ltda ME, no dia 18 de dezembro de 2014, das 19h30min às 21h30min, a fim de promover a degustação de produtos produzidos pela empresa.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 166/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 166/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 166/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA ENCAPAR COLCHÕES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 30/01/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 11 de Dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

INPREVID**INPREVID SISTEMA CALCULO 01/2014**

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - INPREVID

CONTRATO INPREVID Nº 01/2014

Objeto: Aquisição de sistema de cálculo de aposentadorias e pensões

Contratado: COPPINI & CIA LTDA

Contratante: INPREVID

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado de 01/01/2015 à 11/05/2015.

Cláusula Segunda - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

Videira, 10 de dezembro de 2014.

VILSO VANZ

Presidente do INPREVID

Xavantina**PREFEITURA****CONTRATO Nº 121/2014 PMXV**

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: IRMÃOS BENETI LTDA EPP.

Contrato nº: 121/2014 - PMXV

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ROÇADAS E LIMPEZA DE SARJETAS AO LONGO DAS MARGENS DIREITA E ESQUERDA DA RODOVIA SC 155, DENTRO DO PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Data da Assinatura: 12/12/2014.

Vigência: 31/03/2015.

Aditivo de Prazo.

TP 10/2014 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 10/2014 PMXV

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia para realização de obra de Reforma e Ampliação do CMEI Chapeuzinho Vermelho, em uma área total de 237,60m², conforme Memorial Descritivo constante no Anexo "E" deste Edital. Tipo: Menor Preço Global. Prazo para protocolo dos envelopes: 30/12/2014, às 08:30 horas. Abertura da licitação: dia 30/12/2014, às 09:00 horas. O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 16 de dezembro de 2014.

JOSÉ DAL BOSCO,

Prefeito Municipal em Exercício.

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO 113/2014- PM

MUNICIPIO DE XAXIM

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 113/2014 -

REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO N. 221/2014

O Município de Xaxim - SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a aquisição de 4 (quatro) COLHEDORAS DE FORRAGENS, conforme descrição completa no edital. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 16h: 30min do dia 29 de dezembro de 2014, procedendo à abertura às 17h: 00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 15 de dezembro de 2014.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

Associações

AMESC

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 001/2014

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2014, de 03 de novembro de 2014.

Contratante: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO SUL CATARINENSE - AMESC

Contratada: AMBIATIVA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA ME

Objeto: AMPLIAÇÃO DA META 03, PRODUTO 06: ESTUDO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, DO CONTRATO 001/2014..

Valor: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

Recursos Financeiros: Os recursos financeiros serão por conta do Convênio nº 4024/2013 - Estado de Santa Catarina por meio da Secretaria do Desenvolvimento Regional de Araranguá, Processo no ER22 4026136

Pagamento: Será mediante liberação dos recursos pelo Governo do Estado de Santa Catarina, conforme convênio nº 4024/2013.

Data de Assinatura: 03/11/2014.

Signatários: Evandro Scaini (Presidente AMESC) - pelo contratante e Alan Schneider Gelain (sócio administrador) - pela contratada.

AMMVI

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº DL 07/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº DL 07/2014

A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AMMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrita no CNPJ sob no 83.779.413/0001-43, neste ato representada pelo seu Presidente, doravante denominada CONTRATANTE e, de outro, VIVIANE CARLA DOS SANTOS, brasileira, inscrita no CPF sob nº 312.677.898-40, residente e domiciliada na Rua Agobar Branco, nº 175, ap. 303, bairro Vila Nova, em Blumenau/SC, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº DL 07/2014, na forma da Lei nº 8.666/93 e alterações, e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO

O prazo de vigência previsto na Cláusula Quinta do contrato de prestação de serviços nº DL 07/2014, firmado pelas partes em 01 de julho de 2014, fica prorrogado até 18 de dezembro de 2014, nos termos da Lei no 8.666, de 21/06/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato original ficam mantidas e ratificadas.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Blumenau (SC), 30 de setembro de 2014.

CONTRATANTE Presidente da AMMVI	CONTRATADA
------------------------------------	------------

Testemunhas:

Nome: José Rafael Correa CPF: 601.985.409-49	Nome: Carlos Cesar da Silva CPF: 312.767.419-87
---	--

PRIMEIRO TERMO ADITIVO EDITAL 02/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AMMVI E M.S.V. SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA - EPP.

A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AMMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrita no CNPJ sob no 83.779.413/0001-43, neste ato representada pelo seu Presidente, doravante denominada CONTRATANTE e, de outro, FERNANDO FAGUNDES - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 19.276.809/0001-79, estabelecida na Rua Henrique Reif, nº 255, apto 630, Bloco D, CEP: 89.051-300, Nova Esperança Blumenau/SC, neste ato representado pelo Sr. Fernando Fagundes, pessoa física inscrito no CPF 028.483.189-10 e RG nº 8230140, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem firmar o presente Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de limpeza e conservação na sede da AMMVI, decorrente da Licitação Convite nº 002/2014, na forma da Lei nº 8.666/93 e alterações, e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO

O prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo nº CC02/2014 firmado pelas partes em em 18/03/2014, tem seu prazo estendido até 31 de dezembro de 2015, podendo ser novamente prorrogado, no interesse recíproco das partes, e nos termos da Lei no 8.666, de 21/06/93.

Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Contrato inicial, a CONTRATADA assume total responsabilidade por toda e qualquer despesa, indenização ou débito decorrente de condenação civil ou trabalhista relacionada ao objeto do contrato, inclusive ressarcindo a CONTRATANTE de qualquer ônus que tenha para sua defesa, acaso esta venha a integrar o processo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato original, e seus Aditivos, ficam mantidos e ratificados.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Blumenau (SC), 10 de Dezembro de 2014.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS REPRESENTANTE LEGAL
PRESIDENTE da AMMVI CONTRATADA

SEGUNDA ALTERAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº TP-04/2014

SEGUNDA ALTERAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº TP-04/2014

Considerando-se o resultado do Processo Licitatório nº 04/2014 - Tomada de Preços, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666/93, e legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº TP-04/2014;

Considerando-se a verificação pela Assessoria de Planejamento Urbano, Arquitetura e Engenharia da necessidade de alterar o contrato diante da necessidade de substituição de porta prevista no quantitativo do projeto básico licitado por outra que atenda a necessidade da saída de emergência (porta antipânico), alterando-se o quantitativo do objeto da cláusula primeira e o preço da cláusula terceira, para efetiva conclusão desta etapa da obra;

Considerando-se a determinação do custo do material e/ou serviço faltante ou excedente, a partir dos elementos da proposta vencedora do certame e/ou dos demais elementos indicadores utilizados pela Assessoria de Planejamento Urbano, Arquitetura e Engenharia da AMMVI;

Considerando-se a proximidade de término do prazo de execução deste contrato e as dificuldades operacionais de sua execução concomitante com o Contrato Administrativo nº TP-05/2014, que resultam na necessidade de um novo aditivo de prazo para possibilitar a plena execução do mesmo, especialmente para os trabalhos de acabamento e limpeza;

As partes, de um lado a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AMMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.779.413/0001-43, neste ato representada pelo seu Presidente, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro a empresa AL CERTA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.479.726/0001-75, com endereço à Rua 25 de Julho, 188, Bairro Itoupava Norte, cidade de Blumenau/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar o Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº TP-04/2014, firmado em 01/04/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

1.1 - Ficam incluídos/aditados na execução da obra os serviços/materiais abaixo:

MATERIAL/SERVIÇO	QUANTIT.	UNID.	PREÇO R\$	
			UNIT.	TOTAL
10	Esquadrias			
10.01.02.01	Pintura - alumínio branco (garagem interna)	1,00	unid	1.104,00
13	Instalação Elétrica / Lógica / Telefonia			
13.06	Tomadas - Split (ar condicionado)	1,00	ptos	77,78
-	Ar-Condicionado			

-	Embutir na alvenaria (canalizações, tubulações e fiações)	7,00	ptos	957,16	6.700,12
TOTAL				7.881,90	

1.2 - Ficam excluídos/suprimidos na execução da obra os seguintes serviços/materiais:

MATERIAL/SERVIÇO		QUANTIT.	UNID.	PREÇO R\$	
				UNIT.	TOTAL
1	Serviços Iniciais				
1.05	Instalação/ Ligação Provisória de água (Ø20mm)	1,00	unid	311,15	311,15
11	Instalação Hidráulica/ Sanitária/ Pluvial (com mu-chetas)				
11.01.02	Entrada completa de água (hidrometro) - PVC Ø20mm	1,00	unid	777,88	777,88
TOTAL				1.089,03	

1.3 - Em face das alterações de que tratam os itens 1.1 e 1.2 deste Termo e do Aditivo firmado em 28/07/2014, o preço total do Contrato, de que trata sua cláusula terceira, para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, fica sendo de R\$ 315.275,82 (trezentos e quinze mil, duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos).

1.4 - O prazo de execução de que trata a Cláusula Segunda do Contrato Administrativo TP nº 04/2014, firmado em 01/04/2014, já alterado pelo Primeiro Termo Aditivo firmado em 28/07/2014, fica novamente alterado por este Termo aditando-se em mais 15 (quinze) dias, postergando a finalização desta etapa da obra para o dia 06/12/2014, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato primitivo, acrescidas das alterações decorrentes do primeiro e deste segundo Termo Aditivo.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surta os efeitos legais.

Blumenau (SC), 20 de novembro de 2014.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
PRESIDENTE da AMMVI

RUBENS VILELA de OLIVEIRA NETO
CONTRATADA

SEGUNDA ALTERAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº TP-05/2014

SEGUNDA ALTERAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº TP-05/2014

Considerando-se o resultado do Processo Licitatório nº 05/2014 - Tomada de Preços, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666/93, e legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº TP-05/2014;

Considerando-se a verificação pela Assessoria de Planejamento Urbano, Arquitetura e Engenharia da necessidade de alterar o contrato diante da inexistência de alguns serviços no quantitativo do projeto básico licitado e da desnecessidade de outros que estavam contemplados, alterando-se o objeto da cláusula primeira e o preço da cláusula terceira, para efetiva conclusão desta etapa da obra;

Considerando-se a determinação do custo do material e/ou serviço faltante ou excedente, a partir dos elementos da proposta vencedora do certame e/ou dos demais elementos indicadores utilizados pela Assessoria de Planejamento Urbano, Arquitetura e Engenharia da AMMVI;

Considerando-se a proximidade de término do prazo de execução deste contrato e as dificuldades operacionais de sua execução concomitante com o Contrato Administrativo nº TP-04/2014, que resultam na necessidade de prorrogação do prazo para possibilitar a plena execução desta etapa da obra, especialmente para os trabalhos de acabamento e limpeza;

As partes, de um lado a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AMMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.779.413/0001-43, neste ato representada pelo seu Presidente, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro a empresa AL CERTA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.479.726/0001-75, com endereço à Rua 25 de Julho, 188, Bairro Itoupava Norte, cidade de Blumenau/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar o Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº TP-05/2014, firmado em 25/06/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

1.1 - Fica(m) incluído(s)/aditado(s) na execução da obra o(s) serviço(s)/material(is) abaixo:

MATERIAL/SERVIÇO		QUANTIT.	UNID.	PREÇO R\$		
				UNIT.	TOTAL	
02	Demolição / Remoção					
02.06	Demolição de Muros (lateral dos fundos da Ammvi) = 37,00m x 1,10m	40,70	m²	6,85	278,80	
02.11	Remoção de carpet do 1º pavimento (sala reunião)	25,59	m²	2,74	70,12	
06	Impermeabilização / Proteção mecânica / Nivelamento					
-	Laje aparente	39,56	m²	164,26	6.498,13	
08	Alvenarias					
08.02	Tijolos Cerâmicos - Bancada Recepção (5,45m x 1,05m)	5,73	m²	47,97	274,87	
08.02	Tijolos Cerâmicos - Fechamento bwc masc. até o teto (1,65m x 1,00m)	1,65	m²	47,97	79,15	
08.02	Tijolos Cerâmicos - Fechamento escada (embaixo dela)	4,43	m²	47,97	212,51	
-	Tijolo de Vidro (19cm x 19cm x 8cm) - 1,20m x 1,40m (42 unidades) - Escada	1,68	m²	1.043,39	1.752,90	
09	Revestimentos					
09.01	Paredes					
	Térreo					
09.01.03	Chapisco / Emboço / Reboco - Muros (lateral dos fundos da Ammvi)	40,70	m²	35,63	1.450,14	
09.01.03	Chapisco / Emboço / Reboco - Bancada recepção (5,45m x 1.05m)	11,46	m²	35,63	408,32	

09.01.03	Chapisco / Emboço / Reboco - Fechamento bwc masc. até o teto (1,65m x 1,00m)	3,30	m²	35,63	117,58
09.01.03	Chapisco / Emboço / Reboco - Fechamento escada (embaixo dela)	4,43	m²	35,63	157,84
09.02	Forro				
	Térreo				
-	Gesso - incluso negativo (banheiro recepção)	3,15	m²	74,01	233,13
-	Gesso - fechamento de buracos	7,00	m²	74,01	518,07
-	Gesso - caixas para fechamento (horizontal e vertical)	60,91	m²	74,01	4.507,95
	1º Pavimento				
09.02.04	Gesso - incluso negativo (corredor, rampa e frente do elevador)	45,91	m²	74,01	3.397,80
09.02.04	Gesso - feitos recortes+mucheta (ouvidoria)	10,94	m²	74,01	809,67
09.02.04	Gesso - mucheta (sala agir)	1,00	m²	74,01	74,01
09.02.04	Gesso - recortes e fechamentos de buracos	39,00	m²	74,01	2.886,39
	Gesso - recorte para colocação das luminárias (circulação+sala de reunião) – 10 pontos	3,75	m²	74,01	277,54
	Gesso - molduras	59,25	m	25,50	1.510,88
	Gesso – demolição / remoção entulhos	1,00	conj.	2.783,50	2.783,50
09.03	Piso				
	Térreo				
-	Granito Icarai - escada (bordas)	6,13	m²	641,00	3.929,33
09.03.04	Paver - 6 cm resistência de 35 Mpa	234,00	m²	75,38	17.638,92
	1º Pavimento				
09.03.10	Carpet (sala de Reunião)	33,82	m²	47,97	1.622,35
09.03.11	Rodapé de carpet (sala de reunião)	16,80	m	10,96	184,13
10	Coberturas				
-	Estacionamento externo (alpendre)				
10.01.03	Calhas de Alumínio	22,50	m	54,82	1.233,45
10.01.04	Pingadeira / Rufo em chapa de alumínio	22,50	m	54,82	1.233,45
10.01.05	Descida em PVC 100mm p/ água pluvial (com conexões) - 2 pontos	8,00	m	27,41	219,28
12.03.01	Caixas coletoras	2,00	unid	479,75	959,50
-	Lateral Galpão (escada de emergência)				
10.01.04	Rufo em chapa de alumínio	16,00	m	54,82	877,12
11	Esquadrias				
11.01	Portas				

-	Soleiras - granito andorinha (15cm) - porta de alumínio (duto-jardim)	0,70	m	75,38	52,77
-	Soleiras - granito andorinha (20cm) - grades dos muros dos fundos	22,75	m	75,38	1.714,90
18.11	Chapéu (com pingadeira) - granito andorinha - grades dos muros dos fundos (33x33cm) x 9 unid.	0,99	m²	411,21	407,10
11.01.01	Divisória				
11.01.01.01	P01-0,70m x 2,10m - Abrir - 1 folha - 1 unidade (térreo-banheiro fem.)	1,47	m²	411,21	604,48
11.01.02	Madeira				
11.01.02.01	P02-0,80m x 2,10m - Abrir - 1 folha (sala de reunião do auditório)	1,00	unid	520,87	520,87
11.01.03	Alumínio				
-	P - 0,70m x 2,10m (cor branca) - Abrir - 1 folha (basculante) - 2 unidades - (térreo - Duto)	2,94	m²	466,72	1.372,16
11.02	Janelas				
-	Pingadeira / Peitoris - granito andorinha	38,90	m	75,38	2.932,28
11.02.01	Alumínio				
-	J-Basculante - 2 unidades (1,00m x 0,40m) - Ouvidoria - Remoções/ reaprov.	0,80	m²	13,70	10,96
-	J-Basculante - 4 folhas - 1 unidade (banheiro masc.) - 3,75m x 0,40m	1,50	m²	411,21	616,82
-	J-Basculante - 4 folhas - 1 unidade (banheiro fem.) - 4,00m x 0,40m	1,60	m²	411,21	657,94
-	J-Maxim Air - 2 Folhas - 1 unidade (coffee break) - 1,80m x 1,70m	3,06	m²	411,21	1.258,30
-	J-Maxim Air - 4 Folhas - 1 unidade (coffee break) - 2,80m x 1,70m	4,76	m²	411,21	1.957,36
-	J-Correr - 4 Folhas - 1 unidade (cozinha) - 2,00m x 1,00m	2,00	m²	411,21	822,42
-	J-Maxim Air - 2 Folhas - 1 unidade (escada) - 1,60m x 2,10m	3,36	m²	411,21	1.381,67
-	J-Fixa - 1 Folha - 1 unidade (depósito) - 1,50m x 0,50m	0,75	m²	411,21	308,41
12	Instalação Hidráulica/Sanitária/Pluvial				
12.04	Louças e Acessórios - válvulas e metais				
	Térreo				
12.04.03	Vaso sanitário de louça com caixa acoplada e tampa	1,00	unid	411,21	411,21
14	Instalação Elétrica / Lógica / Telefonia				
14.01	Elétrica (sala de reunião)				
14.01.03	Interruptores	3,00	ptos	137,07	411,21

14.01.04	Tomadas (tv parede+pontos no chão)	5,00	ptos	137,07	685,35
14.02.01	Lógica (ponto seco para instalação, incluindo eletroduto de PVC rígido)	5,00	ptos	54,82	274,10
15	Luminárias				
15.01	Iluminação (pontos a mais) - 1º andar	16,00	ptos	137,07	2.193,12
15.01	Iluminação (pontos faltantes) - 1º andar	104,00	ptos	137,07	14.255,28
-	Remoção das luminárias de embutir redonda em alumínio - térreo	21,00	unid	13,70	287,70
15.02	Luminárias de embutir redonda em alumínio - colocação das existentes	21,00	unid	54,82	1.151,22
15.02	Luminárias de embutir redonda em alumínio	3,00	unid	54,82	164,46
15.03	Luminárias de sobrepor	36,00	unid	219,31	7.895,16
16	Ar-Condicionado				
-	Embutir na alvenaria (canalizações, tubulações e fiações)	8,00	ptos	957,16	7.657,28
18	Serviços Finais				
18.05	Alumínio branco - Portão externo tipo basculante (falta reinstalação de sensor)	9,50	m²	38,82	368,79
18.06	Alumínio branco - Grades externas tipo basculante, modelo igual ao do portão	56,88	m²	38,82	2.208,08
18.07	Escada do palco	0,90	m²	274,14	246,73
18.09	Guarda-corpo da escada (vidro temperado 8mm) - 7,15m x 1,10m	7,87	m²	853,85	6.719,80
18.11	Granito Icarai ou verde pérola - Bancada recepção (5,40m x 0,40m)	2,16	m²	641,00	1.384,56
18.12	Granito Icarai ou verde pérola - Bancada cozinha (0,35m x 3,00m + 0,50m x 3,00m)	2,55	m²	641,00	1.634,55
TOTAL ADITIVO				R\$ 118.763,87	

1.2 - Fica(m) excluído(s)/suprimido(s) na execução da obra o(s) seguinte(s) serviço(s)/material(is):

MATERIAL/SERVIÇO		QUANTIT.	UNID.	PREÇO R\$	
				UNIT.	TOTAL
01	Serviços Iniciais				
01.01.01	Depósito material/equipamentos em madeira de lei (canteiro de obras)	25,00	m²	68,53	1.713,25
01.01.02	Placa da obra em chapa de aço galvanizado (1,50 m x 2,00 m)	3,00	m²	102,80	308,40
06	Impermeabilização				
06.02	Laje (recepção)	4,17	m²	41,12	171,47
07	Contrapiso				
07.01	Contrapiso Superior no Galpão (e=6cm)	38,40	m²	41,12	1.579,01

09	Revestimentos				
09.03	Piso				
	Térreo				
09.03.06	Concregrama (foram somente 20,00m²)	234,00	m²	95,95	22.452,30
11.02	Janelas				
11	Esquadrias				
11.01	Portas				
11.01.02	Madeira				
11.01.02.04	P14r-0,80m x 2,10m - Correr - 1 folha (reaproveitada)- sala de reunião do auditório	1,00	unid	205,60	205,60
11.01.03	Alumínio				
11.01.03.01	P13r-0,70m x 2,10m - Abrir / Basculante - 1 folha (reaproveitada)	1,00	unid	137,07	137,07
11.02	Janelas				
11.02.01	Alumínio				
11.02.01.01	J01-Basculante - 4 folhas - 2 unidades (banheiros)	2,68	m²	411,21	1.102,04
11.02.01.04	J11r-3,66m x 0,40m - Maxim Air - 5 Folhas - 1 unidade (reaproveitada-coffee break)	1,00	unid	274,14	274,14
11.02.01.05	J12-Maxim Air - 6 Folhas - 1 unidade (coffee break)	1,92	m²	411,21	789,52
11.02.01.06	J13r-1,60m x 1,00m - Correr - 2 Folhas - 1 unidade (reaproveitada-cozinha)	1,00	unid	274,14	274,14
12	Instalação Hidráulica/Sanitária/Pluvial				
12.04	Louças e Acessórios - válvulas e metais				
	Térreo				
12.04.02	Lavatório de louça-embutir (sem coluna) incluso torneira de pressão	1,00	unid	411,21	411,21
12.04.04	Mictório de louça individual (válvula de descarga com pressão manual), embutido	2,00	unid	411,21	822,42
15	Luminárias				
15.08	Luminárias de embutir com aletas reflexivas, padrão existente dos andares superiores	3,00	unid	205,60	616,80
18	Serviços Finais				
18.09	Corrimão tubular em aço galvanizado	7,15	m	137,07	980,05
18.11	Granito balcão cozinha (0,55m x 2,40m)	1,16	m²	411,21	477,00
TOTAL SUPRESSÃO				32.314,42	

1.3 - Em face das alterações de que tratam os itens 1.1 e 1.2 deste Termo e do Aditivo firmado em 31/07/2014, o preço total do Contrato, de que trata sua cláusula terceira, para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, fica sendo de R\$ 835.109,57 (oitocentos e trinta e cinco mil, cento e nove reais e cinquenta e sete centavos).

1.4 - O prazo de execução de que trata a Cláusula Segunda do Contrato Administrativo TP nº 05/2014, firmado em 25/06/2014, fica alterado por este Termo aditando-se em mais 30 (trinta) dias, postergando a finalização desta etapa da obra para o dia 21/12/2014, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato primitivo, acrescidas das alterações decorrentes do primeiro e deste segundo Termo Aditivo.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surta os efeitos legais.

Blumenau (SC), 20 de novembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
PRESIDENTE da AMMVI

RUBENS VILELA de OLIVEIRA NETO
CONTRATADA

Consórcios

AGIR

RESOLUÇÃO Nº 052/2014 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 052/2014

DECLARA VACÂNCIA DA VAGA DE CONSELHEIRO TITULAR DO COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGIR

MATIAS KOHLER, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 29, inciso V c/c artigo 30, XI do Estatuto Social e,

CONSIDERANDO que o Sr. Ricardo Hübner, nomeado como Conselheiro Titular por indicação dos Usuários, através da Resolução AGIR nº 014/2011 de 28/06/2011, publicada no DOM/SC, Edição nº 781 do dia 14/07/2011, p. 135, assumiu o Cargo de Diretor Técnico da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR; incidindo, portanto, nas vedações do artigo 40 do Estatuto Social da AGIR;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica declarada a vacância da vaga de Conselheiro Titular do Comitê de Regulação da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no quadro destinado à indicação dos Usuários, diante da vedação imposta ao Sr. Ricardo Hübner;

Art. 2º - Por força do que dispõe o artigo 38, § 4º do Estatuto Social da AGIR, fica convocado o segundo suplente do quadro destinado à indicação dos Usuários, Sr. José Carlos Spengler, Bacharel em Engenharia Química, para assumir a vaga como Conselheiro Titular.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Blumenau (SC), em 03 de dezembro de 2014.

MATIAS KOHLER

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR.

RESOLUÇÃO Nº 053/2014 AGIR

RESOLUÇÃO Nº 053/2014

INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 003/2013 e pelo Artigo 48, Inciso I do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de procedimento administrativo cujo objeto é a revisão da taxa de coleta de lixo prestados pela Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE no município de Timbó/SC.

Art. 2º Proceda-se a numeração do referido procedimento e as demais providências legais pertinentes.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 09 de dezembro de 2014.
HEINRICH LUIZ PASOLD
Diretor Geral da AGIR.

RESOLUÇÃO Nº 054/2014 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 054/2014

DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES NO FINAL DESTE EXERCÍCIO E INÍCIO DO PRÓXIMO ANO, AUTORIZANDO RECESSO E/OU FÉRIAS REGULARES FRACIONADAS AOS SERVIDORES DA AGIR.

MATIAS KOHLER, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30, Inciso XI do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

Considerando os festejos natalinos e de final de ano, período em que não há expediente nos Municípios consorciados à AGIR;

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender as atividades regulares da AGIR no período de 22/12/2014 à 09/01/2015, autorizando o gozo de recesso e/ou férias regulares fracionadas de seus servidores.

Parágrafo Único. Serão concedidas férias em dois períodos aos servidores da AGIR, com gozo de férias regulares fracionadas durante o primeiro período estabelecido no "caput" deste artigo, considerando-se este como 15 (quinze) dias, devidamente remuneradas nesta situação, remanescendo saldo para gozo em período posterior, nos termos da Lei.

Art. 2º - Reconhece como feriados nacionais os dias 25/12/2014 (Natal) e 01/01/2015 (Confraternização Universal), e pontos facultativos os dias 24 e 31/12/2014.

Parágrafo Único. O servidor que desempenhar suas funções normalmente nas datas de que trata o "caput" do Artigo 1º desta Resolução, mediante justificativa e relatório apresentado e acatado pelo Diretor Geral, poderá ausentar-se oportunamente, em data a ser estabelecida pela AGIR, para compensação do ponto facultativo, sem qualquer adicional de horas.

Art. 3º - Será concedido 30 (trinta) dias de férias regulares para a servidora Vanessa Fernanda Schmitt - Diretora Administrativa da AGIR no período de 22/12/2014 à 24/01/2014.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 09 de dezembro de 2014.
MATIAS KOHLER
Presidente da Diretoria Executiva da AGIR.

CIMVI

RESOLUÇÃO Nº 116, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014

RESOLUÇÃO Nº 116, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

Designa Unidade de Controle Interno do Consórcio Público, e agentes da AMMVI para as atividades de controladoria e contabilidade.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIMVI, e fundamentado no Convênio de Cooperação Institucional nº 001/2014, firmado nesta data, RESOLVE:

Art. 1º - INSTITUIR UNIDADE DE CONTROLE INTERNO com a finalidade de executar a verificação e acompanhamento e estabelecer providências para correção dos atos administrativos e de gestão fiscal produzidos pelos seus órgãos e autoridades no âmbito do próprio Poder, visando à observância dos princípios constitucionais da legalidade, da publicidade, da razoabilidade, da economicidade, da eficiência e da moralidade, bem como para auxiliar o controle externo.

§ 1º - A instituição do controle interno decorre originariamente do art. 31, caput, c/c o art. 74, da CF, estando previsto pelos art. 60 a 64 e 119 da Lei Complementar Estadual nº 202, de 2000 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas), com a redação da LC nº 246, de 2003.

§ 2º - O controle interno decorre do dever de regularidade dos atos administrativos, que se realiza com o acompanhamento e a fiscalização efetiva e contínua para detectar eventuais irregularidades e prevenir desvios ou ilegalidades e para fins de auxiliar o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas.

§ 3º - O controle interno deve atentar para o cumprimento da legislação vigente, com ênfase para a Constituição Federal, a Constituição Estadual, as Leis Orgânicas Municipais, o Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público e Estatuto do CIMVI, a Lei Federal nº 11.107/05 e seu regulamento, a Lei Federal nº 4.320/64, a Lei Complementar Federal nº 101/00 (LRF), a Lei Complementar Estadual nº 202/00 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas), o Regimento Interno do Tribunal de Contas (Resolução nº TC-06/2001), a Resolução nº TC-16/94 e alterações posteriores, as Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02, e demais legislações locais.

§ 4º - São atividades próprias do Controle Interno, entre outras, o acompanhamento e o controle, cabendo-lhe, analisar e avaliar, quanto à legalidade, eficiência, eficácia e economicidade, os registros contábeis, os atos de gestão, entre eles: os processos licitatórios, a execução de contratos, convênios e similares, o controle e guarda de bens patrimoniais do CIMVI, o almoxarifado, os atos de pessoal, incluídos os procedimentos de controle de frequência, concessão e pagamento de diárias e vantagens, elaboração das folhas de pagamento dos servidores, controle de uso, abastecimento e manutenção do(s) veículo(s) oficial(is); uso de telefone fixo e móvel (celular); execução da despesa pública em todas suas fases (empenhamento, liquidação e pagamento); a observância dos limites constitucionais no pagamento dos servidores; a assinatura do Relatório de Gestão Fiscal, junto com o Presidente do Consórcio Público (art. 54 da LRF), assim como, a fiscalização prevista no art. 59 da LRF; alertar a autoridade administrativa sobre imprecisões e erros de procedimentos, assim como sobre a necessidade de medidas corretivas, a instauração de tomada de contas especial e/ou de processo administrativo; executar as tomadas de

contas especiais determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado; comunicar ao Tribunal de Contas do Estado irregularidades ou ilegalidades de que tenha conhecimento, acerca das quais não foram adotadas quaisquer providências pela Autoridade Administrativa, sob pena de responsabilidade solidária (art. 74, § 1º, CF, art. 113 da CE e art. 60 a 64 da Lei Complementar Estadual nº 202/2000), observado o art. 5º da Decisão Normativa nº TC-02/2006; fazer a remessa ao Poder Executivo das informações necessárias à consolidação das contas, na forma, prazo e condições estabelecidas pela legislação vigente.

§ 5º - A remessa ao Tribunal de Contas do Estado dos Relatórios de Gestão Fiscal, em cumprimento ao estabelecido nos art. 54 e 55 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (LRF), faz-se mediante a alimentação de dados via informatizada, no Sistema e-Sfinge, conforme programa disponibilizado pelo Tribunal de Contas.

§ 6º - A comunicação de irregularidades ou ilegalidades de que tenha conhecimento deve ser endereçada à Presidência do Tribunal de Contas, observadas as disposições da Decisão Normativa nº TC-02/2006, de 1º/11/2006, bem como, das normas que regulam a instauração e organização de processos de tomada de contas especial, conforme Instrução Normativa nº TC-01/2001, de 1º/10/2001, do TCE/SC.

§ 7º - Deve o controle interno ficar atento às normas editadas pelo Tribunal de Contas, quanto aos procedimentos que devem ser adotados tanto em relação às atividades próprias do controle interno como na condição de auxiliar do controle externo.

Art. 2º - DESIGNAR agentes da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, delegando-lhes competência para exercer, concomitantemente, atividades no Consórcio Público, como segue:

I - SABRINA FURLANI, Agente de Controle Interno da AMMVI, para desempenhar conjuntamente as funções de controladoria na Unidade de Controle Interno do CIMVI, a contar de 1º de Janeiro de 2015, na forma do Convênio de Cooperação Institucional nº 001/2014, firmado nesta data;

II - VALDETE KORZ MARQUES, Contadora da AMMVI, para exercer conjuntamente as funções de Contabilidade do CIMVI, na forma dos instrumentos legais do Consórcio Público e do Convênio de Cooperação Institucional nº 001/2014, firmado nesta data.

Timbó - SC, em 11 de Dezembro de 2014.
Hartwig Persuhn
Presidente

Editais de Notificação

BIGUAÇU

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 424/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 424/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABN6394	55115285A	24/11/2005	69200	233	127.69
AIX8237	55115276A	24/11/2005	69200	233	127.69
CPI7217	55129447A	06/09/2005	69200	233	127.69
LCE8664	55129431A	26/08/2005	69200	233	127.69
LWW2614	55114332A	16/11/2005	55680	181 * XIX	127.69
LYK5828	55115284A	24/11/2005	69200	233	127.69
MBF8171	55129079A	10/11/2005	66530	230 * XI	127.69
MUC3076	55129435A	26/08/2005	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 426/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 426/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CHJ8116	55129403A	09/08/2005	69200	233	127.69
HPC7498	55129458A	06/09/2005	69200	233	127.69
HPD3343	55129457A	06/09/2005	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 428/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 428/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BGT2424	55114581A	20/09/2005	65990	230 * V	191.53
DBF6464	55129613A	10/10/2005	69200	233	127.69
HOZ7676	55129463A	14/09/2005	69200	233	127.69
KHY7317	55129525A	03/11/2005	69200	233	127.69
LXP7153	55129530A	07/11/2005	69200	233	127.69
LXV9187	55115295A	08/12/2005	69200	233	127.69
LYG4643	55129500A	06/10/2005	65560	230 * I	191.53
LYG4643	55129500A	06/10/2005	66370	230 * IX	127.69
LYH2196	55129526A	03/11/2005	69200	233	127.69
MBG7254	55115390A	06/11/2005	66530	230 * XI	127.69
MCF2143	55129145A	27/09/2005	66020	230 * VI	191.53
MCI8714	55115391A	22/10/2005	66370	230 * IX	127.69
MCI8714	55115391A	22/10/2005	65990	230 * V	191.53
MCV9524	55129071A	05/10/2005	66020	230 * VI	191.53
MCV9524	55129071A	05/10/2005	50100	162 * I	574.61
MCV9524	55129071A	05/10/2005	66530	230 * XI	127.69

MDI7850	55129556A	30/11/2005	66530	230 * XI	127.69
MDI7850	55129556A	30/11/2005	66020	230 * VI	191.53
MDZ4429	55129627A	10/10/2005	69200	233	127.69
MER5360	55129764A	08/12/2005	69200	233	127.69
MFN8702	55129063A	25/09/2005	66530	230 * XI	127.69
MFN8702	55129063A	25/09/2005	66020	230 * VI	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 430/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 430/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ICE8061	55114591A	22/11/2005	50450	162 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 432/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 432/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BWI0428	55115289A	24/11/2005	69200	233	127.69
GPT2408	55115290A	24/11/2005	69200	233	127.69
LXV3371	55129953A	15/01/2006	55250	181 * XV	85.12
MCV7363	55129354A	21/01/2006	52740	175	191.53
MGS6080	55129507A	27/10/2005	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 434/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 434/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAM1985	55115632A	17/04/2005	67930	231 * II * b	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 436/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 436/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACJ2240	55129976A	29/01/2006	55250	181 * XV	85.12
IAR9863	55129551A	29/10/2005	65990	230 * V	191.53
IAR9863	55129552A	29/10/2005	66530	230 * XI	127.69
KNW2056	55115898A	06/01/2006	69200	233	127.69
LYS7329	55129644A	01/02/2006	69200	233	127.69
MBL3768	55129972A	29/01/2006	55250	181 * XV	85.12
MCD6749	55138399A	23/11/2005	69200	233	127.69
MEU1920	55129985A	29/01/2006	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 439/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 439/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
JTW8414	55129787A	09/01/2006	69200	233	127.69
LXW4321	55129772A	19/12/2005	69200	233	127.69
LYF1977	55129954A	15/01/2006	55250	181 * XV	85.12
LYF3468	55114467A	17/11/2004	54520	181 * VIII	127.69
LYV8663	55129770A	19/12/2005	69200	233	127.69
MAI0325	55129776A	20/12/2005	69200	233	127.69
MBX0631	55129100A	15/01/2006	55250	181 * XV	85.12
MEI0482	55129851A	27/01/2006	73400	252 * IV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 441/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 441/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CII6730	55129648A	10/02/2006	69200	233	127.69
GMV0053	55114326A	14/08/2005	68580	231 * VII	85.12
IBH4834	55129498A	28/09/2005	69200	233	127.69
KGA2161	55129621A	10/10/2005	69200	233	127.69
LXI6205	55115931A	28/07/2005	69200	233	127.69
LXX1855	55129450A	06/09/2005	69200	233	127.69
LYD2216	55114103A	09/09/2005	52740	175	191.53
LYH2443	55114124A	18/12/2005	70300	244 * I	191.53
LYP9220	55129539A	25/01/2006	69200	233	127.69
LZC5797	55129150A	02/10/2005	50100	162 * I	574.61
LZE9055	55129489A	28/09/2005	69200	233	127.69
LZM4081	55129984A	29/01/2006	55250	181 * XV	85.12
LZU5970	55115926A	28/07/2005	69200	233	127.69
MBB7026	55129630A	10/10/2005	69200	233	127.69
MBC4653	55129617A	10/10/2005	69200	233	127.69
MBC4842	55114714A	15/02/2006	69200	233	127.69
MBF7340	55115878A	20/12/2005	65990	230 * V	191.53
MDO5032	55115397A	13/12/2005	66530	230 * XI	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 443/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 443/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
KIM3413	55129629A	10/10/2005	69200	233	127.69
LWV8535	55129614A	10/10/2005	69200	233	127.69
LXB6187	55129607A	10/10/2005	69200	233	127.69
LZC5797	55129150A	02/10/2005	66020	230 * VI	191.53
MAN1739	55129464A	14/09/2005	69200	233	127.69

MCL9843	55129092A	15/01/2006	69120	232		53.20
MCZ3605	55129855A	04/03/2006	50100	162	* I	574.61
MFG2310	55129646A	01/02/2006	69200	233		127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 445/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 445/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BPW4245	55129619A	10/10/2005	69200	233	127.69
BXG3409	55114324A	14/08/2005	54280	181 * V	191.53
BXO0262	55129797A	16/01/2006	69200	233	127.69
IBE6845	55129538A	25/01/2006	69200	233	127.69
LWW2651	55114316A	07/08/2005	54280	181 * V	191.53
LWY0153	55129408A	11/08/2005	55250	181 * XV	85.12
LXM1495	55115934A	29/07/2005	51850	167	127.69
LYH2443	55114124A	18/12/2005	58350	195	127.69
LYV2665	55114709A	15/02/2006	69200	233	127.69
LZC5797	55129150A	02/10/2005	58350	195	127.69
LZX5195	55129501A	13/10/2005	69200	233	127.69
MBJ8080	55114582A	15/10/2005	51690	165	957.69
MBS9246	55114712A	15/02/2006	69200	233	127.69
MCZ3605	55129855A	04/03/2006	70480	244 * II	191.53
MCZ3605	55129857A	04/03/2006	51690	165	957.69
MFD5012	55130669A	23/03/2006	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 447/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 447/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHJ6973	55129624A	10/10/2005	69200	233	127.69
IEF9815	55130696A	04/04/2006	69200	233	127.69
LXI4177	55129409A	11/08/2005	55250	181 * XV	85.12
LYE7309	55115946A	03/08/2005	69200	233	127.69
LYH2443	55114127A	18/12/2005	70640	244 * IV	191.53
LYN3182	55114708A	15/02/2006	69200	233	127.69
LZQ3880	55138431A	22/11/2004	65990	230 * V	191.53
MBE6592	55136062A	12/04/2006	69200	233	127.69
MBZ5911	55129401A	09/08/2005	69200	233	127.69
MDG6569	55129149A	27/09/2005	66020	230 * VI	191.53
MEU0506	55114533A	26/08/2005	51850	167	127.69
MFY3450	55130685A	27/03/2006	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 449/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 449/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXW3541	55114578A	16/08/2005	65990	230 * V	191.53
LYD5046	55129775A	20/12/2005	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 451/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 451/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACW7119	55129969A	21/01/2006	55250	181 * XV	85.12
CNM3515	55115889A	06/01/2006	69200	233	127.69
IBA3578	55129967A	21/01/2006	54520	181 * VIII	127.69
LZW8310	55115274A	24/11/2005	69200	233	127.69
MBL4969	55114729A	03/03/2006	69200	233	127.69

MCH4366	55115883A	06/01/2006	69200	233	127.69
MCN6729	55115900A	09/01/2006	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 453/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 453/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXW3541	55114577A	16/08/2005	52070	169	53.20
LYE8353	55114743A	14/03/2006	69200	233	127.69
MCC7742	55129452A	06/09/2005	69200	233	127.69
MCG8507	55129505A	27/10/2005	69200	233	127.69
MOI5792	55129356A	05/02/2006	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 455/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 455/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HWU0968	55129420A	17/08/2005	69200	233	127.69
IHT0371	55130656A	14/03/2006	69200	233	127.69
LXJ8231	55115939A	03/08/2005	69200	233	127.69
LXO8633	55130662A	15/03/2006	55250	181 * XV	85.12
LXW3541	55114577A	16/08/2005	57200	186 * I	127.69
LXW3541	55114577A	16/08/2005	50100	162 * I	574.61
LXZ6615	55115614A	09/04/2005	66020	230 * VI	191.53
LXZ6615	55115667A	08/04/2005	66020	230 * VI	191.53
LYW7051	55130653A	14/03/2006	69200	233	127.69
LZB2791	55129406A	09/08/2005	69200	233	127.69
LZH8386	55115885A	06/01/2006	69200	233	127.69
MAS1759	55129499A	28/09/2005	69200	233	127.69
MAU1440	55114704A	15/02/2006	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 458/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 458/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADL0538	55136079A	28/04/2006	69200	233	127.69
AKC9350	55115940A	03/08/2005	69200	233	127.69
DDP6913	55136081A	03/05/2006	69200	233	127.69
MCV9592	55136091A	08/05/2006	53800	181 * I	85.12
MHE2210	55136072A	25/04/2006	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 460/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 460/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXB3840	55129919A	14/07/2006	65300	228	127.69
LZQ9954	55129996A	07/05/2006	58350	195	127.69
MCB2109	55129993A	06/05/2006	62620	220 * I	191.53
MFG9840	55129879A	22/06/2006	70480	244 * II	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 463/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 463/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGJ6909	55136143A	29/05/2006	69200	233	127.69
GZW7582	55114715A	15/02/2006	69200	233	127.69
LWR0142	55136158A	05/06/2006	69200	233	127.69
LWZ6591	55129543A	10/08/2006	69200	233	127.69
MAK1014	55129560A	17/08/2006	69800	239	191.54
MAK1014	55129561A	17/08/2006	66530	230 * XI	127.69
MAK1014	55129562A	17/08/2006	58350	195	127.69
MBM3682	55130688A	04/04/2006	69200	233	127.69
MDI7366	55136087A	08/05/2006	55410	181 * XVII	53.20
MDT9678	55114733A	06/03/2006	53800	181 * I	85.12
MEQ2341	55136147A	30/05/2006	55250	181 * XV	85.13
MGH7870	55130697A	04/04/2006	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 466/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 466/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZA2505	55136435A	17/08/2006	69200	233	127.69
MED8760	55136366A	20/07/2006	73580	252 * V	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 468/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 468/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXV1903	55136443A	22/08/2006	69200	233	127.69
LYL7332	55129293A	06/07/2006	69200	233	127.69
MCY9382	55129887A	02/09/2006	66020	230 * VI	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 470/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 470/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXD8374	55129040A	18/09/2006	54520	181 * VIII	127.69
LXH6898	55136431A	14/08/2006	69200	233	127.69
MAK8579	55136398A	03/08/2006	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 472/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 472/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEB9605	55129208A	24/08/2006	69200	233	127.69
LXR9826	55114422A	06/11/2004	50100	162 * I	574.61
MFM8710	55136184A	17/07/2006	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 474/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 474/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAT5729	55129300A	07/07/2006	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 477/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 477/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAS5771	55129026A	13/09/2006	55410	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 479/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 479/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAK1014	55129921A	13/08/2006	66530	230 * XI	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 482/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 482/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IBZ8019	55111504A	27/09/2006	69200	233	127.69
LXT1840	55111517A	02/10/2006	69200	233	127.69
LYU0097	55114548A	30/05/2006	70300	244 * I	191.54
LZC7818	55072497B	26/10/2006	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 484/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 484/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCG1772	55129038A	15/09/2006	54010	181 * III	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 486/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 486/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BGD4475	55072458B	16/10/2006	69200	233	127.69
LYQ0378	55129896A	22/09/2006	69200	233	127.69
MAZ6868	55111512A	27/09/2006	69200	233	127.69
MBJ5993	55111507A	27/09/2006	69200	233	127.69
MDO0990	55136304A	19/07/2006	51690	165	957.69
MEU0115	55129271A	05/07/2006	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 488/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 488/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBC0881	55072056B	21/11/2006	65990	230 * V	191.54
MBC0881	55072057B	21/11/2006	65560	230 * I	191.54
MBX4433	55072351B	08/11/2006	50100	162 * I	574.61
MBX4433	55072352B	08/11/2006	58350	195	127.69
MBX4433	55072353B	08/11/2006	70560	244 * III	191.54
MBX4433	55072354B	08/11/2006	52740	175	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 490/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 490/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGV1156	55129945A	20/10/2006	55500	181 * XVIII	85.13
CMD9443	55129949A	20/10/2006	54520	181 * VIII	127.69
ILL3041	55129287A	06/07/2006	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 492/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 492/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BHT9487	55072055B	01/11/2006	55680	181 * XIX	127.69
LZZ0594	55072952B	16/11/2006	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 494/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 494/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEC7082	55073017B	12/12/2006	69200	233	127.69
MBX4433	55072054B	27/10/2006	70560	244 * III	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 498/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 498/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZA3300	55072832B	17/11/2006	65990	230 * V	191.54
LZA3300	55072833B	17/11/2006	50100	162 * I	574.61
LZA3300	55072835B	17/11/2006	67000	230 * XVI	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 500/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 500/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAD9330	55072007B	23/12/2006	54520	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 502/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 502/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDD7191	55073003B	06/12/2006	69200	233	127.69
MDW4711	55078263B	15/01/2007	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 505/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 505/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDF1454	55074751B	16/01/2007	66530	230 * XI	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 507/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 507/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ICB3620	55074313B	28/12/2006	69200	233	127.69
LZA3300	55072834B	17/11/2006	66450	230 * X	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 509/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 509/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWR7842	55072051B	17/10/2006	65990	230 * V	191.54
MAN1062	55074303B	20/12/2006	69200	233	127.69
MGV5710	55074895B	18/02/2007	55250	181 * XV	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 511/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 511/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKX4087	55078257B	15/01/2007	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 513/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 513/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IFX8724	55130554A	10/12/2006	51690	165	957.69
MBR7516	55115869A	22/08/2005	51690	165	957.69
MBR7516	55115867A	22/08/2005	70480	244 * II	191.53
MCG3773	55074912B	14/02/2007	66370	230 * IX	127.69
MCG3773	55074913B	24/02/2007	66450	230 * X	127.69
MCR8503	55074860B	12/02/2007	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 515/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 515/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCY7608	55072898B	18/12/2006	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 517/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 517/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXC7405	55078260B	15/01/2007	69200	233	127.69
LYL9974	55073032B	02/03/2007	69200	233	127.69
MBZ2205	55072269B	04/02/2007	70300	244 * I	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 519/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 519/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCE3256	55075509B	22/03/2007	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 522/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 522/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
JFR2377	55129384A	01/04/2007	65130	227 * IV	53.20
LYA7877	55074864B	12/02/2007	69200	233	127.69
LYT3092	55073023B	01/03/2007	66530	230 * XI	127.69
MAJ5647	55075540B	05/04/2007	55410	181 * XVII	53.20
MEC4452	55072891B	18/12/2006	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 524/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 524/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXZ7280	55078259B	15/01/2007	69200	233	127.69
LZH2340	55074983B	16/04/2007	69200	233	127.69
MBK9341	55072213B	31/01/2007	70720	244 * V	191.54
MBZ4178	55075572B	17/04/2007	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 527/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 527/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DCW0092	55075563B	13/04/2007	69200	233	127.69
LXT8565	55136381A	31/07/2006	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 530/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 530/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
KFA0863	55075541B	09/04/2007	69200	233	127.69
MAX9046	55075710B	05/05/2007	66450	230 * X	127.69
MBN4679	55075588B	27/04/2007	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 531/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 531/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGT3475	55129417A	17/08/2005	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 534/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 534/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXM1014	55072601B	11/06/2007	69200	233	127.69
MEA3460	55072571B	31/05/2007	69200	233	127.69
MEC5260	55075726B	07/05/2007	55250	181 * XV	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 536/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 536/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IFR7205	55075587B	27/04/2007	69200	233	127.69
LYD3348	55075608B	04/05/2007	69200	233	127.69
MAF6864	55075589B	27/04/2007	69200	233	127.69
MAR3760	55075721B	07/05/2007	55170	181 * XIV	127.69
MCH7054	55072228B	27/04/2007	51850	167	127.69
MCL8732	55075703B	03/05/2007	55410	181 * XVII	53.20
MDY1657	55072232B	05/05/2007	55410	181 * XVII	53.20
MEW8219	55129574A	05/05/2007	66530	230 * XI	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 539/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 539/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADK9133	55072573B	31/05/2007	69200	233	127.69
MDP1656	55075745B	15/05/2007	70560	244 * III	191.54
MDQ3767	55130542A	25/05/2007	66530	230 * XI	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 541/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 541/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AVA7700	55075636B	30/05/2007	69200	233	127.69
MDB0680	55072728B	05/07/2007	69200	233	127.69
MDY2300	55072555B	23/05/2007	69200	233	127.69
MFY7061	55072558B	23/05/2007	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 543/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 543/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BIO9519	55072685B	06/07/2007	55410	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 545/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 545/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACY0028	55073190B	04/01/2007	54520	181 * VIII	127.69
BJT1725	55073378B	30/08/2007	69200	233	127.69
CTP6863	55074943B	14/03/2007	69200	233	127.69
LYJ6948	55074939B	14/03/2007	69200	233	127.69
MCJ6277	55138205A	30/01/2007	50100	162 * I	574.61
MCJ6277	55138206A	30/01/2007	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MDP1656	55130540A	09/03/2007	66530	230 * XI	127.69
MDP1656	55130541A	09/03/2007	73400	252 * IV	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 547/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 547/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
GTW3924	55074577B	23/07/2007	69200	233	127.69
LWU2000	55075544B	09/04/2007	69200	233	127.69
MIS2727	55074560B	19/07/2007	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 549/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 549/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZK2640	55072735B	09/07/2007	69200	233	127.69
LZN5333	55072209B	24/01/2007	51850	167	127.69
MAF6342	55129882A	05/07/2006	65990	230 * V	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 551/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 551/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZM3859	55073325B	20/09/2007	69200	233	127.69
LZN6429	55114569A	21/07/2005	69200	233	127.69
MCY1664	55073065B	10/09/2007	66530	230 * XI	127.69
MES8139	55073394B	07/09/2007	50100	162 * I	574.61
MES8139	55073395B	07/09/2007	50610	163 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 553/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 553/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BQK9589	55074922B	28/02/2007	54600	181 * IX	85.13
LYF3930	55073353B	16/08/2007	69200	233	127.69
MAM5967	55073102B	26/08/2007	52740	175	191.54
MEE1578	55073578B	25/09/2007	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 555/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 555/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
GQD5231	55072356B	02/10/2007	69200	233	127.69
LXN5703	55073587B	05/10/2007	55250	181 * XV	85.13
LXO3595	55073217B	28/09/2007	55250	181 * XV	85.13
LYT9529	55073390B	05/09/2007	69200	233	127.69
LZY8676	55073108B	05/10/2007	66020	230 * VI	191.54
MBL7334	55073579B	25/09/2007	50100	162 * I	574.61
MBU1771	55072060B	30/01/2007	50100	162 * I	574.61
MFO9531	55073608B	07/10/2007	66530	230 * XI	127.69
MHH2522	55073337B	26/09/2007	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 557/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 557/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CXI2184	55073393B	05/09/2007	69200	233	127.69
GPL2012	55073701B	08/10/2007	69200	233	127.69
IGM2821	55073560B	17/09/2007	69200	233	127.69
MAV0181	55073219B	28/09/2007	55410	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 559/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 559/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYI2164	55073333B	24/09/2007	69200	233	127.69
LYV9305	55073576B	21/09/2007	55410	181 * XVII	53.20
MAY3684	55073741B	05/11/2007	69200	233	127.69
MBI4923	55074799B	24/09/2007	54520	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 561/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 561/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZR1261	55073582B	01/10/2007	66020	230 * VI	191.54
LZR1261	55073583B	01/10/2007	66100	230 * VII	127.69
LZR1261	55073584B	01/10/2007	65990	230 * V	191.54
MBI2732	55136015A	12/10/2007	58350	195	127.69
MCO9186	55073334B	26/09/2007	55250	181 * XV	85.13
MHS1642	55136008A	06/10/2007	50100	162 * I	574.61
MHS1642	55129584A	29/09/2007	58350	195	127.69
MHS1642	55129583A	29/09/2007	70560	244 * III	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 563/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 563/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
JEC1398	55071820B	13/11/2007	69200	233	127.69
LXU6214	55129739A	07/10/2007	66530	230 * XI	127.69
MCV1566	55073708B	08/10/2007	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 565/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 565/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HRX8343	55073724B	16/10/2007	66530	230 * XI	127.69
LXW9697	55073732B	26/10/2007	69200	233	127.69
MAW5538	55129590A	11/10/2007	66020	230 * VI	191.54
MCB6168	55073674B	22/11/2007	54520	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 567/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 567/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CXN6203	55071970B	26/11/2007	73580	252 * V	85.13
MEH5750	55071865B	22/11/2007	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 569/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 569/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CVL2746	55072249B	06/05/2007	65300	228	127.69
GSH2511	55073738B	05/11/2007	69200	233	127.69
GZK4826	55073737B	05/11/2007	69200	233	127.69
LYY9571	55071768B	10/11/2007	55410	181 * XVII	53.20
MBY2373	55071978B	30/11/2007	55680	181 * XIX	127.69

MCJ0743	55073607B	03/10/2007	66370	230	*	IX	127.69
MCJ0743	55073066B	10/09/2007	69120	232			53.20
MER4099	55071807B	07/11/2007	55410	181	*	XVII	53.20
MFI0918	55071779B	12/11/2007	55500	181	*	XVIII	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 571/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 571/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZJ2949	55073134B	16/12/2007	55500	181 * XVIII	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 573/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 573/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CVR9997	55072548B	06/11/2007	69120	232	53.20
MAV6849	55071955B	20/11/2007	55680	181 * XIX	127.69
MBB9694	55071967B	24/11/2007	73580	252 * V	85.13
MBI1205	55071972B	26/11/2007	54520	181 * VIII	127.69
MIL4040	55073740B	05/11/2007	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 575/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 575/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYF9221	55071989B	06/12/2007	55410	181 * XVII	53.20
MDV1672	55073077B	04/01/2008	54520	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 578/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 578/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYF0778	55075896B	09/01/2008	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 580/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 580/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWX9816	55075276B	15/01/2008	69200	233	127.69
MDY7215	55073424B	13/12/2007	50100	162 * I	574.61
MDY7215	55073425B	13/12/2007	69120	232	53.20
MEY6659	55075960B	15/01/2008	66530	230 * XI	127.69
MEY6659	55075962B	15/01/2008	66370	230 * IX	127.69
MHL5242	55138225A	14/12/2007	73400	252 * IV	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 582/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 582/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXF4175	55075323B	25/01/2008	69200	233	127.69
MBP0430	55075307B	23/01/2008	55410	181 * XVII	53.20
MCD6058	55075317B	25/01/2008	69200	233	127.69
MCL8238	55073140B	05/01/2008	55410	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 585/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 585/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDJ4057	55075336B	08/02/2008	69200	233	127.69
MDS4885	55073661B	10/10/2007	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MGH9102	55075464B	05/02/2008	55250	181 * XV	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 587/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 587/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFT6522	55075352B	22/01/2008	55500	181 * XVIII	85.13
CTC1816	55075322B	25/01/2008	69200	233	127.69
LXX7944	55075306B	23/01/2008	69200	233	127.69
LYU1582	55075909B	14/01/2008	69200	233	127.69
MEO3537	55075484B	19/02/2008	73400	252 * IV	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 589/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 589/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCY3338	55075302B	23/01/2008	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 591/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 591/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZD7268	55075478B	15/02/2008	55250	181 * XV	85.13
MGC7671	55072153B	30/09/2007	52740	175	191.54
MGC7671	55072154B	30/09/2007	58350	195	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 593/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 593/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJI4790	55076352B	14/02/2008	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 595/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 595/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBG5556	55075017B	28/02/2008	69200	233	127.69
MDX4829	55076388B	19/02/2008	65990	230 * V	191.54
MHK5162	55076400B	20/02/2008	73400	252 * IV	85.13
MHM3702	55076370B	16/02/2008	55410	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 598/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 598/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CRC8759	55075001B	20/02/2008	69200	233	127.69
LXI1264	55129327A	20/12/2007	51690	165	957.69
LXI1264	55129328A	20/12/2007	65990	230 * V	191.54
LZK2212	55075036B	07/03/2008	69200	233	127.69
MBQ2268	55075107B	14/03/2008	69120	232	53.20
MDN6661	55073090B	16/03/2008	50100	162 * I	574.61
MDU1982	55075883B	09/01/2008	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 600/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 600/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
JOC8369	55073697B	29/02/2008	54520	181 * VIII	127.69
LZE3160	55075359B	28/02/2008	65990	230 * V	191.54
MAK5282	55075406B	07/02/2008	66530	230 * XI	127.69
MBY8020	55075283B	18/01/2008	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 603/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 603/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BOY7201	55076985B	20/05/2008	69200	233	127.69
CNW6456	55076758B	19/03/2008	69200	233	127.69
DIO5653	55076991B	26/05/2008	69200	233	127.69
LYJ3246	55075221B	28/03/2008	55410	181 * XVII	53.20
MBY7089	55073629B	22/05/2008	66530	230 * XI	127.69
MEA5434	55076996B	28/05/2008	55410	181 * XVII	53.20
MKL7460	55076766B	25/03/2008	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 605/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 605/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ARG1947	55076757B	19/03/2008	69200	233	127.69
DIQ1701	55075250B	23/04/2008	55500	181 * XVIII	85.13
MBZ1317	55114271A	23/09/2004	66530	230 * XI	127.69
MCJ0523	55076203B	12/06/2008	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MCJ0523	55076204B	12/06/2008	66020	230 * VI	191.54
MCL9166	55076782B	31/03/2008	69200	233	127.69
MFO7489	55072094B	19/05/2008	50100	162 * I	574.61
MFO7489	55073618B	27/03/2008	54520	181 * VIII	127.69
MFS9540	55076872B	07/05/2008	66370	230 * IX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 607/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 607/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACK9648	55076779B	31/03/2008	69200	233	127.69
AFQ2457	55075029B	03/03/2008	69200	233	127.69
AJX9495	55075391B	04/05/2008	55410	181 * XVII	53.20
GXW1386	55075059B	17/04/2008	51850	167	127.69
GXW1386	55075060B	17/04/2008	50100	162 * I	574.61
IJE5092	55075038B	07/03/2008	69200	233	127.69
JMZ5733	55075234B	11/04/2008	69200	233	127.69
LXV1025	55075037B	07/03/2008	69200	233	127.69
MBP7614	55075392B	04/05/2008	51850	167	127.69
MDH3106	55075119B	15/04/2008	65990	230 * V	191.54
MEF5042	55076809B	22/04/2008	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 610/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 610/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ASS0544	55076835B	28/04/2008	69200	233	127.69
LYE5472	55076806B	18/04/2008	69200	233	127.69
MBN1638	55076839B	28/04/2008	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 613/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 613/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYA3282	55076962B	14/05/2008	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 617/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 617/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEX8943	55076070B	27/06/2008	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 604/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 604/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADW7680	55076672B	03/07/2008	69200	233
AFQ9745	55077162B	08/08/2008	69200	233
AKJ2758	55076707B	04/08/2008	55500	181 * XVIII
CAK8592	55077129B	31/07/2008	55411	181 * XVII
IKJ7575	55076093B	25/08/2008	55411	181 * XVII
JTK7022	55072788B	05/08/2008	69200	233
LCV9858	55077706B	27/08/2008	69200	233
LVI8350	55076100B	27/08/2008	69200	233
LWS0065	55077711B	29/08/2008	51691	165
LXR9545	55073648B	28/08/2008	66610	230 * XII
LYQ7631	55077179B	14/08/2008	69200	233
LZE3211	55077688B	04/09/2008	65992	230 * V
LZL9932	55077166B	08/08/2008	69200	233
LZZ6632	55077026B	01/09/2008	66531	230 * XI
LZZ6632	55073097B	02/09/2008	66531	230 * XI

MAI4632	55076099B	27/08/2008	69200	233	
MBB2880	55077660B	29/08/2008	55500	181	* XVIII
MBC0897	55077167B	08/08/2008	69200	233	
MBG3242	55077704B	27/08/2008	69200	233	
MBP4258	55072286B	01/09/2008	55250	181	* XV
MCZ8354	55072367B	31/08/2008	52741	175	
MCZ8354	55072369B	31/08/2008	50100	162	* I
MDG2508	55077003B	20/07/2008	66531	230	* XI
MEI7943	55077159B	08/08/2008	54600	181	* IX
MEY5901	55077686B	04/09/2008	50100	162	* I
MEY5901	55077687B	04/09/2008	65992	230	* V
MFK5799	55077021B	27/08/2008	66531	230	* XI
MFK5799	55077022B	27/08/2008	58350	195	
MFK5799	55077023B	27/08/2008	57970	191	
MGC1058	55077206B	04/09/2008	58350	195	
MGD1621	55073646B	26/08/2008	57380	186	* II
MHG6220	55077674B	29/08/2008	51852	167	
MHL5122	55077055B	06/08/2008	66531	230	* XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 606/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 606/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ARC2060	55077572B	18/09/2008	54521	181 * VIII
CBN4446	55077163B	08/08/2008	69200	233
DAL8201	55077174B	14/08/2008	55411	181 * XVII
HCO5298	55077563B	10/09/2008	55250	181 * XV
IBU0920	55077006B	10/08/2008	65300	228

IDM4861	55077720B	09/09/2008	69200	233	
IEP4941	55077739B	09/09/2008	55411	181	* XVII
IRD9009	55077736B	09/09/2008	69200	233	
KUH9213	55077062B	09/08/2008	55500	181	* XVIII
LXF1145	55077182B	14/08/2008	69200	233	
LXG1198	55077187B	17/09/2008	69200	233	
LXP4572	55077573B	18/09/2008	54521	181	* VIII
LZJ8497	55077741B	09/09/2008	55411	181	* XVII
LZQ2405	55077703B	27/08/2008	69200	233	
MAS2795	55077036B	13/09/2008	66531	230	* XI
MAS2795	55077044B	20/09/2008	66531	230	* XI
MAS2795	55077045B	20/09/2008	50100	162	* I
MAS2795	55077046B	20/09/2008	65992	230	* V
MAT4805	55077735B	09/09/2008	69200	233	
MAV5567	55077719B	05/09/2008	55411	181	* XVII
MBL7285	55077038B	18/09/2008	66531	230	* XI
MBL7285	55077039B	18/09/2008	58350	195	
MBL7285	55077040B	18/09/2008	50100	162	* I
MBW6116	55077131B	31/07/2008	69200	233	
MBX9045	55076097B	27/08/2008	69200	233	
MCE9721	55077169B	12/08/2008	55411	181	* XVII
MCJ8137	55077032B	09/09/2008	50100	162	* I
MCJ8137	55077033B	09/09/2008	66531	230	* XI
MCJ8137	55077034B	09/09/2008	73400	252	* IV
MCJ8137	55077035B	09/09/2008	58350	195	
MCY7519	55136028A	19/08/2008	66531	230	* XI
MCZ3657	55077565B	15/09/2008	55411	181	* XVII
MDX6446	55077690B	09/09/2008	65992	230	* V
MDX6446	55077691B	09/09/2008	66102	230	* VII
MEL7997	55077702B	27/08/2008	69200	233	
MEQ9407	55077029B	09/09/2008	66531	230	* XI
MEQ9407	55077030B	09/09/2008	58350	195	
MEQ9407	55077031B	09/09/2008	65992	230	* V
MET7467	55079102B	19/09/2008	66101	230	* VII
MEZ2105	55076076B	15/08/2008	50100	162	* I
MFJ8218	55077017B	24/08/2008	70562	244	* III c/c 1\$
MFJ8218	55077018B	24/08/2008	66531	230	* XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 608/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 608/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXV4050	55077653B	29/08/2008	57380	186 * II
MCZ3714	55077190B	17/09/2008	69200	233
MDT9044	55077028B	02/09/2008	58350	195
MDT9044	55077027B	02/09/2008	70562	244 * III c/c 1\$
MDX9543	55079108B	23/09/2008	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 609/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 609/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AYJ0010	55077684B	02/09/2008	51851	167
IAS0194	55077728B	09/09/2008	69200	233
LWV4794	55077676B	29/08/2008	51851	167
LZR7456	55076725B	21/09/2008	50100	162 * I
LZR7456	55076726B	21/09/2008	65992	230 * V

LZR7456	55076727B	21/09/2008	58350	195	
LZR7456	55076728B	21/09/2008	66531	230	* XI
LZU3952	55077731B	09/09/2008	69200	233	
LZU7835	55076087B	19/08/2008	69200	233	
MAE6596	55079113B	29/09/2008	69200	233	
MBF7499	55076604B	29/09/2008	55411	181	* XVII
MCE8566	55072159B	01/10/2008	50100	162	* I
MCE8566	55072160B	01/10/2008	66531	230	* XI
MCE8566	55072161B	01/10/2008	50610	163	c/c 162 * I
MCV6586	55077683B	01/09/2008	73662	252	* VI
MCY8449	55077718B	01/09/2008	66700	230	* XIII
MDE4698	55077681B	02/09/2008	50100	162	* I
MDO4443	55077555B	18/08/2008	66102	230	* VII
MEC7081	55076944B	18/08/2008	66371	230	* IX
MEJ8646	55072287B	27/09/2008	50100	162	* I
MEJ8646	55072288B	27/09/2008	65992	230	* V
MEK5273	55077663B	29/08/2008	51852	167	
MEN4153	55079153B	29/09/2008	50100	162	* I
MEO3537	55076222B	23/09/2008	70561	244	* III
MFG7004	55076732B	28/09/2008	66532	230	* XI
MFG7004	55076733B	28/09/2008	66700	230	* XIII
MFG7004	55076734B	28/09/2008	58350	195	
MJD8550	55076552B	27/09/2008	51691	165	
MJD8550	55076553B	27/09/2008	58350	195	
MJD8550	55076554B	27/09/2008	70301	244	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 611/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 611/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACL6591	55077566B	15/09/2008	55411	181 * XVII
BMV4555	55077212B	05/10/2008	65640	230 * II
LXM4197	55079158B	07/10/2008	50100	162 * I
LXM4197	55079159B	07/10/2008	65992	230 * V
MBH1938	55078074B	02/10/2008	66102	230 * VII
MDK5727	55079156B	30/09/2008	66531	230 * XI
MFG9950	55079157B	03/10/2008	66531	230 * XI
MFW5555	55077192B	17/09/2008	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 612/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 612/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALG0881	55075069B	05/10/2008	55415	181 * XVII
ALG0881	55075070B	05/10/2008	54100	181 * IV
BUJ2868	55077189B	17/09/2008	69200	233
ICB4140	55079131B	09/10/2008	69200	233
IWF9999	55078075B	14/10/2008	69200	233
LBV5387	55076049B	23/06/2008	73580	252 * V
LYX1638	55077198B	19/09/2008	69200	233
MBC9569	55077197B	19/09/2008	69200	233
MBO5104	55079125B	03/10/2008	65565	230 * I
MBO5104	55079124B	03/10/2008	65992	230 * V
MCW3047	55078073B	02/10/2008	66101	230 * VII
MDE4698	55077682B	02/09/2008	51180	164 c/c 162 * I

MEM0810	55079132B	09/10/2008	69200	233	
MEP7845	55075072B	05/10/2008	66102	230	* VII
MER6087	55076509B	15/09/2008	70561	244	* III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 614/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 614/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAP6367	55077196B	19/09/2008	69200	233
MBZ9330	55075066B	15/09/2008	57380	186 * II
MDK6002	55076722B	08/09/2008	69120	232
MEO8082	55079106B	23/09/2008	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 615/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 615/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKP2998	55077200B	19/09/2008	69200	233
COL3683	55078102B	20/10/2008	55411	181 * XVII
IIP7178	55078080B	14/10/2008	69200	233
KUH9213	55076551B	26/09/2008	73662	252 * VI
LWX8811	55076512B	18/10/2008	50610	163 c/c 162 * I
LWX8811	55076511B	18/10/2008	50100	162 * I
LYV0539	55078091B	18/10/2008	55250	181 * XV
LZG0147	55077746B	24/09/2008	54600	181 * IX
LZJ9922	55077750B	24/09/2008	55411	181 * XVII
MBQ3454	55079141B	21/10/2008	69200	233
MBS1818	55077576B	24/09/2008	55415	181 * XVII
MCE0121	55077585B	23/10/2008	57380	186 * II
MCQ6985	55079119B	29/09/2008	69200	233
MDA2835	55078062B	30/09/2008	69200	233
MDD4574	55079118B	29/09/2008	69200	233
MDQ8431	55079154B	29/09/2008	50100	162 * I
MDQ8431	55079155B	29/09/2008	70562	244 * III c/c 1§
MEP5223	55079143B	23/10/2008	57380	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 616/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 616/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BXG6312	55078060B	30/09/2008	69200	233
LZT3176	55078064B	30/09/2008	69200	233
MDJ8243	55077079B	25/10/2008	50610	163 c/c 162 * I
MDJ8243	55077080B	25/10/2008	69120	232
MDJ8243	55077081B	25/10/2008	50100	162 * I
MDJ8243	55077082B	25/10/2008	65992	230 * V
MEA7144	55078052B	30/09/2008	55411	181 * XVII
MEZ4871	55078005B	01/10/2008	66371	230 * IX
MIG2810	55076729B	28/09/2008	50100	162 * I
MIG2810	55076730B	28/09/2008	66531	230 * XI
MIG2810	55076731B	28/09/2008	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 618/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 618/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DQI6010	55079111B	29/09/2008	69200	233
LZC8912	55078096B	20/10/2008	69200	233
LZE5567	55078076B	14/10/2008	69200	233
MAU6839	55076619B	05/11/2008	62110	218 * I * a
MAU6839	55076620B	05/11/2008	50100	162 * I
MAU6839	55076621B	05/11/2008	65992	230 * V
MAU6839	55076622B	05/11/2008	50610	163 c/c 162 * I
MBM7737	55078079B	14/10/2008	69200	233
MEL7593	55078092B	16/10/2008	55250	181 * XV
MFB1503	55078153B	03/11/2008	50100	162 * I
MFB1503	55078154B	03/11/2008	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 620/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 620/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LAZ8501	55078082B	14/10/2008	69200	233
MDO4443	55077584B	20/10/2008	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 622/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 622/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFI7075	55078063B	30/09/2008	69200	233
AKP7226	55078148B	13/11/2008	69200	233
CCP2266	55078110B	22/10/2008	55411	181 * XVII
CLR7770	55078065B	30/09/2008	69200	233
CRH2184	55078150B	13/11/2008	69200	233
LCF6534	55079130B	09/10/2008	69200	233
LNC6619	55078135B	13/11/2008	69200	233
LXT7069	55079127B	09/10/2008	69200	233
LXU7674	55078141B	13/11/2008	69200	233
LYP5177	55073442B	01/11/2008	58350	195
LYP5177	55073443B	01/11/2008	66531	230 * XI
LZH7470	55075067B	05/10/2008	66102	230 * VII
MAL6514	55079129B	09/10/2008	69200	233
MAU4280	55078209B	14/11/2008	65992	230 * V
MBT2572	55078069B	30/09/2008	69200	233
MCD6965	55078212B	14/11/2008	50100	162 * I
MCD6965	55078213B	14/11/2008	51691	165
MCF2989	55078142B	13/11/2008	69200	233
MCP4055	55078100B	20/10/2008	69200	233
MCP6255	55078147B	13/11/2008	69200	233
MED0724	55075071B	05/10/2008	70561	244 * III
MEI1374	55077580B	08/10/2008	66102	230 * VII
MFC1491	55077084B	09/11/2008	70721	244 * V

MHM3512 55077596B 15/11/2008 66102 230 * VII
MHM9062 55077083B 09/11/2008 70721 244 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 624/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 624/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXY7361	55077697B	25/11/2008	50100	162 * I
MAW4207	55078222B	28/11/2008	65991	230 * V
MBC9569	55079164B	31/10/2008	66531	230 * XI
MBO6567	55078223B	28/11/2008	73662	252 * VI
MFX1386	55077088B	30/11/2008	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 626/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 626/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CIP6893	55072166B	08/11/2008	69120	232
CIP6893	55072164B	08/11/2008	51691	165
GNE1088	55078125B	03/11/2008	69200	233
KPX0292	55078229B	02/12/2008	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

BRUSQUE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 1003/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 1003/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BPE3974	54813790C	27/11/2008	69200	233	127.69
BVO1824	54974625C	09/12/2008	69200	233	127.69
CCD3259	54974622C	09/12/2008	69200	233	127.69
HRY6166	54974619C	05/12/2008	69200	233	127.69
IFT0204	54813691C	21/12/2008	51691	165	957.69
LAM9518	54974643C	10/12/2008	69200	233	127.69
LXI7818	54974601C	01/12/2008	69200	233	127.69
LYG5833	54974637C	09/12/2008	69200	233	127.69
LYI2759	54813668C	16/12/2008	65992	230 * V	191.53
LYI2759	54813670C	16/12/2008	51691	165	957.69
LZJ1352	55193960C	27/06/2009	51691	165	957.69
MBA2464	54974556C	22/12/2008	52742	175	191.53
MBB6558	54813078C	13/12/2008	65561	230 * I	191.53
MBB6558	54813077C	13/12/2008	69120	232	53.20
MBB6558	54813076C	13/12/2008	65992	230 * V	191.53
MBE0981	54974621C	05/12/2008	69200	233	127.69
MBE6362	54813575C	29/10/2008	69200	233	127.69
MBU5377	54813629C	01/12/2008	65992	230 * V	191.53
MBU5377	54974630C	09/12/2008	69200	233	127.69
MCE3480	55694346B	07/11/2008	51691	165	957.69
MCF5936	54813960C	30/11/2008	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MCF5936	54813959C	30/11/2008	50100	162 * I	574.61
MCQ2898	55194057C	03/07/2009	65992	230 * V	191.53
MCT9535	54813080C	13/12/2008	65992	230 * V	191.53
MDD7795	54813690C	20/12/2008	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MDG9649	54813072C	13/12/2008	64080	221	85.12
MDM7467	55193814C	13/07/2009	65992	230 * V	191.53
MDN7272	54974810C	12/12/2008	69200	233	127.69
MDQ0448	54811911C	03/12/2008	66102	230 * VII	127.69
MEH3442	54813083C	13/12/2008	65992	230 * V	191.53
MEK8874	54813644C	16/12/2008	50100	162 * I	574.61
MEK8874	54813645C	16/12/2008	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MEM9014	55691648B	14/12/2008	51691	165	957.69
MEZ5463	55695687B	09/11/2008	66102	230 * VII	127.69
MFW8398	55691646B	13/12/2008	65992	230 * V	191.53
MFW8398	55691643B	13/12/2008	50100	162 * I	574.61
MGQ7991	54813673C	16/12/2008	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MGQ7991	54813674C	16/12/2008	66531	230 * XI	127.69
MHT2170	54975828C	07/07/2009	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MHT2170	54975827C	07/07/2009	65992	230 * V	191.53
MUU5281	55194426C	14/07/2009	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 1007/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 1007/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAI3073	54814033C	14/01/2009	50610	163 c/c 162 * I	574.61
AAI3073	54814032C	14/01/2009	50100	162 * I	574.61
AEN2633	54974836C	17/12/2008	69200	233	127.69
AHB6480	54975008C	22/12/2008	69200	233	127.69
AIH0011	55193445C	12/08/2009	50450	162 * V	191.53
BVR1846	54976567C	12/07/2009	51691	165	957.69
IFT1326	54814212C	20/12/2008	50100	162 * I	574.61
IFT1326	54814213C	20/12/2008	50610	163 c/c 162 * I	574.61
KFA1899	54974633C	09/12/2008	69200	233	127.69
LXA4562	54812614C	14/12/2008	52820	176 * I	957.69
LXD9458	54975010C	23/12/2008	69200	233	127.69
LXR9295	54975005C	22/12/2008	69200	233	127.69
LYN1808	54974615C	04/12/2008	69200	233	127.69
LYN9055	54974824C	15/12/2008	69200	233	127.69
LYQ5964	54813082C	13/12/2008	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LYQ5964	54813081C	13/12/2008	50100	162 * I	574.61
LZI2011	54974841C	19/12/2008	69200	233	127.69
LZQ6689	54813089C	16/12/2008	65992	230 * V	191.53
MAC4282	54813318C	23/12/2008	66371	230 * IX	127.69
MAF4545	54974812C	12/12/2008	69200	233	127.69
MAX6025	54813412C	12/01/2009	65992	230 * V	191.53
MBA2464	54974559C	22/12/2008	66102	230 * VII	127.69
MBI3654	54813666C	16/12/2008	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MBI3654	54813650C	16/12/2008	50100	162 * I	574.61
MBV0245	54975025C	29/12/2008	69200	233	127.69
MBY4268	55691647B	13/12/2008	65992	230 * V	191.53
MCR5251	54813175C	09/01/2009	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MCR5251	54813173C	09/01/2009	69120	232	53.20
MCR5251	54813174C	09/01/2009	50100	162 * I	574.61
MDD7795	54813689C	20/12/2008	50100	162 * I	574.61
MDD7795	54813688C	20/12/2008	65992	230 * V	191.53
MDE8294	54813659C	05/12/2008	66531	230 * XI	127.69
MDG2119	54813699C	22/12/2008	50100	162 * I	574.61
MDG2119	54813700C	22/12/2008	65992	230 * V	191.53
MDG9649	54813071C	13/12/2008	65992	230 * V	191.53
MDQ2272	54814363C	28/12/2008	69120	232	53.20
MDV2594	54975013C	23/12/2008	69200	233	127.69
MDZ2051	55694153B	14/01/2009	50100	162 * I	574.61
MEN0856	55691988B	16/12/2008	73400	252 * IV	85.12
MEO5822	54812265C	13/01/2009	66532	230 * XI	127.69
MEO5822	54812264C	13/01/2009	50100	162 * I	574.61
MEU8225	55695785B	04/11/2008	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MEU8225	55695784B	04/11/2008	50100	162 * I	574.61
MFW1481	54813678C	18/12/2008	66531	230 * XI	127.69

MHD3170	54813967C	29/12/2008	65992	230 * V	191.53
MHD3170	54813968C	28/12/2008	66102	230 * VII	127.69
MVK9851	54975016C	23/12/2008	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 1014/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 1014/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXP3712	55193386C	30/08/2009	73400	252 * IV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 1015/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE - SECRETARIA DE DEFESA DO CI

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 1015/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALW7602	54976135C	12/06/2009	54440	181 * VII	53.20
MCX2538	54883492C	30/03/2009	55412	181 * XVII	53.20
MEJ0310	54885294C	02/09/2009	55412	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
PAULO RODRIGO SESTREM
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 1018/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 1018/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHK7455	55229026C	21/09/2009	65992	230 * V	191.53
AHK7455	55229027C	21/09/2009	50450	162 * V	191.53
AHK7455	55229028C	21/09/2009	50960	163 c/c 162 * V	191.53
AHK7455	55229029C	21/09/2009	66371	230 * IX	127.69
DAM0864	55228367C	23/09/2009	69200	233	127.69
LYS2974	55226683C	16/08/2009	50100	162 * I	574.61
LYS2974	55226684C	16/08/2009	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LYS2974	55226685C	16/08/2009	65992	230 * V	191.53
LYU5266	55193478C	13/09/2009	65992	230 * V	191.53

LYU5266	55193479C	13/09/2009	50610	163	c/c 162 * I	574.61
LZQ9066	55228362C	21/09/2009	69200	233		127.69
MBB1114	55694921B	21/12/2008	65992	230	* V	191.53
MCC4064	55695528B	23/09/2009	50100	162	* I	574.61
MCC4064	55695529B	23/09/2009	50610	163	c/c 162 * I	574.61
MCM7029	54974616C	04/12/2008	69200	233		127.69
MDK7923	55228999C	23/08/2009	69200	233		127.69
MEH7716	54813969C	28/12/2008	66102	230	* VII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 1019/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE - SECRETARIA DE DEFESA DO CI

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 1019/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AOR0509	54976543C	29/05/2009	60501	208	191.53
LXF4468	54883699C	13/04/2009	55412	181 * XVII	53.20
LYM4393	54882391C	10/03/2009	57461	187 * I	85.12
LZY8187	54884660C	03/07/2009	55412	181 * XVII	53.20
MAM1155	54975677C	22/04/2009	54521	181 * VIII	127.69
MCC4842	54812230C	27/09/2009	55411	181 * XVII	53.20
MCQ5858	54885308C	03/09/2009	55412	181 * XVII	53.20
MCZ1003	54974859C	20/02/2009	55411	181 * XVII	53.20
MFV7742	54885317C	04/09/2009	55412	181 * XVII	53.20
MFW0651	55228551C	08/09/2009	70302	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 1022/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 1022/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABY3571	55194733C	03/08/2009	69200	233	127.69
AEV8628	55194559C	06/08/2009	50450	162 * V	191.53
AHQ7532	54813590C	05/11/2008	69200	233	127.69
AIU7265	54813757C	10/11/2008	69200	233	127.69
AKF5314	55228853C	23/08/2009	69200	233	127.69
AME2440	54812317C	28/08/2009	65992	230 * V	191.53
AME2440	54812316C	28/08/2009	69120	232	53.20
CZM5125	55194317C	08/08/2009	65992	230 * V	191.53
DIV5983	54813599C	10/11/2008	69200	233	127.69
ICT2109	54813770C	17/11/2008	69200	233	127.69
KRD6947	55228879C	27/08/2009	69200	233	127.69
LOR6864	54812807C	09/11/2008	69120	232	53.20
LWW9710	55693948B	07/08/2009	65992	230 * V	191.53
LWW9710	55693935B	07/08/2009	50100	162 * I	574.61
LXA0756	55228379C	25/09/2009	69200	233	127.69
LXF6409	54813070C	13/12/2008	65992	230 * V	191.53
LXF6409	54813069C	13/12/2008	50100	162 * I	574.61
LXH1382	54974611C	04/12/2008	69200	233	127.69
LXM3506	54974628C	09/12/2008	69200	233	127.69
LXN5089	55193776C	05/09/2009	50100	162 * I	574.61
LXN5089	55193777C	05/09/2009	65992	230 * V	191.53
LYI2759	54813669C	16/12/2008	50100	162 * I	574.61
LYP3609	54813064C	07/12/2008	50100	162 * I	574.61
LYP3609	54813065C	07/12/2008	65992	230 * V	191.53
LYT4319	54974617C	05/12/2008	69200	233	127.69
LZR0869	54974830C	11/12/2008	69200	233	127.69
LZS8743	55194731C	03/08/2009	69200	233	127.69
MAA2469	54813769C	17/11/2008	69200	233	127.69
MBC4526	55193469C	16/08/2009	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MBG1618	54813066C	07/12/2008	65992	230 * V	191.53
MBK9284	54813605C	12/11/2008	66531	230 * XI	127.69
MBO0813	54813792C	01/12/2008	69200	233	127.69
MBO4118	54813638C	10/12/2008	65992	230 * V	191.53
MCM4271	54813778C	20/11/2008	69200	233	127.69

MCN6906	54813767C	17/11/2008	69200	233		127.69
MCO7959	54974817C	12/12/2008	69200	233		127.69
MCV9091	55228870C	26/08/2009	69200	233		127.69
MCX2815	54813560C	27/10/2008	69200	233		127.69
MCX4382	55192718C	29/08/2009	51691	165		957.69
MDQ6508	54813693C	21/12/2008	51691	165		957.69
MDX9062	55650296B	05/12/2008	50100	162	* I	574.61
MEH3442	54813084C	13/12/2008	50450	162	* V	191.53
MEL3710	54974822C	15/12/2008	69200	233		127.69
MEW9619	54975911C	19/04/2009	50100	162	* I	574.61
MEW9619	54975912C	19/04/2009	50610	163	c/c 162 * I	574.61
MFJ6675	54812254C	05/12/2008	51691	165		957.69
MGC0595	55194753C	26/07/2009	51691	165		957.69
MGF2061	55694098B	15/12/2008	50450	162	* V	191.53
MGF2061	55694099B	15/12/2008	50960	163	c/c 162 * V	191.53
MKS0209	55695914B	16/11/2008	67001	230	* XVI	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 1023/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE - SECRETARIA DE DEFESA DO CI

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 1023/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABT6151	54883724C	14/04/2009	55412	181 * XVII	53.20
ABW2907	54881966C	04/11/2008	55412	181 * XVII	53.20
AEA3369	54883188C	06/03/2009	55412	181 * XVII	53.20
AEH4102	54883162C	04/03/2009	55412	181 * XVII	53.20
AFD9192	54882952C	10/02/2009	55412	181 * XVII	53.20
AFW9842	55193267C	14/07/2009	65300	228	127.69
AHH3856	54882495C	14/01/2009	55412	181 * XVII	53.20
AIE2782	54882938C	09/02/2009	55412	181 * XVII	53.20
AJY0439	54883001C	14/02/2009	55412	181 * XVII	53.20
AJZ9912	54881419B	20/05/2008	55410	181 * XVII	53.20

AME2440	54812315C	28/08/2009	58350	195		127.69
AMY6411	54884780C	16/07/2009	55412	181 *	XVII	53.20
AQX1111	54813222C	21/02/2009	57380	186 *	II	191.53
ASS1491	54884801C	20/07/2009	55412	181 *	XVII	53.20
AVN1200	54883181C	06/03/2009	55412	181 *	XVII	53.20
BCS9988	55194318C	15/08/2009	55250	181 *	XV	85.12
BEC3200	54881453B	26/05/2008	55410	181 *	XVII	53.20
BGS7972	54882716C	27/01/2009	55412	181 *	XVII	53.20
BGS7972	55695280B	12/04/2009	58350	195		127.69
BJM6062	54883595C	03/09/2009	57461	187 *	I	85.12
BJR5286	54883456C	25/03/2009	55412	181 *	XVII	53.20
BMJ6152	54976303C	16/03/2009	55680	181 *	XIX	127.69
BSF0915	54882385C	05/03/2009	57461	187 *	I	85.12
CCF2942	54881470B	27/05/2008	55410	181 *	XVII	53.20
CHH5512	54882487C	13/01/2009	55412	181 *	XVII	53.20
CHM3408	54884005C	06/05/2009	55412	181 *	XVII	53.20
CHR7469	54885030C	10/08/2009	55412	181 *	XVII	53.20
CIA0503	54882516C	15/01/2009	55412	181 *	XVII	53.20
CKB8777	54883245C	12/03/2009	55412	181 *	XVII	53.20
CLJ9010	54883243C	12/03/2009	55412	181 *	XVII	53.20
CLJ9010	54883199C	07/03/2009	55412	181 *	XVII	53.20
COH7644	54882746C	28/01/2009	55412	181 *	XVII	53.20
CPD6209	54882870C	05/02/2009	55412	181 *	XVII	53.20
CRJ0462	54884076C	09/05/2009	55412	181 *	XVII	53.20
CSE3823	55193658C	04/07/2009	60502	208		191.53
DDM8397	54884086C	11/05/2009	55412	181 *	XVII	53.20
DGU0469	54883195C	07/03/2009	55412	181 *	XVII	53.20
DJQ5256	54883503C	30/03/2009	55412	181 *	XVII	53.20
DZG1060	55194929C	05/09/2009	73662	252 *	VI	85.12
EJY0033	54884977C	06/08/2009	55412	181 *	XVII	53.20
GZK1944	54884948C	03/08/2009	55412	181 *	XVII	53.20
HXH4651	54883148C	16/04/2009	57461	187 *	I	85.12
IDV5438	54883259C	12/03/2009	55412	181 *	XVII	53.20
IKY9343	54883962C	02/05/2009	55412	181 *	XVII	53.20
ILC4845	54885092C	18/08/2009	55412	181 *	XVII	53.20
IOM6057	54884566C	24/06/2009	55412	181 *	XVII	53.20
JFW2773	54883076C	26/02/2009	55412	181 *	XVII	53.20
JYQ4958	54883018C	17/02/2009	55412	181 *	XVII	53.20
KFN5765	54882310C	05/01/2009	55412	181 *	XVII	53.20
KFN5765	54882693C	24/01/2009	55412	181 *	XVII	53.20
KJM4465	54883887C	27/04/2009	55412	181 *	XVII	53.20
LAJ1957	54881341B	17/05/2008	55410	181 *	XVII	53.20
LVG0704	54884365C	04/06/2009	55412	181 *	XVII	53.20
LWR6462	54813111C	08/03/2009	60501	208		191.53
LWU5835	54883715C	14/04/2009	55412	181 *	XVII	53.20
LWV9676	55193606C	10/08/2009	55411	181 *	XVII	53.20
LWW2704	54882422C	08/01/2009	55412	181 *	XVII	53.20
LWX2060	54881704C	08/10/2008	50020	257	8\$	53.20
LXA1822	54883021C	17/02/2009	55412	181 *	XVII	53.20
LXA1822	54884146C	15/05/2009	55412	181 *	XVII	53.20
LXA5789	54882988C	13/02/2009	55412	181 *	XVII	53.20
LXB7471	54976501C	31/03/2009	51851	167		127.69
LXG2743	54884654C	02/07/2009	55412	181 *	XVII	53.20
LXG9373	54882997C	14/02/2009	55412	181 *	XVII	53.20
LXH2629	54885087C	17/08/2009	55412	181 *	XVII	53.20
LXJ2742	54884833C	24/07/2009	55412	181 *	XVII	53.20
LXN9015	54883534C	01/04/2009	55412	181 *	XVII	53.20
LXP3712	55193773C	30/08/2009	70481	244 *	II	191.53
LXP3712	55193774C	30/08/2009	70302	244 *	I	191.53
LXP3712	55193775C	30/08/2009	70640	244 *	IV	191.53
LXP7435	54885164C	24/08/2009	55412	181 *	XVII	53.20
LXR7611	54883808C	18/04/2009	55412	181 *	XVII	53.20
LXT5129	54884339C	02/06/2009	55412	181 *	XVII	53.20

LXY2546	54885118C	20/08/2009	55412	181	*	XVII	53.20
LXZ6286	54883607C	03/04/2009	55412	181	*	XVII	53.20
LXZ8517	54975786C	13/05/2009	54525	181	*	VIII	127.69
LYB4031	55694202B	22/01/2009	55411	181	*	XVII	53.20
LYC1618	54812625C	10/01/2009	60501	208			191.53
LYE2937	55193180C	21/08/2009	51852	167			127.69
LYJ5960	55193467C	16/08/2009	51851	167			127.69
LYN4062	54883702C	13/04/2009	55412	181	*	XVII	53.20
LYN7142	54882644C	22/01/2009	55412	181	*	XVII	53.20
LYR4518	54882548C	15/01/2009	55412	181	*	XVII	53.20
LYS2043	54884158C	15/05/2009	55412	181	*	XVII	53.20
LYS2043	54884018C	06/05/2009	55412	181	*	XVII	53.20
LYS4692	54814038C	19/01/2009	55680	181	*	XIX	127.69
LYU1956	54883235C	11/03/2009	55412	181	*	XVII	53.20
LYU6503	54884542C	22/06/2009	55412	181	*	XVII	53.20
LZB3488	54884138C	14/05/2009	55412	181	*	XVII	53.20
LZC3860	54976776C	24/06/2009	54526	181	*	VIII	127.69
LZD6975	54883411C	23/03/2009	55412	181	*	XVII	53.20
LZF3963	54882742C	28/01/2009	55412	181	*	XVII	53.20
LZH0344	54885084C	17/08/2009	55412	181	*	XVII	53.20
LZH1526	55194680C	11/08/2009	55250	181	*	XV	85.12
LZI4632	54975317C	09/02/2009	73662	252	*	VI	85.12
LZI4632	54974751C	06/01/2009	73662	252	*	VI	85.12
LZO6278	54975542C	03/07/2009	57463	187	*	I	85.12
LZO8908	54884482C	15/06/2009	55412	181	*	XVII	53.20
LZP7803	54814231C	24/02/2009	68580	231	*	VII	85.12
LZR1487	54884077C	11/05/2009	55412	181	*	XVII	53.20
LZR4676	55693569B	13/03/2009	51851	167			127.69
LZS8989	54883324C	17/03/2009	55412	181	*	XVII	53.20
LZV3564	54882658C	22/01/2009	55412	181	*	XVII	53.20
LZY8114	54885156C	24/08/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MAC3911	54884549C	23/06/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MAH4606	54882764C	29/01/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MAH4606	54882834C	03/02/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MAH7220	54882667C	23/01/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MAH7220	54882482C	13/01/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MAH7220	54882615C	21/01/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MAH9162	54882598C	20/01/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MAK3378	54883769C	16/04/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MAK4561	54884530C	20/06/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MAK5462	54882927C	09/02/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MAL8827	55192756C	12/05/2009	51851	167			127.69
MAM6785	54884306C	28/05/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MAO0120	54884309C	28/05/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MAO3185	54883171C	05/03/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MAO3466	55228065C	22/10/2009	55500	181	*	XVII	85.12
MAP5016	54884300C	28/05/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MAP6180	55192557C	11/05/2009	60501	208			191.53
MAQ9815	55192752C	06/05/2009	57461	187	*	I	85.12
MAR7193	55193714C	03/07/2009	58780	199			85.12
MAS6184	54882550C	16/01/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MAT5694	54812280C	16/04/2009	60681	209			127.69
MAT9940	54884518C	18/06/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MAV2114	54813327C	09/04/2009	70302	244	*	I	191.53
MAY9005	54883686C	13/04/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MAZ6265	54882345C	07/01/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MBA9101	54883108C	02/03/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MBB3605	54882556C	16/01/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MBC8742	55193860C	02/07/2009	60501	208			191.53
MBD4756	54975784C	09/05/2009	55500	181	*	XVII	85.12
MBD5573	54881416B	20/05/2008	50020	257	8\$		53.20
MBD7954	54884493C	17/06/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MBE1653	54813048C	16/04/2009	55411	181	*	XVII	53.20

MBF1125	54884631C	01/07/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MBG1471	54882155C	04/12/2008	50020	257		8\$	53.20
MBG3502	54883348C	18/03/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MBJ1034	54974972C	06/03/2009	58350	195			127.69
MBJ2176	54883587C	05/06/2009	57461	187	*	I	85.12
MBJ6794	54885046C	11/08/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MBK3619	54884905C	29/07/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MBL8895	54813994C	08/04/2009	73662	252	*	VI	85.12
MBN2524	54975753C	06/04/2009	55411	181	*	XVII	53.20
MBN9035	55194855C	04/08/2009	53800	181	*	I	85.12
MBO9769	54976258C	31/03/2009	57200	186	*	I	127.69
MBO9769	54976257C	31/03/2009	58350	195			127.69
MBP0658	54884009C	06/05/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MBQ2795	54883622C	06/04/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MBQ7709	54882662C	23/01/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MBQ9394	54884558C	23/06/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MBQ9394	54884713C	08/07/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MBQ9394	54884511C	18/06/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MBR4781	54884586C	26/06/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MBR4831	54882206C	15/12/2008	55412	181	*	XVII	53.20
MBS3197	54884216C	20/05/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MBS8964	54883179C	06/03/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MBS9746	54884927C	01/08/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MBT6098	54884124C	13/05/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MBT6194	54882797C	30/01/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MBT9327	54882248C	23/12/2008	55412	181	*	XVII	53.20
MBT9927	54883712C	13/04/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MBU0044	54883163C	04/03/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MBU2850	54881415B	20/05/2008	55410	181	*	XVII	53.20
MBV9188	55194603C	23/07/2009	54524	181	*	VIII	127.69
MBW0939	54883178C	06/03/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MBX0239	54883664C	09/04/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MBX8034	54884357C	03/06/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MBX8034	54884162C	16/05/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MBZ0697	54884621C	30/06/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MBZ2221	54974883C	04/05/2009	55411	181	*	XVII	53.20
MBZ3953	54882572C	16/01/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MBZ8718	54882083C	14/11/2008	55412	181	*	XVII	53.20
MBZ8718	54883496C	30/03/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MCC9118	54882302C	29/12/2008	55412	181	*	XVII	53.20
MCC9118	54882241C	23/12/2008	55412	181	*	XVII	53.20
MCD4241	54883012C	17/02/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MCD8735	54975341C	13/02/2009	70302	244	*	I	191.53
MCF0046	54884137C	14/05/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MCG7852	54884540C	22/06/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MCI2228	54885281C	02/09/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MCI5311	54884522C	19/06/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MCK6749	54881818C	22/10/2008	50020	257		8\$	53.20
MCK8705	54814220C	22/01/2009	55411	181	*	XVII	53.20
MCL0283	54883986C	05/05/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MCL0283	54884001C	05/05/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MCM0052	54883565C	30/04/2009	57461	187	*	I	85.12
MCM4263	54813515C	05/11/2008	50020	257		8\$	127.69
MCN0451	54975909C	11/04/2009	58350	195			127.69
MCN4596	54881413B	20/05/2008	55410	181	*	XVII	53.20
MCN4726	55695271B	02/04/2009	50020	257		8\$	53.20
MCN4761	54883710C	13/04/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MCN8851	54976563C	04/07/2009	58350	195			127.69
MCO2210	55691695B	09/02/2009	55411	181	*	XVII	53.20
MCO5492	54813031C	08/04/2009	55411	181	*	XVII	53.20
MCO9534	54883466C	26/03/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MCP2562	54812148C	20/03/2009	55411	181	*	XVII	53.20
MCQ4267	54883691C	13/04/2009	55412	181	*	XVII	53.20

MCS2398	54882268C	30/12/2008	50020	257	8\$	53.20
MCS6016	54883764C	16/04/2009	55412	181	* XVII	53.20
MCS7219	54882534C	15/01/2009	55412	181	* XVII	53.20
MCT2786	54882895C	06/02/2009	55412	181	* XVII	53.20
MCT3852	54882726C	27/01/2009	55412	181	* XVII	53.20
MCW5996	54884313C	24/05/2009	55412	181	* XVII	53.20
MCW7585	55194337C	01/09/2009	55411	181	* XVII	53.20
MCX5838	54812275C	12/03/2009	52070	169		53.20
MCX7268	54882875C	05/02/2009	55412	181	* XVII	53.20
MCX9146	54882738C	28/01/2009	55412	181	* XVII	53.20
MCY2652	54814114C	05/01/2009	51851	167		127.69
MCY2948	54885100C	19/08/2009	55412	181	* XVII	53.20
MCY7352	54813417C	20/01/2009	55680	181	* XIX	127.69
MCZ4262	54884103C	12/05/2009	55412	181	* XVII	53.20
MDE4996	54884104C	12/05/2009	55412	181	* XVII	53.20
MDF4659	54882486C	13/01/2009	50020	257	8\$	53.20
MDG1524	54882305C	20/01/2009	57461	187	* I	85.12
MDG2120	55193671C	19/08/2009	58350	195		127.69
MDG4754	54884135C	14/05/2009	55412	181	* XVII	53.20
MDH3658	55194091C	06/08/2009	58350	195		127.69
MDH4651	54813045C	16/04/2009	55411	181	* XVII	53.20
MDH7076	55693580B	03/04/2009	50020	257	8\$	127.69
MDH8525	54882744C	28/01/2009	55412	181	* XVII	53.20
MDJ9829	54976067C	16/03/2009	70302	244	* I	191.53
MDN2322	55194060C	03/07/2009	70302	244	* I	191.53
MDN2322	55194059C	03/07/2009	58350	195		127.69
MDN2722	54882599C	20/01/2009	55412	181	* XVII	53.20
MDN7380	54884371C	04/06/2009	55412	181	* XVII	53.20
MDO7619	54882976C	12/02/2009	55412	181	* XVII	53.20
MDO9594	54883485C	30/03/2009	55412	181	* XVII	53.20
MDP2474	55694239B	30/01/2009	51851	167		127.69
MDP2842	54976556C	19/04/2009	70301	244	* I	191.53
MDQ1265	54885135C	21/08/2009	55412	181	* XVII	53.20
MDQ4356	54884157C	15/05/2009	55412	181	* XVII	53.20
MDT9349	54882627C	21/01/2009	55412	181	* XVII	53.20
MDV1154	54975770C	27/04/2009	50020	257	8\$	85.12
MDW5045	54882666C	23/01/2009	55412	181	* XVII	53.20
MDX8115	54882565C	16/01/2009	50020	257	8\$	53.20
MDY0832	54883369C	19/03/2009	55412	181	* XVII	53.20
MDY6645	54812139C	13/03/2009	60681	209		127.69
MEA9475	54884106C	12/05/2009	55412	181	* XVII	53.20
MEA9985	54975063C	14/03/2009	70561	244	* III	191.53
MEA9985	54975064C	14/03/2009	70640	244	* IV	191.53
MEA9985	54975509C	09/03/2009	70302	244	* I	191.53
MEB4683	54884071C	08/05/2009	55412	181	* XVII	53.20
MEC7233	55694838B	16/12/2008	55411	181	* XVII	53.20
MED3951	54814286C	24/03/2009	61570	214	* IV	127.69
MED4791	54882092C	17/11/2008	50020	257	8\$	53.20
MED6079	54883706C	13/04/2009	55412	181	* XVII	53.20
MED6079	54814283C	23/03/2009	60501	208		191.53
MED9444	54884389C	05/06/2009	55412	181	* XVII	53.20
MEF5966	54884528C	19/06/2009	50020	257	8\$	53.20
MEG2021	54883165C	05/03/2009	55412	181	* XVII	53.20
MEG2103	54883238C	11/03/2009	55412	181	* XVII	53.20
MEG2103	54882465C	12/01/2009	55412	181	* XVII	53.20
MEG5022	54882987C	13/02/2009	55412	181	* XVII	53.20
MEH7982	54882225C	22/12/2008	55412	181	* XVII	53.20
MEJ6637	54814095C	04/04/2009	70302	244	* I	191.53
MEK4188	54882502C	14/01/2009	55412	181	* XVII	53.20
MEL0864	55192892C	20/06/2009	55411	181	* XVII	53.20
MEM5152	54883620C	04/04/2009	55412	181	* XVII	53.20
MEN3110	55695279B	07/04/2009	58350	195		127.69
MEN9532	54883687C	13/04/2009	55412	181	* XVII	53.20

MEP1004	55193359C	19/06/2009	58350	195		127.69
MEP1004	55193360C	19/06/2009	51851	167		127.69
MEP1004	55193362C	19/06/2009	52152	170		191.53
MEP1004	55193361C	19/06/2009	51852	167		127.69
MEP1093	54881797C	22/10/2008	50020	257	8\$	53.20
MEP5851	55192751C	06/05/2009	60501	208		191.53
MEP6705	54975525C	12/05/2009	60412	207		127.69
MEP6705	54883011C	17/02/2009	50020	257	8\$	53.20
MEP8207	54883668C	09/04/2009	55412	181	* XVII	53.20
MEP8737	54885246C	31/08/2009	55412	181	* XVII	53.20
MER7116	54884191C	19/05/2009	50020	257	8\$	53.20
MEU4526	54974663C	23/01/2009	70561	244	* III	191.53
MEV3404	54974897C	20/07/2009	54600	181	* IX	85.12
MEV8225	55193807C	02/07/2009	70482	244	* II	191.53
MEW3511	54813217C	20/12/2008	55411	181	* XVII	53.20
MEX8558	54975661C	10/04/2009	58350	195		127.69
MEY1613	54883344C	18/03/2009	55412	181	* XVII	53.20
MEY4826	55193454C	22/06/2009	51851	167		127.69
MEZ4602	55192870C	12/05/2009	58350	195		127.69
MFB0920	54975928C	04/05/2009	55411	181	* XVII	53.20
MFB4341	54882191C	06/12/2008	55412	181	* XVII	53.20
MFC8826	54813023C	27/03/2009	55411	181	* XVII	53.20
MFC9741	54812665C	02/03/2009	55411	181	* XVII	53.20
MFD0323	54883046C	20/02/2009	55412	181	* XVII	53.20
MFD6280	54884817C	21/07/2009	55412	181	* XVII	53.20
MFD9338	55192855C	11/05/2009	55411	181	* XVII	53.20
MFF2871	54881815C	22/10/2008	50020	257	8\$	53.20
MFF8728	54885195C	26/08/2009	55412	181	* XVII	53.20
MFF9376	54976459C	27/03/2009	57380	186	* II	191.53
MFG2244	55192865C	11/05/2009	55411	181	* XVII	53.20
MFH6571	55192859C	11/05/2009	55411	181	* XVII	53.20
MFI1639	54883352C	14/03/2009	55412	181	* XVII	53.20
MFK7409	54884785C	17/07/2009	55412	181	* XVII	53.20
MFK8788	54882745C	28/01/2009	55412	181	* XVII	53.20
MFL0301	54883806C	18/04/2009	55412	181	* XVII	53.20
MFL0301	54883014C	17/02/2009	55412	181	* XVII	53.20
MFL1745	54814341C	14/02/2009	70481	244	* II	191.53
MFM8014	54884340C	02/06/2009	55412	181	* XVII	53.20
MFN0723	54976877C	29/04/2009	50020	257	8\$	191.53
MFO0424	54882372C	23/02/2009	57461	187	* I	85.12
MFR7510	54883384C	20/03/2009	55412	181	* XVII	53.20
MFT4585	55194367C	10/08/2009	55411	181	* XVII	53.20
MFT9130	54883274C	13/03/2009	55412	181	* XVII	53.20
MFT9130	54882557C	16/01/2009	55412	181	* XVII	53.20
MFT9130	54883988C	05/05/2009	55412	181	* XVII	53.20
MFV8372	54883010C	17/02/2009	55412	181	* XVII	53.20
MFW1371	54883067C	25/02/2009	55412	181	* XVII	53.20
MFW3562	54884523C	19/06/2009	55412	181	* XVII	53.20
MFY7264	54974756C	13/02/2009	73662	252	* VI	85.12
MFY7409	54976327C	23/05/2009	58350	195		127.69
MFZ5936	55651680B	21/03/2009	58350	195		127.69
MFZ5936	55651679B	21/03/2009	70561	244	* III	191.53
MFZ5936	54975833C	10/07/2009	57380	186	* II	191.53
MGB6014	55194927C	04/09/2009	55500	181	* XVIII	85.12
MGD6391	54884544C	22/06/2009	55412	181	* XVII	53.20
MGF0842	54883494C	30/03/2009	55412	181	* XVII	53.20
MGJ4621	54884848C	25/07/2009	55412	181	* XVII	53.20
MGJ5200	54884117C	13/05/2009	55412	181	* XVII	53.20
MGL1731	54813036C	08/04/2009	55411	181	* XVII	53.20
MGM1631	54883034C	19/02/2009	55412	181	* XVII	53.20
MGO5469	54884556C	23/06/2009	55412	181	* XVII	53.20
MGT9510	54884784C	17/07/2009	55412	181	* XVII	53.20
MGU4141	54883140C	07/04/2009	57461	187	* I	85.12

MGV5152	55194474C	05/08/2009	55500	181	*	XVIII	85.12
MGX2964	55193381C	10/08/2009	55411	181	*	XVII	53.20
MGY7602	54814050C	13/02/2009	60501	208			191.53
MHA4492	54882383C	05/03/2009	57461	187	*	I	85.12
MHA8422	55692620B	06/06/2008	55410	181	*	XVII	53.20
MHC7077	54882511C	14/01/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MHI2442	54882630C	21/01/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MHK9312	55192596C	10/07/2009	55500	181	*	XVIII	85.12
MHN6882	54883153C	04/03/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MHO1562	54883320C	17/03/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MHR2972	55695518B	04/08/2009	58350	195			127.69
MHV2410	54883964C	04/05/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MIH6610	54814247C	18/03/2009	55411	181	*	XVII	53.20
MIH8710	54885108C	19/08/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MIL6490	54882586C	19/01/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MIM9670	54884442C	10/06/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MIN2299	54883684C	11/04/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MIN5680	54883138C	07/04/2009	57461	187	*	I	85.12
MJH1770	54812731C	16/03/2009	58350	195			127.69
MJH1770	54976107C	16/03/2009	70302	244	*	I	191.53
MJH1770	54976109C	16/03/2009	70561	244	*	III	191.53
MMD9000	54883703C	13/04/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MMM0077	54882767C	29/01/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MNA2277	54883062C	23/02/2009	55412	181	*	XVII	53.20
MUV0272	54883121C	25/03/2009	57461	187	*	I	85.12
MUV0272	54883231C	10/03/2009	55412	181	*	XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 1971/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 1971/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

DIY2855	54952985E	22/08/2014	65992	230	*	V	191.53
LZC5751	54824590E	18/07/2014	67691	230	*	XXII	85.12
MCE7976	55924973E	27/09/2014	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MGB3251	55911589E	27/08/2014	50450	162	*	V	191.53
MGB3251	55911590E	27/08/2014	65992	230	*	V	191.53
MGX7485	55911763E	07/08/2014	65992	230	*	V	191.53
MHQ0142	55911611E	12/08/2014	65992	230	*	V	191.53
MHQ0142	55911612E	12/08/2014	50450	162	*	V	191.53
MHQ2039	55681665D	03/08/2014	66102	230	*	VII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 06 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 1972/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE - SECRETARIA DE DEFESA DO CI

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 1972/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AMB9287	55925715E	03/10/2014	53710	180	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 06 DE DEZEMBRO DE 2014.

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 887/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 887/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CZW0040	55693174B	01/09/2008	51691	165	957.69
GLG3399	55651284B	25/08/2008	66102	230 * VII	127.69
IGP2647	55695829B	16/09/2008	69200	233	127.69
LXF8643	55694586B	24/07/2008	69200	233	127.69
LXI9375	55694709B	14/09/2008	53200	176 * V	957.69
LYG2667	55695848B	22/09/2008	69200	233	127.69
LYM5824	55694523B	06/08/2008	50450	162 * V	191.53
LYZ2876	55695819B	12/09/2008	69200	233	127.69
LZC1961	55692923B	24/09/2008	51691	165	957.69
LZC1961	55692924B	24/09/2008	50100	162 * I	574.61
LZS6004	55695839B	18/09/2008	69200	233	127.69
LZW7364	55695812B	12/09/2008	69200	233	127.69
LZY2062	55695028B	25/09/2008	65992	230 * V	191.53
LZY2062	55695027B	25/09/2008	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LZY2062	55695026B	25/09/2008	50100	162 * I	574.61
MAZ5457	55695833B	17/09/2008	69200	233	127.69
MBD6952	55695752B	08/09/2008	50100	162 * I	574.61
MBD6952	55695751B	08/09/2008	65992	230 * V	191.53
MBQ1498	55693325B	13/07/2008	66102	230 * VII	127.69
MBZ9840	55695841B	18/09/2008	69200	233	127.69
MCJ6467	55692577B	16/07/2008	66531	230 * XI	127.69
MDG0774	55692998B	24/09/2008	65992	230 * V	191.53
MFQ9680	55691633B	20/09/2008	65992	230 * V	191.53
MFR7091	55695844B	19/09/2008	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 899/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 899/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAI3073	55292317B	21/02/2007	69200	233	127.69
AAR6417	55651119B	15/12/2007	50960	163 c/c 162 * V	191.54
AAR6417	55651120B	15/12/2007	65990	230 * V	191.54
AAR6417	55651114B	15/12/2007	50450	162 * V	191.54
AAT8936	55694365B	27/06/2008	69200	233	127.69
AAZ9976	55292680B	30/05/2007	66370	230 * IX	127.69
ABW5473	55691366B	15/04/2008	69200	233	127.69
ACA6050	55692313B	10/03/2008	69200	233	127.69
ACB8684	55691041B	28/03/2008	69200	233	127.69
ADH4921	55650161B	16/01/2008	69200	233	127.69
ADP5387	54862788B	22/01/2007	69200	233	127.69
AEG4650	55691829B	07/04/2008	69200	233	127.69
AES1190	55450656B	18/06/2007	69200	233	127.69
AGA5526	55692331B	13/03/2008	69200	233	127.69
AGA6306	55695153B	19/07/2008	50100	162 * I	574.61
AGA6306	55695154B	19/07/2008	50610	163 c/c 162 * I	574.61
AGA6306	55695155B	19/07/2008	51691	165	957.69
AGM5416	55292697B	01/07/2007	50610	163 c/c 162 * I	574.61
AGM5416	55292698B	01/07/2007	50100	162 * I	574.61
AGP5773	55451457B	08/08/2007	65990	230 * V	191.54
AGP5773	55451458B	08/08/2007	69120	232	53.20
AGV3139	55649435B	16/03/2008	65990	230 * V	191.54
AHE9117	54500969B	23/03/2008	66370	230 * IX	127.69
AHG5809	55292893B	15/03/2007	69200	233	127.69
AHH3856	55693952B	13/06/2008	69200	233	127.69
AID8676	55692314B	10/03/2008	69200	233	127.69
AID9530	55694352B	24/06/2008	69200	233	127.69
AIO0942	55693951B	10/06/2008	69200	233	127.69
AIW7626	55292327B	21/02/2007	69200	233	127.69
AIZ0009	55451138B	27/06/2007	69200	233	127.69
AJT5561	55650485B	14/03/2008	50450	162 * V	191.54
AKT8654	55695654B	13/09/2008	65992	230 * V	191.53
AKY8834	54863004B	23/11/2006	69200	233	127.69
ALA1267	55451338B	02/07/2007	69200	233	127.69
ALD7385	55290612B	29/01/2007	69200	233	127.69
ALW0882	55292077B	12/02/2007	69200	233	127.69
BFC6973	55292341B	22/02/2007	69200	233	127.69
BFO4999	54863138B	22/12/2006	69200	233	127.69
BFQ5827	54863348B	19/01/2008	51690	165	957.69
BJH2743	55694583B	24/07/2008	69200	233	127.69
BNF0452	55450286B	14/06/2007	69200	233	127.69
BOA8725	55650185B	21/01/2008	69200	233	127.69
BOC7548	55649769B	29/06/2008	50450	162 * V	191.53
BOC7548	55567350B	29/06/2008	51690	165	957.69

BOP5511	55291993B	06/02/2007	69200	233		127.69
BPC9693	55694588B	24/07/2008	69200	233		127.69
BRD3371	55291957B	05/02/2007	69200	233		127.69
BUK2181	55290633B	29/01/2007	69200	233		127.69
BYB9416	55692568B	21/06/2008	65990	230	* V	191.54
BYN9258	55649944B	27/12/2007	69200	233		127.69
CCA5311	55292900B	16/03/2007	69200	233		127.69
CCX9111	55692759B	26/05/2008	69200	233		127.69
CFF4637	55692725B	02/07/2008	69120	232		53.20
CFF4637	55692726B	02/07/2008	65990	230	* V	191.53
CGC2115	55694598B	28/07/2008	69200	233		127.69
CGM6597	55449998B	01/06/2007	69200	233		127.69
CGR9110	54864918B	16/03/2008	50100	162	* I	574.61
CGR9110	54864919B	16/03/2008	51690	165		957.69
CJO5575	54863623B	23/03/2007	66100	230	* VII	127.69
CKI5164	55292346B	22/02/2007	69200	233		127.69
CNE9087	55650066B	19/04/2008	52740	175		191.54
CNE9087	55691655B	27/04/2008	52740	175		191.54
COH3294	55291960B	05/02/2007	69200	233		127.69
CPT4497	55695053B	04/07/2008	69200	233		127.69
CPW9822	54863147B	28/12/2006	69200	233		127.69
CRL5257	55290849B	09/02/2007	69200	233		127.69
CTP9176	55694587B	24/07/2008	69200	233		127.69
CYB7011	55651123B	16/12/2007	65990	230	* V	191.54
DAP2429	55451339B	03/07/2007	69200	233		127.69
DCD7322	55691391B	22/04/2008	69200	233		127.69
DCV1058	55694364B	26/06/2008	69200	233		127.69
DIG9800	54863096B	19/12/2006	69200	233		127.69
DII2244	55695317B	01/08/2008	69200	233		127.69
DIQ2455	55694556B	16/07/2008	69200	233		127.69
DLK2582	54863074B	22/12/2006	69200	233		127.69
DLL8417	55692310B	07/03/2008	69200	233		127.69
GPM8112	55650412B	24/01/2008	69200	233		127.69
HRF1271	55692348B	17/03/2008	69200	233		127.69
HRL5267	55450455B	19/07/2007	69200	233		127.69
IAT6750	55691006B	18/03/2008	69200	233		127.69
IBW2194	55450460B	11/07/2007	69200	233		127.69
ICB3508	54498518B	07/07/2007	50450	162	* V	191.54
IDT4230	55566928B	09/01/2008	73400	252	* IV	85.13
IEZ7783	54862634B	24/06/2007	65480	229		85.13
IGG2353	55650301B	27/01/2008	67690	230	* XXII	85.13
IGI4155	55292305B	21/02/2007	69200	233		127.69
IGI8351	54863128B	22/12/2006	69200	233		127.69
IGU7803	55649443B	31/03/2008	69120	232		53.20
IJN7435	55695106B	01/08/2008	66102	230	* VII	127.69
IKY2437	55292444B	07/08/2007	50100	162	* I	574.61
IKY2437	55292445B	07/08/2007	50610	163	c/c 162 * I	574.61
ILJ0397	55692789B	28/05/2008	69200	233		127.69
ILP3303	55568048B	27/11/2007	73580	252	* V	85.13
ILR1612	55691032B	24/03/2008	69200	233		127.69
JVE3010	55691051B	25/03/2008	69120	232		53.20
JVE3010	55691052B	25/03/2008	50450	162	* V	191.54
JZR8070	55693963B	16/06/2008	69200	233		127.69
KBG2849	55292280B	10/06/2007	50100	162	* I	574.61
KFF0564	54863098B	19/12/2006	69200	233		127.69
KLY5744	55695059B	07/07/2008	69200	233		127.69
LJG2948	55691957B	20/04/2008	52740	175		191.54
LJG2948	55691959B	20/04/2008	65990	230	* V	191.54
LNK4373	55451340B	03/07/2007	69200	233		127.69
LWS0847	55695162B	04/08/2008	50100	162	* I	574.61
LWS0847	55695163B	04/08/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
LWS0847	55695164B	04/08/2008	65992	230	* V	191.53
LWS4621	55292342B	22/02/2007	69200	233		127.69

LWS5589	55650043B	30/05/2008	50100	162	* I	574.61
LWS5589	55650044B	30/05/2008	65990	230	* V	191.54
LWS5589	55650045B	30/05/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
LWS8347	54866009B	28/07/2006	67000	230	* XVI	127.69
LWS8347	54866007B	28/07/2006	66100	230	* VII	127.69
LWS8347	54866008B	28/07/2006	65990	230	* V	191.54
LWT9069	55691363B	15/04/2008	69200	233		127.69
LWT9795	54497497B	17/01/2007	50100	162	* I	574.61
LWU0372	55568440B	27/12/2007	51690	165		957.69
LWU0532	55694393B	02/07/2008	69200	233		127.69
LWU1851	55290648B	30/01/2007	69200	233		127.69
LWU4590	55694764B	11/08/2008	69200	233		127.69
LWU9532	55695095B	15/07/2008	69200	233		127.69
LWV0669	54863104B	18/12/2006	69200	233		127.69
LWW5519	55691001B	10/03/2008	69200	233		127.69
LWW9435	55292941B	06/06/2007	50100	162	* I	574.61
LWW9435	55691713B	20/04/2008	50100	162	* I	574.61
LWX6365	54501038B	03/12/2006	65990	230	* V	191.54
LWX6365	54501039B	03/12/2006	65560	230	* I	191.54
LWX6575	55691530B	18/04/2008	65990	230	* V	191.54
LWY4420	55451596B	26/01/2008	51690	165		957.69
LXB0629	54862392B	07/02/2007	65990	230	* V	191.54
LXB4667	55692566B	20/06/2008	50100	162	* I	574.62
LXB4667	55692567B	20/06/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.62
LXD8341	55692324B	12/03/2008	69200	233		127.69
LXF3184	55292128B	01/03/2007	69120	232		53.20
LXG9983	55449970B	05/06/2007	69200	233		127.69
LXH4124	55694574B	23/07/2008	69200	233		127.69
LXH7560	55649981B	11/01/2008	69200	233		127.69
LXH9797	55291969B	05/02/2007	69200	233		127.69
LXI2229	55650163B	16/01/2008	69200	233		127.69
LXI8149	54498094B	01/02/2007	66100	230	* VII	127.69
LXJ7046	55651011B	18/03/2008	50450	162	* V	191.54
LXJ7046	55651012B	18/03/2008	65990	230	* V	191.54
LXJ7528	55450481B	24/07/2007	69200	233		127.69
LXK2908	55691453B	11/04/2008	50100	162	* I	574.61
LXK2908	55691454B	11/04/2008	65990	230	* V	191.54
LXK6802	55691397B	22/04/2008	69200	233		127.69
LXK7867	55694357B	25/06/2008	69200	233		127.69
LXK7868	55691597B	19/07/2008	51691	165		957.69
LXK8305	55691392B	22/04/2008	69200	233		127.69
LXL3053	55692970B	14/08/2008	51691	165		957.69
LXM0775	55650581B	30/03/2008	65990	230	* V	191.54
LXM0775	55650582B	31/03/2008	50100	162	* I	574.61
LXM0775	55650583B	31/03/2008	65990	230	* V	191.54
LXM0775	55650584B	31/03/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
LXM4421	55567482B	30/03/2008	51690	165		957.69
LXM9803	55694566B	21/07/2008	69200	233		127.69
LXN0216	54865819B	05/12/2006	65990	230	* V	191.54
LXP3362	55691035B	27/03/2008	69200	233		127.69
LXP4533	55651388B	03/04/2008	50100	162	* I	574.61
LXP9269	55692745B	26/07/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
LXP9269	55692746B	26/07/2008	50100	162	* I	574.61
LXP9349	55449958B	04/06/2007	69200	233		127.69
LXQ0391	55695072B	09/07/2008	69200	233		127.69
LXQ1373	55691842B	08/04/2008	69200	233		127.69
LXQ5004	55691158B	10/04/2008	65990	230	* V	191.54
LXQ5004	55691159B	10/04/2008	52740	175		191.54
LXQ5004	55691160B	10/04/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
LXQ5004	55691161B	10/04/2008	50100	162	* I	574.61
LXQ6919	55651283B	17/08/2008	65992	230	* V	191.53
LXQ9189	55292887B	15/03/2007	69200	233		127.69
LXT1216	55693813B	29/06/2008	50450	162	* V	191.54

LXT1216	55693814B	29/06/2008	50960	163	c/c 162 * V	191.54
LXT2394	55693984B	17/06/2008	69200	233		127.69
LXT6769	55292938B	05/06/2007	50100	162	* I	574.61
LXU0637	55651138B	12/01/2008	65990	230	* V	191.54
LXV1037	55290601B	01/02/2007	69200	233		127.69
LXV3202	55449942B	01/06/2008	65990	230	* V	191.54
LXV3202	55449941B	01/06/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
LXV3202	55449940B	01/06/2008	50100	162	* I	574.61
LXW4822	55450487B	24/07/2007	69200	233		127.69
LXW7896	54863694B	15/02/2007	50100	162	* I	574.61
LXY2759	55650995B	21/04/2008	65990	230	* V	191.54
LXY6309	54862663B	16/01/2007	69200	233		127.69
LXZ6603	55691557B	04/05/2008	65990	230	* V	191.54
LXZ6603	55291828B	21/06/2007	65990	230	* V	191.54
LYB2151	55692275B	28/02/2008	69200	233		127.69
LYC8643	55691026B	24/03/2008	69200	233		127.69
LYC8927	55650646B	16/03/2008	50450	162	* V	191.54
LYD2045	55292856B	09/03/2007	69200	233		127.69
LYF0621	55649982B	11/01/2008	69200	233		127.69
LYF3598	55691268B	18/04/2008	66020	230	* VI	191.54
LYF3598	55693551B	15/06/2008	66020	230	* VI	191.54
LYF3598	55693552B	15/06/2008	66100	230	* VII	127.69
LYF4820	55692565B	15/06/2008	69120	232		53.20
LYF4820	55692562B	15/06/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
LYF4820	55692561B	15/06/2008	50100	162	* I	574.61
LYH2590	54863139B	22/12/2006	69200	233		127.69
LYH5068	55650223B	15/02/2008	65990	230	* V	191.54
LYI4272	55649938B	21/12/2007	69200	233		127.69
LYI4817	54862390B	03/02/2007	52740	175		191.54
LYI6811	55291834B	30/06/2007	69120	232		53.20
LYI6888	54863075B	22/12/2006	69200	233		127.69
LYJ6607	54862680B	18/01/2007	69200	233		127.69
LYK2007	55695170B	14/08/2008	50450	162	* V	191.53
LYK9834	55693330B	13/07/2008	69120	232		53.20
LYK9834	55693329B	13/07/2008	65992	230	* V	191.53
LYL0914	55291959B	05/02/2007	69200	233		127.69
LYN3233	55450478B	26/07/2007	69200	233		127.69
LYO2419	55290801B	29/01/2007	69200	233		127.69
LYQ1559	55651078B	07/11/2007	69200	233		127.69
LYQ2300	55651233B	05/03/2008	50370	162	* III	574.61
LYQ2300	55651231B	05/03/2008	65990	230	* V	191.54
LYR0665	55651019B	03/05/2008	51690	165		957.69
LYR6629	55451201B	07/07/2007	50100	162	* I	574.61
LYR6629	55451202B	07/07/2007	50610	163	c/c 162 * I	574.61
LYR6629	55451203B	07/07/2007	69120	232		53.20
LYR6629	55451204B	07/07/2007	66100	230	* VII	127.69
LYS0906	54864032B	20/02/2007	73400	252	* IV	85.13
LYS6234	54500648B	28/01/2008	50100	162	* I	574.61
LYS6234	54500649B	28/01/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
LYS6234	54500639B	28/01/2008	52740	175		191.54
LYS6234	55449913B	03/05/2008	50100	162	* I	574.61
LYS6234	55694954B	23/08/2008	65992	230	* V	191.53
LYS6234	55694953B	23/08/2008	50100	162	* I	574.61
LYT0936	55691188B	03/05/2008	66020	230	* VI	191.54
LYT1068	55451320B	02/07/2007	69200	233		127.69
LYT1929	55291994B	06/02/2007	69200	233		127.69
LYU4543	55691485B	27/06/2008	65990	230	* V	191.54
LYV4558	55291544B	02/07/2007	66100	230	* VII	127.69
LYW3829	55695078B	10/07/2008	69200	233		127.69
LYX2812	55650925B	04/05/2008	65990	230	* V	191.54
LYX3889	54866426B	23/07/2006	66100	230	* VII	127.69
LYX3889	54866425B	23/07/2006	66700	230	* XIII	127.69
LYZ3428	55694793B	18/08/2008	69200	233		127.69

LZB3470	55292213B	28/02/2007	65990	230	* V	191.54
LZB6699	55450686B	20/06/2007	69200	233		127.69
LZB6699	55650243B	18/06/2008	50880	163	c/c 162 * III	191.54
LZB6699	55650242B	18/06/2008	50370	162	* III	574.61
LZD1066	55292517B	01/03/2007	69200	233		127.69
LZE3280	55691125B	30/06/2008	65990	230	* V	191.53
LZE3280	55290609B	31/01/2007	69200	233		127.69
LZE4750	55649766B	01/05/2008	51690	165		957.69
LZE4750	55649767B	01/05/2008	50100	162	* I	574.61
LZF8980	55291528B	17/06/2007	51690	165		957.69
LZG0505	55695054B	07/07/2008	69200	233		127.69
LZG3580	55650419B	29/01/2008	69200	233		127.69
LZG4380	54862733B	17/06/2007	67690	230	* XXII	85.13
LZG9703	55691883B	20/06/2008	65990	230	* V	191.54
LZG9703	55691882B	20/06/2008	65800	230	* IV	191.54
LZG9703	55691880B	20/06/2008	50100	162	* I	574.62
LZI1964	54862384B	21/01/2007	65990	230	* V	191.54
LZI1964	54862385B	21/01/2007	50100	162	* I	574.61
LZI9963	55693965B	17/06/2008	69200	233		127.69
LZJ4479	55691669B	08/06/2008	52740	175		191.54
LZJ9598	55290466B	15/02/2007	50100	162	* I	574.61
LZJ9709	55292054B	08/02/2007	69200	233		127.69
LZM6094	55449982B	06/06/2007	69200	233		127.69
LZM6998	55691466B	26/04/2008	65990	230	* V	191.54
LZP7731	55694580B	24/07/2008	69200	233		127.69
LZP9035	55450187B	25/06/2007	69120	232		53.20
LZQ8725	55692300B	07/03/2008	69200	233		127.69
LZQ9971	55650322B	18/03/2008	65990	230	* V	191.54
LZS2768	55692316B	10/03/2008	69200	233		127.69
LZV7266	55691733B	05/07/2008	50100	162	* I	574.61
LZV7266	55691734B	05/07/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
LZW3344	55691828B	07/04/2008	69200	233		127.69
LZX3880	55694010B	14/07/2008	50450	162	* V	191.53
LZX3880	55694009B	14/07/2008	50960	163	c/c 162 * V	191.53
LZX5451	55691385B	18/04/2008	69200	233		127.69
LZX8168	55694584B	24/07/2008	69200	233		127.69
LZZ4689	55651287B	25/08/2008	50100	162	* I	574.61
LZZ4689	55651289B	25/08/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
LZZ7079	55291951B	05/02/2007	69200	233		127.69
MAA4617	55692272B	28/02/2008	69200	233		127.69
MAA5535	55694392B	03/07/2008	69200	233		127.69
MAA9621	55291947B	10/01/2008	51690	165		957.69
MAC4282	55693274B	22/05/2008	50100	162	* I	574.61
MAC4282	55693275B	22/05/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
MAC4282	55693276B	22/05/2008	65990	230	* V	191.54
MAC8939	55449681B	06/06/2007	66100	230	* VII	127.69
MAD5210	55292340B	22/02/2007	69200	233		127.69
MAE0964	55693314B	05/07/2008	51691	165		957.69
MAE0964	55693312B	05/07/2008	65990	230	* V	191.53
MAE2566	55694599B	29/07/2008	69200	233		127.69
MAF0368	54863124B	19/12/2006	69200	233		127.69
MAF0531	55291980B	06/02/2007	69200	233		127.69
MAF2157	54863102B	18/12/2006	69200	233		127.69
MAF5375	55694366B	27/06/2008	69200	233		127.69
MAF5919	55694551B	14/07/2008	69200	233		127.69
MAI1526	55692350B	17/03/2008	69200	233		127.69
MAJ4892	55650291B	07/05/2008	66450	230	* X	127.69
MAJ4892	55650290B	07/05/2008	67690	230	* XXII	85.13
MAJ4892	55650288B	07/05/2008	69120	232		53.20
MAJ4892	55650287B	07/05/2008	65990	230	* V	191.54
MAK0631	55290829B	05/02/2007	69200	233		127.69
MAK3168	55649962B	04/01/2008	69200	233		127.69
MAK7240	55650085B	12/07/2008	52742	175		191.53

MAL2360	55691033B	26/03/2008	69200	233		127.69
MAL7069	55693762B	06/05/2008	50100	162	* I	574.61
MAL7069	55693763B	06/05/2008	69120	232		53.20
MAL7069	55693764B	06/05/2008	66450	230	* X	127.69
MAN3366	55695080B	10/07/2008	69200	233		127.69
MAN7701	55692914B	27/06/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.62
MAN7701	55692913B	27/06/2008	50100	162	* I	574.62
MAO1150	55450652B	15/06/2007	69200	233		127.69
MAO7835	54863283B	02/12/2006	51690	165		957.69
MAP1320	55650321B	18/03/2008	65990	230	* V	191.54
MAP1320	55650320B	18/03/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
MAP1320	55650319B	18/03/2008	50100	162	* I	574.61
MAQ4937	54501028B	04/11/2006	50100	162	* I	574.61
MAQ4937	54501029B	04/11/2006	65990	230	* V	191.54
MAR7203	54497650B	09/02/2007	73400	252	* IV	85.13
MAS8930	54497747B	23/03/2008	66100	230	* VII	127.69
MAT0288	55692869B	08/08/2008	50100	162	* I	574.61
MAT9767	55650183B	21/01/2008	69200	233		127.69
MAU7388	54863211B	23/10/2006	65990	230	* V	191.54
MAV2114	55692668B	04/06/2008	66020	230	* VI	191.54
MAV2114	55450173B	20/06/2007	73400	252	* IV	85.13
MAV7363	54865559B	01/08/2006	65990	230	* V	191.54
MAV7364	54497496B	15/01/2007	69120	232		53.20
MAW2740	55691467B	26/04/2008	51690	165		957.69
MAZ2916	55292507B	23/02/2007	69200	233		127.69
MAZ3833	55693956B	13/06/2008	69200	233		127.69
MAZ6123	55567185B	12/05/2008	50450	162	* V	191.54
MAZ6123	55650834B	12/05/2008	65990	230	* V	191.54
MBB3534	54865048B	21/01/2007	66100	230	* VII	127.69
MBC6966	55693249B	21/06/2008	50100	162	* I	574.62
MBC6966	55693250B	21/06/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.62
MBC6966	55692952B	21/06/2008	65990	230	* V	191.54
MBC6966	55692954B	21/06/2008	51690	165		957.69
MBC7868	55290922B	26/03/2007	50100	162	* I	574.61
MBD2563	55450275B	13/06/2007	69200	233		127.69
MBD9297	55649978B	09/01/2008	69200	233		127.69
MBE5609	55650263B	07/04/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
MBE5609	55650262B	07/04/2008	50100	162	* I	574.61
MBF5675	55568439B	27/12/2007	51690	165		957.69
MBF9250	55649201B	05/12/2007	50100	162	* I	574.61
MBF9250	55649202B	05/12/2007	65990	230	* V	191.54
MBF9250	55649203B	05/12/2007	50610	163	c/c 162 * I	574.61
MBG0913	55290677B	28/03/2007	69120	232		53.20
MBG1743	55451344B	03/07/2007	69200	233		127.69
MBG1743	55650275B	27/04/2008	65560	230	* I	191.54
MBG1743	55650277B	27/04/2008	69120	232		53.20
MBG2052	55694536B	27/08/2008	65992	230	* V	191.53
MBG4402	55291671B	05/07/2007	65800	230	* IV	191.54
MBG4402	55291669B	05/07/2007	69120	232		53.20
MBG4402	55291667B	05/07/2007	65990	230	* V	191.54
MBG4402	55650205B	23/01/2008	50960	163	c/c 162 * V	191.54
MBG4402	55650203B	23/01/2008	50450	162	* V	191.54
MBH1992	55649976B	09/01/2008	69200	233		127.69
MBH8723	55290672B	23/03/2007	69120	232		53.20
MBH8723	55290675B	23/03/2007	50100	162	* I	574.61
MBH8723	55290674B	23/03/2007	66020	230	* VI	191.54
MBI2908	54863095B	19/12/2006	69200	233		127.69
MBJ0911	55567178B	01/05/2008	65990	230	* V	191.54
MBJ2274	55650200B	23/01/2008	69200	233		127.69
MBK7077	55692301B	07/03/2008	69200	233		127.69
MBK8129	55292330B	21/02/2007	69200	233		127.69
MBL4021	55290803B	31/01/2007	69200	233		127.69
MBL5417	55650664B	12/03/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61

MBL5417	55650658B	12/03/2008	50100	162	* I	574.61
MBM3103	55290494B	27/03/2007	50450	162	* V	191.54
MBM3103	55290495B	27/03/2007	50960	163	c/c 162 * V	191.54
MBM3103	55290496B	27/03/2007	69120	232		53.20
MBM5754	55651276B	01/05/2008	52740	175		191.54
MBM5754	55651277B	01/05/2008	50100	162	* I	574.61
MBM5754	55651278B	01/05/2008	51180	164	c/c 162 * I	574.61
MBM8422	55690987B	08/04/2008	69120	232		53.20
MBN4205	55292686B	13/06/2007	50450	162	* V	191.54
MBN4205	55292687B	13/06/2007	51420	164	c/c 162 * V	191.54
MBN4205	55292688B	13/06/2007	69120	232		53.20
MBN5272	55566900B	21/01/2008	69120	232		53.20
MBN7695	55694592B	25/07/2008	69200	233		127.69
MBN8261	55690993B	10/04/2008	65990	230	* V	191.54
MBN8261	55690994B	10/04/2008	50450	162	* V	191.54
MBN8261	55690996B	10/04/2008	50960	163	c/c 162 * V	191.54
MBN8261	55690997B	10/04/2008	69120	232		53.20
MBN8261	55691156B	08/04/2008	66530	230	* XI	127.69
MBN8261	55691155B	08/04/2008	66450	230	* X	127.69
MBN9200	55692276B	29/02/2008	69200	233		127.69
MBO4118	55692717B	23/06/2008	50450	162	* V	191.54
MBO4118	55692718B	23/06/2008	69120	232		53.21
MBO4520	55649969B	08/01/2008	69200	233		127.69
MBO7859	55290644B	29/01/2007	69200	233		127.69
MBO7859	54864030B	16/02/2007	66100	230	* VII	127.69
MBO9769	55650211B	23/01/2008	65990	230	* V	191.54
MBQ9110	55291991B	06/02/2007	69200	233		127.69
MBR8061	55691807B	01/04/2008	69200	233		127.69
MBR9445	54862344B	16/02/2007	50100	162	* I	574.61
MBS7569	55450242B	18/01/2008	50100	162	* I	574.61
MBS7569	55450243B	18/01/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
MBS7569	55692719B	23/06/2008	50450	162	* V	191.54
MBS7569	55692720B	23/06/2008	69120	232		53.21
MBS7569	55692723B	23/06/2008	65800	230	* IV	191.54
MBS7569	55692722B	23/06/2008	66370	230	* IX	127.69
MBS7569	55693293B	02/06/2008	52740	175		191.54
MBS7569	55693294B	02/06/2008	50450	162	* V	191.54
MBS8794	54865519B	01/08/2006	50100	162	* I	574.61
MBS8794	54865520B	01/08/2006	50610	163	c/c 162 * I	574.61
MBT1980	55691361B	11/04/2008	69200	233		127.69
MBT8999	55450108B	21/06/2007	50100	162	* I	574.61
MBU3287	55691360B	11/04/2008	69200	233		127.69
MBU3917	55692713B	21/06/2008	65990	230	* V	191.54
MBU6623	55649617B	16/01/2008	67690	230	* XXII	85.13
MBU6643	55650425B	30/01/2008	69200	233		127.69
MBV3694	55692747B	04/08/2008	65992	230	* V	191.53
MBV5558	55290559B	28/02/2007	67000	230	* XVI	127.69
MBV9108	55692284B	03/03/2008	69200	233		127.69
MBW8607	55692338B	14/03/2008	69200	233		127.69
MBX4604	55292497B	05/07/2007	50100	162	* I	574.61
MBX8788	55695081B	10/07/2008	69200	233		127.69
MCA4274	54863055B	05/01/2007	69200	233		127.69
MCA5024	54866813B	06/01/2008	65990	230	* V	191.54
MCA9092	55292875B	14/03/2007	69200	233		127.69
MCB1799	55450003B	14/06/2007	50450	162	* V	191.54
MCB1799	55451154B	06/07/2007	50450	162	* V	191.54
MCB3965	55650175B	21/01/2008	69200	233		127.69
MCB6004	55691165B	12/04/2008	52740	175		191.54
MCC1689	55691281B	22/04/2008	65990	230	* V	191.54
MCC1930	55692281B	28/02/2008	69200	233		127.69
MCC4101	55450670B	18/06/2007	69200	233		127.69
MCC7605	54863116B	18/12/2006	69200	233		127.69
MCD0424	55651399B	10/05/2008	51690	165		957.69

MCD0611	55449905B	22/04/2008	65990	230	*	V	191.54
MCD9213	55693966B	17/06/2008	69200	233			127.69
MCE1257	55292142B	06/03/2007	73400	252	*	IV	85.13
MCE1257	54866034B	10/01/2007	66020	230	*	VI	191.54
MCE1900	55693812B	13/06/2008	65990	230	*	V	191.54
MCE3019	55694530B	26/08/2008	53040	176	*	III	957.69
MCE4727	54865993B	25/01/2007	65990	230	*	V	191.54
MCG1588	55649286B	07/03/2008	65990	230	*	V	191.54
MCH5521	55692260B	26/02/2008	69200	233			127.69
MCH5690	55695312B	30/07/2008	69200	233			127.69
MCJ0546	55291962B	06/02/2007	69200	233			127.69
MCJ0706	55290846B	13/02/2007	69200	233			127.69
MCJ5263	55691260B	17/04/2008	66450	230	*	X	127.69
MCJ7610	55693322B	13/07/2008	51691	165			957.69
MCJ8083	55692697B	16/07/2008	65992	230	*	V	191.53
MCK4686	55692972B	20/08/2008	66102	230	*	VII	127.69
MCK4898	55290616B	05/02/2007	69200	233			127.69
MCL6078	54500624B	26/01/2008	52740	175			191.54
MCM2428	55694064B	02/07/2008	69120	232			53.20
MCM2428	55694065B	02/07/2008	65990	230	*	V	191.53
MCM9029	55649432B	15/03/2008	50610	163	c/c	162 * I	574.61
MCO6146	55691177B	22/04/2008	66450	230	*	X	127.69
MCO8993	55694596B	25/07/2008	69200	233			127.69
MCP4084	55693382B	19/05/2008	69200	233			127.69
MCP7119	55650926B	07/05/2008	65990	230	*	V	191.54
MCP8944	55692760B	26/05/2008	69200	233			127.69
MCQ1726	55694505B	23/07/2008	50610	163	c/c	162 * I	574.61
MCQ1726	55694504B	23/07/2008	50100	162	*	I	574.61
MCQ1726	55694503B	23/07/2008	65992	230	*	V	191.53
MCQ2112	54862890B	20/01/2007	50100	162	*	I	574.61
MCQ2112	54862891B	20/01/2007	50610	163	c/c	162 * I	574.61
MCQ5648	54864525B	07/03/2007	50100	162	*	I	574.61
MCQ8085	55692868B	02/08/2008	69120	232			53.20
MCQ8085	55692867B	02/08/2008	65992	230	*	V	191.53
MCQ8085	55692866B	02/08/2008	50610	163	c/c	162 * I	574.61
MCQ8085	55692865B	02/08/2008	65800	230	*	IV	191.53
MCQ8085	55692864B	02/08/2008	50100	162	*	I	574.61
MCR1181	55290678B	28/03/2007	50450	162	*	V	191.54
MCR3621	55694394B	02/07/2008	69200	233			127.69
MCR5941	55691845B	09/04/2008	69200	233			127.69
MCT2989	55695058B	07/07/2008	69200	233			127.69
MCV0216	55691436B	08/06/2008	67690	230	*	XXII	85.13
MCV0216	55691435B	08/06/2008	66530	230	*	XI	127.69
MCW3530	55694763B	11/08/2008	69200	233			127.69
MCW5996	55449776B	08/07/2007	50610	163	c/c	162 * I	574.61
MCW5996	55449775B	08/07/2007	50100	162	*	I	574.61
MCW6606	55291805B	21/04/2007	65990	230	*	V	191.54
MCW8347	54862677B	18/01/2007	69200	233			127.69
MCX1228	55691171B	18/04/2008	66530	230	*	XI	127.69
MCX1228	55291090B	13/04/2008	66020	230	*	VI	191.54
MCX1228	55291091B	13/04/2008	66450	230	*	X	127.69
MCX5767	55449947B	01/06/2008	66450	230	*	X	127.69
MCX5767	55449946B	01/06/2008	69120	232			53.20
MCX5767	55449945B	01/06/2008	50100	162	*	I	574.61
MCX5767	55450707B	04/07/2007	50100	162	*	I	574.61
MCX5838	55650048B	03/06/2008	66100	230	*	VII	127.69
MCX5838	55692517B	03/06/2008	67000	230	*	XVI	127.69
MCY4081	55650326B	22/03/2008	65990	230	*	V	191.54
MCY4081	55650327B	22/03/2008	50100	162	*	I	574.61
MCY4081	55650328B	22/03/2008	50610	163	c/c	162 * I	574.61
MCY4762	55694770B	12/08/2008	69200	233			127.69
MCY4919	55693286B	01/06/2008	50100	162	*	I	574.61
MCY8695	55694751B	08/08/2008	69200	233			127.69

MCZ2910	55651381B	26/03/2008	50100	162	*	I	574.61
MCZ2910	55650470B	01/03/2008	50100	162	*	I	574.61
MCZ7651	55649413B	07/01/2008	66100	230	*	VII	127.69
MDC6519	55290632B	01/02/2007	69200	233			127.69
MDC9259	55290791B	22/06/2007	65560	230	*	I	191.54
MDD4654	55650927B	07/05/2008	50450	162	*	V	191.54
MDD4654	55650928B	07/05/2008	65990	230	*	V	191.54
MDD9539	55567089B	09/11/2007	50450	162	*	V	191.54
MDE4472	55694778B	13/08/2008	69200	233			127.69
MDE5594	55691061B	05/04/2008	51690	165			957.69
MDF0282	55693958B	13/06/2008	69200	233			127.69
MDG3300	55649285B	06/03/2008	50610	163	c/c	162 * I	574.61
MDG3300	55649284B	06/03/2008	50100	162	*	I	574.61
MDG3300	54863103B	18/12/2006	69200	233			127.69
MDG5452	54862276B	16/01/2007	50450	162	*	V	191.54
MDG8465	54863878B	17/01/2007	67000	230	*	XVI	127.69
MDG8465	54863879B	17/01/2007	66100	230	*	VII	127.69
MDG8465	55290566B	06/03/2007	67000	230	*	XVI	127.69
MDI3603	55450113B	08/08/2007	50100	162	*	I	574.61
MDI3603	54497450B	11/07/2007	50100	162	*	I	574.61
MDI4286	54862976B	27/02/2007	50100	162	*	I	574.61
MDI4286	54862977B	27/02/2007	65990	230	*	V	191.54
MDJ4655	55650233B	05/03/2008	50100	162	*	I	574.61
MDJ4655	55650234B	05/03/2008	50610	163	c/c	162 * I	574.61
MDJ7406	55450675B	19/06/2007	69200	233			127.69
MDJ8100	55649985B	10/01/2008	69200	233			127.69
MDL5106	55451818B	29/03/2008	50450	162	*	V	191.54
MDL6692	55290920B	26/03/2007	50100	162	*	I	574.61
MDL7691	55650206B	23/01/2008	73400	252	*	IV	85.13
MDM1088	55692901B	07/06/2008	50100	162	*	I	574.61
MDM7642	55651022B	03/05/2008	66450	230	*	X	127.69
MDM9040	55694559B	17/07/2008	69200	233			127.69
MDN0611	55691299B	30/04/2008	65990	230	*	V	191.54
MDO5171	54863108B	18/12/2006	69200	233			127.69
MDO9647	55292489B	15/06/2007	50100	162	*	I	574.61
MDP2595	55693106B	15/05/2008	66450	230	*	X	127.69
MDP7049	54864528B	26/03/2007	65990	230	*	V	191.54
MDP7049	54864529B	26/03/2007	50370	162	*	III	574.61
MDP7049	54864530B	26/03/2007	69120	232			53.20
MDQ8614	55694371B	27/06/2008	69200	233			127.69
MDR8083	55292638B	10/03/2008	69120	232			53.20
MDS0984	55694058B	28/06/2008	50100	162	*	I	574.62
MDS0984	55694061B	28/06/2008	65800	230	*	IV	191.54
MDS0984	55694060B	28/06/2008	50610	163	c/c	162 * I	574.62
MDS0984	55694062B	28/06/2008	66100	230	*	VII	127.69
MDS1657	55292109B	27/02/2007	65990	230	*	V	191.54
MDS1657	55292110B	27/02/2007	50450	162	*	V	191.54
MDT4284	54500617B	26/01/2008	66100	230	*	VII	127.69
MDU5073	55649630B	26/01/2008	50100	162	*	I	574.61
MDV7809	54864430B	27/02/2007	50450	162	*	V	191.54
MDV8677	54863616B	22/03/2007	50100	162	*	I	574.61
MDV8677	54863617B	22/03/2007	69120	232			53.20
MDV8677	55691269B	18/04/2008	50100	162	*	I	574.61
MDV8677	55691270B	18/04/2008	65990	230	*	V	191.54
MDV8677	55691271B	18/04/2008	65560	230	*	I	191.54
MDV8677	55691272B	18/04/2008	66530	230	*	XI	127.69
MDX0475	55691746B	20/07/2008	52743	175			191.53
MDX4773	55692916B	09/07/2008	50610	163	c/c	162 * I	574.61
MDX4773	55692915B	09/07/2008	50100	162	*	I	574.61
MDY4005	55566899B	21/01/2008	50100	162	*	I	574.61
MDY7518	55692729B	05/07/2008	65990	230	*	V	191.53
MDZ4722	55694304B	07/07/2008	66450	230	*	X	127.69
MDZ7303	55691528B	10/04/2008	50100	162	*	I	574.61

MDZ9697	55694537B	27/08/2008	65992	230	*	V	191.53
MEA4028	55567481B	30/03/2008	66530	230	*	XI	127.69
MEC0790	54863179B	05/01/2007	52740	175			191.54
MEC0790	54863176B	05/01/2007	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MEC0790	54863173B	05/01/2007	50100	162	*	I	574.61
MEC0790	54863174B	05/01/2007	65990	230	*	V	191.54
MEC5347	54864372B	09/11/2006	69120	232			53.20
MEC5347	54864371B	09/11/2006	50100	162	*	I	574.61
MEC6532	55451132B	27/06/2007	69200	233			127.69
MED0161	55690977B	29/03/2008	66530	230	*	XI	127.69
MED7670	55692317B	11/03/2008	69200	233			127.69
MEE5439	55292094B	16/02/2007	69200	233			127.69
MEF3756	55693319B	13/07/2008	66532	230	*	XI	127.69
MEF3756	55693318B	13/07/2008	50610	163	c/c	162 * I	574.61
MEF3756	55693317B	13/07/2008	50100	162	*	I	574.61
MEJ6289	54498529B	06/07/2007	66370	230	*	IX	127.69
MEK1299	55694362B	26/06/2008	69200	233			127.69
MEK2517	55651225B	03/03/2008	66100	230	*	VII	127.69
MEK7311	55568293B	27/03/2008	66450	230	*	X	127.69
MEL5332	55692742B	26/07/2008	65992	230	*	V	191.53
MEN4800	54863312B	21/01/2007	66100	230	*	VII	127.69
MEN6592	55651203B	05/02/2008	67690	230	*	XXII	85.13
MEN9628	55651046B	09/05/2008	66450	230	*	X	127.69
MEO3861	55690963B	23/03/2008	50100	162	*	I	574.61
MEO3861	55690964B	23/03/2008	50610	163	c/c	162 * I	574.61
MEO5989	55567457B	16/03/2008	73400	252	*	IV	85.13
MEO6162	55693971B	17/06/2008	69200	233			127.69
MEP4138	55649886B	09/03/2008	51690	165			957.69
MEP4138	55649883B	09/03/2008	50100	162	*	I	574.61
MEP4138	55649884B	09/03/2008	50610	163	c/c	162 * I	574.61
MEP4138	55649885B	09/03/2008	69120	232			53.20
MEP7938	55692693B	15/07/2008	50100	162	*	I	574.61
MEP7938	55692694B	15/07/2008	50610	163	c/c	162 * I	574.61
MEP9103	55650669B	16/03/2008	50100	162	*	I	574.61
MEQ4402	54497441B	29/06/2007	69120	232			53.20
MEQ4402	54497440B	29/06/2007	50450	162	*	V	191.54
MEQ4402	55450159B	14/06/2007	50450	162	*	V	191.54
MEQ4402	55450160B	14/06/2007	50960	163	c/c	162 * V	191.54
MEQ4402	55450161B	14/06/2007	69120	232			53.20
MER6709	54865684B	11/02/2007	50100	162	*	I	574.61
MER6709	54865685B	11/02/2007	50610	163	c/c	162 * I	574.61
MES1140	55694084B	22/08/2008	65992	230	*	V	191.53
MES1140	55694083B	22/08/2008	50610	163	c/c	162 * I	574.61
MES1140	55694082B	22/08/2008	50100	162	*	I	574.61
MEU3262	55694562B	17/07/2008	69200	233			127.69
MEU5322	54863105B	18/12/2006	69200	233			127.69
MEV4610	55290842B	13/02/2007	69200	233			127.69
MEW0382	55567326B	08/04/2008	50100	162	*	I	574.61
MEW0382	55567327B	08/04/2008	50610	163	c/c	162 * I	574.61
MFD2719	55649290B	09/03/2008	50100	162	*	I	574.61
MFD2719	55649291B	09/03/2008	50610	163	c/c	162 * I	574.61
MFD7911	55649623B	26/01/2008	65990	230	*	V	191.54
MFE9253	55691749B	14/08/2008	66450	230	*	X	127.69
MFE9283	55649768B	11/06/2008	65800	230	*	IV	191.54
MFF2639	55695183B	23/08/2008	50610	163	c/c	162 * I	574.61
MFF2639	55695182B	23/08/2008	50100	162	*	I	574.61
MFF3312	55650338B	27/03/2008	65560	230	*	I	191.54
MFH0639	54500626B	26/01/2008	50610	163	c/c	162 * I	574.61
MFH0639	54500625B	26/01/2008	50100	162	*	I	574.61
MFH2201	54862603B	15/02/2007	73400	252	*	IV	85.13
MFH2880	55694528B	18/08/2008	65992	230	*	V	191.53
MFI5458	55567484B	05/04/2008	50100	162	*	I	574.61
MFK8389	55693815B	29/06/2008	50100	162	*	I	574.62

MFM8269	55649283B	06/03/2008	69120	232		53.20
MFM9418	55691300B	30/04/2008	50100	162	* I	574.61
MFM9418	55693751B	30/04/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
MFM9418	55693753B	30/04/2008	66450	230	* X	127.69
MFO5798	55691181B	30/04/2008	65560	230	* I	191.54
MFO5798	55693767B	06/05/2008	66450	230	* X	127.69
MFP8594	55691588B	21/06/2008	65990	230	* V	191.54
MFP8594	55691587B	21/06/2008	51690	165		957.70
MFR9099	54500968B	06/03/2008	69120	232		53.20
MFS3541	55691971B	14/06/2008	50450	162	* V	191.54
MFS3541	55691970B	14/06/2008	65990	230	* V	191.54
MFS4079	55449938B	01/06/2008	66020	230	* VI	191.54
MFS5421	54864414B	10/12/2006	51690	165		957.69
MFS5478	55649438B	24/03/2008	66100	230	* VII	127.69
MFS9780	54497727B	19/01/2008	50450	162	* V	191.54
MFS9780	55693167B	28/07/2008	50450	162	* V	191.53
MFS9780	55693168B	28/07/2008	69120	232		53.20
MFW1939	54499799	26/01/2008	65800	230	* IV	191.54
MFW9798	55692965B	19/07/2008	50100	162	* I	574.61
MFW9798	55692964B	19/07/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
MFY9832	55450279B	14/06/2007	69200	233		127.69
MFY1178	55691083B	15/06/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
MFY1178	55691082B	15/06/2008	50100	162	* I	574.61
MFY7651	55449767B	22/06/2007	50100	162	* I	574.61
MFZ0801	55690986B	08/04/2008	66450	230	* X	127.69
MGB8271	55450052B	11/06/2007	66100	230	* VII	127.69
MGB8870	55292564B	01/07/2007	52740	175		191.54
MGF0930	55649983B	10/01/2008	69200	233		127.69
MGF4610	55449960B	04/06/2007	69200	233		127.69
MGG3612	55291386B	08/07/2007	66100	230	* VII	127.69
MGH9551	55650292B	22/06/2008	65990	230	* V	191.54
MGI0628	55695177B	23/08/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
MGI0628	55695176B	23/08/2008	50100	162	* I	574.61
MGL1240	55449579B	14/07/2007	50610	163	c/c 162 * I	574.61
MGL1240	55449577B	14/07/2007	50100	162	* I	574.61
MGL8551	55566887B	27/12/2007	50450	162	* V	191.54
MGL8551	55566888B	27/12/2007	66100	230	* VII	127.69
MGP9641	55650258B	23/03/2008	50100	162	* I	574.61
MGQ7991	55650918B	27/01/2008	65800	230	* IV	191.54
MGQ7991	55567354B	04/05/2008	69120	232		53.20
MGR4112	55651262B	23/01/2008	67690	230	* XXII	85.13
MGS5222	55694534B	27/08/2008	50100	162	* I	574.61
MGU0752	55451321B	02/07/2007	69200	233		127.69
MHC0031	55694013B	17/07/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
MHC0061	55451816B	28/02/2008	50100	162	* I	574.61
MHC0061	55451817B	28/02/2008	65990	230	* V	191.54
MHC0061	55650315B	10/03/2008	66530	230	* XI	127.69
MHC0061	55650317B	10/03/2008	73400	252	* IV	85.13
MHD3170	55694073B	16/08/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
MHD3170	55694072B	16/08/2008	50100	162	* I	574.61
MHK1890	55692740B	20/07/2008	65992	230	* V	191.53
MHK5440	55650159B	16/01/2008	69200	233		127.69
MHO7020	55692903B	07/06/2008	65990	230	* V	191.54
MHQ2470	55692401B	30/03/2008	65990	230	* V	191.54
MHS6282	55650208B	23/01/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
MHS6282	55650207B	23/01/2008	50100	162	* I	574.61
MIA0530	55692751B	19/05/2008	69200	233		127.69
MIG0380	55649901B	07/01/2008	69200	233		127.69
MIM9740	55691410B	04/05/2008	50100	162	* I	574.61
MIN2960	55568280B	24/01/2008	65990	230	* V	191.54
MIN8310	55692123B	20/02/2008	69200	233		127.69
MJA3100	54862333B	25/01/2007	65990	230	* V	191.54
MJH1770	55692246B	11/04/2008	50450	162	* V	191.54

MJH1770	55692245B	11/04/2008	50960	163	c/c 162 * V	191.54
MJZ6030	55692728B	02/07/2008	65990	230	* V	191.53
MKF1800	55649775B	02/08/2008	66102	230	* VII	127.69
MKT2470	55566942B	30/03/2008	65990	230	* V	191.54
MKT2470	55566941B	30/03/2008	66450	230	* X	127.69
MKT6840	55651494B	09/01/2008	65990	230	* V	191.54
MMH9300	54864275B	27/03/2007	66610	230	* XII	127.69
MMH9300	54864274B	27/03/2007	65990	230	* V	191.54
MMM0043	55692266B	27/02/2008	69200	233		127.69
MPC8014	55692270B	28/02/2008	69200	233		127.69
MPK9860	55691821B	04/04/2008	69200	233		127.69
MTS1589	55650410B	24/01/2008	69200	233		127.69
MUM2761	55691877B	04/06/2008	65990	230	* V	191.54
NBK4639	55691509B	30/03/2008	51690	165		957.69
NBM3870	55292214B	28/02/2007	65990	230	* V	191.54
NEJ7308	55691516B	04/04/2008	65990	230	* V	191.54
NEW6251	55290570B	23/03/2007	50100	162	* I	574.61
NEW6251	55290571B	23/03/2007	50610	163	c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 903/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 903/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFJ1560	55650176B	21/01/2008	69200	233	127.69
AFM3315	55450006B	24/06/2007	51690	165	957.69
AFQ3883	55291992B	06/02/2007	69200	233	127.69
AHR4143	54812086C	29/09/2008	69200	233	127.69
AMY3147	55650683B	27/03/2008	50100	162 * I	574.61
AMY3147	55650684B	27/03/2008	50610	163 c/c 162 * I	574.61
AMY3147	55650685B	27/03/2008	66530	230 * XI	127.69
BFA2405	55450293B	14/06/2007	69200	233	127.69

BJL3275	55290630B	01/02/2007	69200	233		127.69
BYN2312	54864216B	10/01/2007	69200	233		127.69
CES3511	55649838B	18/12/2007	69200	233		127.69
CFW4065	55290844B	13/02/2007	69200	233		127.69
CGH4239	55693385B	19/05/2008	69200	233		127.69
CTZ4923	55694370B	27/06/2008	69200	233		127.69
CWL6364	55450692B	20/06/2007	69200	233		127.69
DDK6176	55693645B	12/06/2008	69200	233		127.69
DJB1144	55649947B	27/12/2007	69200	233		127.69
DJV4300	55449524B	14/05/2007	69200	233		127.69
DPR4697	54812446C	09/11/2008	51691	165		957.69
EXY0007	55695109B	02/08/2008	66102	230	* VII	127.69
HWA3524	55450690B	20/06/2007	69200	233		127.69
IBB8010	54862752B	22/01/2007	69200	233		127.69
IKF1821	55692264B	27/02/2008	69200	233		127.69
ILS0736	55450664B	18/06/2007	69200	233		127.69
IMN3757	55649506B	05/12/2007	69200	233		127.69
JFV6978	55650444B	01/02/2008	69200	233		127.69
KHM5098	55692530B	22/06/2008	52740	175		191.53
KHM5098	55692534B	09/07/2008	66100	230	* VII	127.69
KHM5098	55692535B	09/07/2008	66530	230	* XI	127.69
KKC6348	54863085B	21/12/2006	69200	233		127.69
KLS6927	55692296B	06/03/2008	69200	233		127.69
LWS7818	55692116B	19/02/2008	69200	233		127.69
LWT6959	55649925B	21/12/2007	69200	233		127.69
LWX4252	55449361B	17/05/2007	69200	233		127.69
LWZ1291	55450654B	15/06/2007	69200	233		127.69
LXB6518	55692062B	05/03/2008	52740	175		191.54
LXC9807	55691030B	24/03/2008	69200	233		127.69
LXE1227	55290624B	01/02/2007	69200	233		127.69
LXE4462	55691048B	31/03/2008	69200	233		127.69
LXG7866	55649507B	05/12/2007	69200	233		127.69
LXQ1831	55567200B	11/08/2008	69120	232		53.20
LXQ1831	55694801B	11/08/2008	51691	165		957.69
LXR7611	55692405B	09/05/2008	65990	230	* V	191.54
LXT8884	54863045B	04/12/2006	69200	233		127.69
LXU3463	55450111B	03/08/2007	50450	162	* V	191.54
LXX9681	55691974B	23/08/2008	66532	230	* XI	127.69
LYD4418	55650785B	04/02/2008	66100	230	* VII	127.69
LYD6102	55694558B	17/07/2008	69200	233		127.69
LYL4203	55650408B	24/01/2008	69200	233		127.69
LYM3251	55650787B	04/02/2008	65990	230	* V	191.54
LYM3251	55650786B	04/02/2008	50100	162	* I	574.61
LYM4837	55651256B	15/01/2008	69120	232		53.20
LYM4837	55651255B	15/01/2008	65990	230	* V	191.54
LYM4837	55651254B	15/01/2008	50100	162	* I	574.61
LYN2737	55568391B	16/02/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
LYN2737	55568389B	16/02/2008	50100	162	* I	574.61
LYO3026	55451832B	23/06/2008	66450	230	* X	127.69
LYO6900	55694614B	15/08/2008	51691	165		957.69
LYP1763	55692634B	15/06/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
LYP1763	55692632B	15/06/2008	65990	230	* V	191.54
LYP1763	55692633B	15/06/2008	50100	162	* I	574.61
LYS8681	55693986B	20/06/2008	69200	233		127.69
LYU0135	55651302B	20/11/2007	69200	233		127.69
LYU1510	55691010B	18/03/2008	69200	233		127.69
LYW3303	55450668B	18/06/2007	69200	233		127.69
LYW5776	55694355B	24/06/2008	69200	233		127.69
LZF3320	55649692B	16/03/2008	66100	230	* VII	127.69
LZF7908	55694788B	15/08/2008	69200	233		127.69
LZH7531	55694256B	25/06/2008	69120	232		53.21
LZH7531	55694255B	25/06/2008	65990	230	* V	191.54
LZK0511	54867087B	20/01/2007	52740	175		191.54

LZO4643	55451264B	25/07/2007	65990	230	* V	191.54
LZP9044	54862783B	22/01/2007	69200	233		127.69
LZV5633	55568092B	05/02/2008	50960	163	c/c 162 * V	191.54
LZV8810	54812389C	22/10/2008	69200	233		127.69
LZW6060	55692255B	25/02/2008	69200	233		127.69
LZY1249	54863002B	23/11/2006	69200	233		127.69
MAE1695	55566877B	13/12/2007	51690	165		957.69
MAJ4638	54813627C	28/11/2008	65992	230	* V	191.53
MAQ5241	54862842B	18/10/2006	69200	233		127.69
MAY1796	54863779B	18/10/2006	50100	162	* I	574.61
MAY8010	55691432B	31/05/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
MAY8010	55691431B	31/05/2008	65990	230	* V	191.54
MAY8010	55691430B	31/05/2008	50100	162	* I	574.61
MAY8010	55691433B	31/05/2008	69120	232		53.20
MBB2762	55649526B	05/12/2007	69200	233		127.69
MBD5085	55692537B	09/07/2008	65990	230	* V	191.53
MBK9197	55691742B	13/07/2008	51691	165		957.69
MBL0932	55693756B	05/05/2008	66100	230	* VII	127.69
MBL0932	55693757B	05/05/2008	69120	232		53.20
MBM6567	54862785B	22/01/2007	69200	233		127.69
MBO7337	55449894B	31/05/2007	69200	233		127.69
MBT8253	55692968B	19/07/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
MBT8253	55692967B	19/07/2008	50100	162	* I	574.61
MBT8253	55692966B	19/07/2008	65992	230	* V	191.53
MBU7661	54812054C	25/09/2008	69200	233		127.69
MCD9300	55692932B	05/10/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
MCD9300	55692931B	05/10/2008	50100	162	* I	574.61
MCE4722	55693621B	05/06/2008	69200	233		127.69
MCF9179	55649946B	27/12/2007	69200	233		127.69
MCI0690	55692278B	28/02/2008	69200	233		127.69
MCM5244	55693968B	17/06/2008	69200	233		127.69
MCP6230	55568385B	13/02/2008	65990	230	* V	191.54
MCP7979	55691017B	19/03/2008	69200	233		127.69
MCV2361	54863716B	23/11/2006	50100	162	* I	574.61
MCV2361	54863717B	23/11/2006	51180	164	c/c 162 * I	574.61
MCY5793	55694384B	01/07/2008	69200	233		127.69
MDA9923	55649912B	20/12/2007	69200	233		127.69
MDD8733	55690981B	15/03/2008	66450	230	* X	127.69
MDD8733	55690960B	15/03/2008	66530	230	* XI	127.69
MDD9074	54863782B	22/10/2006	66100	230	* VII	127.69
MDJ9024	55693990B	20/06/2008	69200	233		127.69
MDJ9851	55695092B	15/07/2008	69200	233		127.69
MDM9182	55692400B	10/05/2008	51690	165		957.69
MDM9182	55692399B	10/05/2008	50100	162	* I	574.61
MDY4243	55566897B	21/01/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
MDY4243	55566896B	21/01/2008	50100	162	* I	574.61
MDZ2488	55692465B	15/05/2008	50450	162	* V	191.54
MEF5622	54812085C	29/09/2008	69200	233		127.69
MEI1621	55651492B	08/01/2008	73400	252	* IV	85.13
MEK3606	55693781B	10/05/2008	50100	162	* I	574.61
MEK3606	55693782B	10/05/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
MEM3253	55693281B	24/05/2008	50100	162	* I	574.61
MEM3253	55693282B	24/05/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
MEQ4182	55650432B	31/01/2008	69200	233		127.69
MEV2276	54812904C	19/10/2008	51691	165		957.69
MEW2354	55692805B	29/07/2008	50450	162	* V	191.53
MEZ2939	54497179B	09/06/2007	52740	175		191.54
MFE1292	55694377B	30/06/2008	69200	233		127.69
MFM1652	55449564B	22/06/2007	69120	232		53.20
MGA5451	54497649B	09/02/2007	50100	162	* I	574.61
MGJ3531	55650666B	15/03/2008	50100	162	* I	574.61
MGJ3531	55650667B	15/03/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
MGN7600	54812091C	01/10/2008	69200	233		127.69

MGS6990	54864247B	15/01/2007	69200	233		127.69
MHG4062	55449768B	06/07/2007	50100	162	* I	574.61
MHG4062	55449772B	06/07/2007	52740	175		191.54
MHY2500	55695564B	14/11/2008	52742	175		191.53
NBQ4851	55692764B	27/05/2008	69200	233		127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 904/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE - SECRETARIA DE DEFESA DO CI

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 904/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AVZ9990	55695851B	15/10/2008	55680	181 * XIX	127.69
DOC0315	54881622C	02/10/2008	55412	181 * XVII	53.20
DPR4697	54812444C	09/11/2008	59670	203 * V	191.53
HZO2861	54882427B	18/08/2008	55412	181 * XVII	53.20
IKS4254	55694701B	27/08/2008	73662	252 * VI	85.12
IMF2107	54881762C	14/10/2008	55412	181 * XVII	53.20
LNJ5680	55691146B	16/09/2008	55500	181 * XVIII	85.12
LXJ6881	54881552C	24/09/2008	55412	181 * XVII	53.20
LXN9015	54881478C	10/09/2008	55412	181 * XVII	53.20
LXS2255	54881310C	01/09/2008	55412	181 * XVII	53.20
LXU9088	54882003C	06/11/2008	55412	181 * XVII	53.20
LYT1929	55650098B	24/08/2008	65300	228	127.69
LYW0668	54882299B	05/08/2008	55412	181 * XVII	53.20
LZM6593	54881435C	09/09/2008	55412	181 * XVII	53.20
MAP8560	54813524C	08/11/2008	51851	167	127.69
MBH1464	54881336C	01/09/2008	55412	181 * XVII	53.20
MBR1653	54882268B	30/07/2008	55412	181 * XVII	53.20
MBZ2221	54882458B	20/08/2008	55412	181 * XVII	53.20
MEF5622	54881530C	24/09/2008	55412	181 * XVII	53.20
MEI9782	54881201C	25/08/2008	55412	181 * XVII	53.20
MEO2441	54882171B	21/07/2008	55412	181 * XVII	53.20

MFO5288	54881538C	23/09/2008	55412	181	*	XVII	53.20
MGV6340	54881294C	26/08/2008	55412	181	*	XVII	53.20
MHC3810	55695265B	11/10/2008	55411	181	*	XVII	53.20
MHC7300	54882337B	11/08/2008	55412	181	*	XVII	53.20
MHY2500	55695573B	14/11/2008	52152	170			191.53
MHY2500	55695574B	14/11/2008	52151	170			191.53
MJZ9650	54881907C	30/10/2008	55412	181	*	XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
PAULO RODRIGO SESTREM
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 908/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 908/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BKE1163	54862668B	18/01/2007	69200	233	127.69
GLC3983	55650545B	15/02/2008	69200	233	127.69
GLG3399	55694350B	12/11/2008	67001	230 * XVI	127.69
HUG9070	54812379C	22/10/2008	69200	233	127.69
KMH4409	55694659B	15/08/2008	65992	230 * V	191.53
KPP7892	54813254C	15/11/2008	50450	162 * V	191.53
LYU7776	55649940B	21/12/2007	69200	233	127.69
LZH9678	54865233B	18/10/2006	66100	230 * VII	127.69
LZL5436	54813569C	28/10/2008	69200	233	127.69
LZQ0952	54812412C	03/10/2008	65992	230 * V	191.53
MAI3441	54813565C	28/10/2008	69200	233	127.69
MAK9407	54865827B	05/02/2007	51690	165	957.69
MAL5077	55649531B	11/12/2007	69200	233	127.69
MAS1156	55692519B	07/06/2008	50100	162 * I	574.61
MAS1156	55692520B	07/06/2008	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MBC5222	54812936C	16/11/2008	66102	230 * VII	127.69
MBP6757	55695919B	16/11/2008	66102	230 * VII	127.69
MBW3756	55694810B	26/10/2008	65992	230 * V	191.53
MCN0531	55694372B	30/06/2008	69200	233	127.69

MCQ6359	55450454B	19/07/2007	69200	233		127.69
MCV7557	54812197C	26/11/2008	67692	230	* XXII	85.12
MCV7557	54812196C	26/11/2008	65992	230	* V	191.53
MDE2372	55450468B	23/07/2007	69200	233		127.69
MEG8953	54812952C	22/09/2008	50100	162	* I	574.61
MEG8953	54812953C	22/09/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
MEM1696	55691468B	04/05/2008	50450	162	* V	191.54
MFO7772	54813053C	26/10/2008	69120	232		53.20
MFO7772	54813054C	26/10/2008	65992	230	* V	191.53
MFO7772	54813055C	26/10/2008	50371	162	* III	574.61
MHM0140	55694735B	11/11/2008	65992	230	* V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 912/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 912/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADV8560	55695390B	27/08/2008	69200	233	127.69
AFK7007	55692850B	19/09/2008	65992	230 * V	191.53
AGD7602	55693992B	20/06/2008	69200	233	127.69
AGH3717	54812469C	07/10/2008	69200	233	127.69
AGL8645	55693340B	28/09/2008	65992	230 * V	191.53
AKO9807	54812474C	07/10/2008	69200	233	127.69
AMR8187	55649783B	07/09/2008	50610	163 c/c 162 * I	574.61
AMR8187	55649782B	07/09/2008	50100	162 * I	574.61
AYB8000	54812080C	26/09/2008	69200	233	127.69
BEC3200	54811953C	19/09/2008	52742	175	191.53
BFC6973	55692407B	16/09/2008	66102	230 * VII	127.69
BMJ6007	55695837B	17/09/2008	69200	233	127.69
BNW4249	54974821C	15/12/2008	69200	233	127.69
BNY2246	54812098C	02/10/2008	69200	233	127.69
BOV9663	55691631B	18/09/2008	51691	165	957.69

BOV9663	54812072C	25/09/2008	69200	233		127.69
CGC2115	55692994B	21/09/2008	51691	165		957.69
CGV6619	54811957C	26/09/2008	52742	175		191.53
CXO4146	54812059C	25/09/2008	69200	233		127.69
DFQ6765	55695386B	26/08/2008	69200	233		127.69
DGV1046	55695361B	21/08/2008	69200	233		127.69
DLX1604	55693980B	18/06/2008	69200	233		127.69
FOC0044	54812078C	25/09/2008	69200	233		127.69
HRL4311	55695138B	09/09/2008	67691	230	* XXII	85.12
HWA1151	54812084C	26/09/2008	69200	233		127.69
IBV5656	54812500C	14/10/2008	69200	233		127.69
IGQ2727	55695118B	28/08/2008	66102	230	* VII	127.69
IKE3331	54813772C	18/11/2008	69200	233		127.69
LWT9161	55694319B	17/09/2008	67261	230	* XVIII	127.69
LWT9161	55694320B	17/09/2008	67691	230	* XXII	85.12
LWT9161	55694318B	17/09/2008	65992	230	* V	191.53
LWT9971	54975007C	23/12/2008	69200	233		127.69
LWU1771	54813773C	18/11/2008	69200	233		127.69
LWU7130	55695715B	07/10/2008	50450	162	* V	191.53
LWX1234	55695783B	04/11/2008	65992	230	* V	191.53
LWX1234	55695787B	04/11/2008	50450	162	* V	191.53
LWY1835	54812466C	07/10/2008	69200	233		127.69
LWZ7331	55695360B	21/08/2008	69200	233		127.69
LWZ7731	54812458C	03/10/2008	69200	233		127.69
LXC8606	54812468C	07/10/2008	69200	233		127.69
LXD4327	54812489C	08/10/2008	69200	233		127.69
LXK4642	55695813B	12/09/2008	69200	233		127.69
LXM8439	54812616C	15/12/2008	51691	165		957.69
LXM9598	55694095B	31/08/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
LXM9598	55694094B	31/08/2008	50100	162	* I	574.61
LXT5970	54812496C	14/10/2008	69200	233		127.69
LXU5786	55692828B	17/09/2008	65992	230	* V	191.53
LXV0401	55694900B	26/09/2008	65992	230	* V	191.53
LXW3866	55695608B	29/08/2008	69200	233		127.69
LXX4944	55650932B	01/09/2008	51691	165		957.69
LYC0548	55695409B	31/08/2008	66102	230	* VII	127.69
LYI8798	54812095C	01/10/2008	69200	233		127.69
LZA1466	54812479C	09/10/2008	69200	233		127.69
LZC1961	55692930B	24/09/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
LZD8750	55691634B	20/09/2008	65992	230	* V	191.53
LZF7105	55695601B	29/08/2008	69200	233		127.69
LZH2170	55695834B	17/09/2008	69200	233		127.69
LZJ5584	54862834B	16/10/2006	69200	233		127.69
LZM4920	55692999B	24/09/2008	66531	230	* XI	127.69
LZM9336	54811901C	21/09/2008	50100	162	* I	574.61
LZM9336	54811904C	21/09/2008	51691	165		957.69
LZM9336	54811903C	21/09/2008	65992	230	* V	191.53
LZM9336	54811902C	21/09/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
LZW2690	55694883B	14/09/2008	51691	165		957.69
LZZ7010	54813621C	20/11/2008	51691	165		957.69
LZZ7013	55695613B	01/09/2008	69200	233		127.69
MAA4691	54812475C	08/10/2008	69200	233		127.69
MAL5073	55695394B	28/08/2008	69200	233		127.69
MAL5742	55695661B	06/10/2008	65992	230	* V	191.53
MAL7069	54812163C	09/10/2008	65561	230	* I	191.53
MAN7701	55692413B	21/09/2008	50100	162	* I	574.61
MAP8895	55695614B	01/09/2008	69200	233		127.69
MAQ9107	55692847B	18/09/2008	65561	230	* I	191.53
MAT1207	55694748B	13/12/2008	52742	175		191.53
MBA2464	55693347B	28/09/2008	66102	230	* VII	127.69
MBA2464	55693345B	28/09/2008	50450	162	* V	191.53
MBB2522	55691143B	09/09/2008	50450	162	* V	191.53
MBB2522	55691144B	09/09/2008	65992	230	* V	191.53

MBB4383	54813903C	01/11/2008	66102	230	*	VII	127.69
MBD4880	55695640B	11/09/2008	69200	233			127.69
MBD9014	55694457B	30/09/2008	50450	162	*	V	191.53
MBE6537	55691437B	08/06/2008	51690	165			957.69
MBE8011	55695626B	05/09/2008	69200	233			127.69
MBE9676	55693401B	11/10/2008	51691	165			957.69
MBH1293	55691900B	03/09/2008	65992	230	*	V	191.53
MBI7746	54812168C	09/10/2008	50100	162	*	I	574.61
MBM5647	55695357B	21/08/2008	69200	233			127.69
MBO9769	55695014B	28/08/2008	50610	163	c/c	162 * I	574.61
MBO9769	55695013B	28/08/2008	50100	162	*	I	574.61
MBX5365	55695635B	10/09/2008	69200	233			127.69
MBY1374	54812152C	03/10/2008	66531	230	*	XI	127.69
MCA7516	55693959B	16/06/2008	69200	233			127.69
MCD1716	55691632B	20/09/2008	65992	230	*	V	191.53
MCG5506	55692979B	28/08/2008	50450	162	*	V	191.53
MCG5506	55692981B	28/08/2008	50960	163	c/c	162 * V	191.53
MCJ6213	55695790B	06/11/2008	65992	230	*	V	191.53
MCN6906	55692432B	09/10/2008	50881	163	c/c	162 * III	574.61
MCN6906	55692431B	09/10/2008	50371	162	*	III	574.61
MCN6906	55692430B	09/10/2008	65992	230	*	V	191.53
MCP0414	54974638C	10/12/2008	69200	233			127.69
MCS1832	55651678B	14/12/2008	50610	163	c/c	162 * I	574.61
MCS1832	55651676B	14/12/2008	65992	230	*	V	191.53
MCS1832	55651677B	14/12/2008	50100	162	*	I	574.61
MCS3936	55695400B	28/08/2008	69200	233			127.69
MCW7367	55694670B	10/09/2008	52820	176	*	I	957.69
MDA2700	55695146B	16/09/2008	65992	230	*	V	191.53
MDA6254	54812156C	06/10/2008	65992	230	*	V	191.53
MDG2119	55692419B	23/09/2008	50100	162	*	I	574.61
MDG2120	54811952C	19/09/2008	52742	175			191.53
MDI4061	54812051C	25/09/2008	69200	233			127.69
MDI9151	55695901B	09/10/2008	50100	162	*	I	574.61
MDI9151	55695902B	09/10/2008	50610	163	c/c	162 * I	574.61
MDI9151	55695903B	09/10/2008	65992	230	*	V	191.53
MDJ0678	55695666B	11/10/2008	53200	176	*	V	957.69
MDJ0678	55695665B	11/10/2008	66610	230	*	XII	127.69
MDJ1972	55695018B	28/08/2008	50450	162	*	V	191.53
MDJ2457	54812719C	20/11/2008	50610	163	c/c	162 * I	574.61
MDJ6006	55695619B	04/09/2008	69200	233			127.69
MDK4355	55692571B	29/06/2008	66450	230	*	X	127.69
MDL1246	55695744B	22/10/2008	65992	230	*	V	191.53
MDL7791	55695616B	01/09/2008	69200	233			127.69
MDM3416	55694665B	04/09/2008	50371	162	*	III	574.61
MDM3416	55694666B	04/09/2008	65992	230	*	V	191.53
MDM3416	55694664B	04/09/2008	50881	163	c/c	162 * III	574.61
MDQ2272	54812493C	14/10/2008	69200	233			127.69
MDR6082	55692996B	24/09/2008	65992	230	*	V	191.53
MDR6082	55692997B	24/09/2008	50450	162	*	V	191.53
MDS6976	55695802B	09/09/2008	69200	233			127.69
MDU8704	55695769B	05/10/2008	66020	230	*	VI	191.53
MDU8704	55695768B	05/10/2008	66371	230	*	IX	127.69
MDU8704	55695766B	05/10/2008	50100	162	*	I	574.61
MDX5697	55692976B	27/08/2008	65800	230	*	IV	191.53
MDX5697	55692977B	27/08/2008	65992	230	*	V	191.53
MDX5697	55692978B	27/08/2008	50450	162	*	V	191.53
MEI5214	55692841B	18/09/2008	50100	162	*	I	574.61
MEJ2012	54812472C	07/10/2008	69200	233			127.69
MEL6421	54813639C	10/12/2008	65992	230	*	V	191.53
MEO2684	55695551B	05/09/2008	52742	175			191.53
MEP5675	55692835B	17/09/2008	50100	162	*	I	574.61
MEQ4792	55695663B	06/10/2008	50610	163	c/c	162 * I	574.61
MEQ4792	55695662B	06/10/2008	50100	162	*	I	574.61

MEY8820	54812092C	01/10/2008	69200	233		127.69
MFE8043	54812083C	26/09/2008	69200	233		127.69
MFF8571	55692410B	21/09/2008	65992	230	* V	191.53
MFP2021	55694815B	12/11/2008	50450	162	* V	191.53
MFP2021	55694816B	12/11/2008	50960	163	c/c 162 * V	191.53
MFQ2710	55695915B	16/11/2008	66102	230	* VII	127.69
MFS4079	54812011C	09/10/2008	66450	230	* X	127.69
MFT2459	55694880B	14/09/2008	66450	230	* X	127.69
MFT2459	55694881B	14/09/2008	50100	162	* I	574.61
MFV2918	54812176C	20/10/2008	69120	232		53.20
MFV2918	54812177C	20/10/2008	50450	162	* V	191.53
MFZ9422	55695801B	08/09/2008	69200	233		127.69
MGH4671	55693341B	28/09/2008	69120	232		53.20
MGI0628	55691629B	14/09/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
MGI0628	55691628B	14/09/2008	50100	162	* I	574.61
MGP9691	55694315B	14/09/2008	50100	162	* I	574.61
MHS2182	54812461C	03/10/2008	69200	233		127.69
MHX0110	55693890B	27/09/2008	50100	162	* I	574.61
MIS9100	55695137B	08/09/2008	66102	230	* VII	127.69
MJH1770	55695764B	19/09/2008	50610	163	c/c 162 * I	574.61
MJH1770	55695763B	19/09/2008	50100	162	* I	574.61
MKP6310	54812476C	09/10/2008	69200	233		127.69
MVJ2098	55695389B	27/08/2008	69200	233		127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 916/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 916/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACG4321	55695669B	18/10/2008	50371	162 * III	574.61
ACG4321	55695670B	18/10/2008	65992	230 * V	191.53
AEH3358	54974626C	03/12/2008	69200	233	127.69

GRA3022	55695611B	01/09/2008	69200	233		127.69
HVM0208	55695617B	01/09/2008	69200	233		127.69
LXF3967	55694538B	30/08/2008	52820	176	* I	957.69
LYE8360	55691977B	13/09/2008	51691	165		957.69
LYW6793	55291906B	30/05/2007	50100	162	* I	574.61
LYW6793	55291907B	30/05/2007	69120	232		53.20
LYW6793	55291909B	30/05/2007	65990	230	* V	191.54
MAO6262	55694878B	14/09/2008	65992	230	* V	191.53
MBM5932	55694918B	19/12/2008	53040	176	* III	957.69
MBU8184	55651206B	09/02/2008	51690	165		957.69
MCB9749	55694027B	05/10/2008	69120	232		53.20
MCB9749	55694028B	05/10/2008	52741	175		191.53
MCN9660	54974805C	12/12/2008	69200	233		127.69
MDU7015	54813313C	15/11/2008	69120	232		53.20
MEJ3002	55694338B	06/10/2008	66531	230	* XI	127.69
MFJ6715	54811912C	03/12/2008	66102	230	* VII	127.69
MGA5852	54813411C	08/01/2009	50610	163	c/c 162 * I	574.61
MGA5852	54813410C	08/01/2009	50100	162	* I	574.61
MHO7132	55651413B	15/09/2008	50450	162	* V	191.53
MHO7132	55651415B	15/09/2008	65992	230	* V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 920/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 920/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABE1325	54812260C	11/01/2009	65992	230 * V	191.53
AOG2893	54813787C	24/11/2008	69200	233	127.69
DJJ5288	54813555C	27/10/2008	69200	233	127.69
LXB3967	55695150B	16/09/2008	66450	230 * X	127.69
LZO1184	55449916B	04/05/2008	50100	162 * I	574.61
LZO1184	55449917B	04/05/2008	50610	163 c/c 162 * I	574.61

MAL3043	54975146C	19/01/2009	69200	233	127.69
MBF5882	54975144C	19/01/2009	69200	233	127.69
MNK0236	54975140C	16/01/2009	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 924/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 924/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DPF2839	55694796B	19/08/2008	69200	233	127.69
DPS8023	54813908C	20/12/2008	69120	232	53.20
EEE0965	55695699B	20/01/2009	65992	230 * V	191.53
LWS5619	55694324B	18/09/2008	65992	230 * V	191.53
LWS5619	55694323B	18/09/2008	67693	230 * XXII	85.12
LWS5619	55694322B	18/09/2008	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LWS5619	55694321B	18/09/2008	50100	162 * I	574.61
LYZ4300	54975031C	29/12/2008	69200	233	127.69
MCP3853	54813360C	24/01/2009	66102	230 * VII	127.69
MCS1832	54974713C	31/01/2009	51691	165	957.69
MCS1832	54813406C	30/12/2008	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MCS1832	54974709C	31/01/2009	50100	162 * I	574.61
MCS1832	54974710C	31/01/2009	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MCS1832	54974714C	31/01/2009	52741	175	191.53
MCS1832	54974715C	31/01/2009	65800	230 * IV	191.53
MCS1832	54813404C	30/12/2008	50100	162 * I	574.61
MEQ0270	55694781B	14/08/2008	69200	233	127.69
MFY8068	54812397C	24/10/2008	69200	233	127.69
MGS5830	55694865B	13/09/2008	66102	230 * VII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-
 GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-
 AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
 OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
 EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
 FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
 DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 928/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
 DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 928/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAB4383	55693626B	06/06/2008	69200	233	127.69
ABW6974	55693608B	03/06/2008	69200	233	127.69
CCQ5554	55694779B	14/08/2008	69200	233	127.69
CHA4238	54975123C	13/01/2009	69200	233	127.69
HBM1238	55694784B	14/08/2008	69200	233	127.69
JNR4393	55694769B	11/08/2008	69200	233	127.69
LWS7617	55695642B	11/09/2008	69200	233	127.69
LXK7374	54813641C	14/12/2008	51691	165	957.69
LZD3668	55692840B	18/09/2008	65992	230 * V	191.53
LZO8770	55695410B	31/08/2008	65992	230 * V	191.53
MBB0064	55695136B	08/09/2008	67691	230 * XXII	85.12
MBQ8480	54811955C	26/09/2008	52742	175	191.53
MBQ8480	54812406C	26/09/2008	52742	175	191.53
MCA5024	54814222C	31/01/2009	51691	165	957.69
MCE2101	55695200B	06/09/2008	65800	230 * IV	191.53
MCJ7587	55693619B	05/06/2008	69200	233	127.69
MCT8417	55695847B	22/09/2008	69200	233	127.69
MCW4770	55694841B	03/01/2009	52742	175	191.53
MEA2050	55693175B	26/09/2008	65992	230 * V	191.53
MEP4358	54974825C	15/12/2008	69200	233	127.69
MFE8351	54812167C	09/10/2008	50881	163 c/c 162 * III	574.61
MFE8351	54812166C	09/10/2008	50371	162 * III	574.61
MFE8351	54812165C	09/10/2008	69120	232	53.20
MFE8351	54812164C	09/10/2008	65992	230 * V	191.53
MHW4440	54975022C	23/12/2008	69200	233	127.69
MIG0100	54812096C	01/10/2008	69200	233	127.69
MIS3600	54975331C	09/02/2009	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 932/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 932/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXG7716	54975019C	23/12/2008	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 933/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE - SECRETARIA DE DEFESA DO CI

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 933/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYY2817	54882475C	12/01/2009	55412	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 936/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 936/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADY3380	55692777B	27/05/2008	69200	233	127.69
AET7741	55693618B	05/06/2008	69200	233	127.69
AET7741	55691576B	15/06/2008	66100	230 * VII	127.69
AET7741	55691575B	15/06/2008	51690	165	957.69
CMR6776	54975024C	29/12/2008	69200	233	127.69
DQC0009	54975245C	19/02/2009	69200	233	127.69
HVM3229	55693614B	04/06/2008	69200	233	127.69
ICY2817	55692712B	20/06/2008	50450	162 * V	191.54
LWR9174	54976155C	19/02/2009	69200	233	127.69
LWV1741	55650281B	05/05/2008	50450	162 * V	191.54
LWZ1776	54975228C	15/02/2009	69200	233	127.69
LYN0587	55695805B	09/09/2008	69200	233	127.69
LYT4662	55694002B	20/06/2008	50450	162 * V	191.54
LZP1996	54814365C	12/01/2009	50450	162 * V	191.53
LZP1996	54814366C	12/01/2009	50960	163 c/c 162 * V	191.53
MAO3492	54813391C	09/02/2009	67693	230 * XXII	85.12
MCG9545	54812026C	13/02/2009	52741	175	191.53

MCY2300	54975322C	09/02/2009	66102	230	*	VII	127.69
MDA0205	55694235B	28/01/2009	50100	162	*	I	574.61
MDA0205	55694234B	28/01/2009	51691	165			957.69
MDP2979	54814333C	02/02/2009	66102	230	*	VII	127.69
MEE4209	54814225C	07/02/2009	65992	230	*	V	191.53
MEK9678	54813667C	16/12/2008	65992	230	*	V	191.53
MEN0902	55451825B	16/06/2008	50450	162	*	V	191.54
MEQ6050	55693612B	04/06/2008	69200	233			127.69
MFA0726	54975354C	23/02/2009	52741	175			191.53
MHK2622	54813382C	03/02/2009	66531	230	*	XI	127.69
MHK2622	54813380C	03/02/2009	66020	230	*	VI	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 940/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 940/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFD9317	54812273C	05/03/2009	50450	162 * V	191.53
LXU6711	54814243C	10/03/2009	51691	165	957.69
LXY8771	54975334C	13/02/2009	66102	230 * VII	127.69
MCP7015	54976174C	27/02/2009	69200	233	127.69
MCV5773	55695268B	18/03/2009	50100	162 * I	574.61
MCV5773	55695269B	18/03/2009	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MDX5494	54974914C	07/03/2009	66531	230 * XI	127.69
MDX5494	54975507C	09/03/2009	66020	230 * VI	191.53
MDX5494	54975508C	09/03/2009	66102	230 * VII	127.69
MEX7029	54812206C	14/02/2009	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MEX7029	54812205C	14/02/2009	50100	162 * I	574.61
MHB9300	54813259C	17/01/2009	66700	230 * XIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 944/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 944/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AE9091	54976406C	03/03/2009	69200	233	127.69
BLR7966	54976200C	07/03/2009	69200	233	127.69
DJA0233	54976423C	10/03/2009	69200	233	127.69
LZI5603	54814371C	24/01/2009	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MAE4433	54976442C	13/03/2009	69200	233	127.69
MAQ8020	54974571C	13/02/2009	51691	165	957.69
MBR5972	54974994C	21/03/2009	50450	162 * V	191.53
MCV5773	54974992C	21/03/2009	50100	162 * I	574.61
MCV5773	54974993C	21/03/2009	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MEB2511	54976409C	06/03/2009	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 948/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 948/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGG2379	54974574C	14/02/2009	65992	230 * V	191.53
AGG2379	54974573C	14/02/2009	51691	165	957.69
AIK0335	54976166C	25/02/2009	69200	233	127.69
DCE0382	54975213C	27/01/2009	69200	233	127.69
GWB8548	54976161C	20/02/2009	69200	233	127.69
JPB6430	54975177C	19/03/2009	69200	233	127.69
LYQ2247	54976437C	10/03/2009	69200	233	127.69
LZC5147	54814129C	14/02/2009	51691	165	957.69
LZE9677	54976429C	11/03/2009	69200	233	127.69
MAJ9933	55694469B	12/03/2009	73400	252 * IV	85.12
MAJ9933	55694468B	12/03/2009	65992	230 * V	191.53
MBM9082	55650246B	18/06/2008	65990	230 * V	191.54
MBM9082	55650244B	18/06/2008	50100	162 * I	574.61
MBO0524	54976070C	16/03/2009	66531	230 * XI	127.69
MBT6074	54976173C	02/03/2009	69200	233	127.69
MCX7595	54975175C	17/03/2009	69200	233	127.69
MEC7052	54976153C	17/02/2009	69200	233	127.69
MEW7105	54814140C	04/03/2009	51691	165	957.69
MFG5530	55691206B	14/02/2009	65992	230 * V	191.53
MGA5960	54812790C	10/02/2009	65992	230 * V	191.53
MGA5960	54812791C	10/02/2009	66020	230 * VI	191.53
MIR7710	55693603B	02/06/2008	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 951/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE - SECRETARIA DE DEFESA DO CI

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 951/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ANB2625	55651674B	14/12/2008	70561	244 * III	191.53
MFV2796	54813696C	20/12/2008	58350	195	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
PAULO RODRIGO SESTREM
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.050 954/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 954/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HRN8593	54975396C	11/04/2009	69120	232	53.20
HRN8593	55691214B	11/04/2009	51691	165	957.69
LWT4173	54974986C	13/03/2009	50450	162 * V	191.53
MDZ7802	54976063C	14/03/2009	66531	230 * XI	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 962/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE - SECRETARIA DE DEFESA DO CI

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 962/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
KLW9179	54883478C	27/03/2009	55412	181 * XVII	53.20
LZL3000	54883807C	18/04/2009	55412	181 * XVII	53.20
MBD1655	54883135C	06/04/2009	57461	187 * I	85.12
MBH0704	54883563C	29/04/2009	57461	187 * I	85.12
MFV0934	54883458C	26/03/2009	55412	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
PAULO RODRIGO SESTREM
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 965/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 965/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ANO4005	55693658B	24/04/2009	51691	165	957.69
BPL5190	54975195C	23/03/2009	69200	233	127.69
CIR6326	54814116C	22/01/2009	69120	232	53.20
CIR6326	54814115C	22/01/2009	65992	230 * V	191.53
HPQ4965	54812213C	02/05/2009	51691	165	957.69
LWZ2054	54975643C	06/04/2009	69200	233	127.69
LYB6625	54975874C	29/04/2009	69120	232	53.20
LYV7291	55695426B	27/03/2009	65992	230 * V	191.53
LYY9895	54975582C	02/05/2009	65992	230 * V	191.53
MBF9787	54976496C	30/04/2009	66102	230 * VII	127.69
MBN6703	55192834C	25/04/2009	69200	233	127.69
MDD8332	54974998C	27/03/2009	66102	230 * VII	127.69
MDF0828	54976432C	12/03/2009	69200	233	127.69
MDG6375	54976977C	26/04/2009	73400	252 * IV	85.12
MDI6494	54976846C	20/04/2009	69200	233	127.69
MED3419	54975557C	14/04/2009	50450	162 * V	191.53
MEJ1782	54812742C	04/05/2009	65992	230 * V	191.53
MFA0661	54976075C	24/03/2009	69120	232	53.20
MFH1750	54976511C	24/04/2009	50100	162 * I	574.61
MFH1750	54976512C	24/04/2009	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MFH1750	54976513C	24/04/2009	65992	230 * V	191.53
MGI4652	54975606C	25/03/2009	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 966/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE - SECRETARIA DE DEFESA DO CI

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 966/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAK9030	54881679B	11/06/2008	50020	257 8\$	53.20
AHD7618	54883409C	23/03/2009	55412	181 * XVII	53.20
AKK7043	54976530C	18/05/2009	54524	181 * VIII	127.69
ALQ8879	54883849C	24/04/2009	55412	181 * XVII	53.20
AMO1940	54883652C	08/04/2009	55412	181 * XVII	53.20
BGE7910	54814144C	10/03/2009	52152	170	191.53
BGE7910	54814142C	10/03/2009	58350	195	127.69
BGE7910	54814145C	10/03/2009	57200	186 * I	127.69
HPQ4965	54812212C	02/05/2009	60502	208	191.53
JOI8784	54976871C	28/04/2009	57461	187 * I	85.12
LWT4874	54883291C	16/03/2009	55412	181 * XVII	53.20
LYB6625	54975875C	29/04/2009	70301	244 * I	191.53
LYX0768	54883711C	13/04/2009	55412	181 * XVII	53.20
LYY9895	54975581C	02/05/2009	58350	195	127.69
LZJ1138	54883296C	16/03/2009	55412	181 * XVII	53.20
MAO7940	54812279C	11/04/2009	55500	181 * XVIII	85.12
MBR4831	55649310B	03/12/2008	55680	181 * XIX	127.69
MBT1660	54975655C	04/04/2009	55250	181 * XV	85.12
MCL2153	54976612C	25/04/2009	55500	181 * XVIII	85.12
MCM8009	54883186C	06/03/2009	55412	181 * XVII	53.20
MCT0458	54974780C	06/04/2009	57200	186 * I	127.69
MDG3725	54883659C	08/04/2009	55412	181 * XVII	53.20
MDY1145	54883657C	08/04/2009	55412	181 * XVII	53.20
MEA0898	54883240C	12/03/2009	55412	181 * XVII	53.20
MED3419	54975556C	14/04/2009	70481	244 * II	191.53
MEL0213	54883203C	09/03/2009	55412	181 * XVII	53.20
MEM0485	54882484C	13/01/2009	55412	181 * XVII	53.20
MFA0661	54975066C	24/03/2009	58350	195	127.69
MFF6474	54883346C	18/03/2009	55412	181 * XVII	53.20
MGC0770	54883944C	30/04/2009	55412	181 * XVII	53.20
MGD2408	54883614C	04/04/2009	55412	181 * XVII	53.20
MGK3999	54883870C	25/04/2009	55412	181 * XVII	53.20
MGM3007	54883343C	18/03/2009	55412	181 * XVII	53.20
MIQ9080	54883226C	10/03/2009	55412	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 969/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 969/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AOR0509	54813269C	14/04/2009	66700	230 * XIII	127.69
MAC9856	54975579C	02/05/2009	50960	163 c/c 162 * V	191.53
MAX6951	55193000C	14/05/2009	69200	233	127.69
MBF2491	54976835C	17/04/2009	69200	233	127.69
MBT1660	54976601C	13/04/2009	66102	230 * VII	127.69
MBT1660	54976602C	13/04/2009	69120	232	53.20
MCV9569	55192978C	06/05/2009	69200	233	127.69
MFA0661	54976074C	24/03/2009	73400	252 * IV	85.12
MFA0661	54975065C	24/03/2009	66020	230 * VI	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 973/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 973/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCP5332	54813343C	13/05/2009	65992	230 * V	191.53
MCP5332	54813344C	13/05/2009	50450	162 * V	191.53
MDI4813	54976629C	29/04/2009	52741	175	191.53
MFN3376	54976335C	24/05/2009	65561	230 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 977/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 977/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IDC8458	54976948C	14/05/2009	67001	230 * XVI	127.69
IGM6023	55192809C	23/04/2009	69200	233	127.69
LYL7123	54814294C	29/03/2009	52741	175	191.53
LYL7123	54814293C	29/03/2009	51691	165	957.69
MBJ7077	55192814C	23/04/2009	69200	233	127.69
MDR9381	54975591C	11/05/2009	51691	165	957.69
MDV2018	55693929B	17/05/2009	65992	230 * V	191.53
MGR2711	55193109C	13/05/2009	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 983/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 983/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGO0112	54976049C	07/06/2009	53200	176 * V	957.69
AKR0430	54975925C	02/05/2009	50100	162 * I	574.61
AKR0430	54975926C	02/05/2009	50610	163 c/c 162 * I	574.61
AKR0430	54975927C	02/05/2009	65992	230 * V	191.53
CAG5298	54976995C	07/05/2009	67693	230 * XXII	85.12
CMC3301	54811931C	08/05/2009	65992	230 * V	191.53
LXI1151	55192952C	30/04/2009	69200	233	127.69
LXN0152	55192675C	08/06/2009	65992	230 * V	191.53
LYY9326	54976270C	21/05/2009	50450	162 * V	191.53
LYY9326	54976271C	21/05/2009	50960	163 c/c 162 * V	191.53
LYY9326	54976272C	21/05/2009	67261	230 * XVIII	127.69
LZC8907	54813273C	07/05/2009	66700	230 * XIII	127.69
MAL8283	55193943C	04/06/2009	69200	233	127.69
MBB2964	55649318B	07/06/2009	66102	230 * VII	127.69
MCJ4334	54976918C	03/05/2009	66102	230 * VII	127.69
MCT1932	55192571C	06/06/2009	51691	165	957.69
MDC0296	55192838C	28/04/2009	69200	233	127.69
MDU8110	54975688C	08/05/2009	65992	230 * V	191.53
MEF6303	55192996C	11/05/2009	69200	233	127.69
MEK3606	54974728C	02/05/2009	50100	162 * I	574.61
MEK3606	54974730C	02/05/2009	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MEK3606	54974732C	02/05/2009	65992	230 * V	191.53
MFK2992	54813340C	07/05/2009	65992	230 * V	191.53
MFN3376	54976333C	24/05/2009	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MFN3376	54976334C	24/05/2009	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 987/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 987/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXH7639	55193566C	10/06/2009	69200	233	127.69
LXN7867	54812522C	12/06/2009	52743	175	191.53
LYR1209	55695883B	12/06/2009	51691	165	957.69
MAE9746	54975587C	08/05/2009	65992	230 * V	191.53
MAZ5840	54975607C	25/03/2009	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 991/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 991/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACA6050	54976514C	30/04/2009	51691	165	957.69
COY3490	54811941C	06/07/2009	51691	165	957.69
LCZ1348	55194413C	13/07/2009	69200	233	127.69
LXF5323	55193880C	13/07/2009	65992	230 * V	191.53
MAN5570	55193063C	01/06/2009	65992	230 * V	191.53
MBQ0703	55193352C	01/06/2009	69120	232	53.20
MER4415	55693932B	21/05/2009	50100	162 * I	574.61
MFV0403	54976784C	07/07/2009	66450	230 * X	127.69
MFW2494	55193572C	15/06/2009	69200	233	127.69
MGU5461	54974887C	16/05/2009	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 995/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 995/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXC3900	55193129C	20/05/2009	69200	233	127.69
LXZ3100	55192710C	04/07/2009	69120	232	53.20
LYG1422	55192577C	14/06/2009	51691	165	957.69
LZV2614	55193329C	28/06/2009	65992	230 * V	191.53
MAN5570	55193064C	01/06/2009	50450	162 * V	191.53
MAS1312	55192708C	28/06/2009	66102	230 * VII	127.69
MBR6457	55193563C	10/06/2009	69200	233	127.69
MCN3181	55192868C	12/05/2009	65992	230 * V	191.53
MCZ1007	55192981C	08/05/2009	69200	233	127.69
MDQ7294	55194058C	03/07/2009	65992	230 * V	191.53
MDZ2752	54974738C	03/06/2009	65992	230 * V	191.53
MES5401	54813479C	29/05/2009	65992	230 * V	191.53

MGT0242	54975600C	23/05/2009	65992	230 * V	191.53
MHC0411	55194210C	30/06/2009	69200	233	127.69
MMM0092	55192867C	12/05/2009	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 999/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.050 999/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HUJ5555	55194446C	22/07/2009	69200	233	127.69
LYR4794	55193346C	19/07/2009	65992	230 * V	191.53
LYR4794	55193347C	19/07/2009	50100	162 * I	574.61
LYR4794	55193348C	19/07/2009	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MCF3285	55193421C	13/07/2009	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MCF3285	55193422C	13/07/2009	50100	162 * I	574.61
MCF3285	55692596B	13/07/2009	65992	230 * V	191.53
MFD5951	55194230C	03/07/2009	69200	233	127.69
MLB0030	55193862C	03/07/2009	66450	230 * X	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

CAIBI**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 106/2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 106/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DCC8260	54917342	07/08/2005	63940	220 * XIV	191.53
DCC8260	54917341	07/08/2005	52070	169	53.20
IFG0882	54917379	02/10/2005	52740	175	191.53
LXS6175	54917346	02/10/2005	65480	229	85.12
LXS6175	54917346	02/10/2005	58350	195	127.69
LXS6175	54917345	02/10/2005	58350	195	127.69
LXS6175	54917345	02/10/2005	65480	229	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 110/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 110/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZJ8954	54917284	22/12/2004	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 112/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 112/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYO7228	54917408	20/08/2005	66370	230 * IX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 113/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 113/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCC8186	54917403	20/08/2005	70640	244 * IV	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 115/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 115/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCC8186	54917404	20/08/2005	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 118/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 118/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYA9270	54917478	11/02/2006	50100	162 * I	574.61
LYN1003	54917411	20/08/2005	52070	169	53.20
LZJ8296	54917476	23/12/2005	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 119/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 119/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYN1003	54917410	20/08/2005	63940	220 * XIV	191.53
LYN1003	54917409	20/08/2005	63940	220 * XIV	191.53
LZE4702	54917503	31/03/2006	57380	186 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 121/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 121/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXR3198	54917506	01/04/2006	65300	228	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 125/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 125/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEG3158	54211913B	07/09/2006	54100	181 * IV	85.13
MEG3158	54211912B	07/09/2006	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 126/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 126/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBC7330	54211970B	27/08/2006	70300	244 * I	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 138/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 138/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXF7756	54211983B	08/04/2007	65480	229	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 141/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 141/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYY7218	54212008B	30/03/2007	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 145/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 145/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEX6817	54211980B	01/01/2007	70300	244 * I	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 151/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 151/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHT0842	54212019B	05/09/2007	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 156/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 156/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HSA8518	54211999B	10/11/2007	65480	229	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 167/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 167/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXX3091	54212102B	17/02/2008	52740	175	191.54
LXX3091	54212103B	17/02/2008	52070	169	53.20
LXX3091	54212128B	17/02/2008	52740	175	191.54
LXX3091	54212129B	17/02/2008	52150	170	191.54
MGN6282	54212080B	19/01/2008	70560	244 * III	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 170/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 170/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCM6270	54211979B	28/12/2006	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 172/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 172/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CVB7582	54212032B	20/11/2007	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 174/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 174/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGO3762	54212064B	30/03/2008	58350	195	127.69
MGO3762	54212062B	30/03/2008	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 177/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 177/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAK7145	54212104B	09/03/2008	70300	244 * I	191.54
MAK7145	54212105B	09/03/2008	71020	244 * VIII c/c 1\$	85.13
MFF3470	54212108B	19/04/2008	58350	195	127.69
MFF3470	54212107B	19/04/2008	65300	228	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 183/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 183/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGV9652	54226701B	29/08/2008	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 184/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 184/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHU9960	54226726B	19/09/2008	54010	181 * III	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 28/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 28/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 29/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 29/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ICA1042	54797687	17/04/1998	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 30/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 30/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.254 32/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 32/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO
QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.
INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFL1207	54797731	27/09/1998	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU
INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-
LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-
GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-
AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

CAIBI/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.254 33/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 33/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO
QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.
INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAW1240	54797733	16/01/1999	52740	175	191.53
MBD2340	54797858	20/01/1999	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 34/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 34/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXH7325	54797860	18/03/1999	69120	232	53.20
MDT7640	54797779	20/04/1999	66370	230 * IX	127.69
MDT7640	54797779	20/04/1999	67690	230 * XXII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 35/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 35/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IDI0721	54797737	03/10/1999	52740	175	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 36/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 36/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZI9090	54797739	06/02/2000	67260	230 * XVIII	127.69
LZI9090	54797739	06/02/2000	50290	162 * II	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE.

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 37/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 37/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ICI6905	54797808	24/01/2000	65300	228	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 38/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 38/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAC5689	54797863	22/05/2000	51850	167	127.69
MAC5689	54797863	22/05/2000	50450	162 * V	191.53
MDY9860	54797867	22/05/2000	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 39/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 39/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAG7869	54797871	22/05/2000	66700	230 * XIII	127.69
MBG2982	54797750	30/05/2000	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 40/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 40/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LKJ1500	54797890	19/06/2000	51850	167	127.69
MAP8422	54797889	19/06/2000	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 41/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 41/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IBD4855	54797781	30/06/2000	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 42/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 42/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWW0777	54797891	19/06/2000	51850	167	127.69
LXO2250	54797881	09/05/2000	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 43/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 43/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGR0001	54797813	06/08/2000	65300	228	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 44/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 44/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWX5764	797905	19/02/2001	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 45/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 45/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAG7209	797908	19/02/2001	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 46/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 46/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXE6971	797912	03/03/2001	65480	229	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 47/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 47/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BJH5444	54797968	27/07/2001	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 48/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 48/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXP4721	797913	18/08/2001	54790	181 * X	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 49/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 49/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBI2207	54894127	04/11/2001	50100	162 * I	574.61
MBI2207	54894128	04/11/2001	51690	165	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 50/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 50/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAR6680	54894177	04/11/2001	52070	169	53.20
MAR6680	54894177	04/11/2001	65640	230 * II	191.53
MAR6680	54894177	04/11/2001	52740	175	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 51/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 51/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYB5708	54894078	01/12/2001	69120	232	53.20
MAF8751	54894076	25/11/2001	55410	181 * XVII	53.20
MAF8751	54894076	25/11/2001	52740	175	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 52/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 52/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADM2747	54894187	15/12/2001	51850	167	127.69
AGR0001	54894152	17/12/2001	54520	181 * VIII	127.69
CJV4913	54894188	15/12/2001	67690	230 * XXII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 53/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 53/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZD4961	54894151	17/12/2001	64910	227 * II	53.20
LZD4961	54894151	17/12/2001	57200	186 * I	127.69
LZE4349	54894132	05/01/2002	65480	229	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 54/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 54/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ICM7165	54894200	06/01/2002	51850	167	127.69
MAC6235	54894082	17/01/2002	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 55/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 55/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IBL7455	54894161	22/01/2002	56140	182 * V	127.69
LXI3476	54894158	20/01/2002	52740	175	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 56/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 56/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BLL6975	54894081	04/02/2002	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 57/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 57/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CHS7860	54894136	09/03/2002	54100	181 * IV	85.12
LXE6971	54894114	15/03/2002	50100	162 * I	574.61
LZD4772	54894113	11/03/2002	50100	162 * I	574.61
LZH6853	54894208	09/03/2002	72340	250 * I * a	85.12
LZM1296	54894211	15/03/2002	50100	162 * I	574.61
LZM1296	54894212	28/03/2002	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 58/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 58/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZL5834	54894084	14/04/2002	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 59/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 59/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYP2937	54894086	28/04/2002	52740	175	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 60/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 60/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZB4375	54894164	27/05/2002	50100	162 * I	574.61
LZB4375	54894164	27/05/2002	69120	232	53.20
LZB4375	54894164	27/05/2002	50610	163 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 61/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 61/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AER7964	54894143	06/10/2002	72340	250 * I * a	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 62/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 62/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABI8693	54894229	19/10/2002	56140	182 * V	127.69
IBE1236	54894232	19/10/2002	51850	167	127.69
LXW5348	54894149	19/10/2002	56140	182 * V	127.69
LZU9727	54894150	19/10/2002	56140	182 * V	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 63/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 63/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IBP5181	54894168	28/10/2002	55250	181 * XV	85.12
LZA3749	54894089	19/10/2002	52070	169	53.20
LZA3749	54894089	19/10/2002	62700	220 * II	127.69
MCH6247	54894234	19/10/2002	52150	170	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 64/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 64/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEC5877	54894092	04/11/2002	50100	162 * I	574.61
MCJ0708	54894090	27/10/2002	70480	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 65/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 65/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CCP2142	54894237	14/12/2002	52740	175	191.53
CCP2142	54894237	14/12/2002	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 66/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 66/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IBL7455	54894093	17/01/2003	50610	163 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 67/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 67/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXX3681	54894095	30/03/2003	50100	162 * I	574.61
MAA3101	54894096	05/04/2003	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 68/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 68/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYO8277	54894099	01/06/2003	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 69/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 69/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADI3287	54894173	03/07/2003	58270	194	127.69
LXV0339	54894174	11/07/2003	50610	163 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 70/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 70/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZX4996	54894256	14/07/2003	70480	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 71/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 71/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BFP9949	54894261	24/08/2003	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 72/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 72/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LX08742	54894301	27/10/2003	58350	195	127.69
LX08742	54894301	27/10/2003	65480	229	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 107/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 107/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZJ8296	54917476	23/12/2005	50100	162 * I
MCS6048	54917454	29/01/2006	52740	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 108/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 108/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CTJ0472	54917455	29/01/2006	52740	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 109/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 109/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJC6129	54917497	01/04/2006	65300	228
BOA5884	54917324	19/03/2006	50100	162 * I
BYB7405	54917485	01/03/2006	65300	228
IFZ0526	54917322	21/02/2006	50100	162 * I
LBF3811	54917395	02/04/2006	52070	169
LBF3811	54917502	31/03/2006	72340	250 * I * a
LBF3811	54917396	02/04/2006	63940	220 * XIV
LYB1646	54917499	02/04/2006	70480	244 * II
LYM3700	54917321	16/02/2006	65990	230 * V

LYM3700	54917320	16/02/2006	50100	162	*	I
LZB9521	54917170	30/11/2004	50610	163	c/c	162 * I
MAB0802	54917458	29/01/2006	57200	186	*	I
MCM6459	54917484	28/02/2006	52070	169		
MCM6459	54917483	28/02/2006	63940	220	*	XIV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 111/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 111/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAF8166	54211904B	10/04/2006	50450	162 * V
MAF8166	54211902B	10/04/2006	65990	230 * V
MAF8166	54211903B	10/04/2006	69120	232
MDQ8790	54917510	01/04/2006	65300	228
MDT3460	54917431	07/04/2006	70480	244 * II
MDT3460	54917430	07/04/2006	70300	244 * I
MHA1460	54917507	01/04/2006	72850	250 * III
MHA1460	54917508	01/04/2006	66020	230 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 114/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 114/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IBW2735	54211905B	15/04/2006	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 116/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 116/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BNX8264	54917474A	03/06/2006	52070	169
HRX3674	54211932B	03/06/2006	57200	186 * I
IBV8250	54917437	07/04/2006	58350	195
LZL9658	54917397A	23/04/2006	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 117/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 117/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IBV8250	54917436	07/04/2006	52070	169
IBV8250	54917438	07/04/2006	52740	175
IBV8250	54917435	07/04/2006	57200	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 120/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 120/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXS9087 54211908B 03/06/2006 58350 195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 122/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 122/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IDZ9471	54917518A	06/08/2006	57200	186 * I
MDA2113	54917524A	14/09/2006	70560	244 * III
MDA2113	54917524A	14/09/2006	57200	186 * I
MDA2113	54917525A	14/09/2006	58350	195
MDA2113	54211974B	14/09/2006	57380	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 123/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 123/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYK7466	54917233A	22/09/2006	52740	175
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 124/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 124/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ALH8374 54211971B 27/08/2006 70300 244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 127/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 127/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CBP7741 54211923B 04/01/2007 72340 250 * I * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.254 128/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 128/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IDZ9471 54211944B 10/12/2006 52740 175
IDZ9471 54211945B 10/12/2006 51690 165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 129/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 129/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXK1341	54211949B	30/12/2006	52740	175
MCM6270	54211979B	28/12/2006	52070	169
MCM6270	54211979B	28/12/2006	66530	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 130/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 130/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYG7244	54211924B	07/01/2007	52740	175
MAC8510	54917236A	01/02/2007	70480	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 131/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 131/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXS9087	54211909B	03/06/2006	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 132/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 132/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDA2113 54211975B 14/09/2006 58430 196

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 133/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 133/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DAQ8806	54211981B	20/02/2007	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 134/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 134/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYB4025	54917239A	20/02/2007	52740	175
LYB4025	54917240A	20/02/2007	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 135/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 135/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCC8770 54211910B 14/03/2007 52740 175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 136/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 136/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZK1846	54212006B	17/03/2007	73310	252 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 137/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 137/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCC9976	54211985B	08/04/2007	54870	181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 139/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 139/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYB4025 54212013B 22/04/2007 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 140/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 140/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZQ2857	54211988B	17/05/2007	50100	162 * I
LZQ2857	54211989B	17/05/2007	65990	230 * V
LZQ2857	54211990B	17/05/2007	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 142/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 142/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAJ5135	54212051B	10/05/2007	65990	230 * V
AAJ5135	54212052B	10/05/2007	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 143/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 143/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CIU6777 54917517A 21/07/2006 57200 186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 144/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 144/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBK6692	54211997B	20/05/2007	70480	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 146/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 146/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXS6175	54212056B	04/08/2007	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 147/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 147/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAE0931 54212017B 13/07/2007 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 148/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 148/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAE7337	54212026B	27/08/2007	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 149/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 149/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHG9782	54212078B	07/09/2007	65050	227 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 150/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 150/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

JTV2771	54212021B	21/10/2007	65300	228
LYV8942	54212057B	11/11/2007	52740	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 152/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 152/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CVB7582	54212032B	20/11/2007	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 153/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 153/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXD2128	54212020B	22/10/2007	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 154/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 154/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZX3156 54212029B 17/11/2007 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 155/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 155/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BTJ1544	54212034B	21/12/2007	52740	175
BTJ1544	54212035B	21/12/2007	63940	220 * XIV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 157/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 157/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAE3474	54212031B	21/12/2007	52740	175
AAE3474	54212033B	21/12/2007	63940	220 * XIV
AAE3474	54212000B	21/12/2007	52740	175
MCB8970	54212037B	21/12/2007	63940	220 * XIV
MCB8970	54212036B	21/12/2007	52740	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 158/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 158/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYO8602	54212038B	24/12/2007	63940	220 * XIV
LYO8602	54212039B	24/12/2007	52740	175
LZK1876	54212081B	19/01/2008	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 159/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 159/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZX3156	54212079B	06/01/2008	50100	162 * I
MFO3710	54212043B	05/01/2008	63940	220 * XIV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 160/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 160/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAY0296	54212059B	05/03/2008	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 161/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 161/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXF7721 54212058B 16/02/2008 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 162/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 162/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAY0296	54212133B	23/03/2008	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 163/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 163/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFW9976	54212131B	25/02/2008	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 164/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 164/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXM6336	54212082B	16/03/2008	65560	230 * I
LXM6336	54212083B	16/03/2008	69120	232
LXM6336	54212084B	16/03/2008	66020	230 * VI
LXM6336	54212085B	16/03/2008	67690	230 * XXII
LXM6336	54212086B	16/03/2008	50450	162 * V
MEG3158	54211912B	07/09/2006	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 165/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 165/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBL3959	54211920B	07/09/2006	65300	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 166/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 166/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYK4246	54212045B	24/03/2008	50100	162 * I
LZQ2857	54212060B	27/03/2008	50100	162 * I
LZQ2857	54212061B	27/03/2008	65990	230 * V
MDN7440	54212046B	12/04/2008	63940	220 * XIV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 168/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 168/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCE6412	54212137B	07/04/2008	50610	163 c/c 162 * I
MCE6412	54212136B	07/04/2008	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 169/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 169/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACO1600	54212110B	04/05/2008	54280	181 * V
CEI7776	54226633B	06/06/2008	52740	175
DGT2203	54212066B	16/04/2008	50100	162 * I
JWT2513	54212142B	13/05/2008	65990	230 * V
MCS4291	54212094B	20/04/2008	58780	199

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 171/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 171/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXM6336	54212072B	06/06/2008	50100	162 * I
LYV8942	54212112B	06/06/2008	52070	169
LYV8942	54212113B	06/06/2008	52740	175
LYV8942	54212114B	06/06/2008	65640	230 * II
LZW3525	54226626B	31/05/2008	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 173/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 173/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IJI1711	54212144B	29/06/2008	52070	169
IJI1711	54212145B	29/06/2008	66370	230 * IX
LXX3091	54226651B	27/06/2008	52740	175
LYV8942	54212146B	20/07/2008	52070	169
LYV8942	54212146B	20/07/2008	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 175/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 175/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IHJ2067 54212148B 09/08/2008 65300 228
MAK0497 54226639B 24/08/2008 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.254 176/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.254 176/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZY0207 54226703B 07/09/2008 65482 229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 178/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 178/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDH6857 54226654B 29/09/2008 70481 244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 179/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 179/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MET7897	54226680B	28/09/2008	52400	173
MET7897	54226678B	28/09/2008	52070	169
MET7897	54226679B	28/09/2008	57200	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.254 180/2008**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 180/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BJE3884	54226705B	13/09/2008	55250	181 * XV
---------	-----------	------------	-------	----------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 181/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 181/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

JLO1952	54226685B	11/10/2008	52070	169
JLO1952	54226684B	11/10/2008	52743	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 182/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 182/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZY0207	54226686B	18/10/2008	65482	229
MBQ1420	54226709B	05/10/2008	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 185/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 185/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYU9484	54226693B	21/12/2008	58350	195
LZX0075	54226728B	04/12/2008	61732	215 * I * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 187/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 187/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZY8592 54226714B 07/12/2008 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 188/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 188/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXN9417	54226715B	07/12/2008	50100	162 * I
LZX2216	54226713B	07/12/2008	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 190/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 190/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAQ9185	54226691B	21/12/2008	52741	175
MEK8744	54226660B	21/11/2008	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 192/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 192/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IBZ2389	54226717B	05/01/2009	65482	229
MDS8428	54226644B	23/01/2009	65992	230 * V
MEV5609	54226666B	05/01/2009	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 194/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 194/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGW8712	54226695B	07/02/2009	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 195/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 195/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDR9180	54226723B	15/02/2009	65992	230 * V
MDR9180	54226723B	15/02/2009	70301	244 * I
MDR9180	54226722B	15/02/2009	50100	162 * I
MFD7208	54226697B	08/02/2009	62700	220 * II
MFD7208	54226696B	08/02/2009	70481	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 196/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 196/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ICB0831 54226724B 19/02/2009 65565 230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 197/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 197/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
EAL3781	54226700B	28/02/2009	58350	195
EAL3781	54226751B	28/02/2009	58350	195
EAL3781	54226752B	28/02/2009	65481	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 198/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 198/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CHO0364	54226829B	04/04/2009	65482	229
IBZ2389	54226838B	04/04/2009	65482	229
LPI0004	54226832B	04/04/2009	65482	229
MFZ8154	54226837B	04/04/2009	65482	229
MFZ8154	54226839B	05/04/2009	65482	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 200/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 200/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWR7418	54226777B	28/03/2009	52070	169
LWR7418	54226777B	28/03/2009	52742	175
LWR7418	54226725B	28/03/2009	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 201/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 201/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXJ0075 54226731B 25/04/2009 50100 162 * I

LXJ0075 54226732B 25/04/2009 65561 230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEANDRO CARLOS CONSOLO

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 202/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 202/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CHO0364 54226753B 10/05/2009 65481 229

CHO0364 54226754B 10/05/2009 52070 169

LYX7726 54226755B 10/05/2009 65481 229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 205/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 205/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZQ3460 54226853B 26/06/2009 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 207/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 207/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IBE0638	54226814B	14/08/2009	65050	227 * III
LXS2447	54226734B	10/08/2009	55250	181 * XV
LYX7726	54226819B	15/08/2009	51691	165
LZY8592	54226735B	25/08/2009	50100	162 * I
LZY8592	54226736B	25/08/2009	65992	230 * V
MAU4992	54226762B	17/07/2009	65481	229
MGG8920	54226854B	04/07/2009	65482	229
MIS1740	54226816B	15/08/2009	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 210/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 210/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMR5085	54226820B	18/09/2009	50100	162 * I
AMR5085	54226822B	18/09/2009	65992	230 * V
AMR5085	54226824B	18/09/2009	51691	165
AMR5085	54226823B	18/09/2009	69120	232
MEZ8095	54226860B	07/09/2009	65482	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 211/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.254 211/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYI7678	54226903B	25/10/2009	50100	162 * I
LYI7678	54226904B	25/10/2009	65992	230 * V
MAG4614	54226901B	13/10/2009	65992	230 * V
MAG4614	54226902B	13/10/2009	58350	195
MEA3405	54226905B	30/10/2009	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAIBI/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
LEANDRO CARLOS CONSOLO
DELEGADO DE POLICIA

POMERODE**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 105/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 105/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABC9257	54487162A	01/12/2001	58190	193	574.61
ACI4376	54486231A	01/12/2001	57380	186 * II	191.53
ACN4221	54486229A	30/11/2001	55250	181 * XV	85.12
BKW1204	54486359A	30/11/2001	60500	208	191.53
LWW0032	54486763A	03/12/2001	73660	252 * VI	85.12
LWW5634	54486358A	29/11/2001	69470	235	127.69
LXQ0222	54486361A	03/12/2001	55250	181 * XV	85.12
LXS0866	54487165A	05/12/2001	73580	252 * V	85.12
LXZ0096	54486230A	30/11/2001	60500	208	191.53
LYR8611	54487166A	05/12/2001	65990	230 * V	191.53
MAP3376	54486316A	01/12/2001	65990	230 * V	191.53
MBD3885	54486617A	04/12/2001	55680	181 * XIX	127.69
MBE1541	54486362A	03/12/2001	55250	181 * XV	85.12
MBK3058	54486364A	03/12/2001	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 126/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 126/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BBT1800	54932570A	18/04/2002	60500	208	191.53
GEZ2706	54932568A	07/04/2002	52740	175	191.53
LXC9259	54932534A	01/05/2002	58350	195	127.69
LYB9617	54932524A	27/04/2002	70300	244 * I	191.53
LYQ1873	54932604A	29/04/2002	70300	244 * I	191.53
LYV4884	54932616A	30/04/2002	66100	230 * VII	127.69
LYX3159	54932530A	28/04/2002	70480	244 * II	191.53
LZA2907	54486488A	24/04/2002	69200	233	127.69
LZK8272	54932531A	28/04/2002	55250	181 * XV	85.12
MAM3927	54932569A	17/04/2002	55410	181 * XVII	53.20
MAV2774	54932571A	28/04/2002	54100	181 * IV	85.12
MBL8092	54932532A	29/04/2002	51850	167	127.69
MBN8816	54486390A	16/04/2002	52070	169	53.20
MEU0252	54486489A	24/04/2002	70480	244 * II	191.53
MFC4444	54932533A	30/04/2002	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 181/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 181/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWV4712	54488372A	23/06/2003	59320	203 * II	191.53
LXD6678	54488373A	23/06/2003	59320	203 * II	191.53
LXD6678	54488374A	23/06/2003	58350	195	127.69
LXX8455	54487367A	26/06/2003	51850	167	127.69
LYC4721	54488377A	23/06/2003	62380	218 * II * a	127.69
MBK4877	54488379A	24/06/2003	58000	192	127.69
MBP4161	54487313A	22/06/2003	50450	162 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 201/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 201/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CCC3542	55601146A	22/11/2003	50100	162 * I	574.61
LYX8382	54488181A	29/11/2003	69120	232	53.20
MBR6750	54488441A	07/11/2003	50450	162 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 232/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 232/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAF5106	54487494A	09/07/2004	60500	208	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 281/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 281/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYC1185	55600658A	21/04/2005	69120	232	53.20
LYC1185	55600658A	21/04/2005	70480	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE.

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 298/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 298/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYT6239	55600391A	10/04/2005	51690	165	957.69
MAT6634	55600822A	19/09/2005	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 397/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 397/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CRK5190	55601390A	16/11/2006	51850	167	127.69
LXH8193	55602048A	22/12/2006	73660	252 * VI	85.13
MAI3417	55602050A	22/12/2006	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 403/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 403/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDW1671	55601382A	10/11/2006	65990	230 * V	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 497/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 497/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IKJ7255	55601189A	19/02/2007	50450	162 * V	191.54
LWX5602	55190537B	09/03/2007	51690	165	957.69
LXA1051	55601081A	15/07/2006	50370	162 * III	574.61
LZV4203	55190796B	09/03/2007	50450	162 * V	191.54
MAI0650	55191673B	12/09/2007	65990	230 * V	191.54
MBU4260	55191659B	04/08/2007	50450	162 * V	191.54
MDU6529	55190406B	04/02/2007	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 505/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 505/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWW0055	55192241B	25/09/2007	65990	230 * V	191.54
LWW0055	55192240B	25/09/2007	50450	162 * V	191.54
MBX0170	55190179B	07/01/2007	51690	165	957.69
MCI7768	55192260B	12/09/2007	50290	162 * II	957.69
MHD3210	55191271B	02/09/2007	50880	163 c/c 162 * III	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 509/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 509/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HZD2069	55601683A	23/02/2007	66290	230 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 58/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 58/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABH1620	55542059	05/02/2000	60500	208	191.53
LXG5644	55541798	25/01/2000	57380	186 * II	191.53
LXO8405	55541800	27/01/2000	73660	252 * VI	85.12
LXO9426	55542408	23/01/2000	72340	250 * I * a	85.12
LXW0582	55541797	24/01/2000	70640	244 * IV	191.53
LYH0380	55541677	23/01/2000	55680	181 * XIX	127.69
LYO0278	55542348	16/01/2000	51690	165	957.69
LYO0278	55542348	16/01/2000	52740	175	191.53
LYV8759	55542346	14/01/2000	65560	230 * I	191.53
LZI8734	55561274	24/12/1999	61220	214 * I	191.53
LZV5410	55542407	22/01/2000	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 60/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 60/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYV9281	55561277	14/02/2000	51690	165	957.69
MAH6312	55542359	22/02/2000	69120	232	53.20
MAH6312	55542359	22/02/2000	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 79/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 79/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWW2539	55559374	14/12/2000	65990	230 * V	191.53
LYC0296	55542607	19/12/2000	62110	218 * I * a	127.69
LZY5148	54485974A	25/11/2000	67690	230 * XXII	85.12
MAY1206	55559373	04/12/2000	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 258/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 258/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCH7175	54487344A	29/01/2005	51690	165
MCH7175	54487345A	29/01/2005	52740	175
MCT7050	55599998A	19/01/2005	57380	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 277/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 277/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DEE5170	55600454A	20/04/2005	54520	181 * VIII
MAF5106	55601027A	31/05/2005	73400	252 * IV
MAI5194	55601025A	31/05/2005	69120	232
MAI5194	55601024A	31/05/2005	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 301/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 301/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWX0981	55600938A	15/01/2006	53800	181 * I
LXT9210	55600960A	14/01/2006	58350	195
LXT9210	55600959A	14/01/2006	65560	230 * I
LZN7197	55600582A	11/12/2005	55500	181 * XVIII
LZQ7922	55600175A	23/11/2005	61220	214 * I
MBK9048	55600926A	08/01/2006	55680	181 * XIX
MEC4770	55600520A	10/01/2006	51850	167
MEE7791	55600916A	26/12/2005	51690	165
MEE7791	55600918A	26/12/2005	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 376/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 376/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAZ3560	55601939A	07/11/2006	60500	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 394/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 394/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXA0251	55190309B	04/02/2007	50100	162 * I
LXA0251	55190308B	04/02/2007	65990	230 * V
LXS7427	55601419A	24/01/2007	65990	230 * V
LXS7427	55601417A	24/01/2007	65560	230 * I
LXS7427	55601418A	24/01/2007	69120	232
LXS7427	55601419A	24/01/2007	50100	162 * I
LXV6534	55190020B	29/01/2007	67000	230 * XVI
LZH6663	55190814B	04/02/2007	73400	252 * IV
MBL9717	55601432A	30/01/2007	65560	230 * I
MCF5381	55600439A	30/01/2007	66100	230 * VII
MCI3380	55600440A	30/01/2007	66370	230 * IX
MCJ8898	55190255B	21/01/2007	69120	232
MEW6622	55190819B	04/02/2007	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 484/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 484/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DGK1854	55192226B	04/09/2007	69200	233
GOP7313	55191478B	31/07/2007	65990	230 * V
KMX4713	55191484B	01/09/2007	50450	162 * V
LXA6948	55192221B	04/09/2007	69200	233
LXJ3607	55190397B	11/08/2007	66100	230 * VII
LXP8280	55191923B	23/07/2007	50100	162 * I
LYE1894	55191042B	21/07/2007	65990	230 * V
LYE1894	55191043B	21/07/2007	50450	162 * V
LYH0884	55191842B	02/09/2007	65990	230 * V
LYO3374	55190728B	23/08/2007	65990	230 * V
LYY1337	55191124B	24/08/2007	52740	175
LYY1337	55191932B	24/08/2007	51690	165
LZA7906	55191844B	13/09/2007	65990	230 * V
LZT1882	55192074B	23/08/2007	50450	162 * V
MBS4291	55191832B	11/08/2007	50100	162 * I
MBX0170	55191044B	22/07/2007	51690	165
MBY6583	55191346B	21/07/2007	69200	233
MCQ9134	55191569B	26/07/2007	50100	162 * I
MDH4201	55191350B	21/07/2007	69120	232
MDT8644	55191668B	09/09/2007	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

